

F. Scholtes-97898

Alexandre Karsburg
Maíra Ines Vendrame
Deivy Carneiro
Organizadores

Práticas de micro-história:

DIVERSIDADE DE TEMAS E OBJETOS
DE UM MÉTODO HISTORIOGRÁFICO

**Práticas de micro-história:
diversidade de temas e
objetos de um método
historiográfico**

Alexandre Karsburg
Maíra Ines Vendrame
Deivy Carneiro
(Orgs.)

Práticas de micro-história: diversidade de temas e objetos de um método historiográfico

E-BOOK



2022

© Editora Oikos Ltda. – 2022
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

Revisão: Dos autores de cada artigo

Imagem da capa: Quadro (sem título) de F. Scholles, 75 x 120cm, 1986.
<<https://www.fscholles.net/>>. Publicado em: Reinheimer, Dalva et al.
Quadros que falam: narrativas migratórias. São Leopoldo: Oikos,
2021. p. 237.

Arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)
Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)
Marluza M. Harres (Unisinos)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

P912 Práticas de micro-história: diversidade de temas e objetos de um método historiográfico. [E-book] / Organizadores: Alexandre Karsburg, Máira Ines Vendrame e Deivy Carneiro. – São Leopoldo: Oikos, 2022.
1193 p.; il.; 21 x 29,7cm.
ISBN 978-65-5974-040-6
1. História. 2. Historiografia. 3. Migrações. 4. História da família – Brasil. 5. História social. I. Karsburg, Alexandre. II. Vendrame, Máira Ines. III. Carneiro, Deivy.

CDU 94

Catálogo na publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação	11
<i>Alexandre Karsburg, Maira Ines Vendrame e Deivy Carneiro</i>	
África, América, Atlântico: trajetórias e movimentos populacionais no período Moderno	
Entre Açorianos e Degredados: estratégias de colonização dirigida utilizadas pela Coroa na fronteira meridional da América Portuguesa (século XVIII)	15
<i>Aluisio Gomes Lessa</i>	
Uma família Lusitana atravessa o Atlântico: os Osório em Rio Grande de São Pedro no século XVIII	27
<i>Guilherme de Mattos Gründling</i>	
A distribuição espacial da população da Província do Espírito Santo, 1827	45
<i>Jadir Peçanha Rostoldo</i>	
Maria Tomásia Cardiga e a esposa do Capitão mor João de Melo Gusmão: percorrendo territórios ainda não ocupados (séc. XVII)	60
<i>Leiliane Kecia Magalhães</i>	
Descrições da população brasileira nas narrativas de viagem de Richard F. Burton em <i>The Highlands of the Brazil</i> (1869)	73
<i>Martin Pezzini Bachmann</i>	
Vislumbres da sociedade e das relações de poder a partir da trajetória de um homem de cor no Maranhão (c.1765-1802)	86
<i>Patricia Kauffmann Fidalgo Cardoso da Silveira</i>	
A doação de patrimônios eclesiásticos como estratégias de reprodução social em Minas Gerais, século XVIII	101
<i>Quelen Ingrid Lopes</i>	
Desafios e possibilidades da História da Família no Brasil	
Reconhecer e legitimar filhos naturais entre a população livre na Porto Alegre Oitocentista	119
<i>Ana Silvia Volpi Scott</i>	
Pompoza e Amancio: a trajetória familiar de um casal misto nos sertões indígenas no Paraná	137
<i>Daniele Weigert</i>	
Imigração e redes: apontamentos sobre a dinâmica de implantação de famílias italianas em um município paulista (Franca/SP, 1895-1925)	155
<i>José Victor Maritan Gonçalves</i>	

As famílias cativas de Itapemirim nos anos finais da escravidão
(Província do Espírito Santo, 1872-1888) 172
Laryssa Machado

Imigrantes italianos na serra gaúcha: a trajetória de famílias que viveram nas cidades
de Bento Gonçalves e Garibaldi no início do século XX e suas influências na
constituição local 190
Samanta Trivilin Comiotto

História social de grupos profissionais: perfis e trajetórias

Uma família de professores: a trajetória profissional dos irmãos Porto Alegre 208
Chéli Nunes Meira e Eduardo Arriada

Maurício de Lacerda e a Rebelião dos Sargentos de 1915: inquirindo a trajetória
de um parlamentar e a formação da esquerda militar na Primeira República 221
Eduardo Rizzatti Salomão

A fabricação do eu: a identidade multifacetada do Visconde de Beaurepaire 239
Eveline Almeida de Sousa

“Em defesa dos seus direitos e das suas propriedades”: estratégias de cafeicultores na
promoção e defesa da unidade produtiva em Bananal de Itaguaí na década de 1850 252
Jessica Santana de Assis Alves

A força das ideias de Florestan Fernandes: um breve ensaio 270
Leon Mclouis Borges de Lucas e Jordan Brasil dos Santos

“Bons” e “perfeitos” oficiais – Perfil dos escravos artesãos nos anúncios de venda
do Jornal do Commercio (Rio de Janeiro – 1827) 284
Luigi Bertoldo Squio

“O interesse e amor pelas cousas pátrias”: perfis de autoras de livros escolares
de História (1909-1930) 303
Magno Francisco de Jesus Santos

O conflito político entre Marcelino e Januário: moderados e exaltados em cena 316
Victor Augusto Mendonça Guasti

Trajetórias, redes sociais e transnacionalismo nos processos migratórios

A trajetória da imigrante Anna Maria Pauletti Rech: a redução de escala
como método de análise 330
Karina Bortolanza

Imigração italiana e assistência na perspectiva da micro-história:
notas iniciais de pesquisa 343
Carolina Wendling Rodrigues

De Belluno para o mundo: a migração veneta no século XXI 357
Leonardo de Oliveira Conedera

Trajetórias transnacionais e trans-imperiais: exilados políticos contra o Rei Dom Miguel (1828-1837)	371
<i>Luiz Gustavo Martins da Silva</i>	
A questão da transnacionalidade através da análise de um impresso: primeiras aproximações	385
<i>Marcio Nilander Avila Barreto</i>	
Quando o Brasil é também aqui: ítalo-brasileiros na Itália	400
<i>Maria Catarina Chitolina Zanini</i>	
A revista pedagógica norte-americana <i>Evangelisch- Lutherisches Schulblatt</i> : aspectos transnacionais e trajetória.....	414
<i>Patrícia Weiduschadt e Renata Brião de Castro</i>	
“Como o irmão sabe, nunca vivi sossegado nesta terra, tendo a inquisição...”: singularidades na trajetória de vida do médico Júlio Motti	428
<i>Vicente Dalla Chiesa e Leonor Schwartzmann</i>	

Identidades e relações interétnicas: a micro-história como metodologia de análise

Os soldados Bororo “de” Antônio Pires de Campos: política indigenista e aldeamentos no Triângulo Mineiro nos séculos XVIII e XIX	446
<i>Estefany Amorim Viana de Castro e Marcel Mano</i>	
Imigrações contemporâneas em destaque: uma análise quantitativa das produções acadêmicas sobre o tema.....	458
<i>Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli e Daniel Luciano Gevehr</i>	
Cotidiano de brasileiros e imigrantes num beco de Porto Alegre na Primeira República, 1897-1924	470
<i>Lucas Soares Machado</i>	

Crime e imigração no mundo atlântico

Ditadura e antisemitismo além-mar: o caso de Daniel Rus, argentino, judeu, desaparecido político e um criminoso segundo o regime de Videla	488
<i>Adriana Picheco Rolim</i>	
Senhores de escravas brancas, criminosos sem pátria: campanhas policiais no combate ao lenocínio nas narrativas da imprensa do Rio de Janeiro (1925-1935).....	500
<i>Wellington do Rosário de Oliveira</i>	

Religiões e religiosidades: um olhar sobre percursos e funções de instituições, sujeitos, saberes e práticas

O itinerário religioso franciscano: Análise das obras São Francisco em Oração e Agonia e Morte de São Francisco de Mestre Ataíde	518
<i>Daniel Henrique Alves de Castro</i>	
Igreja Católica: controle e resistência diante das crises políticas	530
<i>Dayane de Sousa Lima</i>	

Juventude e religiosidade: o que vem sendo produzido sobre o assunto?	547
<i>Elias Kruger Albrecht</i>	
As trajetórias de Pietro Colbacchini e Francesco Bonato: dois missionários vênets na região de colonização italiana do Paraná	563
<i>Fábio Luiz Machioski e Diego Gabardo</i>	
O Arquivo Paroquial de Vassouras: fontes para a construção da história da escravidão no Vale do Paraíba fluminense do século XIX	582
<i>Gabriela Germana Almeida Máximo e Ailton Bezerra Lima</i>	
Apontamentos sobre a circulação do Livro de São Cipriano em Portugal e no Brasil nas primeiras décadas do século XX (1900-1940)	594
<i>Inês Teixeira Barreto</i>	
A demonização das religiões de matriz africana no espaço escolar	609
<i>José Luiz Xavier Filho</i>	
A constituição do contexto das escolas particulares luteranas a partir da figura do professor e pastor de uma comunidade pomerana da Serra dos Tapes – RS	621
<i>Karen Laiz Krause Romig e Simone Gomes de Farias</i>	
Cultura material dos eclesiásticos e escravidão em Mariana/MG, 1750-1779	634
<i>Karol Sorgi Bomediano</i>	
D. Fr. Tomás da Encarnação Costa e Lima e o problema das dispensas matrimoniais na diocese de Olinda, 1774-1778	646
<i>Marcone Carlos dos Santos Nascimento e Bianca Maria da Silva Costa</i>	
Memória pedagógica e identidade religiosa: o modelo comunitário nos cemitérios evangélico-luteranos no sul do Rio Grande do Sul	661
<i>Renato Rodrigues Farofa</i>	
Os “inimigos da revelação”: conflitos religiosos, imprensa antiespírita e entraves no estabelecimento do Espiritismo em Alagoas	675
<i>Vanessa Elisa da Silva Correia</i>	
Micro-história, e/imigração e colonização	
Sobre memórias cristalizadas e o mito fundador na personificação da Colônia Alemã Blumenau (1856)	692
<i>Cristina Ferreira</i>	
O trabalho do imigrante no estado do Espírito Santo	706
<i>Jefferson Ferreira Alvarenga</i>	
Micronarrativas e pós-memórias de descendentes de imigrantes italianos em São João del-Rei	724
<i>Kátia Hallak Lombardi</i>	
Os engajadores de imigrantes: empresários recrutadores no processo de imigração e colonização (1850-1914)	740
<i>Patrícia Bosenbecker e Oswaldo Truzzi</i>	

A defesa do deputado Caio Prado Júnior, em 1947, da elegibilidade dos brasileiros naturalizados para os cargos de prefeito e vereador 757
Renata Bastos da Silva

“Territórios da espera”: experiências dos migrantes na Hospedaria Getúlio Vargas e suas trajetórias de migração para a Amazônia (Ceará, 1943-1959) 771
Renata Felipe Monteiro

Distintas formas de testar numa vila católica marcada pela colonização protestante (1823-1842) 783
Ronald Lopes de Oliveira

Encontros e desencontros entre Micro-História e História Global

“Da popularidade de que, graças a Deus, gozo”: o conceito de mediação no estudo da trajetória de Antonio José de Mello Brabo 797
Ernesto Pereira Bastos Neto

“Mostrai-vos denodadas, generosas, caritativas, verdadeiras rio-grandenses”: duas irmãs no movimento abolicionista em Pelotas e Rio Grande (1880-1888) 816
Etiane Carvalho Nunes

Jogando com escalas: em busca das populações subalternizadas em uma fronteira ibérica no século XVIII 832
Márcio Blanco Razzera

Crime, polícia e cotidianos prisionais à luz da Micro-história

O homicídio da escravizada Luíza: um estudo de caso sobre as relações de poder e sociabilidade no Recife oitocentista 846
Joyce Conceição de Mesquita

Dois Limas: indícios sobre o exercício da autoridade policial na Primeira República em Minas Gerais 862
Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira

Um duelo no Jardim Botânico: os meandros da defesa da honra no Rio de Janeiro ao fim do Segundo Reinado em uma notícia da Gazeta de Notícias (1888) 878
Vitor Wieth Porto

Bureaucracy, mobility, lifeworlds: police notifications in brazilian immigration discourse 895
Rachael Anneliese Radhay

Justiça, Criminalidade e Trajetórias: Santa Luzia do Carangola-MG (1873-1889) 911
Randolpho Radsack Corrêa e Patricia de Oliveira Guerra Radsack Corrêa

Um desaparecimento e assassinato em Ponte Alta – Mato Grosso: reflexões sobre as dinâmicas policiais e suas influências na percepção do suspeito (1898) 925
Sara Ruth Batista de Paula

Ideias, trajetórias e redes sociais nos processos migratórios

- Línguas pá(t)rias e processos migratórios em São Paulo 939
Beatriz Rodrigues
- Migrações internas no Brasil: o caso da Geada Negra de 1975 951
Carlos Elias Barros Sobreira Rodrigues
- A(s) rede(s) do enclave galego de Lisboa. O caso de Ramiro Vidal Carrera
(1900-1930) 963
Carlos Pazos-Justo e Gabriel André
- Os italianos e suas representações: as relações entre biografias e turismo étnico
em Flores da Cunha (RS) 977
Deiner Lucian Barili
- Deixando os mais afetados decidirem: relatos de pesquisa entre/com mulheres
migrantes brasileiras na Colômbia 995
Diana Patricia Bolaños Erazo e Maria Catarina Chitolina Zanini
- Governança migratória e redes sociais: aspectos normativos, políticos e sociais
da imigração venezuelana no Brasil 1010
*Eveline Vieira Brigido, Roberto Rodolfo Georg Uebel
e Vitor Eduardo Alessandri Ribeiro*
- Trajetórias na escola normal rural Murialdo: memórias e culturas imigrantes
(Caxias do Sul/RS – 1947/1963) 1029
José Edimar de Souza
- Imigração e profissão na trajetória do arquiteto teuto-brasileiro Hartmut Thimel 1046
Ricardo de Souza Rocha
- As fronteiras invisíveis do futebol: as transferências de jogadores brasileiros
para clubes do exterior (1980-1990) 1059
Victor Brandão de Oliveira

Microanálise como possibilidade de estudo das emancipações e do pós-abolição

- A trajetória do nascido de Ventre Livre Rodolfo Xavier (Pelotas-RS) 1077
Ângela Pereira Oliveira Balladares
- Dentre caminhos emaranhados: A ação de liberdade de Rosa,
Vila de Canguçu (1875) 1090
Alisson Barcellos Balhego
- Redes na Diáspora Negra: Conexões e Mobilizações entre Canadá e
Estados Unidos na década de 1850 1103
Marcelle Carvalho
- Biografias da intelectualidade negra porto-alegrense: a microanálise como
possibilidade de pesquisa e ensino de história do pós-abolição 1120
Melina Kleinert Perussatto

Apresentação

Este E-book é resultado do IV Seminário Internacional Micro-história, trajetórias e imigração, evento acontecido em modo totalmente online entre os dias 25 e 28 de maio de 2021. Desde sua primeira edição (outubro de 2014, na Universidade Federal de Santa Maria), passando pela segunda e terceira (junho de 2016 e junho de 2018, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos), o Seminário tem produzido resultados promissores no campo da historiografia. Além de proporcionar momentos onde podemos aprender com profissionais do mais alto nível no campo da teoria e da metodologia da história, ele vem cumprindo com o objetivo de aproximar estes mesmos pesquisadores dos jovens historiadores que estão em diferentes estágios de sua jornada. Entre tantos bons resultados até agora conquistados, já conseguimos publicar dois livros¹ e dois e-books,² sempre primando pela qualidade dos artigos que trazem contribuições relevantes para a discussão das temáticas que sustentam o evento.

Em relação aos conferencistas e palestrantes do Seminário, destacamos o professor Giovanni Levi que, pela quarta vez, participou do evento, contribuindo com um excelente debate.³ Além disso, tivemos a presença de Carlo Ginzburg que realizou a conferência de abertura.⁴ Foi motivo de orgulho conseguir a proeza de reunir, pela primeira vez em um evento, os “pais” da micro-história italiana. Evidentemente, vários outros nomes conhecidos e reconhecidos na historiografia brasileira, argentina e italiana abrilhantaram a quarta edição do Seminário: Angelo Torre, Simona Cerutti, Francesca Trivellato, Christian de Vito, María Bjerg, Marcelo Borges, Deivy Carneiro, Luís Augusto Farinatti, Jonas Vargas, Tiago Gil, Mariela Ceva, Diego Galeano, além dos coordenadores de Simpósios Temáticos que seguramente estão entre os(as) historiadores(as) mais competentes em suas áreas. A todos e todas agradecemos imensamente pela contribuição.

¹ “Ensaio de micro-história, trajetórias e imigração” (Editora Oikos, 2016) e “Micro-história, um método em transformação” (Letra e Voz, 2020).

² “Micro-história, trajetórias e imigração” (Editora Oikos, 2015) e “Variações da micro-história no Brasil” (Editora Oikos, 2019).

³ Conferência intitulada: “História Conectada, Global History, Micro-História”. Disponível no Canal Humanidades Unisinos, no Youtube: <https://youtu.be/B9yyIMXwjMc> (Acesso em: 23 nov. 2021).

⁴ Conferência intitulada: “História do Mundo e Micro-História”. Disponível no Canal Humanidades Unisinos, no Youtube: https://youtu.be/riwDn_RRGqk (Acesso em: 23 nov. 2021).

Promover um evento online durante a pandemia da COVID nos colocou uma série de desafios: reunir para compartilhar conhecimento mesmo distantes uns dos outros; tentar substituir o contato físico e as trocas presenciais pela fria tela do computador. Tivemos que superar as distâncias impostas pela pandemia (e inépcia de certos governantes) para fortalecer os laços que nos une. Apesar do número recorde de inscritos (se comparado às outras três edições do evento, que foram presenciais), ainda assim nos parece que faltou algo: o olho no olho, o aperto de mão, o abraço, o afeto, aquela sensação que a presença do outro nos causa. Acreditamos, contudo, que em breve poderemos voltar a nos reunir presencialmente para dar prosseguimento a projetos adiados, criando outros tendo em vista os novos objetos de pesquisa que surgiram nos últimos anos em função da pandemia, da ascensão das ideias negacionistas e outras aberrações ligadas à política. Se não 100% presencial, um modo híbrido de evento acadêmico parece se desenhar no horizonte.

O que o leitor encontrará neste E-book são trabalhos ligados direta ou indiretamente à micro-história italiana. Estudos de trajetórias e o amplo tema das migrações utilizaram ou ainda utilizam tal referencial teórico e metodológico. Uma rápida olhada no sumário comprovará a multiplicidade de temas, objetos e objetivos que são tributários do método, mesmo que não o cite: história social e demográfica, estudos da família, perspectivas transnacionais ou mesmo globais, identidades e relações interétnicas, história do crime em espaços amplos, religião e religiosidades, emancipações e pós-abolição. Apesar da variedade de estudos, podemos encontrar um elemento comum a todos os artigos: a forte base empírica que dá sustentação a reflexões indutivas. As fontes, sempre de origens diversas, são analisadas a partir de um confronto com bibliografia de vanguarda, buscando respostas específicas para perguntas que podem ter alcance geral.

Mais que a forte base empírica dos trabalhos que compõem essa coletânea, uma coisa que ficará muito evidente para o leitor é o uso experimental, por assim dizer, de princípios caros à *microstoria*. A nossa impressão é que a redução de escala como paradigma epistemológico, a análise de trajetória(s) como possibilidade de apreensão de elementos mais “globais” da realidade e o uso de uma variada gama de fontes primárias, com o intuito de abarcarem a “totalidade” de um determinado contexto, aparecem quase que de forma intuitiva nos artigos.

Para nossa surpresa, mesmo numa diversidade de pesquisas tão evidente, observamos que a micro-história já foi incorporada como elemento analítico constitutivo da enorme gama de trabalhos cujos temas circulam pelas migrações, trajetórias, família e pós-abolição. Não podemos negar que as discussões iniciadas por Grendi, Levi e Ginzburg já fazem parte, com resultados mais que promissores, do arcabouço metodológico dos historiadores brasileiros.

Por fim, gostaríamos de agradecer à FAPERGS por disponibilizar recursos financeiros para que o evento e este e-book fossem possíveis. Sentimo-nos satisfeitos por mais uma vez termos proporcionado momentos de integração entre renomados historiadores e jovens pesquisadores. Desejamos a todos(as) uma proveitosa leitura!

Os organizadores

África, América, Atlântico:
trajetórias e movimentos
populacionais no período Moderno

Entre Açorianos e Degredados: estratégias de colonização dirigida utilizadas pela Coroa na fronteira meridional da América Portuguesa (século XVIII)

Aluísio Gomes Lessa¹

Este texto apresenta dois movimentos de deslocamento populacional que apesar de muito distintos entre si podem ser vistos como partes de uma mesma estratégia de colonização dirigida e utilizada pela Coroa para povoar áreas em disputa, nas quais era necessário garantir a soberania lusitana. A partir da ideia de colonização dirigida, desenvolvida por autores como Timothy Coates, que estudou o degredo no conjunto do império português, podemos observar o envio de grupos ou indivíduos para regiões fronteiriças, tal qual o sul da América Portuguesa, como duas diferentes modalidades de um mesmo sistema. Tanto através do incentivo para que casais voluntários de açorianos e madeirenses fossem povoar Santa Catarina e o Rio Grande de São Pedro. Como também por meio da escolha destas mesmas regiões como polos de recebimento de sujeitos considerados indesejáveis, por terem cometido algum crime no reino ou em outra parte do império português, sendo enviados para regiões limítrofes, onde estes condenados ao degredo poderiam ser úteis para estratégias de povoamento e defesa.

Em um contexto de delimitação de fronteiras americanas entre as duas coroas ibéricas baseado no princípio do *uti possidetis* a análise conjunta da presença de degredados enviados forçadamente e de casais de ilhéus que atravessaram o atlântico de forma voluntária contribui para o conhecimento da variedade de estratégias de aumento populacional utilizadas pelos portugueses na busca por garantir a sua posse efetiva da região. Em 1998 foi lançada a versão portuguesa da tese do historiador norte-americano Timothy Coates, intitulada “Degredados e órfãs: colonização dirigida pela Coroa no Império português (1550-1775)”. Dialogando com autores como Charles Boxer e também Stuart Schwartz, o autor observou os degredados que estudou como partes de um sistema judicial capaz de servir, através dos condenados ao exílio penal enviados para diferentes partes do vasto império português, como um elo de ligação entre os diferentes domínios ultramarinos lusitanos. É principalmente nesta centralidade do sistema judicial para este modelo de colonização dirigida que se percebe a influência e os diálogos com Schwartz, especialmente em seu clássico sobre o Tribunal da Relação da Bahia, “Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial”. Sua obra deu ênfase ao estudo da magistratura régia, seus tribunais e ouvidorias na América Portuguesa, e impulsionou uma série de outros

¹ Doutorando em história pelo PPGH-UFF, com bolsa CNPq.

estudos sobre a administração da justiça. Tal centralidade, segundo o autor, se dava nos seguintes termos:

Soldados, comerciantes, clérigos e plebeus portugueses viam na administração da justiça o cerne do governo real e a principal justificativa do poder do soberano. Por isto, esperavam os mais altos níveis de desempenho dos magistrados que aplicavam a justiça em nome do rei, e, quando um juiz deixava de corresponder a essas expectativas, as reclamações costumavam ser ruidosas e insistentes. O que a maioria das pessoas não via, no entanto, era que a organização judiciária se tornara o plano estrutural do Império. Racionalizada e sistematizada desde o século XIV, ela oferecia à Coroa um meio burocrático de controle, e quase imperceptivelmente a magistratura real se estendera às colônias. (SCHWARTZ, 2011, p.40)

Partindo destes pontos, os apontamentos que se seguem estarão centrados na análise da colonização dirigida no sul da América Portuguesa ao longo do século XVIII, enfatizando a participação do sistema judiciário neste processo. Isto poderia se dar tanto através de condenações de criminosos ao exílio penal como da participação de magistrados com prévia experiência no sul na elaboração de políticas de povoamento, como foi o caso do planejamento para o envio de casais dos açores para Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro.

Segundo Coates, “o Estado moderno emergente português acreditava que estas figuras ofereciam boas perspectivas e contornavam o sistema legal para satisfazer as necessidades imperiais” (1998, p.11), fosse para povoamento, defesa de áreas remotas ou ainda obras emergenciais. Da argumentação do autor sobre o que chamou de “colonização dirigida pela Coroa”, o que nos importa mais diretamente aqui é o fato dele inserir os condenados ao degredo em um conjunto bastante mais amplo de sujeitos utilizados como colonizadores, presentes em toda a extensão do império e que incluía também os casais de povoadores:

Degredados para os fortes militares marroquinos, outros enviados para São Tomé e Angola, prostitutas e famílias colonizadoras enviadas para Moçambique, criminosos enviados como soldados para Goa (...), famílias açorianas pagas para se instalarem no Pará e outras que foram se instalar no Maranhão. Raparigas órfãs integravam-se neste confuso quadro [-] mal começavam a chegar a Salvador e a Goa, vindas de Lisboa, e eram usadas pela coroa em toda Ásia Meridional. Prostitutas retiradas constituíam um outro aspecto deste processo; essas mulheres eram enviadas para a Ásia meridional, para Moçambique ou para a América portuguesa. (COATES, 1998, p. 12)

Em relação à presença destes grupos na fronteira meridional da América Portuguesa durante o século XVIII, incluindo Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro e estendendo este recorte até Santa Catarina, o mais amplamente debatido na historiografia foi o

de casais açorianos e madeirenses. Em trabalho anterior (LESSA, 2018) procurei avançar no estudo da presença de outro destes grupos no sul, o dos degredados, que embora não tenham vindo de forma voluntária, mais sim forçada, não podem deixar de ser considerados também como elementos utilizados pela Coroa para ampliar a presença portuguesa na região.

O que apresento aqui parte de algumas destas reflexões, somadas a outras, sobre o papel dos ouvidores régios na territorialização do poder nesta mesma região. Isto significa incluir nesta análise a amplitude de competências dos agentes da justiça enviados pela Coroa para a fronteira meridional, para muito além de funções estritamente contenciosas e judiciárias. Deste modo, este texto busca trazer alguns apontamentos em duas direções: os degredados enquanto uma forma de colonização originada a partir de condenados pelo sistema judicial e enviados para diferentes partes do império, partes estas decididas pelo Conselho Ultramarino como os locais de maior interesse da Coroa; e o papel estratégico das comarcas e dos ouvidores para a territorialização do poder régio na fronteira meridional.

Uma primeira pergunta a se fazer é como exatamente Coates identifica esta “direção” da colonização pela Coroa. Através de uma série de decretos régios que determinavam, a partir de sua promulgação, qual seria o novo destino de degredados do Império Português, a depender nas necessidades de cada momento (COATES, 1998, p.185)

Mais do que um projeto unificado e centralizado, portanto, esta colonização dirigida pela Coroa resultava, na realidade, de respostas pontuais que o monarca e o Conselho Ultramarino davam a determinadas crises ou problemas de disputas por fronteiras. Eram soluções muitas vezes temporárias, e os locais de recebimento de degredados constantemente eram substituídos por novas regiões, para onde o envio de condenados havia passado a ser ainda mais urgente. O primeiro destes decretos de envios de degredados para o sul refere-se à Colônia do Sacramento, poucos anos após sua fundação em 1680. Porém, para este questionamento sobre a colonização dirigida que apresento aqui, é interessante notar que antes mesmo de haver uma ordem régia, os primeiros degredados já haviam começado a chegar àquela praça platina, por ordens do governador do Rio de Janeiro. Somente após estes primeiros envios o Ouvidor Geral do Rio de Janeiro, Tomé de Almeida de Oliveira, escreve ao rei tratando do envio de degredados para a Colônia, em 1687:

Dizem muitos que para esta nova povoação fora necessário virem casais de Portugal, mas eu digo que sem estes grandes gastos que V. M. pode mandar fazer, remediarei eu com naturais desta cidade e seus limites, com muitos degradados que para essa parte posso mandar e com muitos vagabundos que aqui há de todo o gênero, machos e fêmeas, assim brancos como multas e de outras castas, que para os principais desta operação podem servir, porque

depois de haver alguma forma de povoação se há de mudar muita gente por buscarem remédio à sua pobreza, de que é a gente muita, e nada se fica perdendo neste povo.²

Ao colocar os casais e os degredados como dois lados de uma mesma moeda em termos de ocupação daquela fronteira meridional, os primeiros correspondendo a um empreendimento mais oneroso, e os segundos a um mais barato, podemos compreender melhor como apesar de se tratar de tipos de povoadores muito diferentes, acabavam por integrar um mesmo sistema de colonização dirigida. Os primeiros anos da Colônia do Sacramento também dizem mais ainda sobre este conceito, pois mostram que não era apenas a metrópole, por meio de suas condenações ao degredo externo (para fora do reino), que determinava os destinos que receberiam esses condenados ao exílio penal. Isto porque se percebe que as colônias também desempenhavam um papel importante na designação dos locais de envio, como demonstra a carta do ouvidor-geral, que escrevia ao rei a partir do Rio de Janeiro e da experiência prévia do governador daquela capitania no envio de degredados para o sul.

Deste modo, os primeiros degredados de que se tem notícia chegando à Colônia não vieram do reino, mas, sim, da América Portuguesa. Uma das primeiras ordens que designam explicitamente que degredados deveriam ser enviados para lá não partiu do rei, mas sim do governador do Rio de Janeiro. Trata-se de uma ordem de 1685 que determinava o degredo para aquela praça de qualquer pessoa usando máscaras pelas ruas da cidade, visando coibir os abusos que mascarados vinham praticando na cidade. Neste período observa-se a profunda conexão entre Rio de Janeiro e Colônia do Sacramento também em relação aos degredados, e a participação do governador fluminense nesta política de colonização forçada antes mesmo de qualquer ordem da Coroa neste sentido (LESSA, 2018, p.38). Uma ordem neste sentido viria em outubro de 1689, através de um decreto régio estabelecendo que homens e mulheres condenados ao degredo para o Brasil fossem todos remetidos especificamente à Colônia, dando uma outra dimensão para a praça enquanto destino de degredados:

Por me constar pelos avisos que vieram nesta frota que em a nova Colônia do Sacramento tem faltado muita gente do seu primeiro presídio, e que necessita dela para a sua conservação principalmente de lavradores, e de oficiais e de algumas mulheres, que, casando, possam aumentar aquela habitação, hei por bem que todos os homens e mulheres que estiverem

² Fonte: Informação do ouvidor-geral Tomé de Almeida de Oliveira ao rei. Rio de Janeiro, 15 jun. 1687. Arquivo Histórico Ultramarino, ACL_CU, cx. 9, doc. 1614 (Rio de Janeiro – Eduardo de Castro e Almeida).

degradados para o Estado do Brasil, sendo por sua idade capazes do efeito que se procura, se lhes comute o degredo para a dita Colônia.³

Já em relação aos decretos régios de envio de degradados para a Ilha de Santa Catarina, observamos mais uma vez que foram precedidos por envios internos, de ordens que partiram do vice-rei Marquês do Lavradio para reforçar a segurança da Ilha após sua invasão por forças castelhanas em 1777. Se na documentação encontramos já na década de 1770 uma intensificação da presença de degradados de diferentes partes da América portuguesa na ilha, somente em 1794 um decreto régio vem a “oficializar” Santa Catarina como destino preferencial para o envio de degradados de todo o império português, estabelecendo que:

Por justos motivos que me foram presentes sou servida, que os degredos, em que os réus presos no Limoeiro tenham sido condenados para o Pará e Maranhão, sejam comutados para a Ilha de Santa Catarina pelo tempo que aos juízes parecer justo. O mesmo se observará com os sentenciados na Relação do Porto, que se acharem nas cadeias desta cidade, cujas sentenças, na mesma forma em que se acharem no juízo dos degradados, serão remetidos às varas da corte, para se determinar a comutação; e se continuará a dar o mesmo destino aos que se forem sentenciando, e cujas culpas não merecem um mais grave degredo.⁴

No ano seguinte, uma minuta sobre “*a questão dos degredados que devem passar para a Ilha de Santa Catarina*”⁵ nos mostra a continuidade das ordens oriundas do centro no sentido de manter o envio de degradados para a Ilha de Santa Catarina. Poucos anos depois, porém, novamente surge uma ordem, desta vez para interromper o seu envio para a Ilha, dando preferência a novas áreas em que a colonização dirigida se fazia mais necessária naquele momento:

Tendo consideração que na Ilha de Santa Catarina pela bondade do seu clima não é própria para servir de degredo aos delinquentes: sou servida ordenar que daqui em diante senão possa degradar réu algum para a dita ilha, mas que aqueles que pelos seus delitos menos graves merecerem o degredo do Brasil, se mandem para a capitania de Mato Grosso, e para os rios Branco, Negro e Madeira, climas que sendo menos favoráveis, tem necessidade de serem povoados.⁶

Quanto à precedência de ordens de governadores e vice-reis determinando degredos internos, antes mesmo de ordens régias para degredos oriundos de todo o restante do império

³ Fonte: Decreto Régio de 29 de outubro 1689. In: ANDRADE E SILVA, 1859, p.205.

⁴ Fonte: Decreto Régio de 30 de junho de 1794. In: SILVA, 1828, p. 183.

⁵ Fonte: Minuta do secretário Luís Pinto de Sousa Coutinho ao Vice-Rei, 30 de maio de 1795. Arquivo Histórico Ultramarino - ACL-N-Rio de Janeiro (Projeto Resgate), caixa 154, n. catálogo: 11.673.

⁶ Fonte: Decreto Régio de 20 de novembro de 1797. In: SILVA, 1828, p.465.

português – fato que podemos observar na Colônia do Sacramento e também na Ilha de Santa Catarina – nos mostra uma face do degredo diferente daquela analisada por Timothy Coates ao tratar da colonização dirigida. Mesmo que o autor aponte a flexibilidade como uma característica central do sistema de degredo, acaba focando sua análise sobretudo nos registros de degredados saídos do reino a partir de ordens régias, podendo passar a impressão de um sistema muito mais centralizado e mais dependente de ordens régias do que de fato parece ter sido. Como nos alerta Gil Pujol ao tratar da ausência de planos unificados na gestão dos territórios que compunham as monarquias da época moderna:

Controlo, absolutismo, centralização e outras expressões deste tipo foram por vezes usadas com demasiada facilidade e despreocupação. Nem sempre a acção dos governos respondia a planos claros, pré-concebidos e maduros, mas com frequência tratava-se de medidas tomadas no momento para fazer frente a contingências inesperadas. (GIL PUJOL, 1991, p.133)

Assim, uma pergunta pertinente quando observamos lado a lado a presença de degredados e açorianos na fronteira meridional é o quão “dirigida” realmente poderia ser esta “colonização dirigida” por parte da Coroa, uma vez que o que caracterizava este império, muito mais do que uma centralização de decisões em relação a ocupação e expansão de territórios, era na verdade uma

inexistência de um modelo ou estratégias gerais para a expansão portuguesa. Existem, evidentemente, vários tópicos usados incidentalmente no discurso colonial para justificar a expansão. Um deles era a ideia de cruzada e de expansão da fé. Mas, a par dele, vinha o do engrandecimento do rei ou das finalidades do comércio metropolitano ou, mais tarde, de população. No entanto, esse conglomerado não era harmônico, sendo que cada tópico levava frequentemente a políticas diferentes ou mesmo opostas. Aparentemente, o equilíbrio dos vários mudava com os tempos e com os lugares. [...] os interesses mercantis, o proselitismo religioso, e, mais tarde, os intuídos povoadores ou de drenagem demográfica constituíam, sucessivamente, a justificação oficial da colonização do Brasil (HESPANHA, 200, p.169)

Desta forma, o que temos em termos documentais enquanto ordens oriundas do centro, passando pelo Conselho Ultramarino, são decretos que apontam o sul como local para envio de açorianos e ao mesmo tempo a fronteira meridional como local de degredo definido também a partir de ordens régias. Estes documentos, no entanto, se mostram muito mais respostas conjunturais a crises específicas. Ao contrário da Colônia do Sacramento, em que as ordens régias para o envio de degredados foram enviadas antes das determinações para envio de casais, na Ilha de Santa Catarina os alvarás régios relativos a açorianos precederam em mais de duas décadas os de envios de degredados.

No texto “O ouvidor como ladrilhador: O papel dos oficiais régios na urbanização do Brasil, século XVIII”, Maria Fernanda Bicalho e Renata Araújo (2017) apontam um caminho interessante para analisar estes decretos régios não como ordens centralizadas e padronizadas emanadas de Lisboa sem qualquer contato com a realidade dos territórios aos quais se destinavam, mas sim como documentos elaborados com participação de conselheiros ultramarinos que tiveram ativa participação na fronteira meridional:

Mais interessante ainda são os nomes que surgem, em dezembro de 1746, na consulta do Conselho Ultramarino sobre a necessidade de criar uma vila no Aracati de Jaguaribe, também no Ceará, cujos assinantes foram Alexandre de Gusmão, Tomé Joaquim da Costa Corte Real e Rafael Pires Pardini. A carta foi emitida em 17 de Julho de 1747, juntamente com outra para a criação de uma vila no Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul. Em 9 de Agosto do mesmo ano, uma provisão régia determinava o transporte de casais açorianos para o Sul. Esta provisão também menciona os nomes de Rafael Pires Pardini e Alexandre de Gusmão, e ambas se inserem na conjuntura específica que antecedeu a elaboração do Tratado de Madri (BICALHO; ARAUJO, 2017, p. 245)

Rafael Pires Pardini, mencionado pelas autoras, havia sido ouvidor de São Paulo e entre 1720 e 1721 visitou as vilas e povoações mais meridionais da América Portuguesa para realizar correições: Laguna, Desterro, São Francisco do Sul, Curitiba e Paranaguá. E em 1747, já enquanto conselheiro ultramarino, participou das discussões em torno do alvará de envio de açorianos para o sul, que tomava exatamente a Ilha de Santa Catarina, já visitada por ele, como centro para recebimento dos casais.

Desta forma, ainda que estas ordens régias não demonstrem um plano unificado e centralizado para povoamento, ao colocarmos lado a lado diferentes formas de migração dirigida determinadas pela Coroa através de decretos, podemos observar uma crescente racionalização de sua atuação do território meridional e de territorialização do seu poder. E como nos mostra o exemplo de Rafael Pires Pardini, foi um processo no qual a justiça régia teve importante participação através dos ouvidores, conhecedores por excelência das vilas pertencentes às suas comarcas graças às viagens correicionais que realizavam.

Assim a história da incorporação da fronteira meridional e das diferentes formas de colonização dirigida utilizadas pela Coroa não pode ser desvinculada da atuação judiciária na região, tanto através da justiça penal (enviando degredados), como através da presença crescente de ouvidores régios enviados para a fronteira. Estes, muito mais do que somente juízes, tornavam-se verdadeiros conhecedores dos territórios por onde passavam, como apontam Bicalho e Araújo (2017), acumulando conhecimentos que mais tarde poderiam ser

usados pela Coroa para criação de decretos régios como os que determinavam o envio de açorianos ou degredados para o sul. Este progressivo aumento da presença dos ouvidores régios pode ser observado, primeiramente, com ouvidores esporadicamente enviados em viagens de correição, como foi o caso de Rafael Pires Pardino. Para finalmente, a partir de 1749, se fixarem em definitivo na região com a instalação de uma ouvidoria régia na fronteira, tendo como sede a vila do Desterro na Ilha de Santa Catarina.

Observo também que a criação da Ouvidoria de Santa Catarina, que tinha jurisdição tanto sobre o Rio Grande de São Pedro quanto sobre Santa Catarina, está diretamente vinculada ao envio de açorianos para o sul, e, portanto, ao tema da colonização dirigida. Isto porque a carta de 1747 sobre o envio dos casais de ilhéus (cuja elaboração, vimos, contou com a participação de um ouvidor que em 1720 já havia passado pela fronteira) previa uma ouvidoria que desse conta destas novas regiões a serem povoadas. Até então, o território que receberia os futuros colonos ainda estava sob jurisdição da Ouvidoria de Paranaguá, cuja sede ficava cada vez mais distante das povoações que iam surgindo mais ao sul. Por conta disto, o documento estabelecia que:

O Brigadeiro José da Silva Paes providenciará para que em cada um dos ditos lugares, se constitua logo um juiz na forma da ordenação. Deveis me informar, com o vosso parecer, em razão da distância da Ouvidoria de Paranaguá, quando for conveniente alguma povoação ter Ouvidor, separando a administração da Justiça.⁷

Assim, uma das primeiras menções à necessidade de criação de uma ouvidoria mais ao sul, separada da de Paranaguá, é encontrada nesta carta tratando do transporte de casais açorianos e madeirenses para o sul. Além disto, os limites da jurisdição em que estes ouvidores de Santa Catarina atuariam a partir de 1749 acabam sendo muito próximos daqueles limites estabelecidos dois anos antes pelo documento relativo aos açorianos. Tanto a ouvidoria de Santa Catarina quanto a área prevista para instalação dos casais povoadores eram limitadas ao norte pelo Rio de São Francisco e ao sul pela região da Lagoa Mirim. Desta forma, enquanto a carta régia de 1747 estabelece que

O dito brigadeiro [José da Silva Paes] porá todo o cuidado em que estes novos colonos sejam bem tratados e agasalhados e assim que lhe chegar esta ordem procurará acolher assim na mesma Ilha [de Santa Catarina], como nas terras adjacentes desde o Rio de São Francisco do Sul, até o Serro de Miguel

⁷ Fonte: Carta Régia de 09 de agosto de 1747, D. João V, Rei de Portugal, ao Governador do Rio de Janeiro (Sobre a vinda de colonos açorianos e madeirenses) in: SILVA, 2007, p. 303.

e no sertão correspondente a este distrito, com atenção porém a que se não dê justa razão de queixa aos espanhóis confinantes.⁸

Dois anos depois, a Ouvidoria de Santa Catarina seria criada tendo como limites uma área bastante próxima:

o distrito dessa nova Ouvidoria ficará para o norte pela barra austral do Rio de São Francisco pelo Cubatão do mesmo Rio e pelo Rio Negro que se mete no Grande de Curitiba, e que para o sul acatará nas vertentes que desaguardam para a Lagoa Imeri.⁹

A elevação da vila do Rio Grande também traz um exemplo claro de como os ouvidores régios enviados para a fronteira meridional atuavam de maneira estratégica e territorial. Prevista desde 1747 para ser fundada com a presença do ouvidor de Paranaguá, através de uma carta régia assinada por entre outros conselheiros ultramarinos, Rafael Pires Pardiniho, acabou só sendo efetivamente fundada quando a nova ouvidoria foi instalada em Santa Catarina. Assim, seu primeiro ouvidor pôde finalmente se deslocar do Desterro para elevar a povoação à condição de vila, permanecendo lá por longos meses verificando, em nome do rei, como estava sendo a instalação da mais meridional de todas as vilas criadas na América Portuguesa entre os séculos XVI e XVIII.

A presença do ouvidor na transformação do povoado do Rio Grande em vila não era por acaso: eles, enquanto *co-regedores*, ou seja, regendo junto ao rei, e em nome dele, tornaram-se peças fundamentais para a expansão da malha administrativa lusitana, não apenas enquanto representantes do poder central através das ouvidorias. Mas também através de sua ativa participação na institucionalização dos poderes locais através da criação de novas vilas, e seus constantes retornos a estas vilas através de viagens correicionais para verificar como as justiças locais estavam procedendo.

Em informe sobre o Rio Grande de São Pedro enviado pelo ouvidor ao monarca em 1757, o magistrado apresenta-se como o responsável pela elevação da vila, ao informar “que na ocasião em que erigi vila aquele estabelecimento, não achei em que lhe estabelecer patrimônio mais que no açougue”¹⁰. Em seguida o ouvidor prossegue discutindo sobre como deveria se constituir o patrimônio da Câmara.

⁸ Fonte: Carta Régia de 09 de agosto de 1747, D. João V, Rei de Portugal, ao Governador do Rio de Janeiro (Sobre a vinda de colonos açorianos e madeirenses). In: SILVA, 2007, p. 301-2.

⁹ Fonte: Carta ao Ouvidor de Santa Catarina, 20 de novembro de 1749. In: SILVA, 2007, p.313.

¹⁰Fonte: Informação do Ouvidor Geral da Comarca da Ilha de Santa Catarina. 23 de Junho de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino - ACL_CU_017-1, Cx. 85\Doc. 19889, Anexo 19890.

Temos então um representante dos “poderes do centro” fundando uma vila em nome do rei (em uma fronteira a ser povoada tanto por açorianos quanto por degredados) e ao mesmo tempo buscando estabelecer um patrimônio para a câmara poder se sustentar, enquanto um poder local e com sua própria justiça ordinária. As vilas então, apesar de sujeita às correições frequentes dos ouvidores, preservavam um considerável grau de autonomia. A Coroa, através do magistrado que enviara para erguer a nova vila, precisava em certa medida entrar em acordo, negociar, e ceder algo para a elite local. Era o próprio monarca, através de seu ouvidor, que buscava então estabelecer um patrimônio para a câmara, capaz de lhe dar algum grau de autonomia. Assim, ao mesmo tempo em que o monarca, representado pelo ouvidor, buscava estender a soberania régia na região e definir quais colonizadores dirigiria para lá, as câmaras mantinham seu poder local naquela sociedade corporativa:

As Câmaras escapavam em alguma medida à soberania real, pois advogavam o duplo compromisso de efetivar o bom serviço ao rei e zelar pelo interesse da coisa pública local. Sua legitimidade derivava da prerrogativa de nomear seus próprios vereadores dentre os cidadãos da vila que administrava. O rei, usualmente por meio de um ouvidor, reconhecia tais indicações, mas a fórmula previa a autonomia da comunidade, ao menos em nível teórico. (COMISSOLI, 2021, p. 17-8)

Este é então um aparente paradoxo na relação entre poderes locais e poder central e que acabava por envolver também os ouvidores régios, as câmaras, os açorianos e degredados que estamos analisando na fronteira meridional. Porém, como nos esclarece Maria Fernanda Bicalho:

O processo de territorialização por que passou a América portuguesa não foi sinônimo de homogeneização ou de integração territorial. As circunscrições territoriais criadas e recriadas, quer durante a União Ibérica, quer ao longo do reinado de D. João V, tiveram um profundo sentido político, na medida em que a separação e a delimitação de espaços de jurisdição operaram no sentido de redefinir esferas políticas, criando poderes mais autônomos, consubstanciados, sobretudo, nas vilas e cidades. No entanto, num aparente paradoxo, a expansão territorial e a reorganização do espaço americano, ao multiplicar as jurisdições e modificar os equilíbrios de poder, contribuíram para a afirmação da centralidade da Coroa. Poderíamos então concluir que o processo de centralização e a intensificação do poder real, se por um lado se prendeu à autonomização e à potencialização dos poderes locais, correspondeu, por outro, à constituição de um território submetido à administração da Coroa e de seus funcionários. (BICALHO, 2016, p.57)

Ou seja, a territorialização do poder régio não se deu apenas através da criação de novas circunscrições territoriais a serem comandadas por oficiais nomeados pela Coroa, como as comarcas e as ouvidorias, mas igualmente pelas menores partes destas divisões, as vilas,

sob comando das elites locais. Destas, a Coroa não poderia prescindir se quisesse garantir sua soberania na região, ainda que isto significasse abrir mão de parte de seu poder em favor de certa autonomia local. Nesta relação entre poder régio e poderes locais, os ouvidores enviados pelo monarca eram parte essencial das negociações, pois não apenas elevavam vilas, como Rio Grande, mas igualmente deveriam visitá-las com frequência para verificar se as administrações locais estavam prosseguindo de acordo com as determinações régias. Poderiam verificar inclusive como estava a implementação da colonização dirigida que se utilizava de açorianos e degredados para aumentar a população.

Concluo, por fim, que a territorialização do poder régio na fronteira meridional, incluindo o envio de povoadores e criminosos para cumprirem suas penas, não pode ser dissociada da atuação de ouvidores régios e dos seus ampliados poderes neste mundo do Antigo Regime. Com a colaboração de funcionários como eles, mesmo com todas as limitações e negociações envolvendo os outros corpos constituintes daquela sociedade (como as câmaras municipais) a “colonização dirigida pela Coroa” poderia ser posta em prática.

Fontes

Carta Régia de 09 de agosto de 1747, D. João V, Rei de Portugal, ao Governador do Rio de Janeiro (Sobre a vinda de colonos açorianos e madeirenses) in: SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Subsídios para a história da Província de Santa Catarina*. Volume 1. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2007[1866], pp.299- 306.

Carta ao Ouvidor de Santa Catarina, 20 de novembro de 1749. SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Subsídios para a história da Província de Santa Catarina*. Volume 1. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2007[1866], p.313.

Decreto Régio de 29 out. 1689. In: ANDRADA E SILVA, José Justino de. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. Tomo: 1683-1700. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859. p. 205.

Decreto Régio de 30 de Junho de 1794. In: SILVA, Antônio Delgado. *Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das Ordenações*. Lisboa: Tipografia Maignense, 1828. pp. 183-184.

Decreto Régio de 20 de novembro de 1797. In: SILVA, Antônio Delgado. *Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das Ordenações*. Tomo: 1791-1801. Lisboa: Tipografia Maignense, 1828. p.465.

Informação do ouvidor-geral Tomé de Almeida de Oliveira sobre a desvantagem da conservação da nova colônia de Buenos Aires ao rei. Rio de Janeiro, 15 jun. 1687. AHU_ACL_CU, cx. 9, doc. 1614 (Rio de Janeiro – Eduardo de Castro e Almeida).

Minuta do Secretário Luís Pinto de Sousa Coutinho ao Vice-Rei, 30 de maio de 1795. Arquivo Histórico Ultramarino - ACL-N-Rio de Janeiro (Projeto Resgate), caixa 154, n. catálogo: 11.673.

Referências

BICALHO, Maria Fernanda. *A Territorialização do Poder Régio na América Portuguesa (Séculos XVII e XVIII)*. In: SOUZA, Armênia Maria de; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (orgs.). *Mundos ibéricos : territórios, gênero e religiosidade*. São Paulo : Alameda, 2016.

BICALHO, Maria Fernanda; ARAÚJO, Renata Malcher de. *O ouvidor como ladrilhador: O papel dos oficiais régios na urbanização do Brasil, século XVIII*. In: BICALHO, Maria Fernanda; ASSIS, Virgínia Maria A.; MELLO, Isabele. *Justiça no Brasil Colonial. Agentes e Práticas*. São Paulo: Alameda, 2017.

COATES, Timothy J. *Degradados e órfãs: colonização dirigida pela Coroa no Império português (1550-1775)*. Lisboa: CNCDP, 1998.

COMISSOLI, Adriano. *Soberania em território alheio: comandantes e espiões ibéricos nas fronteiras da América, séculos XVIII e XIX*. Almanack, [S. l.], n. 27, p. 1–54, 2021.

GIL PUJOL, Xavier. *Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre Capital e territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII*. Penélope. Fazer e desfazer história, n.6. Lisboa: Edições Cosmos, 1991.

HESPANHA, Antonio Manuel. “*A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes*”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LESSA, Aluísio Gomes. *Exílios Meridionais: O Degredo na Formação da Fronteira Sul da América Portuguesa (Colônia do Sacramento, Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina, 1680-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Uma família Lusitana atravessa o Atlântico: os Osório em Rio Grande de São Pedro no século XVIII

Guilherme de Mattos Gründling¹

Introdução

Este artigo tem o objetivo de acompanhar os vestígios do passado da família Osório, durante a inserção em Rio Grande de São Pedro, na primeira metade do século XVIII. O estudo tem origem no projeto de doutorado: *Guerra, Política e Relações de Poder: a trajetória de Manoel Luís Osório (1808-1879)*. O personagem principal deste estudo é Manoel Luís Osório, porém tornou-se fundamental reconstruir, ao menos em parte, a trajetória de sua família no século XVIII. Ainda que seja um recuo temporal considerável com relação ao personagem principal, certos aspectos da origem social da família podem ser elucidativos a seu respeito. Diante desse cenário, alguns questionamentos são imprescindíveis: o que a família Osório pretendia com a viagem ao Rio Grande? Será que deixaram alguém para trás? Qual o posicionamento social desta família na sociedade portuguesa setecentista?

Antes de responder a tais questionamentos, são necessárias algumas ponderações. Mapear e identificar o posicionamento social que uma família ocupou na sociedade portuguesa entre o final do século XVII e o início do século XVIII, não é das tarefas mais simples. Além das imprecisões relativas ao tempo, existe ainda outro agravante. O terremoto de 1755, que devastou grande parte de Lisboa, possivelmente tenha também atingido à região do Cartaxo, arruinando bom número de registros históricos. (SOUZA, 2008) Todavia, com base em diversos vestígios históricos, em pesquisa documental e bibliográfica, chegou-se às informações aqui compartilhadas.

O propósito deste artigo é acompanhar a trajetória dos integrantes da família Osório. Através de suas motivações individuais e experiências profissionais, reconstruir a coleção normativa pelas quais esses indivíduos manejaram suas ações práticas como representantes do Império português. Ainda vale ressaltar, que a predominância de informações de alguns integrantes dessa família em relação a outros, relaciona-se a escassez de fontes e/ou de informações. O intuito dessa experiência é articular a escrita do social por meio da singularidade do passado da família Osório. Para tanto, foi necessário aceitar tais discontinuidades e lacunas documentais, preenchidas apenas por expressões como: *talvez, possivelmente, provavelmente*, entre outras. (DAVIS, 1987; SOUZA, 2008)

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ) - Bolsista CAPES.

A história que culminou com a viagem dos Osório rumo ao território de Rio Grande, teve início em 1736. Em 25 de março desse ano, partiu de Lisboa com destino ao sul das Américas uma expedição comandada por João V, Rei de Portugal. Antes de atracar em seu destino, o Rio da Prata, a esquadra que saiu de Lisboa ainda fez duas escalas no território brasileiro. No Rio de Janeiro, onde foram incorporadas outras tropas de mar e de terra vindas da Bahia e de Minas Gerais. E, posteriormente, em Santa Catarina onde foram abastecidas de mantimentos para a sequência da expedição.

Para liderar a expedição ao sul do Atlântico, D. João V escolheu nomes de sua confiança. Em carta escrita de Lisboa, em 23 de março de 1736, D. João V explicou ao capitão de mar e guerra Luís Abreu Prego as motivações daquela expedição:

“(…)Tenho resolução de mandar ao Rio da Prata uma esquadra de Naus de Guerra, que será composta das três que presentemente estão prontas a partir com a frota do Rio de Janeiro as quais seguirão outras duas que devem partir com a frota da Bahia, além de outras embarcações que tenho mandado armas no Rio de Janeiro para que unidas todas possam tomar satisfação dos referidos insultos e livrar a praça da Colônia e os navios de comércio dos meus vassallos da opressão a que pretende reduzi-los o escandaloso procedimento dos espanhóis e por confiar da vossa capacidade, zelo e valor que nesta ocasião me servireis com o mesmo acerto com que o tens feito em outras; hei por bem nomear-vos para Comandante da Expedição, na qual executareis as ordens seguintes.”²

O objetivo era chegar ao Rio da Prata e desbloquear essa importante rota comercial, naquela conjuntura bloqueada por forças castelhanas. Analisando por outra escala as informações contidas dessa carta, os conflitos geopolíticos entre as Coroas Ibéricas, Portugal e Espanha, impactaram a livre navegação de embarcações portuguesas e inglesas na região do Prata. No trecho acima, por determinação régia, a expedição deveria enfrentar as tropas espanholas, com o intuito de desbloquear a navegação do Rio da Prata.

Desse modo, no dia seguinte à comunicação supracitada, em 24 de março de 1736, D. João V também enviou correspondência a Gomes Freire de Andrada. A mensagem determinava que aquela expedição deveria: ocupar e estabelecer fortificações nas regiões de Montevideú, da Nova Colônia de Sacramento, de Maldonado e de Rio Grande.³ No entanto, a expedição encontrou grandes dificuldades em sua execução. Os problemas foram impostos pelos adversários castelhanos no Rio da Prata, mas também pelas intempéries climáticas.

² Fonte: Manuscritos do Brasil, Livro 9, 23 de março de 1736, ANTT. (Carta do Rei D. João V ao capitão de Mar e Guerra Luís Abreu Prego) <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4493972> - ANTT- PT-TT-MSBR-0009_m0021_m0030.

³ Fonte: Manuscritos do Brasil, Livro 9, 24 de março de 1736, ANTT. (Carta do Rei D. João V ao governador Gomes Freire de Andrada) <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4493972> - ANTT - PT-TT-MSBR-0009_m0013_m0018.

Das localidades supracitadas, Maldonado não correspondeu às expectativas Lusas, quanto a ocupação e ao estabelecimento de núcleos de povoamento. As localidades de Montevideu e Nova Colônia de Sacramento continuaram sob controle da Espanha. Portanto, somente a localidade de Rio Grande e o início da fundação de uma fortificação, salvou o propósito da expedição de um total fracasso.⁴ (POSSAMAI, 2005; PRADO, 2002; MONTEIRO, 1937)

Vale salientar que a ocupação daquela localidade, Rio Grande, esteve nos planos do Conselho Ultramarino ao menos dez anos antes do início de sua construção. O local era importante para a proteção e para o domínio do território, permanentemente em disputa com os diferentes povos nativos e também em relação aos espanhóis. Embora também estivesse bastante distante da Colônia de Sacramento, ainda assim, o porto de Rio Grande ficava mais próximo da cobiçada rota comercial do Rio da Prata, em relação ao porto de Laguna na Capitania de Santa Catarina. (POSSAMAI, 2018) Quando iniciaram os primeiros relatos vindos do Prata, das hostilidades entre as duas Coroas, o brigadeiro José da Silva Paes, em consulta com o Conselho Ultramarino, retomou a defesa da urgência em construir uma fortificação e um núcleo de povoamento naquele território.⁵

Desse modo, a construção da Fortaleza de Jesus Maria José da Barra do Rio Grande, como assim foi denominada, iniciou em fevereiro de 1737. A expedição portuguesa ao sul do território colonial, interferiu em diversos projetos de vida, movimentou uma série de militares e de famílias em direção a um território distante e ainda pouco conhecido. Para a organização militar da Fortaleza de Jesus Maria José, em Rio Grande, foi necessário o envio de um Regimento de Dragões, em grande parte já localizados em Minas Gerais. A outra parte do efetivo militar de Dragões, seria encaminhada de Portugal. Durante o século XVIII, o Exército português se organizava a partir de quatro Armas: a Cavalaria, a Infantaria, a Artilharia e os Dragões. Cada uma dessas armas, possuía características distintas:

A Cavalaria tinha como característica a velocidade, servindo para as correrias, escoltas, inquietação, vigia avançada, além de assegurar as retiradas e dar parte do que se observava. Suas armas eram: a clavina curta, pistola, espada, casquete ou trempe. A infantaria tinha por missão os combates e sítios. Seus soldados utilizavam de piques, armas de fogo e baionetas. A artilharia seria a responsável pelas operações de tomadas de cidades e apoio em geral. Por fim, os dragões eram uma espécie de infantaria

⁴ Fonte: Conselho Ultramarino, 09 de setembro de 1737, Ofício do brigadeiro José da Silva Paes ao governador e capitão general Gomes Freire de Andrada. <https://digitalq.ahu.arquivos.pt/details?id=1347455> (AHU_CU_RIO GRANDE DO SUL, Cx. 1, D. 9)

⁵ Fonte: Consulta do Conselho Ultramarino de 21 de janeiro de 1726. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

instituída primeiramente na França, a quem se mandavam dar cavalos para neles se transportarem a qualquer parte que fosse preciso com mais brevidade, atendente àqueles países muitos extensos. Pelejavam a cavalo ou a pé e o mesmo uso tem hoje a nossa cavalaria razão porque se vê muito pouca diferença no modo de servir e nas armas só se distinguem os dragões manejando as da infantaria, e os de cavalo as clavinadas. (COTTA, 2004, p.235-236)

Com origem nas milícias francesas, os dragões correspondiam a tropas de primeira linha ou tropas regulares. Isso significava que seus serviços eram remunerados pela Coroa. Em relação aos movimentos militares, foram os Dragões incorporados às Armas de Portugal por serem tropas aptas para o serviço com ou sem cavalo, armados de baionetas e de espingardas, assim como as tropas de Infantaria. Desse modo, as longas distâncias enfrentadas nos exercícios de proteção de um território amplo, eram mais facilmente percorridas pelos Dragões a cavalo. Ao menos, essas eram as expectativas da Coroa portuguesa.

De todo modo, no final da década de 1730, o Regimento de Dragões de Minas Gerais foi deslocado à Colônia de Sacramento, com o intuito de ajudar no combate ao Exército hispânico no desbloqueio da navegação no Prata. Além deles, também partiam rumo à Colônia, tropas de Infantaria e de Artilharia vindas de Portugal, da Bahia e do Rio de Janeiro. Os demais oficiais de Dragões, que fariam parte do regimento levados à Colônia, seriam recrutados em Portugal. Os quadros superiores de oficiais das tropas de Dragões, em grande parte, eram formados por portugueses nascidos no Reino, provenientes da nobreza. Tais indivíduos ficariam sob o comando do coronel português Diogo Osório Cardoso.

Uma resolução como essa era bastante delicada. Enviar um regimento de Dragões formado por portugueses à Colônia de Sacramento, além das demais tropas que já estavam em combate vindas de diferentes locais do território colonial, colocou frente a frente grandioso número de pessoas, de culturas distintas, em um cenário de conflito. (COTTA, 2004)

Em 1736, as tropas Dragões chegaram à Colônia de Sacramento. Entretanto, tais tropas logo perceberam que a presença delas ali causaria incômodos e rivalidades entre militares que já prestavam serviço naquele local. Ao que tudo indica, a presença dos comandantes de Dragões na Colônia de Sacramento, contrastava com as pretensões de outros oficiais que já estavam destacados naquela localidade. Os militares da Colônia de Sacramento, grande parte formada por regimentos Auxiliares e por companhias de Ordenanças, tropas não remuneradas, sentiam seus cargos ameaçados com a presença do efetivo português, em especial, os comandantes portugueses das companhias de Dragões. (POSSAMAI, 2018)

Em muitos casos, esses regimentos possuíam a base de sua organização por origem familiar. As tensões, certas vezes, eram inevitáveis e ocorriam em diversos níveis, possivelmente devido as bases das relações sociais nesses regimentos militares, encontrarem-se já estabelecidas. Desse modo, a chegada de uma Companhia de Dragões poderia modificar as redes de interdependência, desequilibrar a dinâmica social previamente estabelecida na localidade. (SOUZA, 2008)

Nesse sentido, com grande contingente militar levado à Colônia e com o descontentamento gerado pelo envio da Companhia de Dragões para essa localidade, o governador do Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrada alterou a ordem e designou que se deslocassem para a região da Barra do Rio Grande. Desse modo, o Regimento de Dragões que seria comandado pelo coronel Diogo Osório Cardoso, foi designado à guarda de Rio Grande. O regimento tornou-se a base de construção, de defesa e de ocupação da Fortaleza de Jesus Maria José.

Diante da oportunidade de comandar o Regimento de Dragões, o coronel Diogo Osório Cardoso não hesitou em utilizar das vantagens dessa posição social, para incluir naquela viagem, o nome de seus três sobrinhos: Francisco Coelho Osório, Tomás Luís Osório e José Antônio Cardoso Osório (bisavô de Manoel Luís Osório). Esses quatro indivíduos nasceram na Vila de Cartaxo, no distrito de Santarém, Portugal. A viagem para aquelas paragens do sul do Atlântico poderia encaminhar a vida de cada um dos integrantes da família Osório.

No próximo item, buscou-se dar sequência as questões anunciadas, principalmente com relação a vinda da família Osório ao Rio Grande de São Pedro. Diogo Osório Cardoso teve as chances que o Império português, em sua obstinada missão de manter um amplo território, ofereceu a seus súditos. A decisão de seguir rumo ao território brasileiro, abriu caminho para encaminhar a vida de seus sobrinhos. Ao incluir os seus nomes no Regimento de Dragões, simbolicamente, apresentava-os aos benefícios de servir à Coroa. Do ponto de vista dos sobrinhos, Francisco Coelho Osório, Tomás Luís Osório e José Antônio Cardoso Osório, a possibilidade de seguir viagem rumo ao longínquo canal de Rio Grande, por meio da inserção social do tio no regimento de Dragões, poderia facilitar o acesso a patentes militares e ao acúmulo de prestígio social.

Uma família Lusitana: Os Osório em Portugal

Diogo Osório Cardoso era o filho mais novo de Belchior Cardoso Osório e de Teodósia Felipa de Almeida, moradores da Vila de Cartaxo, Distrito de Santarém, em Portugal.⁶ A data precisa de seu nascimento, entretanto, não se encontrou, mas se estima que tenha ocorrido em 1695. O filho mais velho desse casal, Francisco da Fonseca Osório, pai dos três jovens que seriam integrantes do Regimento de Dragões de Rio Grande, também nasceu na mesma Vila de Cartaxo, por volta do ano de 1690.

Francisco da Fonseca Osório foi casado com Antônia Maria Perestrela. Tiveram três filhos: Francisco Coelho Osório (1714), Tomás Luís Osório (1717) e José Antônio Cardoso Osório (1719). Em parênteses estão as datas estimadas de seus nascimentos. Não se encontrou informações mais detalhadas sobre Francisco da Fonseca Osório e Antônia Maria Perestrela, mas ao que tudo indica, os dois faleceram antes dos filhos seguirem rumo à colônia, em 1737. Diferentemente de seu irmão, Diogo Osório não se casou e não registrou paternidade de nenhuma criança.

Sob outro eixo de análise, pode-se afirmar, com certa segurança, que se tratava de uma família tradicionalmente de militares. Mas o que isso quer dizer? Acredito que no máximo, tal consideração serve para recordar de que se trata de outro período. Ou seja, é fundamental pensar na existência de outras regras e de outros padrões de reciprocidade, regras de hierarquização militar e de organização do Exército enquanto instituição.

Até meados do século XVIII, o Exército português não seguiu normas e padrões técnicos em sua organização hierárquica. Era bastante comum, integrantes dos quadros de oficiais cujas progressões de carreira se davam por distintas razões. De certa forma, isso “se deve ao monopólio que a Coroa exercia sobre a distribuição de patentes, então vistas como mais um dos vários bens simbólicos distribuídos pelo monarca em remuneração aos serviços prestados por seus súditos”. (SOUZA, 2008, p.49) A partir de 1750 uma reformulação de tais procedimentos começou a ser implementada, quando ascendeu D. José I ao trono português e nomeou Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal.

Antes disso, a hierarquia do Exército estava estreitamente articulada à própria hierarquia social. O uso mais completo de critérios e de normas próprias a essa instituição na promoção de carreiras, ficavam bastante restritos no século XVIII. Por essa razão, optou-se pelo critério analítico com foco nos indivíduos, pois o objetivo é reconstituir, ainda que dentro

⁶ Fonte: Disponível em: <https://genealogiafb.blogspot.com/>

de um certo limite, a complexa dinâmica de emergência social e profissional no Exército imperial português.

Sobre os registros encontrados da família, são poucos os documentos que detalham a ocupação profissional dos Osório em Portugal. Foi possível encontrar apenas indicações que o patriarca Belchior Cardoso Osório e o primogênito Francisco da Fonseca Osório teriam atingido o posto de capitão de Ordenanças na Vila de Cartaxo.⁷

As Companhias de Ordenanças foram criadas por determinação régia em 1570 e tinham como principal função a manutenção do ordenamento interno das vilas portuguesas. (MELLO, 2002)⁸ Ainda assim, saber que Belchior Cardoso Osório e que Francisco da Fonseca Osório atingiram a patente de capitão de Ordenanças, não permite concluir que tivessem uma origem humilde ou abastada. Por exemplo, poderiam ter desempenhado outras funções – serem homens de negócios, de contrabando ou de comércio – algo que lhe garantisse um bom sustento. Assim sendo, desempenhariam os cargos nas ordenanças, apenas, para manterem vínculos burocráticos com o regimento e/ou para obterem informações necessárias para as suas principais funções.

Contudo, vale destacar que os postos de comando das Companhias de Ordenanças não eram abrangentes à população em geral, uma vez que somente poderiam ser desempenhadas por indivíduos que reunissem “qualidades” necessárias para tais cargos. Ou seja, caracteres que à época, geralmente eram atribuídas às famílias de maior prestígio em cada localidade. (MONTEIRO, 1998, p.325)

O Regimento de Ordenanças era uma espécie de efetivo militar constituído por paisanos. Tinham um capitão-mor no topo da estrutura de comando, geralmente atribuídos aos “principais” de cada localidade. (SOUZA, 2008, p.99) A existência desses regimentos, evitavam os altos gastos da Coroa na manutenção dos efetivos militares. Por outro lado, fortaleceu politicamente as elites locais, fazendo dos Regimentos de Ordenanças um instrumento de negociação política. (KUHN, 2015)

Após muito insistir na investigação do perfil social de Belchior Cardoso Osório, foi possível encontrar no “Livro 5 das Mercês D’El Rei”, os registros de ao menos três mercês régias concedidas em seu nome, na década de 1680. Em todas estavam previstas

⁷ Fonte: Essa indicação foi encontrada em: <https://jornaldeca.pt/manuel-luis-osorio-as-raizes-cartaxenses-de-um-heroi-brasileiro/>

⁸ Fonte: PORTUGAL. Regimento dos capitães-mores, e mais capitães, e oficiais das companhias da gente do cavalo, e de pé; e da ordem que terão em se exercitarem de 10 de dezembro de 1570. *Sistema, ou Coleção dos regimentos reais, compilados por José Roberto de Campos Coelho e Sousa*. t. V. Lisboa, p. 183-194, 1789a. Disponível em: <http://www.ogovernodosoutros.ics.ul.pt>

remunerações aos serviços prestados à Sua Majestade. No primeiro alvará, do dia 10 de agosto de 1683, Belchior por “carta padrão” recebeu a “tença de 38\$000 réis”.⁹ No mês seguinte, no dia 1º de setembro de 1683, em outra “carta padrão” recebeu a “tença de 12\$000 réis, com Hábito”.¹⁰ Por último, em 30 de junho de 1688, o registro dizia o seguinte a seu respeito: “natural do lugar de Cartaxo, filho de Belchior Osório Cardoso, Fidalgo da Casa de Sua Majestade e neto de Francisco Cardoso Osório. Foro de Fidalgo Cavaleiro com 1\$600 réis de moradia e 1 alqueire de cevada”.¹¹

Nesta última mercê, notou-se que Belchior Osório não foi o primeiro Fidalgo Cavaleiro da família, pois seu avô, Francisco Cardoso Osório e o seu pai Belchior Cardoso, também receberam a mercê. Os homônimos em famílias portuguesas tornaram-se uma certa tradição. A fidalguia portuguesa durante boa parte do período medieval e moderno desfrutou de amplos privilégios. No fim da Idade Média, tais privilégios foram gradativamente institucionalizados, garantidos por ordem jurídica. Desse modo, já no princípio do século XVI: “ricos-homens, infanções e cavaleiros – foi substituída nos derradeiros séculos medievais por uma nova classificação – fidalgos, cavaleiros e escudeiros”. Acentuando, assim, a hereditariedade que está contida na própria “semântica do vocábulo fidalgo”. (MONTEIRO, 2005, p.6)

Sendo assim, a nobreza na sociedade portuguesa da era moderna, assim como em outras monarquias, passou a ser menos associada a uma função e vista mais como uma “qualidade”. Esse termo é central na cultura política das nobrezas entre os séculos XVII e XVIII, principalmente, por fazer menção à “qualidade do nascimento”, isto é, status que cada indivíduo teria herdado mesmo antes de nascer.

Para retomar a questão da estrutura social da família Osório, antes de encontrar os documentos de fidalguia de Belchior Osório Cardoso, o que se sabia é que Diogo Osório Cardoso e Francisco da Fonseca Osório não serviram como oficiais inferiores no reino. Os três filhos de Francisco, tampouco serviram nas tropas inferiores quando partiram ao Rio Grande. Em meados do século XVIII, as possibilidades de jovens militares seguirem a

⁹ Fonte: Livro 5 das Mercês d’El Rei D. Pedro II, por Alvará de Fidalgo Cavaleiro, 10 de agosto de 1683. <https://portal.arquivos.pt/record?id=oai%3APT%2FTT%3A1855506&s=%27T1Gqe%27> – (PT/TT/RGM/B-B/0003/3958) O termo “tença” possui o seguinte significado no dicionário: “pensão dada em remuneração de serviços”. Ver: <https://www.dicio.com.br/tenca-2/>

¹⁰ Fonte: Livro 5 das Mercês d’El Rei D. Pedro II, por Alvará de Fidalgo Cavaleiro, 01 de setembro de 1683. <https://portal.arquivos.pt/record?id=oai%3APT%2FTT%3A1855506&s=%27T1Gqe%27> - (PT/TT/RGM/B-B/0003/3959)

¹¹ Fonte: Livro 5 das Mercês d’El Rei D. Pedro II, por Alvará de Fidalgo Cavaleiro, de 30 de junho de 1688. <https://portal.arquivos.pt/record?id=oai%3APT%2FTT%3A1855506&s=%27T1Gqe%27> - (PT/TT/RGM/B-B/0003/3958)

carreira no Exército português, fugindo de servir nos postos inferiores, eram limitadas. Poderia ocorrer através de critérios que favoreciam filhos de indivíduos com bom poder aquisitivo e/ou com alguma ascendência nobre. A outra possibilidade seria através de vinculações com indivíduos de prestígio ligados à Coroa portuguesa.

Essas particularidades são geralmente atribuídas aos exércitos europeus de Antigo Regime. De certa forma, tais circunstâncias organizavam a própria dinâmica de valores socialmente compartilhadas, na qual os nobres exerciam os postos militares mais altos enquanto os mais pobres detinham as patentes menos disputadas e mais desfavorecidas da tropa. (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001) Em contrapartida, vale destacar existia ainda uma série de outras patentes intermediárias do ponto de vista hierárquico. Aliás, a luta para ter acesso a tais cargos intermediários da hierarquia militar, admitiu uma complexa troca de favores que poderia alargar a teia de relações políticas e sociais. Era por meio da ampliação destas redes que a nobreza, geralmente no topo da hierarquia militar, poderia “premiar seus fiéis servidores de origem humilde ou distinguir homens de fortuna sem origem nobre”. (SOUZA, 2008, p.51-52)

Nesse sentido, o que sustentava essas redes de relações era a falta de equidade de origem social. Sendo assim, ainda que tais tramas sociais possibilitassem um certo grau de movimentação nessa estrutura hierárquica, permitindo ascensão na carreira, porém, os limites dessa ascensão eram finitos. No caso do coronel Diogo Osório Cardoso, após alguns anos de serviços militares, sem qualquer destaque, foi promovido a coronel e a comandante do Regimento de Dragões, escolhido para servir em Rio Grande. Além disso, menos de três anos após chegar nesse desconhecido território, em 1740, tornou-se o terceiro governador da Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro.

Antes de ver como Diogo Osório Cardoso se tornou chefe da Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro e de saber como se deu a inserção de seus sobrinhos no Regimento de Dragões, cabe mencionar que as trajetórias dos Osório, assim como as histórias de outras tantas famílias, estão repletas de imprevistos e de reviravoltas. Esses imprevistos podem ter passado despercebidos ao longo do tempo, devido a um olhar distanciado da pesquisa historiográfica e/ou a um olhar heroicizado a tais personagens do passado. Nesse sentido, o que se busca no próximo item é seguir acompanhando a trajetória desses indivíduos e de suas inserções nas dinâmicas sociais do Regimento de Dragões de Rio Grande.

A chegada em Rio Grande: Os Osório atravessam o Atlântico

O primeiro vestígio que se encontrou da família no território colonial, foi de Diogo Osório Cardoso. Porém, diferentemente do que se imaginou, não tinha relação alguma com a expedição do Prata ou com a região de Rio Grande. Esse vestígio de seu passado foi produzido em Minas Gerais, em 28 de novembro de 1734.¹² Ou seja, antes da expedição de ajuda ao Rio da Prata. Devido ao estado de conservação da fonte, infelizmente não se pode compreender o documento em sua totalidade. O documento era, na verdade, um requerimento escrito por um “soldado de cavalo da Companhia” de que era “capitão Diogo Osório, no Regimento que governava o Marques de Marialva.”¹³

Ao que tudo indica, nesse requerimento tratou-se de um pedido de transferência de regimento, um procedimento padrão, sem excepcionalidade. Porém, o que se pode inferir a partir desse documento, ao menos no fragmento decifrável, é que possivelmente o então capitão Diogo Osório já estivesse no Brasil antes da chegada de seus sobrinhos. O que se sabe, é que durante a primeira metade do século XVIII, foram enviadas à América portuguesa três companhias de Dragões. A primeira companhia foi enviada à Minas Gerais, no ano de 1719, quando Diogo Osório tinha por volta de vinte e cinco anos de idade. Não se pode garantir que já tivesse partido ao Brasil junto com essa primeira Companhia de Dragões, pois não se encontrou qualquer vestígio seu antes do acima citado, no ano de 1734. Por outro lado, também não se pode descartar que sua vinda tenha ocorrido nesta primeira leva de Dragões enviados à Minas Gerais. Além do que, a administração colonial, com a intenção de evitar as deserções e, principalmente, o desvio de ouro, tomou a decisão de oferecer aos Dragões que partissem à Minas Gerais, um soldo quatro vezes maior do que poderiam receber em Portugal. (COTTA, 2004, p.236) Isso pode ter contribuído para a decisão de Diogo Osório em seguir, já na primeira expedição aquele território.¹⁴

Entretanto, vale mencionar que em Minas Gerais não haviam conflitos contra o inimigo em “campo aberto”. Ou seja, as tropas de Dragões ficavam restritas à “guarda dos governadores e para comboiar a Fazenda Real de Sua Majestade e para acudir alguns insultos ou levantamentos que façam algumas pessoas poderosas(...)”. (LIMA JUNIOR, 1978, p.107) Nessa perspectiva, se por um lado, em Minas houvessem oportunidades de ascender na carreira, até mesmo por meio da troca de favores com sujeitos de certa importância política.

¹² Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, 28 de novembro de 1734, http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=12778 (AHU-MG,CX.27, DOC.62)

¹³ Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, 28 de novembro de 1734, http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&pagfis=12778 (AHU-MG,CX.27, DOC.62)

¹⁴ Fonte: Conselho Ultramarino. NOMEAÇÃO de oficiais para as duas companhias de cavalos nas Minas. Lisboa. 13/01/1719. (IHGB).

Por outro, no posto de capitão, Diogo Osório necessitava anexar algumas experiências em seu currículo para ascender na carreira militar.

Em Cartaxo, sua cidade natal, no que diz respeito a ausência de conflitos armados expressivos, é bem provável que a situação fosse semelhante à Minas Gerais. Embora a região tivesse vivenciado os conflitos entre Cristãos e Muçulmanos, haviam décadas que nenhum movimento bélico se aproximava à localidade. A ausência de guerras dificultava as promoções nas carreiras militares. Talvez fossem exatamente tais oportunidades – as guerras – que os Osório vislumbrassem quando decidiram atravessar o Atlântico.

A possibilidade de atuar em conflitos, embora oferecesse perigo à vida, era a forma de se aproximar de recompensas, tais como, a elevação de suas respectivas patentes militares. Isso não somente poderia ter inspirado Diogo Osório a partir nesta missão, como talvez tenha motivado a inserção de seus sobrinhos nessa mesma empreitada.

De qualquer forma, o coronel Diogo Osório foi designado ao sul da colônia, com a missão de comandar o Regimento de Dragões de Rio Grande. Os primeiros anos de ocupação luso-brasileira em Rio Grande ficaram marcados por ter como governo, uma Comandância Militar subordinada ora à Capitania de Santa Catarina, ora à Capitania do Rio de Janeiro. Em outras palavras, pode-se ressaltar que, entre 19 de fevereiro de 1737 e 17 de janeiro de 1761, o Rio Grande do Sul teve quatro comandantes militares: o brigadeiro José da Silva Paes, o mestre-de-campo André Ribeiro Coutinho, o coronel Diogo Osório Cardoso e o tenente-coronel Pascoal de Azevedo. Os três primeiros haviam chegado aquele território juntamente com a expedição ao Rio da Prata, em 1736. Todos haviam oferecido serviços militares à sua majestade. Diogo Osório Cardoso se tornou Comandante Militar de Rio Grande, após a enfermidade que teve André Ribeiro Coutinho.

A falta de pessoas com maior experiência administrativa naquela localidade, fez do nome de Diogo Osório naturalmente ganhar maior força para assumir aquele posto. Em suma, dizia-se que Diogo detinha mais informações daquele território e daquela população, do que qualquer outro indivíduo. Assim, em 22 de dezembro de 1740 tornou-se comandante de Rio Grande de São Pedro, mantendo-se ainda como coronel comandante do Regimento de Dragões. Foram quatro comandantes militares no governo, durante quase vinte e quatro anos. Entre eles, o coronel Diogo Osório Cardoso foi quem por mais tempo permaneceu no cargo, entre 1740 a 1752.

Durante os quase doze anos em que esteve à frente do governo da comandância militar, naturalmente, procurou conduzir sua inserção naquela nova sociedade, projetar alianças. Estabelecer alinhamentos sociais que pudessem interferir, inclusive, na vida de seus

sobrinhos. Entretanto, ainda no princípio da ocupação luso-brasileira na fronteira meridional, as dificuldades para o ordenamento das atividades militares somado aos longos períodos sem o pagamento de soldo às tropas de Dragões, dificultavam as ações administrativas em Rio Grande. Além dos soldados e de outras categorias dos terços inferiores, existiam uma série de pessoas da localidade, que também dependiam do soldo. Como era comum permanecer longos períodos sem pagamentos, esses militares contraíam muitas dívidas nas praças de comércio locais. (ALVES, 2013)

Desde a fundação da fortificação, os soldados permaneciam tais como prisioneiros: não tinham acesso a cavalos, eram impedidos de transitar de uma povoação a outra sem a permissão dos oficiais, tudo isso sob penalidade “de prisão e severos castigos”. As regras eram consideradas rígidas, tinha toque de recolher às oito horas da noite, e depois eram submetidos à inspeção à meia noite, ao meio dia e às dezoito horas. Tais inspeções, não ocasionalmente, resultavam em “prisões e pancadas com insígnias”.¹⁵

Em um desses episódios, no dia 05 de janeiro de 1742, os soldados revoltaram-se, após “a falta de vinte meses pagamento e três anos de farda, além das violências capitão Tomás Luís Osório”. Nesse documento, os soldados de Rio Grande reclamavam das sucessivas violências praticadas pelos seus oficiais superiores, durante e após os exercícios militares. O capitão Tomás negava ter cometido as violências contra os subordinados.¹⁶

Na posição de coronel e de governador de Rio Grande de São Pedro, Diogo Osório deveria atuar com prontidão em casos de violências, no regimento sob seu comando. Em tais situações, eram necessárias investigações imparciais, se preciso fosse providenciar *devassas* sobre as reais causas do ocorrido. No entanto, na denúncia feita pelos soldados entre os principais autores de tais violências, estava ninguém menos que seu sobrinho, o capitão Tomás Luís Osório. Diogo Osório não pensou duas vezes, resolveu interceder em prol do sobrinho capitão. Assim, sugeriu Diogo que fossem concedidos perdão a todos os envolvidos, mediante ao pagamento dos soldos e das concessões de algumas liberdades no regimento.¹⁷

Esse episódio ficou conhecido como *A Revolta dos Dragões*. Inconformados com as atitudes de seus superiores, os soldados de Rio Grande encaminharam ao governador Diogo Osório Cardoso, um *Registro de Representação* com os motivos que os levaram à revolta.

¹⁵ Fonte: “*Registro de Representação que fez o Corpo de Dragões ao Governador Diogo Osório Cardoso*”, em 11 de janeiro de 1742 (Livro da Vedoria). AAHRIS, Porto Alegre, 1977, p.152-156. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?documento=representacao-dos-corpo-de-dragoes>

¹⁶ Fonte: “*Registro de Representação que fez o Corpo de Dragões ao Governador Diogo Osório Cardoso*. Op. Cit. <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?documento=representacao-dos-corpo-de-dragoes>.

¹⁷ Fonte: Carta de Metelo Moreira Mendonça (Conselho Ultramarino) a Gomes Freire de Andrada, dia 25 de fevereiro de 1743. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/wp-content/uploads/2013/07/Drag%C3%B5es-2.1.pdf>

Senhor Coronel Governador. Representam a V.S. com o mais profundo respeito, os soldados Dragões do seu Regimento e guarnição deste estabelecimento todos em um corpo, não o ser o seu ânimo usurpar, nem perturbar a jurisdição Real, nem fazer sublevações contra a fé pública e serviço de Sua Majestade e suas reais ordens, que veneram e protestam guardar, como obedientes e leais vassallos, para a defesa da sua Coroa e Estado.¹⁸

No fragmento acima, pode-se notar que a representação feita pelos soldados não se restringiu somente aos Dragões. Aliás, estes estavam em menor número na representação entregue ao governador. A maior parte do movimento eram de integrantes da Infantaria e da Artilharia. Além disso, o principal elemento que surge a partir dessa contestação, é a dimensão social da revolta. Ao que tudo indica, a população de Rio Grande apoiou os revoltosos, que aguardavam ansiosos a chegada do navio com o provimento dos gêneros prometidos pelo coronel Diogo Osório Cardoso. (ALVES, 2013)

Segundo o documento supracitado, aquela manifestação não tinha a incumbência de “usurpar, nem perturbar a jurisdição real, nem fazer sublevações contra a fé e serviço de S. Majestade”, mas sim, por limite às violências e às tiranias a que eram submetidos.¹⁹ Os soldados também solicitavam o fim dos castigos corporais, que aconteciam, muitas vezes, sem que houvessem cometido qualquer desobediência. Ou seja, a violência parecia fazer parte do “Regimento dos Osório”. Esta era uma tradição portuguesa, o regimento informalmente recebia o nome da família de seu comandante. (SOUZA, 2008, p.93)

A situação somente ficou sob controle das autoridades portuguesas, no final de março de 1742, quando foi enviado parte do pagamento do soldo, a garantia de perdão a todos que se envolveram no episódio, assim como, o envio de suprimentos militares e alimentícios ao regimento. Também foram concedidas “liberdades” de circulação dos soldados para além da fortificação de Jesus Maria José.²⁰

Entretanto, as ocorrências repercutiram até chegar ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada e ao Conselho Ultramarino. Em correspondência, a posição defendida pelo Conselho Ultramarino era de que a situação deveria ser melhor investigada. Desse modo, o capitão Tomás Luís Osório foi conduzido a prisão no Rio de Janeiro, e submetido a uma *devassa* sobre os relatos de suas ações. Esse procedimento ficou ainda mais

¹⁸ Fonte: “Registro de Representação que fez o Corpo de Dragões ao Governador Diogo Osório Cardoso. Op. Cit. <https://www.historia.uff.br/impressoesrebelde/?documento=representacao-dos-corpo-de-dragoes>.

¹⁹ Fonte: “Registro de Representação que fez o Corpo de Dragões ao Governador Diogo Osório Cardoso”, em 11 de janeiro de 1742. Op. Cit. p.152-156.

²⁰ Fonte: “Registro da Ratificação do perdão que mandou Exmo. Sr. General Gomes Freire de Andrada ao Corpo de Dragões”, 03 de abril de 1742. <http://fortalezas.org/midias/arquivos/1729.pdf> (AAHRS, Porto Alegre, 1977. p. 158-60)

nítido, através de correspondência enviada por Metelo Moreira Mendonça, membro do Conselho Ultramarino, endereçada a Gomes Freire de Andrada, no dia 25 de fevereiro de 1743:

Parece ao Conselho o mesmo que ao procurador da Coroa quanto a Vossa Majestade pela sua real clemência se sirva de sustentar o perdão dado pelo governador e capitão general do Rio de Janeiro em seu real nome, e haver por bem ordenar se vão transferindo para outros presídios com pretextos corados, não só os cabeças e motores da sublevação, mas todos os soldados menos obedientes e suspeitosos. E quanto ao castigo das violências de Tomás Luís Osório, e mais oficiais de que os sublevados se queixam, lentidão com que o coronel Diogo Osório Cardoso e o sargento-mor Manuel de Barros Guedes Madureira acudiram, a atalhar a dita sublevação, e frouxidão com que dissimularam as ditas violências, e outras irregularidades, que os ditos sublevados experimentaram, é o mesmo Conselho de parecer que antes de alguma demonstração se deve averiguar a verdade por uma exata devassa (...) ²¹

Nesse fragmento de correspondência, o Conselho Ultramarino e o Rei D. João V, mostravam-se de acordo com as decisões de Gomes Freire de Andrada, em perdoar a todos os envolvidos na revolta. Contudo, chamava-se atenção para uma melhor investigação das violências praticadas pelo capitão Tomás Osório, a lentidão do coronel Diogo Osório Cardoso e do sargento-mor Manuel de Barros Guedes Madureira na contenção da revolta. Apesar da *devassa* que se organizou e do seu encaminhamento temporário à prisão, aparentemente, o episódio não rendeu maiores punições à Tomás Luís Osório. Mesmo sendo difícil de acreditar que um capitão pudesse sofrer alguma severa punição por ter excedido à força contra um soldado, Tomás Osório contou com a boa articulação de seu tio governador com as autoridades Ultramarinas. ²²

Dessa maneira, percebendo que a punição ao sobrinho poderia se estender, Diogo Osório Cardoso recorreu ao Cardeal João da Mota e Silva, Secretário de Estado, e homem muito próximo ao Rei. A boa relação de Diogo Osório com as autoridades ultramarinas, talvez tenha favorecido a libertação do sobrinho. Foram ao menos quatro correspondências enviadas por Diogo ao Cardeal, sendo que em todas tratou da prisão de Tomás Luís Osório. Na última dessas correspondências, enviada no dia 19 de agosto de 1744, Diogo Osório deixava explícito os seus agradecimentos pela libertação do capitão Tomás Luís Osório. Além disso, também comemorava a sua nomeação como ajudante do Regimento de Dragões. Ou

²¹Fonte: Carta de Metelo Moreira Mendonça (Conselho Ultramarino) a Gomes Freire de Andrada, dia 25 de fevereiro de 1743. Op. Cit.

²²Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, 07 de setembro de 1742, http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&pagfis=221 - (AHU-RS, CX.1, DOC.44)

seja, Tomás não somente ganhava o perdão, como ficaria sobre a supervisão, mais aproximada, do governador de Rio Grande de São Pedro.²³

De qualquer forma, Tomás Luís Osório permaneceu no posto de capitão por doze anos, um longo período sem obter promoção. Ele apenas foi promovido quando outro envolvido na *Revolta de Dragões*, o sargento-mor Manuel de Barros Guedes Madureira subiu ao posto de tenente-coronel. Apesar de não se ter como confirmar, o longo período sem promoção na carreira desses dois militares poderia ser um reflexo, uma punição, pelas más atitudes no desempenho de suas funções. Por outro lado, os dois postos, de capitão e de sargento-mor, eram considerados postos de estreitamento nas carreiras militares. A partir de tais postos militares, cada vez mais árdua seria a obtenção de uma promoção. (SOUZA, 2008, p.53)

Todavia, no registro de patente de sargento-mor do Regimento de Dragões de Rio Grande, concedido à Tomás Luís Osório, em 1752, não há qualquer menção ao ocorrido na revolta. Para o Rei D. José de Portugal, Tomás era um militar que havia “servido doze anos, seis meses, e vinte e quatro dias continuados”, cumprindo suas funções “no posto de capitão de Dragões do Regimento da Guarnição do Presídio do Rio Grande de São Pedro”. Ainda dizia que o dito capitão havia cumprido “no decurso do referido tempo com honra, valor, e distinção em todas as diligências, que lhe foram encarregadas de meu serviço”.²⁴

Nessa perspectiva, mesmo que os discursos em tais documentos fossem de praxe e se repetissem sem distinção de quem fosse o beneficiado, em alguns casos, tais destaques não apareciam no registro de uma patente. Era bem provável que, ao longo do tempo, as desconfianças demonstradas pelo Conselho Ultramarino a respeito da conduta praticada pelo capitão Tomás Osório e pela demora em Diogo Osório proceder, foram esquecidas ou relevadas. A dificuldade da Coroa em fornecer condições plenas para a boa gerência administrativa colonial, suprimindo as necessidades básicas, colocava a Coroa em uma situação difícil. O afastamento desses indivíduos poderia contribuir ainda mais com a desordem em Rio Grande.

. Um leitor atento, sem dúvida, percebeu que até este instante, os nomes de Francisco Coelho Osório e José Antônio Cardoso Osório apareceram com menor frequência. Como mencionado no início do texto, seguiu-se vestígios encontrados pela pesquisa. A

²³Fonte: Carta de Diogo Osório Cardoso ao Cardeal João da Motta e Silva, 20 de agosto de 1744. http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=019_RS&pagfis=260 - (AHU-RS, CX.1, DOC 49)

²⁴Fonte: Registro de Patente de 13 de março de 1752. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. *Registro de uma Patente Real de tenente coronel do Regimento de Dragões do Rio Grande passada a Tomás Luís Osório*. (RAPM, ano XXIV, 1933, p.483-484)

documentação em que o nome de Francisco Coelho Osório mais apareceu, sem dúvida, são os registros batismais da Vila de Rio Grande.

No topo da hierarquia social de Rio Grande de São Pedro, a família Osório tornou-se compadre de muitos integrantes do Corpo de Dragões, de alguns dos principais proprietários de terras, comerciantes e contrabandistas daquela localidade. O que mais se destacou dentre os Osório estudados nos registros de batismo, foi o capitão-mor de Dragões de Rio Grande, Francisco Coelho Osório. Grande parte das crianças batizadas por ele, eram filhos de casais portugueses. Após as intempéries que passaram até chegar aquela localidade, era razoável que as famílias buscassem conectar seus descendentes a um círculo social que pudesse suprir alguma necessidade material ou imaterial. Estabelecer laços de compromissos e de confiança com integrantes de seu regimento, era crucial para o permanecer nos postos de comando, além de estabelecer vínculos com uma das “principais famílias da terra”. (HAMEISTER, 2006, p.265)

Com relação a José Antônio Cardoso Osório, o bisavô de Manoel Luís Osório, foram poucos os vestígios encontrados sobre este indivíduo, até o presente momento da investigação. Era ele o mais novo entre os irmãos Osório, quando partiram rumo ao sul do atlântico, José Antônio tinha por volta dos 19 anos idade. Inicialmente pensou-se que, assim como os demais integrantes de sua família, havia se dedicado ao serviço de tropas regulares, no próprio Regimento de Dragões de Rio Grande. No entanto, na documentação consultada, seu nome não consta como integrante desse regimento. É possível que tenha se dedicado ao comércio e/ou às terras da família, participando dos serviços militares, apenas, em caso de guerra. Em meados de 1740, adquiriu a Estância do Arroio, no litoral norte do Rio Grande do Sul. Foi nessa propriedade que Manoel Luís Osório nasceu, em 10 de maio de 1808. Na mesma propriedade em que viveu durante boa parte de sua juventude.

Considerações Finais

O longo caminho que os Osório percorreram até o ingresso no seletivo círculo social da recém-nascida Rio Grande de São Pedro, é um bom exemplo para avaliar como as estratégias de ascensão pessoal e profissional não eram absolutas no século XVIII. Ou seja, estavam submetidas a diversos perigos e a variados imprevistos, que dependiam das ações desses indivíduos diante de um número finito de possibilidades.

Ao longo desse artigo, trabalhou-se com algumas informações relacionadas a vinda da família Osório ao território brasileiro. Uma família de origem fidalga, que atravessou o atlântico com a missão de servir às armas da Coroa portuguesa. Além disso, mostrou-se

alguns dos eventos que se envolveram no processo de inserção social em Rio Grande. De todo modo, vale destacar que as informações aqui compartilhadas, não passam de notas iniciais de uma pesquisa em desenvolvimento. O que se pretende com esta proposta de pesquisa é percorrer a vida de Manoel Luís Osório e identificar as redes sociais em que este indivíduo esteve inscrito. Relações que podem ter sido herdadas ou constituídas, redes familiares, militares e políticas. No presente artigo, portanto, buscou-se enfatizar os laços familiares que conduziram os Osório ao Rio Grande de São Pedro.

Referências

ALVES, Francisco das Neves. *Diversidades, identidades e o ensino da História*. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2013.

COTTA, Francisco Albert. *No rastro dos Dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentista*. (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FORTES, João Borges. *O levante dos Dragões do Rio Grande em 1742*. RIHGRS, Porto Alegre, 2 trim. 1939.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova população: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2006.

KUHN, Fábio. “Homens que concorrem ao seu negócio”: a comunidade mercantil da Colônia do Sacramento (1737-1777). *R.IHGB*, Rio de Janeiro, a. 176 (468):13-38, jul./set. 2015.

LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia; Edusp, 1978.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVII: as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e a manutenção do Império português no centro-sul da América*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: *Almanack Braziliense (online)*, n.2, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11615>

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Poderes Municipais e Elites Sociais Locais” (séculos XVII-XIX): Estado de Uma Questão”. In: *O Município Português. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico*. 1998.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento – 1680-1777*. V.I-II. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

POSSAMAI, Paulo César. *Diário do Sítio da Colônia de Sacramento (1735-1737)*. Porto Alegre- RS, Editora Fi, 2018. Disponível em: <http://www.editorafi.org>

POSSAMAI, Paulo César. *A expansão portuguesa no sul da América: a política de povoamento na Colônia de Sacramento (1680-1737)*. Ciências e Letras, Porto Alegre, nº 37, jan.-jun., 2005.

PRADO, Fabrício Pereira. *A colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

A distribuição espacial da população da Província do Espírito Santo, 1827

Jadir Peçanha Rostoldo*

O objetivo deste artigo é apresentar e analisar a distribuição espacial da população da Província do Espírito Santo, no ano de 1827. Utilizamos como fonte histórica o documento, “Memoria Statistica da Provincia do Espirito Santo Escrita no Anno de 1828”, produzido por Ignacio Accioli de Vasconcellos, Presidente da Província entre 1824-1829. A partir dos diversos dados disponíveis na “Memoria”, e com o apoio de recursos da demografia, identificamos a distribuição da população nos territórios da Província, assim como o que influenciou essa ocupação. Apoiados em tabelas e gráficos estratificamos a população por localidade e categoria. Destaque foi dado à ambiguidade entre a extensão dos municípios e o número de habitantes. O montante de livres, escravos e índios foi organizado pela classificação político-territorial do Brasil Império, em números absolutos e relativos. Apresentamos também, a estrutura econômica da Província, revelando a possível relação entre o sistema produtivo/econômico e a distribuição espacial da população.

O documento escrito por Ignacio Accioli de Vasconcellos, em 1828, ganha importância na medida em que apresenta e expõe a Província do Espírito Santo a partir dos mais diversos temas. Apesar dos questionamentos sobre a validade dos dados e informações ali inseridos, ele se constitui como fonte histórica importante e fundamental para a história da Província. Afinal, nenhuma fonte histórica deve ser dispensada de críticas e análises, pois essas atitudes é que as transformam em seguro suporte para construção do processo histórico. A “Memoria Statistica da Provincia do Espirito Santo Escrita no Anno de 1828” pode ser considerada o primeiro Relatório de Presidente da Província do Espírito Santo, tendo em vista dois motivos: primeiro, seu autor foi o primeiro Presidente da Província, entre os anos de 1824 e 1829 (BITTENCOURT, 2006, p. 154); e os relatórios de governo só passaram a ser produzidos a partir de 1834, por exigência do Ato adicional de 12 de agosto em seu Art. 8º (BRASIL, 1834), e de 1848, de acordo com a Circular do Ministério do Império, de 11 de março de 1848 (BRASIL, 1850, p. 5). Segundo Carmo (2015, p. 56, 60)

No contexto luso-brasileiro do final do século XVIII e início do XIX a produção de memórias atendia a um projeto político que visava o conhecimento do território. [...] As memórias históricas assumiam, assim, o

* Professor Visitante no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

caráter de subsidiárias da história geral. Ofereciam fatos, informações e documentos, que seriam selecionados e organizados de modo a articularem-se num texto voltado para o processo histórico, já que a história geral buscava entender os fatores que provocam transformações históricas. Isso desobriga a memória histórica de um rigor em seu formato, por isso eram flexíveis ou plásticas, não possuíam o rigor estilístico, metódico e político de uma história geral, e por isso assumiam formas variadas. Compensavam sua incompletude e provisoriedade, ao tratar de um assunto ou lugar, com uma grande quantidade de informações.

A “Memoria Statistica” deve ser tratada como documento oficial, pois é resultado de uma solicitação feita por meio de ofício da Câmara dos Deputados, em 15 de novembro de 1827, aos Presidentes de Província. Esse ofício exige o cumprimento do que determina a Lei, de 20 de outubro de 1823, que criou o cargo de Presidente de Província. Segundo a legislação, em cada uma delas deveria se produzir

hum plano para a divizão das Comarcas, Cidades, Villas, Povoações, e Paroquias, no qual se indiquem as Cabeças de Comarcas, e dos Termos, os Lugares, que devem ter Juizes de Vara Branca, e as Igrejas que hão-de ser elevadas a Matrizes e Paroquias e **se ministrem todas as notícias, que poderem facilitar as operações do Corpo Legislativo nesta empresa.** (VANCONCELLOS, 1978, Prefácio, grifo nosso)¹

A partir dessas “notícias” as informações e dados foram elaborados e transformados em tabelas, gráficos e mapas, que passamos a apresentar e discutir em busca de entender a população da Província descrita no documento. O retrato dos habitantes do Espírito Santo, em 1827, fica exposto no Quadro 1. Vale ressaltar que a maior parte das informações contempla toda a Província, o que dificulta a compreensão histórica da demografia de cada território. A partir dos dados gerais e específicos o objetivo é apontar as características que moldaram as regiões e seus moradores.

¹ Os documentos citados estão reproduzidos em Vasconcellos, 1978, Prefácio.

**Quadro 1. População da Província do Espírito Santo, por Localidade –
Livres, Índios e Escravos, 1827.**

Localidade²	Habitantes	Livres	Índios	Escravos
Cidade de Victoria	12.704	8.216	164	4.324
Povoação da Serra	3.013	1.392	53	1.568
Povoação de Viana	585	466	39	80
Vila de São Matheus ³	5.734	2.436	783	3.027
Povoação da Barra do Rio São Matheus	444	-	-	-
Povoação do Rio Santa Ana	168	-	-	-
Vila de Benevente	2.444	1.084	834	589
Povoação de Piuma	63	-	-	-
Vila de Guaraparim	1.938	1.437	49	952
Povoação de Miaipe	277	-	-	-
Povoação de Moquissaba	223	-	-	-
Vila de Itapemerim	1.835	674	123	1.038
Vila de Nova Almeida	1.734	446	3.007	336
Povoação de Aldêa Velha	1.370	-	-	-
Povoação do Campo do Riacho	685	-	-	-
Vila do Espírito Santo	1.520	1.084	48	988
Povoação de Jucú	360	-	-	-
Povoação da Ponta da Fructa	240	-	-	-
Povoação e Freguezia de Linhares	542	235	261	46
Total	35.879	17.470	5.361	12.948

Fonte: Vasconcellos, 1978, Pp. Hv, Iv, K.

Os dados acima foram dispostos de acordo com a classificação político-territorial do Brasil Imperial, onde as vilas e as cidades concentravam as atividades jurídicas e administrativas. As povoações que estavam em seus limites geográficos dependiam

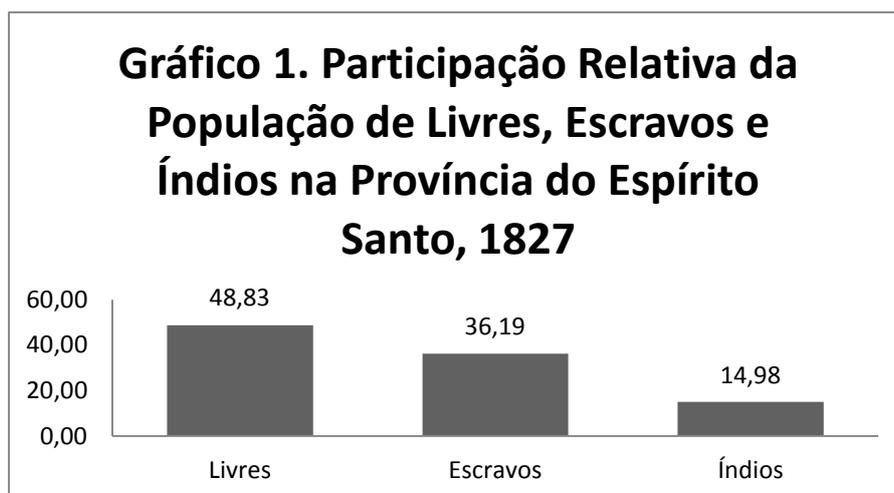
² Reproduzimos aqui, e ao longo do texto, os nomes das localidades conforme grafados no documento original.

³ A soma dos habitantes da Vila e das Povoações de São Matheus totaliza 6.346, no entanto o total de livres, índios e escravos registra 6.246, ou seja, existe uma diferença de 100 entre eles. Mantivemos os números originais para não adulterar o documento, dessa forma a diferença se mantém no total do Quadro.

integralmente da gestão do núcleo central, e esse conjunto formava os municípios (PAULA; ALMEIDA, 2016). Na Província do Espírito Santo, essa divisão “se processou com base no florescimento das *povoações*, as quais, de acordo com o progresso alcançado, eram transformadas em *freguesias* e elevadas à categoria de *vilas*, para depois assumirem a classificação de *idades*” (CÔGO, 2007, p. 48, grifo do autor). A extensão territorial de cada município foi definida por “porções de costa de Mar” (VASCONCELLOS, 1978, p. H), o que indica que a principal referência para constituição dos territórios foi o Oceano Atlântico, resultando em uma cidade, seis vilas, e uma povoação/freguesia, todas localizadas próximo ao litoral. Adotando essa premissa, o núcleo central foi ordenado por número de habitantes, com suas povoações listadas em seguida, exceto a povoação/freguesia de Linhares que é apresentada no documento sem nenhum vínculo.

O Quadro 1 foi elaborado com informações, dos Tópicos 16 – Divisão do Território, e 17 – Povoação (VASCONCELLOS, 1978, Pp. H, Iv), obtidas exclusivamente para atender a publicação da “Memoria Statistica”, apesar de existir um mapa da população de 1824. Vasconcellos (1978) argumenta que os dados, levantados em 1827, não eram exatos, mas eram os únicos possíveis de se obter. A partir do “Mapa da População da Província do Espírito Santo do ano de 1827” (p. K) reorganizamos as categorias existentes: substituímos “Branços” por “Livres”, onde reunimos “Branços, Pardos Livres e Pretos Livres”; substituímos “Pardos e Pretos Captivos” por “Escravos”; e mantivemos “Índios”. Essas alterações se sustentam a partir da aceitação de que cor é uma definição subjetiva, construída a partir dos elementos e estruturas da sociedade. Independente de branco, pardo ou preto, o que nos interessa nesse estudo é sua condição de livre ou escravo. Machado (2008, p.46,62) registra que a maioria dos pesquisadores em geral

[...] concordam que, por sua subjetividade, o uso social da cor, no Brasil, foi em grande medida um fenômeno tributário do esforço de produzir diferenças no interior do grande grupo de indivíduos que não eram escravos/negros ou livres/brancos. Ademais, esse caráter subjetivo da cor também se adequava bem a uma sociedade na qual o trânsito social de cada um se definia no âmbito das relações interpessoais. [Admitindo] que no Brasil escravista a arbitrariedade quanto ao fenótipo obedecia a padrões sociais, tanto o que caracterizava o conjunto maior, quanto suas múltiplas expressões regionais.

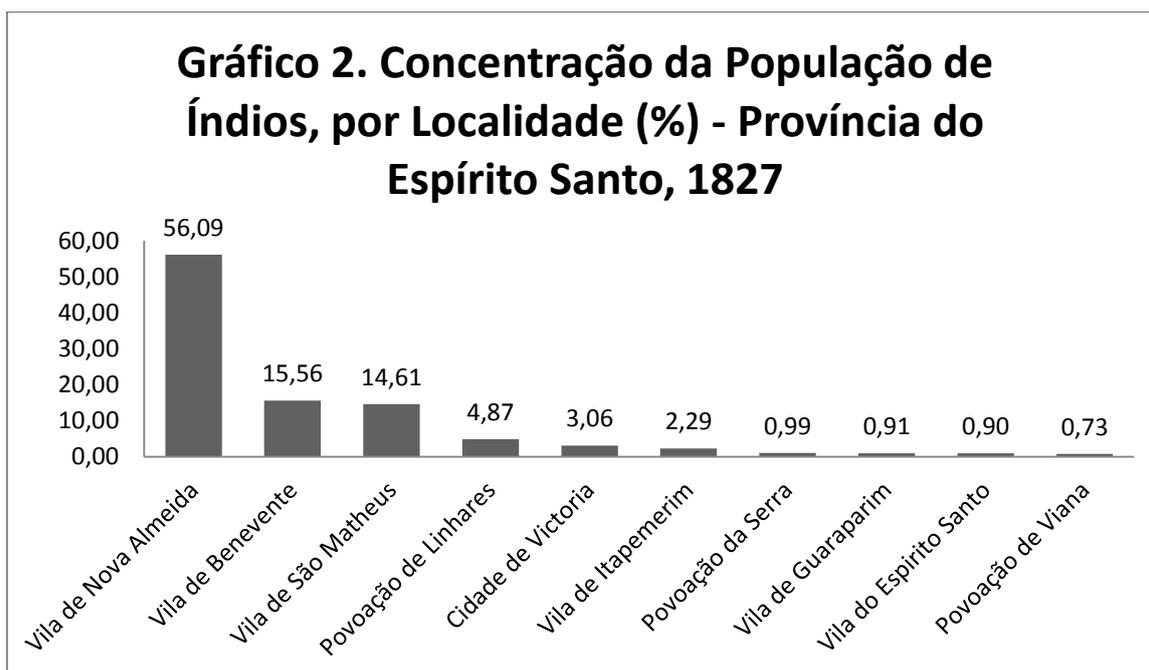


Fonte: Vasconcellos, 1978, Pp. Hv, Iv, K e Quadro 1

Com esse padrão, foi possível demonstrar, no Gráfico 1, a relação dessas categorias com a população total. O percentual de livres chegava a 48,83%, mas a mancha negra da escravidão atingia 36,19% dos habitantes. A participação dos índios é bem inferior, 14,98%, lembrando que esses são os que efetivamente estavam inseridos na sociedade. Como registra Moreira (2017, p. 114), “existiam os índios ‘civilizados’ da província e os índios ‘selvagens’ dos sertões”. Apesar da menor participação, essa mesma autora registra que o Espírito Santo, no início dos oitocentos, era uma região de muitos índios, tanto na província como nos sertões. Se a participação dos índios for feita em relação a população considerada livre (Livres + Índios), o percentual sobe para 23,48%, bem mais significativo. Levando em consideração o volume de terras da Província que ainda não tinham sido exploradas, e as nações indígenas que as povoavam, o índice real desse percentual é uma incógnita. O “Mapa das Nações Indígenas Existentes no Espírito Santo Durante o Século XIX”, apresentado por Bentivoglio (EHRENREICH, 2014, p. 23) é esclarecedor nesse sentido. Nele estão registradas as nações indígenas que ocupavam todo o território do Espírito Santo, desde o século XVI, um importante indicador do volume dessa população. Eram elas: Botocudos, Tupis, Pataxós, Tupiniquins, Guaranis, Puris e Goitacás.

A concentração dos índios “civilizados”, no território capixaba em 1827, guarda relação direta com as aldeias jesuítas implantadas a partir do século XVI, situação que permaneceu mesmo depois da expulsão desses religiosos em meados do século XVIII. Segundo Saletto (2011, p. 131) “Entre 1578 e 1588 foram fundados os aldeamentos de Reritiba [Vila de Benevente], dos Reis Magos [Vila de Nova Almeida] e de Guarapari. Em 84, as duas aldeias mais antigas tinham cerca de 3.000 índios.” A concentração, também no

norte da Província, se devia a presença dos índios Botocudos, que segundo Paraíso (1992, p. 416) “motivaram a Carta Régia de 5/5/1801, por meio da qual decretava-se ‘guerra ofensiva aos Botocudos antropófagos’ e ordenava-se a distribuição de destacamentos por todo o território ‘infestado’ pelos mesmos.” O Gráfico 2 aponta que 86,26% desses indígenas estavam instalados nos territórios da Vila de Nova Almeida (56,09%), Vila de Benevente (15,56%), e Vila de São Matheus (14,61%).



Fonte: Vasconcellos, 1978, Pp. Hv, Iv, K.

O Quadro 2 ordena, por extensão, os municípios, exceto a povoação/freguesia de Linhares pois o documento não informa esse dado. Os únicos parâmetros apresentados na “Memoria Statistica” para essa quantificação foram pontos geográficos, como rios, riachos, morros, elevações, entre outros. Nesse sentido, a grandeza das áreas não parece ter relação com a importância política, econômica e demográfica do município. Usando apenas o número de habitantes como indicador, fica evidente que a extensão do território não mantinha relação direta com a respectiva população. O município de Victoria, com 16.302 habitantes, tinha quatro léguas de extensão, o mesmo tamanho de núcleos com cerca de 2.500 moradores. Por outro lado, São Matheus tinha vinte léguas de costa de mar, com apenas 6.346 habitantes.

**Quadro 2. População e Extensão, em Léguas, dos Municípios -
Província do Espírito Santo, 1827**

Município	Habitantes	Costa de Mar
São Matheus	6.346	20
Nova Almeida	3.789	6
Itapemerim	1.835	5
Victoria	16.302	4
Benevente	2.507	4
Guaraparim	2.438	4
Espirito Santo	2.120	4

Fonte: Vasconcellos, 1978, Pp. Hv, Iv.

O Espírito Santo, de 1828, compreendido entre os rios Itabapuana e Mucuri, que delimitavam suas cinquenta léguas, foi noticiado por Vasconcellos (1978) como sendo montanhoso, desigual e cortado por rios, tendo uma cordilheira de montanhas que acompanhava toda a sua costa. Os rios eram abundantes em peixes, mas poucos explorados até então. Todos tinham portos de desembarque, com sua movimentação dependendo do fundo de suas barras. Nesse ponto destacavam-se as enseadas dos rios Piuma, Guaraparim, Rio Doce e São Maheus. As características desses portos/enseadas contribuíram para maior movimentação e oportunidades nas povoações do seu entorno, como podemos observar nas Vilas, incluindo suas povoações, de São Matheus, Benevente e Guaraparim, que detinham o maior número de habitantes na Província depois da capital Victoria (Quadro 1).

A proximidade dos núcleos político-administrativos com o mar e com os rios era mais uma característica do território noticiado, “Sendo os Lugares cultos da Provincia a costa do mar, de que talvez se não tenham apartado os moradores trez legoas, e pelas margens do rio acima quando muito em alguns lugares des legoas [...]” (VASCONCELLOS, 1978, Pp. Cv). O autor destaca também a existência de muitas planícies, ao longo dos rios, próprias para agricultura e criação. Pela sua extensão destacavam-se: Moribéca, nas margens do rio Itabapuana e próxima a Vila de Itapemerim; Campo da Vila do Espirito do Santo, que os moradores usavam para criação; Carapina, próxima a Cidade de Victoria, também utilizada para criação; a do Rio Doce até São Matheus, onde o gado fica de forma extensiva, sem

nenhum cultivo ou criação; e a do Campo do Riacho, próxima a Vila de Nova Almeida, onde os índios plantavam e cuidavam de sua criação.

O espaço da Província, com sua imensidão de matas virgens e terras devolutas, também era retalhado por sesmarias, na verdade 174 já tinham sido concedidas, medindo a maioria meia légua quadrada. No norte existiam 82 nas margens do Rio Doce e da Lagoa Giparanã; e 2 na Lagoa Monsarás, próximas a Povoação de Linhares. Na região central existiam 50 na Povoação de Viana, concedidas aos colonos que vieram das Ilhas dos Açores, em 1812; 14 que ocupavam toda a área da Cidade de Victoria; 7 na Freguezia/Povoação da Serra; e 1 na Povoação de Aldêa Velha, que alcançava a Vila de Nova Almeida e a Povoação do Campo do Riacho, concedida aos índios, em 1610, para seu cultivo. No sul, a maior parte estava na Vila de Benevente, em número de 10; 6 na Vila de Itapemerim; e, 1 na Vila de Guaraparim e 1 na Estrada de Minas. Existiam também os terrenos chamados de “indivisos”, que não tinham suas posses definidas legalmente (VASCONCELLOS, 1978, Pp. D e Ev). Segundo Cogô (2007, p.27) “[...] os conflitos pela posse da terra já aparecem neste período, cuja maior evidência é a existência de terrenos indivisos no conjunto da estrutura fundiária capixaba [...]”.

Entre a população da Província, Vasconcellos (1978, p. L) destacou que

[...] há 5 Cirurgiões, e 3 Boticarios. Há 5 Professores de 1^{as}. Letras na Provincia incluzos 2 na Cidade dos quaes hú creado em 1824 ensina pelo sistema Lencastriano, e tem discipulos 36 e não obstante a sua excelencia nem hú tem sahido prompto. Há alguns Empregados publicos: não tem Magistrados: nem Adevogados, suprem os Rabulas: não há Medicos. Há alguns individuos que unem hú trabalho a suas rendas: não há Comerciantes, há alguns Negociantes sendo a maior parte simples Lojistas. Não há trabalhadores jornaleiros a excepção de alguns Índios nas Fazendas, a quem se paga anualmente 12\$800 reis com pouca diferença. Há hú Estrangeiro naturalizado e sete innaturalizados; tal ou qual criado, e 30 Mendigos. Os Expostos são poucos, e em Cazas particulares: o Hospital da Mizericordia está cuidando nesta parte na humanidade.

A presença de profissionais específicos era ínfima, demonstrando a precariedade dos serviços disponíveis na Província, assim como a ausência de uma estrutura mais complexa de negócios e comércio. Também chama a atenção a pequena presença de estrangeiros, e o registro de mendigos. Aqueles que se dedicavam as artes eram quase inexistentes, a Capital contava com oito músicos, membros de uma mesma família. Assim como, para os ofícios do cotidiano a presença também não era satisfatória,

há seis Ourives, hú Pintor, e dois aprendizes: sinco Rabulas, dois Armadores. De officios mecanicos sinco Mestres de Carpinteiros, trez Officiaes, e hum Aprendiz: sete Officiaes de Calafates: dez Carpinteiros da Ribeira: dez Mestres de Marcineria, vinte e quadro Officiaes, e dezeseis Aprendizes: trinta Officiaes de Pedreiros: dois Cabouqueiros: trinta e oito Mestres de Çapateiros, trinta e hú officiaes, e quarenta Aprendizes: vinte e quatro Alfaiates, vinte e sinco Officiaes, e vinte hum Aprendizes: treze Ferreiros: quatro Carniceiros: trinta e sete Tecelões: hú toeiro: trez Seleiros: de todos estes são captivos quinze. Não há Dentista mas hé suprida esta falta por hú Ferreiro curiozo. Não há Encadernador mas serve de tal hú rabula: e assim se suprem, e se remedeão as faltas como se podem. (VASCONCELLOS, 1978, Pp. N e Nv)

A economia do Espírito Santo girava em torno da agricultura, onde os principais produtos eram: mandioca, cana de açúcar, algodão, arroz, milho, feijão e café, nessa ordem. O Quadro 3 ratifica essa informação, identificando os produtos com maior quantidade e valores exportados no ano de 1827.

Quadro 3. Província do Espírito Santo – Exportação, 1827.

Gêneros	Quantidade	Valor
Farinha	171:000 alqueires	119:700\$000
Açucar	26:295 arrobas	31:554\$000
Fio de algodão	2:800 arrobas	14:336\$000
Traçados	60:000 varas	7:200\$000
Caxaça	166 pipas	5:312\$000
Arroz	5:400 alqueires	6:480\$000
Milho	8:000 alqueires	3:840\$000
Feijão	1:200 alqueires	1:440\$000
Colxas, e Redes	1:000	1:600\$000
Capueiras	80 duzias	1:280\$000
Cal	100 Moios	1:000\$000
Poaia	50 arrobas	1:500\$000
Café	150 arrobas	258\$000
Total	-	195:500\$000

Fonte: Adaptado de Vasconcellos (1978, p. Ov.)

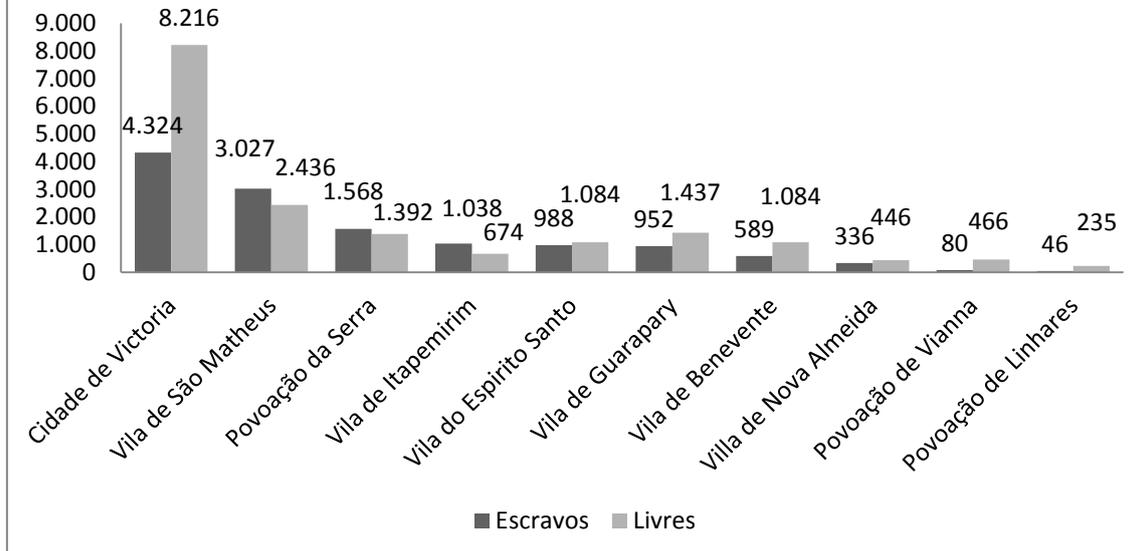
A produção de mandioca estava concentrada na Vila e Povoações de São Matheus, já a cana de açúcar e o algodão nos arredores da Cidade de Victoria e nas Vilas ao sul,

Itapemerim, Guarapary e Benevente. Saint-Hilaire (1974, p. 50) em suas andanças pelo Espírito Santo, no início da década de 1820, já destacava que “O arroz, a mandioca, a cana e o algodão são as plantas com que mais se ocupam os colonos da Província do Espírito Santo, em especial os da Vila da Vitória.” Registrou que a cana de açúcar tinha uma posição privilegiada na região centro-sul, sendo que “Em 1820 contavam-se, em toda a província, 60 engenhos de açúcar e 66 destilarias[...]”. Identificou também que

[...] os agricultores dos lugares circunvizinhos da capital da província não plantavam mandioca além da necessária ao próprio sustento; quase toda a farinha consumida pelos empregados e trabalhadores vinha de fora e vendia-se a 4 ou 5 patacas por alqueire; e o dinheiro dos moradores da Vila de Vitória ia enriquecer os de São Mateus, cidade que se acha além do Rio Doce, ao entrar-se na Província de Porto Seguro, cujos arredores produzem muita mandioca. (1974, p. 12)

Vale ressaltar que na região da Capital da Província, também se concentrava o governo com toda sua estrutura, além das administrações militares, da justiça e da igreja, o que fazia convergir para ela um considerável número de habitantes, livres e escravos. Examinando os gêneros de maior volume de exportações e os locais de sua produção, é possível relacionar com o número de habitantes desses territórios, e identificar que as localidades com o maior volume de livres e escravos são aqueles onde temos os maiores volumes de produção. Essa conexão ocorre devido a necessidade da existência de estrutura agrária, administrativa e de transporte para a produção, assim como do combustível para a máquina agrícola funcionar: a mão de obra escrava.

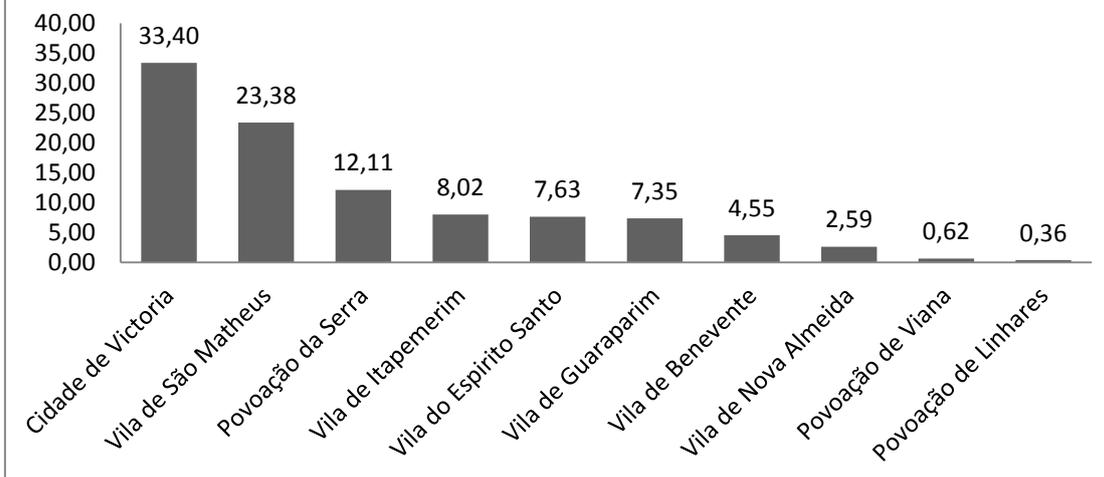
Gráfico 3. População de Escravos e Livres da Província do Espírito Santo - por Território, 1827



Fonte: Vasconcellos, 1978, Pp. Hv, Iv, K.

Os dados do Quadro e do Gráfico 3 indicam que a maior densidade demográfica estava diretamente relacionada a atividade econômica, com o núcleo do norte vinculado a farinha de mandioca e a do centro-sul a cana de açúcar. Fica evidente a importância dos escravos nessas atividades, inclusive contando maior número desses do que de livres nas Vilas de São Matheus e Itapemirim, além da Povoação da Serra. Na Cidade de Victoria os escravos representavam 50% dos livres, ou seja, a cada 2 livres existia 1 escravo. A capital do Espírito Santo, em 1828, também assentava suas estruturas na escravidão. O Gráfico 4 revela a concentração de escravos no território capixaba, ratificando seu vínculo direto com a economia agrária da Província.

Gráfico 4. Concentração da População de Escravos, por Município - Província do Espírito Santo, 1827



Fonte: Vasconcellos, 1978, Pp. Hv, Iv, K.

A relação, produção econômica *versus* população, também se refletia no comércio e movimentação das localidades. Segundo Vasconcellos (1978) as lojas de fazendas secas e molhadas se concentravam na Cidade de Victoria (80), Vila de São Matheus (28), Vila do Espírito Santo (13), Vila de Guaraparim (11), Vila de Nova Almeida (7), Vila de Benevente (6), Vila de Itapemerim (5), e Povoação de Linhares (1). A presença desses estabelecimentos necessitava de público consumidor, o qual existia, em maior quantidade, naqueles territórios com maior produção e habitantes, esse era o padrão.

O território do Espírito Santo, retratado na “Memoria Statistica”, tem sua estrutura político-administrativa-populacional conectada pela “Estrada Geral pela Costa da Província”, o caminho aberto no litoral que levava a todas as Vilas e Povoações, mesmo que tivesse que se deslocar para o “interior”, distância que não passava de cinco léguas. A vida se passava próxima ao mar e aos rios, com pontos bem específicos de aglomeração e produção. Concluimos que a distribuição populacional tem relação direta com a exploração econômica dos territórios, além da influência religiosa no caso específico dos índios. Também fica evidente que o espaço prioritário da ocupação foi o litoral, com esparsas incursões para o interior da Província.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz F de. Vida Privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz F. de. História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional. Vol. 2. São Paulo: Cia das Letras. p. 11-94. 1997.
- ALMEIDA, Maria Regina C. de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 37, nº 75, p. 17-38, 2017.
- BACELLAR, Carlos de A. P.; SCOTT, Ana Silvia V.; BASSANEZI, Maria Silvia C. B. Quarenta anos de demografia histórica. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339- 350, jul./dez. 2005.
- BITTENCOURT, Gabriel. História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.
- BRAGA, Márcio André. Identidade étnica e os índios no Brasil. MÉTIS: história & cultura, v. 4, n. 7, p. 197-212, jan./jun. 2005.
- BRASIL. Lei nº. 16, de 12 de agosto de 1834. Ato Adicional a Constituição. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Império, 1834. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm. Acesso em: 29 maio 2020.
- BRASIL. Regulamento nº. 120, de 31 de janeiro de 1842. Regulamenta a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841. Rio de Janeiro: Ministério dos Negócios da Justiça, 1842. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Regulamentos/R120.htm. Acesso em: 29 maio 2020.
- BRASIL. Ministério do Império. Relatório... do Anno de 1848 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª. sessão da 8ª. legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850.
- CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. Topoi, v. 12, n. 23, p. 84-96, jul.-dez. 2011.
- CARMO, Vânia do. “Ante o futuro, ante a história”: o problema da civilização na historiografia capixaba em José Marcelino Pereira de Vasconcellos e Braz da Costa Rubim. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UNIRIO/PPGH, Rio de Janeiro, 2015.
- CÔGO, Anna Lúcia. História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus. 2007. 200 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP, São Paulo, 2007.
- COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações. Boletim de História Demográfica, São Paulo, FEA-USP, 1(1), 1994. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd1.htm#pesos>. Acesso em: 03 maio 2020.
- DADALTO, Maria C. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. SINAIS, Vitória, n. 1, v. 1, p. 57-74, abr. 2007.

EHRENREICH, Paul. Índios Botocudos do Espírito Santo no Século XIX. Vitória: APEES, 2014.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Falla com que o Exm. Vice-Presidente da Província do Espírito Santo José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembléa Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1844. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e comp., 1845.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Relatório que o Exm. Sr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente, da Província do Espírito Santo apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1858. Victoria: Typ. Capitaniense de P. A. D' Azeredo, 1858.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, no dia da abertura da sessão ordinário de 1862 pelo Presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. Victoria: Typ. Caphaniense de Pedro Antonio D' Azeredo, 1862.

FERREIRA, Sônia M. I. L. et al. Território e territorialidade no contexto hospitalar: uma abordagem interdisciplinar. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 804-814, 2013.

LOBO, Carlos. Dispersão espacial da população no Brasil. Mercator, Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 19-36, jul./set., 2016.

MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. Topoi, v. 9, n. 17, p. 45-66, jul.-dez. 2008.

MARCÍLIO, Maria L. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. Rev. Bras. Estudos Pop., Brasília, 14 (1/2), p. 125/143, 1997.

MOREIRA, Vânia Maria L. Espírito Santo Indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860. Vitória: APEES, 2017.

MOTTA, José F. A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia. Rev. Bras. Estudos Pop., Campinas, 12(1/2), p. 133/149, 1995.

MOTTA, Kátia Sausen da. Juiz de paz e cultura política no início dos oitocentos (Província do Espírito Santo, 1827-1842). 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFES/PPGH, Vitória, 2013.

REHER, David S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. Rev. Bras. Estudos Pop., Brasília, 14(1/2), p. 101/124, 1997.

S. PAIO, Rangel. José Marcellino Pereira de Vasconcellos: notas biográficas. O Brasil Ilustrado: arquivo de conhecimentos uteis, Rio de Janeiro, n. 8, p.113-118, 1887.

SCHWARTZMAN, Simon. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, n. 55, p. 83-96, nov. 1999.

SILVA, Marlon L. da; TOURINHO, Helena L. Z. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. URBE: Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, 9(1), p. 96-109, jan./abr. 2017.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Os botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PAULA, Maria Helena de; ALMEIDA, Mayara Aparecida R. de. Entre Arraias, Vilas, Cidades, Comarcas e Províncias: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. Revista (Con) Textos Linguísticos, Vitória, v. 10, n. 17, p. 153-167, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/14797>>. Acesso em: 01 maio 2020.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce. Belo Horizonte: USP/Itatiaia, 1974.

SALETTI, Nara. Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas: o início da colonização no Espírito Santo. Vitória: APEES, 2011.

VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. Memoria Statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828. Transcrição do manuscrito original por Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

VASCONCELLOS, José Marcelino P. de. Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo. Victoria: Typographia de P. A D'Azeredo, 1858.

Maria Tomásia Cardiga e a esposa do Capitão mor João de Melo Gusmão: percorrendo territórios ainda não ocupados (séc. XVII)

Leiliane Kecia Magalhães*

Os nomes de alguns homens que se deslocaram com o objetivo de conquistar o território brasileiro foram imortalizados em monumentos, prédios, praças, ruas, cidades, todavia existiram mulheres que enfrentaram os mesmos caminhos, partícipes do projeto colonial português, mulheres pobres, nobres, órfãs, indígenas, negras, brancas, casadas, viúvas, solteiras, que tiveram sua presença marcada por uma diversidade de ausências, inclusive a ausência do nome, como ocorreu com esposa do Capitão mor João de Melo Gusmão que não teve seu nome citado nos documentos consultados, mesmo sendo uma das duas únicas mulheres de Capitão mor que se deslocaram para a capitania do Siará Grande no século XVII para efetivar a sua ocupação.

O lugar dessas mulheres na historiografia por muito tempo foi renegado, dando a falsa impressão que o espaço colonial reduzia-se a ação unicamente masculina. Os estudos de Gênero contribuíram para questionar não só essa ausência como os discursos sobre essas mulheres, os quais restringiam as ações desse sujeito ao espaço da casa. Sobre essa constante ausência das mulheres, Margareth Rago (1995) expõe que:

A recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas. Como se a História nos contasse apenas dos homens e de suas façanhas, era somente marginalmente que as narrativas históricas sugeriam a presença das mulheres, ou a existência de um universo feminino expressivo e empolgante. Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravatura, a imigração européia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de merecerem uma maior atenção. (RAGO, 1995, p. 81)

Desse modo, pensar em mulheres que desbravaram territórios no século XVII, modifica a percepção de como esse espaço foi construído, possibilitando novos questionamentos e a busca não por novas fontes, mas sim por novos modos de análises. Os documentos aqui consultados foram perscrutados a partir da busca por esse outro sujeito, rastreando pistas sobre essas mulheres, refletindo sobre os motivos pelos quais apenas duas

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC).

mulheres brancas e de posses se deslocaram para a capitania do Siará Grande nos dois primeiros séculos de dominação portuguesa.

Por meio de Cartas Régias, Sermões católicos, relatos de cronistas, tendo como fio condutor a experiência de Maria Tomásia Cardiga e da esposa do Capitão mor João de Melo Gusmão, o presente artigo analisa as condições adversas que dificultariam o deslocamento de mulheres brancas e de posses para territórios ainda não ocupados de forma efetiva pelos portugueses e averigua as possíveis motivações pelas quais essas duas mulheres de Capitães mor se distinguiram das demais por acompanhar seus maridos na difícil tarefa de atravessar caminhos desconhecidos e perigosos, efetivando a ocupação desses territórios.

Para decidir sair de suas casas e empreender uma jornada o aspecto econômico seria uma das condições a serem avaliadas, pois o percurso exigia gastos, que iam desde os mais básicos como os mantimentos até os mais complexos como a contratação de soldados para combater tanto inimigos indígenas quanto franceses, ganhos que dificilmente se obteria no Siará Grande, pois de acordo com João Brígido (1990) a capitania não apresentava vantagens econômicas:

Desfavoráveis são todos os conceitos sobre o futuro desta província, que se encontram nos antigos observadores, desde Pero Coelho até H. Koster. O Ceará era a terra da desolação e da miséria, julgado segundo as impressões produzidas pela sua natureza áspera, e à primeira vista intratável. A flora e a fauna pareciam paupérrimas, solo estéril, o clima menos apto para o desenvolvimento da vida. Ventos rijos, soprando seis meses em concorrência com o calor, que atinge a 36 graus, exaurindo rapidamente os pequenos regatos; secas diuturnas, ou invernos além da medida, tudo fazia acreditar que esta região viria a ser um lugar apenas de trânsito, quando o povoamento do norte do Brasil chegasse a acontecer. (BRÍGIDO, 1990, p. 241)

Os escassos atrativos econômicos da capitania desestimulavam possíveis colonizadores e corroborava para outro complicador: a falta de incentivo por parte da Coroa portuguesa a quem quisesse ocupar esses territórios. O próprio Rei por muito tempo foi um dos impedimentos a essas entradas, pelo menos até 1677, como prescreve a seguinte Carta Régia:

E se em outro tempo mandou Sua Alteza varias provisões, que impedia a esses moradores irem ao Sertão: agora pela resolução que foi servido tomar o podem elles fazer sem escrúpulo que declarou por captivos todos os que se tomassem em guerra que os Bárbaros provocassem, e a que nos fazem tem ainda maiores consequências que o damno que já se está experimentado¹.

¹ Fonte: CARTA que se escreveu à Câmara de São Paulo: sobre darem todo o favor pólvora e munição ás pessoas que hão de ir ao Rio de São Francisco á conquista dos Ayayos. Bahia, 20 de fevereiro de 1677. DH. 11: 73-5. Per 094

Desse modo demorou mais de um século o início da ocupação da capitania do Siará Grande, sem a atenção do governo português. Esse desinteresse por parte da Coroa lusitana era referente não só a capitania do Siará Grande, como a toda a América lusa, pois nos anos quinhentos o comércio com o Oriente ainda permaneceu lucrativo. Vera Lúcia Amaral Ferlini (1988) informa que apenas no final do XVI esse quadro apresentou alterações, pois a quantidade de especiarias e drogas do Oriente que chegavam anualmente em Lisboa reduziu de 75.000 para 10.000 quintais, enquanto que o açúcar brasileiro apresentou lucros contínuos e ascendentes, lucratividade essa que de acordo com Rafael Ricarte da Silva (2016) atraiu e reorientou o olhar luso para as terras do Ocidente.

Ainda assim, a capitania do Siará Grande não foi beneficiada pelo interesse lusitano, pois suas terras não eram propícias a plantação de cana, funcionando mais como ponto de apoio costeiro do que como fonte econômica, como explica Guilherme Saraiva Martins (2010):

A situação, na primeira metade do século XVII, era bastante diferente. Deparamo-nos não com uma região sertaneja, mas, sim, por uma marcada pelo mar. Não era o Ceará da carne e do couro, como viria a ser posteriormente, mas, sim, o Ceará do âmbar-gris, da tatajuba, do pau-violeta e do sal. O conhecimento da terra era mínimo, limitando-se a uma faixa litorânea, mais ou menos estreita. Na época, ainda não se conhecia o curso dos rios e sabia-se muito pouco dos povos que habitavam mais para o interior, com exceção de que eram numerosos. Essa “maritimidade” do território vai para além do simples desconhecimento do interior, ela aparece no próprio sistema de referência espacial e nas ligações que se estabeleciam entre o Ceará e outras regiões. Os pontos de referência eram as pontas, os cabos, as barras dos rios, os portos e ancoradouros. (MARTINS, 2010, p. 25)

A falta de perspectivas econômicas para uma efetiva colonização da capitania levou o Siará Grande a tornar-se pouco mais do que um posto fronteiriço e periférico da colonização europeia do Brasil. Mas, diferente do desestímulo dos portugueses na efetiva ocupação dessa área, outros Estados europeus aproveitaram para incorrerem sobre esse território, obtendo produtos comercializáveis com os indígenas e rotas marítimas favoráveis, como descreve Almir Leal de Oliveira (2014):

As crônicas do início do século XVII relatam que a pequena feitoria de apoio à navegação chamada Siará, assim como outras ao longo do litoral, era constantemente visitada por franceses em busca de trocas comerciais com os indígenas. Mais conhecida daqueles que tentavam a navegação para o Caribe do que dos portugueses que se instalavam nas capitanias de Pernambuco, Bahia e São Vicente, o território da Costa Leste-Oeste despertava interesses particulares por parte dos franceses, o que levou a Coroa portuguesa a tentar

efetivar os seus domínios entre o Rio Grande e o Maranhão. No primeiro quartel do século XVII, a área em questão pode ser entendida como um ambiente de disputas por conquistadores que visavam, sobretudo o domínio de uma navegação difícil que ligava o Rio Grande ao Amazonas. (OLIVEIRA, 2014, p. 184)

O processo de conquista da capitania do Siará Grande, fomentado ao longo do século XVII pela Coroa portuguesa, estaria vinculado, às disputas empreendidas pelas demais monarquias europeias sobre as possessões lusas e não por suas perspectivas econômicas. Essas incursões ganharam contornos mais dramáticos com a união do reino de Portugal com o da Espanha (1580-1640), por conta da preocupação desta com os tesouros do Peru que poderiam ser acessados por Estados rivais através da Costa Leste-Oeste, suscitando discussões sobre a defesa desse território, até então colocado em segundo plano pela política ultramarina portuguesa, como afirma Mário Martins Viana Júnior (2013):

Esse relevo de destaque conferido às capitanias do Norte, como elemento de ampliação e de manutenção fundamental do poder imperial luso, inseria o Siará grande como importante ponto estratégico e militar para a conquista daqueles territórios. E foi justamente dessa maneira, integrado a uma lógica imperial multicontinental, que tal capitania acabou incorporada à pauta de discussões sobre a ocupação territorial no início do século XVII entre o Rei, os governadores gerais, os magistrados, os capitães e muitos outros homens empenhados nas jornadas e expedições que, embora tivessem como foco final o Maranhão, envolviam necessariamente outras capitanias. (VIANA JUNIOR, 2013, p. 211)

Surgiu assim um fator que poderia motivar o interesse do Rei e, por conseguinte alguma vantagem quer econômica ou política para quem ainda que utilizando dos seus próprios recursos se destinasse a ocupar a capitania do Siará Grande, pois até então nenhum homem ou mulher havia se animado a ocupar essas terras. Apenas em 1603, alguém se dispôs a assegurar esse ponto de apoio frente aos franceses e outros invasores, efetivando a ocupação da região pelos portugueses, foi um açoriano:

[...] a qual jornada, se ofereceu o dito Pero Coelho e mais gentes ás suas custas, sem nenhuma despeza da fazenda de Sua Magestade nem dos moradores deste estado, por dois respeitos; o primeiro, de merecer mercês e honra a Sua majestade, o segundo fazer alguns resgates licitos, que se diz que poderão fazer, constando tambem que ha alli muito ambar, ouro e escravos captivos, [...].²

É para esse espaço ainda não ocupado de forma efetiva pelos portugueses, sem grandes perspectivas econômicas, sem recursos do Reino, que Pero Coelho de Sousa inicia a

² Fonte: AUTO que mandou fazer o Senhor Governador Geral Diogo Botelho (26/01/1603). Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, tomo 26, p. 17-20, 1912, p. 19.

ocupação após dar combate a indígenas e franceses e, em 1604 retorna a Paraíba para buscar sua esposa Maria Tomásia Cardiga, seus filhos e alguns soldados a fim de fixar moradia na capitania do Siará Grande.

É importante frisar que um mesmo espaço é percebido de forma diferente pelos sujeitos, no estudo Topofilia, um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente, onde descreveu as percepções dos diversos tipos de sujeitos, não só em seus aspectos econômicos como nos afetivos, o geógrafo Yu-fu Tuan (1980, p. 70) afirma que “nas culturas em que os papéis dos sexos são fortemente diferenciados, homens e mulheres olharão diferentes aspectos do meio ambiente e adquirirão atitudes diferentes para com ele”, ou seja, o deslocamento e ocupação da capitania do Siará Grande poderia tanto ser entendida de forma negativa devido as condições adversas que apresentava, quanto de forma positiva, haja vista que quanto maior o desafio da conquista maior seria a recompensa dada pelo Rei.

O próprio percurso em si, a natureza, era compreendida de formas diversas, pois alguém acostumado com as intempéries do ambiente selvagem teria mais facilidade de ânimo, do que alguém que nunca havia saído da vila onde nascera, ou das cidades do Reino. O padre Antônio Vieira em viagem pela capitania do Siará Grande em 1660 escreve suas percepções sobre esse espaço:

[...] só dois dias houve em que se padeceu alguma chuva; com que parece quis o céu mostrar aos caminhantes a mercê que lhes fazia; porque é qualidade destas areias que cada gota de água que lhe cai se converte em um momento em enxames de mosquitos importuníssimos, que se metem pelos olhos, pela boca, pelos narizes e pelos ouvidos, e não só picam, mas desatinam; e haver de marchar um homem molhado a pé, e comido de mosquitos, e talvez morto de fome, e sem esperança de achar casa nem abrigo algum em que se enxugar ou descansar, e continuar assim as noites com os dias, é um gênero de trabalho que se lê facilmente no papel, mas que se passa e atura com grande dificuldade [...].³

A importância dada a importunação dos mosquitos na narrativa, demonstra a percepção de um homem de letras e não de armas sobre esse espaço, como então uma mulher branca no período colonial experimentaria esses desconfortos e perigos de extensas caminhadas. Assim existiriam percepções distintas sobre o meio ambiente inclusive dentro de um mesmo gênero: entre homens – um soldado e um padre, ou entre mulheres - uma mulher indígena se adaptaria melhor a essas condições por fazer parte do seu cotidiano, do que uma

³ Fonte: VIEIRA. Padre Antonio. Relação da Missão da Serra da Ibiapaba. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, tomo 18, pp. 86-138, 1904, p. 135

mulher branca nascida na América portuguesa ou mais ainda, de uma mulher branca nascida no Reino.

Além dessas adversidades relativas ao espaço da capitania do Siará Grande, ainda existiam os impedimentos culturais acerca dos deslocamentos, em específico o trânsito das mulheres brancas e de posses, sobre as quais recaía os maiores condicionamentos sociais, que de acordo com Marina Basso Lacerda (2010, p. 56) “a diferença de tratamento entre ricas e pobres se dava por questões de herança e de manutenção da nobreza”, questões essas que saíam da esfera familiar e alcançava a atenção da Igreja Católica e da Coroa lusitana.

No ano de 1707, o governador de Pernambuco Sebastião de Castro Caldas em Carta ao Rei D. João V informou sobre as hostilidades que os tapuias de corso e de outras nações tinham feito aos moradores do Rio Grande e Ceará⁴, em 1708 o rei escreveu ao governador do Estado do Brasil para que auxiliasse na guerra que se realizaria contra as nações indígenas devido a estas hostilidades:

[...] e por se conhecer ser de grande pezo e digno que se lhe acuda com remedio prompto, pois dissimulando-se com o castigo será depois mais dificultoso; e uma total ruina de toda aquella conquista; porque se animarão estes gentios a emprehenderem novas tiranais alem das que tem obrado contra aquellos moradores; chegando a sua fereza não só a atreverem-se a injuriar a muitos nas suas pessoas, **mas ainda na honra de suas mulheres e filhas**, matando muitos e obrigando alguns a contribuições a que se sujeitaram por não cahirem na sua indignação: Fui servido resolver se faça guerra geral a todas as partes, assim pelo sertão dessa capitania como pela de Pernambuco, Ceará e Rio Grande. [...] (grifo nosso)⁵.

Sobre o perigo indígena, a morte deveria ser o maior temor, mas para as mulheres no período colonial existiam riscos maiores do que a perda da vida, os quais seriam a perda da honra. Na Carta o Rei coloca a honra das mulheres acima de outros riscos, demonstrando a preocupação com esse valor social, a fim de preservar a fidelidade ao marido e garantindo que os filhos fossem legítimos propiciando a transferência dos bens familiares, num leito sem mácula. Enquanto que para os homens a coragem era “um importante atributo masculino” digno de reconhecimentos e recompensas materiais e imateriais por parte do Rei, e o medo era sinal de fraqueza e vergonha⁶, já para as mulheres a primeira virtude a ser preservada era a honra, que no caso feminino estava circunscrita à sua sexualidade, como analisa Leila Mezan Algranti (1992):

⁴ Fonte: Documentos para Pernambuco. AHU_CU_PERNAMBUCO, Cx. 22, D. 2053.

⁵ Fonte: CARTA RÉGIA a Luis Cesar de Menezes, Governador do Estado do Brazil em 20 de abril de 1708. in BEZERRA, Antônio. Algumas origens do Ceará. Fortaleza: Typografia Minerva, 1918, pp. 205-207.

⁶ Sobre o ideal de masculinidade nas capitanias do Norte no início de sua ocupação vide Mário Martins Viana Júnior (2013).

A mulher virtuosa foi durante séculos a pura, a casta, ou a fiel ao marido, e portanto honrada. Nesse sentido, a honra feminina está longe de ser um privilégio de classe – como foi muitas vezes considerado para os homens – mas um bem que todas as mulheres possuem, desde que o preservem virtuosamente através da castidade ou da fidelidade. Para os homens, entretanto, a honra esteve ligada comumente aos atos de heroísmo, ao desempenho nas batalhas, enfim, às ações públicas. O inverso da honra para eles era a covardia. Daí aquele que temesse morrer para salvar a honra ser um covarde, e não merecer a estima dos outros. A desonra da mulher, por outro lado, vincula-se à impudicícia; tratava-se de uma ação desencadeada no âmbito da vida privada. Para ambos, porém, a desonra os cobria de vergonha e os excluía de uma comunidade de iguais, tornando-se um estigma até que fosse possível livrar-se dele. Dessa forma, não era apenas a honra masculina que se construía em relação à vida pública, mas também a da mulher. Era o olhar do outro, sempre penetrantes, e o grau de estima que a sociedade atribuía a uma pessoa que determinava se ela era ou não honrada. (ALGRANTI, 1992, p. 126)

Desse modo, transitar nos territórios ainda não ocupados possuía significados diferentes para cada gênero também no aspecto cultural, para o homem representava um feito digno de recompensa do Rei, já para a mulher era colocar-se numa situação de risco latente na qual poderia perder o seu principal atributo – a honra.

Se a honra de uma mulher era tão cara, existia então todo um cuidado para afastar todos os riscos de mácula, de acordo com a Igreja Católica o remédio preventivo seria a mulher manter-se resguardada em sua casa, como explica o padre Antônio Vieira (1998), em seus sermões: “Quer dizer o douto, religioso e experimentado comentador, que na limitação desta lei quis Deus ensinar a todos aqueles a quem pertence, que as mulheres não devem sair de casa, ainda com pretexto de piedade e religião [...]”, o padre continua seu sermão citando como exemplo Diria (Diná) filha de Jacó que ao sair de casa simplesmente para ver as mulheres acarretou um grande mal para sua família:

Porque uma mulher que sai a ver mulheres, também sai a ser vista de homens. E se no ver não há perigo nem indecência, no ser vista periga a honra, periga a pessoa, periga a família, e periga talvez toda a república, e não só uma, senão muitas, como neste caso. A tenção de Diria em querer somente ver mulheres, podia ser inocente; mas no risco e ocasião de ser vista de homens, também foi culpada [...].⁷

Se o simples ato de sair de casa, mesmo que fosse para ir à missa, poderia incorrer na perda de sua honra como prescreve a Igreja Católica, quanto mais os deslocamentos onde existiriam indivíduos que não respeitariam as ordenanças da santa Igreja como os franceses e

⁷ Fonte: VIEIRA. Padre Antonio. Sermão XVII – Maria Rosa Mística, Erechim: Edelbra, 1998. p.50

os indígenas. Assim, nem os discursos régios, nem os religiosos incentivavam o transitar das mulheres, pois corria-se o risco de sua honra durante o percurso ser manchada e não só a sua, como de toda a sua família, de todo um reino.

O ato das mulheres permanecerem em suas casas também minimizavam outros riscos existentes não só no Brasil como em outros territórios lusos, como descreve Amélia Polónia (2002):

Na verdade, o enorme valor atribuído nestes espaços à mulher branca, europeia, não parece ter conduzido, por norma, à sua valorização social, mas antes ao seu “entesouramento”. Testemunhos coevos provam como as mulheres portuguesas eram retidas, em Cabo Verde, A. Tomé ou Angola, no estrito espaço doméstico, isoladas dos olhares públicos, é certo, mas também dos calores e chuvas tropicais, e dos mosquitos e doenças, o que, se lhes restringia o universo vivencial, garantia-lhes uma maior esperança de vida, de que viriam a usufruir como viúvas pretendidas e possidentes. (POLÓNIA, 2002, p. 9)

A preservação da vida dessas mulheres também estaria relacionada ao patrimônio, pois com a morte de seus maridos por estarem mais expostos aos perigos, era a viúva a responsável pela unidade dos bens e não o filho primogênito como se dava entre outros países europeus.

Contudo, nem todas as mulheres se submeteram a orientação de permanecerem em casa, acompanharam seus maridos, desbravando territórios, como Maria Tomásia Cardiga. A descrição dessa jornada é narrada pelo frei Vicente do Salvador (1918) em dois capítulos de seu livro, um sobre a primeira investida de Pero Coelho de Sousa e o outro sobre a segunda caminhada já ao lado de sua esposa e filhos, que depois de alguns meses diante da demora da provisão real e da fuga da maioria dos soldados, resolve deixar a capitania e retornar a Paraíba:

[...] mandou marchar cinco filhos diante, dos quaes o mais velho não passava de dezoito annos, logo os soldados, e detraz elle e sua mulher, todos a pé. Logo nesta primeira jornada começaram a sentir o trabalho, porque, tanto que a calma começou a cahir, não havia quem pudesse pôr o pé na areia de quente, começava já o choro das crianças, os gemidos da mulher e lastima dos soldados [...] com muito trabalho e risco de tapuyas inimigos, que por alli andam e lhes viam os fumos, mas o peor inimigo era a fome e sede, com que começaram a morrer os soldados [...] se poz D. Thomazia, mulher do capitão, a dizer tantas lástimas que parece se lhe desfazia o coração, vendo que tinha todos seus filhos ao redor de si, e pegando della do menor até o maior diziam que até alli bastava de caminhar, que também queriam morrer com aquelle homem, porque já não podiam soffrer tanta sede. [...] Mas caminhando avante da salina, morreu o filho mais velho ao capitão. [...] o vigário, vendo aquelle espectaculo, que não pareciam mais que caveiras sobre os ossos, como se sóe pintar a morte. E com muita caridade os levou e teve no Rio-Grande até que se foram pera a Parahiba,

donde Pero Coelho de Sousa se foi ao reino requerer seus serviços e, depois de gastar na côrte de Madrid alguns annos sem haver despacho, se veiu viver a Lisboa, sem tornar mais à sua casa.⁸

Maria Tomásia Cardiga realizou um feito que outros portugueses não empreenderam, que foi adentrar pela capitania do Siará Grande ainda em 1605, sendo que as primeiras sesmarias só começaram a ser doadas mais de cinquenta anos depois. Diante de condições tão desfavoráveis, cabe questionar por qual motivo Maria Tomásia Cardiga colocaria em risco sua vida e o seu maior valor enquanto mulher: a honra. A partir de um rastreamento biográfico de sua origem familiar, foi possível chegar a algumas possibilidades.

De acordo com Emãnuel Luiz Souza e Silva (2010) há indícios que o bisavô de Tomásia, Fernão Lopes era cristão novo, sendo queimado na fogueira pela inquisição em Portugal e sua bisavó Branca Rodrigues com suas filhas e genros, fugiram para as terras brasileiras em 1557, se estabelecendo na Bahia. Foram oito meses no mar, nessa embarcação vinham 330 pessoas, das quais morreram 42, ou seja, uma migração nada tranquila.

Já no Brasil sua avó materna Beatriz Mendes casou com Francisco Mendes Leão indo morar em Pernambuco, sendo também denunciada para o Tribunal do Santo Ofício, junto a outros familiares e acabou fugindo para Pernambuco. Sua mãe Isabel Mendes ficou em Pernambuco e casou-se com o cristão-velho Pero Cardiga que também foi denunciado para o Santo Ofício em 1592, sentenciado em 1594, e “para evitar penas mais graves, [...] ajoelhasse, chora, pede perdão, [...] além de cumprir as penitências que lhe são dadas, [...] e 100 \$’s (cem cruzados) para as despesas do Santo Ofício.” (SILVA, 2010, p. 118-119)

Dez anos após a sentença dada a seu pai, Tomásia natural de Pernambuco, herdeira dos engenhos do pai, cunhada do capitão mor da Paraíba, mulher branca e de posses, atravessava as ásperas terras da capitania do Siará Grande, carregava consigo o medo não da fome, nem da sede, nem dos indígenas, nem mesmo o de perder a honra tão cara na sociedade colonial, existia um temor maior dentro de si, medo que perseguia a sua família a cada geração, por conta do seu sangue judeu o temor de que a qualquer momento poderia ser acusada como fora seus familiares e cair nas chamas de uma fogueira inquisitorial.

A melhor maneira de se desvencilhar das denúncias sobre sua origem, seria obtendo favores régios, pois se seu esposo conseguisse efetivar a ocupação da capitania do Siará Grande, ela seria a esposa de um Capitão mor, o que representaria uma vida distante dos olhares inquisitoriais, diminuindo o medo que perpassou sua família em cada geração. Assim

⁸ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Bahia: [s.n.], 1627. [Nova edição revista por Capistrano de Abreu, publicada em 1918 pela Weiszflog Irmãos], p. 409-410

as condições adversas presentes nessa jornada não lhes eram estranhas, uma vez que as mulheres de sua família também experienciaram fugas iguais ou mais arriscadas, provavelmente contadas e recontadas ao longo da sua vida. Desse modo, Maria Tomásia Cardiga possuía experiências que lhe possibilitava empreender tal deslocamento, motivada pela esperança de um recomeço.

De acordo com Raimundo Girão (1986), outra mulher que se aventurou nos anos anteriores a efetiva ocupação da capitania do Siará Grande foi a esposa do décimo segundo Capitão mor João de Melo Gusmão:

Com a retirada dos holandeses, voltaram os lusos ao Ceará, mas os capitães-mores não traziam as famílias, salvo João de Melo de Gusmão, que veio com a mulher e três filhos, em 1663. “até ali, sustenta o Barão de Studart, gente branca no Ceará era a infantaria do presídio ou algum missionário na sua faina do bem. (GIRÃO, 1986, p. 49)

Somente depois de meio século da jornada de Maria Tomásia Cardiga, quando a capitania do Siará Grande continuava livre da população branca, um outro deslocamento é empreendido por uma mulher, como descreve Girão (1986):

12) João de Melo Gusmão – Nomeado em 18 de novembro de 1660, só em 14 de dezembro de 1663 assumiu as funções do cargo. Teve licença para trazer a mulher e os filhos e efetivamente os trouxe. Foi a sua a primeira família branca a vir ao Ceará, depois de Pero Coelho. Até a chegada de sua aludida família, apenas havia a infantaria de presídio que, como ficou visto, era anualmente substituída por outra, enviada do Recife. Conhecia bem a língua geral e os costumes dos indígenas. Em 3 de dezembro de 1666, ainda no cargo, ordenou se desse guerra aos Paiaucus, que se achavam nas proximidades da fortaleza (sítio Precabura) e se “matasse a todos os que pudessem pegar em armas”. A medida extrema era determinada pelo fato de terem os mesmos indígenas assassinado a várias pessoas e viverem em constante atitude de “traidores desleais”, pondo em alvoroço as Aldeias dos pacificados. Faleceu Gusmão no Ceará, tendo-se retirado a viúva e os filhos para o Maranhão, em viagem penosa, pela praia. (GIRÃO, 1986. p.127)

João de Melo Gusmão pediu licença ao Rei para trazer sua mulher e filhos⁹, pois não era comum um Capitão mor trazer sua família para essas paragens e justificou seu pedido alegando a falta de recursos e de pessoas para deixá-los no Reino, ou seja, o local mais seguro apesar de todas as condições adversas, seria ao seu lado na capitania do Siará Grande, muito embora tal intento não tenha se concretizado, pois com sua morte, sua mulher e filhos ficam desamparados tendo de partir mais uma vez.

⁹ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI, sobre o pedido de João de Melo de Gusmão para levar para o Ceará sua mulher e seus cinco filhos. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1\Doc. 19

Tanto Maria Tomásia Cardiga quanto a esposa de João de Melo Gusmão não tiveram sucesso em suas jornadas, talvez se tornariam em exemplos reforçadores da não vinda de outras mulheres brancas para essa região. Entretanto suas experiências contrariam a ideia de que todas as mulheres do período colonial viviam trancadas dentro de casa com sua honra protegida, esse discurso por vezes não passava de um anseio para a totalidade da sociedade portuguesa, pois de acordo com as necessidades do momento o próprio discurso real e religioso era contraditório, pois se ser corajoso era uma característica natural, porque premiar com títulos e terras os homens detentores dessas qualidades, e se sair de casa era extremamente perigoso para a honra, porque o incentivo de enviar mulheres portuguesas para o outro lado do Atlântico.

Portanto, a partir das experiências de Maria Tomásia Cardiga e da esposa de João de Melo Gusmão é possível concluir que apesar das condições adversas da capitania do Siará Grande como a falta de atrativos econômicos, a falta de incentivo régio, a existência de indígenas e franceses inimigos, a natureza selvagem e o discurso no qual as mulheres deveriam guardar sua honra em casa, existiam outros condicionantes que motivariam a vinda de mulheres brancas e de posses para territórios ainda não ocupados efetivamente pelos portugueses, evidenciando a presença dessas mulheres nos diversos espaços, partícipes na execução do projeto colonial português e na busca por seus próprios interesses.

Fontes

AUTO que mandou fazer o Senhor Governador Geral Diogo Botelho (26/01/1603). Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, tomo 26, p. 17-20, 1912, p. 19.

CARTA que se escreveu à Câmara de São Paulo: sobre darem todo o favor pólvora e munição às pessoas que hão de ir ao Rio de São Francisco á conquista dos Ayayos. Bahia, 20 de fevereiro de 1677. DH. 11: 73-5. Per 094

CARTA régia a Luis Cesar de Menezes, Governador do Estado do Brazil em 20 de abril de 1708. in BEZERRA, Antônio. Algumas origens do Ceará. Fortaleza: Typografia Minerva, 1918, pp. 205-207.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI, sobre o pedido de João de Melo de Gusmão para levar para o Ceará sua mulher e seus filhos. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1\Doc. 19

DOCUMENTOS para Pernambuco. AHU_CU_PERNAMBUCO, Cx. 22, D. 2053.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Bahia: [s.n.], 1627. [Nova edição revista por Capistrano de Abreu, publicada em 1918 pela Weiszflog Irmãos], p. 409-410

VIEIRA, Padre Antonio. Relação da Missão da Serra da Ibiapaba. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, tomo 18, pp. 86-138, 1904, p. 135

VIEIRA, Padre Antonio. Sermão XVII – Maria Rosa Mística, Erechim: Edelbra, 1998. p.50

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750 – 1822)*. 1992. 389f. Tese. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

BRIGIDO, João. *Povoamento do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, tomo 14, pp. 241-248, 1900.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral; CNPQ. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo, SP: Brasiliense; [Brasília, DF]: CNPq, 1988.

GIRÃO, Raimundo. *A marcha do povoamento do Vale do Jaguaribe (1600-1700)*. Fortaleza, CE: s.ed., 1986.

LACERDA, Marina Basso. *Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil*. 2010. 114 f.; Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MARTINS, Guilherme Saraiva. *Entre o forte e a aldeia: estratégias de contato, negociação e conflito entre Europeus e indígenas no Ceará Holandês (1630-1654)*. 2010. 180f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2010.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *Justificativas Missionárias e de Direito dos Gentios: O Padre Antônio Vieira na Ibiapaba, 1656*. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia et al. (Org.). Afeto, Razão e Fé: caminhos e mundos da história da Educação. Fortaleza: Edições UFC, 2014. (Coleção História da Educação).

POLÓNIA, Amélia. *Espaços de inclusão de agentes femininas no processo de expansão ultramarina portuguesa (Século XVI)*. In: Simpósio “Os espaços femininos no mundo americano. Séculos XV a XIX. Cultura, Resistência e Poder”. III Congresso Internacional da Ahila. Ponta Delgada, 2002. no prelo.

RAGO, Margareth. *As Mulheres na Historiografia Brasileira*. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). Cultura Histórica em Debate. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

SILVA, Rafael Ricarte da. *A capitania do Siará Grande nas dinâmicas do império português: política sesmarial, guerra justa e formação de uma elite conquistadora (1679-1720)*. 2016. 264f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2016.

TUAN. Yu-fu. *Topofilia*, um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo, SP: DIFEL, 1980.

VIANA JUNIOR, Mário Martins. *Masculinidades compósitas nas Capitâneas do Norte da América portuguesa (século XVI e XVII)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

Descrições da população brasileira nas narrativas de viagem de Richard F. Burton em *The Highlands of the Brazil* (1869)¹

Martin Pezzini Bachmann²

Introdução

Os viajantes do século XIX tiveram papel significativo na formulação de uma ideia de Brasil para os mundos letrados europeus, a partir da escrita de relatos que tratavam tanto da natureza como da sociedade nacional. Estas narrativas de viagem, apesar de pautadas em métodos considerados objetivos e científicos, revelam a subjetividade sempre presente no olhar, e “viriam a criar, de certo modo, novos estereótipos para a representação de cenas brasileiras” (ADES, 1999, p. 21). Entre registros escritos e pictóricos, os viajantes apresentavam “uma reação emotiva e positiva no que se refere à natureza”, calcados pelos conceitos do sublime e do interesse naturalista. Porém, estes mesmos viajantes manifestavam “uma grande aversão quando se tratava de descrever as populações locais” (SCHWARCZ, 2011, p. 242) e seus comportamentos, em especial quando relacionados à miscigenação com grupos étnicos não europeus.

Interessada em compreender a visão estrangeira sobre o país, esta pesquisa teve como objetivo investigar as descrições da população brasileira e, em especial, da Província de Minas Gerais a partir das narrativas do viajante inglês Richard F. Burton no livro *The highlands of the Brazil v. 1* (1869). Considerando que “nenhuma ordem dos discursos é de fato separável da ordem dos livros” (CHARTIER, 2003, p. 47) que lhe envolve, o estudo manteve a intenção de compreender a fonte em seu contexto de produção, refletindo sobre sua materialidade e historicidade. A análise das narrativas de R. Burton considerou sua presença no que foi descrito por Mary Louise Pratt como “zonas de contato”, caracterizadas como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas” (PRATT, 1999, p. 27). Desta forma, buscamos problematizar sua atuação como inglês e diplomata do Império Britânico, assim como suas abordagens sobre o Brasil, na condição de quem circulava nos meios intelectuais europeus e havia conhecido diferentes regiões de África e Ásia. Compreendemos, portanto, suas descrições como a visão de um estrangeiro encontrando ambientes e culturas

¹ Este trabalho apresenta um trecho da pesquisa realizada como trabalho de conclusão no curso de História da FURB, em 2020, sob orientação da professora doutora Cristina Ferreira.

² Graduado em História pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e mestrando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Centro de Memória Oral e Pesquisa (CEMOPE).

diversos, com base em suas experiências e conhecimentos prévios que estruturavam suas percepções durante a viagem. O livro foi analisado a partir de sua primeira edição em língua inglesa, com traduções nossas para composição do texto.

Sobre viagens e viajantes: uma contextualização da trajetória de Richard F. Burton e sua presença no Brasil

Uma das marcas do século XIX, com o avanço das tecnologias de deslocamento e do imperialismo europeu, foi a proliferação de expedições e viagens para as diferentes regiões do globo, com objetivos diversos, como comerciais e científicos. De modo geral, a partir de meados do século XVIII, os relatos de viagem inscreveram-se “num movimento mais amplo de constituição de conhecimentos mais positivos acerca de outros povos e civilizações” (GUIMARÃES, 2000, p. 4), em busca de informações confiáveis reunidas a partir da observação empírica e coleta de materiais *in loco*. O interesse era documentar os cenários encontrados nas diferentes regiões do mundo, tanto para o meio acadêmico europeu como para outros viajantes que poderiam segui-los ou para leitores interessados.

Muitos destes viajantes basearam-se nos conhecimentos da História Natural, ramo da ciência que “tornava a natureza todo um domínio empírico cognoscível, descritível e ordenável em sua totalidade” (SCHIAVINATTO, 2003, p. 604), emprestando os termos para descrição e caracterização das paisagens. Porém, seria equivocado considerar todos esses viajantes como cientistas profissionais, já que constituíam um grupo bastante diverso, em que “interesses comerciais, científicos e colonialistas entrelaçavam-se com motivações teológicas, morais e estéticas” (MARTINS, 2001, p. 12).

Um destes viajantes foi o inglês Richard Francis Burton (1821-1890), explorador, escritor e tradutor que atuou como diplomata do Império Britânico no Brasil entre os anos de 1865 e 1869. Seu interesse profissional esteve vinculado às viagens de exploração, que realizou especialmente na década de 1850, com apoio da *Royal Geographical Society*. Sua atuação nas instituições científicas revelam um personagem interessado nos debates eminentes no período, mas também preocupado com o financiamento de seus projetos. Aqui é importante demarcar que R. Burton não era e nem pretendia ser cientista, apesar de trazer em seus relatos algumas preocupações características da História Natural, além de discussões que se relacionavam com questões científicas do período.

Suas viagens mais famosas tiveram como destino Ásia e África onde, disfarçado de muçulmano, visitou a cidade de Meca, em 1853, e trabalhou na procura da nascente do rio Nilo, chegando ao lago Tanganica, em 1858. R. Burton publicou inúmeros relatos de suas

explorações, assim como traduções de obras estrangeiras para o inglês, a exemplo de *Os Lusíadas*, o *Kama Sutra*, e *As mil e uma noites*, totalizando mais de 80 livros.

No âmbito pessoal, casou-se com Isabel Arundell, de família aristocrata britânica, em 1861. A interferência da família da esposa junto ao governo imperial auxiliou R. Burton a entrar no serviço diplomático, ocupando inicialmente o posto de cônsul em Fernando Pó, na costa africana, e posteriormente em Santos, no Brasil, no ano de 1865. A presença dos Burton no Brasil está inserida no significativo contato entre o Império Britânico e o Brasileiro, com raízes nas “relações e acordos estabelecidos entre Portugal e Inglaterra séculos antes” (GILLIES, 2014, p. 24). Segundo Isabel, na biografia póstuma que escreveu do marido, a estadia do casal no país foi “ativa e útil, tanto no litoral como no interior”³ (BURTON, I., 1893, p. 424), tendo explorado diferentes províncias do Império.

A partir de suas experiências no país, R. Burton publicou o livro *The highlands of the Brazil*, em 1869, pela editora Tinsley Brothers. Seu relato foi dividido em dois volumes, que trataram de uma viagem que realizou com objetivos de conhecer e descrever as Companhias de Mineração Britânicas, além da navegação no rio São Francisco, de forma a chamar atenção para as potencialidades econômicas do interior do Brasil. A primeira parte, que foi privilegiada por nossa pesquisa, foi composta por uma dedicatória, um prefácio escrito por sua esposa Isabel, um ensaio preliminar de R. Burton e o corpo do livro, com 41 capítulos que descreveram o trajeto do Rio de Janeiro à Província de Minas Gerais e sua estadia na região⁴.

Em relação ao estudo de relatos de viajantes, para além de sua formação e das peculiaridades editoriais do impresso, devemos prestar atenção também para a viagem em si, seu trajeto, motivações e recursos, condições que “influenciaram de forma significativa no tipo de registro produzido” (SARAT, 2011, p. 37) muitas vezes já indicando as características da narrativa previamente. Na Figura 1, temos um mapa esboçando a trajetória de R. Burton no interior do Brasil, elaborado a partir de aproximações, considerando as localidades mencionadas pelo viajante. Alguns caminhos do período, que constituem hoje a turística Estrada Real, foram postos como plano de fundo para melhor compreender suas escolhas na viagem. A Província de Minas Gerais foi um dos principais destinos para os viajantes estrangeiros no país, conhecida por sua produção aurífera. No século XIX, a região presenciou inúmeras transformações, com o declínio da mineração e uma diversificação das

³ Tradução nossa. “In Santos and São Paulo, we remained from 1865 to 1869, and I may say that his career here was equally active and useful, both on the coast and in the interior. We thoroughly explored our own province, Sao Paulo, which is larger than France.”

⁴ Estes capítulos podem ser divididos entre os que recontam o percurso de viagem cronologicamente, totalizando 36, e os 5 capítulos de síntese sobre alguma temática específica.

atividades econômicas. Portanto, se os “viajantes já não puderam ver o ouro produzido em abundância”, presenciaram “uma sociedade diversificada, variada, complexa e, em muitos casos, surpreendente” (BOTELHO, 2013b, p. 263).

Figura 1 - Mapa do trajeto de R. Burton pelo interior do Brasil relatado no primeiro volume da obra *The highlands of the Brazil*⁵



Fonte: autoria própria.

Em suas narrativas, R. Burton dialogou continuamente com seus predecessores, a partir do uso constante de notas explicativas e menções a outros viajantes (a exemplo de John Mawe e Saint-Hillaire), com o intuito de historicizar a região ou explicar algum detalhe sobre a flora e fauna, alimentos, pessoas e costumes sociais observados. Seu compromisso com estas referências foi demonstrado ao trazer, em seu ensaio preliminar, “uma lista dos

⁵ Este mapa não foi elaborado a partir de detalhamento aprofundado da trajetória de viagem de R. Burton, mas com aproximações considerando as localidades que passou e alguns de seus comentários. As estradas tradicionais foram postas como plano de fundo para melhor compreender os caminhos realizados pelo viajante.

autores cujos nomes” foram citados, totalizando 28 nomes diferentes⁶, assim como “algumas observações sobre o assunto de seus trabalhos”⁷ (BURTON, R., 1869, p. 12). Cabe ressaltar que nem todos os títulos citados por R. Burton estão presentes nesse inventário, com nomes como Paul de Chailly aparecendo apenas no corpo do texto.

Segundo o viajante, sua escrita seria “totalmente deficiente no embelezamento de que se queixam os viajantes sérios” e deveria retratar uma realidade nua e crua, sob a perspectiva de que o “relato pretende somente destacar a utilidade da precisão”⁸ (BURTON, R., 1869, p. 10-11). As publicações do diplomata refletem estes cuidados, a partir de relatos onde “anotava de forma erudita e minuciosa as suas vivências e observações” (FIGUEIRA, 2016, p. 11), com a preocupação em adensar sua narrativa com explicações sobre a sociedade brasileira e suas experiências no trajeto. Porém, a lógica interna do relato de viagem implica na função de escolha do viajante, que atua na seleção dos “fragmentos da realidade que experimenta” para, na construção narrativa, transformar “seu significado, criando coerências, incoerências, similitudes e atitudes para as personagens e lugares que descreve” (PEREIRA; IEGELSKI, 2002, p. 50). Portanto, a exatidão aspirada por R. Burton refere-se à crença na objetividade de suas análises, situação que deve ser questionada, já que toda narrativa contempla subjetividades diversas e parte de uma perspectiva específica da visão de mundo do narrador, comportando uma transposição parcial do real.

As descrições da sociedade brasileira nas narrativas de Richard F. Burton

Ao refletir sobre as descrições da população brasileira na obra de R. Burton, devemos reforçar que estas narrativas arquivam um conhecimento “distinto daquele advindo pela experiência”, pois são oriundos de um contato “traduzido e que não pode ser comparável àquele de quem viu” (CORREA, 2005, p. 231-232), fundamentadas na formação sociocultural do viajante. Mesmo que não seja possível “deixar de desconfiar dos relatos dos viajantes”, suas obras podem ser reinterpretadas através de uma chave de leitura que problematize suas descrições, tendo em vista que, mesmo “a rejeição ou a exaltação são, também, dados em si reveladores” (SCHWARCZ, 1998, p. 289). Portanto, compreendemos as descrições de R.

⁶ Esta lista pode ser dividida entre 7 britânicos, 1 alemão, 3 franceses e 17 brasileiros ou portugueses. Entre as obras mencionadas constam relatos de viagem, tratados geográficos, livros de história do Brasil e dicionários de Tupu.

⁷ Tradução nossa. “This Essay has extended to an undue length, but it would not be complete without a list of the authors whose names I have used, and a few observations upon the subject of their labours.”

⁸ Tradução nossa. ““While sketching the Highlands of Brazil as far as they were visited by me, my handiwork is totally deficient in the “beautification” of which “serious travellers” complain. It is mostly a succession of hard, dry photographs with rough lines and dark, raw colours, where there is not a sign of glazing. The sketch, in fact, pretends only to the usefulness of accuracy.”

Burton como a visão de um estrangeiro com uma trajetória e formação sociocultural específica, entrando em contato com ambientes e culturas diversas, em que suas experiências e conhecimentos prévios informaram as narrativas produzidas durante e sobre a viagem.

Nos relatos de viajantes europeus sobre Brasil, era comum o assombro com a porcentagem de negros e mestiços que compunham a porção majoritária da população. Segundo dados do Censo de 1872, o número de “pretos e pardos somados, incluídos tanto livres e libertos quanto escravos, chegavam a 5.756.234, ou 57% da população total” (CHALHOUB, 2012, p. 42) do país. Como resposta, muitos desses estrangeiros lançaram “um depreciativo olhar”, justificado a partir de uma perspectiva cientificizante que indicava “a falta de higiene, o suposto odor dos corpos, a imprevidência daqueles habitantes” (HEYNEMANN, 2013, p. 382), para caracterizá-los como diferentes e menos capazes. A sociedade brasileira era bastante diversa da dos países europeus e, segundo R. Burton, “antes que o estrangeiro passe um mês no Brasil ele começa a distinguir o nativo do europeu” (BURTON, R., 1869, p. 389)⁹. Apesar do caráter mestiço da população brasileira ter sido a faceta que mais chamou atenção dos viajantes, o diplomata inglês apontava diferenças mesmo entre a população branca e seu contraponto no Velho Mundo.

Ao descrever estes sujeitos, R. Burton defende que “o brasileiro mantém com seu ancestral, o português, a mesma relação física que o americano da União com o britânico”, tendo se tornado “mais flexível e ágil do que forte e resistente” (BURTON, R., 1869, p. 389)¹⁰. Era comum entre os viajantes, “principalmente os ligados à identidade europeia, [...] reagir valendo-se das percepções que têm sobre suas origens” (SARAT, 2011, p. 42), em constantes comparações entre o novo e o já conhecido por seus leitores. Neste caso, a relação era feita a partir das diferenças entre britânicos e estadunidenses, mais próximos em termos geográficos e no campo das ideias do público europeu do período.

A explicação para “a notável aproximação do ibero-brasileiro e do anglo-americano da União, dois povos originários de duas etnias distintas”, foi remetida a “causas locais”, como o clima, “que assimilaram o estrangeiro ao tipo autóctone, o chamado Homem Vermelho” (BURTON, R., 1869, p. 390)¹¹. Nestas descrições, o clima teve papel significativo para

⁹ Tradução nossa. “Before the stranger has passed a month in the Brazil he begins to distinguish the native from the European.”

¹⁰ Tradução nossa. “The Brazilian bears the same physical relation to his ancestor the Portuguese as does the American of the Union to the Britisher. During the last three centuries and a-half the New World European has developed a more nervous temperament; he has become lighter in weight—the maximum mean in the masculine gender is usually assumed, in the Brazil, at four arrobas = 128 lbs., about nine stone—and rather wiry and agile than strong and sturdy.”

¹¹ Tradução nossa. “The notable approximation of the Ibero-Brazilian and the Anglo-American of the Union, two peoples sprung from two distinct and different ethnic centres, can hardly be explained except as the result of

explicar as características dos sujeitos que encontrou na América, aproximando os habitantes de origem estrangeira às populações nativas.

Ao especificar o mineiro, R. Burton identificou “que, assim como seu ancestral o paulista, ainda é o homem típico do Brasil” (BURTON, R., 1869, p. 383)¹². A caracterização e ordenação dos diferentes grupos sociais, assim como de questões envolvendo a natureza e a geografia é parte integral dos relatos de viagem como gênero literário. Porém, cabe questionar a tipicidade apontada por R. Burton, já que a população brasileira era e é múltipla e diversa, tanto cultural como etnograficamente. O ofício do historiador prega o cuidado quando as fontes sugerem “interpretações cômodas demais”, onde o arquivo “parece dar acesso facilmente ao que se supõe nele” (FARGE, 2009, p. 73). No caso dos viajantes estrangeiros, a exemplo de R. Burton, suas percepções de mundo estão pautadas no modelo europeu, escrevendo o Brasil a partir de lentes que selecionam e ressignificam o que viram, em relatos que “acabam por criar estereótipos sobre o território brasileiro” (SARAT, 2011, p. 42) e sua população, simplificando sua diversidade cultural e etnográfica.

Uma das marcas da população mineira seria a pele de uma coloração “marrom-escura quente” (BURTON, R., 1869, p. 392)¹³, já que, devido à pequena quantidade de mulheres brancas na região, o “mulatismo tornou-se um mal necessário” (BURTON, R., 1869, p. 384)¹⁴. Aqui R. Burton remete à diferenciação racial como elemento central para suas descrições, não mais centrado no clima. A miscigenação era duramente criticada pelo pensamento do período, considerada “como sinônimo de degeneração não só racial como social” (FERREIRA, 1998, p. 109).

Alinhado com esta questão estavam os debates em torno do aspecto físico, a exemplo da coloração do cabelo, que chamava atenção pela variação de “todos os tons entre o castanho e o preto-azulado”, que “raramente cai, nem fica cinza até tarde na vida”, uma “peculiaridade dos aborígenes” (BURTON, R., 1869, p. 393)¹⁵. Desta forma, a miscigenação encontrada

local causes, which have assimilated the advenae to the autochthonic type, the so-called Red Man: hence, for instance, the beauty, the smallness and the delicacy of the extremities, which is often excessive, degenerating into effeminacy : in the Portuguese and English the hands and feet are large, fleshy, and bony, evidently made by and for hard use.”

¹² Tradução nossa. “Before leaving the Imperial City, which is the modern type of old Minas, it appears advisable to give a sketch of its inhabitant, the Mineiro, who, like his ancestor the Paulista, is still the typical man in the Brazil.”

¹³ Tradução nossa. “The Mineiro's skin is of a warm dark brown, rarely lit up at the cheeks, and often yellow from disturbed secretion of bile, or from obstruction of the ducts, or from excess of choleic acid in the system, tinging the cutaneous blood vessels.”

¹⁴ Tradução nossa. “But in the interior mulattism became a necessary evil.”

¹⁵ Tradução nossa. “The colour of the hair is of all shades between chestnut and blue-black; red is rare ; when blonde and wavy, or crisp and frizzly, it usually shows mixture of blood: it seldom falls off, nor does it turn grey till late in life—also a peculiarity of the aborigines.”

pelos viajantes no Brasil, resultado do “diálogo da herança ibérica com a cultura africana e indígena resultará numa configuração diversa e afastada dos modelos comedidos, ascéticos e racionalistas, que, por certo, serviam de inspiração para esses cientistas estrangeiros” (SCHWARCZ, 1998, p. 250), que aspiravam por uma sociedade branca nos trópicos.

É interessante notar que cada viajante trazia “na bagagem sua formação e suas filiações” (HEYNEMANN, 2013, p. 375) científicas, e R. Burton não era diferente. A discussão sobre questões raciais é largamente presente em seus trabalhos, estendendo para suas obras sobre África e Ásia. Em suas descrições, refletiu as “correntes teóricas mais influentes na Inglaterra quanto à questão da conceituação das populações não europeias do mundo” (GEBARA, 2001, p. 168), como o determinismo geográfico e racial. O diplomata britânico se posicionava em um meio termo, afirmando que “a verdade está entre as duas” (BURTON, R., 1869, p. 390)¹⁶, dialogando com ambas no objetivo de explicar os sujeitos que encontrou.

Em relação aos costumes, R. Burton nota que “o mineiro, como o paulista, é um homem religioso, mas um católico relaxado”, tendo em vista que “o catolicismo está aqui muito distante de seu centro legítimo e passou por algumas mudanças notáveis” (BURTON, R., 1869, p. 406)¹⁷. A posição do viajante sobre a religiosidade local evidencia uma perspectiva impregnada pelas concepções eurocêntricas ao criticar as práticas locais por serem diferentes, encontrando-se distantes da almejada neutralidade positivista, tão em voga naqueles tempos.

Segundo o diplomata britânico, no Brasil “o clima não é favorável à castidade” (BURTON, R., 1869, p. 406)¹⁸, em especial se considerado a miscigenação com as populações nativas e africanas. Entre os viajantes estrangeiros, “era trivial o argumento de que o ‘sangue misturado’ se somava ao clima tropical, tornando-se fatores a desfavorecer a castidade” (QUINTANEIRO, 2013, p. 298) e contribuindo para o caráter não civilizado da sociedade. O casamento também estaria inserido nesta mesma lógica, em que os “homens não gostam de casar para sempre” (BURTON, R., 1869, p. 384)¹⁹, com interesse de manter relações com uma quantidade maior de mulheres. Neste caso, as falas de R. Burton são corroboradas pela historiografia, que traz “evidências de forte homogamia desses matrimônios

¹⁶ Tradução nossa. “I venture to opine that the truth lies between the two, and that both schools have generalised upon insufficient grounds.”

¹⁷ Tradução nossa. “The Mineiro, like the Paulista, is a religious man but a lax Catholic. Catholicism is here far removed from its legitimate centre, and has undergone some notable changes.”

¹⁸ Tradução nossa. “The climate is not favourable to chastity; the race, especially where the blood is mixed, is of inflammable material, and the sayings and doings of slaves do not comport with early modesty.”

¹⁹ Tradução nossa. “Men do not like to “marry for ever,” and the humane Latin law, which facilitates the naturalisation of illegitimate children, deprives matrimony of an especial inducement.”

no que diz respeito à condição social e à raça/cor”, explicando “a mistura racial, tão presente nessa sociedade” a partir de relacionamentos que ocorriam “fora do casamento” (BOTELHOa, 2013, p. 275, 278). Estas “relações extramatrimoniais ou o concubinato dos homens portugueses ou dos seus descendentes com mulheres de outros grupos sociais não pareciam encobertos”, consistindo em “mais um fator demonstrativo da amoralidade” (QUINTANEIRO, 2013, p. 310) desta população no olhar europeu.

Em suas narrativas, porém, R. Burton validou estes costumes, defendendo que, em “um país jovem” como o Brasil, o intuito de povoar o território tornava, temporariamente, a poligamia uma prática “moralmente justificável” (BURTON, R., 1869, p. 406)²⁰. Afinal, “sem a poligamia, como a semente de Abraão poderia ter se multiplicado excessivamente?” (BURTON, R., 1869, p. 115)²¹. O pensamento do diplomata corroborava com a “imagem da América enquanto fronteira em expansão” (CORREA, 2005, p. 228) do mundo europeu, devendo ser conquistada utilizando-se todas as medidas necessárias. Em nome do ideal civilizador, perdoar-se-ia os “encontros não legitimados de homens brancos com mulheres de cor” (BOTELHO, 2013a, p. 279), pois mais importante era ocupar rapidamente a região.

Comentando a presença da escravidão no país, R. Burton reportou o que seria, a seus olhos, um “tratamento excepcionalmente humano do escravo”, não tendo experienciado nunca “um caso de crueldade praticada contra escravos” (BURTON, R., 1869, p. 270)²². Segundo ele, “o negro brasileiro não precisa invejar a liberdade faminta dos pobres em muitas partes do mundo civilizado”, já que possuía “muitos dos direitos de um homem livre” (BURTON, R., 1869, p. 271)²³.

Ao “repetir a já tão propalada brandura das relações escravistas no Brasil” (GEBARA, 2001, p. 149), as narrativas do viajante se contrapõem diretamente à historiografia sobre e à realidade vivida no período. Já foi amplamente demonstrado que “a escravidão é por natureza um sistema violento de dominação”, em que “muitos senhores excediam” (REIS, 2008, p. 154) nos castigos e nas cargas de trabalho exigidas aos cativos. Ao se posicionar desta forma,

²⁰ Tradução nossa. “On the other hand the superior dignity of virginity or sterility, either enforced or voluntary, is an idea revolting to reason and common sense, especially in a young country-, where polygamy is morally justifiable, the evils being more than counterbalanced by the benefits.”

²¹ Tradução nossa. “Without polygamy, how could the seed of Abraham have multiplied exceedingly?”

²² Tradução nossa. “I will not delay' to consider whether race or climate, religion, or state of society, or the three combined, give rise to the exceptionally humane treatment of the slave in the Brazil: but I can pledge myself to the fact that nowhere, even in oriental countries, has the "bitter draught" so little of gall in it. My experience has never shown me a case of cruelty practised upon slaves, and I have only heard of one severe flogging. On the other hand I know many awful consequences of over-lenity.”

²³ Tradução nossa. ““In the present day the Brazilian negro need not envy the starving liberty of the poor in most parts of the civilized world. [...] The slave in the Brazil has, by the unwritten law, many of the rights of a freeman.””

R. Burton alinhava-se com parte da elite brasileira do período, que desejava manter o trabalho forçado em vigência por tempo indeterminado.

O viajante propunha um fim gradual para a escravidão. Segundo ele, o trabalho forçado contribuía para uma visão negativa sobre o trabalho no Brasil, o que seria remediado pelo “emprego de mão de obra livre em grande escala” (BURTON, R., 1869, p. 269)²⁴. O diplomata britânico apontava vantagens não apenas para o país, mas também para o próprio imigrante branco, já que “em nenhum lugar um homem honesto e trabalhador pode se dar tão bem com um mínimo de dinheiro ou habilidade” (BURTON, R., 1869, p. 263)²⁵. Suas opiniões estavam em consonância com as teorias de diferenciação racial que se popularizavam no período, que hierarquizavam os diferentes grupos humanos a partir de características próprias. Neste caso, a imigração europeia foi defendida como meio de qualificar a mão de obra e embranquecer a população brasileira, vinculado a um padrão civilizatório.

Ao estudar as narrativas de R. Burton sobre a população brasileira e mineira, é possível perceber como os relatos de viagem contribuíram para a construção de “uma imagem estereotipada e dicotomizada” (AUGUSTIN, 2009, p. 10) sobre o país. A perspectiva dos viajantes, intrinsecamente vinculada ao pensamento eurocêntrico prevalente no período, impôs os padrões socioculturais que seriam esperados nas outras partes do globo, críticos aos costumes e populações nativas e miscigenadas. O diplomata britânico corrobora estas noções, emprestando das teorias raciais do período para depreciar o que viu, condicionando o futuro do Brasil a mudanças que o assemelhariam à Europa.

Considerações finais

Ao longo do século XIX, proliferaram os escritos de viajantes europeus sobre as mais diversas regiões do globo, com obras que descreveram os diferentes povos e lugares encontrados. Em sua trajetória como viajante, Richard Francis Burton entrou em contato com diferentes países e sociedades, em África, Ásia e Américas. Sua atuação esteve vinculada intimamente aos círculos intelectuais britânicos, o que pode ser percebido pela ligação com a *Royal Geographical Society*.

Imbuído das teorias raciais preponderantes no período, o viajante buscou caracterizar os sujeitos que encontrou a partir de preceitos ‘científicos’. Porém, suas afirmações recusaram

²⁴ Tradução nossa. “The employment of free labour on a large scale will do much to remedy an evil which dates in the Brazil from three centuries.”

²⁵ Tradução nossa. “Nowhere can an honest hardworking man get on so well with such a minimum of money or ability.”

um determinismo baseado apenas no clima ou na raça para explicar os grupos humanos, as duas principais correntes opostas existentes no período, flutuando entre ambas ao relatar a sociedade brasileira. Em suas descrições do ‘mineiro’, R. Burton mantém seu posicionamento eurocêntrico, percebendo as cores e costumes locais sempre em defasagem do padrão europeu ‘civilizado’.

Em suas descrições da população brasileira, R. Burton afirmou uma suposta brandura das relações escravistas no país e a necessidade de uma mudança demográfica a partir da imigração de europeus. Desta forma, o relato revelou uma mescla de interesses britânicos e das elites brasileiras, defendendo a continuidade temporária da escravidão, assim como um caminho para o uso futuro de mão de obra livre.

Fontes

BURTON, Isabel. *The life of sir Richard F. Burton, K.C.M.G, F.R.G.S.* London: Chapman & Hall, 1893.

BURTON, Richard Francis. *Explorations of the highlands of the Brazil: with a full account of the gold and diamond mines.* London: Tinsley Brothers, 1869.

Referências

ADES, Dawn. Os artistas viajantes, a paisagem e representações do Brasil. In: MARTINS, Carlos (org.). *O Brasil redescoberto*. Rio de Janeiro: Paço Imperial, 1999. p. 14-21.

AUGUSTIN, Günther. *Literatura de viagem na época de Dom João VI*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A família mineira no século XIX. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *A Província de Minas 2*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2013a. p. 267-282. (História de Minas Gerais).

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Sociedade e cotidiano: introdução. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *A Província de Minas 2*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2013b. p. 263-265. (História de Minas Gerais).

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, José M. (org.). *A construção nacional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 37-81. (História do Brasil Nação, v. 2).

CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 2003.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 227-269, jan./dez. 2005.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Ed. USP, 2009.

FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FIGUEIRA, Leonildo José. *Richard Francis Burton no Brasil (1865-1869): um olhar para a Guerra do Paraguai (1865-1870) a partir de cartas dos campos de batalha*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. *A experiência do contato: as descrições populacionais de Richard Francis Burton*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GILLIES, Ana Maria Rufino. Ingleses no Brasil: imaginário, representações e as diferentes configurações sociais da presença britânica no Brasil do século XIX. *Estudios del ISHiR*, Rosario, ano 4, n. 10, p. 23-38, 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 389-410, jul./out. 2000.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. Vilas, sertões e florestas: diários de viagem. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *A Província de Minas 2*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2013. p. 373-389. (História de Minas Gerais).

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro; IEGELSKI, Francine. O paraíso terrestre no Brasil: os Campos Gerais do Paraná no relato de Auguste de Saint-Hillaire. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 7, p. 47-72, verão 2002.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

QUINTANEIRO, Tania. Entre vistas e imaginadas: as mulheres de Minas nos relatos de viajantes estrangeiros. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *A Província de Minas 2*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2013. p. 297-311. (História de Minas Gerais).

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SARAT, Magda. “Literatura de viagem”: olhares sobre o Brasil nos registros de viajantes estrangeiros. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 7, n. 2, p. 33-54, dez. 2011.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Imagens do Brasil: entre a natureza e a história. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí: Fapesp, 2003. p. 603-631.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.). *Crise colonial e independência: 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 205-247. (História do Brasil Nação: 1808-2010, v. 1).

Vislumbres da sociedade e das relações de poder a partir da trajetória de um homem de cor no Maranhão (c.1765-1802)

Patrícia Kauffmann Fidalgo Cardoso da Silveira¹

O presente texto é um excerto da dissertação de mestrado intitulada *Indigno de procedimento: a ascensão de um homem de cor no Maranhão em fins do século XVIII* (SILVEIRA, 2015), onde analisei episódios da trajetória de um homem de cor que viveu no Maranhão setecentista. Seu nome era Vicente Ferreira Guedes.

Esta pesquisa foi primordialmente construída a partir de manuscritos provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). A grande maioria dos documentos é composta de cartas, ofícios, representações, consultas e requerimentos redigidos no Maranhão por governadores, vereadores das câmaras de São Luís e Alcântara, ouvidores e juizes de fora. Parte deles tem como matéria principal Vicente Ferreira Guedes. Este, por sua vez, é autor de cerca de trinta documentos. Integram o conjunto, ainda, duas cartas pessoais redigidas a Vicente por Francisco Xavier Gomes Rebello, a denúncia e o sumário de um processo contra ele do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, além de seu auto de justificação de nobreza.

De sua vida pregressa pouco sabemos: Vicente era filho de um membro de uma das famílias mais antigas de Pernambuco, os *Guedes Alcoforado*; sua mãe é descrita por seus opositores como tendo sido escrava – o que não está explícito na documentação. Era natural da cidade de Olinda e estimamos que lá tivesse nascido na década de 1730.

Vicente esteve envolvido em contendas durante boa parte de sua vida no Maranhão. Seus opositores detinham postos bastante privilegiados na hierarquia social da época: governadores, ouvidores, juizes e outros funcionários régios. A trajetória que empreendeu, tão acidentada, quanto bem-sucedida, gerou um conjunto documental bastante variado, oferecendo-nos um vislumbre acerca das relações de poder entre os homens que aqui governavam, e as relações destes com o domínio metropolitano. Tendo sido advogado, vogal da Junta de Justiça, lavrador, militar e membro de uma irmandade, Vicente transitou pelas esferas de poder, ora em posição de barganha, ora em detrimento de outrem.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST-UEMA).

Profundamente hierarquizado, o Maranhão experimentava seu primeiro período de opulência e desenvolvimento no final do século XVIII: o tráfico de escravos ocorria regularmente há pouco tempo, as exportações de arroz e algodão cresciam ano a ano, e a população testemunhava o desenvolvimento das vilas. Enquanto em lugares como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia a aristocracia rural assistia ao amadurecimento de uma classe mercantil, no Maranhão tal elite ainda não havia se consolidado.

Neste contexto, sabemos que Vicente não era o único homem livre de cor a viver no Maranhão no período em questão, mas são raríssimos os registros de outros indivíduos nas mesmas circunstâncias. As representações a seu respeito são, no geral, depreciativas, e parte agravante deste desprezo residia justamente no fato de ele possuir *cor*, desqualificando-o por ser *indigno de procedimento*.

Da trajetória

Como pouquíssimos indivíduos de seu tempo, Vicente Ferreira Guedes era letrado, pertenceu a uma irmandade, foi advogado provisionado, ocupou postos militares nas Milícias e nas Ordenanças, foi denunciado ao Santo Ofício, constituiu família, possuiu escravos e terras, contraiu dívidas, fez amigos e colecionou desafetos.

Vicente nasceu por volta de 1734, em Olinda, Pernambuco. Mestiço, às vezes era chamado de mulato, às vezes de pardo, às vezes de preto. No entendimento geral da sociedade da época, era um homem de cor.

Era filho legitimado de João Ferreira Guedes e de Luiza Soares Ferreira, provavelmente escrava ou forra; seus avós paternos eram Jeremias Ferreira Guedes Alcoforado e Ana Guedes Mouzinho. Os Guedes Alcoforado, família de presença antiga nas capitanias de Pernambuco e da Paraíba, têm registros que remontam à primeira metade do século XVII.²

Em 1752, por volta dos 18 anos, Vicente ingressou voluntariamente como soldado no Regimento da Infantaria paga de Recife, onde permaneceu até 1759.³ Provavelmente dispunha de pouco ou nenhum recurso na época, uma vez que as tropas de linha (nome usual para as tropas pagas) eram geralmente procuradas por indivíduos considerados pobres ou desclassificados, que não possuíam ofícios ou outras perspectivas de subsistência.

² ANTT. Correição Cível da Corte. Feitos Findos. Auto de Justificação de Nobreza de Vicente Ferreira Guedes (04 de dezembro de 1792)

³ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5169. Requerimento do capitão Vicente Ferreira Guedes à rainha D. Maria I, solicitando feitura de pública formal dos documentos juntos ao requerimento (12 de janeiro de 1780)

Depois de obter baixa, Vicente ingressou como ajudante no Terço de Homens Pardos das Ordenanças de Recife⁴, tropas conhecidas como regulares, que congregavam toda a população masculina que não estivesse ligada às tropas auxiliares (ou milícia) ou tropas de linha. As ordenanças eram consideradas bem menos rígidas, pois não possuíam obrigatoriedade de exercícios militares. Os membros das ordenanças possuíam algum tipo de renda, uma vez que não recebiam soldo e tinham que arcar com as despesas de fardamento e armamento (IZECKSOHN, 2014). Logo, é provável que Vicente já dispusesse de rendimentos melhores nessa época, de modo que não precisasse depender do mísero soldo que a Coroa destinava à soldadesca.

Enquanto esteve nas ordenanças, Vicente conseguiu se destacar. O sargento-mor de seu terço, impedido por motivo de doença, delegou a ele a responsabilidade de passar em revista outros terços no interior do estado, o que lhe rendeu elogios em sua folha corrida de serviços militares. Sabemos que Vicente ficou no terço de ordenanças até 1762.⁵

Em algum momento entre 1765 e 1767, Vicente foi capturado no sertão de Aldeias Altas (atual Caxias), já no Maranhão. Preso, foi mandado a São Luís, suspeito de ser escravo. Já na capital, permaneceu na cadeia por algum tempo, mas não há referência de quanto tempo teria durado seu encarceramento.⁶

Entre 1772 e 1774, teria cometido um crime, ou infração, envolvendo uma espada. Há duas versões: a espada teria sido carregada fora da cinta ou teria sido trazida debaixo de um capote.⁷ Por conta dessas acusações, o juiz de fora Henrique Guilhon, em 1777, não quis aceitar sua nomeação para vogal da Junta de Justiça – cargo que Vicente havia conseguido por indicação de Joaquim de Melo e Póvoas, governador do Maranhão e seu simpatizante.⁸

⁴ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5169 (mencionado anteriormente)

⁵ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5054. Carta do governador e capitão-general da capitania do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para a rainha D. Maria I, em resposta à provisão sobre o requerimento feito por Vicente Ferreira Guedes, capitão da 1ª companhia de Pedestres da cidade de São Luís do Maranhão, pedindo informação sobre o seu soldo. (02 de novembro de 1778)

⁶ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5378. Carta de Vicente Ferreira Guedes para a rainha D. Maria I (14 de junho de 1782); doc. 5559. Representação dos oficiais da companhia de Infantaria Auxiliar do Terço da vila de Santo Antônio de Alcântara, que pediam a anulação da patente de mestre-de-campo que lhe tinha sido concedida. (21 de janeiro de 1784)

⁷ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 4981. Ofício do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, referente à oposição do juiz de fora do Maranhão, Henrique Guilhon, à nomeação, para vogal da Junta da Justiça da mesma capitania, do capitão Vicente Ferreira Guedes (13 de outubro de 1777)

⁸ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 4967. Requerimento do capitão Vicente Ferreira Guedes ao governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Joaquim de Melo e Póvoas, a solicitar que se levem à presença da rainha D. Maria I todas as acusações que se lhe fazem para serem convenientemente apreciadas e julgadas (23 de julho de 1777)

Para rebater as acusações, Vicente lembrou que o mesmo Guilhon o tinha provido, dois anos antes, na função de repartidos de órfãos e um ano mais tarde havia assinado sua patente de capitão de auxiliares pedestres, em 1775 e 1776 respectivamente.⁹

Àquela altura, Vicente já advogava nos auditórios do Maranhão, pelo menos desde 1775, pois em 1778 havia solicitado à rainha renovação de sua licença por mais três anos – tendo sido atendido.¹⁰ Exercia a advocacia por meio de provisão, pois não era formado em Coimbra e por isso não possuía o título de bacharel.

Apesar da oposição de Guilhon, o governador confirmou a nomeação de Vicente na vaga da Junta de Justiça. Justificou sua escolha alegando que o escolhido era “o melhor letrado da cidade, e por isso mesmo contava com a antipatia do juiz”.¹¹ Guilhon se queixou à Coroa, acusando Vicente de influenciar o governador Melo e Póvoas e fomentar intrigas; para reforçar sua queixa, alegou que Vicente era escravo fugido da Bahia, onde havia cometido crimes.¹²

No ano de 1778, Vicente deu um passo importante na sua ascensão social: arrematou um dos contratos de dízimos da capitania, o de Aldeias Altas, no valor de 920 mil réis. Curiosamente, do mesmo lugar onde havia sido preso, cerca de 13 anos antes. Antes do fim do ano, Melo e Póvoas o recomendou para ocupar o cargo de procurador da Coroa e Fazenda do Maranhão. Apesar de todos os elogios, Vicente não foi nomeado por Lisboa.¹³

A partir de 1779, Vicente passou a enfrentar duas acusações frente à Inquisição. A primeira incorria no crime de libertinagem. Após ler um livro de inspiração iluminista, *Tentativa Theologica*, o mesmo teria defendido publicamente durante uma conversa informal a ideia de que autoridade dos padres e dos papas era a mesma: a primazia de que dispunham os papas seria consequência do poder de Roma, e não de uma escolha de Deus.¹⁴

A segunda acusação era de heresia e se baseava em um episódio ocorrido oito anos antes, durante uma procissão organizada pela Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos – da qual Vicente era membro. Encarregado de organizar as celebrações por ocasião da Semana Santa, Vicente solicitara o empréstimo de uma relíquia ao cabido da Sé,

⁹ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 4967 (citado anteriormente)

¹⁰ APEM, Correspondência do Reino e do Governo do Maranhão, Livro 9, fls.174v-175

¹¹ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5188. Cartas de Joaquim de Melo e Póvoas para a rainha D. Maria I, dando o seu parecer sobre a carta do capitão Vicente Ferreira Guedes, na qual se queixa do ouvidor Miguel Marcelino Veloso e Gama (28 de abril de 1780)

¹² AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5066. Carta do provedor da Fazenda Real e juiz de fora, Henrique Guilhon, para a rainha D. Maria I, sobre os insultos de que tem sido alvo por várias pessoas nos últimos cinco anos e meio, em que serve o cargo de juiz de fora e provedor da Real Fazenda (04 de novembro de 1778)

¹³ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5169 (citado anteriormente)

¹⁴ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, docs. 15276 e 15955. Denúncia e Sumário contra Vicente Ferreira Guedes (12 de outubro de 1784)

que negara o pedido. Vicente então solicitou a um certo capitão, que sabidamente possuía uma relíquia do santo lenho (um alegado pedaço da cruz de Cristo), que a emprestasse à Irmandade. Logrou sucesso, e, na quinta-feira santa, organizou e liderou uma procissão com seus confrades, colocando ele mesmo a relíquia no banco mais alto do altar. Aos companheiros que acharam estranho explicou que não havia problema: se os católicos podiam carregar crucifixos no pescoço, podiam carregar pedaços do santo lenho nas mãos.¹⁵

Oito pessoas foram ouvidas: quatro em relação à acusação de libertinagem e quatro em relação à de heresia. Ao compararmos as testemunhas inquiridas, podemos inferir que Vicente transitava em grupos sociais bastante distintos. De um lado, como advogado e lavrador, convivia com funcionários régios, homens com cabedal, detentores de *status* privilegiado naquela sociedade. Por outro, no âmbito da Irmandade, seus confrades eram homens sem *qualidade*, alguns, inclusive, oriundos da escravidão.

Quadro 1 – As testemunhas indagadas pela Inquisição a respeito de Vicente

	nome	ofício	idade	qualidade	procedência	condição
libertinagem	Bento da Cunha	cirurgião	44 anos	não menciona	Castela	não menciona
	José Nepomuceno Gomes	ferreiro e alferes da Companhia de Pedestres	29 anos	não menciona	não menciona	não menciona
	José Ignácio de Moraes Regos	sargento-mor do Terço de Alcântara	53 anos	não menciona	não menciona	não menciona
	Ricardo Antônio da Silva Leitão	lavrador	50 anos	não menciona	não menciona	não menciona
heresia	José de Souza	sapateiro	70 anos	pardo	Maranhão	não menciona
	Alexandre dos Reis	ferreiro	45 anos	pardo	Maranhão	forro; casado
	Silvestre Ayres	ferreiro	48 anos	pardo	Maranhão	forro; casado
	José Luís da Rocha	alferes	39 anos	não menciona	Maranhão	não menciona

Com o fim do governo de Melo e Póvoas o cargo passou a ser ocupado por D. Antônio Sales e Noronha. Na mesma época, começava a devassa de Henrique Guilhon, pois a Coroa já havia nomeado outro juiz de fora, José Tomás da Silva Quintanilha. Cerca de um mês depois, Vicente foi preso a mando de Miguel Marcelino Veloso e Gama, ouvidor do Maranhão e amigo de Guilhon. A prisão durou nove dias.¹⁶

Vicente se queixou à rainha alegando que havia sido preso com um único propósito: o de se evitar que ele denunciase um *arrancamento* de folhas em alguns livros da Real Fazenda

¹⁵ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, docs. 15276 e 15955 (citados anteriormente)

¹⁶ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5169 (mencionado anteriormente)

(sob responsabilidade de Guilhon) durante a devassa. Além do arranque, as folhas teriam sido substituídas, configurando fraude. Também se queixou dos procedimentos quando da sua prisão. Alegou que, por ser capitão de auxiliares, gozava de privilégios, e um deles era o de não ser preso por meirinho, como havia acontecido.¹⁷

Em janeiro do ano seguinte, 1781, Vicente foi desterrado para sua fazenda no Itapecuru, onde ficou até abril. Mais tarde, queixou-se à rainha sobre os prejuízos causados pelo seu degredo. Relatou que possuía engenho, fábrica de beneficiar arroz e 42 escravos nos arredores de São Luís, mas que fora ordenado abandonar o local em 24 horas, gerando perdas. Vicente alegou que, como arrematador de um dos contratos da capitania, ainda tinha dívidas a pagar à Coroa. Mesmo após voltar do desterro Vicente continuou denunciando Guilhon e Veloso e Gama, reclamando também dos procedimentos do governador Sales e Noronha.¹⁸

Em agosto, sua casa foi cercada por uma tropa; foi conduzido à prisão, onde ficou sob vigilância constante de sentinelas, sem autorização para se comunicar com sua esposa e instruí-las sobre os negócios. Apesar das inúmeras súplicas de Maria Rosa, esposa de Vicente, à rainha, e dos vários despachos favoráveis à sua soltura, Sales e Noronha retardou ao máximo sua libertação, o que só ocorreu em 1782, em meados de março.¹⁹

O caso da prisão de Vicente ilustra com clareza a dinâmica das relações de poder no âmbito da colônia; mostra que apesar de todo o poder emanar do rei e em nome dele ser exercido, os funcionários coloniais possuíam meios de retardar as ordens metropolitanas, ou até, de postergá-las de acordo com seus interesses particulares. As distâncias que separavam o Maranhão de Portugal, bem como a própria burocracia reinol, colaboravam para as manobras nesse sentido.

Em junho Vicente retomou os procedimentos contra o caso dos livros da Fazenda solicitando à rainha medidas contra os que haviam falsificado aqueles volumes. Anexou uma declaração de José da Silva, escrivão da Fazenda, em que o mesmo dava conta das folhas arrancadas e das matérias a que se referiam. Seriam elas: páginas 79 a 86 do Livro da receita e despesa; páginas 104 e 105 do Livro das contas correntes; e, páginas 66 e 67 do Livro

¹⁷ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5169 (citado anteriormente)

¹⁸ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5272. Carta do capitão Vicente Ferreira Guedes para a rainha D. Maria I, sobre as atividades ilícitas praticadas por Miguel Marcelino Veloso e Gama e por Henrique Guilhon na Fazenda Real da capitania (25 de fevereiro de 1781)

¹⁹ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5323. Carta de Maria Rosa da Silva para a rainha D. Maria I, sobre as contínuas perseguições feitas pelo governador D. Antônio de Sales e Noronha e pelo ouvidor da capitania Julião Francisco Xavier da Silva Sequeira Monclaro, contra si e seu marido, o capitão de Pedestres Vicente Ferreira Guedes, obrigando-os a viver fora da cidade e escondidos (01 de setembro de 1781); doc. 5560, Carta do mestre-de-campo Vicente Ferreira Guedes para a rainha D. Maria I, a defender-se dos procedimentos de que era acusado por Manuel Antônio Leite (21 de janeiro de 1784)

Auxiliar. Ainda segundo ele, uma das páginas continha a importância total da receita e despesa do ano de 1776 e o saldo passado para o ano seguinte.²⁰ Silva declarou também que até a data daquela declaração, 08 de julho, o ouvidor Monclaro ainda não havia averiguado as denúncias, mantendo os livros em seu poder (por ordem do governador), longe das vistas dos demais membros da Junta da Fazenda. E aproveitou para mais uma vez se queixar dos procedimentos adotados na sua prisão, enfatizando que no Maranhão os privilégios dos capitães não eram observados e cumpridos.²¹

No mesmo documento de Vicente (provavelmente anexado posteriormente, por se tratar do mesmo processo) há uma declaração do ouvidor Monclaro respondendo à queixa do capitão e explicando que procedera daquela forma sem se dar conta que ofendia o capitão, uma vez que o mesmo já havia sido preso no passado, “remetido por Antônio Luís de Abreu, Provedor Comissário do Julgado das Aldeias Altas, com o fundamento de ser escravo (...) Este fato é tão notório no Maranhão que poucas pessoas deixaram de saber.”²²

A referência à prisão que Vicente teria sofrido em Aldeias Altas por suspeita de ser escravo foi reproduzida posteriormente por alguns opositores. Conquanto nenhum documento produzido pelo evento tenha sido localizado, o que aqui nos interessa é a aceitação desse episódio entre indivíduos contemporâneos a ele. A plausibilidade da suposta prisão por motivo de ser escravo residia no fato de que Vicente era considerado um homem de cor. Fosse ele considerado branco, tal alegação não teria respaldo no imaginário da época.

Ressaltemos que a cor branca aqui não é entendida enquanto cor da *pele*. Durante o regime escravista, o termo *branco* assinalava, sobretudo, a condição jurídica de um indivíduo, sendo esta diametralmente oposta à condição de escravo, cujos vocábulos sinônimos eram *preto* e *negro*. A experiência escravista colonial ensejou o uso de múltiplos termos para designar os indivíduos oriundos de miscigenação, localizados entre os opostos *branco* e *escravo/preto/negro*. Assim, nos registros documentais, encontramos categorias como *mestiço*, *pardo*, *mulato*, *cabra*, *cabrocha*, *cafuzo*, *mameluco* e *crioulo* que estavam impregnadas de sentidos diversos, subjacentes à condição (livre, forro, escravo), e à qualidade (*branco*, *preto*, *negro*, *crioulo*, *índio* etc.) do indivíduo. A estas definições podiam, ainda, ser acrescentados outros termos, como *claro*, *escuro*, *acafuzado*, *fusco*, *retinto*, *moreno*, *sombreado*,

²⁰ O desfecho do caso do arranque das folhas da Fazenda não aparece nos manuscritos posteriores. Se houve um processo e/ou condenação, a papelada ficou sob responsabilidade de outro órgão reinol que não o Conselho Ultramarino, não fazendo, portanto, parte do acervo da instituição – fonte primordial deste trabalho.

²¹ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5378. Carta de Vicente Ferreira Guedes para a rainha D. Maria I, solicitando a tomada de medidas contra os que falsearem os livros da Fazenda Real. Por outro lado, informa que os capitães pedestres gozam dos privilégios dos capitães auxiliares (14 de junho de 1782)

²² AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5378 (citado anteriormente)

trigueiro, pardacento, sujo, duvidoso etc. Além disso, tais definições não carregavam um significado fixo, podendo ser usadas de maneira isolada ou sobreposta, variando de região para região. Desta forma, mais do que a cor da pele, um determinado adjetivo podia referir-se à descendência de um indivíduo, sugerindo sua ligação com um passado de escravidão – ainda que fosse livre. O que tencionamos é demonstrar que a presunção de que um *branco* tivesse sido tomado por escravo seria impensável. Mas para indivíduos como Vicente, oriundos da miscigenação e, portanto, *de cor*, era perfeitamente plausível (MATTOS, 1998; GUEDES, 2008).

Ainda em junho do mesmo ano, escreveu Sales e Noronha à rainha, comentando as denúncias de Vicente e acusando-o de “depravadíssima calúnia”. Afirmava ele, que no caso dos livros da Fazenda, as averiguações que o ouvidor Monclaro realizara mostravam que a troca de folhas de fato havia ocorrido, mas não por malícia, e nem em segredo como afirmara o acusador.²³

Sobre caso da prisão de Vicente, sem culpa formada, e dos procedimentos dela, alegou Sales e Noronha que o capitão não requerera privilégios em momento algum. A argumentação do governador para o fato de Vicente não ter direito aos privilégios em questão explicava-se pelo fato de que, ainda que capitão, ele o era de uma companhia de pedestres, definindo-a como

(...) um corpo de gente tumultuária que pela maior parte anda descalça, formados da mais vil e ínfima escória do Estado, por serem os que neles servem mulatos, cabras, mestiços, pretos e todos os mais que tem alguma mistura de sangue, de cuja espécie são tirados os seus capitães e oficiais.

E no decorrer da epístola, teceu graves críticas a Vicente

Devo dizer que este homem, tanto no seu nascimento quanto nas suas cores, é escuro, por participar imediatamente na sua concepção da mistura de sangue etíope; que lhe é verdadeira a fama que dele corre, entrou nesta cidade fugindo da de Pernambuco por um delito de resistência feita à Justiça, que nela cometeu; que o seu exercício aqui tem sido o de advogar, em cujo emprego tem feito acreditar em suas qualidades de refinadíssimo rábula (...) Que neste exercício teve meio oportuno de se insinuar com o governador antecessor fazendo-se fomentador e parcial da grande intriga que aqui se levantou entre o dito governador e os ministros, por ele acusados na sua representação por cujos serviços obteve o posto de capitão de uma das Companhias de homens da sua mesma espécie...²⁴

²³ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5384. Carta do governador e capitão-general da capitania do Maranhão, D. Antônio de Sales e Noronha, para a rainha D. Maria I, sobre as injúrias que o ouvidor Miguel Marcelino Veloso e Gama praticara para com o capitão Vicente Ferreira Guedes (25 de junho de 1782)

²⁴ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5384 (citado anteriormente)

Mais uma vez, era atribuída a Vicente uma enorme capacidade de influenciar Melo e Póvoas. De acordo com Sales e Noronha, teria sido ele o responsável pela cisão entre o antecessor e os ministros Veloso e Gama e Henrique Guilhon, por se tratar de um “pestífero e perniciosíssimo caluniador”. O governador encerrou a carta pedindo à rainha que castigasse Vicente.²⁵

Mas não foi o que aconteceu. Além de não ser castigado, Vicente Ferreira Guedes foi nomeado para o posto de mestre-de-campo do Terço de homens brancos da Infantaria Auxiliar da vila de Alcântara, o mais disputado da capitania e sem comando havia pelo menos um ano em virtude do falecimento de Teodoro Jansen Muller, que ocupara a vaga por treze anos.²⁶

A escolha de Vicente gerou uma tormenta de queixas e petições que prontamente receberam apoio de Sales e Noronha. Reclamaram os vereadores da câmara de São Luís, da câmara de Alcântara e os oficiais do terço. A principal alegação dos queixosos consistia na ausência de *qualidade* de Vicente. Tradicionalmente, os oficiais comandantes eram da mesma qualidade dos homens do terço. Assim, Vicente, considerado indigno de procedimento por ser mestiço, não estava apto a comandar o terço de Alcântara, composto de homens brancos de grosso cabedal.

É interessante notarmos a justificativa dos auxiliares de que não havia, em dois séculos de presença portuguesa no Brasil, um só caso que se assemelhasse ao de Alcântara. De fato, na historiografia sobre o militarismo colonial não há qualquer referência à nomeação de um indivíduo de *qualidade* inferior para comandar outros enquadrados como superiores. Entretanto, há casos do oposto: nomeações de oficiais de *qualidade* superior para comandar outros considerados inferiores (SILVA, 2001). Assim, Vicente, *mulato*, poderia ser comandado por um oficial com *qualidade* superior, mas o contrário, pelo menos para os membros do terço de homens brancos de Alcântara, era inconcebível e inédito.

Russell-Wood (2005) afirmou que já no início do século XVIII, D. João V empreendera diversas tentativas no sentido de impor uma política integralizadora nas companhias de ordenança e milícia, para que homens brancos e de cor servissem juntos – o que já era praxe nas tropas pagas desde a sua instituição.

²⁵ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5384 (citado anteriormente)

²⁶ APEM, Registros de Atos e da Correspondência do Reino e do Governo do Maranhão, Livro 12, fls. 44-44v (16 de novembro de 1782)

Todavia, notemos que essa integração se dava em bases hierárquicas, permitindo que oficiais brancos comandassem indivíduos de cor, reforçando sua superioridade naquele *ethos* social e exercendo – ou tentando exercer – um controle da massa crescente de homens mestiços, livres e forros. Conforme observou Russell-Wood, os regimentos e companhias de homens de cor não chegaram a constituir ameaça à segurança, mas propiciaram aos seus membros uma chance de ascensão social.

No intuito de manter sua nomeação Vicente também encaminhou diversas representações à rainha e elaborou uma lista de testemunhas de sua conduta. A relação de declarantes de Vicente era composta de indivíduos bastante conhecidos na sociedade de então e nenhum deles possuía *cor* ou ausência de *qualidade*.²⁷

Quadro 2 – Os declarantes de Vicente Ferreira Guedes

Nome	Função	Declaração a respeito de Vicente
Ayres Carneiro Homem Souto Maior	Mestre-de-campo de uma dos terços da Cavalaria	“boa conduta, honrado, amante da paz, benemérito, idôneo, pacífico e digno do posto”
Caetano Ignácio de Mendonça	Tenente-coronel do Regimento da Infantaria paga	“distinto procedimento, capacidade de desembaraço e aptidão”
José Alexandre Ferreira	Sargento-Mor do Regimento da Infantaria paga	“comporta-se com honra e distinto procedimento”
Frei José Tomás de Aquino	Comissário Geral da Real e Militar Ordem de Nossa Senhora das Mercês	“homem honrado, estimado e obsequiado; não sabe sair dos limites da moderação”
José Tomás da Silva Quintanilha	Professo na Ordem de Cristo; juiz de fora, crime e órfãos de São Luís; presidente do senado da câmara; juiz da Alfândega e das Demarcações; provedor dos resíduos, defuntos e ausentes; procurador da Coroa e Fazenda; deputado da Junta da Fazenda e das Justiças	“hábil, pronto e valoroso vassalo”
Antônio Correia Furtado de Mendonça	Cidadão da governança; vereador da câmara de São Luís	“advogado de melhor nota, defende com honra seus clientes e procura por meio das leis e práticas da advocacia defender a justiça das suas causas
Frei Angélico de Barros	Membro da Ordem de Nossa Senhora do Carmo; deputado da Junta das Liberdades	“louvável procedimento e notável prudência; moderado e de gênio pacífica”
Francisco Matabosque	Presbítero secular da Catedral de São Luís	“de bom procedimento e muito pacífico”
João Maria da Luz Costa	Cônego prebendado da Catedral de São Luís	“nunca causou desordens, nem inquietou pessoa alguma; honrado procedimento e amante da paz”
José da Silva	Deputado e escrivão da Junta da Arrematação e Arrecadação da Real Fazenda do Maranhão	“homem de maior honra, probidade e capacidade; comedido e prudente”

²⁷ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5559. Ofício de Vicente Ferreira Guedes, mestre-de-campo, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a defender-se dos procedimentos de que era acusado pelos oficiais da companhia de Infantaria Auxiliar do Terço da vila de Santo Antônio de Alcântara, que pediam a anulação da patente de mestre-de-campo que lhe tinha sido concedida (21 de janeiro de 1784)

José Joaquim da Fonseca	Capitão dos granadeiros do Regimento da Infantaria paga	“honrado e pacífico; louvável conduta”
Francisco de Paula da Graça Correa	Juiz interino da Alfândega e da Arrecadação de São Luís	“amante da tranquilidade, muito prudente e inimigo de desordens”
Francisco Machado de Souza	Tesoureiro das Rendas Reais; Deputado da Junta da Arrematação e Arrecadação da Real Fazenda do Maranhão; capitão da Infantaria auxiliar de São Luís	“nunca vi, nem me [contaram] que perturbasse a pessoa alguma”
Francisco Diogo de Moraes	Capitão do Regimento da Infantaria paga	“separado de todos os vícios que possam manchar o honrado procedimento com que sempre se distingui”
Valério Xavier Campelo	Escrivão da Vedoria e Armazéns Reais, dos Feitos da Coroa e Real Fazenda e Demarcações	“amante da paz, do honesto e do prudente”
Francisco Duarte de Souza	Escrivão interino da Ouvidoria Geral e Correição	“íntegro e de boa conduta”

No início de 1784 um novo governador, Teles da Silva, assumiu o cargo, assim como um novo ouvidor, Julião Francisco Xavier da Silva Sequeira Monclaro. Pouco tempo depois, Vicente recebeu uma notificação de Monclaro para apresentar sua carta-patente em juízo, ameaçando anulá-la caso o mestre-de-campo não o fizesse. Vicente não a apresentou e denunciou Monclaro à rainha. Atribuiu os requerimentos contra a sua nomeação às maquinações de seus inimigos Antônio da Rocha Araújo, Antônio Gomes Pires e José Salgado de Moscoso e ao ódio do ouvidor Monclaro contra si. Ressaltou que a atitude dos oficiais do terço e do ouvidor era contrária à soberania régia, uma vez que eles questionavam a validade de sua carta-patente “não há coisa mais estranha que pôr em litígio a disposição do príncipe. Se a lei é ou não justa, só pertence ao soberano o decidir nunca ao magistrado”. Quanto à sua condição de homem de cor, Vicente justificou sua escolha baseando-se nos conceitos de merecimento e idoneidade:

Não quero nem devo pôr na presença de Vossa Excelência, neste caso, lembrar-me da minha ascendência, quando me parece que só bastará dizer, que eu fiz certo a Vossa Majestade os meus serviços, e emprego (...) a menor ocupação que tenho exercido é a de advogado dos auditórios, de donde fui chamado para vogal da Junta da Justiça desta capital, por um general de tanta inteireza, como foi Joaquim de Melo e Povoas. (...) sabendo-me conter nos limites da moderação, regulei sempre os meus costumes e comportamento de tal modo que vivi, e vivo, como os homens honrados devem viver: E um vassalo que assim se conduz e que se reveste de idoneidade, ainda que fosse infeliz no seu nascimento, de cujo sucesso não tem culpa, é capaz de ser olhado do seu soberano: Sua Majestade o disse na lei de 16 de janeiro de 1773. (...) Quanto mais que é notório não ser eu de tão inferior qualidade como figuram.²⁸

²⁸ AHU, Maranhão, Avulsos, caixa 61, doc. 5559 (citado anteriormente)

O alvará que Vicente mencionou como sendo lei é aquele que determinou a liberdade dos escravos residentes em Portugal que já estivessem na quarta geração; determinou também a libertação aos que estavam na terceira geração a partir de sua publicação; extinguiu a denominação de liberto para estes indivíduos; e habilitou-os para todos os ofícios e honras concernentes à monarquia (LIMA, 2011)

Não obstante o alvará tratasse exclusivamente dos escravos residentes no reino, sua publicação gerou expectativas quanto à situação dos homens livres de cor no Brasil, influenciando e, em muitos casos, instruindo interpretações e decisões acerca desses indivíduos, ganhando *status* de lei – o que fica claro na argumentação de Vicente. Assim, o alvará de 1773 representou para os homens de cor

o fim das restrições sociais impostas àqueles com ascendência africana. Era o esteio legal que lhes inspirava a ação em busca do reconhecimento perante a Coroa através da elevação de seu *status* para a categoria social de “vassallos habilitados” (LIMA, 2011, p. 123)

As ações empreendidas pelo governador Teles da Silva não cessaram. Ainda no mês de maio este impediu Vicente de passar a tropa do Terço em revista, alegando temer por sua segurança. O mestre-de-campo hesitou, porém, disse que concordaria apenas se este lhe passasse a ordem por escrito. Vicente era profundo conhecedor dos trâmites burocráticos reinóis; sabia que no âmbito da colônia, pouco ou nada podia fazer, e contestar o governador perante a Coroa exigia provas. E foi o que fez: assim que recebeu a ordem por escrito de Teles da Silva notificando-o de que faria a revista do terço no seu lugar, escreveu à rainha anexando uma cópia lavrada do despacho.

A queixa de Vicente à rainha acirrou os ânimos no Maranhão, e agravou suas relações com o governador. Teles da Silva se queixou na Secretaria de Estado, alegando que Vicente contava com a proteção do Conselho Ultramarino e que na colônia formava um *partido* que lhe afrontava frequentemente. Acusou Vicente e o escrivão da Fazenda, José da Silva, de conspirarem contra ele; ambos teriam induzido o juiz da Alfândega, Francisco de Paula da Graça Correa a se opor às suas ordens. Além disso, contavam com o apoio do tenente-coronel Caetano Ignácio de Mendonça e do juiz de fora de São Luís, José Tomás da Silva Quintanilha.²⁹

²⁹ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5642. Ofício do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a queixar-se dos procedimentos do escrivão da Junta da Fazenda do Maranhão, José da Silva, e do mestre-de-campo, Vicente Ferreira Guedes (16 de julho de 1784)

Não por acaso, todos os integrantes do *partido* de Vicente já haviam se manifestado a seu favor anteriormente redigindo declarações favoráveis sobre sua conduta e idoneidade.³⁰

Vicente foi desterrado em julho e seguiu para sua propriedade à beira do rio Itapecuru. Durante o degredo, dedicou-se à lavoura de algodão, conseguindo grandes colheitas, mas um incêndio criminoso em sua fazenda em setembro do ano seguinte, seguido do assassinato de um de seus escravos pouco tempo depois, fez com que Vicente voltasse a implorar a Teles da Silva pelo fim do desterro.³¹

Como o governador não lhe respondia, Vicente passou a escrever súplicas à rainha; mesmo assim, precisou esperar até o fim do ano seguinte para poder voltar à capital. Ficava desterrado por dois anos e meio.

Após o fim do degredo, Vicente finalmente pôde comandar os oficiais brancos de Alcântara. Todavia, cerca de um ano depois, a Coroa encerrou a questão: os oficiais seriam sentenciados na Junta de Justiça; Vicente seria passado para o Terço dos Índios Pedestres com a mesma patente e a tão almejada vaga de mestre-de-campo do Terço dos Homens Brancos ficaria com Antônio Correa Furtado de Mendonça, lavrador de muitas posses e ocupante do cargo de provedor geral dos índios.³²

O novo governador, Fernando Pereira Leite de Foios, enviou ofício à Secretaria de Estado dando conta do cumprimento das ordens reais, observando que os “bons lavradores [do Terço] serviam com violência debaixo das ordens” de Vicente Ferreira Guedes, mas que “desde que este [passara a servir] debaixo das suas ordens, só lhe tinha conhecido o caráter de não se deixar pisar, e de ser muito vivo”.³³

Supomos que a interpretação mais acertada sobre a declaração de Foios é a de que a violência partia dos oficiais, talvez com insubordinações, e não de Vicente. Reforçando sua autoridade, deixava claro que o mestre-de-campo não lhe causava problema algum, mas reconhecia sua altivez e sua perspicácia.

³⁰ Ver Quadro 2

³¹ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 5849. Carta de Vicente Ferreira Guedes para a rainha D. Maria I, para que não seja privado da sua liberdade e possa deslocar-se à cidade de São Luís do Maranhão sempre que necessite (27 de fevereiro de 1786)

³² AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 6290. Ofício do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, Fernando Pereira Leite de Foios, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a troca de mestres-de-campo, Vicente Ferreira Guedes com Antônio Correia Furtado de Mendonça, no Terço dos brancos da vila de Santo Antônio de Alcântara e a provisão enviada do Conselho Ultramarino para que os militares fossem sentenciados em Junta de Justiça (25 de janeiro de 1789)

³³ Idem

Não há nada na documentação pesquisada que sugira disputas entre Vicente e Foios. Depois de nove anos envolvido em altercações com vários indivíduos da colônia – incluindo-se aí dois governadores, acreditamos que Vicente tenha iniciado um período de estabilidade.

Vicente teve quatro filhos: um menino com a primeira esposa; e duas meninas e outro menino com uma mulher ‘solteira’. Quando pediu habilitação de seus três filhos últimos, alegou que sua esposa, Maria Rosa, havia ‘se ausentado dele’ em meados de 1790, com rumo desconhecido.³⁴

No final de 1792, foi lavrado em Lisboa um auto de justificação de nobreza em benefício de Vicente Ferreira Guedes. O auto era o primeiro documento que um vassalo aspirante à nobreza deveria providenciar. Geralmente eram apresentadas três testemunhas tidas por nobres, bacharéis, fidalgos ou clérigos que confirmavam conhecer o requerente e o seu procedimento no uso de “armas, criados e cavalos”.³⁵

A distinção a que Vicente aspirava era chamada de ‘nobreza civil’ ou ‘nobreza da terra’, reconhecimento que dependia unicamente da vontade régia. Por isso, os indivíduos que almejavam a condição de nobre tendiam a acumular várias “fontes de nobreza: já sendo cavaleiros, ou comendadores, pretendiam um ofício civil ou um posto militar, pois só graças a várias mercês, reforçadas umas pelas outras, é que sua nobreza se impunha na sociedade” (SILVA, 2005, p. 18)

Durante os anos seguintes, Vicente encaminhou diversas súplicas requerendo a habilitação. Todos os outros coronéis do Maranhão já haviam recebido a graça há muito tempo, dentre eles Antônio Correa Furtado de Mendonça, que ficara no posto de mestre-de-campo no Terço de Alcântara. Somente em 1802, Vicente foi agraciado com o Hábito da Ordem de Cristo e uma tença vitalícia no valor de 12 mil réis.³⁶

³⁴ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 8414. Requerimento do coronel de Milícias Vicente Ferreira Guedes ao príncipe regente D. João, solicitando a legitimação e a habilitação dos seus filhos (19 de setembro de 1799)

³⁵ O Arquivo Nacional da Torre do Tombo possui centenas de autos de justificação de nobreza, havendo entre eles pouquíssimas variações. Constam do auto: descendência até pelo menos a terceira geração, documentos emitidos pela Coroa comprovando mercês (cartas-patentes, sesmarias, provimento em cargos régios, arrematação de contratos reais, habilitação em ordens religiosas e militares etc.) e o registro de três testemunhas de *qualidade*. Os autos anteriores a 1755 se perderam num incêndio provocado pelo terremoto que destruiu Lisboa naquele ano.

³⁶ AHU, Maranhão, Avulsos, doc. 9343. Aviso do secretário de Estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Souto Maior, para o conselheiro do Conselho Ultramarino, barão de Moçâmedes, Manuel de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho da Maia Soares de Albergaria, sobre a petição do coronel do Regimento de Milícias na capitania do Maranhão, Vicente Ferreira Guedes (17 de julho de 1802)

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Correição Cível da Corte. Feitos Findos. Auto de Justificação de Nobreza de Vicente Ferreira Guedes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, docs. 15276 e 15955. Denúncia e Sumário contra Vicente Ferreira Guedes

Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). Correspondência do Reino e do Governo do Maranhão, Livro 9, fls.174v-175

Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). Registros de Atos e da Correspondência do Reino e do Governo do Maranhão, Livro 12, fls. 44-44v

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Conselho Ultramarino, Maranhão, Avulsos, caixa 51, doc. 4967; caixa 52, doc. 4981; caixa 53, doc. 5054, doc. 5066; caixa 55, doc. 5169, doc. 5188; caixa 56, doc. 5272; caixa 57, doc. 5323; caixa 58, doc. 5378, doc. 5384; caixa 61, doc. 5559, doc. 5560; caixa 63, doc. 5642; caixa 67, doc. 5849; caixa 73, doc. 6290; caixa 105, doc. 8414; caixa 123, doc. 9343.

Referências

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2008

IZECKSOHN, Vítor. *Ordenanças, tropas de linha e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiros*. In: FRAGOSO; GOUVÊA (orgs.). *O Brasil Colonial (1720-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

LIMA, Priscila de. *De libertos a habilitados: interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2011

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

RUSSELL-WOOD, A. J. R., *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005

SILVEIRA, Patricia Kauffmann Fidalgo Cardoso da. *Indigno de procedimento: a ascensão de um homem de cor no Maranhão em fins do século XVIII*. Dissertação de Mestrado. São Luís: UFMA, 2015

A doação de patrimônios eclesiásticos como estratégias de reprodução social em Minas Gerais, século XVIII

Quelen Ingrid Lopes*

Temos por objetivo neste texto abordar como se realizavam as doações de patrimônio eclesiástico feitas em Mariana, Comarca de Vila Rica, Minas Gerais, no século XVIII e início do XIX, e de que maneira as mesmas podem explicar ou se relacionar as estratégias de reprodução social individual e familiar. Para tanto, faremos uma análise ampla e geral acerca dos bens que compunham as doações para os patrimônios, como também apontamentos que objetivam informar alguns dos meandros envolvidos nessas doações, relacionando-os com aspectos sócio-econômicos da região. Na sequência trataremos das doações de patrimônio para eclesiásticos sob a perspectiva da sua inserção nas trajetórias de dois indivíduos que participaram dos patrimônios enquanto doadores. Assim, aspectos quantitativos e qualitativos se entrecruzam na análise encetada.

Em tal perspectiva analítica tomamos o “nome” como importante fio condutor tanto na busca de fontes diversificadas, que acrescentam informações singulares à trama social retirando as experiências vividas da homogeneidade dos dados agregados, como na análise de trajetórias e suas inserções no tema abordado e na sociedade que as engendra. Para estruturar essa via reflexiva nos baseamos, principalmente, no clássico artigo de Carlo Ginzburg e Carlo Poni “O nome e o como” (GINZBURG; PONI, 1991), no qual os autores advogam a reconstrução da teia de relações sociais construídas pelos sujeitos históricos tomando seus nomes como “o fio de Ariana guiando no labirinto documental”, uma vez que o procedimento prevê a máxima utilização de fontes diversificadas e capazes de abranger o maior número de aspectos da vivência humana. Desse enredo o quadro mais complexo da sociedade na qual se acha inserido o sujeito histórico, aquilo que está implícito em suas ações e estratégias, poderá emergir (GINZBURG; PONI, 1991, p. 177-178).

As escrituras de doação de patrimônio para eclesiásticos foram suscitadas em Mariana a partir da criação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em 1750, cuja criação foi justificada pela necessidade de “preparação de jovens, tanto para as universidades europeias quanto para a carreira sacerdotal” (SELINGARDI, 2007, apresentação). Ao lado da intenção de formar um clero nativo, José Carrato aponta que as famílias mais abastadas de Minas Gerais, “opulentadas pela abundância do ouro que tiravam de suas lavras”, poderiam instalar

* Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

seus filhos no Seminário para que de lá prosseguissem “à Coimbra, para se formarem doutores” (CARRATO, 1968, p. 179). A constituição do patrimônio se inseria no processo de formação do futuro clérigo, mas não significava necessariamente que haveria por parte do estudante a ordenação sacerdotal.

No processo do ordenamento clerical a constituição do patrimônio era um elemento importante aos ordinandos (noviços) que se preparavam para tomar as ordens sacras e se tornarem sacerdotes do Hábito de São Pedro. O ordinando, cuja intenção era receber os graus da Ordem Clerical para tornar-se jurisprudente em questões canônicas (BLUTEAU, D. Raphael, 1712, p. 109), passava por um percurso ministerial e sacrificial composto por sete estágios (patamares) divididos entre “ordens menores” (*clérigo in minoribus*) e “ordens maiores”. Segundo Franquelim Soares (2010)

O candidato ao sacerdócio ou presbiterado tinha de percorrer, primeiro, as quatro ordens menores de ostiário (espécie de guarda da igreja abrindo e fechando as suas portas) e leitor (fazer leituras sagradas nas celebrações litúrgicas), de exorcista (exotar demônios) e acólito (ajudar nas cerimônias litúrgicas, especialmente na missa, levar a comunhão aos enfermos). (...) Com o sacramental da iniciação – a prima tonsura – (...) o tão citado clérigo *in minoribus* entrava na ordem social do clero passando a usufruir de muitos dos seus privilégios, (...) mas sem assumir as suas grandes e pesadas responsabilidades e compromissos, podendo inclusive casar-se sem qualquer entrave social ou canônico (SOARES, 2010, p. 1)

A tomada das ordens sacras somente ocorria quando o ordinando chegava às ordens maiores compostas pelos patamares (degraus) de subdiácono, diácono e presbítero. Como aponta Franquelim Soares, o ordinando entrava para a vida clerical com responsabilidades maiores já no patamar de subdiácono o qual

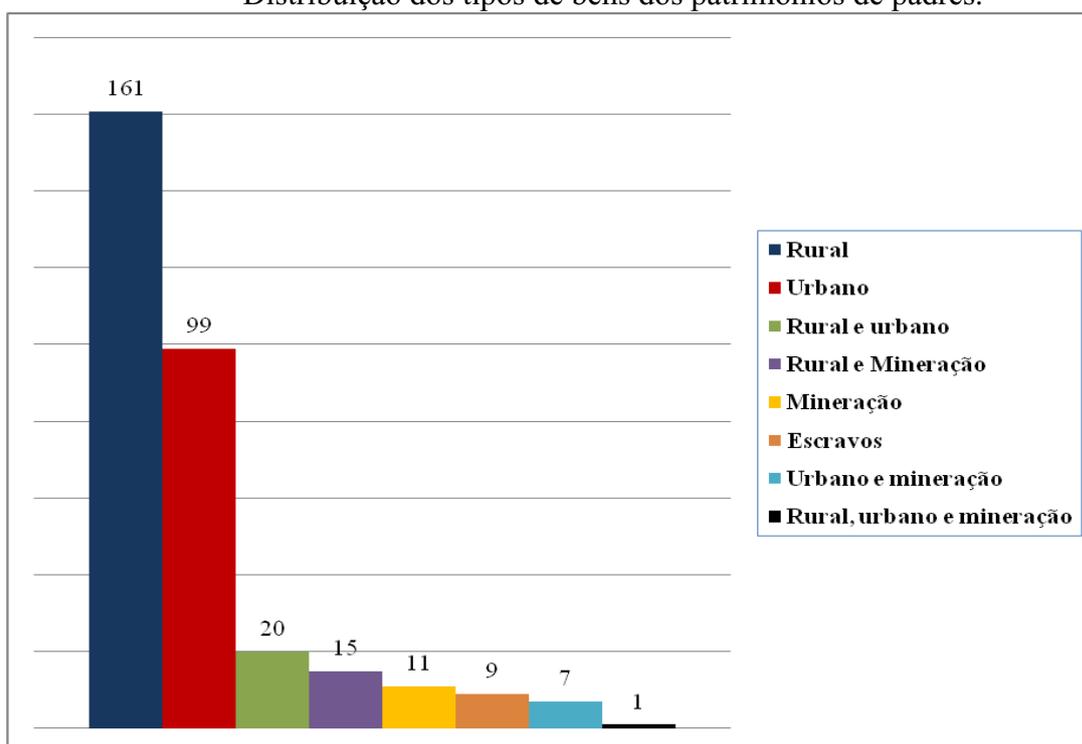
constituía a porta estreita nesta clerezia mais responsável e já com compromissos solenes e vitalícios: pressuposição da maioridade com bastantes estudos teológicos, compromisso do celibato, obrigação da recitação diária do ofício divino ou breviário e, por último, a constituição do patrimônio eclesástico (SOARES, 2010, p. 2)

O patrimônio tinha o objetivo de salvaguardar materialmente o futuro daqueles que chegavam às ordens maiores, porque estes não podiam se voltar para o mundo exercendo atividades seculares (possível para os *clérigos in minoribus*). Nesse sentido, o rendimento que os bens do patrimônio ofereciam seriam capazes de dar dignidade e decoro “compatível com o seu estatuto, em especial no caso de doença prolongada ou invalidez permanente, para evitar que tivesse de mendigar ou de entregar-se a um ofício indecoroso e até vil relativamente às *sacras ordines*” (SOARES, 2010, p. 2).

As doações para patrimônios eclesiásticos

Em Mariana, comarca de Vila Rica, Minas Gerais as doações para patrimônios de padres envolviam propriedades rurais, urbanas, datas de terras minerais e escravos. Abaixo, no gráfico 1, temos os tipos de bens doados pelos benfeitores aos patrimônios de padres ao longo do século XVIII e início do seguinte em números absolutos. Os escravos relacionados nesse gráfico dizem respeito às doações para patrimônios feitas exclusivamente de indivíduos escravizados, o que não significa que apenas nestes patrimônios tenham sido relacionados cativos. De fato, em mais da metade dos patrimônios que envolviam outros tipos de bens também foram vinculados escravos (56,1%), porém a quantidade por doação é virtualmente diminuta, sendo nove o número máximo de escravos doados num único patrimônio. A doação de até um até três escravos concentrou 71,6% de todos os patrimônios em que foram vinculados indivíduos em condição de escravidão.

Gráfico 1
Distribuição dos tipos de bens dos patrimônios de padres.



Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, 1º ofício, Livros de Notas (1711-1820).

A pequena participação numérica pode ser pensada a partir de diferentes fatores. Os *clérigos in minoribus* contavam com a benevolência de outros para constituir seus patrimônios e, ainda que muitos dos benfeitores fossem seus genitores, a ideia da doação era garantir a sustentação e decência de vida a um futuro religioso e não engendrar uma empresa voltada para a exploração agropecuária e/ou mineral. Pelo aspecto da posse em si, a inclusão

de poucos escravos nos patrimônios não significa que fossem os únicos de propriedade dos ordinandos beneficiados, o que é ainda mais válido para os patrimônios feitos por sacerdotes já ordenados ou ordinandos a si mesmos.

Suprir o valor necessário para o patrimônio também foi uma importante motivação na adição de escravos às doações. O caso de José Marques Ribeiro nos ilustra esse ponto: em 1749 ele doou a si próprio dois escravos por nomes João crioulo, que obteve em pagamento de uma dívida de 300 mil réis na Comarca do Rio das Mortes, e João nação Ladá, que comprou por 150 oitavas em Vila Rica. Segundo José Marques ele fazia a doação deste patrimônio para “com ela haver de suprir pelo preço deles a diminuição e avaliação que teve na escritura de seu patrimônio que a título pretende tomar Ordens Sacras”¹, ou seja, os valores dos escravos eram fundamentais para que seu patrimônio fosse aceito a contento.²

Considerando o quadro geral dos bens imóveis, o gráfico 1 mostra que os bens rurais compuseram a maioria das doações dos patrimônios para padres, estando presente em 60% dos patrimônios. Os imóveis urbanos foram elementos de doação em 39,3% e os bens minerais em 10,5%.

Formados de datas de terras minerais, e ocasionalmente com serviços de canalização de água, os bens de mineração devem ser compreendidos na finitude da sua exploração. Isso significa dizer que o benefício econômico que vinha deles tinha um prazo (ainda que incerto) e mesmo uma variação, pois o ouro é um recurso não renovável e sua exploração demanda investimento (em escravos e serviços), que não necessariamente asseguram uma capacidade produtiva equilibrada e constante. Assim, a cessão de bens minerais como desígnio de garantir a sobrevivência ou o trato digno do futuro padre não era uma escolha muito segura, pois em dado momento haveria a necessidade de se apresentar novos bens para o patrimônio. É certo também que o período em que estes patrimônios foram feitos (as doações de patrimônio eclesiástico iniciam em 1749) já havia certo desgaste das lavras minerais, principalmente aquelas de exploração mais antiga dos primeiros núcleos mineradores (LOPES, 2015). Foram feitas doações de bens minerais de diferentes Comarcas de Minas Gerais e em quase a mesma proporção do termo de Mariana, sendo 54,5 % deles situados em Mariana e 45,5% em outras partes da Capitania. Essa “quase” equivalência não é observada para os outros tipos de bens imóveis.

¹ Excertos de obras de referência de época e transcrições dos documentos tiveram a linguagem atualizada e adaptada ao padrão da língua portuguesa atual para maior fluidez da leitura.

² A determinação dos valores dos bens não é informação constante nestes documentos. Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 68, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 28/05/1749.

No quadro geral, incluindo todos os tipos de bens imóveis (rurais, urbanos e minerais), de 303 patrimônios em que foi possível determinar a localização dos bens 77,9% eram situados na cidade de Mariana e em seu termo. Tal percentual é fortemente guiado pela doação de bens rurais e urbanos situados em Mariana (respectivamente, 79,1% e 77,8%) em relação aos de outras regiões compreendidas nas diferentes Comarcas de Minas Gerais.³ Em virtude disso e, de acordo com nosso objetivo maior de análise, a partir desse ponto tomaremos para discussão circunscritamente os bens imóveis situados no Termo de Mariana.

Embora com denominações diferentes (sítios, roças, sesmarias, terras, fazendas) a constituição da maior parte dos imóveis rurais se dava por suas terras, matos e capoeiras. As casas de vivenda, as senzalas e os paióis são benfeitorias regularmente citadas nestas propriedades, mas também o foram benfeitorias voltadas para o beneficiamento da produção como os moinhos, monjolos e engenhos de farinhas, ainda que em menor frequência.

Os engenhos de aguardente, um dos tipos de propriedade mais negociados no mercado de bens rurais setecentista de Mariana (LOPES, 2015, p. 203), tiveram uma presença inexpressiva nas doações de patrimônio.⁴ Dentre estas estava o engenho que João Lopes de Camargo (que pretendia se ordenar padre) recebeu para seu patrimônio de José da Silva Costa. Localizado na freguesia de São Sebastião, o engenho de moer cana era composto de “casas de vivenda e engenho e de terras de plantas que levarão cinquenta alqueires de planta”, bem como um pomar de árvores de espinho (frutíferas) e mais “terras de planta”.⁵

Grande parte das propriedades rurais doadas é definida apenas por suas “terras de planta”, matos, capoeiras, o que pode sugerir um estágio inicial da propriedade. De certo que algumas das propriedades rurais possuíam uma estrutura mais diversificada e a postos para o ensejo ou continuidade de uma produção agrícola, outras possuem mesmo uma história produtiva mais antiga e marcada pelos anos de intensa exploração aurífera na região de Mariana. O caso mais notável nesse sentido é o do conjunto das terras que formava a fazenda que o Capitão João Rodrigues Moreira doou para o patrimônio do seu sobrinho João Caetano de Andrade, em agosto de 1761: constituída por “capoeiras e matos virgens, casas de vivenda de sobrado e outras mais casas na dita fazenda todas cobertas de telha”, a propriedade fora

³ Apenas um patrimônio arrolava bens fora da Capitania de Minas Gerais, trata-se de uma fazenda no Conselho de Louzada, Arcebispado do Porto, que o doador havia obtido por herança de seu falecido pai. Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, 1º ofício, Livro de Notas 91, escritura de patrimônio, datado de 06/09/1773.

⁴ Para além destes também foram nomeados outros engenhos, contudo, eram engenhos de pilão, de mandioca e/ou de farinhas.

⁵ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 68, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 30/04/1749.

comprada pelo doador a “Lourenço de Amorim Costa há mais de trinta anos”.⁶ Na sociedade que Lourenço de Amorim e o Capitão João Rodrigues fizeram em tornos da exploração dessa propriedade em 1732, verificamos que havia uma importante exploração aurífera nas terras minerais da propriedade com o uso de 120 escravos.⁷ A exploração agropecuária e mineral dessas terras já se dava na família do Capitão João Rodrigues muito antes dessas transações: foram seus pais que venderam estes bens a Lourenço de Amorim.⁸ Com o passar dos anos e a constante exploração os serviços minerais da propriedade provavelmente se exauriram, mas por caminhos que não perpassaram o mais regular (através de herança) as terras permaneceram na família do Capitão João Rodrigues, fortalecendo e dando lastro ao seu capital econômico como também viabilizando a inserção familiar no meio eclesiástico.

A realização de doação por parte de parentes era comum, a respeito do que trataremos pontualmente mais adiante. A sucessão familiar nos bens por meio da doação de patrimônio a filhos masculinos foi o que dona Maria Teresa do Nazaré fez, em 1766, em benefício dos seus filhos Joaquim e João Veloso de Miranda. Cada um deles recebeu uma roça, uma morada de casas no arraial do Inficionado e dois escravos para constituir seu patrimônio.⁹

O exemplo anterior reforça um fator que já foi sugerido pelo Gráfico 1: a prática da doação de mais de um bem para a formação do patrimônio eclesiástico. Do total de patrimônios analisados 63,5% foram constituídos por mais de um bem, fossem do mesmo tipo ou não. A adição de escravos ao patrimônio de um imóvel é, virtualmente, o mais comum em patrimônios com múltiplos bens, contudo, doar uma morada de casas num arraial e uma propriedade rural (geralmente na mesma freguesia) não era incomum.

A conjugação de vários bens na formação do patrimônio parece ser o reflexo da necessidade de que os mesmos fossem capazes (economicamente) o suficiente para atender à função de sustento, caso necessário. O caso de José Marques Ribeiro, já detalhado, que buscava “suprir” a diminuição da avaliação de seu patrimônio com adição de escravos corrobora essa ideia. Do mesmo modo, a doação que o Capitão Leonel de Abreu Lima e sua esposa, Maria Inácia Pires de Oliveira, fizeram ao seu filho Bento de Melo Bezerra Rego nos

⁶ Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 82, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 25/08/1761.

⁷ Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 38, 1º ofício, escritura de sociedade, datado de 07/06/1732. Não temos o registro da compra da propriedade por parte do Capitão João Rodrigues Moreira, mas sabemos que a fez antes de 1739, pois foi nesse ano em que ele e Lourenço de Amorim Costa celebraram o distrato da compra. Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 49, 1º ofício, escritura de Distrato, datado de 01/10/1739.

⁸ Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 38, 1º ofício, escritura de compra e venda, datado de 06/06/1732.

⁹ Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 85, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 21/01/1766 e do mesmo livro 85, escritura de patrimônio, datado de 22/01/1766.

reforça tal viés, pois eles doavam seis escravos “para efeito de corroborar melhor o seu patrimônio em uma sesmaria de terras que por uma escritura pública” lhe haviam doado.¹⁰

Ainda acerca da conjugação de mais de um bem nos patrimônios, o mais comum era a diversificação de tipos de bens. Contudo, dentre os patrimônios em que foi doado mais de um bem, sendo estes do mesmo tipo (ou seja, apenas rurais, apenas urbanos, etc.) chama a atenção aqueles em que foram doados apenas bens urbanos: enquanto apenas 5 patrimônios foram feitos com mais de um imóvel rural, 21 doações legaram aos futuros padres mais de um imóvel urbano (moradas de casas e chácaras). Talvez por terem valores menores em relação a propriedades rurais tenha sido mais comum a doação mais de um imóvel urbano.¹¹

As moradas de casas, chácaras e chãos fronteiros às Igrejas perfazem o conjunto que denominamos por “urbanos”. As moradas de casas fizeram parte de 94% das doações de patrimônio que arrolaram imóveis urbanos, o que faz todo sentido tendo em vista que a manutenção de lojas e boticas, por exemplo, não seja prioridade na constituição do patrimônio do futuro padre, mas sim uma residência no espaço urbano que o mesmo possa usufruir diretamente ou ainda alugar para obter dela algum rendimento.

Alcançar renda por aluguel era provavelmente o objetivo mais imediato que os pais de Antônio Ferreira de Saá e Castro tinham ao fazer o patrimônio para seu filho. Seus pais, o Doutor Francisco Ferreira dos Santos e dona Helena Maria de Castro, doaram bens urbanos e minerais ao seu patrimônio: na cidade de Mariana foram trinta datas de terras minerais e uma morada de casas, e na estrada da fazenda dos cristais para o Pinheiro (Freguesia do sumidouro) uma estalagem. Destes dois últimos bens os doadores já haviam explorado aluguéis, ou podiam mesmo alugar à época da doação, pois relatavam quanto os mesmos rendiam: a morada de casas, localizada centralmente “de frente da sacristia da Sé” (Matriz), rendiam “18 oitavas de ouro por ano”, enquanto a estalagem, que tinha cinco quartos, rendia por ano 24 oitavas.¹²

O exemplo anterior é uma rara oportunidade de saber os valores envolvidos nas transações de aluguéis, ao menos por meio dos patrimônios¹³, mas é certo que imóveis com função/atividade voltada para espaço urbano, ou mais constante neste âmbito, podiam ter a

¹⁰ Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 93, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 07/07/1774.

¹¹ A formação geral dos preços do mercado de bens do termo de Mariana no século XVIII foi detalhadamente desenvolvida em: LOPES, 2015.

¹² Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livros de Notas 97, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 12/01/1779.

¹³ De modo geral, informações acerca de aluguéis e rendimentos a prazo de bens imóveis não é uma constante nos livros de notas como um todo, mesmo nas pouquíssimas escrituras de arrendamento não é uma informação certa de estar presente nestes documentos.

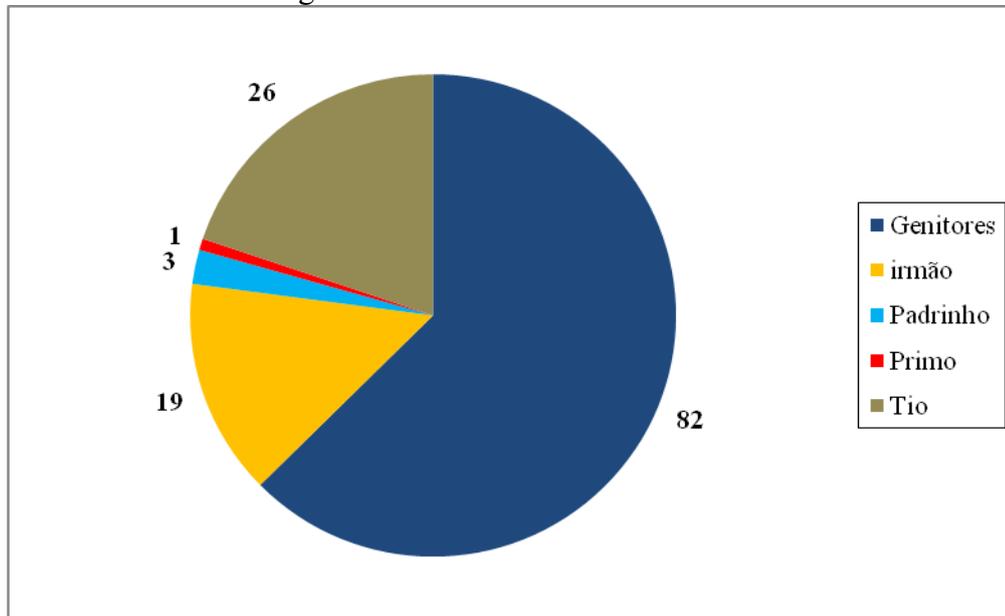
finalidade de aluguel. Os ordinandos, em vias de tomar estado sacerdotal, estariam alocados no espaço do Seminário tendo menor necessidade de uso direto destes imóveis.

Caracterização dos benfeitores/doadores e elementos presentes nas doações

Já nos referimos algumas vezes aos pais enquanto benfeitores responsáveis pelas doações de bens ao patrimônio de seus filhos, mas este não era o único tipo de parentesco entre as partes de doador e beneficiado. Dos 131 patrimônios em que identificamos relações interpessoais de sangue ou ritual entre doador e beneficiado, de fato, os pais eram a maioria. Entretanto, os tios e os irmãos também contribuíram para a ordenação de um padre na família. O gráfico 2 resume em números absolutos a participação de cada um destes nos processos de constituição do patrimônio eclesiástico de um familiar. Embora a afirmação de laços de apadrinhamento tenha sido pequena (apenas 3), o número de padrinhos favorecendo seus afilhados em patrimônios deve ser maior do que o exposto. Isso porque esses dados foram agregados a partir da averbação de tais parentescos nas escrituras de patrimônio podendo, assim, haver uma subinformação acerca das relações entre as partes.¹⁴

Gráfico 2

Parentesco sanguíneo e ritual dos doadores com os ordinandos.



Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, 1º ofício, Livros de Notas (1711-1820).

Relações de parentesco, de sangue ou ritual, se apresentam como elementos social e culturalmente construídos importantes e que favorecem a compreensão da transmissão de

¹⁴ Um futuro cruzamento entre os nomes dos envolvidos nos patrimônios e livros de batismo poderá resultar em maiores informações.

bens ao patrimônio de um parente, porque, principalmente no caso das relações sanguíneas, acrescenta-se valor e reconhecimento da comunidade em relação àquela família que institui em seu membro a dignidade sacerdotal.

Mas outras representações envolvidas na relação entre indivíduos permeavam o ato da doação do patrimônio. Uma dessas representações é o reconhecimento de um sentimento favorável em relação ao ordinando. José de Torres Quintanilha, por exemplo, afirmou que fazia a doação de uma morada de casas de sobrado no Arraial de São Caetano a Leonel Pedroso “pela boa inclinação que tinha ao mesmo”.¹⁵ O desejo manifesto que o outro se ordene padre também é expresso, tanto por parentes quanto por terceiros que, a princípio, não apresentam vínculo sanguíneo. O tio de Francisco Xavier Vaz Veloso, por exemplo, lhe fez de patrimônio em duas moradas de casas no Arraial do Furquim e em uma roça em razão dele “ser sobrinho dele outorgante e ter desejo de o ver sacerdote”.¹⁶

Nem sempre a doação era feita de forma livre e incondicional, como a que o Alferes Antônio José de Castro fez de uma sesmaria e um escravo a seu filho Antônio Joaquim da Cunha e Castro, na qual declarava que este “poderia dispor como lhe parecer ou neles (nos bens) instituir seu Patrimônio”.¹⁷ De modo geral, não vender, alhear ou “escambar antes de fazer um novo patrimônio eram cláusulas registradas nas escrituras. E se a função da doação era, prioritariamente, fornecer a base patrimonial de sustentação quem doava supunha a realização da ordenação sacerdotal. Mas constituir o seu patrimônio não significava necessariamente que o ordinando se tornaria padre, por isso alguns benfeitores doavam com a condição de que se não houvesse ordenação a doação não teria valor. Foi esta a cláusula imposta por José Antônio de Freitas ao seu filho Manoel Antônio Brandão quando lhe fez patrimônio em uma fazenda e um cavalo.¹⁸

Constituir um patrimônio de eclesiástico não é um ato simples e dissociado da realidade mais complexa das projeções sociais, familiares e individuais que estruturam em sua multiplicidade a sociedade em questão. O panorama geral apresentado até aqui nos informa muito sobre as principais características desses patrimônios. Contudo, é necessário analisar a

¹⁵ Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livros de Notas 70, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 06/11/1750.

¹⁶ Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livros de Notas 71, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 11/10/1751.

¹⁷ Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 107, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 06/02/1793.

¹⁸ Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 108, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 19/11/1798.

inserção das doações de patrimônio nas trajetórias daqueles que as faziam, dentro dos processos de escolha cuja racionalidade é limitada.¹⁹

Os patrimônios eclesiásticos nas trajetórias dos doadores

Entre os patronos e benfeitores é densa a presença de uma elite local com a força dos grandes cabedais, da autoridade e governança local, bem como, dos personagens que transitam em múltiplos espaços de reprodução econômico-social.²⁰ Por um lado temos a forte presença dos recursos econômicos como meio de realizar os patrimônios, por outro temos o peso da consideração pública, da sociedade e dos pares acerca de relevantes características sociais (de comportamento e de trajetória pessoal) tidas como desejáveis aos homens de maior consideração, poder e espaço de atuação. Todas estas características passíveis de serem reconhecidas nos indivíduos que realizavam doações de patrimônio. Buscaremos a seguir, evidenciar por meio de duas trajetórias as estratégias de distinção social e formas de empreender protagonismo na sociedade mineira setecentista, relacionando também a apropriação de elementos concernentes ao universo católico na persecução da reprodução social.

Natural do Reino de Portugal, da freguesia de Nossa Senhora do Monte do termo da Vila de Almada, o Capitão Manoel Cardoso da Cruz esteve entre os principais homens de Mariana no século XVIII. Testemunho disso são as diversas referências à sua atuação político-militar e sócio-econômica ao longo de sua trajetória, como nos expõe sua participação na governança local enquanto vereador da câmara municipal nos anos de 1723 e 1744 e Juiz Ordinário em 1731 (CHAVES; PIRES; MAGALHÃES, 2008, p. 211, 215 e 221), sua ocupação nos cargos de Tesoureiro dos Quintos, de Escrivão da Almotaxaria, bem como seu desempenho como cobrador dos quintos na Vila do Carmo²¹ entre 1721 e 1724 (FARIA, 2010, p. 96, 111-112).

De acordo com o trabalho de Simone Faria (2010), para o exercício do cargo de Cobrador dos quintos era essencial o reconhecimento social da idoneidade, capacidade e responsabilidade do futuro indivíduo investido, o que guiava a nomeação feita pelo governador ou a indicação pelo Senado da Câmara. Além disso, não sendo o cargo de

¹⁹ Fredrik Barth chama a atenção para o fato de que todos “vivemos nossas vidas com uma consciência e um horizonte que não abrangem a totalidade da sociedade, das instituições e das forças que nos atingem” (BARTH, 2000, p. 137).

²⁰ Maria Fernanda Bicalho apresentou uma boa síntese dos debates e das principais contribuições que subsidiam a compreensão identitária das elites coloniais. Cf. BICALHO, 2015. p. 205-222.

²¹ Até sua elevação à cidade, em 1745, Mariana era reconhecida como Vila do Carmo/Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo.

cobrador dos quintos passível de arrematação entende-se “que a riqueza não seria requisito suficiente para se alcançar o posto e atributos como a ‘qualidade’, a inserção entre os ‘homens bons’ das vilas, eram essenciais” (FARIA, 2010, p. 63). Destarte, podemos perfilar a ideia de que o Capitão Manoel Cardoso Cruz era um dos homens mais importantes, poderosos e reconhecidos social e institucionalmente por seus pares e superiores hierárquicos.

Sob o viés da sua atuação econômico-social sua trajetória também se destaca como “homem de muitas relações na região” de Mariana (FARIA, 2010, p. 98), bem como “homem poderoso em Minas nas suas primeiras décadas e envolvido em mais de uma dezena de escrituras de compra e venda e de crédito” (KELMER MATHIAS, 2009, p. 173). De fato, Manoel Cardoso foi empenhado nas atividades creditícias e na exploração aurífera, coadunando-as a uma não desprezível produção agrícola. Ele comprou e vendeu bens rurais, urbanos, minerais e escravos movimentando no total dessas ações 33:000\$000. A negociação mais vultosa feita por Manoel Cardoso foi a venda que ele fez da metade de vários serviços minerais, ferramentas, uma casa e 62 escravos pelo preço de 51.000 cruzados (20:400\$000).²²

Tal quadro define-o como um sujeito com toda a capacidade econômica e social de investir, e diversificar, suas atividades econômicas, bem como de ramificar sua rede de influência a partir de seus contatos creditícios, mantendo e ampliando a partir das diferentes oportunidades o seu poder e a sua projeção no cenário social local.

Uma das formas de se distinguir socialmente a partir de elementos concernentes ao universo católico, para além da inserção de um familiar no corpo eclesiástico, era por meio da edificação e dotação de uma capela. Tornar-se patrono de uma capela trazia um conjunto de premissas de reconhecimento institucional da benfeitoria feita em favor da fé²³. Buscando fixar sua devoção na memória local e trazendo para si o reconhecimento de padroeiros, o capitão Manoel Cardoso Cruz e sua esposa dona Antônia Josefa de Almeida fizeram dotação de patrimônio à Capela de São Gonçalo, a qual os mesmos edificaram no Arraial de cima junto à Vila do Carmo em 1733. O casal outorgou à capela o patrimônio no valor de 6\$000 em cada ano, para tanto hipotecando uma morada de casas que possuíam no arrabalde da

²² Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 25, 1º ofício, escritura de compra e venda, datado de 16/07/1725.

²³ Como observa Antônio Manuel Hespanha: “certas honras, como a de apresentar o titular do benefício (normalmente o reitor ou capelão da Igreja), a de ter a precedência nos atos de culto (como as procissões, os ofícios, a bênção etc.), a de ter direitos a preces, a cadeira especial na Igreja ou no coro, a ter sepultura em lugar de destaque [...] Oneroso, porque sobre o patrono recai o ônus de defender a igreja ou capela do seu padroado e de impedir que os seus bens se dilapidem [...]. Utilitário, pois o patrono, sua mulher e família tem direito a ser socorridos pelos rendimentos da Igreja se caírem na miséria” (HESPANHA, 2000, p. 92).

mesma Vila.²⁴ Décadas depois, após o falecimento de seu marido, dona Antônia Josefa refez o patrimônio desta vez doando uma morada de casas para a Capela de São Gonçalo.²⁵

Após a morte do capitão Manoel Cardoso Cruz dona Antônia Josefa ficou responsável pela tutoria dos filhos e administração dos bens, que de fato eram compostos pela dívida da compra que ela própria fizera da meação de todos os bens do casal ao falecido marido. Restava, assim, aos herdeiros o que caberia a parte que lhes tocasse do montante de 8:043\$165 referente à meação comprada por sua mãe. À época do seu inventário (iniciado em 12/12/1757) o capitão Manoel Cardoso deixava órfãos oito filhos: Bernardo Vasco Cardoso (com, então, 25 anos), José Patrício Cardoso (24), Isabel Bárbara (22), Manoel Tomás Cardoso (20), Francisco Manoel Cardoso (19), Caetana Bernarda (18), Francisca Joaquina (13) e João Caetano (11).²⁶ Ao que sugere o inventário, e como bem aponta Faria (2010, p. 124), os herdeiros viram-se embolsados de suas legítimas e por isso pediram que fosse dada quitação da dívida à sua mãe.

É provável que uma das formas de realizar o pagamento da legítima do herdeiro Francisco Manoel Cardoso tenha sido através da doação de um imóvel urbano que sua mãe lhe fez para seu patrimônio: feita em janeiro de 1759, dona Antônia Josefa doou-lhe uma “morada de casa assobradadas cobertas de telha com seu quintal sitas na Rua do Piçarrão”, cidade de Mariana, a qual seu pai Manoel Cardoso Cruz havia construído.²⁷ A doação de bens imóveis previstos como legítimas aos patrimônios dos filhos que se buscava ordenar sacerdote não era incomum. Aliás, a legítima podia mesmo ser “adiantada” com ambos os pais vivos, como foi o caso João Francisco Pimenta e sua esposa Ventura Antônia que constituíram os patrimônios de dois filhos por meio da doação de dois sítios, alegando que doavam de livre vontade “por lhe pertencer os ditos bens por suas legítimas como pelo amor de filhos”.²⁸

O amor ao filho, a preocupação em constituir o patrimônio do mesmo, bem como a promessa futura de haver um descendente inserido no corpo eclesiástico local fomentaram a ação de dona Antônia Josefa de Almeida. Mas consideremos a implicação dessa doação no quadro familiar: o protagonismo social do capitão Manoel Cardoso Cruz foi construído por um leque múltiplo de ações e inserções do mesmo em diferentes espaços de hierarquia e

²⁴ Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 42, 1º ofício, escritura de patrimônio de Capela, datado de 20/11/1733.

²⁵ Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 91, 1º ofício, escritura de patrimônio de Capela, datado de [03]/12/1771.

²⁶ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Inventário, 1º Ofício, Códice 20, Auto 533.

²⁷ Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 81, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 10/01/1759

²⁸ Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 79, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 26/03/1756.

poder; suas escolhas e os ganhos (não somente econômicos) advindos delas não findariam em sua própria trajetória, mas sim viabilizariam e/ou ampliariam o rol de possibilidades a que seus descendentes teriam acesso.²⁹ Nesse sentido, a sedimentação da memória do casal enquanto padroeiros da capela de São Gonçalo na comunidade e a sagração de um descendente ao trabalho espiritual, ocasionalmente realizado junto a essa mesma comunidade, atrelavam ainda mais distinção social à família.

Nem sempre a trajetória de um indivíduo vem alinhada a uma família por ele constituída na América portuguesa. Enquanto o capitão Manoel Cardoso Cruz constituiu uma família e sobre ela edificou a projeção dos seus anseios de perpetuação e reprodução social, alguns homens que passaram às Minas em sua idade do ouro nunca se casaram, nem mesmo deixaram filhos naturais para quem pudessem transmitir seu legado material e imaterial. Compreender as estratégias de distinção social e transmissão patrimonial destes sujeitos, por vezes, nos direciona aos familiares ascendentes e colaterais. Mas na complexidade dessa sociedade, e na multiplicidade incontável de histórias particulares que tecem a malha social por caminhos nem sempre em comum, se destacam percursos singulares como o do capitão Baltazar de Lima Guimarães.

Natural do termo da Vila de Guimarães, Portugal, Baltazar de Lima Guimarães ocupou o cargo de vereador na Câmara de Mariana em 1739 demonstrando que conquistara espaço político e reconhecimento social. Também participou do mercado de bens de Mariana movimentando um total de 12:700\$000 entre aquisições e vendas de bens rurais, minerais e escravos. Sua negociação de maior valor teve o preço de 18.500 cruzados (7:200\$000) e é referente à vários serviços de minerar no Morro de Santana, casas de vivenda “aos pés dos tais serviços” e 19 escravos.³⁰ Suas escolhas econômicas o direcionaram a investir também na produção de aguardente, produto de grande consumo em Minas Gerais e que mobilizou muitos produtores com grande capacidade de produção³¹. Em 1747 adquiriu em sociedade

²⁹ Nuno Monteiro e Fernanda Olival apontaram como famílias portuguesas utilizaram as carreiras eclesiásticas como estratégia de mobilidade social, de modo que o “investimento familiar ou em redes de patrocínio abriam-se oportunidades de ingresso neste sector mesmo para as camadas sociais mais baixas. A aposta da parentela seria quase sempre acompanhada de fortes expectativas de obtenção de retornos significativos, sobretudo quando o descendente era encaminhado para o clero secular. Tais dividendos concretizar-se-iam de múltiplas formas, desde os ganhos em status às possibilidades de reaver o dote, ou de tirar partido da colocação que o parente viesse a adquirir.” (MONTEIRO; OLIVAL, 2003, p. 1238).

³⁰ Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 54, 1º ofício, escritura de compra e venda, datado de 22/04/1741.

³¹ Capacidade deve ser compreendida, principalmente, pelos fatores terras e mão de obra escrava.

com outros interessados um conjunto de propriedades rurais em que se produziam gêneros alimentícios e aguardente com o trabalho de 64 escravos.³²

Assim como o capitão Manoel Cardoso Cruz, o capitão Baltazar de Lima também participou do mercado de créditos em Mariana, como se vê por seu inventário em que foram arrolados vários créditos que se lhe deviam (alguns deles já falidos).³³ No Fundo Feitos Findos do Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa também se acha rastro do seu envolvimento na difusão creditícia em Mariana: na petição de uma justificação ele declara querer citar os herdeiros de Sebastião de Araújo Pereira que existissem no Reino, pois aquele morrera na freguesia do Sumidouro do termo de Mariana lhe devendo 550\$590.³⁴ Como o devedor não deixava herdeiros na América portuguesa, Baltazar de Lima tentou equacionar a execução da dívida buscando os herdeiros remanescentes do seu devedor no Reino.

Baltazar de Lima Guimarães também não deixou herdeiros legítimos ou naturais na América, aliás, permaneceu solteiro por toda sua vida. Em seu testamento declarou como herdeiros seus sobrinhos, filhos de uma irmã por parte de pai, que viviam na região de Guimarães em Portugal. De fato, com a chegada da notícia de seu falecimento os descendentes de sua irmã iniciaram um processo de Justificação de herdeiros para comprovar que eram quem diziam ser, e assim estavam aptos a receber a herança do tio.³⁵

De acordo com as informações da Justificação Ultramarina dos herdeiros, Baltazar de Lima Guimarães e sua irmã Jerônima de Lima eram filhos de diferentes mães “solteiras” com Paulo de Lima, Abade em Santo Tirso de Prazins (termo de Guimarães). Pela ausência de termo de batismo dele e de sua irmã foi feita posteriormente notação no livro de batismos, na qual se diz que Baltazar “se criou até a idade de vinte e tantos anos na companhia do dito seu pai, e deste tempo se embarcou para a América, de donde mandou várias esmolas aos seus parentes”. Como não há datação de seu batismo podemos apenas supor, pelos indícios das fontes, que ele tivesse aproximadamente 70 anos quando faleceu.³⁶ Por sua condição econômico-social Baltazar de Lima não teria tido entraves ao buscar uma noiva, seja nas

³² Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 58, 1º ofício, escritura de compra e venda, datado de 08/08/1747.

³³ Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, Inventário, 1º Ofício, Códice 110, Auto 2259.

³⁴ Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa/Portugal, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, mç. 96, n.º 4.

³⁵ Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa/Portugal, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, mç. 18, n.º 7.

³⁶ O primeiro registro de que dispomos acerca de Baltazar em Minas Gerais data de julho de 1729 em uma transação e amigável composição em Livro de Notas de Mariana; balizando esta época como a de sua chegada em Minas, e levando em consideração a afirmação de que partiu de Portugal para a América na casa dos vinte anos (admitindo, assim, seu nascimento por volta de 1709), ele teria aproximadamente 70 anos quando faleceu em 1775 (em março deste ano fez o testamento, o qual foi aberto em novembro).

minas seja em Portugal, mas por qualquer que tenha sido o motivo ele decidiu permanecer solteiro, dado que pela idade com que faleceu podemos presumir que foi uma escolha.

Desse modo, sua herança ficou para os herdeiros remanescentes em Portugal. Como se vê pela Justificação Ultramarina, em 1783 chegou aos cofres da Corte uma remessa da arrecadação e o traslado do quinhão de cada herdeiro, nos quais entrariam muitas dívidas devidas ao falecidos e também uma morada de casas na cidade de Mariana.³⁷ Mas esse não foi todo o conjunto de bens que ele amealhou e transmitiu nos derradeiros anos de sua vida.

Baltazar de Lima Guimarães transmitiu parte de seus bens imóveis a três rapazes para que com eles constituíssem seus patrimônios eclesiásticos. As doações foram feitas entre as décadas de 1750 e 60, cada um dos beneficiados recebeu uma propriedade rural e apenas um deles recebeu escravos (dois).³⁸ Com a criação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte a doação de bens imóveis para o patrimônio de um ordinando se tornou uma estratégia de transmissão para quem não tinha herdeiros.³⁹ Contudo, nessa estratégia também podem estar presentes laços sociais construídos pelo doador com o beneficiado e/ou com sua família por meio, por exemplo, de apadrinhamento, de amizade ou pela construção de obrigações sociais diversas.⁴⁰ Por certo que dificilmente haveria uma escritura de patrimônio entre partes desconhecidas, algum vínculo afetivo, social ou mínimo trato interpessoal motivava ou embasava a doação. No caso de Baltazar de Lima é possível que ele tivesse laços de apadrinhamento com os rapazes beneficiados, ainda mais porque em seu testamento ele deixa várias oitavas de ouro para dois afilhados moradores no termo de Mariana.⁴¹

Entre outras declarações acerca de disposições de legados, Baltazar de Lima declarou em seu testamento que, em suas palavras, “os bens que ao presente tenho são alguns móveis e dívidas que se me devem porquanto os escravos que tinha se acham libertos e lhes dei a fazenda em que vivo, pois eles me ajudaram a adquirir parte da minha fazenda”. Podemos

³⁷ Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa/Portugal, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, mç. 18, n.º 7.

³⁸ Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 78, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 25/06/1756; Livro de Notas 82, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 25/05/1762; Livro de Notas 86, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 03/10/1766.

³⁹ A doação de uma morada de casas no Arraial de Antônio Pereira e três escravos que dona Joana Luís Xavier fez para o patrimônio de Antônio Justiniano Maciel também nos embasa a afirmação anterior, pois a mesma Joana Luis afirmou que doava “por ela outorgante não ter herdeiros legítimos”. Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 108, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 06/01/1797.

⁴⁰ Isso é perceptível no caso de João Grisóstimo da Silva, que doou uma roça e lavras (minerais) para o patrimônio de José dos Santos Coelho, sem embaraço algum, por aquele “dever obrigações grandes ao Pai do dito” José dos Santos. Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 69, 1º ofício, escritura de patrimônio, datado de 24/07/1750.

⁴¹ O testamento encontra-se trasladado na Justificação Ultramarina de herdeiros.: Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa/Portugal, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, mç. 18, n.º 7.

concordar que a atitude é um tanto incomum e foge à lógica de transmissão do cabedal amealhado ao longo da vida, principalmente por membros da elite. Mas isso não significa uma contradição à lógica de funcionamento escravocrata da sociedade em que Baltazar se inseria, na prática a reforça: a doação foi feita para um grupo específico de escravos aos quais ele fizera alforria com a condição de que os mesmos o servissem enquanto ele vivesse.⁴² Outras dezenas de escravos foram negociados por ele em conjunto com suas transações de compra e venda de bens imóveis, muitos sendo aplicados em severos trabalhos de exploração de minas em rocha matriz⁴³, e outros poucos conquistando a liberdade através do pagamento de si próprios.⁴⁴

Da breve recriação das trajetórias de Manoel Cardoso Cruz e de Baltazar de Lima Guimarães, acreditamos que cabe um lugar especial nas lógicas de reprodução social na América portuguesa a inversão de bens na viabilização da ordenação sacerdotal, como também a dotação de capelas locais, importantes elementos do universo católico e da reprodução da religiosidade cristã na Idade moderna. Do mesmo modo, compreender o funcionamento *per se* dos patrimônios – sua composição, suas normas – e o entrelaçamento destes nas perspectivas de vidas individuais e no seio das famílias promotoras das doações é importante para entender melhor os mecanismos de reprodução social.

Fontes

- Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (IPHAN/Mariana). Livros de Notas, 1º Ofício, Entre Datas 1711-1820.
- Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (IPHAN/Mariana), Inventários *post-mortem*, 1º Ofício.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa/Portugal, Feitos Findos, Justificações Ultramarinas.

⁴² Pelos bons serviços que havia recebido de Antônio nação Courano, Miguel nação Fom e Martinho nação Cabo Verde os alforriava, com a referida condição. Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 85, 1º ofício, escritura de alforria, datado de 18/10/1767.

⁴³ É o caso da negociação que vimos anteriormente, no valor de 7:200\$000. O trabalho de exploração do ouro em rocha matriz requer a abertura de buracos nos morros auríferos, atividade que pode ser mais desgastante e perigosa do que a mineração em rios e encostas devido a possibilidade de desabamentos. Para uma análise sobre as formas de exploração do ouro e meandros envolvidos na atividade ver, por exemplo, LOPES, Quelen Ingrid. 2015, pp. 42-121.

⁴⁴ Outras duas alforrias feitas por Baltazar de Lima foram feitas mediante pagamento, o que não descaracteriza a mercê, mas condiciona valores para seu efeito. Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Livro de Notas 32, 1º ofício, escritura de alforria, datado de 08/10/1729; Livro de Notas 56, 1º ofício, escritura de alforria, datado de 22/12/1741.

Referências

- BARTH, Fredrik. “A análise da cultura nas sociedades complexas”. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BICALHO, Maria Fernanda. “Colônia ou Conquista, Loja ou Engenho? Identidades e discursos identitários na América portuguesa nos séculos XVII e XVIII”. In: CARDIM, Pedro; IÑURRITEGUI, José María; MARCOS, David Martín. (Orgs.) *Repensar a identidade: o mundo ibérico nas margens da crise da consciência europeia*. Lisboa: CHAM, 2015.
- BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. vol. VI. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1712.
- CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas minerais coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria (orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008.
- FARIA, Simone Cristina de. *Os homens do ouro: perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista*. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2010.
- HESPANHA, Antônio Manuel. “Os bens eclesiásticos na época moderna. Benefícios, padroados e comendas.” In: *História de Portugal*. TENGARRINHA, José (Org.), São Paulo: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000
- GINZBURG, Carlo & PONI, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *A cor negra do ouro: circuitos mercantis e hierarquias sociais na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711- c. 1756*. (Doutorado em História) Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2009.
- LOPES, Quelen Ingrid. *O mercado de bens rurais, extrativos e urbanos do termo de Mariana: interações sociais, econômicas e espaços de produção (1711-1779)*. (Doutorado em História) Juiz de Fora: UFJF/Programa de Pós-Graduação em História, 2015.
- MONTEIRO, Nuno; OLIVAL, Fernanda. “Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820)”. *Análise Social*, vol. XXXVII (165), 2003.
- SELINGARDI, Sérgio Cristóvão. *Educação religiosa, disciplina e poder na terra do ouro: a história do Seminário de Mariana, entre 1750 e 1850*. São Carlos: UFSCar, 2007.
- SOARES, Antônio Franquelim Sampaio Neiva. *Patrimônio dos padres da Arquidiocese de Braga no século XVII*. In: Anais do I Encontro do Centro de Investigação Transdisciplinar, Cultura, Espaço e Memória: Família, Espaço e Patrimônio, 26-27 de novembro, 2010. Disponível em http://www.ghp.ics.uminho.pt/programa_iencontro.html Acessado em: 02/06/2021.

Desafios e possibilidades
da História da Família
no Brasil

Reconhecer e legitimizar filhos naturais entre a população livre na Porto Alegre Oitocentista¹

Ana Silvia Volpi Scott²

Introdução

Qual era a probabilidade de uma união consensual se converter em matrimônio? A fresta por meio da qual procuramos elementos para responder a esta questão é através da análise do reconhecimento e da legitimação de prole natural, tema pouco tratado pelos historiadores(as) da família. Para avançar nessa senda, parto do pressuposto de que, embora parcela significativa das mulheres e homens livres se relacionassem consensualmente, não é possível minimizar a importância do casamento tridentino, afinal, nas mais diferentes regiões do Brasil Oitocentista, a maioria das crianças livres batizadas era legítima, isto é, fruto de uma união formalizada na igreja.

Nesse contexto, interessa analisar a experiência de vida, minoritária, de pessoas que apesar de terem gerado filhos “naturais”, buscaram reconhecer a prole e/ou regularizar um relacionamento que não seguia as leis do Estado e as normativas da igreja Católica³. É importante ainda, assinalar que reconhecer ou legitimar filhos(as) tidos fora do casamento formalizado implicava em situações distintas (sociais e jurídicas), que afetavam, diferentemente, a vida de homens, mulheres e de sua prole.

O cenário para esta reflexão é a Porto Alegre oitocentista, examinada através da exploração da série de registros paroquiais de batizado e de casamento da população livre. Observou-se que em muitos assentos de batismo de crianças livres havia a menção ao reconhecimento, assim como identificou-se, em alguns registros de casamento, a legitimação de filhos naturais.

A metodologia utilizada para este estudo combina a análise agregada e quantitativa com o estudo de trajetórias de casais, para identificar em que condições e para que grupos essas opções de reconhecimento e legitimação eram acionadas. Com o uso dessas distintas abordagens, objetivou-se responder as questões colocadas no Simpósio Temático “Desafios e

¹ Este texto é parte de reflexão mais ampla sobre a vida familiar das mulheres na Porto Alegre oitocentista, que integrará o livro *História das Mulheres no Brasil Meridional*, que tem publicação prevista para o ano de 2021.

² Doutora em História & Civilização (European University Institute). Docente do Departamento de História/IFCH e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" / Unicamp.

³ As Ordenações Filipinas nos Títulos XCII-XCIII, p. 940-6; Títulos XXXVII-XXXVIII, p.814-934 e Título XCIX, determinavam que os filhos legítimos resultavam de casamento legal entre os pais e os filhos ilegítimos subdividiam-se em cinco categorias: naturais, espúrios, sacrílegos, adúlteros e incestuosos. O foco está na categoria “natural” (criança gerada por pessoas solteiras e sem impedimento para realização de posterior casamento (Lopes, 1998).

possibilidades da História da Família no Brasil: dos dados quantitativos à microanálise e aos estudos de caso”, do IV Seminário Internacional de Micro-história, trajetórias e imigração, realizado em 2021.

Porto Alegre e sua população: diversidade a partir dos registros paroquiais

Porto Alegre foi um importante núcleo urbano do extremo meridional e teve papel central como entreposto comercial e centro administrativo. Além disso, o seu porto constituía um vértice essencial para a circulação de pessoas e para a distribuição de bens e mercadorias, funcionando como elo com o interior do continente, como literatura variada tem assinalado⁴. A cidade teve origem na freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, desmembrada, em 1772, da freguesia Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Explorarei os assentos relativos a paróquia da Madre de Deus, entre os anos de 1800 e 1872⁵.

Ali, como no restante do território que constituiu o Brasil, o acesso à vida familiar organizada em torno do casamento legitimado pela igreja era profundamente desigual, ainda que entre a população livre a maior parte dos habitantes formasse suas famílias a partir do matrimônio formalizado⁶ e parcela minoritária vivenciasse distintas formas de conjugalidade e de arranjos familiares, gerando prole natural.

Para estudar o tema do reconhecimento e da legitimação de filhos naturais, é fundamental a análise da população livre de Porto Alegre. Para tanto, vou retomar algumas de suas características demográficas, que forneceram o contexto populacional portoalegrense, para problematizar a questão em tela, a partir do estudo de Dario Scott (Scott, 2020).

Parto da constatação de que as pessoas livres conformavam a maioria dos habitantes ao longo de todo o período estudado: na média, a população dividia-se em 70% de livres e 30% eram escravizados. Ao longo do período, entretanto, houve o decréscimo do segmento dos cativos: em 1802, os escravizados compunham 40% da população, enquanto em 1872, ano do primeiro recenseamento geral do império, informava-se que os escravizados em Porto Alegre somavam pouco mais de 16% (Scott, 2020). Mudança significativa, indicando que a população que nasceu, se casou, gerou prole e morreu na Madre de Deus, crescentemente constituiu-se por pessoas livres⁷.

⁴ Veja-se, entre outros: (Saint-Hilaire, 2002; Isabelle, 1983; Freitas, 2017; Silva, 2019; Souza; Müller, 2007).

⁵ Durante a maior parte do período aqui analisado a vila (1809) e, mais tarde a cidade (1822), compunha-se dessa única freguesia que, posteriormente, foi subdividida em mais duas (Scott, 2020).

⁶ Entre escravizados(as), no entanto, somente uma minoria se casava e tinha a possibilidade de gerar filhos legítimos, a regra entre eles era a união não formalizada.

⁷ A população de libertos em todos os anos analisados foi considerada no conjunto de livres. Por fim, o próprio recenseamento de 1872 não indicava separadamente os libertos.

Esse declínio nos alerta para a possibilidade de outras mutações. Por isso, a opção foi subdividir o período em dois momentos distintos, 1800-1834 e 1835-1872, considerando que Porto Alegre atravessou ciclos de mudança e, inclusive, de instabilidade. O marco divisor é a Guerra dos Farrapos, quando a cidade permaneceu sitiada, por três vezes, entre 1836 e 1840.

O cálculo da razão de sexos, que indica o número de homens para cada 100 mulheres, revelou a sobrepopulação masculina para o conjunto dos habitantes, embora tenha indicado alterações em seus resultados. Para a população livre a razão inverteu-se nas décadas subsequentes ao conflito dos Farrapos⁸, passando a apresentar ligeira supremacia das mulheres sobre os homens, situação que teve outra inflexão apenas no ano de 1872 (Scott, 2020)⁹.

Ou seja, as mulheres livres que viveram em Porto Alegre quase sempre estiveram em desvantagem numérica, fato que certamente impactou a conformação dos arranjos familiares, a partir de distintas formas de união (Freitas, 2016; 2017; Scott, 2017).

Os assentos de casamento na igreja Madre de Deus, incluindo toda a população, somam 4.783 registros, entre 1800 e 1872, sendo 2.480 para o período entre 1800-1834 e 2.303 entre 1835-1872. No conjunto, como esperado, vê-se a hegemonia dos casamentos que uniam pessoas livres, que ao longo do período se tornou quase absoluta: eram quase 86% até 1834 e chegaram perto de 95% até 1872. Os matrimônios mantiveram um padrão de endogamia jurídica: livres se casavam com livres, forros com forras e escravizados com escravizadas¹⁰.

Embora o foco seja a população livre, as tabelas 1 e 2 reúnem informações sobre as mulheres livres, forras e escravizadas que aderiram ao “modelo ideal de família” defendido pela Igreja e pelo Estado.

Esse conjunto, por outro lado, não contempla o restante das mulheres que, por motivos variados, não seguiram o “padrão”. Para dar visibilidade ao grupo das *outsiders*, isto é, das mulheres livres que tiveram filhos naturais, examina-se o conjunto dos registros de batismo.

⁸ Especificamente sobre esse conflito analisamos a “demografia da guerra”, através do estudo da mortalidade diferencial. O texto, aceito na História, Ciências, Saúde – Manguinhos, tem previsão de publicação para o primeiro semestre de 2022.

⁹ Entre a população escravizada, a esperada supremacia dos homens sobre as mulheres se manteve por quase todo o período, embora a razão de sexos apresentasse contínua queda: em 1802 era de 192 homens para cada cem mulheres, enquanto, no censo de 1872 registrou-se uma inversão, com uma sobrepopulação feminina na razão de 75 homens para cada cem mulheres (Scott, 2020).

¹⁰ A opção pelos matrimônios entre “desiguais” na Madre de Deus foi residual, em torno de 3,0% no primeiro período, percentual que diminuiu ainda mais, caindo para 1,3% no período subsequente. Essa tendência havia sido apontada em estudo anterior (Scott; Scott, 2015, p. 37-79), resultado que não difere dos comportamentos encontrados em outras regiões brasileiras.

TABELA 1 – Casamentos por Condição Jurídica 1800-1834

Noivas	Noivos						Total	%
	Livres	%	Forros	%	Escravos	%		
Livres	2126	85,7	7	0,3	3	0,1	2138	86,2
Forras	31	1,3	85	3,4	14	0,6	128	5,2
Escravas	5	0,2	15	0,6	194	7,8	214	8,6
Total	2162	87,2	107	4,3	211	8,5	2480	100,0

Fonte: AHCMPA – Livro 1 até o 9 de matrimônios da freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre organizados pelo NACAOB tabulado com o NACAOB.

TABELA 2 – Casamentos por Condição Jurídica 1835-1872

Noivas	Noivos						Total	%
	Livres	%	Forros	%	Escravos	%		
Livres	2178	94,6	11	0,5	1	0,0	2190	95,1
Forras	6	0,3	54	2,3	6	0,3	66	2,9
Escravas	2	0,1	3	0,1	42	1,8	47	2,0
Total	2186	94,9	68	3,0	49	2,1	2303	100,0

Fonte: AHCMPA – Livro 1 até o 9 de matrimônios da freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre organizados pelo NACAOB tabulado com o NACAOB.

Os batizados constituem a principal fonte seriada para o estudo dos diferentes arranjos familiares que caracterizavam o Brasil colonial e imperial, porque o tipo de “filiação”, isto é, a condição de legitimidade era informada pelos párocos, servindo como um eficiente indicador do acesso ao casamento formal¹¹. O acesso limitado ao matrimônio tinha como resultado direto, o elevado percentual de crianças “naturais”.

Entre 1800 e 1872, registraram-se na Madre de Deus o batizado de 20.444 crianças livres. Em 14.797 desses assentos, as crianças nasceram de ventres de mulheres casadas, ou seja, quase três quartos eram crianças legítimas (72,4%), comprovando o *predomínio* das formas de união que se davam ao abrigo das normas vigentes. As crianças naturais, nascidas de mulheres que não se casaram, somaram 4.423 (21,6%)¹².

Não houve mudança significativa nessa tendência: o conjunto das crianças que vinham ao mundo através de mães que viviam a maternidade no casamento permaneceu em torno de 72%. Em outras palavras, a maioria vivia de acordo com a normativa vigente, que determinava que o sexo deveria ser praticado com vistas à reprodução e que deveria ser exercido no leito conjugal.

¹¹ Outro indicador interessante é celibato definitivo – percentual de pessoas que faleceram solteiras com 50 anos ou mais – pois remete à probabilidade de se alcançar ou não o estado de “casado(a)”. Entre as mulheres livres, cerca de 20%, entre 1800 e 1872 faleceram com 50 anos ou mais solteiras. Para as escravizadas esse indicador é bastante mais problemático, não só por conta do volume mais reduzido da população escravizada, como pelo fato da esperança de vida ao nascer entre escravizados ser mais baixa, indicando que poucos chegariam aos 50 anos. Somam-se a essas questões de caráter demográfico, o fato do casamento dos cativos e cativas estar submetido a outras variáveis, condicionadas aos desígnios e vontades dos senhores. Sobre a esperança de vida ao nascer para livres e cativos na Madre de Deus, veja-se a tese de doutorado de Dario Scott (Scott, 2020).

¹² Há também o conjunto das crianças registradas como expostas, que no período somaram 786 no total (3,8% dos batizados) e os 438 casos (2,1%) em que a condição de legitimidade não foi declarada.

Por outro lado, as pequenas mudanças constatadas estão relacionadas ao discreto aumento das crianças naturais, que se elevou de 20,3%% para 23,2%¹³. Isto é, cerca de 1/5 das crianças livres batizadas tinham sido geradas *ao largo do matrimônio formal*.

TABELA 3 – Condição de Legitimidade – Batizados de Livres 1800-1872

Período	Legítimo		Natural		Exposto		Não declarado		Total
	Qde	%	Qde	%	Qde	%	Qde	%	
1800-34	7862	72,8	2188	20,3	670	6,2	80	0,7	10800
1835-72	6935	71,9	2235	23,2	116	1,2	358	3,7	9644
Total	14797	72,4	4423	21,6	786	3,8	438	2,1	20444

Fonte: AHCMPA – Livro 3 até o 21 de batizados da freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre organizados pelo NACAOB tabulado com o NACAOB.

Para mais, a literatura tem defendido que casamento e concubinato tinham funções e objetivos próprios naquela sociedade. O casamento estaria atrelado a interesses de ordem socioeconômica e/ou política (defende-se que havia uma associação entre “matrimônio” e “patrimônio”) e visava, sobretudo, satisfazer o interesse coletivo da família; o concubinato, por sua vez, deixava espaço aberto para a satisfação de interesses pessoais, de cunho afetivo e sexual. Tudo indica que essas diferentes “funções” se mantiveram ainda durante a segunda metade do XIX (Brügger, 1997).

No entanto, penso que há que se ter cuidado ao aceitar essas afirmações, sem que haja alguma ponderação. A sociedade era profundamente desigual, a distribuição de patrimônio não era uniforme, estando concentrado em alguns segmentos, por isso mesmo, nem todos os matrimônios uniam mulheres e homens com cabedal ou distinção social. Como ficou demonstrado aqui, o casamento tridentino estava também disseminado entre as camadas menos favorecidas da população livre, afinal em Porto Alegre, cerca de três quartos dos batizados eram resultado de união sacramentada.

Assim, embora seja fato que parcela não desprezível das mulheres e dos homens livres se relacionavam consensualmente, não é possível minimizar a importância do casamento tridentino. Aliás, Sheila Faria já apontava essa realidade nos finais da década de 1990 (Faria 1998, p. 52-58).

Reconhecer e legitimar filhos naturais: uma opção para poucos

É nesse cenário que a temática do reconhecimento e da legitimação de filhos naturais, assume papel central. Porém, antes de avançarmos para a análise dos resultados vale apontar

¹³ Registrou-se, ainda, o aumento de batismos das crianças livres onde não havia a informação sobre a condição de legitimidade, variando de 0,7% para 3,7%. Por fim, há que se mencionar a expressiva queda de batizados de crianças expostas, que despencou de 6,2% para 1,2%.

que a legitimação era uma tradição ibérica e foi um expediente utilizado por poucas famílias. Como consequência, os filhos *legitimados* saíam da situação de marginalidade tendo, a partir de então, o direito de ter seu quinhão no patrimônio dos progenitores, ainda que as Ordenações do Reino fizessem distinção entre nobres e plebeus¹⁴.

A legitimação poderia ser feita através de carta de legitimação, através de testamento ou ainda pelo casamento sucessivo dos genitores. No Brasil, a legitimação também se fazia através de escritura pública (Lewcowicz, 1987, p. 58 e seg.). Por fim, é bom sublinhar que, em princípio, o recurso à legitimação seria usado pela população livre.

Entre os assentos batismais de Porto Alegre encontramos outra situação interessante, ligada ao *reconhecimento* de paternidade. Foram inúmeros os casos de crianças sendo reconhecidas pelo pai. Desconheço, para a população portoalegrense, trabalhos que tenham feito análise sistematizada do uso desses expedientes entre a prole nascida fora da vigência do matrimônio¹⁵.

É essencial, entretanto, sublinhar que são duas situações bem diferentes e que, sem dúvida, afetavam de forma distinta aqueles que haviam gerado filhos naturais. Ainda que houvesse o “reconhecimento” de uma criança pelo genitor, através do assento de batismo, o rebento continuaria a ter a condição de filho(a) “natural”. Por outro lado, como apontado, a criança natural ao ser “legitimada” pelo subsequente casamento dos pais, passaria a gozar de todas as prerrogativas garantidas em lei.

Os assentos que envolvem ambas as situações deram elementos para analisar algumas trajetórias de mães de filhos naturais e as diferentes experiências que vivenciaram. As transcrições que seguem ilustram ocorrências trazidas à tona pelos assentos paroquiais de Porto Alegre, como o batizado do pequeno Joaquim, ou o matrimônio de Antônio José de Oliveira Guimarães e de Francisca Cândida de Souza.

O batizado de Joaquim, filho natural de Rita Maria da Conceição, solteira, foi registrado em oito de abril de 1833, na igreja Madre de Deus, revelando que a criança foi *reconhecida* pelo pai, João da Silva Valença¹⁶:

Aos oito dias do mês de abril de mil oitocentos e trinta e três anos nesta Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus batizou solenemente o Reverendo Coadjutor Ludovico Ênio Homem da Costa, e pôs os santos óleos a Joaquim, nascido a cinco de fevereiro do mesmo ano, filho *natural* de Rita Maria da

¹⁴ Para a legitimação era levada em conta a “qualidade do pai”, se este era nobre ou plebeu. Enquanto o filho legitimado de plebeu podia ser legitimado no testamento paterno, o filho de nobre só podia sê-lo através de carta de legitimação (Silva, 2017a; 2017b).

¹⁵ Para outras localidades do Brasil encontramos escassas referências sobre a temática, como veremos adiante.

¹⁶ Grafia dos registros atualizada.

Conceição, natural desta cidade; neto pelo lado materno de Joaquim Antunes e de Maria Barbosa, naturais de Portugal; e *no ato do batismo declarou João da Silva Valença*, natural de Portugal, filho legítimo de José da Silva e de Rosa de Jesus, naturais de Portugal, *que reconhecia por seu filho este inocente Joaquim e queria que por tal fosse reconhecido*, sendo disso testemunha Antônio de Freitas Barreto Queiroz, que assinou a rogo do mesmo João da Silva. Foram padrinhos José Francisco do Vale Guimarães e Maria Bárbara. E para constar fiz este assento”. Tomé Luiz de Souza (Pároco Encomendado).

Um exemplo de *legitimação* de prole natural ficou registrado no assento de casamento de Antônio José de Oliveira Guimarães com Francisca Cândida de Souza, em cerimônia realizada em 30 de março de 1826:

Aos trinta dias do mês de março de mil oitocentos e vinte e seis anos, pelas sete horas da noite, na Capela Pública da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores desta cidade de Porto Alegre, por ordem e despacho do Reverendíssimo Cônego Provisor e Vigário Geral desta província Antônio Vieira da Soledade, perante mim se receberam em matrimônio com palavras de presente em que expressaram seu mútuo consentimento Antônio José de Oliveira Guimarães, natural de Santa Maria do Souto, Termo de Guimarães, Arcebispado de Braga, filho de Vicente de Oliveira e Maria Rosa Dias, com Francisca Cândida de Souza, natural desta mesma freguesia, filha legítima de Ignacio José de Souza e Tomásia Joaquina de Ataíde. *E neste ato, apresentaram os contraentes os filhos de ambos havidos, declarando que os reconheciam por seus, legitimavam e queriam que legitimados fossem por este matrimônio subsequente, cujos nomes e idades são: Ignacia Cândida, nascida em vinte e nove de fevereiro de mil oitocentos e vinte, João Vicente, nascido em vinte e um de fevereiro de mil oitocentos e vinte e três e Cândida Ignacia, nascida em quinze de setembro de mil oitocentos e vinte e cinco, para cujo real e válido efeito assinaram comigo os mesmos contraentes e as testemunhas que também o foram deste matrimônio, apresentação e declaração*”. Assinam o Padre Antônio Vieira da Soledade, os noivos (Antônio e Francisca), além de Custódio José de Magalhães e João José de Oliveira Guimarães.

O interesse por esses casos de reconhecimento e de legitimação surgiu quando, analisando a frequência da ilegitimidade, constatei alto percentual de batizados de crianças livres naturais, em que o pároco registrava, no ato do batismo, o *nome da mãe e o nome do pai* do recém-nascido. Poucos estudos referiram essa situação, talvez porque eles não tivessem peso estatístico relevante como aquele encontrado para Porto Alegre¹⁷.

A localidade mineira de São João Del Rei (MG), estudada por Silvia Brügger é um bom exemplo. Entre os anos de 1736 e 1850, foram assentados 15.670 batismos de crianças naturais, e apenas 0,7% indicavam, além do nome da mãe, o nome do pai das crianças. Nos meados do século XVIII, os batismos com essas características somaram 4,8%, o maior índice

¹⁷ Sheila Faria discute a questão do reconhecimento de filhos naturais, mas não aprofunda efetivamente a questão (Faria, 1998, p. 87 e seg. p. 304 e seg.).

registrado. Ao longo das décadas seguintes, os níveis quase sempre se mantiveram abaixo de 1% e, no final do período analisado (1841-1850), eram escassos 0,6% (Brügger, 2007, p. 74).

A realidade de São João Del Rei, portanto, contrasta com aquela encontrada para a Porto Alegre oitocentista onde, nos meados do XIX, os casos em que o nome do pai era registrado ultrapassaram um terço dos assentos de crianças livres e naturais (Scott; Scott, 2018).

Para a Capela de Alegrete, outra localidade da Província do Rio Grande do Sul, entre 1821 e 1845, houve aumento significativo desse tipo de assento, somando 16% entre 1836 e 1840 (Farinatti, 2015). Ainda que o percentual seja expressivo, está longe daquele registrado para Porto Alegre (tabela 4).

TABELA 4 – Batizados de crianças naturais livres e informação dos genitores

Período	Só com a mãe		Com o pai e mãe		Só com o pai		Sem pai nem mãe		Total
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	
1800-04	119	93,7	1	0,8	4	3,1	3	2,4	127
1805-09	144	85,7	15	8,9	9	5,4	0	0,0	168
1810-14	229	90,5	11	4,3	13	5,1	0	0,0	253
1815-19	271	87,4	30	9,7	8	2,6	1	0,3	310
1820-24	300	82,2	20	5,5	44	12,1	1	0,3	365
1825-29	345	79,5	47	10,8	39	9,0	3	0,7	434
1830-34	387	72,9	69	13,0	72	13,6	3	0,6	531
1835-39	251	64,4	113	29,0	24	6,2	2	0,5	390
1840-44	269	51,3	207	39,5	48	9,2	0	0,0	524
1845-49	193	59,0	110	33,6	23	7,0	1	0,3	327
1850-54	154	56,4	101	37,0	17	6,2	1	0,4	273
1855-59	142	55,7	84	32,9	27	10,6	2	0,8	255
1860-64	157	83,1	28	14,8	4	2,1	0	0,0	189
1865-69	161	86,6	21	11,3	4	2,2	0	0,0	186
1870-72	83	91,2	4	4,4	3	3,3	1	1,1	91
Total	3205	72,5	861	19,5	339	7,7	18	0,4	4423

Fonte: AHCMPA – Livro 3 até o 21 de batizados da freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre organizados pelo NACAOB tabulado com o NACAOB.

Os resultados sobre a província do Rio Grande levaram à hipótese de que, conjuntamente, a instabilidade gerada pela Guerra dos Farrapos e a conjuntura específica da cidade de Porto Alegre (que permaneceu sitiada), tivessem estimulado os casais a assumir a relação mantida, publicamente no ato do batizado, através da identificação do pai. De fato, para Porto Alegre, somando-se os assentos com o *nome de ambos (pai e mãe)* àqueles que temos *apenas a informação sobre o nome do pai* de uma criança natural, atinge-se perto de 49%, entre 1840-1844.

Será que a vida desses homens, mulheres e de seus filhos e filhas nascidos fora do casamento, em algum momento, foi impactada pelo reconhecimento e/ou legitimação da prole? Mais do que isso, é possível verificar quais eram as chances dessas mães solteiras e

amancebadas acederem ao altar e passarem a viver, junto com seus filhos, ao abrigo do matrimônio legítimo?

Antes de adentrarmos no universo das crianças naturais livres em que temos a informação sobre reconhecimento e/ou legitimação, é importante conhecer a situação das mulheres que geraram filhos através de outras formas de relacionamento e de conjugalidades. Que atributos elas receberam dos párocos que registraram os assentos de batismo de seus filhos e filhas, quando comparadas às mães de crianças legítimas?

Mulheres livres que geram filhos naturais: cor e qualidade

No caso da sociedade luso-brasileira a atribuição da cor não estava obrigatoriamente ligada ao fenótipo dos indivíduos. Por isso, essa indicação nos registros não tinha, necessariamente, exclusiva relação com a cor da pele. Em muitas situações, a cor era atribuída de acordo com outras “qualidades” dos indivíduos, como a condição jurídica (livre, liberta ou escrava). O tema gera muita discussão entre os estudiosos da sociedade colonial e imperial e não poderá ser aprofundado aqui.

No caso da Madre de Deus de Porto Alegre os párocos não anotavam explicitamente a designação da cor “branca” nos assentos dos indivíduos livres. Por outro lado, atributos de cor/etnia considerados “desqualificadores” (como preto/ pardo/ índio/ mulato, cabra) foram registrados pelos párocos e, na maioria das vezes, esses atributos vinham acoplados à condição jurídica, por exemplo, pardo(a) forro(a); preto(a) forro(a).

Ao examinar os assentos de batismo das crianças nascidas na Porto Alegre oitocentista, encontrei indícios de que os párocos tinham a tendência a apontar esse atributo de cor/etnia em algumas situações como, por exemplo, nos assentos de mães de crianças naturais.

Essa questão já havia sido apontada para o período entre 1772 e 1848 (Scott; Scott, 2018), confirmando-se agora a mesma tendência até 1872. Quase a totalidade das mulheres que viviam a maternidade no âmbito do casamento sacramentado, não tinha a cor mencionada, isto é, eram “socialmente” reconhecidas como “brancas”. Isso ocorreu em 94% dos assentos de crianças legítimas, no período entre 1800-1834; para o segundo período, entre 1835 e 1872, ocorreu em praticamente todos os casos (99,6%). Só para uma minoria de mães de crianças legítimas o pároco “se deu ao trabalho” de assentar uma referência sobre a cor.

As mães de crianças naturais, por sua vez, eram mais frequentemente “desqualificadas” aos olhos do pároco, o mediador que nos permite “enxergar” a população que recebeu os sacramentos católicos: 44% delas receberam indicação de atributos de cor

“não branca” entre 1800-1834, enquanto no intervalo seguinte, 1835-1872, 16% das mães de crianças naturais ainda tiveram a informação de cor registrada.

Invertendo a perspectiva, é possível verificar também os atributos “positivos” de distinção social entre as mães que batizaram crianças livres e crianças naturais. No caso das mulheres o designativo de “dona” era praticamente o único atributo positivo, embora algumas poucas mulheres em Porto Alegre tenham sido identificadas por títulos de nobreza como “viscondessa”, “baronesa”.

Uma minoria de mães de crianças legítimas foi reconhecida como “dona”, apenas 16% delas até 1834; no período final, até 1872, esse percentual se elevou a pouco mais de 20%. Poucas, portanto, eram as mulheres, mesmo entre as casadas, que recebiam esse atributo de distinção social. Reforçam-se aqui as hierarquias internas, bem como o fato de o matrimônio também estar bastante disseminado entre aquelas pessoas com menos “qualidade”.

Entre as mães de filhos naturais, por outro lado, só residualmente mencionou-se esse tipo de distinção. No primeiro período foram apenas três mulheres (0,1%) e no segundo, dez casos (0,4%)¹⁸.

Constância Clara de Souza foi uma das poucas mulheres que, apesar de viver uma união fora da “norma” e gerar filhos naturais, recebeu esse atributo. Ela foi registrada como “mãe” em cinco batizados de crianças naturais (1828, 1830, 1832, 1833 e 1834). A regularidade na sucessão dos batismos, ao longo de seis anos, sugere uma relação estável. Apenas nos assentos relativos ao batizado de duas filhas (1832 e 1834), Constância foi designada como “dona”¹⁹.

Anos depois, diferentemente da maioria das mulheres que geravam filhos naturais, Constância se casou com Luiz Antônio da Silva (em 1842), legitimando dois rebentos sobreviventes dos cinco registrados²⁰. É possível supor que ela manteve uma união consensual estável com Luiz Antônio, embora ele nunca tenha sido identificado como pai nos assentos de batizado dos filhos naturais de Constância.

No período seguinte, Dona Felisberta Vitorina Pereira batizou, de uma só vez, em primeiro de junho de 1840, três filhos naturais, embora as crianças tivessem nascido, respectivamente em 1833, 1835 e 1838²¹.

¹⁸ Nos casos dos homens variou entre 6% e 9%, aqueles em que se atribuiu títulos ou patentes, entre os pais de crianças legítimas. Entre os pais de crianças naturais ficou entre 1% e 2,3%.

¹⁹ A outra foi Dona Maria Joaquina Silveira que era viúva.

²⁰ O exame dos assentos de óbito revelou que os outros filhos de Constância haviam falecido pouco depois do batizado.

²¹ Nos outros sete casos, foram sete mães diferentes.

Pode-se dizer que a vida daquelas mulheres, mães de filhos(as) naturais, se estruturava a partir de relacionamentos consensuais e, muitas delas, tiveram mais do que um filho(a) batizado naquela condição²². Não é possível, portanto, dizer que elas tivessem gerado um filho “por fragilidade da carne”.

Creio que estamos diante de formas alternativas de conjugalidade e de organização familiar. Os diferentes arranjos produzidos a partir de relacionamentos não sacramentados na igreja eram comuns e, algumas vezes, também incluíam mulheres com atributos de qualificação, como Constância e Felisberta que mantiveram, ao que tudo indica, relacionamentos estáveis.

Identificando “casais” com prole natural...

Entre as várias situações identificadas nas fontes consultadas, focarei os casos em que os assentos de batizado de crianças naturais apontavam o nome do pai, dando indícios sobre os comportamentos familiares “alternativos”, em que a comunidade conhecia os homens “envolvidos” com aquelas mulheres, mães de sua prole natural.

Os assentos de batizado em que o nome da mãe e do pai foi registrado, somam 861 casos. Havia ainda 339 atos em que foi registrado apenas o nome do pai. Somam, assim, 1.200 assentos de crianças naturais em que o nome do pai consta no registro, o que corresponde a 27% do conjunto de assentos de filhos(as) naturais.

No entanto, há claros indícios que as relações estabelecidas entre as mulheres e os pais de seus filhos eram muito diferentes. Afinal, há registros em que o nome do pai foi simplesmente *assentado* pelo pároco no ato do batismo e há outros casos em que o pai, explicitamente, *reconheceu* a criança como filho(a). Em ambos os casos, entretanto, a condição de “filho(a) natural” não se alterava. O reconhecimento explícito da paternidade foi registrado em apenas 246 dos 1.200 assentos (20,5%). Eles diziam respeito a 185 diferentes pais, indicando que alguns reconheceram mais de um filho(a) natural.

A grande maioria dos pais que reconheceu a paternidade da criança no ato do batismo, se deu entre 1800 e 1834 (218 ocorrências em 246 registros); apenas 28 casos foram registrados no período final, entre 1835 e 1872. Vale notar que, no primeiro período, dos 382 assentos em que o pároco identificou o nome dos pais de filhos(as) naturais, os 218 que reconheceram a prole, somavam 57,1%. No segundo período, por outro lado, dos 818 registros que tiveram os pais nomeados, escassos 28 homens reconheceram explicitamente a

²² Ainda que entre as mulheres seja mais difícil a identificação, pois não só era usual não ter o nome de família registrado, como também havia muitos homônimos, essas mães tinham dois, três, quatro, ou mais filhos, como, ocorreu com Josefa Ribeiro da Silva, que teve pelo menos oito filhos naturais.

criança (3,7%). Tais números indicam mudanças importantes em relação à ilegitimidade e às relações entre os envolvidos nesses arranjos familiares alternativos.

Poucos daqueles pais identificados nos assentos de crianças livres e naturais tinham atributos de qualificação social, como patentes militares. Esse foi o caso do Coronel Joaquim José da Silva, do Capitão José Apolinário Pereira Moraes, do Sargento Mor Marçal José Fonseca e do Alferes Máximo Gomes.

Dentre esses, vale a pena retomar o caso Capitão José Apolinário Pereira Moraes, natural do Bispado do Porto (Scott; Scott, 2018). A questão sobre a trajetória do capitão, que se ressalta aqui, diz respeito ao reconhecimento de apenas alguns dos seus filhos. O capitão era comerciante em Porto Alegre e faleceu em 1827, aos 70 anos, no estado de solteiro. No seu inventário, foram arrolados 31 cativos, 23 homens e 8 mulheres, respeitável patrimônio escravista para a localidade em que viveu. José Apolinário manteve uma vida reprodutiva “movimentada”, registrando pelo menos 14 filhos(as), entre 1805 e o ano de sua morte. No entanto, ele reconheceu *apenas* oito filhos(as) no ato do batizado.

Pelo menos entre 1805 e 1811, José Apolinário manteve uma união estável com a jovem viúva Leandra Tomásia de Almeida, também conhecida como Leandra Tomásia Leal. Tudo indica que ela teve vários filhos com José Apolinário: Apolinária, 1805; José, 1806; Enéas, 1809²³; outro Enéas, em 1810. Contudo, José Apolinário também foi dado como *pai* no batizado de Nereu, ocorrido em 1807, sem a menção à mãe da criança. Com exceção de Nereu, nos demais assentos, Leandra foi dada como mãe e José Apolinário como pai. Nos batizados de Apolinária, José, Nereu, Enéas e Enéas, José Apolinário *reconheceu* as crianças como seus filhos. Pode-se conjecturar, portanto, que ele teve outro(s) relacionamentos, além do que mantinha com a viúva Leandra, que faleceu em 16 de agosto de 1811, aos 28 anos de idade.

Depois da morte de sua amásia Leandra, José Apolinário continuou a manter relacionamentos consensuais, jamais tendo o nome da(s) mãe(s) de seus filhos mencionado(s). Quando muito, o pároco registrava que a mãe era “incógnita”. O curioso é que, depois de 1811, dos nove batizados em que o pároco identificou José Apolinário como pai, ele reconheceu explicitamente Nereza, em 1814; os gêmeos José e Apolinário, em 1818; Jasão, em 1819; Apolo, em 1821; Constância, em 1824. O mesmo não ocorreu com Josefina,

²³ Em 1 de março de 1810 registrou-se que o pequeno Enéas havia falecido de diarreia, com um ano e dois meses.

batizada em 1823; Elísia e Jasão, batizados em 1827²⁴. Note-se ainda que o cruzamento com os assentos de casamento mostrou que três dos filhos naturais de José Apolinário se casaram na Madre de Deus. Todos eram filhos de Leandra Tomásia de Almeida, cujo nome apareceu na ata dos casamentos.

Embora a maioria esmagadora dos pais fosse “socialmente branca”, diferentemente do capitão José Apolinário, poucos tinham títulos ou patentes militares. Para mais, foram raros os homens pardos e pretos que reconheceram seus filhos. Encontrei apenas dois casos, que envolveram quatro crianças: o do pardo Antônio José Santos que reconheceu dois filhos que teve com Inácia Rosa de Jesus e o do preto Bento Francisco do Rosário, que também reconheceu dois filhos que teve com a preta Maria da Conceição.

Também identificamos mulheres que tiveram mais de um filho natural reconhecido pelo pai, como ocorreu com os três filhos que Maria Antônia Ribas teve com João Silva Paranhos, ou os dois filhos que Balbina Josefa de Carvalho teve com Manuel José de Simas.

Contudo, o reconhecimento dos filhos(as) pelos pais não foi “o passo a mais” em direção ao casamento, que determinaria, aí sim, a mudança na condição de filho(a) natural, para prole legitimada pelo matrimônio. O reconhecimento, talvez, pudesse mudar a vida dos filhos(as), mas não parece ter alterado a vida das mães daquelas crianças.

O conjunto de 1.200 assentos em que o nome do pai foi registrado revela que isso não alterou substancialmente a situação das mulheres que tiveram filhos naturais. Elas continuaram a viver à margem do ideal de família, que se assentava no casamento.

Que hipótese explicaria o fato de alguns homens optarem por reconhecer os filhos(as) no ato do batismo? Brügger recorreu aos comentários de Cândido Mendes, à margem do texto da 14ª edição das Ordenações Filipinas, publicadas em 1870, sugerindo que o reconhecimento da paternidade dos filhos registrados como naturais “cobrava” ou estaria atrelado um “comportamento monogâmico”: demandava, portanto, a “fidelidade” das mulheres, ainda que o texto legal não fizesse referência explícita a isso (Brügger, 2007, p. 138).

Numa sociedade patriarcal e misógina como a que estudamos, essa pode ser uma explicação plausível para os casos em que o pai optou por reconhecer o fruto da relação mantida com a mãe. É uma hipótese que, de todo modo, nos induz a pensar que a maioria dos relacionamentos não se dava em bases monogâmicas, o que é bastante discutível, mas no momento não temos elementos para dar uma resposta definitiva para essa questão.

²⁴ Estes dois filhos foram batizados no mesmo dia, mas, nascidos de mães diferentes, com um intervalo de menos de dez dias. Não se descarta a hipótese que as mães dos filhos não reconhecidos pudessem ser suas próprias escravas.

Até agora, o que fica de mais importante é que nem o fato de o pai ser identificado, nem o reconhecimento de um (ou mais) filhos(as) abria as portas do matrimônio formalizado para as mulheres que viviam a maternidade a partir de relacionamentos livres e consensuais.

Mães de crianças naturais: qual foi o “caminho” para o altar?

Algumas mulheres, sim, puderam transformar um relacionamento consensual em matrimônio sacramentado, legitimando sua prole natural. A tabela 5 organiza a informação relativa a todas as mulheres, solteiras, viúvas e com estado matrimonial não declarado, que se casaram na Madre de Deus. Nesse conjunto de 4.783 assentos, a última coluna indica o número casamentos em que se registrou a legitimação dos filhos(as) havidos antes do consórcio, 86 no total.

Embora correspondam a um pequeno percentual em relação ao total de casamentos registrados, nota-se que o número de casamentos com legitimação de filhos naturais dobrou na passagem do primeiro para o segundo período (pulou de 29 para 57 legitimações).

TABELA 5 – Estado Matrimonial das Noivas livres, forras e escravizadas

Período	Solteiras		Viúvas		Não Declarado		Total	Legitimaram	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%		Qtde	%
1800-34	2054	89,7	239	10,3	187	10,3	2480	29	1,2
1835-72	2084	91	206	9	13	9	2303	57	2,5
Total	4138	180,7	445	19,3	200	19,3	4783	86	3,6

Fonte: AHCMPPA – Livro 1 até o 9 de matrimônios da freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre organizados pelo NACAOB tabulado com o NACAOB.

Curiosamente, essa tendência de aumento é inversa àquela encontrada entre os batismos em que o pai reconhecia a criança, casos que diminuíram sensivelmente a partir de 1835. A sublinhar que, mais da metade das legitimações, através do subsequente casamento, foram registrados apenas durante os anos da guerra dos Farrapos (31 casos).

Outro dado a considerar é que dos 861 casos em que o padre *assentou o nome da mãe e do pai* nos assentos de crianças naturais (ver tabela 4), uma minoria dos relacionamentos se transformou em matrimônio legitimado: foram 18 casais que haviam reconhecido filhos(as) no batismo e que se casaram em Porto Alegre.

A partir daí, é possível analisar para quais grupos de mães de crianças naturais, o relacionamento não sacramentado acabaria levando ao altar, transformando a vida daquelas mulheres e daquelas crianças que viviam à margem do “modelo ideal”. O casamento com legitimação, assim como o reconhecimento dos filhos naturais, foi opção das pessoas livres. Quase a totalidade dos matrimônios de mulheres que se casaram com seus parceiros e

legitimaram a prole natural (86) as uniam a pessoas livres e sem atributo de cor (82 e 83 casos respectivamente).

Registraramos somente quatro casos de matrimônios que legitimaram filhos(as) e que incluíram pessoas forras e/ou escravizadas, distribuídos como segue: um entre noivo forro e noiva livre, dois que uniram nubentes forros e, apenas um que uniu uma mulher forra, Rita Maria da Conceição a Francisco Antônio, escravizado. Talvez, não por caso, o cativo era propriedade do Padre Antônio Vieira da Soledade²⁵.

Os atributos de distinção social, como o qualificativo “dona” ou patentes e títulos para os homens também foram registrados em poucos casos de casamentos com legitimação. Foram seis noivas designadas como “donas”, além de cinco noivos com patentes militares.

A legitimação registrada nos 86 assentos de casamento dá outra informação vital, quando arrola os nomes e, eventualmente, idade ou data de nascimento dos filhos(as), mostrando que, na maioria dos casos, o casamento vinha oficializar uma união consensual estável que se mantinha por vários anos. Esses matrimônios “legitimaram” 253 filhos(as), ou seja, em média, quase três filhos por casal.

Há casos, inclusive, em que os nubentes legitimaram filhos(as) casado(as) e até mesmo que já haviam enviuvado! Veja-se o caso de Bernardino Antônio de Barros (natural de Lisboa) e dona Maria do Carmo (natural da Espanha): eles se receberam em matrimônio, no dia 13 de agosto de 1851 e, conforme se registra no assento, a cerimônia realizou-se “nas casas de residência de Bernardino Antônio de Barros, nesta cidade de Porto Alegre, pelas 8 horas da manhã”. Além de ser realizado na casa dos contraentes, diante do pároco Coadjutor Francisco de Paula Macedo, não foram mencionadas testemunhas. Tudo indica que teriam vivido em união estável, ao longo de quase três décadas, legitimando cinco filhos:

[...] Declararam os contraentes que legitimavam por este subsequente matrimônio os filhos havidos de ambos, a saber, Tereza, casada com o Alferes Primo dos Santos Candal de Carvalho; Carlos Antônio de Barros, de vinte e seis anos de idade, solteiro; Carolina, viúva de Antônio Joaquim da Silva; Cândida, solteira, com vinte e dois anos; Felipe de dezessete anos, também solteiro. Receberam bençãos [...] O Vigário Tomé Luiz de Souza.

O motivo para a realização das bodas, com certeza, está ligado ao precário estado de saúde de dona Maria do Carmo, que faleceu pouco depois, em vinte de agosto, sendo enterrada no cemitério da Misericórdia. A iminência da morte explica também o fato de o casamento ter se realizado na residência dos nubentes, numa cerimônia privada. É mais uma

²⁵ Figura importante a política riograndense que foi presidente da província do Rio Grande do Sul, de 2 de agosto a 17 de novembro de 1829, deputado geral e senador do Império do Brasil de 1826 a 1836. No ato do matrimônio mencionado ele era Vigário Geral.

situação que nos faz refletir sobre os diferentes motivos que levavam os casais a regularizar uniões estáveis que se prolongavam por anos a fio.

Além disso, reforço aqui a hipótese de que a conjuntura de instabilidade gerada por guerras na província teria estimulado a legitimação dos filhos naturais. Sua validade não só foi comprovada durante o período do conflito farroupilha, como também, o mesmo comportamento foi registrado durante o desenrolar da Guerra Cisplatina: entre os anos 1825 e 1828, 14 casais legitimaram os seus filhos(as) no momento do casamento, quase metade dos 29 casos registrados entre 1800 e 1834.

Luft, ao analisar o recrutamento militar para a Cisplatina afirmou que houve grande impacto na Província do Rio Grande de São Pedro. Para Porto Alegre, principal cidade da província, o autor mostra as constantes reclamações e insatisfação da população em relação ao esforço de guerra, bem como a resistência que se dava através dos pedidos de isenção do serviço (Luft, 2013, p. 131-132). Entre os isentos figuravam os homens casados, o que poderia impelir a regularização de uma união estável, tendo como desdobramento, a legitimação da prole natural²⁶.

Portanto, no contexto bélico e de instabilidade das guerras da Cisplatina e dos Farrapos, a trajetória de vida de algumas mulheres livres, que viveram em Porto Alegre, se viu alterada e vale a pena aprofundar o estudo dessas trajetórias femininas.

Tudo somado, apontar as expressivas taxas de ilegitimidade passa, em minha perspectiva, para segundo plano. Essa é uma realidade já fartamente documentada para o caso do Rio Grande, como para outras regiões do Brasil. É interessante que o nosso olhar se desloque para a análise das trajetórias individuais e familiares, buscando desvendar e entender as opções e os constrangimentos que levaram mulheres e homens a viver arranjos tão distintos, como aqueles que foi possível entrever, através do cruzamento das fontes paroquiais.

Considerações finais

A vida de mães e pais de crianças livres e naturais da Porto Alegre oitocentista e a possibilidade de reconhecimento e/ou legitimação daquela prole foi o tema aqui privilegiado. Procurei dar visibilidade às trajetórias desses homens, mulheres e crianças, trazendo à tona a diversidade e a complexidade de suas vivências.

²⁶ No entanto, na conjuntura da guerra contra o Paraguai essa tendência não se confirmou e, entre 1864 e 1870, foram apenas três casos de legitimação através do matrimônio.

Em primeiro lugar ficou evidente que, apesar de todos os obstáculos, a maioria dos homens e mulheres livres vivenciou a família nos moldes “tridentinos”. Quase 75% das crianças livres vinham ao mundo no universo da família legitimada pelo casamento. A instituição do matrimônio perpassava todo o espectro da população livre, não estando limitada às mulheres e homens que ocupavam posições sociais mais privilegiadas.

A partir daí, realidades interessantes vieram à tona, especialmente em relação às vivências marcadas pelo reconhecimento ou pela legitimação da prole natural. Porto Alegre mostrou que sua população respondeu de forma específica a contextos de turbulência e conflitos bélicos, que impactaram nas relações que eram mantidas entre algumas mulheres e homens que viviam uniões consensuais estáveis. Poucas mulheres, é bem verdade, conseguiram transpor a linha que separava as uniões livres dos matrimônios formalizados. Ficaram evidentes as múltiplas formas de união e de vida familiar da população livre, assim como a dificuldade que as mulheres enfrentavam para constituir a família legítima, ainda que seus companheiros, e pais de seus filhos, reconhecessem publicamente os frutos de seus relacionamentos. Comprovou-se, mais uma vez, a diversidade, a complexidade e a riqueza dos estudos relativos à história da população e da família. Isso justifica o interesse das historiadoras e dos historiadores pela temática, que ganha novos contornos quando tem por base os subsídios da Demografia Histórica, somados aos da História Social e da História da Família. Mais ainda, mostra as vantagens da aplicação de métodos de análise baseados em dados agregados, combinados com os estudos de trajetórias reconstituídas através dos seguimentos nominativos.

Referências

- BRÜGGER, Silvia Maria J. *Minas patriarcal: família e sociedade*, São João Del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo, SP: Annablume, 2007.
- BRÜGGER, Silvia Maria J. O casamento e valores sociais: o triunfo do discurso amoroso. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, n. 19, p. 39-54, 1997.
- FARIA, Sheila de C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1998.
- FARINATTI, Luís A. E. Legitimidade e arranjos familiares na fronteira meridional do Brasil na primeira metade do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis, SC. *Anais...* São Paulo, SP: ANPUH, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=2023.
- FREITAS, Denize T. L. *Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)*. 2017. 381f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

- FREITAS, Denize T. L. *Alianças consagradas: os laços matrimoniais nos extremos meridionais (Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, séculos XVIII e XIX)*. Curitiba, PR: Editora Prismas, 2016.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem no Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Tradução e notas de Dante de Laytano. 2. ed. Porto Alegre, RS: Martins Livreiro, 1983.
- LEWCOWICZ, Ida. A fragilidade do celibato. In: LIMA, L. L. G. *Mulheres, adúlteros e padres*. Rio de Janeiro, RJ: Dois Pontos, 1987.
- LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo, SP: Annablume, 1998.
- LUFT, Marcos V. “*Essa guerra desgraçada*”: recrutamento militar para a guerra da Cisplatina (1825-1828). 2013. 238f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Martins Livreiro Editor, 2002.
- SCOTT, Ana Silvia V.; SCOTT, Dario. Gerar filhos fora do matrimônio: ilegitimidade e família na Capitania-Província do Rio Grande de São Pedro, Brasil. *Revista de Demografia Histórica*, Barcelona, v. 36, n. 2, p. 167-195, 2018.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. 'Colocando a mulher no seu devido lugar'. Uma reflexão sobre a agência feminina na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre nos finais do período colonial. In: COSTA, H.; HAMEISTER, M. D.; MARQUES, R. S. (org.). *Tecendo suas vidas: as mulheres na América portuguesa*. São Leopoldo, RS: Casa Leiria, v. 1, 2017. p. 43-68.
- SCOTT, Ana Silvia V.; SCOTT, Dario. Casamentos entre desiguais. In: GHIRARDI, M.; SCOTT, Ana Silvia V. (org.). *Famílias históricas: interpelaciones desde perspectivas iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rica, España, Paraguay y Uruguay*. São Leopoldo, RS: Oikos Editora, 2015. p. 37-79.
- SCOTT, Dario. *Livres e escravos: população e mortalidade na Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1872)*. 2020. 265f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020.
- SILVA, Jonathan F. *Os filhos do destino: a exposição e os expostos no extremo sul do Brasil (Porto Alegre, 1772-1837)*. 2. ed. Curitiba, PR: Brazil Publishing, 2019.
- SILVA, Maria Beatriz N. *Vida familiar em Pernambuco Colonial (segunda metade do século XVIII e início do XIX)*. São Paulo, SP: Editora Singular, 2017a.
- SILVA, Maria Beatriz N. *Família e herança no Brasil Colonial*. Salvador, BA: EDUFBA, 2017b.
- SOUZA, Célia Ferraz; MÜLLER, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2007.

Pompoza e Amancio: a trajetória familiar de um casal misto nos sertões indígenas no Paraná

Daniele Weigert*

Pompoza era uma menina indígena de aproximadamente quatro anos de idade, quando foi batizada em um precário oratório recém-construído na povoação de Palmas. O batismo da criança sucedeu o da irmã mais velha, Josefina, de seis anos de idade, ambas receberam as águas batismais no mesmo dia, três de maio de 1843, uma quarta-feira. Diferente de tantas outras crianças, a celebração não foi assistida pelos pais, pois Teré e Nipré, identificados no assento de batismo das meninas como “índios selvagens”, já eram falecidos (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1878, [1843], fl. 2).

A orfandade das irmãs indígenas se explica pelo contexto em que viviam. Na década de 1840, a região que as crianças indígenas habitavam nos Campos de Palmas, Paraná, foi invadida por pecuaristas, que colocavam a cabo uma política de expansão das fronteiras, iniciada em 1808. Esse movimento propagava doenças e guerras, ocasionando a morte de muitos indígenas.

Os grupos nativos que habitavam a região no período eram os antepassados dos Kaingang, que hoje vivem em aldeamentos localizados nos estados brasileiros de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Contudo, na época, dividiam-se em unidades territoriais espalhadas por uma região ampla e contígua, incluindo territórios atualmente pertencentes ao Paraguai e Argentina (SILVA & NOELLI, 2016, p. 10).

As unidades territoriais eram constituídas por núcleos domésticos inter-relacionados por vínculos de parentesco. Cada unidade era comandada por liderança indígena (*Pay*), subordinada a um cacique principal (*Pay-bang*). O conjunto das unidades formava aldeias, às quais relacionavam-se pela troca matrimonial e reciprocidade entre cunhados (*iamburé*). Apesar de todo o processo de colonização, alguns estudos demonstram que essas formas de conceber o território ainda estão presentes, não apenas na memória dos coletivos Kaingang, mas na própria forma como os aldeamentos atuais se organizam (TOMMASINO, 1995; FERNANDES, 2003; GÓES, 2018).

O avanço de não indígenas sob os territórios em que habitavam os ancestrais dos Kaingang remete aos primórdios da colonização europeia, mas foi a expansão colonizadora do século XIX, promovida pela execução das determinações contidas nas Cartas Joaninas do

* Doutora em História pela Universidade de São Paulo-USP (danieleweigert@gmail.com)

primeiro decênio, que ocasionaria um processo irreversível de ocupação das terras altas do Paraná por não indígenas. A colonização dos Campos de Guarapuava, no terceiro planalto paranaense, motivou a expansão pelos Campos de Palmas, empurrando os grupos indígenas, que até então se mantinham à margem dos núcleos coloniais.

Ao mesmo tempo que as invasões ocorriam, também se consolidavam aldeamentos administrados por padres ou leigos. A intenção das políticas indigenistas no período incluía a conversão ao catolicismo, a tentativa de limitar as áreas de perambulação dos nativos e imposição da disciplina de trabalho, baseada na percepção que os colonizadores tinham sobre as “inclinações e propensões” de cada grupo aldeado. Para tanto, foi aprovado, em 1845, o “Regulamento acerca da catequese e civilização dos Índios” (BRASIL, 1845).

As diretrizes estabelecidas no “Regulamento”, contudo, não foram aplicadas no caso do aldeamento de Palmas, o qual foi marcado pela ausência de um padre regular para a catequese, mas com administradores leigos que acumulavam funções que nada tinham a ver com os indígenas (SOUZA, 1864, p. 288). O aldeamento de Palmas, portanto, não conseguiu cumprir o papel atribuído pelo “Regulamento”, pois não existia trabalho de conversão ao catolicismo e a maior parte dos indígenas continuavam a viver nos sertões, dirigindo-se sazonalmente ao aldeamento a fim de adquirir roupas, alimentos e todo tipo de quinquilharia ofertada pelo governo provincial nas primeiras décadas da colonização (LIMA E SILVA, 1847, p. 12).

No lugar, destacava-se a chefia do cacique Viry, que liderava guerreiros aparentemente estabelecidos no aldeamento de Palmas com seus familiares, até a morte do líder nativo em 1873¹. Nestes termos, é provável que as filhas de Teré e Nipré estivessem envolvidas em vínculos de parentesco com os aldeados em Palmas, daí o motivo de serem batizadas na capela do Senhor Bom Jesus, construção que ficava do outro lado de um córrego que separava o núcleo urbano do aldeamento chefiado por Viry, onde as meninas viviam (ROHAN, 1855 [1854], p. 132)². Contudo, há uma história mais dramática que pode explicar a presença das órfãs no aldeamento de Viry.

Em 1843, o povoado de Palmas era um pequeno núcleo recém-instalado, constituído por poucas habitações dos colonizadores e o aldeamento indígena; nestes primeiros anos, deveria se assemelhar a um acampamento improvisado e precário. Mesmo que reduzida, a

¹ Os relatórios dos presidentes da província e correspondências das autoridades locais destacavam a instabilidade da população aldeada em Palmas, relatavam as dificuldades de contabilizar os nativos, além de apresentar discrepâncias nos números de um ano para outro. WEIGERT, Daniele.

² Deve-se dizer que nesse ano de 1843 ocorreram fatos importantes que levaram Viry à chefia do aldeamento. Em março desse ano, além de Viry sobrepujar indígenas que resistiam à colonização da região, esse acontecimento endossou a liderança de Viry em detrimento de Condá, até então cacique dos indígenas de Palmas.

presença de não indígenas na região, no entanto, não poderia ser ignorada pelas diversas unidades territoriais nativas que viviam no lugar e que não tinham sido contactadas pelos colonizadores.

Sobre a existência dessas unidades, os relatórios e cartas das autoridades colonizadoras nomeavam os chefes indígenas aliados e onde viviam, como ocorreu com Viry. Entretanto, existiam nos Campos de Palmas, unidades territoriais chefiadas por outros líderes guerreiros, nem sempre identificados nominalmente na fonte. Esses chefes e seus guerreiros não tinham estabelecido acordos com os invasores ou recusavam tais acordos, além de poderem ser inimigos dos grupos que primeiro haviam estabelecido alianças políticas com os estrangeiros, por isso, realizavam frequentes ataques aos colonizadores e aldeados. Os indivíduos dessas unidades resistentes eram chamados genericamente de “selvagens”, como aconteceu com os pais de Pompoza³.

Nestes termos, existe a possibilidade de os pais da menina indígena terem pertencido a uma unidade dos sertões de Palmas que resistia, mortos em decorrência das guerras que se intensificavam por causa do processo de colonização. Corroborar com a hipótese acontecimentos de meses antes do batizado de Pompoza, narrados a seguir.

No início de 1843, uma expedição – composta por lideranças indígenas aliadas dos colonizadores – convenceu grupos que habitavam nas margens do Rio Uruguai a se aldear em Palmas. Apesar de estar nos planos dos colonizadores a atração dos nativos dos sertões, a precariedade dos recursos do aldeamento fazia com que esses nativos que chegavam tivessem de recorrer à caça e à coleta para não passar fome. Essas retiradas dos indígenas recém-aldeados para obter alimentos foram desencorajadas pelo capitão da guarda que fazia a defesa dos colonizadores em Palmas. Como retaliação aos novos aldeados que descumpriam as ordens, foi promovido um massacre em que mais de 20 nativos foram mortos (MELLO, 1844, p. 49-50).

Sobreviventes desse grupo alvo do massacre vingaram-se com um ataque ao povoado de Palmas em março, dois meses depois do morticínio promovido pelos colonizadores. Nesse revide, é sabido que o cacique de um dos grupos dos sertões, chamado Vaitom, buscou convencer Viry de abandonar o acordo firmado com os colonizadores, mas o último não aceitou (ROHAN, 1855 [1854], p. 140). Diante disso, o cacique Vaitom e seus liderados atacaram o aldeamento e os moradores do povoado, mas acabaram perdendo o conflito, pois

³ Ressalta-se, contudo, que até mesmo aliados nativos eram em contextos turbulentos chamados de “selvagens”, mostrando que as alianças políticas dos colonizadores com os nativos estavam assentadas sob bases frágeis, constantemente renegociadas.

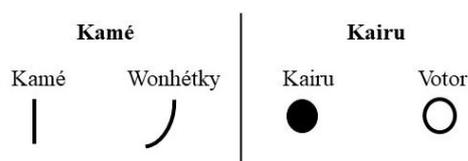
os aldeados contavam com armas de fogo. O saldo desse embate foram dez indígenas mortos (sendo dois dos aldeados) e algumas mulheres indígenas feitas prisioneiras pelos aldeados (PINTO BANDEIRA, 1851, p. 433).

Estas informações obtidas em diferentes relatos de autoridades coloniais nos fornecem indícios da origem dos pais “selvagens” de Pompoza, a qual recebeu, junto com a irmã, os santos óleos meses depois dos conflitos narrados. Suspeita-se que Teré e Nipré eram da aldeia de Vaitom, ou pertenciam a um grupo aliado do cacique, por isso, podem ter sido mortos nos embates descritos acima⁴. As filhas do casal indígena, portanto, foram inseridas no aldeamento de Palmas, depois da vitória dos aldeados contra o grupo ao qual as meninas pertenciam.

Foi comum entre os indígenas fazer mulheres e crianças dos inimigos prisioneiros de guerra. Viajantes que estiveram em aldeamentos e aldeias nas fronteiras meridionais do Brasil narraram a presença de indivíduos não indígenas raptados; eram mulheres, crianças ou mesmo adultos que cresceram entre os nativos, inseridos em redes de parentesco, e até mesmo exercendo posições de chefia (AMBROSETTI, 2006, p. 17-18). Indivíduos da mesma etnia do grupo raptor, como Pompoza, eram mais facilmente englobados por conhecerem a língua e pertencerem a uma das metades que compõem as aldeias Kaingang. Sobre as metades, é necessário esclarecer.

Os Kaingang possuem um sistema social dualista, no qual todos os indivíduos são englobados a uma metade determinada pelo lado paterno. As metades são Kamé ou Kairu, as quais, por conseguinte, subdividem-se em duas, constituindo quatro marcas (Kamé e Wonhétky, entre os Kamé; Kairu e Votor, entre os Kairu. Ver Figura 1). As metades são uma das referências de pertencimento que determinavam interdições de casamento, repertório de nomes e as formas das pinturas corporais utilizadas nas festas e rituais (VEIGA, 2006, p. 28-29).

Figura 1 – Metades Kaingang e suas marcas



Fonte: VEIGA, 2000, p. 84.

Pompoza e Josefina, por serem Kaingang, compartilhavam essas referências de

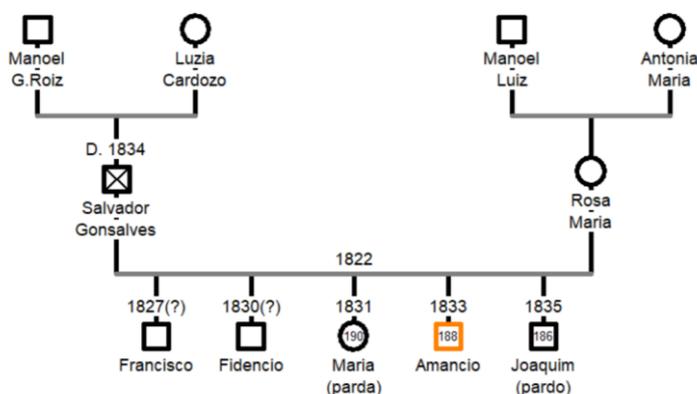
⁴ Pontua-se que nas primeiras décadas da colonização os registros paroquiais de Palmas eram irregulares, por causa da ausência de padres que atendessem exclusivamente o lugar, o que explica os sub-registros nos livros paroquiais e a ausência do assento de óbito de Teré e Nipré.

pertencimento com uma parte dos aldeados, tendo em vista que nas aldeias existiam indivíduos de ambas as metades. As meninas, portanto, eram englobadas ao aldeamento por essas referências. Ademais, ao que tudo indica, o grupo ao qual as meninas pertenciam era aliado dos aldeados em Palmas, com os quais romperam depois de Viry se posicionar a favor dos colonizadores, como foi dito. Nestes termos, possivelmente os vínculos de Pompoza e Josefina com os indígenas de Palmas também envolviam parentesco consanguíneo, tendo em vista que aldeias aliadas realizavam trocas matrimoniais.

Pouco se sabe sobre a infância das filhas de Teré e Nipré no aldeamento de Palmas. Josefina desaparece das fontes pesquisadas, sem que se possa precisar seu destino. Pompoza figuraria em documentos consultados já na vida adulta, sendo nomeada com frequência nos registros paroquiais, assim como sua numerosa prole. Esse trabalho tem como objetivo acompanhar a trajetória de Pompoza e os vínculos que a família constituída por ela e seu marido Amancio estabeleceu com indivíduos não indígenas (livres e escravos), assim como investigar a aproximação e distanciamento com os nativos aldeados e, conseqüentemente, com as próprias referências culturais e identitárias. Antes de analisar esses vínculos, é preciso discorrer sobre as origens do marido de Pompoza, Amancio.

Em meados de 1833, Salvador Gonsalves e Rosa Maria levaram o filho Amancio para receber o batismo em São José dos Pinhais, localidade próxima de Curitiba nas terras altas do Paraná (IGREJA DO PATROCÍNIO [...], 1803-1834, [1833], fl. 266). O casal, que havia contraído matrimônio mais de uma década antes do batismo de Amancio, já tinha levado outros filhos para a pia batismal; em duas dessas oportunidades, foram identificados como pardos (IGREJA DO PATROCÍNIO [...], 1786-1832, [1822], fl. 130; IGREJA DO PATROCÍNIO [...], 1803-1834, [1831], fl. 215v; IGREJA DO PATROCINIO [...] 1835-1844, [1835], fls. 14, 180-181; IGREJA DO PATROCINIO [...] 1844-1851, [1849], fl. 110v. Ver Figura 2).

Figura 2 – Família de Salvador Gonsalves e Rosa Maria



Fonte: Elaborado pela autora (*GenoPro 2020*), com base nos Registros Paroquiais de Batismo, Casamento e Óbito (IGREJA DO PATROCÍNIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 1786-1852).

Essa identificação da cor do casal assim como a ausência do sobrenome da mãe de Amancio, a qual atendia pelo nome duplo “Rosa Maria”, sem acréscimo de sobrenome, demonstram origens próximas da escravidão ou mesmo da ancestralidade indígena⁵. Contudo, a anotação da cor em alguns registros dos filhos do casal, aliada ao desaparecimento dessa informação em outros, pode indicar o distanciamento das referências que os conectavam aos escravizados ou às populações indígenas.

Como pontuou Hebe Mattos, a noção de “cor” presente nas fontes não designava apenas matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, definindo lugares sociais (MATTOS, 2013, p. 106). No mesmo sentido, Roberto Guedes entendeu que, no passado colonial brasileiro, a cor significava sobretudo condição social, e designações como a de “pardo” remetiam à pessoa livre com ascendência escrava. O autor percebeu que os adjetivos de cor dos indivíduos poderiam se alterar nas fontes, representando mobilidade social geracional das famílias egressas da escravidão, as quais, pela ascensão social, poderiam até mesmo ter membros registrados como “brancos” (GUEDES, 2006, p. 447; GUEDES, 2008, p. 239-313).

Assim, a inexistência da cor na maioria dos registros que nomeava os pais de Amancio poderia significar ascensão social do casal que perdeu o adjetivo de cor. A ausência da cor, contudo, pode ser atribuída a um descuido dos párocos que faziam os registros. Ademais, os assentos paroquiais muitas vezes eram feitos depois das cerimônias que descreviam, nem

⁵ A referência a ancestralidade indígena é factível nesse contexto de fronteira, em que havia inclusive a escravização de nativos trazidos dos sertões, possibilidade prevista pela Carta Joanina de 1809 e revogada apenas na década de 1830 (COLLEÇÃO DE LEIS [...], 1891b, [1809], p. 36; COLLEÇÃO DE LEIS [...] 1831c, p. 165-166).

sempre pelo mesmo padre que realizava a cerimônia⁶. Todos esses fatores contribuem para as lacunares informações, fazendo com que não se possa indicar, apenas pela análise dos registros paroquiais, que a ausência da cor dos indivíduos significasse de fato distanciamento da ascendência escrava ou mobilidade social.

Especificamente sobre São José dos Pinhais, terra em que nasceu Amancio, o trabalho de Cacilda Machado fornece preciosas contribuições. A localidade de São José foi marcada por pequenas propriedades rurais voltadas a subsistência, a posse cativa era restrita e a população escravizada era percentualmente minoritária. Dentre a população livre que tiveram a identificação de cor registrada na lista nominativa de 1827, a autora verificou que das 2.795 pessoas, 49,4% eram brancos, 49,2% eram pardos e 1,4% foram designados como negros (MACHADO, 2008, p. 109).

Sobre as diferenças entre as designações de cor, a autora percebeu que no estrato escravizado a designação “pardo” dizia respeito ao indivíduo nascido no lugar, enquanto “negro” referia-se aos “estrangeiros” (MACHADO, 2008, p. 87). Machado também identificou que o aumento do percentual “pardo” entre os livres ocorreu na medida em que reduzia a presença de escravos. Para a autora, essa tendência indicava a proximidade do indivíduo livre “pardo” com o grupo cativo, orientando a construção social da hierarquia que diferenciava o estrato livre (MACHADO, 2008, p. 139).

As conclusões de Cacilda Machado oferecem pistas para entender as origens de Amancio. Nestes termos, destaca-se que o pai do menino não era natural de São José, recebendo a designação de cor em alguns registros provavelmente por características físicas ou devido à proximidade com pessoas libertas do lugar. A aproximação da condição de libertos certamente tinha uma relação direta com a origem da mãe de Amancio, identificada em todos os registros da família pelo nome duplo, sem sobrenome anotado.

Os escravizados não tinham sobrenome, eram identificados nas fontes com um nome e a referência ao senhor ao qual pertenciam. Quando se tornavam pessoas livres a maioria adotava sobrenome e suspeita-se que as escolhas tinham diversos significados. Aos que recebiam o sobrenome de antigos senhores ou de potentados locais, a adoção poderia simbolizar laços de dependência e proteção. Aos libertos que utilizavam nomes dos pais como sobrenome, entende-se que estavam reforçando filiações familiares⁷. Nem todos, contudo,

⁶ Salienta-se que os padres anotavam quando produziam o registro da cerimônia realizada por outro. No caso da família de Amancio, dois irmãos (Francisco e Fidencio) foram registrados anos após o batismo (IGREJA DO PATROCINIO [...] 1835-1844, [1843], fls. 180-181; IGREJA DO PATROCINIO [...] 1844-1851, [1849], fl. 110 verso).

⁷ Sobre o tema ver: PALMA, Rogerio de; TRUZZI, Oswaldo. Renomear para recomeçar: lógicas onomásticas no

adotavam sobrenome, e a ausência dessa referência entre os livres praticamente dizia respeito à indivíduos libertos⁸.

Nessa perspectiva, a identificação dos avós maternos de Amancio no registro de casamento dos pais do menino corrobora a origem liberta desse ramo familiar. No assento de casamento, os pais e a noiva foram identificados por nomes duplos e como naturais e moradores de São José. Ou seja, a ausência de sobrenome não se devia ao desconhecimento dessa informação, pois as pessoas eram do lugar, teoricamente conhecidas pelo pároco de São José dos Pinhais que realizava o assento. Apesar de não encontrar informações nos livros paroquiais que comprove a condição de libertos, a ausência de sobrenome e a identificação de Rosa Maria como parda em batizados dos filhos são fortes indícios de que os avós e a mãe de Amancio eram de fato libertos.

Sobre as atividades desenvolvidas pela família, os registros paroquiais analisados nada dizem. Para São José dos Pinhais, Cacilda Machado identificou um número considerável de fogos chefiados por pardos livres voltados a produção para a subsistência. Essas informações, demonstram que boa parte das famílias libertas conseguiram ser bem sucedidas no processo de constituição e manutenção de domicílios independentes, sem que estivessem agregados a um grande fazendeiro. Contudo, comparando os fogos chefiados por “brancos” com os núcleos encabeçados por “pardos”, as condições econômicas dos fogos dos “pardos” eram bem menos vantajosas, por possuírem áreas de terras menores e menos produtivas, além de dispor apenas da mão de obra familiar (MACHADO, 2008, p. 111, 130).

Apesar de todas as dificuldades possuir um fogo independente era um signo de autonomia desejável a todos os homens e mulheres. É provável que a família de Amancio alcançou tal autonomia em São José dos Pinhais, mas um revés trágico pode ter criado ainda mais obstáculos na manutenção de um núcleo independente.

Na véspera do natal de 1834 o pai de Amancio faleceu. No assento de óbito lavrado, o padre não anotou o que causou o morte de Salvador Gonsalves, mas assinalou que o defunto não recebeu o último sacramento por ser sua morte “desastrada” (IGREJA DO PATROCÍNIO [...], 1757-1852, [1834], fls. 129v-130). O falecimento precoce do pai teve um grande impacto na família; Salvador deixava a mulher e pelo menos quatro filhos menores.

A infância e juventude de Amancio deve ter sido marcada pela precariedade, ainda mais acentuada depois da morte do pai. Na vida adulta, como muitos homens que migraram

pós-abolição. IN: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, 2018, p. 311-340.

⁸ Também poderia se referir a indígenas, mas apesar de muitos não terem sobrenome anotado, na maioria dos casos os nativos eram identificados pela designação “índio” nos registros paroquiais.

em busca de melhores condições, Amancio iria se despedir da terra natal, com destino às fronteiras indígenas de Palmas, iniciando uma nova saga familiar.

Em 1856, com aproximadamente 17 anos Pompoza se casou com Amancio Gonsalves (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1884, [1856], fl. 4). Deve-se dizer que meses antes do casamento Pompoza tinha levado uma filha para batizar (Edvigés), a menina foi registrada como filha de pai incógnito, mas a paternidade de Amancio é reconhecida em outra fonte (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1878, [1856], fl. 33; CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1884, [1873], fl. 39). No ano do casamento e do nascimento da primeira filha (1856), o noivo de Pompoza deveria estar na casa de seus vinte anos de idade.

Os motivos que levaram Amancio a migrar e formar família em Palmas podem ser presumidos. Na década de 1850 o lugar ainda era de colonização recente, marcado por muitas incertezas aos colonizadores, mas constituía-se uma fronteira aberta onde os pecuaristas criavam novos pastos pelos campos naturais da região. Aos pequenos agricultores o local possibilitava a constituição de minifúndios produtores de alimentos nas terras menos cobiçadas que margeavam as áreas de campos.

No ano do casamento de Amancio com Pompoza, os habitantes de Palmas estavam praticamente isolados, mas já existiam conexões da região com importantes vias para o Rio Grande do Sul e São Paulo. Os registros indicam que a estrada de Palmas construída uma década antes do enlace do casal misto, era uma picada aberta pelos indígenas com financiamento provincial (ROHAN, 1855 [1854], p.135). Esses precários caminhos eram usados para transporte de animais até a província de São Paulo, constituindo-se uma via alternativa aos tropeiros que queriam desviar dos registros de cobrança de impostos nas estradas do sul (LOURES, 1853, [s.p.]).

Não se sabe as atividades que Amancio desenvolvia, mas é provável que estivesse envolvido com criação e comércio de gado, como a maior parte da população dos planaltos paranaenses, atraindo o jovem à Palmas. Contudo, nos primeiros anos de colonização, muitos homens pobres foram deslocados para essa fronteira em recrutamento compulsório, formando a guarda de permanentes que policiava a região. Essa última hipótese também justificaria o contato com o aldeamento indígena que resultaria na união com Pompoza, tendo em vista que Viry e seus comandados auxiliavam a guarda permanente de Palmas.

A maior parte da documentação oitocentista do lugar, no entanto, demonstra a interação entre indígenas e a população não-indígenas no geral. As populações pobres e os aldeados participavam de comemorações, fandangos e realizavam até mesmo atividades de

plântio e colheita juntos. Essa permanente interação, todavia, não se convertia em casamentos formais, sendo raras as uniões matrimoniais mistas seladas pelo casamento católico, como de Amancio e Pompoza.

Os sete casamentos mistos de indígenas com não indígenas, assim como a inexistência de matrimônios de nativos registrados no lugar, podem precipitar conclusões equivocadas, pois os arranjos poderiam ser firmados fora das convenções católicas. A falta de trabalho de conversão dos aldeados em Palmas, os custos de um casamento na Igreja e mesmo a insignificância que o sacramento representava às populações nativas, justificam os baixos números de matrimônios (WEIGERT, p. 180-190).

No caso de Amancio e Pompoza é provável que a formalização da união ocorreu por Pompoza ser batizada, portanto considerada católica. Pela análise dos livros paroquiais de Palmas, percebe-se certa tolerância dos padres com os nativos não conversos, aos quais era anotada a paternidade natural que se omitia aos filhos de nativas católicas. Nestes termos, os padres de Palmas provavelmente pressionavam para formalização da união pelo casamento católico aos poucos aldeados conversos do lugar, como ocorreu com Pompoza.

O baixo número de uniões mistas em Palmas, portanto, não dizia respeito a perspectiva de que esses arranjos eram totalmente desvantajosos aos não-indígenas. Para os indivíduos com cabedais, essas uniões certamente foram desencorajadas, pois representavam enlances entre desiguais. Diversamente, aos homens pobres arranjos mistos não eram indesejáveis, significavam alianças com unidades territoriais dos sertões de Palmas garantindo proteção e a permanência no lugar.

Pontua-se que diferente de outros indivíduos pobres que se deslocaram para Palmas, Amancio não registrou terras no lugar, assim como não deixou vestígios de que tivesse propriedades. Entretanto, a inexistência de documentação sobre posse de terras poderia dizer respeito à Lei n. 601 de 1850. A referida “Lei de Terras”, vedava o apossamento de terras devolutas, garantindo a propriedade apenas aos terrenos obtidos pela compra ou apossados antes da promulgação. Contudo, a lei deixava margem para a possibilidade da concessão gratuita das terras situadas nos limites do Império⁹ (BRASIL, 1850, [s.p.]).

Apesar de não encontrar indivíduos que pleiteavam terras na região com o argumento de estarem nos limites do Império, foi comum que pessoas registrassem seus terrenos indicando “posse mansa e pacífica”, realizada antes do marco temporal estabelecido pela lei (ARQUIVO PÚBLICO, 1856, [s.p.]). Esses casos demonstram que muitos homens e mulheres

⁹ Palmas poderia ser enquadrada nesse artigo da lei, pois o lugar tinha limites indefinidos com a Argentina no período.

constituíam núcleos independentes pelos sertões, mas suspeita-se que houve um número significativo de indivíduos que fixavam moradia em lugares remotos, sem que houvessem pleiteado a validação da posse das terras.

A condição indígena de Pompoza também pode explicar o motivo da família não ter registrado terras no período. Apesar da instabilidade e precariedade do aldeamento de Palmas, pode ser que a família mista tenha usufruído das terras do aldeamento (WEIGERT, 2020, p. 265). Outra hipótese é a agregação do casal em propriedades de terceiros. As possibilidades, entretanto, não são excludentes, pois em momentos distintos da trajetória familiar, o casal e sua prole podem ter vivido momentos de maior ou menor autonomia econômica, enquanto aldeados, agregados e posseiros.

As uniões matrimoniais e o compadrio oferecem indícios da sociabilidade da família mista, bem como as alianças que estabeleciam. Entende-se que esses vínculos indicam para a proximidade ou distanciamento com as referências indígenas, assim como laços com libertos e escravizados sinalizam a convivência com esses estratos sociais.

Amancio e Pompoza tiveram uma longa união, interrompida pelo falecimento da indígena em 1889 (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1905, [1889], fl. 54v). Nas décadas em que estiveram juntos o casal teve pelo menos onze filhos, dos quais encontrou-se dez registros de batismo. Nas fontes verifica-se condições variadas dos padrinhos e madrinhas nomeados, haviam escravos, clérigos e indivíduos livres, destacando-se escravistas (Ver Tabela 1).

Tabela 1 – Padrinho e Madrinha dos filhos de Pompoza e Amancio

Nome do filho	Ano	Padrinho	Madrinha
Edvigés	1856	Prudente Barbosa de Brito (escravista)	Inácia Dias Oliveira (mulher de Prudente)
Maria	1862	Vigário Francisco Xavier Pimenta	Ana Duarte (escravista)
Dulcia	1868	Salvador José da Motta	Cândida Maria da Trindade (mulher de Salvador)
João	1868	Manoel Marcondes Guimarães (escravista)	Balbina Ferreira de Jesus (mulher de Manoel)
Theodoro	1869	Francisco (escravo de Dona Núncia Maria Ferreira)	Rosa (escrava de Dona Núncia Maria Ferreira)
Verissimo	1870	Antônio Manoel dos Santos (escravista)	Josefina dos Santos
Rosa	1872	Benedito José dos Santos	Joana Maria da Conceição (mulher de Benedito)
Sebastião	1874	Diogo Ferreira dos Santos (escravista)	Maria Rosa Ferreira (escravista)
Joaquina	1876	Benedito Vieira da Silva (escravista)	Balbina Jorge
Francisco	1879	João Antônio de Oliveira (escravista)	Maria Ferreira da Trindade (mulher de João)

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos Registros Paroquiais de Batismo, Casamento e Óbito (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1878, fls. 33 [1856], 42v [1862], 65v [1872], 82v [1874], 111v [1876], 122 [1868], 137 [1869], 145 [1870]; CÚRIA DIOCESANA [...], 1878-1879, 12v [1879]).

Em pelo menos seis batismos pessoas que possuíam escravos foram padrinhos e madrinhas de filhos do casal. Alguns desses escravistas foram assim identificados nos

próprios registros paroquiais, fontes em que eram nomeados como senhores de pais escravizados que levavam seus filhos para batizar¹⁰. Para outros desses padrinhos e madrinhas escravocratas encontrou-se inventários da família, possibilitando traçar um perfil mais detalhado dos compadres.

A partir dos inventários de bens destacou-se os compadrios realizados com membros da família e com cativos dos irmãos Ferreira dos Santos. Ao irmãos Antônio Ferreiera dos Santos e José Ferreira dos Santos foram dois dos primeiros a estabelecer fazenda voltada a criação de animais, constituindo duas das casas mais poderosas do lugar. Da família de Antônio Ferreira dos Santos, Pompoza e Amancio estabeleceu compadrio com os filhos Diogo Ferreira dos Santos, Maria Rosa Ferreira e Balbina Ferreira de Jesus, além do genro e sobrinho Manoel Marcondes Guimarães (JUÍZO [...], 1876, [s.p.]). O compadrio com escravos de Dona Núncia, viúva de José Ferreira dos Santos, demonstra conexões indiretas com essa outra casa senhorial (JUÍZO [...], 1868, [s.p.]).

Diante disso, cabe explicar sobre os significados do compadrio. Desde o estudo pioneiro de Stephen Gudeman e Stuart Schwartz sobre as relações de compadrio na Bahia, historiadores vêm ratificando a assertiva dos autores de que o compadrio criado na Igreja extrapolava a dimensão religiosa, projetando-se dentro do ambiente social. Dessa forma, como um fenômeno religioso e social, o compadrio tinha um significado e funcionava dentro de um contexto social específico (GUDEMAN & SCHWARTZ, 1988, p. 37, 40).

Tais características instigaram um profícuo debate sobre o compadrio ser ou não utilizado para criar ou reforçar relações paternalísticas. Estudando especificamente o contexto escravista baiano do século XVIII, Gudeman e Schwartz chegaram à conclusão que o compadrio não reforçava as relações paternalísticas dos senhores com os escravos, haja vista que o sentido de propriedade, estabelecido pelo vínculo senhor-escravo era incompatível com o sentido do apadrinhamento enquanto relação espiritual, com o significado de proteção (GUDEMAN & SCHWARTZ, 1988, p. 42),.

Trabalhos posteriores demonstrariam uma perspectiva diferente: estudando as relações de compadrio em São João del Rei, Silvia Jardim Brüger percebeu a tendência de escolha de padrinhos pertencentes a camadas com maior prestígio, instituindo, com isso, vínculos de proteção, mas também ligando-se a redes *clientelares* que exigiam reciprocidade (BRÜGER, 2007, p. 47-49, 288, 324-325). No contexto paranaense, Cacilda Machado desenvolveu um

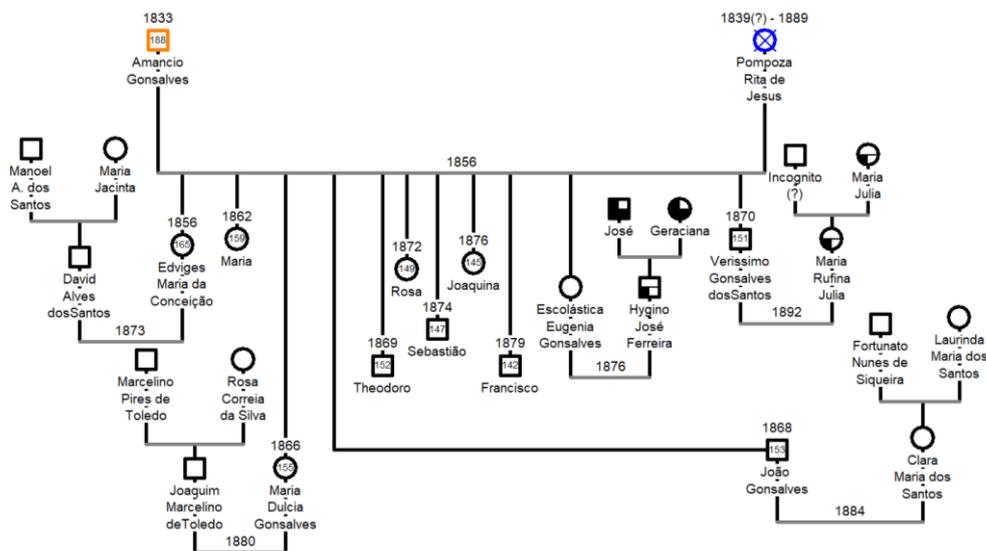
¹⁰ Foram eles Prudente Barbosa de Brito (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1878, [1857], fl. 42), Benedito Vieira da Silva, Manoel Marcondes Guimarães, João Antônio de Oliveira, Antônio Manoel dos Santos (CÚRIA DIOCESANA [...], 1872-1888, fls. 2v-3 [1873], 5 [1874], 16 [1882], 26v [1888]).

importante trabalho sobre o compadrio de escravos e libertos, reforçando ainda mais o conteúdo paternalista dessa prática, apesar de considerar que esses vínculos também estreitavam as ligações da comunidade escrava e liberta (MACHADO, 2008, p. 199).

Os compadrios da família mista com as casas senhoriais dos irmãos Ferreira dos Santos, podem ter ocorrido por Amancio e Pompoza realizar algum trabalho nas propriedades pecuaristas desses senhores. Apesar disso, não há outras fontes que corrobore agregação ou trabalho assalariado do casal para os escravistas. A família mista poderia apenas estabelecer vínculos com os Ferreira dos Santos e outros senhores para angariar proteção e garantir a própria autonomia da família. Às unidades familiares de origens indígena e liberta, constantemente assediadas pelo recrutamento compulsório, exploração de mão-de-obra e reescravização, ter um bom relacionamento com os potentados locais evitava essas possibilidades, pois inseria-os em redes *clientelares*.

Além do compadrio, destaca-se os arranjos matrimoniais estabelecidos pela família mista (Ver Figura 3). Dos onze filhos que o casal levou para batizar, cinco casaram-se em Palmas; sobre os demais é provável que tenham falecido na infância.

Figura 3 – Família de Pompoza e Amancio e arranjos de casamento dos filhos



Fonte: Elaborado pela autora (*GenoPro 2020*), com base nos Registros Paroquiais de Batismo, Casamento e Óbito (CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS, 1843-1900).

Observando os matrimônios, percebe-se a variedade das condições dos noivos e noivas dos filhos do casal, sobre os quais descreve-se cada um dos enlaces. A primeira dos filhos a casar-se foi Edviges, o noivo era o forasteiro David Alves dos Santos, homem natural de São Gabriel, Rio Grande do Sul, sob o qual não se tem outras informações. Esse homem casou

com Edviges em 1873, dessa união tiveram pelo menos onze filhos (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1884 [1873], fl. 39).

A segunda filha a contrair núpcias foi Escolástica, que se casou com o liberto Hygino José Ferreira em 1876 (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1884 [1876], fl. 60v). Essa união com um ex-escravo de Antônio Ferreira dos Santos reforça a hipótese das ligações com a família senhorial. Hygino foi libertado em 1875 pelos herdeiros do senhor, casando-se no ano seguinte com a filha de Amancio. Não se sabe a idade do liberto ao casar, mas na carta de alforria, justificava-se sua libertação pela “sua idade e constância” (TABELIONATO [...], 1873-1876 [1875], fl. 70). O casamento, no entanto, durou pouco, em 1878 a jovem Escolástica já havia falecido (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1884 [1876], fl. 67-67v).

Em 1880 foi a vez de Maria Dulcia contrair matrimônio. A moça se casou com Joaquim Marcelino de Toledo, nascido em Palmas (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1884 [1880], fl. 88). Em 1872 o rapaz foi identificado como lavrador, morador nos sertões de Xanxerê, Distrito de Palmas (JUÍZO [...], 1872-1880, [s.p.]). As ligações do homem com os indígenas são especificadas em um auto criminal em que foi réu.

Nos idos de 1872 testemunhas diziam que depois de cuidar de suas roças com alguns indígenas, Joaquim dirigiu-se a casa de “José Bugre” no “Toldo dos Índios” e lá, depois de uma briga, acabou atingindo acidentalmente o irmão que o acompanhava (JUÍZO [...], 1872-1880, [s.p.]). No relato, destaca-se o relacionamento de Joaquim com os indígenas do aldeamento, além de indicar para espaços de sociabilidade compartilhados com a noiva.

Dos filhos homens de Amancio e Pompoza é sabido que dois deles contraíram matrimônio em Palmas. O primeiro foi João que se casou em 1884 com Clara Maria, da qual não se tem informações sobre lugar de nascimento. O casal teve pelo menos seis filhos (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1884 [1884], fl. 132v-133). Por último, encontramos o registro de Verissimo, casado aos 24 anos com Maria Rufina Julia de 30 anos. A noiva era natural de Palmas e filha da liberta Maria Julia, mas sob as quais não se encontrou outras informações (CÚRIA DIOCESANA [...], 1890-1893 [1892], fl. 36v-37).

Dessa forma, a família de Amancio e Pompoza estabeleceu alianças matrimoniais com pessoas livres e libertas de Palmas. Nas fontes paroquiais a identificação indígena da família foi expressa poucas vezes. No casamento do casal, a noiva não é identificada como indígena e os pais dela não são nomeados (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1884, [1856], fl. 4). Há essa identificação no registro do filho Theodoro, batizado em 1869, nesse assento Pompoza foi anotada como “índia” (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1878 [1869], fl. 137). Também existe a notação no registro de Edviges, menina batizada antes do casamento da mãe.

Pompoza, como quase todas as mães solteiras e indígenas, é identificada apenas pelo primeiro nome e pela palavra “índia”, a filha Edviges, por conseguinte, consta como “bugre” (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1878 [1856], fl. 33). Nos outros registros dos filhos, a notação da origem indígena está ausente. Ademais, Pompoza recebe denominação dupla e sobrenome: algumas vezes nominada Pompoza Rita Gonsalves, outras Pompoza Rita de Jesus (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1878, fls. 42v [1862], 65v [1872], 82v [1874], 111v [1876], 122 [1868], 145 [1870]; CÚRIA DIOCESANA [...], 1878-1879, 12v [1879]).

Essas informações podem sugerir um possível distanciamento da mulher e sua família do aldeamento de Palmas. A hipótese, contudo, não se sustenta, pois o último registro em que foi identificada (óbito) consta a condição indígena de Pompoza (CÚRIA DIOCESANA [...], 1843-1905, [1889], fl. 54v).

Outras fontes também destacam a origem indígena e o contato dos membros da família mista com nativos de Palmas. Em um auto criminal de 1887 que envolveu João Gonsalves, o rapaz é identificado como filho da “índia Pompoza” (JUÍZO [...], 1887-1889, [s.p.]). Segundo testemunhas, João estava fazendo trabalhos de roçado com alguns indígenas e um compadre quando se meteu em uma discussão; em meio à confusão o compadre disparou uma arma atingindo trabalhadores indígenas que não estavam envolvidos no conflito. Em alguns momentos João é indiretamente identificado por testemunhas como indígena (JUÍZO [...], 1887-1889, [s.p.]).

Dessa forma, apesar dos filhos de Pompoza não terem contraído matrimônio com nativos, a família transitou pela aldeia, realizando trabalhos de roças com os nativos e possivelmente frequentando o aldeamento em dias de festas. Essas referências, portanto, continuavam presentes na família mista.

Todos os arranjos e alianças estabelecidos pelo compadrio e matrimônio demonstram as conexões que famílias pobres e mestiças realizaram nas franjas do Império. Contudo, não apenas as ligações diretas do compadrio e casamento foram importantes. A liminaridade das identidades permitiu que mestiços transitassem nas fronteiras indígenas, realizando outros arranjos, quase impossíveis de serem detectados nas fontes por ocorrerem na trama cotidiana e nas margens do controle do Estado. Por fim, a família mista exemplifica a riqueza das experiências e a multiplicidade dos arranjos que tiveram de forjar para viver e sobreviver.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Registro de Terras da Paróquia de Palmas. n. 23, p. 15 verso-16. Fazenda de criar Conceição de propriedade de Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira. Guarapuava, 20 de abril de 1856.

BRASIL. Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. Senado Federal. Decreto n. 426, de 24 de julho de 1845. Contém o Regulamento acerca das Missões de catequese, e civilização dos Índios. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>. Acesso em: 24 jan. 2020.

COLLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. *Carta Régia de 1 de abril de 1809*. Aprova o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquele território. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1891b. v. 1, p. 36. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40045-1-abril-1809-571613-publicacaooriginal-94759-pe.html. Acesso em: 21 jun. 2021.

COLLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. *Lei de 27 de outubro de 1831*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1831c. v. 1, p. 165-166. Disponível em: https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_45.pdf#page=1. Acesso em: 21 jun. 2021.

CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. Livro de Assentos Paroquiais de Batismo. v. 1. Palmas (PR), 1843-1878.

CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. Livro de Assentos Paroquiais de Batismo. v. 2A. Palmas (PR), 1878-1879.

CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS Livro de Assentos Paroquiais de Casamento. v. 1. Palmas (PR), 1843-1884.

CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS Livro de Assentos Paroquiais de Casamento. v. 4. Palmas (PR), 1890-1893.

CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS. Livro de óbitos ocorridos na Paróquia de Palmas. v. 1. Palmas (PR), 1843-1905.

IGREJA DO PATROCÍNIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Livro de Assentos Paroquiais de Batismos. São José dos Pinhais, 1803-1834.

IGREJA DO PATROCÍNIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Livro de Assentos Paroquiais de Batismos. São José dos Pinhais, 1835-1844.

IGREJA DO PATROCÍNIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Livro de Assentos Paroquiais de Batismos. Livro de Batizados. São José dos Pinhais, 1844-1851.

IGREJA DO PATROCÍNIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Livro de Assentos Paroquiais de Matrimônio. São José dos Pinhais, 1786-1832.

IGREJA DO PATROCÍNIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Livro de Assentos Paroquiais de Óbito. São José dos Pinhais, 1757-1852.

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PALMAS. Auto cível de inventário de bens de Antônio Ferreira dos Santos. Palmas (PR), Vara Cível, 1876.

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PALMAS. Auto cível de inventário de bens de José Ferreira dos Santos. Palmas (PR), Vara Cível, 1868.

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PALMAS. Auto criminal em que foi autuado Joaquim Marcelino Pires de Toledo. Palmas (PR), Vara Criminal, 1872-1880.

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PALMAS (PR). Auto criminal em que é réu Pedro Affonso Dias de Lima pela ofensa em Manoel Fernandes. Palmas: Vara Criminal, 1887-1889.

LIMA E SILVA, M. F. Discurso recitado pelo excellentissimo senhor marechal de campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, Presidente da provincia de S. Paulo, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 7 de janeiro de 1847. São Paulo: Typographia do Censor, 1847. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/981/000012.html>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SOUZA, Pedro Ribeiro de. [Correspondência]. Destinatário: Presidente da Província do Paraná. Curitiba, 11 de agosto de 1864. IN: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Petição de Pedro Ribeiro de Souza. v. 14, Ref. AP0189.

LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. [Correspondência]. Destinatário: Presidente da Província de São Paulo. Guarapuava, 22 de maio de 1853. IN: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofícios Diversos do município de Guarapuava. n. CO1025.

MELLO, M. F. de S. e. Discurso recitado pelo exmo Presidente, Manuel Felisardo de Souza e Mello, no dia 7 de janeiro de 1844, por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da provincia de S. Paulo. São Paulo: Typographia do Governo, 1844. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/978/000051.html>. Acesso em: 30 jun. 2021.

PINTO BANDEIRA, Joaquim José. Notícia da descoberta do Campo de Palmas. Revista do Instituto histórico e geográfico do Brasil, Rio de Janeiro, v. 14, 3ª. Série. Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint, 1851.

ROHAN, Henrique de B. Relatório sobre a estrada de Palmas a Missões. IN: VASCONCELLOS, Z. de G. e. Relatório do Presidente da Província do Paraná. Curityba: Typographia Paranaense de C. Martins Lopes, 1855 [1854]. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/179#?c=0&m=2&s=0&cv=136&r=0&xywh=-1210%2C0%2C4115%2C2903>. Acesso em: 30 de jun. 2021.

TABELIONATO LEINIG. Livro de Notas do escrivão de paz da Freguesia de Palmas. v. 4. PALMAS (PR), 1873-1876.

Referências

- BRÜGER, S. M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.
- FERNANDES, Ricardo Cid. *Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica*. 2003. 303 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- GÓES, Paulo Roberto Homem de. *Morfológicas: um estudo etnológico de padrões socioterritoriais entre os Kaingang (Dialeto Paraná) e os Mbya (Litoral Sul)*. 2018. 500 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- GUDEMAN, S.; SCHWARTZ, S. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, J. J. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2008.
- GUEDES, Roberto. Sociedade escravista e mudança de cor: Porto Feliz, São Paulo, século XIX. IN: *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes, 2006, p. 447-486.
- MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista* (Brasil, século XIX). 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- PALMA, Rogerio de; TRUZZI, Oswaldo. Renomear para recomeçar: lógicas onomásticas no pós-abolição. IN: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, 2018, p. 311-340.
- SILVA, Fabíola Andréa; NOELLI, Francisco Silva. História indígena e arqueologia: uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. IN: *Revistado Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: USP, n. 27, 2016, p. 5-20.
- TOMMASINO, Kimie. *A história dos Kaingáng da Bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento*. 1995. 351 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- VEIGA, Juracilda. *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006.
- VEIGA, Juracilda. *Cosmologias e práticas rituais Kaingang*. 2000. 367 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- WEIGERT, Daniele. *Nas sombras das Araucárias: colonizadores e indígenas nas fronteiras do Paraná (1808-1900)*. 2020. 339 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Imigração e redes: apontamentos sobre a dinâmica de implantação de famílias italianas em um município paulista (Franca/SP, 1895-1925)

José Victor Maritan Gonçalves¹

Esse artigo busca explorar uma singular experiência migratória ocorrida entre a Itália (província de Chieti - comuna de Rocca San Giovanni) e o interior paulista, apresentando algumas considerações sobre o deslocamento desse grupo que se dirigiu para o município de Franca. Partindo da análise das redes formadas por esses imigrantes exploraremos as características do mercado matrimonial fundado por eles e as estratégias de acesso à propriedade. As uniões eram planejadas, pois os jovens casais faziam parte de uma rede social e estavam sujeitos a trajetória do grupo e seu sistema de transmissão de bens. A metodologia de Reconstituição de Famílias através do encadeamento genealógico e a análise de inventários e testamentos são a base para a exploração do comportamento reproduzido por um casal de imigrantes diante da ameaça de partilha de sua propriedade agrícola. A estratégia de transmissão dos bens é demonstrada para que se compreenda a conservação do patrimônio familiar e a manutenção do desenvolvimento dos negócios agrícolas dos filhos. Esse trabalho combina o estudo da família em perspectiva histórica por meio da microanálise e dos métodos nominativos, contribuindo para uma abordagem que evidencia a ação dos sujeitos e suas agências em uma comunidade imigrante que mantinha relações pretéritas e contatos nos dois lados do Atlântico.

Percursos migratórios

No interior paulista, o processo de incorporação crescente de terras a uma agricultura de exportação como o café expandiu o assentamento das famílias imigrantes em direção ao oeste. A expansão da malha ferroviária viabilizou a exploração econômica de áreas desconectadas do mercado mundial e valorizou as terras de zonas mais distantes da capital. Franca foi inserida na economia cafeeira com a chegada da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, no final da década de 1880. Logo, com a derrocada do regime escravista os fazendeiros paulistas optaram por importar mão de obra imigrante, principalmente europeia.

Entra em cena o nosso protagonista principal, o imigrante italiano. A imigração, de natureza interdisciplinar por excelência, resvala em terrenos da história, geografia e demografia. A análise das trajetórias familiares de imigrantes no oeste paulista realizada por

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Oswaldo Truzzi (2019) mostra uma dinâmica de implantação de estrangeiros no território que leva em conta o *timing* (anterioridade) de chegada, a oferta de terras mais produtivas e baratas, as estratégias relacionais, o êxodo rural em direção a zonas urbanas, o fracionamento de grandes propriedades decadentes e a busca de oportunidades para os filhos.

Entre 1880 e 1924, o Brasil atraiu mais de 3.600.000 emigrantes, dos quais 38% eram italianos. Segundo Zuleika Alvim (1986, p. 22), no início as famílias que saíram da Itália pertenciam ao universo dos meeiros, dos pequenos proprietários e arrendatários, que sofriam com a penetração capitalista no campo. Além disso, a exuberância demográfica liberava um excedente de mão de obra que o próprio país não tinha condições de absorver. Do lado receptor, o café havia colocado o Brasil no mercado internacional e ainda tornou o interior paulista uma rota privilegiada para esses imigrantes que buscavam um destino para sobreviver fora do seu mercado saturado de trabalho (FRANZINA, 2006). De acordo com Trento (1989, p. 28, 31), a imigração subvencionada respondeu por 89% das chegadas de italianos ao estado de São Paulo entre 1891 e 1895 e era caracterizada por uma elevadíssima composição familiar, que revelava uma intensa vontade de permanecer no país de destino.

O fenômeno emigratório atingiu primeiramente as regiões setentrionais. No Vêneto, as províncias de Belluno, Treviso e Vicenza já encaminhava emigrantes para o Brasil logo após a unificação do território italiano em razão da crise agrária causada pelos altos impostos, a concorrência do trigo estrangeiro, o atraso tecnológico e a transformação capitalista. A princípio, o município de Franca atraiu principalmente famílias das províncias de Pádua, Rovigo, Verona e Veneza; que sofriam com as calamidades naturais que atingiram a região dos rios Ágide e Pó na década de 1880. Evidentemente, a evasão meridional também atingiu a região em épocas que os setentrionais não deram conta da necessidade de continuar suprindo a lavoura paulista com mão de obra barata. A predominância de imigrantes vênnetos começou a dar sinais de queda a partir de 1895-96, quando aumentou consideravelmente a participação na emigração de regiões como Abruzzo, Molise, Campania, Calábria e Basilicata.

Os fenômenos de atração e expulsão continham uma variedade de motivações ocasionais e dinâmicas regionais. Pesquisadores italianos destacam que a consolidação da emigração italiana no mercado internacional de trabalho foi um “fenômeno ‘interno’ das regiões que a produziam e uma tentativa de remediar as causas que a determinavam, e que tinham a sua raiz nas estruturas econômicas da sociedade do século XIX, suas relações de produção e suas relações de classe, ou seja, no estado de mal-estar difuso que atormentava a agricultura e os camponeses” (FRANZINA, 2006, p. 82).

Nos Abruzos, por exemplo, a pressão demográfica e a miséria incorporavam-se outros fatores de expulsão, tais como: o desenvolvimento capitalista pós-revolução industrial; as diferenças entre as classes sociais; a crise das pequenas propriedades fundiárias e das fazendas de montanha; o declínio dos antigos comércios e da manufatura rural; a propaganda dos agentes das companhias de navegação; o espírito de superação alimentado pelo retorno de emigrantes e pelas cartas de parentes; o sentimento de agregação familiar; a fuga do serviço militar obrigatório e os altos impostos (ADACHER, 2012).

A investigação de trajetórias demonstra que o comportamento de certos indivíduos e famílias ao abandonar a terra natal era pensado coletivamente e estava amparado em uma sólida rede de relações sociais que permitia a transferência e garantia segurança e apoio para iniciar a nova vida no local de destino (KARSBURG, 2015, p. 37). A ideia de rede tem propiciado uma visão mais abrangente, complexa e rica do fenômeno migratório, colocando o imigrante como protagonista das próprias escolhas, com papel ativo na articulação e na transferência de familiares e conhecidos (VENDRAME, 2015, p. 219). Os vínculos e contatos pretéritos ligavam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas sociedades emissoras e receptoras (MASSEY, 1988), estimulando ou refreando projetos. Para Truzzi (2008), o emprego do termo rede migratória busca sublinhar a circunstância em que esses indivíduos decidiram emigrar após informarem-se das oportunidades por meio de imigrantes anteriores, formando intensos laços entre parentes ou conhecidos já instalados na região de destino. As relações de informação e confiança nos processos migratórios podiam ser circunscritas a círculos familiares ou mais extensas, que atuavam em toda uma aldeia ou microrregião, revelando um contágio da febre emigratória (TRUZZI, 2008, p. 205). Os vínculos de parentesco transferidos da pátria de origem eram recursos que garantiam uma melhor adaptação e possibilidades de obter vantagens nas terras distantes. Nesse sentido, Maíra Vendrame (2015, p. 217) ressalta que nos núcleos coloniais fundados pelos vênets no Rio Grande do Sul as redes de auxílio eram uma grande riqueza dos camponeses no momento da imigração e acomodação na América.

O emprego das fontes nominativas nos estudos de imigração oferece possibilidades variadas para a análise de casos particulares e ilumina um complexo jogo de escolhas e mecanismos que cada família podia acionar dentro de uma pluralidade de contextos e recursos que os camponeses procuravam organizar perante a transferência para as novas terras. O método de Reconstituição de Famílias identifica todos os participantes da história através dos registros paroquiais. O cruzamento dessas fontes com as matrículas de imigrantes permite desenhar com maior precisão as redes formadas por esses homens e mulheres nos dois lados

do Atlântico, colocando em perspectiva os vínculos formados e reforçados por essas famílias através do casamento dos filhos e do compadrio batismal.

O mercado matrimonial dos imigrantes era o centro de atuação de uma rede parental capaz de mobilizar muitas famílias para a criação de vínculos e apoio entre os grupos estabelecidos numa determinada região. As estratégias migratórias acompanhavam o fluxo de pessoas para compor o mercado matrimonial, pois as famílias privilegiavam encontrar parceiros de famílias conhecidas, que direcionava os casamentos com parceiros de mesma nacionalidade a fim de permitir um possível retorno (LEVY; SCARANO, 1999, p. 64). No passado, a dependência da estrutura familiar interferia diretamente na seleção dos cônjuges, que era pautada pelo parentesco e o território, privilegiando as redes familiares solidárias no enfrentamento das dificuldades (LEVY, 2009) e a perpetuação de normas de herança e práticas culturais trazidas por esses imigrantes (BASSANEZI, 1996, p. 275). No mundo imigrante, as escolhas matrimoniais se processavam conforme a disponibilidade de homens e mulheres no grupo, que variava de acordo com a estrutura migratória e as taxas de natalidade entre esses imigrantes (BASSANEZI, 1996, p. 271). As altas taxas de endogamia pelas primeiras gerações eram reflexo do impacto da imigração em massa na dinâmica populacional nas regiões de expansão da lavoura cafeeira pelo interior paulista.

A partir de 1895, a região de Franca recebeu dezenas de famílias provenientes da pequena aldeia de Rocca San Giovanni, na província de Chieti, às margens do Mar Adriático. Nesse período, o fenômeno emigratório nos Abruzzos para o Brasil não era tão disseminado quanto no Norte da Itália. A propaganda das agências de navegação e o sentimento de agregação aos parentes emigrados foram muito eficazes no processo de transferência desses grupos e garantia a ligação entre a comuna de origem e o novo ambiente de instalação. As famílias que chegavam de Rocca San Giovanni logo encontravam trabalho e moradia reservados por parentes e conhecidos já instalados, onde iriam construir um ambiente de interações com suas características regionais próprias.

O levantamento dos imigrantes italianos não revela apenas quantos eram, mas mostra principalmente como se diferenciavam e se transformavam. O estudo da trajetória de uma dessas famílias explora uma experiência migratória bem-sucedida e coloca em evidência um horizonte de possibilidades de um grupo que se tornava cada vez maior com a transferência de novas pessoas para compor sua rede de relações.

As fontes como testemunho da vida

O historiador recorre a uma infinidade de fontes para análise histórica a fim de compreender melhor as relações entre os agentes sociais em outra época ou sociedade. Para trabalhar com qualquer documentação, é preciso entender o que se trata, a sua lógica de constituição e suas regras. Nesse caso, dispomos de quatro fontes ricas para a reconstituição de trajetórias individuais e coletivas: os assentos paroquiais, os registros de imigração, os testamentos e os inventários.

Os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito formam as fontes mais importantes para os estudos da dinâmica demográfica das populações modernas de tradição cristã (MARCÍLIO, 1983, p. 83). A universalidade dessas fontes permite recuperar os eventos vitais de toda a população, inclusive cruzando com outros documentos de natureza nominativa. Quando se trata de um âmbito circunscrito, as séries documentais permitem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a localizar os indivíduos em contextos sociais diversos. As análises micro-históricas permitem a reconstituição do vivido e das estruturas invisíveis dentro das quais os indivíduos se articulam, compondo uma imagem gráfica do tecido social. (GINZBURG, 1989).

Sabemos que a “operação historiográfica” começa com o “gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira” (DE CERTEAU, 2002, p. 81). Por isso, é fundamental uma abordagem metodológica para cruzar as informações coletadas nos arquivos paroquiais com registros que documentam os deslocamentos humanos. Em outras palavras, partimos da reconstituição das famílias italianas na sociedade de destino para entender os processos que influenciaram na sua imigração. Nesse sentido, os registros de imigração, tais como as listas de bordo e os livros de matrícula da Hospedaria dos Imigrantes, fornecem informações valiosíssimas para compreender os deslocamentos humanos, principalmente as redes sociais pretéritas ou formadas durante a viagem transatlântica. Esses registros permitem conhecer a estrutura dessas famílias, o período de transferência e as estratégias desses grupos.

Para concluir o estudo sobre o ciclo de vida dos imigrantes, os testamentos e inventários *post mortem* formam um corpus documental capaz de fornecer informações sobre múltiplos aspectos da vida e da sociedade em que se viveu. Os testamentos atestam as últimas vontades do testador ao que ele deseja que seja feito com seus bens, enquanto os inventários são produzidos após a morte para que seja realizada a distribuição da herança do falecido (FURTADO, 2009). No caso estudado, os inventários de um casal imigrante italiano versaram

sobre o arrolamento dos bens deixados e a partilha seguindo as disposições legais e as últimas vontades dos falecidos que foram determinadas em pleno gozo de suas faculdades mentais.

Esse estudo de trajetória imigrante demonstra que ações corriqueiras de certos indivíduos podem revelar comportamentos dinâmicos e contextos mais amplos. A opção por um estudo de caso permitiu observar uma sólida rede de relações sociais que amparou esses italianos no interior paulista e demarcar as estratégias relacionadas a subsistência e reprodução desse grupo camponês, principalmente no tocante a aquisição e manutenção das propriedades rurais conquistadas por meio do esforço familiar.

Contadini, colonos e proprietários

Os agricultores abrucenses que vieram trabalhar como colonos nas fazendas de café almejavam adquirir suas próprias propriedades. Para isso, uma série de estratégias envolvia o processo migratório, desde o agrupamento na travessia atlântica; o fortalecimento de redes de amizade; o auxílio na faina do café; e até mesmo o estabelecimento de laços matrimoniais entre os membros das famílias.

Angelo Camillo Di Carlo² é um exemplo singular de inserção de imigrantes italianos na lista de proprietários agrícolas de Franca ainda no período da Grande Emigração. Natural de Rocca San Giovanni (I), nascido em 03 de dezembro de 1855³, emigrou para o Brasil com 40 anos de idade, acompanhado de sua mulher, Carolina D'Angelo (39 anos), de seis filhos e uma pupila⁴, partindo do porto de Nápoles (II), no vapor *Edilio Raggio*, em 21 de maio de 1896⁵. A lista de bordo do navio revela que 176 pessoas embarcaram com destino ao Estado de São Paulo, por conta do contrato celebrado em 07 de março entre o governo do Estado e a empresa Angelo Fiorita & Cia, que respondeu pela maioria dos contratos de arregimentação de italianos do período. Esses emigrantes viajaram gratuitamente, sem nenhum ônus pelas passagens da família.

Os Di Carlo desembarcaram em Santos no dia 14 de junho de 1896 (III). No registro de matrícula na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo (IV) o destino da família não foi definido, contudo é provável que eles seguiram o caminho aberto por outros conterrâneos

² Com exceção do registro de matrícula na Hospedaria dos Imigrantes, o prenome Angelo não aparece nos registros brasileiros.

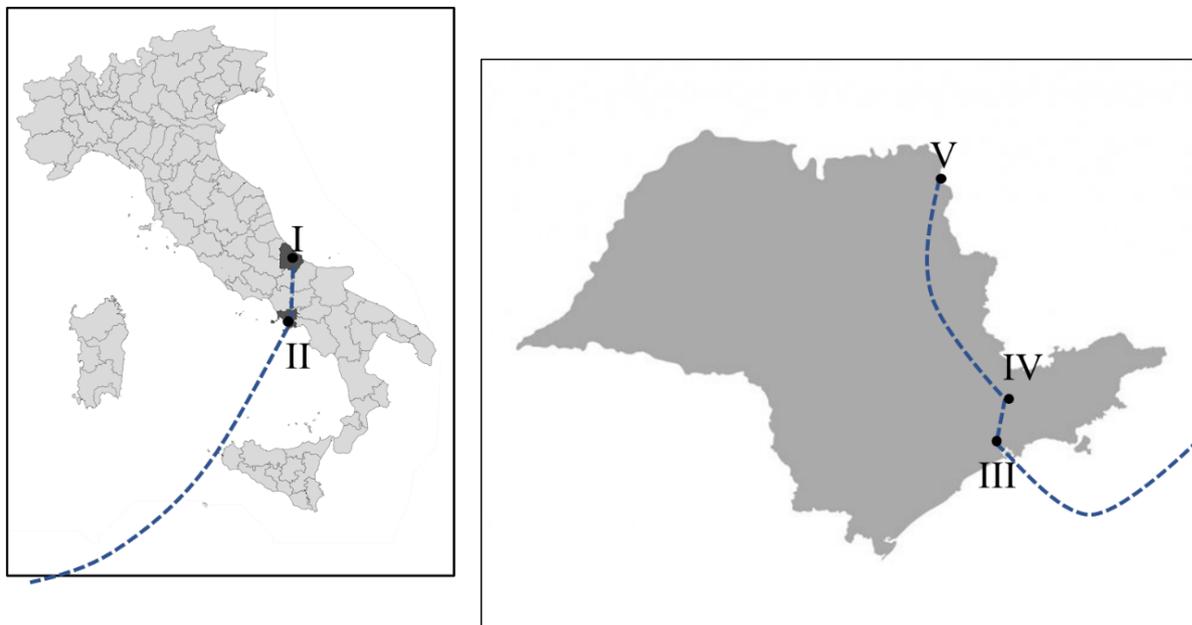
³ Fonte: ROCCA SAN GIOVANNI (CH). Archivio di Stato di Chieti. Atti di nascita de Angelo Camillo Di Carlo. Registro em: 4 dez. 1855.

⁴ Em testamento, Camillo Di Carlo e Carolina D'Angelo declaram que Giuseppina Pifagna era uma pupila criada por eles, retirada do Orfanato de Lanciano.

⁵ Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Lista de bordo do navio *Edilio Raggio*, 1896.

desde o ano de 1895, pois vieram trabalhar como colonos em uma fazenda próxima à Franca (V).

Mapa 1 – Trajetória da família Di Carlo

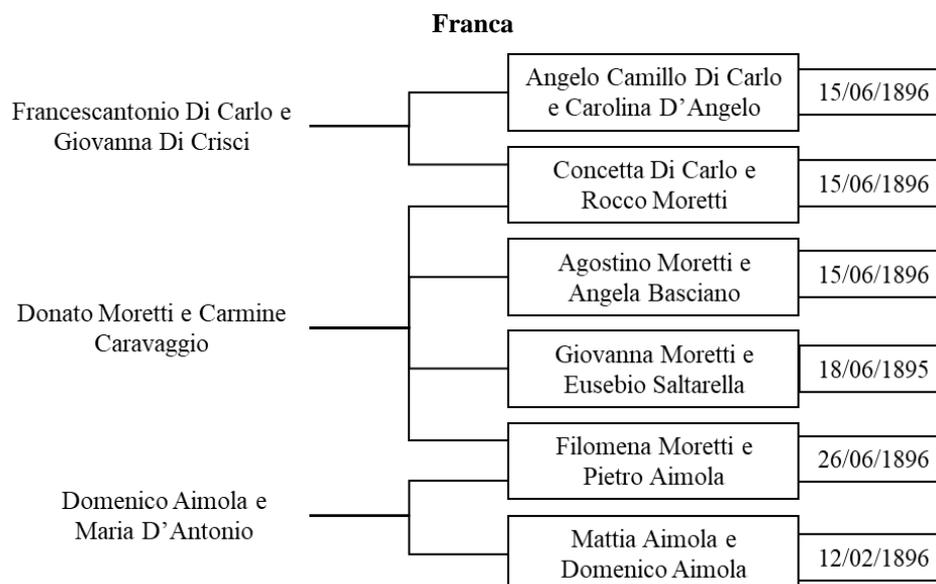


Fonte: Elaboração própria.

Na mesma ocasião, os irmãos Rocco (casado com uma irmã de Camillo Di Carlo) e Agostino Moretti também saíram de Rocca San Giovanni com suas esposas e filhos para unir-se aos conterrâneos no interior paulista. Doze dias depois, passam pela Hospedaria dos Imigrantes a família de Pietro Aimola, cuja esposa, Filomena Moretti, era irmã de Rocco e Agostino⁶. Os três irmãos da família Moretti já tinham uma irmã instalada em uma fazenda próxima de Franca desde junho do ano anterior, quando outras quatro famílias de Rocca San Giovanni chegaram pioneiramente à região. Na Fazenda Califórnia do Salgado, na então vila de São José da Bela Vista, os membros das famílias Moretti unem-se nos primeiros anos de adaptação no Brasil. Portanto, o sentimento de agregação desses emigrantes foi responsável pelas estratégias mantidas pelo grupo e refletiu em novas transferências beneficiadas pelas informações enviadas por aqueles que chegaram primeiro e viram oportunidades de trazer amigos e parentes para o trabalho no além-mar.

⁶ Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Livro de registros de matrículas da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo. Livro nº 53, 1896.

Imagem 1 – Parentesco e data de chegada dos primeiros casais emigrantes de Rocca San Giovanni em



Fonte: Banco de dados Italianos em Franca; Registro de matrícula da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

Entre essas seis famílias, apenas quatro permaneceram na região: Agostino Moretti aparece nos registros paroquiais de Franca até 1905 e Rocco Moretti retorna à Itália, de onde emigra novamente para a América do Norte. As demais famílias depois de terem trabalhado na faina do café reúnem pecúlios para abandonar o sistema de colonato como empregadas. Eusebio Saltarella, o primeiro do grupo a chegar em Franca, insere-se no núcleo urbano como negociante de secos e molhados e proprietário de uma fábrica de macarrão, enquanto Pietro Aimola e Camillo Di Carlo tornam-se sócios de uma propriedade agrícola nos arredores da cidade.

A sorte desses imigrantes também estava relacionada a quantidade de membros da família aptos para o trabalho nos cafezais. Camillo Di Carlo e Pietro Aimola chegaram ao Brasil com filhos para auxiliá-los na lida diária com os cafeeiros, ou seja, com melhores condições de tratar de um número maior de pés de café e reunir pecúlios para adquirir suas próprias terras. Assim, a aptidão para o trabalho na agricultura permitiu que as famílias Di Carlo e Aimola se tornassem sócias na compra de uma propriedade agrícola dez anos após chegarem ao Brasil. As terras da Fazenda Olhos d'Água, foi comprada do advogado e cafeicultor Doutor João de Faria, em 02 de maio de 1907⁷. Composta por terras de cultura e campo, casa de morada, quatro casas para colonos, curral, monjolo, rego d'água, cafezais, pomar e uma nascente de água devidamente encanada. A propriedade era operada

⁷ Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Divisão amigável da Fazenda Olhos d'Água. Franca. Caixa 368, 1914.

basicamente pelo trabalho familiar, dispensando a contratação de grandes contingentes de braços para a lavoura. Por exemplo, quando Camillo e Pietro realizam a divisão amigável das terras havia apenas um contrato de empreiteiro trabalhando na formação do cafezal novo.

O exemplo dessa propriedade cafeeira adquirida por italianos permite entender a forma como se dava a aquisição e divisão das terras adquiridas por uma família imigrante, assim como o partilhamento da herança entre os filhos. As próprias famílias pioneiras de imigrantes constituíram a demanda potencial para o mercado de terras aberto pelo fracionamento de grandes propriedades decadentes em zonas mais antigas. O *timing* de chegada da família e as estratégias relacionais por meio do convívio propriamente étnico produziu efeitos para a implantação dessas famílias no território, cujo grupo funcionava como uma grande rede de informação e apoio que facilitou o seu desenvolvimento e a busca de oportunidades para a inserção dos filhos no mercado matrimonial e no rol de proprietários rurais.

Historicamente, a formação das famílias no além-mar estava vinculada à construção de relações materiais e emocionais. Assim como na Itália, todos viviam do pequeno núcleo de terra que lhes pertencia ou eram contratados para cultivar, portanto a escolha dos cônjuges estava relacionada a busca por um braço a mais para o trabalho (ALVIM, 1986, p. 30). O exemplo da família Di Carlo revela que a escolha dos cônjuges envolveu relações sociais pretéritas, pois apenas uma filha do casal contraiu casamento com um homem nascido distante da região do Abruzzo. Os outros seis filhos casaram-se com pessoas provenientes da província de Chieti ou da vizinha Campobasso. Os filhos Rocco e Attilia desposaram-se com pessoas nascidas na mesma comuna que eles, sendo a esposa de Rocco uma das filhas de Pietro Aimola, sócio dos pais nas terras da Fazenda Olhos d'Água; Domenico e Joanna (a única filha nascida após a imigração) uniram-se com dois irmãos provenientes da comuna de Vasto, na província de Chieti; e as irmãs Emília e Angela casaram-se com os irmãos José e Nicola Dermínio, naturais da comuna de Montenero di Bisaccia, na província de Campobasso. Os últimos eram filhos do empreiteiro Giovanni Dermínio, que trabalhava na propriedade da família no ano de 1914, quando foi realizada a divisão amigável da propriedade.

As alianças matrimoniais do grupo de *siblings*⁸ são fundamentais para a manutenção de relações emocionais e culturais. A circulação de bens materiais e simbólicos se dava pela incorporação de rapazes e moças na constituição da família. Desta maneira, demonstraremos

⁸ O conceito de grupo de *siblings* enfatiza que se tratava de proles que possuíam pelo menos o pai ou a mãe em comum.

que a transmissão dos bens do casal Camillo Di Carlo e Carolina D'Angelo, depois de realizada a divisão das terras com o compatriota Pietro Aimola, se deu de forma a favorecer os filhos homens em situação especial. O testamento do casal⁹ permite examinar a lógica interna da transmissão dos bens deixados por esses italianos e é um documento raro, pois dificilmente imigrantes italianos deixavam seus desejos expressos em testamento no município de Franca.

O sistema de dote adotado por Camillo Di Carlo e Carolina D'Angelo para suas filhas mostra uma preocupação em ampará-las materialmente por meio da antecipação de suas legítimas. No entanto, os valores gastos pelo casal variaram substancialmente de acordo com o cônjuge e a época do casamento. Para se ter uma ideia o casal dispendeu mais de cinco contos de réis com dotes para suas filhas no período de 1910 a 1917. Contudo, vale destacar que o maior dote foi oferecido para a única filha que contraiu núpcias com um jovem da mesma comuna de origem da família; Attilia foi a segunda filha a se casar e recebeu 1:421\$000 (um conto, quatrocentos e vinte um mil réis) na ocasião do seu casamento com Domenico Rotondo.

A influência da procedência dos cônjuges no valor dos dotes é ainda mais notável no caso da filha Lavínia, a primeira a se casar e a única que desposou um jovem de outra região, recebeu o menor dote, no valor de 500\$000 (quinhentos mil réis). No inventário de Carolina D'Angelo¹⁰, falecida em 24 de outubro de 1920, foram apresentados o valor dos dotes e a descrição dos itens recebidos para colação. Além de itens de enxoval, as jovens receberam presentes dos pais cujos valores não faziam parte do dote¹¹.

Os filhos Domenico e Rocco não receberam antecipação de suas legítimas, mas obtiveram a metade dos bens deixados pelos pais, como recompensa pela ajuda na aquisição dos bens da família. Esse mecanismo também foi utilizado pelos antigos sócios dos Di Carlo, Pietro Aimola e sua esposa Giovanna Moretti¹², como forma de amparar os filhos homens após suas mortes e evitar o fracionamento da propriedade familiar.

⁹ Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Testamento de Carolina D'Angelo. Franca, Caixa 469, 1920.

¹⁰ Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Inventário de Carolina D'Angelo. Franca. Caixa 57, 1920.

¹¹ Os itens presentes no dote permitem um estudo a parte, por isso não foram descritos minuciosamente. De forma geral, os dotes eram compostos por colchas, cobertas, lençóis, fronhas, toalhas, malas e itens de vestuário, tais como vestidos, coletes, saias, meias, lenços e até espartilho. Cada uma das filhas também recebeu uma joia de ouro, sendo um anel, um brinco ou um alfinete.

¹² Fonte Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Inventário de Pedro Aimola. Franca, Caixa 237, 1930.

O princípio igualitário do sistema jurídico em relação a partilha dos bens familiares era tensionado pelas fases do ciclo de vida de cada membro do grupo de *sibling*, sendo o sexo, a idade, o tamanho e o *status* matrimonial da prole importantes variáveis levadas em consideração quando intersectadas às fases do ciclo de desenvolvimento familiar. Nos estudos sobre as partilhas de herança no período colonial realizados por Dora Costa (2005) os aspectos mencionados também faziam parte das estratégias e esforços dos pais para contemplar as legítimas dos filhos e das filhas associado a fase do ciclo de vida e do desenvolvimento do patrimônio da família.

Quadro 1 – Casamentos e dotes do grupo de <i>sibling</i>					
Filho	Cônjuge			Data da união	Valor do dote
	Nome	Local de nascimento	Pais		
Domenico	Serafina Ritucci	Vasto, Chieti, IT	Michelle Ritucci e Anna Villamagna	04/12/1909	-
Attilia	Domenico Rotondo	Rocca San Giovanni, Chieti, IT	Pasquantonio Rotondo e Filomena di Ilio	13/01/1912	1:421\$000
Lavinia	Marino Guerra	Ronco all'Adige, Verona, IT	Luigi Guerra e Filomena Faramiglio	05/02/1910	500\$000
Rocco	Nicoleta Aimola	Rocca San Giovanni, Chieti, IT	Pietro Aimola e Giovanna Moretti	11/10/1913	-
Emilia	José Dermínio	Montenero di Bisaccia, Campobasso, IT	Giovanni Dermínio e M. Custode Benedetto	09/10/1915	1:297\$000
Ângela	Nicola Dermínio	Montenero di Bisaccia, Campobasso, IT	Giovanni Dermínio e M. Custode Benedetto	09/10/1915	1:289\$000
Joanna	Giacinto Ritucci	Vasto, Chieti, IT	Michelle Ritucci e Anna Villamagna	24/04/1917	612\$000

Fonte: Livro de casamentos da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca. Inventário de Carolina D'Angelo e Camillo Di Carlo.

No caso da família Di Carlo é notável a estratégia de realização de casamentos entre famílias conhecidas desde a terra natal (Aimola e Rotondo) ou de irmãos entre si (Domenico e Joanna com Serafina e Giacinto Retucci; Emília e Angela com José e Nicola Dermínio). A imigração retardou o casamento dos filhos mais velhos da prole, uma vez que Domenico e Attilia, imigraram com 15 e 13 anos, respectivamente; e só se casaram com 29 anos de idade. Contudo, a estabilidade da família colaborou para que os filhos mais novos se casassem na faixa etária dos 20 anos de idade, em média.

Vejamos que na ocasião do inventário de Carolina D'Angelo, quando a família se tornava monoparental, isto é, com o falecimento de um dos cônjuges, todos os filhos já estavam casados. Attilia e Angela faleceram um ano antes da mãe, com uma diferença de

menos de uma semana; ambas deixaram filhos e morreram de parto¹³. Nos inventários, os órfãos foram representados pelos pais, que já haviam contraído segundas núpcias com jovens de famílias conhecidas desde o país de origem. Na época do primeiro inventário, Anna, Ernesto, Antonietta (filhos de Attilia) e Maria do Carmo (filha de Angela) tinham 7, 5, 2 e 5 anos, respectivamente.

Para se ter uma ideia dos bens dessa família imigrante, vale destacar que o monte mor atingiu 28:900\$000 (vinte e oito contos e novecentos mil réis) no inventário de Carolina D'Angelo, e 32:654\$000 (trinta e dois contos, seiscentos e cinquenta e quatro mil réis) no inventário de Camillo Di Carlo¹⁴.

Carolina D'Angelo faleceu aos 63 anos de idade, vitimada por problemas cardíacos. As despesas com sua doença e morte fez com que seu esposo desembolsasse cerca de 982 mil réis. Seu sepultamento contou com a Banda Musical “União Opera”, por 60 mil réis; e a presença de um padre que cobrou 140 mil réis para encomendar o corpo e acompanhar o féretro até o cemitério. Na ocasião, Camillo Di Carlo já havia adquirido um terreno duplo no cemitério municipal e pago pela construção de um mausoléu ornamentado em mármore de Carrara, cujo trabalho foi executado pela Marmoraria de Natale Frateschi & Filhos¹⁵.

Nessa época, a família já havia adquirido uma casa no núcleo urbano, situada à rua da Misericórdia; e a propriedade agrícola contava com 17 mil pés de café, além de animais e bens móveis para o trabalho na lavoura, como uma carroça e um *troly*, além de uma *carretela* que servia para o transporte da família.

Tabela 1 - Bens da herança	
Bens	Valor
Imóvel rural Olhos d'Água	6:500\$000
Cafezais	17:200\$000
Casas para colonos	1:000\$000
Semoventes (vacas e cavalos)	17:580\$000
Móveis (carroça, <i>troly</i> , <i>carretela</i>)	300\$000
Casa na cidade	4:000\$000
Total	28:900\$000

Fonte: Inventário de Carolina D'Angelo.

A princípio, o projeto de partilha dos bens da herança no inventário da matriarca deveria conter a metade dos dotes realizados às filhas. Contudo, três dos cinco genros da

¹³ Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Livro de óbitos da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, n. 6, 1917-1932, p. 30.

¹⁴ Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Inventário de Camillo Di Carlo. Franca. Caixa 56, 1925.

¹⁵ Os valores são referentes aos recibos anexados ao Inventário de Carolina D'Angelo.

falecida recorreram ao desconto da metade dos valores recebidos, sob o argumento que os dotes só deveriam ser descontados após o falecimento do inventariante. Se os dotes dados as filhas fossem incorporados ao total da herança junto as dívidas passivas realizadas para o funeral o monte mor atingiria a cifra de 34:019\$500 (trinta e quatro contos, dezenove mil e quinhentos réis).

Quadro 2 – Projeto de partilha do inventário de Carolina D’Angelo		
Descrição		Total
Monte mor		34:019\$500
Dívidas passivas		982\$100
Impostos		1:837\$400
Partível		31:200\$000
Meiação		15:600\$000
Metade destinada ao legado para	Giuseppina Pifagna	1:250\$000
	Filho Domenico	6:550\$000
	Filho Rocco	6:550\$000
Legítima dos filhos de Attilia	Metade do dote	1:114\$285
	Nos 17 mil pés de café	
Legítima dos filhos de Angela	Metade do dote	1:114\$285
	Nos 17 mil pés de café	
Legítima de Lavinia	Metade do dote	1:114\$285
	Casa da cidade	
	Nos 17 mil pés de café	
Legítima de Emília	Metade do dote	1:114\$285
	Casa da cidade	
	Nos 17 mil pés de café	
Legítima de Joanna	Metade do dote	1:114\$285
	Casa da cidade	
	Nos 17 mil pés de café	

Fonte: Inventário de Carolina D’Angelo.

No testamento, Carolina nomeou como testamenteiros: seu marido, Camillo Di Carlo; seu filho mais velho, Domenico Di Carlo; e Eusebio Saltarella¹⁶, o primeiro conterrâneo instalado em Franca. O documento orientou para que na partilha da herança fosse reservada a metade dos bens para amparar o futuro de sua pupila, Giuseppina Pifagna, e bonificar o trabalho dos filhos homens, sem prejuízo de suas legítimas. Assim sendo, o viúvo meeiro recebeu 13:000\$000 (treze contos de réis); da metade do legado foi descontado 1:250\$000 (um conto e duzentos e cinquenta mil réis) para a pupila do casal; e o restante dividido entre os dois filhos homens, Domenico e Rocco; recebendo cada um o valor de 2:625\$000 (dois contos, seiscentos e vinte cinco mil réis). Os demais herdeiros receberam 928:571

¹⁶ Eusebio Saltarella foi um dos testamenteiros de Camillo Di Carlo, ao lado dos filhos Domenico e Rocco. Sua atuação no núcleo urbano é destacada por ocasião de seu falecimento no Jornal Comércio da Franca, como distinto membro da colônia italiana em Franca.

(novecentos e vinte oito mil, quinhentos e setenta e um réis). A parte dos netos órfãos foi depositada no banco, para que fosse retirada posteriormente.

Cinco anos depois, com a morte do inventariante, os bens partilháveis da família foram avaliados em 30:154\$000 (trinta contos, cento e cinquenta e quatro mil réis), já descontado o legado de Giuseppina Pifagna, no valor de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis) e os gastos com o funeral de 1:000\$000 (um conto de réis). As antecipações em dotes para as filhas foram descontadas e o testamento apresentou a mesma estratégia para que a propriedade familiar não fosse dividida ou vendida, deixando a metade de seus bens para os filhos homens.

Nessa época, os irmãos Domenico e Rocco já possuíam outra propriedade rural na região, denominada fazenda Salto Alegre, cuja compra foi efetuada em 15 de setembro de 1924. Com o falecimento do pai, ocorrido em 20 de outubro de 1925, Domenico e Rocco compraram a parte da herança de suas irmãs e sobrinhos órfãos, descontando as antecipações recebidas por cada uma das irmãs no casamento. Dois anos depois, Domenico e Rocco realizam uma permuta de suas propriedades, ficando Rocco com as terras da fazenda Olhos d'Água e Domenico com a nova propriedade.

No caso da família Di Carlo é notável que para a composição do patrimônio teve o auxílio da sociedade com um compatriota e do trabalho dos filhos homens na formação dos cafeeiros que permitiram o enriquecimento familiar. Realizada a divisão amigável da terra, dois aspectos preocupavam o casal de proprietários: o futuro da pupila que adotaram no Orfanato de Lanciano, que permanecia solteira, e o fracionamento da propriedade.

A resolução encontrada por esses italianos foi deixar um testamento que estipulasse um valor para amparar a pupila e não prejudicar o patrimônio dos filhos homens, que desde cedo ajudaram a aumentar o fundo patrimonial comum da família. Tais personagens haviam se tornado líderes em potencial da propriedade familiar e não poderiam ser prejudicados pelo sistema de herança, que partilharia os bens em partes iguais por todos os sete filhos. Nessa situação, Domenico e Rocco perderiam mais de 6 contos de réis, correndo o risco de fracionar a propriedade familiar ou vender as terras para terceiros.

É notável que a transmissão dos bens zelou pela posição social e econômica dos filhos homens. Nesse contexto, os genros tiveram de buscar outras terras para formar patrimônio, promovendo assim a circulação dessas famílias em direção a outras terras. Do ponto de vista dos bens destinados às filhas o sistema de antecipação por dotes contribuiu para a formação dos novos núcleos familiares por meio da doação de enxovais e utensílios domésticos. Além

disso, os valores dos dotes, como herança futura, mostraram que havia uma predileção pelos genros provenientes da mesma região de origem, ou seja, pertencentes a rede familiar.

Conclusão

Os estudos sobre família vêm, ao longo das últimas décadas, recebendo contribuições substanciais da Demografia História e da História Social, por meio da aplicação de fontes seriais e nominativas. Tais abordagens e metodologias, ao reduzir a escala de observação, contribuem para acompanhar trajetórias e os papéis dos sujeitos e suas redes de relações. Com esse estudo de caso, é possível reconstituir uma trajetória familiar de imigrantes italianos bem-sucedidos no sonho de tornarem-se proprietários na sociedade de destino, entre o final do século XIX e início do século XX.

Esse caso corroborou para entender a dinâmica de implantação de estrangeiros no território esquematizada por Truzzi que leva em conta, dentre outros fatores, as oportunidades oferecidas pelo *timing* (anterioridade) de chegada, as estratégias relacionais e a busca de oportunidades para os filhos. No comportamento reproduzido pelo casal estudado houve uma tendência em agenciar casamentos dentro da rede familiar e um esforço por parte dos pais no sentido de contemplar os filhos homens com a possibilidade de tornarem-se os futuros donos da propriedade familiar. Por isso, as diferenciações nas composições dos quinhões recebidos variaram de acordo com o tamanho, o sexo e o estado matrimonial da prole. Um aspecto importante para o êxito deste estudo é o acompanhamento longitudinal das trajetórias de vida, associado ao ciclo de desenvolvimento da família. Por fim, a sociedade entre os filhos homens permitiu que a propriedade familiar se mantivesse inalterada. Embora esses filhos não fossem sócios do pai, eles ajudaram a aumentar a riqueza patrimonial da família, tornando-se protagonistas na continuidade da propriedade familiar.

Fontes

Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Livro de batismos, casamentos e óbitos da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, 1885-1945.

Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Divisão amigável da Fazenda Olhos d'Água. Franca. Caixa 368, 1914.

Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Inventário de Camillo Di Carlo. Franca. Caixa 56, 1925.

Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Inventário de Carolina D'Angelo. Franca. Caixa 57, 1920.

Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Testamento de Carolina D'Angelo. Franca, Caixa 469, 1920.

Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Testamento de Pedro Aimola. Franca, Caixa 237, 1930.

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Lista de bordo do navio Edilio Raggio, 1896.

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Livro de registros de matrículas da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo. Livro nº 53, 1896.

ROCCA SAN GIOVANNI (CH). Archivio di Stato di Chieti. Atti di nascita de Angelo Camillo Di Carlo. Registro em: 4 dez. 1855.

Referências

ADACHER, David. Emigromania. La prima fase (dall'Unità al 1900). Istituto Abruzzese per la Storia della Resistenza e dell'Italia Contemporanea, 2012.

ALVIM, Zuleika. Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Sposarsi nel Brasile. Alguns aspectos da nupcialidade entre imigrantes italianos em terras paulistas. In: DE BONI, Luis A. A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: Edições Est, 1996, p. 267-280.

CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. Revisitando a Sucessão Matrilinear: Povoamento Colonial, Elite Agrária e Família na primeira metade do século XIX. Campinas, São Paulo. Estudos de História, v. 12, n. 2, 2005, p. 11-38.

DE BONI, Luis A. A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: Edições Est, 1996.

FRANZINA, Emilio. A grande imigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla B.; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p. 93-118.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Orgs.). A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Editora Brentand, 1989.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Orgs.). A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Editora Brentand, 1989, p. 169-178.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME et al. Micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 32-52.

LEVY, Maria Stella Ferreira. A escolha do cônjuge. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 26, n. 1, 2009, p. 117-133.

LEVY, Maria Stella Ferreira; SCARANO, Julita. O imigrante em São Paulo: casamento e nupcialidade. População e Família, v. 1, n. 1, 1999, p. 61-74.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Dos registros paroquiais à demografia histórica no Brasil. Anais de História. Assis: n. 2, 1983.

MASSEY, Douglas S. Economic Development and International Migration in Comparative Perspective. Population and Development Review, v. 14, n. 3, 1988, p. 383-413.

PINSKY, Carla B.; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

TRENTO, Angelo. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1988.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. Tempo Social: revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, 2008.

TRUZZI, Oswaldo; VOLANTE, João Pedro. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no oeste paulista (1880-1950). Tempo Social: revista de sociologia da USP, v. 31, n. 3, 2019.

VENDRAME et al. Micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Oikos, 2015.

VENDRAME, Máira Ines. Mobilidade, redes e experiências migratórias. In: VENDRAME et al. Micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 200-223.

**As famílias cativas de Itapemirim nos anos finais da escravidão
(Província do Espírito Santo, 1872-1888)**

Laryssa Machado*

O presente artigo pretende apresentar a família cativa de Itapemirim nos anos finais da escravidão (1872-1888). O recorte temporal foi feito entre a promulgação de duas leis importantes: a Lei do Ventre Livre (1871), que tornava libertos os nascidos de ventre cativo após aquela data, e a Lei Áurea, que colocou fim a escravidão. As fontes utilizadas nessa pesquisa foram as cartoriais (inventários *post mortem* e testamentos) e as eclesiásticas (*livro de batismo*).

Esses documentos revelam a existência da família cativa de Itapemirim, que no período analisado estava consolidada na região. Para a identificação dessas famílias foi realizado o método onomástico, além de recorte serial para análise dos dados. A maioria das famílias eram matrilineares, algumas com poucos e outras com muitos filhos. Também se percebe a presença de muitos africanos, mesmo décadas após o fim do tráfico internacional de almas. Inúmeras denúncias de desembarque de africanos foram feitas nesse período, e a trama do tráfico envolvia as províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Sobre a colonização do Vale do Itapemirim

As terras do Vale do Rio Itapemirim estavam entre as primeiras sesmarias doadas por Vasco Fernandes Coutinho a Pedro da Silveira, em 1539, segundo relatos do memorialista do século XIX, Basílio Daemon (2010, p. 114). Aparentemente, a povoação não foi bem-sucedida, pois registros relacionados à ocupação da região do Rio Itapemirim só reapareceram no início do século XVIII. De acordo com Luciano Moreno, no início do século XVIII, “Domingos de Freitas Bueno Caxangá [...] e outros agregados que resolveram tentar a sorte nestas terras. Construíram aqui uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá. [...] denominado mais tarde de Fazendinha” (MORENO, 2016, 19).

A colonização efetiva dessa região, porém, aconteceu apenas em 1771, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo,¹ que buscaram refúgio às margens do Itapemirim após um ataque indígena que os obrigou a abandonarem suas casas em Minas de Castelo. Durante o conflito, enquanto os homens lutavam contra os índios, as mulheres e as crianças foram

* Mestre em História (UFES). Professora da rede de ensino da Prefeitura Municipal de Marataízes. Pesquisadora do Laboratório de História, Poder e Linguagens da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: assyrall@gmail.com.

¹ Região no interior do Espírito Santo onde se encontrou ouro.

retiradas com relativa segurança. Os “atacantes em renhida resistência, destruindo – ao partirem – casas, canais e pontes, outrora construídos com enorme sacrifício. Vieram os sobreviventes, instalar-se na barra do Rio Itapemirim” (OLIVEIRA, 2008, p. 222).

A partir de então, a região se desenvolveu por meio das lavouras de açúcar, inicialmente, e, depois, de café. Muitas famílias vieram para a região em busca de terras férteis e trouxeram escravos e maquinários (MORENO, 2016, p. 32). As imigrações mineira, fluminense e paulista trouxeram consigo o cultivo do cafeeiro, sendo o café o principal produto exportado no Brasil, no século XIX. Além disso, houve um nítido crescimento populacional na região, onde se criaram as condições favoráveis para a emancipação administrativa. Por meio do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 9 de agosto de 1816 com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho.

Itapemirim, como todas as regiões colonizadas na Capitania do Espírito Santo, recebeu, desde o princípio da exploração de suas terras, lavouras de cana-de-açúcar. A Fazendinha, primeira fazenda da região, era cercada por canaviais ampliados após a efetiva colonização no final do século XVIII (MORENO, 2016, p. 20-22). Na primeira metade do Oitocentos, o açúcar ainda era o principal produto e Itapemirim se destacava por suas prósperas lavouras e seus engenhos movidos a vapor. Além dos dois cultivos, cafeeiro e cana, havia o plantio do algodão e do fumo, além de serralherias que exportavam madeira.

O porto de Itapemirim era o mais próximo da capital imperial e, por conta disso, exportava as mercadorias direto para a Corte. Em relatório realizado em 1849, o Dr. Antônio Pereira Pinto (RELATÓRIO, 1849, p.10) exaltou os lavradores de Itapemirim que comercializavam direto com o Rio de Janeiro. Segundo ele, o comércio favorecia as lavouras, pois facilitava a circulação de produtos (RELATÓRIO, 1849, p.10).² Para Pereira Pinto, tão importante quanto produzir era exportar. Essa proximidade com o Rio de Janeiro, porém, não era lucrativa para o Espírito Santo, ao contrário do que dizia o presidente provincial Pereira Pinto. O lucro com a produção não permanecia em terras capixabas, mas sim com os comerciantes cariocas (ROCHA e COSSETTI, 1983, p. 31). No entanto, para a Vila do Itapemirim, o comércio com a Corte a transformara em um importante entreposto de produtos agrícolas (MORENO, 2016, p. 86).

² Relatório com que o Exm. Sr. D. Antônio Pereira Pinto entregou a presidência da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da mesma. Vitória: TYP Capitiense de P A de Azevedo, 1849, p. 10.

Sobre a Paisagem Humana de Itapemirim

A efetiva colonização das terras do Vale do Itapemirim, ocorrida nas décadas finais do século XVIII, e a migração dos fazendeiros com suas posses fizeram com que a região fosse povoada não apenas por suas famílias, mas também pelos cativos que migraram junto com seus proprietários. Segundo Vilma Almada, “no Espírito Santo foi a região de Itapemirim [sul] aquela que majoritariamente desenvolveu uma economia do tipo ‘plantation’ escravista” (ALMADA, 1984, p. 88).

Os dados populacionais de Itapemirim referentes ao século XIX revelam que o quantitativo de escravizados sempre foi elevado. Ao se comparar com a população capixaba no mesmo período, percebe-se que a população cativa itapemirina estava muito acima da média de escravos espírito-santenses. Na primeira metade do século XIX, quando a proibição do tráfico ainda não vigorava, a população cativa capixaba apresentou valores mais expressivos. No ano de 1824, enquanto a população capixaba era composta por 37% de cativos (13.188 cativos e 22.165 livres), Itapemirim possuía 49% de escravizados (1.148 cativos e 1.184 livres). Já, no ano de 1839, a população do Espírito Santo era formada por 35% de escravos (16.847 livres e 9.233 cativos) e Itapemirim, por sua vez, tinha uma população composta de 66% de cativos (852 livres e 1.635 cativos).

Nas primeiras décadas do século XIX, Itapemirim possuía uma população escravizada maior que a livre: 56% (1.038) da população era formada por escravos, em 1827; 54% (1.596) em 1833, e 55% (2.109) em 1843. Nos anos seguintes à promulgação da Lei Eusébio de Queirós, os valores proporcionais de Itapemirim continuavam elevados: 43% (1.885) em 1856, e 49% (4.315) em 1861. O mesmo ocorre nos anos finais da escravidão. Em 1870 e 1872, enquanto o Espírito Santo possuía, respectivamente, 27% (18.772) e 28% (22.659) de escravizados em sua população, em Itapemirim havia 30% (2.013) e 32% (2.783) de escravizados.

Muitos desses cativos adentraram o Vale do Itapemirim junto com seus senhores durante o período de colonização da região. Outros, porém, chegaram a Itapemirim através do tráfico internacional de escravos. Correspondências existentes no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo relatam a problemática da permanência do tráfico de cativos em Itapemirim após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós (OFÍCIOS, 1851).³

Segundo Walter Pereira, a região que compreendia o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo continuou a receber o desembarque de africanos

³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

após 1850 (PEREIRA, 2013, p. 2). Marcus Carvalho, ao estudar o tráfico de escravos em Pernambuco, constatou que, após a primeira proibição do tráfico, em 1831, as embarcações deixaram de aportar em grandes centros e passaram a operar em pequenas cidades brasileiras (CARVALHO, 2018, p. 126). O volume de correspondências e a presença de africanos entre a população escrava itapemirinese apontam para essa situação. De acordo com Leonor Santana, os desembarques aconteceram até o fim da década de 1860 (SANTANA, 2000, p. 304). “A 7 de abril de 1856, o Chefe de Polícia da Corte relatava as feitorias de escravos, na África, e apontava, como principal porto de desembarque no Brasil, o porto de Itapemirim” (NOVAES, apud SANTANA, 2000, p. 304).

Tanto os relatórios dos presidentes da província capixaba quanto os ofícios do chefe de polícia e as cartas enviadas a Corte apontam para esse problema. Ao longo de toda a década de 1850, várias embarcações foram apreendidas na região. Nomes como o do traficante Joaquim Ferreira de Oliveira e seu sócio Joaquim da Fonseca Guimarães, aparecem nas correspondências, assim como José Bernardino de Sá, que consta em uma lista feita pela polícia em que se apontaram os nomes de 292 traficantes de escravos que operavam na atividade entre os anos de 1811 e 1831 (PARRON, 2009, p. 134). Também constam denúncias que envolvem o Coronel João Gomes, cunhado do Barão de Itapemirim e o nome do próprio é envolvido. Outros como o coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt e seu cunhado, o major Caetano Dias da Silva também foram denunciados. Dias da Silva foi chamado em uma coluna do jornal *Correio de Vitória*, em 1852, de “tigre sanhudo atrás da presa”, devido a sua relação com o tráfico ilegal de africanos (PEREIRA, 2015, p. 17).

Enquanto as denúncias relatavam que Itapemirim estava na rota do tráfico de almas, os dados demográficos demonstram a presença de africanos entre a população cativa da região. No ano de 1839, o presidente provincial João Lopes da Silva Coito produziu um mapa sobre a população cativa nas cidades e vilas do Espírito Santo.⁴ A província apresentava, então, 1.518 pardos cativos (16,5%), 4.881 escravos naturais do Brasil (52,8%) e 2.834 escravos naturais da África (30,7%), num total de 9.233 cativos.⁵ Se subtraído esse contingente do total de habitantes, tem-se o total de 16.847 habitantes livres na província. Assim, em 1839, a

⁴ Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL, microfilme 015_000_78, p. 48 apud LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013, p. 39.

⁵ Para as autoridades, o termo “pardo” referia-se ao cativo miscigenado. Por outro lado, o termo “crioulo” referia-se aos negros cativos nascidos no Brasil.

população livre capixaba correspondia a 64,6% do total do contingente populacional, enquanto os cativos representavam 35,4%.

Em 1839, a cidade de Vitória, capital da província, possuía o maior número de cativos, 3.270 (35,4%), seguida por Itapemirim, que tinha exatamente metade da população cativa da capital, 1.635 (17,7%). Nesse ano, porém, a quantidade de escravizados africanos em cada uma das cidades e vilas capixabas representava 30,7% do total de cativos do Espírito Santo. Dentre os 2.834 cativos oriundos da África, 1.026 estavam em Itapemirim. Esse valor correspondia a 11,1% do total de cativos capixabas e 36,2% do total de africanos que residiam no Espírito Santo. Portanto, a Vila apresentava a maior quantidade de escravos africanos da província naquele período.

Ao se comparar dados da população cativa de Itapemirim com os anos de 1833 (LISTA NOMINAL, 1833)⁶ e 1872 (CENSO, 1872),⁷ percebe-se que os africanos predominaram na escravaria local na primeira metade do século e representaram um número significativo nos anos finais da escravidão: 65% dos escravizados, em 1833, e 63%, em 1839. Já em 1872, esse quantitativo diminuiu para 18%, dado explicado pelo fim do tráfico, em 1850. Ainda assim, a população parda era minoria, se comparada aos descritos como “pretos”. Em 1872, os pardos cativos representavam 30% da população cativa, menos de 1/3 da mesma. A miscigenação era pequena, apesar de ter aumentado consideravelmente nos anos finais da escravidão. Não se pode esquecer o tráfico intraprovincial que, possivelmente, forneceu cativos para Itapemirim. Não existem documentos que relatam essa migração, mas o Censo de 1872 fornece informações sobre a origem da população livre de cor e escrava. A maioria dos “livres de cor” e dos escravos que aparecem no documento vindos de outras províncias eram baianos, fluminenses, paulistas, mineiros e pernambucanos.

Como se pode observar, a população cativa de Itapemirim era formada por muitos africanos, porém, nos anos finais da escravidão, a presença de escravos crioulos era grande, causada pela proibição ao tráfico de almas, o incremento do tráfico interno e, também, a reprodução endógena. Este artigo pretende analisar a composição dessas famílias cativas e como elas contribuíram para o abastecimento das escravarias de Itapemirim, através de análise documental e bibliográfica.

⁶ APEES, Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833, Fundo Governadoria, Livro 54

⁷ Recenseamento Geral do Império de 1872.

As famílias cativas de Itapemirim entre 1872 e 1888

Inventários *post-mortem* e testamentos vêm sendo utilizados como fontes para remontar famílias cativas em várias localidades. Ainda assim, não são os melhores documentos para essa tarefa. Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes (FLORENTINO e GÓES, 1997, p. 43), o uso dessas fontes configura exercício de interpretação das relações familiares cativas. Já por meio do batismo, principal rito do cristianismo, o sujeito inseria-se na sociedade católica. “No contexto do catolicismo, o batismo era a principal maneira de tornar qualquer indivíduo, escravo ou livre, membro da sociedade cristã” (SCHWARTZ, 2001, p. 267). Para os cativos, especificamente, o batismo era ministrado a adultos e crianças, obrigando o senhor a prática desses sacramentos. A integração para o cativo era importante, pois representava quesito básico de sobrevivência, já que negar o domínio do senhor e de suas instituições representava confronto que causaria mais dano que benefício (FARIA, 1998, p. 306).

Dois tipos de documentos foram utilizados nesse trabalho para identificar as famílias cativas de Itapemirim: os inventários *post mortem* e testamentos, que podem ser enquadrados como documentos cartoriais; e os registros de batismo da Paróquia Nossa Senhora do Amparo, que compõem documentos eclesiásticos. Entre os anos de 1872 e 1888 foram levantados 41 documentos cartoriais, sendo 39 inventários e dois inventários com testamento em anexo. Dentre esses, 24 documentos apresentam escravos como bens, num total de 224 cativos. Quanto aos registros de batismo, não há documentos referentes ao período entre 1872-1882. O último livro de batismo de escravos encontrado tem como período os anos de 1882 até 1888, quando se encerra a escravidão. Primeiro se irá analisar as composições familiares encontradas nos inventários e testamentos. Em seguida, serão analisados os documentos de batismo.

Sobre a origem desses cativos, 41% (92) foram identificados como crioulos, 15% (34) como africanos, e os demais (44% - 98) não apresentavam identificação nos documentos. Apesar da predominância crioula, Itapemirim concentrava grande quantidade de cativos africanos, o que pode ser explicado pela desobediência a Lei Eusébio de Queirós. Dos 92 crioulos, 45 (49%) eram homens e 47 (51%) eram mulheres. Já entre os africanos, 17 eram homens e 17 eram mulheres. No total, 53% (117) da população cativa era composta por homens e 47% (104) por mulheres. A proporção entre a quantidade de homens e mulheres é algo a se destacar.

Quando a população é comparada por faixa etária, observa-se que 14,7% (33) eram crianças de 0-10 anos; 52,7% (118) estavam na faixa etária de 11-30 anos; 23,6% (53) estavam entre o grupo de 31-49 anos e 5% (11) tinham 50 anos ou mais. Num total de adultos

e crianças eram 14,7% e 81,3% respectivamente. 4% (9) não apresentaram informação. Esses valores demonstram resultados imediatos da Lei do Ventre Livre. Era esperado que nesse período a população fosse formada por adultos, já que os nascidos a partir de 1871 não eram mais considerados cativos. Assim, não foram contabilizados no Censo de 1872 e também não aparecem nos documentos entre 1872-1888. As poucas crianças que foram registradas são aquelas nascidas antes da promulgação da lei.

O quantitativo de homens e mulheres por faixa etária é outro aspecto importante para ser analisado. Na faixa etária onde os cativos estão disponíveis para composição de famílias, entre 15-45 anos, havia proporção entre o número de homens e mulheres: 48,5% (67) eram homens e 51,5% (138) eram mulheres. O equilíbrio sexual e a alta taxa de crianças são indícios da presença de famílias nas escravarias itapemirínenses. Ainda que houvesse dependência do tráfico transatlântico, como insinuam as fontes, os dados até aqui analisados demonstram que a reprodução natural era possível como mecanismo de manutenção e ampliação das escravarias, mesmo nos anos finais da escravidão.

Dos 41 documentos analisados, 34% apresentam algum tipo de composição familiar. E dos 224 cativos presentes nesses documentos, 79 (35,2%) estavam inseridos em algum laço familiar. A quantidade de crianças é importante ser destacada: 46,8% (37) dos cativos com vínculo eram crianças entre 0-14 anos, e no total de crianças identificadas nesse período, 69,8% tinham algum vínculo familiar.

Outro aspecto analisado relaciona-se ao tamanho das escravarias em relação aos laços familiares. Como aponta Florentino e Góes e discutido neste trabalho, a relação entre o tamanho dos plantéis e laços familiares é bastante relevante, uma vez que, segundo os autores, quanto maior os plantéis maiores são as probabilidades de se instituírem vínculos familiares. Entre 1872-1888, 29,2% (26) dos cativos inseridos em famílias estavam em posses de 1-10 escravos; 23,6% (21) em posses de 10-20 escravos e 47,2% (42) estavam em posses com mais de 20 escravos.

O que se pode concluir dos dados analisados em inventários até aqui é a maior participação de crianças nos laços familiares, principalmente ligados às mães. “Eram elas que acionaram com maior frequência os principais instrumentos para se construir relações familiares, ao menos aqueles captados pelas fontes, a saber: a consanguinidade e o casamento” (RIBEIRO, 2012, p. 147). A quantidade de mulheres envolvidas em laços familiares será a seguir: 87,5% (21) eram mães solteiras e 12,5% eram viúvas ou casadas. No total de mulheres com 15 anos ou mais encontradas nos documentos (37 mulheres), 64,8% (24) estavam inseridas em laços familiares. Já em relação aos homens, foram encontrados 31

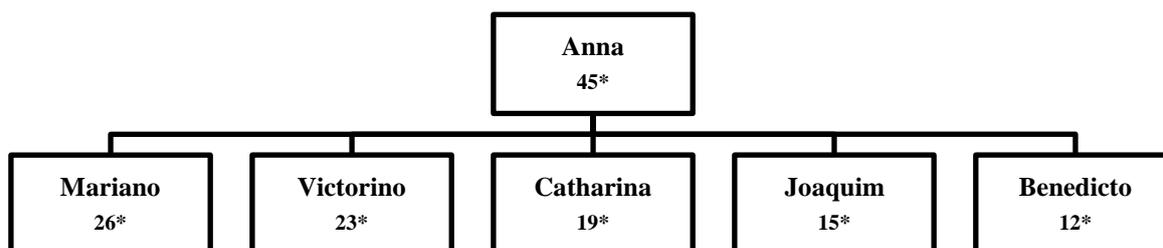
com mais de 15 anos e apenas 3 (9,7%) eram casados ou viúvos. Não há registro de nenhum pai solteiro.

A diferença encontrada entre o número de homens e mulheres pode induzir a pensamento pejorativo sobre as relações afetivas dos cativos, principalmente das mulheres, entretanto, essa ideia é simplória e passível de análise. Para Ribeiro (2012, p. 149), nem todos os homens e mulheres que não apresentam referência ao registro de casamento ou viuvez viviam na promiscuidade. Alguns deveriam viver ou teriam vivido algum relacionamento consensual.

O que se pode deduzir então, é que nem todas as relações entre os cativos eram devidamente reconhecidas a ponto de serem registradas nos inventários. Além disso, essas relações eram respeitadas pela comunidade, que as reconhecia, independentemente de serem sacramentadas ou não, todavia, através da análise do número de filhos podem-se levantar algumas hipóteses sobre o assunto. Entre as famílias chefiadas por casados, aparecem as seguintes composições: quatro com apenas um filho, uma com dois filhos e uma com três filhos. Entre os solteiros, por sua vez, a composição é a seguinte: 24 com apenas um filho, cinco com dois filhos, dois com três filhos e uma com cinco filhos. Além desses, três casais sem filhos aparecem nos inventários nesse período.

A família citada com cinco filhos de mãe solteira apareceu no inventário de Dona Urçula Maria do Espírito Santo, aberto em 1885, por seu marido, José Joaquim Marvila. Anna, com 45 anos era mãe de cinco filhos, sendo quatro com mais de 15 anos. Famílias como a de Anna reforçam a ideia de que havia relações consensuais entre os cativos sem o devido registro nos inventários. Por não serem relações sacramentadas, talvez a omissão não preocupasse os inventariantes.

Figura 1. Família de Anna, cativa de Urçula Maria do Espírito Santo*



Fonte: Inventário de Urçula Maria do Espírito Santo, APEES.
*Os números em parênteses correspondem a idade dos cativos.

Também merece destaque a idade dos cônjuges. Foram identificados onze mulheres e sete homens casados ou viúvos. Dentre os homens 28,6% (2) tinham entre 35-44 anos; 57,1% (4) entre 45-54 anos e 14,3% (1) entre 55-64. Já entre as mulheres, 9,1% (1) tinham idade entre 15-24 anos; 54,5% (6) entre 35-44 anos; e 36,4% (4) entre 45-54 anos. De modo geral os cativos casados e viúvos de Itapemirim estavam em idade madura. Dado semelhante encontrado em outras regiões do Espírito Santo. “Considerando o conjunto da população escrava, os cônjuges concentravam-se na faixa dos 35 a 54 anos” (RIBEIRO, 2012, p. 160). Quanto à idade dos pais para a concepção do primeiro filho era em média de 25 anos entre as mulheres e 42 entre os homens.

A diferença etária entre os casais é outro ponto a ser estudado. Nesse período em Itapemirim, os homens eram mais velhos que as mulheres, mas a diferença etária era pequena: 62,5% dos homens eram de 1 à 5 anos mais velhos que suas companheiras, 25 % eram de 6-10 anos e 12,5% eram de 11 à 15 anos mais velhos que suas esposas. Havia, portanto, equilíbrio etário entre os casais cativos itapemirinos. Para poucos casais a diferença etária configurava-se acentuada.

Outra questão da família cativa é a união entre crioulos e africanos. A união entre africanos predominou em Itapemirim. Dos oito cônjuges que aparecem nos documentos, pode-se identificar a origem de cinco deles, formados por homens e mulheres africanos; um casal era formado por homem crioulo e mulher sem procedência, um casal o homem era africano e a mulher não tinha origem identificada e outro casal nenhum dos dois apresentam procedência.

Também será observado o tempo de união das famílias cativas. O parâmetro utilizado foi o mesmo usado por Geisa Ribeiro (2012, p. 169), que estimou a duração das famílias através da idade do filho mais velho, junto ao pai ou a mãe, independente da condição civil. Dos dados obtidos considerando os limites da fonte pode-se observar razoável estabilidade nas uniões. Os casais das escravarias de Itapemirim, de maneira geral, mantinham-se juntos

por longos períodos. Pais e mães com filhos entre 10 e 19 anos encontravam-se presentes na maioria das famílias do período analisado: foram treze. Oito famílias possuíam filhos com mais de 20 anos. Além disso, uma família tinha filhos com menos de um ano; sete famílias com filhos entre 1-4 anos; e outras sete famílias com filhos entre 4-9 anos.

Outro dado relevante sobre a estabilidade dessas famílias afigura-se na continuidade desses casais e seus filhos unidos por ocasião da partilha proporcionada pelos inventários. Em análise feita por Geisa Ribeiro (2012, p. 171), comprovou-se que a maioria das famílias, independentemente do tamanho do plantel, permaneceu totalmente unida nas regiões de Vitória e Cachoeiro. Em Itapemirim, levantaram-se os seguintes dados para os anos finais da escravidão: nas posses referentes a até 10 cativos, 62,5% (5) das famílias permaneceram totalmente unidas e 37,5% (3) foram totalmente separadas. Entre as posses com 11 até 19 cativos, 66,6% (2) permaneceram totalmente unidas e 33,4% (1) foram totalmente separadas. Nas posses com mais de 20 cativos, todas as famílias (8) permaneceram totalmente unidas.

Analisando a permanência unida da família de acordo com o estado civil do cativo, temos os seguintes dados: nas famílias matrilineares, 86,6% (13) permaneceram totalmente unidas e 13,4% (2) foram totalmente separadas. Entre as famílias nucleares, 37,5% (3) permaneceram totalmente unidas, 37,5% (3) permaneceram parcialmente unidas e 25% (2) foram totalmente separadas.

Os dados analisados até aqui apresentam retratos das famílias cativas de Itapemirim. Apesar da ausência de informações nos inventários, que constituiu um desafio de grande relevância na investigação. Tinham razão Florentino e Góes sobre as limitações da fonte no estudo proposto e a respeito da necessidade de cruzamentos dos dados obtidos com outros documentos, sobretudo, os eclesiásticos. Para isso, realizou-se outro extenso levantamento com base em registros de batismo, que complementa com razoável sucesso o perfil familiar de homens e mulheres escravizados em Itapemirim.

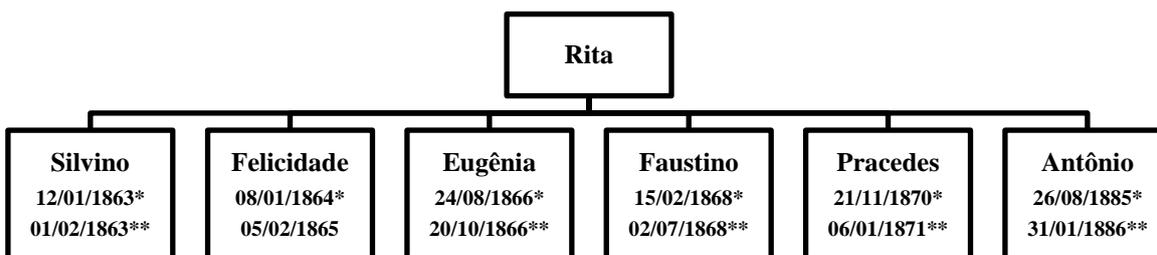
Como já descrito, os dados referentes aos anos finais da escravidão estão no livro que compreende o período de 1882-1888. Do total de batizados realizado nesse período, 92,4% (267) foram identificados pelo pároco como inocente/ingênuo. Os demais não apresentam informação. Quanto a idade que os mesmos eram batizados, 39,2% (107) receberam o sacramento entre 31 dias e 6 meses e 24,9% (68) foram batizados entre os 6 meses e um ano de vida. Em relação ao sexo, foram 148 meninos e 140 meninas.

Em relação aos padrinhos e madrinhas, o período traz informações interessantes: 55,4% dos padrinhos e 48,8% das madrinhas eram livres. É notório que havia outros interesses na escolha dos cativos nos anos finais da escravidão. Entre as outras condições de

padrinhos vemos a seguinte composição: 33,2% (96) eram cativos; 2% (6) eram forros e 9,4% (27) não apresentam informação. Em relação às madrinhas, 35% (101) eram cativas; 3,4% (10) eram forras; 3,4% (10) eram santas e 9,4% (27) não apresentavam informação.

O predomínio de famílias matrilineares, ou seja, chefiadas por mulheres solteiras, com apenas um filho, são reflexo de uma escravaria jovem e muito influenciada pelo tráfico internacional, como demonstrou Florentino e Góes (1997, p. 143-144). O que não significa que não houvesse uniões estáveis, mas não sacramentadas pela Igreja. Os exemplos citados acima, das famílias nucleares que batizaram filhos naturais, comprovam essa hipótese. Além disso, do total de famílias matrilineares, 28,2% batizaram dois ou mais filhos. A maior família matrilinear encontrada nos livros foi a de Rita, cativa de Archanjo José de Souza,⁸ que batizou seis crianças entre 1863-1886. Em nenhum dos registros os párocos responsáveis colocaram o nome do pai.

Figura 2. Família de Rita, cativa de Archanjo José de Souza

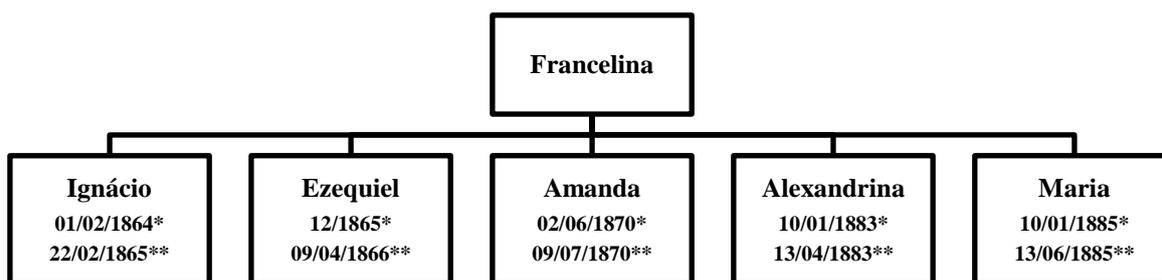


Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.
*Data de nascimento; ** Data do Batismo.

Outros exemplos de famílias matrilineares formadas por muitos filhos são encontrados nas escravarias de Dona Marianna Barreto da Silva Lima e Victorino Joaquim da Rocha, inclusive, os dois proprietários são os únicos que aparecem nos três livros de batismo. Suas cativas Raimunda e Francelina batizaram cinco crianças cada uma, e em nenhum dos assentos consta o nome dos pais, aquela entre 1865-1885 e está entre 1863-1867.

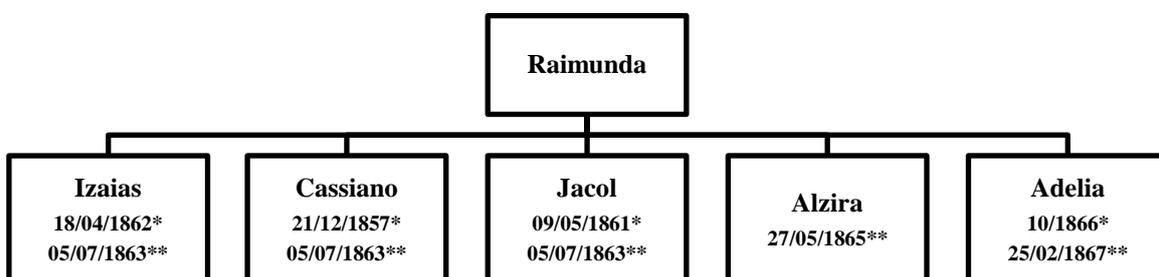
⁸ No Livro de Batismo nº 2, Archanjo José de Souza aparece como Capitão. No Livro nº 3 aparece como Tentente Coronel.

Figura 3. Família de Francelina, cativa de Victorino Joaquim da Rocha



Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.
*Data de nascimento; ** Data do Batismo.

Figura 4. Família de Raimunda, cativa de Marianna Barreto da Silva Lima

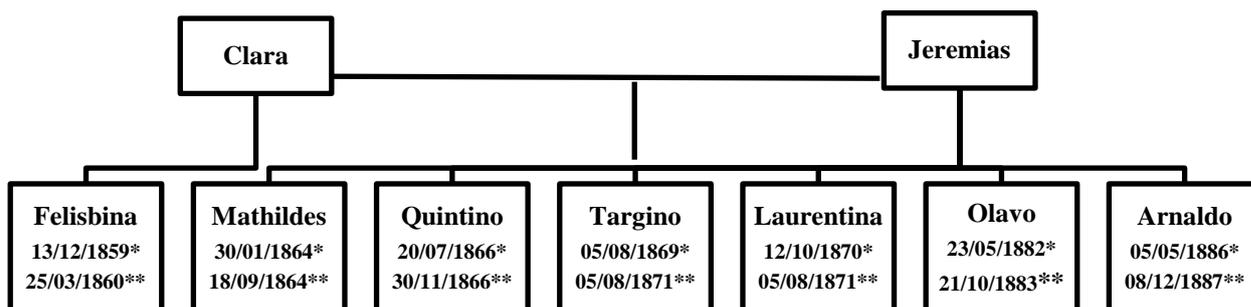


Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.
*Data de nascimento; ** Data do Batismo.

Famílias como as de Rita, Francelina e Raimunda aumentam as possibilidades da existência da família consensual no Espírito Santo, fato que ficou explícito nas famílias dos cativos Antônio e Luciana, Roberto e Clementina. É pouco provável que os companheiros dessas cativas sejam desconhecidos e que essas crianças não tenham conhecido seus pais, ou que todas tenham sido filhas de pais diferentes. Além disso, em muitos assentos os párocos não registravam o nome dos pais, ainda que as cativas fossem casadas ou vivessem em relações consensuais.

O casal de crioulos, Clara e Jeremias, que pertencia a Antônio Domingues Tinôco, batizou entre 1860-87, seis filhos legítimos e um natural, num total de sete crianças. Sua primeira filha, Felisbina, foi batizada como natural em 1860, e não aparece o nome do pai no assento. Os outros infantes, por sua vez, receberam o sacramento batismal na presença do casal e foram registrados como filhos legítimos. A família de Clara e Jeremias é exemplo de famílias detectadas por Slenes (1984, p. 121), onde muitas mulheres tiveram seu primeiro filho quando ainda eram solteiras e se casaram na Igreja anos depois. Não se pode afirmar que Felisbina é filha de Jeremias ou se Clara teve outro relacionamento antes de sacramentar sua união. Mas essa família é exemplo da diversidade de famílias cativas encontradas em Itapemirim.

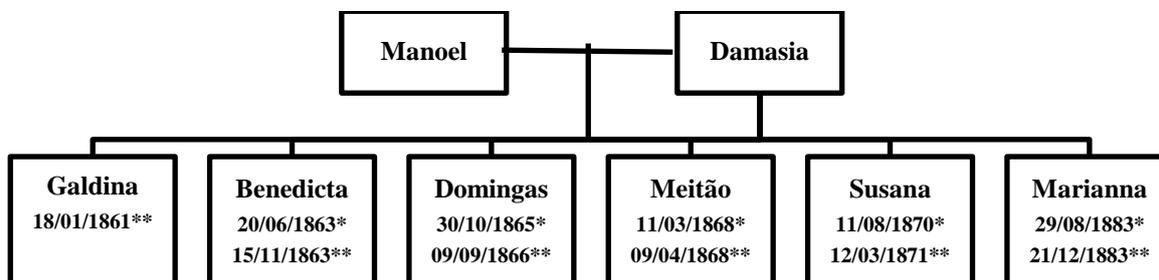
Figura 5. Família de Clara e Jeremias, cativos de Antônio Domingues Tinôco



Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.
*Data de nascimento; ** Data do Batismo.

Outra família que apresenta filhos naturais e legítimos é a família de Manoel e Damasia, cativos de Dona Mafalda Maria do Espírito Santo. O casal batizou seis crianças entre 1861 e 1883. Em todos os registros aparecem o nome de Manoel, exceto no assento de Benedicta, onde o pai não foi identificado pelo pároco. Muito pouco provável que a menina não fosse filha de Manoel. Possivelmente seu nome não aparece por descuido do Padre Silva Braga.

Figura 6. Família de Damasia e Manoel, cativos de Mafalda Maria do Espírito Santo



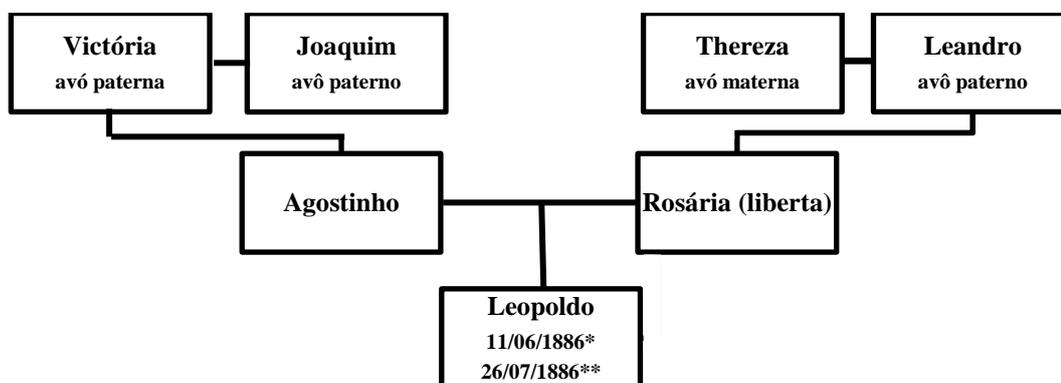
Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.
*Data de nascimento; ** Data do Batismo.

Descuidos como esse podem ser observados nos assentos de batismos dos filhos de dois casais: Floriano(a) e Germana(o) e Elisiário(a) e Hipólita(o). O primeiro casal pertencia a João Rodrigues Barbosa e o segundo a Joaquim Borges de Athaide. Em seis de abril de 1850, Germana e Floriano batizaram seu filho Ponciano. Dois anos mais tarde, em 22 de janeiro, Floriana e Germano batizaram sua filha Izabel. O mesmo equívoco aconteceu em 23 de setembro de 1849, quando Elisiária e Hipólito batizaram sua filha Fé e em 20 de julho de 1851, Hipólita e Elisiário batizaram Agostinho.

Também foram encontradas 24 famílias com a presença de avós. Nesse período em que a escravaria já estava estabelecida, as famílias já são conhecidas pela comunidade, e por conta disso, a presença desses familiares é notada pelos párocos. O único registro em que

aparecem os quatro avós foi de Leopoldo, filho da liberta Rosaria Maria da Conceição e de Agostinho, que era cativo do capitão Archanjo José de Souza. Os avós maternos, Leandro e Thereza e paternos, Joaquim e Victória, foram citados pelo pároco.

Figura 7. Família de Agostinho e Rosária cativos de Archanjo José de Souza



Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.
*Data de nascimento; ** Data do Batismo.

Uma das primeiras pistas que os assentos de batismo trazem sobre as famílias escravas é o registro feito pelo pároco sobre a legitimidade da criança. O padre responsável anotava a observação se a criança era filha legítima ou natural de seus pais: 77,8% (225) dos registros eram de filhos naturais e apenas 7% (20) eram filhos legítimos. Os demais não apresentam identificação.

Muitas famílias que aparecem no livro analisado haviam batizado outras crianças anteriormente. Algumas dessas famílias são matrilineares, outras nucleares. De maneira geral, a composição das famílias cativas presentes nos livros de batismo de Itapemirim é a seguinte: 64,8% eram famílias matrilineares, 29,7% de famílias nucleares, 2% famílias com a presença de avós e 3,5% de famílias com filhos naturais e legítimos.

Enfim, o que se procurou demonstrar até aqui foi a composição das famílias cativas de Itapemirim presente nos documentos eclesiásticos. De maneira geral comprovou-se a existência de famílias cativas e a possibilidade da reprodução endógena, principalmente nas grandes escravarias. O alto índice de crianças, tanto as que estão presentes nos inventários e testamentos, quanto as que foram batizadas, além da quantidade de casais e de famílias comprovam tal afirmação. Em Itapemirim, como nas outras regiões estudadas na província, havia espaço para que os cativos se organizassem em famílias, apesar de toda a desumanidade da escravidão.

Fontes Primárias:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

_____. Relatório com que o Exm. Sr. D. Antônio Pereira Pinto entregou a presidência da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da mesma. Vitória: TYP Capitaniense de P A de Azevedo, 1849, p. 10. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/ANTONIO%20PEREIRA%20PINTO%20%E2%80%93%20Presidente%20da%20Prov%C3%ADncia.pdf>>. Acesso em: 26 de maio 2020.

BRASIL, Diretoria Geral de Estatística. *Relatórios e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1876*. Rio de Janeiro, Typ. Hyppolito José Pinto, 1877. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49656.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO AMPARO. *Livro de Batismo de Escravos 1*. Itapemirim, 1840-1855.

_____. *Livro de Batismo de Escravos 2*. Itapemirim, 1859-1872.

_____. *Livro de Batismo de Escravos 3*. Itapemirim, 1882-1888.

IBGE. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20E9rio%20do%20Brazil&link=Imperio%20do%20Brazil#>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração da mesma no dia 28 de março de 1856. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u129/>. Acesso em: 14 dez. 2017.

VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

Referências:

ALMADA, Vilma P. F. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BITTENCOURT, Gabriel. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CAMPOS, Adriana P. *Escravidão, reprodução endógena e creolização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 84-96.;

CAMPOS, Adriana P. *Escravidão e Creolização: A Capitania do Espírito Santo, 1790-1815*. In: FRAGOSO, João ... [et al.] (Org.). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: ICT, 2006, p.571-607.

CAMPOS, Adriana P; MERLO, Patrícia M. S. *Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. TOPOI, v. 6, n. 11, 2005, p. 327-361.

CARVALHO, Marcus J. M. de. A rápida viagem dos “Berçários Infernais” e os desembarques nos engenhos do litoral de Pernambuco depois de 1831. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

DAEMON, Basílio C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos*. Tese de doutorado ao Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testamento da vida. In.: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LAGO, Rafaela Domingos. *Sob os olhos de Deus e dos homens: escravos e parentesco ritual na Província do Espírito Santo (1831-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

MACHADO, Laryssa da Silva. *Retratos da escravidão em Itapemirim-ES: uma análise das famílias escravas entre 1831-1888*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

MARINS, Antônio. Itapemirim. In: MARINS, Antônio. *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920.

MATTOS, Hebe. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MATTOS, Hebe. Colonização e escravidão no Brasil: memória e historiografia. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial: vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MATTOSO, Kátia M. Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. *O Nó e o Ninho*: Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

MORENO, Luciano. *Itapemirim*: como tudo começou. Serra: Formar, 2016.

MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres*: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1990.

NOVAES, Maria Stella de. *A escravidão e a abolição no Espírito Santo*: história e folclore. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1963, p. 91 *apud* SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. *Dimensões*: Revista de História da UFES, Vitória, UFES, CCHN, v. 11, jul-dez, 2000, pp. 301-306.

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A Política da Escravidão no Império do Brasil (1831-1865)*. 2009. Dissertação – Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia. Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). *XI Congresso Brasileiro de História Econômica*, Vitória, 14 a 16 de setembro de 2015, p. 15. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2017.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 15-18 de maio de 2013, p. 2. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e Desenlaces*: Família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. *Dimensões*: Revista de História da UFES, Vitória, UFES, CCHN, v. 11, jul-dez, 2000, pp. 301-306.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

SLENES, Robert W. Escravidão e famílias: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo: ABEP, 1984, p. 2121. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V04A13.pdf>> Acesso em 04 de setembro de 2018.

VALENCIA-VILLA, Carlos, FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo Inglês e Tráfico de Crianças Escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História* (São Paulo) v.35, e78, 2016.

Imigrantes italianos na serra gaúcha: a trajetória de famílias que viveram nas cidades de Bento Gonçalves e Garibaldi no início do século XX e suas influências na constituição local¹

Samanta Trivilin Comiotto²

*“Estamos em 1900, início do século XX.
O estado geral da Colônia é bastante satisfatório.
As estradas do Município foram muito melhoradas de modo que, em muitas Linhas, podem transitar carretas e à sede de cada Distrito pode-se chegar comodamente.
A maior parte dos colonos já está folgada; começa a substituir as casas primitivas de madeira, por lindas casas de pedra, ou tijolos, grandes e espaçosas. As estrebarias para abrigo dos animais bovinos e cavalares, também são melhoradas e as cantinas, tornadas mais confortáveis, para guardar seus bons vinhos. (...)
Estamos no ano de 1906.
As colheitas são relativamente boas, porém os gêneros continuam difíceis de comercializar devido ao baixo preço e transporte caro, não compensando levá-los a Porto Alegre. (...)
O comércio, da mesma forma, luta com muitas dificuldades e toda a população somente vive com uma esperança: a de que a zona de Caxias, Garibaldi e Bento Gonçalves, seja o mais depressa possível dotada de uma ferrovia, como é intenção do Governo. (...)
Passemos ao vinho. Este é o único produto que terá um futuro certo e isto logo que a estrada de ferro venha atravessar esta zona.
O vinho, num futuro próximo, certamente se constituirá num dos artigos de melhor rendimento, na zona de colonização italiana, onde o cultivo dos parreirais é próspero, podendo dar um lucro de milhares de contos de réis, e, portanto, nossos viticultores não devem desanimar. (...).
No ano de 1912...
Em geral, nosso colono dedica-se ao seu cotidiano trabalho nos campos. Em maio, prepara seu terreno para a semeadura do trigo, mais tarde, a do milho e outros cereais. Em setembro, todo o seu trabalho é dedicado aos parreirais. Aos que precisam, substituir a armação dos vinhedos, inicia a poda, etc...etc. Em novembro, começa a aplicação do sulfato do cobre nas videiras, trabalho que se repete três ou quatro vezes, de vinte em vinte dias, conforme o tempo estiver correndo. Em fins de fevereiro, finalmente, começa a vindima e a fabricação do vinho.
O comércio continua como nos anos passados, inalterável, não podendo haver grandes progressos devido à falta de uma ferrovia que chegue a Bento Gonçalves.
As indústrias, da mesma maneira, limitam-se a algumas fábricas de salames, outras de queijo e seus derivados, trabalhando também oficinas de ourivesaria, sapateiros, alfaiates, ferreiros, etc.”.*

Início o texto apresentando alguns trechos das memórias deixadas pelo imigrante italiano Júlio Lorenzoni³ nas primeiras décadas do século XX, fruto de suas vivências neste

¹ Este artigo é fruto de uma pesquisa mais aprofundada que realizei na minha dissertação de mestrado intitulada “A família operária: o processo de industrialização e a inserção da família no espaço industrial em Bento Gonçalves e Garibaldi (1915-1966), defendida em 2009 no Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos.

² Doutoranda em História pela Unisinos. IFRS- Campus Avançado de Veranópolis.

tempo e no espaço colonial destinado aos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Em suas memórias, Lorenzoni descreveu de forma detalhada a realidade protagonizada pelos moradores da colônia Dona Isabel, posteriormente o município de Bento Gonçalves, localizada a nordeste do estado, na área mais conhecida como serra gaúcha. Este contexto se repete por outras colônias desta região que receberam imigrantes italianos a partir de 1875, como é o caso da colônia Conde D’Eu, posterior município de Garibaldi – endereço de uma das famílias de imigrantes que descreveremos neste estudo. Seus relatos trazem a cena parte das atividades rotineiras que cercavam a vida destes moradores e elucidam como as estratégias de produção, de trabalho e de convivência no espaço rural e urbano se estruturavam. Sob o olhar deste imigrante, que figura como um dos agentes históricos do processo de construto social e econômico das colônias povoadas, pode-se identificar em alguma medida, indícios das estratégias e escolhas coletivas e individuais que permeavam a trama de relações sociais estabelecidas por eles e que fundamentaram a edificação do espaço comunitário, bem como de seus relacionamentos enquanto sujeitos que coletivamente contribuíram para o povoamento, a formação e a estruturação destas mesmas comunidades.

Nos fazendo valer desta e de outras relevantes fontes históricas e, direcionando um olhar microanalítico sobre esta realidade, buscamos contextualizar o enredo de elementos que compuseram as relações de vida das famílias imigrantes ao longo de suas trajetórias. Ressaltando que, o protagonismo regional e local se deu através da participação ativa da instituição da família nos diversos aspectos que compuseram o processo de caracterização destas localidades. Neste sentido, como afirma Maurizio Gribaudi,

a vida de um “sujeito anônimo”, se bem interrogada, pode falar da totalidade das dinâmicas que atravessam conjuntamente uma sociedade: da vaidade e da ideologia dos poderosos, bem como das imagens das normas e práticas que se difundem nas zonas mais diversas do tecido social. Se nos concentrarmos sobre a vida de um operário de fábrica, podem-se observar os traços do impacto da totalidade da sociedade na qual viveu [...]. (GRIBAUDI, 2020, p. 356).

Concomitante a esta abordagem, o uso metodológico da micro-história possibilitou, a partir de um olhar ao microscópio, da realidade da imigração italiana para a serra gaúcha e da

³ Trecho da narrativa de Júlio Lorenzoni em seu livro *Memórias de um imigrante italiano*. O autor é nascido na Itália e vem para o Brasil ainda menino com seus pais e alguns familiares, no final do século XIX. Conta em uma espécie de diário os acontecimentos passados por ele desde a saída de sua terra natal até a chegada em Porto Alegre e sua transferência para a região das colônias no nordeste do Rio Grande do Sul. Evidencia em seus relatos peculiaridades do cotidiano e as evoluções políticas, econômicas, sociais e religiosas pelo qual passaram as colônias de Conde d’Eu (cidade de Garibaldi) e mais detalhadamente Dona Isabel (cidade de Bento Gonçalves), onde fixou sua residência.

presença marcante da família neste processo, conhecer e analisar pequenos grupos familiares e até mesmo identificar nominalmente, os indivíduos que ali estavam. Como escreveu Giovanni Levi,

a micro-história, mesmo quando utiliza um lugar ou uma situação individual ou um acontecimento singular, o faz enquanto algo que, reduzindo a escala de observação e convergindo a atenção através de um microscópio, identifica relevâncias invisíveis para um observador distante e para uma leitura de ampla dimensão (LEVI, 2020, p. 21).

Nesta direção metodológica e historiográfica, descreveremos o percurso da família Peterlongo que, por suas peculiaridades destacou-se no cenário socioeconômico da cidade de Garibaldi até a década de 1960. Mas, para entendermos melhor as estratégias adotadas por esta família e reconhecer os impactos por eles deixados na sociedade local, começaremos por registrar um pouco do processo de formação do espaço territorial destas colônias.

O espaço colonial e as famílias dos imigrantes

A colonização italiana, em terras gaúchas, teve início a partir de 1875, por meio da instituição de lotes de terras concedidos pelo governo imperial na região nordeste da província, cujo cenário político interno caracterizava-se pela preparação de estradas que ligariam a região da serra com a do Planalto e da Depressão Central, por meio da implantação de colônias⁴ agrícolas que seriam povoadas por imigrantes europeus.

Em 1848, o Governo Geral doou 36 léguas quadradas de terras para a colonização de imigrantes europeus na região da planície dos Vales do Rio Caí e do Rio dos Sinos. O governo provincial rio-grandense solicitou ainda mais terras devolutas na área do planalto, cobertas de mata virgem também para a colonização europeia. Segundo Azevedo,

o Rio Grande legisla pela primeira vez em 1851 sobre a concessão dos lotes aos colonos, dando a estes gratuitamente a terra, alguns instrumentos agrícolas e sementes. Somente em 1854 é promulgada uma legislação provincial que regula a colonização até o fim do século e supera os inconvenientes da cessão gratuita de terras. As normas então estabelecidas são as que se adotarão para a colonização italiana, de 1875 em diante. (AZEVEDO, 1975, p.78)

Essa concessão de terras destinadas para a fundação de duas colônias fora realizada pelo Ato de 09 de fevereiro de 1870 pelo Ministério da Agricultura, pelo preço de um real por

⁴ Foram fundadas a partir de 1870, inicialmente, nesta região do Estado, três colônias para receber os imigrantes italianos: Conde d'Eu (atual cidade de Garibaldi), Dona Isabel (atual cidade de Bento Gonçalves) e Campo dos Bugres (atual Caxias do Sul).

braça quadrada, medida que seria paga ao governo imperial. O presidente da província Dr. João Sertório tomou as medidas necessárias para o loteamento imediato desses territórios e, pelo Ato de 24 de maio de 1870, decidiu que essas terras seriam chamadas de *Colônia Conde D'Eu* (posterior município de Garibaldi), em homenagem ao genro do imperador D. Pedro II, e de *Colônia Dona Isabel* (posterior município de Bento Gonçalves) em homenagem à princesa imperial.

O plano do governo provincial, nesse momento, era de integração desses colonos italianos, para a colonização do território por agricultores e pequenos proprietários de terras que se mantivessem nos lotes com suas famílias, evitando seu possível retorno para o país de origem.

Contudo, essas primeiras colônias apresentaram uma série de dificuldades para serem povoadas. Segundo Herédia, “em 1871, os sintomas do fracasso da ocupação dessas terras era visível, pois apenas 37 lotes haviam sido ocupados em Conde D'Eu e nenhum em Dona Isabel” (HERÉDIA, 1997, p.35). Diante dessa situação de paralisia da imigração, o governo provincial, através do presidente Francisco Xavier Pinto Lima, assinou um contrato em 28 de abril de 1871, pela Lei nº 749, com a Companhia Caetano Pinto & Irmãos, e também com Holtzweissig & Cia, para a introdução de 40.000 colonos europeus no prazo de dez anos. As condições estabelecidas entre o governo provincial e essas companhias são apresentadas por Manfroi:

com efeito, pelo contrato, Caetano Pinto se comprometia introduzir, cada ano, ao mínimo 2.000 imigrantes e ao máximo 6.000, dos quais o número de não-agricultores não poderia exceder o 10%. Caetano Pinto receberia por imigrante adulto recrutado 60\$000 réis e 25\$000 pelos imigrantes de 1 a 10 anos. A Província encarregar-se-ia da hospedagem e do transporte até as colônias. (MANFROI, 2001, p.54)

Com o fechamento desse contrato, o presidente da província esperava um grande número de imigrantes e, em 1872, ordenou a delimitação de 500 lotes de terras na colônia Conde d'Eu.⁵ Mas, dois anos depois, o agente Luiz Kraemer Walter descreve a situação da colônia: “não fez progressos a colônia Conde d'Eu, apesar da uberdade de seu solo e da excelente posição em que se acha colocada...”⁶

O fracasso da iniciativa e o não-cumprimento das cláusulas do contrato levaram o governo provincial a devolver esse projeto para o governo imperial nos anos de 1875 e 1876.

⁵ Dados trazidos pelo Relatório do Presidente da Província de 1872 e trazidos por MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul- implicações econômicas, políticas e culturais*.p.54

⁶ Relatório do Presidente da Província de 1874.

As colônias de Conde d'Eu e Dona Isabel foram entregues para o império, pois a província se mostrava incapaz de povoá-las. Em 1878, o contrato estabelecido com Caetano Pinto foi anulado. A partir dessa anulação, a corrente imigratória italiana se intensificou, passando a ser subsidiada pelo governo imperial.

A partir do ano de 1882 até o ano de 1914, tem-se a entrada de 154.682 imigrantes no Rio Grande do Sul, 66.901 dos quais - ou 43,25% desse total - constituídos de imigrantes italianos, encaminhados especialmente para as colônias a nordeste do Estado. Essas cifras⁷ evidenciam a conquista dos objetivos do governo provincial e imperial para o povoamento da região.

Como consequência do estabelecimento dos italianos nestas colônias, distantes das outras populações de origem lusa e alemã, que residiam na região do Vale dos Sinos, uma das estratégias adotadas por eles para que o isolamento geográfico pudesse ser amenizado foi a sua organização em núcleos familiares, que possuísem entre seus integrantes uma certa homogeneidade étnica. Segundo Azevedo,

as colônias vieram a ser agrupamentos de famílias e indivíduos procedentes de diferentes nações da península itálica, aglutinados em núcleos mais ou menos homogêneos e caracterizados pela origem étnica de seus componentes, mas todos englobados na mente dos administradores brasileiros e dos demais rio-grandenses como 'italianos'. (AZEVEDO, 1975, p.82)

Essa homogeneidade cultural que ocorreu no período inicial da colonização, tanto nas colônias alemãs como nas italianas, possibilitou aos imigrantes e seus descendentes organizarem-se segundo suas tradições e costumes. Como afirma Valduga, "...instituições como a Igreja, a escola e a família tinham a função de manter vivos os laços de origem através da religião, da língua e da ancestralidade comum" (VALDUGA, 2007, p.12). Assim, para o imigrante, se tornaria mais fácil, sua inserção cultural na sociedade gaúcha e brasileira.

O conhecimento em outras áreas de trabalho facilitou ao imigrante organizar-se em seu lote de terra e possibilitou a alguns abrir seus próprios negócios. Como destaca Herédia,

o fato dos colonos fabricarem os produtos necessários para a produção agrícola criou inicialmente um mercado que foi se ampliando em toda a zona colonial, principalmente porque eram produtos fabricados artesanalmente, necessários para o desenrolar das atividades agrícolas. (HERÉDIA, 1997, p.68).

⁷ Dados trazidos por Ângelo Trento em sua obra *Do outro lado do Atlântico- um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

A partir da década de 1880, o cenário econômico das colônias já se mostrava diversificado, por conta da variedade de casas de negócios e comércio existentes. Na análise de Caprara e Luchese; “a diversidade de negócios, profissões e mesmo de conhecimentos acerca das possibilidades de produção, inicialmente para satisfazer as necessidades, após para melhorar a renda familiar e, quem sabe, ‘fazer fortuna’, são os diferenciais das regiões de colonização” (CAPRARA e LUCHESE, 2005, p.191). Esse diferencial, explicitado pelas autoras, tem suas raízes fundamentadas na presença de uma colonização basicamente realizada por famílias de imigrantes. Ou seja, essas famílias trazem, como alicerce para o trabalho na pequena propriedade e/ou na casa de negócios e comércio, a mão-de-obra disponibilizada por seus integrantes, o que se constitui em princípio gerador da economia familiar e de cada colônia receptora. Como evidenciam Scott e Bassanezi, “para o Brasil emigraram, principalmente, indivíduos e famílias originários do norte da península e, em menor volume, os provenientes da região sul. A maioria era formada por camponeses, mas havia também artesãos, profissionais liberais e membros do clero” (SCOTT e BASSANEZI, 2020, p. 251). Esta diversidade profissional, pode ser percebida, posteriormente, na caracterização do comércio e da indústria implementados na região na primeira metade do século passado.

Mesmo com o crescimento das atividades de comércio e o aparecimento de pequenas indústrias artesanais, a economia dessa região ainda girava em torno da produção agrícola. Como destacam Caprara e Luchese,

o desenvolvimento econômico na Região de Colonização Italiana ocorreu lenta e gradativamente primeiro o colono cuidou de prover, fazendo uma agricultura de subsistência, com o tempo e melhor estruturado, apesar das dificuldades de escoamento, pela falta de boas estradas e das condições precárias dos meios usados para transportar os produtos a serem comercializados em São Sebastião do Caí ou em São João de Montenegro. (CAPRARA e LUCHESE, 2005, p.178)

Dentre os principais produtos cultivados pelos agricultores das duas colônias estavam o milho, o trigo e a uva. Esse último, com o passar do tempo, tornou-se uma das mais importantes atividades econômicas desenvolvidas pela indústria local e também, será um dos elementos motivadores para a decisão de empreender tomada pela família Peterlongo, que iremos conhecer na sequência de nosso estudo.

Concomitantemente ao uso da produção agrícola das famílias dos colonos para o sustento da casa, havia o encaminhamento de seu pequeno excedente para a comercialização.

No início, os colonos vendiam seus produtos para áreas próximas e os transportavam por meio de carretas e carroças, que funcionavam por meio de tração animal. Pode-se dizer que os comerciantes - italianos e suas famílias - por meio do exercício de suas atividades, puderam acumular capitais e investir em novas atividades, uma das quais, a indústria.

Neste sentido, a produção de uvas e a consequente elaboração de vinhos é sem dúvida o principal produto regional, diferenciando-se da realidade do final do século XIX, que mostrava que o vinho não era o produto de maior interesse dos agricultores, tendo uma produção voltada apenas para o consumo das famílias. Esse crescimento na produção de uvas e vinho ocorre devido a grande presença de cantinas familiares, que eram construídas, anteriormente, com o objetivo de armazenar uma pequena produção para o consumo das mesmas. Já no início do século XX e nos anos seguintes, o número de cantinas foi aumentando e, os agricultores começaram a realizar vendas de seus excedentes produtivos para outras regiões do Estado e do país. Segundo Luiz Fernando Fontoura,

já o cultivo de uva à produção de vinho vai acompanhar a colonização italiana nas encostas dos vales da escarpa na região de Caxias do Sul e entorno, onde no fim do século XIX visava apenas ao abastecimento local. É a partir dos anos 30 que o vinho produzido começa a ser transportado em barris para Santa Catarina, São Paulo e Porto Alegre, desenhando uma produção em escala comercial. (FONTOURA, 2007, p. 135).

Uma das possíveis hipóteses para explicar essa posição de destaque das vinícolas pode estar ligada ao conhecimento dos imigrantes italianos quanto ao processo funcional para a elaboração da bebida. Outra hipótese para o sucesso dos empreendimentos no setor pode estar vinculada às características geográficas da região, cujo relevo e cujo clima assemelham-se aos da Itália, o que, para os colonos, representava, na época, uma garantia para o investimento em suas lavouras de videiras. Segundo Fontoura, “de uma maneira geral, o processo de colonização através de imigrantes europeus trouxe ao Rio Grande do Sul a diversidade de plantio adaptado ao clima temperado” (FONTOURA, 2007, p. 127). Podendo-se afirmar que o desenvolvimento da indústria vinícola na região ocorreu pela junção desses dois fatores preponderantes.

A partir do final do século XIX e início dos anos de 1900, que os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi começaram a participar, de forma mais significativa, das atividades de comercialização do produto para regiões próximas e para outros Estados brasileiros. Com o surgimento das cooperativas vinícolas, a produção do vinho teve condições de enfrentar o mercado regional e solidificar a sua participação no mercado nacional. Segundo estudo de

autores locais, apesar das dificuldades encontradas para a distribuição, circulação do produto, seu transporte e comercialização, além das enfrentadas pela falsificação que ocorria, em geral, no centro do país, o vinho sempre ocupou posição de destaque na economia rio-grandense e, especialmente, na desses municípios. Segundo Herédia, “a formação de cooperativas fortaleceu esta atividade econômica seja pela defesa dos interesses do pequeno produtor, seja na conquista de mercados feita pela concorrência e pelo monopólio exercido na sua comercialização” (HERÉDIA, 1997, p. 75). Contudo, o movimento cooperativista das indústrias vinícolas foi atingido pela crise econômica que afetou todo o país devido à declaração da Primeira Guerra Mundial e também, como no caso específico de Bento Gonçalves, devido à má administração das cooperativas e à total falta de recursos para investimento.

Como vimos, a atividade vinícola teve sua origem como indústria doméstica, desenvolvida em cantinas, onde o processo de elaboração era realizado de forma manual e a uva era amassada com os pés. Com o decorrer do tempo, o processo de modernização foi acontecendo, de forma lenta, com a fundação dos estabelecimentos vinícolas. As grandes cantinas assumiram maiores proporções pelos investimentos feitos em maquinários modernos, que garantiram uma elevação da tecnificação da produção. Podem-se destacar alguns exemplos de indústrias do vinho que começaram como pequenas cantinas e que, gradativamente, passaram a ser empresas manufactureiras, que se baseavam na subordinação do trabalho camponês ao capital. São elas: a de Lorenzo e Orazio Mônaco, fundada em 1916; a de Paolo Salton Irmãos, em 1910; a de Augusto Pasquali e Irmãos, uma das mais antigas de Bento Gonçalves, fundada em 1885; e, em Garibaldi, a de por Manoel Peterlongo Filho, destinada à produção de champanhas, fundada em 1913.

Passemos a partir daqui, a analisar a trajetória da família Peterlongo. Enquanto imigrantes, seu percurso se diferenciou da maioria das famílias que chegaram à Garibaldi, por dois aspectos: sua origem não era camponesa, pois seu patriarca portava a profissão de agrimensor e possuíam uma condição econômica mais favorável do que a grande maioria de indivíduos que chegaram na localidade. Estes elementos, contribuíram para que a família pudesse se estabelecer na área central da cidade e que investisse na fundação de sua própria cantina, anos depois.

A trajetória da família Peterlongo

Manoel Peterlongo Filho chegou ao Brasil no final do século XIX, por volta do ano de 1875, oriundo da região de Trento, no Tirol. Essa região se mantinha sob domínio do império Austro-Húngaro e foi, no final do século XIX, que, por meio do movimento do *Risorgimento*, pôde ser anexada ao território italiano. A realidade social, econômica e política da região não diferia da que se apresentava nas demais regiões italianas, visto que todos sofriam com o processo de unificação que se instaurava e com os conflitos internos estabelecidos.

Manoel tem uma trajetória muito interessante e um tanto distinta, se comparada com a dos demais imigrantes italianos que emigraram no mesmo período. Ao chegar a terras brasileiras, instala-se em um lote, na região central da colônia de Conde d'Eu (atual município de Garibaldi), diferentemente da maioria dos italianos que rumaram para as colônias de colonização do Estado e que possuíam, como conhecimentos de trabalho, os ligados à lida com a terra, Manoel trazia consigo os conhecimentos inerentes à sua profissão de agrimensor. Por sua profissão de engenheiro, foi convidado pela intendência estadual a participar da medição da área que se destinaria ao município de Garibaldi, realizando todo o traçado urbano e rural da cidade, por volta do ano de 1890. Por seu trabalho, anos depois, tornou-se coletor estadual, passando a exercer a função de controle e cobrança de impostos territoriais do município. Manoel e sua família trouxeram em sua bagagem um volume de capital financeiro considerável que lhes proporcionou a instalação em um lote da sede colonial, que possuía um preço maior do que os do interior da colônia por estar em uma melhor localização, e também lhes permitiu ocupar cargos de relevância junto ao governo do Estado.

Na mesma década de 1890, Manoel se casa com Regina Vivan, também imigrante italiana que havia chegado à colônia havia alguns anos, vinda da região de Treviso. De sua união matrimonial, nasceram dez filhos: Ortenila, Flordalice, Nestorina, Rosalina, Bernardina, Armênia, Carmem, Celina, Corália e seu único filho do sexo masculino, Armando.

A partir dos anos de 1906 e 1907, Manoel iniciou a elaboração de vinhos brancos finos, nas instalações de sua própria casa, com o produto de suas primeiras colheitas de uva de especialidades, como Malvazia, Moscatel, Vernacia, Rabosa e Formosa. Durante quase uma década, limitou sua produção às necessidades domésticas. No ano de 1913, decide iniciar a produção de champanhas⁸, com o objetivo de elaborar exemplares da bebida com que já havia

⁸ O champagne (palavra em francês) surge por volta de 1670, pelo monge Dom Pérignon, mestre da adega da Abadia de Hautvillers (povoado próximo a Epernay). Ele ficou curioso com a afirmação dos vinicultores da região de que certos tipos de vinhos fermentavam novamente depois de engarrafados. Porém, durante esse processo, os gases estouravam as rolhas ou arrebentavam as garrafas. Dom Pérignon, então, experimentou garrafas mais fortes e rolhas amarradas com arame, conseguindo obter a segunda fermentação dentro do

trabalhado. Devido ao seu conhecimento na área vinícola trazido por suas atividades exercidas na Itália, começa a utilizar um processo inovador de fermentação na própria garrafa, conhecido como método *Champenoise*.

E, aqui, abrimos um parêntesis em nossa descrição do percurso familiar para que o leitor compreenda como ocorria este processo, totalmente novo para a comunidade local. O método, característico da região da França de Champagne⁹, desenvolvia-se a partir da colheita de uvas brancas dos próprios vinhedos de Manoel, realizada durante o mês de fevereiro. Ao serem levadas à cantina, as uvas eram prensadas e apenas o líquido retirado era colocado em pipas, onde ficava armazenado para fermentar, formando o mosto. Nesta prática, o mosto passa por uma dupla fermentação. Primeiramente, pelo armazenamento em barris de carvalho e, no segundo momento, pelo acondicionamento, nas próprias garrafas, dispostas em adegas. Depois de transcorrida a primeira fermentação, que é semelhante à por que passam os vinhos comuns (não-efervescentes), o líquido é engarrafado. O início da estação da primavera é o momento em que se realiza o engarrafamento do vinho base, e a ele é acrescido um composto de fermentos e uma pequena quantidade de açúcar.¹⁰ Isso provocará a segunda e última fermentação. Nela, aparecerão as bolhas de dióxido de carbono e o acúmulo de borras, que deverão ser retiradas posteriormente. A garrafa, então, é tapada com uma cápsula metálica, seguindo para um período de descanso de um a dois anos. Posteriormente ao descanso, as garrafas são posicionadas em estantes, conhecidas pelos franceses como pupitres, com o gargalo para baixo. Todos os dias, as garrafas são giradas, manualmente, em um quarto de volta, para que as borras acumuladas nas paredes da garrafa possam descer e ficar depositadas no gargalo, prática chamada de remoage. Para poder retirar o depósito da borra, o gargalo da garrafa é congelado. Como nesse período não havia máquinas disponíveis no mercado brasileiro e Manoel não possuía capital para o investimento em câmaras para o congelamento, contratou um engenheiro francês para que o auxiliasse a localizar em sua propriedade o local que seria mais propício para a construção de um túnel subterrâneo. Aproveitando o clima de frio intenso da região, projetou o túnel na direção do vento conhecido como minuano, que é de forte intensidade na estação do inverno e que auxiliaria no resfriamento e congelamento

recipiente e transformando o vinho em champanha. No entanto, havia um problema com o vinho: os resíduos da segunda fermentação permaneciam na garrafa, fazendo que a bebida tivesse uma aparência feia, o líquido turvo e não límpido. Foi então que a viúva Clicquot (Veuve Clicquot) inventou os processos de remuage (girar as garrafas) e dégorgement (degolar). No primeiro os funcionários da adega inclinam e giram as garrafas, fazendo que os resíduos se descolem do corpo do recipiente e fiquem acumulados no gargalo. Com o dégorgement, que retira todas as impurezas, conseguiram fazer que o vinho ficasse límpido e transparente, iniciando o processo de Champenoise para a elaboração de champanhas.

⁹ Região localizada a mais ou menos 150 quilômetros de distância de Paris.

¹⁰ A quantidade de açúcar a ser acrescentada é de 24 gramas por litro de vinho.

das garrafas. Durante o inverno, Manoel colocava as garrafas na parte final e exterior do túnel para que a geada noturna pudesse congelar os gargalos. Após, retirava a cápsula, e a borra saía pela pressão do gás formado pela fermentação. O volume de líquido que era perdido no momento da abertura da garrafa era substituído por uma mistura de vinho e açúcar, chamado de licor ou vinho de dosagem. Conforme a quantidade de licor que completava a garrafa, podia-se determinar se o champanha seria de especialidade brut, sec ou demi sec. Por fim, a garrafa era tapada com uma rolha de cortiça e mantida na adega para o envelhecimento antes de seu consumo. Todo esse processo, em geral, durava cerca de quatro anos, desde o início da colheita da uva até o champanha estar pronto para o consumo.

Em decorrência de toda a complexidade do processo, dentre todos os imigrantes de Garibaldi que tinham cantinas familiares, apenas Manoel adotou-o na prática. Conforme as fontes documentais a que tivemos acesso.

Voltemos a trajetória da família Peterlongo. No início de sua produção caseira, Manoel mantinha em sua cantina uma quantidade limitada de champanhas, os quais elaborava sozinho, nos momentos em que não estava se ocupando de sua profissão no setor de Coletoria do Estado. Como socializava a bebida com familiares e amigos próximos em reuniões e encontros, logo começaram a surgir pedidos de encomendas e reservas de exemplares de sua produção. Então, em 1915, iniciou a construção da Casa Peterlongo, espaço dedicado à elaboração de champanhas. No mesmo ano, decide participar da primeira exposição de uvas da cidade de Garibaldi, sendo premiado com a medalha de ouro, pela qualidade da produção de suas videiras.

Segundo informações colhidas nos depoimentos, Manoel não planejava aumentar sua produção em grandes escalas, mas apenas manter sua cantina sob cuidados de sua família, com o intuito de produzir para o seu próprio consumo e o de seu grupo familiar, podendo se estender às proximidades por meio de um comércio local.

Com o paulatino aumento da produção de champanhas que se seguiram nos anos seguintes, Manoel pôde contar com o auxílio de sua esposa Regina. Como o casal só teve um filho do sexo masculino, que, para a cultura da região, seria o provável sucessor do pai nos negócios da família, Manoel enviou Armando para concluir seus estudos secundários em Porto Alegre.

Em 1921, Manoel teve que abandonar a produção de sua cantina, por limitações que se impuseram a ele devido a problemas de saúde que se agravaram. Com o receio de que seu trabalho ficasse sem gerência e cuidados, pediu a seu filho que retornasse à cidade de Garibaldi. Três anos após a sua chegada, Manoel falece, e os negócios passam a estar sob os

cuidados de Armando, o que pôs fim ao primeiro período administrativo e econômico da cantina Peterlongo.

Nascido em 23 de fevereiro de 1899, Armando teve uma infância privilegiada. Estudou no Colégio dos Irmãos Maristas de Garibaldi, até a conclusão dos estudos primários. Nos turnos em que estava em casa, auxiliava seu pai nos trabalhos na cantina. Durante esse período em que esteve na cidade, pôde ter acesso às informações quanto ao funcionamento do processo de elaboração dos vinhos e do champanha, participando de um aprendizado que se faria de grande valia para os anos que se seguiram. Ao concluir os estudos no Colégio Marista, Armando se transfere para Porto Alegre com o intuito de concluir os estudos secundários. Forma-se no curso de Farmácia e segue para a cidade de Vacaria, onde iniciaria seus trabalhos profissionais. Quando seu pai o chama para que possa o substituí-lo à frente dos negócios da família, que passa por momentos de expressivo crescimento, Armando decide largar sua profissão e se dedicar aos trabalhos vinícolas.

A escolha de Manoel para que Armando- e não uma de suas filhas- assumisse a cantina pode estar alicerçada na cultura italiana trazida por esses imigrantes. Para eles, os filhos do sexo masculino é que teriam a tarefa de assumir a posição do pai, caso este faltasse. Como a mulher era vista como uma figura auxiliar do homem, estando especialmente ligada às atividades domésticas e ao cuidado dos filhos, ocuparia, portanto, uma posição secundária na hierarquia interna da família. Segundo Machado, “a situação das mulheres na família patriarcal era de obediência e submissão ao poder do *pater familias*. Destinavam-se à procriação dos filhos, a cuidar da casa e a executar as tarefas domésticas” (MACHADO, 1998, p. 68). Foi o caso das nove irmãs de Armando. Como, durante a infância e a adolescência, estiveram presentes nos trabalhos de auxílio à mãe e também se dedicavam a tarefas de auxílio ao seu pai na cantina, quando se casaram, assumiram as mesmas tarefas domésticas e se desligaram de suas atividades anteriores. Outro fator importante era que Armando era um dos mais jovens dos filhos do casal. Dessa forma, quando seu pai precisou transferir os negócios a seus herdeiros, fez essa escolha por já ter muitas de suas filhas casadas.

No mesmo ano em que assume o controle da cantina, Armando casou-se, mas permaneceu morando com sua mãe.

Ainda no ano de 1924, começou a introduzir novas estratégias para o crescimento da cantina, demonstrando possuir grandes habilidades para a administração. No momento de sua posse, a economia do Estado, bem como a da região colonial, estava passando por um período de crescimento, oriundo das indústrias agrícolas que se baseavam na utilização de matéria-

prima local e originária das atividades da agricultura, para produzir suas mercadorias e as comercializar por todo o país.

Passados seis anos de adaptações ao novo trabalho e de formação de estratégias de negócio, em 1930, devido ao crescente aumento das vendas de champanha, Armando decide iniciar a construção da vinícola, seguindo os padrões arquitetônicos das encontradas na região de Champagne, na França. Dessa forma, a cantina foi estruturada em pavilhões destinados à produção e, também, foi realizada a obra de uma cave subterrânea para o armazenamento das garrafas e o descanso para a fermentação. A cave foi construída somente com a utilização de pedras de basalto, que poderiam manter uma temperatura sempre estável de 12 a 14° C, no interior das instalações. Acoplada à estrutura da vinícola e possibilitando a circulação interna entre todos os espaços, Armando constrói também sua casa, totalizando uma área de 10 mil metros quadrados de instalações. À medida que foi crescendo a demanda por produção, a vinícola foi sendo ampliada. Foi a partir dessa nova fase administrativa e econômica da indústria que ela passou a ser chamada de Vinícola Armando Peterlongo.

A década de 1930 mostrou-se como um período de grande importância para o crescimento e a ascensão econômica da vinícola, pois, além de expandir seu espaço de produção, alcançou patamares de comercialização nacional. Seu setor de vendas foi impulsionado após a visita recebida, na vinícola, do presidente da República Getúlio Vargas. Sua presença foi um marco na história da indústria porque, a partir do conhecimento e degustação do champanha, Vargas definiu-o como a bebida a ser servida nas cerimônias oficiais do governo federal. Pouco tempo depois, a rainha inglesa Elisabeth vem em visita oficial ao Brasil e também degusta o champanha.

A figura do empresário bem-sucedido e proprietário da maior indústria de Garibaldi nesse período, também abriu portas para Armando iniciar sua participação efetiva na vida política do município. Nas eleições de 1930, candidatou-se à prefeitura municipal.

Além das visitas recebidas, é na década de 30 que a vinícola Peterlongo começa a empregar operários para trabalhar na produção. Alguns anos antes, havia iniciado as contratações com um pequeno número de operários para o trabalho nos parreirais. Muitos desses trabalhadores residiam na região interiorana de Garibaldi e, como possibilidade de aumentar sua renda, se propuseram a exercer essas atividades. Os operários internos da indústria começaram a ser contratados a partir do crescimento das vendas. De forma geral, os trabalhadores da vinícola eram contratados a partir do estabelecimento de relações de parentesco ou de sociabilidade estabelecidas com indivíduos que já estivessem trabalhando, ou seja, que fossem conhecidos dos operários e também do empregador. Cabe destacar aqui,

que a partir deste requisito social para a obtenção do emprego na fábrica, muitos indivíduos e suas famílias, começaram a compor uma teia social repleta de redes pessoais e de sociabilidade que passaram a transitar como elemento constituinte da própria população urbana da cidade de Garibaldi.

A década seguinte foi marcada pelo início das atividades de exportações internacionais. O champanha da vinícola foi comercializado, em 1942, para a empresa norte-americana Magazine Macy's de Nova Iorque, consolidando o mercado consumidor de seus produtos e abrindo portas para o comércio mundial. Segundo anotações¹¹ de Armando, “...temos 300.000 garrafas empilhadas em fermentação e envelhecimento, das colheitas de 1934, 1935, 1936 e 1937 e mais de 100.000 litros nas pipas da colheita de 1938 a serem engarrafados, para seguirem todo o tratamento adequado...”. Em virtude de todo o progresso econômico do empreendimento familiar, Armando amplia as instalações da vinícola e começa a produzir especialidades de vinhos tintos, brancos, de conhaque e uísque. Consegue desenvolver, também, uma área de vinhedos de 120 hectares de parreirais de uvas finas.

A década de 1940, se constituiu para a vinícola Peterlongo, como um importante período de crescimento econômico e de expansão de sua produção através do início das exportações de champanhas para os Estados Unidos.

No ano de 1941, Armando é eleito presidente da Liga de Defesa Nacional, órgão fundado pelo governo federal durante a Segunda Guerra Mundial. Sete anos depois, foi eleito vereador municipal de Garibaldi e presidente da Câmara de vereadores até o ano de 1951. Por possuir uma das maiores indústrias vinícolas da região, Armando ocupava uma posição de destaque na sociedade garibaldense, o que o favorecia a concorrer a cargos públicos e ocupar funções políticas da cidade.

As décadas seguintes, de 1950 e 1960, não foram diferentes das anteriores para a vinícola Peterlongo, pois mantiveram os índices de crescimento econômico. Armando negociava a compra de uma fazenda na região do município de São Jerônimo, iniciando um novo ramo de negócios com a produção agrícola de soja. Em 1952, concorreu a deputado estadual pelo Partido Social Democrata. Logo depois, fundou o Rotary Club e foi nomeado presidente do aeroclube municipal.

Durante uma viagem de férias, organizada em agosto de 1966, com sua família para Roma, Armando faleceu. Seu corpo teve que ser embalsamado e translado para o Brasil devido à demora de quarenta dias para a conclusão dos trâmites legais de transporte.

¹¹ Essas anotações de Armando Peterlongo estão organizadas em uma espécie de álbum, onde ele conta detalhes dos processos de elaboração dos champanhas, capacidade de produção e alguns fatos históricos da empresa.

O seu falecimento pôs fim ao período administrativo da vinícola de auge em seus índices de crescimento econômico pois, a partir desse ano, passou aos cuidados de seus genros, porque Armando tivera apenas duas filhas. Os anos que se sucederam foram marcados, em seu início, pela continuação da política empresarial adotada anteriormente. Contudo, aos poucos, foi declinando, a ponto de quase passar por um processo de falência.

Para finalizar, entendemos que a trajetória da família Peterlongo indica alguns dos elementos que nos ajudam a compreender as dimensões da participação e da relevância desta instituição na formação social e comunitária. Nos remete ao entendimento de como as escolhas individuais e internas da família, ultrapassaram o seu núcleo parental e, repercutiram na sociedade. Por se tratar de uma família que chega ao Brasil com maiores recursos financeiros, os Peterlongo conseguiram investir no crescimento da sua cantina e na contratação de trabalhadores. Estas contratações, por sua vez, impactaram famílias camponesas que migraram para a área urbana da cidade e deixaram o exclusivo trabalho rural para iniciarem no trabalho fabril. Evidenciando a trama de relações sociais que se formaram alicerçadas no percurso das escolhas iniciadas no cerne familiar. Como destaca Franco Ramella, “la fisonomía social de los individuos fue definida empíricamente a partir de las relaciones personales que éstos entrelazan y activan, las cuales delinearán así las redes sociales en las que concretamente se encuentran insertos.” (RAMELLA, 1995, p. 14). Nesta direção conceitual, a pesquisadora Rocío García Abad, afirma que “el conjunto de vínculos sociales y económicos establecidos entre emigrantes y no emigrantes que favorecen la inserción y desenvolvimiento de los emigrantes potenciales en el lugar de destino a través de relaciones de parentesco, amistad...”. (ABAD, 2004, p. 15). Dessa forma, o protagonismo da família, seja ela empresária, como a Peterlongo, ou operária, como a dos trabalhadores empregados na vinícola, foi fundamental no construto identitário da sociedade local a partir do início da colonização até o marco da década de 1960 – período que delimita este estudo.

Fontes

Arquivo particular da Vinícola Peterlongo

Arquivo Municipal de Garibaldi

Arquivo Municipal de Bento Gonçalves

Referências

ABAD, Rocio Garcia. *Una propuesta metodologica para un analisis micro de las migraciones a corta y media distancia: los seguimientos nominativos*. Actas do VI Congresso da Associação de Demografia Histórica/ Asociación de Demografia Historica (ADEH). Castelo Branco (Portugal), ADEH/ Politécnico de Castelo Branco, 2004.

AZEVEDO, Thales. *Italianos e Gaúchos*. Porto Alegre: A Nação, 1975.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves- 1875 a 1930*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

FONTOURA, Luiz F. Mazzini. *Agricultura: da associação à modernização*. In: GERTZ, René; GOLIN, Nelson B. T. *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Porto Alegre: Méritos, vol. 3, tomo II, 2007.

GRIBAUDI, Maurizio. Entrevista concedida a Maíra I. Vendrame. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra&Voz, 2020, p. 351-362.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Processo de Industrialização da zona colonial italiana*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra&Voz, 2020, p. 19 a 34.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 1998.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul- implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Est Edições, 2ed. 2001.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: M.Bjerg and H. Otero. *Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil (Argentina), Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos. 1995.

SCOTT, Ana Silvia V.; BASSANEZI Maria Silvia C.B. “Molliamo tutto e ce ne andaimo a vivere in Brasile!”: Trajetórias de imigrantes italianos em São Paulo. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra&Voz, 2020, p. 249-282.

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico- um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

VALDUGA, Gustavo. *“Paz, Itália, Jesus”. Uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do Jornal Correio Riograndense (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2007.

História social
de grupos profissionais:
perfis e trajetórias

Uma família de professores: a trajetória profissional dos irmãos Porto Alegre

Chéli Nunes Meira¹

Eduardo Arriada²

O presente texto busca analisar a trajetória dos irmãos Porto Alegre: Apelles, Achylles e Apolinário. Outro fator que deve ser considerado está na profissão de um dos filhos de Achylles, Achylles Junior, e de uma das filhas de Apelles, Amélia, que seguiram a docência, identificando assim duas gerações de professores até o momento.

Os três irmãos foram professores na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX e início do XX. Os irmãos Porto Alegre, como ficaram conhecidos, nasceram na cidade de Rio Grande, no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul e mudaram-se ainda na infância para a cidade de Porto Alegre. Filhos de Antônio José Gomes Porto Alegre e Delfina Joaquina da Costa Campelo, eram quatro irmãos: Apolinário, Achylles, Apelles e Lucio. Este último esteve envolvido com algumas atividades culturais, porém tem sido difícil acompanhá-lo por falta de subsídios, nada aponta para sua atuação na docência; segundo Cyro Martini (2013, p. 32), Lucio teria exercido a advocacia, naquele período, sem a formação para tal.

O pai, Antônio José, era funcionário da Fazenda, na cidade de Rio Grande, e foi transferido para a cidade de Porto Alegre quando nomeado inspetor da Alfandega, em 12 de outubro 1859. Antes mesmo de mudarem para a capital, o sobrenome Porto Alegre foi incorporado ao nome da família pelo pai, Antônio José, que pretendia evitar confusões com um homônimo que também morava na cidade de Rio Grande (PÔRTO ALEGRE, 1954). A família, após a mudança para a capital, lá permanece, e constrói suas vidas profissionais e seus próprios núcleos familiares.

Os irmãos Porto Alegre estiveram envolvidos com a cultura, política, e o ensino na capital do estado do Rio Grande do Sul, em um momento de transição entre o Império e a República, período este de muitas transformações. Os irmãos Porto Alegre tiveram importante papel nesse processo de transição, com a fundação de escolas e jornais, e com a publicação de seus artigos e livros na defesa das ideias republicanas.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

² Doutor em Educação, Professor Associado da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Coordenador do Centro de documentação do CEIHE.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil, e por isso também o Rio Grande do Sul, viveu uma efervescência cultural de ideias que eram divulgadas nas páginas dos jornais, já que desde 1850 a imprensa era livre no País. Muitas instituições culturais foram criadas e uma propaganda abolicionista e republicana circulava pela imprensa, além dos movimentos criados com o intuito de discutir essas ideias, como os Clubes republicanos, que inicialmente eram associações clandestinas devido a contrariedade ao regime monárquico. Em meio a esses movimentos e apoiando suas ideias, os irmãos Porto Alegre foram constituindo-se enquanto os indivíduos que hoje tentamos entender, inseridos em um tempo e em um espaço que também precisa ser contextualizado.

A metodologia empregada neste texto foi a da micro-história com o aporte de Ginzburg (2007), Levi (1992) e Revel (1998). No que se refere à teoria empregada, alicerçou-se no conceito de intelectual mediador, com destaque ao trabalho de Gomes e Hansen (2016). Por sua vez, referente à ideia de trajetória recorreu-se a Alves (2019), e para entender as questões de vida de professor, a Nóvoa (2013).

Este texto está dividido em duas partes: a primeira pretende discutir os conceitos utilizados para mobilizar as fontes encontradas até o momento. A segunda parte busca apresentar os irmãos Porto Alegre e as fontes que ajudaram a tecer esta escrita.

Discutindo os conceitos

A vida de professor está intrínseca à vida pessoal desse profissional, não se pode separá-lo do individual (NÓVOA, 2013 p. 17). Nesse sentido, Antonio Nóvoa (2013) quer dizer que a profissão docente não permite ao profissional separar as relações afetivas do seu ofício, e menos ainda essa separação ocorria no século XIX, pois, em grande parte dos casos, a escola era na própria casa do professor. Esse é um fato que pode ser observado em vários exemplos, mas cita-se o caso do Colégio Gomes, onde os irmãos Porto Alegre estudaram logo que chegaram a Porto Alegre: “[...] as duas casas da rua da Igreja – a menor, de número 183, seria sua moradia, e na de número 185 instalaria o colégio” (RIBEIRO, 2007, p. 50).

Por alguns relatos deixados pelos alunos do professor Apelles, pode-se perceber, nas descrições, a dedicação e o carinho dos discentes com o mestre: “Verdadeiro educador, não se limitou a instruir, mas procurou também plasmar o caráter dos jovens nos moldes da mais rija moral cívica e privada. Para tal, nenhum modelo melhor do que o próprio Mestre – protótipo do bom cidadão, honrado e digno” (TORELLY; CARVALHO, 1944, s/p).

Mesmo sendo professores, ou seja, tendo atuado no mesmo campo, cada um dos três irmãos teve destaque em distintas áreas. O professor Apelles se destacou no ensino, e na

oratória foi um orador de relevo pela sua dicção e clareza nas pronúncias. O professor Achylles escreveu crônicas que descrevem a cidade de Porto Alegre, obras essas em formato de livros que são importantes para entender o espaço e o tempo no período em que o autor viveu. E, por sua vez, o professor Apolinário se destacou pela obra de forma geral, com publicações de artigos e livros que retratam o gaúcho e as suas ideias políticas.

Após perceber o engajamento dos irmãos com a sociedade, na escrita, na educação, no envolvimento com a cultura e com a política, buscou-se entender o conceito apresentado por Sirinelli (2003, p. 242) de intelectual mediador. Neste sentido, entende-se que o intelectual mediador possui uma “[...] capacidade de ressonância e de amplificação, noutros termos, de um poder de influência” (SIRINELLI, 1998 p. 261). O intelectual mediador modifica a vida das pessoas que têm contato com ele, envolve-se com elas de tal forma a transformar este entorno, ele modifica a sociedade em que vive, seja com educação ou cultura. O intelectual mediador busca compartilhar, transmitir, dividir o seu conhecimento, auxiliar e, quem sabe, melhorar o seu entorno (SIRINELLI, 2003, 1998; GOMES E HANSEN, 2016).

Para Sirinelli (2003, p. 232), o estudo de intelectuais mediadores é algo novo, porém independente: “[...] longe de se fechar em si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”. O intelectual possui uma rede de apoiadores, (SIRINELLI, 2003), dessa forma, os irmãos Porto Alegre compartilhavam das mesmas ideias de um grupo de pensadores que conviviam e que podem ser identificados nas publicações da Revista do Partenon Literário, do jornal *A Imprensa*, assim como no partido republicano.

O intelectual mediador pode ser um professor, um advogado, um assistente social, mas não necessariamente ter uma formação específica, mas sim desempenhar um papel de motivar a sociedade que está ao seu entorno. Ele talvez não tenha sido reconhecido como tal no período em que viveu, mas esteve incluído na sociedade em questão, foi ator de seu tempo, participou efetivamente da comunidade em que viveu. E, ainda, pode se dizer que os intelectuais mediadores:

[...] são homens da produção do conhecimento e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10).

A partir do excerto é possível entender que o conceito de intelectual mediador não está ligado a uma elite propriamente dita, mas a uma posição de enfrentamento das dificuldades, da pobreza, da falta de oportunidade, de acesso a cultura ou a educação. Para tanto, o intelectual mediador precisa interagir com a comunidade, na intenção de melhorar o seu entorno com a educação, seja em escolas, em reforço escolar, em leitura, ou com a cultura, com a música, a dança ou o teatro.

No caso dos irmãos Porto Alegre, é possível observar suas relações com a criação de escolas, como professores e fundadores de jornais, com o posicionamento das suas ideias publicadas em artigos. Desse modo, eles foram destacados e reconhecidos por parte da sociedade no tempo em que viveram, contudo isso será evidenciado ao longo da escrita da trajetória dos irmãos.

Segundo Loriga (2011), para a escrita biográfica não existem regras, o escritor tem domínio da sua escrita, que pode ser cronológica, seguindo “o nascimento, a formação, a carreira, a maturidade, o declínio e a morte” (LORIGA, 2011, p.18), mas esta escolha é feita pelo autor que pode usar da criatividade.

Para Alves (2019), perseguir indivíduos pela sua trajetória auxilia a entender o micro, as regiões em que eles viveram e suas escolhas, mas também o macro, em uma mudança constante de escala para entender melhor questões mais gerais de contextos, que em outra metodologia não poderiam ser percebidas. Nesse sentido incluiu-se os irmãos Porto Alegre porque os seus posicionamentos políticos auxiliam a um entendimento de contexto brasileiro de transição do regime monárquico para a república. Sobre contexto, Levi (1992) argumenta:

A teoria de contexto mais coerente é a funcionalista, cujo aspecto mais característico talvez seja aquele de se focalizar o contexto para explicar o comportamento social. Para o funcionalismo, não são tanto as próprias causas do comportamento que constituem os objetos de análises, mas antes a normalização de uma forma de comportamento em um sistema coerente que explica aquele comportamento, suas funções e o modo como ele opera (LEVI, 1992, p. 154).

Os irmãos se engajaram, na Província de São Pedro, em um movimento que era nacional, que lutava pela abolição da escravidão, pelo fim da monarquia e a implementação da república. Após o estabelecimento da república em 1889, reagiram negativamente aos desmandos de um grupo ligado a Júlio de Castilhos não seguindo os seus ideais republicanos. Com isso, um grupo de apoiadores ao movimento ficou descontente e houve uma cisão no partido republicano.

Segundo Pezat (2007, p. 37), as insatisfações iniciaram antes da Proclamação da República ainda na criação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), no ano de 1882. A ala jovem do Partido Republicano entrou em confronto com um grupo de velhos partidários, estes percursores ao movimento. Os jovens possuíam novos projetos para o republicanismo Rio-grandense, mas após o partido assumir o poder houve um descontrole que teve graves consequências: “Sem técnica administrativa, a mocidade republicana via crescer o *abalo econômico*, a *desorganização social*, o desrespeito a lei, o desprestígio dos homens públicos” (REVERBEL, 2014, p. 75, grifos do autor). Líderes republicanos que construíram o partido no Rio Grande do Sul afastaram-se por desacordos com o grupo jovem liderado por Júlio de Castilhos, entre eles os irmãos Porto Alegre.

Os Irmãos Porto Alegre

De todos os irmãos, o que teve maior repercussão ao longo dos anos foi o primogênito Apolinário José Gomes Porto Alegre, que nasceu em 29 de agosto de 1844, na cidade de Rio Grande, e morreu em 23 de março de 1904, na cidade de Porto Alegre, aos 60 anos de idade. Em 1861, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, contudo, com a morte de seu pai, retornou para Porto Alegre (AGUIAR, 2011; PÔRTO ALEGRE, 1954). Esse retorno, segundo Moreira (1989), ocorreu ainda no ano de 1861, e foi então que o professor Apolinário, para ajudar a sustentar a família, iniciou a docência no colégio do Dr. José Pedrosa e Padre Massa.

Apolinário, ao longo de sua vida, teve uma vasta produção textual que pode ser dividida entre contos, historiografia, poesia, romance, teatro, estudos críticos e biográficos. Entre eles estão cento e dezessete poemas, seis livros, e diversas peças de teatro publicadas em vários jornais e revistas (AGUIAR, 2011; PÔRTO ALEGRE, 1954). Apolinário utilizou, em algumas publicações, o pseudônimo Iriema.

No ano de 1867, com vinte três anos, Apolinário colaborava com um jornal editado em Porto Alegre, o *Atualidade*, e juntamente com seus irmãos abriu o Colégio Porto Alegre. Apolinário e um grupo de amigos, em 1868, fundaram a Sociedade Parthenon Literário, e assim o perfil republicado e abolicionista foi defendido nas páginas da revista do Parthenon Literário, criada um ano após a criação da Sociedade (MOREIRA, 1989). O professor Apolinário foi o autor que mais publicou na revista do Parthenon Literário, com cerca de 80 contribuições, assinando com seu nome ou pelo pseudônimo de Iriema (HESSEL, 1976, p. 19).

Conforme Moreira (1989), Apolinário foi sócio do professor Apelles no ano 1870, na fundação do Colégio Rio-Grandense. Nesse mesmo ano foi diretor da revista *Murmúrios do Guaíba*, publicada mensalmente. No ano de 1874, Apolinário lança seu primeiro livro “Bromélias” e colabora com o jornal *O Mosquito* (MOREIRA, 1989). E em 1875 lança o livro de contos “Paisagens”.

No ano de 1876, Apolinário, juntamente com Hilário Ribeiro, funda o Instituto Brasileiro, que, segundo Moreira (1989), funcionou durante dezesseis anos. No ano de 1884, em um anúncio do Instituto Brasileiro publicado no jornal *A Federação*, apontam as disciplinas ministradas pelo professor Apolinário: português, francês, geografia e retórica (PORTO ALEGRE, 1885).

Segundo Moreira (1989), Apolinário também contribuiu para as publicações do jornal *A Imprensa*, contudo não se constatou textos com a sua assinatura nos exemplares consultados. Além das diversas publicações em jornais e revistas, Apolinário publicou alguns livros entre os quais se destacam: “O Vaqueano”, “Cancioneiro da revolução de 1835” e “Popularium sul-rio-grandense”.

O professor Achylles José Gomes Porto Alegre nasceu na cidade de Rio Grande, em 29 de março de 1848, e faleceu na cidade de Porto Alegre, em 21 de março de 1926, aos 78 anos. Estudou no Colégio Gomes e na Escola Militar (FERRER, 2015), trabalhou como funcionário público, foi fundador e dirigiu o *Jornal do Comércio* (1884/1888) e o jornal *Notícia* (1869), de Porto Alegre (FERRER, 2015). Ao longo do tempo, ele escreveu inúmeros contos e crônicas. Além disso, “pertenceu ao ‘Clube Abolicionista’ de Porto Alegre; foi membro fundador da Academia Rio-Grandense de Letras (1901), da Academia de Letras do Rio Grande do Sul (1910) e sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul” (PÔRTO ALEGRE, 1917, p. 9).

Juntamente com os irmãos e outros companheiros fundou o Parthenon Literário, do qual, em 1879, foi eleito presidente (FERRER, 2015). Na Revista do Parthenon Literário Achylles teve cinquenta publicações, ficando atrás apenas de Apolinário em número de publicações (HESSEL, 1976, p. 19). Em algumas publicações utilizava o pseudônimo Manfredo.

Conforme Arriada (2011), Achylles escreveu e editou poesias, crônicas, livros didáticos, relatos históricos e biografias. Seus escritos reforçam o olhar cuidadoso e perspicaz sobre as modificações ocorridas na cidade de Porto Alegre.

Em sua vasta publicação bibliográfica, Achylles privilegiava a escrita de crônicas sobre a cidade de Porto Alegre, algumas que podem ser citadas são “Iluminuras”,

“Esculturas”, “Flores de gelo”, “Val de Lyrios”, que são versos; e “Phantasias”, “Contos e perfis”, “Folhas caídas”, “Através do passado”, “Flôres entre ruínas”, “Jardim de saudades”, “Paisagens mortas”, “Noutros tempos”, “Serões de inverno”, “A’ sombra das arvores”, “Noites de luar”, estes em prosa. Achylles também escreveu biografias, que são: “Homens ilustres do Rio Grande do Sul”, “Vultos e factos” e “Homens do passado” (PORTO ALEGRE, 1925, s/p).

Quando pesquisa-se sobre o professor Achylles, pode-se perceber que a atuação dele na docência foi pouco estudada. Por vezes, quando se fala do autor, ela chegou a ser ignorada. O mesmo surge como funcionário público e sabe-se que atuou em diversos setores do serviço público, contudo também atuou como professor. Certamente que sua dedicação para a escrita, seu trabalho em jornais, como escritor e diretor, deixaram um legado importante para a história do Rio Grande do Sul, mas não se pode apagar uma carreira em detrimento de outra.

O professor Achylles, no ano de 1900, compunha o corpo docente da Escola Normal (RELATÓRIO, 1900, p. 189). Já em 1904 integrou o quadro de professores do colégio distrital de Porto Alegre, atuando no curso elementar, na seção masculina (RELATÓRIO, 1904, p. 69). Para mais, no ano de 1909 foi relacionado no quadro de inspetores escolares da região de Porto Alegre (RELATÓRIO, 1909).

Achylles Porto Alegre teve oito filhos³: Augusto, Affonso, Achyles Filho, Arminda, Alfredo, Alberto, Antonietta e Aracilia. Destes, até o momento, foi encontrado um filho que seguiu a profissão do pai e dos tios, Achylles Porto Alegre Filho. Achylles Filho foi nomeado professor interino de primeira entrância do sexo masculino, em Sant’Anna do Rio dos Sinos, município de S. Sebastião do Cahy (RELATÓRIO, 1900, p. 177). Encontrar estes vestígios das trajetórias de pessoas comuns, que não deixaram marcas na sociedade, nem sempre é fácil, e até o momento esse foi o único dado que indicou uma tradição familiar por parte do professor Achylles.

O professor Apelles José Gomes Porto Alegre nasceu na cidade de Rio Grande, em 24 de outubro de 1850, e faleceu na cidade de Porto Alegre, em 6 de julho de 1917, aos sessenta e sete anos de idade. Apelles casou-se com Ernestina Souza Franco, conhecida como Sinhá, em 1871, e na lápide dela no cemitério da Santa casa consta a mensagem: “A colaboradora inteligente, Sonho... e formosa realidade sua companheira na vida”. Apelles e Sinhá tiveram cinco filhos: Amélia Porto Alegre, nascida em 1870, Arnaldo Franco Porto Alegre, que

³ Acessado em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/L1HM-8CB> visualizado em: 21/3/2021.

nasceu 1879, Azelina Gomes Porto Alegre, nascida em 1880, e as gêmeas Alice Porto Alegre e Azelma Porto Alegre⁴, nascidas em 1882.

Amélia, a filha mais velha, também exerceu a docência, e em cartas escritas para a mãe consta que lecionou na cidade de São Jeronimo, da qual pedia transferência desde 1923 para a cidade de Porto Alegre. Na sua última carta para a sua mãe, datada de 25 de fevereiro de 1929, conta das despedidas pela sua transferência e das mudanças no Grupo Escolar após sua saída:

D. Flora esclareceu tudo, a cousa de 3 dias mais ou menos, o Coronel esteve na Secretaria e soube da minha transferencia (mostrou-se sentida de eu ter tratado disso caladinha), o Mario Sica vem p^a. Grupo como professor e não diretor, Dr. Oswaldo disse-lhe que ele mandaria de lá outra diretora e prometeu elevar o Grupo a Collegio (PORTO ALEGRE, 25/2/1929, carta relatando as despedidas e novidades do Grupo Escolar).

Nas cartas, Amélia não relata o dia-a-dia da prática escolar, contudo aborda certas boatarias que corriam pelas vizinhanças, disputas com professores, e conversas casuais dos vizinhos. Amélia conta que todos irão sentir sua falta, e alerta que foi ela quem pediu transferência e não foi retirada do Grupo Escolar, apontando que existiam disputas entre os professores.

Ontem estivemos na D. Nena que nós disse correr muitas novidades que eu estou transferida para P. Alegre para um lugar m^o bom na Complementar e que vai ficar com a directoria o Mario Sica. [...] D. Elvira também me disse que todos que vão lá lastimam muito minha sahida, que quando estava tudo se endireitando, o Grupo pronto para passar a Collegio, eu sair para voltar tudo para tras (PORTO ALEGRE, [192?], carta enviando notícias, grifos da autora).

Fica aparente a preocupação de Amélia e dos seus amigos com a criação do colégio. Pelos direcionamentos deste trabalho, ainda não foi possível afirmar quando o Grupo Escolar se transformou em colégio e nem se isso foi possível. Outros contratempos da pesquisa ainda não permitiram encontrar vestígios de Amélia após a sua ida para a cidade de Porto Alegre.

Dos cinco filhos do casal, apenas de Amélia foi possível localizar informações até o momento. Em suas cartas ela apenas envia lembranças a algumas irmãs, sem aprofundar nenhum assunto. Sobre d. Sinhá, Amélia escreveu que foi “[...] companheira e colaboradora ideal, cheia de compreensão, carinho e ternura, sempre a mesma, nas horas boas e nas más...”

⁴ A árvore genealógica da família Porto Alegre foi visualizada em: <https://www.familysearch.org/tree/pedigree/descendancy/L1HM-CHB> acessado em: 04/02/2020.

(TORELLY; CARVALHO, 1944, s/p). Amélia ainda continua dissertando que após a morte do pai, sua mãe, d. Sinhá, conseguiu, com a ajuda de amigos, manter o Colégio Rio-Grandense por dois anos, vindo a fechar devido a problemas de saúde que se agravaram (TORELLY; CARVALHO, 1944).

O professor Apelles inaugurou o Colégio Rio-Grandense em 1870, com apenas vinte anos, em sociedade com o professor Apolinário, mas este último deixa a sociedade para fundar outro estabelecimento, o Instituto Brasileiro. Desse modo, o professor Apelles se tornou proprietário, diretor e professor do Colégio Rio-Grandense, em que atuou até sua morte. Como mencionado a cima, a família ainda tentou manter a instituição aberta por dois ou três anos após o seu falecimento. Apelles dedicou sua vida ao colégio por quase cinquenta anos.

São raros os relatos de como o professor Apelles foi em sala de aula, contudo nas palavras de Raul Pilla encontra-se uma pequena descrição do seu método de ensino: “[...] o professor de História, [...] em vez de narrar batalhas e desfiar séries de monarcas, nos fazia acompanhar o desenvolvimento da civilização, tendo sido, talvez, o primeiro professor a adotar semelhante orientação em nosso meio” (PILLA, 1949, p. 55).

Apelles Porto Alegre “além da direção do Colégio Rio-Grandense, foi professor dos Colégios ‘Instituto Brasileiro’, ‘Souza Lobo’ e ‘Luis Kraemer’. Jornalista, educador, contista. Membro do Parthenon Literário publicou diversos artigos” (ARRIADA, 2011, p. 102). No jornal *A Imprensa* (CARVALHO; CARVALHO, 6/7/1881, p. 3) se encontra uma propaganda do Colégio União em que se divulga o professor Apelles como professor do ensino secundário.

Em muitas publicações o professor Apelles utilizou como pseudônimo Tancredo. Na revista do Parthenon Literário foram encontradas vinte e nove publicações do professor Apelles, sendo que dessas podemos destacar textos, crônicas, poemas e novelas.

Em publicação do jornal *A Federação* (1885) é possível observar que o professor Apelles, no Instituto Brasileiro, ministrava a disciplina de história e “Em 1890, [...] Apelles Porto Alegre foi nomeado diretor da Instrução Pública e da Escola Normal” (PÔRTO ALEGRE, 1917, p. 196). Lecionou no Ginásio Júlio de Castilhos (TORELLY; CARVALHO, 1944) onde também foi professor de História e paraninfo da turma de Raul Pilla, no curso de bacharelado de ciências e letras (PILLA, 1949).

Resumidamente, Pilla descreve o professor Apelles:

“[...] O que avulta na complexa personalidade de Apeles Pôrto Alegre é, justamente, o professor. Foi poeta inspirado, jornalista de pulso, orador de fôlego. Qualquer destas manifestações do seu espírito bastaria para lhe dar a notoriedade do talento. Foi, porém, como professor que êle se impôs, mais do que à nossa admiração, ao nosso reconhecimento” (PILLA, 1949, p. 53).

O professor Apelles foi jornalista, poeta, escritor, orador e professor, e segundo seus alunos e sua filha, Amélia, foi para a docência que Apelles se dedicou toda sua vida. Os três irmãos Porto Alegre, Apolinário, Achylles e Apelles, foram professores, escritores, jornalistas, participando assim ativamente da sociedade Porto Alegrense. Contudo eles tiveram envolvimento diferentes nos diversos setores que atuaram, cada um em uma especificidade distinta, mas de certo pode-se dizer eram unidos e perseguiram os mesmos ideais.

Conclusão

Os irmãos Porto Alegre estavam inseridos em uma sociedade que reivindicava mudanças políticas como o fim da monarquia, a abolição da escravidão e outras causas sociais que transformariam toda a nação. Desse modo, enquanto intelectuais mediadores atuaram de forma contundente, discursando, escrevendo e ministrando aulas em prol do ideário republicano.

Esse envolvimento cultural, político e educacional não se deu sem tensões, ter opiniões e defendê-las publicamente teve consequências, em algum momento positivamente, pois eles possuíram uma rede de apoiadores que compartilhavam das mesmas ideias. Por outro lado, de forma negativa, pois declarar suas opiniões acirravam as disputas diante de opositores, sendo que o final do século XIX foi um período de transformação para o partido republicano e para os irmãos Porto Alegre.

A atuação na comunidade, a participação em associações, a criação de jornais, o exercício da docência e fundação de diversas escolas marcaram a trajetória dos irmãos Porto Alegre, e deram aos três mais visibilidade no período em que viveram. Ainda hoje suas ideias podem ser percebidas e estudadas nos artigos que escreveram em jornais e revistas. E toda essa trajetória motivou os seus filhos Amélia e Achylles Filho a seguirem à docência como herança deixada pelos seus pais e tios.

Como professores formaram uma comunidade de indivíduos que, de alguma forma, aparecem na sociedade em livros e discursos homenageando seus mestres, além do vasto material que não foi analisado neste momento sobre os livros e artigos deixados pelos irmãos. A trajetória dos três irmãos é marcada pela defesa à cultura quando se inserem na criação de

diversas instituições como o Parthenon Literário; na política, com o fortalecimento do movimento republicano na criação do jornal *A Imprensa*, primeiro periódico republicano, e dos clubes republicanos; e na educação, com a fundação de escolas como o Colégio Rio-Grandense e Instituto Brasileiro, bem como nas diversas escolas em que atuaram como professores e inspetores. Estes homens, assim sendo, tinham consciência do que estavam fazendo e do legado que deixariam, cabendo a nós entender esse percurso cheio de desafios, conquistas e quem sabe desgostos, pois foram muitos os enfrentamentos, mas o certo é que os irmãos nunca deixaram de tentar e de se posicionar.

Fontes:

CARVALHO, Baptista de; CARVALHO, Maria Adelaide de. Colégio União. *JORNAL A IMPRENSA*, Porto Alegre, 6 jul. 1881, p. 3.

PILLA, Raul. *Palavras de um professor: discursos e escritos*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

PORTO ALEGRE, Amélia. *Minha querida mamãe*. Destinatário: Ernestina Souza Franco. São Jeronimo, 25 fev. 1929. Carta relatando as despedidas e novidades do Grupo Escolar.

PORTO ALEGRE, Amélia. *Minha querida mamãe*. Destinatário: Ernestina Souza Franco. São Jeronimo, [192?]. Carta enviando notícias.

PORTO ALEGRE, Apolinário. Instituto Brasileiro. *JORNAL A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, 1 jan. 1885, p.4. Biblioteca Nacional digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=apelles&pagfis> Acesso em: 26 ago. 2020.

RELATÓRIO, apresentado ao sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros – Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott – Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 30 de agosto de 1900. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria Americana, 1900.

RELATÓRIO, apresentado ao sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros – Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott – Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 31 de agosto de 1904. Porto Alegre: Oficinas Typographicas de Emilio Wikdemaxx & Filhos, 1904.

RELATÓRIO, apresentado ao sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves – Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protasio Alves – Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1909. Porto Alegre: Officina Typographica da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1909.

TORELLY, Tilly Pinto; CARVALHO, Adel (org.). *Á memória do professor Apeles Porto-Alegre: Homenagem promovida por seus admiradores e antigos alunos*. Porto Alegre, 1944.

Referências:

AGUIAR, Laísa Teixeira de. *A poesia de Apolinário José Gomes Porto Alegre: recuperação e estabelecimento de texto*. Orientadora: Maria Eunice Moreira. Coorientadora Alice Therezinha Campos Moreira. 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Visualizado em: <http://meriva.pucrs.br:8080/dspace/handle/10923/4004> acessado em: 28/10/2017.

ALVES, Jéssica Santana de Assis. Possibilidades no estudo de indivíduos: a micro-história como aparato para analisar trajetórias. *Temporalidades – Revista de História*, Edição 29, v. 11, n. 2, p. 31-49, jan./abr. 2019.

ARRIADA, Eduardo. *A Educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

MARTINI, Cyro. *A cidade risonha de Aquiles Porto Alegre*: Porto Alegre: Martins Livreiro - Editora 2013.

FERRER, Francisca Carla Santos. Ao “Réis-do chão”: Análise das crônicas de Aquiles Porto Alegre. *Periódico Científico Outras Palavras*. v.11, n.1, p.46-51, jun. 2015.

GINZBURG, Carlo. Micro História: duas ou três coisas que eu sei a respeito. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279.

GOMES, Angela Maria de Castro e HANSEN, Patricia Santos. *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HESSEL, Lothar, et all (org.). *O Partenon Literário e sua obra*. Porto Alegre. Edições Flama/SEC/RS, 1976.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (org.). *Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 133-161.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MOREIRA, Maria Eunice. *Apolinário Porto Alegre*. Porto Alegre: IEL, 1989.

NÓVOA, António (Org.). *Vidas de Professor*. Porto/Portugal: Porto Editora, 2013.

PEZAT, Paulo. Leituras e Interpretações de Auguste Comte. In: GOLIN, Tau et al. *República Velha (1889-1930)*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3 t. 2, p. 29-78.

PÔRTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Erus, 1917.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Palavras ao vento (chronicas)*. Porto Alegre: Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & CIA, 1925.

- PÔRTO ALEGRE, Alvaro. *Apolinário Pôrto Alegre*. Pôrto Alegre: Editora Thurmman, 1954.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 15-38.
- REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. *A Revolução Federalista e o ideário Parlamentarista*. Orientador: Manoel Gonçalves Ferreira Filho. 2014. 219 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- RIBEIRO, Celia. *Fernando Gomes: um mestre no século XIX*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.259-278.
- _____. Os Intelectuais. In: RÉNOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.231-270.

Maurício de Lacerda e a Rebelião dos Sargentos de 1915: inquirindo a trajetória de um parlamentar e a formação da esquerda militar na Primeira República

Eduardo Rizzatti Salomão¹

Entre os eventos menos conhecidos relativos à história política e social da Primeira República brasileira está a Rebelião dos Sargentos de 1915, episódio singular que, segundo Edgar Carone (1971), inaugurou a expressão política da baixa hierarquia do Exército, antecipando-se às manifestações da oficialidade no tenentismo.²

Lançando os olhares para a imprensa do Rio de Janeiro, é informado que em 18 de dezembro de 1915 foram efetuadas prisões em massa de sargentos do Exército, tendo por fundamento a denúncia de que esses militares preparavam um golpe com o propósito de derrubar o presidente Venceslau Braz e instituir uma “República parlamentar” (OS SARGENTOS..., 1915). A acusação proveniente do comando da região militar do Rio de Janeiro informava que o intento teria por mentor o deputado federal fluminense Maurício Paiva de Lacerda (NORONHA, 1924). Chamado de rebelião ou revolta, o evento recebeu nome pomposo, devendo-se observar que, em termos mais realistas, tratou-se de um movimento frustrado em suas ambições.

O movimento dos sargentos é, em si, tema instigante, e ganha interesse quando pensado no cenário da representação política dos anos 1910, onde Maurício de Lacerda ocupou papel de destaque. O deputado inseria-se à esquerda do espectro político, sendo conhecido pela interlocução e alianças com lideranças ligadas à insipiente organização do movimento operário e socialista.

Tendo por propósito melhor conhecer os eventos que cercam a Rebelião dos Sargentos de 1915, chegou-se a conclusão de que tomar como guia a participação de Maurício de Lacerda no episódio oferecia um caminho esclarecedor, permitindo, a partir da escala de observação da trajetória desse personagem, chegar-se a informações relevantes sobre os propósitos do movimento. Com essa motivação, foram consultados os anais da Câmara dos Deputados, boletins e relatórios do Ministério da Guerra, boletins do Exército, jornais de

¹ Doutor em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). Escola Superior de Guerra (ESG).

² Tenentismo: movimento militar brasileiro que se expressou por intermédio de várias rebeliões desencadeadas de 1922 a 1930. O grupo participante não se resumia aos “tenentes” e envolvia militares de diversos segmentos e postos e civis. Entre os objetivos do movimento estavam moralizar a política, com a adoção do voto secreto, e derrubar as oligarquias então no poder (AZEVEDO, 1999, p. 431).

época e vasculhadas obras de protagonistas desse episódio. Nesse percurso, destacou-se a dificuldade de localizar os autos dos inquéritos referentes à rebelião de 1915³. O material referente às apurações é conhecido, parcialmente, por notícias vinculadas em jornais e, sobretudo, pelo livro do general Abílio de Noronha *Narrando a verdade* (1924).⁴ No campo acadêmico, as referências e interpretações sobre o movimento dos sargentos foram encontradas nas obras de Edgar Carone (1971), Pedro Calmon (2002), João Quartim de Moraes (1991), Frank McCann (2009), José Murilo de Carvalho (2005) e Paulo Ribeiro Cunha (2014).

A seguir, passando pela apreciação sumária do perfil político de Lacerda, inquire-se a Rebelião dos Sargentos de 1915 e o envolvimento do deputado no episódio no esforço em melhor compreender os acontecimentos e questionar se esse movimento se caracterizou como uma expressão da formação de uma esquerda militar.

Entre militares e operários: o perfil de um deputado às vésperas da rebelião frustrada

Maurício Paiva de Lacerda nasceu no município fluminense de Vassouras, em 1º de junho de 1888, vindo a falecer na cidade do Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 1959. Era filho de Maria da Glória Paiva de Lacerda e de Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda. Seu pai era político experimentado, testado em vários mandatos no parlamento e em cargos na administração federal. Quando do governo do presidente marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914), Sebastião de Lacerda foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) (ABREU, 2001). Da trajetória familiar, depreende-se que Maurício cresceu em um ambiente no qual a política era pauta cotidiana, o que se confirma observando o histórico de seus irmãos, Fernando e Paulo, militantes comunistas, e um de seus filhos, o jornalista Carlos Lacerda, que se converteria em prócer da direita nos anos 1940 em diante.

Advogado de formação, o deputado Maurício de Lacerda marcou a sua trajetória política pelo engajamento às causas operárias, aproximando-se do movimento socialista, e dedicando-se a atender reivindicações dos círculos mais baixos da hierarquia militar, não

³ No segundo semestre de 2019, buscou-se no Arquivo Histórico do Exército (AHEx) informações a respeito do destino dos inquéritos referente a “rebelião” de 1915 conduzidos pelos regimentos, com destaque para o 3º Regimento de Infantaria, e pelo Departamento-Geral do Ministério da Guerra. Foram fornecidas cópias de boletins e outros documentos pertinentes, sendo informado não disporem de inquéritos sobre esse assunto. Como nenhum inquérito policial militar (IPM) da Rebelião dos Sargentos de 1915 ou inquérito civil prosseguiu (ou prosperou) na Justiça, não consta, até onde foi possível apurar, do acervo do Arquivo Nacional – o qual foi igualmente consultado, no afã de verificar informações constantes do espólio do Ministério da Guerra. Em virtude da pandemia do coronavírus, adiaram-se os planos de visita a outros acervos.

⁴ O autor assina Abílio de Noronha, de forma que assim ele será referido no decorrer do texto. O nome completo do general de divisão e autor é Abílio Augusto de Noronha e Silva.

excluindo bem se relacionar com oficiais de diversos níveis hierárquicos. Lacerda pautou seu mandato, nos anos aqui apreciados, na defesa de propostas desses setores e na oposição a segmentos oligárquicos, ligando-se a políticos nacionalistas e membros do Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre os mais notáveis o baiano Agripino Nazareth (CASTELLUCCI, 2012). Em termos de filiação, Lacerda integrou o Partido Republicano Fluminense (PRF), com o qual iria se incompatibilizar justamente pela relação com organizações operárias a ponto de ser expulso nos anos 1920 (ABREU, 2001).

As relações do deputado Lacerda com os militares vinham de longa data. Quando cursava a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, por ocasião dos esforços em fazer vigorar mudanças na legislação de prestação do serviço militar, Lacerda, na condição de estudante, alistou-se no Exército como voluntário de manobras (ABREU, 2001). Essa situação o familiarizou com o ambiente da caserna, aproximando-o dos fardados.

Em janeiro de 1909, o estudante Maurício de Lacerda esteve à frente de manifestação no município de Vassouras, contando com a participação de colegas voluntários do Exército, com o intuito de impedir o que julgou uma tentativa de fraude eleitoral no pleito em que seu pai saiu derrotado. Por esse ato, respondeu processo na Justiça Federal, não sofrendo condenação em virtude da protelação que resultou na prescrição da ação criminal (ABREU, 2001).

Concluído o curso de Direito, Maurício de Lacerda lançou-se em favor da candidatura de Hermes da Fonseca à presidência da República. Eleito o marechal, o jovem bacharel foi nomeado oficial de gabinete da presidência. Lacerda não tardou a alçar voo próprio na carreira política, elegendo-se deputado federal em 1912, quando se afastou do círculo de Hermes (ABREU, 2001).

Na tribuna do parlamento, o deputado Lacerda empenhou-se em vários momentos na defesa dos interesses de segmentos mais baixos da hierarquia das Forças Armadas e em assuntos diversos de interesse militar. Da sua atuação, ressaltam-se pronunciamentos condenando o emprego do Exército contra civis na repressão à revolta no Contestado (1912-1916), conflito que abrangia o planalto de Santa Catarina e terras em litígio entre esse estado e o Paraná. O deputado denunciou excessos e crimes cometidos no decorrer da campanha, levada a cabo, segundo sua denúncia, para “servir aos interesses de constituintes de políticos altamente colocados” (LACERDA, 1915, p. 371-372) dedicados a tirar vantagens da situação em detrimento de lavradores pobres e de adversários. Subindo o tom das denúncias, Lacerda acusou caudilhos do Contestado de acobertarem crimes com a conivência, e mesmo a participação, de alguns militares. Essa postura promoveu desentendimentos com os níveis

mais altos do escalão do Exército, o que não pode ser descartado como fator adicional na indisposição entre o deputado e o ministro da guerra general José Caetano de Faria por ocasião da apresentação de projeto de lei de interesse dos sargentos do Exército.

Aspirações corporativas e representação política

Ao analisarmos as razões para a constituição do movimento dos sargentos, as aspirações de ascensão profissional desse segmento iluminam o assunto. Consultando os registros da Câmara dos Deputados, somos informados de que o deputado Maurício de Lacerda apresentou, em sessão de 3 de novembro de 1915, o projeto de lei nº 180, destinado a instituir o “Quadro de Oficiais Inferiores, ou suboficiais do Exército.” (BRASIL, 1915a, p. 4.580-4.581).

O projeto era inovador, criando uma carreira até então inexistente, com previsão de estabilidade, promoções e ascensão do sargento, em final de carreira, ao oficialato. Ademais, o projeto avançava em direitos até então não observados para os sargentos, diminuindo, por exemplo, os entraves à união familiar, equiparando o tempo de serviço para requerer a reserva remunerada entre oficiais e praças, e prevendo pagamento de auxílio funeral e a percepção de pensão de meio-soldo às viúvas (BRASIL, 1915a). Outro ponto notável foi estabelecer que o rebaixamento de graduação ocorresse apenas diante de pena superior a um ano de prisão imposta por conselho de guerra; e a exclusão do sargento do serviço militar somente ocorreria mediante justo motivo, observada a previsão em lei, percorrendo um processo onde fosse observada a conveniência da administração e o direito de defesa, em face de crimes e indisciplina, e não o humor dos chefes, previsão que aperfeiçoaria os mecanismos de proteção dessa categoria, conforme consta dos artigos 7º e 8º do projeto (BRASIL, 1915a, p. 4.581).

O projeto de lei foi mal recebido pela alta hierarquia militar. Evidenciado os embates em torno da proposta, o general José Caetano de Faria, em entrevista ao jornal *O Imparcial*, esclareceu que considerava o projeto, na forma, “excelente”, porém inoportuno.

Como é possível, exatamente agora, quando se reduz o efetivo do Exército, redução que não pode atingir os inferiores, que ficam, assim, em número grandemente superior ao necessário para o efetivo orçamentário, pensar-se em aumentar as vantagens pecuniárias dessa classe, com um grande acréscimo de despesa? (BRASIL, 1915c, p. 4.604).

O ministro também julgava o projeto inadequado sob o ponto de vista “técnico”, dado que avaliava que para dar aos inferiores vantagens “deve-se antes rever o respectivo quadro,

expurgando-o, como possível, de alguns elementos incompatíveis com as funções bastante sérias que competem aos inferiores” (BRASIL, 1915c, p. 4.604).

O general apontou disposições que considerava inaceitáveis. Uma delas era a equiparação dos sargentos fora da tropa com os sargentos arregimentados na tropa em termos de remuneração, conforme a tabela de soldos e gratificações apresentadas no artigo 15 do projeto. Para Caetano de Faria, os sargentos das secretarias e repartições, encarregados dos serviços burocráticos, não poderiam receber vantagens superiores aos encarregados dos serviços das companhias, das quais eram responsáveis quando na ausência dos oficiais, pois esses sargentos seriam esteios da disciplina, tendo vida rigorosa, devendo contar com “certo prestígio” (BRASIL, 1915c, p. 4.604). Curiosamente, os sargentos próximos do comando, responsáveis pelas atividades administrativas, eram julgados menos merecedores. Rebatendo o argumento do ministro, Lacerda esclarecia não compreender a objeção, pois “há também professores [referindo-se aos docentes das escolas militares] e oficiais que nunca foram à fileira e ganham tanto ou mais que os oficiais combatentes” (BRASIL, 1915c, p. 4.606).

O deputado Lacerda insistiu na defesa de que, ao se adotar o projeto, ocorreria economia com a elevação dos vencimentos dos futuros suboficiais do Exército, pois seriam reduzidas gratificações de função e etapa (alimentação), suprimido o fornecimento de armamento para defesa pessoal e fardamento, diminuído os vencimentos dos agregados e, futuramente, o seu número. De fato, o projeto previa tais reduções, constando a previsão de extinção das diferentes gratificações por funções e os empregos especiais, citando o caso dos militares arregimentados e outros nos artigos 16 e 17 (BRASIL, 1915c).

Para o general Caetano de Faria a adoção do Quadro de Inferiores propiciaria o aumento de despesa superior a mil contos anuais (BRASIL, 1915c). Lacerda rebateu o argumento, apresentando cálculos de que o aumento dos soldos seria compensado em mais de 2.400 contos pelo corte de gratificações e outras despesas, o que, para o deputado, por si só recomendaria a adoção do projeto (BRASIL, 1915c, p. 4605). Outro ponto rebatido foi o argumento da necessidade de se expurgar sargentos antes de se adotar quaisquer medidas para a sua efetiva estabilização profissional.

Os atuais sargentos foram escolhidos mediante um concurso prestado perante uma comissão julgadora, composta de um tenente-coronel, um major, um capitão e dois subalternos, um dos quais diretor de uma das escolas regimentais, e depois disso, promovidos por antiguidade ao critério da oficialidade de seus corpos. (BRASIL, 1915c, p. 4.605).

Para Lacerda, se Caetano de Faria não julgava possível confirmar na graduação os atuais sargentos, deveria antes questionar e remodelar os critérios dos selecionadores, sendo irônico que, optando pelo expurgo, ele seria operado pelos mesmos oficiais encarregados da seleção que não satisfazia o general. (BRASIL, 1915c, p. 4.605). O deputado chegou a contemporizar, afirmando não desconsiderar a necessidade de aplicar medidas saneadoras, admitindo que o projeto fosse aperfeiçoado para atender aos questionamentos levantados pelo ministro. Nisso, cobrava maior envolvimento do ministério.

As objeções do ministro ao projeto de lei foram encaminhadas oficialmente ao presidente da República. No documento, Caetano de Faria enfatizou os “inconvenientes sob o ponto de vista econômico” (BRASIL, 1915c, p. 4.606) e diversos pontos negativos, abordando, além de aspectos orçamentários, impropriedades quanto à previsão de promoções. Entre as objeções, ressaltou que “a despesa ainda avultaria com o fato de poderem os sargentos constituírem família” (BRASIL, 1915c, p. 4.606), o que revala uma das faces cruéis do serviço militar então em vigor, o qual condenava muitos soldados e graduados (cabos e sargentos) a manter suas companheiras e filhos em segredo e desamparados em caso de morte do militar (BEATTIE, 2009).

O ministro foi contrário à previsão do direito das famílias dos subordinados à pensão de meio-soldo e ao montepio, o que expressou em comentário revelador de como esse segmento era percebido: para o general a pretensão era razoável, pois dada “até” aos “empregados de pequena categoria” (BRASIL, 1915c, p. 4.607). O ministro ressaltou, porém, que essa “concessão” era feita aos oficiais para os quais “a carreira das armas é uma profissão” (BRASIL, 1915c, p. 4.607), e que, para isso permaneciam anos estudando em escola profissional, avaliando que:

[...] o sargento não é um profissional, é um indivíduo que veio fazer seu serviço militar e que pode demorar-se nas fileiras algum tempo, enquanto lhe convém; não é uma carreira, porque ele só pode aspirar ao oficialato se for cursar uma escola militar. (BRASIL, 1915c, p. 4.607).

Contando com a adesão do deputado Vicente Piragibe, entre outros parlamentares, o projeto foi defendido com entusiasmo, enfatizando-se que os sargentos eram “esforçados servidores da Pátria” (BRASIL, 1915c, p. 4.607). Se o general não considerava seus subordinados dignos de adoção de uma carreira, os deputados aliados a Lacerda o fariam.

Das negativas de Caetano de Farias, fechando questão contra o projeto de lei, fica evidente que o comando militar adotou uma postura intransigente que terminou por estimular que os sargentos recorressem aos parlamentares na defesa de suas aspirações. Essa atitude

partiu justamente de um general simpático à campanha de renovação das fileiras militares e de aperfeiçoamento da profissionalização do Exército encampada pelos jovens turcos, com observou José Murilo de Carvalho (2005), o que revela que a aprovação dirigida aos oficiais não encontrava lugar quando se tratava de praças então percebidos como simples prestadores de serviço militar.

A Rebelião de 1915 e seus desdobramentos: versões conflitantes

No cenário de enfrentamento entre Lacerda e os generais, em 18 de dezembro de 1915 o general Pedro Augusto Pinheiro Bittencourt, tendo por argumento reprimir um movimento golpista, desencadeou as ações que levaram à prisão centenas de sargentos. Ao justificar a drástica medida, o comandante da região militar informou que visava impedir uma insurreição destinada a derrubar o presidente e entregar o cargo ao general Emílio Dantas Barreto, tendo por propósito final instaurar uma República Parlamentar, acusações refutadas pelo general lotado em Recife e o deputado Lacerda (OS SARGENTOS..., 1915; NORONHA, 1924).

Além de sargentos do Exército e deputados, divulgou-se a participação na conspiração de praças da Armada (Marinha do Brasil), da Força Pública de Segurança (Brigada de Polícia) e bombeiros, citando-se, ainda, a adesão de estivadores e empregados da *Light* – a companhia encarregada de prestar serviços de fornecimento e distribuição de energia elétrica no Rio de Janeiro, o que indica propósitos mais amplos, com setores populares integrados ao movimento. O material consultado apresenta indícios, mas carece de se reunir informações mais substanciais a confrontar a versão da acusação e esclarecer o assunto. Assim, se ocorreu um movimento em conjunto, reunindo sargentos e trabalhadores, na intenção de tomada do poder, ainda é questão em aberto; certo é que ocorreu a aproximação de militares com lideranças parlamentares próximas ao operariado e socialistas, como evidencia a relação desse grupo com Lacerda e Agripino Nazareth, entre outros deputados.

Da conclusão das apurações, resultou a exclusão de 256 militares das fileiras das Forças Armadas (NORONHA, 1924). A decisão do ministro da guerra é esclarecedora.

Ministério da Guerra – Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1915 – N. 1.734.
Sr Chefe do Departamento da Guerra – Estando verificado que as praças constantes da inclusa relação, enviada pelo comando da V região militar, cometeram atos graves de indisciplina entrando em combinações com o fim de perturbar a ordem pública, para o que chegariam mesmo à prática de crimes, o que não teve começo de execução à vista de providências oportunas e enérgicas, determino que sejam elas transferidas para as regiões indicadas na mesma relação, para onde seguirão na primeira oportunidade, aplicando-se-lhes o máximo dos castigos permitidos pelo regulamento

disciplinar, isto é, 30 dias de prisão e 60 de rebaixamento, como incursos no artigo 427 §§ 2º e 3º daquele regulamento. Saúde e fraternidade – José Caetano de Faria. (BRASIL, 1915b, p. 1.792).

A expulsão viria a seguir, na região de destino. Os militares foram enviados para cumprir punição em quartéis no nordeste e sul, entre outras localidades (NORONHA, 1924). Essa informação evidencia uma peculiaridade do episódio: o processo não foi submetido à justiça, sequer sendo enviado qualquer inquérito policial militar (IPM) ao conhecimento dos tribunais (o inquérito, formalizado ou não, ficou na esfera da região militar e do Ministério da Guerra), tudo sendo resolvido na esfera disciplinar de forma célere, pois a listagem dos primeiros militares a sofrer punições foi publicada com data do último dia de dezembro de 1915, ou seja, menos de duas semanas após as primeiras prisões anunciadas nos jornais e, a segunda, em 5 de janeiro de 1916.⁵ A rapidez em dar solução as investigações revela o interesse em encerrar o assunto com brevidade, dando margem a dúvidas quanto ao fundamento das acusações. Disso, conclui-se que, ou não se conseguiu reunir elementos suficientes para constituir a denúncia do crime de rebelião, ou tudo não passou de acusação infundada ou exagerada, sendo, de fato, o único objetivo calar rapidamente as reivindicações dos sargentos. O deputado Lacerda não sofreu constrangimentos maiores do que responder, da tribuna, as acusações do comando da região militar.

De dezembro de 1915 a janeiro de 1916, as denúncias circularam abundantemente, levando a crer, indiferente ao encaminhamento legal do caso, que tudo correspondia a uma tentativa de sublevação de militares (CARONE, 1971). Na linha da acusação, o general Abílio Noronha (1924) apresentou os acontecimentos relacionados à revolta dos sargentos sob um ponto de vista particular, pois, à época, o general era o então coronel comandante do 3º Regimento de Infantaria (3º RI).

Para Abílio de Noronha, a conspiração dos sargentos foi fruto da indisciplina semeada por um ambiente contaminado por interesses políticos. O general apontou o governo do marechal Hermes da Fonseca, com sua política de intervenção nos estados, como a raiz desse problema, pois responsável por fomentar “a ideia de desrespeito à autonomia dos mesmos, envolvendo, desse modo, o Exército na política, favorecendo as ambições de alguns oficiais” (NORONHA, 1924, p. 8).

Noronha enfatizou que o marechal tinha favorecido o retorno ao período de pronunciamentos, revoltas e sedições, jogando fora os esforços em favor da manutenção da

⁵ As exclusões de ao menos 236 militares do Exército foram confirmadas nos boletins nº 471, de 31 dez. 1915, e 472, de 5 jan. 1916 (BRASIL, 1915b, p. 1.792 a 1.796 e idem, 1916a, p. 13).

disciplina. O general escrevia sobre o assunto nos anos 1920, após a revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922, e sob o peso da revolta de 1924 em São Paulo. O tom de Noronha foi acusatório e nisso deve ser considerado que o general sofreu o constrangimento de ser aprisionado pelos oficiais rebeldes em 1924, o que o colocou em maus lençóis junto ao presidente Artur Bernardes. Claramente, o livro de Noronha foi publicado como uma interpretação em sua defesa dos eventos da sedição em São Paulo. O general correlacionou alguns aspectos do episódio de 1915 com os movimentos de 1922 e 1924. E sobre 1915, acusou Lacerda de se aproveitar dos sargentos para satisfazer suas ambições. O deputado simpático ao tenentismo seria preso no governo Bernardes no ano da edição da obra de Noronha, sofrendo ferimentos que quase o levaram a óbito (LACERDA, 1980).

Em face do conflito de interesses, a obra de Noronha deve ser recepcionada com cautela. Isso não retira a relevância do texto, em particular por ser fonte do interesse em se compreender a percepção de um membro do alto oficialato sobre os eventos de 1915, externando que o episódio fragilizou a relação de confiança entre oficiais e sargentos.

Sobre as tratativas entre os sargentos e o deputado Maurício de Lacerda, o general citou uma reunião na residência de Agripino Nazareth, onde teria ocorrido uma grande aglomeração e foram manifestadas posições extremas. O general afirma, sem especificar quem forneceu a informação, que na ocasião Lacerda teria declarado que “a República dos Estados Unidos do Brasil tinha sido lançada por oficiais do Exército e que a República Parlamentar havia de ser lançada por sargentos” (NORONHA, 1924, p. 11). E, de mais grave, o general informa que as investigações revelaram supostos planos de assassinato.

O inquérito procedido revelou o plano do assassinio de generais e igual destino deveriam ter todos os ministros e o próprio Presidente da República. À cavalaria da Brigada Policial, sob o comando do então major Paulo de Oliveira, estava reservada a missão de realizar a prisão do Presidente da República logo ao iniciar-se a revolta. (NORONHA, 1924, p. 12).

O assunto prosseguiu na esfera policial, atendendo ao pedido do general Pinheiro Bittencourt no tocante a apurar o envolvimento de civis (O CASO..., 1915). O inquérito da polícia acabou arquivado (CARONE, 1971, p. 309). A denúncia trata das acusações de golpe em favor de implantar uma República parlamentar, sendo a denúncia oferecida pelo procurador Pedro de Gusmão Jatahy à Justiça Federal, no qual cita ter excluído Lacerda do processo por razão da imunidade do congressista (A REBELIÃO..., 1916, p. 3). Tanto Noronha quanto os jornais não esclarecem detalhes sobre o projeto político e o sistema de governo em questão.

Seguindo as informações oferecidas por Noronha, é apresentada uma versão em nada devedora dos planos dos tenentes de 1922 e 24. Na madrugada do dia 17 de dezembro, tendo à frente o deputado Agripino Nazareth ocorrera uma reunião numa barca com destino a Niterói. Na ocasião, Nazareth teria orientado os sargentos sobre a necessidade de agir imediatamente: “rapaziada, é preciso abreviar isto, não perder tempo” (NORONHA, 1924, p. 10).

O plano original envolveria desencadear o golpe à meia-noite de 24 de dezembro de 1915, uma data de menor cuidado nos quartéis, com oficiais usufruindo dispensas por ocasião da véspera do Natal. Em virtude de desconfianças sobre a possível descoberta dos planos, as ações teriam sido reprogramadas para a meia-noite do dia 18, disso se tratando o “não perder tempo” atribuído à fala de Nazareth. Nessa decisão teria influenciado a notícia da convocação de generais e comandantes militares para uma reunião para tratar de manobras, o que alimentou a desconfiança de que os planos foram descobertos e que estaria em curso uma falsa mobilização no intuito de recolher armamento e munição.

Abílio de Noronha informa que as ações dos rebeldes começariam pelas fortalezas militares. O sinal convencionado para iniciar o levante seriam três disparos de canhão. Feito isso, os corpos revoltados da Vila Militar “desceriam com destino à cidade” (NORONHA, 1924, p. 14). O 56º Batalhão de Caçadores marcharia sobre o Palácio do Catete, tendo por missão aprisionar o presidente Wenceslau Braz; aqui Noronha se contradiz, pois também afirma que essa missão caberia à cavalaria da Brigada Policial, sob as ordens do major Paulo de Oliveira.

O deputado Lacerda acompanharia o 52º Batalhão de Caçadores em marcha ao Quartel-General do Exército, no Palácio Duque de Caxias, centro da cidade do Rio de Janeiro, onde seria aclamado presidente “até a chegada do general Dantas Barreto” (NORONHA, 1924, p. 14), cabendo ao deputado assumir o Ministério da Guerra. O 3º RI, sediado na Praia Vermelha, unidade comandada pelo então coronel Abílio de Noronha, estaria entre as unidades rebeladas, passando, sob as ordens do sargento-ajudante Severino da Costa Villa, a avançar sobre o Arsenal de Guerra e os telégrafos.

Capturado, o presidente Wenceslau Braz seria coagido a telegrafar aos governadores, informando a sua deposição. O 1º Regimento de Infantaria ficaria a cargo do primeiro-sargento Octavio José Cardoso; o 1º Regimento de Artilharia, com o primeiro-sargento Arthur Leite de Castro; e o 20º Grupo de Artilharia, ao comando do sargento-ajudante Celso Silva (NORONHA, 1924). Entre as lideranças civis do movimento estariam ainda os deputados Vicente Piragibe, Pedro Moacyr, Raphael Cabeda, Georgino Avelino, Caio Monteiro de

Barros, Campos de Medeiros, Maurício de Medeiros e Barbosa Lima (coronel reformado do Exército) (NORONHA, 1924, p. 15). As acusações citadas por Noronha correspondem, em grande parte, àquelas divulgadas na imprensa (O MOVIMENTO..., 1915; A REBELIÃO..., 1916; OS SARGENTOS..., 1915).

Reagindo às acusações, o deputado Pedro Moacyr tratou como “calúnia” a denúncia da elaboração de um plano para chacinar oficiais, acusando a República de enfrentar uma crise moral (O CASO..., 1915, p. 1). Não haveria complô algum, tudo não passaria de uma farsa para cercear o projeto e punir a ousadia dos subordinados. O deputado citou a ação de Lacerda em favor dos sargentos no tocante ao projeto de lei que tanto mal estar causara ao ministro da guerra, e enfatizou que projeto semelhante, visando beneficiar os inferiores, fora tratado pelo deputado Augusto Amaral, oficial do Exército, não dando motivos para escândalo (até porque não seguiu adiante).

Moacyr ressaltou que Lacerda servira como voluntário especial e que cultivava “relações íntimas, diretas e afetuosas com poderosos núcleos e elementos do Exército.” (O CASO..., 1915, p. 1), não sendo coerentes as denúncias que o difamavam, ressaltando que empreendia esforços em favor dos interesses da Instituição, nada mais, e que o projeto, verdadeira razão para as prisões, somente buscava servir aos propósitos da justiça e equidade.

Respondendo as acusações, Lacerda afirmou que os sargentos somente passaram a procurá-lo à paisana, motivando suspeitas, após a ordem do general Pinheiro Bittencourt, comandante da 5ª Região Militar (atual 1ª Região Militar, Rio de Janeiro), proibindo os militares de se dirigirem às sessões do Congresso (O CASO..., 1915, p. 2), observando que quando se tratavam de oficiais não havia restrição. A ordem de fato era restritiva e específica aos sargentos.

Tendo chegado ao meu conhecimento que, durante as sessões do Congresso Nacional, inferiores do Exército em grande número ali se reúnem com o fim de pessoalmente acompanharem discussões de projetos que interessam a sua classe e podendo parecer este ato uma pressão exercida pelos mesmos, além de que aquelas sessões efetuam-se justamente às horas de trabalho diário dos corpos, determino que os Comandantes de unidades tomem imediatas e enérgicas providências no sentido de evitar decisivamente a reprodução dessa inconveniência. Assinado – Pedro Augusto Pinheiro Bittencourt, General de Divisão. (ORDEM..., 1915, p. 1.278).

Outro motivo de protesto da parte de Lacerda tratava das ameaças do general Bittencourt a vida dos sargentos, ao citar desejos de “espingardeamento” dos presos, atitude considerada bárbara e alimentada por delações infundadas cujos autores não tinham a coragem de se revelar e assumir responsabilidades (O CASO..., 1915, p. 2).

Para o general Abílio de Noronha, o episódio não passou, efetivamente, de produto de uma trama golpista, sendo a adesão dos sargentos angariada com promessas em torno do que nomeou de “projeto-melhoria” (NORONHA, 1924, p. 15). O projeto de lei visto no tópico anterior visava beneficiar os inferiores do Exército com a adoção de uma carreira, mas, para o general, tudo não passava de um engodo, em razão do que o projeto teria sido arditamente estendido aos membros da Brigada Policial e Bombeiros do Rio de Janeiro por subscrição de Vicente Piragibe. Como que desdenhando da capacidade de discernimento dos sargentos, Noronha insistiu com a versão de que tudo não passaria de um estratagema com o propósito de atrair os ingênuos praças para uma revolução destinada a implantar um “governo unitário parlamentar” (NORONHA, 1924, p. 10).

Reforçando suspeitas sobre a veracidade das acusações, foram publicadas denúncias de torturas contra prisioneiros (O MOVIMENTO..., 1915). No campo oposto, contribuindo para aumentar os temores com relação a um golpe de estado, mesmo após as detenções, prisões disciplinares e exclusões das fileiras do Exército, acusou-se o movimento de ter desdobramentos em 1916. Muitos ex-sargentos punidos retornaram do desterro, buscando reparação. Ao procurarem apoio, foram novamente denunciados, observando-se exageros nas acusações que tratavam as expressões de insatisfação dos ex-militares como ameaças à ordem. As denúncias de 1916 seguiam caminho similar as de 1915, alegando o caráter subversivo dos entendimentos entre militares e parlamentares. No Rio de Janeiro, o Jornal do Comércio divulgou que membros do movimento “Asseguravam que a revolução tinha por fim a mudança da forma de Governo, uma mudança na situação política atual, consoante a opinião daqueles que eram convidados para tomar parte da conspiração.” (AVISOS..., 1916, p. 3), dando suporte a versão da acusação.

Carone ressalta que as detenções e expulsões de 1915 não encerraram a agitação, pois o movimento passou a contar com maiores simpatias. Novas manifestações são registradas em fevereiro de 1916, alegando-se que cabos se reuniram com Lacerda. Em março do mesmo ano houve nova agitação. Prisões são efetuadas em ambos os momentos. E, contrariando a versão de que essas manifestações não envolviam o oficialato, da terceira tentativa tomaram parte os coronéis Ananias de Albuquerque e Tomás Willian (CARONE, 1971, p. 308). Mas, se o IPM de 1915 não prosseguiu à justiça, tudo se resolvendo na esfera disciplinar, o inquérito civil terminaria arquivado, com severas críticas ao trabalho policial (CARONE, 1971, p. 309), o que põe em dúvida a veracidade das acusações.

Os eventos de 1915 e 1916 seriam uma continuação de um mesmo movimento? Há argumentos em favor dessa relação. A articulação entre militares/ex-militares e Lacerda

prosseguiu, como indica o projeto de anistia apresentado ao Congresso, incluindo membros do Exército e da força policial e bombeiros atingidos por punições no conjunto dos eventos de 1915-1916 – projeto que não prosperou (BRASIL, 1916c, p. 2.011). Há indicativos, mas faltam estudos aprofundados para que inúmeras questões sejam mais bem conhecidas. Paulo Ribeiro da Cunha observou que se fazem ausentes estudos específicos sobre as revoltas militares na história republicana, onde se notabilizou a revolta dos sargentos de 1915-1916 (CUNHA, 2004, p. 35, 83). A constatação de Ribeiro ainda se faz atual.

O movimento dos sargentos e a formação da esquerda militar

No período correspondente ao do governo de Wenceslau Braz (1914-1918), Edgard Carone (1971) reconheceu ser inaugurado o primeiro momento de expressão política da baixa oficialidade e dos praças, pois, até então, esse exercício era observado somente na alta oficialidade. O novo momento, entretanto, não significou a identificação de propósitos entre manifestações de diferentes segmentos (ou, como se diz na caserna, círculos hierárquicos). Não obstante, Carone avalia que o tenentismo, iniciado em 1922, surgiu “exatamente das revoltas de 1915.” (CARONE, 1971, p. 304).

Para Carone o movimento de 1915 pode ser percebido como um “paradoxo”, pois constituído em época de declínio das manifestações militares e no decorrer da reforma empreendida pelo Ministério da Guerra, momento que o general Caetano de Faria se empenhava em coibir manifestações políticas na tropa, chegando, nesse esforço, a advertir generais (CARONE, 1971, p. 304). Questionando esse ponto da avaliação de Carone, é difícil reconhecer um paradoxo nas manifestações dos sargentos se o ângulo de observação considerar que o movimento teve origem em anseios corporativos. Os sargentos vislumbravam a adoção de carreira e reconhecimento profissional em tempos de desejos de transformações onde a pauta era a reforma do Exército.

O movimento, em hipótese, não excluiu aspectos políticos mais amplos, pois, assim como ocorreria com os tenentes, os sargentos pareceram despertar para questões para além da caserna, de forma que, concordando com Carone, no episódio de 1915-1916 há conteúdo aparentemente semelhante ao presente nas agitações dos anos 1920 (CARONE, 1971). Essa possibilidade, entretanto, carece de um exame específico para ser mais apropriadamente inquirida.

Não se localizou menção de que o Ministério da Guerra ou o comando da região militar tenha instituído comissão para ouvir os sargentos. Conclui-se que não era do interesse do ministro tratar do tema, com ou sem a interferência de Lacerda. E apoiar a proposição a

contar do envolvimento do congressista poderia corresponder a ceder uma vitória a um grupo que se antagonizou com o ministro. Diante da indisposição do generalato em atender qualquer item do pleito dos sargentos constante do projeto, não faltaram motivos para que anseios insatisfeitos, num ambiente de ausência de diálogo, abrissem caminho a cooptação dos militares por políticos – até porque o caminho da via parlamentar era adequado no contexto legislativo da época, ainda mais diante das recusas do Ministério da Guerra em tratar do assunto.

Não muito depois de sufocado o movimento, surpreende que o ministro a negar uma carreira aos sargentos esforçou-se para aprovar medidas que atestavam que esse segmento era essencial para o Exército. O decreto que aprovou novo regulamento para instrução e serviços gerais nos corpos de tropa conferiu uma série de responsabilidades aos sargentos, incluindo atribuições próprias de oficiais subalternos, como o próprio texto especifica (BRASIL, 1916b).

Nem todos os intérpretes viram no movimento dos sargentos algo de substancial. Pedro Calmon entendeu que esse evento não passava de “repercussão tardia de descontentamentos militares” (CALMON, 2002, p. 193), e, não reconhecendo qualquer expressividade do movimento, afirmou que “Deveras, nenhum oficial do exército figurou na conspiração” (CALMON, 2002, p. 193). Essa afirmação vai de encontro com as informações registradas por Noronha (1924), que aponta o envolvimento de alguns oficiais, a exemplo do major comandante da força de segurança pública. A afirmação de Calmon revela-se frágil porque ancorada em uma versão duvidosa, pois, como foi possível esclarecer, é baseada especificamente na mensagem presidencial ao Congresso que repete o mesmo argumento empregado pelo ministro Caetano de Faria ao defender a desvinculação do movimento dos graduados com o oficialato (BRASIL, 1916d, p. 16-17). A mensagem presidencial correspondia ao empenho do general em afastar suspeitas da participação de oficiais no episódio e servia ao propósito de defender a liderança do ministro da guerra à frente do Exército, contando para isso com o apoio de Wenceslau Braz.

José Murilo de Carvalho percebeu que o movimento dos sargentos foi um dos poucos acontecimentos dos anos 1910, além do “hermismo”, a merecer atenção, mas, em que pese ter apresentado reivindicações políticas próprias, considerou que “A presença de políticos como Maurício de Lacerda instigando e utilizando o movimento para fins alheios aos interesses dos próprios sargentos, e o completo fracasso do movimento, que não chegou sequer a irromper, reduziram a quase nada seu impacto político.” (CARVALHO, 2005, p. 48). O impacto ocorreu na esfera militar, pois, como ressaltou Frank McCann (2009), os oficiais da alta

hierarquia passaram a nutrir suspeitas futuras quanto à possibilidade de manifestação política dos sargentos, cabos e soldados e, diante da ausência de confiança, alertou-se para a necessidade de acompanhar esses círculos com maior atenção e, notadamente, a punição rigorosa aplicada no episódio de 1915 foi o instrumento empregado para abafar qualquer movimento e alertar para o destino reservado aos insatisfeitos.

João Quartim de Moraes ao estudar o percurso da política entre os fardados, com foco na constituição de uma esquerda militar, observou que agitação no Exército atingiu a baixa hierarquia e que “A chamada ‘revolta dos sargentos’ comportava, à semelhança do ‘movimento dos sargentos’ de 1961-1964, aspectos corporativos e aspectos políticos e, como este, atraiu políticos e militantes de esquerda [...]” (MORAES, 1991, p. 111), para concluir que:

A aproximação entre os militares e o movimento operário, esboçada na “revolta dos sargentos”, não estava destinada a vingar. O movimento operário seguiria, a partir das grandes greves de 1917, seu próprio caminho, não se juntando à esquerda militar nem em 1924, nem em 1930. Juntaram-se em 1935, com o trágico desfecho que sabemos [...] (MORAES, 1991, p. 112).

Em linha similar a de Moraes, Paulo Ribeiro Cunha reconheceu como evidente a assistência de intelectuais socialistas entre os militares do movimento de 1915. Essa assistência se afirma ao percorrer os registros disponíveis, faltando questionar mais a fundo o propósito dessa relação. Cunha indagou se houve um esforço do Partido Socialista Brasileiro (PSB), ou de outras organizações, no sentido de cooptar militares para as suas fileiras, e observou que o programa de fundação no 2º Congresso do PSB, em 1902, indicava a supressão de um “exército permanente” (CUNHA, 2014, p. 82), de forma que cooptar militares poderia, em tese, ser uma contradição com o programa, ao mesmo tempo em que se reconhece que essa hipótese não pode ser excluída, faltando, como observou Cunha, um estudo de caso a aprofundar o assunto.

Anita Leocádia Prestes questiona a validade de interpretações como a de Moraes para se compreender os movimentos militares, julgando-as de viés maniqueísta aos proporem classificações como de “direita” ou “esquerda” (PRESTES, 1993, p. 14 – ver nota de rodapé), mas, referindo-se aos episódios dos anos 1920, observa a importância (e carência) de estudos sobre a articulação entre civis e militares e enfatiza que os setores populares e as camadas médias urbanas não dispunham de espaços institucionais onde pudessem atuar e apresentar suas demandas. Os militares do movimento de 1915 podem ser incluídos, em linhas gerais, nessa apreciação.

A relação entre Lacerda e os sargentos esclarece o conteúdo corporativo do movimento e aponta que a busca por representação política estava entre os anseios desse segmento das Forças Armadas. Nesse caminho, os militares da baixa hierarquia encontraram o apoio de parlamentares do campo progressista e socialista, de forma que a assistência dada foi efetivamente oriunda da esquerda, mas, em termos de classificação, o movimento dos sargentos é mais bem compreendido como corporativo. O movimento foi abruptamente abortado e não colheu o fruto da luta, ou seja, a constituição de uma carreira para os sargentos e não se consolidou a formação de uma força política. O propósito subversivo do movimento, com a tentativa de derrubar o presidente e instaurar uma “República parlamentar”, é uma questão que merece estudo mais detalhado, uma vez que se constatou que as interpretações sobre essa versão se fundamentaram especificamente nas notícias veiculadas pela acusação e ainda falta uma obra dedicada ao tema a esclarecer com mais propriedade o assunto.

Considerações finais

O episódio da Rebelião dos Sargentos de 1915 evidencia que centenas de militares da baixa hierarquia ansiavam pela adoção de medidas reformadoras que oportunizassem uma carreira digna e estável. Em sua gênese, foi um movimento de viés corporativo. O projeto de criação de um quadro de suboficiais do Exército não foi recepcionado pelo Ministério da Guerra, restando aos sargentos buscar na classe política o atendimento aos seus anseios. A opção do comando da região militar foi reprimir violentamente as ambições dos sargentos baseando-se na suspeita da preparação de uma rebelião com propósitos políticos mais amplos, acusação que merece ser investigada em maior profundidade.

A adoção da drástica medida de expulsar centenas de sargentos indica o temor quanto à politização dos militares da baixa hierarquia. Até então, os sargentos eram percebidos como meros auxiliares dos oficiais no decorrer de pronunciamentos e revoltas, levados a reboque dos interesses dos seus superiores. Tudo se fez para conter esse grupo, tolhendo sua manifestação. No campo da representação política, reconhecer a constituição de uma carreira seria um caminho a possibilitar a organização desse segmento em torno de seus próprios interesses e objetivos. Ao se aproximarem de parlamentares ligados às causas do operariado e do insipiente movimento socialista brasileiro, o receio do generalato subiu de tom, temendo que tais líderes viessem a ter nesse grupo forte influência.

O deputado Maurício de Lacerda canalizou as expectativas e os interesses dos sargentos, preenchendo o vazio deixado pela negativa do ministro Caetano de Faria em dialogar com os subalternos. Nesse empenho, Lacerda contou com apoio de Agripino

Nazareth, Vicente Piragibe e outros parlamentares que reconheceram nos sargentos uma categoria profissional carente de representação e passiva de constituir uma futura base de apoio. Caso se tivesse logrado êxito na constituição de uma carreira para os sargentos, é provável que se abrisse um caminho a sedimentar a representação dessa categoria pelo grupo de Lacerda. Não muito tempo depois, algumas mudanças foram assumidas como necessárias, admitindo-se melhorar as condições de remuneração e trabalho dos sargentos (McCANN, 2009). A criação de uma carreira demoraria muitas décadas para, efetivamente, contemplar alguns dos anseios de 1915. A criação da Escola de Sargentos das Armas (ESA), em 1945, contribuiria para consolidar a carreira desse círculo no âmbito do Exército. Em 1946, a ascensão profissional dos sargentos contaria com o Quadro Auxiliar de Oficiais, em uma de suas primeiras versões (BRASIL, 1946).

Referências

A REBELIÃO dos Sargentos. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, edição 117, 27 abr. 1916. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

AVISOS especiais. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, edição 117, 27 abr. 1916. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 17 jun. 2021.

AZEVEDO, Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BEATTIE, Perter M. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BRASIL. “Institui o quadro de oficiais inferiores, ou suboficiais do Exército, e dá outras providências”, projeto de lei, sessão de 3 nov. 1915. In: *Diário do Congresso Nacional*, ano XXVI, nº 159, p. 4580-4581, 4 nov. 1915a.

BRASIL. *Boletim do Exército nº 471*, de 31 dez. 1915b. [Arquivo Histórico do Exército].

BRASIL. *Boletim do Exército nº 472*, de 5 jan. 1916a. [Arquivo Histórico do Exército].

BRASIL. Decreto nº 12.008, aprova o regulamento para instrução e serviços gerais nos corpos de tropa do Exército, 29 mar. 1916. In: *Coleção de Leis do Brasil*, vol. 2, col. 1, p. 362, 31 dez. 1916b. Disponível em: <https://bit.ly/3hQ92f3>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.120, lei de organização dos quadros e efetivos do Exército, de 2 abr. 1946. In: *Diário Oficial da União*, edição de 4 abr. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9120.htm. Acesso em 17 jun. 2021.

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, ano XXVI, n. 160, 5 nov. 1915c.

BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, ano XXVII, n. 91, 17 ago. 1916c.

- BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório I do ano de 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916d.
- CALMON, Pedro. *História social do Brasil: a época republicana*. Vol. 3. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política)*. Coleção “Corpo e Alma do Brasil”. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, n. 64, p. 77-99. 2012.
- CUNHA, Paulo Ribeiro. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- LACERDA, Maurício Paiva de. *História de uma covardia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LACERDA, Maurício Paiva de. Seção de 21 set. 1914. In: BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Seções de 1º a 30 set. 1914, v. 6, p. 371-372. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.
- McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.
- MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. Vol. 1, São Paulo: Siciliano, 1991.
- NORONHA, Abílio de. *Narrando a verdade: contribuição para a história da revolta em São Paulo*. São Paulo: [s. n.], 1924.
- O CASO dos Sargentos. *A Época*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1915.
- O MOVIMENTO militar no Rio – a Revolta dos Sargentos. *A Notícia*, Salvador, edição 369, 1915. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ORDEM do dia nº 283, 9º Batalhão do 3º Regimento de Infantaria, 7 dez. 1915 [Arquivo Histórico do Exército].
- OS SARGENTOS queriam a República parlamentar? *A Rua*, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1915. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

A fabricação do eu: a identidade multifacetada do Visconde de Beaurepaire

Eveline Almeida de Sousa*

O artigo analisa o engajamento de Henrique Beaurepaire Rohan na luta abolicionista entre 1876 e 1884, com ênfase na formulação de uma imagem de si e das conexões com outros sujeitos com itinerários profissionais semelhantes. Para isso, recupero parte de sua trajetória como engenheiro militar para compreender como o personagem reelaborou sua percepção sobre a emancipação dos escravos e seu abolicionismo e, assim, agregou mais um elemento à sua identidade multifacetada.

Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan esteve presente em momentos bastante significativos da vida política do Brasil no século XIX, devido às suas atividades como oficial do exército, administrador e engenheiro e, ao seu entrelaçamento com o campo político e com a própria monarquia. Entre as várias atividades que exerceu ao longo da vida, resalto sua atuação como diretor de obras públicas do Rio de Janeiro (1842), a inspeção do Baixo Paraguai (1844-1846), a presidência das províncias do Paraná (1855), Pará (1857) e Paraíba (1857-1859). Além disso, foi ministro da guerra, no ano em que foi deflagrado o conflito contra o Paraguai (1864), e diretor da Comissão da Carta Geral do Império, entre 1874-1878 (SOUSA, 2018, p. 1).

Como membro de uma família que já cultivava laços de reciprocidade com a monarquia desde a transferência da Corte Portuguesa para a colônia,¹ Henrique Rohan foi encaminhado aos serviços militares muito jovem. Tornou-se cadete nos quadros do exército em 1819, por graça especial de D. João VI, passando por diversos postos até chegar à posição de Tenente General, em 1880, e Marechal, em 1890 (HOMEM DE MELLO, 1899). Durante as Regências, partiu para Bahia em 1838, onde levantou a planta com as posições do exército ao final da Sabinada. No ano seguinte, foi para o Rio Grande do Sul para auxiliar na repressão ao movimento Farroupilha, quando foi encarregado, entre outras coisas, de levantar a planta do entrincheiramento de Porto Alegre e do acampamento militar do Passo do Jacuí. Permaneceu naquela província por dois anos (HOMEM DE MELLO, 1899, p. 44-46).

* Professora Mestra em história na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e doutoranda na Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ Marco Antonio de Beaurepaire, pai de Henrique, como capitão de Mar e Guerra francês erradicado em Portugal, prestou diversos serviços à monarquia portuguesa. O Conde de Beaurepaire ajudou a escoltar a família real até o Brasil em 1808, lutou pela consolidação da Independência e foi Comandante do exército na Bahia e Piauí (1823-1827).

Ingressou no curso de engenharia da Escola Militar em 1832, onde se formou em 1837. Elaborou um plano de urbanização da cidade do Rio de Janeiro (1843), considerado por Francisco Homem de Mello, um dos mais importantes para o melhoramento da cidade. Ao retornar do Mato Grosso, passou pelas províncias de São Paulo e Paraná, entre 1848-1856, ocupando-se com a construção de estradas e obras em prédios públicos. Depois de ter administrado o Pará e a Paraíba, foi para Fernando de Noronha, em 1862, realizar os estudos para a criação de uma colônia agrícola penitenciária na ilha (HOMEM DE MELLO, 1899).

A partir desse intenso deslocamento pelo território do Império, Henrique Beaurepaire construiu diversos escritos, como relatórios administrativos, memórias, artigos e obras, nas quais discutiu temas de interesse nacional. Foi membro de várias instituições e sociedades, como das Sociedades de Geografia de Lisboa e de Paris e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e presidente das Conferências de História e Geografia da Biblioteca Nacional (1881). Recebeu o título de Visconde de Beaurepaire Rohan com grandeza em 1888.

A flutuação de identidades era comum no Império, devido a circulação dos sujeitos que alcançavam alguma posição nos negócios públicos, e ocupavam cargos e funções diversas por diferentes províncias e regiões. Observar esses perfis multifacetados com mais cuidado, pode revelar muitos significados como interesses individuais, a busca por reconhecimento e movimentos para a formulação de uma imagem de si. Além da composição de redes sociais, principalmente entre atores de uma mesma categoria profissional.

No esforço de tentar compreender a faceta abolicionista de Henrique Rohan, importante destacar também suas parcerias, sua aproximação, por exemplo, com figuras como Alfredo Taunay (que lhe dedicou uma biografia após sua morte em 1894) e André Rebouças. Conexões que revelam experiências compartilhadas, aproximações intelectuais e uma convergência de ideias e projetos nacionais. Nesse caso, a construção de uma imagem pública também estava ligada a uma parceria intelectual e a crenças políticas comuns.

Antes de sua inserção no abolicionismo dos anos 1880, é possível afirmar que Henrique Beaurepaire Rohan já havia elaborado uma imagem de si, quando publicou *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguai, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina*, em 1847. Quando era major do corpo de engenheiros, foi designado para explorar o Baixo Paraguai em 1844, permanecendo por dois anos em Cuiabá. Ao retornar para o Rio de Janeiro em 1846, Rohan realizou o caminho de volta através do rio Paraguai, atravessando o país de mesmo nome, além de Corrientes na Argentina, acessando o território brasileiro pelo Rio Grande do Sul até chegar à capital do Império, seis meses depois do início da viagem.

Nesse percurso, o engenheiro militar decidiu relatar todos os acontecimentos da viagem, descreveu as paisagens, a topografia dos limites entre Brasil e Paraguai, os aspectos políticos e sociais do país vizinho, os traços dos paraguaios, sua língua, sua cultura e sistema de governo. Realizou ainda uma etnografia das várias populações indígenas que viviam no entorno do rio Paraguai e das missões naquele país (ROHAN, 1847). Esse relato de viagem foi publicado na revista do IHGB no ano seguinte à sua chegada à Corte.

Ao recriar seu itinerário, Rohan se deslocou de uma posição de sujeito para autor, onde pode selecionar, escolher e orientar o seu relato também de acordo com seus interesses naquele momento. Deste modo, ele fazia três movimentos se colocando, ao mesmo tempo, como narrador, personagem e autor, o que o possibilitava reconstruir a dimensão do vivido, de sua própria experiência. Longe de sugerir qualquer forma de manipulação, esses movimentos revelam mecanismos de produção do próprio sujeito, onde, de acordo com Ângela de Castro Gomes, o indivíduo não é anterior e nem posterior ao texto, autor e narrativa estavam sendo construídos reciprocamente (GOMES, 2004, p. 15-16).

De outro lado, a publicação na revista do IHGB sugere que Henrique Beaurepaire buscava elaborar uma imagem de si como homem de letras e, em certa medida, uma referência sobre aqueles limites tão pouco conhecidos. Uma vez que a instituição era o principal espaço para projeção de estudiosos, intelectuais e ilustrados do país. Alfredo Taunay comenta em seu *Esboço Biográfico* sobre o Visconde de Beaurepaire, que *Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro* foi sua porta de entrada no Instituto (TAUNAY, 1894, p. 79).

Deste modo, podemos perceber que Henrique Rohan também fez gestos que contribuíram para a construção de sua identidade. Mas, sobretudo, sua experiência como engenheiro e militar, sua circulação pelo território nacional e sua inserção em debates pertinentes à nação, foram fundamentais para consolidar o seu reconhecimento como uma autoridade em assuntos caros ao país, como eram a reforma agrícola e o abolicionismo.

A partir de 1878, Henrique Beaurepaire Rohan assumiu uma postura bastante crítica em relação à escravidão, numa oposição cada vez mais severa, o engenheiro tornou-se um combatente ferrenho da escravidão e dos escravocratas. Esse posicionamento ficou evidente com a publicação de dois textos em especial, a memória *O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil*, de 1878, e o panfleto *A emancipação do elemento servil considerada em suas relações moraes e econômicas* de 1883.

Nessas obras é possível identificar uma crescente radicalização do seu discurso em favor da abolição. Em *O futuro da grande lavoura*, Rohan apresentou uma proposta de reforma agrícola, que defendia a divisão da grande propriedade em colônias agrícolas baseada

no trabalho livre de colonos e libertos da escravidão (ROHAN, 1878). Nessa ocasião, Henrique Beaurepaire sistematizou ideias que vinha defendendo há algum tempo, desde quando foi presidente de província. Cinco anos mais tarde, em *A emancipação do elemento servil*, ele subiu o tom e dirigiu severas críticas aos fazendeiros que ainda insistiam em manter escravos em suas propriedades (ROHAN, 1883).

O posicionamento de Henrique Rohan engrossava as fileiras do movimento abolicionista que, no final dos anos 1870 e nos anos 1880, tornou-se o principal veículo de luta pela libertação das pessoas que ainda permaneciam na condição de escravizadas. Nesse período, de um modo geral, havia uma série de transformações acontecendo na sociedade. Para Ângela Alonso, que analisou o movimento político da Geração de 70, na qual a abolição era uma das principais bandeiras, estava em curso uma alteração lenta, mas nítida, na estrutura social em função da decadência do escravismo e do avanço do capital mercantil para as cidades (ALONSO, 2002, p. 19).

Analiso aqui como Rohan transitou de uma perspectiva emancipacionista da liberdade dos escravos para o abolicionismo radical. Essa questão pode ser explicada, em parte, pelo fortalecimento da luta pelo fim do cativo a partir dos anos 1880 que, segundo Hebe Mattos, rapidamente transformou as sociedades emancipadoras em abolicionistas. Movimento que foi protagonizado por membros das camadas médias urbanas em expansão (MATTOS, 2011, p. 12), principalmente homens letrados de cor, como José do Patrocínio e André Rebouças. O que impulsionou emancipacionistas moderados a adotarem uma postura mais clara e enérgica contra a escravidão.

Muito embora esse movimento não tenha se restringido às camadas médias letradas e membros das elites. Ângela Alonso lembra que o abolicionismo popular incorporou pessoas que estavam fora do “universo de cidadãos do Império”, como ex-escravos (ALONSO, 2002, p. 45).

Além dessa perspectiva, busco compreender em que medida a inserção de Beaurepaire Rohan no movimento abolicionista e sua radicalização, também contribuíram para a construção de uma imagem de si. Para a afirmação de certa identidade como moderno e liberal. Afinal, ser abolicionista havia se tornado quase uma conduta moral para as camadas médias urbanas e frações da elite imperial, o que, ao mesmo, relacionava-se com o sentido de modernidade que esses grupos almejavam para o país. Emília Viotti da Costa afirmou que, nesse período, “o movimento abolicionista tornou-se irresistível nas áreas cafeeiras (...) quase ninguém se opunha a ideia de abolição”, o que estimulou grande número de fugas de escravos das fazendas (COSTA, 2007, p. 364).

As distinções entre emancipacionistas e abolicionistas não eram tão viscerais quanto aparentavam, mas, tornaram-se mais agudas a partir dos anos 1870. Grosso modo, os emancipadores, principalmente entre os anos 1850-1860, defendiam uma libertação lenta e gradual dos escravos, sob o argumento de não prejudicar a grande produção agrícola sustentada pelos escravos. Enquanto os abolicionistas eram signatários da libertação em massa, imediata e radical (BARROS, 2008, p. 200-201). Havia, no entanto, subdivisões no interior dessas categorias, ademais, elas foram atualizadas ao longo do tempo. José D'Assunção Barros aponta que entre os abolicionistas havia os conservadores, que defendiam indenizações aos proprietários mediante a perda dos escravizados, e os mais radicais, que recusavam qualquer concessão aos fazendeiros (BARROS, 2008, p. 201).

Por meio dos escritos de Henrique Rohan, podemos notar que ele se deslocou de uma categoria para outra. Ainda que essa mudança demonstre uma repercussão das circunstâncias sociais e políticas em relação a escravidão nos anos 1870 e 1880, do ponto de vista da trajetória individual, ela pode revelar outros significados.

Em 1851, ao propor um programa de conquista, catequese e civilização para as populações indígenas do Império, ele compara a situação dos ameríndios com a dos escravizados em relação aos temores que havia sobre esses grupos. Ele afirmou:

Os nossos escravos formam uma população, que póde futuramente causar serios receios. Não se passa um dia sem que, em um ou outro lugar, não se amotinem, não assassinem seus senhores, não os envenenem, não os roubem; e entretanto, ninguém ainda se lembrou de os aniquilar a ferro e fogo; pelo contrario, vai felizmente lavrando a ideia da emancipação lenta e gradual em favor desses desgraçados (ROHAN, 1851, p. 193).

No fragmento, o engenheiro utiliza as categorias “lenta e gradual” para se referir a forma como os escravizados deveriam ser libertados. Em sua percepção, a abolição deveria ser feita de maneira gradativa, para evitar a desordem social. Uma vez que, como demonstra sua fala, a condição de cativo suscitava a violência dos escravos contra os senhores.

Esse foi um dos raros momentos que Henrique Rohan falou sobre a emancipação dos escravos antes de 1878. Pois, apesar de sua posição contrária a escravidão, ele pouco se ocupou com o tema em suas memórias e relatórios. E quando o fez, como, por exemplo, nos relatórios da presidência da província do Pará e da Paraíba, a escravidão foi comentada a partir da questão agrícola. O engenheiro militar defendia a criação de colônias agrícolas, principalmente para trabalhadores nacionais, como forma de organização da grande propriedade, como um meio de sedentarizar famílias pobres que viviam “vagando pelo território”. Em sua proposta, o trabalho escravo não tinha lugar.

Sobre isso, ele alertou em 1859 para a necessidade de pôr fim a instituição escravagista:

Um grande problema tem o Brasil de resolver na esfera de sua industria: a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, sem quebra da grande produção. Pertence às colônias industriais demonstrar praticamente os meios de chegar a esse resultado, pelos esforços associados de seus membros, pelo emprego das máquinas e aparelhos, a que, ainda hoje, pela mais lamentável das rotinas, se preferem essas máquinas humanas, que temos importado da costa d'Africa.²

Henrique Beaurepaire ressaltou o desafio de substituir os escravizados por trabalhadores livres sem causar prejuízos para a grande lavoura, e apontou as colônias industriais como um meio de superar o problema. Importante ressaltar como a manutenção da grande produção era um ponto fundamental para o engenheiro, ou seja, a grande lavoura era o viés para compreensão das questões agrícolas, inclusive do trabalho escravo.

Anos mais tarde, a postura moderada do engenheiro militar, embora consciente da necessidade de libertação dos cativos, será convertida num discurso mais crítico em relação à escravidão, com ênfase no atraso moral e econômico que a instituição representava. Sob essa perspectiva, ele organizou sua proposta de reforma agrícola e a expôs no congresso agrícola de 1878, defendendo o trabalho livre, a divisão da grande propriedade em pequenas colônias e a conversão do escravo em foreiro. Nessa memória, a percepção da escravidão era a seguinte:

No lapso de dez anos estará extinta ou quase extinta a escravidão no Brasil. Os poucos escravos restantes, geralmente estragados pela idade, pelos trabalhos e pelas enfermidades, terão em seu favor a *sympathia publica*, o apoio moral do país em prol de sua libertação definitiva. A legislação virá em seu auxílio e a nação brasileira, livre e desassombrada, deixando de ser, como até aqui, um conjunto de despotas e escravos, entrará francamente na carreira da mais adiantada civilização, e se colocará a par dos povos mais cultos do universo (ROHAN, 1878, p. 246).

O engenheiro utilizava o argumento moral e a noção de que o trabalho escravo um inimigo da civilização para reivindicar sua extinção. A liberdade dos cativos deixa de ser tratada como um tema distante (embora importante) e passa a ser encarada como um apelo público, nacional e civilizatório. Nesse caso, os interlocutores de Beaurepaire Rohan eram os fazendeiros. Ele tentava convencê-los a libertar os escravos o quanto antes:

² Fonte: Relatório de Henrique Beaurepaire Rohan. Paraíba do Norte. Cidade da Paraíba: Typographia de José Rodrigues da Costa, 1858, p.36.

Se, porêm, os grandes proprietarios esperarem essa época [o lapso de dez anos], para tomarem uma deliberação qualquer em bem da cultura de suas fazendas, terão, quanto a mim, feito muito mal calculo” (ROHAN, 1878, p. 246).

Assim, é possível identificar no discurso de Henrique Rohan um comprometimento com a abolição, que se deslocava de uma emancipação gradual para uma libertação ampla e urgente dos escravizados. A abolição passou a ser vista, inclusive, como uma das formas de salvação da grande lavoura, quando no início dos anos 1860, como vimos, era exatamente o contrário: a defesa da grande produção agrícola era uma das preocupações com uma abolição imediata. Os incômodos com a imagem do Brasil ainda assombrado pela escravidão e a condição desumana do cativo, haviam se tornado maiores do que os temores em relação aos prejuízos da grande lavoura.

Em 1883, o engenheiro militar radicalizou seu discurso, condenando com veemência a instituição escravista. Em suas palavras:

Neste assumpto cumpre fazer observar, que a propriedade servil não póde ser confundida com outro qualquer genero de propriedade. Uma turma de escravos não póde em caso algum ser equiparada a um rebanho de carneiros, a uma manada de cavallos. São entes racionaes, são homens que Deus creou livres, que o despotismo privou de liberdade, e a cuja sorte não póde ser indifferente uma sociedade moralizada. (ROHAN, 1883, p. 3).

Ele inválida a ideia do escravo como propriedade, a qual muitos fazendeiros recorriam para assegurar alguma contrapartida com a liberdade dos escravos, e os coloca na posição de igualdade quanto à liberdade, como condição inerente ao ser humano. Nesse aspecto, vale destacar como a figura do proprietário escravagista passou a ser associada ao despotismo e ao atraso do país. Eram os “adversários” dos abolicionistas, assim Rohan intitulou um texto publicado no periódico *Gazeta de Notícias*, em 1884, no qual advertia:

Com effeito, nada há de mais repugnante, de que o facto de ser um homem proprietario absoluto de outro homem, podendo d'elle dispor à laia de qualquer cousa, compral-o, vendel-o, alugal-o como se tratasse de uma cavallo ou de uma vaca. Se houve uma lei que pela mais clamorosa das injustiças, instituiu a escravidão, deve outra lei revogal-a, em homenagem à moral eterna.³

No fragmento podemos perceber que o tom de seu discurso era bastante diferente dos primeiros comentários em relação a escravidão, marcado por uma austeridade que

³ Fonte: ROHAN, Henrique Beaurepaire. O Abolicionista e seus adversários. *Gazeta de Notícias*. Edição 209, Rio de Janeiro, 1884.

demonstrava sua sintonia com os abolicionistas radicais dos anos 1880. O que sinalizava um engajamento maior e irrestrito ao abolicionismo radical, sem concessão aos fazendeiros.

Para Márcia Motta e Cláudia dos Santos, Henrique Beaurepaire Rohan foi construindo sua oposição radical à escravidão entre 1856 e 1878, aproximando-se de uma posição mais austera, provavelmente, por razões como a seca no Nordeste, a pobreza no campo e o fracasso do governo para controlar a ocupação irregular das terras (SANTOS; MOTTA, 2010, p.188). Para isso, sua experiência desde meados dos anos 1850 como administrador nas províncias e seu contato com realidade local, foram fundamentais para elaboração do seu abolicionismo.

No deslocamento de Henrique Beaurepaire Rohan para o abolicionismo radical, é possível notar uma aproximação com alguns sujeitos em especial, como André Rebouças, que compartilhava com o Visconde o ofício de engenheiro e outros projetos comuns. Nesse sentido, chamo a atenção, a partir da análise da trajetória, como o abolicionismo também representava o espírito de associação, reforçava vínculos entre sujeitos com programas nacionais semelhantes e ajudava a projetar uma imagem associada às ideias de modernização do país.

É preciso pontuar, mais uma vez, que o abolicionismo nesse período era muito comum entre as camadas médias urbanas e teve adesão por parte das elites. Era a principal demanda social e política em disputa nos anos finais do Império, era muito improvável que algum sujeito ligado aos negócios públicos e aos problemas nacionais, ficasse incólume aos debates sobre a “propriedade” escrava. Contudo, observando a trajetória de Henrique Beaurepaire Rohan, podemos notar que seu engajamento no abolicionismo radical se intercambiava com outras pautas e outros movimentos.

Henrique Beaurepaire Rohan defendia a libertação dos escravos desde anos 1850 e tornou-se opositor enérgico do trabalho escravo, sendo essa a principal temática dos seus últimos trabalhos.⁴ Cabe entender como Rohan percebia a si mesmo no debate sobre abolição e como era reconhecido.

A força que o abolicionismo ganhou no espaço público, no espaço político e na imprensa, tornava-o uma demanda social urgente, a qual Rohan respondeu radicalizando seu discurso e organizando ações para pressionar a libertação dos escravos. Ele era membro, por exemplo, da Sociedade Brasileira contra a escravidão e da Sociedade Central da Imigração. A luta contra a escravidão era uma pauta comum entre os liberais e engenheiros como era o caso de Visconde de Beaurepaire e André Rebouças.

⁴ Os escritos sobre escravidão e abolicionismo demarcaram as últimas publicações de Rohan entre 1876 e 1883, com exceção da obra *Dicionário de vocábulos brasileiros*, publicado em 1889.

Ao longo de sua trajetória, na condição de engenheiro militar, Henrique Rohan conviveu com muitos profissionais dedicados aos conhecimentos do território nacional, como botânicos, naturalistas e engenheiros-geógrafos. Nos anos 1870, quando se dedicou principalmente a cartografia, à frente da Comissão da Carta Geral do Império, ele se aproximou dos engenheiros que vinham discutindo reformas estruturais, desde as propostas de integração à colonização agrícola.

Na presidência da Comissão da Carta Geral, órgão subordinado à Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Rohan coordenou os trabalhos de elaboração do principal mapa do país: a Carta de Império do Brasil de 1875. O mapa é considerado um dos mais completos, segundo o cartógrafo Paulo Márcio Leal Menezes, os trabalhos da Comissão serviram de base para a Carta de 1903 e para a implantação da uma rede geodésica e de triangulação para o mapeamento de todo o território (LEAL MENEZES, 2011, p. 14)

Em 1877, o então Marechal de Campo publicou a memória *Estudos ácerca da Organização da Carta Geográfica e da História physica e politica do Brazil*, na qual definiu as diretrizes para a construção de uma nova Carta Geral, e principalmente, propôs um modelo de corografia que aglutinava todas as informações sobre o território nacional. Informações essas que formavam um inventário de todos os aspectos das províncias, com elementos sobre os recursos naturais, com o detalhamento da fauna e flora para a exploração comercial, a população local, o número de instituições públicas, entre outras características (ROHAN, 2010).

Tanto no mapa de 1875 como na memória de 1877, temas como a integração nacional, por meio de vias férreas, a produção agrícola e criação de colônias para famílias camponesas nacionais, estavam em relevo. Na Carta do Império de 1875, um dos destaques da legenda eram “estradas de ferro construídas e estradas de ferro projetadas”, além da identificação no mapa das bacias hidrográficas, o que aponta para uma preocupação com os projetos de integração para o escoamento da produção agrícola nacional.

André Rebouças também liberal e engenheiro, que atuou na guerra do Paraguai e havia proposto reformas para o Império, apresentou seu plano de viação em *Garantia de juro: estudos para sua aplicação às empresas de utilidade pública no Brasil*, em 1874. Nele defendeu a implantação de uma infraestrutura moderna com a integração entre portos e ferrovias, de acordo com Manoel Fernandes de Sousa Neto, na lógica “para cada porto uma ferrovia, para cada ferrovia um porto”, que atendesse a demanda agroexportadora do país, principalmente do café. Além disso, descreveu as condições físicas de cada província, suas

riquezas e distribuição da população, para que seu plano fosse adaptado às condições locais (SOUSA NETO, 2012, p. 136-138).

Assim, é possível identificar convergências entre o plano de Rebouças de 1874 e o mapa de 1875 que Beaurepaire Rohan ajudou a construir, em relação à viação e à produção agrícola. O que sugere que ambos compartilhavam uma plataforma de projetos comuns de modernização do Império. Por meio de atividades ligadas a prática da engenharia, como a cartografia e a viação, esses sujeitos comungavam um mesmo espaço de experiências, projetos e ideias similares, no qual o abolicionismo também figurava, certamente, a partir de 1880, como a bandeira mais importante.

Cláudia dos Santos e Márcia Motta á lançaram luzes sobre as conexões entre André Rebuças e Henrique Beaurepaire Rohan, destacando a aproximação de seus projetos, principalmente em torno da questão agrária no Brasil, a partir de 1883. Para elas, essa “aliança improvável” entre um membro da elite do Império (Henrique) e o abolicionismo radical da Corte (André), forneceu o respaldo necessário para reivindicar a reforma do sistema fundiário defendida por Rebouças. Essa rede de alianças fez com que o projeto de “democracia rural” dos abolicionistas radicais se ampliasse e ganhasse legitimidade nos últimos anos do Império, embora não tenha sido suficiente para colocar tais reformas em prática (MOTTA; SANTOS, 2010, p. 198).

Parece-me que a relação entre ambos envolvia outras questões além do abolicionismo e se estendia, como vimos, aos projetos de modernização da infraestrutura, mapeamento e esquadramento do território nacional, inscritos entre as práticas de engenharia. Sem dúvida, essa aproximação se tornou mais intensa a partir da 1883, com a criação da Confederação Abolicionista.

O panfleto n.1 da *Confederação Abolicionista*, “Abolição e imediata e sem indenização”, publicado em 1883, escrito por André Rebouças, reunia as principais reivindicações do grupo e exigia a libertação imediata e total dos escravos. Nesse folheto, o artigo de Rohan contra o cativo e em favor da educação agrícola, *Escolas Agrícolas* de 1882, foi utilizado como subsídio para os argumentos do autor. O engenheiro militar é referenciado como “o exímio abolicionista conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan”, “o benemérito filantropo”, “o incansavel abolicionista conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan” e “venerando abolicionista”.⁵

⁵ Fonte: Confederação Abolicionista. Abolição imediata e sem indenização. Pamphleto n.1. Rio de Janeiro: Typ. Central, 1883, p. 9,18,46.

O tratamento dado ao então Conselheiro Beaurepaire Rohan e a incorporação de suas ideias em um dos principais manifestos dos abolicionistas, demonstram não apenas que ele migrou para o espectro mais radical do movimento, mas que era reconhecido pelos membros do grupo como uma referência em *Abolicionismo* e *Democracia Rural* –Plataformas da Confederação. O que aponta para três movimentos do Visconde em curso: suas ações para libertação dos escravizados, o que implicava em sua projeção como abolicionista, ao mesmo tempo em que era chancelado por outros membros da luta pró-abolição.

Deste modo, podemos inferir que o engajamento no abolicionismo radical era uma escolha de Henrique Beaurepaire Rohan, igualmente, era uma experiência que se relacionava com os grupos com a qual ele compartilhava plataformas comuns. Experiência que envolvia sua imagem como uma autoridade do Império, associada à engenharia e à modernização da infraestrutura do território. Por este motivo também era importante para Rohan manifestar seu abolicionismo como uma nova faceta de sua identidade, intensificando seu discurso.

Deste modo, o engajamento no abolicionismo radical além de um posicionamento consciente, e fortalecido ao longo do tempo, era também uma demanda das redes sociais nas quais Henrique Rohan estava situado e era reconhecido. Além disso, seu abolicionismo não estava desconectado de outros temas e questões sobre as quais se debruçou, principalmente, a colonização agrícola e a imigração.

As flutuações entre a identidade de engenheiro, militar, homens de letras, e nos últimos anos do Império, a de “exímio abolicionista” demonstram como Rohan buscou se inserir nos debates que eram realizados em torno do fim a escravidão e da transição para o trabalho livre. Foi, desta forma, recuperando e aperfeiçoando noções que ele já discutia em experiências anteriores, como na presidência das províncias que administrou, em conexão com seus pares profissionais, que o Visconde de Beaurepaire se alinhou ao abolicionismo radical.

Fontes

Confederação Abolicionista. *Abolição imediata e sem indenização*. Pamphleto n.1. Rio de Janeiro: Typ. Central, 1883.

Relatório de Henrique Beaurepaire Rohan. Paraíba do Norte. Cidade da Paraíba: Typographia de José Rodrigues da Costa, 1858.

TAUNAY, Alfredo Maria d'Escagnolle. *Visconde de Beaurepaire*: Esboço biográfico. Revista do IHGB. Tomo LVIII, Parte I. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1895.

ROHAN, Henrique Beaurepaire. O Abolicionista e seus adversários. Gazeta de Notícias. Edição 209, Rio de Janeiro, 1884.

Obras de Henrique Beaurepaire Rohan

ROHAN, Henrique Beaurepaire. *A emancipação do elemento servil considerada em suas relações morais e econômicas*. Rio de Janeiro: Typ. Central, 1883.

_____. Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens do Brasil. In: *O Guanabara*: Revista mensal, artística, Científica e litteraria (1838-1855), Edição I, Tomo II, 1851.

_____. Estudos acerca da organização da carta geographica e da história physica e politica do Brazil. In: SALGADO GUIMARÃES. Manoel Luiz. *Livro de Fontes de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

_____. *O futuro da Grande lavoura e da grande propriedade no Brazil*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878.

_____. Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguai, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 2ª Ed. Tomo IX. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1869.

Referências:

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARROS, José D'Assunção. Emancipacionismo e abolicionismo. Tensões de um debate no Brasil escravista. Cultura. *Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. 25, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de Si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HOMEM DE MELLO, Francisco Ignacio Marcondes. *Biographia do Visconde de Beaurepaire Rohan pelo Barão Homem de Mello*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1899.

LEAL MENEZES, Paulo Márcio. A Cartografia do Império do Brasil. *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*, Porto-Portugal, 2011.

MATTOS, Hebe. O livro de ouro. *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*, n.5, 2011, p.11-27.

SANTOS, Claudia dos; MOTTA, Márcia. Um retrato do Império. Abolição e propriedade na trajetória de Henrique Beaurepaire Rohan. *Ler História*, v.1, nº 58, 2010.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. *Planos para o Império: Os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889)*. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUSA, Eveline Almeida. Apontamentos sobre geografia e história nos escritos de Henrique Beaurepaire Rohan. *Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, v. 17, p. 1-4, 2018

“Em defesa dos seus direitos e das suas propriedades”: estratégias de cafeicultores na promoção e defesa da unidade produtiva em Bananal de Itaguaí na década de 1850

Jessica Santana de Assis Alves*

Em estudo sobre a ação social e econômica de uma mulher fazendeira de café na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal em Itaguaí, em meados do século XIX, verificou-se a associação da cafeicultora com seus pares na defesa e manutenção de sua unidade produtiva em disputas territoriais e na construção de uma estrada voltada para o escoamento do café. Nesse estudo realizou-se uma abordagem das proposições metodológicas da micro-história, pautado no método onomástico (GINZBURG, 1991) e na investigação de trajetória (LEVI, 2000).

A senhora em questão era D. Gertrudes Maria da Conceição, moradora da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal na Villa de Itaguaí, dona de grande quantitativo de escravizados totalizando uma escravaria de 119 pessoas e uma grande proprietária de terras, possuindo 523,26 hectares no total de suas propriedades.¹ Essas posses eram fundamentais para a produção cafeeira que demandava espaço e mão-de-obra. Detentora das condições de produção a trajetória de D. Gertrudes torna-se uma fonte importante para refletirmos acerca dos possíveis papéis desempenhados por mulheres cafeicultoras em uma das zonas de expansão cafeeira em meados do século XIX.

A região de Itaguaí ocupava uma posição privilegiada, era uma das coletorias e portos por onde transitava o café originário da Província do Rio de Janeiro destinado em sua grande maioria a exportação, e chegou a ocupar o terceiro lugar em quantidade de arrobas, produzindo 421:102 nos anos de 1848 e 1849, perdendo somente para Mangaratiba e Angra dos Reis. Além disso, a Companhia Itaguaiense de Navegação mantinha serviço regular ligando Itaguaí aos demais portos, intermediários e adjacentes (CARRÉ; ANDRADE, 2005).

O presente artigo trás a investigação do esforço compartilhado nas ações desempenhadas pela senhora para a manutenção e defesa da unidade produtiva, e as

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ), orientada pela Profa. Dra. Fabiane Popinigis.

¹ A faixa de posses segue as determinações de Ruiz (2011) e Oliveira (2015), em que o primeiro autor define que o tamanho dos planteis de escravizados seguem a seguinte disposição: A faixa de tamanho dos planteis do autor é a seguinte: de 1 a 9 escravos, compreende a pequenos proprietários; de 10 a 19 escravos, médios proprietários e as de 20 ou mais escravos, grande plantel de escravos. O segundo autor, classifica pequenas propriedades de 0 à 100 hectares, médias propriedades de 101 à 400 hectares e grandes propriedades acima de 400 hectares.

estratégias utilizadas por ela para manter seu prestígio social e fortificar a sua produção cafeeira a partir da associação com outros cafeicultores. Para isso, selecionei dois casos que permitem investigar as associações. O primeiro trata-se de um conflito de terras com a Imperial Companhia Seropédica Fluminense em torno da Lei provincial n.12U de 1858. A lei previa a desapropriação dos terrenos vizinhos à companhia. Diante da emergência da lei, D. Gertrudes e outros nove fazendeiros de café vizinhos da fábrica de seda se viram ameaçados com a possível desapropriação dos seus terrenos.

Na primeira parte deste artigo será analisada as estratégias utilizadas por esses fazendeiros para lidar com o projeto de lei e garantir a sua produção cafeeira. O segundo caso analisado é a construção da estrada da freguesia do Bananal até a estação de Queimados da estrada de ferro de D. Pedro II. O objetivo é verificar a atuação da fazendeira frente à construção da estrada, os benefícios que esta traria para a senhora e as implicações da sua construção.

Disputa territorial nos debates e promulgação da Lei provincial n.12U

Neste primeiro momento irei discorrer acerca da disputa em torno das posses de terras ocorrida durante os debates e promulgação da Lei provincial n.12U de 1858. O projeto de lei previa a desapropriação dos terrenos vizinhos a Imperial Companhia Seropédica Fluminense localizada na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. A primeira ligação de D. Gertrudes com a fábrica de seda foi aferida, a partir da busca nominativa, em uma publicação no Jornal *Diário do Rio de Janeiro*, no ano de 1855, na qual diretoria da fábrica informa sobre a localização do estabelecimento e seus confrontantes:

O estabelecimento Seropédico acha-se situado na freguesia do Bananal, município de Itaguaí (...) Compreende ele cento e sessenta mil braças quadradas, tendo por vizinhos à leste D. Gertrudes Maria da Conceição, pelo norte e oeste Domingos José do Couto, pelo sul José Tiburcio de Sá Freire, sendo as terras foreiras a imperial fazenda de Santa Cruz. (...). (O ESTABELECIMENTO SEROPEDICO DE ITAGUAHY, 1855, p. 02)

Após verificar a vizinhança a trajetória de vida de D. Gertrudes permitiu a compreensão de outros aspectos do empreendimento. Segue-se a perspectiva de Giovanni Levi onde o estudo de trajetória de vida é concebido como uma maneira de compreender as redes de relações e a multiplicidade dos espaços em que o indivíduo estudado se articula, permitindo assim o enriquecimento da análise social (LEVI, 2000). Em meados do século XIX, a freguesia do Bananal possuía uma variedade de ofícios. A constituição administrativa

e comercial era composta por Juizes de paz, subdelegados, escrivães, negociantes e demais cargos (ALMANAK LAEMMERT, 1850). Eram mantidos diversos estabelecimentos comerciais, como as hospedarias, padarias, açougues, sapatarias, e locais destinados ao trabalho de ferreiros e alfaiates. Porém, de acordo com Rômulo Andrade (2008), a base econômica da região era a sua agricultura diversificada. No século XIX, era realizado o cultivo de arroz, açúcar e demais mantimentos, com destaque para o café.

No final da década de 1830, a este cenário foi acrescentada a tentativa de implementação de uma agroindústria. De acordo com Vinicius de Andrade Brito (2017), entre os anos de 1838 e 1839 foram construídos os primeiros edifícios da fábrica de seda, com o capital privado de José Pereira Tavares, seu primeiro proprietário. Porém, na década seguinte, devido a crises financeiras, Tavares teve de recorrer à ajuda governamental solicitando os recursos disponíveis de auxílio a estabelecimentos industriais.

Assim, até o ano de 1853, a fábrica manteve-se de pé com o capital privado do proprietário do estabelecimento e com a concessão de verbas estatais. Brito afirma que até esse momento a fábrica recebeu a concessão de seis loterias de 120:000\$000 (cento e vinte contos de réis) cada. Em troca, Tavares deveria demonstrar o desenvolvimento da empresa e enviar a terça parte da produção para os cofres provinciais até completar o valor que recebeu pelas loterias. O valor recebido das loterias possibilitou melhorias na infraestrutura dos prédios, a aquisição de mão de obra escrava e aperfeiçoamentos científicos no preparo da seda. A estrutura da fábrica e empenho do proprietário eram bem vistos pelo Governo Imperial que, segundo o autor, fez com que o ocorressem diversas ações do Estado para a sua manutenção (BRITO, 2017).

Apesar dos progressos, a fábrica continuou enfrentando percalços financeiros e a saída que o Governo Imperial forneceu para a sua manutenção foi à criação de uma Companhia. Dessa maneira, em 1853 o Estabelecimento Seropédico do proprietário Tavares passou a ser denominado como Imperial Companhia Seropédica Fluminense. A companhia veio a ser administrada por uma diretoria e o financiamento passou a ser feito através de venda de ações. A companhia chegou a ter noventa acionistas, cujo principal deles era o próprio imperador (BRITO, 2017).

Ao torna-se Companhia, a fábrica teve que de cumprir diversas exigências para o Estado em troca da concessão de uma subvenção de 30:000\$000 (trinta contos de reis) anuais a serem pagas pela Tesouraria provincial, em um espaço de quatro anos. A primeira exigência do termo era a seguinte: “1ª Os dinheiros recebidos dos cofres provinciais serão exclusivamente aplicados: 1º compra de terras para a plantação de amoreiras nas

proximidades do estabelecimento seropédico de Itaguaí.” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVINCIA, 1857).

A primeira medida da diretoria da companhia para adquirir as terras foi entrar em contato com os seus confrontantes para negociar a compra dos terrenos, nesse momento a fazendeira reaparece associada a fábrica, agora de frente com um conflito de interesses. A tentativa de aquisição não seguiu como o esperado, no dia 01 de agosto de 1857 no Relatório de Presidente da Província, apresentado a assembleia legislativa, o vice-presidente João Manoel Pereira da Silva afirma nos relatórios que a aquisição de terras pela fábrica de seda não pode “ser obtidas amigavelmente em consequência dos exagerados preços que pedem os proprietários” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVINCIA, 1857, p. 56).

Os fazendeiros de café responderam a proposta com preços elevados, mas a diretoria da companhia não estava disposta a ceder a negociação. Sendo assim, iniciou-se o processo de tentativas de promulgação da lei de desapropriação, em agosto do mesmo ano, nas assembleias legislativas. (ENTRA EM PRIMEIRA DISCUSSÃO, 1857, p. 01-02). O projeto de lei possuía dois artigos, o primeiro autorizava ao presidente da província aplicar a desapropriação dos terrenos necessários ao estabelecimento Seropédico de Itaguaí, conforme as reclamações da diretoria da companhia. O segundo artigo indicava que as despesas com a desapropriação seriam feitas às custas da própria companhia.

A discussão em torno do projeto de lei foi extensa, ao todo 14 do total de 64 parlamentares se envolveram. Após a primeira sessão a discussão passou com intensos debates para a segunda no dia 12 de Agosto, adiada até dia 24 de Setembro e aprovada sem modificações. Ocupando, dessa maneira, mais de um mês de trabalhos legislativos.

Enquanto a discussão ocorria na câmara dos deputados os cafeicultores vizinhos a fábrica, incluindo D. Gertrudes, realizaram uma nova iniciativa para proteger os seus domínios. No dia 22 de agosto de 1857, eles se organizaram e fizeram um requerimento contra a lei de desapropriação e enviaram para a câmara dos deputados. Após nove dias do requerimento, não obtendo resultados os cafeicultores novamente se reuniram e redigiram em conjunto uma representação dirigida, que informava o seguinte:

IIIms. e Exms. Srs. deputados da assembleia provincial do Rio de Janeiro _
Os abaixo assinados, proprietários agrícolas na freguesia do Bananal, termo da Vila de Itaguaí, e circunvizinhos do imperial estabelecimento seropédico, não podem deixar de, com todo o respeito, vir reclamar contra o projeto de lei n. 12 U deste ano, e ora em discussão, o qual por sem duvida os tem sobressaltado a respeito do seu mais apreciável direito, o de propriedades, vendo-se ameaçados de uma venda forçada, qual **uma desapropriação daquilo que muito caro tem custado, e em que por longos anos tem**

aglomerado seus capitais e trabalhos com o desenvolvimento da indústria agrícola, tão útil e necessária ao país.

(...) tão cônica está a diretoria da Empresa Seropédica desta verdade, que julgou precisa uma lei especial para a desapropriação, que com tão manifesta injustiça tentam fazer. Entretanto os abaixo assinados, receiosos de que uma pretendida e não definida utilidade pública, invocada para encobrir interesse particular, e só particular, seja causa de se verem privados de seus direitos, vêm por esse motivo pedir vênha para expor, o que possível for numa representação, contra o projeto citado.

Os abaixo assinados entendem que a utilidade pública não tem um sentido tão lato que por ventura possa ser aplicada ao caso vertente. O estabelecimento seropedico como industria é tão útil ao país como qualquer outro; sua utilidade, porém, não pode dizer que seja pública; porquanto o público não tira dele uma satisfação imediata as suas necessidades (...) **Se a companhia tem necessidade de terreno para a cultura da amoreira, deverá compra-lo aonde o encontrar, pelo preço que a si e ao possuidor convier; e nunca procurar meios de obrigar terceiro a privar-se contra vontade de sua propriedade, e cuja indenização não compensará sem duvida a perda relativa que sua alheação acarretará a qualquer dos estabelecimentos vizinhos (...).** Procedendo, como devem, estas considerações, fica claro que se aquele estabelecimento pode ser encarado debaixo do ponto de vista dessa pretendida utilidade pública, os estabelecimentos agrícolas circunvizinhos, de que os abaixo assinados são proprietários, não podem deixar de ser tomados sob o mesmo ponto, e **neste caso os peticionários com o mesmo direito poderiam também vir pedir a desapropriação de terrenos do estabelecimento seropédico para aumentar a sua propriedade e industria particular (...).** (ITAGUAHY A EMPRESA SEROPÉDICA, 1857, p. 02). (grifo nosso)

Os cafeicultores vizinhos da fábrica de seda consideravam o projeto como inconstitucional e ofensivo aos seus direitos de propriedade. Eles consideravam injusta a medida da diretoria da fábrica de adquirir os terrenos por meio da desapropriação e não pela compra. Ademais, a compra deveria ocorrer apenas se os moradores concordassem e aos seus moldes. Sendo assim, quando a diretoria os procurou para comprar os terrenos, por estratégia lançaram preços altos.

É importante mencionar que boa parte da população da freguesia do Bananal, bem como esses fazendeiros, eram foreiros da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Apesar de estarem submetidos ao uso do domínio útil da terra possuíam uma “mentalidade proprietária” (GROSSI, 2006). Pareciam considerar, portanto, que podiam dispor da terra como bem entendesse, havendo até mesmo sitiantes e se consideravam donos daquele domínio. Nesta disputa, quando reivindicam o “sagrado direito de propriedade” estes fazendeiros estão defendendo uma lógica de propriedade individual e absoluta.

A aprovação da lei em 24 de setembro de 1857, porém, não significou a derrota dos cafeicultores na disputa pelas terras: quatro dias depois o presidente da província Luiz Antonio Barbosa afirmou no relatório que autorizava a desapropriação dos terrenos

necessários ao estabelecimento seropédico de Itaguaí, que estavam pagas as despesas pela companhia e que mandou “pelo juiz municipal do termo proceder à desapropriação, depois de marcados os terrenos pelo chefe do distrito” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVINCIA, 1857, p. 168).

Após isso, a próxima informação sobre a desapropriação foi relatada pelo presidente da província, Antonio Nicoláo Tolentino. Ele indica em um relatório geral sobre o andamento da fábrica, no dia 01 de Agosto de 1858, que fazendo uso da lei de desapropriação mandou aplicá-la (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVINCIA, 1858). Porém, após essas considerações dos presidentes das províncias, que de acordo com o primeiro artigo da lei deveriam ser os responsáveis por acatar o pedido da fábrica e desapropriar ou não o território, o único momento em que foram anexadas terras para a companhia foi por meio da compra no ano de 1858. Não fica claro, o motivo da lei não ter sido aplicada, pois de acordo com as palavras dos presidentes da província, eles haviam mandado iniciar uma medição e aplicar a lei. Mas na pratica isso não ocorreu.

Em 1862, a fábrica entrou em estado de falência e os acionistas decidiram fechar as portas, deliberando pela extinção da Companhia e conferindo ao presidente da fábrica plenos poderes para decidir com o governo como seria feita a entrega do estabelecimento (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVINCIA, 1862). A negociação com o presidente da província não foi tão fácil como anteriormente: a fábrica perdera o prestígio de antes e os cofres públicos não poderiam ceder mais auxílios à empresa.

De acordo com Brito (2017), no ano de 1862 as negociações foram extensas e o presidente da Companhia ainda buscava salvá-la, mas para isso necessitava de mais auxílios do governo. Por fim, no final da década de 1860, o estabelecimento foi arrematado pelo Capitão Luiz Ribeiro de Souza Rezende, que novamente transformou o espaço em uma empresa meramente privada, passando a se chamar Estabelecimento Seropédico de Santa Thereza de Bananal de Itaguaí.

Mediante os sinais de falência da fábrica o presidente da província apresentou um relatório extenso sobre o estabelecimento, relatando desde a sua criação e descrevendo minuciosamente os auxílios e gastos que a fábrica empreendeu, para prestar contas ao governo. Nesse sentido, após o relatório de 1858, apenas em 1862 tive notícias claras acerca dos territórios anexados pela fábrica no ano de 1858.

No relatório é informado que em Julho de 1858, um mês antes de Tolentino requisitar novamente a aplicação da lei, a fábrica comprou um prazo de terra de 86:800 braças quadradas de Domingos José do Couto, e em outubro outro prazo de 240:000 braças

quadradas de Candido Antonio de Oliveira, foreiros da Imperial Fazenda de Santa Cruz importando com benfeitorias, siza, laudêmios e mais custas. Domingos José do Couto é um dos fazendeiros que se associou aos demais contra o projeto de lei no ano de 1857, mas no ano seguinte conseguiu negociar a venda com a fábrica. O segundo vendedor citado, Candido Antonio de Oliveira, não estava entre o grupo de fazendeiros que assinaram a representação e não encontrei informações a seu respeito.

O terreno de Domingos foi adquirido por 2:590\$784 (2 contos, 590 mil e 784 réis) e de Candido por 9:835\$000 (9 contos e 835 mil réis). As informações do relatório indicam que os terrenos foram adquiridos por meio da compra e, sendo assim, não foi aplicada a desapropriação. Pois os gastos deveriam ser com a indenização, de acordo com a lei, e não com a compra dos terrenos (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVINCIA, 1862).

Não se deve prender aqui em especulações acerca da aplicação da lei. Sabe-se que os fazendeiros não estavam dispostos a ceder as suas terras por outros meios, somente por uma compra considerada justa, e que os diretores da fábrica estavam passando por um período de prestação de contas, dívidas e dificuldades na produção da seda. Nesse sentido, podem ter sido empecilhos criados pelos fazendeiros aos funcionários públicos para a medição e desanexação dos terrenos, ou a própria fábrica envolvida em outras questões de produção ter achado mais conveniente e rápido adquirir por meio da compra e podem, finalmente, ter chegado ao acordo.

Entretanto, encontrei outro indício para compreender as estratégias traçadas pela senhora para não perder as suas terras para o estabelecimento, além da associação com cafeicultores. No mesmo ano em que os fazendeiros de café redigiram a representação dirigida, no relatório interno escrito pelo presidente da companhia, Francisco José Cardoso, é apresentada outra relação entre a senhora e a fábrica de seda (RELATÓRIO DA IMPERIAL COMPANHIA SEROPÉDICA, 1858). No final do relatório ao realizar diversos agradecimentos o presidente diz o seguinte:

E aproveitando a oportunidade, não posso igualmente deixar de patentear-vos os grandes favores que nos tem dispensado a Illma. D. Gertrudes Maria da Conceição e seu digno filho o primeiro tenente Antonio José Rodrigues, abastados fazendeiros do município de Itaguahy, oferanto-nos toda a madeira de que possamos carecer para nossas obras e que se encontrarem em terras suas, oferecimento de que se tem a companhia utilizado. Um procedimento tão notável e cavalheiro merece de nossa parte o tributo de gratidão e o reconhecimento do favor. Peço-vou pois que autoriseis a diretoria a agradecer de vossa parte um tão assinalado favor, visto ser este o único prêmio que lhe podemos votar (RELATÓRIO DA IMPERIAL COMPANHIA SEROPÉDICA, 1858, p. 13).

As palavras de Cardozo são de agradecimento e de enaltecimento a respeito de D. Gertrudes e seu filho Antonio, demonstrando reconhecimento da companhia pelo feito de fornecimento de madeiras que seriam úteis às obras realizadas no interior do estabelecimento. Foram extraídos um total de 213 madeiras das propriedades, 163 da senhora e 50 do seu filho.

No período o presidente da companhia relatou que estavam sendo realizadas obras de portões, rampas e calçadas, um paredão de pedra, estradas e casas. Sendo assim, o uso das madeiras era importante para o desenvolvimento das empreitadas. Diante da doação prestada, acredito que ao mesmo tempo em que a senhora se associou com outros fazendeiros para contrapor o projeto de lei de desapropriação, buscou tecer relações sociais com o dirigente da companhia, prestando-lhe madeiras que seriam úteis no desenvolvimento da fábrica de seda para possuir uma alternativa de defesa das suas terras. Não posso atestar que esses favores foram decisivos para que a senhora efetivamente protegesse suas terras de uma possível desapropriação. Mas, em vista, da maneira em que Cardozo se referiu à cafeicultora percebo que este estava grato e possuía uma relação de respeito que seria abalada diante a uma tentativa de desapropriação.

Esse acontecimento indica uma atuação da senhora de conexão com pessoas que ampliavam a sua rede de influências. em uma maneira de obter reconhecimento e prestígio social que poderiam ser muito úteis na manutenção e promoção da sua unidade produtiva e bens.

A construção da estrada de Bananal a Queimados

Nessa parte do artigo será analisada a associação da fazendeira em favor da construção da estrada da freguesia do Bananal até a estação de Queimados da estrada de ferro de D. Pedro II. Os gêneros alimentícios produzidos no município de Itaguaí e suas freguesias eram destinados ao abastecimento regional, ao consumo da Casa Real no Rio de Janeiro e em Santa Cruz (RUIZ, 1997), necessitando, assim, de estradas que ligassem esses pontos com eficácia.

Desde o século XVI, existia a Estrada Real de Santa Cruz, que ligava a região diretamente com a Corte no Rio de Janeiro. De acordo com Benedicto de Freitas (1987), a estrada era de suma importância, transitada pelos vice-reis, autoridades, viajantes, tropeiros e quem mais precisasse utilizá-la para chegar até a Corte e adjacências. No período imperial, a estrada passou por diversos melhoramentos, porém de acordo com o autor “sua utilidade só poderia ser desfrutada em tempo seco (...) as estradas antigas revelavam em sua construção

deficiência técnica sem comparação, sobressaindo-se a incômoda e detestável poeira levantada pelas ‘tropas’.” (FREITAS, 1987, p. 155).

Nesse sentido, o autor indica dificuldades de locomoção devido à poeira levantada na estrada, mas acima disso a sua inutilidade em tempos de chuvas. Isso decorria dos alagamentos frequentes na região. Na freguesia do Bananal as terras eram baixas e alagadiças; no período de chuva a água não escoava pela planície, o que propiciava a formação de brejos ou a enchente dos rios que transbordavam alagando os arredores (OLIVEIRA, 2015). Os alagamentos atingiam as estradas, dificultando o trânsito de pessoas, animais e mercadorias.

Em abril de 1867, o Dr. José Maria de Sousa Loweu, médico que tratou de D. Gertrudes antes de sua morte, escreveu um recibo de pagamento dos seus serviços. O recibo que foi anexado aos autos do inventário traz informações acerca do estado das estradas em tempo de chuva. O médico afirmou que ao valor pago pelo inventariante pelas consultas deveria ser acrescentado o custo do deslocamento até a fazenda da senhora, que segundo ele foi dificultado pelo “tempo terrível e o péssimo estado das estradas” (INVENTÁRIO DE GERTRUDES MARIA DA CONCEIÇÃO, 1867, p. 97).

Esses alagamentos atrapalhavam o trânsito nas estradas, que ficavam submersas, mas também eram prejudiciais as plantações. Os campos ficavam alagadiços, dificultando assim a cultura dos alimentos que não necessitavam de água em abundância. Dessa maneira, as plantações de café eram prejudicadas com os alagamentos e os cafeicultores tiveram de tecer estratégias para manter a produção mesmo com o mau tempo. Para proteger suas plantações dos alagamentos, alguns fazendeiros da freguesia do Bananal usavam os morros: dos 52 inventariados do nosso banco de dados, 17 deles (32,69%), incluindo a D. Gertrudes, plantavam os cafezais nos morros. Nesse sentido, o clima e a estrutura das terras na freguesia eram prejudiciais aos fazendeiros de café no que concerne a sua produção e ao escoamento da mesma.

Os fazendeiros de café na Província do Rio de Janeiro dependiam muito das estradas e caminhos para transportar suas produções, o que era feito em lombo de mulas, pelos tropeiros, de forma lenta e complicada. Diante disso, em meados do século XIX foi pensada uma solução para o problema: a estrada de ferro. As malhas ferroviárias foram consideradas no XIX o símbolo da modernidade e progresso para o país, beneficiando a todos que a utilizassem.

De acordo com Hélio Suêvo Rodriguez (2004), ao longo do século XIX houve a formação do conhecimento técnico-científico necessário à transformação do vapor em força motora, que possibilitaria a tração das locomotivas. A Inglaterra foi pioneira na construção

das ferrovias, mas o continente americano não tardou a aderir às estradas de ferro. Rodriguez (2004) afirma que os Estados Unidos e Cuba deram o passo inicial para a inserção das malhas ferroviárias na América do Norte e Central ainda na década de 1830. O Brasil não tardou a se interessar pela implementação das ferrovias. Em 1835 no Brasil imperial já havia a decisão de construir uma linha férrea partindo da capital do país (JURUÁ, 2012). Porém, somente duas décadas depois deu-se início às tentativas de construções ferroviárias.

A expansão da economia exportadora por meio das ferrovias visava justamente favorecer a produção de café. Segundo Helio Rodriguez (2004): “Podemos dizer que as ferrovias foram agrupadas da seguinte forma: a do café, iniciada no Rio de Janeiro, com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1858, que permitiu uma importante redução dos custos de transporte do produto até o final do século XIX.” (RODRIGUEZ, 2004, p. 07) Diante disso, as ferrovias se configuravam como importante auxílio à produção cafeeira, pois o transporte pelas linhas de ferro servia para agilizar o escoamento do café.

Em 1858, no primeiro relatório realizado pelos diretores da Companhia de Ferro D. Pedro II, foi informado o encaminhamento da linha férrea na direção do que seria posteriormente a estação de Queimados (1º RELATÓRIO DA DIRECTORIA, 1856, p. 13). Logo, a estação de Queimados, que viria a ser útil aos fazendeiros de café da freguesia do Bananal, passou a compor uma das sessões que ligava a Corte do Rio de Janeiro.

Diante da existência dessa estação e dos benefícios que dela se teria no transporte de pessoas e mercadorias, o presidente da província, Ignacio Francisco Silveira da Motta, relatou, em 1859, que o engenheiro do distrito do Bananal julgou urgente a abertura de um caminho que comunicasse a estação de Queimados à freguesia do Bananal (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVINCIA, 1859). O caminho já estava sendo aberto e possuía a extensão de quase meia légua, porém o engenheiro interrompeu os trabalhos por falta de dinheiro.

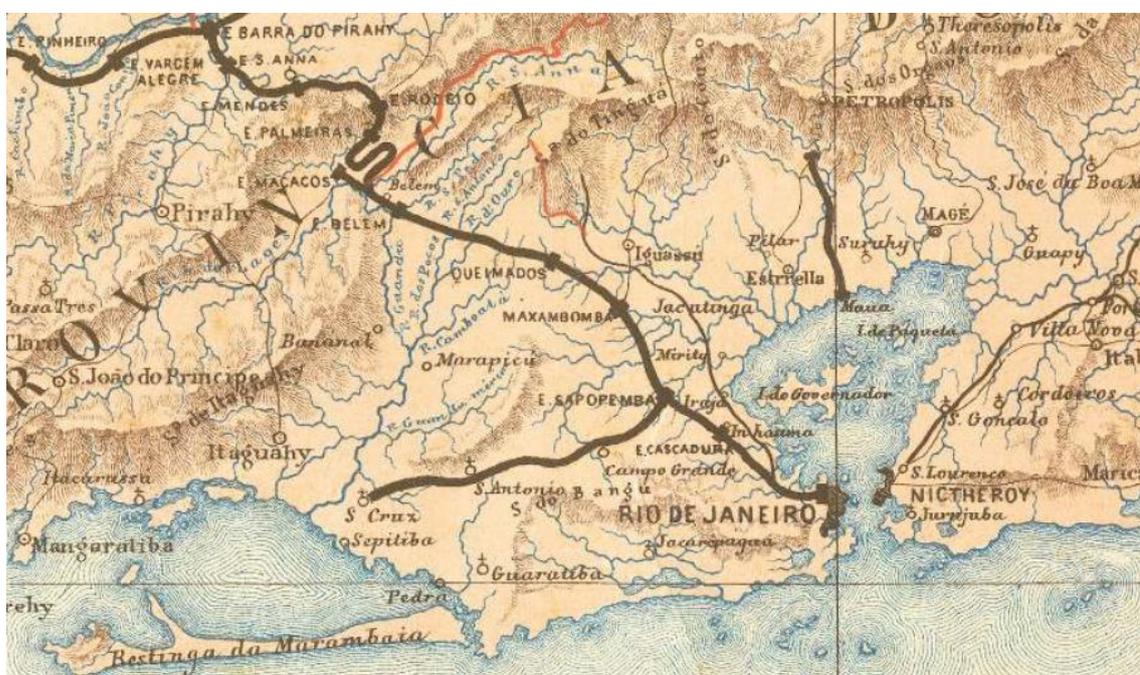
De acordo com Ignacio o engenheiro esperava continuar a obra por meio de uma subscrição, isto é a contribuição por escrito de determinada quantia para a realização das obras. No relatório é informado ainda que os moradores da freguesia do Bananal estavam dispostos a arcar com esta subscrição: “os povos da localidade haviam promettido promover entre si, e com a prestação, que a presidência designasse.” (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVINCIA, 1859, p. 61)

Contando com a contribuição dos moradores o presidente da província indicou o valor do orçamento de 59:739\$800 (59 contos, 739 mil e 800 réis) e nomeou encarregados para promover a subscrição, Luiz José Lopes, Pedro Cypriano Pereira Belém e Jeronymo

Rodrigues Gomes. Luiz José Lopes era uma pessoa de prestígio social na freguesia do Bananal. Ele aparece no *Almanak Laemmert* na posição de capitão, inspetor de quarteirão, juiz de paz, comissário paroquial e fazendeiro de café (ALMANAK LAEMMERT, 1859). Pedro Cypriano Pereira Belém, por sua vez, era morador da freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages (ALMANAK LAEMMERT, 1859).

A escolha da estação de Queimados pelo engenheiro da freguesia deriva, provavelmente, da posição geográfica em relação à Freguesia do Bananal. Dentre as estações de trem disponíveis, esta era no momento a mais viável via de comunicação com a Corte. No recorte do mapa a seguir, podemos verificar essas dimensões.

Relação Estrada de Ferro D. Pedro II e a freguesia do Bananal



Fonte: (ARQUIVO NACIONAL, 1879)

A estação de Queimados ficava a cinco intervalos da Corte do Rio de Janeiro, beneficiando não somente a freguesia do Bananal como as regiões adjacentes que poderiam escoar seus produtos nas estradas de ferro por via da estrada a ser construída entre Bananal e Queimados. Essa ligação, dessa maneira, também provocaria uma maior circulação de pessoas na Freguesia de Bananal que quisessem fazer uso dessa estrada.

No final do ano de 1859 a tarefa de Luiz José Lopes, Pedro Cypriano Pereira Belém e Jeronymo Rodrigues Gomes foi concluída. No jornal “Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal” a lista de contribuintes foi divulgada e a transcrevi na íntegra:

SUBSCRIÇÃO PROMOVIDA PELA COMMISSÃO NOMEADA PELA PRESIDENCIA DO RIO DE JANEIRO AFIM DE COADJUVAR OS COFRES DA PROVINCIA PARA A FEITURA DA ESTRADA DE QUEIMADOS AO BANANAL.

Os Srs.

Jeronymo Rodrigues Gomes&Irmão.	500\$000
Joaquim Antonio Silva Camarinha.	500\$000
Antonio Lopes Ferraz e Comp. . . .	200\$000
Francisco Ignacio de Castro. . . .	50\$000
Manoel Ignacio Cardoso Franco. . .	50\$000
José Corrêa.	200\$000
José Antonio Nunes.	50\$000
Marianno Francisco de Souza. . . .	50\$000
Narciso Marques dos Santos.	100\$000
Rodrigo Fernandes Ramos.	250\$000
Joaquim da Costa Nunes.	100\$000
Sabina Felicidade Perpetua.	200\$000
Antonio José de Mesquita.	50\$000
Candido Antonio de Oliveira.	150\$000
Manoel Rodrigues Pereira.	100\$000
José Antonio dos Santos Mendes. .	100\$000
Rozendo Antonio Barbosa.	50\$000
Manoel Pereira Dias.	50\$000
Domingos José do Couto.	50\$000
D. Gertrudes Maria da Conceição. .	100\$000
Luiz José Lopes.	100\$000
Antonio José Silva Rangel.	50\$000
Souza & Pinto.	50\$000
Leocadio Pamplona Córtes.	50\$000
Francisco Cypriano Pereira Belém .	50\$000
Manoel Pereira Belém.	50\$000
Pedro Cypriano Pereira Belém. . . .	100\$000
Joaquim Antonio de Oliveira Freire	50\$000
Francisco Antonio Soares da Silva	50\$000
Francisco Joaquim de Albuquerque	50\$000
Manoel Luiz de Oliveira.	100\$000
Barão de Ivahy.	100\$000
M. J. Cardoso Filho.	100\$000
Dr. Raymundo Antonio Teixeira. . .	30\$000
Antonio Vicente Damemberg. . . .	30\$000
Luiz Manoel da Silva.	50\$000
João Gomes de Carvalho Santarém	30\$000
Manoel Luiz da Silva.	20\$000
Francisco Pinto Miranda.	50\$000
Mendes & Guimarães.	50\$000
Antonio Joaquim Pereira Flores. . .	50\$000
Visconde de Aljêsur.	200\$000
Antonio Pereira Ramos.	50\$000
Manoel Francisco de Almeida. . . .	<u>50\$000</u>
	4:410\$000

O Sr. marquez de Itanhem offerece madeiras para a construção de uma ponte no Rio do Campo Alegre.

A comissão,

Jeronymo Rodrigues Gomes.

Luiz José Lopes.
Pedro Cypriano Pereira Belém. (QUEIMADOS, 1859, p. 02)

A comissão de subscrição conseguiu recolher valores de 44 pessoas, as contribuições variaram entre 20\$000 (20 mil réis) e 500\$000 (500 mil réis). A metade dos contribuintes doou o valor de 50\$000 (50 mil réis), o segundo valor mais escolhido foi o de 100\$000 (100 mil réis). Esse foi o valor que D. Gertrudes optou doar para a construção da estrada, conjuntamente com personalidades como o Barão de Ivaíhy. Os contribuintes que doaram o maior valor foram justamente os primeiros da lista Jeronymo Rodrigues Gomes & Irmão que fazia parte da comissão e Joaquim Antonio Silva Camarinha.

A extensa lista de colaboradores arrecadou um montante de 4:410\$000 (4 contos e 410 mil réis). Apesar de ser um valor expressivo, estava bem distante do valor orçado para as obras, de 59:739\$800 (59 contos, 739 mil e 800 réis). Nesse sentido, ainda restava a arrecadação do valor de 55 contos, 329 mil e 800 réis.

Entretanto, apesar de não ter alcançado o valor estipulado à doação dessas pessoas é importante para compreendermos a associação em torno de um bem comum e a participação de D. Gertrudes nesse processo. Novamente com base no método onomástico de Carlo Ginzburg (1991), realizei uma busca nominal de cada contribuinte para apreender os perfis das pessoas que se dispuseram a doar dinheiro para a realização da obra.

Pois assim, pude compreender os grupos que possuíam interesse na criação de uma via de comunicação com a estação de Queimados e conseqüentemente com o Rio de Janeiro e as províncias de Minas Gerais e São Paulo. A busca foi realizada nos anuários do *Almanak Laemmert*, nos Inventários e nos Registros Paroquiais de Terras da freguesia do Bananal.

Não foi possível encontrar informações das atividades de todos os contribuintes, doze deles não estavam listados no *Almanak Laemmert*, não possuíam terras declaradas e não estavam na amostragem de inventariados, e dois encontrei apenas o local de moradia. Consegui informações sobre as atividades exercidas por 30 pessoas dessa lista de 44 contribuintes. Desses 30, 23 deles (76,66%) eram fazendeiros de café, enquanto os sete restantes desempenhavam outras atividades comerciais, políticas e administrativas. Três dos contribuintes eram negociantes e um era padeiro; Três desempenhavam apenas cargos políticos e administrativos como major, consultor da casa de caridade, capitão, vereador e escrivão.

Alguns dos contribuintes desempenhavam diversas atividades concomitantemente, havendo assim, fazendeiros de café que também ocupavam cargos políticos e administrativos e comerciais. Os contribuintes para a construção da estrada, portanto, exerciam uma

diversidade de ocupações, sociais, econômicas e administrativas. Entretanto a maioria deles tinha como atividade principal realizava o cultivo do café. Os cafeicultores eram os mais interessados no desenrolar da obra que, como disse anteriormente, beneficiaria esse grupo com a rapidez e menor custo no escoamento do produto.

O segundo ponto que observei nos dados é a procedência das pessoas que realizaram as contribuições. Das 31 pessoas que identifiquei o local de moradia, 18 delas (58,06%) eram da freguesia do Bananal, 6 delas (19,35%) eram da Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí, 5 delas (16,13%) eram da freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages e 2 pessoas (6,46%) eram do Município de Iguazu das freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu e São João Baptista de Merity.

Nesse sentido, a maioria das pessoas era moradora da freguesia do Bananal, porém pessoas provindas de regiões circunvizinhas também se empenharam na construção da estrada de Queimados, principalmente das freguesias do município de Itaguaí. No relatório de presidente da província do ano de 1862, José Noberto dos Santos informou que fazendeiros de café da freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages, assolados por uma praga na lavoura de café se dedicaram à construção de estradas que beneficiassem a lavoura, sobretudo, a estrada de ferro D. Pedro II, com o aluguel de escravizados que além de propiciar as obras, geravam salários dos alugueis (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVINCIA, 1862, p. 16).

Diante disso, os fazendeiros de café circunvizinhos a Bananal viam as estradas como benéficas à cafeicultura, tornando a estrada de Queimados atrativa. Devido a isso 13 dos contribuintes não pertenciam à freguesia do Bananal, mas apostavam na estrada que desembocaria na freguesia uma via de comunicação na qual que valia a pena investir seus réis.

Por fim, quero destacar dos dados levantados acerca da participação feminina entre os contribuintes é. No decorrer da lista, apenas duas mulheres são mencionadas como contribuintes, a própria D. Gertrudes e D. Sabina Felicidade Perpetua. Sabina, assim como D. Gertrudes, era fazendeira de café na freguesia do Bananal. A senhora era filha natural de José Sotero Rangel com uma mulher cuja identidade não foi revelada, mas foi reconhecida como filha legítima em ocasião do falecimento do pai. Devido o fato do pai “reconhecer suas capacidades” (INVENTÁRIO DE JOSÉ SOTERO RANGEL, 1836, p. 17-18), D. Sabina foi nomeada sua inventariante e testamenteira. Em pesquisa monográfica verifiquei que D. Sabina durante sua vida realizou uma eficaz administração dos seus bens, ampliando-os e conservando-os após o recebimento da sua parte da herança do seu pai (ALVES, 2017).

Diante dos dados, as duas senhoras que contribuíram faziam parte de uma parcela de mulheres da região que possuíam prestígio social e posição de poder diante das suas produções agrícolas. No momento em que contribuíram para a construção da estrada, Sabina tinha cerca de 56 anos e Gertrudes 77. Sendo assim, duas senhoras já idosas, uma viúva e outra solteira, que estavam à frente da sua produção agrícola e, provavelmente, nutriam esperanças de se beneficiar da nova via de escoamento.

Após a subscrição dos múltiplos contribuintes, iniciou-se o processo das obras o presidente da província solicitou ao engenheiro do distrito de Bananal para organizar a planta do trajeto e o orçamento das despesas. Porém, no relatório do ano seguinte isto ainda não havia sido feito (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVINCIA, 1861, p. 25). Não é relatado o motivo para que os dados solicitados ainda não tivessem sido entregues. Porém, nos decorrer dos anos são apontados diversos problemas financeiros para a manutenção da estrada de Queimados.

No ano de 1862 o presidente da província Luiz Alves Leite de Oliveira informou que a dificuldade financeira o obrigou, no âmbito das obras públicas, a privilegiar as despesas mais urgentes, de reparo e conservação de estradas que convergiam para as vias férreas da estrada de D. Pedro II, da companhia de Cantagallo e para a estrada de rodagem da companhia União e Indústria. No período estes eram três centros de comunicação que contribuíam com a diminuição das despesas e garantias de juros (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVINCIA, 1862, p. 70). Dentre as estradas beneficiadas estava a de Bananal a Queimados.

Então apesar da contribuição dos indivíduos no ano de 1859, passados três anos o presidente da província relata ainda não haver uma comunicação oficial do levantamento feito pela comissão responsável. No ano seguinte, encontrei no relatório a informação que o valor recolhido na subscrição foi destinado, principalmente, para o reparo de uma ponte da estrada (RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVINCIA, 1862, p. 48).

No que concerne as obras públicas a estrada de Queimados era uma das privilegiadas na concessão de verbas governamentais, visto a sua importância. Porém, apesar das concessões observei ao longo dos anos diversos relatos que apontavam a necessidade de melhoramentos da estrada e a dificuldade dos cofres públicos de fornecer dinheiro.

Dois anos após a disputa de terras com a Imperial Companhia Seropédica Fluminense, D. Gertrudes, Domingos José do Couto e Joaquim Antonio de Oliveira Freire atuam em conjunto novamente em prol da sua unidade produtiva. Os dois fazendeiros de café contribuíram com 50\$000 (50 mil réis) na construção da estrada. Em conjunto com D. Gertrudes havia, em sua maioria, fazendeiros de café da freguesia do Bananal, mas havia

também uma multiplicidade de pessoas atuantes no comércio, na política e no âmbito administrativo da freguesia de Bananal ou arredores nesse processo.

Em suma, D. Gertrudes foi uma dentre os poucos fazendeiros de café que contribuiu financeiramente para a construção da estrada que beneficiaria o escoamento de sua produção. A senhora de então 77 anos, procurou investir em um empreendimento que traria benefícios para si e para o conjunto produtivo da freguesia do Bananal. Mais uma vez, a senhora aparece atuando em conjunto com outros fazendeiros de café na defesa e manutenção da produção agrícola, visto que, a ação em torno da estrada de Queimados contribuiria diretamente para o melhoramento da cafeicultura. No entanto, dessa vez a associação foi mais abrangente, incluindo outros grupos sociais e econômicos da região.

Considerações finais

Em vias de conclusão, por meio da análise de uma trajetória de vida foi feita uma reflexão acerca da trama social, relacionando o micro com o macro, de maneira a compreender as redes de relações e a multiplicidade dos espaços que fazendeira se articulava. Portanto, foi possível compreender trajetórias coletivas de cafeicultores que se associaram e traçaram estratégias diante de contextos de ameaça à produção cafeeira e da necessidade de ascensão da unidade produtiva.

Sendo assim, foi possível compreender uma dimensão das possibilidades de ação social e econômica de uma mulher fazendeira na freguesia do Bananal, ao associar-se com indivíduos da mesma classe social em torno de interesses comuns. Pois, apesar de estar inserida em uma sociedade que limitava formalmente os papéis que a mulher podia desempenhar, submetida a uma hierarquia respaldada na concepção de inferioridades, D. Gertrudes não estava dissociada das decisões e ações desempenhadas pelo conjunto produtivo. Assim pode atuar e se associar na defesa dos seus interesses.

Fontes

1º RELATÓRIO DA DIRECTORIA da companhia da estrada de ferro D. Pedro II. *Internet Archive*, 1856.

ALMANAK LAEMMERT. *Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional*, Eduardo e Henrique Laemmert, Rio de Janeiro, 1844-1889.

ARQUIVO NACIONAL. *Planta geral da Estrada de Ferro Dom Pedro II e das outras estradas de ferro das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais do Império do Brasil*, 1879.

ENTRA EM PRIMEIRA DISCUSSÃO. *Jornal do commercio*. Biblioteca Nacional Digital, edição 00224, 1857.

INVENTÁRIO DE GERTRUDES MARIA DA CONCEIÇÃO. *Museu do Tribunal da Justiça*, 1867.

INVENTÁRIO DE JOSÉ SOTERO RANGEL *Museu do Tribunal da Justiça*, 1836.

ITAGUAHY A EMPRESA SEROPÉDICA. *Jornal do commercio*. Biblioteca Nacional Digital, edição 00240, 1857.

O ESTABELECIMENTO SEROPEDICO DE ITAGUAHY. *Diario do Rio de Janeiro*. Biblioteca Nacional Digital, edição A00037, 1855.

QUEIMADOS. *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*. Biblioteca Nacional Digital, edição 00319, 1859.

RELATÓRIO DA IMPERIAL COMPANHIA SEROPÉDICA. Biblioteca Nacional, 1858.

RELATÓRIO DE PRESIDENTE DA PROVINCIA. *Biblioteca Nacional*, 1857- 1862.

Referências

ALVES, Jessica Santana de Assis. *Donas e foreiras: Senhoras proprietárias de terras e escravos na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal de Itaguaí em meados do século XIX*. Monografia (licenciatura). Seropédica: UFRRJ/ICHS, 2017.

ANDRADE, Rômulo. Legitimidade, compadrio e mortalidade de escravos: freguesias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, Século XIX. In: *XIII Seminário sobre a economia mineira – CEDEPLAR*, 2008. Diamantina, MG. Cedeplar, 2008.

BRITO, Vinícius Kleyton de Andrade. *Indústria e Trabalho no século XIX: a Imperial Companhia Seropédica Fluminense*. Monografia (licenciatura) Seropédica: UFRRJ/ICHS, 2017.

CARRÉ, Alexandra Nanan; ANDRADE, Rômulo Garcia de. Estrutura agrária e população escrava na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal e seu entorno: Itaguaí, 1808-88. *Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas*, Seropédica. RJ: EDUR, v. 27, n.1-2, p. 107-113, jan-dez, 2005.

FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Volume III*. Edições do Autor. Rio de Janeiro, 1987.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.

GROSSI, Paolo. A propriedade e as propriedades na oficina do Historiador. in: *História da propriedade & Outros Ensaios*. Renovar: Rio de Janeiro, 2006.

JURUÁ, Ceci Vieira. *ESTADO E CONSTRUÇÃO FERROVIÁRIA: quinze anos decisivos para a economia brasileira, 1852-1867*. Tese de Políticas Públicas e Formação Humana

apresentada ao PPFH-UERJ, Rio de Janeiro, 2012.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. *Do café à policultura: fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí (1850-1900.)* (Dissertação de mestrado), UFRRJ, 2015.

RUIZ, Ricardo Muniz. *Sistema agrário da escravidão e família escrava em Itaguaí- séc. XIX (1820-1872)*. (Dissertação de mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

SUEVO RODRIGUEZ, Hélio. *A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro. O resgate de sua memória*. Rio de Janeiro: Sociedade de Pesquisa para Memória do Trem, 2004.

A força das ideias de Florestan Fernandes: um breve ensaio

Leon Mclouis Borges de Lucas¹
Jordan Brasil dos Santos²

Às Origens: da Fome ao Prestígio Intelectual

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo no ano de 1920, filho de descendentes portugueses fugidos da miséria, sendo sua mãe uma empregada doméstica em São Paulo. Dessa forma, Florestan passou seus dias primaveris envolto de fome e, mesmo criança, trabalhava como ‘gente grande’, sendo que aos seus nove anos de idade teve de parar seus estudos para que pudesse, então, trabalhar; voltando às carteiras aos dezessete anos, frequentando o curso madureza³ do Ginásio Riachuelo e, assim, conciliava suas atividades laborais – diurnas - com as de estudante, no período noturno (PONTES, 2003).

Após prestar vestibular na Universidade de São Paulo (USP), ingressou no curso de ciências sociais aos 21 anos; cabe salientar aqui que um dos motivos que escolheu tal curso foi pelo fato de querer ser professor (PONTES, 2003). No entanto, a partir de sua origem, de todas as formas que se possa imaginar, teria Florestan, ciência que não estaria para si o alcance de cursar cursos como medicina ou mesmo direito, curso mais elitizados.

Ademais, a partir do curso de ciências sociais, Florestan vislumbrou uma forma de romper com as moléstias de sua própria condição social (PONTES, 2003). Como aponta Arruda (2010), para Florestan, a universidade não apenas abriu “oportunidades materiais e simbólicas essenciais a uma pessoa despossuída de bens” (ARRUDA, 2010, p. 16).

Arruda (2010) afirma que, desse modo, Florestan, conseguiu romper o ‘círculo de ferro’ da sua origem social através “de muito empenho, dedicação, trabalho e absoluto controle dos seus atos” (ARRUDUDA, 2010, p. 15). Fazendo ele da Universidade um ambiente em que se autoconstruiu e, dessa forma, seria aquele em que Florestan se enlaçaria “com a força da urgência de quem não poderia fraquejar diante das circunstâncias adversas” (ARRUDA, 2010, p. 15).

No contexto histórico da época, o Brasil, a partir dos anos de 1930, se apresenta em um cenário traçado de mudanças de inúmeras envergaduras – sejam estas de cunho político, econômico, social e mesmo cultural; momento este em que se faz uma nova maneira de se enxergar o país, ao passo que se acaba por culminar no “aparecimento de uma nova geração

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

² Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

³ Curso supletivo para jovens e adultos da cidade de São Paulo.

de intelectuais, os chamados ‘intérpretes do Brasil⁴’ (ARRUDA, 2010, p. 9); dessa forma, “os ensaístas dos anos de 1930 lançaram as bases da reflexão moderna das ciências sociais brasileiras, legitimando o estilo de reflexão e de narrativa dessas disciplinas” (ARRUDA, 2010, p. 9-10).

Assim, a constituição da sociologia no Brasil, enquanto disciplina, está diretamente relacionada com advento da modernização e do desenvolvimento industrial do país (ARRUDA, 2010); dessa forma, o alicerce das ciências sociais brasileira, a partir dos ensaístas (como já tratamos acima), entendidas de forma ampla “ao elegerem como problema central das suas reflexões os dilemas e as potencialidade do país para construir a sociedade moderna em terras tropicais de origem portuguesa” (ARRUDA, 2010, p. 10); sendo que fora neste período que se deu o passo inicial para a construção da Universidade de São Paulo.

Florestan Fernandes teve importante papel nesse período, uma vez que despontou como um dos cientistas sociais mais importantes egressos da Universidade de São Paulo; sendo peça-chave na edificação das “bases científicas da sociologia no Brasil” (ARRUDA, 2010, p. 11). Tal sociologia, com base na modernização que transcorria, tinha como foco o “problema fundamental da reflexão a formação da sociedade moderna no país: suas possibilidades, tensões, impasses e dilemas no desenrolar das transformações” (ARRUDA, 2010, p. 12); dessa forma, o assunto “mudança social” torna-se ponto modal a “mobilizar os intelectuais” (ARRUDA, 2010, p. 12).

Assim, as vultuosas vontades e inspirações de Florestan referentes a Faculdade de Filosofia tornaram-se, então, em um tempo bem curto, “o centro e o eixo em torno do qual girou a formação de um novo sistema acadêmico de produção intelectual” (PONTES, 2003, p. 147). Tal avanço, na Faculdade de Filosofia da USP, faz-se necessário dizer, que teve a influência de intelectuais estrangeiros, onde tal “sistema foi se aclimatando e ficando raízes no campo intelectual paulista” (PONTES, 2003, p. 147), entre os anos de 1940 e 1950, em que os cientistas sociais atuavam, também, sob a liderança norteadora de Florestan Fernandes.

Os anos de 1950 foram cruciais para Florestan Fernandes, anos estes em que o Brasil se inclinava a ser um país marcado não apenas pelo progresso, mas também por desenvolvimento social, por exemplo, etc. Sendo assim, foi responsável por “converter a cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia em um dos maiores centros de produção sociológica do país” (PONTES, 2003, p. 147), possibilitando a “organização da chamada Escola Paulista de Sociologia” (ARRUDA, 2010, p. 15) e, a partir daí seus “trabalhos

⁴ A saber, são eles, segundo Arruda (2010:9) Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda.

afirmaram um estilo próprio das ciências sociais no país” (Arruda, 2010, p. 15).Então, já em 1953, Florestan defende a sua tese de livre-docência na Universidade de São Paulo e, dessa forma, se instaura como uma figura notável na sociologia.

Para Octávio Ianni (1996), a sociologia de Florestan Fernandes abre uma nova perspectiva acerca da sociologia brasileira. Debruçando-se, Florestan, em célebres brasileiros entusiastas que se empenhavam a entender a sociedade brasileira.⁵ Assim, “a sociologia de Florestan Fernandes inaugura uma nova interpretação do Brasil” (IANNI, 1996, p. 25).

Através da ótica de Octávio Ianni, Florestan veio a permitir um novo olhar para teses como de Silvio Romero, Gilberto Freire – por exemplo. Bem como a retomar e a desenvolver teses de pensadores consagrados como Euclides da Cunha e Caio Prado Júnior (IANNI, 1996).

O autor, a partir de suas inclinações, tratou sobre o papel dos intelectuais “na vida das sociedades, presentes nas suas formulações sobre a ‘civilização científica’”(ARRUDA, 2010, p. 13), tais aspectos, também, se mostraram importantes em suas observações sobre os “dilemas da modernização no Brasil” (ARRUDA, 2010, p. 13), outro ponto importante de se trazer aqui é o fato de que, Florestan nos anos de 1950, apesar de nossa modernidade ter passos muito próprios, não lhe impediu “de admitir a real possibilidade de se criar no país princípios de uma modernidade ancorada em valores democráticos” (ARRUDA, 2010, p. 13).

Florestan, em sua trajetória, se mostrou como um importante intelectual “no sentido de reproduzir os caminhos e os descaminhos da história brasileira, rumo à construção da moderna sociedade capitalista no país” (ARRUDA, 2010, p. 15).

Florestan, após tratar da condição do negro na sociedade de classes, se debruçou sobre a “análise sociológica do subdesenvolvimento” (ARRUDA, 2010, p. 19) e, em seguida se empenhou – juntamente com Fernando Henrique Cardoso – sobre a temática “a empresa industrial em São Paulo” (ARRUDA, 2010, p. 19), com o propósito de suscitar e orientar as investigações a serem realizadas no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), a fim de compreender, a partir de um rigor sistemático quais seriam os caminhos da “modernização brasileira e da particularidade da ‘civilização industrial no Brasil’” (Arruda, 2010, p. 19).

Dessa forma, Florestan Fernandes se colocou no âmbito político e, assim, buscou voltar uma das bases de suas análises enquanto sociólogo que “revelaram os efeitos

⁵ Permite reler criticamente algumas teses de Silvio Romero, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire entre alguns outros. Simultaneamente, retoma e desenvolve teses esboçadas por Euclides da Cunha, Manoel Bonfim, Caio Prado Júnior, entre outros (IANNI, 1996, p. 25).

imprevistos e inusitados da ação humana no mundo, distância que, de acordo com sua obra, se aprofundava em sociedades como a brasileira” (ARRUDA, 2010, p. 25) e, assim, talvez fosse neste aspecto, a manifestação de sua “principal contribuição para uma nova concepção sobre a formação da sociedade moderna no Brasil” (ARRUDA, 2010, p. 25).

A proposta deste texto se dá em apontar, de forma breve, o caminho de Florestan Fernandes em sua produção intelectual. Estudando, assim, a trajetória desse célebre intelectual brasileiro, percebendo sua ascensão e seu legado para não apenas às ciências sociais, mas a outras áreas do conhecimento. Assim sendo, pensa-se em abordar o perfil e apontar, ambos brevemente, a trajetória de Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro, ímpar intelectual do século XX.

A Teoria Social de Florestan

Dessa forma, por meio da interpretação sobre o Brasil advinda de Florestan, podemos observar não apenas a formação, mas também as disputas, os desenvolvimentos e os prismas de um povo nacional. E, aqui, cabe mostrar que tal povo é um povo diverso, tendo nele uma composição que englobaria indígenas, portugueses, africanos escravizados, europeus, por exemplo, estes todos por sua vez “incorporados como trabalhadores livre” (IANNI, 1996, p. 25)

Tavolaro (2005) trata da questão referente ao pensamento social brasileiro em que, segundo ele, a modernidade brasileira seria aquela modernidade incompleta (como apontava Florestan), ou seja, seria algo como uma semi-modernidade em que aquilo que ocorre no Brasil poderia ser concebido como aquela modernidade que se estrutura, a grosso modo, de uma sociabilidade tida como multifacetada constituída meio a inúmeros processos de disputas, de vontades e de cosmologias.

Vale ressaltar, que Florestan analisa ainda aspectos da história da sociedade nacional na qual a mesma estaria, basicamente, permeada não apenas pelo escambo/escavidão, mas também por meio do que se chama de colonialismo/imperialismo, urbanização/industrialização onde, de um primeiro momento se destacaria as sociedades de castas para, após, ou seja, em um segundo momento, o advento das sociedades de classes; sendo assim, precisamos compor que tal sociedade, a sociedade nacional é marcadamente composta por lutas, crises e fervores em seu interior (IANNI, 1996).

Por consequência de fatores que faziam parte da trajetória de Florestan, sejam eles de cunho sentimental, intelectual ou político – o que vale destacar é que eles, em diferentes pesos e medidas, acabaram por inaugurar outra perspectiva e até mesmo revolucionária fase da

sociologia brasileira, baseada no estudo do negro no Brasil. Até então, tais estudos iniciados na transição dos séculos XIX-XX haviam passado por duas fases lógicas e históricas: a primeira, identificada principalmente ao nome de Nina Rodrigues, focalizava o negro como “expressão de raça”; a segunda, associada especialmente à produção intelectual de Arthur Ramos que percebia o negro como “expressão de cultura”, negligenciando as suas condições existenciais, o seu enraizamento social. (PEREIRA, 1996, p. 36)

Assim, de acordo com Pereira (1996), a sociologia de Florestan Fernandes se propunha a

desvendar, para denunciar, esses mecanismos estruturais que historicamente e na atualidade têm atuado na perpetuação dessa injustiça. Propunha-se, em síntese, através da pesquisa sociológica desmascarar a realidade racial brasileira, coloca-la a nu, desfazer um mito fortemente arraigado no imaginário popular e no pensamento científico, e que já começava a se internacionalizar, de que o Brasil era o país da democracia racial. (PEREIRA, 1996, p. 37).

Dessa forma, Florestan Fernandes se mostra como a vanguarda quando pensa sobre a sociologia brasileira, marcando, assim, um novo momento; também se faz presente em sinalizar as “responsabilidades do cientista social” (IANNI, 1996, p. 26). Fernandes também é responsável por inaugurar um “novo estilo de pensamento sobre as configurações e os movimentos da sociedade” (Ianni, 1996, p. 26). Dessa forma Florestan (1996, p. 26) “permite conhecer o presente, repensar o passo e imaginar o futuro”.

Florestan marca o surgimento de uma sociologia brasileira de caráter crítico, onde – em suas contribuições intelectuais – apresenta um cunho que “questiona a realidade social e o pensamento” (IANNI, 1996, p. 25); podemos exemplificar, no sentido em que abordamos anteriormente – a partir dos seus estudos sobre as relações entre negros e brancos na composição da sociedade nacional. Nesse sentido, Florestan vem nos proporcionar contribuições quanto a sociologia – em suas técnicas, seus métodos, explicações, etc., no caminho “oferecem novas contribuições para o conhecimento das condições lógicas e históricas de reconstrução da realidade” (IANNI, 1996, p. 26). Dessa mesma forma, por fim, devemos notar que seu ‘corte’ se mostra presente quando o autor trata sobre as temáticas indígenas, escravidão, cultura, sociedade, educação, etc. Como ainda aponta Ianni (1996): “na obra de Florestan Fernandes encontra-se uma contribuição básica para a teoria sociológica: retira e desenvolve o conteúdo crítico da sociologia clássica e moderna.” (IANNI, 1996, p. 27).

A sociologia brasileira se viu frente a frente com as desigualdades, bem como com os desajustes presentes na sociedade nacional; tais aspectos se mostraram como um valioso

terreno fértil para que Florestan, a partir de noções como “de interação, organização, sistema e mudança, [...] apresentam-se como possibilidades de pesquisar e explicar” (IANNI, 1996, p. 28) o cerne das relações, bem como dos processos e das estruturas de poder, em seu caráter de dominação; assim como de ver a partir das maneiras em que as discrepâncias existentes nas desigualdades econômicas, sociais, culturais – por exemplo (IANNI, 1996).

O que podemos observar é que “os fundamentos lógicos e históricos da explicação sociológica inspira-se nessa perspectiva crítica” (IANNI, 1996, p. 28). Sendo que através das três fontes clássicas do pensamento sociológico, oriundas os clássicos da sociologia (Marx/Weber e Durkheim) sintetizam, dessa forma, muito do que se havia estudado e pensado “até então e estabelecem os paradigmas [...] de pensar a realidade social” (IANNI, 1996, p. 28) e, dessa forma, apresentam força decisiva “em todo pensamento sociológico do século XX (IANNI, 1994, p. 28).

Em se tratando da produção intelectual de Florestan Fernandes, esta seria composta por cinco fontes cruciais; não sendo necessariamente homogênea e linear, mas sim, em sua produção como um todo, através de suas obras, dessa forma, veremos quais são tais aspectos (IANNI, 1996).

O primeiro ponto diz respeito à relação existente entre os cientistas sociais, sejam eles clássicos ou contemporâneos no pensamento de Florestan, seja para pesquisa, seja para a interpretação da sociedade nacional; tendo como alguns representantes, pensadores oriundos de diversas escolas, como por exemplo, Durkheim/Mauss; Weber; Parsons, etc. (IANNI, 1996).

Assim, podemos tratar resumidamente, dos que apresentam influência para o pensamento de Florestan, seja para a pesquisa, seja para a interpretação da realidade social brasileira. Assim sendo há representantes tanto da escola francesa, da escola alemã, da escola inglesa e da escola norte-americana; exemplos de Durkheim à Mauss; de Weber à Mannheim; de Malinowski à Radcliff-Brown; de Parsons à Merton. Dessa forma, com base em Ianni (1996), de todos os pensadores sociais, o que apresentou um papel importante no pensamento social de Florestan foi Mannheim.

O segundo ponto diz respeito à influência do pensamento marxista, onde Florestan se inclinou por um “contínuo e crescente diálogo com as obras de Marx, Engels”(Ianni, 1996, p. 30), etc. Dessa forma, esse aspecto se traduzia por meio não apenas nas escolhas dos temas, mas também de como se dava a análise dada aos temas. Dessa maneira, o pensamento social apresentava uma inclinação histórica, ou seja, se aprofundou a crítica, assim “abrindo horizontes e criando desafios para o pensamento brasileiro” (IANNI, 1996, p. 30).

O terceiro ponto diz respeito ao papel que pensadores brasileiros como, por exemplo: Lima Barreto, Graciliano Ramos, Euclides da Cunha tiveram no pensamento social de Florestan Fernandes. Tais pensadores se mostram como importantes figuras no pensamento brasileiro, uma vez que evidenciam “lutas dos mais diversos setores populares [...] da sociedade brasileira” (IANNI, 1996, p. 30). Tais figuras, por meio de suas obras, mostram as “condições de existência, vida e trabalho” (IANNI, 1996, p. 30) de grupos sociais diversos, como por exemplo os operários, os indígenas, o caboclo, etc.

O quarto ponto, no qual se vê o que seriam os desafios daquele momento: Um país em curso de vastas transformações, de urbanização, industrialização – sem deixar de apresentar uma face agrária -, foi um momento em que tanto a igreja, a universidade, por exemplo, precisaram não apenas pensar, mas também “repensar o jogo das forças sociais” (IANNI, 1996, p. 31).

O quinto e último ponto aponta para a importância de se conhecer as classes sociais que engloba a maior parte da população, compreendendo seus aspectos socio-culturais além da ótica das classes dominantes. Ademais, constrói-se uma sociologia brasileira mais crítica ao se observar o negro (escravizado ou livre), o trabalhador braçal (seja rural ou das indústrias), o índio e o imigrante, levando à uma perspectiva de pesquisa essencial para a construção desse novo ‘olhar’ sociológico. Como o próprio Florestan aponta:

As coisas que tiveram maior importância na minha obra como investigador se relacionam com pesquisas feitas na década de 40 (como a investigação sobre o folclore paulista, a pesquisa de reconstrução histórica sobre os Tupinambá e várias outras, de menor envergadura) ou com a pesquisa sobre relações raciais em São Paulo feita em 1951-52, em colaboração com Roger Bastide (e suplementada por mim em 1954). Esse trabalho puramente intelectual conformou o meu modo de praticar o ofício de sociólogo. (Fernandes, 1978, p.50)

De forma geral, esses são os cinco pontos essenciais da sociologia crítica fundada por Florestan Fernandes. Podemos, ainda, acrescentar outras influências para essa sociologia, tais como:

a militância política, a reflexão sobre a responsabilidade ética e política do sociólogo, o convívio com o pensamento latino-americano, destacando-se figuras como as de José Martí, José Carlos Mariátegui, Ernesto Che Guevara e assim por diante (IANNI, 1996, p. 32).

No entanto, podemos afirmar que são aqueles cinco pontos apresentados acima, em conjunto, que sintetizam as matrizes da sociologia inaugurada por Florestan Fernandes no

Brasil; “Sociologia crítica, que se caracteriza como um estilo de pensar a realidade social a partir da raiz” (IANNI, 1996, p. 32).

Assim, a sociologia brasileira torna-se, então, moldada pela obra de Florestan Fernandes, sendo que essa influência se dá, principalmente de duas maneiras principais. A primeira relaciona-se ao modo de pensar a realidade social, de modo a contribuir ao campo teórico-científico e para o amadurecimento da sociologia. Nesse período, aquilo que já vinha sendo usado eventualmente no aspecto teórico e metodológico, assume um papel mais cotidiano e sistemático, o que abriu, também, novos horizontes na reflexão a cerca da sociedade e da história (IANNI, 1996).

Dessa forma, Florestan, dedicou seus esforços para a constituição da sociologia como uma ciência empírica (ARRUDA, 2010); estaria, então, disposto a seguir “uma agenda de pesquisa derivada das concepções de rigor do conhecimento, cuja aplicação seria intrínseca à própria natureza da ciência” (ARRUDA, 2010, p. 17); uma vez que o calcanhar de Aquiles da sociologia brasileira estaria “na necessidade de refinar os métodos intrínsecos ao caráter aplicado da ciência de como a readequá-la ao tratamento de sociedades mais heterogêneas e menos orgânicas, como a brasileira” (ARRUDA, 2010, p. 17).

Já a segunda maneira que a obra de Florestan influencia a sociologia brasileira, trata-se de criar um novo estilo de pensamento sociológico e de pensar a realidade social. Tal proposta é a sociologia crítica que compreende tanto a teoria como a história e tem suas raízes no marxismo ao buscar resgatar uma visão crítica sobre as condições de trabalho e vida do oprimido. Dessa forma, Florestan ‘bebe’ no passado e ‘abre portas’ para um novo futuro da sociologia brasileira (IANNI, 1996).

Produções de Florestan Fernandes

Como já explicado acima, durante o século XX a sociedade nacional esteve composta por variados movimentos sociais em vistas de conquistar direitos sociais, sendo que tais grupos tinham em sua formação de indígenas à trabalhadores rurais e cidadãos; o que pode ser percebido em muitas de suas obras a exemplificar *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, publicada em 1965.

Ao se tratar sobre a obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Florestan buscou nos trazer, em seu estudo, destinado a analisar sobre os grupos sociais específicos, o negro/”mulato”, como aqueles que tiveram notável desfavor em termos de incorporação à sociedade burguesa em vigência. Em tal investigação, Florestan teve como colaborador Roger Bastid, tendo como São Paulo seu ambiente de investigação; uma vez que seria nesse espaço

no qual o capitalismo teria se desenvolvido mais significativamente, bem como seria o lugar no qual o negro/”mulato” teriam tido em um grau maior de dificuldades para se incorporarem nas relações de tal sociedade.

Florestan nessa obra teve como ponto nodal como ocorrera o processo de diferenciação cultural; no qual o negro estaria sujeito a um fator de marginalização e, dessa forma, procurou compreender como estes sujeitos estariam, através de suas investigações, pertencentes, por meio de sua participação do modelo capitalista, ou seja, como a entidade ‘negro’ venha a ter participado do desenvolvimento do capitalismo paulistano e, dessa forma, por meio de entrevistas seja com brancos, seja com negros; através destas compreender como se constrói os sentidos, os valores inferidos a estes sujeitos sociais.

No capítulo “*O problema do negro da sociedade de classes*”, Florestan se inclina a compreender sobre como ocorre as ‘*tensões raciais*’ – vide preconceito – e como se daria o olhar do branco acerca do negro, mesmo sendo para aqueles sujeitos negros que alcançaram posições maiores socialmente. Dessa forma, a partir do estudo de Florestan, pode-se notar que não ocorreu um paralelismo do desenvolvimento dessa sociedade capitalista frente ao sujeito negro, dessa forma não ocorreu quando se tratam de questões raciais, significativas mudanças.

Assim sendo, a existência de tais tensões, se mantêm e, a partir delas, que se perdura a desigualdade racial. Florestan também se debruça a perceber que, mesmo com o fim do modelo escravocrata, não culminou necessariamente com os já conhecidos mecanismos de dominação racial tradicionais.

Dessa forma, o fator de não integração desses sujeitos sociais depois da **A**bolição, dos mecanismos de dominação, fez com que tais grupos sociais se defrontassem com múltiplas barreiras para a efetiva incorporação na sociedade que se apresenta. Ainda nos traz que entre a **A**bolição e os anos 1940, o negro ficou a margem e, também, em um caminho obscuro, no qual, em que se manifestava um profundo desarranjo social – seja o branco, seja o imigrante. Florestan aponta para que ocorra uma maior mobilidade social de tais grupos, de um lado o engajamento dos movimentos sociais e, de outro, as instituições do Estado a promover uma democracia racial, na qual tanto negros, quanto brancos teriam as mesmas possibilidades.

Ademais, na produção intelectual de Florestan Fernandes, destaca-se sua inclinação sobre o estudo da temática *revolução social* – em especial- tanto “como desafio teórico e outras como perspectiva prática” (IANNI, 1996, p. 26). Destacam-se suas obras que estão dispostas sobre essa temática: *A Sociologia numa era de revolução social; A revolução burguesa no Brasil*, publicada em 1975.

Perondi (2007) nos guiará sobre a obra de Florestan Fernandes intitulada *A revolução burguesa no Brasil* na qual se pode considerar como uma das mais relevantes obras, em que se analisa a formação da sociedade brasileira. Florestan se inclinava a dar uma resposta, a partir de uma visão sociológica que ultrapassasse de um lado a visão conformista e, de outra, a visão desenvolvimentista que era, em sua maioria, a visão dos intelectuais, dessa forma Florestan buscara compreender o golpe de 1964 “o processo histórico das transformações econômicas, políticas e sociais que ocorreram desde o início da consolidação da hegemonia burguesa na sociedade brasileira” (PERONDI, 2007, p. 136).

Para Florestan Fernandes, a revolução burguesa no Brasil parte, inicialmente, a partir da abolição e a “Proclamação da República” (PERONDI, 2007, p. 136), marcando, assim, o começo da modernidade brasileira; dessa forma, se faz necessário frisar que a mudança no “sistema econômico foi o primeiro aspecto revolucionário dessa fase de transformações pela qual o Brasil atravessaria” (PERONDI, 2007, p. 136) e, a partir daí, em que se fez surgir novas demandas e, dessa forma, sendo algo insustentável a “estrutura que até então vigorava” (PERONDI, 2007, p. 136), sendo que a Abolição se fez, de um lado que não tinha condições de atender a necessidade que se instaura em termos de demanda e, de outro, sendo a “sua supressão era uma das condições fundamentais para a consolidação do modelo burguês” (PERONDI, 2007, p. 136).

Perondi (2007) nos lembra de que a Proclamação também se fez ao caminho de ser entendida como uma ruptura, isto é, em que se mostrava um desenvolvimento no qual estaria centrado no Brasil, dessa forma, se estaria “constituindo maior poder de decisão e autonomia à Nação” (PERONDI, 2007, p. 136). No entanto, após, se percebera que tal modelo, a partir das “condições estruturais do capitalismo brasileiro, impediu o desenvolvimento interno independente” (PERONDI, 2007, p. 136).

Florestan trata que o capitalismo em países em desenvolvimento, especialmente o Brasil, teria de buscar novos países para estabelecer comércio. Dessa forma, segundo Florestan, se desenvolveu tais relações àqueles países em que – antes – só se buscava matérias primas; no entanto, para que pudessem “ser vistos como mercados consumidores potenciais, precisando para tanto de apenas alguns ajustes estruturais” (PERONDI, 2007, p. 137). Dessa forma, acabando com o trabalho escravizado nos países, abriria tais nações para a instauração do “trabalho assalariado, caso contrário as pessoas não teriam dinheiro para consumir. Da mesma forma, para que esses países periféricos tivessem condições de consumir os produtos dos países centrais” (PERONDI, 2007, p. 137).

Ainda, para Florestan, a revolução burguesa no Brasil se deu em um desacordo entre o campo político e o campo econômico, sendo o campo político um espaço foi “estrategicamente [...] deixados de lado, exaltando-se somente a necessidade de aceleração do processo econômico” (PERONDI, 2007, p. 137). Isto se deve, segundo Florestan, a dois aspectos; o primeiro diz respeito ao fato de que o Brasil “não apresentava as mesmas condições e processos econômicos [...] das nações centrais do capitalismo” (PERONDI, 2007, p. 137); já o segundo diz respeito aos grupos sociais desfavorecidos não tiveram forças, se assim se pode dizer, em comparação às forças que tiveram as classes desfavorecidas nos países centrais (PERONDI, 2007).

Segundo Florestan, as mudanças que aconteceram na economia nacional que se davam “simplesmente pela substituição das antigas formas de dependência por outros mecanismos que instituíram novas formas de dependência” (PERONDI, 2007, p. 138).

A oligarquia, para Florestan, seria a classe que “determinou quais seriam as condições da dominação burguesa brasileira” (PERONDI, 2007, p. 141) e, assim, mesmo com as vontades da burguesia, quem estabeleceu as regras do jogo, foi a oligarquia, isto é, “na prática quem definiu as roupagens que a dominação burguesa iria adotar foi a classe oligárquica” (PERONDI, 2007, p. 141).

Já em sua obra *A sociologia numa era de revolução industrial*, Florestan aborda sobre como se dá a mudança social, em especial nos países em desenvolvimento, como se inclinam as possibilidades de algo rápido, com crescimento econômico, bem como de uma “intensificação do progresso social” (FERNANDES, 1976, p. 202) e, dessa forma, isto apresenta um caráter ideológico, onde “recebem adesão prática muito variável dos diferentes círculos sociais, que constituem uma comunidade nacional” (FERNANDES, 1976, p. 202).

Ainda, o autor aponta que as alterações e as inovações pretendidas na época eram profundas e refletiriam “no padrão de integração e de funcionamento da sociedade” (FERNANDES, 1976, p. 202). Assim, é necessário mencionar que cada grupo social atingido está diretamente relacionado com a “realização das aspirações ou das responsabilidades decorrentes das referidas fórmulas acaba dependendo [...] de motivações e de atitudes determinadas por concepções e interesses sociais de classe” (FERNANDES, 1976, p. 202).

Em âmbito acadêmico, Florestan aventurou-se em construir três teses:

As duas primeiras, constituíram-se numa magistral reconstrução histórica de aspectos ligados à guerra e à organização social dos extintos Tupinambá; a terceira, de caráter teórico, propunha-se refletir sobre o alcance explicativo do método funcionalista nas ciências sociais (PEREIRA, 1996, p. 36).

Uma das teses de Florestan, denominada *A integração do negro na sociedade de classes*, apresentada em 1964, sendo que tal empreendimento marcou como uma mudança sob a ótica analítica do autor. Tal obra resgata “suas preocupações sobre o tema das relações raciais e do preconceito racial” (ARRUDA, 2010, p. 18); tendo como parceiro na produção de tal obra Roger Bastide, “iniciadas com a pesquisa promovida pela Unesco em diferentes regiões do Brasil, entre os anos de 1949 e 1951” (ARRUDA, 2010, p. 18).

Ademais, tal obra apontou o progresso das ponderações do cientista social sobre o desenvolvimento “do Brasil moderno, evidente na posição de franco recuo em relação à sua aposta sobre as possibilidades efetivas de se construir no Brasil os princípios civilizatórios modernos” (Arruda, 2010, p. 18); e, dessa forma, coloca a questão do negro no caminho “da sociedade escravista para a sociedade de classes” (ARRUDA, 2010, p. 18).

Assim, o desenvolvimento urbano, em meados do século XIX e XX, freou a inclusão não apenas do negro uma vez que tais indivíduos não estariam capacitados “para enfrentar a concorrência dos imigrantes” (ARRUDA, 2010, p. 18), dessa forma, tal configuração, com base no “desajustamento estrutural” e, também, da “desorganização social” estariam estes sujeitos destinados “a viver um estado de marginalidade social” (ARRUDA, 2010, p. 18). Dessa forma, retomando o preconceito e a discriminação, estariam dispostos a promover “a distância social e de reproduzir o isolamento sociocultural, tendo em vista a preservação das estruturas sociais arcaicas” (ARRUDA, 2010, p. 18).

Assim, quanto se trata sobre as investigações sobre escravidão, elas se propõem a entender “como os fundamentos da sociedade brasileira produziam bloqueios à plena consecução de princípios civilizatórios, verdadeiros anteparos à pura modernidade capitalista” (ARRUDA, 2010, p. 19). Assim, não apenas Florestan se debruçou sobre a temática da negritude como também outros estudiosos da época (ARRUDA, 2010).

Florestan, por meio da obra *A revolução burguesa no Brasil* (1975), é levado a elaborar sentidos corretos ao tratar dos “problemas e entraves típicos de sociedades que não realizam as formas avançadas da civilidade moderna” (ARRUDA, 2010, p. 20); sendo que tal obra se debruça a compreender, a partir da “análise do processo histórico de formação da sociedade burguesa no Brasil” (ARRUDA, 2010, p. 20.); dessa forma, o eixo central desse estudo estaria posto a partir da “construção da sociedade de classes e da revolução burguesa no Brasil” (ARRUDA, 2010, p. 21) e, assim, tais aspectos estariam sendo compreendidos por meio ponto de vista da “formação da racionalidade burguesa, da mentalidade burguesa” (ARRUDA, 2010, p. 21).

O que se pode aferir sobre tal obra, é que a análise feita por Florestan expõe as proporções “psicossociais para a caracterização do ‘espírito burguês’” (ARRUDA, 2010, p. 21). Florestan determina que o problema central de nossa sociedade se daria “na incapacidade ou na impossibilidade de superar os princípios inerentes à ordem social anterior” (ARRUDA, 2010, p. 22), sendo enfatizado dessa forma que os entendimentos de “capitalismo dependente e ordem social competitiva estruturam a análise, permitindo compreender os limites do ‘estilo competitivo da vida social’ e da ‘mentalidade econômica racional’” (ARRUDA, 2010, p. 22); assim, o aporte se coloca em compreender que tipo de sujeito seria capaz de “encarnar a condição burguesa de vida” (ARRUDA, 2010, p. 22); sendo esta uma burguesia que expressaria outros valores sociais e que, no entanto, não conseguiu cruzar o tempo passado (ARRUDA, 2010).

Considerações Finais

Florestan, oriundo de origem pobre, tornou-se um cientista social, um nome notável para a sociologia brasileira. Estudou inúmeras temáticas, como por exemplo, em que podemos citar as temáticas que se alinham sobre a negritude, sobre o capitalismo, sobre a modernidade no Brasil, sobre a formação da sociologia brasileira enquanto disciplina; sendo um notável sociólogo, ensaísta e político e, cabe dizer aqui que Florestan chegou a exercer o cargo de deputado federal. Falecendo em 1995 deixando um legado ímpar não apenas como pesquisador, cientista social, mas como indivíduo que contribuiu decisivamente para se enxergar o Brasil, em suas configurações e particularidades.

Referências

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia de Florestan Fernandes. *Tempo social, revista de sociologia da USP*, v.22, n. 1, junho 2010.

COSTA, Sergio. Teoria por adição. In: C. B. Martins, H. H. de Souza Nartins (orgs.) *Horizontes antropológicos*. São Paulo. ANPOCS, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A Condição de Sociólogo*. São Paulo, Hucitec, 1978

_____. *A sociologia numa era de revolução industrial*. 2 ed. Rio de Janeiro: 1976

_____. *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era*, v.2. São Paulo: Globo, 2008.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

IANNI, Octávio. A sociologia de Florestan Fernandes. *ESTUDOS AVANÇADOS*. 10 (26), 1996.

PEREIRA, João Baptista Borges. A questão racial brasileira na obra de Florestan Fernandes. *Revista USP*, São Paulo (29): 34-41. Março/Maio 1996.

PERONDI, Eduardo. A revolução burguesa no Brasil. *Em debate*. Florianópolis, n.3, p. 135-146. 2007

PONTES, Heloísa. Resenhas. *Mana*. n.1 Rio de Janeiro, apr. 2003.

TAVOLARO, Sergio B. F. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 59, pp. 5-22, 2005.

“Bons” e “perfeitos” oficiais – Perfil dos escravos artesãos nos anúncios de venda do Jornal do Commercio (Rio de Janeiro - 1827)

Luigi Bertoldo Squio*

Este artigo parte do meu trabalho de conclusão de graduação no qual procurei analisar alguns elementos da noção de raça no início do século XIX. Através dos anúncios de venda de escravos do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro em 1827, disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional, analisei o perfil dos escravos anunciados e as características que os descreviam, buscando compreender como os ofícios se relacionavam com as designações raciais e como estas designações eram construídas e apropriadas por senhores e escravos. Esta pesquisa propiciou reflexões pertinentes sobre a agência escrava e mobilidade social na medida em que foi possível observar a interferência direta e indireta dos escravos nos seus processos de venda. Nessa pesquisa comparei o perfil de escravos com e sem ofícios atribuídos, tendo como critérios básicos as designações de cor, sexo e origem. No presente artigo foco minha análise no grupo de escravos com ofícios artesanais nos anúncios de venda do Jornal do Commercio de 1827, buscando observar como o pertencimento a um ofício específico impactava nas possíveis estratégias de negociação e ascensão social destes escravos artesãos.

O estudo das relações entre critérios de ocupações, sexo, origem e critérios raciais se faz importante na medida em que revela a complexidade da hierarquia social no Brasil do início do século XIX. Sobre os critérios raciais no século XVIII e no começo do século XIX a professora Silvia Lara coloca que

Esses critérios entrecruzavam-se ou sobredeterminavam-se em função das diferentes situações de confronto vivenciadas por essas pessoas, de modo a selecionar, dentre as ambiguidades experimentadas no cotidiano, aquelas mais importantes ou diretamente ligadas a um momento ou uma relação específica. (LARA, 1988, p. 351)

Assim, a correspondência entre cor e condição social era combinada com outros elementos de identificação que acabavam por aplicar significados positivos ou negativos à cor em diferentes situações. O professor Francisco Bethencourt (2018) também destaca o caráter fluído e complexo no ato de atribuição de significados à cor na América Ibérica do período colonial. Segundo ele, as características fenotípicas, juntamente com estereótipos de atitudes e

* Graduando em História Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

comportamentos foram usados por parte dos europeus para hierarquizar os povos com os quais entraram em contato. Na América Hispânica, por exemplo, foi construído um sistema de castas baseado em uma hierarquia tripla de sangue, cor e ocupações.

Ainda que este sistema de castas tivesse caráter local, não se expandindo para o restante da América, Bethencourt demonstra como havia em todo o mundo ibérico uma grande variação de designações cromáticas. Essa diversidade de critérios de tons de pele, longe de significar uma ausência da ideia de raça, refletia uma tentativa de associação de características físicas e mentais na construção da hierarquia destas sociedades. Segundo o autor: “a dificuldade de combinar tons de pele com profissões e ocupações concretas fez parte das intensas criações interétnicas produzidas pelo período colonial na América Ibérica” (Ibid., p. 277).

Sobre essa questão, Hebe Mattos (In: FRAGOSO et al; 2001, p. 148) afirma que os estigmas baseados na ascendência dos indivíduos estavam presentes no Império português, através do estatuto de pureza de sangue, e serviam à manutenção dos privilégios da nobreza, evitando que descendentes livres de negros e indígenas ocupassem cargos de destaque na administração do Império. Na medida em que a população livre de cor foi aumentando, as categorias de “pardo”, “mulato” e “negro” foram se fortalecendo como elemento de inserção e distinção destes sujeitos em um processo de alargamento das hierarquias sociais.

Em outro trabalho, Mattos (1999) demonstra como a década de 1820, com a Constituição Imperial de 1824 e os debates na Câmara sobre a abolição do tráfico de escravos, foi um momento importante no processo de politização dos designativos de cor. A autora aponta que o aumento de pessoas de cor livres fez com que surgisse a categoria “pardo livre” para distinguir estes sujeitos dos escravos, mas também vinculá-los ao seu passado nesta condição (ou de sua família) e com as restrições civis que existiam sob este grupo (Ibid., p. 12).

Além disso, a primeira metade do século XIX no Brasil também é marcada pela intensificação do volume do tráfico de escravos. Sidney Chalhoub (2012, p. 26) aponta que mais de 42% de todos os africanos que chegaram ao Brasil vieram na primeira metade do século XIX. Segundo o Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico (Slave Voyages), desembarcaram no Brasil, nesse quinquênio, cerca de 300.834 escravos. Beatriz Mamigonian (2009) também demonstra que entre 1826 e 1830 o volume das importações de africanos teve um aumento bastante significativo e que isto se explica, em parte, pela pressão britânica pela abolição da escravidão e do tráfico. Apesar de a independência ter restringido

os tratados assinados na década de 1810, estabeleceu-se um novo tratado da abolição do tráfico em troca do reconhecimento britânico da independência brasileira em 1830.

Importante apontar que o ano de 1826 também marca o estabelecimento do regime político representativo no Brasil, com o estabelecimento do Parlamento, de forma que a questão do cativo e do tráfico atlântico passam a fazer parte do conjunto de discussões realizadas em nível institucional (PARRON, 2009, p. 10). Assim, observa-se um contexto de intenso aumento do número de escravos em circulação no Império e de maiores debates acerca da legitimidade da escravidão. Neste contexto, os critérios raciais eram amplamente utilizados para demarcar o local social desses novos escravos e dos libertos, bem como faziam parte do repertório de argumentos usados para legitimar ou criticar o tráfico de escravos.

O trabalho de Alain Youssef (2010) demonstrou como a questão do tráfico negro foi amplamente debatida em jornais do Rio de Janeiro entre 1822 e 1850. O *Jornal do Commercio* não fica de fora disso, ainda que nestes primeiros momentos evitasse abordar diretamente a questão. Ainda assim, ao tratar da compra e venda de escravos como outra transição qualquer de um objeto, estavam, na verdade, reforçando a escravidão como algo “natural”. Mais que isso, os redatores forneciam, através do seu jornal, um espaço para a materialização da imagem pública dos escravos e, desta forma, contribuíram para a construção da imagem de um escravo ideal, através das características valorizadas ou desvalorizadas nos anúncios de venda. Entre estas características os critérios raciais se destacavam e se relacionavam com outros critérios, como sexo, origem e ofícios, através de diferentes estratégias dos anunciantes para valorizar seus cativos. Desta forma, os anúncios de venda de escravos do *Jornal do Commercio* podem ser analisados como um meio onde se reforçava a relação entre critérios raciais e a condição de escravidão, assim, a politização da noção de raça se fazia aparente, ainda que o esforço dos seus redatores fosse no sentido contrário.

O *Jornal do Commercio* foi fundado em 1º de outubro de 1827, por Pierre René François Plancher de La Noé e seu filho Émile, além do médico francês Joseph Sigaud e os brasileiros Júlio César Muzzi e Francisco de Paula Brito (YOUSSEF, 2010, p. 115). Pierre Plancher, ao chegar da França, aproximou-se de Dom Pedro I, do qual obteve permissão para estabelecer sua tipografia à qual chamou de “A Imperial Typographia” e adotou o título de *Impressor Imperial*. Os anúncios de compra, venda e aluguel de escravos se faziam presentes geralmente no final das edições do *Jornal do Commercio* ao lado de anúncios de fuga de cativos que apareciam com frequência menor, ao menos nas edições do ano de 1827. Analisando a historiografia que utilizou desse conjunto de fontes observa-se um foco maior aos anúncios de

fuga. É o caso da bastante conhecida obra “*O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*” de Gilberto Freyre. Os anúncios de venda não são investigados pelo autor, tendo em vista que ele busca fazer análises mais detalhadas das características físicas dos escravos que não apareciam tão minuciosamente quanto nos anúncios de fuga. Todavia, o autor se refere a esses anúncios de venda afirmando que eles tendiam a envolver mentiras, utilizadas pelos comerciantes para enganar os compradores de forma que estes deveriam “estar mais do que atentos às velhacarias, às vezes sutis, do vendedor” (Ibid., p. 88). Estas “velhacarias” eram utilizadas pois importava mais aos anunciantes apontar para os possíveis compradores quais vantagens que os seus escravos anunciados poderiam proporcionar caso fossem adquiridos.

Lilia Schwarcz também cita brevemente os anúncios de venda. Segundo ela, estes anúncios visavam “exaltar as características positivas dos cativos oferecidos, garantir o caráter excepcional das ‘mercadorias’, e afastar deles todo o ‘estigma’ da escravidão” (SCHWARCZ, 1987). A autora destaca ainda que se reforçava uma imagem do negro através da negação de características pejorativas vinculadas a sua figura. Esse ponto é fundamental, pois os anunciantes recorriam à imagem do escravo ideal, dando destaque às características dos seus cativos que mais os aproximavam desta imagem, ao mesmo tempo que observavam também os elementos que compunham uma visão negativa da população negra, e evitavam ou rejeitavam tais características na descrição de seus escravos.

Assim, se os anúncios de fuga permitem observar as imagens dos escravos e a visão dos anunciantes sobre estes, os anúncios de venda adicionam um terceiro elemento que é a figura dos compradores. Os que ofertavam os escravos realizavam um esforço descritivo de adaptar as características destes para melhor inseri-los em uma imagem de um “bom escravo”, de forma que fosse do interesse dos compradores adquirir estes sujeitos. Mas a presença dos compradores nesse processo de venda fazia com que não fosse adequado que os anunciantes mentissem ou suprimissem completamente características pejorativas de seus escravos.

Isto fazia com que os anunciantes recorressem, por vezes, às “velhacarias” (FREYRE, 2012, p. 88) neste processo de descrição dos escravos, ou seja, utilizavam de estratégias que atenuassem características reais dos escravos, que podiam ser negativas na visão dos compradores, sem deixar de citá-las. Os anunciantes tinham, então, que tirar “cartas da manga” para encontrar formas de qualificar seus escravos. Assim, o Francisco, escravo de nação Mina foi descrito como

bom trabalhador de rossa com principio de falqueijador; declara-se que he preciso hir ver o preto no Arcenal da Marinha aonde esta **detido por motivo que a vista se dirá, mas que não tira nada aos requisitos para bom escravo**: o ultimo preço são 200U000 pagando o vendedor a Ciza, fazendo conta o negocio hir ultimallo na loja de livros da rua do Ouvidor n. 95.8¹

Mesmo que Francisco possuísse habilidades e qualidades para a realização de trabalhos no campo, como o de “falquejador”, este estava preso no Arsenal da Marinha por algum motivo que se optou por não anunciar. Supõe-se que este motivo poderia ser visto como algo negativo para os outros senhores, por isso o anunciante recorreu à frase “mas que não tira nada aos requisitos para bom escravo”, como uma tentativa de compensar essa desqualificação anterior. Explicitamente se utiliza da figura do “bom escravo”, ainda que de forma genérica, como uma “artimanha” do anunciante para facilitar o processo de venda de Francisco. Este anúncio demonstra a atuação das estratégias dos vendedores através da figura do “bom escravo” ao mesmo tempo que permite a observação das características reais dos escravos. O anunciante não podia deixar de citar que Francisco estava preso, um elemento concreto de sua condição, mas o fazia através de “velhacarias”, escondendo os motivos de sua detenção e buscando aproximá-lo dos “requisitos” ideais de um “bom escravo”.

Partindo disso, buscamos estabelecer o perfil dos escravos anunciados nos anúncios de venda do Jornal do Comércio através da leitura destes anúncios e da criação de categorias de análise com base nas informações que apareciam com maior frequência. Assim, o processamento destas fontes se deu em um banco de dados considerando uma série de informações como a cor atribuída, a origem, ofício, idade, sexo, características valorizadas pelos anunciantes, qualificações ambíguas, atributos físicos, atributos comportamentais/mentais, motivo da venda, condições de venda, nome e preço, além das informações sobre a fonte em si, como edição e página.

Assim, o próximo passo foi definir quais ofícios se encaixam no conceito de artesanato. Tarefa nada fácil considerando a ambiguidade dos termos, das diferentes grafias utilizadas para se referir a um mesmo ofício e da já citada supervalorização de algumas habilidades e práticas dos escravos.

Sobre a ambiguidade dos termos referentes aos ofícios, Carlos Lima (2008, p. 54) pontua que existiam critérios diferentes para a criação das denominações das profissões. Assim, alguns se referiam aos objetos que produziam, como sapateiros e alfaiates; outros tinham origem nos processos produtivos, como entalhadores e tintureiros e alguns nos

¹ Jornal do Commercio - Ed. 65 - 18 dez. 1827 - p. 2. 9º anúncio de venda, grifo nosso.

materiais que utilizavam, como pedreiros e ferreiros. Essa heterogeneidade de nomes era reflexo da complexidade e da diversidade destas profissões, de forma que sua categorização envolve sempre a perda de algumas informações.

Além disso, não consideramos termos relativos a ações cotidianas que poderiam se referir a alguma atividade econômica, mas que não estavam explicitamente demonstrando algum grau de especialização. Assim, diante da dificuldade em registrar tantos termos de habilidades que não pareciam possuir uma especialização, optou-se por considerar somente termos que sintetizam um conjunto de práticas e saberes específicos. Esta opção revela também um pouco das estratégias possíveis aos anunciantes na valorização da atividade dos seus escravos. Pode-se compreender, de um lado, que a descrição das práticas e habilidades dos escravos ao invés da síntese em um termo específico tinha como objetivo utilizar o maior número possível de qualidades dos cativos valorizando competências relativamente comuns à maioria dos escravos e escravas daquela sociedade. Por outro lado, em alguns momentos os anunciantes recorriam aos termos específicos, sintetizando um conjunto de aptidões e saberes determinados, no caso dos artesãos parecia ser melhor optar por esta prática, já que situava o escravo anunciado em um ofício especializado. Assim, compreendiam que barbeiros, carpinteiros, relojoeiros e alfaiates (para citar alguns) tinham certo prestígio social e, por isso, recorriam a utilização de termos únicos que seriam suficientes para que os compradores reconhecessem como ofícios específicos e qualificados.

Optamos pela definição de artesanato de Lima (2008), pois sua pesquisa trata do mesmo recorte temporal e geográfico, além de envolver uma análise detalhada e crítica da categoria de artesão no período e com um bom aporte empírico das fontes que ele analisa. Assim, consideramos como escravos artesãos os que realizavam atividades que envolviam um grau significativo de transformação de um produto através de uma ou mais habilidades específicas e que possuíam certa regulamentação envolvendo o exercício de suas ocupações. O critério da regulamentação envolve as corporações de ofício e a existência de requisitos de acesso e exercício do ofício. Entretanto nem todas as ocupações possuíam corporações no Rio de Janeiro neste momento, Lima (Ibid., p.20) coloca que mesmo que certos ofícios não possuíam corporações ou irmandades, a elas se aplicava o léxico da prática corporativa que definia aprendizes, mestres e oficiais. O trabalho de Maria Helena Flexor (2008) que analisou cerca de 600 escravos artesãos registrados nos Inventários e Testamentos de Salvador entre 1730 e 1830 também foi utilizado para a definição de quais eram os ofícios considerados

artesanais no período. Além disso utilizamos de dicionários do início do século XIX, disponíveis na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin².

A Tabela 1 apresenta a relação entre designações de “oficial” e “aprendiz” entre os escravos artesãos e os escravos com ofícios no geral. Percebe-se que todos os escravos registrados como oficiais são artesãos, enquanto pouco menos da metade dos aprendizes são artesãos. Fica visível assim, a utilização do léxico proveniente da prática corporativa, ainda que estes sujeitos não fossem inseridos nestas corporações. Além disso, o fato de existirem registros de aprendizes de ofícios não artesanais parece apontar para uma tentativa, por parte dos anunciantes, de aproximar estes sujeitos deste universo artesanal e corporativo, valorizando assim seus escravos.

Tabela 1 – Ofícios artesanais dos escravos e número de oficiais e aprendizes

Termos	Nº de escravos citados	Oficiais	Aprendizes
Alfaiate	8	5	0
Barbeiro	2	1	0
Caldeireiro	1	1	0
Carpinteiro	7	2	3
Corrieiro	1	1	0
Ferrador	1	0	0
Padeiro	2	1	0
Pedreiro	7	6	0
Relojoeiro	1	1	0
Sapateiro	3	1	1
Seleiro	1	1	0
Servente	1	0	0
Taneiro	1	0	1
Total com ofício artesanal	36	20	5
Total com ofício não artesanal	140	0	7
Sem ofícios	101	-	-

Fonte: *Jornal do Commercio* - Ed. 7 a 74 - 8/10/1827 a 31/12/1827- anúncios de venda.

No caso dos escravos artesãos, a questão da regulamentação se torna mais complexa ainda. Roberto Guedes (2006, p. 396-398) ao analisar o *Regimento do Governo Econômico da Bandeira e Ofício de Sapateiro desta Cidade do Rio de Janeiro*, de 1817 conclui que mesmo entre grupos que realizavam um ofício comum, suas identidades e suas hierarquias internas

² Os dicionários utilizados foram: Silva, Antonio de Moraes. Bluteau, Rafael. Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p. E Pinto, Luís Maria da Silva. Dicionario da lingua brasileira. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832.

mantém as designações de cor e condição social como critérios da própria regulamentação dos ofícios, impedindo que escravos fizessem o exame de qualificação profissional e também excluindo pardos e pretos das elites de seu ofício.

Ainda assim, utilizei o critério da regulamentação de Lima pois, por mais que os escravos artesãos não fossem inseridos nas corporações e não tivessem o exercício dos seus ofícios regulamentados, eles ainda exerciam estas atividades e a eles também se utilizavam os termos “oficial”, “mestre” e “aprendiz”, provenientes da prática corporativa, como uma estratégia dos anunciantes de aproximarem seus escravos a esta possibilidade de regulamentação.

Assim, temos a seguinte lista de ofícios artesanais presentes nos anúncios de venda do *Jornal do Commercio* em 1827: alfaiate, barbeiro, caldeireiro, carpinteiro, corrieiro, ferrador, padeiro, pedreiro, relojoeiro, sapateiro, seleiro, servente, taneiro. Totaliza-se assim 13 ofícios artesanais, sendo que outras 23 ocupações não artesanais foram encontradas nestes anúncios. Esses 13 ofícios aparecem em 36 descrições de escravos. Com relação aos ofícios não artesanais, temos 140 ocorrências nos anúncios de venda e outras 101 sem referência de ofício qualquer. Assim, as referências a escravos artesãos constituem 25% do total de registros de escravos com algum ofício e com relação ao número total de escravos citados, os artesãos são 13%. Lima (2008) encontrou nos inventários de artesãos entre 1795 e 1811 40% de escravos com ofícios, entre os inventários que tinham ao menos um cativo com ofício registrado aproximadamente 1/3 deles eram oficiais mecânicos e na população escrava geral da cidade, os artesãos eram pouco menos de 20%.

As fontes utilizadas por Lima e nesta pesquisa são diferentes, de forma que não podemos fazer conclusões muito sólidas com as comparações destas porcentagens. Mas vale levantar hipóteses com relação a esta baixa porcentagem de artesãos nos anúncios de venda do *Jornal do Commercio*, se comparada com as estimativas de Lima. Podemos questionar, por exemplo, se este baixo número revela um menor interesse de senhores de escravos venderem seus artesãos? Poderia isso significar para estes sujeitos uma maior estabilidade dentro da unidade produtiva de seu senhor, e uma menor possibilidade de passar pelo processo de venda que muitas vezes se constitui como algo traumático aos escravos, como coloca Mary Karasch (1987)? No momento, estas questões não podem ser respondidas com as fontes aqui trabalhadas.

No banco de dados foi possível estimar que estes anúncios se referiam a 255 indivíduos escravizados e, somando o número de referências de escravos com ofícios artesanais, não artesanais e sem ofícios, percebe-se que havia uma quantidade maior de

ocorrências de ocupações do que indivíduos analisados. Isso parece apontar para a frequente referência de múltiplas ocupações a um mesmo escravizado, como parte das estratégias dos anunciantes de valorizar o máximo possível das habilidades profissionais dos seus escravos e para o fato de que um cativo poderia se ocupar de diferentes atividades.

Separando os dados referentes aos ofícios artesanais por sexo, observa-se na Tabela 2 a predominância absoluta de homens sendo anunciados com ofícios artesanais, sendo que não encontramos nenhuma escrava artesã. Os dados dos escravos com ofícios incluindo artesãos é de 62,50% contra 37,50% das mulheres. Observando desta forma mais ampla, podemos interpretar esta porcentagem como um reflexo do perfil dos escravos anunciados, na medida em que 63% destes eram homens com ou sem ofícios. Podemos notar que as mulheres, em sua maioria e nessas fontes, se faziam presentes em ocupações voltadas aos serviços domésticos, como amas de leite, costureiras, engomadeiras, lavadeiras e, principalmente, mocambas (termo mais genérico para se referir às domésticas). Isto não significa dizer que elas não eram artesãs, a já citada pesquisa de Carlos Lima trata de cerca de 252 escravas com ofícios artesanais e, para o caso de Salvador, Maria Helena Flexor encontrou 266 mulheres que exerciam ofícios mecânicos ou trabalhos artesanais.

Tabela 2 - Ofícios dos escravos artesãos anunciados em relação ao sexo

Termos	Nº de escravos citados	Nº de homens	% de homens por ofício	Nº de mulheres	% de mulheres por ofício
Alfaiate	8	8	100%	0	0%
Barbeiro	2	2	100%	0	0%
Caldeireiro	1	1	100%	0	0%
Carpinteiro	7	7	100%	0	0%
Corrieiro	1	1	100%	0	0%
Ferrador	1	1	100%	0	0%
Padeiro	2	2	100%	0	0%
Pedreiro	7	7	100%	0	0%
Relojoeiro	1	1	100%	0	0%
Sapateiro	3	3	100%	0	0%
Seleiro	1	1	100%	0	0%
Servente	1	1	100%	0	0%
Taneiro	1	1	100%	0	0%
Total com ofício artesanal	36	36	100%	0	0%
Total com ofício	176	110	63%	66	38%
Sem ofícios	101	55	54%	45	45%

Fonte: *Jornal do Commercio* - Ed. 7 a 74 - 8/10/1827 a 31/12/1827- anúncios de venda.

A não referência de mulheres nos trabalhos artesanais nestas fontes é, provavelmente, por conta do universo restrito de fontes. Ainda assim, pode-se considerar que o sexo era fundamental nas diferentes formas com as quais escravos homens e mulheres eram vistos pelos seus senhores. Desta forma, o sexo aparecia enquanto um elemento de distinção social que estava constantemente atrelado à noção de raça, de forma que ao se estabelecer relações entre aspectos físicos e culturais - incluindo profissões e suas práticas e saberes específicos - não eram considerados somente a cor dos indivíduos, mas também o sexo.

Entretanto, não eram somente as mulheres que apareciam nos ambientes domésticos. Ainda que em menor número, escravos homens estavam nestes espaços como cozinheiros e pagens, como pode-se ver nestes anúncios

Na rua da Valla na casa de sobrado junta ao n. 228 vende-se hum molecão de gentil figura, **bom cozinheiro, e excellente barbeiro e cabelleiro**, além disto he **bom caiador e lava bem huma casa, e faz todo o serviço della** tanto interno como externo, e limpa bem hum cavallo.³

Quem quizer comprar hum bonito Crioulo **Official de Alfaite** o qual coze toda a qualidade de costura de Senhora **faz vestidos, e emfeita os mesmos engoma, e aprompta hum cha com muita delicadeza entende de cosinha**; em fim he proprio para criado quem o quizer dirija-se á rua dos Invalidos n. 74.⁴

Estes anúncios ilustram bem a utilização das estratégias dos anunciantes de atribuir uma diversidade de ofícios aos seus escravos buscando atingir o maior número possível de características e habilidades valorizadas pelos compradores. Além disso, demonstra que era possível haver uma sobreposição de ocupações e de práticas, de forma que mesmo escravos com ofícios artesanais possuíam habilidades referentes ao espaço doméstico.

As fontes são bastante limitadas para o estudo da relação entre as designações cromáticas e os ofícios, por conta do grande número de escravos sem identificação de cor e pela vasta maioria se referir a indivíduos considerados “pretos” ou “pretas”. Porém, como a Tabela 3 demonstra, essa grande quantidade de escravos sem cor atribuída se distribui de forma desigual entre os escravos artesãos e com outros ofícios do que os sem ofícios registrados. Assim, temos 36 escravos artesãos dos quais 18 não tinham cor atribuídas, o que se configura como 50%. Porcentagem semelhante a que encontramos nos escravos com ofícios no geral (53% não tinham cor atribuída e 46% eram designados como “pretos”, “negros” ou “pardos”).

³ Jornal do Commercio - Ed. 34 -10/11/1827 - p. 4. 3º anúncio de venda, grifo nosso.

⁴ Jornal do Commercio - Ed. 39 -16/11/1827 - p. 4. 3º anúncio de venda, grifo nosso

Comparando estes dados com os escravos sem ofícios registrados, cujo total eram 101 cativos, destes aproximadamente 37% não tinham cor atribuída, e 63% possuíam alguma das designações cromáticas vinculadas à sua imagem. Fica evidente, assim, que entre este grupo a cor aparecia com menos frequência, enquanto nos escravos sem ofícios, ela tendia a ser mais utilizada como elemento descritivo.

Dados semelhantes foram encontrados por Guedes (2006, p. 405) ao analisar passaportes emitidos pela Polícia da Corte no Rio de Janeiro entre 1822 e 1829. Nestas fontes ele observou que dentro os indivíduos mencionados com alguma ocupação somente 10% foram registrados com alguma referência de cor. O autor concluiu que os ofícios contribuíam para o silenciamento da cor como uma forma de distanciar o sujeito da condição de escravidão ou da ascendência escrava. Estas fontes, por envolverem indivíduos livres, parecem demonstrar de forma mais intensa esse silenciamento da cor, mas nos anúncios de escravos aqui analisados esse processo também se faz presente, ainda que de forma mais discreta. Havia, então, uma certa fluidez com a utilização da cor enquanto elemento de distinção social. Os senhores, ao anunciar seus escravos, podiam deixar de recorrer às designações cromáticas e valorizar mais as ocupações ou outras características comportamentais, atribuindo valor monetário e simbólico aos seus cativos. Isso não significava que a cor fosse ignorada, mas sim que ela fazia parte de um universo mais amplo de distinções sociais que eram utilizadas de diferentes formas conforme situações e objetivos específicos.

Tabela 3 - Ofícios dos escravos artesãos anunciados em relação a cor

Termos	Nº de pretos/as	Nº de negros/as	Nº de pardos/as	De cor indefinida
Alfaiate	3	0	2	3
Barbeiro	0	0	0	2
Caldeireiro	0	0	0	1
Carpinteiro	4	0	1	2
Corrieiro	0	0	0	1
Ferrador	0	0	0	1
Padeiro	1	0	0	1
Pedreiro	4	0	0	3
Relojoeiro	0	1	0	0
Sapateiro	1	0	0	2
Seleiro	0	0	0	1
Servente	0	0	0	1
Taneiro	1	0	0	0
Total com ofício artesanal	14	1	3	18
Total com ofício	71	3	7	95
Sem ofícios	51	8	5	37

Fonte: *Jornal do Commercio* - Ed. 7 a 74 - 8/10/1827 a 31/12/1827- anúncios de venda.

Ainda sobre essa questão, é significativo que dentre os escravos com ofícios no geral, 3 dos 7 que se referem a pardos são artesãos. A porcentagem de pardos entre os escravos artesãos é de 8%, enquanto nos escravos com ofícios no geral é de 4%. As limitações destas fontes dificultam interpretações mais concretas, mas vale apontar que os escravos referidos como “pardos” ou “pardas”, mesmo os não artesãos, vinculados às ocupações mais qualificadas ou com maior prestígio. Estes eram oficiais de carpinteiros, alfaiates e feitores e suas características eram amplamente valorizadas, como nos seguintes anúncios

Quem quiser comprar hum **pardo bom oficial de alfaiate**, sem vicio algum; até se afiança no papel a conducta, pode se dirigir ao beco do Cachorros N. 41 que lá achará com quem tratar. ⁵

Quem quiser comprar hum **pardo de idade de 20 annos, bonito e bem feito, o qual sabe ler, he [ilegível] oficial de alfaiate**, de toda a obra, sabe fazer [ilegível] o serviço de hum criado, quem o quiser dirija-se á rua dos Invalidos n. 74, na mesma casa ha huma rapariga mocamba com todas as habilidades.⁶

Percebe-se, através de uma análise mais detalhada, que os “pardos” e “pardas” tinham qualificações bastante destacadas, reforçando a ideia de que os critérios de cor podiam ser utilizados, em associação com outras características, como uma forma de aproximação do mundo da liberdade (MATTOS, 1999) e impactava no horizonte de expectativas e nas estratégias de mobilidade social destes sujeitos. Guedes (2006, p. 396-398) ao analisar o Regimento do Governo Econômico da Bandeira e Ofício de Sapateiro desta Cidade do Rio de Janeiro, de 1817 conclui que mesmo entre grupos que realizavam um ofício comum, suas identidades e suas hierarquias internas mantêm as designações de cor e condição social. Ainda assim, o autor demonstra como a cor não era uma “barreira intransponível à mobilidade social” de forma que o exercício de uma atividade poderia contribuir para a ascensão social visível na ausência da cor ou pela designação de “pardo”.

Lima (2008) ao analisar preços e relações familiares de escravos com ofícios específicos de artesãos livres do Rio de Janeiro, entre finais do século XVIII e início do XIX, concluiu que os escravos especializados, apesar de gerarem mais riquezas aos seus donos e terem um valor maior que os cativos sem ofícios, não eram parte de uma “elite cativa” crioula e estavam sob estrito controle senhorial. Ele coloca que a historiografia costuma tratar das trajetórias dos escravos artesãos partindo de “pontos de chegada”, geralmente as cartas de

⁵ Jornal do Commercio - Ed. 7 - 8/10/1827 - p. 3. 13º anúncio de venda, grifo nosso

⁶ Jornal do Commercio - Ed. 56 - 6/12/1827 - p. 3. 10º anúncio de venda, grifo nosso

alforria, o que dá a impressão de que todos os escravos artífices são bem-sucedidos nas suas trajetórias. Assim, o autor defende que o pertencimento em ofícios especializados não pode ser visto somente em termos de “recompensa” aos escravos pois o longo processo de aprendizagem e a forma com o qual ele era realizado dificultava o estabelecimento de laços familiares e afastava os escravos artesãos do restante da comunidade cativa.

Assim, é possível pensar que foram diversas as condições que faziam com que a mobilidade social dos escravos com ofícios tivesse um sentido ascendente ou descendente. No contexto do início do século XIX, a cor estava cada vez mais associada à condição de escravidão e, desta forma, a valorização do trabalho de um escravo não se dava de forma automática, dependendo de suas experiências, suas características físicas, suas relações pessoais, sua conduta, seus valores morais e da própria noção de raça neste período.

Esta questão ainda precisa ser mais trabalhada, mas voltaremos a ela. No momento, vale discorrer sobre a origem dos escravos anunciados, cujos dados são expostos na Tabela 4. Cerca de 150 escravos tiveram suas origens registradas, o que demonstra uma certa preocupação em parte significativa dos anunciantes de demarcar as origens dos escravos.⁷ Cabe destacar também que a construção dessa categoria, para a análise dos dados, levou em consideração não o critério do nascimento, mas sim o envolvimento do escravo com o tráfico atlântico ou com o tráfico continental. Isto porque esta categoria é muito diversa e os termos relacionados à origem eram muito ambíguos, gerando uma série de incertezas na sua interpretação. Mariza Soares (2000) aponta que o comércio atlântico retirava indivíduos de diversas regiões do interior do continente africano levando-os aos portos de embarque, de forma que os termos referentes às “nações” destes sujeitos se relacionam mais com estes portos do que com os seus locais de nascimento.

Bethencourt aponta que os europeus buscavam estabelecer uma correlação entre determinadas competências e etnias africanas específicas (2018, p. 314), algo que não era sistematizado teoricamente e que tinha um caráter mais prático. A. J. R Russell-Wood (1982, p. 34) também aborda esta questão citando o padre jesuíta Andre João Antonil e seu texto “*Cultura e opulência do Brasil*” onde ele afirma que os escravos vindos de Luanda seriam os mais adeptos para aprender a prática do comércio. Os anúncios do Jornal do Commercio trazem alguns exemplos dessas tentativas de vincular ofícios com etnias,

⁷ O somatório de registros totais de origem determinada e de origem indefinida é maior que o número de escravos anunciados pois muitas vezes se atribuía diferentes origens ao mesmo escravo em diferentes anúncios.

Na rua das Viollas n. 101 há para vender hum preto de **Nação Macúa**, que representa ter de 25 a 30 annos, com muitos **bons principios do Officio de Taneiro**, de obras miudas, não se vende por deffeito nem molestias, e he muito humilde, e não tem vicio algum como se póde afiançar; o seu ultimo preço são 450\$000 livres da siza, a qualquer hora achará o seu Proprietario para fazer os Ajustes.⁸

Vende-se para fóra do Rio de Jeneiro hum preto crioulo de **Moçambique**, de idade de 18 a 22 annos, muito sadio, com **principio de Carpinteiro**, o qual se vende pelo ultimo preço de 360\$000 réis, livre de ciza; quem o pertender dirija-se à rua do Ouvidor canto do beco das Cancellas em huma loja de louça, que tem ordem para o vender.⁹

A expansão do tráfico atlântico de escravos teve um intenso aumento justamente na década de 1820, mais especificamente entre 1826-1830, conforme os dados já citados obtidos no Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico (Slave Voyages). Esse aumento no volume de africanos importados se deveu, tanto pelo momento de desenvolvimento econômico da região (PARRON, 2009, p.18) quanto pela preocupação dos senhores de escravos em adquirir novos cativos antes que o tráfico atlântico fosse abolido (MAMIGONIAN, 2009, p. 219). Desta forma, o alto número de escravos provenientes do tráfico atlântico registrados nos anúncios de venda analisados (120) parece ser um reflexo da expansão desse comércio nos anos anteriores à promulgação da lei que o transformava em ilegal.

⁸ Jornal do Commercio - Ed. 51 - 30/11/1827 - p. 4. 5º anúncio de venda, grifo nosso.

⁹ Jornal do Commercio - Ed. 51 - 30/11/1827 - p. 4. 5º anúncio de venda, grifo nosso

Tabela 4 - Ofícios dos escravos anunciados em relação a origem

Termos	Nº de provenientes do tráfico atlântico	Nº de provenientes do tráfico continental	Origem indefinida
Alfaiate	1	3	4
Barbeiro	1	0	1
Caldeireiro	0	1	0
Carpinteiro	5	1	1
Corrieiro	0	0	1
Ferrador	0	1	0
Padeiro	1	0	1
Pedreiro	1	1	5
Relojoeiro	1	0	0
Sapateiro	0	1	2
Seleiro	0	0	1
Servente	0	0	1
Taneiro	1	0	0
Total com ofício artesanal	11	8	17
Total com ofício	56	19	92
Sem ofícios	56	7	36

Fonte: *Jornal do Commercio* - Ed. 7 a 74 - 8/10/1827 a 31/12/1827- anúncios de venda.

Lima (2008, p. 163) analisou inventários post mortem do Rio de Janeiro entre 1789 e 1839 e concluiu que havia uma quantidade significativa de africanos entre os escravos artesãos, contrariando a ideia de que os crioulos constituíam uma “elite cativa” pois possuíam mais tempo para adquirir habilidades específicas relacionadas aos ofícios. A partir da Tabela 4 podemos observar que havia uma quantidade significativa de escravos provenientes do tráfico atlântico, ou seja, que chegaram recentemente ao Império, entre os escravos com ofícios artesanais e com outros ofícios. Entre os artesãos 30% eram provenientes do tráfico atlântico e 22% do tráfico continental. Pode-se considerar, então, que os senhores de escravos do Rio de Janeiro podiam utilizar dos conhecimentos técnicos e das experiências dos africanos recém-chegados, habilidades provavelmente adquiridas no próprio continente africano. Além disso, uma possível estratégia dos anunciantes para valorizar seus escravos era de associar sua “origem” com estas relações entre etnias e ocupações que faziam parte do imaginário senhorial da época.

Até o momento analisamos como os critérios de cor, sexo e origem se relacionavam com os ofícios artesanais dos escravos nos anúncios de venda do *Jornal do Commercio*. Para melhor compreendermos sobre o impacto dos ofícios nas experiências destes escravos cabe refletir sobre o processo de venda destes sujeitos. Lara (1988, p. 161 - 163) destaca que os

cativos, ainda que fossem tratados como objetos negociáveis pelos seus senhores, influenciavam diretamente no seu processo de venda. Nesse sentido, dois dos 170 anúncios analisados revelam questões pertinentes sobre a agência escrava no seu próprio processo de venda, são eles os seguintes

Vendem-se dous pretos, hum ladino de nome Antonio, Congo, o qual diz que he pombeiro, e quitandeiro, serve de pagem, cozinha, arrear tropas, e que sabe fazer assucar, e agoardente, o que não se assegura por á pouco pertencer ao atual Senhor, e **vende-se só por não querer empregar-se no serviço da Iluminação**, e outro moleque novo de Nação Bomba, de nome Joaquim; quem os quizer ver e ajustar dirija-se ao Deposito Geral da Iluminação Publica ao lado da Accademia Militar.¹⁰

Quem quizer comprar huma escrava de 18 annos bem parecida que sabe lavar, tanto de barrela, como ensaboar, engomar lizo, e faz huma camiza dando-lha cortada, fia algodão nas horas vagas, sem molestia nem vicio algum, **o motivo da sua venda he por pedir a sua Senhora que a venda**, e se vende para fóra da terra quem a quizer comprar dirija-se á Praia de D. Manoel n. 44.¹¹

Os dois casos revelam que os processos de venda poderiam surgir por ação própria dos escravos. O caso do “ladino” Antonio Congo revela uma série de situações que valem ser consideradas. Primeiro, ele era descrito como “preto” e “ladino”, ou seja, era um sujeito africano que já possuía domínio da língua portuguesa e, provavelmente, se encontrava há um certo tempo nas terras brasileiras. Marcos Almeida (2012) aponta que as categorias “ladino” e “boçal” (que não falavam ainda a “língua do país”) possuíam significados ideológicos e etnocêntricos que colocavam os primeiros enquanto sujeitos já “ajustados”, “civilizados” enquanto os últimos eram ainda “bárbaros” e “rudes”. Assim, ao destacar a característica de “ladino” de Antonio, seu anunciante parecia buscar valorizar a experiência que ele possuía, além da habilidade de saber falar o português e aproximá-lo deste universo “civilizado”.

Além disso, a diversidade de ocupações realizadas por Antonio é notável. Sendo “pombeiro”, “quitandeiro”, “pagem”, sabe cozinhar, “arrear tropas” e fazer açúcar e “agoardente” vemos um universo bastante diverso de ocupações. As ocupações de quitandeiro e pombeiro¹² remetem ao setor do comércio e, conforme Russell-Wood (1982, p. 34), os escravos desta área ocupacional tinham maiores possibilidades de conquistar a liberdade.

¹⁰ Jornal do Commercio - Ed. 21 - 25/10/1827 - p. 4. 3º anúncio de venda, grifo nosso.

¹¹ Jornal do Commercio - Ed. 58 - 10/12/1827 - p. 3. 10º anúncio de venda, grifo nosso.

¹² Pombeiro era o escravo que “vai commerciar pelos certões por mandado, e em proveito de seu senhor. O que vende peixe e reparte os lucros com seu senhor”. PINTO, Luís Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832. Cf. “Pombeiro”. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario>. Acesso em: 3 fev. 2021

Assim, Antonio não queria ser empregado no serviço de iluminação, possivelmente para manter-se nos serviços de comércio que lhe dariam mais oportunidades de ascensão social, e utilizou estratégias envolvendo seus ofícios e seu status como “ladino” para conseguir ser anunciado. Não se sabe se ele conseguiu ser vendido, nem que ele tenha sido posto em outra ocupação, mas a análise do seu anúncio de venda parece indicar que ele conseguiu, ao menos, ter sua vontade reconhecida e anunciada publicamente.

O segundo caso envolve diretamente um interesse da escrava em ser vendida, ao menos pelo que sua senhora constata. Isso parece contraditório quando se observa, conforme Karasch (1987), que a venda dos escravos geralmente constituía-se como processos traumáticos para estes sujeitos, seja pelas condições de transporte, seja pelo processo de adaptação com a nova situação de cativo ou por conta da desestruturação de relações pessoais com a comunidade escrava local onde este sujeito estava inserido. Essa aparente contradição é reforçada quando se realiza a leitura das condições de venda dos anúncios aqui registrados. Nem todos possuíam condições, mas os que as apresentavam geralmente envolviam a de que o cativo fosse vendido “para fora da terra”.

Por que, então, esta jovem escrava queria ser vendida? Seus motivos, provavelmente, ficarão perdidos para sempre nas páginas da História. Seria um puro exercício de suposição tentar estabelecer aqui suas motivações. Entretanto, este é um exemplo, ainda que se fosse um caso raro, de que os desejos e vontades dos homens e mulheres colocados sobre a condição de escravidão eram considerados pelos homens e mulheres que os colocavam nesta condição.

Nesse sentido, observar estes escravos anunciados no *Jornal do Commercio* somente em termos de uma “coisificação” não se faz suficiente, pois estes sujeitos, ao mesmo tempo que eram anunciados ao lado de objetos e propriedades de terra, tinham um papel ativo que era também reconhecido pelos seus senhores. Isto se dava em um processo complexo de negociações, acordos e castigos (como parecem se configurar alguns anúncios) que eram influenciados por diversos fatores como as habilidades, os ofícios, a cor, a origem e demais características destes sujeitos que envolviam a noção de raça daquele contexto.

Assim, retornamos uma última vez a Lima (2008) quando ele afirma que o pertencimento a um ofício artesanal não pode ser visto somente em termos de “recompensa” aos escravos. O sentido, ascendente ou descendente, da mobilidade social dos escravos artesãos era influenciado por uma complexa trama de elementos além dos ofícios, como cor, sexo e a origem. Além disso, o contexto local e as relações sociais nas quais estes indivíduos estavam inseridos, bem como suas motivações e estratégias devem ser levadas em consideração quando analisamos a mobilidade social destes escravos artesãos.

Referências

- ALMEIDA, Marcos A. *Ladinos e boçais: o regime de línguas do contrabando de africanos. (1831-c.1850)*. 2012. 200 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2012
- BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: das Cruzadas ao século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia de Bolso. 2012.
- FLEXOR, Maria H. O. Os escravos e os ofícios mecânicos na Bahia – Brasil. In: FERREIRA-ALVES, Natália. (coord.). *Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa*. Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2008. 373 p.
- FREYRE, G. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 1 ed. dig. São Paulo: Global Editora, 2012. 188 p.
- GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs. XVII-XIX). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p. 379-423, 2006.
- KARASCH, Mary. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton: Princeton Univ. Press 343. 1987. 358 p.
- LARA, H. Silvia. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LIMA, Carlos. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. 330 p.
- MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In Fragoso, J., Gouvêa, M. de F. S., Bicalho, M. F. B. (Orgs.), *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- _____. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. 2. ed., 1999.
- MAMIGONIAN, Beatriz. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.) *O Brasil Imperial – Volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, cap. 6, p. 207-234.
- PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no império do Brasil, 1826-1865*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil*. Basingstoke:Palgrave Macmillan, 1982, 295 p.

SCHWARTZ, Lilia. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Imagens de negros: a imprensa paulistana no final do século XIX: e como através de suas páginas, os brancos viam os negros*. 1987. 313f. Dissertação (mestrado)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 1987.

YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2011.

“O interesse e amor pelas cousas pátrias”: perfis de autoras de livros escolares de História (1909-1930)

Magno Francisco de Jesus Santos*

A Pátria não precisa somente de serviços nos campos de batalha. A agricultura, nossa principal fonte de riquezas e de prosperidade, definha, e muito se cumpre cuidar dessa indústria. Após a guerra, ou mesmo de envolta com ela, virá a fome! E nossas desgraças subirão de ponto. O que será do Brasil? (GONDIM, 1909, p. 13).

As palavras que abrem este texto foram pinceladas pela pena de uma mulher que viveu entre o século XIX e os primeiros decênios do século XX. Trata-se de Isabel Urbana de Albuquerque Gondim, professora primária do Rio Grande do Norte e autora de uma vasta produção de livros escolares. Ao pensar sobre o envolvimento do Brasil na Guerra do Paraguai, a docente construiu um projeto de nação, por meio da elucidação dos equívocos cometidos no seu tempo e da proposição de um redirecionamento para o futuro da pátria.

Neste sentido, é pertinente pensar que, ao longo dos primeiros decênios republicanos, a pátria tornou-se alvo de disputas políticas por diferentes sujeitos, oriundos de diversos espaços institucionais. Assim, homens e mulheres debateram sobre os destinos do país e projetaram formas de olhar e narrar o passado pátrio, por meio da elaboração de programas de ensino, da proposição de currículos, da preleção em aulas e, principalmente, na escrita de livros escolares de História.

Diante de um contexto no qual a educação passou a ser entendida como uma ação prioritária no fomento do patriotismo e consolidação do regime republicano, por meio do combate ao analfabetismo e do fortalecimento da democracia com o aumento do número de eleitores, o mercado de livros escolares foi reformulado. Com isso, além de professores de escolas secundárias, principais autores de livros escolares ao longo da centúria oitocentista, outros sujeitos passaram a escrever livros escolares de História, entre os quais, docentes de escolas normais, diretores da instrução pública, sócios de institutos históricos e de academias de letras, docentes das escolas militares e professoras primárias.

Neste texto, tenho como escopo a escrita historiográfica escolar da Primeira República elaborada por mulheres. Se, ao longo do período imperial, a escrita de livros escolares foi uma prática quase que exclusivamente exercida por homens, nos primeiros decênios republicanos

* Doutor em História pela UFF. Professor do Departamento de História da UFRN. E-mail: magno.santos@ufrn.br

ocorreu uma eclosão do número de mulheres que publicaram livros escolares.¹ Diante do exposto, trago como enfrentamento, a escrita da história em livros escolares por meio de professoras primárias. Mulheres que, ao longo da Primeira República, assumiram o protagonismo no processo de construção de narrativas escritas que evocavam o passado da nação, moldavam heróis e forjavam episódios a serem cultuados. Mulheres que pensaram a metodologia da história atrelada ao projeto de tornar o passado alvo do culto público. Mulheres que adentraram o campo dos letrados, por meio do debate intelectual, passando a disputar espaços nas tribunas e no já concorrido campo da produção de livros escolares de História.

Com isso, foram considerados como fontes os livros escolares produzidos por oito professoras primárias que escreveram livros de História no período da Primeira República, a saber: Isabel Urbana Gondim (1892, 1909), Ana Castro Osório (1909), Júlia Lopes de Almeida (1911), Esmeralda Masson de Azevedo (1916), Eudésia Vieira (1922), Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1928), Esmeralda de Abreu Lobo (1930) e Maria Paes de Barros (1930).² Em grande medida, a produção historiográfica escolar e a trajetória dessas mulheres tornaram-se escopo da atenção pesquisadores, por meio de estudos que buscaram entender as experiências individuais dessas letradas. Certamente, se trata de um esforço necessário para instituir uma ampliação da visibilidade das intelectuais. Contudo, ao evocar as trajetórias individuais em detrimento de uma dimensão coletiva, impossibilita a compreensão dos elementos que norteavam a inserção das letradas na seara intelectual dos primeiros decênios do século XX. Afinal, quais elementos aproximavam as trajetórias das mulheres autoras de livros escolares de História?

Tento responder essa questão a partir da mobilização do método prosopográfico. Aciono a prosopografia na perspectiva de Lawrence Stone, ou seja, “a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p. 115). Neste caso, investigo a trajetória de mulheres que viveram em um mesmo período e se inseriam no cenário cultural por meio da escrita e

¹ Ao longo da Primeira República, foi recorrente a atuação de mulheres na escrita de livros escolares, voltados para o uso nas escolas primárias. Além dos livros escritos para a disciplina História, aqui mobilizados como fonte, também foram produzidos livros de leituras, como o da sócia da Academia Paulista de Letras, Presciliana Duarte de Almeida (1914) e a professora Adelina Lopes Vieira (1905).

² Esse texto contempla os resultados iniciais de uma pesquisa em andamento, vinculada ao projeto que venho desenvolvendo no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da UFRN. O projeto tem como escopo a produção da historiografia escolar brasileira da Primeira República, considerando os diferentes espaços e sujeitos os fazeres historiográficos, em um momento crucial para a reinvenção da identidade do nacional, pautada na reconfiguração do passado, no agenciamento de experiências de inspiração republicanas e no emoldurar de novos heróis.

publicação de livros escolares de História. De alguma forma, esses escritos possibilitam entender as aproximações e os distanciamentos entre as autoras, bem como, o posicionamento político ao agenciar os usos do passado.

A operacionalização do método prosopográfico perpassa pela elucidação de questões, no intuito de formular um inquérito padrão para aproximar as trajetórias no âmbito da formulação dos problemas. De acordo com Lawrence Stone:

O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante (STONE, 2011, p. 115).

Assim, instrumentalizo a pesquisa a partir da observação dos seguintes aspectos: formação e atuação profissional, período de publicação das obras, público-alvo dos livros e as variações na mobilização do método histórico na construção da narrativa escolar. Além desses aspectos, também levei em consideração o posicionamento político dessas autoras, ao pensar acerca das leituras tecidas sobre o passado da nação. No entender de Ângela Gomes, uma cultura política implica na cultura histórica e/ou historiográfica, ou seja, “são representações construídas por grupos sociais de dimensões variadas sobre sua própria história” (GOMES, 2007, p. 50).

Desse modo, ao considero a cultura política na perspectiva defendida por Serge Berstein, na qual implica “em uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa (...) e supre ao mesmo tempo uma leitura comum do passado e uma projeção no futuro vivida em conjunto” (BERSTEIN, 1998, p. 351). Com isso, torna-se salutar questionar quais culturas políticas foram acionadas pelas autoras de livros escolares de História no Brasil ao longo dos primeiros decênios republicanos?

Neste sentido, a compreensão do processo de instituição de uma cultura política, sempre gestada coletivamente, coaduna com os pressupostos metodológicos da prosopografia. No âmbito das autoras de livros escolares no Brasil republicano, o espaço de atuação privilegiado foi o das escolas primárias. Assim, venho debatendo a escrita da história para os espaços escolares, elaborada em diferentes espaços institucionais, por distintos sujeitos e que mobilizam estratégias variadas para expor o passado da nação.

Em decorrência das características que perpassaram pelas demandas educacionais do período estudado, tenho privilegiado a análise de atores sociais que escreveram histórias

voltadas para o ensino primário, pois eram nas escolas primárias que a população brasileira dava início a sua vida escolar, eram os grupos escolares as instituições modelares dos governos republicanos e onde os métodos da pedagogia ativa eram transmutados em experiências, como laboratórios que buscavam encontrar elementos que tornassem o processo de aprendizagem mais eficiente (SANTOS, 2013). Isso sem mencionar a preocupação política em amplificar o número de eleitores por meio do combate ao analfabetismo.

O período da Primeira República no Brasil foi marcado pela reformulação do projeto de nação e pela reinvenção do passado nacional nas narrativas escolares. Em um contexto marcado pela valorização do ensino primário atrelado aos interesses de combater o analfabetismo e ao aumento do número de eleitores, ocorreu uma ampliação significativa na publicação de livros escolares de História. Essa eclosão resultou na ampliação dos lugares institucionais, como as escolas normais, escolas primárias, instituições de ensino secundário, escolas confessionais, escolas miliares, diretorias da instrução pública. Além disso, também tivemos a atuação de diferentes sujeitos, entre os quais, professores primários e secundários, diretores, sacerdotes e as mulheres professoras.

As trajetórias dessas autoras de livros escolares elucidam alguns aspectos relevantes acerca dos fazeres historiográficos no âmbito escolar, da atuação na imprensa e da construção de um cenário intelectual feminino, com a ocupação das tribunas de importantes instituições científicas da época. No tocante à formação, temos professoras formadas em escolas normais. Eram mulheres que tinham frequentado escolas normais entre o final do século XIX e os primeiros decênios do século XX. Neste período, as escolas normais secundárias eram instituições privilegiadas no processo de formação de mulheres e, em muitos casos, implicava no ápice da trajetória intelectual feminina. A proliferação dessas escolas em grande parte das províncias contribuiu para a ampliação da presença feminina no magistério primário. Um indício relevante desse processo é que, no alvorecer do século XX, em alguns estados brasileiros, as mulheres constituíam quase a totalidade do corpo docente primário.

Neste sentido, no âmbito da formação, há uma considerável proximidade entre as autoras, pois predominam mulheres que estudaram nas escolas normais provinciais e, algumas delas, nas escolas normais republicanas. Contudo, essa linearidade formativa apresenta rugosidades. A primeira delas é o caso de Esmeralda Masson, que teve uma dupla formação, na Escola Normal de Porto Alegre e ao mudar-se para o Rio de Janeiro, voltou a estudar na Escola Normal do Distrito Federal (SANTOS, 2017). Possivelmente, foi uma estratégia para tentar a inserção no cenário educacional da capital federal. Temos também o caso de Eudésia Vieira, ex-normalista que escreveu sobre a história pátria, nos idos de 1922 e, já consagrada

como intelectual, formou-se na Faculdade de Medicina de Recife em 1929 (GALVÍNCIO, 2019). A trajetória de Eudésia Vieira expressa a luta das mulheres letradas ao longo da primeira metade do século XX no processo de conquista de novos espaços de formação, por meio da inserção nos cursos superiores. As escolas normais permaneciam como espaços relevantes de formação e inserção das mulheres na docência. Contudo, o leque de possibilidades na formação foi consideravelmente ampliado com a criação de novas faculdades e a reformulação dos regimentos das antigas.

No âmbito da atuação profissional foi possível identificar elementos que atravessam as trajetórias e outros destoantes. O elemento em comum, em decorrência da própria formação como normalista, é o vínculo com a docência. As autoras de livros escolares em algum período de suas trajetórias atuaram como professoras. Além disso, ao lecionarem, essas mulheres ocuparam um espaço em comum na atuação: eram professoras de escolas primárias. De alguma forma, esse vínculo das mulheres ao ensino primário é resultante de alguns aspectos que necessitam ser considerados. Primeiramente, no tocante à formação nas escolas normais, que preparam as docentes para o exercício do magistério nas escolas isoladas e grupos escolas, ambos os modelos de instituição ofertavam o ensino primário.

O segundo ponto a ser considerado é o fato de as escolas de ensino secundário terem como docentes homens formados nas faculdades, principalmente as de medicina e direito. Em muitos estados, o ensino secundário ao longo da Primeira República referendava uma divisão predominante por gênero: as escolas normais para as meninas e os liceus e ateneus para os meninos. Com isso, em um contexto no qual poucas meninas conseguiam estudar nos liceus, a docência nos liceus era quase que exclusiva dos homens. Um exemplo disso é o fato de o Atheneu Norte-riograndense, única instituição de ensino secundário do Rio Grande do Norte no emergir do século XX, só passou a permitir a matrícula de meninas no curso de Humanidades a partir de 1903. Desse modo, o exercício do magistério por mulheres no ensino secundário tinha como espaço privilegiado as escolas normais, principalmente, em disciplinas como Trabalhos Manuais e Língua Portuguesa.

Como docentes nas escolas primárias, essas professoras elucidaram questões que apontavam para o cumprimento dos documentos oficiais, como os regimentos de instrução pública, assim como as demandas identificadas na experiência escolar, como o grave problema da evasão escolar. Dessa forma, alguns dos livros escolares de história adaptavam os programas escolares, com sugestões didáticas para que a disciplina História fosse

ministrada desde o primeiro ano, ainda no processo inicial de alfabetização.³ Os livros escritos por essas professoras recomendavam o ensino da história desde os primeiros momentos da vida escolar do aluno, para evitar que o mesmo abandonasse a vida escolar sem conhecer os princípios basilares da história pátria. Neste caso, a preocupação com a formação cívica dos alunos sobrepuja o cumprimento de programas e regimentos.

A formação nas escolas normais também repercutia no âmbito metodológico da história. A narrativa escolar do passado da nação encontrava-se coadunada com as diretrizes pedagógicas do emergir do século XX, notadamente, o método ativo, no qual as crianças deveriam aprender a partir da mobilização de recursos visuais, encontrados em seus lares. Na história, o método ativo propiciou o ensino da disciplina a partir das trajetórias individuais das crianças, das famílias, da escola, bairro e cidade.

Assim, é pertinente entender as implicações do fato das narrativas escolares encontrarem-se ancoradas nos princípios pedagógicos, principalmente, por meio da mobilização da pedagogia moderna, partindo do conhecido para o desconhecido, do próximo para o distante, temporal e espacialmente: do presente para o passado e do estado para o país. Neste caso, ao contrário dos livros do ensino secundário, nos quais a metodologia da história apresentava-se de forma mais autônoma, o ensino da história no ensino primário tinha como princípio geral o método ativo. O método histórico era atravessado pelas renovações pedagógicas, ou seja, no caso, eram pedagogas que pensavam a história a partir da metodologia pensada para o ensino. Uma história escrita a partir das demandas da sala de aula e que visava auxiliar outras docentes em seus fazeres pedagógicos. Esmeralda Masson de Azevedo revelou essa preocupação na apresentação da segunda edição de seu livro:

Em vista do bom acolhimento que mereceu do público e principalmente dos professores primários, resolvemos dar a 2ª edição correta, aumentada e ilustrada. Esperamos que a proteja a preferência do magistério primário da nossa amada pátria (AZEVEDO, 1916, p. 7).

A escrita de livros escolares de história destinados ao ensino primário cumpria uma dupla função: atender às demandas de alunos para serem inseridos no processo de leitura e, principalmente, atender às professoras, que desprovidas de material didático tinham dificuldades no cumprimento dos programas escolares. Essa dificuldade era oriunda de uma recomendação de que o ensino de histórias nas primeiras séries do ensino primário não utilizasse livros de leituras, mas partisse sempre das narrativas docentes, como historietas do

³ Nos programas escolares do ensino primário, a recomendação era que a História fosse lecionada a partir do segundo ou terceiro ano, quando as crianças estariam aptas para os conteúdos mais complexos e abstratos.

lar, com biografias que deveriam tornar os homens de outrora pessoas próximas da família, com a elucidação das virtudes e dos feitos heroicos.

O segundo ponto acerca da atuação profissional das autoras de livros escolares a ser destacado é a forte presença dessas mulheres no debate público, com a atuação na imprensa da Primeira República. Ressalta-se, neste quesito, a forte ação dessas letradas por meio da publicação de periódicos, como foi o caso de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), que publicou livros infantis e dirigiu jornais para mulheres. Ou as demais autoras, que em grande parte, tiveram importantes intervenções no âmbito da imprensa, com a publicação de poesias, de textos históricos, discursos elogiosos sobre heróis da nação, além da presença nas colunas sociais. São vestígios que sinalizam para as práticas de sociabilidades dessas mulheres no cenário intelectual brasileiro da virada do século.

Em alguns casos, as publicações ocorriam em jornais femininos, em centros culturais como Recife e Rio de Janeiro. Contudo, também foi recorrente a escrita para grandes jornais, com textos que versavam sobre as questões de ensino, as políticas públicas indigenistas e a situação das mulheres no universo das letras. Em grande medida, as professoras primárias que escreveram livros de história tiveram uma vida consideravelmente ativa nos impressos brasileiros da Primeira República.

Além da atuação na imprensa, com o debate público acerca de diferentes temáticas, em alguns casos, as autoras participaram do debate sobre questões fulcrais atinentes à geografia e à história, em instituições que exerciam a hegemonia nos fazeres historiográficos. Esse foi o caso de Isabel Gondim, professora do Rio Grande do Norte e que desde 1882 era sócia do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco e de Esmeralda Masson, que proferiu conferências no auditório da Biblioteca Nacional em diferentes momentos entre 1909 e 1922.

No caso de Isabel Gondim, além de sócia, a partir de 1893, quando publicou o livro sobre a Sedição de 1817, ela foi convidada em diferentes momentos para proferir discursos no sodalício pernambucano, sobre o episódio que era tido como um dos pilares da identidade do estado e da própria historiografia regional. Neste sentido, é possível pensar como as autoras não se limitavam a replicar as narrativas historiográficas gestadas nos institutos históricos existentes no país como uma adaptação para o universo escolar, mas produziam narrativas que eram apresentadas nos principais espaços institucionais dos fazeres científicos e se faziam vozes ativas no processo de interpretação do passado da pátria.

Nos dois primeiros decênios do século XX, Isabel Gondim viajava anualmente para Recife e realizava palestras. Além disso, a diretoria do sodalício recorrentemente publicava

notas na imprensa para informar sobre a doação de documentos sobre a sedição de 1817 realizados pela historiadora. Por outro lado, a professora teve dificuldades de inserção no sodalício norte-riograndense, tornando-se sócia somente nos idos 1929, três anos antes de seu falecimento e quando já se encontrava com 90 anos.

Ressalta-se também no âmbito profissional como essas professoras tiveram uma escrita polivalente. Ao partirem do espaço das escolas primárias, as autoras se especializaram na escrita de livros escolares que atendiam a diferentes disciplinas escolares, como Língua Pátria, Geografia, História, Instrução Moral e Cívica, Aritmética e Corografia. Nestes casos, a História foi evocada como uma integrante do leque disciplinar que constituía o ensino primário. Em suma, a preocupação perpassa pela sistematização do conteúdo mobilizado a partir da pedagogia moderna que norteava o ensino em conjunto.

Esse foi o caso de Isabel Gondim, Esmeralda Masson, Ana Osório, Júlia Lopes, Maria Andrade, Esmeralda Lobo e Maria Barros. A exceção foi Eudésia Vieira, que se notabilizou por sua história pátria. Isabel Gondim pode ser entendido a partir de uma ressalva. No momento de sua atuação docente, ao longo da segunda metade do oitocentos, ela escreveu prioritariamente livros destinados à formação moral de suas alunas. A partir de sua aposentadoria, nos primeiros anos republicanos, sua escrita foi redefinida, com a publicação de livros sobre história, englobando temáticas como a sedição de 1817, a Guerra do Paraguai, a história do Brasil e do Rio Grande do Norte.

Um ponto em comum na produção de livros escolares de História de autoria feminina ao longo da Primeira República é atinente ao público-alvo.

Além disso, a escrita da história escolar elaborada sob a pena dessas mulheres possuía um público definido em comum: as crianças do ensino primário. Em um contexto no qual a maior parte do magistério primário do país já era ocupado por mulheres, alguns dos principais livros escolares foram escritos por docentes, como Ana Osório, em Portugal; Isabel Gondim, no Rio Grande do Norte; Esmeralda Masson, no Rio de Janeiro ou Eudésia Vieira, na Paraíba. Em um contexto de implantação das repúblicas no Brasil e em Portugal,⁴ as professoras primárias passaram a produzir narrativas escolares voltadas para crianças.

De alguma forma, essa produção escrita sobre as experiências históricas do Brasil e de Portugal para o ensino primário pode ser entendido como resultante de uma reconfiguração do ensino, no qual a História que outrora era um conteúdo privilegiado nas escolas secundárias,

⁴ A Primeira República foi implantada no Brasil em 1889. Em Portugal foi implantada com a queda da monarquia, no idos de 1910. Com isso, a trajetória da professora Ana de Castro Osório apresenta alguns traços que se aproximam das docentes brasileiras, além de sua própria estadia no Brasil entre 1911 e 1914.

passava a ocupar um lugar de destaque nos currículos das escolas primárias. Essa demanda por história no ensino primário ancorava-se na necessidade de amplificar o processo de formação de uma consciência cívica, de fomentar o patriotismo em tenra idade. Por esse motivo, a disciplina escolar emerge no ensino primário como História Pátria, na qual havia uma mescla entre os conteúdos históricos e de formação cívica. Enquanto o ensino secundário privilegiava a história da civilização, com a inserção da experiência do Brasil atrelada ao mundo, no ensino primário a História Pátria cumpria a função de tornar o país inteligível para crianças, com uma relação de afetividade com a terra.

Em diferentes unidades da Federação, essas mulheres agenciaram a história a partir de uma demanda republicana federalista por história, no qual a história da nação era pensada de forma que havia a articulação entre os chamados episódios nacionais e os que honravam o chão pisados pelas crianças que liam seus livros. Nas páginas escolares, a história do Brasil se entrecruzava com a história do Rio de Janeiro, na pena de Esmeralda Masson, da Paraíba de Eudésia Vieira ou do Rio Grande do Norte de Isabel Gondim. A pátria agenciada por essas mulheres era ambígua, por se tratar de uma concepção federalista, na qual o Brasil deveria ser pensado a partir da dimensão histórica de cada unidade da Federação.

As autoras de livros escolares de História não constituíam um grupo homogêneo no tocante à geração e ao momento de escrita. Temos professoras formadas em diferentes contextos. Algumas tiveram a formação ainda no período imperial, como Isabel Gondim, no Rio Grande do Norte e Maria Paes de Barros, em São Paulo. Ambas estudaram em escolas normais do Império e atuaram ao longo da segunda metade do século XIX. Contudo, a escrita da história com essas duas professoras ocorreu na maturidade. Isabel Gondim passou a publicar livros escolares de História a partir dos 60 anos. Maria de Barros publicou sua história do Brasil com 81.

Ana Osório e Maria Andrade tiveram formação em escolas normais estrangeiras. A primeira realizou os seus estudos em Portugal, sua terra natal, antes de viajar para o Brasil, acompanhando com o marido. Maria Guilhermina Andrade estudou na escola normal de Nova Iorque. De acordo com Circe Bittencourt,

Maria Guilhermina foi professora do Colégio Aquino do Rio de Janeiro depois de ter sido graduada pela Normal School de New York. Na República, tornou-se mais conhecida pela sua atuação na escola-modelo junto à Escola Normal de São Paulo, após a reforma educacional de Rangel Pestana e Caetano de Campos em 1890 (BITTENCOURT, 2008, p. 145).

As demais autoras tiveram a formação no período republicano e compartilhavam do entusiasmo em relação às inovações pedagógicas no ensino escolar. Apesar de haver pequenos distanciamentos no âmbito do período de formação, é importante frisar que o período da escrita e publicação dos livros é consideravelmente próximos, com o predomínio de livros publicados nos últimos dois decênios da Primeira República.

Aparentemente, essa forte presença de uma preocupação pedagógica pode levar a falsa conclusão que essa historiografia escolar pouco contribuiu em termos metodológicos para se pensar a história. Grande equívoco, pois ao mobilizar a escrita da história do Brasil para crianças, essas autoras acionaram diferentes estratégias de composição de seus enredos, no intuito de aproximar o passado da nação para o âmbito do chão da escola, para presentificar o passado, tornando-o contemporâneo de seus alunos/leitores.

Os investimentos metodológicos foram múltiplos e difusos. Esmeralda Lobo, por exemplo, investiu na recuperação dos antigos modelos de quadro sinóticos, pensados Joaquim Manuel de Macedo e produziu uma narrativa de história escolar do Brasil ancorada por quadros e mapas históricos. Uma história cartografada do Brasil, que imprimia as experiências do passado no solo, demarcando o território nacional.

Quinze anos antes, a autora homônima, Esmeralda Masson, produziu uma narrativa escolar pautada no uso de pinturas históricas da Escola Nacional de Belas Artes, como se fossem janelas para a contemplação do passado nacional. Um capítulo inteiro foi dedicado a esse passeio visual, no qual os alunos eram convidados a ler e ver o passado. Em sua obra de celebração do centenário da independência, ela associa os episódios da história aos espaços, também como forma de atribuir sentido ao território. Um sentido encontrado na história, nas experiências que tornavam os habitantes deste solo em um mesmo povo, com uma história em comum.

Isabel Gondim, escreveu história pátria para mover os sentimentos. Em seu Brasil, um poema histórico, os episódios da história do país foram transmutados pela poesia, a ser proclamada em sala de aula. A história nacional transmutava-se em epopeia, protagonizada por homens e mulheres que deveriam servir de exemplos para as novas gerações, como mestra da vida. Em Sedição de 1817, a história foi escrita a partir das memórias familiares, na intimidade das feridas não cicatrizadas de mulheres que testemunharam a história do chão potiguar. Por fim, nos episódios da Guerra do Paraguai, Isabel Gondim escreveu uma história como peça de teatro, a ser encenada na escola, em uma confluência epistemológica temporal, no qual os alunos se tornavam contemporâneos dos heróis da pátria: da pátria brasileira. Da pátria potiguar.

Partindo dessas diferentes acepções metodológicas, torna-se possível encontrar aproximações políticas entre essas autoras. Ao evocar o passado na mobilização da escrita, essas mulheres teceram rugosidades no enfrentamento de problemas de seu tempo. de algumas formas, todas as autoras compartilhavam um otimismo em relação ao recém-implantado regime republicano e tentaram edificar narrativas que engradeciam com os espaços estaduais, cumprindo com uma premissa federalistas. Contudo, elas não acionavam os episódios do passado de forma passiva. Ao contrário, explicitavam críticas acerca das grandes querelas. Isabel Gondim, filha de senhores de engenho, criticou de forma veemente os problemas decorrentes da escravidão. Esmeralda Masson tentou inserir as mulheres como personagens que protagonizavam a história e criticou a postura do Estado brasileiro no tratamento dos povos originários no tempo presente. Isabel Gondim também criticou o envolvimento do Brasil na Guerra do Paraguai, que teria paralisado as atividades econômicas e arrancado das famílias brasileiras filhos, irmãos e esposos. Essa escrita-denúncia partia de sua própria experiência, que lamentava a ida de seu irmão para os campos de batalha e tinha deixado os campos de plantação sob a responsabilidade das mulheres de sua casa. Além disso, Ana Osório e Eudésia Vieira agenciaram narrativas que reivindicava um maior espaço para as mulheres, em uma luta embrionária feminista. Em um terreno tão complexo, com pautas tão plurais, é possível entender que essas mulheres mobilizaram a história como uma narrativa capaz de fomentar a constituição de uma cultura cívico-patriótica que fomentasse o fortalecimento do regime republicano, sanasse com os danos das guerras e explicitasse a possibilidade de constituição de uma sociedade mais justa.

Além disso, destacam-se as polêmicas envolvendo as autoras, com as resenhas que denotam a recepção no cenário intelectual. Uma historiografia aprovada pelas diretorias de instrução pública, adquiridas pelos governos municipais e que sofreram com críticas acidas de concorrentes, como Osório Duque Estrada. Além disso, essas mulheres autoras disputaram espaços em algumas das principais instituições científicas e intelectuais do início do século XX, como Júlia Lopes que concorreu para ser imortal da Academia Brasileira de Letras, Esmeralda Masson que discursou em diferentes momentos na tribuna da Biblioteca Nacional ou Isabel Gondim, que desde o século XIX era sócia e discursava na tribuna do prestigiado Instituto Arqueológico de Pernambuco.

Assim, os perfis das autoras brasileiras de livros escolares de História que publicaram suas obras entre 1909 e 1930, nos permite entender a polifonia que perpassou os fazeres historiográficos no âmbito das narrativas escolares. Por meio de tais livros escolares, torna-se

possível entender como esse grupo pensou a história e as suas funcionalidades na formação do povo brasileiro em tempos republicanos.

Referências:

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Histórias da nossa Terra*. 6ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911.

ALMEIDA, Presciliana Duarte de. *Páginas Infantis*. São Paulo: Salesianas, 1914.

ANDRADE, Maria Guilhermina Loureiro de. *Resumo da História do Brasil*: para uso nas escolas primárias brasileiras. Edição ampliada. São Paulo: Typ. Siqueira, 1928.

AZEVEDO, Esmeralda Masson de. *Lições de História do Brasil*: para alunos das escolas primárias. 2ª edição. Rio de Janeiro: Macedo, 1916.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Por uma História Política*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 351.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilhermina Loureiro de Almeida: a trajetória profissional de uma educadora (1869-1913)*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

GALVÍNCIO, Amanda Sousa. *A trajetória intelectual de Eudésia Vieira: educação, femininos e história pátria*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Paraíba, 2019.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca; GOMES, Ângela de Castro. *Culturas Políticas e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GONDIM, Isabel. *Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte*. Natal: A República, 1892.

GONDIM, Isabel. *O sacrifício do amor: drama em cinco atos*. Rio de Janeiro: Comercial, 1909.

LOBO, Esmeralda de Abreu. *História do Brasil: série de mapas e quadros sinóticos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: J. R. Oliveira, 1936.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Isabel Gondim: uma nobre figura de mulher*. Natal: Fundação Vingt-Un Rosado, 2003.

OSORIO, Ana de Castro. *Uma Lição de História*: livro aprovado para leituras e prêmios escolares pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Estado de Minas Geraes. Setúbal: Para Crianças, 1909.

PINTO, Patrícia Duarte. *Narrativas da escravidão da abolição no Brasil em livros didáticos de História (1889-1930)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pelotas, 2021.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares de Sergipe (1911-1926)*. São Cristóvão, SE: EDUFS, 2013.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Scenas da História do Brasil”: Esmeralda Masson de Azevedo e a escrita de livros escolares de História para crianças. *Revista História Hoje*. V. 6, nº 12, 2017, p. 204-230.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista Sociologia Política*. V. 19, nº 39, 2011, p. 115-137.

VIEIRA, Adelina Lopes; ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Contos Infantis: em verso e prosa*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1905.

VIEIRA, Eudésia. *Pontos de História do Brasil: segundo o programa primário da Paraíba do Norte*. 7ª edição revista e aumentada. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1950.

O conflito político entre Marcelino e Januário: moderados e exaltados em cena

Victor Augusto Mendonça Guasti¹

As reflexões aqui apresentadas partem, principalmente, do estudo para uma pesquisa de mestrado, que se encontra em andamento, e que visa discutir o conflito político, ideológico e literário que ocorreu entre os clérigos Marcelino Pinto Ribeiro Duarte e Januário da Cunha Barbosa. Tal conflito busca refletir sobre as formas de atuação política de Liberais Exaltados e Liberais Moderados na esfera pública e política no início do Período Regencial (1831-1834).

Para tal, é necessário refazer as trajetórias destes dois homens no recorte de tempo em que o conflito ocorreu. Mesmo utilizando as biografias clássicas sobre os objetos de pesquisas como algumas das fontes, nossa proposta é compreender suas ações durante os anos de 1831 a 1834. O recorte temporal foi realizado tendo como parâmetro a atuação jornalística do padre Marcelino junto ao seu jornal *O Exaltado* (1831-1834) e, por consequência, o período em que ocorre o conflito entre ele e os moderados.

Conforme os escritos de Afonso Cláudio (1912, p. 53-97), Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte nasceu na região do atual município de Serra – ES em 1788. Não há muitas informações sobre as condições do seu nascimento. As fontes não apresentam o nome de sua mãe, mas afirmam que ele era filho natural do Padre Marcelino Pinto Ribeiro. Logo, seu nascimento era justificado como fruto de um relacionamento anterior à sua ordenação sacerdotal.

Tendo o pai proveniente de uma família abastada², Marcelino recebeu boa educação, sendo obrigado a seguir a carreira clerical. Uma vez padre, herdou bens materiais e a titularidade da cadeira de Gramática Latina do Liceu de Vitória de seu pai. Padre e professor, Marcelino Duarte possuía um grande talento com as letras, tendo profícua produção literária e uma reconhecida atuação jornalística.

Sabendo que o horizonte de expectativas dos homens está em constante mutação, que sua trajetória de vida não está definida desde o nascimento, e que os indeterminismos – que fogem ao controle social – influenciam suas escolhas de vida (KARSBURG, 2015, p. 33), o

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista da Capes.

² A família Pinto Ribeiro veio de Portugal no século XVIII e se instalou na Capitania do Espírito Santo, se tornando senhores de terras e proprietários de escravos. A partir da segunda geração, vários Pinto Ribeiros alcançaram postos graduados no império, como Manoel Pinto Ribeiro de Sampaio que chegou ao Supremo Tribunal de Justiça (CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, 2018, p. 12).

padre Marcelino não foi o mesmo ator político durante sua vida pública. Defensor da independência e governista, tornou-se um crítico do imperador. Desta forma, o vemos envolvido nos movimentos pró-independência em sua província e nos movimentos que levaram à abdicação de Dom Pedro I em 1831. Após esse episódio, alinou-se politicamente ao grupo dos Liberais Exaltados, defendendo reformas constitucionais que levassem o Império a uma descentralização, a partir da adoção do sistema federalista³. (CAMPOS, PANDOLFI & BASILE, 2018, p. 34) Para defender e propagar seus ideais, fundou, em 1831, o pasquim *O Exaltado: Jornal Litterario, Politico e Moral*.

Pasquim de publicação irregular, circulou de 04 de agosto de 1831 a 15 de abril de 1835. Ao longo das 56 edições, o jornal passou por diversas tipografias e continha uma escrita alinhada com as ideias do grupo que lhe dá nome. Os escritos continham as reflexões de Marcelino sobre a forma como o governo brasileiro deveria ser estruturado, defendendo abertamente o federalismo. O jornal também tecia diversas críticas, algumas com teor satírico, sobre seus desafetos políticos, em especial os *moderados*. (CAMPOS, PANDOLFI & BASILE, 2018, p. 20-21)

A epígrafe do jornal era o polêmico artigo 145 da Constituição Imperial “Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, e Integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos, ou internos”, utilizado como uma justificativa ao apelo revolucionário típico dos exaltados. Já na primeira edição do jornal, o autor afirmava que a “[...] linguagem será franca: seu estilo popular” e tinha por objetivo erradicar com as discórdias que assolavam o Brasil e denunciar as divergências entre os partidos que dilaceravam a opinião pública no Rio de Janeiro. (CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, 2018, p. 21)

Tamanha a fidelidade de Marcelino ao seu ideal que ele passou do embate pelas penas ao combate pelas armas. A edição do jornal *Aurora Fluminense*, de 19 de fevereiro de 1834, trazia as informações de que, em 14 de fevereiro, após uma denúncia recebida pelo chefe da guarda nacional de São Gonçalo, Ladislao da Silva Brandão, um destacamento de 40 homens se encaminhou a fazenda Pehiba. A fazenda localizava-se na região de Praia Grande – Niterói, e pertencia ao caramuru e amigo íntimo do padre Marcelino, José Justiniano. Lá apreenderam 117 armas, 17 baionetas e três cavalos, sendo um deles pertencente ao padre Marcelino.

³ Após a renúncia de Dom Pedro I e o início do Período Regencial surgiu três facções políticas no Brasil: os Liberais Moderados, que administravam o governo, pregavam um governo centralizado na corte, com ampla maioria na Câmara dos Deputados; os Liberais Exaltados, que propunham um governo federalista e descentralizado, mas tinham fraca representação parlamentar; e os Restauradores (apelidados de *caramurus*), conservadores, que defendiam o retorno do ex-imperador, com forte apoio no Senado. Ver: MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003. p. 33.

A edição do *Correio Oficial* de 24 de fevereiro de 1834 trouxe a informação de que no dia 19 o padre Marcelino havia sido capturado junto a outros 13 indivíduos “mal trajados” e “miseráveis”, sendo que entre eles havia quatro alemães e um português. Diante do juiz de paz de Niterói, esses homens afirmaram que aceitaram participar do levante dada a promessa de receberem dez tostões diários, valor que não havia sido pago até o momento. Nos interrogatórios feitos a esses homens, ficou evidente que a casa do padre Marcelino, que se localizava próximo a Fazenda Pehiba, era o local onde ocorria a recepção aos aliciados para a revolta. Uma busca nesta mesma chácara encontrou 27 espingardas enterradas, confirmando a participação do padre no motim frustrado.

Por sua participação na liderança do movimento, Marcelino foi encarcerado na Fragata *Paraguassú*. Sobre o tempo em que ele ficou preso, não temos muitas informações nas fontes. Os demais presos foram amplamente interrogados, com seus depoimentos publicados nos jornais *Correio Oficial* e *Aurora Fluminense*. Através destes, chega até nós, pelas palavras do depoente Silvestre, que o objetivo do movimento era defender o infante Pedro II das ameaças de morte feitas por parte do ministério da regência. (AURORA FLUMINENSE, 1834, p. 3.760-62)

A ampla cobertura dada pela imprensa ao movimento o denominou como Rusga de Praia Grande ou Cabanagem de Praia Grande. Contudo, o escrito que imortalizou a tentativa de revolta foi a peça teatral *Rusga de Praia Grande ou Quixotismo Geral das Massas*, escrita pelo cônego Januário da Cunha Barbosa em 1834. A comédia foi encenada no Rio de Janeiro (O SETE D' ABRIL, 1835, p. 4) e em Recife (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1834, p. 1647), com boa aceitação do público.

O autor da sátira sobre a rusga nasceu no Rio de Janeiro em 1780. Ficando órfão na infância, foi acolhido por um tio que lhe proporcionou sólida educação. Decidido a seguir a carreira eclesiástica, ordenou-se sacerdote em 1803, sendo promovido a orador sacro da capela imperial por Dom João VI, em 1808. Januário também foi político, professor de filosofia, maçom, literário, poeta, publicista e jornalista.

Com ampla circulação na corte e proximidade com o príncipe regente, participou ativamente os movimentos políticos que culminaram na Independência do Brasil. Sendo o redator o jornal *Revérbero Constitucional Fluminense* (1821-1822), acabou acusado de republicanismo, o que o levou a ser exilado na França pelo imperador. (SISSON, 1861, p. 111) Contudo, seu exílio foi, na verdade, uma consequência das disputas políticas que ocorreram entre o “grupo do Bonifácio” e o “grupo do Ledo” – do qual Januário fazia parte.

Sendo todos maçons e conspiradores pela independência, os dois grupos divergiam sobre a forma de governo que deveria acontecer no Brasil. O grupo liderado por José Bonifácio de Andrada defendia que o governo deveria ser exercido pela autoridade do soberano, garantindo um Executivo forte, capaz de garantir a ordem social. Eles defendiam que não houvesse uma assembleia constituinte neste momento, pois os brasileiros não estavam preparados para essa participação política, o que poderia levar a uma revolução e à fragmentação do Brasil. (BARATA, 2002, p. 264)

Já o grupo liderado por Joaquim Gonçalves Ledo defendia um governo com ideais jacobinos, alicerçado na soberania popular, da qual Dom Pedro I seria o principal representante. Deste modo, era necessário a convocação de uma constituinte com ampla participação, que garantisse a defesa dos interesses do povo brasileiro. (BARATA, 2002, p. 264-265)

Diante do imbróglio formado, José Bonifácio, junto ao seu grupo, iniciou uma feroz campanha contra Gonçalves Ledo e seus aliados, acusando-os de republicanismo. As críticas que Ledo e Januário faziam através do *Reverbero Constitucional Fluminense* foram o motivo necessário para que Bonifácio convencesse o Príncipe Regente a censurar, prender e exilar os redatores. Assim, Gonçalves Ledo foi para Buenos Aires e Januário para Havre, na França. (BARATA, 2002, p. 268)

Após passar por Paris e Londres, Januário pode retornar ao Brasil no início de 1824. Apoiador da monarquia constitucional de Dom Pedro I, foi condecorado pelo imperador título de Cônego da Capela Imperial e como 1º oficial da Ordem do Cruzeiro. (SISSON, 1861, p. 11-112) De volta à corte, Januário foi eleito Deputado Geral (1826-1829) e ocupou o cargo de diretor da Tipografia Nacional. Por conseguinte, pôde, por meio da imprensa, defender os atos do imperador, sendo um fiel apoiador até a abdicação. (BITENCOURT, 1938, p. 187-189)

Iniciada a regência, cônego Januário se aproximou do grupo dos Liberais Moderados, liderados por Evaristo da Veiga. Ainda como diretor da Tipografia Nacional, utilizava-se de seu talento com as letras para defender a Regência Trina Permanente, em especial o ministério de Aureliano Coutinho. Ainda neste tempo, envolveu-se nas articulações que levaram à destituição de José Bonifácio, seu desafeto de longa data, da função de tutor do infante Pedro II. (BITENCOURT, 1938, p. 189-190)

Exatamente neste período, ele escreve a já citada *Rusga de Praia Grande*. Constituída de três atos, a peça é inspirada em *Dom Quixote*. Abreu e Lima⁴ é o *general das massas* e o

⁴ José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) foi um militar, político, jornalista e escritor brasileiro. Mesmo nascido no Brasil, participou com destaque das guerras de independência da América espanhola. Devido a isso, é

padre Marcelino é o *padre Xará*, em uma clara alusão a Dom Quixote e Sancho Pança. A narrativa evidencia o jogo político do ano de 1834, sendo citados conflitos ocorridos no período (Panelas e Jacuípe), a destituição do tutor de Pedro II, e as críticas aos *Andradistas*⁵ e ao desenvolvimento de outros pequenos conflitos pelo país, comparando-os a batalhas contra moinhos de vento. O texto também possui fortes críticas à vida indecorosa do padre Marcelino⁶.

Além dos dois personagens principais, aparecem em cena vários personagens que remetem aos participantes do motim, como soldados estrangeiros, sargentos e oficiais. Há também menção a profissionais das classes menos favorecidas, como a taberneira, o carpinteiro e o rancheiro, que mostram a hierarquia de cada um na sociedade, retratando os apoiadores do movimento como pessoas ignorantes.

Mesmo preso, Marcelino toma conhecimento da peça teatral que zomba de sua pessoa e não tarda em responder à altura. No final de 1834, ele publica a peça teatral *Conego Ignez*. Também escrita em três atos, a peça é repleta de críticas à Regência Una de Feijó (personagem ditador *Jeifó*), satiriza a figura de Januário (personagem do *Conego*), além de retratar o Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (personagem *Aurelio*), o Evaristo da Veiga (personagem *Eravisto*) e o Manuel do Nascimento Castro e Silva (personagem *Laupo*).

O enredo da peça mostra os moderados como os articuladores da revolta de 8 de dezembro de 1833, que levou à suspensão de José Bonifácio como tutor de D. Pedro II, bem como os organizadores da Rusga de Praia de Grande, constituída como uma armação contra o padre, para o silenciar nas suas acusações. Januário é tratado como um covarde, que vive amasiado às escondidas com Ignez, possuindo uma família que ele mantém por meio de mentiras e promessas vazias.

Os ataques sátiros que ocorreram entre os clérigos apresentam o *modus operandi* que os combatentes pelas penas utilizavam para defender suas convicções e denegrir seus adversários. A Imprensa era o principal campo de embates políticos da Regência. Nela, os

conhecido com maior notoriedade como General Abreu e Lima por ter sido um dos generais de Simón Bolívar. Sua participação na Rusga de Praia Grande foi abordada pelo jornal *Aurora Fluminense* (1834, p. 1), que divulgou algumas cartas que Abreu e Lima enviou ao irmão e que foram interceptadas no Rio de Janeiro. As pediam que os Cabanos, que se encontravam sitiados em Niterói, para apressassem o golpe, e garantia que após o informe de Luiz (seu irmão) ele iria ao Recife, junto de oficiais, para aderir e fortalecer o movimento.

⁵ Assim era chamado o grupo que apoiava José Bonifácio de Andrada e militava por sua permanência na função de tutor de D. Pedro II.

⁶ Como foi obrigado pelo pai a seguir o sacerdócio, Marcelino não tinha vocação para o celibato. Assim, mesmo no exercício do sacerdócio, viveu amasiado com várias mulheres, deixando vasta descendência. (CLAUDIO, 1912, p. 54).

gladiadores das penas travavam épicas batalhas, em que reputações eram destruídas e reerguidas. (MOREL, 2005, p. 205; FELDMAN, 2006, p. 55)

É importante lembrar que, no início das Regências, a Imprensa ocupou um lugar de destaque no cenário político. Devido ao vácuo de poder que se apresentou após a renúncia de Dom Pedro I, houve um significativo aumento de autores, leitores e ouvintes buscando participar dos debates sobre o rumo da nação. As sociedades públicas e secretas e todas as associações manifestavam seus interesses e opiniões neste espaço de opinião pública em desenvolvimento. (ANGELO, 2015, p.40) Em virtude disso, os grupos políticos dominantes utilizaram a imprensa para discutir “[...] a vacância do trono, o acirramento dos conflitos no interior das elites política e intelectual, [e] o desenvolvimento da esfera pública” (BASILE, 2018, p. 4-5).

Logo, sendo a imprensa a principal arena de combate entre as facções políticas fora dos campos institucionais, percebe-se que os indivíduos politizados se utilizavam de jornais e panfletos para expor suas ideias, bem como perseguir e atacar seus adversários políticos. (BASILE, 2014, p. 43) Tal atitude não foi diferente entre os padres. A participação do clero na imprensa era intensa e constante. Muitas tipografias eram um misto de repartição pública e de claustro. (LUTOSA, 2000, p. 71) Através dos jornais, os religiosos podiam dizer aquilo que não poderiam no Púlpito ou na Tribuna. (SOUZA, 2008, p. 135)

Foram os padres os sujeitos responsáveis por introduzir a Imprensa nas regiões mais distantes do país, fosse editando jornais ou coordenando rodas de leituras. (SOUZA, 2010, p. 59) Assim, a atuação do sacerdote, como um detentor da palavra escrita, foi de suma importância no fomento da opinião pública nos rincões no Império, tendo em vista que estes possuíam, além de projetos políticos pessoais, a “[...] preocupação de atingir um público mais amplo e visto como despossuído e, por isso, carente de Luzes” (MOREL, 2008, p. 30).

Os jornais também serviam como um trampolim para os desejosos em construir uma carreira política. Não sendo necessário muito dinheiro para editar um pasquim de quatro laudas, nem um grande investimento para o comprar, eram os folhetos os principais meios de propaganda dos aspirantes a cargos públicos e dos políticos de carreira. Como os sacerdotes já faziam parte da burocracia do império⁷ e, em sua maioria, atuavam como professores⁸, o

⁷ O funcionamento burocrático nos anos iniciais do Brasil independente dependia do clero, dado ao fato de os sacerdotes serem funcionários públicos e serem grande parte do grupo letrado do país. Os párocos eram os braços do poder central nas localidades mais distantes do império, sendo eles os responsáveis pelos registros de nascimento (batismo), casamento e óbito, bem como pela organização do sistema eleitoral local. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 154.

domínio das letras os levava às tipografias. Assim, muitos sacerdotes participavam da redação de jornais ou possuíam o seu próprio periódico.

Françoise de Souza (2010, p. 59-63) mostra que, somente entre os 87 clérigos que foram eleitos para como deputados gerais entre 1823-1841, 14 possuíam algum vínculo com a imprensa, seja escrevendo para algum jornal, seja possuindo o seu próprio impresso, e 36 realizaram alguma publicação não periódica, como livros e brochuras. Marcelino e Januário estavam imersos nesse mundo. Utilizavam-se dos jornais para criticar seus desafetos e era por meio deles que sofriam pesados golpes. Ainda que suas peças teatrais não sejam publicações de periódicos, é por destes que podemos compreender a recepção das peças.

O jornal *Diário de Pernambuco* de 18 de junho de 1834 anunciava que a peça *Rusga de Praia Grande* seria encenada no domingo, dia 22 de junho, dados os clamores populares e o apoio do governador Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Tamanha a procura por assistir à peça, que o aluguel dos camarotes foi dobrado. Cópias da obra podiam ser compradas na loja de livros de Albino Jordão, que ficava na Rua do Ouvidor, pelo valor de \$240 réis.

A única crítica à peça que encontramos, até o momento, em nossas pesquisas, foi publicada pelo jornal *O Republico (RJ)*. Contudo, a edição que contém a crítica não está disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Sabemos da crítica devido à resposta dada a ela através da edição do jornal *A Verdade: Jornal Miscellanico (RJ)* de 26 de abril de 1834, que diz:

Todas as censuras, que faz o *Republico N.º1* à Comedia intitulada a *Rusga da Praia Grande*, deve entender-se contra os que nella figurão, porque forão os primeiros que a puzerão em scena, como sabe todo o Rio de Janeiro, não fazendo mais o author desse opúsculo, do que redigir as notas já publicadas, em officios, depoimentos, cartas [...]. Será bom que o *Republico* [também] dê uma boa sarabanda aos Comicos de Pehiba [...].

Sobre a peça *Cônego Ignez*, ela não foi encenada, pois sofreu censura por parte do Ministério de Feijó⁹, mas também foi um sucesso de vendas. O *Diário do Rio de Janeiro* de 30 de junho de 1835 anunciava o lançamento da obra, que fora escrita em resposta à *Rusga* e oferecida ao cônego Januário. A edição do mesmo jornal, de 01 de agosto, anunciava que a obra *Conego Ignez* poderia ser comprada nas lojas dos senhores Laemmert, Albino e Baptista pelo valor de \$600 réis. E, na edição de 15 de setembro, anunciava-se a reimpressão da obra,

⁸ Muitos foram os sacerdotes que administravam uma paróquia e lecionavam ao mesmo tempo. Cerca de 29% dos clérigos do Império também foram professores. (SOUZA, 2010, p. 55)

⁹ De acordo com Afonso Cláudio (1912, p. 83), a polícia, por ordem direta de Diogo Feijó, não permitiu a encenação da peça e buscou proibir a venda da obra.

que continuaria vendida nos mesmos lugares e pelo mesmo valor. Não encontramos críticas à obra em nossas pesquisas na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O problema, que perpassa a discussão entre Marcelino e Januário, consiste na natureza do debate sobre a centralização do Império e a proposta de monarquia federalista. A partir das controvérsias entre o padre Marcelino e o cônego Januário é possível observar, em uma micro escala, como os pensadores políticos do período agiam diante dos conflitos, lembrando ser impossível separar o indivíduo político do grupo de cujos ideais comungava.

José Murilo de Carvalho (2000, p. 139-141), ao analisar a retórica dos jornais, pasquins e panfletos publicados no Brasil no início do século XIX, mostra como a escrita era estruturada na violência da linguagem, no ataque pessoal e no argumento *ad personam*. Por mais que os jornalistas e panfletários prometessem adotar uma linguagem equilibrada, a promessa era quase sempre descumprida. Sendo os jornalistas quase todos políticos, sua retórica sustentava-se no *argumentum ad personam*, que envolvia a desqualificação do adversário.

Ainda sobre a necessidade da desqualificação, recorremos a Pierre Bourdieu (2002, p. 188), que afirma ser o *campo político* lugar primordial da concorrência do poder. Assim, foi neste espaço que Marcelino e Januário travaram sua luta, mediante apropriações transformadas em representações. A capacidade de mobilizar seus grupos políticos e de se legitimar como seus porta-vozes foi condição essencial para o sucesso de seus escritos. Também foi nesse campo que as sátiras escritas por eles buscavam realizar uma desconstrução simbólica, imagética, com objetivo claro de enfraquecimento e desmoralização política, tendo em vista que:

[...] o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança, fazendo aparecer à luz do dia os atos e os ditos secretos, escondidos, do presente e do passado, os quais são próprios para desmentir os atos e os ditos presentes e para desacreditar seu autor (BOURDIEU, 2002, p. 188-189).

Também se faz necessário, para entender o conflito em toda a sua conjuntura, visitar o período em que ele ocorre. A Regência tem por característica uma forte instabilidade política, que levou à ocorrência de diversas revoltas, as quais podem ser interpretadas como um vazio (ou o silêncio) das instituições. A abdicação de Pedro I criou um vácuo de poder, o que levou ao enfraquecimento do Estado. (BOURDIEU, 2002, p.191) Assim, incapaz de se fazer reconhecer ou de impor sua estrutura através das instituições políticas constituídas, o próprio

Estado favoreceu o aparecimento de portadores do *capital político heroico*, isto é, do carisma, como o de padre Marcelino e cônego Januário.

Logo, manipulando a opinião pública com seus escritos, ambos os sacerdotes buscaram legitimar suas posições enquanto representantes legítimos dos interesses dos brasileiros e de seus pares políticos. A retórica era a principal ferramenta para consolidar o apoio do seu grupo e da população, na busca por concretizar seus projetos políticos. Mesmo não ocupando cargos eletivos no período estudado, os dois padres foram capazes de influenciar a sociedade, angariando apoiadores que legitimaram seu capital político, apoiando-os nas aventuras que seguiram pelas penas e pelas armas.

O presente artigo buscou apresentar a pesquisa de mestrado em andamento. Logo, este texto não apresenta uma reflexão teórica e metodológica definitiva. Para atingir o objetivo de pesquisa – analisar o relacionamento entre dois clérigos políticos de facções diferentes no Período Regencial –, a utilização dos métodos da micro-história, mostra-se o caminho mais adequado e satisfatório. Muitos consideram a micro-história como uma corrente historiográfica. Aqui, ela será tratada como um método que nos ajuda a alcançar aspectos mais amplos da sociedade, detalhes que passariam despercebidos em uma pesquisa macro.

Para tanto, focou-se na reconstrução de parte das trajetórias de Marcelino e Januário, com foco nas suas atuações como políticos e periodistas. Logo, através destes padres, buscamos analisar um período temporal e político. Utilizando dos pensamentos de Carlo GINZBURG, Enrico CASTELNUOVO, Carlo PONI (1989, p.177-178), vemos:

[...] a análise micro-histórica é, portanto, bifronte. Por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula.

Diferente da biografia clássica, o estudo de trajetória não busca abordar toda a vida do indivíduo pesquisado. Ao contrário, ela centra suas análises em um período determinado, abordando fatos e atividades específicas. (KASBURG, 2019, p.34). Desta forma, a pesquisa busca reconstruir as situações que ocorreram no campo em que a trajetória se desenrolou. Consoante Bourdieu (2006, p. 190):

[...] não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.

Complementa a reflexão o pensamento de Charles Wright Mills (1973), na discussão sobre o uso de biografia como fonte para estudar as estruturas sociais. O autor afirma que para “[...] compreender as causas da conduta e sentimentos individuais, dos quais os homens, nos ambientes específicos têm consciência”, é necessário compreender “[...] as estruturas sociais e as modificações estruturais que influem sobre os cenários e as experiências mais íntimas do indivíduo” (MILLS, 1973, p. 47).

Portanto, é imprescindível a reconstrução da trajetória destes dois homens que, de lados opostos na arena política e diante do vácuo de poder que surgiu após a renúncia de Pedro I, empenharam-se em defender seus projetos políticos e seus grupos. Utilizando as armas que lhes eram oferecidas na arena de combate que se tornou o início da Regência, suas atuações políticas e jornalísticas possibilitaram abranger a ação dos centralizadores e dos federalistas. O nome dos sacerdotes é o fio condutor que compõe “[...] uma espécie de malha fina, [e] dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG, 1989, p. 175).

Outra contribuição de suma importância é a variação das escalas de análise e como elas modificam o objeto estudado. A afirmação de Carlo Ginzburg (2007, p. 265) - “[...] reduzir a escala de observação [é] transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia” - justifica a relevância da dissertação a ser produzida. Muitas são as citações das peças teatrais escritas por ambos os padres, mas nenhuma análise sobre sua linguagem, discurso, intencionalidade e repercussão foi realizada. Assim, através do método indiciário, buscamos lançar luz às partes obscuras do texto, seguindo os rastros e inferindo as causas através dos efeitos. (GINZBURG, 1992, p. 169)

Tal qual afirma Simone Cerutti (1998, p. 191-192), somente pela análise intensiva é possível captar as experiências dos dois personagens estudados. Logo, é preciso inquirir as fontes, desvendando o seu processo de construção e a sua intencionalidade. E, tratando da escala de observação, Cerutti (1998, p. 196) nos mostra que é pela adoção de uma pluralidade de níveis de análise que é possível iluminar os laços entre processos que pertencem a campos de naturezas diferentes, como o político e o econômico, por exemplo. Assim, através da exploração do processo de produção da fonte, é possível enxergar as relações estabelecidas pelos sacerdotes com os espaços sociais que os forjaram. Isso posto, a intenção da pesquisa é integrar a trajetória individual de cada sacerdote ao ‘momento histórico’ em que viveram, dando atenção às questões políticas e sociais nas quais se envolveram. (ESPADA LIMA, 2006, p.148).

Os jornais são de essencial relevância para encontrar os indícios. São os fragmentos de artigos, matérias e anúncios que possibilitam recuperar as causas e os efeitos do imbróglio entre os sacerdotes. Por essas publicações, é possível visualizar os pormenores da Rusga de Praia Grande enquanto motim e as suas consequências. Também são os jornais que revelam a repercussão das peças teatrais analisadas.

Utilizando-se do conceito de circuito de comunicação, Marialva Barbosa (2010, p 23) nos diz que há uma inerente relação entre o texto escrito e sua verdadeira intencionalidade. Nos rastros desta relação, podemos interpretar as intenções dos comunicadores e qual seu objetivo ao produzir aquele escrito. Deste modo, o rastro deixado impresso no jornal é um testemunho histórico que revela um mundo desconhecido.

Enfim, a micro-história apresentou-se como a melhor opção para a análise desse objeto de estudo, por possibilitar múltiplas análises e abordagens na investigação sobre trajetórias de vida. A partir do confronto entre a práxis dos sacerdotes e as estruturas em que se relacionavam, é possível explorar as perspectivas e ambições de ambos sem cair em determinismos ou buscar somente encaixar esses eventos em análises macrossociais. Tal qual proposto por Levi (2016, p.20), é recuperando a complexidade das análises e renunciando as leituras esquemáticas e gerais que podemos observar como, de fato, se originou os comportamentos e as escolhas, conectando-se a diversos espaços e tempos sociais, compreendendo as relações sociais que os envolvem.

Fontes

AURORA FLUMINENSE, 1834 (n.880, 895, 939 e 989), 1835 (n.1006). Rio de Janeiro: Typ. de R. Ogier, 4 p. Disponível em: <<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&PagFis=2148&Pesq=velloso>>. Acesso em: 21 de maio de 2021

A VERDADE: JORNAL MISCELLANICO. 1834 (n. 300, 303). Rio de Janeiro: Typ. Nacional/ Typ. Gueffier, 1832- 1834. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/702102/per702102_1832_00053.pdf> Acesso em 25 de maio de 2021.

CORREIO OFFICIAL, 1834 (n. 38, 41, 43, 51, 54 e 57), 1835 (n. 75 e 111). Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&PagFis=2&Pesq=militar>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 1834 (n.413, 453). Pernambuco: Typ. de Miranda e C., Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_01&pasta=ano%20183&pesq=%22quixotismo%22>. Acesso em 22 de maio de 2021.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. 1835 (n. 700025, 800001). Rio de Janeiro: Real Typographia. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-rio-janeiro/094170>> Acesso em 27 de maio de 2021.

O SETE D' ABRIL. 1835 (291), 1836 (311 e 390). Rio de Janeiro: Typ. Americana, 4 p. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709476&pesq=>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

Referências

ANGELO, Leonardo Bassoli. Projetos e perspectivas na construção da nação brasileira (1822-1840). *Saeculum*, João Pessoa, n. 33, p. 31-47, jul./dez. 2015. p. 40.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. Regência e imprensa: percursos historiográficos. *Almanack*, n.20 Guarulhos Set./ Dec. 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual: itinerário de um conceito*. Editorial Montessor, 2002.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMPOS, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Percursos de um homem de letras nos Oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. *Almanack*, Guarulhos, n. 20, p. 10-37, dez. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.1, p.123-152, dez. 2000.

CERUTTI, Simone. Processos e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 173 – 201.

CLAUDIO, Affonso. *Historia da Litteratura Espirito-Santense*. Porto: Oficinas de “Commercio do Porto”, 1912.

ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FELDMAN, Ariel. *O Império das Carapuças. Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enio; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel-Bertrand, 1989.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. *Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: _____.; VENDRAME, Máira Ines; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto. *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto. *Ensaio de micro-história: trajetória e imigração*. – São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016. pp. 18-31.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MILLS, Charles Wright; GERTH, Hans Heinrich. *Caráter e estrutura social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

MOREL, Marco. *As transformações nos espaços públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. *Os primeiros passos da palavra impressa*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

SISSON, Sebastien Auguste. *Retratos dos homens mais ilustres do Brasil, na política, ciencias e letras desde a guerra da independência até os nossos dias*. Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. Sisson, 1861.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do altar à tribuna: os Padres Políticos na formação do Estado nacional brasileiro (1823-1841)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Trajetórias, redes sociais
e transnacionalismo nos
processos migratórios

A trajetória da imigrante Anna Maria Pauletti Rech: a redução de escala como método de análise

Karina Bortolanza¹

Introdução

O artigo em questão busca discutir alguns tópicos levantados na apresentação realizada no simpósio temático intitulado "Trajetórias, redes sociais e transnacionalismo nos processos migratórios" do evento "IV Seminário Internacional Micro-História, Trajetórias e Imigração". Neste artigo, buscarei discutir questões como história social, microanálise, trajetórias, indivíduos e conexões.

Primeiro, estabelecemos conexões com a pesquisa² intitulada "Trajetória e ascensão de uma imigrante: Anna Maria Pauletti Rech (1876-1916) e a atuação feminina nas colônias italianas do Rio Grande do Sul.", que gira em torno da trajetória de vida de Anna Maria Pauletti Rech. Imigrante italiana, viúva, mãe de sete filhos vivos, que decide migrar para o Brasil em busca de uma vida melhor para sua família. Em terras brasileiras a imigrante abre um comércio e pratica a arte do parto. Através das leituras realizadas buscamos desenvolver a seguinte reflexão: em que âmbito a história social e microanálise pode colaborar para a produção da dissertação em questão?

Depois, procuramos dissertar em torno da história social e microanálise. Para isso, utilizamos como embasamento teórico os autores Edoardo Grendi, Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Enrique Espada Lima, Christian De Vito e Angelo Torre. No geral, esses pensadores procuram desenvolver em seus escritos uma reflexão, tanto analítica quanto crítica, acerca do método da micro-história. Esse método, por sua vez, se aplicado corretamente, permite que o historiador compreenda aspectos sociais antes não estudados e, de certa forma, invisibilizados pelas análises teórico-metodológicas mais tradicionais – como a história tradicional ranckeaniana (correspondente, principalmente, aos séculos XIX e XX).

Ainda, abordaremos a relevância dos trabalhos sobre trajetórias e/ ou biografias. Para isso, embasar-me-ei em Pierre Bourdieu, Benito Schimidt e Priscila Fraiz. Nesse sentido, é importante dizer que o estudo de indivíduos, experiências e conexões vêm sendo crucial para a construção da minha dissertação. Isso porque minha pesquisa almeja, em breves palavras, compreender questões sociais e culturais que podem ser evidenciadas somente através do

¹ Bolsista CAPES de mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

² Que venho desenvolvendo no mestrado em História da Unisinos.

estudo das racionalidades dos indivíduos, suas redes de contato e contexto social. No trabalho em questão essa discussão será embasada por Simona Cerutti e Eduardo Miguel.

Por fim, abordaremos a relação entre a micro-escala (a redução de escala na análise historiográfica, é olhar para a fonte com um microscópio) e perspectiva global (um viés menos eurocêntrico e mais atento a questões como raça, gênero, etnia entre outros pontos que não eram abordados pela antiga historiografia). Para estabelecer essa discussão utilizaremos os textos de Francesca Trivellato que, em suma, discute pontos cruciais para a elaboração de um trabalho de análise micro e não macro.

A trajetória da Anna Rech

Anna Maria Paoletti nasceu no dia primeiro de outubro de 1828 na região do Pren, na Itália. A mulher é filha de Giovanni Pauletti e Maria Rocen di Marco. Aos 19 anos, Anna casa-se com Osvaldo Rech, no dia 20 de novembro de 1847³. Juntos tiveram nove filhos: Maria Teresa Rech, Angelo Rech (25), Teresa Rech (22), Giuseppe Rech, Líbera Rech (20), Giuseppe Rech (17), Vitório Rech (14), Maria Joana Rech (12) e João Rech (10). Sua filha mais velha, Maria Teresa Rech, casou-se com Pietro Menegat em 1868 e, no mesmo ano, faleceu ainda na Itália. O primeiro Giuseppe Rech faleceu, assim, o próximo filho homem recebeu o mesmo nome que o irmão.

Osvaldo e Anna viviam com a sua família em Pedavena, mais precisamente em um povoado chamado Murle. Trabalhavam como empregados através de um contrato agrário. Osvaldo sofria com dores causadas por uma hérnia e no natal de 1876 veio a falecer. A viúva Anna, com sete filhos vivos, ficou dependente da renovação do contrato com seu patrão. Para a tristeza dela, o contrato não foi renovado. Isso porque, provavelmente, aos olhos da sociedade Anna não seria útil sem um marido para comandar a casa.

A partir da metade do século XIX até o fim da segunda guerra mundial (1945) a Itália vivia uma crise, que deixou a população à mercê de maus empregos, sem nenhuma garantia de salário ou alimento. As péssimas condições de vida, juntamente à superpopulação, fizeram com que muitos civis deixassem o solo italiano.

O grande movimento emigratório italiano dos fins do século XIX está intimamente relacionado com a grave crise econômica que atravessou o país logo após a sua unificação. Com efeito, após a proclamação do Novo Reino, a Itália foi submergida por inúmeros problemas

³ Informações encontradas no livro "Origens e descendência de Anna Pauletti Rech" organizado pelo Pe. João Leonir Dall'Alba (2003).

jurídicos, econômicos e sociais, resultado de cinquenta anos de lutas e conspirações pela unificação. (MANFROI, 1975, p. 47).

Como destaca Manfroi, a Itália sofria conflitos que pediam pela unificação do país. Esse processo, diz o autor, colaborou para o aumento da crise e do caos social. “Com efeito, após a proclamação do Novo Reino, a Itália foi submergida por inúmeros problemas jurídicos, econômicos e sociais, resultado de cinquenta anos de lutas e conspirações pela unificação”. (MANFROI, 1975, p. 47).

Para entender como as famílias camponesas saíram do território italiano, Maíra Vendrame (2016) ressalta que a

[...] emigração deve ser compreendida em um quadro de estratégias complexas e de arranjo das demandas dos camponeses proprietários. Nesse sentido, é equivocada a ideia do deslocamento como fruto de uma desordenada fuga de miseráveis. (VENDRAME, 2016, p. 91).

É importante ressaltar que a maior parte desses imigrantes não abandonou sua terra de maneira desordenada. Pelo contrário, eles vieram às Américas com a garantia de que, caso algo desse errado, pudessem retornar. Como reforça Vendrame (2016), os primeiros que partiram só o fizeram após vender parte (e não o todo) de seus bens. Assim, as primeiras famílias emigraram com algum recurso financeiro, além de contarem com o apoio dos parentes que ficaram administrando as posses remanescentes.

O Brasil, por volta de 1875, ainda era um império escravista. Cenário que, segundo Olívio Manfroi (1975), só mudou em 1888 com a abolição da escravatura – temática que vinha sendo debatida há décadas, por conta das pressões oferecidas pelo reino inglês. Um dos motivos para o Império Brasileiro incentivar e financiar a imigração de europeus foi, justamente, a troca da mão de obra afro-brasileira (que era negra ou parda) pela europeia (que era branca). Lembro, aqui, que essa troca ocorreu porque no Brasil o tráfico negreiro era ilegal desde 1826.

Foi nesse contexto, de transição entre mão de obra escrava para servil⁴, que Anna Maria Pauletti Rech decide emigrar para o Brasil com sua família. Isso ocorreu porque ao pedir ajuda para as autoridades italianas, nenhuma alternativa para um bom futuro foi encontrada. A hipótese da emigração, então, tornou-se uma alternativa Anna e sua família. Foi através de um agente imigratório que a italiana fez o chamado intermédio, para a compra das passagens e organização física de onde se estabeleceria ao chegar no Brasil. Em 1875 os

⁴ No sentido de um trabalho meramente remunerado.

primeiros grupos de imigrantes italianos começaram a chegar no território sul-rio-grandense para ocupar colônias criadas por iniciativa do império brasileiro.

Já em território brasileiro, Anna se estabelece no lote 104 do Travessão Leopoldina na Colônia Caxias no Rio Grande do Sul. Contudo, antes de receber seu lote Anna e sua família, assim como todos os outros imigrantes destinados aos Campos de Cima da Serra, ficaram no barracão⁵ até serem direcionados à sua parcela de terras. Já estabelecidos em seu lote, Anna e sua família iniciaram os trabalhos laborais para que, em breve, obtivessem o sustento através da terra. A viúva e seus filhos logo perceberam que, por suas instalações estarem localizadas na estrada dos tropeiros, possuíam um ótimo ponto de vendas. Primeiro, Anna resolveu abrir um comércio, um ponto de parada para os tropeiros. Em seguida a viúva decidiu criar uma hospedagem para que os tropeiros pudessem descansar (e comprar) na passagem pelo Travessão Leopoldina. Porém, é importante lembrar que a italiana não foi apenas uma mera comerciante.

Pe. João Leonir Dall'Alba (1987) coloca que Anna foi parteira, arte que aprendeu com sua sogra ainda na Itália. A viúva atendia todas as regiões próximas à sua residência, logo, era um personagem popular na região. Investigar as habilidades de Anna como benzeadeira e parteira é indispensável para entender os espaços de atuação das mulheres nas colônias. Para as mulheres havia padrões de comportamento a serem seguidos. Apesar disso, Anna foi uma mulher viúva que obteve respeito e comandou uma hospedaria para tropeiros mesmo sem estar sob a tutela de um marido⁶. Entretanto, assim como outras imigrantes na mesma posição⁷, a prosperidade de Anna e suas relações sociais não a livraram de ser alvo de críticas, falatórios e fofocas. Trago o relato do Padre Antonio Tomiello, que se refere à integridade da imigrante.

Não aprovo o que ultimamente foi falado sobre a conduta de Anna Rech. Acho estranho demais. Meus pais moravam à distância de 200 metros e nunca ouvi falar uma palavra sequer em desabono ou que falasse da conduta dessa senhora. Pelo contrário, era muito piedosa e caridosa. Era parteira. Eu a conheci. Ela faleceu em 1916". (Depoimento publicado em um artigo do professor Mário Gardelin no Correio Riograndense de Primeiro de março de 1989. Encontrado no livro "História do Povo de Anna Rech", volume II, 1997).

⁵ Local construído no centro das colônias, para abrigar imigrantes recém chegados no Rio Grande do Sul, eles ficam instalados nos barracões até que suas casas fossem construídas em seus devidos lotes.

⁶ É importante ressaltar que dos sete filhos que vieram com Anna, quatro eram maiores de idade e três menores de 18 anos. Porém, ao que tudo indica, Anna Rech teve em seu filho primogênito, Angelo, apoio importante para construir seu patrimônio social e material.

⁷ No artigo de Maíra Inês Vendrame (2017), intitulado "*Donas do próprio destino: experiências transnacionais de imigrantes italianos no Brasil Meridional*", a autora apresenta a trajetória de algumas imigrantes. A forma como Vendrame aborda as trajetórias servirá de inspiração para nosso trabalho.

Através do depoimento supracitado, confirmaram-se as seguintes suspeitas: a imagem coesa e incontestável de Anna foi criada, na década de setenta, para positivar a figura da mulher imigrante. O fato de que existe uma Anna construída (pelos festejos do centenário da imigração italiana) corrobora a ideia de que, possivelmente, existe uma Anna camuflada – e essa é a ideia que originou minha pesquisa em busca da Anna histórica.

Anna Rech, segundo Giron (2001), atuava na colônia de Caxias como parteira e curandeira, visto que era conhecedora de chás e do corpo feminino. A respeito da atuação de Anna Rech como parteira, sabemos que nas regiões colonizadas por italianos na Serra Gaúcha “[...] o número de mulheres no universo da cura possivelmente era maior do que o número de homens.” (BORTOLANZA, 2019, p. 22). Segundo Nikelen Witter (2001), “[...] embora o curandeirismo fosse praticado por ambos os sexos, era mais comum que se associasse mulheres curandeiras à feitiçaria” (WITTER, 2001, p. 108). O processo de valorização da atuação feminina na cura, coloca a autora, gerou um medo que permeou (e, em certa medida, ainda permeia) os pensamentos da população ítalo-brasileira. Algumas das mulheres praticantes da arte da cura eram consideradas “bruxas”, seres de má índole e conduta duvidosa.

Assim, como ressalta Vendrame (2017), “[...] a atuação das italianas como parteiras, curandeiras e comerciantes, bem como as implicações de tais trabalhos para o grupo familiar, aparecem como temas a serem estudados.” (VENDRAME, 2017, p. 124). Concordando com o que Maíra Vendrame pontua em seu artigo, acredito que olhar para as condutas femininas abre um leque de possibilidades para a compreensão do universo camponês/ imigrante feminino, ideais e condutas vindas com as mulheres italianas que imigraram para o Brasil.

Retornando à vida de Anna, é importante lembrar que tinha uma filha chamada Joana que chegou com 12 anos e quando completou 15 anos casou-se com Antunes Custódio da Silva, um fazendeiro com 70 anos. Fato este que leva nos a questionamentos como se este casamento não tenha sido uma estratégia da imigrante para ampliar seu leque de relações dentro da colônia. Visto que haviam muitos brasileiros que residiam nas proximidades de onde Anna e sua família se instalaram. Neste sentido, viria a calhar este casamento para Anna, tanto para seu comércio quanto para sua influência enquanto parteira nas proximidades.

No ano de 1881, Anna adotou uma criança deixada em sua porta, que era uma menina negra. Anna acolheu a criança e a batizou como Maria Joana Rech. Em seguida Ana se dirige até a Sede Dante para entregar a menina às autoridades, contudo convencem Anna a ficar com a garota, que eles a ajudariam com um auxílio oficial. Assim Anna retorna para sua

moradia com a criança que vem a falecer sete meses depois. Este é um caso "excepcional normal"⁸, que permite compreender questões sobre a influência e o prestígio de Anna na localidade, que outras documentações não possibilitam. Surgem questões como, "os pais desta criança conheciam Anna? ou Anna como parteira, não conhecia a mãe desta criança?". Seguindo esta linha, ressalto que na época em que esta criança é deixada na porta de Anna, o Brasil ainda era um país escravista e completava dez anos que a Lei do Ventre Livre tinha entrado em vigor. Deste modo, provavelmente os pais da criança eram escravos, e ao deixar a criança para Anna buscavam uma vida longe da escravidão para sua filha, também é uma questão importante para ter em mente ao analisar este tópico.

Os autores⁹ que escreveram sobre a população imigrante, na época em que se comemorava o Centenário da imigração italiana, tendem a exaltar as qualidades deste povo. Tornar heróis e vangloriar suas vitórias diante das dificuldades é o que mais é encontrado nas obras sobre o assunto. Trabalhos como os de Luís De Boni, Olívio Manfroi e Rovílio Costa, que foram escritos ainda inspirados pelas comemorações do centenário de imigração italiana no Rio Grande do Sul, é possível identificar a exaltação feita sobre o povo imigrante. Estas publicações começaram a ser questionadas pelos historiadores na atualidade e uma nova forma de pesquisa sobre essa etnia se iniciou, abrindo caminhos para outra compreensão destes imigrantes. Como já se tem conhecimento através de trabalhos como o de Maíra Vendrame, Yonissa Wadi e Núncia Constantino, questões como desordem e conflitos familiares e entre vizinhos não era nada incomum na época. Assim como também crimes hediondos foram cometidos por esta população.

As mulheres são retratadas pela historiografia da imigração do centenário como coadjuvante de seu esposo, pai ou até mesmo de seus filhos. Pouco se encontra sobre elas e o que encontramos é sobre como são boas mães, esposas e donas de casa. Suas habilidades com tarefas não lucrativas como cuidar da casa e dos filhos, fazer artesanato e comida, são ditas como tarefas de mulheres. Contudo, como já foi ressaltado em outros estudos como o de Loraine Giron (2008), "Dominação e subordinação: mulheres e trabalho na pequena propriedade", as mulheres tinham horários de trabalho mais dilatados que os homens, visto que além de ajudar na lavoura, faziam todas as tarefas domésticas. Contudo os créditos pelas atividades financeiras quem recebia publicamente eram os homens.

⁸ Segundo Carlo Ginzburg (1989, p. 177), o documento "excepcional normal", funciona como espíras ou indícios de uma realidade oculta que o restante da documentação normalmente não deixa transparecer.

⁹ José Bacchieri Duarte e Olívio Manfroi foram alguns dos autores que escreveram sobre a população de imigrantes italianos durante as comemorações do centenário da imigração italiana.

Heróis imigrantes nascem durante os festejos do centenário da imigração italiana, unanimemente homens. Ressaltando sua perseverança com os negócios, seu dom nato como chefes de família e responsáveis pelo progresso econômico das regiões nas quais se instalaram. Poucas são as mulheres que recebem atenção particular, não associada a um homem. Anna Maria Pauletti foi um destes casos de destaque para sua figura enquanto mulher imigrante, que teve uma estátua sua erguida durante os festejos do centenário, em frente a igreja do vilarejo onde morou na colônia de Caxias.

A redução de escala como método de análise

A metodologia da micro-história surgiu na década de setenta na Itália. Desde então ela passou a ter "crescente aceitação entre os pesquisadores que, através de uma abordagem etnográfica, buscavam compreender as práticas sociais e culturais das sociedades camponesas". (VENDRAME, 2018, p. 268). Por conta da insatisfação diante os outros modelos de análise, a micro-história surge com a proposta de um diálogo entre a etno-história, a econômica e principalmente a antropologia. O método micro-histórico busca ressaltar a análise das redes sociais e dos vínculos interpessoais. (VENDRAME, 2018, p. 269). Historiadores como Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Edoardo Grendi são os precursores do método analítico da micro-história.

A micro-história ainda é uma teoria "nova" para o campo historiográfico, desta forma "não existe uma definição única da referida metodologia, sendo ela, antes de tudo, uma redução da escala de observação". (VENDRAME, 2018, p. 272). Partindo do pressuposto de uma redução de escala, Carlo Ginzburg afirma que "as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido". (GINZBURG, 1989, p. 175). A redução de escala proposta pelos historiadores sugere uma observação a partir de baixo. Segundo Ginzburg, a micro-história recomenda uma investigação qualitativa e exaustiva ao mesmo tempo, uma busca incessante por casos relevantes, ou como Grendi chamava o "excepcional normal". "Quer dizer, funcionam como sinais ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer". (GINZBURG, 1898, p. 177).

Giovanni Levi, salienta que "se queremos entender a micro-história, podemos dizer que ela parte de uma imagem da história enquanto ciência das perguntas gerais e das respostas locais". (LEVI, 2016, p. 20). Ou seja, "examinar cada forma concreta na sua dinâmica e complexidade". (LEVI, 2016, p. 21). Para tal, é necessário compreender as

variadas racionalidades existentes e utilizá-las para contribuir na análise, como destaca Giovanni Levi, "a micro-história, na realidade, coloca o foco nos questionamentos sobre o funcionamento da racionalidade humana que governa os comportamentos e tem a pretensão de contribuir com a criação e à crítica das ciências humanas em geral, mais do que usar delas passivamente". (LEVI, 2016, p. 20).

Segundo o antropólogo Fredrik Barth, precisamos seguir os volteios para evitar prejudicar os parâmetros, padrões e focos significativos, desta forma concorda que o recomendável é começar não a partir de cima, mas a partir dos atores sociais, identificando suas atividades e redes. (BARTH, 2000, p. 179). Seguir os volteios que Barth ressalta, faz parte do método analítico da micro-história, no qual reduzir a escala se faz necessário para compreender as diversas racionalidades e enxergar o indivíduo. Para Barth o conceito de "sociedade", seja útil nas análises de relações sociais é necessário "pensar na sociedade como o contexto de ações e de resultados de ações, e não como uma coisa - caso contrário, ele permanecerá como um objeto ossificado no corpo de nossa teoria social em desenvolvimento". (BARTH, 2000, p. 186).

No campo da micro-história as correntes historiográficas que utilizam o gênero biográfico ganharam destaque nas últimas décadas. Segundo Benito Schmidt, a partir das biografias os historiadores conseguem avaliar a liberdade do indivíduo e sua singularidade em diferentes contextos. (SCHIMIDT, 2012, p. 194). Contudo Giovanni Levi (LEVI, 1996, p. 168), ressalta sobre a utilização das biografias pelos historiadores.

Ao meu ver, a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humana.

As biografias são documentos ambíguos e difíceis de serem trabalhados na historiografia, segundo Giovanni Levi a falta de neutralidade da documentação leva muitas vezes a explicações monocausais e lineares. (LEVI, 1996, p. 173). Contudo se aplicada a metodologia correta na análise destes documentos é possível segundo Giovanni Levi, conceber de outro modo a questão do funcionamento efetivo das normas sociais, isto se a ênfase recai sobre o destino de um personagem, a fim de interpretar a rede de relações e obrigações externas na qual ele se insere. (LEVI, 1996, p. 179).

Ademais a metodologia da micro-história muito tem a colaborar para os estudos migratórios, segundo Maíra Vendrame, "a micro-história tem um intenso diálogo, que

contribui para repensar as estratégias familiares de sobrevivência e deslocamento no território da península Itálica do Antigo Regime". (VENDRAME, 2018, p. 272). A utilização do conceito de "cadeias migratórias", que eram as relações que os italianos possuíam com quem já estava em território Americano antes de saírem da Itália, serviu para compreender como os camponeses se inteiravam das oportunidades além mar. (VENDRAME, 2018, 273). Pensar estes imigrantes através do conceito de cadeias migratórias permitiu vê-los como sujeitos ativos. Segundo Maíra Vendrame (2018, p. 274).

As migrações transoceânicas foram interpretadas dentro de uma "cultura da mobilidade" muito presente na península itálica desde o Antigo Regime. Além da questão econômica, começou a surgir outros fatores, esses mais ligados às lógicas e estratégias de reprodução das famílias, começaram a ganhar destaque.

Desta maneira, o discurso das mobilidades apenas por questões econômicas foi contestado e outros motivos que resultaram em migrações surgem através dos novos estudos que se utilizam do conceito de "cadeias migratórias".

Para compreender as dinâmicas migratórias, segundo Maíra Vendrame, se faz necessária a utilização de novas técnicas e fontes, que permitam aprofundar o entendimento do funcionamento das cadeias e redes, buscando compreender suas racionalidades de funcionamento". (VENDRAME, 2018, p. 274). Estas novas fontes podem ser arquivos antes menosprezados pelos pesquisadores, como fontes batismais, processos criminais, entrevistas entre outros que olhados por um viés microanalítico permitem extrair informações valiosas para a pesquisa.

Considerações finais

Tendo em vista os aspectos observados, a trajetória da imigrante Anna Maria Pauletti Rech, será indispensável para a compreensão das racionalidades e redes da comunidade de imigrantes, principalmente mulheres. A metodologia da micro-história busca olhar a partir de baixo, ou seja, reduzir a escala permite compreender as diferentes racionalidades existentes. Diante disso, é importante aplicar a metodologia microanalítica no estudo da trajetória da imigrante Anna, para abordar questões sociais, culturais e de gênero não contempladas pela historiografia já existente sobre a imigração italiana.

A metodologia da micro-história ocupa um espaço importante nas discussões historiográficas. Os estudos microanalíticos permitem uma análise mais detalhada do objeto de estudo, no meu caso a imigração italiana, que por muito tempo foi abordada pela

historiografia a partir de um viés masculino. Estes estudos buscaram enaltecer a figura do imigrante italiano, como ordeiro, trabalhador e honesto. Enquanto a mulher foi representada nestes estudos como mãe, esposa, dona de casa e religiosa, exatamente como Anna Rech é descrita nas publicações da época do centenário da imigração italiana.

Utilizar as biografias como fonte historiográfica, é fundamental para abordar questões que outras fontes não permitem. Como por exemplo as racionalidades, é compreender além do que está escrito na fonte, é deixar o documento falar. Dito isso, ressalto o cuidado que é necessário ter ao se utilizar das fontes biográficas, visto que, é fácil cair no encanto de uma biografia. É preciso ser metucioso e cuidadoso para não se encantar com o biografado, e ver além disso, é entender o contexto em que a biografia está inserida.

Anna Rech, foi biografada por muitos estudiosos¹⁰ e conhecidos seus, para minha pesquisa o viés das suas biografias serão enriquecedores para mapear aspectos que outros documentos não me mostram, como o que Anna queria que ficasse como legado e o que os que a biografia pretendiam deixar sobre a imigrante. O método da micro-história será útil na análise das biografias da Anna, visto que a partir deste posso observar a fonte com um microscópio, em busca de outras facetas da imigrante.

Concluimos este artigo ressaltando que estudar os imigrantes italianos a partir de um viés microanalítico é muito útil para a historiografia no que diz respeito aos estudos de imigrantes enquanto seres racionais e individuais. Não podemos totalizar e generalizar a história da imigração italiana como sendo uma só, linear e coesa, e sim expor outras versões dos imigrantes pouco abordadas pela historiografia.

Fontes:

Cinquentenário della Colonizzazione italiana nel Rio Grande do Sul: 1875-1925. Porto Alegre. Globo, 1925.

DALL'ALBA, João L.; RECH, Juarez E.; SUSIN, Valter A.; TOMIELLO, Antônio. *História do povo de Ana Rech.* Caxias do Sul: EDUCS, 1987.

DALL'ALBA, João L. *Origens e descendência de Anna Pauletti Rech.* Caxias do Sul: Centro Técnico Social - Murialdo, 2003.

¹⁰ Maria Abel Machado, Pe. João Leonir Dall'Alba, Pe. Antonio Tomiello, Mário Gardelin, Rovílio Costa e Salvatore Liotta foram alguns autores que escreveram sobre a imigrante Anna Maria Pauletti Rech.

Referências:

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra-Capa, 2000. (capítulos 1, 5 e 6)

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CERUTTI, Simona. “Microstoria: relações sociais versus modelos culturais? Algumas reflexões sobre estereótipos e práticas históricas”. CARNEIRO, Deivy; VENDRAME, Maíra. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV, 2021. (E-book).

CONSTANTINO, Núncia S. de. Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil meridional. São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011.

COSTA, Rovílio. *Imigração Italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: EST, 1975.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de "Il ritorno de Martin Guerre" de Natalie Zemon Davis. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 179-202

GINZBURG, Carlo. “Feitiçaria e cultura popular”. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 295-330.

GINZBURG, Carlo. “Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito”/ “O inquisidor como antropólogo”. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 249-293.

GIRON, Loraine. *Dominação e subordinação: mulheres e trabalho na pequena propriedade*. Porto Alegre: EST, 2008.

GRENDI, Edoardo. "Repensar a micro-história". REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 251-262

GRENDI, Edoardo. “A microanálise e história social”. *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009, p. 19-38.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 167-182.

LEVI, Giovanni. “30 anos depois: repensando a Micro-história”. In: VENDRAME, Maíra (et.all.) (orgs.). *Ensaio de Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Editora OIKOS; Editora da Unisinos, 2016, p. 32-51.

LEVI, Giovanni. “Micro-história e história global”. VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 19-34.

LIMA, Henrique Espada Rodrigues. “História social e microanálise: Edoardo Grendi”. In: *A micro história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 163-223.

LIMA, Henrique Espada. Micro-História. In: VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012 (pp. 207-223).

TRIVELLATO, Francesca. *Familiaridade entre estranhos: a diáspora sefardita, Livorno e o comércio transcultural na Idade Moderna*. Lisboa: Edições 70, p. 21-82.

TRIVELLATO, Francesca. “Existe um futuro para a Micro-história italiana na Era da História Global?”. CARNEIRO, Deivy; VENDRAME, Maíra. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. Rio de Janeiro: FGV, 2021. (E-book).

VENDRAME, Maíra Ines. “Com tinta do meu sangue”: redes e mobilidades através das cartas de um imigrante italiano”. In: BENEDUZI, Luis; DADALTO, Maria Cristina. *Mobilidade Humanidade e circularidade de ideias: diálogos entre América Latina e a Europa*. Venezia: Edizioni Ca’Foscari, 2017, p. 67-78.

VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

VENDRAME, Maíra I.; PEREIRA, Syrléa M. *Mulheres em movimento: Experiências, conexões e trajetórias transnacionais*. São Leopoldo: OIKOS, 2017.

VENDRAME, Maíra Ines. *O poder na Aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. São Leopoldo: OIKOS, 2016.

VENDRAME, Maíra Ines. *Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martina (1877-1914)*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2007.

VENDRAME, Maíra Ines. *Segredos revelados: vergonha, escândalo e crime de infanticídio nos núcleos de colonização europeia no sul do Brasil*. In: VENDRAME, Maíra Ines (Orgs.). *Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo: OIKOS, 2018. Pg. 100-135.

VENDRAME, Maíra Ines. “Ofensas, reparações e controle comunitário: a justiça dos imigrantes italianos nos núcleos coloniais do sul do Brasil”. In: *Métis: história & cultura*. V. 12, n. 23, jan/jun. 2013, p. 218-232.

VENDRAME, Maíra Ines. Em busca da República de Deus: revoltas camponesas e agentes da emigração no norte italiano (século XIX). *TEMPO* (NITERÓI. ONLINE), v. 23, p. 22-42, 2017.

VENDRAME, Maíra I.; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo R. Staudt (Orgs.). *Ensaio de micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: OIKOS, 2016.

Imigração italiana e assistência na perspectiva da micro-história: notas iniciais de pesquisa

Carolina Wendling Rodrigues¹

Uma das propostas deste artigo é explorar as possibilidades de utilizar o método da micro-história na temática em que está inserida a pesquisa de mestrado que estou desenvolvendo. Um dos objetivos gerais da presente pesquisa consiste em analisar o acesso dos imigrantes italianos na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS, no final do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, detenho-me a observar com que doenças esses indivíduos adentravam o hospital, e o que essas doenças podem indicar sobre a situação social destes. Como fonte principal de pesquisa, utilizo os registros de Matrícula Geral dos Enfermos da Santa Casa de Porto Alegre. Esses registros indicam a entrada dos pacientes no hospital, apontando as doenças, e outros dados que sugerem a condição social destes.

Na primeira parte do artigo, pretende-se cotejar a fonte e suas potencialidades para a pesquisa, dialogando com o método da micro-história, utilizando-se também do entendimento de Vendrame (2018, p. 272), de que a micro-história “vem contribuindo para a renovação dos estudos sobre o tema das migrações transoceânicas e das comunidades fundadas no território brasileiro pelos imigrantes europeus nas últimas décadas do século XIX”. Na segunda parte do artigo, pretende-se apresentar algumas análises iniciais da pesquisa, bem como alguns conceitos que se pretende abordar, como: assistência, filantropia, e algumas discussões sobre a pobreza.

Inicialmente, considera-se importante abordar algumas questões fundamentais sobre o método da micro-história. Segundo Henrique Espada Lima (2012, p. 207-208), os debates sobre a micro-história surgiram na Itália, articulando-se com a história social, e “distante da matriz intelectual que deu origem à história social em outros contextos”. Espada Lima remonta as origens do método destacando algumas transformações da historiografia na década de 1950, como, por exemplo, a internacionalização da pesquisa histórica. Nesse sentido, menciona a relação dos historiadores italianos que serão os expoentes do debate em questão, com instituições francesas e inglesas, e suas colaborações em revistas acadêmicas, como a revista inglesa *Past and present* e os *Annales franceses*.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

Sobre este contexto mencionado das pesquisas voltadas para a história social e que estavam ligadas a métodos quantitativos, estruturais e científicos, emerge uma reação contra tal tipo de história. Essa reação, segundo Edoardo Grendi (1998), é derivada de uma insatisfação de modelos gerais que advinham desses métodos estruturalistas, sem atribuir importância às variedades e especificidades de culturas locais, havendo, então, uma necessidade de ruptura com o que se espera de uma “história síntese”. O desejo de romper com os modelos explicativos coincide com o desenvolvimento da história social na Itália (LIMA, 2012). Dada a contextualização, as ideias dos historiadores italianos vão ser difundidas na revista *Quaderni Storici*, fundada em 1966, inicialmente com o título: *Quaderni storici delle marche*². A revista foi publicada na década de 1970, umas das principais propagadoras dos estudos historiográficos que dialogavam com o debate da história social, também se fazendo presente a interdisciplinaridade com a etno-história, a economia e a antropologia (VENDRAME, 2018). A revista integrou uma gama de nomes que são atualmente referenciais nos estudos micro-históricos, como: Edoardo Grendi, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Carlo Poni. Esses historiadores fizeram parte do editorial da revista e passaram a divulgar seus trabalhos nesta.

O método de redução de escala de análise dos comportamentos sociais vai ser abordado pela primeira vez em 1977, no artigo publicado por Edoardo Grendi na *Quaderni Storici*, intitulado: *Microanálise e história social*. No referido artigo, “recomendava-se um tipo de pesquisa relacionada ao estudo de espaços territoriais e grupos humanos pequenos, tais como as comunidades, as cidades e as corporações profissionais” (GIULI, 2017, p. 8). Os estudos sobre as relações interpessoais foram realizados a partir de uma análise intensiva de fontes seriais, em um recorte circunscrito. De acordo com Vendrame (2018, p. 270), “Grendi deu ênfase para a esfera local e abordagens etnográficas, destacando-se como um grande empirista”. Nesse sentido, a partir de seus diálogos com a antropologia, Grendi (2017, p. 8) também é responsável pelo paradigma “excepcional normal”, no qual constatou que um documento “aparentemente excepcional pode resultar, na realidade, ‘excepcionalmente normal’ e, portanto, ser revelador”.

Pensando em uma perspectiva social e local, os trabalhos de Giovanni Levi também são de grande importância na difusão dos estudos microanalíticos. Assim como Grendi, Levi também estava preocupado com as percepções e articulações específicas da população do

² Inicialmente, a revista teve o título de: *Quaderni storici delle marche*, dirigida por Alberto Caracciolo (1926-2002) e Pasquale Villani (1924), estes ligados a tradições maristas e aos Annales. (LIMA, 2012, p. 211). O título *Quaderni Storici* é utilizado a partir da década de 1970.

campo na Itália do Antigo Regime. O historiador também destaca a importância de analisar-se as redes sociais e os vínculos interpessoais, levando em conta o papel ativo e as estratégias das populações, a partir de uma redução de escala de análise (VENDRAME, 2018). Segundo Levi (2020, p. 20), para compreender a micro-história,

[...] podemos dizer que ela parte de uma imagem da história enquanto ciência das perguntas gerais e das respostas “locais”, ou seja, que não mira generalizar respostas, mas que, por meio de um caso, um lugar, um documento, um acontecimento, lidos a partir do aumento da escala, busca identificar perguntas que possuam valor geral e que, entretanto, permitam um amplo leque de respostas.

Dessa forma, a fonte permite que o historiador faça perguntas, mas este deve acessar e conhecer os contextos históricos. O exercício de escalas permite que o historiador faça leituras de diferentes contextos analisados. A partir do micro, este pode perceber uma agência maior dos indivíduos sobre suas estratégias, recursos e ações.

Finalizando uma breve análise dos principais expoentes de micro-historiadores, não se pode deixar de mencionar Carlo Ginzburg. Esse historiador italiano também publicou artigos importantes para se pensar o método da micro-história na década de 1970. Junto ao Carlo Poni, em 1979, Ginzburg publica o artigo intitulado *O nome e como: troca desigual e o mercado historiográfico*. Poni era colega de Ginzburg na Universidade de Bolonha, e nesse artigo comemoram os cinquenta anos da revista francesa *Annales* (LIMA, 2012). Utilizando uma grande quantidade de documentação arquivística, os autores propunham como método, tomando o “nome” dos indivíduos como fio condutor na análise da pesquisa histórica. (REVEL, 2000). Tal prática de pesquisa é conhecida como “método onomástico”.

Ginzburg (1989) também é responsável pelo método indiciário, que consiste em tecer indícios para buscar algumas respostas. Assim, “os indícios e sinais pouco frequentes na documentação, bem como a atenção aos documentos excepcionais, passaram a ser destacados como vestígios de problemas de pesquisas mais amplos” (VENDRAME, 2018, p. 270). O método indiciário pode auxiliar, por exemplo, as pesquisas de trajetória de um indivíduo utilizando diversas fontes, como, por exemplo: processos, crimes, periódicos, fontes cartoriais, etc.

Análise das fontes: Livro de Matrícula Geral dos Enfermos (Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS)

Novos estudos sobre a imigração italiana para o Brasil no final do século XIX a partir da década de 1870 vêm sendo realizados para pensar-se os processos migratórios nas mais diversas perspectivas, levando em conta o papel ativo nas escolhas dos imigrantes. Tais abordagens lançam questionamentos para além dos fenômenos abordados pela historiografia, como: as questões de mão de obra e crises demográficas na Europa; bem como as demandas pela ocupação das terras devolutas do Império do Brasil e a substituição gradativa da mão de obra escravizada³. A história das migrações também vem ganhando espaço em novos estudos historiográficos, abordando diversas temáticas, como: gênero, criminalidade, loucura, doença, estratégias de deslocamentos, entre outros⁴.

Um dos trabalhos que visa levar em conta o papel ativo dos sujeitos que migram é o de Vendrame (2015; 2016; 2018), no qual a referida autora analisa as redes e contatos dos imigrantes que uniam os dois lados do atlântico. Para pensar na perspectiva das redes, ela utiliza-se do conceito de “cadeias migratórias”⁵, que consiste em perceber como tais redes auxiliavam os italianos a organizar as partidas e a escolher seus destinos. Ou seja, as cadeias migratórias eram a relação que os italianos possuíam com aqueles já estabelecidos nos locais de destino (VEDRAME, 2018). Nesse sentido, uma das questões pensadas para este trabalho é compreender o grupo de imigrantes, seja pelas doenças ou pela pobreza ou também pela ausência de apoios relacionais. Uma das hipóteses que se sustenta é de que os italianos que não puderam contar com uma rede de auxílio, que não tiveram sucesso em suas escolhas, e enfrentaram problemas ligados à adaptação à nova realidade, ficaram mais suscetíveis a enfrentar doenças psicológicas e emocionais. Por conseguinte, as fontes escolhidas para esta pesquisa, que consistem nos registros de internamento da Santa Casa, auxiliarão a acessar esses contextos.

A Santa Casa de Porto Alegre foi a primeira instituição de caridade da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Antes de sua inauguração, não havia registro de outros hospitais em Porto Alegre. A Santa Casa surge sob idealização do Irmão Joaquim Francisco do Livramento, tendo sua fundação após deferimento do rei de Portugal D. João em 19 de outubro de 1803, e sua construção iniciada no ano seguinte, em 1804. Recebeu o *status* de Misericórdia em 1814, sendo solenemente inaugurada junto às duas primeiras enfermarias em

³ Sobre algumas obras clássicas referentes à imigração italiana para o Brasil, ver: Olívio Manfroi (1975), Luis A. De Boni (1977), Rovílio Costa (1975; 1992), bem como os trabalhos de Mario Gardelin (1988).

⁴ Destaco alguns trabalhos, como: questão de gênero, Yonissa Marmitt Wadi (2009); criminalidade, Máira Vendrame (2016), Caroline Von Mühlen (2017); sobre as doenças, Lucy Maffei Hutter (1996); sobre loucura, Constantino Ianni (1963), Zelinda Scotti (2013), Stella Borges e Rovílio Costa (1996).

⁵ Vendrame menciona que o conceito de Cadeia migratória foi inicialmente utilizado para entender o movimento de imigrantes para a América do Norte, trabalhado por John S. MacDonald, Leatrice MacDonald (1964) e Fernando Devoto (1988) (VEDRAME, 2018).

1826 (BARROSO, 2015). A construção atendia todos os critérios de higiene do período, afastada da cidade, a fim de evitar contágios, e em um lugar alto para a circulação de ventos arejados (NASCIMENTO, 2009). Prestava diversos socorros à população da província, nas doenças, na velhice, na loucura, no abandono infantil, aos presos, no atendimento espiritual na vida e na morte, inicialmente visando “atender aos viajantes e desamparados” (WEBER, 1999, p. 134). A Santa Casa “tratava-se de um verdadeiro pátio étnico” (BARROSO, 2015, p. 191), sendo o destino de diversos imigrantes que chegavam à província nos cuidados das moléstias que os acometiam durante a longa travessia ou após a fixação nos locais de instalação.

Sobre a fonte, começo destacando alguns apontamentos referentes ao Livro de Matrícula dos Enfermos da Santa Casa de Porto Alegre/RS. Essa fonte ainda possui muitas possibilidades de pesquisa. Não foram encontrados muitos trabalhos que se propuseram em analisar a fonte sob o recorte proposto nesta pesquisa, ou seja, de olhar para as doenças dos imigrantes italianos. Destaca-se o trabalho da historiadora Núncia Constantino (1991), no qual a autora em seu livro *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense* faz uma menção a partir da presença dos italianos em Porto Alegre, daqueles que adentraram ao hospital da Santa Casa. Constantino aborda alguns grupos de imigrantes, como: os viajantes; os presos; os doentes mentais e alcoólatras. Sobre os viajantes, a autora supõe serem “viajantes em trânsito”⁶. Sobre os presos italianos na Santa Casa, menciona um número bastante importante: entre 1875 e 1915, houveram 55 internamentos de presos italianos. A autora também faz um levantamento dos internamentos por doenças mentais, nesse mesmo recorte, apontando que os italianos que apresentavam essa condição representavam 5% dos internamentos. Contudo, a análise em números não responde à pergunta central do que interessa à presente pesquisa, que é perceber, a partir das ações desses indivíduos no meio em que estão inseridos, os usos que faziam do Hospital de Caridade.

Destaco alguns autores que se propuseram trabalhar com a fonte que auxilia metodologicamente a pesquisa, como o trabalho de Priscilla Almaleh (2016), em que a autora aponta as potencialidades da fonte, a partir dos estudos de gênero, fazendo um comparativo da entrada de homens e mulheres na Santa Casa, afirmando a menor incidência de mulheres e, a partir dessa observação, questionando o porquê “as mulheres frequentavam menos a Santa Casa”. De mesmo modo, o trabalho de Giane Flores (2016), em que a autora também utiliza o

⁶ Constantino levantou a hipótese desses marítimos serem viajantes em trânsito, pois entre os anos de 1875 e 1880, há registros de quatro marítimos internados, e entre 1892 e 1898, foi possível identificar o internamento de quatorze marítimos. Esses marítimos, segundo Constantino, podem ser viajantes em trânsito, pois os sobrenomes destes não foram encontrados em famílias de Porto Alegre do período (CONSTANTINO, 1991).

Registro de Matrícula Geral dos Enfermos e que, a partir do levantamento da fonte, indica o número de policiais que entraram no hospital entre 1888 e 1884, destacando a cor e suas doenças. Cito também o trabalho de Daniel Oliveira (2012), que estudou as condições de saúde das mulheres pobres em Porto Alegre e os usos que estas faziam da Santa Casa. Tanto Almaleh (2016) quanto Oliveira (2012) concluem que as mulheres faziam pouco uso da Santa Casa, principalmente em casos de partos e gravidez, apontando que a procura da instituição se dava na pobreza extrema pela falta de recursos materiais e familiares, ou seja, pelo abandono.

Dito alguns trabalhos que se propuseram em analisar a fonte de entrada dos enfermos da Santa Casa de Porto Alegre, é imprescindível apontar algumas características que fazem desta fonte um riquíssimo meio de acesso para se pensar as diferentes questões ligadas à experiência social dos imigrantes italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul a partir da década de 1870. Os livros de entrada são numerados e classificados por ordem cronológica, por volumes, totalizando 28, começando no ano de 1843 até o ano de 1929. Os registros oferecem os seguintes campos de informação: nº de ordem (ingresso), data da entrada (dia, mês e ano), nome do paciente, idade, naturalidade, cor, filiação, profissão, estado (civil), classe, residência (a partir do volume 19), hora de entrada, por quem remetido, diagnóstico, alta (dia, mês e ano) e observações (se o paciente saiu curado, pediu para sair, insubordinação, foi transferido ou faleceu) (BARROSO, 2015). As informações contidas na fonte são essenciais para compreender diversos fatores do processo migratório, discutidos até aqui, não só dos italianos, mas também de alemães, espanhóis, portugueses e outras etnias que aparecem nas fontes.

Alguns dos objetivos específicos desta pesquisa, que consiste além de analisar as doenças e as condições dos imigrantes italianos que deram entrada na Santa Casa, é também de identificar as mudanças dos motivos das internações entre os primeiros anos de chegada e algumas décadas depois⁷. Essas mudanças podem indicar problemas ligados às transferências e às dificuldades de inserção social do grupo italiano no Rio Grande do Sul. No sentido de evitar generalizações das informações das fontes, olhando para casos específicos, reduzindo a escala de análise, pretende-se utilizar também os processos-crimes. Contudo, a partir de uma análise densa e quase total dos documentos disponíveis, a partir da prática da micro-história, será possível analisar as brechas trazidas pela documentação, para compreender o sentido de acesso dos imigrantes italianos na Santa Casa. Alguns nomes podem ser tomados como fio condutor da pesquisa, a partir da análise inicial dos registros de enfermos da Santa Casa,

⁷ Inicialmente, se tem como recorte desta pesquisa os anos de 1875 a 1900 pensando na década de 70, em que se começam a chegar os italianos no Rio Grande do Sul e os primeiros anos do período republicano.

utilizando-se do método onomástico. Sendo assim, também nos aproximamos do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989). Tal paradigma auxiliará a procurar pelos detalhes em variadas fontes, a fim de cruzar informações que sejam encontradas nos internamentos.

Por fim, além dos processos-crimes que nos auxiliam a pensar os diferentes contextos, valores e normas que estavam em jogo na sociedade do período estudado, os relatórios da Provedoria da Santa Casa podem, também, fazer-se úteis para acessar os contextos dentro da instituição, isto é, indicando as atividades exercidas pelo hospital durante os anos estudados, bem como quem eram os médicos que atuavam, quem fazia parte da direção, o funcionamento das enfermarias, além do papel da Santa Casa nos exercícios da assistência e da saúde pública no Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do XX.

Assistência aos italianos no Sul do Brasil no final do século XIX

Para compreender o sentido do trabalho de assistência realizado pela Santa Casa em Porto Alegre, é necessário destacar alguns pontos, como: o contexto da assistência na história, e o que se entende por caridade e filantropia⁸. De acordo com Daiane Rossi (2019, p. 15), o marco inicial na “História da Assistência se dá no momento em que as autoridades públicas e eclesiásticas passaram a se ocupar da responsabilidade de gerir a pobreza”. A autora menciona alguns fatores que levaram as autoridades durante a Baixa Idade Média a repensarem quem receberia o auxílio à assistência e quem ficaria de fora. Esses questionamentos advêm de uma série de acontecimentos que estavam ocorrendo na Europa entre os séculos XIV e XVI, como: escassez de terras no campo e o grande número de pessoas que migram para as áreas urbanas. Esses eventos geraram uma crise demográfica e monetária e, conseqüentemente, o aumento da pobreza, das doenças e epidemias (ROSSI, 2019). Sobre a classificação da pobreza como uma forma de controle dos Estados modernos em formação, Renato Franco aponta que as visões sobre os pobres seguiam dois direcionamentos:

[...] de um lado estavam os “merecedores”, que, por razões de ordem física ou moral, não tinham condições de trabalhar, como eram os casos dos cegos, aleijados, órfãos menores, viúvas, pobres envergonhados, etc.; do outro lado estavam os “falsos”, ou seja, aqueles que viviam de esmolas, mas eram saudáveis e, portanto, poderiam (e deveriam) trabalhar (FRANCO, 2017, p. 10).

De acordo com esse processo seletivo da pobreza, as instituições marginalizavam aqueles que não possuíam um emprego e eram considerados sãos. Sobre a institucionalização

⁸ No presente artigo, a contextualização sobre a assistência ao longo da história e os conceitos sobre caridade e filantropia serão abordados brevemente, visto que se pretende explicar as notas iniciais da pesquisa.

e a efetivação do controle social a partir das instituições de caridade, Franco ressalta que esse processo se desenvolveu concomitante à construção dos Estados, garantindo, dessa forma, um apoio por parte destes. Assim, as elites e as nascentes monarquias reconheceram a atuação que essas instituições tinham junto aos pobres e, por isso, “capitalizaram o imperativo da caridade como importante instrumento que lhe garantiu lastro moral e capital político” (FRANCO, 2017, p. 11). Sobre a caridade, Gisele Sanglard (2017) destaca que as transformações na assistência no mundo moderno se dão também a partir das reformas religiosas, como a protestante e a contrarreforma, mencionando fatores que vão além das questões econômicas (epidemias, fome, migrações, etc.). Sanglard aponta os estudos mais recentes que enfatizam ações dos sujeitos e suas motivações, em que não somente a caridade é vista como uma obrigação moral e religiosa. De acordo com essas interpretações, a caridade poderia exercer um papel importante no relacionamento entre as classes, ou seja, entre os pobres e as elites⁹.

O pobre, tanto aquele considerado “bom” quanto aquele “que incomoda”, torna-se centro da atenção da caridade e da filantropia. Sobre a filantropia, Sanglard (2017, p. 22) utiliza o conceito trabalhado por Catherine Duprat (1996), em que as obras de ação social, caritativa e humanitária, “opõem-se às obras de caráter religioso, desvinculando-se de qualquer caráter espiritual ou missionário”. Enquanto a caridade estaria relacionada a Deus, “pautada em minimizar o sofrimento alheio”, a filantropia teria uma virtude laicizada. Contudo, a filantropia consiste em um movimento de pessoas que se inserem em um seio de relações sociais e procuram suavizar problemas como a pobreza, ou a doença, passando a exercer um papel moralizador das classes populares. Como a Santa Casa consiste em uma instituição religiosa de caridade, pretende-se pensar especificamente nesse conceito. Todavia, compreender no que consiste a filantropia se torna essencial, visto que na Europa, e posteriormente no Brasil, as ações filantrópicas impulsionarão o desenvolvimento da medicina e das ideias sobre o higienismo.

Diante dos conceitos expostos, ressalta-se que a assistência aos pobres no Brasil, inicialmente, durante o período colonial, esteve restrita às iniciativas caritativas de ordens religiosas (ROSSI, 2019). No Brasil, assim como em Portugal, coube às Misericórdias à assistência à saúde e aos pobres. Como a presente pesquisa se concentra na análise da Santa Casa de Porto Alegre, é necessário aproximar novamente a lente de análise para o local, a fim

⁹ Sanglard (2017) cita os trabalhos de Sandra Cavallo (1989 e 1991) e Laurinda Abreu (2010), nos quais essas autoras fazem um balanço historiográfico sobre o tema da assistência, dando ênfase a novas abordagens, novos problemas e novos objetos de estudo sobre a assistência à pobreza, levando em conta fatores religiosos, jurídicos, contextos socioeconômicos e a cultura popular.

de perceber suas atribuições no auxílio à pobreza e à doença, principalmente envolvendo o grupo estudado, os imigrantes italianos. No geral, as Santas Casas sobreviviam de doações e legados. No caso do Rio Grande do Sul, a instituição da Misericórdia esteve ligada ao Estado, e embora não fosse um órgão deste, sua construção esteve inicialmente a cargo da Câmara Municipal. Muitas vezes, o provedor da Santa Casa também foi presidente da província (ROSSI, 2019). A roda dos expostos é um exemplo de compromisso que a Santa Casa exerceu para com a Câmara Municipal, ficando responsável em acolher, criar e alimentar os menores desvalidos a partir do ano de 1837, ficando incumbida dessas atribuições até 1940.

Como fora mencionado no tópico anterior ao fazer uma explanação das fontes, a Santa Casa tornou-se o destino de muitos marítimos que aportavam em Porto Alegre, e também de imigrantes recém-chegados, não somente alemães ou italianos, mas de outras etnias. No sentido de fornecer acessos à saúde da população, as Misericórdias, como a Santa Casa, ficavam responsáveis por cuidar e valer aqueles que não possuíam recursos nem família. De acordo com a historiadora Nikelen Witter (2007, p. 178), a saúde pública no século XIX dirigia-se aos que “não tinham quem os cuidasse em casa”. Sobre o processo de adoecer, Witter (2007) elenca aqueles que eram acometidos por alguma moléstia como “sofredores”¹⁰. Esse conceito foi utilizado pela autora no sentido de incluir as redes do doente no processo de adoecimento, tratamento e cura. Essas redes seriam: os familiares, amigos e vizinhos, patrões, agregados e todos aqueles que estavam ligados pela incerteza da enfermidade. As práticas de cura que eram acionadas poderiam ser múltiplas, assim como os praticantes, tais quais: curandeiros, práticos, benzedeadas, médicos, etc.

Como fora mencionado, as instituições de caridade também possuíam um papel da efetivação do controle dos pobres. Ao abordar as transformações da Santa Casa de Porto Alegre enquanto uma instituição terapêutica, Beatriz Weber (1999) afere que foi um lento processo, e que começou a se caracterizar como tal a partir da fundação da Faculdade de Medicina no século XX, em 1898. A contribuição de Weber é de que com as implementações dos preceitos de higiene, e com os médicos assumindo a administração, a Santa Casa precisou incorporar tais mudanças ao seu papel de assistência. Nesse sentido, a instituição manteve-se funcionando atendendo à saúde e à pobreza. Weber traz-nos um caso ocorrido na Santa Casa, em 1906, para demonstrar as denúncias que eram feitas contra a administração das irmãs franciscanas que também eram responsáveis pela administração desde 1893. A partir de uma

¹⁰ A categoria “sofredores” é originalmente proposta como *sufferers* pelo historiador Roy Porter (1985), com a finalidade de inverter a compreensão das enfermidades e de cura que, por muito tempo, foi centrada a partir do olhar dos curadores, a maioria médicos (WITTER, 2007).

notícia do Jornal *Gazeta do Commercio*, de Porto Alegre, Weber expõe o suicídio do italiano Giovanni Giovazanni, internado durante 25 dias no hospital, “que durante uma noite, atirou-se pela janela de um corredor da Santa Casa, morrendo por fratura no crânio: sua falta só foi notada horas depois, na manhã do dia 28 de março de 1906” (WEBER, 1999, p. 153). Esse ocorrido nos auxilia a pensar o papel de controle dessa instituição, onde um sujeito tenta a fuga por provavelmente não querer estar nesse lugar, pois sabe-se, a partir dos registros dos enfermos, que alguns pacientes eram remetidos por seus parentes, ou também pelas autoridades das Intendências Municipais, ou algumas vezes saíam por insubordinação.

O caso exposto acima também demonstra a importância da pesquisa no Livro de Matrícula Geral dos Enfermos, no sentido de tomar um nome como ponto de partida para compreender o sentido de acesso dos sujeitos à Santa Casa. No caso de Giovanni, esse foi registrado no Livro de Matrícula no dia 03 de março de 1906. Tinha 60 anos, era viúvo, pobre, com a profissão de sapateiro. Sua saída é registrada no dia 28 de março de 1906, por motivo de falecimento. É interessante perceber que a moléstia é registrada como: “fratura no cérebro, por queda”¹¹. O registro da fratura é preenchido no livro logo após as informações da entrada do paciente, o que pode indicar que nem sempre a moléstia era diagnosticada ou então registrada no momento de entrada do paciente¹².

Apesar desse caso ter ocorrido em um ano que não abrange a temporalidade proposta pela pesquisa, torna-se importante a análise, pois auxilia na comparação das doenças e os motivos do acesso à Santa Casa pelos imigrantes italianos. Nos primeiros anos da imigração, é perceptível que a maior parte desses sujeitos adentravam ao Hospital portando doenças advindas de uma travessia transoceânica. Entre os anos de 1875 a 1880, as doenças são das mais variadas, mas prevalecem os campos em branco, e as doenças gastrointestinais. São prevalentes também as doenças que afetam a pele: como úlceras, queimaduras, eczemas, bem como as doenças das articulações, como o reumatismo e, também, as doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis e a gonorreia. O alcoolismo, a alienação mental e os internamentos que indicam conflitos e dificuldades de inserção do grupo no estado não são prevalentes nesse primeiro momento. Pretende-se avançar a pesquisa até o início do século XX para verificar se há mais ocorrências desses casos¹³. As doenças mencionadas contribuem para a afirmação de que a Santa Casa era procurada como um local de abrigo no momento de

¹¹ Livro de Matrícula Geral dos Enfermos, n. 11 (1904-1906) – Arquivo do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (CHC).

¹² A partir dessa hipótese, torna-se necessário verificar o que consta nos Livros de Porta, nos quais também são registradas as entradas dos pacientes ao hospital.

¹³ Dados coletados no Livro de Matrícula Geral dos Enfermos, n. 4 (11/1873-08/1880) – Arquivo do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (CHC).

chegada dos imigrantes. Uma análise da lente aproximada dos dados presentes no registro de ingresso dos enfermos pode ser fundamental enquanto um caminho para pensar a relação entre doenças, impactos emocionais nos contextos migratórios, exclusão, assistência, controle, conflitos e insucessos.

Conclui-se, a partir destas notas iniciais de pesquisa, que o método de micro-história pode se fazer um excelente meio de análise para compreender o sentido de acesso dos imigrantes italianos à Santa Casa, pois é preciso levar em conta as diversas formas de estratégias e visões de mundo, ou seja, o que significava para o grupo estudado ir até o hospital, em que momentos ele era acionado pelos doentes e pelos seus familiares. Sabe-se que a Santa Casa prestava assistência aos pobres desvalidos, já que são poucos os registros daqueles que pagavam. Visto que a maioria dos imigrantes italianos se declaram pobres, também é necessário problematizar o entendimento da palavra “pobre” a partir das próprias percepções dos atores.

As redes de relação são fatores importantes para a estabilidade da vida do imigrante. A partir dessa afirmação, pode ser levantada a hipótese de que procuravam a Santa Casa se declarando pobres também quando não possuíam auxílio familiar algum, seja na velhice ou na doença.

Fontes

Livro de Matrícula Geral dos Enfermos, nº 4 (11/1873-08/1880) – Arquivo do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (CHC).

Livro de Matrícula Geral dos Enfermos, nº 11 (1904-1906) – Arquivo do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (CHC).

Referências

ALMALEH, Priscilla. *Estudo de gênero no período pós-emancipação a partir dos Registros de Matrícula da Santa Casa de Porto Alegre (1889-1895)*. História Unicamp, v. 3, n. 6, jul./dez. de 2016. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/885>. Acesso em: 20. set. 2020.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. Fontes para a História da cidade e do Rio Grande do Sul: cenários documentais da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. In: Centro Histórico-

Cultural Santa Casa (org.). *Histórias Reveladas I*. Porto Alegre: Editora da ISCMPA, 2009, p.33-40.

_____. Os imigrantes na Santa Casa de Porto Alegre: as possibilidades de pesquisa no acervo do Centro Histórico-Cultural/CHC-ISCMPA (Sécs. XIX e XX). In: VENDRAME, Máira Ines (et. all.) (orgs.). *Micro-História, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Editora OIKOS, 2015, p. 182-199.

BORGES, Stella; COSTA, Rovílio. Do sonho à realidade: criminosos e doentes mentais alienados em Porto Alegre. In: DE BONI, Luis A. (org.). *A presença italiana no Brasil: Volume III*. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Agnelli, 1996, p.406-423.

COSTA, Rovílio. *Imigração Italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. Porto Alegre: EST, 1975.

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: E.S.T. edições, 1991.

DE BONI, Luis Alberto (org.). *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1977.

FLORES, Giane. *Farda, saúde e etnia: a presença de populares negros na polícia de Porto Alegre através dos registros da Santa Casa de Misericórdia (1888 – 1894)*. História Unicap, v. 3, n. 6, jul./dez. de 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5766767>. Acesso em: 20. set. 2020.

FRANCO, Renato. Por uma morfologia da caridade. In: KORNDÖRFER, Ana Paula; BRUM, Cristiano E.; ROSSI, Daiane S.; FLECK, Eliane; QUEVEDO, Éverton R. (orgs.). *História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores*. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 9-17.

GARDELIN, Mario. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: Fontes Literárias*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1988

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIULI, Matteo. “*Morfologia social e contextualização topográfica: a micro-história de Edoardo Grendi*”. Revista Brasileira de História, n. 76, 2017.

GRENDI, Edoardo. *A microanálise e história social*. Exercícios de Micro-história. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009, p. 19-38.

HUTTER, Lucy Maffei. O imigrante e a questão da saúde. In: DE BONI, Luis A. (org.). *A presença italiana no Brasil: Volume III*. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Agnelli, 1996, p. 336-379.

IANNI, Constantino. *Homens sem Paz: Os conflitos e os bastidores da imigração italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

KORNDÖRFER, Ana Paula; BRUM, Cristiano E.; ROSSI, Daiane S.; FLECK, Eliane; QUEVEDO, Éverton R. (orgs.). *História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores*. São Leopoldo: Oikos, 2017

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: *A Escrita a história: novas perspectivas* / Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p.133-161.

LEVI, Giovanni. “Micro-história e história global”. VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre (org.). *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 19-34.

LIMA, Henrique Espada. Micro-História. In: VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012 (pp. 207-223).

MARQUIEGUI, Dedier Norberto. *El lugar de la locura: Una lectura a partir de los Registros Internos de la Colonia Nacional de Alienados Dr. Domingo Cabred de Open Door a principios del siglo XX*. Universidad Nacional de Luján. Programa de Estudios Geográficos; Anuarios Geográficos, 2013, 1-13. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/26156>. Acesso em: 28. ago. 2020.

MÜHLEN, Caroline von. *Réus e vítimas: criminalidade, justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã (São Leopoldo, 1846-1871)*. Tese de doutorado em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

NASCIMENTO, Mara Regina. Fios que se entrelaçam: A Santa Casa de Misericórdia e a urbanidade em Porto Alegre, no século XIX. In: Centro Histórico-Cultural Santa Casa (org.). *Histórias Reveladas I*. Porto Alegre: Editora da ISCMPA, 2009, p.11-32 OLIVEIRA, Daniel. *Morte e vida feminina: mulheres pobres e condições de saúde e medicina da mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1890)*. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. (Dissertação de mestrado).

REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 7-37.

ROSSI, Daiane. *Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)*. Doutorado em História das ciências e da saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Casa Oswaldo Cruz, 2019.

SANGLARD, Gisele. Pobreza e assistência na escrita da história. In: KORNDÖRFER, Ana Paula; BRUM, Cristiano E.; ROSSI, Daiane S.; FLECK, Eliane; QUEVEDO, Éverton R. (orgs.). *História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores*. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 19-39.

SCOTTI, Zelinda Rosa. *Que loucura é essa?: loucas e loucos italianos no Hospício São Pedro em Porto Alegre/RS (1900-1925)*. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em História da PUCRS, 2013. (Tese de doutorado).

VENDRAME, Máira Ines. Mobilidade, redes e experiências migratórias: algumas reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridional. In:

VENDRAME, Maíra Ines (et. all.) (orgs.). *Micro-História, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Editora OIKOS, 2015, p. 200-223.

_____. *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

_____. *Micro-história e história da imigração: pensando o problema do equilíbrio e da complexidade*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 267-288, jul. /set. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180310252018267>.

WADI, Yonissa, M. *A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

WEBER, Beatriz. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. São Paulo: EDUSC, 1999.

WITTER, Nikelen. *Males e Epidemias: Sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Niterói, RJ. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2007.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi Feitiço: As práticas de Cura no Sul do Brasil. 1840-1880*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

De Belluno para o mundo: a migração veneta no século XXI

Leonardo de Oliveira Conedera¹

Introdução

A partir do princípio do século XXI, observa-se o recrudescimento da mobilidade de italianos para o exterior. Além disso, vislumbram-se uma série de novas fontes que podem ser exploradas pelos historiadores – que estudam os processos migratórios – como sites, redes sociais (Facebook, Instagram), jornais, podcasts, livros entre outros espaços onde estes novos migrantes compartilham e narram a respeito de suas experiências de deslocamento.

Sabe-se que o fenômeno migratório, nos últimos decênios, recebeu grande destaque no campo acadêmico internacional. Segundo os dados divulgados pelas Nações Unidas, o número de migrações internacionais era de 75 milhões de indivíduos em 1965, enquanto na última década do século XX já alcançava 175 milhões de indivíduos. Em 2015, foi registrado o número de 244 milhões. Evidencia-se, por intermédio desses dados, que nos últimos tempos diversos pesquisadores atentam para o fato que se está observando uma evidente *Age of Migration* (Era das Migrações) (ZANFRINI, 2016).

Então, o presente texto pretende explorar as possibilidades de observar este novo contexto de deslocamentos a partir das próprias narrativas dos migrantes que escrevem e refletem acerca das suas trajetórias migratórias. Assim, primeiramente, apresenta-se um breve panorama da migração italiana entre o período da Grande emigração e o presente na província de Belluno (Região do Veneto).

Posteriormente, aponta-se a questão do associativismo e as ações da Associazione Bellunese nel Mondo (ABM) no âmbito da temática da migração. A saber, trata-se de apresentar aspectos da história e ações da ABM em meio ao processo migratório na província de Belluno e na Itália. Por fim, apresenta-se e analisa-se três trajetórias publicadas no livro *Emigrazione 2.0: Storie di Giovani expats bellunesi de migrantes provenientes de Belluno*: Alessandro Gaz (Japão); Andrea Lafisca (Brasil); Cristina Cassol (Reino Unido) para se observar o perfil de indivíduos peninsulares que se deslocam pelo globo.

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente é bolsista PNPd-Capes no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: leocone5@hotmail.com.

Entre passado e presente: Belluno uma província de migrantes

A Itália caracteriza-se por uma história migratória particularmente importante: De 1861 a 1962 verifica-se uma mobilidade para fora da península cerca de 26 milhões de italianos. Vários aspectos desencadearam este fenômeno de vastas proporções, entre a segunda metade do oitocentos e o começo do novecentos, como o grande aumento da população no interior da Península e a sua densidade, o atraso da economia industrial e comercial, incapaz de absorver a mão de obra excedente, a crise na agricultura com uma forte presença do latifúndio, a praga da malária dentre outros (como fatores endógenos) (CORTESE, 2020).

Como fatores exógenos para o êxodo a oportunidade de emigrar oferecida por países interessados na mão de obra imigrante. Angelo Trento (1989) aponta que os países sul-americanos desejavam absorver a mão de obra estrangeira, primeiramente, por questões demográficas, mas também porque era necessário ocupar as terras não cultivadas e aumentar a população. Além disso, tanto para o processo de imigração como para o de colonização, os governos sul-americanos, como foi o caso do brasileiro, custeavam, muitas vezes, as despesas de famílias estrangeiras para se transferirem.

Nesse mesmo sentido, dentre o final do século XIX e início do XX, Ercole Sori (1979) destaca que outro importante catalisador de mão-de-obra imigrante foi o agente de emigração que, em muitos municípios italianos, estabelecia postos para atrair indivíduos fragilizados pela crise econômica que estivessem dispostos a tentar a sorte longe da Itália. Entretanto, é imprescindível sublinhar que, muitas vezes, os migrantes foram ludibriados com promessas de que encontrariam no novo país plenas condições de vida.

No estudo da longa temporada da mobilidade italiana, segundo Antonio Golini e Flavia Amato (2001) propõem que a primeira fase ocorre de 1876 a 1900, o segundo de 1900-1914 (fase da chamada “grande migração”), o terceiro corresponde ao período entre as duas guerras e o quarto referente ao pós-Segunda Guerra Mundial que alcança a década de sessenta do século passado.

Mas em meio a esta grande mobilidade de peninsulares, cabe destacar a peculiaridade dos fluxos migratórios originários da Província de Belluno. Dentre os anos de 1876 e 1915 partiram para o exterior 589.872 *bellunesi*. Este número refere-se a 32,4% daqueles italianos que migraram da *Regione* do Veneto (CORTESE, 2020). E este grande êxodo verificado na província de Belluno causou um grande impacto demográfico na região. Vale lembrar que este grande êxodo se deve também ao fato das adversidades existentes para muitos indivíduos e suas famílias, pois a Província de Belluno caracteriza-se por ser uma área de montanha. Os

destinos escolhidos pelos emigrantes bellunesi, foram os países europeus para mais de 90% daqueles que deixaram a província. No entanto, vale lembrar que muitas famílias bellunesi também se deslocaram para metas transoceânicas como os Estados Unidos, Argentina e Brasil, principalmente, nos anos da “grande emigração” (CORTESE, 2020).

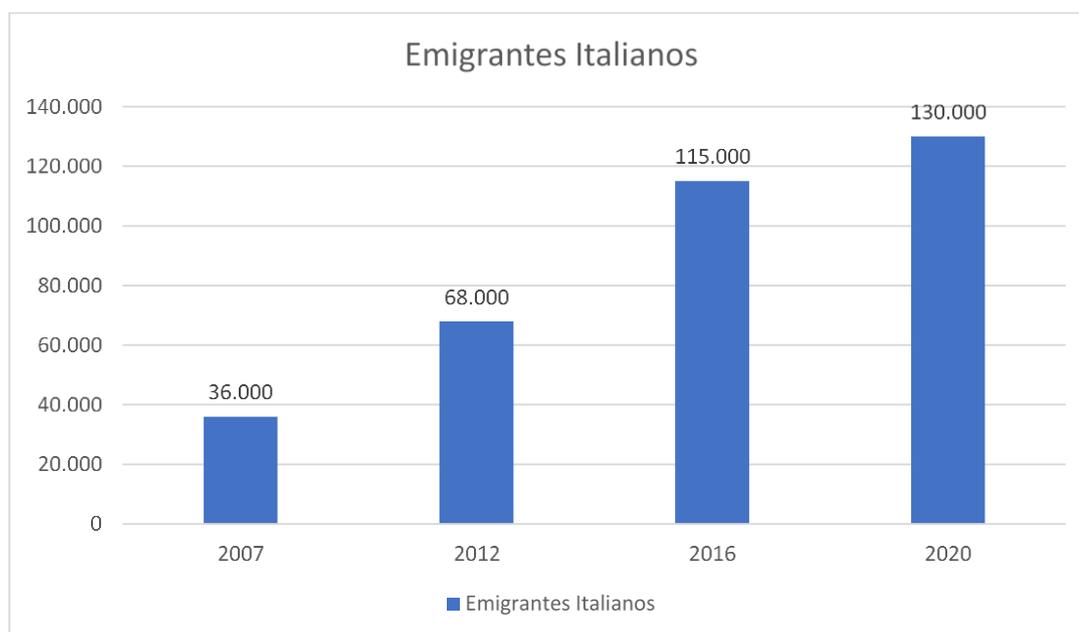
Sabe-se que não foi somente entre o final do oitocentos e princípio do novecentos que se verificou uma forte mobilidade na província de Belluno, durante os anos do Entre Guerras bem como no pós-Segunda Guerra. De acordo com os censos demográficos italianos efetuados, entre os anos de 1921 e 1936, percebe-se a uma forte diminuição da população na província de Belluno que registra uma população residente, que passou de 259.275 para 216.333 habitantes entre a início da década de 1920 e a eclosão da Segunda Guerra Mundial (CORTESE, 2020).

Após o final do segundo conflito mundial, entre anos de 1959 e 1976 evidencia-se a cifra de 344.908 venetos que partiram da *Regione*, que se refere a 10% dos registros de peninsulares que se transferiram da Itália para outros destinos. Ainda neste contexto a Província de Belluno permanece como uma zona que alimenta os fluxos migratórios de indivíduos que partiam do Veneto. Nesta fase os países preferidos eram a Suíça e Alemanha (CORTESE, 2020).

Vale lembrar que a Itália, transformou-se em um país industrial e desenvolvido no final do século XX, e, conseqüentemente, tornou-se uma meta para os movimentos migratórios internacionais. No entanto, sem ter deixado a sua conotação de “país de emigração” ao mesmo momento que assumia um novo caráter de “país de imigração” (PUGLIESE, 2003).

Segundo os dados do ISTAT (Instituto Nacional de Estatística da Itália), a emigração na Península iniciou a crescer novamente no princípio do século XXI. O instituto demonstra em seus levantamentos um recrudescimento da quantidade de peninsulares partindo do país ano após ano com o começo do terceiro milênio. Na atualidade, o Veneto constitui-se como a terceira *Regione* na Itália em cifras de indivíduos que partem da península nos últimos anos.

Quadro 1 – Números da Mobilidade Italiana



Fonte: ISTAT.

Nessa nova fase da emigração italiana pode-se observar uma maior participação feminina, que representa mais de 40% daqueles que deixam a Itália. Outro aspecto significativo é que mais de 60% dos indivíduos migrantes nos últimos anos encontra-se entre a faixa etária de 20 e 45 anos, sujeitos que estão em uma idade de formação universitária, assim como de jovens profissionais recém-formados (que finalizaram uma graduação ou uma pós-graduação). Sendo um grande contingente de migrantes que buscam formação especializada ou inserir-se em um mercado de trabalho internacional (GIERGJI, 2015).

Contudo, ao lado daqueles que se deslocam na atualidade em busca de novos horizontes de formação e trabalho, encontra-se também um outro grupo. Precisa-se referir que um novo fenômeno, mesmo não sendo muito numeroso, aquele da mobilidade dos aposentados italianos em direção aos países do Leste e Sul do globo, onde o custo de vida é menor e viabiliza a perspectiva para muitos viverem de uma forma mais confortável com as suas aposentadorias resultantes dos seus anos de trabalho na península.

Nesse panorama migratório da emigração do começo do século XXI, sabe-se que a crise econômica internacional, desencadeada em 2007-2008, incidiu ferozmente na estrutura produtiva italiana, dificultando sucessivamente a situação já complicada e produzindo danosas consequências no mercado de trabalho italiano. Tal quadro proporcionou um contexto de desemprego, que cresceu nos últimos tempos (principalmente entre os italianos mais jovens) (GIERGJI, 2015).

Portanto, pode-se precisar que – tanto no passado, como ao longo do novecentos e na atualidade – para muitos indivíduos a experiência da mobilidade é vivenciada por diversos italianos originários da *Regione* do Veneto e das comuni da província de Belluno onde se evidencia uma forte cultura da mobilidade.

Associazione Bellunesi nel Mondo: associativismo e migração

De acordo com os dados de 2007 do *Ministero degli Affari Esteri*, as associações de italianos no exterior alcançam a quota de 5.944, para, aproximadamente, um milhão e meio de italianos participantes. A partir deste panorama, o canal associativo propõe a oferta de visibilidade das comunidades de emigrantes e seus descendentes e representa um espaço, muitas vezes, privilegiado nas relações das instituições do Estado italiano e as suas *Regioni* com estas comunidades, embora o número de sócios destas associações não abarque a inteira coletividade de peninsulares residentes no exterior (LICATA ET ALL., 2016).

Mas além das associações fora da Itália organizadas por migrantes e seus descendentes, existem entidades que atuam na mesma perspectiva no interior da Itália como Associazione Bellunesi nel Mondo, Veneti nel Mondo, Trevisani nel Mondo entre várias outras instituições com o mesmo escopo na *Regione* do Veneto, como em outras localidades dentro da Península.

Em janeiro de 1966, se constitui em Belluno a Associazione Emigranti Bellunese, que daria nome para a atual Associazione Bellunesi nel Mondo (ABM). A associação nasceu com o objetivo de ser uma instituição que fosse um elo entre os migrantes e a comunidade que permaneceu na província de Belluno. Em seus primeiros decênios de existência contou com o apoio de uma vasta representação dos seus sócios fundadores, voluntários provenientes das mais distintas experiências profissionais e associacionistas, além disso a ABM recebeu o auxílio de instituições como a Administração provincial, a Câmara de comércio, os Patronatos Escolásticos e várias operárias e associações católicas (ASSOCIAZIONE BELLUNESE NEL MONDO).

Os primeiros 15 anos de existência da ABM caracterizaram-se por uma complexa e articulada obra de tutela e salvaguarda dos principais direitos civis do cidadão emigrado: previdência, assistência instrução dos filhos em casa, dupla cidadania, retorno entre outras ações. Cabe referir que a associação combateu por anos em primeiro lugar, distinguindo-se pela sua ação nas questões referentes a zona do *Triveneto* e nacional da Itália.

Dentre as ações iniciais da ABM foi aquela da pesquisa dos *bellunesi* esparsos em todo o mundo: um trabalho paciente foi levado em termos de várias décadas por voluntários religiosos e laicos que transitaram milhares de quilômetros na Europa a procura de migrantes originários da província de Belluno. Então, a associação propõe ser um instrumento de ligação e de agregação, e nesse sentido foram ao longo do tempo estabelecendo as “Famiglie Bellunesi” (associações ABM em cidades e países onde existam migrantes e descendentes de origem *Bellunese*). A primeira ABM (*famiglia Bellunese*) fora da Itália foi criada na Suíça em 1966, mas hoje se difundiram famílias em mais de 80 países.

No Brasil, existem 21 “Famiglie” associadas a ABM. A maioria das destas coirmãs encontram-se em cidades nos estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) da Região Sul do País. Percebe-se que a maioria das “Famiglie” surgiram em municípios, como onde se historicamente ocorreu uma significativa migração italiana, especialmente, em locais onde inúmeros colonos provenientes do Veneto se deslocaram.

O nome da Associazione Bellunese nel Mondo significa compreender uma gama mais ampla de pessoas que em todo o mundo preservaram as características e a memória da sua terra e que procuram relações com esta. Neste cenário emergiram as novas realidades do Brasil e de alguns outros países do Leste da Europa, nos quais surgiram novas “Famiglie” (sedes associadas a ABM) no interior das comunidades dos descendentes, especialmente, daqueles emigraram no período da grande emigração. “Famiglie” formadas, sobretudo, por jovens, que se distinguem por uma vontade de manter, reconstruir e preservar com as suas “raízes”. Além disso, uma enorme disposição de desenvolver e tecer relações culturais e econômicas com a terra de origem (ASSOCIAZIONE BELLUNESE NEL MONDO).

A Associazione Bellunese nel Mondo, criou um jornal para servir de conexão entre os emigrantes e, assim, nasceu “Bellunesi nel Mondo” um periódico, mensal em fevereiro de 1966. Recentemente, o jornal também recebeu uma edição on-line, adequando-se as novas tecnologias com a finalidade de comunicar e, sobretudo, para se aproximar de uma linguagem da realidade das novas gerações mais jovens. Além disso, nos últimos decênios busca aproximar-se a partir de várias iniciativas por meio da internet com ações no site da ABM, bem como atividades por Youtube, Facebook, assim como em transmissões radiofônicas e televisivas (na *Regione* do Veneto).

Entre as iniciativas em defesa dos migrantes, a ABM defendeu o direito ao voto dos italianos no exterior em 2001. A ABM assim como outras entidades na península e fora dela ações no sentido de defender ações que garantissem os direitos e viabilidades de contato do indivíduo que emigrou ainda ter de alguma maneira um vínculo com a sua zona de Origem

em Belluno, bem como o sua *Regione* e país. Nesse sentido a ABM atuou por intermédio de seu jornal e demais canais de comunicação, divulgação e operosidade amplos no reconhecimento no contexto do associativismo de emigração, no Parlamento italiano e na *Regione* do Veneto.

A partir do século XXI, Associazione Bellunesi nel Mondo adaptou-se e dedicou particular atenção as mudanças históricas que o mundo da migração atravessou. A realidade modificou-se para as significativas transformações do mundo produtivo dos países de tradicional recepção dos emigrantes provenientes de Belluno. Outra mudança das últimas décadas na qual a ABM adaptou-se é preservar, valorizar e estabelecer contato com as novas gerações das emigrações históricas, isto é, as novas gerações dos netos e bisnetos (ASSOCIAZIONE BELLUNESE NEL MONDO).

A sede da ABM em Belluno possui uma Biblioteca da emigração e um Museo, pontos de referência para quanto querem aprofundar as temáticas da história e da atualidade do mundo da emigração. A Biblioteca, nomeada Dino Buzzati, junto a “Belluno senza frontiere” (Belluno sem fronteiras), que surgiu com a intenção da associação de promover e gerenciar a parte cultural, por alguns anos é promotora de iniciativas, como a apresentação de publicações, a organizações de congressos, a visita de locais significativos para a emigração.

Recentemente, a atenção da ABM dirigiu-se para a pesquisa e a agregação dos “talentos” *bellunesi* no exterior, pessoas afirmadas nos campos mais variados no sentido de receber ideias propostas, recursos e iniciativas para a província de Belluno, e de outra forma a nova mobilidade que a cada ano no mundo algumas dezenas de jovens a procura de experiências e de profissionalismo satisfatório, nos campos da pesquisa, da técnica, da economia de vanguarda. Assim, em 2008, com o suporte da Câmara de Comércio e da Provincia di Belluno “Bellunoradici.net”, uma rede social network que agrega dezenas de talentos *bellunesi* no exterior.

Figura 1: Museu da Associazione Bellunese nel Mondo



Fonte: MIM Belluno: Museo interattivo delle migrazioni.

Outra ação muito interessante por parte da ABM foi a criação de uma rádio, bem como a disponibilidade de arquivos de podcast de seus programas radiofônicos que tratam de notícias acerca da província de Belluno, bem como de projetos que visam abordar a temática migratória como o projeto Emigrazione 2.0²;

A trajetória da Associazione Bellunese nel Mondo apresenta o percurso de uma instituição que, desde a sua criação, procurou estabelecer um elo entre os migrantes da província de Belluno a sua província, *Regione* e país mesmo, quando estes se encontram no exterior. Além disso, ao longo do tempo, a ABM remodelou suas iniciativas com a finalidade de se adaptar as novas demandas com a finalidade dialogar com as migrações do passado, assim como a do tempo presente.

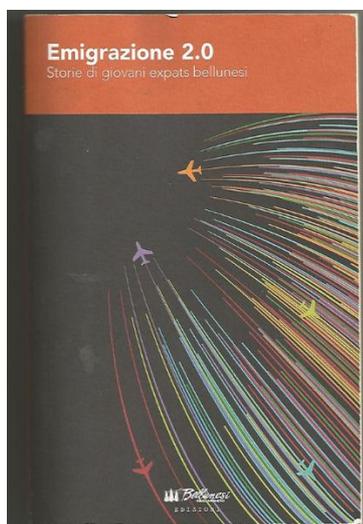
Mobilidade de Bellunesi no século XXI

A partir do livro – Emigrazione 2.0.: Storie di Giovani expats bellunesi, organizado por Marco Crepez e publicado pela Associazione Bellunese nel Mondo – pode-se conhecer a trajetória de 48 migrantes de origem veneta e bellunesi nos século XXI. Vale lembrar obra citada permite conhecer narrativas escritas dos próprios migrantes que vivenciam a experiência da mobilidade nos anos 2000. Para se apontar algumas características da migração bellunese e italiana, nesta nova fase histórica, aponta-se os percursos de Alessandro Gaz;

² Projeto Emigrazione 2.0. são programas e podcast com migrantes ou descendentes de migrantes Bellunesi que relatam sobre as suas experiências migratórias, bem como os seus vínculos com a cultura Bellunese e italiana.

Andrea Lafisca e Cristina Cassol para se observar o perfil de indivíduos peninsulares que se deslocam pelo mundo nos últimos dois decênios.

Figura 2: Emigrazione 2.0.: Storie di Giovani expats bellunesi,



Fonte: Associazione Bellunese nel Mondo

Alessandro Gaz nasceu na cidade de Feltre e cresceu na província de Belluno. Quando jovem, ingressou na Universidade de Padova onde se formou como físico de partículas. Gaz, ao longo da sua formação universitária, já percebia pelo mercado de trabalho que, como um físico de partículas, seu destino seria fora da Itália. Então, após concluir sua graduação, Alessandro Gaz migrou para os Estados Unidos para realizar seu doutorado. Gaz (2017, p.15, tradução do autor) comenta que

Sucessivamente passei quatro anos e meio na CERN (Organização Europeia pela pesquisa Nuclear) em Genebra, para depois retornar para a Itália com uma oportunidade de pesquisa na Universidade de Padova. A partir de 2016, me transferi para o Japão, onde possuí uma oportunidade de trabalhar como professor Associado na Universidade de Nagoya, sempre no campo da Física de Partículas.

Assim como, Alessandro Gaz, Andrea Lafisca também precisou arrumar suas malas e partir para o exterior. Lafisca nasceu em Padova, mas com seus avós paternos e maternos moravam na província de Belluno, em sua infância passou longas temporadas nos bosques e montanhas do território bellunese. Andrea Lafisca laureou-se em medicina veterinária na Universidade Ca'Foscari e por alguns anos exerceu sua profissão na Regione do Veneto, constituiu a família (tendo esposa e 2 filhas). No entanto, as suas condições de trabalho

complicaram-se após a crise de 2007 e 2008 que se abateu sobre a economia global e que prejudicou vários setores produtivos de inúmeros países como a Itália. E Andrea Lafisca (2017, p.34 traduções do autor) aponta que

Decidi emigrar porque quando minha esposa veio viver comigo na Itália iniciou a crise. Eu perdi o trabalho que eu fazia e no qual eu era bem remunerado. Precisei começar a fazer outro trabalho, mais distante, à noite e perigoso. Eu não estava contente, eu recebia pouco e, nem mesmo minha esposa estava contente. Ela trabalhava fazendo a limpeza no hospital. Eu me levantava às 3 horas para ir trabalhar, e elas às 5 horas. Eu pensava que no Brasil poderíamos construir algo melhor, eu pensava que pudéssemos ser mais livres, mais felizes.

No Brasil, Lafisca encontra possibilidades de inserção desempenhando sua mesma formação de veterinário. Além disso, Lafisca especializa-se na sua atividade profissional cursando mestrado e doutorado na Universidade Federal de Viçosa e Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro respectivamente. Atualmente, reside em Minas Gerais, e desenvolveu sua própria empresa que presta serviços de trabalhar na área de alimentos ou de aquicultura e atuar em prol das empresas do setor.

Como já comentado, neste novo contexto de mobilidade italiana, as mulheres também são protagonistas neste fenômeno contemporâneo. E pode-se exemplificar estes deslocamentos a partir da trajetória de Cristina Cassol. A migrante nasceu em Belluno e concluiu seus estudos como técnica contábil. Cristina Cassol (2017, p.63 traduções do autor) destaca que

Sou influenciada pela minha paixão por línguas e pela cultura inglesa, passei por um período de estudo e trabalho em Devonshire. Após o meu retorno a Belluno, tive a sorte de trabalhar na Luxottica e Marchon continuando o estudo de línguas, especificamente, espanhol e alemão. Em 2013, fui ao encontro do meu marido em Brighton na Inglaterra e, em pouco tempo estando ali, fui contratada pela American Express, empresa líder nos serviços financeiros. Esta experiência foi o trampolim para alavancar minha carreira no Reino Unido.

Cassol, atualmente, vive com o marido e os filhos em Edimburgo (Escócia). E viu na migração um caminho na busca dos seus objetivos profissionais, mas mesmo vivendo há alguns anos no exterior valoriza suas origens italianas e seus vínculos com a península.

Os 3 migrantes exibem origens comuns e uma forte relação com a província de Belluno, mas também revelam metas migratórias distintas como Japão, Escócia e Brasil. Os

migrantes demonstram uma migração espontânea, que se encontra interligada com suas pretensões de melhores oportunidades profissionais, bem como a busca de uma vida melhor.

Outro aspecto interessante, é que Alessandro Gaz e Cristina Cassol migram para novos destinos onde não se verifica uma forte presença italiana em relação as migrações do passado, Enquanto, Andrea Lafisca transferiu-se para uma meta histórica onde houve uma grande migração italiana e veneta, especialmente, no contexto da “grande emigração”.

Além disso, as narrativas dos três migrantes, além de descarem suas percepções e experiências acerca da migração, referem suas relações e percepções a respeito da província de Belluno. Alessandro Gaz (2017, p.15-16 tradução do autor) refere que

O território de Belluno é bellissimo. Dele tive muita nostalgia quando eu estava no exterior. Devemos valorizá-lo e preservá-lo para as gerações futuras. Assim como o restante do país, talvez não percebamos plenamente o quanto seja rica de competências e de profissionalidades e do quanto, às vezes, baste superar velhos vitimismos e regionalismos para poder sobressair em muitos setores.

Enquanto, Cristina Cassol frisa que

Associazione Bellunesi nel Mondo é um bom ponto de encontro para todos aqueles que vivem no exterior. (...) Tal instrumento seguramente favorece a formação de uma rede de contatos e informações, e permite a todos emigrantes de sentir-se ainda parte da comunidade bellunese.

Fora os as observações sobre o território e o trabalho do associativismo. Outro tema recorrente nas narrativas dos novos migrantes é a saudade dos saberes e os hábitos do cotidiano na terra de origem que se verifica na fala de Andrea Lafisca (2017, p. 34 traduções do autor) que expõe

Da Itália me faltam coisas que eu nunca imaginaria: me falta ouvir e falar em dialeto (mesmo que na Itália eu não gostava), me falta a neblina, me faltam os meus amigos (com quem converso via WhatsApp mas não é a mesma coisa...) Me falta o sabor do pão, do óleo de oliva e da manteiga sem sal. Me falta a minha família e sempre espero de poder vê-la – ainda ao menos mais uma vez – para dizer a eles o quanto me faltam, e o quanto os quero bem.

Assim como, no passado, os emigrantes da atualidade demonstram, a partir dos seus textos, fortes sentimentos e nostalgia, quando traçam seus comentários acerca da Itália. A partir do cenário mais tecnológico, os novos migrantes permanecem muito interligados com seus locais de origem por intermédio do acesso a sites (de jornais e associações),

videochamadas por WhatsApp e na medida do possível viagens de férias para visitar familiares e amigos que permaneceram no país natal.

A publicação de *Emigrazione 2.0.: Storie di Giovani expats bellunesi* é uma fonte muito interessante para conhecer a realidade e os percursos de migrantes italianos do século XXI que refletem sobre seus percursos pessoais. A partir das narrativas dos migrantes é possível identificar o a trajetória e o presente de um sujeito confrontam-se pela escrita si. Segundo Maria Teresa Cunha (2007) o indivíduo, quando escreve sobre si mesmo, antagoniza-se com seus projetos de vida, suas escolhas, suas premências que são elencadas por ele mesmo ou que se instituem pela educação.

Vale referir que o relato sobre a experiência migratória, o indivíduo narra sobre uma etapa importante de sua própria história, e conta a respeito de sua trajetória de vida, não reconstrói, ele mesmo, o objeto de pesquisa; compõe um testemunho, a matéria-prima para o conhecimento histórico e social que busca, por intermédio da escrita do migrante e da experiência por ele vivida, entender as relações sociais que transcorreram no seu percurso (CONEDERA, 2020).

Em síntese, a possibilidade de acessar escritas dos migrantes permite compreender o olhar dos protagonistas que vivenciam os deslocamentos, assim como observar que a migração não é um fenômeno que pode ser visto e analisado somente pelos números e em termos quantitativos. Ou melhor, precisa-se ler e ver os migrantes para se entender complexidade dos processos migratórios.

Considerações finais

A “nova” emigração de italiana, no século XXI, auxilia a compreender os indivíduos que vivem em constante mobilidade. A saber, segundo Delfina Licata (2017) os migrantes peninsulares inscrevem-se hoje em um fenômeno que não é o de abandonar a terra de origem, mas a de participar da multilocalidade.

A atual mobilidade italiana continua revelando uma forte dinâmica de deslocamentos em zonas cujo fenômeno migratório é uma constante, como é o caso da província de Belluno. Porém, é importante lembrar que cada período histórico apresenta circunstâncias distintas que influem sobre indivíduos que decidem partir de sua terra natal.

Outro aspecto interessante é evidenciar o trabalho de instituições como os das associações relacionadas as comunidades migrantes, como *Associazione Bellunesi nel Mondo* cujo trabalho vislumbra o fenômeno migratório por intermédio de diversas iniciativas

(impresas, radiofônicas ou mesmo disponibilizadas no meio digital), possibilitando o acesso de informações para os migrantes, seus descendentes e para os investigadores dados e documentações a respeito do fenômeno migratório dos séculos passados (século XIX e XX), como também do tempo presente.

O percurso da ABM demonstra como as associações também estão se modernizando para dialogar com as transformações dos novos fenômenos migratórios, bem como destacam uma necessidade de preservarem laços e um trabalho voltado para as novas gerações relacionadas à migração de migrantes que continuam deslocando-se ou mesmo dos netos e bisnetos das gerações passadas.

Por fim, com o presente texto buscou-se apresentar as trajetórias de 3 migrantes bellunesi no contexto do século XXI, bem como destacar o trabalho de divulgação de suas narrativas por uma obra editada pela Associazione Bellunese nel Mondo, que se configura em uma instituição que atua e promove temas vinculados ao processos de deslocamentos do passado e presente, e que merece uma atenção por parte dos estudiosos da migração.

Referências

ASSOCIAZIONE BELLUNESE NEL MONDO. Disponível em: <https://www.bellunesinelmondo.it/> acessado em 20 de jun. de 2021.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. Um Lucano no Novo Mundo: a trajetória de Giuseppe Antonio Marramarco em Porto Alegre In: DE RUGGIERO, Antonio; CONEDERA, Leonardo de Oliveira (Org.). *Entre a Itália e o Brasil Meridional: História Oral e narrativas de imigrantes*. Porto Alegre: editora Fi, 2020. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

CORTESE, Antonio. Breve note: sull'emigrazione dei Bellunesi. In: *Rivista Bellunese nel Mondo*, n.13, p.5-7, Belluno: edizione Bellunesi nel Mondo, 2020.

CREPAZ, Marco (a cura). *Emigrazione 2.0.: Storie di Giovani expats bellunesi*. Belluno: edizione Bellunesi nel Mondo, 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do Baú ao Arquivo: Escritas de si, escritas do outro. *Patrimônio e Memória (UNESP. Online)*, v. 3, p. 45-62, 2007.

GIERGJI, Iside (a cura di). *La nuova emigrazione italiana: cause, mete e figure sociali*. Venezia: Edizioni Ca' Foscari, Digital Publishing, 2015.

GOLINI, Antonio; AMATO, Flavia. Uno sguardo a um secolo e mezzo di emigrazione italiana. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (Orgs.). *Storia dell'emigrazione italiana: Partenze*. Roma: Donzelli, 2002. p. 45-60.

LICATA, Delfina et all. Fondazione Migrantes, *Rapporto Italiani nel Mondo*, Roma: Caritas, 2016.

PUGLIESE, Enrico. *L'Italia tra migrazioni internazionali e migrazioni interne*. Bologna: il Mulino, 2003.

SORI, Ercole. *L'emigrazione italiana dall'Unità alla seconda guerra mondiale*. Bologna: Il Mulino, 1979.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

ZANFRINI, Laura. *Introduzione alla sociologia delle migrazioni*. Bari: Laterza, 2016.

Trajetórias transnacionais e trans-imperiais: exilados políticos contra o Rei Dom Miguel (1828-1837)

Luiz Gustavo Martins da Silva*

Este artigo parte de casos específicos para se compreender a constituição de culturas políticas na Europa e no Império do Brasil, a partir dos anos finais de 1820. Tendo em vista que o presente estudo está em andamento, o que pretendo é analisar trajetórias de vida e situações particulares de indivíduos exilados para propor questionamentos a pesquisa. O tema é o fenômeno do exílio político, especificamente o exílio português, que emergiu no contexto da contrarrevolução europeia nas primeiras décadas do século XIX.

Como resultado do golpe de Estado de D. Miguel entre 1828 e 1834, em Portugal, muitos liberais, contrários ao regime do Rei, foram perseguidos e forçados ao exílio na Europa e no Império do Brasil. A partir da apreensão de parte da trajetória desses sujeitos o entendimento é o de que o Mediterrâneo e o Atlântico tornaram-se espaços não apenas de deslocamentos humanos, mas, e sobretudo, de “interconexões múltiplas e dinâmicas”, circulação de ideias, projetos políticos e experiências transnacionais e trans-imperiais (ISABELLA; ZANOU, 2016).

Esta pesquisa integra o campo da História política e transatlântica, cujo estudo dos conceitos é atinente à perspectiva teórica e metodológica. A análise de conceitos e ou vocábulos torna-se necessária para a diferenciação entre o tema do exílio e o das migrações internacionais. Quanto à metodologia, um dos recursos é o das biografias coletivas¹ que permite-nos identificar um grupo de exilados intelectuais no Brasil os quais atuaram contra o governo miguelista, ao lado de D. Pedro I e de sua filha Maria II. Alguns deles, envolveram-se com a carreira jornalística, publicando periódicos; outros, tornaram-se professores e membros de institutos, sociedades e revistas científicas, inclusive contribuíram nas suas fundações.

Conceitos: exilado, emigrado e exílio no século XIX

Os conceitos de exilado, emigrado e exílio são centrais neste estudo e para melhor clareza na abordagem do tema, convém apresentá-los a partir de alguns dicionaristas do século

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Agradeço à CAPES pelo recurso financeiro concedido e à UFOP pelo apoio nas etapas da pesquisa.

¹ O método prosopográfico está em sua fase de desenvolvimento. O estudo da micro-história também é imprescindível para esta pesquisa, pois ele possibilita reconstituir as trajetórias individuais dos sujeitos. Assim, este texto ampara-se nas discussões de Pierre Bourdieu (2006), François Dosse (2009) e Alexandre Karsburg (2015), incluídos na bibliografia.

XIX. Com isso, busco sucintamente diferenciar o tema do exílio político do tema das migrações internacionais. O ponto em comum entre esses temas evidentemente é o deslocamento, a mobilidade humana. A natureza e as motivações do exílio, no entanto, apresentam suas particularidades.

Até a década de 1850, “a palavra emigrante referia-se à quem tivesse sido constringido a abandonar o país, independentemente do motivo e do estatuto social. Com as grandes migrações transatlânticas tudo iria mudar” (PEREIRA, 2013, p. 37). De fato, em 1848, Pedro de Sousa e Holstein, marquês de Palmela, referia-se, em suas *Memórias*, o período da presença de exilados liberais portugueses na Inglaterra e França contra o regime de D. Miguel, em Portugal, como a “emigração”. Para o caso português, Mirian Halpern Pereira abordou, entre outros assuntos, a evolução do conceito de emigrante na linguagem administrativo-política.

Vejamos, aqui, o significado dos conceitos de exilado, emigrado e exílio nos dicionários selecionados para este texto:

Quadro 1. significado dos conceitos no século XIX.

Dicionários	Exilado	Emigrado	Exílio
<i>Dicionário da Língua Portuguesa</i> , por Antônio de Morais e Silva (1878)	Que se exilou; condenado ao exílio; que vive no exílio; banido; proscrito; desterrado; indivíduo que vive for a da pátria voluntária ou involuntariamente.	Que emigrou; emigrante; o que deixa seu país para se estabelecer noutro.	Ação ou efeito de exilar-se; expulsão de alguém de sua pátria; banimento, desterro, degredo; tempo que dura essa pena; condição daquele que assim foi expulso.
<i>Novo Dicionário da Língua Portuguesa</i> , por Eduardo de Faria (1851)	[Não consta o significado]	O que abandonou a sua pátria com ânimo de refugiar-se ou estabelecer-se em país estranho.	Desterro.
<i>Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa</i> , por Caldas Aulete (1911)	Homem a quem foi aplicada a pena do exílio.	Que emigrou; o que abandona a pátria voluntariamente para evitar perseguição política etc.	Desterro; expatriação forçada por crimes políticos; degredo; o próprio sítio para onde se retira o exilado; exílio voluntário; etc.

Fonte: elaborado pelo autor.

Como se vê, o sentido comum aos três dicionaristas é o significado de que exilado no século XIX representava um sujeito que foi condenado ao exílio, isto é, viver fora da pátria, com exceção do dicionário de Eduardo de Faria que não descreveu sobre o termo. Nota-se que em 1878, alguns sinônimos do conceito de exilado também foram considerados, como por exemplo, proscrito e desterrado, por Antonio de Morais e Silva.

Além disso, há concordância entre os autores quanto à condição de emigrado, compreendendo que essa significou alguém que deixou o seu país para estabelecer-se em outro. Apenas no dicionário de Caldas Aulete, percebe-se um adicional ao conceito relativo a abandonar a pátria voluntariamente para evitar perseguição política.

No que se refere ao termo exílio, é possível observar uma recorrente associação com o vocábulo desterro e tanto Antônio de Morais e Silva e Caldas Aulete demonstraram o significado vinculado à condenação, no caso, desse último, por crimes políticos. A palavra desterro era usualmente adotada pelos próprios exilados para referirem-se à sua vivência forçada e não conformada longe da pátria.

Existe uma definição de exílio político bem elucidativa a esta aborgagem, feita por Teresa Cierco. Ao problematizar conceitos e particularidades inerentes à cada subcategoria relacionadas ao tema das migrações internacionais na atualidade, a autora afirma que:

um refugiado deixa o seu país de origem para fugir à insegurança, à perseguição e à morte. O refugiado teve que abandonar o seu país, o seu domicílio, a sua família. Não dispõe de recursos financeiros, não domina a língua, a cultura, o direito e o modo de vida do país que o acolhe. É um exilado, que tem que ‘reaprender a viver’ (CIERCO, 2010 p. 17 apud CIERCO, 2017, p. 13)

Assim, se depreende que tornar-se um exilado representa o ato final de “um longo período de incertezas”, quando se falham todas as outras alternativas de sobrevivência. Importa, com isso, a diferenciação do tema do exílio com o tema das migrações, essa não necessariamente tem haver com perseguição política, e no caso do fenômeno do exílio político, com ênfase no liberal português – como se verá a seguir – tratou-se que os indivíduos tornaram-se exilados políticos devido às repressões de um regime de “terror”, na acepção da de uma vítima (GARRETT, 1830, p. 277), que foi o de D. Miguel, irmão de D. Pedro I do Brasil.

O exercício, aqui, que busquei situar os conceitos no século XIX, ao mesmo tempo trazendo sua atualização ou “evolução”, sustenta-se a partir da história dos conceitos o qual “evidencia a diferença que predomina entre um núcleo conceitual do passado e um núcleo

conceitual contemporâneo, seja porque ela traduz o antigo uso linguístico, ligado às fontes, de modo a defini-lo para a investigação contemporânea (KOSELLECK, 2006, p. 116), quer dizer, a história dos conceitos, assim, contempla uma “zona de convergência” em que os conceitos do passado adentram os conceitos atuais.

O exílio entre contra-revoluções

onde meia nação está proscrita, exilada ou encarcerada

Almeida Garret, 1830.

Entre revoluções e contrarrevoluções, o fenômeno do exílio originou-se depois dos anos iniciais de 1820. Para uma síntese dos movimentos liberais e constitucionalistas, as palavras de Carlos Guilherme Mota são elucidativas. Argumentava o historiador, em seu texto, ao abordar a questão nacional do Brasil:

(...) a primeira sublevação eclodiu na Alemanha, sobretudo nos meios universitários, teve caráter constitucionalista e foi prontamente reprimida por Metternich. Na Espanha, militares de Cádiz, organizados para combater os colonos revolucionários da América espanhola, sublevaram-se em janeiro de 1820 sob o comando do tenente-coronel Riego, obrigando o rei Fernando VII a restabelecer a Constituição de 1812. Em Nápoles, em julho de 1820, os ‘carbonários’, sob o comando de Pepe, obrigaram o rei Ferdinando I a submeter-se a uma Constituição; em 1821, no Piemonte, o movimento carbonário impõe uma constituição, logo reprimindo todos pelas forças austríacas, restabelecendo-se o poder absoluto. Na França, em fevereiro de 1820, o duque de Berry, sobrinho do rei, é assassinado, e o movimento da ‘Charbonnerie’ se estende a Saumur, Belfort, Thouars e Colmar. Também na Rússia, com a morte do czar Alexandre I, houve tentativa fracassada de se implantar um regime constitucional (insurreição decabrista, 1825)” (MOTA, 2000, p. 203)

O panorama apresentado por Carlos Guilherme Mota auxilia na compreensão dos espaços geográficos acerca das revoluções, com ressalva da Rússia, ocorridas na Europa no contexto do Concerto da Nações, depois da derrota do Imperador francês Napoleão Bonaparte; apontando, ainda, para as intervenções contrarrevolucionárias, amparadas na Santa Aliança, que buscaram a permanência de uma “Europa absolutista do *Ancien Régime*”, como advertiu o autor.

Com efeito, as revoluções buscaram romper - quer na sua forma radical ou moderada - com a sociedade de antigo regime, substituindo a sua forma de governo para uma monarquia constitucional. No caso específico de Portugal, a “Revolução do Porto” de 24 de agosto de 1820 foi desencadeada por fatores estruturais e conjunturais. Lê-se no verbete de Lúcia Bastos

Pereira das Neves que desde a trasladação da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, instalando-se na capital do Império, Rio de Janeiro, e na sequência os Tratados de Abertura dos Portos às Nações, nesse mesmo ano, e de Comércio e Navegações de 1810 com a Inglaterra, se abalaram as estruturas constituídas ao longo dos séculos. Um exemplo é a quebra do sistema do exclusivo colonial, que afetou pessoas ligadas ao comércio de Portugal, Brasil, Inglaterra e África. A Revolução de 1820, portanto, integra as questões estruturais como a Crise do Antigo Regime e do Sistema Colonial.

A conjuntura política que se passara na ex-metrópole portuguesa, no interior da crise e de um conjunto de fatores externos, bem como a circulação das ideias ilustradas e dos princípios da Revolução Francesa de 1789, repercutidos nas páginas de periódicos como *A Gazeta de Lisboa* (1715-1820) e o *Jornal Enciclopédico* (1820) e, além disso, a influência do restabelecimento em 1820 da Carta Constitucional Espanhola de 1812, também contribuíram para o movimento liberal e constitucionalista iniciado na cidade do Porto, em Portugal. O objetivo da Revolução Liberal de 1820 era “uma regeneração política que procedesse a uma reforma inspirada por ideais liberais, prometendo-se desterrar o despotismo, considerado responsável por todas as opressões” (NEVES, 2001, p. 652).

Ainda, os impactos dessa revolução na ordem estrutural transformou as Cortes consultivas em Cortes deliberativas. Em Lisboa, as Cortes reuniram-se pela primeira vez em 24 de janeiro de 1821, momento em que se aprovou a Constituição Portuguesa em 1822, iniciando o período da Monarquia constitucional². Com isso, definiam-se os princípios liberais da soberania nacional, assentada no povo, bem como da representação política e da separação autônoma dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atribuindo o poder Moderador ao real e subordinando-o ao Legislativo, pertencente às Cortes.

Essa primeira experiência liberal e constitucionalista em Portugal, no entanto, foi breve, durou até 27 de maio de 1823, pois, deveu-se ao movimento contrarrevolucionário da Vila-Francada, liderado pelo Infante D. Miguel, o seu fim. Em decorrência dessa manifestação, as Cortes constituintes foram dissolvidas e a Constituição de 1822 revogada, essa e outras revogações demonstram que se tratou, nesse período, de um golpe de Estado³.

2 Os Diários das sessões das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa entre 1821 e 1822, vê-se em: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821>.

3 António Manuel Hespanha (2004) destacou alguns medidas adotadas pelos contrarrevolucionários ao retomarem as fórmulas legislativas do Absolutismo: a restauração da Intendência Geral da Polícia (04/06/1823); a dissolução das câmaras municipais, eleitas na vigência constitucional, e substituídas pelas anteriores à revolução (10/06/1823); a revogação da lei de impostos de 15/03/1823 (12/06/1823); as comunidades religiosas suprimidas pela lei de 24/10/1822 foram restauradas, com a devolução dos seus bens (14/06/1823); a guarda nacional foi dissolvida e foram restabelecidas as tradicionais “ordenanças” e novas “legiões nacionais” (13/07/1823); extinguiu-se também o Conselho de Estado (14/06/1823).

O rompimento constitucional em Portugal, manteve-se até o ano de 1826, após a morte de D. João VI, em 10 de março desse ano. A contrarrevolução que seguiu-se à Vila-Francada, em 1824, denominado Abrilada, também trouxera anulações e cerca de 800 “prisões” (LOUSADA, 1987, p. 87). Em 1826, D. Pedro IV, I do Brasil, outorgou a Constituição brasileira de 1824 ao Reino, não tendo sido bem aceita pelos ultrarrealistas ligados ao seu irmão D. Miguel, que nesse momento encontrava-se na Áustria.

Assim é que entre 1826 e 1828, se vigorou em Portugal a Constituição de 1826 como garantia da sucessão ao trono à Princesa Maria da Glória, filha de D. Pedro. Ao não cumprir com os acordos prometidos ao seu irmão de se casar com sua sobrinha e do juramento da Carta, D. Miguel ao chegar à Lisboa, em 26 de março de 1828, com o apoio da nobreza titulada e dos setores populares foi aclamado rei absoluto.

Decorreram da ascensão do Infante no cenário português entre 1823 e 1826, a Rei em 1828, prisões, degredos, censuras, mortes por enforcamento e o fenômeno do exílio político; esse último a partir de toda violência do regime, vencido através do golpe de Estado na Coroa, no qual a Constituição de 1826 (e os direitos civis e políticos) foi suspensa. Os processos crime políticos, fontes da repressão, em torno de 1.402, depositados no fundo dos *Feitos Findos*, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, evidenciam as perseguições a indivíduos de diversas *nacionalidades*, brasileiros, portugueses, italianos, espanhóis, entre outras.

Tais processos possibilitam compreender a confluência entre revolução e contrarrevolução no contexto do governo miguelista (GONÇALVES, 2019), e o fenômeno do exílio. A contrarrevolução miguelista revogou a Constituição, como dito. Porém, no plano das ideias, não pôs fim aos princípios do Liberalismo e das Revoluções Francesa (1789), Portuguesa e Espanhola, ambas de 1820. Esses ideais continuaram a circular com força, quer no Mediterrâneo ou no Atlântico, nas Américas.

Até mesmo porque, a resistência não só foi imediata no país, de início na cidade do Porto, em 1828, contra a instalação do regime miguelista, como também foi internacional. Houve o recrudescimento da migração de liberais, na condição de exilados, para outros espaços geográficos como Espanha, Inglaterra, França, Bélgica, Rio de Janeiro, para citar apenas alguns, onde “meia nação (...) estava “proscrita, exilada ou encarcerada”, referência do exilado Almeida Garrett usada como epígrafe acima.

Os exilados em resistência internacional contra o miguelismo

Da “Revolução de 1828”, mobilizada pelo Exército liberal, reprimido pelos miguelistas, milhares de pessoas seguiram para o território espanhol, pela Galiza. Cerca de doze mil – esse número reduziu ao longo do percurso - entre militares, religiosos e civis, temendo a repressão, acompanharam o referido Exército durante a madrugada em 3 de julho de 1828. Nas suas *Memórias*, escritas na Inglaterra, em 1828, Joaquim José da Silva Maia registrou os sofrimentos e insultos pelos quais passaram os exilados portugueses, incluindo ele, durante e após seu itinerário na Europa.

Terminadas de serem escritas no Rio de Janeiro, quando chegara como exilado político, suas *Memórias* foram entregues ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, pelo seu filho Emílio Joaquim da Silva Maia, outro exilado no Império, que viveu as experiências do exílio na Europa junto com seu pai. Esses escritos foram impressos com o título “Memórias Históricas, políticas e filosóficas da Revolução do Porto em maio de 1828 e dos emigrados portugueses em Espanha, Inglaterra, França e Bélgica” (MAIA, 1844), e constituem fonte fundamental da presente pesquisa.

Das doze mil pessoas que acompanharam o Exército constitucional cerca de duas mil e trezentas chegaram à Inglaterra. Apesar de não ser possível medir com exatidão a quantidade de exilados, o quadro a seguir aponta para a dimensão da composição social desse grupo, que depois dispersou-se para os demais países europeus, já citados acima.

Quadro 2. Classes dos emigrados portugueses (em nº.)

Classes	Números
Militares de 1ª e 2ª linha e voluntários	
Brigadeiro	1
Coronéis de 1ª e 2ª linha	36
Tenentes coronéis de 1ª e 2ª linha e capitães-mores	52
Majores ditos	60
Capitães de 1ª e 2ª linha e voluntários	154
Tenentes e cartéis-mestres ditos	142
Alferes ditos e ajudantes	136
Praças de pret. de 1ª linha de diversos corpos	702
Voluntários ditos	610
Total	1890*
Paisanos	
Desembargadores	2
Juízes de fora e corregedores	36
Lentes e opositores da Universidade de Coimbra	4
Bacharéis formados em diferentes faculdades	52
Advogados	32
Médicos	14
Cirurgiões	28
Boticários	10
Frades de diversas ordens	12
Padres seculares, um cônego e alguns abades	25
Empregados civis: escritvães, oficiais de fazenda, comissariados etc.	51
Proprietários e negociantes	66
Mulheres	90
Filhos menores	27
Criados	41
Total	496

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de *Memórias Históricas, políticas e filosóficas da Revolução do Porto em maio de 1828 e dos emigrados portugueses em Espanha, Inglaterra, França e Bélgica*. Obra póstuma publicada por Emílio Joaquim da Silva Maia. Rio de Janeiro: Tipografia Austral, n. 13, v. 1, 1º de maio de 1844, p. 247 apud SILVA, 2019, p. 62.

* Joaquim Maia informou esses dados, porém o cálculo exato seria um total de 1.893 militares de 1ª e 2ª linha e voluntários. Na classe de “paisanos”, ele informou um total de 496, que, na verdade, seria de 490, e afirmou que, reunidas as duas classes, o montante era de 2.386 pessoas.

Voltando aos dois exilados, Joaquim Maia e Emílio Maia, alguns aspectos de suas experiências precisam ser evidenciados, pois suas atuações no Brasil e em Portugal foram significativas. Joaquim José da Silva Maia (1776-1831) era natural do Porto, Portugal, e emigrou-se para o Brasil, em 1796. Entre sua instalação até o ano de 1808 morou no Recôncavo, em vila de Cachoeira, e depois em Salvador.

Casou-se com Joaquina Rosa da Costa e tiveram três filhos, duas meninas e um menino, Emílio Joaquim da Silva Maia que nasceu em 1808. A partir de 1811, matriculou-se na Real Junta de Comércio e envolveu-se no comércio exterior até os anos de 1818. Fazia rotas regulares entre Buenos Aires e Rio Grande de S. Pedro do Sul e seus negócios expandiram-se para a África e Europa. Já integrante do grupo de comerciantes de Salvador, praístas, Joaquim Maia tornou-se figura relevante entre eles, ficando conhecido como “o Maia do Taboão”⁴. Taboão era o local onde ele residia com sua família.

Os anos de 1822 a 1823 foram intensos na vida de Joaquim Maia, pois envolveu-se na guerra civil de Independência da Bahia ao lado do general Inácio Luís Madeira de Mello. O comerciante, tornou-se jornalista e procurador do Senado da Câmara de Salvador em março de 1821, quando essa província aderiu às Cortes de Lisboa⁵. Nesse período, Joaquim Maia publicou seu primeiro periódico, o *Semanário Cívico* (1822-1823) e através dele não apenas criticava as políticas de D. João VI e D. Pedro, mostrando-se contrário à separação do Centro-sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, mais ainda defendia um projeto político de um Império luso-brasileiro, cuja forma deveria ser uma monarquia constitucional amparada nas Cortes de Lisboa⁶.

Joaquim Maia também foi redator do periódico *Sentinella Bahiense* que circulou durante o ano de 1822 com assuntos mais dedicados à província da Bahia. Nesse mesmo ano, em 02 de julho, após a adesão de Salvador à causa da Independência, ele e sua família, temendo as ameaças do almirante Cochrane, seguiram para o Maranhão, onde permaneceram por cerca de três meses, tendo aí jurado a Independência e obtido o passaporte de cidadão brasileiro (como disse ele próprio), e, depois, emigraram “a bordo [seu] do brigue, *Nelson*,” para sua cidade de nascimento, Porto, Portugal (ALVES, 2018, p. 204).

Ao chegar à cidade do Porto, em 01 de janeiro de 1824, Joaquim Maia atuou na imprensa com o *Imparcial*, publicado entre 1826 e 1828, pelo qual defendia a Carta

4 Fonte: *Idade D'ouro no Brasil*, 15 de novembro de 1811, nº 54, f. 04.

5 Para uma visão mais ampla acerca da atuação comercial e do envolvimento de Joaquim Maia na Independência da Bahia, ver dissertação de Walquíria Alves (2018), incluída na bibliografia.

6 A respeito desse periódico, recomenda-se a leitura do livro de mesmo nome de Maria Beatriz Nizza da Silva (2008).

constitucional de 1826, outorgada ao Reino por Dom Pedro. Por esse motivo, foi preso em 27 de março de 1828. Iniciada a Revolução de 1828, já referida, nesse mesmo ano, escapou-se da cadeia da Relação do Porto, e exilou-se com o Exército constitucional na Espanha, Inglaterra, França, Bélgica, desembarcando no Rio de Janeiro, em 1829, com seu Emílio Maia.

Com dito, Emílio Joaquim da Silva Maia nasceu em Salvador, em 1808, e emigrou-se juntamente com sua família para o Porto. Ali, continuou seus estudos que interrompera no Brasil e obteve o título de bacharel em Filosofia Natural em 1824. Envolveu-se na luta da contra a instalação do regime de D. Miguel ao engajar-se no Corpo de Voluntários Acadêmicos e exilou-se juntamente com seu pai e o Exército liberal, percorrendo os mesmos países.

O seu período de estadia no Brasil foi curto, passou meses, e emigrou-se novamente para a Europa para continuar seus estudos, momento em que titulou-se em Ciências Físicas e Matemática e, em 1833, defendeu a tese em Medicina pela Faculdade de Paris: “Ensaio sobre os perigos da amamentação por babás” (BLAKE, 1883, p. 272). Ao retornar para o Brasil, em 1834, Emílio Maia teve relevante atuação na criação sociedades e instituições científicas e de saber, assim como na edição de revistas⁷: membro titulada da Academia de Medicina do Rio de Janeiro; em 1842, foi secretário e diretor da seção de Anatomia Comparada e Zoologia do Museu Nacional; membro e sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; membro fundador da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; e professor catedrático do Colégio Imperial Pedro II, desde 1838⁸.

Joaquim José da Silva Maia e Emílio Joaquim da Silva Maia exilaram-se no Império, em 1829. O Brasil foi um destino para outros exilados portugueses que defendiam as ideias liberais, a Constituição de 1826, já mencionada, e o governo de D. Pedro I e de sua filha Maria da Glória ao trono português, sendo assim, contrários ao regime de D. Miguel. Como destacou a autora Mirian Pereira, “no caso português, a preferência pelo Brasil manter-se-ia até meados do século XX, embora o anti-lusitanismo tenha assumido forma violenta nesta colônia, nomeadamente em 1827-1831” (PEREIRA, 2013, p. 38). No quadro prosopográfico

7 Emílio Maia foi redator da *Revista Médica Fluminense*, publicando várias notas, entre 1834 e 1840. Também redigiu os *Annaes Brasilienses de Medicina*, que sucedeu à revista, bem como a revista *Minerva Brasiliense* e *O Guanabara* entre 1849 e 1850. A atuação de Emílio Maia na redação dessas revistas foi decisória para o início de seus trabalhos na Sociedade Vellosiana de 1850, voltada exclusivamente às Ciências Naturais, na qual contribuiu com diversos estudos.

8 Para uma visão mais detalhada de Emílio Maia na esfera pública, entendido como intelectual no Império do Brasil, ver o trabalho de Lúcia Garcia (2007), base bibliográfica desta pesquisa. A autora privilegiou, entre outras coisas, a análise da produção científica de autoria do intelectual, registrando o ineditismo dos *Estudos Históricos sobre Portugal e Brasil*, inserindo essa obra no contexto de consolidação do Estado Imperial.

recortado, é possível notar a presença de outros exilados políticos no Brasil a partir de 1828, os quais não serão abordados neste texto:

Quadro 3. Quadro prosopográfico de exilados no Brasil

Nome	Condição	Motivações
Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo	Militar	Política e familiar
Joaquim José da Silva Maia	Jornalista	Política
Emílio Joaquim da Silva Maia	Acadêmico	Política e familiar
José Marcelino da Rocha Cabral	Advogado	Política

Fonte: quadro prosopográfico elaborado pelo autor.

Sobre as disputas identitárias entre “ser português” e “ser brasileiro”⁹, de fato, Joaquim Maia, uma vez no Brasil, prosseguiu com sua carreira jornalística ao publicar 104 edições do periódico *O Brasileiro Imparcial*, em 1830. Por meio dele, travou intensos debates com redatores liberais brasileiros no Rio de Janeiro, como por exemplo, Evaristo da Veiga¹⁰, redator do *A Aurora Fluminense*. O fato de sua nacionalidade portuguesa e suas posições políticas anteriores na província da Bahia com o *Semanário Cívico*, tanto a favor das Cortes de Lisboa quanto contra o projeto de separação do Centro-sul, pois fazia a defesa de um projeto de unidade com o Reino, Joaquim Maia foi tratado com forte hostilidade e alcunhas de “recolonizador” e “absolutista”. Em defesa da causa dos exilados, ele não admitia que Evaristo da Veiga, atribuísse a eles o “espírito de desconfiança” para “enfraquecerem a forma do governo que possuímos [Monarquia Constitucional, de D. Pedro I] e substituir-lhe o absolutismo”, “procurando-se introduzir a cizênia entre Brasileiros e Portugueses”¹¹.

Neste artigo, tendo em vista o objetivo maior desta pesquisa, qual seja, a compreensão dos exilados como culturas políticas no Império do Brasil, que contribuíram para a construção do Estado nacional, pretendi, primeiramente, analisar os conceitos de exilado, emigrado e exílio. Essa análise visou situar os termos em seu tempo, no século XIX, com base nos dicionaristas da época, para diferenciar o tema do exílio político do tema das migrações

9 Um das referências importantes para a presente pesquisa é a tese de Gladys Sabina Ribeiro (1997), referida na bibliografia.

10 O *A Aurora Fluminense* (1827-1835) foi fundado por José Francisco Xavier Sigaud, Francisco Chrispiniano Valdetaro, José Apolinário Pereira de Moraes. Em 1829, Evaristo da Veiga (1799-1837) o único redator atribuindo ao jornal um tom político liberal moderado.

11 Fonte: *O Brasileiro Imparcial*, 17 de abril de 1830, n. 31, p. 124, grifos nosso.

internacionais. A diferença reside no fato de o fenômeno do exílio originar-se a partir de uma violência de Estado, ao passo que as migrações não surgem necessariamente por essa natureza. A partir do método da História dos conceitos, foi possível entender que o núcleo conceitual do passado, vinculado às fontes, converge com o do contemporâneo no sentido de que os conceitos do passado adentram os conceitos do presente.

O esforço da investigação justifica-se pelo fato de que o conceito de exilado atribuído aos sujeitos históricos delinea melhor suas trajetórias num contexto específico de suas vidas. Além disso, permite que se entenda as conjunturas de revoluções e contrarrevoluções em que eles estiveram inseridos à época. Sobre esse assunto, apresentei o caso específico de Portugal, com ênfase ao golpe de Estado de D. Miguel (1828-1834), do qual emergiu-se o fenômeno do exílio de portugueses, que expressou-se de diversas dimensões, sobretudo internacionalmente.

Ao recuperar a trajetória de Joaquim José da Silva Maia e Emílio Joaquim da Silva Maia, apresentei um estudo prosopográfico, em andamento, demonstrando a presença de outros sujeitos que também exilaram-se no Brasil em razão das perseguições da contrarrevolução miguelista, em Portugal. Na abordagem das experiências de Joaquim Maia e Emílio Maia, bem como na referência aos demais exilados, foi possível compreender que esse grupo, a despeito das especificidades e escolhas individuais, integrou um círculo de intelectuais, bem como fomentou o espaço público, formando opiniões e embates políticos.

Há que considerar, no entanto, que embora os exilados fizessem a defesa do Liberalismo nesse contexto e até mesmo anterior – no caso de Joaquim Maia quando morava na província da Bahia -, os formas como o fizeram possuem particularidades, visto que vivenciaram conjunturas diferentes, quer na Europa ou no Brasil. Na pesquisa, busco pensar essas nuances para melhor construir a proposta de que eles constituíram-se como culturas políticas liberais e constitucionalistas no Império. Dessa forma, assim, poder-se-á avançar para o entendimento acerca da formação e consolidação dos Estados Nacionais da época contemporânea, sobretudo o Estado brasileiro.

Fontes

Diários das sessões das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa entre 1821 e 1822. Disponível em: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821>. Acesso: em: 21 junho 2021.

Idade D' ouro no Brasil (1811)

O Brasileiro Imparcial (1830)

Referências bibliográficas

Alves, Walquíria de R. T. (2018). *Expectativas para a “nação portuguesa” no contexto da independência: o projeto de Joaquim José da Silva Maia (1821-1823)*. Orientador: Izabel Andrade Marson. 231f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, Lisboa, Tipografia da parceria António Maria Pereira, 1911.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183-191.

CIERCO, Teresa. et al. Esclarecendo conceitos: refugiados, asilados políticos, imigrantes ilegais. *Fluxos migratórios e refugiados na atualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017, p. 11-25.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: Escrever uma vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA, Eduardo de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Volume Segundo, Tipografia Lisbonense de José Carlos d'Aguiar Viana. 2ª. ed., 1851.

GARCIA, Lúcia. Emílio Joaquim da Silva Maia. Um intelectual no Império do Brasil. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 168(437): 67-153, out./dez. 2007.

GARRETT, Almeida. *Portugal na Balança da Europa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1830.

GONÇALVES, Andréa L. Liberalismo e irreligião no reinado de d. Miguel: o caso do pernambucano José Faustino Gomes (Portugal, 1828-1834). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 368-393, 2019.

HESPANHA, António M. *Guiando a mão invisível. Direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004, p. 153.

ISABELLA, Maurizio; ZANO, K. *Mediterranean Diasporas. Politics and Ideas in the Long 19th Century*. N.I.: Bloomsbury, 2016.

KARSBURG, Alexandre de O. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, M. I. et al. *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p.32-52.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contratempo. 3ª. ed. PUC-Rio, 2006, p. 97-119.

LOUSADA, Maria A. *O miguelismo (1828-1834). O discurso político e o apoio da nobreza titulada*. Tese (doutoramento em História). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - Universidade de Lisboa, 1987.

MAIA, Emílio J. da S. *Memórias Históricas, políticas e filosóficas da Revolução do Porto em maio de 1828 e dos emigrados portugueses em Espanha, Inglaterra, França e Bélgica*. Rio de Janeiro: Tipografia Austral, n. 13, v. 1, 1844.

NEVES, Lúcia B. P. das. Revolução do Porto. In: VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 652-654.

NIZZA, Maria B. da S. *Semanário Cívico Bahia, 1821-1823*. EDUFBA. Bahia, 2008.

PEREIRA, Mirian H. A emergência do conceito de emigrante e a política de emigração. In: ARRUDA, J. J. de A et al. *De Colonos a Imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil*. Lisboa: Almeida, 2013, p. 37-45.

RIBEIRO, Gladys S. *A liberdade em construção: liberdade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. 1997. 398f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SILVA, Antonio de M. *Dicionário da Língua Portuguesa*, Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 7ª ed, 1878.

SILVA, Luiz G. da S. *Entre penas e impressos: aspectos da experiência política de exilados liberais na Europa e no Brasil contra o regime de D. Miguel (1826-1837)*. Orientador: Andréa Lisly Gonçalves. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

A questão da transnacionalidade através da análise de um impresso: primeiras aproximações

Marcio Nilander Avila Barreto¹

Neste artigo apresento parte de minha pesquisa de doutorado. Nela, estou analisando um impresso denominado “O amigo das crianças”. Ele possui 84 anos de existência. Sua circulação, em toda sua trajetória, está voltada para as comunidades evangélicas vinculadas à IECLB – Igreja Evangélica de confissão Luterana no Brasil. Seu público alvo são as crianças de 6 a 11 anos que participam das chamadas “escolas dominicais ou culto infantil”, promovidos nestes espaços. Além destes locais o impresso também circula em algumas escolas da Rede Sinodal, que possui igual ligação com esta instituição religiosa. Sabe-se que a IECLB foi fundada por imigrantes alemães.

Deste modo, o objeto de meu estudo mantém vínculo específico com o contexto da imigração alemã no sul do Brasil. Em seu primeiro ano de existência a veiculação do impresso se deu exclusivamente no idioma alemão, o que de antemão pode apontar indícios que, se melhor observados, poderão relacionar sua origem com algumas ideias difundidas na Alemanha, assim como os textos e os modelos pedagógicos utilizados. Portanto, possíveis traços referentes aos conceitos de entrelaçamento cultural, transnacionalização da educação e influências pedagógicas transfronteiriças podem ou não se fazer presentes em sua análise contextual.

Esta é uma premissa que, se for observada de forma coerente, pode enriquecer o debate aqui proposto. As influências exercidas pelo país de origem dos imigrantes, neste caso alemães, pode estar diretamente ligada a própria ideia de construção do impresso ao qual volto minhas análises. Os primeiros passos destes possíveis “rastros de transnacionalidade” é o que procurarei discutir neste texto, apoiado teoricamente com o que afirmam (SOBE, 2009) e (LAWN, 2014).

Devemos nos ater que para analisarmos este impresso precisamos voltarmos ao início de sua trajetória, e, em busca de respostas que surgem deste movimento, elencar questões de tal forma que estas possam estar organizadas de maneira coerente e produtiva para o desenvolvimento de uma discussão. Dentre muitos questionamentos

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação PPGE FaE em Filosofia e História da Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

alguns são primordiais: de onde vem este impresso? Qual é a sua história? Quem o produz? Onde ele é utilizado?

Todos estes pressupostos são imprescindíveis, porém, para este momento, a questão da transnacionalidade é o fator determinante para a ampliação deste debate aqui proposto. É neste conceito chave que este texto se apoia para que a junção do objeto estudado, neste caso um impresso, possa estabelecer algum vínculo com este específico campo de estudo.

Voltando o foco sobre os questionamentos anteriormente citados e procurando estabelecer uma observação cronológica sobre a linha do tempo que abarca o histórico deste impresso, precisamos, como primeiro movimento, observar sua origem, qual seja, o princípio da imigração alemã. Pesquisadores/historiadores afirmam ser notório que, na primeira metade do século XIX, um considerável número de imigrantes alemães aportaram em solo brasileiro. Através dos registros dos imigrantes também podemos observar que nem todos eram oriundos de uma só região da Alemanha.

Logo, isto denota que dentre eles, havia uma diversidade cultural, ideológica, política, religiosa (ou não) que se fazia presente no contexto social destes indivíduos. E, observando mais detalhadamente, se eles eram oriundos de localidades distintas, certamente, suas constituições também se dava com realidades bastante contrastantes.

Um cenário que pode nos auxiliar como exemplo é o que (DREHER, 2010) descreve ao informar que, a primeira leva, contava com o número de 39 imigrantes alemães que chegaram à cidade de São Leopoldo-RS no ano de 1824. Destes, 33 declararam ser evangélicos, o que representa um percentual considerado alto. A questão religiosa destes imigrantes é uma importante informação. Este fato é relevante como pano de fundo para o debate aqui pretendido. Neste ponto, podemos destacar esta relação que começa a se fazer presente, ainda que não em sua totalidade, na aproximação existente entre religião/imigrantes. Esta relação se mostra estar imbricada de forma bem específica neste cenário.

No contexto geral da imigração, é necessário ressaltar que esta condição não fazia parte da totalidade, pois, nem todos os imigrantes alemães declararam-se católicos, protestantes, evangélicos, luteranos entre outros. Alguns nem mesmo apontaram definição alguma neste sentido. Mas sabe-se que uma boa parcela deles era católica, outros vinham de tradição calvinista, outros, ainda, eram batistas e menonitas.

(TESSMANN, 2013). Porém, nesta proposta é justamente esse ponto, a religiosidade, que demarca o maior traço ao qual este debate estará voltado.

E, dentre os imigrantes que ao sul do Brasil chegaram em 1824, o que segundo (KREUTZ, 2011) pode ser se identificado como sendo a primeira corrente imigratória sistemática formada por alemães, alguns eram identificados, no campo religioso, com o luteranismo. O autor destaca ainda que um dos principais motivos para a escolha desta região se deu por motivos políticos, pois, para o governo brasileiro, era importante povoar esta área. Nestas localidades ocorriam diversos conflitos com os países vizinhos. E quase todos giravam em torno das questões ligadas aos limites territoriais. De acordo com a política de imigração, neste período, esta acabava sendo a principal razão para que se buscasse um denso povoamento desta região.

Mas, ainda assim, convém lembrar que havia outros atrativos que eram ofertados pelos gestores governamentais da época e que serviam como incremento para a vinda dos imigrantes. Seriam as garantias que tratavam de assegurar a eles as mínimas condições sociais para o início de uma nova vida em outra pátria. Dentre algumas, havia uma que vale destacar. Seria a promessa de que “[...] cada família teria uma pequena propriedade, próxima a uma vila na qual se organizava uma estrutura que favorecesse a vida comunitária: **escola, igreja**, comércio, artesanato, cemitério e clube” (KREUTZ, 2014, p.152, grifos meus).

Neste ponto podemos identificar que o binômio escola/igreja, fato este muito presente na história da imigração alemã, ocupava uma posição importante nas possibilidades que eram consideradas como essenciais para o convencimento dos imigrantes ou atrativos a ser exposto para que o processo migratório tivesse maior aceitabilidade.

Porém, quanto à vida religiosa, em solo brasileiro, a imensa maioria dos primeiros imigrantes (também chamados de “colonos”), identificados como protestantes, que vieram e se estabeleceram nos primeiros quarenta anos raramente foram acompanhados por pastores formados em teologia ou ordenados quer seja na Alemanha ou no Brasil. Na prática, as igrejas territoriais de origem os ignoraram. (RIETH, 1998, p.256).

Os “colonos” trataram, então, de escolher uma pessoa de seu meio, geralmente alguém que tivesse um pouco mais de estudo, para pregar o evangelho e administrar os sacramentos em nome da comunidade.

Surgiu, assim, a figura do “pastor-colono” que também pode ser chamado “pastor-livre” (RIETH, 1998, p.257, grifos do autor).

Conforme aponta (TESSMANN, 2013), gradativamente foram sendo enviados para o Brasil os pastores oriundos das casas de missão, da Igreja Evangélica da Prússia e da Federação Martim Lutero da Baviera. Os pastores das casas de missão – Sociedade Missionária de Basiléia (Suíça) e da Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América (Alemanha). Enquanto isso, em território brasileiro outro movimento surgia por parte de algumas lideranças dentre os imigrantes: a busca de formar associações que trouxessem maior representatividade para as comunidades ou pequenos vilarejos formados por lotes ocupados pelos imigrantes, também chamados de “colonos”.

Convém lembrar que neste período havia dentre os imigrantes o chamado “independentismo religioso das comunidades”, onde cada localidade possuía seus próprios pastores, ainda que sem formação teológica. E esta tentativa de organização teria por principais motivações, justamente, enfrentar o independentismo das comunidades, combater os populares pastores-livres, bem como criar instâncias representativas dos protestantes frente a um Estado oficialmente católico até a Proclamação da República em 1889 e extra-oficialmente católico depois desta. (DREHER, 2014).

Uma dessas lideranças foi exercida por Wilhelm Rotermund² que começou a atuar no sentido de convencer as lideranças comunitárias, entre elas professores e pastores, da necessidade da criação de tal órgão representativo. Após conseguir efetivamente o apoio pretendido, nos dias 19 e 20 de maio de 1886, ocorre em São Leopoldo-RS, a fundação do Sínodo Riograndense³.

Por volta dos anos 1900 a expansão política e comercial da Alemanha de certa forma, acabava por inibir o fortalecimento de tais sínodos. Porém, a partir do ano de 1900 o conselho Eclesiástico Superior da Igreja Prussiana passou aceitar a filiação de comunidades de fala alemã situado no exterior oferecendo-lhes ajuda financeira, cobertura previdenciária vitalícia e remuneração regular aos pastores.

² Nascido em Stemmen -Alemanha- em 25 de novembro de 1843 e falecido em São Leopoldo em 5 de abril de 1925. Foi um pastor luterano, professor e jornalista teuto-brasileiro. Ajudou a fundar o Sínodo Rio-Grandense, em 1886, bem como fomentou na região a imprensa, gráfica e edição de livros didáticos e religiosos. Maiores informações ver: Dreher, 2014.

³ Maiores informações em Ana Carolina Walzburger: Sínodo Riograndense completa 130 anos de fundação. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo//noticias/historia/sinodoriograndense-completa-130-anos-de-fundacao>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Sucedendo Rotermund, surge Hermann Dohms (1887-1956), então pastor em Cachoeira do Sul, que começa a despontar como uma das lideranças do agora chamado Sínodo Rio-grandense. Ele lutou para que fosse assumida uma identidade confessional luterana. Em 1922 é adotada como normativo pelo sínodo a Confissão de Augsburgo de 1530, assim como o Catecismo Menor de Lutero, que são os principais escritos confessionais no Livro de Concórdia (1580). (RIETH, 1998).

Desta forma, nas décadas iniciais do século XX, o que existia era o Sínodo Riograndense (ainda ligado à Alemanha). Já no ano de 1949 foi consolidada a integração entre os, agora, mais novos três sínodos: o Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados, o Sínodo Evangélico de Santa Catarina e por fim, o chamado Sínodo Evangélico do Brasil Central, formado originalmente pelas comunidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Juntos, eles fundaram a Federação Sinodal, que, neste ano, passaria a se chamar, então, IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. (TESSMANN, 2013).

Expor este contexto histórico é importante para a continuidade da discussão aqui pretendida. Se o foco principal é analisar o impresso “O Amigo das Crianças”, destacando nele a questão da transnacionalidade na história da educação ou uma possível presença de indícios que apontem para a identificação de circulação de saberes, é preciso apontar que este foi idealizado pelos imigrantes alemães. Além disso ele também foi idealizado e disponibilizado para um público voltado prioritariamente ao contexto das comunidades vinculadas à IECLB.

Há um nítido elo de ligação entre Alemanha e Brasil, se observarmos a fundação da própria IECLB. Não há como chegarmos a esta instituição sem antes nos voltarmos para a relevante contribuição advinda da colonização alemã em sua constituição. Neste texto existe a premissa da intensão de que este cenário deveria ser contemplado. E, por esta razão, ao expor este contexto, a intenção pretendida foi que ele assim tenha sido observado e discutido de maneira satisfatória.

Partindo deste histórico explanado anteriormente e que serve como base para os passos seguintes, surge então a busca por reconhecimento dos primeiros traços ou primeiras aproximações aos contextos da transnacionalidade. Este é o movimento que agora se inicia e que busca elementos que possam servir como guia para execução de tal tarefa. Um deles já pode ser elencado: o luteranismo.

Historicamente, ele sempre esteve identificado com algumas premissas que ao longo de sua trajetória lhe foram vinculadas/associadas. Dentre elas podem ser destacadas a questão da leitura, escrita, escolarização e por consequência o processo de ensino e aprendizagem. Bem como com a condição de incentivo a estes pressupostos é algo presente desde os primeiros movimentos de Lutero na Alemanha do século XV.

Percebe-se que esta condição encontra-se arraigada nos espaços onde o luteranismo foi sendo disseminado. Portanto é correto afirmar que este é um traço que identifica muito claramente a intencionalidade e o viés educacional que existe nestes espaços religiosos que, geralmente, também são reconhecidos como espaços educativos.(DREHER, 2014).

Não podemos esquecer que no princípio da colonização, e até durante um longo período de tempo, as então chamadas comunidades, colônias ou vilarejos, contavam com a figura do pastor-professor. A escola e a igreja estiveram desde o princípio muito próximas na ótica do luteranismo. Por este motivo essa junção pode nos levar à discussão do impresso que aqui coloco em evidência.

O impresso denominado “O Amigo das Crianças” servirá como fonte e o objeto principal desta análise investigativa. Ele surgiu na região sul brasileira no ano de 1937 estendendo-se a sua impressão e distribuição até aos dias de hoje. Ele possui ampla utilização em cultos infantis ou escolinhas dominicais, escolas sinodais, que estão localizadas nas áreas correspondentes as sedes das próprias comunidades luteranas⁴.

Esta prerrogativa torna-se muito importante, pois trata de sua vinculação, desde sua criação, ao contexto luterano, mais precisamente sob a nomenclatura da instituição IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e sua circulação, quase que em toda a sua totalidade, esteve e está vinculada a este cenário em específico. Esta marca perpassa por toda a história do impresso.

O cenário que vem sendo descrito ao longo deste texto aponta para uma investigação que possui uma peculiaridade: a questão do pesquisador estar baseando suas discussões em torno de um documento específico. Esta é a fonte principal e a premissa que rege a investigação aqui exposta.

⁴ Escolas dominicais ou culto infantil são espaços frequentados por crianças de até 12 anos de idade. Durante o sermão no templo, elas são levadas para estes locais onde desenvolvem práticas de leitura, escrita, trabalhos manuais diversos. Ao final do sermão, elas retornam ao templo para o encerramento do culto (que geralmente ocorrem aos domingos). Escolas Sinodais ofertam cursos que se estendem da educação básica até o ensino médio. São vinculadas a Rede Sinodal da IECLB – que nesta frente também possui faculdades de formação teológica.

Dentre várias possibilidades de análise, no que diz respeito às fontes, uma delas é aquela que denominamos como “fonte impressa”. Ao longo dos anos as pesquisas sobre determinados assuntos/temas encontraram nos impressos um importante auxílio para que, de forma documental, estes lhes servissem de aporte na construção de uma análise descritiva ou investigativa.

Luca (2008), explica que este movimento, em território brasileiro, começa a formar-se ainda na década de 1970 quando os impressos começam a ser identificados e utilizados como fonte e objeto da pesquisa histórica. Inicia-se, neste período, o exercício de pesquisadores que passaram então a praticar a observação da história da imprensa, a partir de meios e elementos advindos diretamente dela própria.

Atualmente, é correto observar que:

A ideia mais comum é que o contato do historiador com sua ferramenta fundamental de pesquisa- documento escrito - ocorre, notadamente, em arquivos públicos de abrangência nacional, estadual e/ou municipal e, em seguida, em arquivos particulares, museus, bibliotecas, centros de memória e/ou de documentação. Nesses locais, quer seja preservando a memória de atos administrativos e/ou quaisquer outros fatos considerados relevantes, os documentos apresentam-se selecionados, classificados, catalogados e, quando necessário, até mesmo restaurados. Constituem, assim, núcleos de referência nos quais, dependendo da organização do acervo disponível e das condições de trabalho, o pesquisador teria maior possibilidade de acesso aos dados que deseja coletar. (SAMARA E TUPY, 2010. p.67).

Atualmente, é correto observar que:

“O Amigo das Crianças” em 1937 é um “jornalzinho infantil” com distribuição semanal, especificamente indicado para crianças de 6 até 11 anos de idade. Como pode ser observado abaixo, ele era impresso em língua alemã até o ano de 1938, quando sua equipe diretiva teve que revogar esta condição. Este fato ocorreu por conta de questões relativas a políticas governamentais nacionalistas institucionalizadas em solo brasileiro no cenário da segunda guerra mundial. Assim, seguindo as determinações do governo brasileiro vigentes na época, passou a ser impresso em língua portuguesa desde então.



Figura 1 – Exemplar impresso em alemão “Evangelischer Kinderfreund” Acervo: portalsinodors.org.br

A partir de 1964 suas edições passaram por outra reformulação. Ele contava com quatro páginas, porém, a ideia do formato chamado “jornalzinho”, que media 12X8 cm, é modificada por uma edição em formato um pouco maior, no tamanho 15X10 cm. Neste período também podem ser observadas algumas modificações quanto às abordagens direcionadas ao público leitor do impresso.

No final da década de 1980 começa a surgir as primeiras capas coloridas. As cores, na verdade tarjas alocadas na parte superior das capas serviam para demarcar os meses dos anos. Para cada mês, uma cor correspondente era utilizada. Como a distribuição era semanal, logo, quatro delas, para cada período de um mês, teriam uma só cor. Por consequência, eram selecionadas então doze cores distintas para perfazer o período de um ano.

Em meados de 1997, além da capa, a última folha do impresso também começa a ser apresentada em cores. Isso ocorreu, pois nela estavam alocadas as produções feitas pelos leitores. As atividades que o impresso propunha tratava-se de recortes, colagem, desenhos para colorir, e, por isso, a necessidade de reproduzi-los de tal forma se tornou algo imprescindível. As crianças as enviavam, via correio, para que fossem publicadas nas edições seguintes. Este modelo, e suas características, foram mantidos e se tornariam uma constante até meados de 2006.

No ano de 2006 este formato passou por outra transformação, com o impresso passando a ser, então, distribuído como uma revista de circulação bimensal. Desde então

ela conta com 20 páginas coloridas, ilustradas e preparadas para que, segundo o conselho editorial (CEC, 2019), a criança "aprenda interagindo, brincando e criando."

Ainda no ano de 2006 outro ajuste pelo qual o impresso passaria se deu no tamanho dos exemplares que também sofrera alterações significativas, passando de doze para 35 centímetros. Agora, a então, revista, passaria por uma transformação substancial no número de páginas: de quatro para vinte. Todas coloridas e com um layout totalmente remodelado. A abordagem ao público leitor é completamente diferenciada, se comparadas com edições de datas anteriores.

Embora este mesmo formato ainda seja mantido, é a partir do ano de 2014 que foram elaboradas e agregadas outras propostas que acompanham cada edição da revista. Além de cada edição para o público leitor, junto aos exemplares há uma espécie de "caderno para professores", disponíveis para download, que traz em seu conteúdo, propostas pedagógicas/metodológicas que visam auxiliar professores e alunos. Elas estão voltadas para auxiliar nas abordagens em sala de aula, a partir dos temas tratados no conteúdo da revista.

Atualmente, as edições ainda possuem vinte páginas, todas coloridas, e sua distribuição aos leitores ocorre igualmente a cada dois meses. Seguindo este modelo, teremos, atualmente, a distribuição de seis exemplares da revista a cada ano e junto a eles, seguem igualmente, o caderno de atividades para professores. Sendo assim, baseado nesta breve apresentação, fica evidenciado que ao longo de seus 84 anos de existência, diversas crianças e adultos, de diferentes gerações já estiveram em contato com este impresso e dele fizeram uso em diferentes épocas, principalmente nas escolas dominicais.

Durante este vasto período, ainda que existam exceções, faz-se necessário destacar que, conforme mencionado anteriormente, a circulação deste impresso, quase que em toda a sua totalidade, esteve e ainda está vinculada a um contexto muito específico, qual seja, as comunidades⁵ e escolas que atuam vinculadas a instituição IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Ele também se faz presente em algumas escolas sinodais conveniadas, assim como em residências particulares, pois este grupo igualmente faz parte do número total de assinantes do impresso.

É importante esclarecer que dentro das igrejas luteranas da IECLB, existem as chamadas "escolas dominicais/cultos infantis". Compreende-se que nelas, nas mais

⁵ Neste trabalho o termo "comunidade" serve para designar o conjunto que é formado por igreja, escola e cemitério. Estes faziam parte de determinadas localidades onde os imigrantes estavam estabelecidos.

variadas localidades, apenas jovens (geralmente acima de 13 anos de idade) e adultos são os participantes das reuniões/cultos que ocorrem no templo principal. Neste momento de reunião/culto as crianças realizam diversas atividades em outro local, dentro das dependências das comunidades, onde são acompanhadas por monitores/professores.

Neste ponto está inserido o impresso “O Amigo das Crianças”, pois esta ação se utiliza de materiais próprios, trabalhados a partir de ludicidade. Geralmente são escolhidos temas voltados ao ensino e aprendizagem para as crianças, como é o caso do impresso destacado nesta análise. Este espaço também é denominado como “culto infantil”, podendo receber também a nomenclatura de “escolas dominicais”.

Para (WEIDUSCHADT, 2007, p.79) elas são

práticas desenvolvidas para envolver as crianças durante o culto. No momento do sermão, as crianças, em espaço reservado, recebem mensagens religiosas de forma lúdica, por isso, a denominação “escola dominical”, pois eram realizadas aos domingos.

Pensando especificamente nestes locais onde se busca fomentar o processo de ensino e aprendizagem, podemos considerá-lo então como uma prática cultural/religiosa que tem sido replicada ao longo dos anos nestes ambientes por quem frequenta estes espaços? É dentro deste cenário que pode surgir um traço importante sobre a transnacionalidade e que pode nortear esta discussão. De certa forma, a idealização do impresso em questão, sua metodologia, concepção pedagógica também pode ou não possuir ligação com diretrizes/modelos trazidas por pastores ordenados que vieram da Alemanha para atender aos imigrantes que na região sul brasileira fixaram suas residências?

É importante pontuar que em seu primeiro ano de existência a veiculação do impresso se deu exclusivamente no idioma alemão. Portanto, traços referentes aos conceitos de entrelaçamento cultural, transnacionalização da educação e influências pedagógicas transfronteiriças já podem se fazer presentes em sua análise contextual. Esta é uma premissa que, se for observada de forma coerente, pode enriquecer o debate aqui proposto. As influências exercidas pelo país de origem dos imigrantes, neste caso alemães, pode estar diretamente ligada a própria ideia de construção do impresso aqui analisado.

Dando ênfase no tema sobre influências educacionais e pedagógicas, já que a presença da cultura alemã é perceptível no cerne da fundação da IECLB, podemos

começar nestas primeiras aproximações a observar o que (LAWN, 2014) identifica como pontos mapeáveis observados como ideias ou influências pedagógicas transfronteiriças; ou ainda, o que (SOBE, 2009) vai apontar, de igual forma, como saberes transnacionais da educação. Ainda que os autores citados estejam utilizando o cenário de pesquisa europeu, seguir este modelo tendo por base outra região geograficamente distinta dessa é possível. Vale aqui reforçar que o impresso “O Amigo das Crianças” possui ligação direta com o contexto da imigração alemã no sul do Brasil.

Este fato não pode ser relegado nesta investigação. Mesmo que o impresso tenha passado por diversas modificações durante sua trajetória, como demonstrado anteriormente, ainda assim o contexto de sua origem não pode ser desvinculado de sua atual formatação. Pesquisá-lo demanda uma vasta observação do todo que o constituiu.

Deste modo, é correto afirmar que, por vezes,

[...] a história da educação como uma atividade disciplinar e uma compreensão vernácula mais ampla do passado da educação têm eliminado de suas narrativas qualquer referência significativa a conexões transfronteiriças ou internacionais. Por que deveria ser assim e a que problemas isso nos remete em nosso trabalho? (LAWN, 2014, p.131).

Como resposta a este questionamento o próprio autor procurou responder afirmando acreditar que o problema está ligado à condição do que (WIMMER; GLICK SCHILLER, 2002) trataram como ‘nacionalismo metodológico’. Segundo sua concepção isso ocorre quando o Estado-nação e suas fronteiras são tratados como 'naturais'. Em algumas pesquisas, o pesquisador e a disciplina podem estar envolvidos em um contexto de nacionalismo metodológico, onde o Estado está tão obviamente presente que, na verdade, ele desaparece de vista. (LAWN, 2014, p.132)

Apoiado nesta mesma linha, (SOBE, 2009) defende que [...] “é necessário discutir as características e as deficiências das pesquisas sobre (transferência), defendendo que uma abordagem de (história intrincada) pode ser vantajosamente aplicada para pensar trocas culturais em história da educação”.

O autor destaca ainda que:

De todo modo, como uma área de limitação vale mencionar a dificuldade que têm os paradigmas de transferência em reconhecer e analisar “cruzamentos em X”: os recíprocos, reversíveis e múltiplos vetores de movimentos e trocas. As categorias analíticas usadas no estudo de uma transferência (por exemplo, “adaptação”, “translação”, “origem”) são frequentemente consideradas invariáveis. A historicidade

desses mesmos conceitos escapa à análise, podendo haver uma irônica reintrodução das perspectivas nacionais. Eu diria que as ferramentas conceituais usadas para discernir o quanto algo se “adapta” a uma determinada situação representa um grande ponto cego. (SOBE, 2009, p.20).

Aqui pode ser melhor observado o hiato que por vezes surge nas pesquisas relacionadas ao campo da história da educação. As limitações em identificar os pontos onde se entrelaçam os conhecimentos ou onde eles estão imbricados. As características que hoje apontam para os traços de origem de determinado objeto pesquisado podem precisar de um olhar mais atento, ainda que por vezes não estejam de todo encobertas. Nesse sentido, (LAWN, 2014) nos lembra de que em primeiro lugar, há uma complexidade para o historiador ao pesquisar, conceituar um objeto. E não se trata apenas de elaborar uma narrativa consistente ou encontrar fontes, mas, sim, abordar um tema que não permanecerá apenas dentro de suas fronteiras. Além disso, o objeto não pode ser forçado a tal sem que isso danifique sua integridade. Outro impasse se dá na recusa do pesquisador em elaborar uma pergunta complexa sobre o tema, ou seja, dificultar um pouco mais tais processos.

Esta condição de recusa não pode ser norteadora se a intenção é dar prosseguimento a uma pesquisa onde a fonte e o objeto como ocorrem neste caso do impresso analisado, trata-se de algo que possui visível ligação entre países distintos geográfica e culturalmente. Os indícios apontam para que uma análise realizada com maior aprofundamento poderão mostrar ou evidenciar este fato. Negar este fato nos remete novamente ao “nacionalismo metodológico” acima citado. Afinal, pode ter havido alguma espécie de influência de um país sobre o outro neste processo.

Assim percebe-se que, por vezes,

A história da educação tem tratado seu objeto de estudo como naturalmente nacional, como se tivesse fronteiras impermeáveis, instituições comuns, lugares distintos e objetos nativos. Eu não considero o conceito de nacionalismo metodológico difícil de compreender. Na verdade, eu me considero como um exemplo disso por muitos anos; era algo natural. Não significa que eu era um nacionalista, a não ser pelo fato de que eu não reconhecia nenhuma outra condição – era invisível. (LAWN, 2014, p.132)

Como o próprio autor descreveu, ele também está incluído no grupo dos historiadores/pesquisadores do campo da história da educação que em determinadas

oportunidades cometeram este equívoco. Para isso basta que o pesquisador não perceba que, em alguns casos, é um erro estabelecer a delimitação do objeto que está sendo pesquisado, e que o histórico deste pode não estar simplesmente atrelado à uma única localidade.

Sendo assim, cabe aqui lembrar de uma condição que é fundamental: o atual estágio desta investigação. Ela ainda encontra-se na fase que pode ser denominada como “primeiras aproximações”. Isto age como um limitador nas discussões aqui propostas. Na medida em que muitas das observações que são pertinentes para a ampliação do debate sobre as questões que giram em torno do conceito de transnacionalidade ainda não puderam ser melhor desenvolvidas.

São necessários vários procedimentos ou processos de observação que, na medida em que sejam cumpridos, poderão trazer o retorno esperado quanto à condição de estes pressupostos estarem ou não, no caso específico deste impresso analisado, contribuindo na circulação ou influenciando nas relações pedagógicas transfronteiriças observadas dentro do campo que está relacionado aos saberes transnacionais da educação.

Os passos a seguir têm por base vislumbrar as possíveis análises futuras nos locais onde os acervos do impresso estarão disponíveis para pesquisa. Na sequência, de posse desses resultados que ainda estão por vir e das consequentes respostas que este movimento irá fornecer, elaborar ainda mais, de forma teórica e prática, o debate que se propõe a verificar se esta relação existiu/existe ou não nesta investigação que tem como fonte e objeto um material que possui longa trajetória e que circula em um contexto específico.

Por fim é preciso perceber a grandeza deste compromisso que se avizinha em um futuro próximo. Como os próprios teóricos aqui destacaram, estar disposto a abrir o leque de indagações pode se mostrar um passo produtivo. Refletir sobre as questões da transnacionalidade, as influências pedagógicas transfronteiriças e circulação de saberes, ampliará consideravelmente o debate, por consequência, o conteúdo da pesquisa e seus desdobramentos se alargarão de igual forma.

O que resulta desta ação é um potencial número de desafios que poderão enriquecer a configuração do contexto de uma pesquisa que se propõe a discutir tais questões. Seguindo esta ótica, é este o ponto que remontará exatamente ao cerne desta proposta. Sabendo que a mesma está baseada em investigar se uma prática desenvolvida em um determinado país pode estar ou não entrelaçada com outro.

Observar estas possíveis origens que, por vezes, é desafiador. Realizar este movimento instiga o pesquisador a voltar-se as leituras, fontes, observações em acervos entre outras atitudes. E toda esta iniciativa gira em torno de apontar algumas imprescindíveis informações sobre a característica formadora deste impresso que até mesmo pode encontrar-se até aqui relegada.

Referências

DREHER, Martin Norberto. *Wilhelm Rotermund: Seu Tempo – Suas Obras*. 2 ed. São Leopoldo: Oikos, 2014. 184 p.

KREUTZ, Lúcio. *Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contribuição dos imigrantes*. In: *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. II : século XIX / Maria Stephanou, Maria Helena Camara Bastos (organizadoras). 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: *Fontes históricas / Carla Bassanezi Pinsky* (organizadora). 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

LAWN, Martin. *Um conhecimento complexo: o historiador da educação e as circulações transfronteiriças*. *Rev. bras. hist. educ.*, Maringá-PR, V. 14, n.1 (34), p. 127-144, jan/abr. 2014, p. 127-144

RIETH, Ricardo Willy. *Dois modelos de igreja luterana: IECLB e IELB*. In: *Populações Rio-grandenses e modelos de igreja*. Martin N. Dreher (Org). São Leopoldo: Editora Sinodal, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SOBE, Noah W., *Entrelaçamentos e troca cultural na história da educação: mobilizando John Dewey no período entre guerras*. *Revista Brasileira de História da Educação*, n° 21, p. 13-38, set./dez. 2009).

TESMANN, Mario Francisco Tessmann. *Caderno de Teologia/Fatev. Breve história da IECLB*. 2013.

WALZBURGER, Ana Carolina. *Sínodo Riograndense completa 130 anos de fundação* Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/noticias/historia/sinodo-riograndense-completa-130-anos-de-fundacao>>. Acesso em: 10 abr. 2021

WEIDUSCHADT, Patrícia. *A revista “O Pequeno Luterano” e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas- RS (1931-1966)*. Programa de Pós-Graduação em Educação. FAE/UFPEL, Pelotas, 2007. Tese de Doutorado.

WIMMER, A.; GLICK SCHILLER, N. *Methodological nationalism and beyond. Nation state formation, migration and the social sciences*. *Global Networks: a Journal of Transnational Affairs*. Oxford, v. 2, n. 4, p. 301-334, 2002.

Quando o Brasil é também aqui: ítalo-brasileiros na Itália

Maria Catarina Chitolina Zanini¹

Este artigo é resultado de pesquisas realizadas por meio de vários projetos desenvolvidos na Itália desde o ano de 2012.² Partindo de pesquisas etnográficas realizadas sobre migração italiana na região central do Rio Grande do Sul desde 1997, comecei acompanhando a mobilidade de alguns desses descendentes para a Itália e fui, aos poucos, alargando meu campo empírico. Ampliando igualmente os objetivos e população pesquisada, centrei as pesquisas nas regiões italianas do Veneto e do Lazio, acompanhando descendentes de imigrantes italianos nascidos no Brasil, oriundos de diversas regiões, com cidadania italiana reconhecida ou em fase de reconhecimento. Inicialmente meus objetivos de pesquisa eram compreender os processos de identificação em trânsito, especialmente quanto aos pertencimentos e processos de identificação das brasilidades e das italianidades. Grande parte dos entrevistados por mim ao longo dos anos de pesquisa era descendente de imigrantes italianos que partiram do Norte Itália em finais do século XIX e início do século XX. Embora tenha centrado a pesquisa entre brasileiros descendentes de imigrantes italianos, por meio das redes de pesquisa estabelecidas no Brasil e na Itália, pesquisei também outros grupos de brasileiros, tanto no Veneto como no Lazio. Contudo, para fins desse artigo, centrarei somente nos brasileiros descendentes de italianos.

Os diferentes projetos de pesquisa foram orientados por roteiros de entrevistas diversos, por observação participante e também pelo acompanhamento nas redes virtuais, especialmente nos anos de 2020 e 2021, devido à pandemia de Covid 19, que gerou impossibilidades quanto à mobilidade Brasil/Itália e de efetuar encontros presenciais. Ao longo dos anos de pesquisa, procurando compreender os processos de identificação e pertencimento, observou-se o quanto as italianidades, as brasilidades e as identificações regionais (mineiros, gaúchos, catarinenses, capixabas, baianos, cearenses, entre outras) foram sendo negociadas nos contextos interativos na Itália. Procurando compreender as lógicas e estruturas de significado desses indivíduos e suas motivações

¹ Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria). Doutora em Antropologia Social pela USP (Universidade de São Paulo), Pós-Doutora pelo Museu Nacional-UFRJ (2008) e Università Cà'Foscari Venezia (2019).

² Agradeço imensamente ao CNPq ao financiamento de alguns destes projetos desde 2012. O atual projeto se intitula *Ítalo-brasileiros na Itália: entre o direito de sangue e os fatos da vida cotidiana*.

para a mobilidade, foi possível, de certa forma, salientar o quanto a tarefa etnográfica é uma “atitude” (PEIRANO, 2014), na qual teoria e empiria dialogam continuamente³. Assim, se eu possuía certas “hipóteses” acerca das circunstâncias e motivações para a mobilidade de descendentes de brasileiros para a Itália, pude observar que havia clivagens de classe, gênero, geração, regionalidades e também questões que estavam muito relacionadas às subjetividades dos indivíduos e suas trajetórias particulares de vida, difíceis de serem generalizadas. Digo com isso que a pesquisa me salientou que embora possam ser encontradas recorrências, há, igualmente, uma impossibilidade de generalizar. E foi justamente nesse movimento entre particularidades e eventos mais recorrentes que centrei minha atenção. Do mesmo modo, o título do artigo, denominado “Quando o Brasil é também aqui”, procura salientar o quanto a vivência desses descendentes na Itália é marcada por várias dinâmicas, uma, a de tentar ter um espaço de brasilidade reconhecido na Itália e outras, a de perceber que, mesmo tendo cidadania italiana reconhecida e vivendo na Itália, descobrem que são percebidos como brasileiros e estrangeiros, num nível de alteridade não experimentado quando estavam no Brasil. Essa percepção da brasilidade traz à tona muitas das hierarquias que no Brasil não compreendiam como pertencentes às suas trajetórias de vida, tais como as estigmatizações provindas das racialidades atribuídas às brasilidades, por exemplo. Isso porque, no Brasil, raça (SEYFERT, 2007) é uma noção complexa, cotidiana e geradora de processos interativos que devem ser observados historicamente. Contudo, é na Itália que se dão conta da força dessas construções nos processos interativos.

Entendendo que a etnografia como prática e fazer nos alerta também acerca dos cuidados éticos e metodológicos necessários, saliento que nas diferentes pesquisas e suas fases, foram seguidos os preceitos contidos no Código de Ética da ABA (Associação Brasileira de Antropologia)⁴, que pressupõe o respeito e atenção à privacidade dos entrevistados.⁵ Os nomes usados são fictícios e as idades apresentadas

³ De acordo com Mariza Peirano (2014, p.381), “Todo antropólogo está, portanto, constantemente reinventando a antropologia; cada pesquisador, repensando a disciplina. E isso desde sempre: de Malinowski encontrando o *kula* entre os trobriandeses; Evans-Pritchard, a bruxaria entre os azande; Florestan, revendo a guerra tupinambá nos arquivos. Antropólogos hoje, assim como nossos antecessores, sempre tivemos/temos que conceber novas maneiras de pesquisar – o que alguns gostam de nominar “novos métodos etnográficos”. Métodos (etnográficos) podem e serão sempre novos, mas sua natureza, derivada de quem e do que se deseja examinar, é antiga. Somos todos inventores, inovadores. A antropologia é resultado de uma permanente recombinação intelectual”.

⁴ Disponível no endereço eletrônico: <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>.

⁵ Como ressalta Luis Roberto Cardoso de Oliveira em seu texto *O Mal-estar da ética na Antropologia prática*, “É essa preocupação que aqui desejo recuperar como alvo legítimo do trabalho de uma

são aquelas que os indivíduos tinham quando foram realizadas as entrevistas, conversas ou convívio na Itália. Algumas famílias e descendentes foram entrevistados várias vezes ao longo dos anos, compartilhando as diferentes fases e ciclos de vida. Acompanhei também algumas mobilidades de famílias no interior da Itália ou entre Itália e Alemanha, Inglaterra, Áustria e Espanha. Acompanharam-se, também, as mobilidades entre Brasil Itália e o crescimento das famílias transnacionais (GLICK-SCHILLER et al, 1992) que, rotineiramente, ficavam entre idas e vindas. Foram realizados também acompanhamentos por meio de redes virtuais como *Facebook*, *Instagram*, *Whatsapp*, *Skype* e outras. Como ressalta Hine (2011, 2015), a internet como produto e produtora cultural é algo importante em nossa sociedade⁶ e deve ser observada em suas dinâmicas. Procurando compreender as relações sociais e de sentido presentes nessas, pode-se dizer que as redes virtuais foram, e estão sendo cada vez mais, um importante espaço de pesquisa, especialmente desde o ano de 2020, com a pandemia de COVID 19 que afetou a mobilidade no planeta como um todo.

A imigração italiana para o Brasil

Os antepassados dos descendentes de italianos por mim entrevistados eram, em sua maioria, camponeses, com poucos recursos, católicos, do Norte da Itália e migravam em família na expectativa de encontrar no Brasil melhores condições de vida. Os diferentes momentos da grande migração italiana para o Brasil devem ser observados em suas diferentes fases históricas e períodos, seja no Brasil Império ou posteriormente, no Brasil República, como enfatizam Truzzi e Zanini (2018)⁷ ao comparar tais mobilidades para São Paulo e Rio Grande do Sul. Como observado por Franzina (2006),

antropologia comprometida não apenas com a busca de conhecimento sobre seu objeto de pesquisa, mas sobretudo com a vida dos sujeitos submetidos à observação”(2004, p.21).

⁶ Ressalta a autora em entrevista para Bruno Campanella (2015, p.168), na Revista MATRIZES, que: “Avançando no tempo até a internet contemporânea, acredito que a divisão heurística ainda é útil para nos lembrar dos complexos processos de modelagem social que tornam a internet o que é atualmente. Entretanto, cada vez mais a internet não é particularmente significativa para as pessoas como um artefato cultural que elas se sintam confortáveis em debater. A internet ainda se mantém como um artefato cultural em alguns debates, no entanto, as pessoas, com mais frequência do que falam sobre a internet, falam sobre redes sociais específicas ou aplicativos que são relevantes para elas por alguma razão. Nós temos, crescentemente, perdido de vista a internet como um artefato cultural, na medida em que ela se torna uma infraestrutura tácita que favorece as plataformas sobre as quais falamos com mais frequência”.

⁷ Ressaltam os autores (2018, p.154) que: “Em primeiro lugar, tratamos de caracterizar a vinda de italianos para o Rio Grande do Sul e para São Paulo no contexto de duas políticas migratórias distintas, que produziram resultados relativamente distintos. Basta para tal comparar as diferenças em termos de fluxos, observar como o sonho da pequena propriedade, acalentado pela maioria dos que se originaram do Veneto, consubstanciou-se de modo diferenciado e como o próprio termo colono teve significados distintos em cada uma das situações”.

algumas localidades no Norte da Itália se viam esvaziar devido às dificuldades enfrentadas pelas condições de trabalho e de vida no mundo camponês. Como também ressaltado por Grosselli (1987), as dificuldades pelas quais passavam camponeses e trabalhadores do Norte da Itália facilitavam a perspectiva da migração como uma oportunidade de sobrevivência e até resistência, diria eu. A grande migração da Itália para o Brasil se deu de forma mais intensa nas últimas décadas do Século XIX e início do século XX. Como aponta Trento (1988, p.18), de 1887 a 1902, pode-se dizer que foi um “fenômeno de massa”.⁸ Essa migração pode ser compreendida, igualmente, como alguma forma de resistência (ALVIM, 1986), pois na Itália daquele período muitas mudanças aconteciam, especialmente devido à expansão do capitalismo como forma dominante de produção e de padronização de relações sociais. Assim, instituições tradicionais se viam ameaçadas frente às transformações nas relações de produção e também de poder. Além disso, com a Unificação do Estado Italiano, em 1861, havia tensões negociadas que não eram aceitas por todos, numa Itália dividida por regiões, dialetos e muitas especificidades culturais distintas também.

Essa migração vai diminuindo numericamente e após a Segunda Guerra Mundial não se classificaria mais como um fenômeno quantitativamente expressivo. Os descendentes de imigrantes italianos vindos para o Brasil, pela regra de cidadania *jus sanguinis* (direito de sangue, advindo da ascendência) tem direito a solicitar o reconhecimento da cidadania italiana, desde que o antepassado não tenha se naturalizado brasileiro. Estima-se que no Brasil, hoje, haja cerca de 30 milhões de indivíduos descendentes de italianos, segundo o Embaixador da Itália no Brasil⁹, que ressaltou em sessão na Câmara dos Deputados em Brasília na data de 20 de fevereiro de 2020 que,

Hoje falamos de uma comunidade ítalo-brasileira de cerca de 30 milhões de pessoas, a maior do mundo. Seus componentes estão espalhados por todo o Brasil, mesmo nas áreas mais remotas; integram e a classe dirigente do País, representam a espinha dorsal do setor produtivo, são conhecedores da língua italiana, admiradores da nossa

⁸ Como resalta Angelo Trento (1988, p.18), na obra *Do outro Lado do Atlântico*: “Será a partir do fim dos anos 70 que a emigração italiana para o Brasil começará a assumir um aspecto mais preciso e dimensões apreciáveis, e, até, a transformar-se em fenômeno de massa entre 1887 e 1902, contribuindo, de modo decisivo, para o aumento demográfico do país. Entre 1880 e 1924, entraram no Brasil mais de 3.600.000 emigrantes, dos quais 38% eram constituídos por italianos, percentual que sobre para 57,4%, se examinarmos apenas o período de 1880-1904”.

⁹Disponível no endereço eletrônico: https://ambbrasil.esteri.it/ambasciata_brasilia/pt/ambasciata/news/dallambasciata/2020/02/sessione-solenne-alla-camera-dei.html

cultura. Uma cultura, no sentido mais amplo que podemos atribuir ao termo, que já é parte integrante da cultura brasileira. Uma riqueza comum de valor inestimável.

Quem são os ítalo-brasileiros?

Por ítalo-brasileiros se compreende, para fins da pesquisa, aqueles descendentes de imigrantes italianos nascidos no Brasil que obtiveram, por meio de processo via consulados, via judicial ou solicitações estando na Itália que sua cidadania italiana fosse reconhecida. Concretizada essa possibilidade desde 1992 por meio de acordos entre Brasil e Itália, que reconhecem as duplas cidadanias. Trata-se de uma demanda crescente nas últimas décadas que requer investimento financeiro de tempo e de pesquisa sobre as origens familiares (ZANINI 2006, 2007, 2014, 2018). A cidadania italiana reconhecida e a possibilidade de ter documentação italiana, especialmente o passaporte, faz com que essa busca envolva famílias e empresas, havendo hoje um mercado das cidadanias (COSTA e ZANINI, 2018). Por meio do Acordo Schengen (1990), que possibilita a livre circulação de cidadãos no interior dos Estados membros da Comunidade Europeia, a possibilidade de se ter cidadania italiana e suas documentações, favorece muito também o acesso a outros países. Nas pesquisas por mim desenvolvidas, desde 2012, foram entrevistados homens e mulheres, de gerações e classes sociais diversas, com profissões e empregos diversos na Itália. De cientistas renomados, empresários, babás, empregadas domésticas, faxineiras, vendedoras do comércio, profissionais liberais, estudantes, entre outras ocupações, buscou-se compreender o sentido desse pertencimento. Foram realizadas cerca de 70 entrevistas em profundidade e muita observação participante, convívio e acompanhamento nas redes sociais. Mais de uma centena de ítalo-brasileiros foi acompanhada ao longo desses anos. Alguns já com a documentação italiana em mãos, outros à espera dessa e, alguns, travando lutas para retificar documentos e encontrar as fontes de origens dos antepassados.

Por que esses descendentes se deslocam para a Itália?

Essa era umas perguntas que eu mais fazia nos projetos iniciais e as pesquisas têm salientado o quanto não se pode generalizar a busca pelo reconhecimento da cidadania italiana e nem as mobilidades desses descendentes para a Itália. Nesse aspecto, devem-se observar questões de classe, gênero, *status*, geração e também acerca das regionalidades. Por regionalidades, entendo as distintas regiões brasileiras das quais

partem esses descendentes e suas expectativas quanto ao que seria a vida na Itália e a Itália como a idealizada terra dos antepassados. Um dos primeiros artigos escritos por mim, Luis Fernando Beneduzzi e Glaucia de Oliveira Assis (2013) ressaltava, por meio das entrevistas que havíamos realizado, sendo a maior parte com jovens, o quanto a ida para a Itália representava “retorno” à terra dos antepassados, uma volta às origens ancestrais. Da Itália imaginada por meio das narrativas das famílias brasileiras, construía-se uma Itália idealizada, ainda muito marcada pela lógica do que existia na época da grande emigração, em finais do século XIX e início do XX e também de uma sociedade ainda fundamentalmente agrária, com lógicas camponesas, de parentesco, religiosidade e solidariedade específicas. Aliás, a questão da ideia de retorno, tão bem trabalhada por Sayad (2000¹⁰), é algo que sempre está presente nos estudos de mobilidade. Nesse aspecto, compreender a migração como um fenômeno social total, como resalta o autor (1998) é muito importante. Afinal, migram homens, corpos, trajetórias de vida, subjetividades e historicidade que se encontram e desencontram no desfecho das idas e vindas no tempo, nos espaços geográficos e de si mesmos também.

As pesquisas ressaltaram que os motivos para a mobilidade para a Itália eram diversos. Aqueles descendentes que decidem por tentar manter uma vida na Itália, trabalhando, inserindo-se, formando famílias transnacionais, narravam em suas trajetórias os momentos cruciais nos quais decidiram por isso, entre perdas e ganhos. Possibilidades de estudos, vínculos de trabalho, de afeto, casamentos, nascimento dos filhos, qualidade de vida e a vantagem de estar numa sociedade sem tantas desigualdades como o Brasil também se tornavam atraentes. A qualidade de vida e um sistema de saúde pública e de qualidade favoreciam a permanência na Itália. Fazendo cálculos, alguns percebiam mais vantagens do que perdas.

Nos processos de mobilidade de descendentes de brasileiros para a Itália, observa-se que há mudanças em muitas formas de interação, de rotinas e de práticas cotidianas. O vestir, as interpelações, o comer, as comensalidades, entre outras práticas

¹⁰ Ressalta Sayad (2000, p.12), que: “Inicialmente, relação com o tempo, que é a noção de retorno tal como se configura no imaginário imigrante (e pelo imaginário do imigrante), o retorno é para o próprio imigrante, mas também para o seu grupo, um retorno a si, um retorno ao tempo anterior à emigração, uma retrospectiva; portanto, uma temática da memória que não é somente uma temática da nostalgia no sentido primeiro do termo, a algia do *nostos* (a dor do retorno, a saudade da terra), um mal cujo remédio se chama retorno (*hostos*), Ítaca sendo para Ulisses o nome deste remédio. Em verdade a nostalgia não é o mal do retorno, pois, uma vez realizado, descobre-se que ele não é a solução: não existe verdadeiramente retorno (ao idêntico). Se de um lado, pode-se sempre voltar ao ponto de partida, o espaço se presta bem a esse ir e vir, de outro lado, não se pode voltar ao tempo da partida, tornar-se novamente aquele que se era nesse momento, num reencontrar na mesma situação, os lugares e os homens que se deixou, tal qual se os deixou”.

e rotinas cotidianas vão sendo transformadas, especialmente pelas mulheres. A maior parte dos entrevistados ressalta que a forma como os italianos interagem causava estranhamento, mas que, ao longo do tempo de convivência, aprendiam a compreender as formas italianas de interpelar e manter diálogos. Aprendiam também que havia diferença entre os contextos urbanos e rurais e nas diferentes regiões da Itália. Um exemplo era de que o Veneto e suas cidades menores eram sempre relatados como mais similares à forma como os gaúchos¹¹ interagem entre si.

Uma questão importante de ser salientada quanto à forma como as mulheres brasileiras eram tratadas, referia-se ao imaginário italiano sobre o Brasil, como observado na narrativa de uma entrevistada de 21 anos que não era enquadrada no fenótipo ideal da italiana:

Mas tem... eu tenho uma história muito engraçada... porque assim, eu na minha família, eu na verdade tenho a pele mais clara, o meu avô ele é loiro de olho azul mas ele tem a pele mais escura e a minha mãe tem a pele mais escura do que eu. Eu tenho primos loiros com a pele mais escura do que eu. Eu sou a mais clarinha de pele, e daí eu cheguei lá, e a A. que era a menina aqui de Antares¹², ela é super clara. Ela é muito, tu olhas assim pra ela e diz claro ela é uma descendente de italiano uma alemã, tu diz isso dela assim. Então ela chegou lá ela era uma italiana, mas eu não (G, 21 anos, que residiu por anos na Itália. A entrevista foi realizada no Brasil, quando de um de seus retornos. Hoje ela mora em outro país da Europa).

Assim, mulheres descendentes de italianas por mim entrevistadas, narravam que aprendiam a se vestir, fazer maquiagem, arrumar os cabelos e a se portar de uma forma a não parecer “brasileira” e não ser importunada pelos homens italianos que consideravam, de forma estigmatizada e estereotipada, as brasileiras mulheres mais disponíveis para relacionamentos, sexo e jocosidades. Contudo, apesar de algumas situações tensas, não entrevistei nenhuma mulher que tenha retornado ao Brasil por conta desses tratamentos. A maior parte considerava os homens brasileiros mais machistas que os italianos. Nesse sentido, pode-se observar o quanto a estereotipia acerca do “ser brasileiro” impacta também os descendentes de italianos nascidos no Brasil e que já possuem cidadania italiana reconhecida. A brasilidade é interpretada nos processos interativos como possibilitadora de determinados comportamentos, o que

¹¹ Aqueles brasileiros nascidos no estado do Rio Grande do Sul.

¹² O nome é fictício.

finda por gerar conflitos e, por vezes, ressentimentos entre ítalo-brasileiros e italianos que assim se portam¹³.

O comer, a comida, o Brasil e a Itália em contraste

Uma das questões mais narradas pelas entrevistas era o estranhamento com a alimentação e as diferenças entre comida brasileira e comida italiana. Mesmo sendo descendentes de italianos e comendo o que consideravam ser comida italiana no Brasil, ao chegar à Itália se depararam com uma diversidade de alimentos que sequer imaginavam existir. E que havia muitas comidas italianas, na verdade. Ressaltavam também o quanto as regras italianas de comensalidades eram às vezes muito estressantes, como a ordem dos pratos servidos, o primeiro, o segundo, a carne, os complementos, o café e a sobremesa. Também comentavam o fato de os italianos não misturarem certos alimentos e nem colocarem queijo parmesão em todas as massas ou sobre o risoto comido no sul do Brasil, que é uma mistura de arroz, caldo e carne de frango, o que seria considerado uma heresia para alguns italianos. Ou seja, embora considerassem que o risoto que faziam era “italiano”, na Itália, esse era visto como uma comida “brasileira”.

O tamanho das porções também era algo que causava estranhamento. Nesse aspecto, há que se observar que quando os antepassados partiram da Itália para o Brasil, a escassez alimentar era também um dos motivos para a travessia. Como ressaltado por Franzina (2006) e Grosselli (1987), a situação no Norte da Itália era de muitas dificuldades, escassez e de relações de trabalho penosas. Ao chegarem ao Brasil, depararam-se com uma oferta de determinados alimentos que na Itália eram escassos, como a carne, por exemplo (Lorenzoni, 1975).¹⁴ Diz Lorenzoni (idem, p.45-46), jovem migrante que chega com sua família no Rio Grande do Sul em 1878, que:

¹³ Penso que no cenário político internacional contemporâneo, pode-se concordar com Vertovec (2011, p.245), quando salienta que: “Especially in nationalism’s newer forms, cultural anxiety about threatened identity impels cultural politics”. Dessa forma, deveria haver políticas públicas na Itália para uma melhor acolhida e reconhecimento (HONNET, 2009) a sua população descendente nascida em outras partes do mundo e que também se considera e é juridicamente reconhecida como italiana.

¹⁴ Na obra memorialista *Memórias de um imigrante italiano*, Lorenzoni (1975, p.33) escreve que: “Finalmente, ao entardecer, chegou a tão desejada comissão, trazendo-nos alguns víveres. Recordo-me ainda de que as primeiras barricas de charque, ao serem abertas, exalavam um mau cheiro insuportável, mas depois da carne bem lavada e cozida, todos comeram avidamente, tal era o apetite”. Ou seja, os estranhamentos alimentares nos processos de mobilidade fazem parte da inserção na terra de destino dos antepassados também.

Carne, sempre tínhamos em abundância, pois note-se que, naquele tempo, uma rês para abate nunca chegava a custar mais que trinta e cinco mil réis. Além da carne, sempre nos foi fornecida a ração de outros comestíveis. Notamos claramente, desde os primeiros dias, que a carne neste País é considerada alimento de primeira necessidade, mas faltando, infelizmente as hortaliças e não sabendo, a maior parte da população, preparar com elas pratos saborosos, como era costume em nossa terra. O gostoso macarrão, tão do nosso agrado, precisava ser esquecido, ao menos nos primeiros tempos.

Sendo narrada como um processo migratório no qual a abundância e a fartura alimentares se tornam um forte sinal diacrítico (BARTH, 2000) importante na construção da italianidade, encontrar uma Itália moderna na qual os alimentos eram medidos por porções para cada pessoa, causava espanto. Uma descendente oriunda do sul do Brasil me contava que, no início, considerava estranho fazer comida medindo o tanto de macarrão a ser cozido para cada pessoa, mas que, com o tempo, começou a considerar uma prática muito positiva. Assim, não havia sobras e, segundo ela, “também não engordava”. Essa descendente estranhava também que seu marido italiano gostava que comessem macarrão (pasta) todos os dias, mas que foi se acostumando e aprendendo a variar outros complementos. Além disso, ressaltava que, em 10 minutos, tinha uma refeição pronta.

As carnes existentes no Lazio e no Veneto também causavam estranheza pelo sabor e formato dos cortes. A carne de cavalo, por exemplo, causava assombro e estranheza. Mas, alguns descendentes, após experimentarem, tornavam-se consumidores, em alimentos como a *bresaola*¹⁵, por exemplo. Uma entrevistada me afirmava que a carne de equino vendida na Itália tinha o sabor e a cor mais parecida com a carne de gado vendida no Brasil.



Foto: acervo da autora

¹⁵ Produto da salameria italiana, no qual a carne é seca, curada, salgada, fatiada e usada para entradas, sanduíches e outros pratos.



Foto: acervo da autora

Observando-se o quanto nem todo alimento se converte em comida, ou seja, um produto aceito socialmente como consumível, a introdução da carne de cavalo nas refeições fazia parte de um processo de resignificação por parte dos descendentes em sua inserção no mundo italiano. No Brasil, como me disse uma entrevistada, jamais comeria carne de cavalo, mas que na Itália havia todo um tratamento sanitário para o abate de equinos e que ela confiava nesse processo. Assim, a carne de cavalo se transforma em comida, servida na mesa e oferecida socialmente. Em alguns estabelecimentos comerciais, o preço da carne de equino é um pouco menor do que a de carne de gado, mas em algumas situações, o valor é o mesmo ou maior, dependendo do produto final. Tratava-se, portanto de uma transformação no gosto (BOURDIEU, 1983), de uma revisão entre o que se pode ou não comer e também oferecer aos outros e à família como comida.

Outra situação que causava estranheza entre os descendentes eram os horários e os alimentos consumidos em determinadas refeições. O café da manhã, por exemplo, que no Brasil incluía doces, pães, salgados e frutas, na Itália era revisto. A *colazione* italiana é, de uma forma genérica, composta por algo doce, especialmente o *cornetto italiano*¹⁶, o café e um suco simplesmente. Preparar o café na Moka¹⁷ também era um aprendizado que muitos adquiriam e se tornava rotina. Aliás, muitos traziam Mokas italianas para a família no Brasil, salientando sabor do café e a praticidade dessas.

Nesse sentido, observei o quanto as mudanças nas dinâmicas alimentares iam se processando, dependendo da origem regional dos brasileiros e também dos orçamentos

¹⁶ Assemelha-se a um *croissant*, feito com farinha, ovos, manteiga e açúcar. Pode ser aromatizado com baunilha, recheado com cremes ou se apresentar somente com a massa.

¹⁷ É uma cafeteira na qual se prepara o café no fogão com fogo baixo, inserindo-se em parte dela água e em outra o pó de café. Há marcas na Itália que são tradicionais, como a Bialetti, por exemplo. Em algumas situações Moka é sinônimo de cafeteira.

familiares. Havia um comércio de produtos brasileiros que se dava por meio das redes sociais (*Facebook, Instagram e Whatshapp*) e um constante trânsito de comida nas malas e bagagens entre Brasil e Itália. Eu mesma muitas vezes levei erva-mate¹⁸, bombons, chocolates, gelatinas, farofa, café, balas de banana e outros produtos que me eram encomendados. Eu também trouxe muita comida da Itália para o Brasil, na forma de presentes.

O que se pode perceber, por meio da pesquisa, é que muitos descendentes individualmente ou em família procuravam reproduzir parte de seu cotidiano alimentar na Itália também, para sentirem menos saudades do Brasil. Ou seja, fazer o Brasil presente simbolicamente na Itália, por meio das comidas de seus grupos familiares de nascimento. Procuravam cortes de carnes bovinas para fazer churrascos, feijão preto para comer com arroz, farinha de mandioca e outros alimentos. Nesse sentido, a alimentação e suas negociações possibilitam, mesmo à distância, sentirem-se mais próximos do Brasil. O chimarrão, especialmente para os descendentes vindos do sul do Brasil, era algo muito importante. “Tomar um mate” era o momento de se sentirem mais próximos das famílias e dos sabores do Brasil. O difícil, diziam, era conseguir tempo para isso, numa Itália na qual possuíam longas jornadas de trabalho.

Considerações Finais

Este artigo teve por objetivo apresentar brevemente algumas dinâmicas sociais e interativas de descendentes de imigrantes italianos que partem para a Itália, como e quando partem e quais suas motivações. Objetivou-se, igualmente, apresentar algumas questões importantes em suas inserções interativas no mundo italiano. Resultado de pesquisas etnográficas realizadas desde 2012, o presente artigo apresentou alguns detalhes pertinentes ao cotidiano, às rotinas, às comensalidades e aos estranhamentos na alimentação em suas mobilidades do Brasil para a Itália.

Acostumados, muitos deles, a denominar sua alimentação no Brasil de “italiana”, depararam-se, na Itália, com uma imensurável variedade alimentar antes desconhecida. Observam, igualmente, que algumas das comidas que consideravam “italianas” quando estavam no Brasil, na Itália eram classificadas como “brasileiras”. Conhecem novas formas de comer, com horários e formatações nas refeições diferenciadas daquelas do Brasil. Assim, para muitos, foi no cozinhar, no aprender e a

¹⁸ Necessária para o preparo do chimarrão, bebida quente, muito apreciada no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

reaprender a se alimentar que selecionaram momentos e alimentos que os aproximassem das terras brasileiras, seus sabores e formas de comer.

Descendentes de imigrantes italianos que vieram para o Brasil em finais do século XIX e início do XX, especialmente do Norte da Itália, buscando o reconhecimento jurídico da cidadania italiana e estando na Itália percebem, muitos deles, o quanto a brasilidade está presente. Estranhando formas de vestir, de se portar e interagir, sendo cidadãos italianos reconhecidos (ou em processo de reconhecimento), tem que apreender como ser italiano numa Itália diversificada, com regionalidades, hábitos e costumes algumas vezes muito distantes daqueles que no Brasil consideram tipicamente “italianos”. Como ressalta o título do artigo, “quando o Brasil é também aqui”, é uma experiência complexa, contraditória e vivida por meio de muitas dinâmicas. Algumas dessas, para se sentirem mais próximas à terra de nascimento (o Brasil), outras para se distanciarem das estigmatizações provenientes de uma brasilidade presumida que traz consigo preconceitos de gênero, de raça e outros. A raciaalização da condição de brasileiro é uma experiência que, sem dúvida, produz reflexões acerca da brasilidade e também da italianidade. O que nos aponta acerca de quanto esses temas merecem ser tratados, seja cientificamente, seja na forma de propostas políticas de reconhecimento de alteridades e de historicidades distintas.

Referências

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. *Brava gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BARTH, Frederik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: LASK, Thomas (org.), *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. pp.25-67

BOURDIEU, Pierre. Pierre Bourdieu: sociologia. In: Ortiz, Renato (org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CAMPANELLA, Bruno. Por uma etnografia para a internet: transformações e novos desafios. *MATRIZES*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 167-173, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/111722>. Acesso em: 23 mai. 2021.

COSTA, Jamile Dos Santos Pereira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. O reconhecimento da cidadania italiana como fato, valor e processo: o passaporte como símbolo de italianidade. *REMHU*, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, v. 27, n. 55, p. 165-180, 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852019000100165&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Set. 2020.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration. *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 645, n. 1, p. 1-24, 1992.

GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou Morrer: camponeses trentinos (Vênetos e Lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.

HINE, Christine. Towards ethnography of television on the internet: a mobile strategy for exploring mundane interpretative activities. *Media, culture & society*, v.33, n.4, p.567-582, 2011. Disponível em: <http://mcs.sagepub.com/content/33/4/567>. Acesso em ago 2011.

LORENZONI, Julio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de. O Mal-estar da ética na antropologia prática. IN: VICTORA, Ceres et al (org). *Antropologia é Ética*. Niterói: EdUFF, 2004. pp.21-32

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, Dez. 2014.

SEYFERTH, Giralda. A noção de raça no Brasil. IN: ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Por que “raça”? Reflexões sobre a “questão racial” no cinema e na antropologia*. Santa Maria: Editora UFSM, 2007. p.101-130.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico - um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural ítalo-brasileiro, 1988.

TRUZZI, Oswaldo e ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Italianidade nos interiores paulista e gaúcho: uma perspectiva comparada. IN: ELMIR, Cláudio Pereira et al (org). *Imigração nas Américas*. Estudos de História comparada. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018. pp. 123-160.

SAYAD, Abdelmalek *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp,1998.

SAYAD, Abdelmalek, *O retorno, elemento constitutivo da condição do imigrante*. In: Revista Travessia, número especial, 2000.

VERTOVEC, Steven. The Cultural Politics of Nation and Migration. *Annual Review of Anthropology*, n.40, p.241–56, 2011.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria- RS*. Santa Maria: Ed.UFSM, 2006.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. *Mana* (Rio de Janeiro), v. 13, p. 521-547, 2007b.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; ASSIS, Glaucia de Oliveira; BENEDUZI, Luiz Fernando. Ítalo-brasileiros na Itália no século XXI: 'retorno' à terra dos antepassados, impasses e expectativas. *REMHU (Brasília)*, v.XXI, p.139-162, 2013.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Jovens ítalo-brasileiros na Itália: projetos em evidência. IN: SANTOS, Miriam et al. (org). *Recortes Interdisciplinares sobre migrações e deslocamentos*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2014. pp.75-88.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Os ítalo-brasileiros, a dupla cidadania e a reivindicação das origens. IN: MEJIA, Margarita Rosa Gaviria (org). *Migrações e Direitos Humanos. Problemática Socioambiental*. Lajeado: Ed. da Univates, 2018. pp.53-66.

**A revista pedagógica norte-americana *Evangelisch- Lutherisches Schulblatt*:
aspectos transnacionais e trajetória**

Patrícia Weiduschadt*
Renata Brião de Castro**

O presente artigo busca uma primeira aproximação de análise dos assuntos educacionais e religiosos presentes em uma revista pedagógica publicada nos Estados Unidos, denominada *Evangelisch- Lutherisches Schulblatt*, no período de 1865 até 1882, utilizando como suporte teórico principal o conceito de história transnacional e a história transnacional da educação.

Mobilizar os impressos se torna cada vez mais necessário para entender aspectos da historiografia educacional, ainda mais, tratando-se de impressos destinados ao uso escolar e pedagógicos. Os impressos utilizados nesta pesquisa podem ser caracterizados como parte da imprensa étnica que circulou no Brasil a partir do movimento de grupos imigratórios. Embora o jornal analisado tenha sido produzidos nos Estados Unidos, ele circulou em outros países, inclusive no Brasil décadas depois, sendo possível pensar esse periódico como um impresso étnico, pois sua origem e funcionamento está ligada aos grupos imigratórios em território brasileiro. (LUCA e GUIMARÃES, 2017)

Cabe contextualizar brevemente a instituição religiosa e pedagógica que o editou e o fez circular. A revista foi produzida pelo Sínodo de Missouri, instituição fundada nos Estados Unidos por imigrantes alemães que fugiam do crescente racionalismo cristão e buscaram implementar no país norte americano uma igreja que fosse voltada aos princípios ortodoxos e pietistas. Essa instituição instala-se no Brasil em 1900¹, com os mesmo princípios do país de origem e com forte tendência a investir em escolas paroquiais e a uma valorização da formação de rede de professores. No entanto, o período estudado a partir do encontro das fontes é anterior à constituição dessa instituição no Brasil, mas compreendê-la no contexto norte americano reforça projetos educativos religiosos similares, mesmo tendo a convicção que a realidade local

* Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. (FaE/PPGE/ UFPEL)

** Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. (PPGE-UFPEL)

¹ Ver Weiduschadt (2007), o Sínodo de Missouri é uma instituição luterana fundada nos Estados Unidos por imigrantes alemães que fugiram do racionalismo vigente no país germânico no século XVIII. No século XIX eles formam o Sínodo na realidade norte americana, buscando se auto denominar como adeptos do “verdadeiro luteranismo” e buscaram se expandir com trabalho missionário, chegando ao Brasil em 1900. Atualmente no Brasil é denominada Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

em que se circula o impresso interfere na sua apropriação, circulação e apropriação. (CHARTIER, 1996a; 1996b). Não se trata de desconsiderar os aspectos regionais e locais do local onde circulou o periódico, mas sim de fazer uma análise que considere também os aspectos transnacionais.

O periódico pedagógico é potente no sentido de perceber como estavam organizadas as escolas paroquiais dessa instituição e como deveriam ser orientados, em especial, os professores que atuavam nesse contexto. A revista inicia-se em 1865, mensalmente, em língua alemã, estendendo-se nesse idioma até 1910, quando passa a ser publicada em língua inglesa. Ela ainda circula atualmente, sendo editada pela instituição norte americana denominada *The Lutheran Schools Journal*.

Para este texto em específico optou-se em analisar de 1865-1882. Esse período é justificado pelo encontro das fontes, as quais estão disponibilizadas de forma digital na Biblioteca de Harvard e disponível para acesso pelo *google*.²

Para realizar a análise proposta a escolha teórica foi pela abordagem da história transnacional. . O transnacional tem sua origem também ligada aos estudos postcolonial, “[...] desde meados da década de 90, o ‘transnacional’ serviu como uma estrutura conceitual substituta para o ‘pós-colonial’ na análise da cultura contemporânea, na medida em que uma ‘virada transnacional’ foi proposta [...]” (OSSENBACH e DEL POZO, 2011, p. 581).

O transnacional pode ser considerado como um desdobramento da história comparada (GUIMARÃES, 2015) e ao longo dos anos acompanhou os estudos postcolonial. O transnacional como uma categoria de análise nas pesquisas que tem como foco a imprensa estrangeira no Brasil foi estudado por Guimarães, a qual sintetiza o transnacional como: “Em resumo, transnacional poderia ser compreendido como aquilo que vai “além das” fronteiras, o que implica, segundo o próprio termo, mudança, transformação e até negação [...] (GUIMARÃES, 2015, p. 91). Para a autora, os estudos sobre os deslocamentos populacionais, entre os quais se inserem as migrações, podem se beneficiar do transnacional na análise (GUIMARÃES, 2015). Nesse sentido, ganharam, também, centralidade as categorias da *Historie croisée* e de redes em processos imigratórios. Para tanto, é necessário compreender que os elementos transnacionais necessitam ser entendidos a luz da conexão que existe entre as ideias e os preceitos que vão se entrelaçando na constituição dos processos educativos. Nessa

² A orientação para realizar o uso livre é referenciar que está disponibilizado em <http://books.google.com>

discussão podem ser acrescida os estudos de Werner e Zimmerman (2003), eles alertam que a história entrelaçada, cunhada pelos referidos autores, também, como história cruzada, tem como objetivo tratar objetos e problemáticas específicas que escapam às metodologias comparatistas e aos estudos de transferências, colocando o problema de sua própria historicidade a partir de um triplo procedimento de historicização: do objeto, das categorias de análise e das relações entre o pesquisador e o objeto.

As ideias de conexões e redes parecem ser mais adequadas na análise, do que o conceito de transferência cultural. Cabe retomar a metáfora de Gruzinsky (2001), em que ele afirma que o historiador pode ser comparado, nesse caso das histórias cruzadas, a um eletricitista que seria o de reconectar os fios, sendo assim, a história não é única e homogênea. Ela apresenta diferentes nuances e processos que dependem de intermináveis conexões, que mudam e se entrelaçam de acordo com os contextos e períodos históricos de duas ou mais realidades que se interconectam. A potencialidade de pensar os periódicos analisados a partir de uma perspectiva que transcendesse os aspectos nacionais auxilia a pensar o objeto de estudo de uma forma conectada com outros países e transnacional. Fuchs escreve sobre a história e a origem do tema:

Como o termo “globalização”, que só foi amplamente utilizado no segundo metade do século passado, o termo “transnacional” tem uma história curta. Cunhado nos Estados Unidos, no início do século XX, apenas nas últimas duas décadas o termo se estabeleceu nos estudos históricos (FUCHS, 2014, p. 15, tradução nossa).

Conrad (2015), um importante estudioso alemão da temática, aborda a imigração a partir de alguns pontos principais, um deles refere-se as ondas de imigração no século XIX e para este campo “[...] as vantagens de uma abordagem histórica-global se mostram de maneira muito clara” (CONRAD, 2015, tradução nossa). O uso destes conceitos é interessante porque a circulação desse impresso não ficou restrita ao contexto norte-americano. Ele foi veiculado e divulgado em outros lugares e com interlocutores estrangeiros, indo, desta forma, ao encontro do que a própria organização religiosa se propunha, expandir-se para outros lugares com objetivos missionários e estabelecer relações e vínculos de aperfeiçoamento com a Alemanha, já que eram imigrantes dessa região, buscando legitimidades nas universidades e nos seminários germânicos.

Cabe destacar que, para mobilizar esse aporte teórico, precisa-se entender a rede de conexões que o impresso circulou, selecionou seus conteúdos e o próprio contexto norte-americano. Então, em um primeiro momento, será discutida a profusão

de impressos pedagógicos na realidade norte americana e, para que, em seguida a partir da contextualização do periódico e de seu editor inicial, possam ser compreendidos aspectos do impresso que o conduziram a uma transnacionalização de saberes e de um profusa conexão de ideias, que não se restringiram aos EUA, mas a vários lugares que circularam essas ideias, inclusive o contexto brasileiro de imigração alemã

Impressos pedagógicos nos Estados Unidos- contexto

No século XIX os Estados Unidos buscavam consolidar o sistema educacional público, havia, pela grande massa imigratório alemã ao território norte americano, iniciativas escolares com a presença de confessionalidades religiosas. Nesse século, a imigração alemã aos EUA incluía grandes contingentes de intelectuais, acadêmicos e instituições e sociedades (WARDE, 2016).

Kirchof (1942) analisa em seu estudo que no século XVIII antes da fundação do Sínodo de Missouri nos Estados Unidos, que foi em 1847, já existiam iniciativas escolares e comunitárias para os imigrados da Alemanha. Apesar das pesquisas do referido autor ser direcionado às escolas luteranas de Indiana em específico, ele busca uma contextualização geral da formação do Sínodo em que é destacada a preocupação com a organização escolar.

Na organização do Sínodo que, segundo Kirchof (1942), teve como ponto de partida a reunião de doze pastores em Chicago havia várias propostas para consolidar a formação, contendo regras direcionadas a consolidação dos estatutos institucionais do Sínodo de Missouri. Entre as propostas e as discussões administrativas, religiosas e doutrinárias, as escolas e a educação tinham especial atenção. No terceiro artigo da constituição do Sínodo notam-se pontos específicos educativos com os seguintes títulos: “A educação de professores, A publicação de livros didáticos, A promoção de escolas paroquiais” (Constituição do Sínodo, Artigo III, apud Kirchof, 1942, p. 7, tradução nossa). “O Sínodo de Missouri fez das escolas um assunto de consciência entre leigos e clérigos e, portanto, foi bem sucedido em desenvolver e preservar, contra todas as expectativas, um sistema único na História educacional americana” (KIRCHHOF, 1942, p. 8, tradução nossa).

O trabalho do referido autor na década de 1940, apesar de carecer de problematizações, oferece aspectos descritivos para entendermos a formação dessa rede escolar. Dessa forma, são encontradas pistas que mostram os objetivos e a organização escolar dessa instituição.

A instrução nessas escolas luteranas antigas era inteiramente em Alemão e incluía religião, leitura, escrita, aritmética e canto. O Inglês foi adicionado ao currículo, em algumas escolas, por volta de 1850, mesmo que algumas não adotassem inglês como meio de instrução até 1880. (KIRCHHOF, ano, p. 19, tradução nossa).

Diante dessas informações, a partir de um panorama da formação das escolas, em que a instituição organizou uma sistematização escolar, baseada em formação docente, produção de livros didáticos e fomento das escolas paroquiais, é que se torna potente esse impresso pedagógico. Por meio dele percebe-se a circulação de ideias pedagógicas defendidas pela instituição e que deveria servir como parâmetros de organização escolar.

Como já foi anunciado, havia nesse período tentativas sólidas em constituir e fortalecer o sistema público educativo. Portanto, na realidade norte-americana, nesse período estudado, era intensa o fomento e a circulação de impressos pedagógicos, conforme os estudos de Warde:

As iniciativas associativas tenderam a crescer, a partir da década de 1850, quando os impressos seriais passaram a funcionar como instrumentos de comunicação de dirigentes, professores e funcionários escolares [...]. Mesmo quando mantida a responsabilidade de um único editor, as associações de professores, em primeiro lugar, e demais modalidades associativas vinculadas ao Estado - tais como associações de superintendentes e diretores - ou **às denominações religiosas, às igrejas, aos movimentos pedagógicos - tais como as uniões de escolas dominicais, as sociedades de escolas católicas, as pestalozzianas e as herbartianas** -, ou ainda, as universidades, sociedades científicas, academias - cresceram em ritmo constante até se tornarem responsáveis pela quase totalidade dos periódicos na década de 1920 (WARDE, 2016, p. 104, grifos nossos).

A investigação de Warde aborda a profusão do periodismo educacional de meados do século XIX até a década de 1920, revelando que, para isso, seria necessário ter um público leitor. Diante disso, pode-se perceber uma comunidade leitora profissional formada por professores que ansiavam por formação e necessidade de discussão das mais variadas temáticas pedagógicas. Esse leitor seria especializado, porque participaria de redes de associação religiosas ou não, como aponta a citação, mas teriam que ter capacidade de relação de entendimento dos conteúdos.

Diante disso, a pesquisa da referida autora, ainda, aponta a contribuição da imigração alemã, que contava com a presença de intelectuais e o fortalecimento de uma rede transnacional, como se pode observar:

Em meados do século 19 a imigração alemã incluía grandes contingentes de intelectuais, acadêmicos, homens de letras; em larga medida, liberais em matéria política e religiosa, contemporâneos das práticas de comunicação e divulgação por meio de impressos periódicos de destinação escolar. Em suas bagagens: literatura, filosofia, poesia, pedagogia. Para uns tantos norte-americanos Hegel foi dado a conhecer naquele momento; para outros, Herbart; para muitos, Pestalozzi frente e verso (WARDE, 2016, p 100).

A partir dessa profícua interlocução das instituições com distintas realidades e estudos de intercâmbio de ideias filosóficas e educativas de autores europeus é que os periódicos serviram para divulgar discussões e abordagens nas suas páginas. Assim pode ser visto, também, o periódico aqui estudado, ele tinha como objetivo central as escolas luteranas do Sínodo de Missouri, mas abarcava temáticas da realidade educacional norte-americana de forma geral e apresentava conteúdos e discussões de outros países. Por isso, abordaremos em seguida o impresso em questão, contextualizando-o e a partir de seus conteúdos tentando mostrar a circulação e produção transnacional (CHARTIER, 1996a; 1996b). Na produção pode-se inferir que contava com contribuições de jornais estrangeiros e na circulação ele era direcionado a outros países em que era possível estabelecer uma rede, por meio da vertente luterana do Sínodo de Missouri.

Impresso Schulblatt- trajetória e aspectos transnacionais

Como mencionado, o periódico começou a ser editado em setembro de 1865, ou seja, 17 anos após a fundação do Sínodo. Na perspectiva do Sínodo nota-se que era importante fomentar a importância de uma organização de rede escolar e dar suporte didático-pedagógico aos professores, já que o impresso era produzido por alunos do seminário pedagógico e coordenado por Lindemann, diretor dessa instituição. Abaixo segue capa do primeiro número do periódico:

Figura 1: Capa da primeira revista *Schulblatt* e com a tradução para a escrita latina e em português dos elementos textuais.

Erster Jahrgang 1865-1866
Primeiro ano 1865-1866
Druck und Verlag von August Wiebuch und Sohn -1866
St Louis, Missouri
Impressão e edição de August Wiebuch. e filhos -1866

Evangelisches- Lutherisches Schulblatt . Monatliche Zeitschrift für Sache Erziehung und Unterricht.

Jornal escolar evangélico luterano. Revista mensal para coisas da educação e instrução

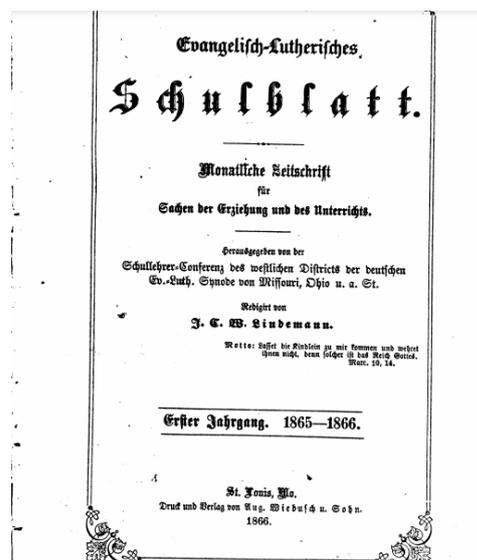
Herausgegeben Schullehrer- Konferenz des westlichen distrikts der deutschen Ev.Luthe Synode von Missouri Ohio u. a. Staat

Produzido pelos professores escolares na conferência do distrito oeste da igreja alemã evangélica luterana do Sínodo de Missouri e outros estados.

Redigirt von J. C. Lindemann
Redigido por J. C. Lindemann

Motto:Lasset die Kindlein zu mir kommen und wehret ihnen nicht, denn solcher ist das Reich Gottes. Marc, 10, 14

Lema: Deixar vir a mim os pequeninos e não os embarceis, porque é deles o reino de Deus, Marcos, cap 10, versículo 14.



Fonte: Capa da primeira edição da revista *Schulblatt*, acervo google digital, Handover Theological, Harvard.

A partir do conhecimento da capa e da compreensão dos elementos conceituais muita coisa pode ser passível de reflexão. É claro que é um jornal destinado à realidade educacional, para “coisas da instrução e educação”. Essa expressão quer se destacar que para língua alemã e para o contexto educacional alemã a instrução seria a aprendizagem mais técnica dos conteúdos e a educação seria aquela para a formação geral ³.

A responsabilidade da edição era orientada por um professor do Seminário e de seus alunos, especificamente, do distrito oeste para produzir e organizar o impresso, ou seja, aqueles que eram responsáveis pela formação dos professores das escolas paroquiais, teriam função de organizá-lo e pensá-lo. Cabe destacar que ele foi gestado e pensado, a partir de uma reunião numa conferência, prática comum do Sínodo para discussões e sistematizações, publicadas frequentemente, os seus resumos e indicações no próprio impresso, aspecto que será abordado mais tarde.

³ Ver em Brito (s/d) sobre as diferenças entre *Erziehung* e *Unterricht* no contexto alemã do século XIX.

O lema que abre a capa como um cartão de visita é a passagem bíblica em que Jesus acolhe as crianças para conversar e ensinar, enfatizando que cuidar da infância seria de extrema importância, princípio seguido pelo Sínodo, reforçado também pelo ideal de Lutero. Então não causa surpresa encontrar esses elementos que reforçam as práticas doutrinárias e o cuidado com a escola, porque a criança seria o futuro fiel e participante da igreja⁴ Ainda mostra que é o primeiro ano de circulação já editando dois anos juntos, e produzido e editado por editora independente. Ainda não se tinha constituído a Concordia Publishing House.⁵ A editora do Sínodo que já completa agora 150 anos ainda está em atividade e foi fundada em 1869, ou seja, três anos depois da circulação do impresso. A partir de 1870 aparece a impressão em St Louis, local onde está localizada a editora.

Para entender a circulação e as influências transnacionais é de extrema importância discutir e analisar o papel e a trajetória do primeiro editor, o professor J. C. W Lindemann (1865-1879). Lindemann nasceu na Alemanha e era católico em Dresden, mas leu a Bíblia e foi ser luterano e foi enviado para os alemães para América do Norte. Mas não foi e ficou no Seminário em Hannover e aprendeu a ser professor. Na revolução de 1848 ele aceita ir para Baltimore nos EUA, mas estudou em Fort Wayne num dos Seminários do Sínodo de Missouri.⁶

Além da função de diretor e professor do Seminário pedagógico de Addison, foi editor da revista pedagógica até seu falecimento. Ainda, dedicou-se a escrita de livros destinados aos professores, como, por exemplo, o livro *Amerikanische-Luterische. Schul-Praxis*.⁷ Pode-se perceber que Lindemann era um intelectual, que exercia a docência por meio de consistentes conhecimentos didáticos pedagógicos e que mantinha vínculos com redes estrangeiras fora dos Estados Unidos, especialmente com a Alemanha. Então, a condução da revista foi realizada por esse docente que teve intensa circulação entre a Alemanha e Estados Unidos.

⁴ Ver Weiduschadt (2012).

⁵ In 1869, Concordia Publishing House was founded as a small St. Louis printery with the mission of providing doctrinally sound materials for churches and individuals. Today, our company thrives as a nationally recognized publishing company that offers churches, schools, and individuals more than 10,000 products and services. And while we continue to grow from our humble beginnings 150 years ago, our mission remains the same. Disponível em: <https://about.cph.org/who-we-are.html>.

⁶ http://www.lutherische-bekennnismgemeinde.de/Lindemann_Biography.htm.

⁷ Denominado em português “A prática escolar na realidade luterana americana”. Este livro contém 350 páginas e é dividido em elementos introdutórios como a escola e a função e condição do professor. Cabe destacar que ele foi encontrado no acervo do Instituto Histórico da IELB, em Porto Alegre, denotando, assim, ter sido usado na formação dos professores do seminário pedagógico no Brasil.

Revista Schulblatt- aspectos transnacionais

De maneira geral, a partir, especialmente do sumário desse conjunto documental, que são as revistas digitalizadas dos anos de 1865-1882, é que apontaremos aspectos importantes para reforçar que a edição, produção, circulação desses periódicos estavam a partir de aspectos transnacionais.

Um dos assuntos proeminentes era a preocupação com as mudanças do sistema público nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que eles alertavam para o avanço da implantação da língua inglesa nas escolas étnicas luteranas em que predominava o alemão, eles defendiam a centralidade do uso da língua alemã. Um dos títulos para ilustrar essa afirmação foi “*A língua alemã como objeto de instrução em nossas escolas comunitárias*” (Schulblatt, 1866, n° 8, p. 233).

Nesse excerto é defendido o uso da língua alemã, porque ela é a língua dos principais filósofos, portanto, não pode ser esquecida. Consideram-na como “*Muttersprache*”, a língua materna, então ela deveria ter maior atenção e ser objeto da instrução. E depois de consolidada, introduzir a língua inglesa nas escolas. Outro argumento para fortalecer a língua germânica na escola, segundo esse excerto é que a maioria dos imigrantes falavam diferentes dialetos, citando o pomerano, baixo alemão, renano, e outros originários das mais diferentes regiões da Alemanha, “[...] as crianças devem aprender a língua de Lutero ao lado dos dialetos, com importantes livros de literatura, bíblia, catecismo. [...] o aprendizado da Bíblia deve ser estudado na língua alemã. (Schulblatt, 1866, n°8, p. 237).

É divulgado que é necessário o uso da língua inglesa nas escolas, sendo publicados regulamentos ainda aceitos com planos de estudo⁸ com as duas línguas, com exceção das escolas noturnas (Schulblatt, setembro, n° 1, 1867).

Ao mesmo tempo em que o governo norte americano era elogiado por respeitar a liberdade religiosa nas escolas luteranas, o editorial ficava em alerta, por temer que fossem perder alunos nas escolas confessionais, pelo fortalecimento da rede escolar pública. Então, há nuances no discurso da revista em relação ao governo, por vezes, considerando-os como aliado e por outro lado, com ressalvas.

⁸ O plano de estudo, publicado, como um anexo, em folha dobrável para ser destacado, em setembro de 1867, ao final do mês, era direcionado para classes mistas e com três níveis de aprendizado, constava os horários das escolas que funcionariam das 9 as 12 horas pela manhã, tendo um intervalo de 1 hora e retornaria das 13 as 15 horas. O plano compreende 5 dias da semana (de segunda a sexta). A religião era o que balizava o currículo, inclusive na habilidade da leitura. A língua inglesa deveria ser trabalhada, segundo esse plano de estudo 3 vezes a semana por 45 minutos. Ao avaliar o plano de estudo, não era uma escola bilíngue, porque a centralidade ficava em torno do uso da língua alemã.

Pelo que está exposto no periódico percebe-se um currículo escolar das escolas paroquiais explicitados e que se repetem em outros contextos. As principais disciplinas do currículo escolar abordadas em suas metodologias e como deveriam ser ministradas nas escolas são: aritmética, leitura e escrita, esportes, alfabetização, geografia, canto, catequese, história bíblica, educação física, com ampla defesa de um plano de estudos. Por meio desse levantamento, pode-se inferir a necessidade de direcionar a revista aos professores das classes multisseriadas e que contavam com o ensino inicial da escolarização, além de observar que a centralidade dos assuntos ficava em torno das habilidades básicas do ler, escrever e contar. Entretanto, os conteúdos religiosos eram muito valorizados nas orientações deles serem usados diariamente na escola, alternando em História Bíblica, Catequese e Canto religioso.

Cabe destacar que esse projeto educacional se repete em outros países que o Sínodo se instala. No Brasil, onde já realizamos pesquisas analisando revista pedagógica que funcionou de 1933-1954, aparece o mesmo modelo de planos de estudos e objetivos educacionais.

Outra prática relevante realizada pela rede educativa e publicada no periódico são os relatos e publicação das conferências pedagógicas, nessas conferências que parecem ter sido anuais, diversos assuntos foram discutidos e abordados. Um exemplo que evidencia a proliferação de uma rede transnacional é o título da temática da conferência de 1865, em que o título é: “Por onde diferenciam-se as nossas escolas comunitárias das nossas escolas em diferentes países?” Neste texto é discorrido aspectos que mostram as diferenças escolares de acordo com o contexto de cada região. Há um reconhecimento que cada realidade precisa ser adaptada e ser trabalhado o currículo de forma diferenciada. Mas pode-se perceber que havia uma rede escolar transnacional, amplamente difundido pelo trabalho de missão.

Essas publicações das conferências e com interlocução com outros países faziam parte de uma coluna recorrente, ao final de cada mês da revista. Ela se chamava *Altes e Neues* (Velhas e novas). Nesse espaço do periódico é visível a presença de notícias de outros lugares de alcance da revista, por exemplo, em 1870 é publicada uma conferência de professores em Berlim, frequentada por correspondentes dos EUA, tendo propaganda da *Leipzig Universität*.

Ainda são inúmeras as reportagens que colocam exemplos educacionais de outros países, como França, Inglaterra, Alemanha, Hannover, Itália, Suécia Nurnberger.

Além de outros países muitas curiosidades gerais revelam inter-relação com outros contextos.

Apesar de diferentes países serem mostrados como curiosidades desses contextos, a Alemanha é a mais mostrada e serve, inclusive, de modelo educacional para a instituição luterana. De qualquer modo, seria esperado que uma instituição que imigrou do país germânico se identificasse mais com a Alemanha. Uma das evidências pode ser observável a partir de publicações de excertos de textos extraídos de revistas alemãs, como, por exemplo, da revista *Süddeutscher Schulbote in Stuttgart*. Quase todos os anos analisados há excertos e notícias compiladas desse periódico.

Esta revista era dirigida pelo inspetor Johann Ludwig Völter⁹ de uma escola para pobres (Armenschulen) de orientação religiosa pietista, localizada na região de Lichtenstern, abaixo temos a imagem da revista.



Fonte: Digitalizado por google, disponível em <http://books.google.com>

É importante mostrar que essa revista começou a circular antes da revista *Schulblatt*, em 1836. Então a partir de 1865, ela já era reconhecida e, portanto, adequada para ser compilado no impresso norte americano. Parece ser óbvio que para ser digna de

⁹ Inspektor der Armenschullehrer- und Kinderrettungsanstalt Lichtenstern 1839; Pfarrer Zuffenhausen 1850-1880; pens.1880 lebte dann in Stuttgart; veröffentlichte versch. Schriften; Lichtenstern S.82, 84-92; (disponível em <https://www.deutsche-biographie.de/sfz124094.html>) Allgemeine deutsche Biographie, Bd.: 40, Vinstingen - Walram, Leipzig, 1896

compilação, seria necessário ter afinidade doutrinária com a instituição produtora do *Schulblatt*, ou seja, ortodoxa e pietista.

Por todos esses indícios, percebe-se uma intensa rede transnacional entre instituições que se aproximavam doutrinariamente e, portanto, adaptavam alguns preceitos da realidade alemã, ao contexto norte americano.

Considerações finais

Este artigo buscou apresentar a circulação de ideias por meio da imprensa pedagógica, a partir de um periódico legitimado pela instituição luterana em contexto norte americano, que não se restringiu somente ao país de produção, mas circulou e buscou aporte em outros contextos.

Seria necessário ter vinculação e compatibilidade doutrinária. Uma das pontes para essa conexão poderia ser o editor, o professor Lindemann, que era oriundo da Alemanha, organizou o impresso, por um curto período, mas com forte influência das obras de livros didáticos e pedagógicos para ser usado na formação dos professores.

Consegue-se perceber a potencialidade de pesquisa com mobilização do conceito transnacional a partir do objeto da imigração e redes educativas não estatais nesse contexto. O termo transnacional além das fronteiras pode ser compreendido pelas ideias circulantes no impresso, por meio de compilações de outros periódicos, permitindo inferir que as ideias circulavam e se entrelaçavam. Ao mesmo tempo em que se buscava trazer ideias de outros lugares, o periódico também objetivava levar o conteúdo aos países de missão da instituição do Sínodo de Missouri.

É perceptível as discussões no periódico que abarcavam as disciplinas consideradas relevantes para as escolas paroquiais – leitura, escrita, métodos de alfabetização, matemática, canto, ginástica e esportes, além de reforço dos conteúdos religiosos. Essas disciplinas curriculares também foram balizadoras nas escolas paroquiais do Sínodo de Missouri no Brasil.

Cabe destacar que os tensionamentos ocorriam de forma proeminente para o uso linguístico nas escolas, o alemão, língua originalmente utilizada, estava perdendo força, ao serem pressionados para ser incorporado o inglês, por conta do fortalecimento do sistema público dos Estados Unidos.

Apesar de o periódico ter como objetivo de unificar e formar o corpo docente e o sistema escolar do Sínodo de Missouri, ele se valia para propagar esses modelos, pelos planos de estudos, pelas orientações curriculares para disseminar um modelo que

perpassou fronteiras. Um dos pontos que se pode referendar essa afirmação, é que a revista que começou a ser analisada de forma digitalizada, com motivações das similaridades com as revistas pedagógicas da mesma instituição no Brasil (Revista Igreja Luterana- 1933-1954), nesse intercurso, foram encontradas em acervo particular de um professor brasileiro (que atuou de 1945-1970) a revista *Schulblatt* impressa do mesmo período.

O periódico oferece inúmeras possibilidades de análise pela riqueza de dados que poderão, no futuro, ser aprofundados com uma apropriação melhor dos conteúdos para mostrar as conexões e entrelaçamentos transnacionais.

Fontes:

Allgemeine deutsche Biographie, Bd.: 40, Vinstingen - Walram, Leipzig, 1896. Disponível em <https://www.deutsche-biographie.de/sfz124094.html>

Evangelisch- Lutherisches Schulblatt (1865-1882). St Louis Missouri. . Disponível em <http://books.google.com>. Digitalizado por google.

Süddeutscher Schulbote in Stuttgart. 1844. Disponível em <http://books.google.com>. Digitalizado por google.

Referências

BRITO, Fabiano de Lemos. *Sobre o conceito de educação (Bildung) na filosofia moderna alemã*. s/d. In: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br> >. Acesso em: 21 maio 2021.

CHARTIER, Roger. *El Mundo como Representación: estúdios sobre historia cultural*. Barcelona, Gedisa, 1996a.

CHARTIER, Roger. Do livro a leitura. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. São Paulo, Estação Liberdade, p 77-106, 1996b.

CONRAD, Sebastian. *Storia globale: un'introduzine*. Roma: Carocci editore S.p.S., 2015.

LUCCA, Tania Regina de e GUIMARÃES, Valéria. *Imprensa estrangeira publicada no Brasil: primeiras incursões*. São Paulo, Martins Fontes, 2017.

FUCHS, Eckhardt, History of Education beyond the Nation? Trends in Historical and Educational Scholarship. In: BAGCHI, Barnita, FUCHS, Eckhardt, ROUSMANIERE, Kate (orgs.). *Connecting histories of education: transnational and cross-cultural exchanges in (post)colonial education*. Ney York/Oxford: Berghahn Books, 2014.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 175-195.

GUIMARÃES, Valéria. Da história comparada à história global: imprensa transnacional e o exemplo do Le Messenger de São Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 176, n. 466, 87-120, 2015. Disponível em: < <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-466/item/108120-da-historia-comparada-a-hist%C3%B3ria-global-imprensa-transnacional-e-o-exemplo-do-le-messenger-de-sao-paulo.html>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

LINDEMANN, Johann Cristoph Wilhelm - 1827-1879. In: [http://www.lutherische-bekennnisgemeinde.de/Lindemann Biography.htm](http://www.lutherische-bekennnisgemeinde.de/Lindemann%20Biography.htm)

KIRCHHOFF, William J., "A History of Lutheran Elementary Schools in Indiana" . Graduate Thesis Collection. Indianópolis, Butler, University, 1942. 370. Disponível em <http://digitalcommons.butler.edu/grtheses/370>

OSSEMBACH, Gabriele; Del Pozzo, María del Mar. Postcolonial models, cultural transfers and transnational perspectives in Latin America: a research agenda. *Paedagogica Historica International Journal of the History of Education*, Vol. 47, N. 5, p. 579–600, 2011. Disponível em: < <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00309230.2011.606787>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

WARDE, Miriam. PERIODISMO EDUCACIONAL: ESTADOS UNIDOS, DO SÉCULO 19 ÀS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO 20. *Hist. Educ. [Online]* Porto Alegre v. 20 n. 48 Jan./abr., 2016 p. 95-120

WEIDUSCHADT, Patrícia *O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: Identidade e cultura escolar*. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas/RS.

WEIDUSCHADT, Patrícia. *A revista "O Pequeno Luterano" e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas - RS (1931 - 1966)*. 2012. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2012.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. *Revista textos de história*, v. 11, n.1/2, p. 89-128, 2003. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/issue/view/1805>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

“Como o irmão sabe, nunca vivi sossegado nesta terra, tendo a inquisição...”:
singularidades na trajetória de vida do médico Júlio Motti

Vicente Dalla Chiesa¹

Leonor C. B. Schwartzmann²

Introdução

O Rio Grande do Sul recebeu um significativo contingente de médicos italianos que acompanharam a grande imigração no final do século XIX e décadas iniciais do século passado. Esses profissionais ajudaram na consolidação do campo médico do Estado, de forma que reconstruir suas trajetórias é um capítulo importante para a história da assistência à saúde do Rio Grande do Sul.

Este texto trata do percurso de Júlio Motti, médico italiano que emigrou para o Brasil em 1913, e atuou na cidade de Garibaldi, entre as décadas de 1910 e 1940. O trabalho objetivou reconstituir e analisar a trajetória pessoal e profissional dele, em particular naquilo que o distinguiu dos demais médicos italianos que atuaram no Estado: sua adesão a uma religião minoritária, a Igreja Metodista, e as implicações que tal ato teve em sua vida pública e na prática profissional. Somada à confissão religiosa evangélica, a adesão à Maçonaria também transformou Motti em um personagem singular na cidade onde vivia, com origem na imigração italiana, onde a Igreja Católica - então ferrenha opositora do protestantismo e da Maçonaria - tinha grande força, com marcante presença de ordens religiosas.

Esta pesquisa pretende contribuir para a compreensão da inserção dos médicos italianos no Sul do Brasil e, particularmente, em relação ao efeito que o exercício de uma religião “não oficial” causou na trajetória de vida de um médico evangélico e maçom na colônia italiana da Serra Gaúcha da primeira metade do século XX. Trabalhamos com a abordagem metodológica da História Oral Temática, com apoio de entrevistas, realizadas com Elenita Girondi, historiadora e ex-diretora do Museu Municipal de Garibaldi, e Enzo Ceccon, sobrinho de Júlio Motti, que efetuou uma compilação de dados sobre a carreira do tio.

¹ Grupo de Pesquisa da História do Metodismo no RS/IPA.

² Doutora em História pela PUCRS. Pesquisadora Sênior em História da Medicina. Instituto Kaplan.

Dados biográficos

Giulio Pietro Renzo Motti nasceu em Piacenza, na província do mesmo nome, em 29/05/1882, filho de pais católicos. Formou-se em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Bolonha. Especializou-se em Cirurgia, Ginecologia e Parto. Especializou-se também em Patologia e Parasitologia, Doenças Exóticas, Higiene Tropical, Técnicas Laboratoriais e Zoologia Médica pela Escola de Medicina Tropical de Bruxelas, em 31/03/1910. Na sequência, trabalhou no antigo Congo Belga, atual República Democrática do Congo, durante dois anos, tendo recebido, posteriormente a essa atuação, em 1920, uma condecoração do governo belga (*Étoile de Service*). Após o retorno à Itália, foi primeiro assistente do Hospital Civil de Piacenza, e médico assistente do Hospital de Alienados de Reggio Emilia e Lucca, tendo, neste último espaço de tempo, publicado duas monografias na área de psiquiatria³.

Emigrou para o Brasil em agosto de 1913. Casou com Itália Canini na Igreja Metodista de Garibaldi em 11/05/1914, matrimônio celebrado pelo ministro Frederico Peyrot. Através do casamento, ingressa em uma família metodista de prestígio na localidade. O sogro, Abramo Canini, de profissão ferreiro, foi o primeiro agente consular da Itália em Garibaldi, e residiu por anos com sua família na parte superior da edificação de dois pisos que sediava a Sociedade Italiana Stella D'Italia, e que hoje abriga o Museu Municipal. À época da chegada de Júlio Motti na localidade, o médico clinicou na casa de saúde que ele organizou nas dependências da sociedade⁴.

Abramo Canini era membro da Igreja Metodista desde 1896, depois de ter sofrido uma represália do pároco local por ter hospedado um pastor metodista em sua casa. A família Canini tornou-se um dos esteios da pequena comunidade metodista de Garibaldi, sendo composta pelo casal e por seus doze filhos.

A convivência com a família da esposa o fez trocar de religião, muito embora o casamento tenha ocorrido em 1914, e a assunção formal da nova fé apenas em 1918, após o nascimento do primeiro filho. De acordo com os registros da paróquia local, Júlio Motti se tornou membro da Igreja Metodista através de batismo e profissão de fé, no ano de 1918, sem especificação de data exata, cerimônia realizada pelo pastor Adolpho Melchior Ungaretti, que, à época, residia em Caxias, e atendia de forma itinerante várias localidades da colônia italiana.

³ Os dados biográficos referentes a sua trajetória ainda na Itália e no Congo e que foram fornecidos pelo depoente são muito semelhantes daqueles incluídos no livro *Pantheon médico*. ver: FRANCO, Álvaro; RAMOS, Sinhorinha Maria. *Panteão Médico Riograndense: síntese cultural e histórica*. Porto Alegre: Ramos, Franco Editores, 1943.

⁴ <http://turismo.garibaldi.rs.gov.br/rotas-atrativos/passadas-a-arquitetura-do-olhar/atrativo/predio-museu-e-arquivo-historico-1884>. Acesso em 04/05/2021.

Ele também batizou seus quatro filhos somente na Igreja Metodista: Vinício João, nascido em 01/10/1917, Clélia Sofia, nascida em 14/06/1919, Lygia, nascida em 14/04/1921, e Anésia, nascida em 19/02/1925.

Após um período inicial de atuação em outros municípios da região de colonização italiana, como Alfredo Chaves (atual Veranópolis), Motti fixou-se de forma definitiva em Garibaldi, terra natal de sua esposa, cidade que foi a sede da Colônia Conde D'Eu, a mais antiga da colonização italiana, e se tornou município em 31/10/1900, emancipando-se de Bento Gonçalves. Em relatório datado de 1913, ano da chegada de Motti a Garibaldi, elaborado pelo cônsul da Itália em Porto Alegre, Ranieri Pesciolini Venerosi (COSTA et alii, 2016, p. 128-130), pode-se ter uma ideia do que Motti encontrou ao chegar. O município tinha 17 mil habitantes, a maior parte composta por italianos, e abrangia 51 mil hectares de terras não especialmente férteis. As principais atividades econômicas eram a vitivinicultura, a extração de madeira e a produção de chapéus de palha de trigo, as quais permitiam que os agricultores locais fossem razoavelmente prósperos. Havia cerca de 200 casas de comércio, a maioria de pequeno porte, e diversas escolas privadas nas linhas que compunham o município. Havia duas escolas na sede que eram dirigidas por religiosos: uma masculina, administrada pelos Irmãos Maristas, e uma feminina, dirigida pelas Irmãs de São José. O cônsul também refere que a cidade era o local de publicação do jornal *Il Colono Italiano*, “o mais difundido de toda a zona colonial italiana”⁵.

Garibaldi era uma espécie de portal de entrada das colônias italianas, por ser a cidade que ficava mais ao sul, à menor distância (65 km) dos portos situados às margens dos rios Taquari e Caí de onde partiam os imigrantes italianos com destino a seus lotes na Serra Gaúcha (GIRON, 2010, p. 318). A partir de 1909, o município passou a contar com uma ligação férrea direta com a capital - uma estação de trem no distrito de Santa Luiza, atual Carlos Barbosa -, sendo a sede do município conectada a esse mesmo ramal ferroviário em 1918, o que facilitou imensamente o escoamento de produtos e o trânsito de pessoas, os quais, anteriormente, dependiam de transporte terrestre até os portos fluviais de Montenegro ou São Sebastião do Caí (CLEMENTE e UNGARETTI, 1993, p. 56-57).

Após clinicar nas dependências da Sociedade Stella D'Italia, Júlio Motti passou a atuar em um hospital próprio, que funcionava na sua casa, prédio que ainda existe, e faz parte de

⁵ Trata-se do jornal que adotou posteriormente os nomes de *Staffetta Riograndense* e *Correio Riograndense*, de propriedade da ordem dos franciscanos capuchinhos desde inícios da década de 1920, que permanece sendo editado até o presente.

um roteiro turístico que mostra as edificações históricas da cidade de Garibaldi⁶. Elenita Girondi relata que era utilizado o porão da casa como local de elaboração de medicamentos à base de ervas, devido às temperaturas mais estáveis - mais baixas no verão e mais amenas no inverno -, e que, nessa atividade, ele contava com o auxílio do sogro, Abramo Canini. Enzo Ceccon relata que Abramo havia sido seminarista, e trouxera da Itália conhecimentos específicos sobre a utilização de ervas para fins medicinais, que eram colhidas por Motti e pelo sogro nos domingos pela manhã. Isso certamente irritava o clero local, por ser esse o turno em que eram celebradas as missas dominicais, frequentadas não somente pelos moradores da cidade, mas pelos agricultores das regiões vizinhas. O mesmo depoente refere a existência de uma espécie de anexo da casa, também utilizado como hospital, e que uma cunhada de Motti, Cristina Canini - que fora aluna interna no Colégio Americano, em Porto Alegre - trabalhava como auxiliar e enfermeira.

Em alguns períodos, além da atividade privada, Júlio Motti exerceu funções como médico do município. Segundo Elenita Girondi, essa colocação em cargo público não foi permanente, pois dependia das simpatias dos intendentos em termos religiosos. Quando não eram oriundos do próprio município, tendiam a ser menos propensos a aceitar a interferência da Igreja Católica, e Motti encontrava colocação. Quando eram locais, ocorria o contrário, e ele era dispensado. A entrevistada assim se manifestou:

Quando não eram assim muito amigos de padres, muito católicos... aqueles que não eram muito católicos, sabe, colocavam o Júlio Motti a trabalhar na prefeitura. Então, pelos relatórios, se vê que ele foi contratado em certo tempo [...]. Entrava um intendente que... vamos supor, um intendente que era “assim” com padre, botava ele pra rua. Principalmente depois que foi aqui em Garibaldi... o Dante Grossi, que era garibaldense... as pessoas que os padres conseguiam manobrar, o Dr. Júlio Motti era colocado pra rua. Ele era dispensado do trabalho. Ele passava muita dificuldade aqui, porque ele, quando ele não trabalhava na prefeitura, mas no hospital, mesmo lá era difícil pra ele, porque o hospital era dos padres. Então, pra ele sempre foi um estorvo... [GIRONDI, 2020]

Presença constante, nas referências a Júlio Motti, são as menções ao atendimento de doentes de forma filantrópica. Conforme ambos os depoentes, muitas das pessoas que o procuravam não podiam pagar pelos tratamentos, ou ofertavam, como forma de retribuição, gêneros agrícolas:

⁶<http://turismo.garibaldi.rs.gov.br/rotas-atrativos/passadas-a-arquitetura-do-olhar/atrativo/casa-dr-julio-motti-1930>. Acesso em 04/05/2021

Eles tinham uma farmácia... mas assim, as pessoas que ele atendia eram as pessoas pobres, porque os padres diziam para ninguém ir lá para ser atendido por ele. Então eram os pobres que iam. Muitas vezes, quando ele tinha que fazer operação, vinham dois médicos de Porto Alegre. Um era o Herédia, o sobrenome dele, o outro era o Caneva. Então, eles vinham pra cá e ajudavam o Dr. Júlio Motti para fazer as cirurgias aqui, e ele fazia as cirurgias lá na casa dele. Mas eram todos gente pobre, eles pagavam com galinha, com batata, com feijão... [GIRONDI, 2020]

A falta de uma retribuição financeira adequada não diminuiu o empenho de Júlio Motti no cuidado de seus pacientes. Ao contrário, sua memória está constantemente associada ao zelo e à competência com que exercia sua profissão. Enzo Ceccon, ao ser questionado sobre a primeira lembrança de Motti que lhe vinha à mente, refere sua atividade como médico:

Bom, pra começar ele era meu padrinho, e foi a pessoa que fez meu parto. Meu parto foi feito por ele. Agora, a primeira lembrança que eu tenho dele... é que ele me salvou de perder um braço. Eu tinha nove anos de idade. Nós morávamos em Garibaldi, naquela casa onde hoje é o museu. Tinha sido a casa do meu avô, Abramo Canini, e era a sociedade italiana, Stella D'Italia. E, naquela noite, eu e o meu irmão estávamos brincando com uma espingarda dessas pequenas. A espingarda disparou, e atingiu meu braço, perto do ombro... sangrava bastante, e alguém disse que ia ter que amputar para me salvar. Mas aí chamaram o tio Júlio, ele veio, olhou e disse: não vai precisar amputar não, ele vai ficar bom. Me enfaixaram, botaram o braço num tipo de... tipóia, fiquei assim um tempo... e estou com os dois braços aqui, até hoje! [CECCON, 2021]

À semelhança de parte significativa dos homens metodistas então residentes na região colonial italiana (DALLA CHIESA, 2016, p. 180), Júlio Motti tornou-se membro da Maçonaria, sendo iniciado na Loja Electra, de Porto Alegre⁷. Em 04/07/1933, ele foi admitido na Loja José Garibaldi, da cidade de Garibaldi, conforme guia de inscrição conservada no museu local. Simultaneamente, Motti teve atuação destacada em diversas funções administrativas na comunidade metodista local, sendo constantemente mencionado nas atas como secretário e ecônomo, além de ter representado sua comunidade em diversos concílios regionais e estaduais da Igreja Metodista nas décadas de 1920 e 1930. No início da existência formal da comunidade, no biênio 1923-1924⁸, foi presidente da Liga Epworth, entidade

⁷ Embora tenha sido iniciado na Maçonaria em uma loja situada em Porto Alegre, não há indicativo claro de que ele tenha residido nessa cidade. Situações semelhantes ocorreram com outros maçons moradores da região colonial italiana, que se deslocavam a Porto Alegre para receber a iniciação de membros mais graduados da Ordem, e somente depois ingressaram nas lojas locais, cujas diretorias, em regra, eram compostas por maçons iniciados em outros locais (POLETTI, 2014, p. 39-41).

⁸ Embora já houvesse uma pequena comunidade metodista em Garibaldi desde a década de 1890, somente a partir de janeiro de 1923 ela se tornou uma igreja autônoma. Anteriormente, os residentes de Garibaldi eram inscritos no rol da igreja de Bento Gonçalves.

metodista que congrega os jovens de cada comunidade. Sua esposa e suas três filhas também eram muito atuantes. O filho, Vinício, foi morar em Porto Alegre em 1935, para estudar no Colégio Americano, pertencente à Igreja Metodista, e, seguindo os passos do pai, se formou em Medicina, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1943.

Nos últimos anos de vida, Júlio Motti passou por dificuldades financeiras, conforme atesta uma carta sua enviada para o Grande Oriente do Rio Grande do Sul, datada de 1946, solicitando auxílio para conseguir um emprego. A prática de vida inteira de atender de forma filantrópica, associada à constante oposição dos meios católicos que, indiretamente, impediam o acesso dos doentes aos seus cuidados médicos, levou-o a uma condição financeira frágil. Conforme Enzo Ceccon, o apelo foi atendido, porque a esposa de Motti passou a receber uma pensão da Maçonaria ao enviuar. Júlio Motti faleceu em Garibaldi aos 66 anos de idade, em 13/10/1948, de “colapso cardíaco”, conforme assento no Primeiro Livro de Registro de Sepulturas da Prefeitura Municipal.

Motti e sua presença na “*praça forte do jesuitismo colonial*”

A vida dos médicos italianos estabelecidos no Rio Grande do Sul mostra as dificuldades originárias das mudanças, procura de trabalho e suas expectativas que também eram apanágio dos médicos brasileiros. As trajetórias de muitos deles foram marcadas por conflitos, dificuldades e desentendimentos profundos nos locais onde se estabeleceram (SCHWARTSMANN, 2017). Não há dúvida que a condição de médico, além do traço objetivo dado pela educação superior, atribuía ao profissional uma aura de diferenciação e notabilidade na coletividade.

É oportuno iniciar esta análise pela representação de Júlio Motti e de outros médicos no álbum comemorativo ao Cinquentenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, publicado em 1925. Essa obra representou um marco na narrativa histórica sobre a imigração italiana, sendo registradas as trajetórias individuais das principais lideranças da colônia itálica nesse estado. Conforme Luiz Fernando Beneduzi, o álbum

[...] constituiu parte dos eventos celebrativos deste grupo étnico e de sua experiência de ocupação das terras da chamada “Serra Gaúcha”. Os lugares de memória nele construídos sobre o fenômeno migratório italiano no sul do Brasil transformaram-se em parte da memória coletiva deste grupo étnico e foram pouco a pouco se consolidando como narrativa única e verdadeira da vivência comunitária. O colono industrioso, a dimensão civilizatória, o trabalho árduo, a figura do católico intransigente, as imagens de alegria e acolhida, tornaram-se características intrínsecas aos italianos e foram reproduzidas nas celebrações sucessivas, tanto no álbum dos setenta e cinco

anos quanto naquele dos cem anos da imigração, e permanecem ainda hoje fortemente enraizados no imaginário coletivo. (BENEDUZI, 2016, p. 105)

A participação de médicos italianos é enfatizada na organização e construção de casas de saúde e hospitais em diferentes locais do Rio Grande do Sul, o que destaca o valor que estas ações produziram no universo simbólico dos membros da comunidade ítalo-brasileira (SCHWARTSMANN, 2017, p. 310). Entre os personagens destacados, estão seis médicos que receberam biografias hagiográficas. Estima-se que, no período em que o álbum foi elaborado, haveria mais de meia centena de médicos italianos exercendo em diferentes áreas do Rio Grande do Sul com importante protagonismo.

Os seis relatos biográficos são uma maneira de se conhecer as opiniões externadas pelo redator e pelo grupo que elaborou o álbum em respeito às trajetórias individuais dos médicos. Eles corroboram a perspectiva idealizada dos médicos no início do século passado, ou seja, revelam que esse indivíduo se tornou um notável respeitado, com status invejado, e possuidor de influência na coletividade (HERRZLICH, 1991, p. 238). Sua imagem pública é idealizada, centrada especialmente na caridade e dedicação. O médico é aquele que alivia, consola e conforta. No imaginário coletivo, é afirmado o poder intrínseco de sua presença. A resposta ao chamado do doente aparece como a conduta típica, mesmo se ela está longe de ser eficaz. Além disso, o médico encarna a ciência e o seu poder, sua ligação é quase religiosa, fazendo com que o seu sacerdócio faça parte das ideias percebidas concernentes à medicina. No mesmo período, ciência e humanidade eram as palavras de ordem que relacionavam a medicina e seus representantes. Segundo Cosmacini, a figura dos médicos destacava-se em um clima cultural efervescente caracterizado pela sequência de conquistas médico-científicas, que celebravam a união da ciência e da técnica. A identidade profissional acompanhava-se por atributos e valores que exaltavam o humanismo, a filantropia, a religiosidade laica e o compromisso médico-social (COSMACINI, 2007, p. 123). A ideologia positivista influenciava o pensamento. O discurso médico vigente reforçou a relação entre a saúde e a nação. Desta maneira, a melhoria das condições higiênicas e sanitárias da população confirmaram a centralidade da figura do médico na construção da nação (MALATESTA, 2006, p. 174). Os reflexos desta ideologia atingiram o Brasil e o Rio Grande do Sul no período, com debates que envolveram a higiene coletiva e movimentaram a sociedade. A atitude de muitas personalidades nas esferas políticas da saúde estava influenciada por esta ideologia.

O registro biográfico aparece sob a rubrica de participação dos italianos e seus descendentes na indústria e no comércio de determinado município. Esse ocupava uma página

inteira, acompanhado por fotografia de tamanho padrão. Constava de uma biografia com informações sobre as inovações realizadas, tratamentos que eram reconhecidos, criação de casas de saúde ou hospitais, deslocamentos profissionais, redação de livros ou artigos científicos, participação na guerra, ações comunitárias, atividades políticas, atuação como agentes diplomáticos e outros interesses além da medicina. Percebe-se que houve uma intenção em listá-lo entre os indivíduos mais importantes ou representativos da colônia gaúcha, reafirmando sua vinculação com a pátria italiana.

As condutas pessoais de cada médico receberam comentários que seguiram um protocolo semelhante. Giulio Del Prete, de Alfredo Chaves, recebeu as seguintes palavras: *“O Dr. Giulio del Prete é digno desta distinção, e como italiano a prova de sangue, e como clínico que honra com o saber e seu benemérito trabalho à ciência e à Itália nestes hospitais.”* Caruso Mac-Donald, residente na mesma cidade, foi *“reconhecido por ter adquirido a consideração de todos, criou invejosa fama de especialista e humanitário profissional, de cidadão reto e íntegro”*. Emilio Borghetti, morador de Passo Fundo, *“é um cientista e um estudioso apaixonado que honra ao estrangeiro o próprio nome e aquele da própria pátria. A sua vasta cultura, seu talento fecundo, seu patriotismo autêntico o elevam entre os italianos do Rio Grande”*. Nicola Turi foi exaltado como *“culto, distinto, valoroso clínico, o dr. Nicola Turi é o chefe oficial e moral da colônia do município de Santa Maria, membro conceituado da classe médica e ornamento da sociedade santa-mariense”*. Caetano Anella, apesar de constar que abandonou a profissão e ter se tornado um empresário bem-sucedido em Rio Grande, foi elencado por ser *“um príncipe da ciência [...] exercitou sua profissão de médico com ciência e consciência. Tornou-se conhecido e estimado em todo o Rio Grande, também pelo seu espírito filantrópico.”*

As características do relato biográfico do Dr. Motti causam estranhamento pois, diferentemente dos outros registros, recebeu somente um terço de página. Apesar de ser rico quanto à sua carreira profissional ainda na Itália, são poucos os indícios referentes à trajetória profissional no Brasil. Percebe-se, no entanto, que a sua figura é exaltada e admirada pelos seus atributos pessoais, de caráter humanitário e portador de uma consciência moral inequívoca, e por sua abalizada capacidade profissional e científica:

É médico profissional, mas ao mesmo tempo estudioso aplicadíssimo da ciência médica e atento questionador dos novos progressos [...]. É muito querido por todos tanto por sua bondade e verdadeira modéstia que o caracterizam em todas as suas manifestações, como pela dedicada atenção com que distingue seu ofício, de maneira nobre e delicada. Também a distinção dos modos e a sensível consciência da responsabilidade inerente à

profissão o fizeram popularíssimo em qualquer local em que ele trouxe o benefício de sua prática profissional [...] O Dr. Motti faz verdadeiramente honra, nesta terra hospitaleira, à ciência médica e à Itália, sua pátria. (CINQUANTENARIO, 2000, vol. II, p. 147).

Porque somente Júlio Motti recebeu um espaço tão menor do que o dos demais médicos biografados, e um relato tão limitado de uma biografia profissionalmente tão rica? Evidentemente, nem todos os médicos italianos então atuantes no Rio Grande do Sul tiveram suas biografias destacadas individualmente no álbum. Profissionais de renome como Silvio Pettinelli, Vincenzo Bornancini, Attilio Giuriolo e Rômulo Carbone estão igualmente ausentes. Portanto, a simples presença de Júlio Motti na publicação é um fato relevante. Porém, na comparação com os demais médicos biografados, tem-se a impressão de um relato interrompido, podado, quase censurado.

Júlio Motti tinha vários pontos a seu favor quanto a uma potencial integração na comunidade garibaldense. Era um italiano nato em uma cidade colonizada por italianos, onde o uso cotidiano do idioma dos imigrantes, conforme Enzo Ceccon, era corrente mesmo entre os descendentes de segunda geração. Tinha curso superior, um distintivo mesmo em um município onde o ensino era particularmente cuidado (COSTA, op. cit., p. 129-130), e seu currículo indica que também era portador de boa bagagem de conhecimentos gerais e humanísticos. Vinha de uma família com recursos, e, pelo casamento, se uniu a um grupo familiar de posses, em especial para os padrões do local e da época. Suas qualidades pessoais de simpatia, amabilidade e profissionalismo são constantemente enfatizadas, e não somente no álbum citado. Conforme os depoentes, Motti era um *“baita de um médico”*, *“super competente”* [GIRONDI, 2020], *“homem muito bom”*, *“reverenciado pelo povo”*, [CECCON, 2021]. Tudo isso é indicativo de uma carreira potencialmente promissora para o jovem médico imigrante, com o conseqüente registro disso nas publicações da época e na história do município onde atuou. Mesmo com a oposição que sofreu, ele ainda é lembrado e reverenciado, a casa que habitou e a casa de saúde que criou fazem parte de um roteiro turístico, seu nome permanece na memória dos habitantes, e o registro do álbum deixou o seu nome marcado para a posteridade. No entanto, não há como deixar de notar a escassez de informações mais específicas sobre sua atuação local.

Em nossa percepção, isso tem explicação no fato de Júlio Motti ser o único metodista - e, possivelmente, o único não-católico - a ser biografado no álbum, obra que celebra a operosidade dos italianos imigrados para o Rio Grande do Sul e seus descendentes, mas também sua vinculação a determinados traços identitários distintivos. Entre esses, ao lado da

dedicação ao trabalho, nenhum é tão celebrado quanto a religiosidade católica. A parte devotada aos aspectos da religião católica incluída na monografia ocupa aproximadamente um quarto do primeiro volume, 144 páginas em um total de 495, e foi redigida por dois padres. Mesmo em outros capítulos do álbum, é fácil verificar que os sacerdotes católicos tiveram participação destacada na elaboração da obra, conforme se vê nos agradecimentos prestados por Benvenuto Crocetta, um dos seus principais organizadores (CINQUANTENARIO, 2000, vol. II, p. 398). Em publicação onde a marca da Igreja Católica é tão significativa, presume-se que o médico deveria ter muitos admiradores entre os membros do conselho comemorativo do cinquentenário de imigração italiana que o apoiavam e reconheciam seus dotes profissionais.

Motti, além de não ser católico, era um apóstata: deixou de ser católico e se converteu ao protestantismo. Isso é um indicativo da razão de sua biografia ser apresentada de forma tão resumida. Como agravante, Júlio Motti se fixou em um local com presença maciça de religiosos católicos, tanto que foi denominada ironicamente, por um missionário metodista, de *praça forte do jesuitismo colonial*⁹. No núcleo urbano de Garibaldi estavam estabelecidos, os franciscanos capuchinhos desde 1896, as irmãs de São José de Moutiers desde 1898, e os irmãos Maristas desde 1904 (ZUGNO, 2017, p. 168-170). Os dois últimos tinham escolas destinadas ao atendimento de ambos os sexos, inclusive com internato. Já os capuchinhos, encaminhados para o Rio Grande do Sul para atendimento específico aos imigrantes italianos, tinham em Garibaldi seu curso de Teologia, atuavam na paróquia católica local e no jornal católico *Il Colono Italiano*, mencionado pelo cônsul Pesciolini em seu relatório. Em obra que analisa a atuação deles como missionários, consta o que segue:

Quando a persuasão não era suficiente, os missionários não hesitavam em utilizar a força para barrar a presença de igrejas concorrentes. Tal aconteceu em Garibaldi quando, em 1899, a comunidade metodista que se organizara em Bento Gonçalves iniciava a construção de um templo. A construção foi interrompida graças à pressão do Pároco, Giovanni Fronchetti, e dos frades sobre a população. A simples presença de outras igrejas, mesmo que sem nenhum propósito de proselitismo ou criação de uma comunidade, era vista como uma ameaça e repelida. Em Vespasiano Corrêa, no ano de 1901, o pároco Teodósio Sanson impediu que um colono vendesse um lote a um protestante. Em Garibaldi, em dezembro de 1902, um médico protestante foi impedido de ali se instalar. (ZUGNO, op. cit., p. 141).

⁹A expressão “*praça forte do jesuitismo colonial*” foi utilizada pelo missionário metodista norte-americano John Watkin Price para descrever a cidade de Garibaldi, no relato de uma visita feita em 1911 e publicada no jornal *O Testemunho*, de Porto Alegre. O missionário fazia referência aos muitos frades e freiras lá estabelecidos, os quais, na sua visão, exerciam poder desmedido. (*O Testemunho*, 15/04/1911).

Na região colonial italiana, há outros registros de atuação deliberada de membros da Igreja Católica no sentido de dificultar a atuação profissional de protestantes, independentemente do trabalho que exercessem (DALLA CHIESA, 2020, p. 44-46). Conforme Elenita Girondi, o mesmo aconteceu com Júlio Motti, pois as “*pessoas que iam nele tinham que ir escondidas dos padres*”. Essa depoente também relaciona diretamente o seu declínio financeiro às dificuldades impostas para o exercício da profissão pelo clero local:

O Dr. Júlio Motti foi o único médico aqui de Garibaldi que veio pra cá muito rico, ele tinha bastante dinheiro quando ele veio, porque ele trabalhou na África, ele fez dinheiro, e trouxe dinheiro pra cá; e ele morreu muito pobre. Tudo o que os padres puderam fazer para que ele... as pessoas não irem lá ser atendidas por ele, eles fizeram. Porque ele era casado com a filha do Abramo Canini, que era metodista. [GIRONDI, 2020]

Além da condição de protestante, já por si estigmatizante, Júlio Motti também era membro da Maçonaria, em período histórico onde a Ordem e a Igreja Católica mantinham conflito aberto, que se manifestou de forma aguda na região colonial italiana (POLETTI, 2014, p. 24-34). Gustavo Valduga, em obra que analisa a trajetória do jornal católico já citado, o *Correio Riograndense*, editado em Garibaldi, mostra como esse periódico foi um produtor e reverberador de conceitos na colônia italiana, procurando moldar e, ao mesmo tempo, representar a imagem dos colonos (VALDUGA, 2008). Ao longo do livro, o autor detalha o papel da imprensa católica em língua italiana no Rio Grande do Sul e, ao se debruçar especificamente sobre o jornal estudado, analisa sua linha editorial no tocante à imposição de uma moralidade específica e à identificação dos inimigos da Igreja Católica. Esses são nomeados claramente, nessa ordem: o Protestantismo, o Socialismo e a Maçonaria (VALDUGA, op. cit., p. 142-159). Lutero, Calvino e Henrique VIII da Inglaterra eram homens maus e cheios de vícios, e os maçons, inimigos históricos da religião, seriam “*piratas sem nacionalidade*”, que atacam os povos e suas instituições. Conforme o autor:

Nessa perspectiva a Maçonaria estaria arquitetando a destruição da Itália e da Igreja. A ruína podia ser reconhecida de diversas formas, através da luta pela implantação do ensino leigo nas escolas, do casamento civil, do divórcio e, principalmente, por meio da ação dos políticos ligados à Ordem que incitavam a Itália a entrar na Grande Guerra de 1914. (VALDUGA, op. cit., p. 158)

Protestantes, maçons e socialistas são a oposição a Cristo, à luz e ao bem, devem ser identificados, afastados e combatidos pelos bons cristãos. De acordo com as definições do

jornal publicado em Garibaldi, Júlio Motti personificava, no mínimo, dois dos três demônios regionais.

Elenita Girondi deixa clara essa condição, ao afirmar que, embora Júlio Motti fosse um grande médico, ele era perseguido em Garibaldi. Em outro trecho da sua entrevista, afirma que “*tanto os metodistas como os maçons, todos eles eram mal vistos, mas eram parte da elite da cidade*”. O depoimento de Enzo Ceccon enfatiza ainda mais essa ambivalência. Ao ser questionado sobre a repercussão que a condição de evangélico trazia para a vida do tio, ele se recordou com galhofa das procissões que paravam em frente à casa dele, da seguinte forma:

Ah... repercutia, mas eu acho que não repercutia muito não... Porque... primeiro ele era médico, e era muito, ahm... eu diria assim, ele era... reverenciado pelo povo. Ele era muito bom. Tinha muitas vezes que ele atendia, fazia coisas sem cobrar nada. Então, eu lembro que as procissões paravam lá na frente da casa dele, mas não faziam nada, não. [...]. Paravam em frente da casa dele, por ser metodista. [...] Eu acho que era para esconjurar (risos). Mas não dava para fazer muita coisa não, porque a figura dele era grande demais para os padres fazerem qualquer coisa.

Enzo Ceccon revela também ter sofrido intimidações na época de escola em Garibaldi, nos anos 1930, por sua condição de evangélico, afirmando ser xingado pelos colegas de *porta stanghe*, expressão dialetal que, foneticamente, soa como “protestante”:

Eu me lembro do período de escola... eu não sei dizer se foi no começo, ou se foi um pouquinho adiante, no primeiro ou no segundo ano... ahm... o pessoal me fazia um pouco de *bullying*. Me chamavam de *porta stanghe*. [...] Ahm... eu acho que nem eles sabiam o que significava... mas *porta stanghe* seria carrega... não é madeira... sarrafo. “Carrega-sarrafo”. [...] Eu acho que é uma corruptela de “protestante”. [CECCON, 2021]

Qualquer dúvida que pudesse haver sobre o impacto da Igreja Metodista e da Maçonaria na vida de Júlio Motti é esclarecida pelo trecho abaixo transcrito, constante da carta escrita por ele em fevereiro de 1946, dirigida ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul, e arquivada no Museu Municipal de Garibaldi. Utiliza termos fortes como a presença de “Inquisição” na cidade e pede auxílio aos irmãos maçons para conseguir um emprego, pois passava por sérias dificuldades.

Como o ir.: sabe, nunca vivi sossegado nesta terra tendo a inquisição... As coisas chegaram a um ponto muito crítico. O ex-prefeito interino prometeu interessar-se junto ao Dr. Borges e ao Dr. [...] para ver se neste momento de reformas no D.E.S., há possibilidade de me arrumar algum meio de vida. Eu sou médico municipal, com \$300 mensais e sem clientes ou quase [...] me der uma comissão ou outro cargo aí em Porto Alegre, onde possa viver com paz e ganhar o bastante para a família.

Tenho 63 anos, quase 64. Só em comissão, contratado, posso esperar algo. A minha saúde não é das melhores, mas também não é das piores. Sempre ando me cuidando. Preciso, todavia, dos confortos de Porto Alegre, evitando excessos.

Qualquer “cavação” que me permita viver, serviria.

O sublinhado na palavra “qualquer” pertence ao original. Motti deixa muito clara a relação direta existente entre sua situação financeira frágil, crítica, e as dificuldades impostas para o exercício de sua profissão: somente em comissão, contratado, sem depender para seu sustento do afluxo espontâneo de pacientes, poderia esperar algo, devido ao clima inquisitorial reinante em Garibaldi. Não era suficiente ser um médico competente e ter uma reputação sólida, que permaneceu inabalada, mesmo com seus opositores tendo um jornal em suas mãos. O fato de ser evangélico e maçom, para além de qualquer excelência profissional ou qualidades individuais, o tornava inaceitável aos olhos de muitos.

Considerações finais

A origem da Igreja Metodista na colônia italiana gaúcha está ligada à Igreja Valdense, cujo símbolo é um candeeiro sobre uma Bíblia, brilhando em meio à escuridão, com um trecho de um versículo do Evangelho de João disposto ao redor, em latim: *lux lucet in tenebris*, “a luz resplandece nas trevas”. A imagem é bastante representativa da vida de Júlio Motti no Rio Grande do Sul: o tremular de uma chama, que ilumina o espaço ao redor, mas está em constante luta para se manter acesa.

Motti teve uma trajetória de vida distinta em relação aos demais médicos italianos estabelecidos no Rio Grande do Sul devido à confissão religiosa particular e, como consequência, ao papel beligerante que o clero católico dispensou a sua pessoa. Sabe-se que houve casos reconhecidos de interferência religiosa em condutas médicas e comportamentais inovadoras de outros médicos de mesma origem, que foram acompanhados por disputas de natureza político-partidária, como o caso conhecido como “a selvageria de Anta Gorda”, quando o dr. Michelle de Patta teve seu hospital incendiado com ele e familiares dentro do recinto. Nesta ocasião, percebeu-se que a autoridade espiritual dos padres estava sendo questionada e que havia um ambiente hostil para a manutenção do poder religioso (SCHWARTSMANN, op. cit., p. 239-265).

A maneira como a biografia de Júlio Motti é exposta no álbum comemorativo do cinquentenário da imigração italiana é representativa da forma fraturada com que transcorreu sua existência a partir da chegada ao Brasil, como que suspensa em algum ponto entre dois mundos: profissional de competência sempre enfatizada, mas enfrentando restrições ao

exercício de sua atividade; residente em uma cidade do interior, mas desejoso dos confortos da capital; membro natural de uma elite pela posição socioeconômica e cultural, mas não aceito integralmente como parte do establishment local pela sua confissão religiosa.

Referências:

BENEDUZI, Luiz Fernando. A festa como *patchwork*: Indício e laboratório da memória coletiva. In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). *Imigração, práticas culturais e sociabilidade: novos estudos para a América Latina*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. *História de Garibaldi*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

COSMACINI, Giorgio. *La religiosità della medicina. Dall'antichità a oggi*. Bari: Laterza, 2007.

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo. GRISON, Élyo Caetano. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde D'Eu*. Porto Alegre, EST Edições, 2016.

DALLA CHIESA, Vicente. A Igreja Metodista e a Maçonaria em Bento Gonçalves/RS (1887-1910). In: DE RUGGIERO, Antonio (org.). *A voz do imigrante; memória e oralidade nos estudos históricos das migrações*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

_____. Um grupo minoritário: relatos sobre a vivência metodista na colônia italiana do nordeste gaúcho. In: DE RUGGIERO, Antonio; CONEDERA, Leonardo (orgs.). *Entre a Itália e o Brasil Meridional - História Oral e narrativas de imigrantes*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

FRANCO, Álvaro; RAMOS, Sinhorinha Maria. *Panteão Médico Riograndense: síntese cultural e histórica*. Porto Alegre: Ramos, Franco Editores, 1943.

GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto R. F. *Caxias Centenária*. Caxias do Sul. EDUCS, 2010.

HERRZLICH, Claudine; Pierret, Janine. *Malades d'hier, malades d'aujourd'hui. De la mort collective au devoir de guérison*. Paris: Éditions Payot, 1991.

MALATESTA, Maria. *Professionisti e gentiluomini. Storia delle professioni nell'Europa contemporanea*. Torino: Einaudi, 2006.

POLETTI, Darci. *Primeiras Pedras*. Bento Gonçalves: Edição do autor, 2014.

REILY, Duncan Alexander. *História Documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2003.

SCHWARTSMANN, Leonor Baptista. *Médicos italianos no sul do Brasil (1892-1938)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2017.

VALDUGA, Gustavo. *Paz, Itália, Jesus. Uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio Riograndense (1930-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008

ZUGNO, Vanildo Luiz. *Capuchinhos Franceses no Rio Grande do Sul - Presença e missão na Região Colonial Italiana e Campos de Cima da Serra*. Porto Alegre; ESTEF, 2017.

ENTREVISTAS ORAIS

CECCON, Enzo Claudio Giulio. [2021]. Entrevistador: Vicente Dalla Chiesa. Entrevista realizada via Whatsapp em 09/01/2021, transcrita e editada pelo entrevistador.

GIRONDI, Elenita Josebel. [2020]. Entrevistadores: Leonor Schwartzmann e Vicente Dalla Chiesa. Entrevista realizada via Zoom em 14/05/2020, transcrita e editada por Vicente Dalla Chiesa.

ANEXOS



Sociedade Italiana Stella D'Italia, onde Júlio Motti clinicou ao se estabelecer em Garibaldi. Fonte: Acervo do Museu Municipal.



Júlio Motti (à direita, sentado), com os irmãos Canini. Em pé, Iolanda, Cristina, Hortênsia, Vitório e Itália; sentados, Stella, Anita e Augusta. Fonte: Acervo do Museu Municipal.



**Residência e casa de saúde de Júlio Motti. Rua Borges de Medeiros, 134, em Garibaldi.
Fonte: Site da Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal.**



**Júlio Motti em seus últimos anos de vida, década de 1940.
Fonte: Acervo do Museu Municipal.**

Identidades e relações interétnicas:
a micro-história como
metodologia de análise

**Os soldados Bororo “de” Antônio Pires de Campos:
política indigenista e aldeamentos no Triângulo Mineiro nos séculos XVIII e XIX**

Estefany Amorim Viana de Castro*
Marcel Mano**

O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa mais amplo intitulado: “*Negociações históricas e metamorfoses culturais: contatos e redes de alteridades entre os Jê meridionais*”, financiado pelo CNPq, e desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena do PPGCS e PPGHI – UFU, cujo objetivo geral é o estudo da história dos contatos de grupos indígenas Jê – Cayapó com seus diferentes outros. Este trabalho, em específico, apresenta parte dos resultados de plano de trabalho que se fundamenta na História e na Antropologia e busca compreender as relações entre a política indigenista e a política dos indígenas durante o período em que Antônio Pires de Campos, contratado pelo governo da Capitania de Goiás, manteve índios aldeados no atual Triângulo Mineiro, entre os quais os Bororo, para fazer guerra contra os grupos “Cayapó”.

Pensados como novos sujeitos históricos e sociais, os povos indígenas no Brasil passaram, no final do século passado, a ser investigados pela perspectiva de uma “nova história indígena” (MONTEIRO, 2001). Nessa nova abordagem, e em oposição a uma velha na qual os povos indígenas eram vistos ou interpretados como sem história ou passivos em face de suas histórias dos contatos, eles passaram a ser investigados como protagonistas históricos conscientes, movidos por seus próprios interesses, motivações e signos; e é, pois, no campo dessa “nova história indígena”, que se situa este trabalho.

Segundo Ravagnani (1989, p. 112), em 1741 o sertanista Antônio Pires de Campos foi contratado pelo governo colonial para fazer guerra contra os “Cayapó”, que habitavam a região do atual do Triângulo Mineiro, na época chamada Sertão da Farinha Podre. Antônio Pires de Campos estabeleceu os Bororo nas proximidades da estrada do Anhanguera (o Caminho de Goiás), a fim de evitar os saques que os “Cayapó” executavam nessa estrada, conhecida por ser a via por onde o ouro das minas de Goiás escoava para São Paulo. Por

*Discente do Curso de Graduação em História do Instituto de História – INHIS - Universidade Federal de Uberlândia, UFU, e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena - GEPAEHI- E-mail: estefanyamorimviana@gmail.com

** Antropólogo, professor associado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais –PPGCS- e do Programa de Pós-Graduação em História – PPGHI- da Universidade Federal de Uberlândia; é coautor, orientador do trabalho e coordenador do projeto de pesquisa financiado pelo CNPq. E-mail: marcelmano@ufu.br

causa disso o sertanista “[...] tornou mais praticável o caminho de São Paulo, fundando as aldeias Sant’Anna, Rio das Pedras e Lanhoso que foram ao princípio povoadas de bororos” (TAUNAY, 1975, vol. 2 p. 248). Neste cenário traçado pelos aldeamentos fundados por

Antônio Pires de Campos, delineamos inicialmente dois questionamentos: primeiro, quais foram os processos e as condições de negociações existentes entre os povos indígenas e Antônio Pires de Campos para que essas “tropas” de Bororos fossem realocadas e posicionadas contra os “Cayapó”?; e, segundo, como se deu a continuidade histórica desses aldeamentos e a vida dos índios aldeados?

Pela perspectiva da “nova história indígena”, os indígenas não se aliavam com os colonizadores por inocência, mas porque viam vantagens nessas alianças:

Os índios, por sua vez, certamente percebiam outras vantagens imediatas na formação de alianças com os europeus, particularmente nas ações bélicas conduzidas contra os inimigos mortais. Entretanto, estes logo descobriram claramente os efeitos nocivos de semelhantes alianças. A conseqüente transformação da guerra, agravada pelos freqüentes surtos de doenças contagiosas, trazia sérias rupturas na organização interna das sociedades indígenas. (MONTEIRO, 1995, p.29)

Essa visão, fortalece a noção de que os indígenas não foram passivos e de que não foram simplesmente dominados, na verdade eles buscaram benefício próprio com as alianças feitas com os não-índios. Assim, buscamos na documentação indícios de como os Bororo negociaram com os agentes coloniais; onde seus interesses e articulações se manifestaram; como Antônio Pires de Campos administrava os indígenas; como ambas as partes negociavam entre si e quais os interesses de ambos os lados, as vantagens e desvantagens desses contratos. Além disso, é possível indicar uma continuidade temporal desses índios aldeados no Triângulo Mineiro cujos aspectos históricos e culturais ainda são pouco tratados na bibliografia.

Outra questão que se mostrou relevante durante o estudo é o da participação dos indígenas na política indigenista do século XVIII. De que modo as concepções da administração colonial sobre o controle desses povos nativos se expressavam na prática? Como Antônio Pires de Campos intermediava os objetivos da política indigenista com as reais negociações feitas com os índios? Embora já esteja demonstrado (KARASHI, 1992) como a política indigenista em Goiás foi contraditória no discurso com na prática, caminhos de investigação permanecem abertos ao estudo das intensas negociações e conflitos característicos de ambientes coloniais. Assim, este trabalho teve como princípio

uma melhor compreensão dessas questões tendo como base uma análise inicial das relações e negociações entre Antônio Pires de Campos, os índios aldeados no Triângulo Mineiro e a política indigenista da época.

Na historiografia, as relações entre Antropologia e História foram consideradas desde a Escola de Annales, com Marc Bloch e Lucien Febvre. Os Annales, em contraposição à história “positivista” de Langlois e Seignobos, que considerava apenas a narrativa dos vencedores, buscavam visibilizar outros grupos negligenciados e procuravam ir além da história política, se ancorando em outras ciências, como a Geografia, a Antropologia, a Estatística, entre outras. Para Jacques Le Goff (1990, p.109-110), devido à relação com a Antropologia o historiador se voltou para novos objetos, como as mentalidades, a relação entre cultura erudita e popular, o inconsciente, o mito, entre outros. Isso fez, inclusive, muitos historiadores desejarem a existência de uma disciplina específica, a antropologia histórica, cujo objeto seriam justamente novos temas, abordagens e sujeitos históricos

Em relação a essas novas abordagens teóricas e metodológicas destacamos três que tiveram impacto direto sobre a pesquisa. A primeira é a possibilidade de construir uma história daqueles que não deixaram registros diretos, como índios, negros, mulheres e outros grupos historicamente excluídos ou negligenciados da narrativa histórica. A segunda é o conjunto de possibilidades interpretativas presentes nos documentos quando o historiador passa a considerar sinais aparentemente secundários, mas considerados reveladores. A terceira é a crítica interna aos documentos como produtos de saber-poder e a própria consciência do historiador de sua condição de intérprete. O historiador assume o papel de reconstruir e interpretar, visto que ele não busca expressar a verdade absoluta do que realmente aconteceu, mas uma análise coerente e explicações plausíveis sobre a problemática de sua pesquisa, por meio do que foi extraído do documento (CELLARD, 2008, p. 304). Para a realização de uma boa análise documental, existem alguns critérios que precisam ser considerados pelo historiador. Segundo André Cellard, dentre os critérios essenciais para a análise documental destacam-se a compreensão do contexto social global em que o documento foi produzido, e a identidade do autor, seus interesses e motivos em escrever o texto (2008, p. 300). Afinal, como o leitor, o escritor é também um intérprete, um sujeito histórico, cultural, social e ideologicamente situado.

Para uma aproximação com a documentação a partir da perspectiva da alteridade levamos em conta uma nova abordagem do texto, inspirada no modelo que o historiador Carlo Ginzburg chamou de paradigma indiciário. Por meio de indícios, sinais e pistas deixadas na documentação, Ginzburg foi capaz de reconstruir aspectos culturais e

históricos de sujeitos e parcelas da população até então invisíveis. Um desafio metodológico que o paradigma indiciário enfrenta é se “[...] pode um caso individual, se explorado em profundidade, ser teoricamente relevante?” (GINZBURG, 2007, p. 95); e talvez a resposta esteja na obra mais conhecida deste autor: *O queijo e os vermes*. Por meio de um denso trabalho com a documentação histórica, Ginzburg consegue mapear a trajetória do conhecimento letrado e iletrado de Menocchio, um moleiro perseguido pelo Inquisição no século XVI, ajudando a compreender melhor aspectos ainda não muito registrados da vida camponesa no início da era moderna italiana. Assim, este projeto se ancora nessa abordagem visto que o paradigma indiciário se mostra cada vez mais aplicável aos historiadores da microhistória.

O trabalho tem apoio teórico e metodológico no paradigma indiciário, como forma de encontrar nos documentos registros que indiquem como os índios aldeados agenciavam com Antônio Pires de Campos e quais seus interesses nos acordos. Percebemos a necessidade de estudo de historiadores que, desde o final do século passado, têm feito trabalhos que dialogam com a Antropologia, como o próprio Ginzburg (2007), Le Goff (1990), E.P. Thompson (2002) dentre outros. Ademais, no que se refere à História indígena, essa pesquisa se junta aos recentes trabalhos que tratam a História indígena para além das “alegorias da colonização”, onde os indígenas eram ilustrados como inocentes e ingênuos ou como selvagens e primitivos. Em contraposição a isso, e alinhada a uma grande fileira de trabalhos de antropólogos e historiadores, os índios passam a ser vistos como sujeitos histórico e politicamente conscientes.

Neste caminho, e para selar o encontro entre História e Antropologia, as ações conscientes dos povos indígenas só podem ser pensadas se considerarmos que a cultura, um sistema de símbolos significantes (LÉVI-STRAUSS, 2004), é colocada em ação para a avaliação das situações históricas; e que, em retroação, as experiências históricas concretas levam a uma reavaliação desses mesmos sistemas de significação. Neste caminho, e como entende Sahlins (1999), a história é culturalmente ordenada, tanto quanto a recíproca também é verdadeira. Assim sendo, o estudo dos processos de negociações empreendidas pelos Bororo nos aldeamentos parte do princípio de que essas ações foram compostas de um misto de signos significantes e interesses pragmáticos, de estruturas culturais e ações históricas.

A presença indígena na História não considerava até pouco tempo as concepções históricas que os indígenas têm deles mesmos e muito menos as dinâmicas culturais que existiram em função dos contatos. Apesar de alguns autores pesquisarem sobre os

aldeamentos na região do Triângulo Mineiro nos séculos XVIII e XIX, como por exemplo Chaim (1983), Ravagnani (1989) e Lourenço (2015), praticamente não se fala sob a perspectiva dos indígenas. Os estudos acerca dos aldeamentos nos quais Antônio Pires de Campos mantinha “seus” índios administrados pouco abordam sobre os indígenas, seus interesses, as formas como eles negociavam ativamente, trazendo apenas o lado dos bandeirantes e dos agentes coloniais.

No ano de 1742, Antônio Pires de Campos, também chamado *Pai Pirá*, estabeleceu um acordo com D. Luis de Mascarenhas, para assentar indígenas na região atualmente chamada de Triângulo Mineiro a fim de proteger os caminhos do ouro dos ataques de índios “Cayapó”. Antônio Pires de Campos vinha de uma família de gerações de bandeirantes. Ele e seu pai, que possuía o mesmo nome, já mantinham contato com os Bororo desde pelo menos 1718, quando os aprisionaram na região do atual Mato Grosso, levando-os para São Paulo (MORI, 2015, p.37). Muitos dos Bororo trazidos para o Sertão da Farinha Podre na verdade já estavam sob a administração de Pires de Campos há algum tempo, o que pode ter facilitado o estabelecimento de tantos indígenas (acredita-se que tenham sido trazidos, em 1742, 120 Bororo para a região em questão, e em 1746 outra leva maior). Assim que chegaram no Sertão da Farinha Podre, os Bororo foram estabelecidos em aldeamentos, ou como classifica Ravagnani, quartéis-aldeamentos (1989, p.113), sendo inicialmente três: Sant’Anna, Rio das Pedras e Lanhoso.

Esses indígenas eram escravizados? Na verdade, os índios que acompanhavam Pires de Campos e outros sertanistas nessa época eram chamados de “domesticados” ou “administrados”. Visto que a escravidão indígena era formalmente proibida, a administração foi um artifício que os colonizadores utilizaram para explorar os índios, submetendo-os a uma situação análoga à escravidão, onde eles trabalhavam de forma forçada e não possuíam controle sobre eles mesmos e nem de alguma propriedade (MONTEIRO, 1995, p. 137). Apesar de estarem em condição de “administração”, sabemos que nos meandros da vida cotidiana os índios não aceitaram inocentemente a dominação ou o extermínio.

Segundo Dom Luís de Mascarenhas, em carta ao rei D. João V de 1748, o primeiro aldeamento no Sertão da Farinha Podre, Rio das Pedras, teve sua localização escolhida pelos próprios Bororo, que tinham um conhecimento prévio da região (MORI, 2015, p.71). Assim, percebemos como os índios Bororo estabeleceram negociações com Antônio Pires de Campos e com os administradores coloniais, para que eles pudessem escolher um local que houvesse recursos para seu sustento. Além disso, posteriormente os representantes da

coroa cogitaram contratar Antônio Pires de Campos para fazer guerra contra os Akroá, mas o contrato foi rompido pois os Bororo se recusaram a ir para tal local, com medo de perderem suas terras (ALENCASTRE, 1979 apud MORI, 2015, p.86). Esses dois exemplos fortalecem a hipótese que os Bororo faziam acordos e trocas para que seus interesses fossem garantidos, ou seja, mesmo diante da situação de trabalho forçado eles não parecem terem perdido por completo a sua autonomia. De fato, houve resistência e articulação política, não somente extermínio e subjugação como pensa uma antiga historiografia regional.

Além disso, eles compreendiam os acordos que eram feitos entre os administradores coloniais e Antônio Pires de Campos, de modo que ponderavam se tal decisão os beneficiaria. Pode-se dizer que, como em diferentes regiões do Brasil, a política indigenista do governo colonial entrou em choque com a política dos índios, e Antônio Pires de Campos era, de certo modo, um intermediário dessas negociações. Sobre esse aspecto, ele, assim como outros sujeitos, inclusive indígenas, colocados nessa situação de intermediários culturais, viveram naquilo que H. Bhabha (1998) chamou de “entre-lugar”, uma fronteira porosa do contato no qual trafegam interesses e signos das diferentes categorias envolvidas. Por isso, é bem provável que não apenas os indígenas, mas que os sertanistas, e no caso Antônio Pires de Campos, tiveram de adentrar também na lógica (signos) da política dos indígenas.

Outra questão também relevante revelada pela pesquisa se refere às redes de contato que foram estabelecidas mesmo antes da morte de Antônio Pires de Campos em 1751. Segundo Ravagnani (1989, p. 114), Santana do Rio das Velhas, originalmente ocupada pelos índios Bororo, logo recebeu indígenas de outras etnias, Karajás e Tapirapés, trazidos pelo próprio sertanista, e posterior à sua morte, em 1774, os Xakriabá. Isso já indica como os Bororo ou seus descendentes tiveram contato com índios de outras etnias que passaram a viver nos aldeamentos. Mesmo com o fim do ouro no Goiás já no final do século XVIII, esses aldeamentos persistiram na região por um certo tempo, Santana do Rio das Velhas, por exemplo, deu origem a atual cidade de Indianópolis-MG. Existe também a presença de padre jesuítas em alguns aldeamentos, como por exemplo Santana Rio das Velhas, que foi construído pelo Padre José de Castilho. Pires de Campos se encontrava em constante atrito com José de Castilho, porque Pires de Campos tinha receio de ter seus índios retirados de sua administração e por divergências de administração (MORI, 2015, p. 96-97).

Nesse sentido, Antônio Pires de Campos, pelo tempo de convívio prolongado com os Bororo, inclusive antes mesmo de estabelecê-los no Sertão da Farinha Podre, conhecia

profundamente a dinâmica social desse grupo. Isso teria facilitado as trocas e negociações e também causado um impacto cultural, tanto nos Bororo quanto em Pires de Campos. Isso significa pensar as culturas não como estruturas sólidas, mas flexíveis e abertas que abarcam, entre outros, processos de etnogênese, conceito que expressa a dinâmica histórica pela qual as identidades coletivas permanentemente se constroem, destroem e reconstróem, num movimento que deve se assemelhar a de uma mandala (MANO, 2018), modelo que servirá de hipótese de trabalho para a continuidade e aprofundamento futuro das questões que esta pesquisa levantou.

Cabe destacar que o controle que Antônio Pires de Campos tinha sobre “seus” soldados Bororo era mantido à custa de muita violência e opressão. Pelo uso da força e causando um grande terror nos indígenas, existe na documentação relatos de que mesmo à pedido de D. Marcos de Noronha, governador e capitão da capitania de Goiás, para que fizesse um contato brando com os indígenas, ele promovia mortes e maus-tratos à eles (MORI, 2015, p.87). Por meio deste tratamento coercitivo e agressivo, Pires de Campos estabelecia suas negociações com os indígenas, onde apesar de da subjugação, eles encontravam meios de se posicionarem.

Na condição de aldeados, esses índios Bororo tiveram então de negociar sua existência com diferentes sujeitos e categorias: outros grupos indígenas com os quais conviviam; grupos indígenas que combatiam; autoridades coloniais e eclesiásticas; sertanistas e homens livres pobres, entre outros em circulação na região e nos aldeamentos. Em face dessa rede complexa e intrincada de relações, a história dos contatos desses grupos, suas culturas, interesses e existência teve de ser continuamente construída e reconstruída.

De acordo com Maria Cristina dos Santos (2017, p. 337) a construção do campo de pesquisa em História indígena ocorreu nos últimos 30 anos, e seus debates, ainda recentes, vem construindo um espaço de protagonismo para os povos indígenas. Anteriormente, os indígenas existiam nas narrativas ocupando um papel de passivos diante do contato, o que teria ocasionado sua extinção, o genocídio, e para aquele que sobreviveram, a aculturação. A narrativa da História do Brasil que havia sido feita só permitiria que os indígenas ocupassem esse lugar:

Há um lugar e um momento claramente atribuídos ao indígena nessa narrativa: eles seriam anteriores ao Brasil e a narrativa sobre eles deveria ser feita preferencialmente antes da colonização. Uma vez esta iniciada, os indígenas só poderiam ser concebidos como flores que fenecem, que precisam ser descritas e compreendidas antes que murchem e desapareçam. A superioridade tecnológica e militar dos colonizadores, as violências e as

epidemias dariam conta de explicar a sua extinção. (OLIVEIRA, 2016, p. 13)

A presença indígena na história não considerava até então as concepções históricas que os indígenas têm deles mesmo e muito menos as dinâmicas culturais que existem em função do contato. Os indígenas aldeados na região do atual Triângulo Mineiro exemplificam como a História da região não pode ser estudada apenas a partir da perspectiva do extermínio. Ao invés disso, a questão se revela muito mais complexa, visto que os grupos indígenas negociaram com os colonizadores, resistiram muitas vezes contra decisões tomadas por eles e confrontaram a ordem colonial.

John Manuel Monteiro destaca como foi de extrema importância a participação dos povos indígenas no processo de formação da Colônia, não apenas para as mudanças sociais e econômicas pelas quais os povos nativos passaram, mas também pela consciência de um passado indígena que motivou várias ações históricas de resistência e luta indígena (1995, p. 18). No caso em questão, os índios Bororo aldeados tiveram uma atuação essencial para a manutenção do sistema econômico e posterior ocupação da região central do país. Para além da política indigenista do governo colonial, existiu também a política dos próprios índios, que agenciavam a localização dos aldeamentos, o comércio que eles poderiam praticar e até mesmo as lutas, saques e confrontos por terra.

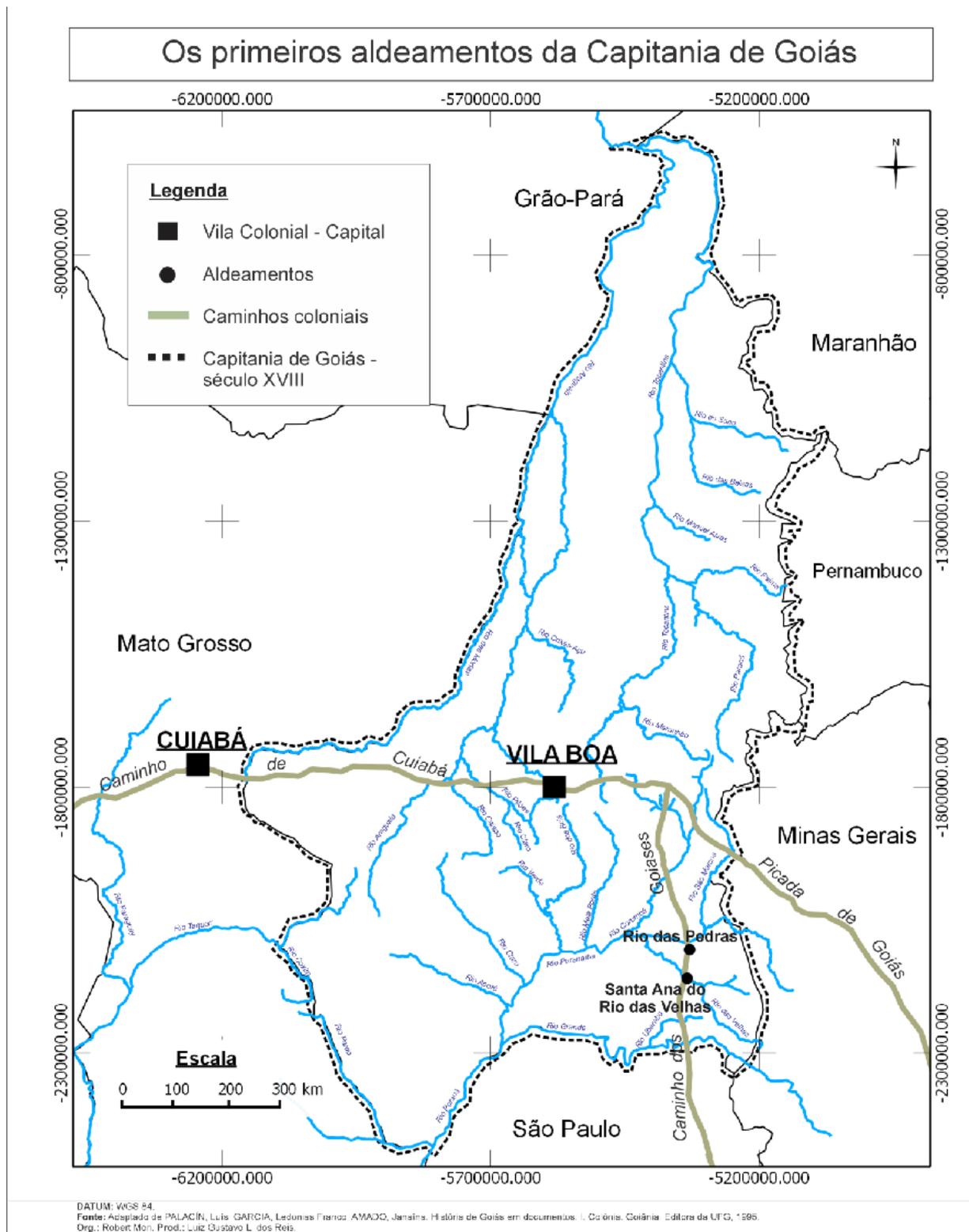
Esse trabalho analisou parte de uma ampla documentação histórica e referências bibliográficas já produzidas sobre os aldeamentos no Triângulo Mineiro, com vistas a uma melhor compreensão dos processos de negociações e trocas recíprocas entre os índios aldeados e Antônio Pires de Campos. Os aldeamentos, ora compreendidos como quartéis-aldeamentos como sugere alguns autores; e ora como “presídios”¹, como aparecem em documentos da época; e ora ainda como aldeamentos religiosos com a presença de Igreja e interferência dos padres jesuítas, são de fato locais complexos. Esses questionamentos ilustram a profundidade das relações de contato entre os diferentes sujeitos e as disputas de interesses entre o governo colonial (com seus diferentes representantes) e os indígenas, colocando em evidência a importância dessas respostas para uma melhor compreensão da História dos Índios na região.

1 Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino - Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU-ACL-CU-008, – Caixa: 23, Documento 1440.

A partir de uma abordagem, que nega as culturas como estruturas fixas, podemos perceber como alguns modelos, ao não compreenderem tal dinâmica, fossilizaram os povos indígenas, suas histórias e culturas em padrões estáticos, que não resistiram aos fatos empíricos. Se por um lado os povos indígenas não tinham nem passado nem futuro, a prova contrária irrefutável foram os movimentos indígenas por direitos, principalmente o direito à terra, que resultaram na Constituição 1988 e evidenciaram para os estudiosos que os índios não desapareceram e que eles são sujeitos históricos conscientes de seus direitos (MONTEIRO, 2001, p. 6). E se, por outro lado, os índios do presente não são puros, mas misturados, a prova da falácia da pureza está na descoberta pela Arqueologia, pela Etnologia e pela Etnohistória de uma intensa rede de contatos, trocas e empréstimos culturais, em diversas temporalidades, entre povos culturalmente diferentes, de tal modo que modelos dicotômicos de classificação passaram a ser revistos. Acreditamos que os resultados obtidos com essa pesquisa corroboram com a revisão desses modelos.

Do mesmo modo que os índios aldeados passaram por grandes mudanças históricas e culturais devido ao contato com Antônio Pires de Campos e os não-índios, Antônio Pires de Campos também foi cultural e historicamente afetado pelo contato com os Bororo. Neste caso, a hipótese mais plausível é a de que Antônio Pires de Campos compreendia bem a dinâmica desse grupo com o qual convivia já há muito anos, e por isso conseguiu estabelecer relações e negociações com um número tão grande de indígenas. Quanto a essa hipótese, almejamos estudá-la futuramente, a fim de compreender melhor o impacto cultural causado tanto nos indígenas quanto nos colonizadores.

Utilizando a perspectiva da alteridade, surgiram questionamentos à documentação que ainda não haviam sido feitos, de forma que procuramos a contrapelo vestígios que indiquem a forma como os nativos negociavam com os não índios e com a administração e os agentes coloniais, quais as vantagens e desvantagens desse contato e as relações deles com a política indigenista. Existe uma necessidade de mais estudos dentro da “nova história indígena” e que esclareçam melhor a História do ponto de vista dos povos indígenas, enquanto papel principal, sem alegorias e preconceitos. Ainda há um longo trabalho para reconstruir a História Indígena do Triângulo Mineiro, mas entender melhor como se deu os aldeamentos e as articulações feitas pelos Bororo e Antônio Pires de Campos é um passo importante nesse processo.



Mapa: Localização dos aldeamentos de Santana do Rio das Velhas e Rio das Pedras nos quais Antônio Pires de Campos aldeou os índios Bororo (Fonte: Mori, 2015, p. 78)

Fonte

Arquivo Histórico Ultramarino - Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. Vila Boa, 22/06/1767. AHU-ACL-CU-008, – Caixa: 23, Documento 1440.

Referências:

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte. Editora da UFMG, 1998.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. P.295-316.

KARASCH, Mary. Catequese e cativo: Política indigenista em Goiás, 1780-1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores: Estudo de História Indígena e Indigenismo*. Tese (Livre Docência) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O Nascimento do Brasil: Revisão de um paradigma historiográfico*. Anuário Antropológico/2009 - 1, 2010. p. 11-40.

RAVAGNANI, Oswaldo. *Aldeamentos goianos em 1750 – os jesuítas e a mineração*. Revista de Antropologia, São Paulo, vol. 30/31/32, p.111 - 132, 1989.

TAUNAY, Afonso. *História das bandeiras paulistas*. 3 vols, 3a ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975.

LE GOFF, Jacques. História. In: _____. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. (org.). *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007. p.143-179.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *História e Etnologia*. Textos didáticos IFCH/UNICAMP., nº24 , 3 ed. 2004. Disponível em : https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/letx_td-24-site-13-03-14.pdf Acesso em: 29 de mar. 2021

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 1 reimpressão. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SAHLINS, Marshall David. *Ilhas de História*. 3º reimpressão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

MANO, Marcel. *Da Tradição à Cultura: problemas de investigação nos estudos das ocupações indígenas no Planalto Meridional Brasileiro*. Revista Albuquerque, v. 10, n. 19 Mato Grosso do Sul: UFMS, 2018

MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiases: guerra e etnogênese no sertão do Gentio Cayapó (Sertão da Farinha Podre) séculos XVIII e XIX*. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SANTOS, Maria Cristina dos. *Caminhos historiográficos na construção da História Indígena*. História Unisinos. Vol. 21 Nº 3 - setembro/dezembro. 2017. p.337-350. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.213.04/6390> Acesso em: 20 ago. 2020.

Imigrações contemporâneas em destaque: uma análise quantitativa das produções acadêmicas sobre o tema

Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli¹
Daniel Luciano Gevehr²

Introdução

Nos últimos anos tem se percebido um grande debate na mídia e também no meio científico sobre os fluxos migratórios contemporâneos. Este debate é marcado, sobretudo, por questões que envolvem cidadania e direitos (ZANFORLIN, 2013). Em todo o planeta é possível perceber nos últimos anos, um alto número de deslocamentos, tanto forçados quanto voluntários. Nesse contexto, o Brasil que foi um país historicamente marcado pela presença de imigrantes esteve incluído.

Diante disso, o presente artigo está inserido em um projeto mais amplo intitulado “Processos migratórios no cenário contemporâneo do Vale do Paranhana (RS): trajetórias, inserção social, processos midiáticos e acesso à rede de atenção à saúde” que tem como objetivo levantar e catalogar as pesquisas sobre migrações contemporâneas, realizadas entre os anos de 2012 e 2019, e apresentar as suas respectivas contribuições. Esse trabalho de revisão sistemática da literatura servirá como ponto de partida aos futuros pesquisadores do tema, uma vez que apresentará o estado atual da questão. É importante salientar que a revisão ainda está em fase de realização, portanto, os resultados apresentados nesse artigo são quantitativos e não se referem ainda aos assuntos/temáticas abordadas nas pesquisas analisadas.

Sendo assim, o artigo está dividido da seguinte forma: na seção 2 serão abordados os procedimentos metodológicos empregados nesta revisão; na seção 3 serão elencados os resultados parciais e uma análise dos dados; e na seção 4, as considerações finais do artigo.

Procedimentos Metodológicos

Como citado na introdução, este artigo é uma revisão sistemática da literatura. Sobre a revisão sistemática da literatura é importante destacar que ela é

¹ Licenciado em História pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Mestrando em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Bolsista CAPES. E-mail: gabrielbortoloti@sou.faccat.br.

² Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: danielgevehr@faccat.br.

[...] uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto. Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo. Explicita ainda as limitações de cada artigo analisado, bem como as limitações da própria revisão. De forma geral, a revisão de literatura sistemática possui alto nível de evidência e se constitui em um importante documento para tomada de decisão nos contextos públicos e privados (GALVÃO; RICARTE, 2019, p. 2).

A partir dessa conceituação, entende-se que faça necessário abordar os procedimentos metodológicos utilizados para realizar este artigo.

A primeira etapa de elaboração da revisão sistemática consistiu no levantamento de toda a literatura produzida sobre a temática das migrações, entre os anos de 2012 e 2019, e publicada nas plataformas *Scielo* e *Google Acadêmico*. Para a seleção dos trabalhos, foram escolhidos os seguintes termos de pesquisa: “migrações atuais”, “migrações Brasil”, “migrações contemporâneas”, “imigrantes no Brasil”, “haitianos”, “senegaleses”, “colombianos”, “venezuelanos”, “direito internacional”, “migrantes” e “refugiados”. A partir do levantamento, construiu-se uma base de dados contendo uma descrição técnica dos trabalhos levantados, sendo eles: título, autores, link, plataforma de publicação, ano de publicação, tipo de trabalho, palavras-chave e resumo. Uma vez levantada a literatura, a etapa seguinte foi a montagem de um banco de dados, comportando a catalogação de cada um dos trabalhos.

A segunda etapa, correspondente à catalogação e à elaboração do banco de dados, foi dividida em três fases. Na primeira fase, delimitamos os trabalhos a partir de quatro eixos teóricos: social, político, econômico e cultural.

Sobre o eixo social, foram considerados trabalhos que abordaram temáticas relacionadas às experiências humanas desses sujeitos inseridos nos fluxos migratórios com a sociedade receptora. Além disso, temáticas relacionadas à organização social, inserção social, integração, práticas cotidianas, gênero, preconceito e xenofobia, entre outras, foram incluídas no eixo social.

Sobre o eixo político, foram considerados trabalhos que abordaram temáticas relacionadas à situação dos migrantes enquanto sujeitos de direitos e deveres. Além disso, temáticas relacionadas à cidadania, legislação, status legal, visto e permanência no Brasil, Direitos Humanos, entre outras, foram incluídas no eixo político.

Sobre o eixo econômico, foram considerados trabalhos que abordaram temáticas relacionadas à situação econômica desses sujeitos envolvidos nos fluxos migratórios. Além disso, temáticas relacionadas ao mundo do trabalho, inserção laboral, trabalho escravo, entre outras, foram incluídas no eixo econômico.

Sobre o eixo cultural, foram considerados trabalhos que abordaram temáticas relacionadas às expressões de identidade e cultura manifestadas pelos migrantes. Além disso, temáticas relacionadas a questões étnicas, religiosidades, práticas culturais, entre outras, foram incluídas no eixo cultural.

Na segunda fase de catalogação e elaboração do banco de dados, subdividimos todos os trabalhos em dois grupos: unidisciplinar e interdisciplinar. Quanto aos trabalhos unidisciplinares, estes foram separados tendo como base as Áreas do Conhecimento do CNPq. Ademais, no caso de monografias de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado, consideramos a formação a qual se destinava o trabalho. Quando se referia a artigos publicados em periódicos, levamos em conta a identificação dos pesquisadores, quando informada. Na hipótese de falta de identificação dos autores no artigo, partimos de dados como o grau máximo de formação no momento da publicação (encontrados no currículo Lattes), a graduação ou pós-graduação em curso, ou ainda a área do periódico de publicação.

Alguns trabalhos foram também classificados como interdisciplinares. Semelhante constatação revela que cada vez mais a rígida divisão em disciplinas heterogêneas e separadas é insuficiente para abarcar a complexa realidade da contemporaneidade. Assim, a interdisciplinaridade enquanto prática de investigação científica emerge em um mundo globalizado, dominado por temáticas como as migrações, que são amplas, pois aparecem sob inúmeras e diversificadas facetas (FORTES, 2009; POMBO, 2006).

Sobre a interdisciplinaridade é importante salientar que ela é:

[...] um modo de proceder, de pesquisar. Em si, não é uma ontologia e também não é uma epistemologia. Ao contrário, ela repousa sobre concepções ontológicas e epistemológicas específicas. Em sua origem, está pautada na lógica da disciplina, operando de maneira a interconectá-las. [...]. Sempre é preciso ter um tema como norte da investigação. Um tema suficientemente abrangente, cujas abordagens não cabem nos limites de uma disciplina, forçando seus limites e não se adequando aos seus métodos. Entretanto, o rigor inerente aos procedimentos científicos deve ser observado, de maneira que os pesquisadores não se apropriem indevidamente, sem um estudo cauteloso efetuado com o apoio de pesquisadores das disciplinas interligadas, das investigações e respectivos

resultados ou discussões expostas no bojo dessas disciplinas (BICUDO, 2008, p. 145).

Os trabalhos interdisciplinares foram assim designados a partir da presença de dissertações e teses em programas de pós-graduação interdisciplinares, se porventura os autores se identificassem em artigos como possuidores de mais de uma formação e também no caso de pesquisadores que se definissem com formações diferentes uns dos outros. Quando possível, evidenciamos duas áreas do conhecimento trabalhando interdisciplinarmente; do contrário, caso houvesse mais de duas áreas presentes, consideramos o trabalho como “interdisciplinar inclassificável”.

Atualmente, a pesquisa está na fase de análise dos conteúdos das produções científicas. Sendo assim, até o presente momento foi realizada uma análise quantitativa do material e esses resultados quantitativos são foco deste artigo.

Resultados e Análise dos Dados: resultados quantitativos

Como citado no início deste artigo, essa produção procura apresentar os resultados quantitativos da revisão sistemática da literatura que está em andamento. Para se ter uma noção da quantidade de publicações analisadas e classificadas quanto ao tipo de produção, pode-se observar a tabela 01.

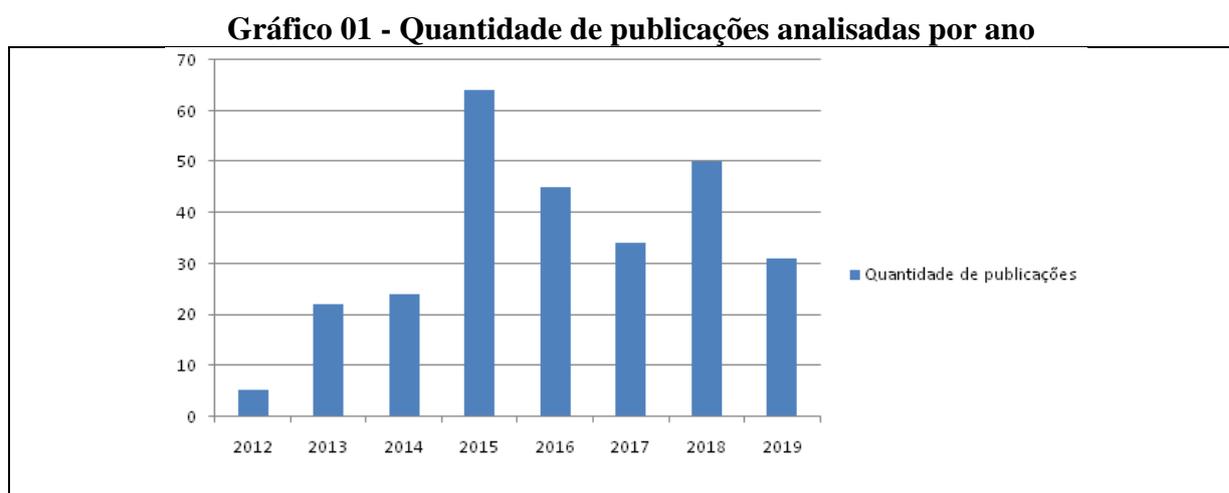
Tabela 01 - Visão geral do levantamento das produções encontradas

ANO	ARTIGO	TCC	DISSERTAÇÃO	TESE	RELATO DEPOIMENTO	EDITORIAL	RELATORIO DE PESQUISA	NOTA DE PESQUISA	BIOGRAFIA	LIVRO
2012	4	0	0	1	0	0	0	0	0	0
2013	19	0	2	0	0	0	0	1	0	0
2014	20	2	1	0	0	0	1	0	0	0
2015	51	1	5	0	5	0	0	0	2	0
2016	38	0	5	1	1	0	0	0	0	0
2017	29	1	2	2	0	0	0	0	0	0
2018	42	0	4	2	0	1	0	0	0	1
2019	21	5	3	1	0	1	0	0	0	0
TOTAL GERAL	224	9	22	7	6	2	1	1	2	1
267 + 8										

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Como é possível perceber através da análise da tabela 01, a maioria das produções levantadas e analisadas pela revisão sistemática são artigos científicos (224 publicações). Além de artigos, outros trabalhos acadêmicos que foram encontrados no levantamento são: Trabalhos de Conclusão de Curso (9 publicações), Dissertações de Mestrado (22 publicações), Teses de Doutorado (7 publicações), Livro (1 publicação), Relatório de Pesquisa (1 publicação), Nota de Pesquisa (1 publicação) e Biografias (2 publicações). Além de publicações acadêmicas, foram analisados também Relatos/Depoimentos (6 publicações) e Editoriais (2 publicações). Ao todo foram analisadas 275 publicações.

Quanto à quantidade de publicações por ano, pode-se ser observado o gráfico 01.

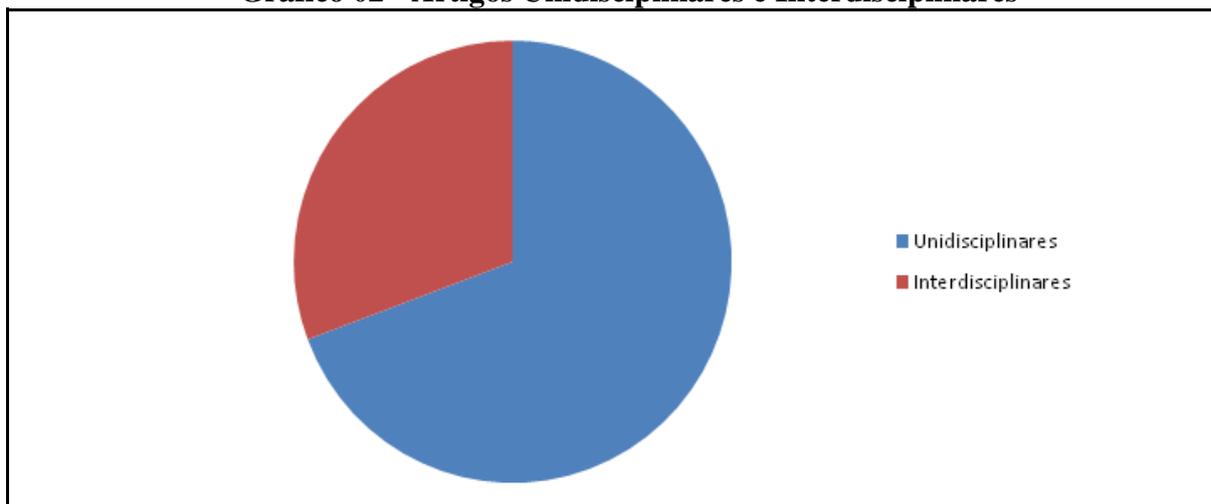


Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Conforme é possível observar no gráfico 01, o ano de 2015 é o de maior produção sobre a temática das migrações contemporâneas no Brasil. Apesar disso, durante os anos posteriores a temática das migrações continuou presente no meio científico, por isso se faz necessária essa revisão, pois é um assunto que permeia os debates na atualidade.

Após o levantamento dos artigos, partimos para a classificação das produções em categorias, citadas na seção 2 deste artigo. Quanto aos artigos interdisciplinares e unidisciplinares, pode-se observar o gráfico 02.

Gráfico 02 - Artigos Unidisciplinares e Interdisciplinares



Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Os critérios utilizados para a classificação das produções científicas entre interdisciplinares e unidisciplinares já foram abordados na seção 2 deste artigo. É importante salientar que apenas os trabalhos considerados acadêmicos foram categorizados entre unidisciplinares e interdisciplinares. Em termos gerais, dos 267 trabalhos acadêmicos analisados, 185 eram unidisciplinares e 82 interdisciplinares. Quanto à porcentagem dos trabalhos considerados acadêmicos, 69,29% eram unidisciplinares e 30,7% eram interdisciplinares.

Neste artigo serão abordados, majoritariamente, os trabalhos unidisciplinares. Após o levantamento das áreas em que as produções científicas se enquadravam foi realizado um agrupamento por “grande área” de acordo com as classificações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para se ter uma visão geral da classificação dos trabalhos unidisciplinares por grande área pode ser observada a tabela 02.

Tabela 02 - Produções unidisciplinares por grande área

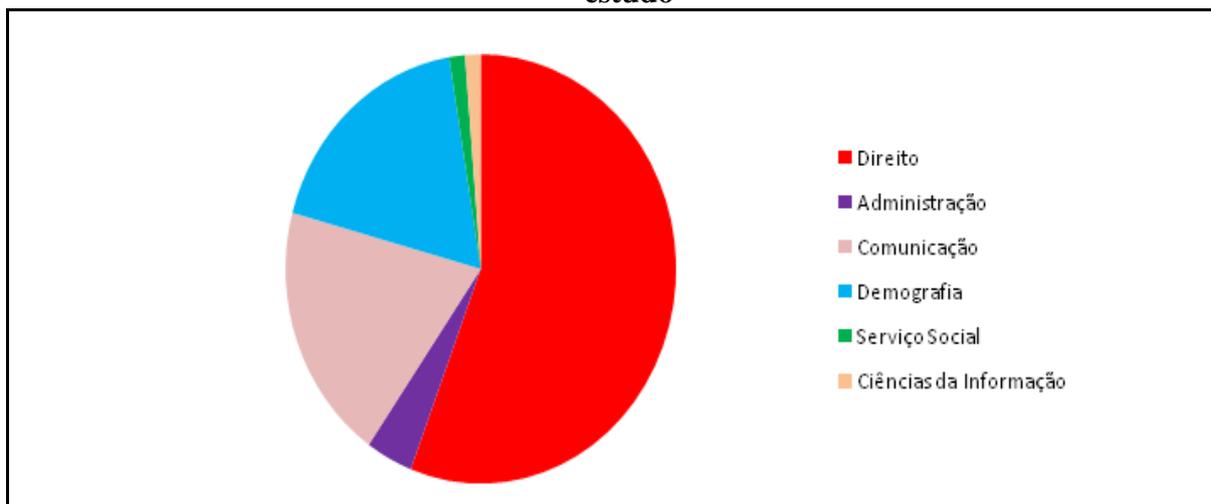
GRANDE ÁREA	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIAS HUMANAS	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	CIÊNCIAS DA SAÚDE	CIÊNCIAS DA NATUREZA	OUTROS
2012	0	1	0	0	0	1
2013	7	3	0	1	0	6
2014	6	6	0	0	0	1
2015	18	15	1	0	0	5
2016	12	10	7	1	0	4
2017	12	6	2	2	0	2
2018	12	12	3	1	1	4
2019	10	8	2	1	0	2
TOTAL GERAL	77	61	15	6	1	25
185						

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

É importante salientar que para esse levantamento foram consideradas apenas as grandes áreas que abarcavam estudos presentes no levantamento. Conforme é possível perceber através da análise da tabela 02, as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências Humanas são as áreas que mais pesquisaram sobre as migrações contemporâneas nos últimos anos. Essas duas grandes áreas juntas representaram 74,5% do total de publicações unidisciplinares sobre o assunto levantadas pela pesquisa realizada. É claro que todas as áreas citadas no estudo produziram estudos relevantes para o tema, sendo assim, se faz necessário maior aprofundamento quanto às áreas de conhecimento que compõem cada uma das categorias citadas na tabela 02.

Quanto às áreas de conhecimento que fazem parte das Ciências Sociais Aplicadas, pode-se observar o gráfico 03.

Gráfico 03 - Áreas do conhecimento das “Ciências Sociais Aplicadas” presentes no estudo

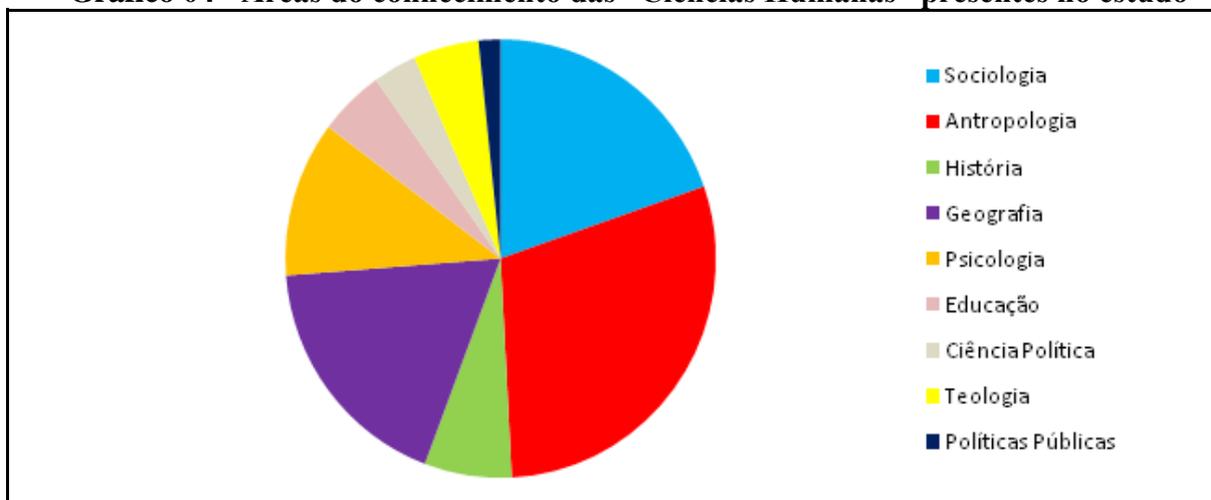


Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Ao todo foram produzidas 77 pesquisas científicas da área das Ciências Sociais Aplicadas entre os 185 trabalhos unidisciplinares levantados e analisados na pesquisa realizada. Conforme o gráfico 03, a maioria dos estudos que se enquadram na área das Ciências Sociais Aplicadas são do Direito. O Direito representa 55,8% das produções dessa área. Outra área com um número considerável de produções nas Ciências Sociais Aplicadas é a Comunicação (19,4% dos trabalhos) e também a Demografia (18,1% dos trabalhos).

Quanto às áreas do conhecimento que fazem parte das Ciências Humanas, pode-se observar o gráfico 04.

Gráfico 04 - Áreas do conhecimento das “Ciências Humanas” presentes no estudo

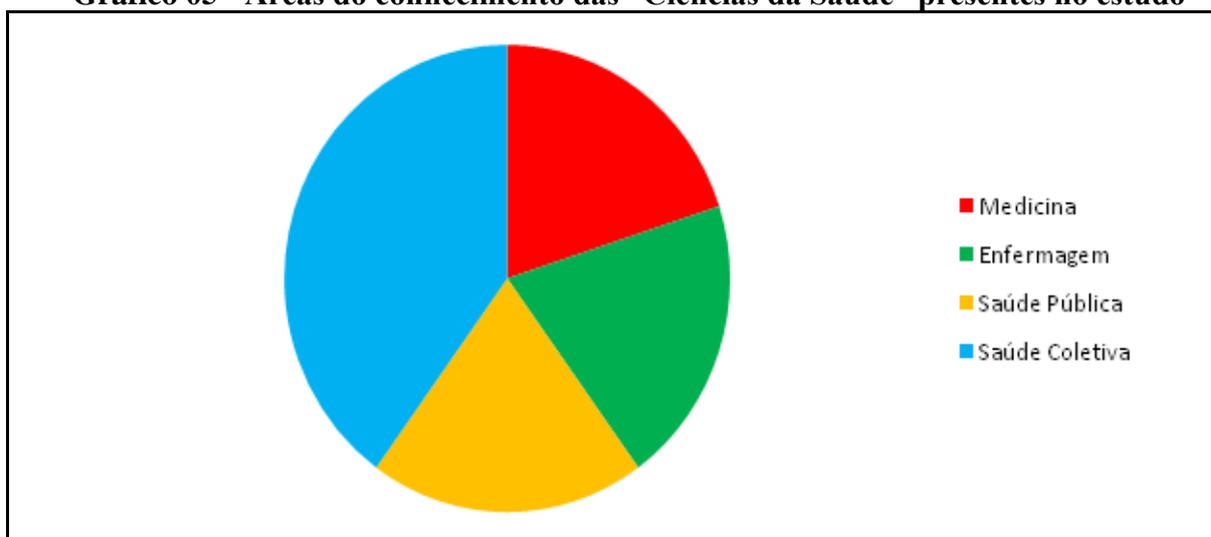


Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Ao todo foram produzidas 61 pesquisas científicas da área das Ciências Humanas entre os 185 trabalhos unidisciplinares levantados e analisados na pesquisa realizada. Conforme o gráfico 04, a maioria dos estudos que se enquadram na área das Ciências Humanas são da Antropologia. A Antropologia representa 29,5% das produções dessa área. Outra área com um número considerável de produções nas Ciências Humanas é a Sociologia (19,6% dos trabalhos) e também a Geografia (18,03% dos trabalhos).

Quanto às áreas do conhecimento que fazem parte da área das Ciências da Saúde, pode-se observar o gráfico 05.

Gráfico 05 - Áreas do conhecimento das “Ciências da Saúde” presentes no estudo



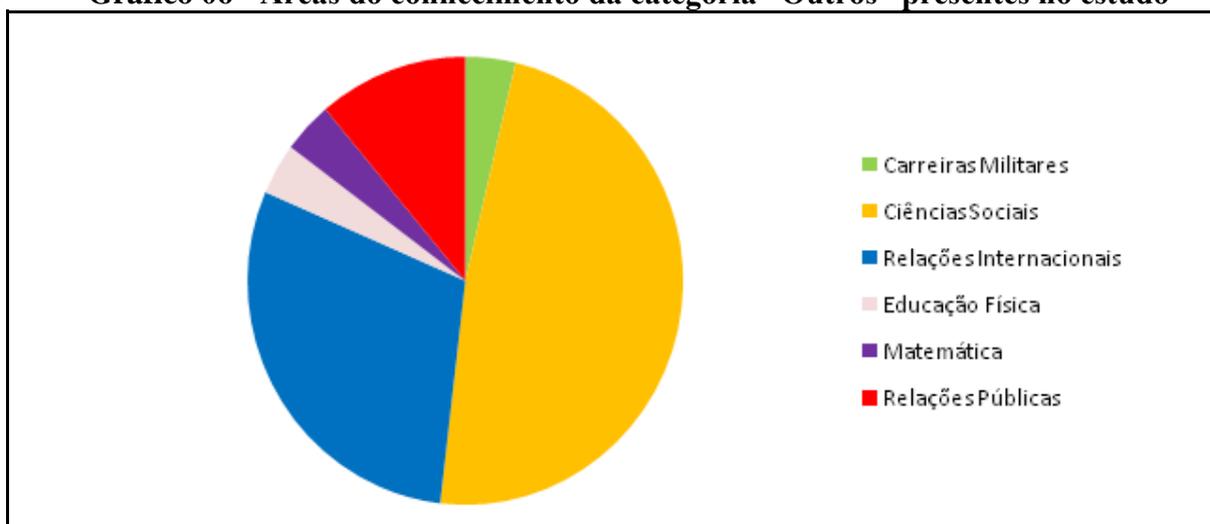
Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Ao todo foram produzidas 5 pesquisas científicas da área das Ciências da Saúde entre os 185 trabalhos unidisciplinares levantados e analisados na pesquisa realizada. Conforme o gráfico 05, a maioria dos estudos que se enquadram na área das Ciências da Saúde são da Saúde Coletiva. A Saúde Coletiva representa 40% das produções dessa área.

Quanto às áreas do conhecimento que fazem parte da área de Linguística, Letras e Artes pode-se destacar que ao todo foram produzidos 15 trabalhos dessa área entre os 185 trabalhos unidisciplinares levantados e analisados na pesquisa realizada. Não foi incluído gráfico dessa área, pois 100% dos trabalhos eram da área de conhecimento de Linguística e/ou Letras.

Além dessas áreas foram encontrados trabalhos que faziam parte de diversas outras grandes áreas classificadas pelo CNPq, sendo assim, neste artigo foi criada a categoria “Outros” que abarca esses estudos. Sobre essa classificação, pode-se observar o gráfico 06.

Gráfico 06 - Áreas do conhecimento da categoria “Outros” presentes no estudo

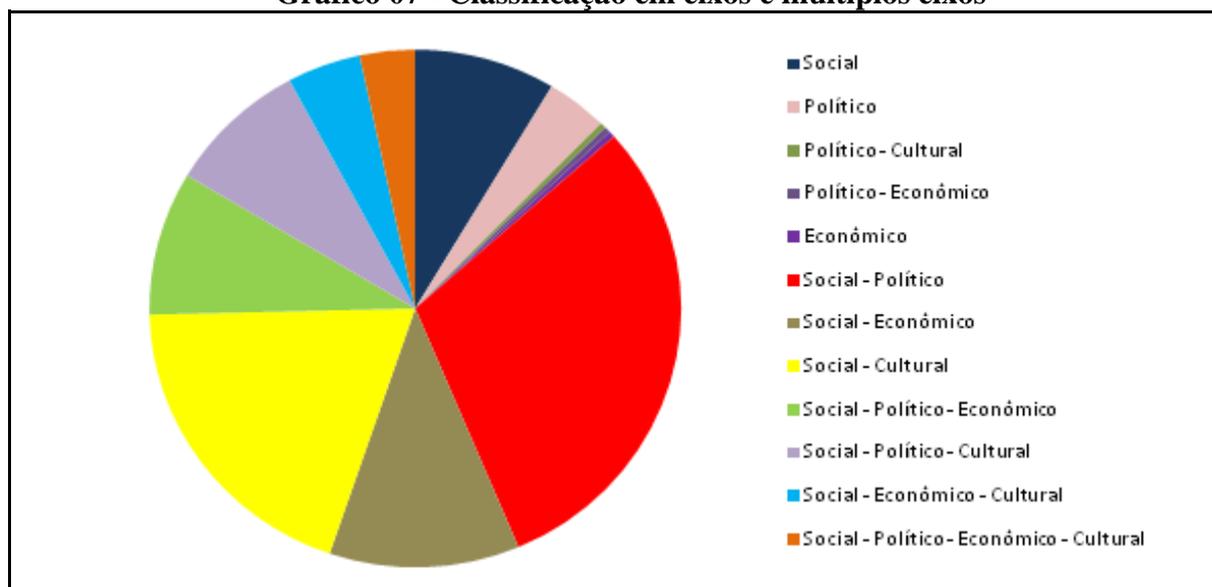


Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Ao todo foram produzidas 27 pesquisas científicas da categoria “Outros” utilizada neste artigo entre os 185 trabalhos unidisciplinares levantados e analisados na pesquisa realizada. Conforme o gráfico 06, a maioria dos estudos que se enquadram na categoria “Outros” são das Ciências Sociais. As Ciências Sociais representam 48,1% das produções dessa área. Outra área com um número considerável de produções na categoria “Outros” são as Relações Internacionais (29,6% dos trabalhos) e também as Relações Públicas (11,1% dos trabalhos).

Além da classificação dos trabalhos unidisciplinares por área do conhecimento e por grande área do CNPq, os 267 trabalhos acadêmicos analisados foram classificados quanto ao eixo temático (Social, Econômico, Político e Cultural). Os critérios utilizados para a classificação de cada um dos eixos já foi abordado na seção 2 deste artigo. Além desses 4 eixos, no decorrer da classificação percebeu-se que um mesmo trabalho poderia ser enquadrado em mais de um eixo temático. Sendo assim, criaram-se categorias chamadas de “múltiplos eixos”. Para a compreensão dessa classificação pode ser observado o gráfico 07.

Gráfico 07 - Classificação em eixos e múltiplos eixos



Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Como é possível perceber no gráfico 07, a maioria dos trabalhos acadêmicos analisados na pesquisa eram do múltiplo eixo Social-Político (30,3% das publicações). O segundo múltiplo eixo mais expressivo era o Social-Cultural (19,4% das publicações), seguido do múltiplo eixo Social-Econômico (11,6% das publicações). No caso dos eixos simples, o mais expressivo era o Social (8,6% das publicações). Em suma, a maioria dos trabalhos analisados continha análises que se vinculavam a aspectos sociais, a maioria em consonância com outros eixos.

Considerações Finais

Como citado no início deste artigo, o principal objetivo dessa pesquisa é mostrar os resultados quantitativos preliminares de uma pesquisa de revisão sistemática que está sendo desenvolvida sobre o tema das migrações contemporâneas.

Até o momento foi possível perceber que a temática é abordada por diferentes áreas do conhecimento. Ao tomar conhecimento desse interesse, preocupou-se em catalogar as produções científicas levantadas de acordo com a grande área do CNPq e também por área do conhecimento, além de perceber quais trabalhos eram unidisciplinares e quais eram interdisciplinares. Além disso, as produções científicas foram catalogadas quanto ao eixo ou múltiplo eixo relacionado à temática que aborda.

A próxima etapa da pesquisa, que está em fase de realização e que não foi abordada neste artigo, refere-se à análise dos conteúdos das produções científicas sobre o tema. Acredita-se que o levantamento e a análise em questão trarão contribuições importantes à

comunidade científica no que se refere ao tema das migrações contemporâneas, pois se busca identificar lacunas que ainda precisam ser preenchidas sobre o assunto.

Referências

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. *Educ. Mat. Pesqui.*, São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 137-150, 2008.

FORTES, Clarissa Corrêa. Interdisciplinaridade: origem, conceito e valor. *Revista Acadêmica Senac (on-line)*, n. 6, set./nov., 2009.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. *LOGEION: Filosofia da informação*, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.57-73, set.2019/fev. 2020.

POMBO, Olga. Práticas interdisciplinares. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun 2006, p. 208-249.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti. A construção contemporânea do refugiado e do migrante: dos benefícios da condição de vítima à repressão do protagonismo. *ECO-Pós*. v. 16, n. 1, p. 134-146, jan./abr. 2013.

Cotidiano de brasileiros e imigrantes num beco de Porto Alegre na Primeira República, 1897 – 1924

Lucas Soares Machado¹

O presente artigo pretende analisar o cotidiano de imigrantes e nacionais numa pequena via da capital gaúcha, Porto Alegre, em alguns anos entre o fim do século XIX e o início do século XX. Através de uma lente de análise reduzida, voltada para as relações interétnicas então existentes na Travessa Paysandu (popularmente conhecida como Beco do Fanha, atual rua Caldas Júnior), é possível compreender parte da dinâmica habitacional no período, além do comércio local, dos personagens envolvidos e a quais grupos pertenciam. Para tanto, serão utilizadas: a) notícias de periódicos porto-alegrenses acessados através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional², sendo o principal o jornal governista A Federação; b) o Levantamento cadastral de 1893, disponível no acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV), espécie de planta urbana que indica os lotes rua por rua; c) as décimas urbanas da Travessa Paysandu dos anos de 1897 a 1924, quando forem pertinentes e descortinarem detalhes sobre os tipos de edifício da via, seus proprietários e características.

Para fins de clareza do texto, o artigo será subdividido em seções temáticas, a saber: 1) um breve histórico da formação urbana de Porto Alegre, com olhar voltado para o aparecimento dos becos na região central da cidade; 2) um momento dedicado a apresentar o cruzamento das fontes supracitadas a fim de abordar a dinâmica da ocupação imobiliária da Travessa Paysandu, com vistas a situar os principais personagens de origem imigrante que comerciavam em prédios da via; 3) apresentação de relatos de conflitos ocorridos na via envolvendo personagens de origens étnicas distintas, veiculados pelos periódicos da época; 4) breve conclusão.

Conformação urbana da cidade de Porto Alegre

Porto Alegre é fundada no final do século XVIII a partir dos esforços de ocupação do extremo sul da América Portuguesa. A região da península que compreende o atual centro histórico da cidade fora doada como sesmaria, tornando-se, por volta de 1752, uma pequena povoação de casais açorianos que deveriam ocupar as terras das Missões a oeste da província. A povoação prosperou, apesar de não contar com subsídios governamentais por cerca de vinte

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria, RS (UFSM).

² Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 28/06/21.

anos. Em 1772, são feitas algumas melhorias nas principais vias de acesso à povoação e um especialista é enviado para realizar o traçado urbano. “O capitão-engenheiro Alexandre Montanha é designado para demarcar as primeiras ruas, o lote de cada colono, o lugar da futura igreja e da sede da administração, bem como para registrar tudo em um mapa [Figura 1]” (MONTEIRO, 1995, p. 23). Em 1773, a vila é elevada à condição de capital da província — anteriormente situada em Viamão —, tanto por motivos estratégicos quanto pelo desenvolvimento local.

Ana Luiza Koehler remete as formas originais de Porto Alegre à tradição urbanística portuguesa do período colonial. Essa tradição teria incorporado elementos urbanísticos medievais às características das cidades islâmicas. Os lotes traçados segundo essa matriz eram “tipicamente estreitos e profundos, com sua geometria profundamente relacionada às formas das edificações que neles [eram] construídas” (KOEHLER, 2015, p. 55). A região da península, na qual a povoação é estabelecida, é distinta por começar às margens do Guaíba e subir numa escarpa íngreme que a percorre de oeste a leste, separando os campos alagadiços ao sul da região portuária ao norte. As principais vias traçadas no fim do século XVIII percorriam longitudinalmente a elevação e se tornariam, futuramente, as ruas Duque de Caxias, Riachuelo, dos Andradas entre outras. No topo do morro foram instaladas as principais edificações administrativas, “desta forma, estavam representados todos os poderes, seculares e religioso, nos altos da península; na rua da Igreja [atual Duque de Caxias], em forma de acrópole, visíveis a todos (MONTEIRO, 1995, p. 26). De acordo com Koehler:

Pode-se assim dizer que o núcleo urbano primitivo de Porto Alegre é formado à luz da tradição urbanística portuguesa, ou seja, em sítio estrategicamente elevado e junto a um corpo d'água que lhe garantia a defesa. [...] Além disso, o fato de ter sido traçada por um engenheiro militar enviado pela Coroa portuguesa sinaliza um planejamento e erudição maiores na ação de ocupar o espaço (KOEHLER, 2015, p. 80).

A cidade tem um desenvolvimento econômico lento nas últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX. A principal produção econômica da província, o charque, era transportada por via marítima, saindo da região charqueadora mais ao sul e sendo escoada pelo Atlântico através de Rio Grande após esta ser reconquistada dos espanhóis. Nas cercanias da capital, no baixo Jacuí, havia as charqueadas de Triunfo. Estas, apesar de inserirem Porto Alegre no circuito do charque, eram menos relevantes economicamente do que o polo ao sul da província.

Esse cenário se transforma com a fundação de núcleos de colonização alemã próximos a Porto Alegre e aos afluentes que desaguam no Guaíba em meados do século XIX. A partir de então, a capital da Província pôde se desenvolver através da distribuição da produção agrícola daquelas colônias. Nesse período, a navegação pelos rios era “o único meio de transporte economicamente viável. Isto [tornou] Porto Alegre o escoadouro privilegiado de toda produção das colônias alemãs e italianas [...]” (SINGER, 1977, p. 159). Porto Alegre passava então, além de centro administrativo da província, a entreposto portuário, o que também agiria no sentido de atrair pessoas à procura de trabalho e moradia. De acordo com dados apresentados por Paul Singer, a cidade contava com 16.900 habitantes em 1848, com um crescimento populacional de 41% em relação a vinte anos antes.

Na segunda metade do século XIX, é possível ver Porto Alegre como uma cidade que busca um modelo de civilidade baseado na cultura europeia do período. “Constrói-se o Teatro São Pedro (1858), no alto da colina, que, com a Casa de Ópera, era opção de vida noturna [...]. Funda-se a Hidráulica Porto-Alegrense (1865) que forneceu água [...] a domicílio ou nos chafarizes em locais públicos” (MONTEIRO, 1995, p. 31). Mas, ao mesmo tempo em que a elite local de proprietários de terras escravocratas e grandes comerciantes construía seus espaços de cultura e sociabilidade, outros espaços eram engendrados por outros atores. É o caso dos becos, termo que no século XVIII tem um sentido “de natureza mais propriamente topográfica, de rua estreita, com ladeira e aberta no curso natural de uma expansão urbana não planejada”, mas que, com o advento do século XIX, “cede lugar a uma designação depreciativa que traduz uma avaliação [negativa] ao mesmo tempo moral, estética e higiênica” (PESAVENTO, 2001a, p. 31).

Sandra Pesavento caracteriza os becos como “ocupação ‘espontânea’ ou ‘orgânica’ da cidade que se adensa e espraia. Neste sentido, são também iniciativas que se tomam fora da norma ou da regra” (PESAVENTO, 2001b, p. 105). Além da característica de ocupação “não-oficial”, os becos seriam vias abertas de forma “transversal, em perpendicular e entrecruzando-se com as ruas ‘oficiais’, traçadas em paralelo ao longo da península” (PESAVENTO, 2001b, p. 106). Como essas vias oficiais percorriam longitudinalmente a elevação central da península, os becos costumavam ser “ladeirentos”, ou seja, descidas e subidas, o que dificultava o acesso de veículos de tração.

Nas duas imagens a seguir, detalhes de plantas da cidade de Porto Alegre, podemos ver a presença dessas vias transversais cortando as ruas oficiais. Na primeira (esquerda), uma reprodução recente (1983) da primeira planta de Porto Alegre elaborada em 1772 pelo capitão-engenheiro Alexandre Montanha, nota-se a existência de inúmeras vias transversais,

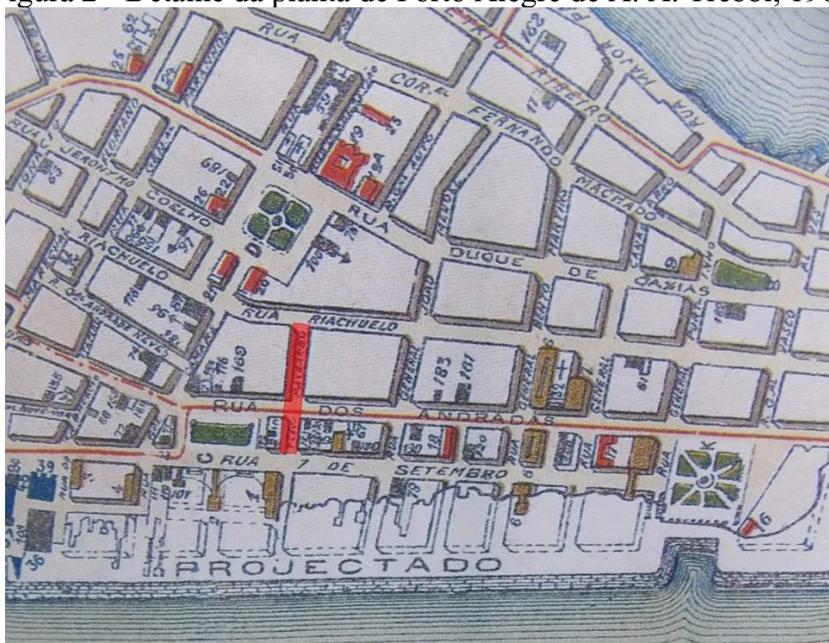
mas todas recebem a nomenclatura “rua”, e não “beco”. Para ter noção de algumas equivalências, citemos: a “Ladeira”, também conhecida mais tarde como Rua do Ouvidor, sendo um de seus trechos chamado popularmente de Beco do Garapa, corresponde à atual Rua General Câmara; a Rua Clara corresponde à Rua General João Manuel; a do Arroio, à General Bento Martins. A marcação feita em vermelho pretende apontar o possível local de surgimento do Beco do Fanha, abonando também a hipótese defendida por Pesavento sobre o surgimento orgânico e não-oficial dessas vias. A segunda imagem (direita), de 1906, é um detalhe da Planta da Cidade de Porto Alegre de A. A. Trebi. Esta já traz os nomes atualizados da maioria das vias, apesar de ser anterior às grandes obras. O Beco do Fanha, agora oficialmente intitulado Travessa Paysandu, aparece destacado em vermelho.

Figura 1 – Detalhe da Planta de Porto Alegre de 1772 feita pelo capitão-engenheiro Alexandre Montanha (reprodução de Clovis Silveira de Olivera, 1983)



Fonte: <<https://portoimagem.wordpress.com/historia/>>

Figura 2 - Detalhe da planta de Porto Alegre de A. A. Trebbi, 1906



Fonte: Planta da Cidade de Porto Alegre, A. A. Trebbi, 1906, arquivo pessoal.

Koehler percebe dois momentos distintos de ocupação desses bicos:

um primeiro, no início do povoamento, com uma população total menor na cidade a abundância de trabalho escravo para vencer as dificuldades impostas pela sua topografia favoreceria a ocupação destes espaços pelas classes mais abastadas; e um segundo, caracterizado por um aumento populacional urbano, evasão das camadas mais abastadas para a periferia das cidades, e num contexto de redução da população escravizada à medida que se proibia o tráfico e se caminhava para a Abolição da Escravatura no Brasil (KOEHLER, 2015, p. 54).

Essa primeira evasão das “classes mais abastadas” dos espaços centrais das cidades brasileiras tem precedentes na história europeia. Catherine Hall analisa o enclausuramento da burguesia inglesa ao longo do século XIX em casas distantes dos centros urbanos, em “regi[ões] campestre[s] que oferecia[m] as vantagens da cidade no campo” (HALL, 1991, p. 66). O espaço privado da casa estava em contraposição direta com o espaço público; noções de feminilidade e masculinidade estavam em jogo nessa separação em esferas. Além disso, o fenômeno engendrou uma separação mais distinta entre lar e trabalho. Segundo Hall: “Apenas os burgueses mais ricos podiam dispor de uma residência separada da empresa” (HALL, 1991, p. 63). No Brasil, enquanto os centros urbanos se desenvolviam em fins do século XIX:

[...] as elites urbanas buscavam áreas mais nobres ou chácaras nos arrabaldes para construir, com melhores condições higiênicas e maior refinamento, seus palacetes em estilo eclético. Fugiam da insalubridade que a concentração e crescimento desordenado agravavam na cidade (KOEHLER, 2015, p. 68).

Portanto, o segundo momento de ocupação dos becos nas cidades brasileiras se dá a partir dessa evasão, quando os casarões coloniais da elite “tornavam-se [...] moradias multifamiliares: era comum o aluguel de cômodos e mesmo porções às camadas mais pobres, criando sérios problemas sanitários e densificando o centro da cidade” (KOEHLER, 2015, p. 68). A população que ocupa esses casarões, porções e cortiços, constitui-se de populares, “cujos limitados recursos tornava dependentes da proximidade das oportunidades de trabalho e relações sociais, bem como da mobilidade pelos pontos principais da cidade” (KOEHLER, 2015, p. 92-93).

Ao nos aproximarmos do período sobre o qual a análise está centrada, chamado pela historiografia nacional de Primeira República, percebemos mudanças drásticas e de suma importância no cenário Brasileiro. Por um lado, a abolição da escravidão em 1888, que gerou o êxodo de ex-libertos para as cidades à procura de trabalho e moradia; por outro, a intensificação da imigração em fins do século XIX, especialmente de italianos, também em busca de trabalho e moradia; além da substituição do ordenamento político imperial pelo aparato da República, com novas leis, preocupações e horizontes. Nesse ínterim, a cidade de Porto Alegre começava a passar pelas primeiras grandes obras de urbanização, entre as quais podemos citar a construção de diversos equipamentos e edifícios públicos como o Palácio Piratini (inaugurado em 1921), a abertura de grandes avenidas como a Borges de Medeiros (em obras desde o fim do século XIX, as quais se estenderiam por várias décadas), coroada com o Viaduto Otávio Rocha (inaugurado em 1932), além de inúmeros “melhoramentos”, como versava o jargão da época, entre os quais se incluíam obras de calçamento e iluminação pública, esgotos, telégrafos, bondes urbanos etc.

Em 1910 a população de Porto Alegre já atingira os 115 mil habitantes. Numa cidade que atraía muitas pessoas pelas possibilidades de trabalho e uma vida melhor, não estranha que a dificuldade no acesso à moradia de qualidade fosse um problema endêmico. Segundo Sandra Pesavento, para a população pobre o problema habitacional “se configurava em termos de encontrar um lugar onde morar a baixo preço” (PESAVENTO, 1995, p. 36). Devido a essa dificuldade, era comum encontrar “casas [...] insalubres, sem ar e ventilação, frequentemente sem esgotos e [...] superlotadas (PESAVENTO, 2001b, p. 96). Essas casas comumente estavam localizadas nos becos. Nesse sentido, a Travessa Paysandu é um caso peculiar: o “miolo” da via, localizado entre as ruas Riachuelo e dos Andradas, aparenta ter sido, nos alvares do século XX, um desses locais de habitações baratas, *restaurants* populares, bodegas, armazéns e cortiços; sua proximidade da principal artéria comercial da cidade, no entanto,

resultou num entroncamento com a Rua dos Andradas que era caracterizado por um comércio varejista especialmente dominado por imigrantes italianos. É o que veremos a seguir.

Dinâmica imobiliária na Travessa Paysandu

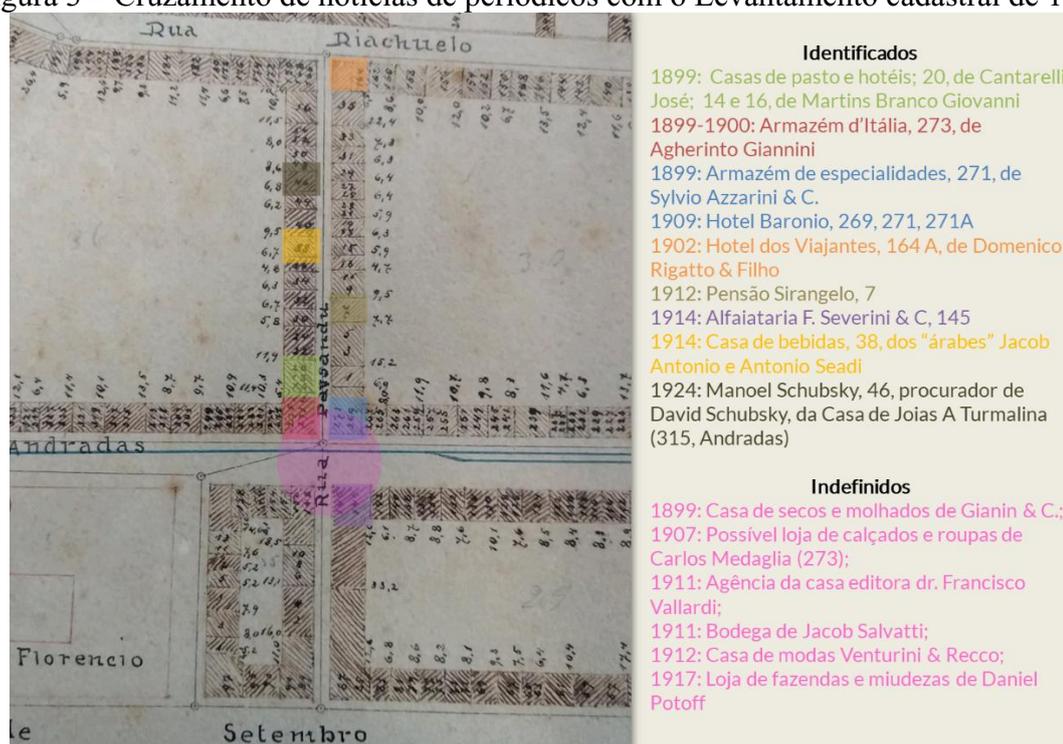
Neste momento, importa fazer aparecer, através do cruzamento de fontes, alguns dados e características da ocupação imobiliária da Travessa Paysandu, especialmente no tocante ao comércio. O método de pesquisa é simples: primeiro, procedeu-se à investigação de periódicos da base de dados da Biblioteca Nacional através da ferramenta de busca de caracteres da Hemeroteca Digital; em seguida, as informações textuais levantadas no primeiro momento foram situadas visualmente no Levantamento cadastral de 1893. Por fim, em casos que se aplicavam, foram relacionadas informações presentes na décima urbana da Travessa Paysandu.

A busca por caracteres na Hemeroteca Digital privilegiou termos como “travessa Paysandu”, “Paysandu”, “becco do Fanha”, “Fanha”. O refinamento através do termo “Paysandu” gerou um número três vezes maior de resultados em relação ao uso do substantivo “travessa”, mas isso se deve especialmente à proximidade da cidade de Paysandú, no Uruguai. Ainda assim, algumas notícias anteriormente ignoradas surgiram com esse recurso. As referências a “becco do Fanha” ou “Fanha” são raras; crê-se que a atitude dos periódicos (especialmente d’A Federação, do qual se extraiu a maioria das menções) dava preferência à nomenclatura oficial da via, utilizando o nome popular apenas em casos nos quais buscava usar da ironia para difamá-la. Ao todo, foram encontradas 16 notícias nas quais puderam ser identificados, com algum grau de certeza, nomes de origem imigrante (ou nas quais o próprio texto indicava se tratar de pessoa estrangeira). Destas, quinze (15) eram do jornal A Federação, duas (2) do A Notícia e apenas uma (1) do periódico *Stella d’Italia*. Entre as menções, quinze (15) relacionavam nomes de imigrantes ao comércio local. Cinco (5) destas vinham acompanhadas de casos policiais (ou porque algum crime havia sido cometido contra os proprietários, ou porque o crime havia sido cometido nas cercanias do comércio). Uma outra notícia, um caso longo, diz respeito exclusivamente a um assassinato ocorrido nas imediações da Travessa Paysandu. Cabe ressaltar ainda que há notícias nas quais aparecem nomes que não puderam ser identificados com alto grau de certeza como de imigrantes, além de notícias nas quais há poucas informações relevantes para os interesses do presente artigo; em ambos os casos, estas foram deixadas de fora da amostra.

No tocante ao Levantamento cadastral de 1893, também cabem algumas explicações. Este foi elaborado por Guilherme Ahrons a pedido da Secretaria Municipal da Fazenda, a fim

de ter um controle detalhado do patrimônio imobiliário da cidade. O levantamento é composto por grandes folhas de papel nas quais regiões da cidade foram mapeadas. A Travessa Paysandu aparece na Folha 2, junto com as imediações da Praça Senador Florêncio (Alfândega). A referida fonte foi consultada no AHPAMV, fotografada e relacionada às fontes textuais através do *software* Power Point, por meio do qual foram feitas marcações simples a fim de se visualizar a espacialidade das informações [Figura 3]. O método é reconhecidamente rudimentar, sendo utilizado por ora apenas como paliativo até que se estabeleçam meios mais eficazes. Espera-se, no futuro, fazer uma releitura digital da planta cadastral, a fim de se detalhar as informações e aumentar a qualidade da visualização, semelhante ao que foi feito pela pesquisadora Ana Luiza Koehler em sua dissertação de mestrado (KOEHLER, 2015).

Figura 3 – Cruzamento de notícias de periódicos com o Levantamento cadastral de 1893



Fonte: Levantamento cadastral de 1893, AHPAMV, marcações do autor.

Podemos prosseguir a uma análise das informações colhidas. O primeiro ponto que chama a atenção é o expressivo número de negócios situados na esquina da Travessa Paysandu com a Rua dos Andradas, ou próximo a ela. O círculo rosa na imagem indica negócios que foram citados pelos periódicos como existentes “na esquina”, mas sem menção aos números. Somados esses comércios indefinidos (considerando-se a possível localização de uma loja de sapatos e roupas pertencente a Carlos Medaglia, em 1907, no número 273 da

Rua dos Andradas) aos demais identificados com numeração, temos, ao longo de pelo menos dezoito anos (1899-1917), onze (11) estabelecimentos comerciais de imigrantes naquele entroncamento, sendo dez (10) deles identificáveis como italianos e apenas um (Daniel Potoff, chamado de “russo” pelo periódico) de outra nacionalidade. Essa constatação é relevante, pois está de acordo com informação apresentada por Núncia de Constantino (1991). A autora reproduz uma afirmação de Pascale Corte, cônsul italiano no Rio Grande do Sul, que, em relatório de 1884 sobre a situação das “colônias urbanas” na Província, “observa que cerca de metade da Rua dos Andradas [...] é ocupada por negociantes italianos” (CONSTANTINO, 1991, p. 96).

Os tipos de negócios são variados. Temos em 1900 o Armazém d'Itália de Agherinto Giannini no número 273. Em agosto daquele ano o proprietário deve ter falecido, pois em nota no jornal A Federação, dia 6, a comissão liquidante de sua casa de negócio convocava os credores a se apresentarem à Rua dos Andradas, n. 216, mesmo local onde se receberiam as propostas para o leilão do negócio. No dia 9 de setembro, o mesmo periódico veiculou uma nota detalhando os bens a serem leiloados. O armazém contava com grande número de bens de consumo, como bebidas e doces importados, temperos e utensílios, além de estarem à venda todos os móveis que compunham a loja, desde um frigorífico até a mobília de escritório. Saltando até 1907, o imóvel de número 273 volta a aparecer como local do leilão da massa falida de Carlos Medaglia. Aqui não se sabe se o imóvel era ocupado por esse negócio, mas é provável que todos os bens referidos estivessem naquele local no momento do leilão. Estes eram compostos por “variedade em calçado (sic) para homens, senhoras e crianças, taes como botinas, borzequins, sapatos verniz, couro preto, amarells, dítos de lona, pellica, setim [...]”³ (A FEDERAÇÃO, 18/06/1907, p. 3), além de outros adereços, armações e móveis, e as dívidas da casa, no valor de Rs. 7:084\$140 (sete contos, oitenta e quatro mil cento e quarenta réis).

Nota-se um fenômeno semelhante no imóvel de esquina de número 271. Em 1899, uma nota veiculada pelo jornal A Notícia anunciava o armazém de especialidades de Sylvio Azzarini & C, “conceituado estabelecimento [no qual] o mais exigente freguez encontrará artigos de especialidades, á venda por preços mais baratos do que em qualquer outra casa neste genero” (A NOTÍCIA, 13/09/1899, p. 1). Dez anos depois, no mesmo imóvel, agora subdividido nos números 269, 271 e 271A, localizava-se o armazém e hotel Baronio. Uma

³ Será mantida a grafia do texto original.

nota no periódico *Stella d'Italia* anunciava sua venda em decorrência da necessidade do proprietário se retirar do comércio por motivos de saúde.

Outros negócios existentes naquele entroncamento podem ter ocupado esses endereços, mas não temos informações para especificá-los. A décima urbana de Porto Alegre, também consultada no AHPAMV, Fundo Fazenda, poderia preencher esses vazios, não fosse por alguns problemas. Também chamada de imposto predial, a décima era o registro da ocupação dos imóveis urbanos, por meio do qual um funcionário da Intendência Municipal estipulava os valores de locação dos prédios e, a partir dessas quantias, taxava o imposto devido ao município (10% do valor de locação, logo o nome décima). Em outras cidades brasileiras, como São Paulo, a décima urbana já era cobrada desde o início do século XIX e continha informações mais detalhadas, como o estado legal do imóvel (próprio, alugado), seu uso (residencial, comercial, misto), além das informações mais gerais acerca dos proprietários e inquilinos, a tipologia predial (térreo, sobrado, assobradado) e os valores de locação e do imposto (BUENO, 2018). Em Porto Alegre, já no período republicano, a lei que dispõe sobre a cobrança da décima urbana é promulgada em 1892 (FRIDMAN; KRAUSE, 2017) e a documentação resultante da cobrança não é tão detalhada. Estão ausentes, por exemplo, as informações sobre o estado legal dos prédios e sobre seu uso. Dados sobre os inquilinos são obtidos apenas incidentalmente por meio das “observações” no documento, ainda assim sendo mais fortuitas as pesquisas através de periódicos.

Outra dimensão do problema, que também diz respeito à estrutura da décima urbana de Porto Alegre, é agravada pelas restrições de coleta de dados impostas pela pandemia do coronavírus. Em sua análise do Levantamento cadastral de 1893, Ana Luiza Koehler percebe que “os imóveis de esquina — que parecem ser frequentemente mais alterosos do que os exemplares de meio de quadra dos becos — são quase todos registrados como pertencentes às ruas principais adjacentes” (KOEHLER, 2015, p. 199), situação que é idêntica à da décima urbana. No caso da Travessa Paysandu, e especialmente relevante na presente análise, os imóveis de esquina, tanto da Rua dos Andradas quanto da Riachuelo e Sete de Setembro, não constam na documentação da via transversal. Quando se realizou a coleta das décimas urbanas da Travessa, devido às restrições de tempo e deslocamento em decorrência do contexto, não foi possível cotejar ano a ano os imóveis de esquina nas outras ruas. Essa lacuna deve ser preenchida antes da conclusão da pesquisa, mas, por ora, seguimos sem saber muito sobre tais imóveis.

Podemos, no entanto, seguir à análise dos negócios existentes no “miolo” da via, dos quais possuímos informações da décima urbana. Prestemos atenção, pois, às “casas de pasto e

hotéis” de Cantarelli José, n. 20, e Martins Branco Giovanni, ns. 14 e 16. Os estabelecimentos foram citados em uma nota de 24 de agosto de 1899, publicada no jornal A Federação, a respeito de visitas domiciliares realizadas pela Diretoria de Higiene. Os funcionários parecem não ter encontrado qualquer problema nelas, pois nenhuma sanção é mencionada em seguida. Sabemos, por meio da décima urbana de 1899, que o imóvel de número 20 estava de alguma maneira conjugado ao imóvel vizinho, n. 18 [Figura 4]. Ambos aparecem sob propriedade de Manoel Bento da Silva Santos e Antonio Vieira da Cunha, mas a ordem da inscrição faz crer que era o segundo o proprietário do n. 20. Se olharmos novamente para o Levantamento cadastral de 1893, veremos que os números 16, 18 e 20 apareciam dentro de uma mesma construção, o que indica que um imóvel maior fora subdividido entre distintos proprietários. Como o número 14 não aparece na planta de 1893, é provável que essa divisão tenha acontecido nos seis anos entre aquela data e o ano de 1899, resultando no imóvel ocupado por um dos estabelecimentos de Martins Branco Giovanni, também de propriedade de Manoel Bento da Silva Santos. Todos (14, 16 e 20) tinham valor de locação estabelecido em Rs. 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) e deviam imposto de Rs. 16\$520 (dezesesseis mil quinhentos e vinte réis), referentes à décima acrescida do 1% de remoção do lixo. A tipologia dos imóveis ainda deixa dúvidas. Nos números 18 e 20 (conjugados), ambos constam como “B e Sobr.”, a partir do que se pode inferir que o segundo significa “sobrado”; o “B”, em algumas instâncias, aparece como “Baixos”, termo que não aparece nem na lei que estabeleceu a décima em 1892, nem no código de posturas de 1893. Crê-se, no entanto, que imóveis do tipo “B” ou “Baixos” fossem aqueles da parte de baixo de um sobrado ou assobradado, o que é reforçado pelo fato dos números 18 e 20 estarem conjugados na décima, apesar de não explicar porque os números 14 (Sobr.º) e 16 (B) não estão, tendo em vista que pertenciam ao mesmo proprietário.

Essa forma de ocupação de imóveis urbanos para fins comerciais está em conformidade com o fenômeno estudado por Núncia de Constantino a respeito dos italianos moraneses em Porto Alegre no mesmo período. Ao analisar dados de firmas comerciais registradas na Junta Comercial de Porto Alegre em nome de italianos de origem moranesa, a autora constata que “a quase totalidade dos registros relaciona-se a estabelecimentos comerciais de pequeno porte [...], apresentando médias [de capitais iniciais] de 27 mil réis” (CONSTANTINO, 1991, p. 120). Esses imigrantes, provenientes majoritariamente do município de Morano Calabro, na Calábria, seguramente advinham de famílias capazes de mobilizar os recursos materiais necessários para a empreitada emigratória, logo, ao chegarem em Porto Alegre, buscavam se situar como pequenos comerciantes independentes, uma

pequena burguesia, segundo Constantino, com algum horizonte de ascensão econômica. Quanto ao caráter de suas ocupações, a pesquisadora informa que “a grande maioria dos estabelecimentos são facilmente identificados como pequeno comércio ou ofício exercido pelo proprietário e apoiado no seu trabalho” (CONSTANTINO, 1991, p. 122).

Figura 4 – Detalhe da décima urbana da Travessa Paysandu de 1899

1182	O mesmo	8	"	240 000	240 000	26 400
1183	"	10	"	180 000	180 000	19 800
1184	José Joaquim da S. Sereedy	12	Sab.º	540 000	540 000	59 400
1185	Manuel Bento da S. Santos	14	"	150 000	150 000	16 500
1186	O mesmo	16	Barras	150 000	150 000	16 500
1187	Antônio Vieira da Silva	"	"	150 000	150 000	16 500
1188	Manuel Palmeira da Fontoura	22	Touras	300 000	300 000	33 000
1189	O mesmo	24	"	210 000	210 000	23 100
1189	Maria Julia do O.º Moura	30	"	210 000	210 000	23 100

Fonte: Décima urbana da Travessa Paysandu, 1899, AHPAMV, foto e marcações feitas pelo autor.

Isso não implica, no entanto, que todos os italianos que mantiveram estabelecimentos comerciais na Travessa Paysandu ou na esquina desta via com a Rua dos Andradas tenham sido moraneses. De fato, a partir dos sobrenomes tradicionalmente moraneses que Constantino lista, apenas um pôde ser encontrado entre a nossa amostra: Carlos Medaglia. Como possível moranês, Medaglia, antes de falir, parece ter tido uma dessas ocupações da camada média da sociedade. Comerciaa sapatos e roupas em um imóvel possivelmente alugado na principal artéria comercial da cidade, num local onde diversos outros italianos se estabeleceram em diferentes épocas. Algo semelhante ao que Beatriz Bueno percebe na urbanização do centro histórico de São Paulo, onde os imóveis de apartamentos conjugados a salas comerciais pareciam se destinar aos “comerciantes estrangeiros sem poder aquisitivo para comprar imóvel próprio, habituados a morar junto de seus negócios no centro das cidades de onde vieram” (BUENO, 2018, p. 256).

Independentemente de serem moraneses, os italianos estabelecidos com negócios na Travessa Paysandu não diferiam muito em ocupação. Os supracitados Cantarelli José e Martins Branco Giovanni mantinham casas de pasto e/ou hotéis nas proximidades da movimentada esquina com a Rua dos Andradas. Os imóveis eram alugados por um valor razoavelmente baixo e não deviam ser muito grandes, tendo em vista que outrora compuseram

apenas um imóvel que veio a ser subdividido. Se eles também moravam naqueles endereços, a documentação não pode nos informar por ora.

Havia, no entanto, outros tipos de estabelecimentos. No dia 19 de janeiro de 1911, o jornal *A Federação* publicou uma pequena notícia na qual narrava um breve “causo”. Na noite do dia anterior, uma jovem de 16 anos, de nome Alta Lourenço Netto, parda, saiu da casa de seu tio, com quem morava, para supostamente se empregar numa casa de família, agenciada por uma mulher de nome Carola. Seu destino, no entanto, “era nem mais nem menos a bodega de Jacob Salvatti, á rua 7 de Setembro, esquina da travessa Paysandú” (*A FEDERAÇÃO*, 19/01/1911, p. 4). A partir dos reveses descritos pela breve matéria, é possível inferir que o periódico não considerava o estabelecimento de Salvatti como um local próprio para moças àquela hora da noite. Além disso, o proprietário parece ter interferido na situação contra os responsáveis pela menina, o que pode indicar seu envolvimento no suposto “agenciamento” da moça, talvez para fins mais escusos. O que essa notícia nos permite entrever é que nem todos imigrantes assumiam ofícios no comércio varejista ou em serviços. Falta-nos, apesar disso, elementos para compreender o que diferenciava as “casas de pasto e hotéis” de Cantarelli José e Martins Branco Giovanni da “bodega” de Jacob Salvatti.

Conflitos urbanos interétnicos

Retomando alguns aspectos discutidos por Núncia de Constantino em sua obra sobre imigrantes moraneses em Porto Alegre, precisamos atentar aos traços característicos das relações estabelecidas na capital gaúcha entre imigrantes e brasileiros. A autora reflete a respeito do respeito mútuo engendrado entre os governantes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e alguns quadros de imigrantes. Estes eram enaltecidos, considerados trabalhadores morigerados e um abono à sociedade gaúcha. Tais elogios eram direcionados aos imigrantes europeus em geral, mas costumavam ser endereçados de forma mais imediata a alguns indivíduos, geralmente comerciantes ou homens de negócio de alguma monta na praça da cidade. Apresentando um caso, a autora cita o *Álbum do Partido Republicano Castilhistas* de 1934, o qual reproduz “elogios a imigrantes italianos, deixando bem claro que, além do amor ao trabalho, há engajamento ao partido no poder e, subjacentemente, respeito à hierarquia e à autoridade” (CONSTANTINO, 1991, p. 136).

Como vimos acima, o jornal *A Federação*, que era órgão oficial de comunicação do PRR, não se furtava de tecer comentários irônicos sobre a “bodega” de Jacob Salvatti. Apesar de este não ser um caso isolado, geralmente imigrantes são apresentados numa luz mais positiva, em contraposição aos “desordeiros” nacionais que, vira e mexe, envolviam-se em

disputas com os estrangeiros. O caso da menina Alta na “bodega” de Salvatti já insinua algo sobre isso. Como vimos, a moça é descrita pelo jornal como “parda”, apesar de nenhum outro envolvido na história ter sua cor de pele discriminada. Essa atitude não é acaso, como atestam pesquisadores que se debruçam sobre a ideologia racial do período no Brasil. Tal ideologia era construída diariamente por meio das relações entre pessoas de distintos matizes epidérmicos, especialmente brancos e não-brancos. De acordo com Marcus Rosa, “pode-se afirmar que, em certa medida, o caráter ‘disciplinado’ e ‘morigerado’ atribuído aos imigrantes surgiu em contraste à desobediência e à insolência dos negros que agiram intensamente no processo de desagregação servil” (ROSA, 2015, p. 136). Sendo assim, as notícias que veiculavam conflitos entre imigrantes e nacionais tinham o poder de inferir significados raciais depreciativos aos brasileiros, especialmente aos negros, em contraposição a sinais de nobilidade e disciplina atrelados aos imigrantes, em especial aos europeus e brancos.

Em um dos casos de nossa amostra, veiculado pelo jornal A Federação no dia 3 de dezembro de 1912, alguns desses predicados podem ser evidenciados. O caso em questão se deu em torno de um indivíduo brasileiro chamado Honorato Carolino Augusto que, segundo o periódico, promoveu “grande desordem” na Travessa Paysandu. Junto de alguns companheiros, “fazendo grande algazarra” e se “entrega[ndo] aos prazeres do álcool”, Honorato acabou entrando em conflitos com alguns praças da guarda, resistindo à voz de prisão e lutando. Após escapar do tumulto, Honorato se refugiou na “casa de modas dos srs. Venturini e Recco, que fica na esquina da rua dos Andradas”. Saindo do local, envolveu-se em outra altercação com dois italianos, o médico Arrigo Cini e o “maestro” Juliani Francesco Luigi, o qual “applicou no desordeiro algumas bengaladas”. Finalmente preso, Honorato foi levado ao xadrez, onde se constatou que ele era “um desordeiro de marca maior, pois já tem estado por várias vezes na Casa de Correção, por crime de resistencia á prisão e ferimentos leves” (A FEDERAÇÃO, 3/12/1912, p. 24).

Ao analisarmos essa cena, alguns pontos ficam evidentes. Em primeiro lugar, nota-se que a designação de “lugares de enclave” dada aos becos por Sandra Pesavento (2001a) e retomada por Ana Luiza Koehler (2015) é pertinente, pois aquelas vias transversais proporcionavam uma mudança drástica de cenário aos transeuntes: saindo do “miolo” da Travessa Paysandu, onde haviam espaços propícios para que pessoas se “entregassem aos prazeres do álcool”, seguindo em direção à Rua dos Andradas, logo era possível se deparar com “casas de moda” e “maestros” italianos passeando com bengalas. Em segundo lugar, fica também nítida a diferença de tratamento oferecida pelo periódico aos nacionais, desordeiros e

beberrões, e aos imigrantes, aqui, todos italianos, comerciantes de roupas, doutores e maestros.

Agora compare-se esse caso, de pouca relevância material, a dois casos de assassinatos entre italianos. O primeiro, noticiado no dia 15 de janeiro de 1900, envolveu o assassinato de Angelo Biassio por Derocco Vincenzo após uma longa série de provocações e agravamentos, tendo como centro a disputa por uma mulher chamada Maria Giovanna Tavani. O crime é retratado pelo jornal *A Federação* com toques de melodrama: teria sido “uma tristíssima scena de sangue”, “o desenlace tragico de uma lucta antiga”, “momento rapido, impossivel de ser evitado, [em] que uniram-se Derocco e Biassio num abraço terrível”, “terrível vingança” etc. (*A FEDERAÇÃO*, 15/01/1900, p. 2). Além dos termos marcadamente shakespearianos, o jornal compilou toda a cronologia da disputa nos mínimos detalhes. É de se questionar se os articulistas da narrativa não tinham em mente, como nas notícias envolvendo brasileiros “desordeiros”, o puro entretenimento dos leitores, com a diferença de que, no presente caso, os personagens eram italianos, o que investia a cena de certa dignidade. Especulações à parte, passemos ao próximo exemplo.

No dia 8 de novembro de 1902, *A Federação* repercutiu um assassinato acontecido no Hotel dos Viajantes (esquina da Riachuelo, n. 164A). Esta, também uma “scena de sangue”, se deu após um desentendimento entre José Rigatto, “de nacionalidade italiana”, filho de Domenico Rigatto e um dos proprietários do hotel, e “seu compatriota Adolpho Ascani”. Este desferiu uma facada no pescoço daquele em decorrência de uma briga que pode ter iniciado com a quebra de um cálice por Ascani. Em nenhum momento da reportagem o texto trata o assassino com características depreciativas, jamais usando a expressão “desordem” para indicar o ocorrido. Mais uma vez, a cena é descrita como num drama: os praças chegam ao hotel após ouvirem gritos e encontram a vítima sangrando a se arrastar no chão. Esta é socorrida, mas seus ferimentos são irreversíveis. Segue-se uma perseguição ao assassino, que acaba sendo capturado a algumas quadras do local do crime. Ao fim da matéria, Ascani é descrito como “natural de Roma, tem 23 annos e é solteiro” (*A FEDERAÇÃO*, 8/11/1902, p. 2), ou seja, nenhuma necessidade de depreciá-lo ou de mencionar a cor de sua epiderme.

Conclusões

Apesar de não apontar muitas novidades no que diz respeito ao convívio (tumultuado) entre imigrantes e brasileiros na Primeira República, tampouco iluminando sobremaneira a dinâmica de ocupação do espaço urbano por imigrantes em Porto Alegre nas cercanias de um beco, esta pesquisa não é de todo sem seus frutos. A espacialização de informações textuais é

um caminho importante a ser descortinado por pesquisadores no campo da história social. Temos muitas fontes escritas que atestam às dinâmicas sociais e econômicas na história das cidades brasileiras, mas ainda precisamos dar mais passos em direção à interdisciplinaridade a fim de visualizar o espaço histórico com mais detalhes. Esse é o intuito da presente pesquisa.

Pudemos perceber que as fontes textuais (de periódicos e da décima urbana) e as pictóricas (mapas e plantas da cidade), quando cruzadas, dão mais densidade à história urbana, pois atestam visualmente a fenômenos passados que, devido às transformações materiais do espaço, não podem mais ser capturados. Dessa forma, demonstramos que diversos imigrantes italianos se concentravam em uma esquina da Travessa Paysandu com a Rua dos Andradas, de maneira semelhante ao que é inferido pela historiografia sobre o tema. Muitos outros desses comerciantes estrangeiros podem ser encontrados se se ampliar o recorte da pesquisa, passando de uma única via para todo o centro histórico de Porto Alegre, por exemplo. A análise pode ser enriquecida ainda mais se forem consultados inventários, licenças de construção, e quem sabe até mesmo documentos que indiquem os inquilinos dos prédios da capital (documentos estes que ainda precisam ser encontrados).

Mais importante, talvez, é o reforço (sempre necessário) às muitas vozes incansáveis que demonstram em suas pesquisas que o processo de imigração no Brasil não foi inocente e que na sociedade brasileira ainda ecoa a ideologia racial que discrimina estrangeiro x nacional, branco x negro, trabalhador morigerado x desordeiro. Esta conclusão certamente não pretende responsabilizar imigrantes europeus e seus descendentes pelos absurdos cometidos pela ideologia dominante das elites racistas. Apenas ressaltamos que, em se tratando de história, nada é natural.

Referências

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942)*. 2018. 422 p. Tese (Concurso para Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2018.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina*. Imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: E.S.T, 1991.

HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle (Org). *História da Vida Privada vol. 4 – Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 53-87.

KRAUSE, Cleandro; FRIDMAN, Fania. Segregação residencial em perspectiva histórica: delimitações administrativas e de áreas de intervenção urbanística em Porto Alegre. In: *XVII*

Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo. Anais do XVII ENANPUR, 2017.

KOEHLER, Ana Luiza Goulart. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível*. 2011. 271 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal de Porto Alegre, Porto Alegre, RS, 2011.

MONTEIRO, Charles. *Porto alegre - urbanização e modernidade: A construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. 153 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da república*. 3 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. 87 p.

_____. *Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX*. 1 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001a. 357 p.

_____. Era uma vez o beco. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). *Palavras da cidade*. 1 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001b.

ROSA, Marcus Vinícius De Freitas. *Além da invisibilidade: História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. 2014. 312 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

SINGER, Paul. Porto Alegre. In: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

Crime e imigração
no mundo atlântico

Ditadura e antissemitismo além-mar: o caso de Daniel Rus, argentino, judeu, desaparecido político e um criminoso segundo o regime de Videla

Adriana Picheco Rolim¹

O artigo em questão visa analisar o antissemitismo e anticomunismo durante a ditadura na Argentina, entre os anos 1976 e 1983, através do caso de Daniel Lázaro Rus, judeu e desaparecido político, cujos pais sobreviveram aos campos de concentração nazistas, levando em consideração as características da imigração judaica no país e os desdobramentos dos discursos de ódio ao povo judeu no regime de Jorge Rafael Videla. Para tanto, vamos iniciar pelo contexto do pós-guerra e os deslocamentos transnacionais ocorridos em razão do final do conflito, a partir disso abordaremos as trajetórias dos pais de Daniel, o seu desaparecimento e o contexto argentino dos movimentos de extrema direita.

No decorrer do ano de 1945 a Europa presenciou uma certa euforia com o final da Segunda Guerra Mundial. Em meio a esta euforia estava em curso um intenso deslocamento de pessoas que ansiavam deixar para trás as agruras do conflito bélico, a perseguição e a perda de entes queridos para ir em busca da estabilidade social e econômica em outros lugares. Neste contexto, diversas nacionalidades deslocaram-se além-mar e cruzaram o oceano Atlântico em direção a países da América Latina. Sozinhos, recém-casados ou apenas com o que lhes restou, estas pessoas não tinham mais o que perder, como no caso dos judeus. Em grande parte, eles elegeram os seus destinos por terem ligações parentais ou algum outro contato com residentes em países do continente latino-americano, o que facilitava o deslocamento. Assim imigraram e reorganizaram suas vidas adequando-se a um novo ambiente.

Uma diversidade de nacionalidades aportou em terras latinas nos anos quarenta e cinquenta, procedentes dos mais variados países europeus, entre os judeus sobreviventes do holocausto e outras vítimas diretas ou indiretas, estavam os criminosos nazistas. A Argentina recebeu neste período um *staff* de oficiais alemães que usaram rotas clandestinas de fuga com destino às américas, organizadas ainda antes do final do conflito, cujo propósito foi o de escapar dos julgamentos por crimes cometidos. O *staff* nazista obteve de Juan Domingues Perón uma entrada no país sem obstáculos, onde se estabelecerem com identidades falsas e

¹ Mestre em História e doutoranda pelo PPGH-História da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Bolsista Capes-Prósup, sob a orientação do Prof^o. Dr^o Hernán Ramiro Ramírez.

propostas de uma nova vida, e desta forma ficaram livres das sentenças em Nuremberg. Inseridos em uma sociedade inclinada ao antisemitismo, a ideologia nazifascista criou laços com a elite da extrema direita local, da mesma forma este ambiente possibilitou que grupos extremistas infligissem ataques diretos a comunidade judaica no país. Esta relação simpática da extrema direita com o nazifascismo e os movimentos antisemitistas propiciaram tensões e disputas em meio a dinâmica da memória local

Por outro viés, a entrada na Argentina para os judeus não se mostrou tão favorável como fora para seus algozes.

En síntesis, entre 1946-1951 entraron 24.804 judíos en toda América Latina, de los cuales ingresaron a la Nueva Argentina peronista 10.401 sobrevivientes e inmigrantes judíos. Del total, se estima que no menos de 8.270 se infiltraron ilegalmente, pero que gracias a las amnistías concedidas por el gobierno peronista en 1948 y 1949 pudieron legalizar sin problemas su situación, asistidos por Soprotimis y la oficina local del HIAS (SENKMAN, 2007, p. 6).

Schejne Miriam Laskiers, ou Sara Rus, uma jovem judia-polonesa, foi uma destas pessoas que imigrou para a Argentina alguns anos após o término do conflito mundial. Ela nasceu em Lódz na Polônia, sendo única filha de uma família que gozava de uma situação financeira estável. Havia muitos judeus em Lódz, e no ano de 1939 esta foi uma das primeiras cidades a cair nas mãos dos nazistas. Sara e os pais foram confinados com outros tantos judeus no Gueto de Lódz, onde viveram pelos anos seguintes até serem deportados para Auschwitz em 1944. Quando chegam ao destino, o pai de Sara havia desaparecido em meio ao caminho, nunca mais souberam dele. Depois, Sara e a mãe foram para Freiberg na Alemanha, a fim de trabalhar em uma fábrica alemã de aviões. Após ataques aéreos a esta localidade elas seguiram para o campo de Mauthausen onde a Cruz Vermelha as libertou. Não é preciso dizer que ela passou fome, desespero ou desesperança, entretanto manteve a memória viva sobre o holocausto, o que culminou em uma jornada na defesa pelos direitos humanos ao longo da sua vida.

Os deslocamentos transnacionais do pós-guerra foram intensos, não somente por questões econômicas, mas em decorrência de um forte sentimento antisemitista em lugares do continente europeu. Ao retornar a Lódz, Sara enfrentou este sentimento. Lá, assim como em outras cidades europeias, os poloneses tomaram posse de propriedades dos judeus que tinham sido deportados para os campos de concentração, como as casas, os estabelecimentos comerciais entre outras coisas. Havia muita hostilidade em relação a esta etnia em locais onde antes eles conviveram socialmente. Esta questão vem a ser relevada em vários depoimentos de sobreviventes do holocausto que atualmente residem no Brasil, na Argentina, no Uruguai,

no Chile e outros países da América Latina². A imigração judaica ocorreu não exclusivamente pela situação fragilizada destas pessoas ou pela redução de seus grupos familiares, mas também, pela falta de empatia que muitos judeus enfrentaram em suas próprias comunidades.

Quando a guerra terminou, ainda na Polônia, Sara casou-se com Bernard Rus, também um judeu polonês e sobrevivente do holocausto. Entretanto, neste contexto de hostilidade frente ao retorno dos judeus as suas antigas moradias Bernardo, Sara e a mãe decidiram imigrar para a América Latina após perceberem as dificuldades em permanecer na Polônia, cujas tensões entre poloneses antissemitas e judeus intensificavam-se a cada dia. Decididos a irem para outro lugar escolheram como destino a Argentina, onde um irmão da mãe de Sara fixara residência a algum tempo, acionando os laços parentais.

De posse de papéis estadunidenses, os três não conseguiram visto de entrada para a Argentina devido as políticas relacionadas a imigração judaica. Desta forma buscaram uma alternativa e receberam vistos para entrarem no Paraguai. Chegando lá cruzaram a fronteira para a Argentina de barco, juntamente com outros imigrantes. Quando o grupo chegou clandestinamente à Argentina viu-se detido pela polícia local, o ano era de 1947 e Juan Perón ocupava a cadeira presidencial da Casa Rosada. Bernard Rus soubera que a primeira-dama Eva Perón se mostrava condescendente com a questão dos judeus e, desta maneira ele resolveu escrever-lhe uma carta explicando a situação do casal e sua condição de sobreviventes dos campos de extermínio de Hitler, assegurando que tinham um parente que os receberia e os encaminharia a postos de trabalho. A investida de Bernardo obteve uma resposta favorável e eles receberam papéis legais para residir no país.

O casal construiu uma nova vida e uma família, Sara se naturalizou argentina e tiveram dois filhos, Natália e Daniel, e a partir daí, possivelmente confiantes na estabilidade que usufruíram nos anos que se seguiram, viram-se muito distantes das perseguições étnicas de regimes que visavam a erradicação do que chamavam de “inimigos”. Atualmente ao ver esta senhora com oitenta e poucos anos detalhando a sua trajetória por uma Europa devastada pela guerra, se percebe que paralelamente ao recordar ela busca compreender os fatos em relação ao filho Daniel. Até o desaparecimento dele, Sara não tinha conhecimento sobre o que ocorria nas entranhas da Argentina sob o comando de Videla.

Apesar dos impedimentos de entrada de judeus na Argentina, o país recebeu um número muito grande de imigrantes desta etnia, tendo atualmente, uma das maiores comunidades judaicas fora de Israel. O movimento imigratório do pós-guerra foi intenso e

² Ver em AMIA. Disponível em: <https://www.amia.org.ar/>.

inseriu-se em uma lógica mundial bipolar. Para os países da América Latina receber estrangeiros com formações diversas era parte de um projeto de industrialização e modernização da economia, amparada por incentivos estadunidenses.

Nesse contexto, o ano de 1947, que, sob diversos aspectos, caracteriza-se por ações internacionais visando a enfrentar os problemas decorrentes do final do conflito, é marcante, também, em função da proclamação da doutrina Truman, que anunciava a disposição norte-americana de combater a expansão comunista, e a aprovação do Plano Marshall. O Plano Marshall, como se sabe, foi concebido para recuperar a economia européia do Pós-Segunda Guerra, dentro do espírito liberal e de multilateralismo de reconstrução, que animou o governo norte-americano desde 1941, e visava, ainda, a consolidação da hegemonia americana (SALLES; PAIVA; BASTOS, 2013, p.12-13).

A movimentação triangular entre a Europa e as Américas possibilitou uma mescla cultural diversa. Mantendo tradições e dispostos a se estabilizarem em locais que poderiam lhes propiciar um pertencimento social, alguns imigrantes acabaram por se naturalizarem no país do destino. Sara, a judia polonesa, seguiu por este caminho e adotou a Argentina como sua pátria, não mais uma apátrida, agora cidadã de algum lugar. Por certo tornar-se cidadão local tem seus atrativos. No caso dela, percebe-se um desejo de estar estável, ter uma situação de segurança, não ser discriminada. Para uma menina que foi destituída do lar, da vida, da terra onde nasceu, diante de tantas outras perdas, assumir a cidadania argentina, naquele momento, seria em parte uma atitude prudente.

Por um outro viés, os criminosos de guerra nazistas tornaram-se “cidadãos” na Argentina. Sara não escondeu sua identidade ou origem, mas seus algozes sim, eles viveram sob outros nomes e outras profissões. O certo é que durante as décadas seguintes ambos conviveram em uma mesma sociedade de diferenças veladas, a comunidade judaica e o antissemitismo de grupos de extrema direita, que cultuavam o nazifascismo, fervilharam em meio as tensões pré- golpe de 1976 na Argentina.

No ano de 1977 em meio as ações clandestinas da ditadura de Videla, Daniel Lazaro Rus, filho de Sara, estudante de física na Universidade de Buenos Aires (UBA) e cientista na Comisión Nacional de Energía Atómica, fazia parte da Juventude peronista e tinha ligações com indivíduos do grupo dos Montoneros. Durante seu horário de trabalho, ele foi detido por agentes policiais e levado junto com outros colegas, alguns destes com origem judaica, e nunca mais foi visto. Ocorreu que, após três dias do seu desaparecimento ele foi oficialmente demitido da Comisión, mesmo depois de Sara ter ouvido de Harguindeguy, no Ministério do Interior, que nada sabiam sobre o paradeiro dele. Hoje Daniel engrossa o número de

desaparecidos políticos na Argentina, um regime que se utilizou de um sistemático aparelho repressivo e da eliminação sumária de indivíduos e grupos considerados “comunistas, terroristas e subversivos”. Como consequência, sua mãe Sara é uma das Madres da Plaza de Mayo.

Sobre a trajetória de Daniel, podemos dizer que ele passou por uma infância normal, apesar de ser filho de sobreviventes de campos de concentração e conviver com as lembranças e a memória dos pais, era estudioso e aluno exemplar. Nos anos setenta, ele estudava física e trabalhava como físico nuclear, um jovem normal pode-se dizer. Afora suas ligações com a juventude peronista e os Montoneros, algo não muito bem-visto naqueles tempos, nada de muito excepcional sabe-se dele. Daniel apesar ligar-se a juventude peronista, não era atuante na luta armada e nem um clandestino. Sara alega que o trabalho do filho na Comisión era muito importante, não somente para o campo econômico como para o político. A sua ligação com os peronistas e as amigadas Montoneras constitui-se um fator que o expôs perante a vigilância do regime em relação ao trabalho que executava, deixando-o em uma situação delicada, pois a energia atômica era avalizada como uma questão de Estado durante a ditadura argentina nos anos setenta.

Em terras latinas ocorria uma espécie de “corrida armamentista nuclear” entre as ditaduras que atuavam no referido período.

O Plano Nuclear Argentino (PLAN) preocupou-se em apresentar um modelo de ação independente, dirigido ao desenvolvimento de seu potencial humano e de matéria-prima, à fabricação de equipamentos e de seus próprios reatores, e, finalmente, à conquista do domínio completo do ciclo do urânio e suas alternativas, para assim projetar a hegemonia do país no plano regional e continental frente às pressões externas (OLIVEIRA, 1998, p.9).

Segundo o periódico O Globo, o Brasil temia que a Argentina pudesse sair na frente e realizar os primeiros testes nucleares, fato que desvela uma rivalidade entre os dois países com relação ao desenvolvimento da energia nuclear. Esta rivalidade esteve encoberta sob um manto de ajuda mútua entre os dois países. Muito embora as relações para as estratégias repressoras entre as duas ditaduras, argentina e brasileira, estivessem alinhadas no sequestro e na troca de prisioneiros pela lógica da Operação Condor³, vislumbra-se um antagonismo referente ao crescimento econômico, a modernização e o desenvolvimento da parte de cada país, revelando um campo de disputas mais amplo.

³ Aliança político- militar entre diferentes regimes ditatoriais, como Brasil, Argentina, CHILE, Bolívia, Paraguai, Uruguai e outros.

A maior comunidade judaica na América Latina fica na Argentina. Não é por um acaso que a vigília de instituições e associações judaicas se mantém atenta ao ressurgimento de práticas nazistas e antissemitas no país. Além dos testemunhos sobre o genocídio judaico há uma preocupação com a preservação da memória. A Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas (DAIA) é uma entidade que apresenta publicações anuais sobre o antissemitismo na Argentina, tem como ponto a educação da sociedade para o enfrentamento de ações e discursos de ódio relativos ao povo judeu.

La DAIA es la entidad representativa de la comunidad judía argentina. A ella están adheridas ciento cuarenta instituciones judías, sociodeportivas, educativas, culturales, religiosas y profesionales de todo el país. Tiene también filiales en cada una de las provincias de la República en las cuales hay presencia de la comunidad judía. La DAIA tiene como objetivo la defensa de la dignidad del judaísmo argentino denunciando el antisemitismo, luchando contra el antijudaísmo, la discriminación étnica, social o religiosa y la xenofobia. Previene también la amenaza permanente del terrorismo internacional (2018).

No ano de 2018, a entidade denunciou uma crescente onda de ataques antissemitistas contra a comunidade judaica nos meios de comunicação locais e nacionais. Segundo o informe:

Respecto a los tipos de antisemitismo predominante durante 2018, observamos que un 27% estuvo representado por el tipo expresión xenófoba, un 18% por la categoría Medio Oriente y un 17% por las categorías simbología nazi y conspiración/dominación del mundo respectivamente. Dichos porcentajes no presentan variaciones significativas respecto a años anteriores, lo que expone estabilidad respecto de los tipos de antisemitismo que prevalecen en las manifestaciones discriminatorias contra los judíos en nuestra sociedad (2018, p. 20).

Sobre o antissemitismo argentino, alguns estudos buscam explicar as suas origens na comparação do governo de Perón de 1946 com o nazifascismo, contudo é preciso ter cuidado ao simplificar tal questão.

O peronismo tem sido objeto de estudo de sociólogos, historiadores, cientistas políticos e psicanalistas. A interpretação mais corrente é a que considera o peronismo como um fenômeno autoritário e de inspiração “nazi-fascista”. Sabemos que os analistas políticos buscam pontos de identificação de processos políticos através da análise comparada. Se, por um lado, os trabalhos comparativos têm uma importância fundamental para uma melhor

compreensão da história, eles, também, podem levar o pesquisador a uma redução simplista, ao jogar em vala comum governos, governantes, países, sociedades e conjunturas nacionais e internacionais diferentes. (CAMPOLINA DE SÁ, 2007, p.150).

Antes de 1945, já haviam sido estabelecidos relações entre a Alemanha nazista e países da América Latina. Um número considerável de criminosos de guerra conseguiu evadir-se por rotas delineadas, as *ratlines*⁴. Havia três diferentes rotas e acredita-se que a rota pela Itália foi a mais utilizada por uma maioria de nazistas que vieram para a América do Sul. Adolf Eichmann, Josef Mengele, Erich Priebke, Josef Schwannberger, Walter Kutschmann, Eduard Roschmann, Wilfred Von Oren e Dinko Sakic são criminosos de guerra cujas *ratlines* ou outros acordos secretos, possibilitaram um esconderijo e o forjar de uma nova identidade.

Apesar da simpatia de Perón pelo Terceiro Reich e levando em consideração o acolhimento dos criminosos de guerra nazistas durante o seu governo, podemos dizer que as características e crenças em comum é que vingaram, A questão não é classificar o governo de Perón de nazifascista, mas sim analisar à luz dos fatos as influências que inspiraram certos círculos sociais e políticos da Argentina, a partir da simpatia e dos acordos feitos com a Alemanha nazista. Após a morte de Perón em 1974, ocorrida em meio ao seu terceiro mandato, sua esposa Maria Estela Martínez de Perón assumiu a presidência com uma imagem e uma política enfraquecida, além de uma crescente movimentação de grupos de extrema direita atuando em favor de um golpe de estado.

Ao pensar em um modelo de regime a moldes nazifascista na Argentina, podemos elencar a ditadura de Videla, que assumiu discursos de ódio frente a oposição e aos movimentos sociais, com uma ideologia nacionalista fortemente cristianizada, portanto anticomunista e antissemitista, a ponto de edificar espaços para detenção clandestina de indivíduos, sua desapareção do meio social e sua eliminação genocida. A idealização dos Centros Clandestino de Detenção, os CCDs, amparou-se na erradicação do comunismo de forma total, envolvendo os escalões mais baixos da repressão em uma ideia de superioridade nacional.

⁴ Em inglês linhas de rato. Mas neste contexto o termo refere-se a um tramado de cordas e nós náuticos feitos como uma escada para se chegar ao topo do mastro, é um jargão náutico, cujo significado está mais para aquele que escalar e chegar ao topo estará salvo. Portanto, aquele que percorrer as rotas de fuga e chegar ao final estará livre.

Alguns acontecimentos são destaque para as práticas antissemitas que antecederam ao golpe de 1976 na Argentina. O Mossad⁵ capturou o ex-SS⁶ Otto Adolf Eichmann em seu refúgio latino. Eichmann que vivia incógnito e com identidade falsa no país desde o final do conflito mundial, foi levado à Israel, julgado por crimes de guerra e executado no ano de 1961. Em represália a execução de Eichmann, grupos antissemitas atentaram contra estabelecimentos cujos proprietários eram judeus e assassinaram, quatro anos após a sentença, o membro do Partido Comunista Argentino Raul Alterman, de origem judaico-polonês. Alterman foi morto a tiros na porta da sua residência em Buenos Aires por integrantes de um grupo denominado “Tacuara” ou MNT (Movimento Nacionalista Tacuara). Os comentários locais na época, proferiam que este assassinato seria uma espécie de vingança pela captura e morte do ex-oficial nazista. Além de atentados e assassinatos, ocorreram outras formas de revanche ligados a Eichmann, como o caso de Graciela Narcisa Sirota, de 19 anos e judia, sequestrada e marcada com uma suástica no peito no ano de 1962. Outro episódio semelhante ocorreu com Soledad Barret⁷, de 17 anos, que teve ambas as pernas marcadas com uma suástica. A princípio Soledade não era judia, entretanto anos mais tarde ela seria assassinada pela repressão brasileira durante a ditadura, por integrar um grupo clandestino de luta armada.

O Tacuara fora responsável pelo ataque à Sirota, segundo sua declaração:

la agrupación denunciaba la provocación de la colectividad judía al acusar del hecho al nacionalismo argentino, a la vez que pretendía ser un estudio científico del “problema judío” en el país, donde explicitaba el carácter históricamente demostrable de la relación directa entre comunismo, judaísmo y antiperonismo y los erigía en responsables directos de la crisis económica (GALVÁN, 2008, p. 26)

O chamado “problema judio” demonstra indícios para identificar a estruturação do antissemitismo desde antes de Jorge Videla chegar à presidência e instaurar práticas de eliminação de seus oponentes de maneira muito similar aos procedimentos nazifascistas. Mas não o absolve dos discursos de ódio e metodologias antissemitistas empregados por seus subordinados, pois segundo a declaração acima ressalta, há uma relação direta entre ser judeu e o comunismo, uma ideia que não desapareceria na desenrolar da ditadura de 1976. Para a

⁵ Serviço secreto do Estado de Israel, com sede em Tel Aviv. Responsável pela caça e captura de criminosos de guerra nazistas.

⁶ Polícia do Estado, era o esquadrão de Proteção do regime nazista, ou Schutzstaffel.

⁷ Em 1973, Soledad Barret Viedma foi torturada e assassinada pela repressão brasileira durante o regime ditatorial, em um episódio que ficou conhecido como a “Chacina da Chácara de São Bento”.

judia sobrevivente dos campos de concentração alemães Sara Rus e mãe do desaparecido político Daniel Rus, o regime de Videla se igualou ao regime de Hitler.

Os procedimentos e as práticas instituídas para a destituição e a eliminação sumária dos inimigos da nação na Argentina durante o regime ditatorial entre os anos 1976 e 1983, produziram relatos de sobreviventes dos Centros Clandestinos de Detenção (CCD), cujas “características edílicas destes centros, a vida cotidiana em seu interior revelam que foram concebidos antes para submeter as vítimas a um minucioso e planejado despojo dos atributos próprios de qualquer ser humano que para sua supressão pura e simples” (SÁBATO, 1984, p. 42). Não há caracterizar os CCDs argentinos como uma reprodução dos campos de extermínio nazistas, mas podemos inferir que a estruturação destes lugares se compara na lógica, com os objetivos em comum nestes dois regimes, visto que ambos projetaram um sistema prisional onde o intuito não consistia somente em interrogar, punir e manter o indivíduo sob a custódia do Estado, mas em desumanizar os indivíduos vitimizados e assim deixá-los desorientados, psicologicamente abalados e fisicamente destruídos a ponto de não mais se reconhecerem como humanos e por fim, eliminá-los conforme a necessidade.

Os judeus detidos pelo regime de Videla foram destinados a um tratamento diferenciado nos CCDs por sua origem étnica. Símbolos, termos pejorativos, a evocação dos nomes de Hitler e da Gestapo, desenhos de suásticas e outras alusões a ideologia nazifascista foram utilizados como ferramenta de desumanização pela repressão argentina, onde os judeus não eram iguais aos demais prisioneiros. Hannah Arendt define que a proposição da igualdade de direitos para todas as “raças” e etnias é o ponto de discórdia e fomento da violência empregada a grupos considerados inferiores por ideologias eugênicas. Para ela este é o grande desafio da era moderna.

A antipatia social pelos judeus, que assumia formas de discriminação, não causou grande mal político nos países europeus, pois nele nunca foram alcançadas igualdade social e econômica genuínas. As novas classes se desenvolviam como grupos, aos quais uma pessoa pertencia por ascendência. Não há dúvida que somente em tal estrutura a sociedade poderia tolerar que os judeus se estabelecessem como um grupo especial (ARENDR, 2012, p. 77).

Albano Jorge Harguindeguy, Ministro do Interior do governo de Videla, negou que os judeus sofressem com práticas diferenciadas e antissemitas, entretanto ele admitiu ser impossível controlar todo o pessoal envolvido no processo de detenção do inimigo, já que

“sádicos e doentes mentais” estavam em toda a parte⁸. Sem o controle de todo o seu pessoal, a ditadura admite veladamente que seus subordinados tinham certa autonomia em relação as vítimas e que não haveriam de se responsabilizar pelos abusos cometidos por partes destes, como as exceções fora do seu alcance. Por certo não houve raras exceções, a diferenciação no tratamento pela origem da vítima e o seu grau são aferidos pelos relatos daqueles que os sobreviveram aos CCDs, indivíduos de origem judaica ou não.

O antissemitismo foi sistematizado nos centros clandestinos argentinos e ser judeu foi um *plus* a mais para o rebaixando moral da vítima. Sendo assim elencamos brevemente alguns destes relatos para ilustrar a questão: Mário Villami foi detido no centro clandestino “Olimpo” e alega ter visto uma suástica em uma parede, confeccionada com papel pintado. A parede ficava em uma sala do tipo “especial”; Jorge Reyes afirma que foi espancado sob brados de “somos a Gestapo”; Helena Alfaro declara que a vida nos centros já era bastante dura por si só, tornava-se pior quando a vítima era judia, pois as “surras” eram agravadas pela condição étnica do indivíduo e que muitos preferiam esconder a sua origem; Miriam Lewin, detida clandestinamente nas dependências da Força Aérea, declara que “o único judeu bom é o judeu morto, diziam os guardas” (NUNCA MAIS, 1984, p. 55-57).

Muitos mais testemunharam sobre a questão do antissemitismo e suas relações com a estruturação e o emprego da violência pela sistematizada repressão argentina. O levantamento do número de vítimas de origem judaica é feito por associações e grupos israelitas espalhados pelo mundo e por aqueles que buscam a verdade sobre seus entes queridos, como Sara Rus e sua jornada incessantemente por algum indício sobre o filho Daniel. Em seu âmago ela idealiza o destino dele, pois pelas experiências que vivenciou nos campos de concentração nazistas e diante das condições subumanas as quais se viu submetida, o mal não é impossível. Por este motivo Sara atribui a semelhança entre o regime ditatorial argentino de 1976 e o nazifascismo que condenou o seu povo a extinção décadas antes.

Não sabemos ao certo como foram os dias que se seguiram a detenção de Daniel nem o seu desfecho final, mas podemos inferir que ele passou pelo processo da tortura, do rebaixamento moral por sua origem e quem sabe pela eliminação por ser um inimigo da nação. Quanto a intensidade da violência e o grau de escárnio, permanecerão nas construções mentais das realidades não vivenciadas, assim como Sara, cuja memória se funde com as incertezas em relação ao filho e a presença do mal a partir da sua própria experiência. Não

⁸ Segundo o informe Nunca Mais, p.54.

conhecemos a verdade sobre os fatos em relação a Daniel, nosso olhar sobre ele se dá através dos olhos de sua mãe e da sua trajetória além-mar em prol de uma vida nova.

Em terras latino-americanas e longe da Alemanha de Hitler, judeus e nazifascistas disputam o palco da memória a mais de setenta anos. A residência de Sara Rus fica a poucas quadras do Museo del Holocausto. Para aqueles que não podem conferir pessoalmente, o Museo oferece um *tour* virtual. Muito embora estar presente no local nos atribui um olhar direto sobre a historiografia através dos objetos expostos, ao navegar por esta proposta midiática, onde se vê um rico material visual e documental sobre o holocausto, é possível sentir a atmosfera e perceber estas tensões.

A extrema direita argentina não se originou da ideologia nazifascista, por certo a simpatia que atou aos laços entre eles foi bastante forte e o convívio entre judeus e nazifascistas, de certa maneira, criou um campo de tensões e disputas que podem ser visibilizados pelas atuações das entidades e associações judaicas. Elas estão atentas, monitorando publicações e acontecimentos para que não se repitam propósitos antissemitistas.

Mientras las expresiones de duelo de la comunidad organizada se manifestaban en conmemoraciones funerarias por la tragedia, los sobrevivientes que llegaban a la Argentina provocaban distancia y extrañeza, y todo el esfuerzo del judaísmo argentino se concentró en la ayuda para la rehabilitación de los sobrevivientes en Europa, no en el país (SENKMANN, 2027, p. 25).

O antissemitismo aliou-se ao anticomunismo na ditadura argentina de 1976. Se por um lado ser “comunista” era um problema, ser judeu tornava a medida ainda pior. Se nos centros de tortura a violência esteve direcionada contra o “inimigo comunista”, o “judeu-comunista” obteve uma atenção diferenciada, como se afere nos depoimentos de indivíduos que passaram pelos centros clandestinos e sobreviveram para contar, como o povo judeu após o fim da Segunda Guerra Mundial. Frente a totalidade de casos de desaparecimentos durante a ditadura de Videla, o número de judeus é pequeno até o momento. A intenção em demonstrar práticas antissemitas nos CCDs argentinos não é de forma alguma de cunho quantitativo. A presença do discurso de ódio aos judeus a moldes nazistas esteve presente sem dúvida, na violência deferida contra os inimigos da nação entre os anos de 1976 e 1983. A pretensão é o de destacar uma compatibilidade ideológica entre as práticas do nazismo e a ditadura de Videla, práticas estas voltadas ao combate do comunismo, com fortes tendências antissemitas e que, apesar do *Shoah* e dos esforços de entidades locais e internacionais judaicas, puderam se desdobrar em terras latinas.

Referências:

AMIA-on line. Sara Rus. *Tengo que contar: Supervivencia, Los años felices, Crecer en golpe*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u3WdJhI0S2Y&list=RDCMUCfag12Elj7YoyYRFhUEsP7Q&start_radio=1&rv=u3WdJhI0S2Y&t=22>. Acesso: 19 mar. 2021.

ARENDR, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. 10ª impressão. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

CAMPOLINA DE SÁ, Cristina Isabel Abreu. *A Palavra de Perón: análise do discurso e da política trabalhista argentina 1943-1949*. Tese de Doutorado. Departamento de História Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VGRO-7BXFBS>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

DELEGACIÓN DE ASOCIACIONES ISRAELITAS ARGENTINAS (DAIA). *Informe sobre antisemitismo em la Argentina*, 2018. Disponível em: <<https://www.daia.org.ar/2019/10/03/informe-2018/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GALVÁN, María Valeria. *El Movimiento Nacionalista Tacuara y sus agrupaciones derivadas: una aproximación desde la historia cultural*. Maestría en Sociología de la Cultura. Instituto de Altos Estudios Sociales. Universidad Nacional de San Martín, 2008. Disponível em: <<https://ri.unsam.edu.ar/handle/123456789/56>>. Acesso: 10 jun. 2021.

LEALI, Francisco; MALTCHIK, Roberto. Documentos apontam corrida nuclear na América latina durante a ditadura. O Globo, 23 mar. 2014. Brasil: 50 anos do golpe. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/documentos-apontam-corrida-nuclear-na-america-latina-durante-ditadura-11956778>>. Acesso: 27 mai. 2021.

MUSEU DEL HOLOCAUSTO. Disponível em: <<https://www.museodelholocausto.org.ar/>>. Acesso: 19 mar. 2021

NUNCA MAIS. *Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de pessoas na Argentina*. Rio grande do Sul: Editora L&PM, 1984.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *A integração bilateral Brasil Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul*. In.: Revista brasileira de Política Internacional. 41(1): 5-23; 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/xqjcdTqPVKvnGkMwpDXpJ3b/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso: 10 mar. 2021.

SALLES, Maria do Rosário Rolfen; PAIVA Odair; BASTOS Sênia. *Imigração e política imigratória no pós-segunda guerra mundial: perfil das entradas e trajetórias*. In.: Imigrantes internacionais no pós-segunda guerra mundial. Núcleo de Estudos de População - Nepo/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembi Morumbi, Universidade Federal de São Paulo. Campinas, 2013. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/colecaosp/VOLUME_11.pdf>. Acesso: 30 mai. 2021

SENKMAN, Leonardo. *Los sobrevivientes de la Shoa en Argentina: su imagen y memoria en la sociedad general y judía: 1945-1950*. In.: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007.

Senhores de escravas brancas, criminosos sem pátria: campanhas policiais no combate ao lenocínio nas narrativas da imprensa do Rio de Janeiro (1925- 1935)

Wellington do Rosário de Oliveira¹

Nas últimas décadas, muitos trabalhos se dedicaram ao estudo da criminalidade em suas mais variadas facetas. Ao analisar aspectos da criminalidade no período entre 1880 e 1930, o historiador precisa se impor a um duplo desafio. Ao longo dessas décadas, a cidade do Rio de Janeiro sofreu uma série de transformações profundas, como sucessivas ondas migratórias que despejaram os mais variados personagens no âmbito da criminalidade. Tendo em vista que momentos de transformações bruscas são, simultaneamente, cenários de tensões, conflitos e confrontos, o presente estudo busca lançar luz sobre narrativas policiais publicadas pela imprensa carioca, entre os anos de 1925 e 1935, no que se refere à atuação e repressão de proxenetas internacionais na cidade.

A descoberta de uma sucursal do Zwi Migdal², organização criminosa destinada ao tráfico de mulheres em 1930, fez com que as autoridades policiais do Rio de Janeiro, em conjunto com poderes de países vizinhos, criassem campanhas de identificação e extradição de criminosos, na sua maioria, oriundos do continente europeu. Ao nível teórico, valeu-se da extensa historiografia produzida sobre o tema, das quais muitas foram discutidas no presente artigo. Com isso, a metodologia utilizada inclui o levantamento de narrativas policiais distribuídas pela imprensa do período, tal como os periódicos: A Noite, Diário da Noite, Jornal do Brasil e Vida Policial, além das respectivas discussões acerca do periódico como uma categoria de análise histórica.

A princípio, as polacas que desembarcavam no velho cais do porto da cidade iriam compor, com o tempo, o aspecto internacional da geografia da prostituição carioca. Francesas, argentinas, italianas, polonesas e até portuguesas davam um colorido cosmopolita que se tornou um problema muito discutido e revisado por diferentes discursos. Eram tempos em que o feminismo ainda não existia, em que no homem tudo era permitido. Não raro, os homens de família se encontravam, após o trabalho, nas ruas do meretrício para tomarem uma cerveja, conversar sobre fatos políticos do momento e, após passarem horas com as suas amantes, nacionais ou estrangeiras, iam embora para as suas casas. Era tudo tão natural que quando chegava o momento da emancipação sexual dos meninos da família, o próprio pai se encarregava de conduzi-los às meretrizes.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

² Significa “Grande Irmão”.

As polacas, sem qualquer tipo de instrução e desejando conhecer a “cidade maravilhosa” para aqui vinham sem mesmo se importarem para o que pudesse acontecer. O que elas realmente desejavam era conhecer novos horizontes, longe da miséria, das perseguições religiosas. Algumas, entretanto, ao tomarem conhecimento da real situação, tentavam voltar aos seus locais de origem, sem, porém, conseguirem. Os compromissos assumidos eram tantos que elas não conseguiram se separar dos seus falsos maridos e aqui permaneceram. Muitas delas viviam em pensões e prostíbulos localizados em importantes regiões da cidade, resultando, assim, o baixo meretrício que preocupava os projetos higienistas que almejavam uma cidade utópica e moderna. Por meio dessas políticas públicas, projetadas com o sentido de sanear a cidade, acabou atropelando a moradia de milhares de pessoas das camadas empobrecidas. Com isso, as autoridades assumiram o dever de transferir o meretrício dessas mulheres para um terreno de concessão, como ocorreu no Mangue. Na prática, isso se tornou um escárnio, colocando as mulheres numa situação ainda mais insalubre e degradante, condenadas e confinadas à exclusão e miséria.

Nesse período, a sociedade nacional, surgiu assim, como um conjunto contraditório e complexo de sujeitos sociais diversificados. A isso se acrescenta o interesse pela figura do criminoso estrangeiro, popularmente discutido pela literatura e pela historiografia como os “indesejáveis”. De acordo com Menezes (1996), os estrangeiros ocupavam cerca de 20% da sociedade urbana carioca, ainda assim, eram sujeitos sem direito à cidadania plena, mesmo tendo um papel social relevante na economia da cidade, como massa trabalhadora. O paradoxo está no fato de que a mesma sociedade que se abria aos estrangeiros também expulsava os imigrantes, identificados como o protesto social do crime. Ao lado disso, restou a marginalidade a outros tantos imigrantes, que variavam de condição, de mendigos e vadios, até *cáftens* envolvidos com o tráfico de mulheres, enfim, somando um conjunto de grupos que estabeleceram a ligação da sociedade urbana com o crime organizado internacional.

Assim, há temas na História, que nem sempre são tão difundidos, sem tirar o mérito dos pesquisadores que se debruçam sobre esses assuntos menos discutidos, alguns considerados “perigosos”, por ferirem diretamente a memória de um grupo étnico, como é o caso das polacas. Tuberculosas, sífilíticas ou criminosas, no primórdio do começo do século vinte, não foram poucos os adjetivos que associavam a presença das prostitutas no cartão-postal carioca, digno de um cenário utópico, das praias e do sol constante. No leque de historiadores que já trabalharam com o cenário carioca durante a primeira República, é quase que inegável que essa construção utópica de cidade moderna, espelhada nos moldes europeus,

uma *Belle Époque* brasileira, tenha sido sustentada por ideologias higienistas e principalmente pela burguesa.

Este período é marcado também por importantes reformas no sentido do policiamento urbano. A reforma urbanística na cidade, promovida no início do século pelo prefeito Pereira Passos, segregou a cidade negra, dos morros, onde haviam se refugiado muitos escravos e foragidos. A miscigenação racial ficou restrita a região onde a topografia era um desafio constante à sobrevivência. Foi daí que surgiu a região do Mangue, uma das várias estratégias de controle social e da criminalidade do período. O autoritarismo daquela estratégia de controle, defendida pelo chefe de polícia Aurelino Legal, foi a característica de uma das primeiras formas de organização policial e tinha, entre outras coisas, o objetivo de ratificar a separação da prostituição tolerada do resto da cidade. Assim, a polícia passava, então, a fixar os limites de uma cidade que perdia o seu perfil colonial e ganhava a fachada de *Belle Époque*, explica a pesquisadora Neder.

Quando o historiador lida com esses documentos, que tratam da criminalidade e da prostituição feminina, são diversas às referências discursivas que acompanharam a criação dessas barreiras invisíveis que afetaram diretamente o cotidiano das classes pobres e do meretrício no centro da cidade. Muitas vezes associados aos bas-fonds, esses territórios apresentavam três gêneros indicativos da criminalidade ancilar, que segundo o historiador Kalifa (2016) eram preenchidos pelo; vício, pela miséria e a prostituição. Assim, o Mangue parecia ser o local adequado para promover a transferência dos elementos “indesejáveis” para longe do centro da cidade, principalmente em virtude da moralidade das famílias que residiam nas ruas comerciais do Rio, e limpar a imagem de cidade sórdida, insalubre, mal frequentada.

Os bas-fonds corresponde sempre a lugares, são espeluncas pátios dos milagres, albergues noturnos, penitenciárias, todos marcados por uma propensão natural a se afundar em um movimento sempre descendente. “Subsolos, “avessos”, “bairros baixos” que mergulham nas profundas daquilo que Balzac chamava de “caverna social”. Mas, conforme as concepções ambientalistas que dominam há muito tempo o pensamento médico, os lugares se articulam sempre com o caráter, as topografias são sempre, também, “morais (KALIFA, 2017, p. 44).

O exemplo mais notório dessa retirada forçada, sustentada por políticas públicas e travestidas de políticas sanitárias, ocorreu no Mangue, como já visto. A intenção, reiterada pelo projeto da “bota-abaixo”, era despachar as classes perigosas para longe do coração da cidade, escopo das manifestações modernistas e progressistas. Ao mesmo tempo, o movimento das imigrações, um dos fatos clássicos da formação da sociedade nacional,

conduzia cada vez mais emigrantes para a cidade, fazendo com que as autoridades precisassem conscientizar a população sobre os limites impostos que banalizava a presença de qualquer cidadão sem ocupação “útil”. A historiadora, Menezes (1996), lembra que no começo do século vinte, cerca de 20% da população carioca era composta de estrangeiros, indivíduos que, na prática, não tinham direitos à cidadania plena, ainda que constituíssem um papel relevante na economia do país, compondo a massa trabalhadora.

De modo geral, o universo da imigração se misturou a outras divisões desproporcionais que foram sendo impostas ao longo das últimas décadas do dezenove, até o começo século XX. Ao lado disso, restou a marginalidade a outros tantos imigrantes, que eram criminalizados, desde mendigos e vadios, até os que tinham envolvimento no mundo da criminalidade, como os gatunos internacionais e os *cafténs*, por exemplo. Esses sujeitos estabeleceram a ligação da sociedade urbana com o crime organizado internacional, como no caso do tráfico de escravas brancas. Essas questões pareciam ser apenas um mote para justificar a repressão policial contra as meretrizes por ordens excludentes, como a retirada obrigatória das mulheres que faziam *trottor*³ nas ruas e praças, além de certificar o fechamento de estabelecimentos comerciais suspeitos e outros que funcionavam de forma escancarada.

A desordem urbana aparece como produto do processo civilizador, em contraste com o discurso jurídico e os relatórios de polícia da época que salientavam a determinação biológica da condição de marginal. Em última instância, era preciso intervir, na prática, com o propósito de sanear a cidade e servir a burguesia no sentido de conter os sujeitos identificados como protesto social do crime. Dessa maneira, a imprensa jornalística, importante meio difusor de ideias e ideologias no período, costumava adotar uma postura crítica e moralizadora nas suas denúncias em relação à experiência da prostituição no centro da cidade. São diversas referências da imprensa sobre apreensões, crimes hediondos, crimes contra a ordem, além dos vícios de entorpecentes e o torpe comércio clandestino de mulheres nas páginas dos jornais. Outra preocupação, era justamente com os estabelecimentos que alimentavam esse fenômeno, então, era preciso, na prática, obstruir os “pilares”, para depois concluir a missão de conter a massa frequentadora.

Era uma tarefa difícil controlar a sociedade, principalmente no sentido de conter a grande massa, considerada pobre. No período escravista, o controle era exercido dentro das fazendas, pelos senhores de escravos e seus demais agentes. Com o fim da escravidão, o

³ Ato de circular em ruas e praças com o objetivo de exercer o meretrício.

controle social deslocou-se do âmbito da produção econômica para o Estado republicano, que por vez tratou de reorganizar a política, a justiça e exercer o monopólio da repressão e da violência urbana. O pesquisador Fausto (1984, p. 56) lembra que a libertação dos escravos refletiu nas estatísticas da criminalidade no final do XIX. A população de ex-escravos que saíam dos campos, foram empurrados para o crime, principalmente para os pequenos delitos, para sobrevivência. O autor lembra que em parte, esses dados eram ilusórios, frutos do preconceito contra os negros.

Dessa forma, havia uma distância entre os crimes rurais e urbanos na história social e nos estudos de sociologia criminal, e com a crescente polarização da cidade, a repressão contra a criminalidade coletiva passou a ser mais branda. O esgotamento das estratégias de controle social, pela ação policial e judicial apontava sempre para a mesma solução, delimitar as fronteiras da ordem e da desordem, com o propósito de generalizar a insegurança urbana. Esta é a razão pela qual as áreas mais afastadas eram vistas como guetos, bas-fonds ou favelas.

O Mangue, muitas vezes descrito como um terreno “doentio e funesto” era um lugar de decadência, física e moral. Era uma extensa zona de tolerância, onde não havia limites para a malandragem, a boêmia e prostituição, desde que os seus personagens não provocassem cenas dignas de noticiário policial. Como lembra Medeiros (1996, p. 34), neste período, enquanto negras, latinas e asiáticas eram exportadas para o comércio europeu, para o Rio vinha as francesas, as polacas e outras tantas mulheres que eram jogadas nos bordeis que se estendiam do centro até o Mangue. A historiadora ainda lembra que a prostituição era aceita, desde que confinada, moral e geograficamente.

Desde 1860 essa região já era frequentada por trabalhadores e por meretrizes, principalmente escravas e mulatas que serviam à aristocracia do Rio de Janeiro. Apenas na virada do século, com a chegada das prostitutas estrangeiras, as “polacas”, é que ocorre a transferência do meretrício para a região popularmente conhecida como “zona do mangue”. O problema é que durante o começo do século vinte a expansão do meretrício, e como consequência o lenocínio se desenvolvia de forma desacelerada, então, embora existisse uma região destinada à prostituição, era preciso dar conta da contínua demanda de mulheres que chegavam de outras cidades como também de outros países.

Em 1925, a revista *Vida Policial* publicou uma série de reportagens sobre uma campanha policial coordenada pelo então Marechal Chefe de Polícia da cidade, tendo o mangue como principal clímax do desfecho. Devido a inúmeras queixas de populares e registros policiais de desordem, as “andorinhas do amor” estavam, novamente, invadindo o

centro comercial da cidade, expulsando as famílias e os comerciantes. O reflexo da presença das meretrizes era tão significativo, que alguns proprietários se queixavam da baixa demanda pela procura de alugueis na região, devido a sua má fama. O escritor Brasil Silvano, descreve o Rio para a revista citada como um “espetáculo” admirado entre nacionais e estrangeiros. Pelos trajetos dos bondinhos, os estrangeiros conheciam as “alcovas” e as calçadas do meretrício, exibidas de forma pública e escancarada. Algumas mulheres costumavam ficar sobre as janelas dos prédios, outras nas portas com o propósito de atrair quem passasse pelo local com olhares, gestos e cânticos.

Alguns cabarés eram bem conhecidos e frequentados por conta da localização privilegiada, como o cabaré da Hilda, na rua Espírito Santo, o cabaré do Alemão, na avenida Mem de Sá e o beco das Carmelitas, na rua do Cattete. O cabaré de Maria Balão, no centro da cidade, era muito conhecido pelo consumo do “maldito tóxico”, inclusive a proprietária chegava a reunir os viciados em “assembleia pública” com as portas abertas para se entregarem ao vício da embriaguez e do veneno. Além disso, as meretrizes eram induzidas a consumirem as substâncias para provocar os viciados, com o propósito de conseguir maiores quantias. Segundo Rago (1991, p.234) era comum nos prostíbulos paulistas as prostitutas serem coagidas a embriagar a clientela, nem que para isso elas também ficassem embriagadas, mas no final das contas, todo o lucro ia direto para os bolsos dos proprietários, em razão da perda dos sentidos das mulheres. Outras ruas eram frequentemente citadas no noticiário e em revistas policiais com; boletim Policial, Revista Criminal e o Boletim Policial.

Em 28 de novembro de 1925, o Vida Policial começou uma série de reportagens sobre campanhas policiais contra o meretrício chefiado pelo Marechal Chefe de Polícia da Capital. O mesmo chegou a afirmar a retirada de um grupo de meretrizes em dois cabarés, como em anexo a seguir, para a região do Mangue. Um jornalista chegou a penetrar nos locais mencionados pela autoridade com o propósito de investigar o modo como se desenvolvia a “sociedade da ralé”, no interior dos cabarés. No entanto, na edição publicada em 26 de dezembro daquele mesmo ano, a revista afirmou que a fala do Marechal não passava de uma tremenda farsa, pois, passados alguns dias, o mesmo grupo de meretrizes teria retornado para os cabarés, desta vez de forma ainda mais criminosa. Tudo não passou de uma “pseudo-campanha”, segundo a imprensa, e que teria ocorrido de forma “simbólica”, com o propósito de espantar provisoriamente as frequentadoras dos cabarés localizados na rua Espírito Santo e o cabaré do Alemão, na avenida Mem de Sá, além de alguns pontos no beco das Carmelitas, na rua do Cattete.

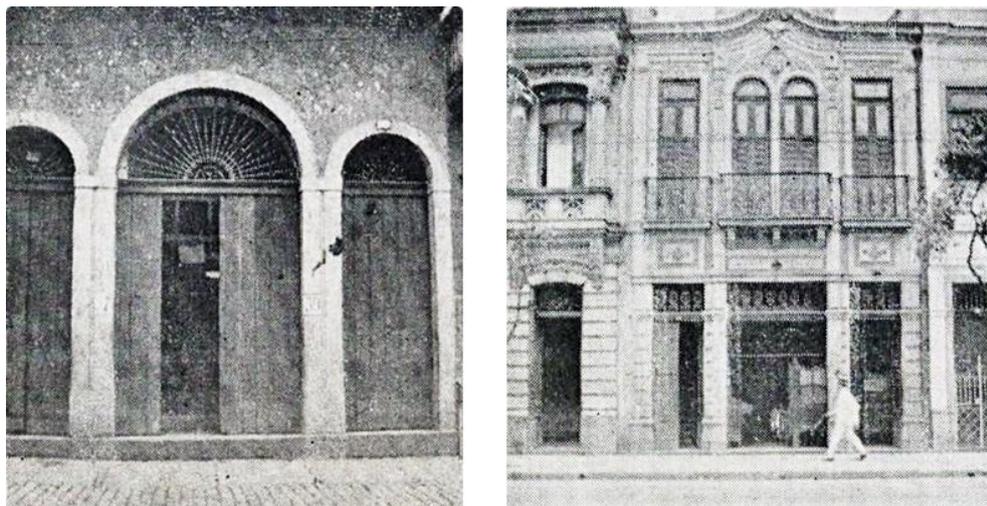


Figura 1 – Cabaré Cosmopolita, na rua Silva Jardim e o Cabaré do Alemão, na Avenida Mem de Sá. In Vida Policial, Rio de Janeiro, 28/11/1925.

Geralmente, o que preocupava a imprensa era forma como esses espaços contaminavam as almas dos curiosos, levando-os ao vício e ao crime. Em 7 de novembro de 1925, o Vida Policial afirma que o comércio de cocaína estava intimamente vinculado a exportação de escravas brancas. A reportagem indica que a cocaína era injetada na sociedade por meio dos *cáfens*, que viviam inclusive, da exportação e venda de escravas brancas. O intercâmbio entre as cidades sul-americanas e a circulação frequente de *cáfens* entre Rio e Buenos Aires era um dos fatores que explicava não só o tráfico de drogas, como a expansão das mulheres em condições análogas à escravidão. Galeano (2016, p. 190) argumenta que a intensificação dessas redes de circulação transatlânticas, ocorreu em razão das maciças imigrações, que agitavam as cidades e a desordem que nelas originavam. O historiador também lembra que a modernização dos meios de transportes possibilitou a circulação de criminosos entre essas duas regiões.



Figura 2 - Maria Delavolpe, vendedora de cocaína e Arlette Genny, suicida da cocaína In Vida Policial, Rio de Janeiro, 07/11/1925.

Além desses gêneros, não podemos deixar de mencionar, ainda que em síntese apurada, as diversas ocorrências como violência feminina, suicídio e assassinato contra

mulheres prostitutas que aconteceram no interior dos cabarés. Desde o final do dezenove, a documentação mostra que o degolamento de meretrizes era algo já muito praticado, tendo uma leve elevação após a década de 1920 até 1930, período analisado. Alguns casos como o de “Lili das Joias” foram motivados por acertos de contas, já que a mesma, além de meretriz, tinha importantes vínculos com *cáftens* judeus, tendo inclusive voltado de Buenos Aires poucos dias antes do seu assassinato. Caso parecido ocorreu com o desaparecimento da francesa Yvonne Courtouger, que segundo Frota Aguiar, em uma entrevista dada à imprensa na década de 1940, teria sido morta por membros do Zwi Migdal por “acertos de contas”, já que a mesma tentava se desvencilhar da organização após levantar altas quantias. O corpo de Yvonne nunca chegou a ser encontrado, fazendo com que o caso tivesse repercussão até mesmo durante a década seguinte, ainda mais com a febre dos escândalos envolvendo os fragrantés de *caftens* judeus fugidos de Buenos Aires no cenário carioca.

Outro problema que fazia parte desta odisséia da prostituição era os prostíbulo clandestinos que funcionavam em estabelecimentos comerciais para não chamar a atenção das autoridades policiais. Em janeiro de 1928, a Revista Criminal publicou uma reportagem sobre uma “escola” de dança que abrigava, de forma suspeita, diversas menores de idade. Algumas delas foram apreendidas, pois, a polícia suspeitava que elas estivessem sendo aliciadas pela “febre dos prazeres”, de modo a aliciar as menores para depois serem vendidas a homens “escrupulosos”.

Seguindo para outra discussão, percebemos que o fluxo de estrangeiros o Rio de Janeiro variou em intensidade no período analisado. Há uma grande onda imigratória entre 1890 e 199, quando a cidade passava por uma série de transformações sociais que resultaria, anos depois, na teoria, em um cenário cosmopolita, digno de proporções parisienses. Mais que isso, foi um período marcado por conflitos que mudaram a história do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, como o movimento de Pereira Passos botando abaixo casas e abrindo à força espaços urbanos. Este é um período que tem atraído a atenção de muitos pesquisadores, pois, tem como arcabouço uma série de problemas que se analisadas, proporcionam narrativas pouco discutidas sobre os temas que estiveram interligados às camadas menos favorecidas. Em uma síntese apurada, podemos mencionar algumas contribuições apuradas sobre o tema, como Sevcenko (1984), Soihet (1989), Chalhoub (1996) e Menezes (1996), que embora trabalhem com uma periodização próxima, se debruçam sobre temas distintos sobre a cidade.

São quatro ensaios críticos sobre a história carioca que têm em comum alguns personagens centrados no escopo de discursos e preconceitos que se confundiam nas ideias de médicos, sanitaristas e de autoridades civis. Não chega a ser novidade, contudo, maior parte

dos documentos que tratam de sujeitos marginalizados e pobres, emana dos grupos dominantes. Neste caso se incluem também os personagens estrangeiros que não conseguiram escapar dos julgamentos saídos das políticas de dominação social do século XIX. A partir dos anos 1920, começou a ser desenvolvido estudos médicos e criminais, com forte influência da antropologia social europeia do XIX, estudos racistas que, entre outras coisas, enquadrava a figura do imigrante como uma categoria de sujeitos “indesejáveis” para o desenvolvimento econômico do país. Essa “estante” era preenchida pelas figuras dos criminosos estrangeiros, anarquistas, comunistas e prostitutas “polacas”.

Com essas decisões travestidas por um tecnicismo da linguagem jurídica e fortemente influenciadas por teorias arbitrárias, como as de Lombroso, marcaram uma série de perseguições como leis contra movimentos políticos, em suma os anarquistas, assim como os sujeitos que transmitam uma certa “ociosidade”, conforme Gruner (2012, p.236). As primeiras leis datam da década de 1890, logo foram reformuladas nas décadas seguintes pela figura polemica do Adolpho Gordo. A historiadora Menezes (1996, p. 23), por exemplo, quando analisou os processos de expulsão de estrangeiros acusados de promoverem atentados a ordem política e social no Rio de Janeiro, percebeu muitos desses arquivos foram movidos pelo crime de lenocínio. Somando a outros estudos mais aprofundados sobre a prostituição carioca, percebemos que as campanhas repressivas da polícia sobre a figura do *câften* estrangeiro foram fortemente reproduzidas pela imprensa e nos escritos policiais, o que reforçava ainda mais a proliferação do estereótipo do imigrante como um ser delinquente, um “indesejável”.

Nesse período, a polícia acompanha o crescimento da cidade como uma “doença crônica”. Era preciso introduzir novas técnicas, novos instrumentos, novos meios de identificação para tentar frear a mutação da criminalidade com o aparecimento de diferentes concepções do sujeito criminoso. O tratamento do crime pela imprensa variava em função do público a que determinado jornal se dirigia, alguns, interessados no lado sombrio da cidade, costumavam ser mais sensacionalistas e ligeiros, dando destaque aos crimes de maior repercussão da época. Com a introdução da fotografia como um elemento de identificação dos estudos antropométricos, a imprensa constantemente divulgava o rosto desses sujeitos que eram considerados perigosos, com o propósito manter a sociedade atenta para os perigos que conseguiam se infiltrar até mesmo nas camadas mais densas, conforme Gruner (2012, p. 173).

Até o final da década de 1920, tanto as autoridades policiais quanto a imprensa, tiveram o conhecimento de que havia um esquema destinado ao tráfico de mulheres na cidade. A presença das “polacas”, termo genérico para denominar qualquer prostituta nascida na

Europa Oriental, era visível em quase todo canto da cidade. Muitas conseguiam o status de casadas, em decorrência da emissão de falsos documentos emitidos pelos seus próprios senhores, que, além disso, usavam títulos falsos para comercializarem outras formas de comércio para encobrir as atividades ilícitas, que envolvia crime, dinheiro e corrupção. Contudo, é preciso ter cautela para não associar todos esses personagens a um estereótipo firmado pela própria imprensa, o de *cáftens* judeus e das polacas judias.

Uma das principais questões, é diferenciar às referências em períodos distintos, como um antes e depois da ascensão midiática do Zwi Migdal. Como veremos adiante, com o escândalo ocorrido em Buenos Aires, orientado pelo então comissário de Polícia Julio Alsogaray, fez com que a polícia carioca, em sintonia com autoridades portenhas, passasse a ter uma postura mais rígida em relação aos estrangeiros de modo geral. Como resultado disso, frequentemente os *caftens* e prostitutas que ganharam as páginas da imprensa por desventura, eram associados ao tráfico, o que, na prática, nem sempre era verídico. Assim, até o final dos anos 1920, a imagem predominante que circulou nos escritos policiais e nas narrativas da imprensa, ainda era o da figura do *cáften* estrangeiro, mas sem necessariamente fazer analogia ao tráfico de mulheres ou associação criminosa.

Durante o período de 1925 e 1930, dezenas de fotografias foram sendo publicadas ao longo de sucessivas denúncias de criminosos internacionais acusados principalmente de lenocínio, e outros tantos por diversos crimes. A revista Vida Policial, que circulou apenas de 1925 até 1927, costumava divulgar fotografias de indivíduos capturados pela polícia acusado de atentarem contra a ordem pública. São documentos riquíssimos no sentido de entender a diversidade de figuras que fizeram parte do imaginário social da criminalidade, destacando figuras como homens em travesti, proxenetas, falsários, gatunos internacionais, prostitutas e mulheres criminosas. Dessa forma, durante este curto, identificamos 12 fotografias de *cáftens* que foram capturados pela polícia, alguns deles inclusive eram velhos conhecidos e foragidos da polícia, que conseguiam a proeza de adquirir habeas corpus ou simplesmente fugir rumo destino desconhecido.

Um desses casos, é o do viajante russo Max Orcherrof, que tinha uma extensa passagem pela polícia do Rio, além de ter sido capturado em diversas outras capitais, como em Curitiba e Florianópolis. Em 1928 chegou a se refugiar em Fortaleza, na propriedade de uma mulher, que segundo a imprensa daquele município, era uma prostituta de origem francesa procurada pela corte do seu país por assassinato. Max tinha tanta proeza que desde 1925 aparece nas referências policiais, mas nunca fora encontrada algum indício da sua prisão por efetivo. Em 1935, quando esteve em Curitiba, devido ao longo histórico criminal, foi

acusado pela Delegacia de Costumes, sob a orientação do Dr. Fausto Bittencourt, de ter sido membro da Migdal. Esse personagem era uma incógnita até mesmo para a polícia, não sabe ao certo se ele pertenceu a uma organização criminosa, mas por onde passou, esteve sempre acompanhado por comparsas de crime, chegando até mesmo a ocupar a propriedade de um salão de barbearia em Curitiba, após um suposto "sócio" em viagem a São Paulo.

Se a polícia já tinha dificuldades em capturar os viajantes, era ainda dificultoso o trabalho de enquadrar aqueles que foram acusados e conseguiram provar que eram naturalizados nacionalmente. Assim, novamente, entra em cena o recurso do habeas corpus, que era muito comum entre sujeitos acusados por diversos crimes. No caso específico dos cafténs, por eles pertencerem a uma organização, ou quadrilha, eles conseguiam manter um diálogo corporativo sustentado por falsas denúncias e documentos falsos. Caso parecido ocorreu com João Caetano Flores, acusado de abrigar uma propriedade onde pessoas ingressavam para realização de congressos sexuais. Consultando o livro de registro de hóspedes, a polícia suspeitou que em todos os quartos, havia sempre o registro de um homem e uma mulher, nunca de indivíduos sozinhos, em horário considerado impróprio. A conclusão apurada na investigação, foi que João mantinha as mulheres em condição de exploração para satisfazer suas virtudes.

A condenação foi confirmada e os réus, João Caetano e Hortênsia de Jesus, foram denunciados como incurso no art. 278, combinado com o artigo 18 do Código Penal. O determinante para o desfecho se deu em decorrências que no momento em que as autoridades foram até o local, perceberam que estava acontecendo o encontro informal de encontros amorosos. Considerando que nenhuma das pessoas componentes residia de fato na propriedade, o caso foi considerado como lenocínio, cuja manutenção ou exploração o Código Penal de 1890, era previsto detenção e multa para os envolvidos. O problema, foi que Flores conseguiu provar que, embora residisse na propriedade, exercia outra função lícita, conforme provou com documentos e testemunhas, *via a vis*. O indivíduo chegou a se defender que, na verdade, ele vivia amasiado no local em razão de Hortênsia, e que prestava alguns serviços aos hóspedes quando a referida não estava presença, indicando que ela fosse proprietária do local.

Para a justiça não havia dúvidas que aquilo era uma casa de tolerância, pois, fora sustentado por diversas testemunhas que confirmaram o caso. O apelante em rigor, conseguiu provar que não era proprietário, por isso, a acusação de responsabilidade prestada ao comércio da prostituição, que constituía uma das figuras delituosas do art. 278 do Código Penal foi considerada. Ainda assim, ambos foram condenados a um ano de prisão celular, mas

poderiam ser soltos caso pagassem multa de um conto de réis cada. A historiadora Schettini (2012) explica que geralmente, o processo de expulsão estava nas mãos da polícia, mas ainda assim havia algumas instruções que deveriam ser impostas em procedimentos específicos. Assim, embora a principal razão determinante de tais processos fossem em prol da “segurança nacional”, nem todos os criminosos eram julgados da mesma forma. É salientado ainda, que nas acusações de proxenetismo, era preciso que a polícia tivesse documentos que sustentassem tais denúncias, de modo a evitar possíveis discordâncias perante a lei.

Mas as instruções para a execução da lei estabeleciam alguns procedimentos específicos, porque, além da ampla e indefinida figura de ameaça à “segurança nacional”, a lei também mencionava, especificamente, como motivos da expulsão, “a vagabundagem, a mendicidade e o proxenetismo competentemente verificados”. Quanto às duas primeiras modalidades, o auto de prisão em flagrante era prova suficiente para fundamentar a expulsão. Mas, no caso do proxenetismo, era necessário um inquérito policial que reunisse “documentos de reconhecida força probatória”, ou pelo menos a declaração de “duas testemunhas insuspeitadas que afirmem a verdade do fato.

É claro que as referências não se limitam a um ou dois casos, embora a maioria tivesse desdobramentos parecidos. Algumas das célebres figuras encontradas nos documentos, voltaram à cena, alguns ainda no mesmo ano, outros depois de longos períodos. Em síntese, a maioria desses criminosos pareciam pertencer ao gênero descrito por Galeano (2012) como “gatunos internacionais. Além de fazer uso das inovações científicas, esses ladrões aristocratas eram sujeitos de aparência modesta, se diziam homens de negócio, comerciantes, vendedores, homens “civilizados”, era uma sociedade delitiva que era reduzida não apenas à violência física em sua mínima expressão, mas também a sofisticação da criminalidade que transcendia.

Descritos pela imprensa como “criminosos sem pátria”, era uma tarefa árdua para a polícia conseguir identificar a origem exata desses criminosos, então, muitas informações eram baseadas em documentos controversas. José Fichler, Raul Paiva, Ferdinando Miami, Eugenio Manfredi, enfim, uma série de sujeitos, italianos, franceses, russos, poloneses, argentinos, paraguaios, enfim, são referências dignas de um esforço digno de dados quantitativos, caso fosse esse o propósito. O Rio, era ainda um lugar frequentado por esses criminosos pois era um espaço privilegiado para ganhar dinheiro e bens de valor de forma fácil, como afirma Ottoni (2012, p. 193.), esses criminosos migravam para a capital brasileira devido a diferentes fatores que podiam estar ou não articulados entre si, como é o assunto da discussão a seguir.

O problema social da “escravidão branca” era algo que preocupava, seriamente, o periodismo argentino. A situação do país como um grande mercado mundial de mulheres inspirou diversas representações e discursos. No Brasil, a situação não era diferente, pois, o país era considerado como uma “sucursal” do mercado da escravatura branca, ao lado da Argentina e do Uruguai. Segundo O Malho, de 1930, as mulheres desembarcavam quase que diariamente, embora existisse uma “proibição” teórica que, na prática, não era prescrita. As polacas desembarcavam com passaportes falsos, afirmando serem artistas de music-hall, costureiras, representantes de firmas estrangeiras ou simplesmente casadas com alguém que residia nesses lugares. Para os *cáftens*, a principal preocupação era provar para a polícia que não eram vagabundos, que tinham uma profissão qualquer. Embora as autoridades desconfiassem, nem sempre era possível chegar a tais conclusões. Dessa maneira, como prová-los?

Essa é uma problemática que remete a historiografia argentina. Desde 1927, as autoridades policiais se mobilizaram para iniciar uma série de investigações a respeito de estabelecimentos comerciais que estariam funcionando clandestinamente, concedendo leilões de mulheres em consórcio com *cáftens* e possíveis clientes. Com a nomeação do juiz Manuel Rodríguez Ocampo, as campanhas policiais contra o lenocínio no cenário portenho, se tornaram cada vez mais frequentes. Os principais suspeitos dessas investigações eram homens que enriqueceram de um dia para o outro, ostentavam vidas luxuosas e não prestavam declarações capazes de comprovar todo o rendimento líquido de alguns pequenos estabelecimentos. Eles se apresentavam à sociedade como senhores de empresas imaginárias, donos de restaurantes, fábricas de tecido ou comerciantes de joias, alguns, até usavam dezenas de cuecas nas malas quando tentavam fugir da polícia para usar como pretexto de “empresários ambulantes”.

Os escândalos envolvendo tráfico de mulheres e corrupção foram sendo negligenciados durante longos anos, devido ao forte envolvimento com que o Zwi Migdal tinha as artérias das autoridades públicas como um todo. Não é por caso, que durante o período, a Liga das Nações financiou a viagem do jornalista Albert Londres, com o propósito de investigar as sociedades secretas que traficavam mulheres da Europa para todo o continente americano. A publicação de Londres se tornou referência para os estudos sobre a prostituição feminina em Buenos Aires e em outras cidades, como indica o próprio título da obra em português, “os caminhos de Buenos Aires”, enfatizando o modo como os criminosos atravessavam as fronteiras do Atlântico com suas “mercadorias”. Além disso, a jornalística descreveu de forma minuciosa o comportamento reservado, discreto e “disciplinado” dos

caféns de diversas nacionalidades no contexto portenho, fazendo analogia a homens típicos da aristocracia da cidade.

Esse universo “poliformo”, embora tenha sido desenvolvido com maior ênfase no país vizinho, não tirava o meretrício da expansão do lenocínio no Rio. Como mencionado, em 1927 as autoridades portenhas investigaram um restaurante, suspeito de realizar leilões clandestinos tendo como “mercadoria” mulheres traficadas. Os principais personagens dessa investigação foram Zacarias Zitnitzky e Burtkievich. Durante o intervalo de 1927 e 1930, outras investigações ocorreram, como às denúncias de Raquel Liberman para a justiça de Buenos Aires em razão de uma sociedade secreta que a perseguiria, exigindo quantias exorbitantes para recompensar a sua “rebelião” contra a organização.

Essas denúncias, aos poucos foram ganhando forma, como o desmantelamento de uma suposta funerária israelita sediada no centro da cidade. A partir de então, iniciou-se uma série de perseguições com o objetivo de capturar os mais de 400 envolvidos que foram identificados apenas com base em uma caderneta de pagamentos onde continha nomes de sócios e figuras importantes do cenário portenho. A denúncia, que parecia ser uma “solução”, se tornou, verdade, algo ainda mais caótico do ponto de vista jurídico. Na época, menos de 15 sujeitos tiveram suas prisões executadas, os demais teriam fugido para países vizinhos, como Brasil, Paraguai, Chile e Uruguai, iniciando um processo de dispersão e fragmentação dos membros da organização em diferentes áreas.

Se tratando o tráfico de mulheres, embora a historiografia se debruce sobre grandes centros urbanos como Rio e São Paulo, outras regiões permanecem pouco discutidas, como a região sul, lugar de fronteiras terrestres e fluviais, como o Rio da Prata. Há referências que indicam os três Estados do Sul como principal trampolim para a fuga dos membros da Migdal, além dos dois principais eixos citados. Era muito mais fácil chegar até essas cidades por via terrestre, passando por Porto Alegre, Santa Catarina e Curitiba, do que desembarcar diretamente no cais do porto carioca, com policiais e guardas munidos contra a fuga de possíveis foragidos da justiça. Alguns não tinham a proeza de seguir até o destino planejado passando pelos obstáculos mencionados e preferiam seguir diretamente de navio até a cidade. Para a infelicidade de alguns, a polícia marítima, quando suspeitava de possíveis infratores, costumava barrar alguns sujeitos suspeitos, sendo encaminhados à Delegacia para prestarem esclarecimentos.

A identificação exata dos membros da Migdal, só foi possível a partir da obra de Alsogaray (1933), onde há o registro dos mais de 400 sócios ligados da organização. No cotidiano, a imprensa costumava associar todo esse universo da prostituição com o fenômeno

das escravas brancas. Pode se dizer, até “escravas brancas” passou a ser sinônimo de prostituição feminina como um todo, não havia mais uma distinção nítida entre polacas e brasileiras, mas sim apenas algumas barreiras invisíveis criadas por uma linguagem racista que tendia a barrar corpos de mulheres pretas das brancas.

Ainda em 1930, dois policiais argentinos foram até o Rio de Janeiro encarregados de levar para Buenos Aires dois importantes diretores da famigerada organização internacional. A bordo do “Avila Star”, Rafael Tumarraga e Henrique Wiurnos foram encarregados de buscar Mauricio caro e Zacarias Ztnisky, presos pela polícia, em cooperação conjunta com autoridades portenhas. Antes mesmo da chegada das autoridades vizinhas, os dois *cáftens* já teriam deposto perante as leis nacionais. Eles confessaram que o comércio de escravas brancas era feito não só por intermédio de vários agentes teatrais, como também por agentes e comissários de emigração.

Os leilões aconteciam em pensões, hotéis familiares, bares e até mesmo nas ruas. As mulheres eram apresentadas como elenco de teatro de companhias que se dissolviam com o tempo. A distribuição era feita por meio dessas falsas agências teatrais, que ficavam responsáveis distribuíam as mulheres aos prostíbulos, além ficarem no comando de emitir os falsos documentos, parecido com o caso mencionado antes, de uma suposta “escola” de danças.



Figura 3 – Da direita para a esquerda; Rafael Tumarraga, B. Vianna Junior, redator do A Noite, e o policial Henrique Wiurnos. In A Noite, Rio de Janeiro, 19/06/1930.

Assim que desembarcaram na cidade, foram recebidos por autoridades locais e pela imprensa, que chegou a registrar o momento e a palestra proferida pelo policial Wiurnos.

Mais uma vez tenho o prazer de ver o encantador Rio de Janeiro. Aqui estou em companhia do meu companheiro Henrique Wiurnos, que vem pela primeira vez á capital magnifica do maior amigo da Argentina. Desta vez a nossa missão é a mais importante. Temos que levar para a prisão os dois mais famosos exploradores de mulheres. Mauricio Caro e Zacarias Ztnisky, este secretário e aquele tesoureiro do bando sinistro que faz o mercado de carne branca. Já possuímos os nomes de 500 associados que vivem dom mesmo mercado.

A partir de então, casos semelhantes voltaram se repetir até 1935, período que marca a atuação de Frota Aguilar no combate ao lenocínio no Rio de Janeiro. Em maio de 1930, o Diário da Tarde publicou uma reportagem sobre um “argentino perigoso”, identificado como Sam Flanholtz, membro do Zwi Migdal, que tentou desembarcar na cidade após fugir do país vizinho. Na fonte, há ainda a menção de que nas delegacias da cidade, inúmeros outros homens estariam sendo processados por suposto envolvimento com a organização. Já em agosto de 1931, a polícia marítima voltou a identificar outros três membros da “sociedade israelita”, sendo eles; Baptistus, François Belhachufi, Ahmed Mocini, Joseph Emile Lusac e Mendel Friedmann. Um deles, inclusive, já havia sido condenado em Montevideu por explorar a própria esposa, Franca Friedmann.

Por fim, podemos citar a passagem de alguns *cáfens* associados à Migdal no envolvendo de crimes de sangue e atentados violentos contra algumas meretrizes. As demais referências seguem até o final da década de 1930, mas, especulando uma nova possível sucessora da “máfia judia”. Além disso, há vários sentidos que o historiador pode estudar ao analisar documentos sobre o tráfico de escravas brancas, desde o sentido mais violento do tráfico de mulheres, quanto as suas associações de ajuda mutua, permitindo ainda, como foram desenvolvidas algumas redes de sociabilidade. Dois exemplos desses casos, é própria agencia funerária do Zwi Migdal e o cemitério das polacas, em Inhaúma no Rio, como menciona Kushnir (1996, p. 43).

Referências

ALSOGARAY, Júlio L. Trilogia de la trata de blancas - rufianes, policia, municipalidad. Buenos Aires, 1933.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GRUNER, Clóvis. *Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2012.

KALIFA, Dominique. *Os Bas-fonds: História de um imaginário*. São Paulo: EDUSP, 2017.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996. 307p.

RAGO, Margarth. *Os prazeres da noite – prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1991.

SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo, 2015.

SCHETTINI, Cristiana. *Exploração, gênero e circuitos sul-americanos nos processos de expulsão de estrangeiros (1907-1920)*, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Editora Unesp, 1984.

Fontes

A Noite; 19/06/1930.

Boletim Policial, Rio de Janeiro. 06/06/1914.

Diário da Noite; 30/05/1930.

O Malho. 23/01/1932.

Revista Criminal; 15/08/1927; 04/05/1928.

Vida Policial; 10/10/1925; 17/10/1925; 07/11/1925; 14/03/1925; 11/04/1925; 26/12/1925; 27/02/1926; 09/04/1925

Religiões e religiosidades:
um olhar sobre percursos
e funções de instituições,
sujeitos, saberes e práticas

O itinerário religioso franciscano: Análise das obras São Francisco em Oração e Agonia e Morte de São Francisco de Mestre Ataíde

Daniel Henrique Alves de Castro (UEL)¹

As obras *São Francisco em Oração e Agonia e Morte* de São Francisco presentes no forro da sacristia da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em Mariana, produzidas por Manoel da Costa Ataíde, no início do século XIX, expressam uma religiosidade presente na espiritualidade franciscana do período. Um exemplo marcante foi o embevecimento dos indivíduos, através da teatralização das artes e literatura. Neste texto, pretendemos analisar as obras de acordo com seu contexto histórico, dialogando-os com possíveis interpretações dos fiéis da época. Para auxiliar nesta análise, pretendemos utilizar alguns autores, tais como: Roger Chartier, Michael Baxandall, Ernst Gombrich, Affonso Ávila, Adalgisa Arantes Campos, Aldilene Marinho César, entre outros para trazer algumas reflexões da espiritualidade dos indivíduos desse período, presentes nas obras franciscanas. Ambas as imagens possuem elementos que exaltam a penitência e o embevecimento, demonstrando um itinerário que os fiéis devem seguir, renunciar a si mesmo e buscar a glória celestial.

Introdução

Este texto tem como pretensão abordar um recorte da pesquisa de mestrado em História Social na Universidade Estadual de Londrina, sobre as obras de São Francisco de Assis por Manoel da Costa Ataíde (1762 - 1830). Temos conhecimento que produziu cinco telas que retratam o santo. São elas: *São Francisco Alcança as Graças da Porciúncula*, *São Francisco Recebe as Regras da Sua Ordem* e o *Êxtase de São Francisco* presentes na capela-mor da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto e *São Francisco em Oração e Agonia e Morte de São Francisco* presentes no forro da sacristia da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em Mariana.

As pesquisas das Ciências Humanas nas últimas décadas têm ampliado os seus métodos e análises, preocupando-se cada vez mais com uma abrangência de toda atividade humana e encorajando-os a interdisciplinaridade, como afirma Peter Burke

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Londrina, graduado em Artes Visuais pela mesma universidade e bolsista Fundação Araucária. E-mail: daniel.castro2712@gmail.com.

(1992), que historiadores da arte, literatura, entre outros, tem procurado interagir as suas pesquisas com as demais áreas humanas.

Chartier (2002) reitera que não há fronteiras rígidas entre a história cultural e as demais histórias que ela engloba, por isso, temos como um dos objetivos, a pesquisa das imagens de acordo com o contexto na qual foi produzida.

O método de análise da Iconografia e Iconologia de Erwin Panofsky (2001), defende a correlação da pesquisa nas artes visuais com a pesquisa do campo das ciências biológicas. Para o autor, o historiador da arte é um humanista cujo material principal consiste nos registros que chegaram até nós em formato de obras de arte. Ao analisar a obra, a iconografia consiste na descrição e classificação das imagens, tratando-se de elementos formais presentes na obra e quando e onde foram visualizados e representados, ou seja, pressupõe uma familiaridade com temas específicos. Outro método que auxilia na compreensão da obra é a interpretação iconológica. Busca-se auxílio em fontes literárias para compreender os conceitos e temas específicos na produção pictórica, que é representado por princípios fundamentais duma nação, período, classe, concepção religiosa ou filosófica, presente inconscientemente classificada na obra de arte, “é um método que advém da síntese mais que da análise” (PANOFSKY, 2001, p.54).

Entretanto, Carlo Ginzburg (2007), reitera algumas ressalvas sobre o método de Panofsky, que podem dificultar a interpretação do objeto artístico. Gombrich (1995), ampliando as interpretações sobre a obra de arte, demonstra que a leitura de imagem nunca é óbvia, na medida em que o observador se depara com uma mensagem ambígua, instigando ao escolher entre várias interpretações, que podem ser definições típicas estilísticas. Por isso, defende que é necessário procurar pela razão histórica da obra, evidenciando em sua amplitude e complexidade. O autor, introduz o conceito de função ao objeto artístico, cujo as quais, em cada cultura, as artes possuíam um objetivo que o definem. “A forma de uma representação não pode estar divorciada da sua finalidade e das exigências da sociedade na qual a linguagem visual dada tem curso.” (GOMBRICH, 1995, p.96).

Convergindo para o conceito de Jérôme Baschet (2006) sobre a imagem-objeto. Ele utiliza esse termo para as imagens medievais, entretanto, dados as semelhanças entre o comitente e o artista, podem auxiliar também no estudo das imagens de Ataíde. Para o autor, a imagem não é apenas uma mensagem, mas também um objeto, que tem a sua função vinculada às práticas sociais, ampliando a complexidade das imagens,

afirmando que as obras religiosas não teriam apenas como finalidade a catequização dos leigos, pois elas apresentam um caráter extremamente erudito, para as quais a plena compreensão requer um certo grau de conhecimento.

Apesar da importância da reflexão sobre as analogias e funcionalidades da imagem, a compreensão sobre ela não deve ser retirada dela própria para encontrá-la em outros lugares. É necessário que a observação seja orientada por um olhar a partir de um não-saber, permitindo que a imagem possa “não dizer”, mas mostrar, segundo a sua própria lógica, pois as imagens não dizem e nem podem ser lidas. Como Didi-Huberman (2013) disserta, é necessário:

Pensar o não-saber quando ele se desvencilha das malhas do saber. Dialectizar. Para além do próprio saber, lançar-se na prova paradoxal de não saber (o que equivaleria exatamente a negá-lo), mas de pensar o elemento do não-saber que nos deslumbra toda que vez que polcamos nosso olhar sobre uma imagem da arte. (2013, p.15-16)

Interessa-nos aprofundar sobre o sentimento religioso colonial, ambientados no sentimento barroco do embevecimento do ser, unindo-a o êxtase de São Francisco de Ataíde, estilo iconográfico demasiadamente usado para retratar o santo.

Expressões artísticas do Barroco Colonial

As expressões artísticas do período, possuiu um papel crucial na missão evangelizadora pelos religiosos como os franciscanos, beneditinos, carmelitas e os Jesuítas. Por causa do distanciamento dos centros culturais europeus, as artes sofreram influências das culturas regionais que possuem em seu repertório artístico características que auxiliaram no desenvolvimento visual das culturas coloniais, por isso:

A singularidade da expressão americana e o “nosso” barroco latino-americano como seu autêntico início, como uma não-origem, uma forma que “re-nasce” da síntese entre hispânicos, índios e negros, ou, no caso brasileiro, entre portugueses, índios e negros (DANTAS, 2004, p. 243)

Essa junção de culturas encontra respaldo na antropofagia de Oswald de Andrade, como defende Ávila (2004) e Dantas (2004), pois representa o devorar do legado da cultura universal europeia, modificando o seu caráter original em detrimento de uma transculturação, “capaz tanto de apropriação como de expropriação, desierarquização, desconstrução” (CAMPOS, 1981, p. 11-12 apud DANTAS, 2004, p.244).

Ávila (2004) define esse fenômeno como *circularidade cultural*, dissertando sobre o encontro entre o Ocidente europeu e sacralizado e o novo Ocidente, rudimentar e primitivo em relação aos sedimentos civilizatórios dos colonizadores. A cultura barroca, com suas diferenças formativas e semânticas, “é em vetores históricos ou sincrônicos, uma resposta do colonizado ao colonizador” (ÁVILA, 2004, p.30)

Segundo Sevcenko (2000), o Brasil nasceu sob o signo do Barroco, e tem em “sua fisionomia e alma compostos até hoje de seu sopro místico” (p.39). Não sendo apenas um período passageiro, e sim, a substância básica da cultura brasileira. As características que o definem são:

Extremos da fé, cupidez do poder, anseios messiânicos, ilusão de grandeza, impulso da contradição, exaltação dos sentidos, êxtase da festa, convivência das disparidades, atração das vertigens, mágica das palavras, sonho da glória, pendor para o exuberante e o monumental, gosto da tragédia, horror da miséria e compulsão à esperança. (SEVCENKO, 2000, p. 39)

Ávila (2004), afere a essa cultura barroca, quatro características – ou “pedras angulares” – formais e ideológicos que fundamenta a identificação e definição desse período. A primeira se refere a via de intenção e impacto persuasórios, semelhante a compreensão de imagem e persuasão de Argan (2004). O segundo se trata da arte como serviço de instrumento de rendimento entre a Igreja Católica e o Absolutismo. A terceira tem por objetivo a busca do primado visual a partir da intenção persuasória de impacto entre o comitente e o receptor da mensagem visual e imaginativa. Por último menciona o denominador lúdicos das artes oriundos das camadas estruturais do Barroco.

Em Minas Gerais, no período colonial, as cidades enriqueceram com a extração aurífera, influenciando na chegada inúmeros portugueses na região, com eles, alguns artistas e artesãos, como Manuel Francisco Lisboa, pai de Aleijadinho.

No início do século XVIII, o reino de Portugal expulsou as ordens religiosas com receio de que elas se apoderassem das riquezas existentes na região. Por essa ausência, homens, mulheres, casados, viúvos e solteiros se reuniram nas irmandades religiosas e ordens terceiras. Elas passam a instruir e comandar a maior parte das funções que antes era dos religiosos. As associações formadas por leigos convocavam padres e assumiram os seus gastos. São eles que edificam as igrejas e contratavam os arquitetos, escultores, santeiros, pintores e músicos para conceber e executar as obras de arte sacra (MACHADO, 1973).

O protagonismo leigo favoreceu a criatividade, pois não precisava seguir certos padrões de construções e de pinturas que a ordem estipulava. Ademais, o afastamento litorâneo, que impediu a chegada de matérias primas como a pedra de construção e os azulejos, que obrigou os construtores a incorporar outros materiais semelhantes como a pedra-sabão e as pinturas parietais.

Nesse cenário, inserimos o artista Manoel da Costa Ataíde. Foi um dos artistas mais populares do período colonial brasileiro, sendo autor de douramentos e encarnações (pintura) de imagens, capelas, altares, retábulos, guarda vento de igrejas e diversos outros objetos do ofício religioso; pintura parietais; pintura de cavalete ou sobre painel e pintura de forros (CAMPOS, 2007). Seu estilo artístico, como aborda Hill (2001), foi requisitado por diversas irmandades que desejavam seu ofício, mesmo que a época de suas produções coincidiu com a decadência do ciclo do ouro.

Oração e Êxtase de São Francisco de Ataíde

São Francisco de Assis é um dos santos mais populares da Igreja católica, o homem da Idade Média de quem temos o maior número de fontes escritas (BARTOLI, 2007) e talvez um dos mais representados iconograficamente, depois de Jesus e da Virgem Maria. Demonstrando a sua rápida popularização, foi canonizado dois anos após sua morte (1288). A ordem mendicante por ele constituída, a Ordem dos Frades Menores, foi difundida por diversas regiões da Europa, e posteriormente pelas demais regiões do mundo. Sua história foi narrada e estudada muita vez por hagiográficos, biógrafos e historiadores².

Posteriormente a criação da Ordem dos Frades Menores por São Francisco, por volta do século XVIII, surge pela Europa a Ordem Terceira de Penitência de São Francisco - fundada em 1221 e foi aprovada pelo papa Nicolau IV em 1289 (GARCÍA, 2004), época marcada por crises na igreja e de renovação espiritual oriundos pelas ordens mendicantes dos franciscanos e dominicanos. “Uma das causas mais evidentes da influência mendicante na sociedade medieval, foi o nascimento das ordens terceira, entre as quais mais destacou-se foi a franciscana” (GARCÍA, 2011, p. 148, tradução nossa). O santo não foi o fundador das ordens terceiras, entretanto, ajudou a impulsionar esse estilo de vivenciar a fé da Igreja. Assim, os fiéis leigos que desejassem viver os ideais da vida religiosa, podiam seguir sem se tornar um religioso.

² Começou por Tomás de Celano (contemporâneo de São Francisco) e São Boaventura, pouco tempo depois da morte do santo. E baseando nesses e outros escritos por Jacques Le Goff, Chiara Frugoni, entre outros

No Brasil, a Ordem Terceira da Penitência foi a primeira associação criada em Vila Rica com esse estatuto, em 1745 por Frei Antônio da Conceição, que ao pedido dos imigrantes devotos de Santo de Assis em Vila Rica, aprovou a instalação da irmandade na região (SALLES, 1982). Foi constituída essencialmente por homens brancos, sendo impedidos de entrar negros, pardos ou que estivessem ligados pelo casamento a alguém que não o possuísse, ou seja, não casados religiosamente.

Na Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis em Mariana, estão presentes duas obras de Manoel da Costa Ataíde, intitulados conforme a tradição em *São Francisco em Oração e Agonia de São Francisco*.

A primeira, apresenta o santo com uma túnica e sandálias nos pés, sentado numa gruta em formato que lembra um *rocaille*; com um crucifixo em suas mãos com em estado piedoso para com a imagem de Jesus que toca o seu rosto. Uma parte da composição revela símbolos e atributos iconográficos alusivos à meditação, a penitência, a fragilidade do corpo em relação ao pecado e a oração: uma Bíblia aberta, um rosário, uma caveira, uma ampulheta, um cilício, um chicote e uma roseira; todos esses elementos estão presentes num nicho de pedra ao lado do santo.

A caveira, presente na obra, tornou-se um símbolo iconográfico em diversas obras a partir do século XVI, e “pode significar um indício de uma possível interação entre as práticas artísticas do período e alguns escritos religiosos que passaram a circular na época” (CÉSAR 2009, p.7), sendo comum em obras de outros santos como São Bruno, Santa Catarina de Siena e Santa Maria. O aparecimento da caveira na iconografia barroca, se justifica pela eleição desse símbolo como uma analogia a piedade, inseridas graças a religiosidade dos Capuchinhos e a piedade jesuítica, que recomendou a caveira como um exercício de meditação sobre a morte.

Ataíde utilizou uma gradação de tons de paletas para representar o sentimento de penitência, solidão, austeridade e oração, próprias do eremitério, que sofrem por causa do pecado original que gerou uma distância de Deus. Esses tons são as cores ocre, marrons esverdeados e cinza. Em contrapartida, ao representar o mundo celestial, costuma utilizar paletas coloridas como o azul, branco e vermelho; na obra, pintou os dois anjos em cima de uma nuvem com essas cores. Como a composição diagonal da obra (COSTA, 1982, p.94), entre São Francisco e os anjos, expõem a dualidade entre o espiritual e carnal, entre o pecado e a pureza e entre o a dor e a felicidade.

Figura 1: São Francisco em Oração, de Manoel da Costa Ataíde. Têmpera sobre madeira. 548x280cm.



No canto superior direito, há dois anjos em cima de uma nuvem que olham diretamente para o santo, e é interessante frisar essa escolha iconográfica de inserir anjos nas obras do Santo de Assis, corroborando para um caráter mais espiritual e místico, próprio do barroco, e também, São Boaventura narra que ele “foi agraciado com a visita frequente dos santos anjos” (LM, 2, 8). Percebemos nas nuvens a dificuldade técnica que Ataíde possuiu em detrimento a outros pintores europeus, aqui faz uma massa espessa com branco e sombreando em cinza, sem uma gradação que separa o fundo com a nuvem ou a árvore com a nuvem, parecendo uma colagem.

A obra *Agonia de São Francisco* corrobora com as cenas de São Francisco após a visita celestial em estado de êxtase, da fase pós Concílio de Trento (CÉSAR 2009) e da interpretação de São Boaventura que os estigmas são impressos em seu corpo após desaparecer a visão, que como Frugoni (2011) analisa, é diferente da narrada por Tomás de Celano.

Figura 2: Agonia de São Francisco, de Manoel da Costa Ataíde. Têmpera sobre madeira. 548x280cm.



Ela apresenta o Pobre de Assis agonizante após a recepção dos estigmas da Paixão, evidenciados em suas mãos, pés e no peito esquerdo, (direito para o observador) próximo ao coração, de modo a dar continuidade a narrativa iconográfica do quadro anterior (CAMPOS, 2007). O santo está abraçado ao Crucifixo, repousando o corpo inclinado em um monte de feno e palha, que alude a manjedoura do Nascimento de Jesus, além de fornecer uma solução de continuidade a visão celestial por causa da utilização dos tons amarelados. Como afirma a autora, em um estado de êxtase, recebe uma luz divina por um anjo que segura em sua mão um olho em formato de triângulo, que é uma analogia a Santíssima Trindade, reiterando a junção entre o celestial e o humano. Da mesma forma do último quadro, as cenas que representa o campo mundano, são retratadas com cores ocre, marrom, verde escuro, e os celestiais com cores mais vibrantes como o azul e vermelho, e nesse painel é ainda mais evidente essa

dualidade, pois há mais anjos envolta de São Francisco, demonstrando que o espiritual está mais presente do que a cena anterior e que o santo está mais junto de Deus.

Apesar de apresentar os mesmos elementos do quadro anterior, como os objetos de penitência espiritual e corpórea, o casebre e os troncos envelhecidos, são mostrando com pouca visibilidade, “pois têm pouca importância diante da expressão mística” (CAMPOS, 2007, p. 231).

Há nesta cena nove anjos que circundam o Pobre de Assis no meio de nuvens, e conforme a iconografia presente em outras obras, elas aparecem para o consolar da estigmatização. Campos (2011), observa que no acervo ataídiano nutre um interesse geral pelo tema dos coros angélicos, e particularmente os “anjos músicos”, algo que não é tão comum em outros artistas mineiros em suas produções pictóricas, principalmente com a inserção de instrumentos musicais. Como é o caso no anjo à direita que toca violino.

O gosto pela iconografia angélica é persistente em Ataíde: cabecinhas que recebem asas bastante coloridas, conjunto que simboliza a inteligência e a velocidade dos movimentos, anjos meninos, derivados dos *putti* italianos – cupidos – adolescentes, todos dando conforto ou adorando o divino. Podem ser representados parados, em cima de nuvens, em pleno voo, sustentando panos revoltos, os quais indicam movimentos (CAMPOS, 2007, p.221).

Além dos dois anjos já comentados, à esquerda apresenta dois lendo um mesmo saltério, no meio dois que só são retratados apenas suas cabeças e asas, no canto superior esquerdo mais dois anjos em cima da nuvem e um no canto superior direito carregando uma Filacteria com os dizeres: “*Pretiosa in conspectu Dei Mors sancto rum ejus*”, que provavelmente deva ser “*Pretiosa in conspectu Domini mors Sanctorum Eius*” que por sua vez em português significa a passagem de um Salmo: “Preciosa aos olhos do Senhor é a morte dos Seus fiéis” (Sl.116, 15). Como reitera CAMPOS:

Esta iconografia se adequa perfeitamente ao ambiente mais reservado da sacristia, estimulando no confrade a imitação do exemplo de um itinerário pessoal que procede do sacrifício, isto é, da oblação generosa do próprio ser, e atinge a suprema espiritualização na glória celestial (2007, p.231)

Portanto, as obras presentes na sacristia da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis em Mariana, coadunam com o espírito de embevecimento de si através das expressões artísticas. No exemplo das obras, demonstram um itinerário que os fiéis devem seguir, renunciando a si mesmo e buscar a glória celestial. No local

onde as obras foram colocadas, essa espiritualidade se limita aos presbíteros celebrantes àquela igreja, entretanto, esse espírito foi algo marcante no Brasil colonial mineiro.

Ávilla (1994) reitera que a visualidade artística em Minas setecentistas, é uma preocupação inerente a população, compondo no seu estilo de vida, de forma que a “preocupação do visual, a busca deliberada da sugestão ótica, a necessidade programática de suscitar a partir do absoluto enlevo dos olhos, o embevecimento arrebatador e todos dos sentidos” (ÁVILLA, 1994, p. 185).

As imagens buscavam a prevalência da cultura visual, onde os detalhes das talhas, dos altares, esculturas, frontispícios e pinturas dentro de uma igreja impulsionavam ao enaltecimento da fé católica.

Brunetto (2014) define esse estilo como teatralização da vida, não apenas como elemento estético presente nas arquiteturas religiosas, mas derivadas em suas diversas áreas artísticas e literárias, usando-os como propagandas das ideias espiritual e monárquica. Segundo o autor: “los elementos que definen a la sociedad moderna; la teatralidad, como visión de los valores éticos y su transferencia a la sociedad, se convierte em el corazón de la finalidad de la creación artística³” (BRUNETTO, 2014, p.7).

As obras de São Francisco de Ataíde coadunam a esse espetáculo, sendo o itinerário da Oração e Êxtase uma demonstração artística de como os indivíduos devem se portar ante a sua espiritualidade, instruindo-os ao embevecer de si.

Considerações finais

O barroco mineiro do período setecentista e oitocentista, é caracterizado pela junção das culturas europeias, indígenas e africanas. A princípio, ela ficou encargo dos religiosos, mas após sua expulsão, as ordens terceiras protagonizaram o fazer artístico colonial. Um dos objetivos das expressões artísticas, eram perpetuar as concepções do Antigo Regime – catolicismo e monarquismo, através da persuasão dos indivíduos com a teatralização das artes e literatura.

As obras do santo presente na Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis em Mariana, feitos por Manoel da Costa Ataíde, apresenta o santo de Assis num momento de penitência e em seguida arrebatado divinamente. Instalados na sacristia desta igreja, ela insinua o itinerário dos presbíteros a sua função religiosa, ou

³ os elementos que definem a sociedade moderna; a teatralidade, como visão de valores éticos e sua transferência para a sociedade, passa a ser o cerne da meta da criação artística (tradução nossa)

seja, precisam renunciar a si mesmo com penitências e elevar-se espiritualmente. Essa mensagem, esteve presente em outras produções artísticas do período, nos apresenta o diálogo entre as obras e as mentalidades presente no período. A mensagem da cruz e glória exemplificam o estilo adotado pela contrarreforma, que fora amplamente utilizado no estilo barroco.

Referências

- ÁVILLA, Afonso. *Barroco: teoria e análise*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, 1997
- _____, Afonso. *Circularidade da ilusão e outros textos*. São Paulo: Perspectiva, 2004
- _____, Afonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- _____, Afonso. O elemento lúdico nas formas de expressão do barroco. In: *Revista Barroco*. Nº.2, 1970
- BARTOLI, Marco. Estado atual da pesquisa sobre as Fontes Franciscanas. IN: MOREIRA (ORG), Alberto da Silva. *São Francisco e as fontes franciscanas – Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco: Ifan, 2007*
- BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.
- BRUNETO, Carlos Javier Castro. La teatralización como constante del arte de Portugal Y Brasil em el Barroco. In: Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas. 2014, n.13 disponible em <<http://www.revistas.um.es/navegamerica>>.
- BOAVENTURA, são. *Legenda Maior*. Disponível em: <http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/1221-1274,_Bonaventura,_Legenda_Major_Sancti_Francisci,_PT.pdf>. Acesso em: 30 de ago. de 2019.
- BURKE, Peter. *A Escrita a História: Novas Perspectivas*. São Paulo, 1992.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. Aspectos da vida pessoal, familiar e artística de Manoel da Costa Ataíde. IN: CAMPOS, Adalgisa Arantes (org). *Manoel da Costa Atade: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007
- _____, Adalgisa Arantes. A pintura de Manoel da Costa Ataíde: notas sobre suas fontes, aspectos iconográficos e estilísticos. IN: CAMPOS, Adalgisa Arantes (org). *Manoel da Costa Atade: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007

- CÉSAR, Aldilene Marinho. Transformações na cultura religiosa: os ciclos pictóricos da vida de Francisco de Assis na Itália dos séculos XIII ao XVI. ANPUH – *Xxv Simpósio Nacional De História* – Fortaleza, 2009.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Portugal: Memória e Sociedade, 2002.
- COSTA, Everaldo Batista da. *A paisagem barroca como memória estética nacional*. Finisterra no.103 Lisboa dez. 2016
- DANTAS, Marta. O Barroco na mira das vanguardas latino-americanas. In: *Coleção confluências da Literatura e outras áreas*. Vol II. Interpretação e múltiplos olhares. Cascavel, PR: Unioeste: Goiânia: Editora PUC Goiás, 2012
- FRUGONI, Chiara. *Vida de um homem: Francisco de Assis*. Tradução Federico Carotti – São Paulo: Companhia de Letras, 2011
- GARCÍA, Alfredo Martin. Un Ejemplo de Religiosidad Barroca. La V.O.T. Franciscana de la Ciudad de León. *Estudios Humanísticos*. História. Nº 3, 2004
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- GOMBRICH, E. H. *Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. Tradução Raul de Sá Barbosa – 3º ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- HILL, Marcos. Algumas Obras do Pintor Manuel da Costa Ataíde e Seus Comentários. *Cultura Visual* - Revista do Curso de Pós-Graduação da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia, v.1, n. 3, jan./jul. 2001.
- MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco mineiro*. São Paulo: Perspectiva, 1973-78.
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. Tradução: Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- SALLES, Fritz Teixeira de. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Editora Itatiaias, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.
- SEVCENKO, Nicolau. *Pindorama Revisitada: Cultura e Sociedade Em Tempos de Virada*. Minas Gerais: Fundação Peirópolis. 2000

Igreja Católica: controle e resistência diante das crises políticas

Dayane de Sousa Lima¹

Na trajetória enquanto pesquisadora, surgiram muitos questionamentos acerca da escrita da História. Dentre eles: como narrar, qual o papel social do historiador diante das ferramentas que são manuseadas, o que nos cabe e o que não diante do passado que não vimos. O que nos chega como fonte, muitas vezes escorrega pelas mãos como água sem que tenhamos possibilidade de preencher qualquer lacuna, ou ter certeza que os fatos ocorreram da forma como é apresentado.

Ser historiador é inquietação constante, é construir muros e derrubá-los logo depois, é atravessar pontes sem a certeza do que nos espera do outro lado, ao mesmo tempo é a responsabilidade depositada em nós de olhar por lentes que atravessam nossos próprios limites.

A fala do historiador tem conotações importantes para as sociedades, é ela uma das principais responsáveis por trazer a memória à tona. Isto perpassa por escolhas, às vezes somos obrigados a deixar situações subtendidas, outras precisamos escavar do fundo da mina, tal qual um garimpeiro para trazer à tona tesouros enterrados.

Então, o que se quer lembrar? Ou o que se pretende deixar no esquecimento? Estes são elementos que perpassam pela “escolha” do historiador.

No entanto, não são escolhas simples de se fazer, pois o historiador não está deslocado do seu contexto, ele precisa seguir algumas regras para conseguir transitar “livremente” pela sociedade que o autoriza narrar as histórias.

Arendt (2010, p.264) destaca que a história constitui-se de eventos e suas ideias e forças não são previsíveis:

São ociosas e até perigosas quando empregadas como argumento contra a realidade, ou quando se destina a indicar potencialidades e alternativas, visto que o seu número é ilimitado por definição e lhes falta a tangível inesperabilidade do evento, que elas procuram compensar com a mera plausibilidade.

Além dos riscos e a inesperabilidade dos eventos, citados por Arendt precisamos atentar para os interesses do próprio pesquisador, que por sua vez traçará um caminho a

¹ Graduada em História pela Faculdade Santa Fé/IDESP. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGHis da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro.

ser seguido em detrimento de outro, é o seu olhar que estará impresso nos elementos a serem escolhidos. Para Benjamin (2012, p.18) “A história é objeto de uma construção cujo lugar é construído não de um tempo vazio e homogêneo, mas por um tempo preenchido pelo Agora (Jetztzeit).” Ainda que o repertório intelectual, cultural e econômico de vida do pesquisador seja determinante na sua forma de fazer história, ele precisa estar respaldado com ferramentas que compõem uma investigação em história.

O tempo é um desses componentes significativos, pois para compreender uma sociedade precisamos observar o tempo enquanto processo de construção do sujeito histórico, porque tempo é movimento, é mudança.

Porque o ser só pode ser compreendido, sempre e cada vez, na perspectiva e referente ao tempo, também a resposta à questão do ser não pode ser dada numa sentença isolada e cega. A resposta não será apreendida nem compreendida se não se fizer mais do que repetir sua formulação sentencial e, sobretudo, se ficar circulando de mão em mão como um resultado solto no ar de que se toma conhecimento como um ponto de vista e uma posição, talvez divergente da maneira tradicional de tratar. Se é uma resposta “nova” ou não, não tem importância, pois isso é só uma exterioridade. A sua positividade reside no fato de ser suficientemente *antiga* para poder apreender e compreender as possibilidades posicionadas pelos “antigos”. Em seu sentido mais próprio, a resposta apenas dá indicações de como se deve começar uma investigação ontológica concreta, ou seja, uma investigação ontológica concreta há de começar dentro de um horizonte liberado pelo tempo, como uma investigação sobre o sentido do ser. Ela só nos dá isso e nada mais. (HEIDEGGER, 2005, p.47).

A História é compreendida enquanto processo, os acontecimentos não estão somente no tempo, mas através dele. A história não pode prever o futuro, como muitos afirmam. Assim, ele destaca que o tempo torna-se ator e não o Ator.

O historiador não produz mais a exemplaridade, mas está em busca do único. Na *história magistra*, o exemplar ligava o passado ao futuro, por meio da figura do modelo a ser imitado. Atrás de mim, o homem ilustre estava tanto na minha frente como à frente de mim. (HARTOG, 2013, p.137)

O autor supracitado classifica o tempo de “*presentismo*”, que é esse tempo que não pode ser apreendido, que se esvai diante de nós, assim, o futuro está sempre à nossa frente e quando enfim ele chega, não podemos mais chamá-lo senão de presente. As sociedades só podem contar com o seu presente, para a posteridade esses decidem o que irão valorizar e o que irão desvalorizar atendendo as suas questões sociais. O autor

ênfatiza: “O presente é o iminente: o corpo do corredor inclinado para frente no momento de se lançar”. (HARTOG, 2015, p.142)

Ao analisar a História do Tempo Presente, Rousso (2016) toma como análise as duas guerras mundiais, que foram palcos fundamentais para se (re)pensar a prática e a percepção sobre a história.

Ora, sempre permanecendo apenas na observação de uma concomitância e não de uma filiação entre os dois processos, existe um debate, por vezes de enfrentamento aberto, entre os partidários da memória e os do esquecimento, entre os que reclamam a justiça em nome de uma moral dos direitos do homem e os que preconizam a anistia em nome da tradicional razão de Estado, entre os que propõem tomar a palavra e testemunhar contra o silêncio e a vontade de virar a página. (ROUSSO, 2016, p.222)

Ao historiador cabe a função de refletir e discutir tais eventos, não esquecendo-se de sua ética para trazer à tona com muita responsabilidade esses acontecimentos. Para isto, é necessário evocar elementos da memória, reconstituir, identificar e reordenar as interpretações sobre o passado.

Para White (2018), existe um “passado prático” que é composto por memórias, ilusões, porções de informações errantes, de atitudes e valores que o indivíduo ou os grupos evocam da melhor forma possível para se justificar:

Os passados políticos, jurídicos e religiosos raramente podem ser abordados sem algum tipo de ideologia ou *parti pris* de algum tipo. Não há dúvidas de que se pode dizer que tais passados pertencem à história, mas eles raramente são receptivos às técnicas de investigação dos historiadores profissionais. Na medida em que se investe nestes passados menos com o interesse de se estabelecer os fatos de um dado assunto do que em se fornecer a base factual para a realização de um julgamento sobre uma ação no presente, eles próprios não podem ser tratados de acordo com o princípio “primeiro os fatos, depois a interpretação” tão caro aos corações dos historiadores e historiadoras profissionais. Pois, nas investigações sobre esses tipos de passado, o que está em questão não é tanto “o que são os fatos?”, como, pelo contrário, o que pode se contar como fato e, além disso, o que se pode considerar como um evento especificamente “histórico”, ao invés de um evento meramente “natural” (ou, ainda, “sobrenatural”). (WHITE, 2018, p.16)

Rousso defende a ideia que a História Contemporânea é constituída pela mediação através do relato dos acontecimentos, mas isto implica uma demanda social em torno do historiador. Isto nos leva a pensar em qual lugar nós nos encontramos em meio a esse processo e os perigos de estar diretamente ligado ao tema.

Se o historiador do tempo presente permanece atento ao seu próprio tempo, sobretudo por razões evocadas anteriormente, essa ideia de mobilidade constante do tempo fracassou e teve apenas um impacto muito limitado no trabalho efetivo. O historiador do tempo presente não é um historiador do instante e não tem a vocação de correr atrás da atualidade. Ademais, que os estudos históricos devam dar conta de um alongamento permanente do devir das sociedades humanas é um truísmo, ainda que a questão não deixe de ter efeito na organização dos programas escolares. (ROUSSO, 2016, p.246)

Sobre o presente e os usos do passado, Temístocles Cézar (2012), lança o questionamento: “Qual a tarefa do historiador diante dos acontecimentos limite, dos traumas? O autor está se referindo à fonte, os testemunhos da II Guerra Mundial, como apreender este passado recente? O que se quer deixar como memória? Diante de todos os traumas que ficaram o que é lembrado e o que é esquecido? O próprio autor se pergunta: “Como analisar criticamente a testemunha dos acontecimentos limite? Como confiar nelas, em sua memória?” (CÉZAR, 2012, p.37)

Estas não são perguntas tão fáceis de responder, o que se faz numa guerra para sobreviver muitas vezes ultrapassa os limites da ética, do conceito de bondade, de ser um bom cidadão. Encontramos ao longo de nossas carreiras testemunhas que não estão dispostas a falar sobre os fatos vivenciados, por medo do julgamento, por saber que seus feitos ficarão para a posteridade. Como o homem quer ser lembrado? Outras vezes a testemunha aceita falar, mas somente o que lhe convém.

Ao entrevistar testemunhas que vivenciaram e lutaram nos conflitos de terra no Maranhão nas décadas de 1970 a 1990, alguns se mostraram muito resistentes em admitir que em meio aos assassinatos houve trabalhadores rurais que mataram pistoleiros, ainda que fossem para se defender. Este é um assunto que eles não comentam e quando questionados assumem o discurso em defesa do lavrador. Por outro lado, todas as testemunhas falaram da matança contra trabalhadores rurais, há um número considerável de homens assassinados pela polícia e por pistoleiros a mando de fazendeiros, para que os mesmos deixassem as terras livres.

Isto nos leva a pensar que talvez não seja interessante para os depoentes que se escreva uma história afirmando que os trabalhadores rurais não eram apenas as vítimas. Porém sabemos que diante dos conflitos há muitas formas de resistências. Esta é uma questão inquietante, porque muitas vezes o discurso dos historiadores dos conflitos agrários no Maranhão, apresentam os trabalhadores rurais como vítimas, negando a eles o direito de serem vistos como homens e mulheres que usaram de estratégias para sobreviver.

Abre-se a partir daí um leque de questionamentos, o historiador deve, assim como um investigador policial, estar atento para cada detalhe, pois o menor deles pode ser a chave para muitas questões. Não podemos correr o risco de apresentar histórias infundadas ou sem o devido cuidado em problematizar cada uma das informações.

Gruner aponta para as disputas do direito à memória e à verdade:

Na Argentina, durante os primeiros anos de transição, as narrativas de memória, no afã de confrontar o esquecimento e o perdão estatais, que não discriminavam perpetradores e suas vítimas, anistiando indistintamente uns e outros, produziram elas próprias um passado em que as motivações e filiações políticas, de resto centrais no processo de resistência às ditaduras, restavam neutralizadas, quando não mesmo esquecidas. Naqueles anos em que a presença do aparato autoritário ainda se fazia sentir nas tentativas de esquecimento e de perdão, era preciso produzir uma diferença irreduzível entre os agentes que, usando a máquina repressiva do Estado, sequestraram, torturaram, assassinaram e “fizeram desaparecer” milhares de militantes; e os próprios militantes, tornados nesses discursos vítimas passivas da repressão e do terrorismo de Estado. (GRUNER, S.d, p.10)

As testemunhas são ferramentas importantes, no entanto não podem ser tomadas como verdades absolutas, é necessário dentre muitos fatores observar qual instituição legítima esta testemunha, a que ponto ela está envolvida emocionalmente e ideologicamente com o seu discurso.

No que tange a questão da construção da memória, é interessante observar como os trabalhadores rurais do município de São Luís Gonzaga no Maranhão, se relacionam com ela. Quando um pesquisador chega ao local, o primeiro lugar que eles mostram é o cemitério, indicam assim que os jazigos provam que eles eram moradores antigos e que os latifundiários começaram a expulsá-los injustamente. Se os conflitos iniciaram no fim da década de 1970 e os túmulos datam mortes em 1917, eles acreditam ser a prova de que não podem ser invasores, mas posseiros antigos, os verdadeiros herdeiros da terra.

Sobre relatos de testemunhas, César traz um exemplo, chamando a atenção para a questão dos traumas e como eles se manifestam na hora de dar um depoimento:

Tratava-se da entrevista de um homem que fizera parte de um grupo de crianças que sobreviveram no gueto de Kovno até sua evacuação, em 1944. O primeiro depoimento do homem do qual fala Beyrak durou cerca de três horas e foi classificado pelo entrevistador enquanto “seco”. Ao chegar em casa após a entrevista, o depoente ou testemunha recorda-se, subitamente, que tinha guardado uma série de escritos, uma espécie de diário, constata que evocava pontos, os quais não mencionara em seu testemunho. Seria, então, necessário retomá-

lo, refazê-lo. Na sessão seguinte, munido de seu diário, ele narra novos episódios diante da câmera. Porém, o entrevistador repara que a testemunha deixava de lado certas páginas do diário e pergunta por quê. O sobrevivente explica que era impossível que certas coisas escritas no diário fossem reais, que elas realmente tenham acontecido, pois delas, naquela data, ele não guardava nenhuma recordação. A leitura dessas páginas não deixa nenhuma dúvida sobre sua autenticidade, se comparadas a outros relatos do gênero, notadamente uma descrição da fome. No entanto, esses registros lhe pareceram irreais. (CÉZAR, 2012, p.38-39)

O autor chama a atenção para o elemento psicológico do depoente, considerando ser um elemento de fundamental importância de investigação. O autor adere enquanto aporte teórico neste caso a psicanálise. Mas, além desta teoria, outras também podem ser exploradas, como a fenomenológica, por exemplo. Esta é uma ferramenta da filosofia utilizada pela Psicologia que consiste em perceber o homem a partir de suas experiências. Esta teoria é proposta por Edmund Husserl, trata-se de uma visão compreensiva e não dissociativa, tudo faz sentido a partir da intencionalidade, seria a direção espontânea da consciência para algo, o que vai contra o pensamento da psicanálise, onde as questões mais traumáticas ficam no campo desconhecido do inconsciente.

Neste sentido, não mais falamos em “revelar” o mundo, oculto de algum modo, mas em desvelar sentidos, naquilo que o mundo se apresenta para uma consciência, não mais como “coisa”, mas como fenômeno e, portanto, como dotado de um conjunto de significados que incluem – de modo inalienável – todos os elementos da equação: sujeito, ato e mundo de fenômenos. (HOLANDA, 2009, p.88)

Considerando a questão do trauma a partir da psicanálise, Gruner faz uma análise acerca dos traumas deixados pelas ditaduras militares. O autor traz o conceito freudiano sobre “*compulsão à repetição*”, que é a substituição das recordações. O que Freud defende é que nossas questões mais traumáticas estão submersas no inconsciente que ele denomina de aparelho psíquico.

Gruner afirma:

O fundamental é a ideia de que, com o trauma, ocorre um movimento que impele a uma repetição compulsória e irrefletida, em que o indivíduo “não pode recordar a totalidade do que nele se acha reprimido, e o que não lhe é possível recordar, pode ser exatamente a parte essencial”. Mais: ao retornar e repetir a matéria traumática reprimida, ele o faz não como uma experiência vivida no e pertencente ao passado, mas como sempre contemporânea. Reside nesse constante retorno do mesmo a principal dificuldade de comunicar, pela linguagem, o trauma: só se pode dizer uma experiência e, por meio do

discurso, atribuir-lhe sentido e significado, pela distância. A faculdade de perceber, conscientemente, o alcance e a dimensão da experiência reside na capacidade de mantermos, em relação a ela, um distanciamento. No trauma, esse afastamento resta fragilizado pela fixação no presente que, entre outras coisas, interdita a própria linguagem em sua capacidade de interpretar e compreender o já vivido como experiência pretérita. (GRUNER, S.d, p.5)

Para Freud a Consciência é concebida como a superfície do aparelho mental, que é o primeiro a ser atingido a partir do mundo externo, espacial e anatomicamente. As percepções sensoriais (vindas do exterior para o interior), sensações e sentimentos são conscientes desde o início. Porém, os processos que ocorrem internamente e que denominamos de pensamento são deslocamentos de energia psíquica efetuadas em algum lugar do aparelho psíquico encaminhando-se para a ação.

Divide-se o inconsciente em pré-consciente e inconsciente, e a partir disso, concebe-se também a dicotomia entre o pensamento inconsciente e o pensamento do pré consciente. A ideia vinda do inconsciente é efetuada em algum material desconhecido e a do pré-consciente, além de efetuar-se em um material desconhecido, vincula-se a representações verbais. O inconsciente se torna consciente a partir da vinculação com representações verbais que lhe são correspondentes (resíduos de lembrança, percepções que, como todo resíduo mnêmico, podem tornar-se novamente consciente.).

Freud concebe a existência de tais traços mnêmicos como se estes estivessem contidos em sistemas diretamente adjacentes ao sistema perceptivo-consciente, o que possibilita as catexias destes a se mover do interior para o exterior, os últimos elementos do sistema, conscientes.²

A questão é, se estas memórias nem sempre chegam ao consciente, se elas foram traumáticas ficam recalçadas, não é que conscientemente o indivíduo não queira lembrar, mas o evento foi tão forte ou imoral que fica no “esquecimento”. Porém elas se manifestam a partir dos atos falhos e chistes, se o pesquisador tiver conhecimento deste campo teórico ele consegue identificar nessas lacunas do próprio sujeito a chave para muitas questões.

Sendo assim, o trauma diz dos impactos emocionais desagradáveis na vida do sujeito, ele é afetado e guarda a informação que incomoda e o acompanha em sua vida.

² BREUER, J.; FREUD, S. (1895[1893]). Comunicação Preliminar. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 15-297.

Assim, o sujeito desenvolve uma energia emocional, a sua memória existe por causa desta energia. O que o sujeito lembra e esquece faz parte desses processos traumáticos.

Ao longo da minha investigação sobre os conflitos de terra no Maranhão entrevistei pessoas que estiveram diretamente envolvidas nesses conflitos, percebi a importância de observar esses aspectos do trauma. Muitos perderam suas casas, outros perderam familiares assassinados nesses conflitos. Muitas vezes falar desses momentos de impacto na vida não é muito agradável, percebe-se nos depoentes o lacrimejar nos olhos e a tristeza no momento do depoimento.

Uma Igreja que surge das bases do povo

A Igreja Católica é uma instituição bastante estudada por pesquisadores em todo o mundo, seu lugar na sociedade é passível de discussões, embates, dúvidas, concordâncias e discordâncias. Que instituição é esta com tanto poder há muitos séculos e que hoje ainda consegue se colocar num lugar de destaque no mundo todo? Porém, este poder foi perdendo forças, principalmente diante dos novos anseios sociais que causaram transformações na economia e política. Novas discussões surgiram impulsionados pelos anseios do novo milênio.

Havia, em suma, uma preocupação da Igreja em preservar-se dentro de um novo contexto buscando meios que não prejudicasse sua hegemonia, pois levantava-se opiniões divergentes dentro da própria instituição, seja por posturas políticas diferentes acerca dos novos modelos de conduta adotados, seja pela ascensão de novas teorias dentro da formação do próprio clero. (LIMA, 2018, p.37)

A princípio, podemos observar que ao tratar desta instituição precisamos atentar para a sua formação e espaços de disputas dentro dela mesma. Não há como enquadrá-la enquanto *una* como ela mesma se autointitula, pois ela está dividida internamente por alas que concordam e discordam da sua própria forma de atuar, assim a Igreja vive seus conflitos há longos séculos.

Ao analisar a Revista Eclesiástica Brasileira, Cabral (2014) aponta para a atuação da Igreja Católica no meio rural. Sua discussão sinaliza que ao ser obrigada a se afastar de grandes decisões no país, a Igreja muda seu direcionamento apoiando grupos subalternos, uma tentativa de reconstruir seu poder, cada dia mais abalados pelas forças políticas internacionais. Deste modo, suas antigas tradições precisaram ser repensadas. “Assim, ela teria que construir o seu discurso por meio de uma releitura de sua tradição,

concomitantemente à apropriação das representações dos desfavorecidos, tendo em vista uma ampla base social”. (CABRAL, 2014, p.166)

Assim, a Igreja utilizou-se de estratégias para preservar sua influência no campo. Uma delas é a relação com o Estado, ela teria se colocado como mediadora entre a sociedade civil e o próprio Estado.

Podemos dizer que neste período a Igreja passou por transformações profundas e tomou a iniciativa de propor mudanças sociais e culturais em relação a alguns setores importantes da sociedade brasileira. A partir de uma análise institucional compreendemos que as modificações ocorridas no interior da Igreja são uma tentativa de defender seus interesses e de expandir sua influência. Desta forma, a instituição muda porque suas necessidades de adaptações forçam a alterações que estejam de acordo com as modificações da sociedade. Trazendo essa análise para o nosso contexto mais específico, percebemos que as reformas sociais defendidas pela Igreja, tratavam-se, de uma estratégia para assegurar as massas no meio rural, uma vez que ao deixarem o campo, as pessoas, muitas das vezes, abandonavam também às práticas simbólicas e os valores religiosos da Igreja Católica. (CABRAL, 2014, p.170)

Cabral (2014), traz a tona que não de forma desinteressada e apenas com o papel de ajudar ou orientar o homem do campo a Igreja se envolveu em conflitos ligados à questão da terra má distribuída, mas esta era também uma forma de controlar uma massa que no momento oportuno estaria desamparada pelo próprio Estado. Por outro lado, se tomarmos como referência documentos da própria Igreja, perceberemos que o discurso de padres, religiosos e religiosas apontam que a forma de se colocarem no mundo é motivado pelo carisma, esta é a lógica cristã, o anseio de contribuir para que o mundo seja melhor e mais justo.

Quando o Estado que deveria ser o suporte de sua sociedade falha, instituições como a Igreja e sindicatos, por exemplo, assumem um papel de mediador na tentativa de somar forças contra o Estado opressor ou para ser porta-voz num diálogo entre Estado e as massas.

Segundo Mounk (2019) o populismo é democrático e liberal, por buscar por um lado manifestar a frustração do povo como para minar instituições liberais. Para ele, estas instituições liberais são necessárias para que a democracia sobreviva: “depois que os líderes populistas se livrarem dos obstáculos liberais que impedem a expressão da vontade popular, fica muito fácil para eles dar as costas ao povo, quando as prioridades deste começarem a entrar em conflito com as suas”. (MOUNK, 2019, p.48)

No que tange as mazelas sociais na América Latina, a Igreja Católica convocou conferências para que junto com autoridades clericais tomassem medidas que orientassem uma massa esmagada pelo capitalismo. Estas vieram trazer transformações substanciais na prática da Igreja, o questionamento passou a ser acerca da “desigualdade social”; alguns países enriqueciam dia após dia, enquanto em outros a pobreza era extrema. Havia um abismo socioeconômico cada vez maior. A Igreja começou então a intervir como agente direto nessas questões sociais, levando em consideração o pobre, “o curvado, o oprimido”³ (VATICANO, 1979, p.41).

É importante lembrar, que esta não era uma postura comum da Igreja, com estas práticas ela começou a quebrar paradgmas e iniciou uma nova fase em sua atuação que geraria muitos conflitos não apenas externos, mas dentro da própria instituição.

Neste sentido o documento de Puebla se apodera de um discurso bíblico cuja conotação é político-social, faz-se referência a uma determinada categoria, a do excluído, marginalizado e oprimido, considerando esse o pobre da América Latina. Ainda sobre o documento, classifica-se enquanto indivíduos que necessitam da intervenção da Igreja grupos indígenas, camponeses sem terra, operários, desempregados e/ou que se submetem a subempregos, jovens frustrados, crianças pobres, menores abandonados e carentes, mulheres, prostitutas, imigrantes, entre outros.

Em 1968 acontece a II Conferência Episcopal da América Latina em Medellín, desta vez o foco foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’S), aqui o povo deixa de ser considerado expectador e passa a agente transformador. O objetivo da conferência realizada em Medellín era conscientizar o povo do seu papel na Igreja e na sociedade, um projeto de evangelização sob a perspectiva do oprimido, marginalizado e injustiçado. Seguindo o método de “Ver, Julgar e Agir” buscou-se, de acordo com o documento desta conferência, libertar o povo de suas mazelas sociais. Este método visa tirar as pessoas da acomodação, despertar a consciência crítica e levá-los a assumir compromissos para transformar a sociedade.

A América Latina está evidentemente sob o signo da transformação e do desenvolvimento. Transformação que, além de produzir-se sem uma rapidez extraordinária, atinge e afeta todos os níveis do homem,

³ Referência ao documento da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano que realizou-se em janeiro de 1979, e tinha como tema: “Evangelização no presente e no futuro da América Latina”.

desde o econômico até o religioso.⁴ (CONCLUSÕES DE MEDELLÍN, 1968, p.2).

O que passava pelas discussões deste documento é a possibilidade de transformar massas oprimidas em categorias que fossem protagonistas de suas próprias histórias, o método “Ver, Julgar e Agir” foi uma dinâmica trabalhada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB’S) de forma exaustiva, essas discussões chegavam de fato à zona rural, e os trabalhadores rurais escutavam e discutiam suas mazelas levando em consideração suas próprias realidades. Ainda que muitos não soubessem ler, muitas estratégias foram veiculadas para que essas discussões chegassem ao campo, como por exemplo, a formação de dirigentes nas sedes das paróquias que eram enviados para reproduzir o que aprendiam.

De acordo com Machado (2012), havia uma motivação da Igreja Católica impulsionada pela questão da justiça social, porém não no sentido assistencialista, mas algo que viesse a transformar a realidade das classes desfavorecidas e marginalizadas. “O efeito imediato deste processo resulta na emergência de uma “Igreja popular”, inspirada por elaborações teológicas que os clérigos relacionam com a questão da “libertação”, da “justiça social” e da “transformação da realidade”.” (MACHADO, 2012, p.15).

Sader (1988) destaca que a Conferência dos Bispos da América Latina, buscava comprometer a Igreja na luta contra a miséria. Assim surgiam as primeiras CEB’S nas periferias de São Paulo.

Na capela do Socorro temos notícia de um grupo de jovens vinculado a uma comunidade de base de 1968. Em 1970 dom Paulo Evaristo Arns torna-se arcebispo de São Paulo. Em janeiro de 1971 dois agentes pastorais que atuavam na região sul – o padre Giulio Viccini e a assistente social Yara Spadini – foram presos sob a acusação de terem distribuído panfletos denunciando a morte do operário Raimundo Eduardo da Silva, que se encontra preso no Hospital Militar de São Paulo. Informado de que haviam sido torturados, dom Paulo protesta, reclama das autoridades fazendo do tema dos direitos humanos, em face aos arbítrios do Estado Militar, sua mais insistente reivindicação. Quando em 1975, o jornalista Wladimir Herzog foi morto sob torturas infligidas na prisão, o culto ecumênico celebrado na Catedral da Sé constituiu-se numa extraordinária manifestação política que desafiou o regime. (SADER, 1988, p.147-148)

⁴ Referência a II Conferência Geral Episcopal Latino-Americano, realizou-se na Colômbia de agosto a setembro de 1968, com o tema: “**Presença da Igreja na atual transformação da América Latina: à luz do Concílio Vaticano II. A conferência tinha como objetivo à discursão acerca das propostas do Concílio Vaticano II (1962-1965).**”

O autor, defende que a Igreja se torna um aparelho desafiador para o Estado, em 1971 constituem equipes para a “educação popular”, para alfabetizar segundo o método Paulo Freire, método este proibido pelo regime militar. Este consistia em levar o educando à tomada de consciência a partir da sua realidade social. Constituiu-se assim, um núcleo de educação popular composto por padres, seminaristas, estudantes, militares de esquerda que buscavam incluir as massas numa resistência ao regime militar.

Romano (1979) tece duras críticas acerca da romantização de alguns autores sobre a ação da Igreja Católica nos movimentos sociais. Para o autor, as atividades públicas desta instituição no Brasil passam despercebidas pela real compreensão de sua especificidade. Observando apenas, as formações sociais, estruturas econômicas e organizações políticas, ignorando deste modo os sistemas de representações na qual a Igreja apreende as realidades na qual ela está inserida simbolicamente.

O que Romano chama a atenção é para uma análise crítica, observando ao redor da estrutura desta instituição milenar, segundo o mesmo, não se deve esquecer que o discurso da Igreja é teológico-político, e isto muitas vezes é negligenciado. Não comparecendo, portanto, em muitas análises a questão da dominação religiosa, bem como os demais poderes da sociedade civil e do próprio Estado.

Em outras palavras, o discurso teológico é posto em segundo plano em face da análise política conjuntural, o que leva a uma identificação de personagens eclesiais dentro do jogo político sem tematizar, ao mesmo tempo, seus motivos e seu modo específico de exprimi-los. Neste sentido, não basta, por exemplo, indicar a correlação, na última década, entre a crise nacional brasileira e a crise interna da Igreja. Não basta descrever as oscilações ideológicas e políticas do episcopado, para explicar a gênese das frações convergentes ou opostas dentro de organismos oficiais, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (ROMANO, 1979, p.19-20)

O autor supracitado está preocupado em discutir o modo como as diversas posições da Igreja Católica se conjugam com elementos da cultura contemporânea. Para o autor, é importante não perder de vista essas tradições e o peso da história desta instituição. “Não se pode esquecer o peso desta história, em cujo transcurso se determinaram as representações ideais que fundamentam a legitimidade postulada para as instituições civis, para o Estado e para a própria Igreja”. (ROMANO, 1979, p.20)

Atentando assim para algumas questões na qual atravessou a Igreja Católica diante de mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil, podemos apontar para a Ditadura Civil Militar. Este foi um momento tenso e de contradições para esta

instituição. No primeiro momento sabe-se que houve apoio da Igreja ao regime militar, Scott Mainwaring (2004, p.102) diz que a própria CNBB emitiu um manifesto de apoio ao golpe. O documento dizia que o golpe atendia a angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via o avanço do comunismo querendo chegar ao poder, assim as Forças Armadas teriam chegado a tempo de evitar a implantação do governo bolchevista no Brasil.

O documento diz ainda que Deus teria livrado a nação do perigo comunista, portanto os bispos concluem agradecendo aos militares que lutaram em favor dos interesses da nação brasileira.

A 6 de março de 1973, apenas nove anos depois, dezessete bispos do Nordeste do Brasil e seis do Amazonas assinaram os dois documentos episcopais mais radicais já emitidos até aquela época. Ambos denunciavam o regime militar por violações sistemáticas dos direitos humanos, pela repressão e pela marginalização social generalizada. Afirmavam que a política econômica e a violação dos direitos humanos contrariavam todos os princípios mais importantes da doutrina social da Igreja e sua ênfase na dignidade humana. (MAINWARING, 2004, p.102)

O autor provoca o leitor perguntando o que estaria por trás desta mudança da Igreja Católica. Logo, o mesmo direciona a resposta para as autoridades da Igreja em Roma e para as discussões apoiadas pela Conferência Episcopal Latino Americana - CELAM. Scott Mainwaring (2004) afirma que as mudanças políticas e sociais mais amplas impulsionaram a Igreja a modificar sua identidade. Assim, as mudanças políticas pós-1964 direcionaram muitos bispos a apoiar políticas progressistas. Ao lidar com a realidade que violava os direitos humanos, marginalização das classes populares, a repressão contra ela mesma, fechamento de rádios, jornais, dentre outros meios de violência levaram muitos bispos a se tornarem progressistas.

De acordo com Butler (2015) uma vida é constituída de meios seletivos, não se pode fazer referência do ser fora das operações de poder, mediante a produção desta vida.

É claro, não se deduz daí que se alguém apreende uma vida como precária decidirá protegê-la ou garantir as condições para a sua sobrevivência e prosperidade. Pode ser, como Hegel e Klein apontam, cada um à sua maneira, que a apreensão da precariedade conduza a uma potencialização da violência, a uma percepção da vulnerabilidade física de certo grupo de pessoas que incita o desejo de destruí-las. (BUTLER, 2015, p.15)

Butler parte do pressuposto da *ontologia social* e discute o que ela chama de “enquadramento” da vida humana. Ela aponta que a vida é tomada como um objeto vulnerável. Deste modo, seria uma normatividade sobre o corpo que por sua vez se torna precária, fragmentada e exposta ao mundo, a autora defende que a vida é um fenômeno social.

Para Butler, a condição precária designa a condição politicamente induzida, onde determinadas populações sofrem com redes sociais econômicas de apoio deficiente e ficam expostas a violações, à violência e à morte. Assim, este grupo fica vulnerável a doença, pobreza, fome, deslocamento, dentre outras violências sem qualquer proteção.

A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não tem opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. (BUTLER, 2015, p.46-47)

A autora enfatiza que as populações pedem proteção do Estado, no entanto elas precisam ser protegidas das violências causadas pelo próprio Estado. Assim, no período de instabilidade política no Brasil, a Igreja se propõe a assumir um papel que até então não era dela. Mas, essa análise não pode ser ingênua. Podemos observar, que a Igreja estava ameaçada de muitas formas por este poder do Estado, ela já não tinha tanto poder de decisão, a instabilidade política e econômica, causavam um mal-estar social generalizado, o que certamente a tirou de sua zona de conforto.

Romano (1979) defende a ideia que a Igreja coloca-se estrategicamente como defensora privilegiada dos Direitos Humanos, a partir do momento que ela começa a sofrer repressões políticas. Deste modo, ela se posiciona contra o êxodo rural, colabora com o Estado favorecendo educação técnica e econômica aos camponeses e reivindica a legalização de terras aos camponeses. Assim, a Igreja lança estratégias para se posicionar diante dessas crises. A CEB’S, por exemplo, teria um aspecto de reforma social e de recuperação de sua audiência popular.

O autor supracitado é bastante enfático ao colocar que, o discurso da Igreja nas homilias, estavam enraizados de valores morais e religiosas não dissociados às novas reformulações sociais. Assim, o autor destaca que esta estratégia intencionava influenciar o comportamento das massas.

O ensaio de monopolizar os católicos foi acompanhado de uma radical simplificação burocrática da Igreja: no alto da escala, os bispos reunidos na CNBB; no meio os padres e os técnicos da pastoral

(encarregados das análises sócio-econômicas, dos estudos teológicos, da comunicação, etc.); na base, os líderes escolhidos a dedo e especialmente treinados para a função de intermediários entre a hierarquia e a massa reunida em comunidades fixadas o mais possível em seu *habitat*. (ROMANO, 1979, p189-190)

Para Souza (1993) a Igreja Católica no Brasil, fora abalada nas décadas de 1950 e 1960 por forças que não obedeciam mais aos seus comandos, estas forças visavam crescer e formar novas alianças que garantissem a elas mais poder. Diante disso, uma nova geração se prepara para entrar em ação, a de uma Igreja progressista e militante.

Segundo o autor, este é o momento em que uma ala progressista declara sua opção pelos pobres, porém suas práticas de mobilização e organização das classes populares são projetos que viabilizam a transformação social. O autor categoriza esta ala da Igreja enquanto “facção”. Porém não há por parte do autor maiores esclarecimentos sobre esta afirmação.

Ou seja, é o grupo que assume a realização do Reino de Deus como uma tarefa terrena, que implica na implantação de uma sociedade justa e igualitária. Enfim, é a ala que faz uma clara opção socialista. Igreja progressista é, portanto, uma facção da igreja católica. (SOUZA, 1993, p.115)

Assim, a Igreja Católica investe pesado no discurso, nos símbolos e práticas para que os novos objetivos ganhem força. As classes populares passam a ser o alvo predileto, pois era a classe mais vulnerável, onde o capitalismo fazia suas principais vítimas, segundo o autor.

Considerações Finais

Buscou-se no presente artigo discutir aspectos das políticas de memória, como elas são construídas e para qual finalidade. Sua construção perpassa por contradições, rupturas e conflitos que precisam estar muito bem problematizadas na construção das narrativas do historiador.

Muitos questionamentos surgiram sobre como fazer uma história do tempo presente, de como falar do passado tendo como referência o tempo do historiador, o tempo presente. Levando em consideração questões políticas e suas próprias experiências enquanto sujeito e pesquisador.

Buscou-se ainda fazer uma ponte entre as discussões acerca da participação da Igreja Católica em movimentos sociais, tentando perceber quais as peculiaridades

que a envolve neste contexto na qual muitas vezes é vista como porta-voz dos menos favorecidos da sociedade.

Tentou-se perceber os sujeitos que narram as histórias dos seus conflitos a partir dos aspectos psicológicos e os impactos que o passado deixou insistindo em comparecer na fala ou no silêncio diante de temas muito difíceis de serem rememorados, não pela falta da memória, mas por ser considerado muito forte para passar pela elaboração da fala diante de uma entrevista.

Referências

ARENDDT, Hannah. “A Vita Activa na Modernidade”. In: *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BENJAMIN, Walter. *O Anjo da História*. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BREUER, J.; FREUD, S. (1895[1893]). *Comunicação Preliminar*. In: *FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 15-297.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CABRAL, Bruna Marques. *A IGREJA CATÓLICA E OS MECANISMOS DE ATUAÇÃO NO MEIO RURAL BRASILEIRO (1955-1964)*. ESCRITAS Vol. 6 n.1 (2014) ISSN 2238-7188 p. 165-184.

CEZAR, Temístocles. Tempo presente e usos do passado. In: VARELLA, F. F. (Org.) [et al.]. *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

GRUNER, Clóvis. *Quadros da barbárie, quadros de memória: a experiência autoritária no Brasil, Argentina e Uruguai em três histórias em quadrinhos*. DEHIS/UFPR, S.d.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presenteísmo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

HOLANDA, Adriano. *Fenomenologia e Psicologia: diálogos e interlocuções*. Revista da Abordagem Gestáltica, v.15 n.2 Goiânia dez. 2009.

II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. *Conclusões de Medellín*. 6 ed. São Paulo, Paulinas, 1968.

LIMA, Dayane de Sousa. *Franciscanos e missão: atuação da Diocese de Bacabal e da Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção em conflitos de terra no Médio Mearim (1970-1980)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, 2018.

MACHADO, Jorge Luiz Feitoza. *Ação Política, missão pastoral e instâncias de inserção: engajamento de clérigos no Maranhão (1970-1980)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Maranhão.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Companhia das Letras, 2019.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja Contra Estado*. Editora Kairós, 1979.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (19870-1980)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Nelson Rosário. *A produção político-religiosa do militante católico progressista*. Revista de Sociologia e Política, nº3, 1994.

TEMME, Fr. Adolfo. *O dia do grande horror. Do fundo do meu pensar chamo por ti: senhor escuta o meu clamor*. Lago da Pedra, MA. 26 nov 1985.

VATICANO. *Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Documento de Puebla*. Puebla de los Angeles, México. Paulinas, 1979.

WHITE, Hayden. *O passado prático*. Trad. Arthur Lima de Avila, Mario Marcello Neto, Felipe Radünz Krüger. Rev. ArtCultura, Uberlândia, v. 20, n. 37, p. 9-19, jul.-dez. 2018.

Juventude e religiosidade: o que vem sendo produzido sobre o assunto?

Elias Kruger Albrecht*

Este artigo é fruto da proposta de estudar a influência da Igreja Evangélica luterana do Brasil (IELB) na formação social e religiosa da sua juventude através da revista “O Jovem Luterano”, que por muitos anos foi o principal espaço de socialização dos propósitos educacionais, sociais e religiosos da instituição para com os seus jovens.

Além disso, o número significativo de pesquisas acadêmicas sobre a produção e circulação de literatura escolar, secular e religiosa tutelada pelos sínodos luteranos (WEIDUSCHADT, 2007, 2012; ALBRECHT, 2019) me instigou a buscar por estudos dedicados ao público jovem no âmbito do luteranismo, e por abordagens que convergem com a proposta de investigar modelos educacionais juvenis que se encontram interlaçados com princípios religiosos, no sentido de elaborar um projeto de pesquisa que venha a contribuir para o conhecimento histórico do processo educacional e doutrinário de jovens luteranos em épocas distintas. Foi assim que a revista “O Jovem Luterano” (Figura 1), enquanto condutor de intencionalidades, apresentou-se como um instrumento significativo para analisar o processo de disciplinamento da juventude luterana.

Figura 1 – Capas da Revista “O Jovem, Luterano” década 1930, 40, 50,60 e 70.



Fonte: Biblioteca do Seminário Concórdia.¹

*Doutorando em Educação, ênfase em História da Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Possui mestrado em Educação, ênfase em História da Educação pela mesma instituição. Graduado em História – Licenciatura também pela UFPEL, e membro do CEIHE (Centro de Estudos e Investigações em História da Educação).

¹ O Seminário Concórdia é o local de formação teológica dos pastores da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, localizado na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

A revista “O Jovem Luterano” foi um periódico produzido pela editora Concórdia², sob coordenação da IELB. Circulou mensalmente de 1929 até 1973, quando foi extinta nos moldes que vinha sendo produzida, passando a ser anexada à revista Mensageiro Luterano³ como um caderno dentro desse periódico (WARTH, 1979). Porém, antes de adentrar o assunto será necessário estabelecer primeiro os fundamentos do conceito de juventude a serem estudados (GROPPO, 2010), bem como os trabalhos mais relevantes que indicam a importância dos mesmos para a área.

A cada ano surge um grande número de novas pesquisas realizadas em âmbito acadêmico, seja de mestrado, doutorado, entre outras produções. Essas pesquisas representam, para o pesquisador que está em busca de um tema novo ou inédito, uma fonte de apoio e, em muitos casos, direcionamento para determinados assuntos que instigam outras possibilidades de estudo.

Assim, Gil (2010) observa que, entre as demandas de uma pesquisa acadêmica, faz-se necessária a realização de um levantamento de estudos já realizados a respeito da temática proposta. Esse procedimento tem como objetivo prover subsídios para a fundamentação teórica e também para fazer uma reflexão em relação aos aspectos considerados pertinentes para a pesquisa, além de conhecer o que vem sendo produzido sobre o assunto, possibilitando, assim, uma melhor problematização do objeto/sujeito pesquisado.

Dito isso, o presente trabalho realiza um levantamento de estudos produzidos entre 2000 e 2020, no campo das ciências humanas que discutem os entrelaçamentos da vivência de parcela da juventude brasileira com sua religiosidade, apontando a instituição religiosa com a qual ela se identifica. Para tanto, contou-se com o suporte teórico-metodológico de Treinta *et al.*, (2014), que orienta o uso de estratégias de pesquisa que facilitam a identificação dos trabalhos convergentes com os objetivos do tema a ser estudado. Com base nessas orientações e considerando os conceitos básicos que conduzem o desenvolvimento da escrita da futura tese, optou-se pelo uso dos seguintes descritores: “juventude e religiosidade” e “juventude e luteranismo”.

A busca foi realizada junto às duas principais plataformas de fomento a pesquisas acadêmicas, respectivamente: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

²A editora Concórdia, ligada à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), foi fundada no Brasil em 1923, para atender as demandas das igrejas e das escolas Luteranas vinculadas ao Sínodo. Atualmente dedica-se a produzir literatura de cunho religioso. Para saber mais sobre, ver Albrecht (2019).

³ Considerada a revista da família luterana brasileira, sua edição teve início em 1917 e se mantém interrompida com publicações mensais até os dias atuais.

Nível Superior - e a Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações. Foram localizadas 18 dissertações e 7 teses que de algum modo dialogam com a religiosidade juvenil e suas ramificações em diferentes campos das ciências humanas, conforme elencado nos quadros abaixo.

Quadro 1 - Dissertações localizadas com base nos descritores:

18 Dissertações	
Antropologia	1
Ciências da Religião	4
Ciências Sociais	3
Educação	6
História	1
Serviço Social	1
Sociologia da religião	1
Teologia	1

Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 2 – Teses localizadas com base nos descritores:

7 Teses	
Antropologia	1
Ciências sociais	1
Educação	3
Psicologia social	1
Sociologia	1

Quadro elaborado pelo autor.

A maioria das teses e dissertações elencadas nos quadros acima foi encontrada pelos descritores “juventude e religiosidade”. Já “juventude e luteranismo” somaram apenas um trabalho aos demais.

Cabe salientar que o campo “Educação” encontra-se grifado nos quadros (1 e 2) por tratarem-se de estudos oriundos da mesma área do conhecimento que a referida tese que mobilizou este ensaio. Apesar de concentrar o maior número de reflexões sobre a temática, a observância dessas pesquisas mostrou que há uma lacuna no que se refere a estudos relacionados ao campo educacional e doutrinário de jovens luteranos. Por conseguinte, esses trabalhos são importantes para o entendimento de conceitos que envolvem o tema de pesquisa (GIL, 2010).

Conforme mencionado, os quadros acima ilustram as áreas do conhecimento que se dedicaram ao estudo da temática nos últimos vinte anos. São pesquisas que buscaram esclarecer como jovens em diferentes contextos sociais e históricos, inclusive contemporâneos, viveram e/ou vivenciaram suas experiências religiosas segundo as

orientações das instituições religiosas com as quais eles se identificam. O quadro a seguir é um demonstrativo do campo institucional abrangido por esses estudos.

Quadro 3 – número de pesquisas localizadas por campo institucional:

Campo institucional	
Católico	11
Evangélico	6
Misto	2
Sem definição	4
Luterano	2

Quadro elaborado pelo autor.

A maioria dos trabalhos versa sobre os movimentos juvenis católicos, sendo a Pastoral da Juventude o tema mais abordado, com cinco pesquisas dedicadas a estudar as ações e as produções desse movimento juvenil ligado à Igreja Católica. Por outro lado, o próprio tempo histórico da Igreja Católica no Brasil permite vislumbrar um maior número de fontes para estudar a atuação dessa instituição junto ao campo juvenil.

Por conseguinte, o significativo aumento das igrejas pentecostais e neopentecostais, aqui identificadas como evangélicas, mostra-se bastante presente em estudos do tempo corrente. Grande parte desses trabalhos observam as mudanças que o movimento pentecostal vem sofrendo nas últimas décadas e procura compreender o papel da juventude nesse processo de transformações e também de afirmação de potenciais conservadorismos.

Com relação aos trabalhos identificados como mistos ou sem definição religiosa, são pesquisas que não se atêm a grupos religiosos específicos, mas buscam compreender as singularidades juvenis, principalmente a influência da religiosidade na integração e regulação de valores no que diz respeito à vida sexual e afetiva.

Já os dois trabalhos que versam sobre o luteranismo referem-se a duas dissertações que constroem interlocuções étnico-religiosas e sociais envolvendo uniões matrimoniais de jovens ligados a IELB (HELFENSTEIN, 2014) e o caráter ecumênico e social de periódicos juvenis luteranos produzidos pela IECLB⁴ (DONNER, 2001).

A visualização das instituições religiosas abarcadas por essas pesquisas fez-se necessária no sentido de compreender as diferentes motivações que mobilizaram esses

⁴ Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

estudos, bem como as suas problematizações, que em alguns momentos conversam entre si e em outros apresentam abordagens singulares de grupos juvenis específicos. Desta maneira, optou-se em fazer uma síntese das evidências disponíveis sobre o tema investigado, com o propósito de oferecer subsídios que permitam reflexões pertinentes ao projeto de pesquisa em andamento (GIL, 2010), e também de conhecer o que vem sendo produzido em nível acadêmico sobre juventude e religiosidade.

Como exemplo, temos as teses de Pinheiro (2013) e Victória (2015) que, apesar de não apresentarem projeções com base em uma religião institucionalizada, caminham pelo campo da educação moral, observando a funcionalidade do pensamento dos jovens em relação à regulação de valores e sentimentos, visando a sua inserção ética na sociedade. Também refletem as percepções de jovens no que diz respeito à comunidade, família, educação, religiosidade, lazer, trabalho e perspectivas de futuro, concluindo que a moralidade ainda é percebida pelos jovens com o fio condutor das relações humanas.

Pode-se perceber que muitas dessas pesquisas, tanto a nível de doutorado como de mestrado, estão mobilizadas a entender o cotidiano da juventude. Principalmente no que diz respeito aos valores religiosos e às concepções de sexualidade, vida afetiva e seus desdobramentos no cotidiano de jovens de diferentes denominações religiosas. Como a tese de doutorado de Alves (2009), que aborda as vivências de moças e rapazes adeptos à Igreja Assembleia de Deus, em que se observa a manifestação da sexualidade no centro do ethos dessa instituição religiosa, agindo no controle da exposição do corpo. A pesquisa ressalta que isso está muito mais atrelado a capitais sociais, culturais e simbólicos do que a uma renúncia. Estando, assim, associado moralmente à identidade do grupo religioso em questão.

Nessa mesma perspectiva, Silva (2010), em sua tese de doutoramento em Psicologia Social, investiga como jovens de diferentes denominações religiosas constroem a sua trajetória sexual e afetiva. E conclui que a religiosidade por eles vivida reflete as influências dos dias atuais, havendo um maior poder de escolha em detrimento de uma aceitação naturalizada dos parâmetros religiosos e culturais socialmente herdados, mesmo quando suas experiências pareçam reproduzir de forma linear certas orientações doutrinárias, não deixando estas de serem uma escolha que dá sentido à trajetória de vida destes sujeitos.

Ainda nessa linha de raciocínio, Cardoso (2017) disserta sobre a concepção de sexualidade entre “os jovens carismáticos”, que é um seguimento da juventude católica que adota práticas mais conservadoras, procurando intervir na sociedade por intermédio de discursos oficiais da Igreja Católica. Enfatiza, assim, os princípios da família e da religião,

agindo em defesa da castidade e ressaltando a negação da utilidade do corpo, a menos que seja para a procriação e dentro do matrimônio.

Por conseguinte, Vidal (2016) observa em sua dissertação de mestrado que os valores conservadores disseminados pelos discursos doutrinários de igrejas ainda se mantêm atuais. E que os jovens levados por inseguranças provocadas pelas conjunturas políticas e sociais têm cada vez mais bebido dessa fonte em uma tentativa de se encontrar dentro desse espaço multifacetado. Isso porque a religião oferece esse universo rico e heterogêneo de representações que, ao mesmo tempo em que dá segurança aos jovens também alimenta o conservadorismo.

Segundo Sofiati (2009), que estuda a realidade histórica e sociológica dos jovens que ingressam no movimento da Juventude Carismática, que é o tema da sua tese, observa que a religião tornou-se, na atualidade, uma das principais formas de organização que se impõem frente as demais esferas sociais, com objetivos claros e definidos. E que a juventude, enquanto categoria social em constante movimento de transição, muitas vezes incompreendida pela sociedade, busca nestas instituições as soluções para enfrentar os seus dilemas pessoais e sociais, e, assim, reconectar-se com Deus, com a família e a sociedade. Esses jovens, ao sentir-se acolhidos nesse espaço, constroem uma nova identidade pelo processo de evangelização.

Silva (2006), ao dissertar sobre a utopia da “Civilização do Amor” assumida pelas Pastorais da Juventude Católica, observa que o desejado dos jovens envolvidos nesse projeto, está marcado, sobremaneira, por uma visão de mundo e ethos religioso inspirados em Jesus Cristo como centro e condição de salvação da humanidade. Firma-se esses valores diante de um campo religioso cada vez mais plural, em uma cultura juvenil globalizada e consumista que valoriza o imediatismo.

Já Andrade (2008), que dissertou sobre o movimento da juventude contemporânea diante da religião institucionalizada, observou que os jovens na atualidade estão mantendo um maior trânsito religioso, com flutuações entre denominações e sistemas religiosos. Ressalta que o questionamento das estruturas religiosas secularmente construídas é reflexo da pluralização da sociedade contemporânea, que vem contestando referências anteriormente construídas. Essas mudanças fazem com que os jovens atuais se desprendam da religião institucionalizada reguladora do comportamento social para viver uma religiosidade da subjetividade e do livre arbítrio, passando a ter uma identidade religiosa flutuante, vivenciando um ecletismo religioso, com encontros religiosos transitórios a sincretismos momentâneos de acordo com as ofertas disponíveis.

Assim, pode-se observar que os jovens, mesmo que de maneira discreta, assumem certo protagonismo na reelaboração de significados, rituais e princípios oferecidos pelos diferentes sistemas religiosos. Para Oliveira (2017), que em sua tese observou as transformações que o movimento pentecostal vem sofrendo nas últimas décadas, os jovens se apresentam como os potenciais agentes dessa mudança dentro das instituições religiosas. Segundo ele, os jovens encontram-se em período de transição, entre a fase infantil e a fase adulta, o que faz deles uma força propulsora de transformações, mas também de potenciais conservadorismos, levando a conflitos geracionais entre aqueles que desejam e querem mudanças e aqueles que lutam pela manutenção da tradição. A juventude é assim considerada por Oliveira (2017) o principal agente do processo de reconfiguração do discurso e das práticas religiosas, principalmente por mostrarem-se mais abertos a debater assuntos do cotidiano, sem se prender a estereótipos religiosos, o que mostra a sua aproximação com uma visão de mundo diferente daquela construída apenas no espaço religioso.

Silva (2009), em sua dissertação, também compartilha dessa ideia de que a juventude é o principal agente dos conflitos de interesses em igrejas pentecostais conservadoras. Ressalta que o fundamentalismo dessas igrejas faz com que elas não consigam lidar com os anseios do público jovem na pós-modernidade. Isso está fazendo com que muitos jovens optem em sair da instituição e busquem igrejas que respeitam e valorizam a autonomia religiosa. E mesmo aqueles que permanecem na igreja tradicional representam uma tentativa de articulação entre o ethos pré-moderno e pós-moderno.

Essas mobilizações institucionais provocadas pelos jovens são consequência da própria constituição do jovem enquanto força social renovadora em busca do seu espaço na sociedade. Nesse sentido, Soffiati (2004), ao dissertar sobre os posicionamentos tomados pela Pastoral da Juventude no contexto da redemocratização do Brasil e as novas perspectivas adotadas no pós redemocratização, observa que o jovem não é progressista ou conservador por natureza, mas sim um potencial aberto às oportunidades que a sociedade lhe oferece. Assim, segundo ele, os jovens se movimentam conforme o contexto histórico e social e a sociedade tende a potencializar as suas ações para produzir transformações. Ressalta que as próprias instituições tendem a se movimentar no sentido de se beneficiar da força propulsora da juventude, ao destacar a atuação militante da Pastoral da Juventude durante a redemocratização, articulando processos democráticos e contribuindo com a construção da cidadania brasileira. Porém, com a influência da pós-modernidade, a Pastoral da Juventude passou a assumir uma perspectiva subjetiva, voltando suas ações pedagógicas para o cotidiano pessoal, afetivo e sexual, na busca do equilíbrio entre o político e o espiritual, entre o coletivo

e o pessoal. A necessidade coletiva e política cede lugar ao pessoal e cultural, uma vez que a nova sociedade precisava ser apaziguada e redirecionada no sentido da civilização do amor.

Essas atividades culturais e religiosas desenvolvidas por grupos juvenis são observadas por Teixeira (2006), em sua dissertação, como um canal de diálogo para formação social e política da juventude. Segundo ele, os jovens que têm uma passagem por grupos juvenis religiosos apresentam uma maior maturidade para dialogar sobre realidades diversas e conflituosas, e são constituídos com potencial para planejar ações que alteram a realidade a sua volta. Em concordância com o potencial de formação humanístico dos grupos juvenis religiosos, Rezende (2004) observa que a experiência pedagógica de evangelização a qual esses jovens se submetem resulta no empoderamento espiritual desses sujeitos. Para ele, as informações e saberes que os jovens recebem e trocam nesses espaços contribuem para as relações consigo mesmos, com a família e com a sociedade a sua volta, além de intensificarem sua relação com Deus. Nesse sentido, as dissertações de Souza (2004) e Perrondi (2008) ressaltam o potencial solidário, cooperativo e educativo das organizações juvenis, sendo um espaço de formação pessoal e social que extrapola os limites do institucional, tecendo saberes que vão além da proposta religiosa e assistencial.

Em síntese, as experiências empreendidas por estes autores tendem a mostrar que o grupo juvenil não é somente um espaço de exercício de uma prática religiosa e institucional da igreja, mas repleto de vivências e múltiplas possibilidades de trocas, de diálogos, de amizade, de acolhimento e de crítica formativa. Portanto, o grupo juvenil é percebido, por estes autores, como um espaço de formação voltado para a formação humana e social (GOHN, 2016). Porém, esse espaço que congrega jovens também pode ser usado, conforme observa Goulart (2010) em sua dissertação de mestrado, como estratégia de captação de novos fiéis, através da atuação de jovens evangélicos no campo da ação social junto ao terceiro setor. Com ações assistencialistas voltadas à educação e treinamentos, mobilizações evangelísticas, populares ou esportivas, assistência à saúde básica, recuperação e reintegração de viciados em drogas, entre outros programas locais que possibilitam aos jovens se expressarem ao mesmo tempo que potencializam a disseminação dos discursos religiosos.

Outro debate a ser observado é a construção da feminilidade e da masculinidade entre jovens, sobre a perspectiva das instituições religiosas, com base em modelos sociais de cada época. Entre estes podemos destacar a pesquisa de doutorado de Rocha (2018), que aborda a normatização das práticas femininas a partir do manual de boas maneiras da escritora alemã Sophie Christ, usado na educação de meninas e moças em escolas católicas no começo do século XX. E também a dissertação de mestrado de Silva (2009), que analisa o modo

protestante de educar meninas, através de impressos metodistas que circulavam na década de 1920. São duas análises históricas que têm como foco instituições religiosas divergentes entre si, mas que tratam de um mesmo tema que é o processo construtivo da futura mulher visando a normatização das práticas femininas dentro do espaço público e privado, de acordo com os códigos de boas maneiras em meados do XX. Portanto, tratava-se muito mais de um modelo civilizador da sociedade da época do que uma normatização institucional. Em resumo, os dois estudos deixam claro que a finalidade desse processo educativo das jovens não era somente forjar a mulher cristã católica ou protestante, mas principalmente moldar o comportamento feminino que a sociedade entendia como sendo o adequado para aquele gênero, que era ser boa esposa, mãe, dona de casa e zeladora pela educação dos filhos.

A articulação entre religião, gênero e juventude também foi tema de pesquisa de mestrado de Freitas (2016), na qual ele discute as percepções de “homem” para além da simples reprodução e manutenção de um modelo de masculinidade tradicional. O estudo analisa encontros de “formação do homem”, prática que congrega jovens rapazes presbiterianos na qual discutem padrões de comportamento, responsabilidade, condição matrimonial, entre outros atributos que são percebidos por eles como sendo fruto de aprendizado e disciplinamento físico e cognitivo. O que resultaria na maneira como eles expressam suas emoções e afetividades, com base nos valores e normas de comportamento propagados pela doutrina presbiteriana.

A esse respeito, podemos observar em Joan Scott (1995) que as normativas socialmente aceitas e recomendadas para cada gênero em determinada sociedade são construídas e firmadas por uma série de atividades elencadas ao cotidiano, com o objetivo de legitimar organizações sociais culturalmente construídas.

Falar de modelos socialmente construídos é também imergir na cultura escrita. Conforme Maria Helena Camara Bastos (2002), os impressos são fontes por excelência para aqueles que objetivam investigar a cultura educacional e as diferentes esferas que exercem influências na formação do pensamento em contextos específicos e em épocas distintas. Foi com base nessas observações que Vieira (2014), em sua dissertação, estudou os usos, a circulação e a prática de produção de impressos juvenis católicos pela pastoral da juventude no Rio Grande do Sul nas décadas de 1980/90. A autora ressalta a presença de um processo educativo designado à formação de jovens católicos, por intermédio de circulação de ideias, informações, engajamento político e social, destacando o caráter militante do impresso numa perspectiva de formação de opinião, que, em alguns momentos, legitimava mais as opiniões pastorais do que os conteúdos difundidos.

Observações muito semelhantes foram formuladas por Santos (2006), em sua dissertação de mestrado em que analisou as representações educacionais sobre a juventude católica difundidas no jornal “A Defesa” na década de 1960. Com o objetivo de compreender os sentidos que eram atribuídos pelos produtores do impresso à educação informal dos jovens e a sua função social, observou que tratava-se de uma educação fundamentada em princípios católicos voltada principalmente a evitar a dissolução da instituição familiar, evitando assim a ruína da civilização cristã. Santos (2006) destaca que o jornal atribuía aos jovens a tarefa de construir uma sociedade capaz de associar a fé católica aos valores culturais vigentes no mundo contemporâneo. Seus discursos educativos visavam orientar a formação moral e espiritual, e, dessa maneira, reabilitar a juventude nos princípios católicos oferecendo subsídios para uma educação anticomunista, filiação de pensamento que era vista como um das principais ameaças à família brasileira.

O mesmo contexto histórico em que Santos (2006) analisa os direcionamentos católicos para os jovens, também é abordado por Donner (2001) onde este observa os posicionamentos de estudantes luteranos durante a Campanha da legalidade na revista da Juventude Evangélica⁵. Ao refletir sobre a politização e as relações desses estudantes com a família e a igreja, o estudo destaca que esses jovens buscavam levar à sociedade os debates que estavam ocorrendo e, com isso, conscientizá-la dos problemas brasileiros em um momento em que os questionamentos sobre o envolvimento dos cristãos com a política e a responsabilidade social ainda eram tímidos e encontravam pouca aceitação entre as comunidades luteranas.

Diversas são as estratégias de ensino para moldar comportamentos juvenis segundo observações de instituições religiosas, mesmo quando elas estão voltadas a ações voluntárias junto à sociedade civil. Manske (2016) analisou em sua pesquisa de mestrado o currículo da Associação Cristã de Moços, que é uma organização global com princípios cristãos e sem fins lucrativos com unidade em Porto Alegre/RS. O autor observa a relevância das problematizações do currículo, que estão articuladas com os modos de governos contemporâneos, porém mantendo todos os princípios da instituição calcados na religião cristã.

Segundo Luís Antônio Groppo (2004), assim como não existe uma sociedade homogênea, os jovens também não podem ser percebidos como iguais, é preciso pensá-los enquanto sua “nacionalidade, região, etnia, gênero, religião, condição urbana ou rural,

⁵ Órgão oficial da Juventude da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

momento histórico, grau de desenvolvimento econômico etc.” (GROPPO, 2004). E foi justamente na tentativa de compreender o fenômeno social e cultural da reprodução de um grupo étnico-religioso em uma cidade do estado do Paraná que Helfenstein (2014) analisou a manutenção da endogamia teuto-brasileira naquela região, apontando que ocorria muito mais em função de uma identidade baseada na religião luterana do que por questões étnicas, o que era a sua hipótese inicial, uma vez que a confessionalidade luterana mostrou-se ser o filtro para as escolhas sociais e afetivas dos jovens adeptos a essa religiosidade, principalmente na escolha do futuro cônjuge. Destacando, assim, as influências do campo religioso na vivência de jovens luteranos.

Para concluir, cabe ressaltar que fazer a sistematização metodológica dos passos percorridos pelos autores analisados neste estudo (quadro 4) a fim de alcançar objetivos apresentados em suas pesquisas, tornou-se relevante no sentido de perceber qual a melhor metodologia a ser empregada no estudo de cada período histórico e o social.

Quadro 4 - Procedimentos metodológicos das teses e dissertações abordadas nesta pesquisa:

Metodologia de pesquisa	
Conversação / grupos focais/ discussão	3
Documental	3
Documental + Entrevista	2
Documental + Entrevista + Observação	1
Documental + Questionário	1
Documental + Oral	1
Entrevista	5
História Oral	1
Observação + Entrevista	6
Questionário	2

Quadro elaborado pelo autor.

Os diferentes campos metodológicos elencados revelam não somente o modelo de raciocínio utilizado pelos pesquisadores para interrogar o seu objeto de estudo, mas também consideram o tempo histórico de cada estudo. Dezoito pesquisas abordaram o tempo presente, ressaltando a preferência por metodologias de interpelação, e somente sete analisaram o processo histórico, o que justifica um baixo número de estudos que fazem uso da análise

documental. O fato evidencia que a juventude é um período social ainda pouco problematizado historicamente pelos pesquisadores. Por outro lado, dos oito trabalhos que fazem uso da análise documental de maneira parcial ou exclusiva, cinco trabalham com impressos, o que ressalta a sua potencialidade enquanto fonte e objeto de pesquisa. O impresso foi também o suporte mais utilizado em estudos que envolveram o campo educacional, estando presente em cinco das nove pesquisas identificadas como sendo da área da Educação. Reforça-se, assim, o enquadramento do impresso como fonte privilegiada nos estudos relacionados à história da educação (BASTOS, 2002).

Em âmbito geral, os trabalhos analisados possibilitaram verificar aspectos comuns entre os discursos religiosos com relação à moralidade religiosa, saúde, e ao cotidiano da juventude. Os estudos mostram as potencialidades de compreender os jovens, no campo da religiosidade institucionalizada, como agentes de mudanças e continuidades, porém numa visão de mundo que está centralizada em Deus. Já os grupos juvenis aparecem como sendo uma das principais formas de congregar jovens para fins religiosos na atualidade.

Observou-se, também, que a maioria das pesquisas no âmbito do catolicismo juvenil apresenta uma perspectiva histórica. E que as discussões que envolvem as juventudes evangélicas trazem abordagens contemporâneas. Ressalta-se, assim, os diferentes períodos históricos dessas duas vertentes religiosas que têm a sua entrada no Brasil em momentos distintos.

Com base nos descritores “Juventude, religiosidade e luteranismo”, considerando o recorte temporal de 2000 a 2020, foram localizadas somente duas dissertações que versam sobre juventude e luteranismo. Uma analisa os posicionamentos de estudantes luteranos durante a Campanha da Legalidade, na Revista da Juventude Evangélica (DONNER, 2001). E a outra observa as uniões étnico-religioso influenciadas pelo campo religioso, em uma Comunidade Evangélica Luterana do Brasil (IELB) no Estado do Paraná (HELFENSTEIN, 2014).

O levantamento destas pesquisas mostra que há folego para novos estudos no que diz respeito aos processos formativos da Juventude Luterana, visto que as instituições luteranas apresentam significativa inserção no campo educacional e doutrinário, (WARTH, 1979; WEIDUSCHADT, 2007, 2012; ALBRECHT, 2019). Com isso, entende-se que o periódico, enquanto meio de comunicação e difusão doutrinária, serviu como uma importante ferramenta

educativa, destinado a influenciar a formação do pensamento sociocultural de jovens e adolescentes; E, enquanto impresso religioso, apresenta-se como potencial referencial para pesquisas no âmbito da história da educação, tendo como objetivo compreender os processos formativos juvenis através de instituições religiosas.

Os resultados obtidos, além de mostrar o que vem sendo produzido sobre a temática da juventude e religiosidade, servirão de baliza para debater a regulação de sentimentos e valores da juventude luterana durante a minha pesquisa de doutorado, que tem por objeto de estudo a revista “O Jovem Luterano”, com a perspectiva de compreender a atuação da instituição religiosa (Igreja Evangélica Luterana do Brasil) na educação de jovens e adolescentes, segundo as recomendações da igreja cristã luterana.

Fontes:

ALVES, Maria de Fátima Paz. *Um/Uma jovem separado no mundo: igreja juventude e sexualidade na perspectiva de jovens da assembleia de Deus em Recife- PE*. 2009, 315 f Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco/ UFPE, Recife /PE, 2009.

ANDRADE, Fernanda Maria Arruda dos Santos. *Identidade e Religião: uma análise da construção da identidade religiosa juvenil*. 2008. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Católica de Pernambuco/UCP, Recife /PE, 2008.

CARDOSO, Brunna Dias. *Religião, juventude e sexualidade: a recepção dos discursos papais no grupo de oração semeador*. 2017, 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

DONNER, Sandra Cristina. *Os jovens luteranos e a "Revolução Brasileira"*. Um estudo histórico da Congregação dos Estudantes de Porto Alegre, da Associação Cristã de Acadêmicos e da Revista da Juventude Evangélica na década de 1960. 2001, 146 f. Dissertação (Mestrado em Teologia), Escola Superior de Teologia/EST, São Leopoldo/RS, 2001.

FREITAS, Sandro Soares Ramos de. *“Saber ser homem”*: a construção da masculinidade entre jovens Presbiterianos / Sandro Soares Ramos de Freitas. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife /PE, 2016

GOULART, Denise Alessandra. *Religião Juventude e trabalho social: processos identitários na agência missionária evangélica Jocum*. 2010, 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –Universidade Estadual Paulista/ UESP. Marília/ SP, 2010.

HELFENSTEIN, Janaina Cristiane da Silva. *Entre a vida comunitária e a vida conjugal: a composição das famílias luteranas de Imbituva, Paraná*. ,2014, 150 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná/UFPR, Curitiba/PR, 2014.

MANSKE, George Saliba. *Um currículo para formação de lideranças Juvenis na associação crista de moços de Porto Alegre*. 2006. 208f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, Wellington Cardoso de. *Juventude, religião e conflitos geracionais: entre o discurso institucional e a prática religiosa de jovens pentecostais da assembleia de Deus em Goiânia*. 2017, 248 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal de Goiás/UFG, Goiânia/GO, 2017.

PERONDI, Mauricio. *Jovens da Pastoral da Juventude: aprendizados na experiência*. 2008, 164 f. Dissertação (Mestrado em educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre/RS, 2008.

PINHEIRO, Viviane Potenza. *Integração e regulação de valores e sentimentos nos projetos de vida de jovens: um estudo na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento*. 2013, 384 f. Tese (Doutorado em educação) - Universidade de São Paulo/USP, São Paulo/SP, 2013.

REZENDE, Bruno de Avelar. “Se alguém está em cristo, nova criatura é”: a espiritualidade que brota da Formação bíblica para jovens. 2004, 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Pontifícia Universidade Católica de Goiás/ PUC-GO, Goiânia/GO, 2004.

ROCHA, Rita de Cassia Luiz da. *Manuais de Civilidade e Educação: “A Conduta da juventude feminina” de Sophie Christ*. 2018, 159 f. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba/SP, 2018.

SANTOS, Ana Luzia. *Educação na imprensa católica: as representações do jornal A Defesa sobre a formação da juventude (1961-1969)*. 2006, 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe/UFS, São Cristóvão/SE, 2006.

SILVA, Cristiane Gonçalves da. *Sexualidade, conjugalidade e direitos entre jovens religiosos da região metropolitana de São Paulo*. 2010, 2016 fl. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade de São Paulo/USP, São Paulo/SP, 2010.

SILVA, Lourival Rodrigues da. *Juventude, religião e a utopia da "civilização do amor": estudo de caso das pastorais da juventude do Brasil*. 2006, 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Goiás/ PUC-GO, Goiânia/GO, 2006.

SILVA, Valberth Veras da. *Religiosidade Juvenil em Movimento: Um estudo de caso Batista regular*. 2009, 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Ceará/UFC, Fortaleza/CE, 2009.

SOFIATI, Flávio Munhoz. *Religião e juventude: os jovens carismáticos*. 2009, 210 f. Tese (Doutorado Em Sociologia) Universidade de São Paulo/USP, São Paulo/SP, 2009.

SOFIATI, Flávio Munhoz. *Jovens e movimento: o processo de formação da pastoral da juventude no Brasil*. 2004. 188 f. Dissertação (Mestrado Sociologia da Religião) – Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, São Carlos, 2004.

SOUZA, Carmen Zeli Vargas Gil de. *No tecer da vida, a juventude; no tecer da juventude, a vida: práticas educativas de jovens de Santo Antônio da Patrulha, em grupos de música e religião.* 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 2003

TEIXEIRA, Carmem Lucia. *O grupo de jovens: espaço de formação da identidade política.* 2006, 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da religião) -Pontifícia Universidade Católica de Goiás/PUC-GO, Goiânia, 2006.

VIDAL, Elisa da Silva. *Os valores religiosos e seus desdobramentos no cotidiano dos jovens.* 2016, 116 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, São Paulo/SP, 2016.

VIEIRA, Patrícia Machado. *Psu Fermento! Pastoral da juventude e imprensa estudantil nos anos 1980-1890.* 2014, 108 f. Dissertação (Mestrado em educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS, Porto Alegre/RS, 2014.

VICTORIA, Claudio Gomes Da. *Comunidade, escola e juventude: navegando pela história oral de vida de jovens de uma comunidade ribeirinha no Amazonas.* 2015 162 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas/ Unicamp, Campinas/SP, 2015.

Referências:

ALBRECHT, Elias Kruger: *Cartilhas em língua alemã produzidas pelos Sínodos Luteranos no Rio Grande do Sul: usos e memórias (1923-1945).* 2019. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal nas instituições sociais. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 59-75, set./dez. 2016. Disponível online em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3615/2053>. Acessado em 04 jun. 2021.

GROPPO. Luís Antônio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do Cogeime.* a.13, -n. 25, p. 9-22, dezembro 2004. Disponível online em: <https://www.metodista.br/revistas/revistascogeime/index.php/COGEIME/article/view/629/58>. Acessado em 04 jun. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade.* Porto Alegre: UFRGS, v.20, n.2, p. 71-99. jul./dez, 1995. Disponível online em: seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/71721/40667. Acessado 15 maio 2021.

TREINTA, Fernanda Tavares; et al. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. *Production*, v. 24, n. 3, p. 508-520, Jul/Set. 2014.

Disponível online em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65132013005000078&script=sci_arttext&tlng=pt. Acessado 19 Maio, 2021.

WARTH, Carlos H. *Crônicas da Igreja: Fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1900- 1974)*. Porto Alegre, Concórdia S. A, 1979. 377 p.

WEIDUSCHADT, Patrícia. *O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: Identidade e cultura escolar*. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas/RS, 2007.

WEIDUSCHADT, Patrícia. *A revista "O Pequeno Luterano" e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas - RS (1931 - 1966)*. 2012. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2012.

**As trajetórias de Pietro Colbacchini e Francesco Bonato:
dois missionários vênets na região de colonização italiana do Paraná**

Fábio Luiz Machioski*
Diego Gabardo**

O presente artigo visa apresentar as trajetórias vividas por dois sacerdotes católicos, pioneiros na prestação de assistência religiosa junto à região de colonização italiana do Paraná. Trata-se dos padres Pietro Colbacchini e Francesco Bonato, cujas vidas se cruzaram devido ao contexto migratório vivido na região de origem. Ambos, vênets originários de localidades muito próximas na província de Vicenza, Norte da Itália, inseriram-se nesse processo histórico ao migrarem para o Brasil, no final do século XIX, na intenção de auxiliar espiritualmente os seus conterrâneos que já haviam se fixado, ou estavam se instalando, em terras paranaenses.

Nossa análise se insere nos escritos de trajetórias de indivíduos que participaram de deslocamentos transoceânicos, temática que tem sido recorrente nos estudos que investigam os fenômenos migratórios. É consenso, entre muitos pesquisadores, que essa tendência se deve à uma renovação do gênero biográfico, na qual a “biografia atual problematiza as histórias particulares, relacionando-as e não as isolando da história geral. Esse procedimento está permitindo aos historiadores vislumbrar novos sujeitos, porque analisados em interação com diferentes e complexos contextos” (KARSBURG, 2015, p. 33).

Ao apresentar as características e diferenças existentes nos percursos trilhados pelos dois missionários investigados, pretendemos perceber as particularidades de suas ações no mesmo contexto e/imigrante, pois acreditamos que a trajetória de um indivíduo se faz por meio de suas escolhas, realizadas perante as situações e que surgem diante das interações e relações sociais que o mesmo experimenta.

No caso dos nossos personagens, os ambientes históricos comuns de construção de suas trajetórias foram compartilhados tanto antes, quanto depois do ato de migrar. O anterior corresponde ao êxodo ocorrido na região do Vêneto, que contribuiu consideravelmente com o que ficou conhecido na historiografia como *A Grande Emigração* (FRANZINA, 2006), e o

* Doutorando em História junto ao PPGHIS da UFPR pela linha pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História. Pesquisador do Centro de Estudos Vênets no Paraná (CEVEP). fabiomachioski@gmail.com

** Pós-graduando em Antropologia Cultural pela PUC-PR. Pesquisador do Centro de Estudos Vênets no Paraná (CEVEP). Membro das Associações Italiana Padre Alberto Casavecchia e Veneti nel Mondo-Colombo. diegogabardo@gmail.com

posterior refere-se à colonização italiana no Sul do Brasil, mas especificamente no Paraná. É nesse cenário comum, compartilhado pelos dois sacerdotes católicos, que pretendemos analisar e comparar as suas singularidades e peculiaridades. Dessa forma, estamos seguindo o conselho de que “a trajetória singular, por mais que revele o protagonismo dos sujeitos, só faz sentido se confrontada a outras trajetórias, preferencialmente de indivíduos do mesmo tempo e espaço e colocados no mesmo horizonte dos possíveis” (KARSBURG, 2015, 39).

Essas nossas primeiras interpretações justificam nossa escolha metodológica de operar uma microanálise da participação dos missionários católicos na história da e/imigração italiana. Estamos optando por seguir o fecundo caminho traçado pela micro-história, que tem proporcionado novos questionamentos e problemáticas, nas quais os indivíduos que migram passam a ser vistos como sujeitos ativos e protagonistas dentro de um fenômeno macro, como foi o do deslocamento dos camponeses do norte da Itália para o Brasil no final do século XIX.

Podemos citar ao menos um trabalho historiográfico que está dentro dessa perspectiva de estudos micro analíticos, e que por esse motivo nos serviu de inspiração. Trata-se do estudo realizado por Maíra Vendrame (2016), intitulado *O poder na aldeia*, no qual a historiadora narra a história da vida, ou melhor, da morte do padre Antonio Sório em meio a uma comunidade de imigrantes italianos instalados no Rio Grande do Sul. O sucesso desse trabalho historiográfico nos faz acreditar na eficácia do uso das metodologias da micro-história para a escrita de biografias e trajetórias. Cremos que o seu grande trunfo, como explica Giovanni Levi (2006), é juntar “biografia e contexto”, o que permite construir uma narrativa histórica que procura tornar a pessoa ‘normal’ por meio da reconstituição dos ambientes e das relações sociais nas quais o indivíduo esteve inserido.

Amparados por esses direcionamentos, fizemos uso principalmente da metodologia microanalítica, aquela conhecida como método “onomástico”, conforme apresentado por Ginzburg e Poni (1989), e que consiste em perseguir o nome dos indivíduos na intenção de compreender suas ações e suas interações sociais. Sendo assim, a análise e a escrita das trajetórias dos sacerdotes Colbacchini e Bonato puderam ser construídas por meio do cruzamento de uma grande variedade de fontes nas quais seus nomes foram citados. Com isso, foi possível reconstituir os percursos traçados pelos missionários, cotejando os dados de um conjunto documental formado por escritos epistolares, registros escolásticos, documentos eclesiásticos, assentos paroquiais e notícias de periódicos, como também por lembranças e memórias formuladas por representantes das congregações religiosas e das comunidades dos descendentes de imigrantes da região de colonização italiana do Paraná.

A maior parte dessa documentação se refere ao período em que os sujeitos investigados prestaram serviço religioso junto às colônias de imigrantes italianos instaladas em solo paranaense. Essa periodização tem como baliza inicial 1886, ano no qual Colbacchini chegou à capital Curitiba, e termina em 1913, quando se deu a morte de Bonato, depois de 25 anos de missão nessa mesma região. Só uma pequena parcela dos documentos coletados se refere ao tempo em que eles viveram na terra de origem, porém elas também foram de fundamental importância, na medida que contribuíram para compreender a constituição do caráter e da personalidade dos nossos sujeitos-objeto.

Conforme já deixamos explícito, estamos partindo da seguinte questão: diante das aparentes semelhanças, quais diferenças podemos encontrar entre as trajetórias dos dois sacerdotes? Dessa primeira pergunta surgiram outras, que também fazem parte da problemática que instigou nossa investigação: que características subjetivas e objetivas possuía cada uma das personagens analisadas? Como se deu a atuação deles junto aos seus conterrâneos instalados no Paraná? Qual era o discurso de cada um dos missionários? Como se deram a recepção e a aceitação deles pelos imigrantes e também pela sociedade receptora? Quais as memórias e lembranças deixadas nas colônias por essas duas trajetórias?

Na tentativa de, ao menos em parte, responder essas questões, ou pelo menos indicar o caminho para possíveis respostas, vamos nos valer de três conceitos que são empregados em estudos desenvolvidos pelas ciências que estudam a relação entre indivíduo e sociedade. Dois deles são as ideias de *estratégia* e *tática*, aportes teóricos cunhados pelo historiador Michel de Certeau (1994). E um terceiro se trata da categoria conceitual de *intelectual orgânico*, forjada pelo filósofo Antonio Gramsci (1968). É com a ajuda desses conceitos que, ao final, vamos comparar as duas trajetórias na tentativa de perceber como as ações e as escolhas subjetivas das personagens, com histórias aparentemente semelhantes, tomaram rumos distintos e proporcionaram diferentes resultados para suas existências.

O papel e a atuação dos padres nas áreas de e/imigração vêneta

Antes de focarmos nosso olhar micro analítico nas trajetórias particulares de Pietro Colbacchini e Francesco Bonato, vamos apresentar rapidamente um pouco do contexto e/imigratório, visando mostrar um panorama de como se deu a participação dos padres no processo de deslocamento ocorrido na região do Vêneto e, posteriormente, na organização das colônias desses imigrantes em terras paranaenses no final do século XIX.

De acordo com o historiador Renzo Grosseli, era sob os pilares da terra, família e catolicidade que a sociedade campestre, das regiões setentrionais da Itália desse período, apoiava-se. Sendo assim, a Igreja era a instituição máxima que, com seu representante local, determinava a moral dessa sociedade, por meio de um conjunto de normas religiosas. O guia dessas famílias que viviam isoladas no campo não era nem o imperador, nem o intelectual liberal, mas sim o padre da aldeia, o líder religioso ligado à organização Católica Romana e a sua maior autoridade, o Papa (GROSSELI, 1987, p. 16).

Portanto, no último quartel do século XIX, a Igreja era para os italianos do campo o que o novo Estado nacional era para a burguesia emergente, ou aquilo que os sindicatos e os partidos políticos passaram a ser para o proletariado do meio urbano. Em outras palavras, era no meio eclesiástico católico que se encontravam as lideranças e o quadro de dirigentes dos camponeses. Para esses últimos, o padre não era somente um representante religioso, mas também um líder intelectual, social e político. Enfim, a moral para essas comunidades rurais era a moral católica, na qual os clérigos eram as verdadeiras autoridades da sociedade (POSSAMAI, 2004).

Nessa direção, na esteira do que apontou Gramsci (1968), acreditamos ser legítimo pensar que o padre da aldeia rural das regiões setentrionais italianas funcionava como uma espécie de intelectual orgânico. Segundo Franzina, a integração entre padres católicos e o povo camponês acontecia graças às diversas funções desempenhadas por eles, que sabiam agir de modo a equilibrar às relações de classes existentes no campo. Assim, este último autor afirma que conseguiam “recuperar, de modo bastante pacífico e seguro, os mais perigosos momentos de subversão camponesa, dentro de uma lógica adequada ao sistema proprietário e burguês (mas depois também capitalista) da economia agrícola vêneta” (FRANZINA, 2006, p. 334).

Dessa maneira, inferimos que os padres das aldeias, que eram os que mantinham de fato um vínculo estreito de proximidade com os camponeses, exerceram uma forte contribuição na divulgação da América como alternativa pacífica para fugir da crise. A “revolução” que o clero rural incentivava era a recusa da sociedade proposta pelo novo Estado italiano, recém-unificado e com características liberais e anticlericais, por meio da adesão à emigração, que significava a reconstrução da sociedade tradicional em um novo contexto geográfico (GROSSELI, 1987, p. 17). Nesse contexto, o Brasil meridional foi idealizado como o espaço em que essa reconstrução seria possível, assim como onde se tornariam proprietários de terras (POSSAMAI, 2004, p. 47).

Podemos perceber o quanto a figura do padre estava incutida no funcionamento da sociedade campestre vêneta, e o quanto essa interação podia influenciar a decisão de deslocar-se definitivamente para o além-mar. Por vezes, além de incentivarem os seus fiéis, os próprios padres serviam como subagentes de emigração, ou ainda, abandonavam eles mesmos sua terra natal para ir conduzir seu rebanho na América. Isso é perceptível ao analisarmos a área de emigração de onde também partiram em direção ao Brasil os padres Pietro Colbacchini e Francesco Bonato, oriundos das localidades de Bassano del Grappa e Oliero, respectivamente.

Segundo a historiadora Chiara Cucchini (1996/1997), foi nesta zona geográfica que atuou um outro padre, Don Angelo Cavalli, um representante do clero rural italiano, que agiu como grande motivador e empreendedor da epopeia emigratória na região. No período de 1871 a 1877, ano em que um grande número de famílias se articulou para deixar o Canal do Brenta, tendo como destino o Brasil, principalmente a província do Paraná, Cavalli foi pároco exatamente da igreja de Oliero, que também ficava a pouca distância de Bassano. Foi ocupando essa posição privilegiada, que ele se tornou responsável pelo recrutamento de mais de 200 famílias emigrantes do Vale do Brenta¹ (VILLA, 2002). Essa leva de colonos tornou-se uma das maiores a se estabelecer no Paraná, pois foi ela que proporcionou a fundação das primeiras colônias de italianos em torno de Curitiba.

Creemos que ao cumprir com suas atividades, assumindo a condição não só de cura das almas, mas também de líder social, Angelo Cavalli diariamente ouvia os lamentos dos seus paroquianos, que devido à situação de dificuldades econômicas pelas quais estavam passando, procuravam alternativas para sobreviver, e buscavam junto ao guia da comunidade alguma orientação. Segundo relata Moletta, a própria família do referido padre estava passando por sérios problemas financeiros, fato que levou o sacerdote a fazer algo mais que simplesmente incentivar a partida de seus fiéis em busca de melhores oportunidades: resolveu ele mesmo buscar informações e organizar a emigração dos camponeses da região, decidindo emigrar junto de sua família e seu rebanho (MOLETTA, 2002, p. 40).

O grupo imigrante organizado por Cavalli migrou para o Brasil no final do ano de 1877 e foi destinado pelo governo paranaense para a Colônia Nova Itália, que havia sido instalada na cidade litorânea de Morretes.² Ali, o referido padre tratou rapidamente de

¹ O nome dessa área geográfica faz referência ao Rio Brenta, que saindo do Trentino Alto Adige, corta toda a região do Vêneto, até chegar ao Mar Adriático, ao sul da lagoa veneziana no nordeste da Itália.

² Relação das famílias que desembarcaram no porto de Paranaguá nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 1877, vindas com o pe. Angelo Cavalli e relacionadas no livro de registro de número 834 do Arquivo Público do Paraná.

legitimar o seu papel de líder religioso dos colonos italianos, ao assumir a função de capelão da citada colônia, por meio da assinatura de um contrato com o governo (DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 5 de dezembro de 1877)

Esse grupo, por estar mais organizado, consciente de seus objetivos e contar com a liderança de um sacerdote, foi o responsável por diversas reclamações e revoltas na Colônia Nova Itália, o que levou os governantes da província a direcionar a implantação dos núcleos coloniais italianos para o entorno da capital paranaense. Sendo assim, em meados de 1878, a grande maioria desses imigrantes fixou-se em definitivo na região de Curitiba, onde foram instalados os núcleos coloniais criados para receber os italianos que não quiseram permanecer no litoral paranaense.³ Acreditamos que essas famílias passaram a manter contato por meio de correspondências com os seus parentes e vizinhos que haviam permanecido na península italiana. Desta forma, foram responsáveis pela vinda de novos contingentes, oriundos da mesma área de onde esse primeiro grupo coeso partiu, ou seja, formaram, a partir de 1878, uma rede de e/imigração entre o Paraná e as cidades do Canal do Brenta.

Porém, padre Angelo Cavalli faleceu em maio de 1879, no Rio de Janeiro, cidade na qual o sacerdote havia se dirigido para buscar tratamento para a febre amarela, doença que o levou ao óbito.⁴ Com a morte de seu líder espiritual os colonos italianos, instalados nos arredores da capital paranaense, viram-se desamparados, pois tiveram sua vivência da fé católica e seu arranjo social comprometidos, já que dependiam de um sacerdote católico para exercer as práticas sacramentais e organizar a microssociedade que se desenvolvia em torno da religião.

Desse momento em diante a participação nos sacramentos e a atualização da fé desses colonos passou a depender de duas situações: ou da visita esporádica de um sacerdote às colônias; ou da ida à paróquia de Curitiba, que se localizava a vários quilômetros dos núcleos coloniais. Portanto, esses imigrantes “cheios daquela fé que distingue o povo vêneto, choravam a falta de igrejas e sacerdotes” (MARTINI, 1908, p. 6).

Temos todas as razões para pensar que a morte de Don Angelo Cavalli e, conseqüentemente, a falta de padres, foram comunicadas por meio de cartas enviadas a província de Vicenza, e que chegaram ao conhecimento de Bonato e Colbacchini. Portanto,

³ Trata-se das primeiras 5 colônias italianas criadas na região da capital paranaense em meados de 1878: Santa Maria do Novo Tirol (Piraquara), Alfredo Chaves (Colombo), Antônio Rebouças (Campo Largo), Senador Dantas (hoje bairro curitibano do Água Verde) e Santa Felicidade (atual bairro de mesmo nome em Curitiba).

⁴ Atestado de óbito de Padre Angelo Cavalli, 29 de maio de 1879. Arquivo do Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro. Segundo outro documento encontrado no local, o padre Angelo Cavalli, foi sepultado no mesmo dia no quadro 2 do dito cemitério.

acreditamos que este fato tenha corroborado e legitimado a vinda dos padres Francesco Bonato e Pietro Colbacchini para o Paraná.

A trajetória de padre Pietro Colbacchini

Pietro Colbacchini, nasceu na localidade de Angarano na cidade de Bassano del Grappa, na província vêneta de Vicenza, no dia 11 de setembro de 1845, e segundo os registros paroquiais foi batizado no mesmo dia. Foi o décimo terceiro filho, de um total de 17, de Antonio Colbacchini e Angela Zarpellon, um abastado casal pertencente a burguesia do lugar. Aos 3 anos recebeu o sacramento da crisma e aos 8, a primeira comunhão. Também consta que frequentou a escola, concluindo o colegial em 1857. Deste ano até 1862 realizou seus estudos junto aos seminários diocesanos de Vicenza e Padova, e aos 18 anos entrou para a ordem dos jesuítas, junto a qual iniciou o noviciado em novembro de 1863, na cidade de Verona.

Segundo Terragni, nesse período que passou junto a Companhia de Jesus ele adquiriu as características religiosas ultramontanas que marcaram sua atuação junto aos imigrantes italianos no Brasil. Os ensinamentos da congregação jesuíta da época eram pautados em uma “rígida disciplina com uma formação espiritual voltada ao intransigentismo e de indiscutível fidelidade ao Papa em todas as questões religiosas e políticas” (TERRAGNI, 2016, p. 6). No entanto, por motivos de doença se retirou por duas vezes dos seus estudos junto a esta ordem religiosa, sendo que a segunda vez foi em definitivo. Porém, a breve permanência na ordem fundada por Inácio de Loyola foi o suficiente para lhe imprimir vários aspectos de sua personalidade empreendedora, independente e autoritária.

Não podendo continuar sua formação religiosa junto aos jesuítas, Pietro Colbacchini retornou ao seminário diocesano de Vicenza onde concluiu os seus estudos e foi ordenado sacerdote em 19 de dezembro de 1869, aos seus 23 anos de idade. Como padre exerceu seus primeiros anos de missão em duas localidades da sua diocese, na Igreja de Santa Corona em Vicenza, e em Cereda, onde permaneceu como pároco até 1883. Desta data em diante se tornou livre dos afazeres paroquiais e se dedicou exclusivamente às missões populares como missionário apostólico, que era o que de fato combinava mais com as suas características religiosas adquiridas durante sua formação jesuítica, apesar de ter se tornado um padre secular.

Esse anseio de ser missionário e não se fixar em uma paróquia é uma das importantes características, que desde já podemos afirmar, estava presente no modelo de organização

religiosa que tinha em mente este sacerdote. Com certeza, foi este desprezo à vida paroquial e o desejo de realizar sua missão nas Américas que fez com que Colbacchini decidisse emigrar para socorrer espiritualmente os imigrantes italianos no Brasil. O momento desta decisão, como podemos conferir adiante, é narrado por ele mesmo em uma de suas cartas enviada ao representante da Santa Sé no Brasil, o internúncio apostólico Monsenhor Francesco Spolverini:

No mês de maio de 1884, eu me encontrava em Feltre, pregando na catedral local. Um bondoso sacerdote de Campo di Quero, localidade vizinha, veio até mim apresentando-me diversas cartas recebidas de seus conterrâneos dispersos nas províncias brasileiras do Rio Grande e de Santa Catarina, os quais lhes pediam insistentemente que fosse até eles para lhes dar o auxílio de seu ministério. Cortaram-me o coração os lamentos que, nessas cartas, faziam sobre o abandono em que jaziam tantos desventurados italianos, e o perigo em que se encontravam de perder a fé. Havia muitos anos que eu aspirava à missão italiana no Brasil, contudo, as dificuldades presentes me levaram a suspender a realização desse projeto, e as contínuas ocupações com missões na Itália me tomavam o tempo e as preocupações. As cartas conseguiram sacudir-me e tirar-me qualquer dúvida, e decidi partir o mais rápido possível.⁵ (COLBACCHINI a SPOLVERINI, 23 de junho de 1889)

Fica claro por meio desta carta que Pietro Colbacchini já planejava há alguns anos emigrar para o Brasil a fim de proteger os imigrantes italianos do ‘perigo de perder a fé’, e que não foi uma decisão de momento. Isso explica por que ele não se dirigiu às províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina citadas na fonte acima, mas sim para São Paulo, desejando chegar aos italianos que estavam instalados na província do Paraná, que na época pertencia à jurisdição da diocese paulista. Esse desejo é explicitado por ele em uma de suas cartas dirigidas ao padre Domenico Mantese: “Antes mesmo de partir da Itália tinha em mente o Paraná; sabia que lá deviam se encontrar muitos que pertenciam a nossa diocese; o meu desejo esteve sempre voltado para eles” (COLBACCHINI a MANTESE, 28 de fevereiro de 1887).

Defendemos aqui a ideia de que o referido sacerdote sabia que nos arredores da capital paranaense haviam se instalado imigrantes vênnetos provenientes de localidades da região do Brenta, próximas de sua cidade de origem, Bassano del Grappa, e que era para esses conterrâneos que ele tinha um projeto particular de assistência religiosa. Na nossa opinião, esse seu desejo expressa o forte sentimento de pertença regional, uma espécie de veneticidade, sob a qual desejava que os imigrantes construíssem seu processo de identificação etnocultural. Essa hipótese é reforçada no discurso que Colbacchini promove no Brasil a partir de 1885. A

⁵ Todos os trechos das cartas de Colbacchini que constam no presente artigo foram traduzidos por nós da transcrição feita do original em italiano que compõem a obra de Terragni (2016).

começar pela descrição que faz da experiência nas fazendas de Jundiá, São Paulo, nas quais haviam se estabelecido italianos provenientes da província de Mantova. “Um ano e meio passei lá, com muito incomodo de minha parte, porque seja em relação ao alojamento como também à alimentação, tinha apenas as coisas necessárias, e devia passar a vida com aquela gente rude e difícil que são os Mantovanos” (COLBACCHINI a MANTESE, 28 de fevereiro de 1887).

Percebemos que Colbacchini possuía um forte sentimento étnico no qual pautava sua prática discursiva para a construção de um processo de identificação cultural dos seus conterrâneos vênnetos. Essa ideia é reforçada por esse ser um dos argumentos utilizados por ele, depois que já estava realizando seu trabalho nas colônias italianas dos arredores de Curitiba, em meados de 1886, na tentativa de arregimentar companheiros da diocese de Vicenza para sua missão, como foi com Domenico Mantese para quem escreve:

Estou agora por obter a ordem de erigir uma paróquia em Curitiba para os italianos, onde se poderá tirá-los da dependência do pároco brasileiro do qual não podem esperar outra ajuda senão de gastar muito dinheiro com as taxas de batizados e de matrimônios. Minha intenção seria a de constituir um sacerdote como pároco, e que dois ou três outros o coadjuvassem missionando nas colônias, pois em todas se está construindo igrejas. [...] Venha e prometo que a sua presença será cem vezes mais útil que na sua atual paróquia. (COLBACCHINI a MANTESE, 18 de agosto de 1886)

Nesta carta, percebemos o caráter de independência em relação às paróquias e aos clérigos brasileiros que Colbacchini gostaria de imprimir na organização religiosa que queria implantar. Entretanto, a demora na vinda dos padres da diocese de Vicenza, para colaborarem com o projeto de congregação religiosa de Colbacchini, fez com que seu desejo não se concretizasse como o desejado. O fato é que, na mesma época em que ele pensava em fundar um instituto voltado para os vênnetos imigrados no Paraná, o bispo de Piacenza, Giovanni Battista Scalabrini, deu início a um projeto análogo, porém, destinado a atender espiritualmente todos os imigrantes italianos nas Américas. A notícia da criação desta nova congregação chegou por meio de uma carta enviada pelo seu correspondente, padre Mantese, em 20 de novembro de 1887, e fez com que Colbacchini aderisse prontamente a esse novo projeto, escrevendo logo à Scalabrini e se colocando a sua disposição como se pode ler logo a seguir:

Eu o último de todos no mérito, tenho o direito de colocar-me entre os primeiros no desejo de fundação desta tão necessária missão. [...] V. Excia. Revma. dignou-se comunicar-me que conta com minha colaboração para a fundação de uma casa central dessa associação de missionários para a América, e eu respondo com todo o coração ao seu desejo, tornando-me seu

fiel servo para a vida e para a morte, em prol de uma causa que em tudo corresponde à finalidade pela qual aqui me encontro. (COLBACCHINI a SCALABRINI, 26 de dezembro de 1887)

Com essa atitude o sacerdote almejava ser legitimado cada vez mais como principal representante da coletividade italiana da região, ao mesmo tempo que induzia os colonos a assumirem uma italianidade pautada na catolicidade ultramontana. Porém, Colbalcchini se deu conta que devia enfrentar frequentes oposições e perseguições, já que nem todos os imigrantes de origem italiana estavam dispostos a se submeter ao seu controle e ao modelo de representação étnica baseado nos moldes do catolicismo ultramontano. Consciente dessa realidade, em meados de 1888, o sacerdote escreveu ao representante da Santa Sé no Brasil:

Entre os nossos, existem os trazidos pelo diabo. Da parte destes, sofri e sofro perseguições de todos os tipos. Combati e venci o ex Agente Consular o Sr. Ernesto Guaita que em discurso público me qualificava como “perigosa ave notívaga” para Curitiba. [...] Agora aqui e ali existem aqueles que me querem morto, ou porque lhes tirei a concubina, ou por ter avisado a polícia das turbulências que inquietavam as colônias. (COLBACCHINI a SPOLVERINI, 24 de maio de 1888)

Além da luta contra os representantes locais da italianidade nacionalista, que possuíam fortes consonâncias anticlericais herdadas do processo de unificação da Itália, Pietro Colbacchini teve fortes embates com os membros do clero brasileiro. Isso mesmo depois da criação da Capelania Italiana Curada em Curitiba, por meio do decreto episcopal de 14 de fevereiro de 1888, pelo qual o sacerdote foi nomeado oficialmente o diretor espiritual das colônias italianas do Paraná. Na verdade, o padre italiano se indispôs ainda mais com as autoridades locais, sobretudo com os padres que ocuparam o cargo de Vigário Geral Forense, pois entendia que esses barravam o seu projeto. O fato é que o decreto permitia que os imigrantes escolhessem se queriam pertencer ou não a dita capelania, ou seja, podiam optar ser liderados religiosamente e moralmente pelos párocos brasileiros ou por Colbacchini. No entendimento deste último isso comprometia o seu projeto de forjar a italianidade por meio da catolicidade, pois considerava que era “necessário estender a todos os núcleos, ou melhor, a todos os italianos o benefício que estaria limitado a poucos” (COLBACCHINI a SPOLVERINI, 1889).

Esses confrontos ideológicos foram os responsáveis pelo afastamento do missionário da região de colonização italiana do Paraná. No âmbito político, sofre vários atentados no ano de 1894 pelo fato de fazer oposição a participação dos imigrantes nas tropas locais que se

envolveram nas lutas da Revolução Federalista. Um desses atentados é narrado da seguinte maneira pelo sacerdote:

Na noite de 17 de fevereiro por obra de um indigno italiano, bandido na Itália, coronel das forças revolucionárias, homem perigosíssimo, foram assaltadas as minhas residências do Água Verde e de Santa Felidade, na intenção de me matar, porque eu impedia os Italianos de colocar-se debaixo as bandeiras daquele enganador que se envolveu com a revolução para ter como formar uma orda de assassinos. [...] Dois meses tive que viver escondido em meio ao bosque e defendido por gente armada. As procuras destes assassinos para me encontrar foram contínuas, mas não conseguiram seu objetivo. (COLBACCHINI a SCALABRINI, 21 de maio de 1894)

Essa perseguição promovida pelos liberais obrigou Colbacchini a deixar sua missão e o fez retornar, mesmo que a contragosto, para Itália. Acreditamos que no pensamento do missionário esse afastamento seria apenas temporário, como fica comprovado pelo pequeno extrato de carta a seguir: “Escrevi hoje mesmo para o Bispo de Curitiba D. José de Barros Camargo, oferecendo-lhe aquilo que posso fazer em favor dos italianos do Paraná...” (COLBACCHINI a CAVAGNIS, junho de 1896). Mal sabia ele que o seu destino já havia sido decidido, pois os representantes do clero local já haviam escrito ao Internúncio Apostólico da Santa Sé no Brasil afirmando que não desejavam o retorno da figura intransigente do padre italiano para Curitiba: “A respeito do Pe. Colbacchini... segundo tenho ouvido dizer, é bastante orgulhoso e muito independente mesmo a respeito da autoridade eclesiástica. [...] Por minha parte, francamente digo, apreciarei muito que ele não volte” (DOM JOSÉ BARROS a MONS. GOTTI, 29 de março de 1895)

Em outra carta lemos ainda: “...por causa do seu gênio inacessível e sumamente orgulhoso, ocupando-se demasiadamente de sua pessoa tornou-se incompatível com quase todas as colônias e também com muitos nacionais... posso acrescentar que os colonos absolutamente não desejam o regresso dele” (PE. ALBERTO GONÇALVES a MONS. GOTTI, 06 de abril de 1895). Portanto, devido a sua personalidade e sua combatividade ultramontana Colbacchini foi impedido de retomar sua atuação missionária junto aos imigrantes italianos do Paraná, e ao retornar ao Brasil em 1896 será direcionado para a missão escalabriniana que se estava estabelecendo na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul, onde viverá outros embates até sua morte em 1901.

A trajetória de padre Francesco Bonato

Francesco Bonato nasceu aos 28 de novembro de 1853, em Oliero, fração da comuna de Valstagna, no norte da província de Vicenza, Região do Vêneto - Itália. De acordo com o Livro de Batismos da Paróquia de *Oliero* (1847-1871), foi ali batizado no dia seguinte, por Don Angelo Gabardo. Era filho de Nicolò Bonato e Catterina Bonato, moradores da mesma localidade, porém oriundos de Campolongo sul Brenta, comuna limítrofe de Oliero. Tinha dois irmãos mais velhos, Francesca (1849) e Antonio (1851), e três mais novos, Giovanni (1857), Elisabetta (1860) e Catterina (1865 – falecida logo após o nascimento).

Oliero era a paróquia onde atuou Don Angelo Cavalli⁶, o qual acreditamos ter sido fonte de inspiração para o grupo familiar de Francesco Bonato emigrar para o Brasil e até mesmo dele se tornar sacerdote para assistir os seus conterrâneos. De fato, a irmã mais velha, Francesca, foi a primeira pessoa da família dele a deixar o seu *paese*, no final de 1877, juntamente com o esposo Antonio Gabardo, e o primogênito, Paolo, com 1 ano e meio de idade. Eles vieram chefiados pelo Pe. Cavalli e depois de passar alguns meses em Morretes, estabeleceram-se na Colônia Senador Dantas – Água Verde, em Curitiba, Paraná.

Foi ainda em 1877, que aos 24 anos, Francesco ingressou no Seminário de Vicenza. Sua vocação tardia possivelmente esteja atrelada a não conseguir estabelecer um matrimônio e encontrar na vida sacerdotal uma maneira de auxiliar sua família, já que era *gobbo* (corcunda) e de baixíssima estatura.

Segundo os dados dos registros escolásticos do Arquivo do Seminário de Vicenza, de 1877 a 1880, frequentou o *Liceo Classico*, no qual estudou História, Matemática, Filosofia, Grego, Latim, Italiano, Física e História Natural. Ainda em 27 de julho de 1879, Francesco fez seus primeiros votos e recebeu as vestes e a tonsura religiosas. Entre 1880 e 1884, realizou seus estudos teológicos, cursando História Eclesiástica, Teologia Dogmática, Teologia Bíblica, Língua Hebraica, Introdução aos Livros do Velho Testamento, Exegese do Velho Testamento, Hermenêutica, Língua Grega, Introdução aos Livros do Novo Testamento, Exegese do Novo Testamento, Direito Canônico, Teologia Moral, Teologia Pastoral e Eloquência Sacra. Posterior a esta formação, em 29 de março de 1884, foi ordenado sacerdote secular da Diocese de Vicenza.

A partir de 1887, os indícios nos mostram um entrelaçar de trajetórias entre Francesco Bonato e Pietro Colbacchini, quando o primeiro, capelão de Longara, Vicenza, foi chamado pelo missionário bassanese, já estabelecido em terras paranaenses, para auxiliar nos trabalhos

⁶ Sobre a atuação do Pe. Angelo Cavalli no Canal do Brenta, cf. VENDRAME, 2017.

de assistência religiosa aos imigrantes. Bonato obteve a autorização de sua Diocese para exercer sua missão no exterior, porém deixou sempre clara sua intenção de emigrar com seus familiares. Por meio de carta trocada entre os dois, tal preocupação foi amenizada por Colbacchini:

Caríssimo Pe. Francesco:

Pode escrever ao vosso pai que não se aborreça pela terra, que com pouco dinheiro poderá aqui comprar de sobra, além daquela que será benefício do Capelão da Colônia da qual vai poder aproveitar os frutos. O seu sobrinho está melhor. Os seus parentes bem. [...] Mando-lhe a gramática. Para o vocabulário não é tempo ainda. Assim como para os outros livros que me pediu. Na vinda para cá só não esqueça a pedra sacra. Esteja com o Senhor e minhas lembranças. Vosso irmão em Cristo, Pe. Pietro Colbacchini (COLBACCHINI a BONATO, 1887).

Percebemos que Bonato, antes mesmo de emigrar, preocupava-se em aprender o português, mesmo sabendo que atenderia aos seus conterrâneos prioritariamente. Vemos neste trecho que Colbacchini não se esmera em fornecer-lhe mais materiais, já que como vimos anteriormente, a sua missão era focada nos imigrantes italianos estabelecidos nos arredores de Curitiba e sua antipatia com o *modus operandi* do clero brasileiro era evidente. Adiante veremos que esta postura é uma das marcas distintivas destes dois sacerdotes.

Colbacchini, ao escrever a outro sacerdote do Vêneto, em 21 de agosto de 1887, relata que: “Para o Pe Francesco já determinei e provi a sua instalação em uma Colônia fora de mão perto de outras nas quais poderá prestar um bom e útil serviço, e também a sua família ficará bem colocada” (COLBACCHINI a MANTESE, 21 de agosto de 1887). A colônia a que ele se referia nesta carta é a de Antônio Rebouças, em Campo Largo, nos arredores de Curitiba, para onde Bonato seria destinado.

No início de dezembro de 1887, Don Francesco Bonato partiu de Genova, no Navio Giuseppe Mazzini, rumo ao Rio de Janeiro, onde desembarcou no final do mesmo mês. Dois dias depois, embarcou em outro navio com destino a Paranaguá e de lá se dirigiu para Curitiba.

Permaneceu durante o primeiro trimestre de 1888, junto a Colbacchini, no bairro Água Verde, onde residia também sua irmã Francesca. Aos 18 de abril, mudou-se para a região de Timbituva e tomou posse como capelão da colônia Antônio Rebouças, fundada em 1878 (FEDALTO, 1978). Em julho do mesmo ano, chegam seus familiares e se estabelecem na mesma localidade. Bonato também ficou responsável pelo atendimento pastoral de outras colônias de imigrantes italianos dos arredores: Rio Verde (hoje Mariana), Mem de Sá (atual Rondinha) e Balbino Cunha (agora Campina).

Colbacchini, como responsável pela missão no Paraná, buscava sempre controlar e repreender posturas de Bonato que considerava inadequadas, já que seu estilo de proximidade com os conterrâneos parecia não o agradar. Assim ele comenta numa carta a Bonato alertando-o para não frequentar determinados locais, pois estavam dizendo que ele era “um padrinho a toa que bebe e brinca com os seus italianos de maa vida nas tavernas escandolezando a todos.” (COLBACCHINI A BONATO, 13 de maio de 1888).

Bonato segue com seu estilo conciliador e de pastor, junto ao rebanho, seja ele de imigrantes italianos, de outras etnias ou de nacionais. Atento a esta conduta pastoral, o Bispo da Diocese de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, nomeou-o, entre 1892 e 1894, cura do Paróquia de Campo Largo. Já em 1894, com o retorno de Colbacchini para a Itália por perseguição política e motivos de saúde, Pe. Bonato, ficou responsável pela Capelania Italiana de Curitiba (AZZI, 1987), atendendo sozinho a todas as colônias que pertenciam a ela. Em julho de 1895, após a chegada de dois missionários escalabrinianos à Capelania, retornou a Campo Largo.

Aos 28 de outubro daquele mesmo ano, o bispo de Curitiba, nomeou-o cura da Villa Colombo, ex-colônia Alfredo Chaves, para onde se mudou definitivamente no mês de dezembro (Livro Tombo I – Paróquia Nossa Senhora do Rosário, 1895). Logo após a sua chegada, no início de 1896, Pe. Francesco Bonato solicitou ao Bispo a nomeação de uma comissão para a construção de uma nova Igreja Matriz para atender àquela comunidade. Esta comissão era formada por sete brasileiros e sete italianos: Benedito Eleutério Cabral, Emanuel Gomes Pereira, José Francisco da Silva, Ildefonso José de Camargo, Benedito da Costa Cabral, Theolindo da Silva Monteiro, Januário Prestes de Araújo, João Batista Lovato, José Cavassin, Jeronimo Cavalli (Mea), Francisco Busato, Pedro Brotto (de Andreata), Domingos Ceccon e Angelo Bertolin. Assim, aos 11 de maio de 1899, Pe. Bonato, conterrâneo de muitos daqueles imigrantes do qual tornou-se o cura, lançou a pedra fundamental da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, que foi inaugurada nove anos depois, em 25 de março de 1908.

Mesmo não sendo uma figura aparentemente intransigente, pelo menos não da mesma forma que Colbacchini, Bonato também sofreu represálias anticlericais. “Em uma de suas visitas a localidade da Tranqueira, o Pe. Bonato sofreu uma intimidação a mando de pessoas influentes que eram contrárias a certas denúncias de abusos políticos e econômicos que fazia em seus sermões. Ao retornar para Colombo, [...] foi apedrejado.” (GABARDO; MACHIOSKI, 2013). Da mesma forma, a maçonaria, por meio do Jornal Jerusalém, denegriu sua imagem por ser conservador no que se referia aos princípios da integridade familiar. “O malcreado e estúpido Vigário da Villa Colombo, um carcamano corcunda e porco [...] “[...]”

respondeu o Re. exhalando cebola crua e tresandando a vinho nacional.” (JERUSALÉM, Curitiba, 14 de novembro de 1901).

Apesar disso, seu zelo apostólico era notável e exemplar para a comunidade. Assim relata o fabricante da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário de Colombo, João Batista Lovato, ao lembrar do Pe. Francesco Bonato, em uma carta ao Bispo de Curitiba: “[...] o padre deve ser um missionário que vive no meio do povo, como fazia nosso Cura falecido [Pe. Francisco Bonato]. Tinha um medo louco de não cumprir com seus deveres sagrados.” (LOVATO a DOM BRAGA, 14 de março de 1914).

A figura carismática de Pe. Bonato foi também lembrada por um ex-colega de Seminário, que em 1920, não tendo mais notícias do amigo, escreveu a Alfeo Puppi, representante consular que residia em Colombo: “O caríssimo Pe. Francesco Bonato foi meu colega no Seminário de Vicenza; tinha uma predileção por mim: e eu o amava pela sua verdadeira bondade, piedade e gentileza de coração e de zelo apostólico.” (MAGGIO, 08 de abril de 1920).

A trajetória deste missionário e sacerdote se encerrou na noite do dia 13 para o dia 14 de maio de 1913, quando faleceu, aos 59 anos de idade. Assim consta no Boletim da Diocese de Curitiba (1913, p.16) que circulou naquele mês:

Morreu o Pe. Bonato no meio do povo, pelo qual trabalhou com zelo, durante dezessete anos. De estatura pequena, pequeníssima mesmo, sabia e soube fazer-se grande na pregação, quando, devorado pelo zelo, apostrofava o mal, ou quando incansável e invencível, percorria o território que lhe estava confiado, em busca de almas, ou quando como que por encanto, fez surgir em Colombo, núcleo simples colonial, um dos mais belos templos da diocese de Curitiba e do Estado do Paraná.

Diante desta narrativa de trajetória, entendemos que Francesco Bonato, chamado com carinho pelos seus paroquianos de *pretin*, por conta de sua estatura, era uma figura cativante e mostrou-se um grande protagonista nas colônias de imigrantes italianos nos arredores de Curitiba. Este fato nos faz discordar de Azzi (1987), que o considerou apenas como um colaborador, por não ter ingressado oficialmente na Congregação *Scalabriniana*. Defendemos a ideia de que padre Francesco Bonato, foi uma figura importante no processo histórico da imigração na Região de Colonização Italiana do Paraná e dado seu *modus operandi*, um intelectual orgânico (GRAMSCI, 1968).

Considerações finais

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações como uma exterioridade de alvos e ameaças [...]. Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio [...]. A tática não tem por lugar senão o outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha [...]. A tática é movimento, "dentro do campo de visão do inimigo" [...] e no espaço por ele controlado. [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance⁷.

A partir da ótica de Certeau (1994), entendemos que nossos personagens se utilizaram de táticas e estratégias tanto antes de migrarem quanto depois, já em terras paranaenses. Mesmo sendo provenientes de localidades muito próximas, frequentarem o mesmo seminário em Vicenza, atenderem às mesmas colônias da Região de Colonização Italiana do Paraná, serem na maior parte das vezes bem aceitos pelos imigrantes vênnetos e, apesar disso, ainda sofrerem ataques por parte dos anticlericais, Pietro Colbacchini e Francesco Bonato foram missionários com grandes diferenças.

Colbacchini chega no Brasil já com a ideia de desenvolver um trabalho com independência total das paróquias e do clero brasileiro. Seu projeto estava pautado na missionariedade junto às colônias italianas, já que não se via apenas como um vigário. Suas ações reforçavam e forjavam a construção de uma identidade étnica, um tipo de italianidade baseada no catolicismo ultramontano e romanizador, como também em um forte sentimento de pertença regional, uma espécie de veneticidade. Enfim, ele foi um líder pautado no discurso, e exatamente pela sua prática discursiva intransigente sofreu perseguições que o afastaram de sua missão: o atendimento aos seus conterrâneos imigrantes, os vênnetos instalados no Paraná.

Em contrapartida, Francesco Bonato que, por natureza já trazia um defeito físico (corcunda) que poderia afastá-lo das pessoas, tinha outra conduta. Mesmo sendo repreendido por Colbacchini diversas vezes e não obedecer às suas ordens, Pe. Bonato respeitou a hierarquia do clero brasileiro e conquistou a confiança do Bispo de Curitiba, que logo ampliou sua área de atuação, nomeando-o inclusive para paróquias que atendiam também a outros imigrantes e aos brasileiros. De sua forma, este missionário conseguiu conciliar o catolicismo luso-brasileiro com o catolicismo imigrante. Sua prática, seu diálogo e sua proximidade com os colonos, geraram uma identificação orgânica na vivência com este grupo étnico, que o projetou como um protagonista e não apenas um colaborador.

7 CERTEAU, Michael de. A invenção do cotidiano. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p 99-100.

A pesquisa nos mostrou que as personagens investigadas reuniram características semelhantes, mas que o que prevaleceu foram as suas diferenças. Ambos podem ser classificados como intelectuais, representantes da Igreja Romana e porta-vozes da divindade. Porém, a estratégia de Colbacchini não conquistou o resultado esperado, enquanto que a tática de Bonato o levou para além de suas expectativas. Essa realidade micro nos aponta para como foi múltiplo e complexo o universo do fenômeno e/imigratório, mas também para o quanto as escolhas subjetivas influenciaram neste processo macro histórico.

Fontes

Atestado de Óbito do Padre Angelo Cavalli. Arquivo do Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro, 1879.

Boletim da Diocese de Curitiba, ano de 1913.

Carta de Apollonio Maggio, Bispo de Ascoli Piceno, 08 de abril de 1920.

Carta de Dom José de Camargo Barros ao Internúncio Apostólico Monseñor Gotti. Curitiba, 29 de março de 1895.

Carta de João Baptista Lovato ao Bispo de Curitiba, Dom João Francisco Braga, 14 de março de 1914.

Carta de Pe. Alberto José Gonçalves ao Internúncio Apostólico Monsenhor Gotti. Curitiba, 06 de abril de 1895.

Jornal DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 05 de dezembro de 1877.

Jornal DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 5 de dezembro de 1877, nº 1864, p. 1.

Jornal JERUSALÉM. Ano IV. N. 86, p. 4. Curitiba, 14/11/1901.

Libro dei Nati di Oliero. Acervo da Parrocchia di S. Antonio Abate, Valstagna - 1847-1871.

Livro de Registro de Entrada de Imigrantes em Paranaguá. Número 834. Arquivo Público do Paraná.

Livro Tombo I. Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Colombo, 1895.

MARTINI, P. Giuseppe. Origine e sviluppo della colonia Santa Felicidade. Curitiba, 1908.

Portaria de Criação da Capelania Italiana de Curitiba. Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, 14 de fevereiro de 1888.

TERRAGNI, Giovanni. *P. Pietro Colbacchini con gli emigrati negli Stati di S. Paolo, Paraná e Rio Grande do Sul 1884-1901*. Corrispondenza e scritti. Napoli: Grafica Elettronica, 2016.

Referências

- AZZI, Riolando. *A igreja e os migrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904)*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CUCCHINI, Chiara. *A proposito di agenti di emigrazione: la vicenda di Don Angelo Cavalli – Parroco, agente ed emigrante (1872-1879)*. Tesi di Laurea – Corso di Storia Contemporanea. Universidade de Padova, 1996.
- FEDALTO, Pedro. *O centenário da colônia Antônio Rebouças*. Curitiba: Gráfica Voz do Paraná, 1978.
- FRANZINA, Emilio. *A grande emigração: o exôdo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GROSSELI, Renzo M. *Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.
- KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME; KARSBURG; WEBER e FARINATTI (Org.s). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- MACHIOSKI, Fábio L. *Uma luta ultramontana: o discurso do padre Pietro Colbacchini e o forjar da identidade dos imigrantes italianos em Curitiba no final do século XIX (1886-1901)*. 201 p. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- MACHIOSKI, Fábio L.; GABARDO, Diego. Colaborador ou Protagonista? A Trajetória de Padre Francesco Bonato junto aos E/Imigrantes Italianos do Vêneto (1853-1913). *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 12, n. 27, p. 243-275, 27 mar. 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/108413/61261>. Acesso em 20 jun. 2021.
- _____. El pretin Gobeto: a história de Pe. Francisco Bonato, primeiro pároco de Colombo. In: MASCHIO, E. C. F. (Org). *Memórias de uma colônia italiana: Colombo – Paraná (1878-2013)*. Porto Alegre: EST Edições, 2013.
- MOLETTA, Susete. *Da Itália para o Brasil*. Porto Alegre: EST, 2002.

POSSAMAI, Paulo César. *Dall'Italia siamo partiti: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2004.

VENDRAME, Máira Ines. *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses italianos (Brasil- Itália)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

_____. Em busca da “República de Deus”: revoltas camponesas e agentes da emigração no norte italiano (século XIX). *Tempo*, Niterói, v.23, n.1, p.22-42, 2017.

VILLA, Deliso. *Storia Dimenticata*. Porto Alegre: EST, 2002.

O Arquivo Paroquial de Vassouras: fontes para a construção da história da escravidão no Vale do Paraíba fluminense do século XIX

Gabriela Germana Almeida Maximo¹
Ailton Bezerra Lima²

O presente trabalho visa analisar a criação do Centro de Documentação Paroquial Dr. Joaquim José Teixeira Leite vinculado a Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, bem como os processos de recuperação e arranjo³ relacionados a documentação paroquial produzida e acumulada na cidade de Vassouras desde as primeiras décadas do século XIX.⁴Essa massa documental, após longo período de guarda foi organizada através da iniciativa de professores e alunos do curso de História da Universidade Severino Sombra, atualmente Universidade de Vassouras, que visava a organização e disponibilização das fontes primárias armazenadas em diferentes arquivos da cidade, afim de contribuir para a escrita da história local e conscientizar a população da importância da história e do patrimônio que remete ao século XIX e de sua preservação. Também foram catalogados os acervos do arquivo municipal de Vassouras e a documentação do judiciário sediada na sede vassourense da Ordem dos Advogados do Brasil. Esses acervos se mostraram inéditos, porém dispersos e armazenados de formas diversas, prejudicando a longevidade das páginas.

O acervo que compõe o Centro de Documentação Paroquial Dr. Joaquim José Teixeira Leite possui vasta documentação acerca da população local desde antes da criação da Vila de Vassouras em 1833, com livros de batismo, matrimônio e óbito divididos entre livres e escravizados, possui também livros tombo e documentação sobre a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e a Irmandade Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. Nesse trabalho, o foco serão as fontes paroquiais que citam escravizados e sua contribuição para a escrita da história da escravidão no Vale do Paraíba Fluminense no decorrer do século XIX. A partir desses registros de caráter individual, torna-se possível

¹Mestra em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e discente concluinte da Especialização Em História E Cultura Da África, Afro-Brasileira E Indígena da Universidade de Vassouras.

² Mestre em História Social pela Universidade de Vassouras e Professor Convidado do curso de Especialização Em História E Cultura Da África, Afro-Brasileira E Indígena da Universidade de Vassouras.

³ Arranjo: Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido. (ARQUIVO NACIONAL, 2005. p. 37.)

localizar esses indivíduos em redes de sociabilidades e parentais, evidenciando relacionamentos entre cativos – auxiliando na compreensão dos laços afetivos desenvolvidos nas senzalas – e evidenciando relações entre escravizados e pessoas livres, ressaltando uma maleabilidade social que por vezes não é adotada nas pesquisas sobre a sociedade do século XIX.

É também, um convite a repensar o papel e contribuição que essas fontes fornecem a pesquisa histórica referente ao Vale do Paraíba Fluminense e as relações sociais e de poder que se teciam nesta e em outras localidades com realidade semelhante. Podendo ser usadas em análises de cunho qualitativo e quantitativo, essas fontes marcam três fases importantes: nascimento, casamento e óbito, a partir das quais podem-se evidenciar nacionalidades, deslocamentos, taxas de natalidade e mortalidade, doenças que acometiam a população cativa e ligá-los aos seus senhores, que eram citados nos registros.

As Fontes Paroquiais

A função do historiador é estabelecer conexões entre recortes temporais. A partir de questionamentos construídos no presente, o pesquisador busca respostas a partir dos vestígios deixados pelo passado, reconstrói e problematiza acontecimentos e interage com diferentes períodos. Para que isso seja possível, lança mão de instrumentos que possibilitem o acesso a diferentes realidades: as fontes, são os vestígios que conectam o historiador ao seu objeto de estudo. Fontes manuscritas, impressas, arqueológicas e mais recentemente fontes orais, fazem parte dos materiais úteis ao pesquisador. Dentre essas fontes e suas diversas tipologias, encontram-se os documentos produzidos e acondicionados pela Igreja.

As fontes paroquiais registram de forma individual momentos cruciais da vida do indivíduo: batismo ou nascimento, casamento e óbito. Esses registros nem sempre foram parte obrigatória dos ritos católicos, mas com a Reforma Protestante na Europa ganhando um número cada vez maior de adeptos, tornou-se importante para Igreja Católica conhecer, localizar e quantificar seus membros. O tema foi levado ao Concílio de Trento (1545-1563) e longamente discutido, como resultado estipulou-se que todos os casamentos e batizados realizados nas paróquias deveriam ser registrados, estipulando as informações que cada registro deveria conter. Nos registros de batismos deveriam constar

[...]a data do batismo, o nome completo do batizando, sua filiação (quando fosse conhecida), local da residência de seus pais ou responsáveis, além do nome de pelo menos um padrinho (o melhor seriam dois) que serviria de testemunho do ato e igualmente, passaria a ser um parente espiritual, que no caso da morte dos pais, deveria responsabilizar-se pela criação do afilhado;

finalmente viria a assinatura do sacerdote. Um livro especial e exclusivo deveria servir para o assento dos Registros de Batismo da Paróquia. O vigário era o responsável pela sua guarda e conservação, em arquivo da Paróquia. (MARCILIO, 2004, p.14)

Os livros de registro de matrimônio seguiam um padrão semelhante aos de batismo. Eram registradas informações sobre ambos os cônjuges: filiação, procedência, idade, o nome dos padrinhos e a data do casamento que deveria ser realizado preferencialmente na Igreja, perante o sacerdote, se um dos contraentes fosse ilegítimo, viúvo ou estrangeiro também seria registrado. Registros de famílias mais abastadas recebiam destaques e eram mais detalhados, podendo informar nomes de avós, localidade de nascimento, procedência. (MARCILIO, 2004, p.14)

No caso do arquivo paroquial de Vassouras, além dos registros de casamentos encontramos documentos que eram entregues para a aprovação do casamento. Entre esses registros se encontram documentos de justificativas de batismo, caso o registro de batismo não fosse encontrado nos livros de acento que foi batizado, o contraente chamaria testemunhas que atestassem que recebeu o sacramento do batismo para dar continuidade aos trâmites do casamento, nessas pastas podem ser encontrados outros documentos necessários a aprovação do matrimônio.

Mesmo não tendo sido estipulados no Concílio de Trento, logo os registros de óbito também fariam parte dos registros obrigatórios.

Para o registro dos óbitos as regras não eram tão rigorosas e iguais. Bastava registrar a data do falecimento, o nome do morto, seu estado civil. No caso de solteiros, dever-se-ia nomear os pais, ou o fato de ter sido exposto ou ser ilegítimo. No caso dos casados e dos viúvos(as), além desses dados, era necessário indicar o nome do esposo(a). Em muitas paróquias assinalava-se a naturalidade do morto, sua idade e atividade que exerceu. Em alguns casos indicava-se a causa da morte e se o morto havia deixado testamento. (MARCILIO,2004, p.15)

Essa forma de registro, foi implementada nas igrejas portuguesas em caráter obrigatório no século XVI, chegando a Bahia em 1707. Com o passar do tempo, seriam utilizadas em toda a colônia e se aperfeiçoariam, sendo acrescidas informações julgadas pertinentes. Esses detalhes, permitem compreender a riqueza de informações trazidas nesses assentos, que registram pessoas de forma individual e assinalam de forma reduzida sua rede de sociabilidades, ascendência e local de origem, também remetem ao papel crucial que a Igreja ocupava na vida dessas pessoas, não apenas no cunho religioso, mas refletindo também nas relações sociais. Essa presença marcante da Igreja católica possibilitou a guarda de

informações da maioria da população que viveu na cidade de Vassouras neste período. (MARCILIO,2004, p.17)

Segundo Marcilio (2014, p.18) apesar do potencial das fontes paroquiais para pesquisa, os registros cartorários, em especial os inventários post-mortem ainda são mais utilizados. Os registros paroquiais eram utilizados majoritariamente para buscas genealógicas e comprovação de parentesco para solicitação de cidadania. Esse quadro começou a se modificar com o uso dessas fontes para trabalhos de demografia histórica, a partir dessas análises pode-se calcular taxas de natalidade, casamentos e mortalidade. Sobre os registros paroquias Bassanezi (2009, p. 146) afirma que “A prática obrigatória e padronizada deu a esses registros universalidade e representatividade, um caráter serial e cronológico, além de sua qualidade dupla de serem, ao mesmo tempo, uma documentação individual e coletiva.” A quantidade de dados presentes nos registros dependeria das informações colhidas e anotadas pelo vigário. Geralmente os registros mais extensos eram dedicados a famílias mais abastadas, já os grupos sociais mais simples e os escravizados tinham registros mais curtos. Essa diferenciação mostrava a importância do status econômico nas relações sociais e a valorização de um padrão de vida elevado. (BASSANEZI, 2009, p.147)

O Acervo Paroquial de Vassouras

O processo de levantamento e organização dos acervos documentais presentes em Vassouras está diretamente ligado a criação do curso de História pela Universidade Severino Sombra, localizada no município Fluminense de Vassouras. A professora Dra. Marilda Correa Ciribelli, já envolvida com a Associação dos Arquivistas Brasileiros, cursos sobre a história fluminense e organização de fontes documentais em Três Rios concluiu “[...] não ser possível escrever sobre a história do Estado do Rio sem que seus acervos documentais estivessem conservados, o que, de fato, não acontecia na maioria dos municípios fluminenses”. (CIRIBELLI, 2008. p. 429)

Ocupando uma cadeira no curso de História da Universidade Severino Sombra, a Professora Dra. Marilda Ciribelli elaborou o *Planejamento histórico-cultural do Município de Vassouras*, e deu início ao *Projeto documento-arquivo*, através do qual foi possível constatar o estado de descaso, desorganização e dispersão que acometiam as fontes dos acervos do município de Vassouras. Com a criação do Conselho de Cultura de Vassouras, a Prefeitura Municipal de Vassouras se vincula a Universidade Severino Sombra, permitindo a organização do acervo municipal. Essa iniciativa se estenderia também aos acervos paroquial

e judiciário. Além disso, foram realizados eventos que discutissem a história local e reafirmassem o potencial da região e a importância da preservação patrimonial, também seriam organizados cursos e eventos que envolvessem acadêmicos e a população. (MAXIMO, 2021, p.22).

A catalogação dos acervos foi realizada em conjunto, envolvendo os professores e os alunos da instituição que seriam preparados para trabalhar com fontes a partir da disciplina de *Métodos e Técnicas de Pesquisa*. A documentação do Arquivo Municipal de Vassouras foi catalogada e acondicionada numa casa alugada pela prefeitura, sendo posteriormente transferida para um prédio da prefeitura e finalmente para uma sala da rodoviária intermunicipal de Vassouras. O acervo paroquial foi organizado e devolvido a casa paroquial e o acervo do judiciário teve sua guarda cedida a fundação Educacional Severino Sombra – FUSVE, mantenedora da Universidade Severino Sombra, para que a documentação fosse disponibilizada para pesquisas, passo fundamental para a criação do Centro de Documentação Histórica de Vassouras. (MAXIMO,2021, p. 54)

Criado em 12 de junho de 1987, o Centro de Documentação Histórica visava centralizar e disponibilizar fontes primárias e secundárias que incentivassem a pesquisa e escrita da história da região sul-fluminense, continuar o trabalho de arranjo e sistematização das fontes e auxiliar os pesquisadores iniciantes a ingressarem na pesquisa e no trabalho com fontes primárias, divulgando assim a documentação de Vassouras e o trabalho que estava sendo realizado. (CIRIBELLI, 2008, p. 433)

Em 1988, seria lançado o primeiro catálogo *Fontes para a História da Escravidão em Vassouras*, que atesta a criação do CDH, divulgando o trabalho que estava sendo realizado desde o final da década de 1970 e mostrando a evolução na organização dos diferentes conjuntos documentais que agora estariam acondicionados⁵ no mesmo acervo. Esse catálogo seria atualizado em 1995, numa edição de dois volumes, logo após a criação do curso de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra, em 1994. (MAXIMO,2021, p.74-75)

As fontes paroquiais, nesse momento já haviam sido organizadas e devolvidas a casa paroquial, onde permaneceriam armazenadas. Em 2001, é assinado um Termo de Cooperação técnica com entre a Fundação Educacional Severino Sombra - FUSVE e a Casa Paroquial de Vassouras, representada pelo Padre José Antônio da Silva. Nesse momento a documentação é

⁵ Acondicionamento: embalagem ou guarda de documentos visando à sua preservação e acesso. (ARQUIVO NACIONAL, 2005. p. 20)

transferida para o Centro de Documentação Histórica, para que pudesse ser arranjada, acessada e utilizada em pesquisas.

Essa documentação permaneceria acondicionada e sendo utilizada pela equipe do Centro de Documentação Histórica e pelos pesquisadores que visitavam o espaço. Porém, no ano de 2014 as atividades do Centro de Documentação Histórica de Vassouras foram encerradas e os convênios com a Casa Paroquial e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Vassouras são encerrados. Esses conjuntos documentais passariam a ser tutelados pelo Escritório Técnico do Médio Vale do Paraíba do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN de Vassouras/RJ, juntamente com a documentação do Arquivo Municipal de Vassouras. (MONTEIRO; SILVA, 2019, p.463)

O Centro de Documentação Paroquial Dr. Joaquim José Teixeira Leite

Em 2016, por iniciativa do Padre José Antônio da Silva, Pároco de Vassouras, a documentação volta a ser sediada na Casa Paroquial.

A criação do Centro de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, fez-se necessária, devido ao número crescente de pesquisas relacionadas ao Vale do Paraíba Fluminense nas duas últimas décadas, especialmente sobre a cidade de Vassouras-RJ. (MONTEIRO; SILVA, 2019, p. 465)

A Documentação seria então realocada, mas manteria a organização e os códigos numéricos já atribuídos no processo de arranjo realizado pelo Centro de Documentação Histórica, assim as pessoas que se dedicaram a pesquisas no arquivo em períodos anteriores e colocaram esses códigos em publicações, ainda conseguiriam localizar essas fontes. (MONTEIRO; SILVA, 2019, p. 461) Seriam também incluídas documentações inéditas sobre a Irmandade Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

O nome escolhido para o arquivo homenageia um intelectual que viveu em Vassouras no século XIX. Advogado, erudito, comissário do café, preocupado com a cultura e a memória local, por todas essas nuances, o nome do Dr Joaquim José Teixeira Leite foi adotado por ter sido “[...] presidente da Câmara Municipal de Vassouras e Procurador Geral do Patrimônio da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, pela preocupação com a manutenção dos arquivos, para valorização da história e da memória local.” (MONTEIRO; SILVA, 2019, p.465)



Fotos 1 e 2 - Centro de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Vassouras - “Dr. Joaquim José Teixeira Leite.
Fonte: acervo particular

O Uso da Documentação Paroquial em Pesquisas

A documentação paroquial pode contribuir de diversas formas para levantamento de informações, sendo ricas fontes acerca da população em âmbito coletivo e individual. O registro civil, seria regulamentado em 1874, mas utilizado de forma mais incisiva no período

republicano. (BASSANEZI, 2009, p. 155). Até que o registro civil se instalasse como prática obrigatória, os registros paroquiais serviriam como fontes oficiais.

O caráter individual e coletivo dessas fontes garante múltiplas possibilidades de análises. Carlo Ginzburg (2008), traz a uma abordagem que parte de uma estrutura menor para uma estrutura maior, essa forma de análise permite evidenciar informações ou abordagens que seriam perdidas numa abordagem macro, onde as fontes são analisadas em maior volume e os recortes temporais podem ser mais abrangentes. Nos permite também uma compreensão maleável da sociedade cafeeicultora que se desenvolveu no Vale do Paraíba Fluminense, que por vezes é retratada de forma consolidada. (IZABEL JUNIOR, 2012, p. 9-10) Na maioria das vezes, a população livre de classes econômicas mais baixas não é citada, e os relatos giram em torno dos senhores de fazenda.

Dentre os usos mais comuns dados a documentação, está a genealogia. A partir desse levantamento de informações torna-se possível conectar indivíduos e famílias através dos graus de parentesco evidenciados nos registros, no caso dos registros mais completos podemos encontrar relações de filiação e até nomes de avós, através desses levantamentos torna-se possível provar vínculos que possibilitem requerimentos de cidadania e de herança. Esses registros também identificam relações extraconjugais através do nascimento de filhos ilegítimos e crianças abandonadas (BASSANEZI, 2009, p.145).

Outra possibilidade para essas fontes são os estudos de demografia histórica. Essa modalidade se utiliza de registros paroquiais para realizar levantamentos de caráter censitário anteriores ao período em que tais estudos eram realizados. Essa prática passou a ser utilizada principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. Sobre demografia histórica, podemos afirmar que

[...] é o campo da Ciência Social que, estabelecendo, *in totum* parcialmente, o estado e os movimentos daquelas populações, procura identificar as causas e consequências de tais fenômenos, bem como explicitar as inter-relações, destes com outros elementos da vida em sociedade. Para tanto, lança mão, também, das técnicas e dos conhecimentos das demais ciências e lança mão de técnicas e modelos próprios, utilizando, além dos dados tradicionalmente considerados pela demografia, todas e quaisquer fontes que possam servir ao seu escopo. (COSTA, 2011, p.213)

Esse tipo de levantamento permitiu novos olhares para a história dos períodos Colonial e Imperial do Brasil, permitindo uma compreensão diferente dessas sociedades e das relações estabelecidas entre as diferentes camadas sociais, exemplo disso, foi o uso de registros de casamentos de pessoas escravizadas, sendo utilizados para compreender a formação das famílias escravas e da realização de casamentos legalizados. (BASSANEZI, 2009, p 145) Nos

“[...]possibilitam enxergar detalhes ainda obscuros em nossa historiografia, dedicada ao período setecentista, seja pela miopia causada pelas ideologias ou, até mesmo e, principalmente, por uma visão cristalizada período.” (IZABEL JUNIOR, 2012, p. 60-61)

Os registros paroquiais sobre os escravizados seriam marcados também pelas mudanças ocorridas no regime escravista. As leis que aboliram a escravidão de forma gradual marcaram esses registros, principalmente os registros de batismos. A Lei Eusébio de Queirós marca, em 1850 o fim do tráfico transatlântico de africanos para o Brasil, essa ruptura inicia um processo de deslocamento e circulação de pessoas sendo vendidas como mão de obra dentro do território nacional, esses deslocamentos podem ser evidenciados em fontes de batismos e casamentos, que combinadas a outras tipologias documentais permitem compreender esses processos. “Por isso é tão importante o cruzamento das fontes paroquiais, com as listas nominativas, testamentos, inventários, para relacionarmos as linhas onomásticas e chegarmos a uma observação em escala pormenorizada.” (IZABEL JUNIOR, 2012. p.61)

No caso da documentação sediada em Vassouras, o livro de registros de batismos de escravizados é interrompido na data da publicação da Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871. Essa lei, conhecida como Lei do Ventre Livre, estaria estampada na primeira página do novo livro, marcando o processo de ruptura que se iniciava com a assinatura da Lei.



Foto 3 – Lei do Ventre Livre na primeira página do Livro de Registro de Batismo de Escravos.

Fonte: Centro de Documentação Paroquial Dr. Joaquim José Teixeira Leite, livro de batismo de escravos, 1871.

Considerações Finais

Este artigo teve como principal objetivo analisar a formação do Centro de Documentação Paroquial Dr. Joaquim José Teixeira Leite, vinculado a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e refletir sobre a contribuição dessas fontes para a escrita da história da escravidão no Vale do Paraíba Fluminense. Através da análise da criação do Arquivo paroquial e dos espaços que condicionaram essas fontes, podemos notar uma crescente preocupação com a preservação das fontes documentais do município de Vassouras, resultado das atualizações vivenciadas pela História e pela Arquivologia a partir da década de 1970. (MAXIMO, 2021, p.32-41)

Esse conjunto documental, embora menos utilizado que outras tipologias, tem grande potencial para auxiliar na compreensão de dinâmicas sociais e familiares. Essas fontes podem ser utilizadas para localizar grupos e indivíduos, dado seu caráter individual e sua presença em momentos marcantes, permitindo relacionar pessoas, estabelecer vínculos de parentesco e apadrinhamento, determinar procedências e compreender as relações sociais e de poder que se estabeleciam entre pessoas de diferentes grupos socioeconômicos. Esses registros, por vezes, são as únicas informações sobre essas pessoas.

Através deles, pode-se analisar as mudanças na forma de se tratar os escravizados, principalmente após a Lei Eusébio de Queirós de 1850 e as mudanças nos registros salientam quais informações passam a ser relevantes. A análise dessas informações pode nos levar a compreender como o escravizado era visto e registrado em diferentes períodos da história. Encontram-se registros curtos, pela falta de informações ou por não serem consideradas relevantes. Esses registros tornam possível associar esses indivíduos a lugares, pessoas escravizadas e livres, entre elas seus senhores, por vezes, citam sua procedência e filiação, permitindo uma aproximação das relações de poder, parentesco, apadrinhamento que permite compor o quadro social de Vassouras no século XIX.

As fontes paroquiais do Centro de Documentação Dr. Joaquim José Teixeira Leite contribuem de forma significativa para a compreensão da sociedade Vassouras, são também fundamentais para trazer à tona grupos pouco abordados nos estudos sobre o Vale do Paraíba Fluminense no século XIX, como pessoas livres de classes econômicas mais baixas. A centralização e preservação dessas fontes se mostra fundamental para garantir o acesso a informação e a contribuição para a escrita da história local.

Referências:

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BASSANEZI, Maria Silvia. *Os eventos vitais na reconstituição da história*. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- CIRIBELLI, Marilda Correa. *Planejamento histórico-cultural do município de Vassouras*. Vassouras, 1976.
- _____. *A pesquisa Histórica em Vassouras – operação Documento-Arquivo*. Rio de Janeiro: CREA/RJ, 2008.
- COSTA, Iraci Del Nero da Costa. *Demografia Histórica: Algumas Observações*. Seculum – Revista de História. João Pessoa, 2011 p. 213 -225
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- IZABEL JUNIOR, Valdeci Silva. *A importância social dos registros paroquiais no Brasil setecentista*. Vernáculo, nº 29, 1º sem/2012
- KNAUS, Paulo. *Usos do passado, arquivos e universidade*. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, n. 40, ano 22, p. 9-16, 1º sem., 2009.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- MARCILIO, Maria Luiza, *Os Registros Paroquiais e a História do Brasil*. Varia história, nº 31. Jan. 2004.
- MAXIMO, Gabriela Germana Almeida. *As Aventuras Do Acervo Municipal E Cartorário De Vassouras – 1972-2003*. 2021. 100 p.. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2021.
- MOTTA, José Flávio. *Demografia histórica, Família Escrava e Historiografia: Relações Familiares Num Plantel de Escravos de Apiaí (SP)*. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/jose-flavio-motta_2.pdf acessado em 26/06/2021
- PORTO, Vera Maria Cordilla. *Passos de uma trajetória. Razão e emoção*. Vassouras, 2015.

SAMARA. Eni de Mesquita. (Org.). *Paleografia, Documentação e Metodologia Histórica*. São Paulo: Humanitas, 2010.

MONTEIRO, Ângelo Ferreira; SILVA, José Antônio da. *Centro De Memória Da Paróquia De Nossa Senhora Da Conceição E Da Irmandade Nossa Senhora Da Conceição Da Freguesia De Vassouras - "Dr. Joaquim José Teixeira Leite"*. São João Del-Rei, MG: UNIPTAN, 2019. ISSN: 2525-6955 Disponível em: www.uniptan.edu.br acessado em 15/06/2021

SILVA, Zélia Lopes da. (Org.) *Arquivos, Patrimônio e Memória – Trajetórias e Perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA. *Catálogo Fontes primárias para História da escravidão em Vassouras 1º catálogo*. Vassouras: FUSVE, 1988.

_____. *Datas para a história da cultura em Vassouras (de 1972 a 1993)*.- Vassouras: FUSVE, 1993.

_____. *Fontes primárias para História da escravidão em Vassouras 2º catálogo*. Vassouras: FUSVE. 1995.

_____. *Relatório semestral do CDH*, abril/setembro de 2003. Arquivo da casa paroquial.

Apontamentos sobre a circulação do Livro de São Cipriano em Portugal e no Brasil nas primeiras décadas do século XX (1900-1940)

Inês Teixeira Barreto¹

Introdução

O presente artigo investiga circulação das práticas mágicas e as representações envolvendo a figura de São Cipriano em Portugal e como formam uma permanência que se sustenta da Idade Moderna até o século XX. Buscamos por vestígios dessas permanências a partir dos textos e livros contemporâneos envolvendo São Cipriano, um santo considerado bruxo, cuja história foi base para a criação de um livro de magia que leva seu nome.

A partir de Portugal, que possui vestígios de São Cipriano tanto na tradição oral quanto na cultura letrada, a figura e o livro dedicado ao santo chegam ao Brasil e, no século XX, se tornam populares nas chamadas práticas de feitiçaria e também nas práticas das religiões de matriz africana, especialmente na Umbanda e na Quimbanda.

Neste artigo abordamos um ponto específico do processo de permanência e sobrevivência do imaginário mágico europeu, que são as lendas e práticas envolvendo São Cipriano, em especial sua relação com os livros de magia originados na Idade Média e a circulação de textos ligados a Cipriano em Portugal. É a partir dessa relação que serão formatadas as versões contemporâneas do chamado *Livro de São Cipriano*, que passam a circular no Brasil a partir do final do século XIX. Para isso, adotamos como principal fonte o *Livro de São Cipriano: O Tesouro do Feiticeiro*, uma edição do arquivo da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, que foi publicada entre 1885 e 1900 pela Livraria Econômica².

A obra é uma versão contemporânea dos grimórios, textos que circulam desde a Era Moderna que, segundo a definição de Owen Davies, são livros de conjurações e feitiços com instruções para produzir amuletos e talismãs, invocar espíritos, anjos e demônios, encontrar tesouros escondidos por meio de magia, adivinhar o futuro e produzir remédios e feitiços. A palavra grimório deriva do francês *grimmaire*, que significaria “texto escrito em latim” e faria referência a uma espécie de gramática voltada ao aprendizado da linguagem da magia (DAVIES, 2002, p. 01-02).

¹ Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

² Não se sabe a data exata da publicação pois a obra não contém uma datação oficial impressa, mas na sua introdução consta uma nota de uma suposta edição espanhola anterior, com data de 1885.

Segundo a lenda hagiográfica, São Cipriano foi um sacerdote pagão, classificado pela Igreja Católica como feiticeiro, que possuía um pacto com o Demônio. Seu relacionamento com o Diabo permitia que ele operasse uma série de prodígios: se tornar invisível, encontrar tesouros e, principalmente, conquistar o amor de mulheres. Até que Cipriano tenta usar sua magia demoníaca para conquistar Justina, uma virgem cristã, que consegue derrotar as investidas do Diabo por meio de sua fé. O bruxo percebe, então, que o maior poder pertence a Deus, e assim ele se converte ao Cristianismo. Segundo a *Legenda Aurea*, Justina e Cipriano passam, então, a pregar o evangelho, até serem martirizados pelo imperador Diocleciano por volta do ano de 256 d.C.³

A figura de São Cipriano circula na Europa desde, pelo menos, o século IV e, por conta da lenda, sempre ligada às práticas mágicas. São comuns os feitiços voltados para a descoberta de tesouros escondidos, para o amor e para proteção. Existem vestígios frequentes de orações escritas, carregadas junto ao corpo, que supostamente protegeriam a pessoa que as carregasse de ataques físicos.

Muitos dos mitos e práticas relacionados a São Cipriano são transferidos para o imaginário mágico ibérico e, posteriormente, para o brasileiro, não somente por influência dos livros, mas também pelas tradições orais que chegaram com os colonos portugueses e foram ganhando terreno entre os negros escravizados já no período colonial, sofrendo modificações ao longo dos séculos XVIII e XIX.

A circulação e os feitiços desses livros apontam que os livros atribuídos a Cipriano podem ser considerados parte da tradição de grimórios europeus derivados de manuais de necromancia e magia da Idade Média, como a *Chave de Salomão*, por sua vez criados a partir dos Papiros Mágicos Gregos e de outros textos de magia da Antiguidade. Porém, podemos dizer que os livros de São Cipriano foram beneficiados com a ampliação da circulação e uma relação constante com a cultura oral, ganhando novos traços e absorvendo elementos regionais⁴.

³ Para as igrejas Católica Romana e Ortodoxa Russa, existem dois santos diferentes chamados Cipriano: de Cartago, bispo e teólogo, autor do tratado *Patrística* e canonizado por suas contribuições intelectuais ao catolicismo; e de Antioquia, o feiticeiro convertido, canonizado após seu martírio. Aqui abordamos a história de São Cipriano de Antioquia, mas acreditamos que fazer uma distinção clara entre os santos não é tão relevante nesta pesquisa pois, no imaginário e nas práticas populares, eles se confundem constantemente, prevalecendo a imagem do santo como bruxo.

⁴ Para mais sobre os grimórios medievais e outros feitiços, especialmente ligados a São Cipriano, ver: DAVIES, 2002.

São Cipriano na tradição oral portuguesa

A figura de Cipriano circula em Portugal desde, pelo menos, o século XVI. Na Biblioteca Nacional de Lisboa há orações manuscritas e folhetos sobre a vida e o martírio do santo. Apesar de muito popular no Norte do país, principalmente por influência da Galícia onde sua lenda é muito presente, os vestígios das crenças e práticas envolvendo seu nome estão em todo o território português, incluindo as colônias ultramarinas. Assim como no restante da Europa, também é ligado a proteção e exorcismos, a busca por tesouros escondidos e guardados por seres sobrenaturais, e à magia amorosa.

Um dos principais difusores da lenda do santo foi o *Flos Sanctorum*, coletânea hagiográfica editada pelos jesuítas da Península Ibérica em 1500. Também será essa obra a grande responsável por popularizar e disseminar a história no Brasil, segundo Jerusa Ferreira. Há vários vestígios de livros, manuscritos e orações de São Cipriano entre os séculos XVI e XVII, mas vemos uma prevalência dessas práticas em processos do século XVIII.

Francisco Bethencourt localiza algumas práticas ligadas a santos em suas pesquisas sobre as práticas mágicas em Portugal no século XVI, como feitiços voltados a São Cebrião (São Cipriano) para fortalecer casamentos. Daniela Calainho encontra São Cipriano ligado às bolsas de mandinga, amuletos criados a partir da assimilação de elementos do catolicismo com tradições africanas. Além da citação nominal ao santo, ela descreve outros elementos do corpus documental que será ligado a Cipriano na Contemporaneidade, como a Oração do Justo Juiz, usada para proteção ou para reparar uma injustiça.

No Brasil, São Cipriano se fez presente no estudo clássico de Laura de Mello e Souza, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, que traz vestígios da circulação de práticas similares às portuguesas durante o século XVIII. Laura mostra que a oração circulava pela província do Grão-Pará durante a segunda metade do século e era especialmente usada para fins amorosos e para proteção.

Ao estudar as obras dos etnógrafos portugueses, intelectuais que coletaram os costumes e tradições do país entre o fim do século XIX e começo do XX, conseguimos perceber que essas crenças continuavam existindo. Apesar dos autores atuarem como intermediários, criando um filtro entre nós e os camponeses que foram suas fontes orais, seus registros trazem os vestígios da sobrevivência de crenças e práticas similares àquelas que vimos anteriormente⁵.

⁵ Portugal passa tardiamente pela formação de seu estado nacional contemporâneo. Apesar de possuir uma monarquia constituinte desde 1828, o país só se torna uma República em 1912. Só então passou por um processo que já havia acontecido em outros países, como França e Alemanha: a tentativa de resgate, por meio de seus

O principal nome desses pesquisadores é José Leite de Vasconcelos, um dos intelectuais que mais coletou as memórias da população do campo portuguesa. É possível encontrar referências ao santo em três de seus trabalhos: *Religiões da Lusitânia* (1897), *Tradições Populares de Portugal* (1882) e *Etnografia Portuguesa* (1933-1989), cuja última parte foi uma publicação póstuma. Segundo o levantamento feito pelo historiador José Leitão, as três obras têm referências ao livro de São Cipriano, principalmente em trechos onde Vasconcelos quer exemplificar o que chama de literatura popular ou literatura folclórica. Também faz referência a um panfleto com instruções de cartomancia que teria sido entregue a ele por uma feiticeira.

Outro etnólogo importante é Teófilo Braga, fortemente influenciado pelo Positivismo. Seu objetivo em estudar a cultura popular era conhecer as superstições do povo, para entendê-las e superá-las rumo à evolução intelectual. Seus escritos pouco citam São Cipriano, mas possui uma abordagem única entre seus pares, buscando a comparação de tradições e mitologias de outros povos e crenças anteriores, tentando estabelecer uma origem étnica e criar uma composição racial única para os portugueses. No livro *O Povo Português em seus Costumes, Crenças e Tradições* (1885), Braga defende que as superstições derivam de cultos pagãos ctônicos, lunares e solares. O culto a São Cipriano, ligado aos costumes do dia de São João, que marca o início do verão na Europa, é uma reminiscência do politeísmo solar⁶.

Por fim, temos Francisco Adolfo Coelho, para quem os estudos das tradições populares e das superstições ajudariam a entender o que julgava como um atraso na mentalidade portuguesa. Escreveu um artigo totalmente dedicado a São Cipriano em 1888, publicado na *Revista Lusitana*⁷, chamado *Notas e Paralelos Folclóricos: Tradições Relativas a São Cipriano*. É uma junção de fragmentos de outros autores, incluindo Vasconcelos. Ele também traz fragmentos de outros grimórios, em sua maioria escritos em inglês, com a intenção de compará-los ao *Livro de São Cipriano*.

O levantamento desses etnólogos, coletados a partir das tradições orais das diferentes regiões de Portugal, trazem vestígios sobre a capilaridade dessa figura e como, mesmo com diferenças entre si e vindo de locais dispersos, as práticas mantinham certa similaridade. O

intelectuais, da chamada cultura popular e do folclore, com a intenção de criar e fortalecer uma identidade nacional. Para mais sobre o fenômeno do nascimento do folclore e a “moda da cultura popular”, ver A Beleza do Morto in CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

⁶ Teófilo Braga é bastante influenciado pelo antropólogo britânico James Frazer, autor de *O Ramo de Ouro*, onde coloca em prática o método comparativo de estudo de religião e mitologia. Ao pesquisar o culto à deusa Diana no lago de Nemi, na Itália, Frazer recorre a diversos mitos criados a partir do ciclo de morte, vida e renascimento das estações do ano e compara-os com o mito de morte do sacerdote responsável pelo culto. Sua obra e seu método foram extremamente influentes até a década de 1940.

⁷ Revista de etnografia fundada por Leite de Vasconcelos em 1887 e que existiu até 1943.

que nos permite afirmar que há uma tradição de magia ligada ao santo entre os portugueses e que tem como grande pilar de sustentação o apelo da busca por tesouros e os feitiços de amor. Mostra, também, que assim como outros aspectos da cultura popular, ele foi usado nos séculos XIX e XX como mais um elemento na construção da identidade portuguesa, juntamente com danças, músicas, culinária, técnicas de artesanato etc.

Juntando os vestígios mais contemporâneos com as práticas registradas nos processos inquisitoriais podemos afirmar que existe uma permanência histórica na crença em magia e nos poderes do santo. Agora, veremos como essa cultura oral se relaciona com os textos. A partir de uma série de vestígios escritos, podemos observar que a fronteira entre os dois estratos culturais é muito tênue e que não há uma divisão clara entre oralidade e letramento quando o assunto é a magia.

Circulação de textos sobre São Cipriano em Portugal

Segundo Félix Vicente de Castro, as diferentes edições portuguesas e espanholas dos livros de São Cipriano, publicadas entre os séculos XVIII e XX, trazem tanto elementos de práticas mágicas tradicionalmente ibéricas quanto elementos de grimórios medievais. O autor acredita que os livros atribuídos a Cipriano são exemplos típicos dos livros de magia por conterem conteúdos relacionados à magia negra e à necromancia. Porém, esses traços são mais presentes nas edições espanholas do que nas portuguesas, onde há rituais de purificação, listas de demônios e outras fórmulas, similares aos encontrados nos grimórios relacionadas à Chave de Salomão, o mais popular e influente livro de magia e necromancia da Europa, publicado pela primeira vez no século XIV. Castro destaca duas edições: o *Heptameron*, publicado em Madri em 1810, e a versão atribuída a Johannes Sulfurinus, publicada em finais do século XIX e intitulada *Libro Completo de Verdadera Magia o Sea El Tesoro Del Hechicero*. Essas obras trazem trechos ou capítulos inteiros da *Chave de Salomão*, *Grimorium Verum* e *Gran Grimoire*⁸.

Na Espanha, existem os vestígios da circulação de textos atribuídos a Cipriano desde o século XVII. Durante a Inquisição aragonesa foram confiscados com magos e saladores livros como os *Ciprianillos* e textos com outras características, como ensalmos, recitações, cartas de resguardo (*papelillos*) e orações (*letanías* e *nominas*), que citavam ambos os personagens. Alguns desses documentos eram as chamadas *gacetas*, livretos feitos de material

⁸ Aqui há uma discordância entre pesquisadores dos livros de magia. Para BUTLER os livros ligados a São Cipriano não seriam típicos livros de magia por não descenderem dos livros de necromancia da Idade Média. (BUTLER, 1949). Nós concordamos com a posição de Félix de Castro, pois conseguimos identificar elementos de outros livros de magia no *Thesouro deo Feiticeiro*, mostrando que ele não se desenvolveu de maneira autóctone.

barato, com instruções para encontrar tesouros ocultos⁹. Owen Davies acredita que essas publicações influenciam os *Livros de S. Cipriano* editados posteriormente, que passam a incorporar um capítulo sobre os tesouros da região da Galícia. Ele acredita que os livros portugueses são versões das *gacetas* e dos *Ciprianillos* da Espanha, por sua vez baseados em obras francesas, e que as edições criadas a partir daí e, em especial, as do século XIX, são um amálgama que unem os principais itens relacionados ao santo por 200 anos: orações de esconjuro e proteção, feitiços de amor e de cura, lista de tesouros e práticas de adivinhação.

Porém, para Félix de Castro, assim como para o historiador português José Leitão, a relação entre as edições não é simplesmente a de tradução ou cópia. Eles acreditam que os *Ciprianillos* contenham elementos originais, influenciados não só pelas tradições ibéricas de magia, mas também pelo próprio perfil social e econômico de suas populações.

No levantamento feito por Félix de Castro há edições de panfletos, cordéis e livros sobre Cipriano publicadas concomitantemente em diferentes regiões de Portugal e da Espanha. O autor identifica obras na Catalunha, em Zaragoza e na própria Galícia, assim como edições portuguesas publicadas entre 1890 e 1914. Essas edições possuem muitas similaridades e algumas mudanças, sendo que as listas de tesouros podem variar de acordo com o local onde a obra foi composta: as portuguesas tendem a focar mais na região Norte do país, enquanto as espanholas focam na Galícia. Os objetivos dos feitiços e orações também são diferentes e algumas delas trazem trechos integrais de outros grimórios, como a *Chave de Salomão* e o *Grand Grimoire*, mesclados com feitiços locais para proteção de animais e de fazendas. O que todos têm em comum é a oração de São Cipriano.

Esses escritos publicados em formatos baratos, tanto na produção quanto na venda, são ao mesmo tempo o reflexo e o complemento das tradições orais ligadas ao santo que circulavam nesses territórios, criando um sistema híbrido entre letramento e oralidade. Castro ainda coloca que os grimórios de Cipriano, por conta de sua grande circulação, passam por um processo de modificações e adaptações mais intensos do que outros livros de magia e, por isso, essas obras ficam à margem das classificações tradicionais.

José Leitão acredita que é justamente esse processo de modificações que faz com que os livros de São Cipriano não se enquadrem na tradição de grimórios clássicos europeus, pois teriam nascido paralelamente aos outros, mas com características de uma obra originalmente portuguesa. Não tendo sido criados de maneira concisa, como uma unidade, mas como uma

⁹ Para mais sobre os textos de São Cipriano na inquisição aragonesa, ver VEIGA, Marcos Antonio Lopes. *Sob a capa negra: necromancia e feitiçaria, curandeirismo e práticas mágicas de homens em Aragão* (séculos XVI e XVII). text, Universidade de São Paulo, 2012.

coletânea de feitiços, orações e saberes que já existiam, que foram registradas dentro de uma certa ordem.

Neste contexto, existem duas grandes edições que forjaram as bases para os livros contemporâneos: uma versão publicada em Lisboa e outra no Porto, com algumas diferenças, mas que possuem o mesmo teor no conteúdo e orações, feitiços e listas de tesouros. Essas edições possuem um teor mais simples e não trazem a correlação direta com os grimórios medievais europeus, que estão presentes em outras versões. A edição lisboeta foi replicada quase que integralmente nas publicações brasileiras do século XX.

Vemos, também pelo levantamento efetuado por Félix de Castro, que além dos livros temos vários outros formatos (almanaques, cordéis, folhetos), com menos páginas e vendidos a preços mais baratos, que também auxiliam na difusão.

Assim, grimórios e outros suportes da chamada magia letrada se juntam às práticas orais centenárias da Península Ibérica e mostram que nem sempre os limites entre letramento e oralidade, cultura popular e cultura letrada, ficam claramente estabelecidos. Nesse processo, identificamos os vestígios das práticas de camponeses, trabalhadores e escravizados entre os séculos XV e XVII, depoimentos coletados pelos etnólogos portugueses entre camponeses e o aproveitamento dessas tradições pelo mercado editorial português. Esses indícios da circularidade dos textos sobre Cipriano nos mostram, como colocou Jerusa Pires, de que é impossível determinar se existiu alguma matriz que deu origem a essa obra e quando eles precisamente começaram a ser editados (FERREIRA, 1992, p.117).

Essa variedade de formatos – orações, códices, letanias etc – também nos coloca em uma reflexão sobre quem tinha acesso a essas informações. No artigo *O Mundo Como Representação*, Roger Chartier coloca que não devemos relacionar o formato do texto automaticamente ao perfil de um determinado leitor. Leitores e leituras possuem peculiaridades, transcendem as classes sociais, formatos e suportes, já que diferentes textos são lidos em voz alta e compartilhados de muitas maneiras, o que faz com que as obras escritas ultrapassem clivagens sociais como alfabetizados e analfabetos. Para Chartier, “o essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos — sob formas impressas possivelmente diferentes — podem ser diversamente aprendidos, manipulados, compreendidos” (CHARTIER, 1991. p. 181).

Assim, é necessário pensar não apenas nas edições, mas também nas redes e nos deslocamentos, tanto de leitores quanto de textos:

Contra a representação, elaborada pela própria literatura, segundo a qual o texto existe em si, separado de toda materialidade, é preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor. (CHARTIER, 1991, p. 182)

Isso é bastante presente nos livros ligados a Cipriano. Há, na verdade, uma pluralidade de vozes e formatos, que vão aparecendo com mais amplitude nas publicações entre os séculos XIX e XX. Neste período, com o aumento da educação formal e a ampliação da alfabetização em Portugal, as culturas letradas e orais tendem a se mesclar ainda mais e passamos a observar uma sobreposição nascendo a partir delas. É possível identificar um processo muito próximo ao que colocou Mikail Bakhtin sobre os estratos da cultura popular e erudita na obra de *Rabelais*: a ideia de “dualidade do mundo”. A cultura popular, das chamadas camadas inferiores da sociedade, expressa uma visão de mundo própria, mas ainda assim mantém um contato orgânico, dinâmico e permanente com a cultura das classes letradas, em um processo cíclico de influência mútua:

O que se qualifica de “erudito” e o “popular” está em permanente processo de ajustes, desajustes, reajustes, em suma, em movimento. Assim, tornar indissociável a divisão entre eles é anular os postulados metodológicos que procuram conferir um tratamento contrastado de um e de outro domínio. (DOMINGUES, 2011, p. 401–419)

Assim como o limite entre as duas culturas não podem ser claramente delineados em *Gargantua e Pantagruel*, também não o podem ser no corpo de textos ligados a São Cipriano. Os estratos culturais se sobrepõem, e passam a não pertencerem mais ao seu contexto original, criando um elemento novo. Mas, apesar disso, ele mantém uma certa unicidade, sempre girando em torno do santo e das grandes temáticas em que ele está envolvido: feitiços de amor, de proteção, e desencanto de tesouros. São esses os eixos que formam uma unicidade e permitem que haja o diálogo entre o popular o erudito.

Vale destacar, ainda, que existe um hiato em Portugal nas publicações sobre magia, incluindo os *Livros de São Cipriano*, por conta da proibição durante o Estado Novo português, período ditatorial de cunho fascista que vigorou entre 1933 e 1974. Após a Revolução de 25 de Abril de 1974 e o processo de redemocratização, os livros voltaram a ser publicados no país, mas desta vez como versões das obras correntes no Brasil – que, por sua vez, foram editadas seguindo a edição lisboeta da década de 1890. Esse é talvez o indício final

da importância do mito e do culto do santo nas terras lusitanas: a tentativa de reprimir tais práticas já no século XX, o que mostram que elas ainda tinham relevância no imaginário dos portugueses.

Indícios da Circulação dos Livros de São Cipriano no Brasil

Como apontamos, as práticas envolvendo São Cipriano chegam ao Brasil já no século XVIII, com elementos escritos, como as orações das bolsas de mandinga. Mas é no século XX que o livro ganhará popularidade e será importante no chamado mundo da edição popular, como definiu Jerusa Pires Ferreira.

Graças ao estudo de Jerusa, sabemos que, a partir da segunda metade do século XX, o *Livro de São Cipriano* foi um título explorado por diversas editoras comerciais. Em sua pesquisa feita nos anos 1970, ela localizou 5 editoras que se dedicavam a publicar o título, e todas possuíam diferentes versões dele, como: *O Antigo e Verdadeiro Livro de São Cipriano*, *O Poderoso Livro de São Cipriano*, *O Legítimo Livro de São Cipriano*, *São Cipriano Capa Preta*, entre outros nomes sugestivos. Para ela, essas publicações pertenciam

ao universo da cultura das bordas, limite entre o submundo das crenças e heresias populares e a meia legitimidade que lhe dá o fato de ser um produto industrial, em larga escala. Falta-lhe, porém, a legitimação da cultura oficial e hegemônica (PIRES, 1992, p. 20)

Acreditamos que sua extensa popularidade tenha origens mais recuadas, ainda no começo do século XX. Os jornais são um caminho para descobrirmos o trajeto que o livro estabeleceu no Brasil. Nesse período, práticas relacionadas à magia, ao espiritismo e ao curandeirismo eram proibidas no Brasil pelo Código Penal de 1890, que vigorou até 1940, dentro dos termos do Capítulo II: Dos Crimes Contra a Saúde Pública.

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de molestias curáveis ou incuráveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública:
Penas - de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.¹⁰

¹⁰Fonte: Legislação Histórica. Palácio do Planalto. Manoel Deodoro Da Fonseca. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm>. Acesso em: 19 maio 2021.

Assim, era comum que as forças policiais da época usassem dessa autoridade para apreender e multar aqueles que fossem denunciados por qualquer uma dessas práticas, assim como de exercício ilegal da medicina, também contemplados como crimes contra a saúde pública e entendidos como próximos de práticas consideradas feitiçarias. Era comum que clientes insatisfeitos denunciassem o praticante à polícia, que normalmente prendia a pessoa e seus pertences. Em alguns casos, as forças militares também apreendiam o dinheiro recebido pelo curandeiro ou feiticeiro.

Tais apreensões frequentemente se tornavam notícias de jornais. Em geral, eram registradas na imprensa com um certo tom de exotismo, ressaltando a credulidade do acusado e de seus clientes, ao mesmo tempo que elogiava a atitude das autoridades de não permitir que tais práticas sobrevivessem.

Foi nesse sentido a nota publicada em 09 de maio de 1903 no jornal *O Fluminense*, com a “curiosa notícia”, originalmente publicada no jornal *O Diário de Pernambuco* em 07 de maio do mesmo ano, com o título “Uma bruxa”. A nota fala da prisão de Marocas Praieira pelo capitão e subdelegado Manoel Joaquim Batista, que cumpria “o louvável intuito de desalojar de seu districto feiticeiros que exploram a credulidade pública”. Dentre os pertences apreendidos na casa de Marocas foi encontrado “um livro de São Cypriano”, além de imagens de Santo Antônio, de Santo Onofre e um crucifixo, assim como uma série de outros artefatos supostamente usados para praticar magia como: duas figas, maracás, flautas de bambu, espadas, “uma boneca trajada de índio”, um livro de missa, entre outros. Dentre eles, uma “varinha mágica”, que há a possibilidade de ser uma das varas com supostos poderes também associada a São Cipriano. Por fim, a notícia afirma que os santos foram apreendidos, e os demais apetrechos jogados ao mar. Não fica claro o destino do livro¹¹.

Além das notícias, o que também podemos localizar por meio dos jornais e revistas são anúncios de venda dos livros. Nas seções de classificados, as livrarias divulgavam o *Livro de São Cipriano* e outros livros, como manual de cartomancia *O Livro da Bruxa*. Há, ainda, referências a outras publicações tratadas de maneira mais generalista, como “livros de sortes” ou “livros de ocultismo”, sem especificações. Um exemplo é este anúncio do jornal *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, no dia 28 de fevereiro de 1913:

GRANDE E O VERDADEIRO LIVRO DE SÃO CYPRIANO. O único verdadeiro e completo que existe – edição da livraria Cruz Coutinho - que ensina a fazer toda a qualidade de feitiçaria e cartomancia etc. I grosso vol. br.

¹¹ Fonte: Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. *O Fluminense*. 5183. ed. p. 2, 1903.

3\$000. O LIVRO DA BRUXA. O grande e colossal livro da Bruxa que tem sido o guia pratico indispensável para o Mucio Teixeira fazer todos os seus trabalhos prodigiosos. I grosso vol. br. 3\$000¹².

O anúncio continua com outros livros, que nada tem a ver com a temática dos anteriores: um guia de conversação em francês, livros de poesia e versos e uma edição do Conde de Monte Cristo. Eles demonstram uma estratégia adotada pelas editoras e livreiros populares do Rio de Janeiro do início do século XX, que era a publicação em formatos baratos, de diversos títulos conhecidos ou que tinham apelo prático com o público. Tal anúncio nos leva a crer que o *Livro de São Cipriano* era voltado a um público amplo, não a um nicho dos praticantes de magia, por isso atraíram o interesse dos consumidores do nascente mercado editorial brasileiro. Seja por curiosidade ou por credulidade, era importante o suficiente para ser produzido juntamente com outras obras e inclusive anunciados nos jornais.

Em uma pesquisa preliminar na Hemeroteca Virtual da Biblioteca Nacional, encontramos 6 anúncios de *Livros de São Cipriano* entre 1910 e 1920 nos jornais *O Imparcial*, *Correio da Manhã* e *A Notícia*. No jornal paulista *Correio Paulistano* localizamos 2 anúncios em 1911 de livros com feitiços que permitiam ganhar dinheiro fácil. Mesmo não citando o título do livro, acreditamos que seguem na mesma linha dos livros de cartomancia e de sortes já citados. Já entre 1920 e 1928, encontramos mais de 100 anúncios de livreiros populares nos jornais cariocas *Jornal do Brasil* e *O Jornal*, quase todos anunciando ou o *Livro de São Cypriano* ou o *Livro da Bruxa*¹³.

Entre os intelectuais brasileiros também encontramos os vestígios da circulação do *Livro de São Cipriano* pelas ruas da cidade. O jornalista e literato João do Rio, na crônica “No Mundos dos Feitiços”, de 1910, relaciona o livro com os cultos e práticas das religiosidades de matriz africana na cidade do Rio de Janeiro, que na época eram consideradas “feitiçarias”:

Mas o que não sabem os que sustentam os feiticeiros, é que a base, o fundo de toda a sua ciência é o Livro de S. Cipriano. Os maiores alufás, os mais complicados pais-de-santo, têm escondida entre os tiras e a bicharada uma edição nada fantástica do S. Cipriano. Enquanto criaturas chorosas esperam os quebrantos e as misturadas fatais os negros soletram o S. Cipriano, à luz dos candeeiros...

¹² Fonte: Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. *O Imparcial*, 389. ed. 1913.

¹³ Dados preliminares, coletados a partir da análise de anúncios de livreiros dos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O feitiço compõe-se apenas de ervas arrancadas ao campo depois de lá deixar dinheiro para o saci, de sangue, de orações, de galos, cabritos, cágados, azeite-de-dendê e do livro idiota. É o desmoronamento de um sonho!¹⁴

Vamos encontrar a mesma visão de que o São Cipriano está profundamente relacionado às práticas dos africanos e de seus descendentes no livro *O Negro Brasileiro*, do africanista Arthur Ramos:

Hoje, há macumba para todos os efeitos. A obra do syncretismo não conhece mais limitações. A macumba invadiu todas as esferas. Ella está na base dessa magia popular brasileira, que herdou muita coisa do Negro, mas tem também raízes fortes nesse corpus magico, de origens peninsulares europeas, compendiado nos livros populares das edições Quaresma: “Livro das Bruxas” e “Livro de São Cipriano.”¹⁵

Acreditamos que tanto João do Rio quanto Arthur Ramos cometem um equívoco ao afirmar que a base de toda a macumba, palavra usada aqui como sinônimo de feitiçaria, é europeia. Mas acreditamos que Ramos possui uma hipótese verdadeira ao identificar que elementos europeus sobreviveram ao criar elementos híbridos com as culturas africanas e de povos nativos americanos e uma parte disso é devido a circularidade das práticas envolvendo Cipriano. Porém, dentro do pensamento higienista da época, também refletido no Código Penal de 1890, Ramos entende, na obra citada, que a relação com os africanos e indígenas foi um ponto de degeneração de práticas europeias, entendendo que o contato com as divindades yorubás e bantu fez com que os europeus retornassem, de certa forma, às suas raízes pagãs, cultuando deuses e seres da natureza¹⁶.

Mas a partir da análise do *Thesouro do Feiticeiro* e de outros documentos, como contos da tradição oral de Portugal e da Galícia, notamos que os portugueses nunca abandonaram por completo a sua percepção desse tipo de entidade. Essas histórias trazem mitos como as mouras encantadas e os demônios guardiões de tesouros, que tem suas raízes

¹⁴ Fonte: Domínio Público. Governo Federal. DO RIO, João. No Mundo dos Feitiços. In: *As Religiões do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1976. (Coleção Biblioteca Manancial, 47). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000185.pdf>>.

¹⁵ Fonte: Biblioteca Digital de Obras Raras. Universidade Federal do Rio de Janeiro. RAMOS, Arthur. *O Negro Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1940. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/272?mode=full>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

¹⁶ No artigo *O Negro e o Folclore Cristão no Brasil*, de 1938, Ramos já se coloca de outra maneira, afirmando que o português nunca abandonou completamente a crença em seres sobrenaturais pré-cristãos, ponto que também defendemos em nossa pesquisa. Fonte: Arquivo Histórico - Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo. *Revista do Arquivo Público Municipal*, nº. 47, p. 47–78, 1938.

nos mitos celtas sobre as fadas e crenças nos seres sobrenaturais que guardam determinados locais, como os djin das tradições islâmicas.

Além disso, os portugueses também deixaram como herança o fato de entenderem São Cipriano como o padroeiro de qualquer prática de feitiçaria, mesmo aquelas que não estão registradas *ipsis literis* em seus livros. Em Portugal, por exemplo, ele se torna o santo a ser invocado durante práticas oraculares como a adivinhação com peneiras e com cartas de baralhos, que não necessariamente tem origem nessa mesma tradição de magia. Analisando os autores brasileiros, assim como os anúncios do começo do século, vemos que começa a existir um processo similar no Brasil, onde qualquer informação sobre magia, feitiçaria e espiritismo (palavra que começa a circular nos jornais também no começo do século), pode ser originária do *Livro de São Cipriano* ou está, de alguma maneira, ligada a ele.

Apesar de sua presença entre os ditos feiticeiros e de realmente existirem vestígios do culto a Cipriano na Umbanda contemporânea, seria leviano afirmar que as tradições portuguesas envolvendo o santo são a origem de práticas de magia e feitiçaria das populações negras. Na verdade, uma parte do que o Estado e os intelectuais do começo do século relacionavam ao conceito de feitiçaria eram práticas religiosas de culto a ancestrais, espíritos e divindades que chegaram ao Brasil por meio dos escravizados africanos. No caso do recorte sobre o Rio de Janeiro, podemos apontar a predominância de duas matrizes culturais provenientes das etnias bantu e yourubá, sendo esta última mais conhecida pois foi a etnia mais numerosa no final do período do tráfico de escravizados. O que podemos afirmar é que o culto aos santos católicos foi rapidamente absorvido por essas matrizes, especialmente pelos bantu, que possuíam mais ênfase na relação com os mortos do que os yorubá (SLENES, 1992, p. 48–67). Assim, os santos são considerados mortos especiais, similares aos espíritos ancestrais divinizados.

Como uma pesquisa em andamento, ainda temos um caminho a percorrer com as fontes, na intenção de localizar mais vestígios sobre a circularidade de São Cipriano e de seu livro. Mas acreditamos que, até o momento, temos diversos indícios que nos apontam para a sua presença e importância no imaginário mágico dos primeiros anos da República brasileira e fontes que nos permitem continuar nossas análises, especialmente no trajeto que o livro percorreu pelas religiosidades afro-brasileiras.

Fontes

Arquivo Histórico - Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo. RAMOS, Artur. O Negro e o Folclore Cristão no Brasil. *Revista do Arquivo Público Municipal*, n. 47, p. 47–78, 1938.

Biblioteca Digital de Obras Raras. Universidade Federal do Rio de Janeiro. RAMOS, Arthur. *O Negro Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1940. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/272?mode=full>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

Biblioteca Nacional de Portugal. s.a. *O Grande Livro de São Cipriano - O Tesouro do Feiticeiro*. Lisboa: Livraria Econômica, s.d.

Domínio Público. Governo Federal. DO RIO, João. No Mundo dos Feitiços. In: *As Religiões do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1976. (Coleção Biblioteca Manancial, 47). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000185.pdf>>.

Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. *O Fluminense*. 5183. ed. p. 2, 1903.

Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional. *O Imparcial*, 389. ed. 1913.

Legislação Histórica. Palácio do Planalto. Manoel Deodoro Da Fonseca. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htmimpressao.htm>. Acesso em: 19 maio 2021.

Referências Bibliográficas

BUTLER, E. M. *Ritual magic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1949.

CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime*. Rio de Janeiro, Brasil: Garamond, 2008.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 5, n. 11, p. 173–191, 1991.

DAVIES, Owen. *Grimoire: a history of magic books*. Oxford: Oxford Academic Press, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica. *História (São Paulo)*, v. 30, n. 2, p. 401–419, 2011.

FERREIRA, Jerusa Pires. *O Livro de São Cipriano: uma legenda de massas*. 1. ed. [s.l.]: Perspectiva, 1992.

LEITÃO, José. The folk and oral roots of the Portuguese «Livro de São Cipriano». *International Journal of Heritage and Sustainable Development*, v. 4, n. 1, p. 129–139, 2015.

SLENES, Robert W. “Malungo, ngoma vem!”: África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, n. 12, p. 48–67, 1992. (500 Anos de América: Dossiê).

VEIGA, Marcos Antonio Lopes. *Sob a capa negra: necromancia e feitiçaria, curandeirismo e práticas mágicas de homens em Aragão (séculos XVI e XVII)*. text, Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03072012-160107/>>. Acesso em: 28 maio 2020.

VICENTE, Félix. O Livro de San Cibrán: unha realidade no imaxinario popular. *Murguía: Revista Galega de Historia*, v. 1, n. 12, p. 69–104, 2017.

A demonização das religiões de matriz africana no espaço escolar

José Luiz Xavier Filho¹

Introdução

É comum o afrodescendente absorver e se submeter às crenças e valores da cultura branca dominante, inclusive à noção sintetizada nas ideias do “branco ser o certo” e o “negro ser o errado”. Esta internalização de estereótipos negativos é feita de maneira inconsciente. Ressaltamos que tal processo se dá já a partir da escola onde, por intermédio das práticas e dos próprios livros escolares, a criança desenvolve e alimenta tais estereótipos. Nessa pesquisa, feita em uma escola de rede pública do Ensino Fundamental dos Anos Finais, propomos analisar como é abordada a cultura, e nesse contexto, as religiões de matriz africana, na percepção de significados dessa matriz na construção do ser brasileiro, em reflexão que se volte a formação dos estudantes nesse nível de ensino. Metodologicamente entrevistamos professores, gestores e principalmente os alunos do Ensino Fundamental dos Anos Finais, que é o campo dessa pesquisa, como também analisamos os livros de História dessa unidade de ensino, para podermos verificar os assuntos abordados com a temática: a cultura afro-brasileira. Assim, pretendemos trazer ao debate como professores e professoras podem desconstruir antigos conceitos e inovar com outros numa discussão voltada a essas religiões, de forma a contribuir para que a escola se torne um espaço de direito, democrático, plural e reconhecedor da diversidade cultural e religiosa.

Os currículos escolares, tem ainda insistido trabalhar a História tradicional do Ocidente, limitados por uma visão eurocentrista, e quase sempre trata como não relevante a história de outras regiões do mundo a exemplo da África. Esse olhar, que tem subordinado e diminuído a importância de outros povos apresenta a Europa como eixo do movimento evolutivo, impulsionado desde a Antiguidade, época em que a região mediterrânea era definida como o centro do mundo.

A África desde então, passou a ser vista como distante, como a região dos “homens de faces queimadas” (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2004, p. 56). Daquele período até o final da Idade Média, especialmente com a religiosidade cristã medieval, ganhou impulso a associação da cor negra ao pecado e ao demônio, firmando a visão preconceituosa em relação aos povos africanos.

¹ Graduado em História (UPE), Graduando em Sociologia (FAVENI), especialista em Ensino de História (FAVENI), e em História e Cultura Afro-Brasileira (IPEMIG), mestrando em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas (UPE), professor de História do quadro efetivo da rede municipal de ensino do município da Lagoa dos Gatos – PE, ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4762429040202808>, e-mail: jlxfilho@hotmail.com.

Para confirmar essa “inferiorização” da África, apontada como a região do mal, havia ainda uma passagem bíblica do Gênesis, a qual os referidos autores fazem menção:

Cã, segundo filho de Noé, exibiu-se diante de seus irmãos, gabando-se de ter visto o sexo de seu pai, quando esse se encontrava bêbado. Para castigá-lo, o patriarca amaldiçoou Canaã, filho de Cã; ele e sua descendência se tornariam servidores de seus irmãos e sua descendência. Eles migraram para o sul e para a cidade das sexualidades malditas: Sodoma. Depois atingiram Gomorra. Lendas contam que os filhos dos filhos dos amaldiçoados foram viver em terras iluminadas por um sol que os queimava, tornando-os negros. (DEL PRIORE & VENANCIO, 2004, p. 59).

A ideia de supremacia europeia trouxe ideologicamente a inferioridade de outras culturas, especialmente as africanas, consolidou-se durante a Idade Moderna, quando a Europa passou a centralizar o poder econômico, político e militar mundial. Por séculos prevaleceu a mentalidade de enquadrar os africanos num grau inferior da escala evolutiva, a mesma que classificava os vários povos em avançados e atrasados ou civilizados e primitivos, a exemplo do que foi disseminado sobre os africanos no imaginário de muitos brasileiros.

Comerciantes, conquistadores e teóricos ressaltavam uma suposta selvageria dos povos da África, característica quase sempre relacionada à natureza do continente, fundamentando assim a crença de que a identidade daqueles seria determinada meramente por traços físicos e biológicos, e não por sua história. Impunham essa versão forçada de que o homem africano era incapaz de produzir cultura e história, quadro que serviu aos escravagistas e também aos imperialistas do século XIX, os mesmos que utilizaram o discurso justificador de “civilizar” a África como afirmou Marc Ferro acerca do que era pensado pelos ingleses que somente haveria civilização pelos europeus. (FERRO, 2004)

Além dos indisfarçáveis interesses de conquista, exploração e dominação, esse discurso tradicional encobria as diversidades e características próprias dos povos africanos, decorrentes de milênios de sua história. Ao contrário do que prega essa versão estereotipada das populações e da cultura africana, o continente foi palco de uma ampla e complexa diversidade histórica, cultural e religiosa, que começa com os primórdios da humanidade.

Os africanos que vieram para as Américas, em condição de escravizados, embora no mesmo período colonial tenha havido uma pequena imigração de africanos livres, provinham de diferentes povos que pertenciam a variadas culturas. As suas práticas religiosas eram, em alguns casos, assemelhadas e, em outros, bastante diferenciadas.

Um grande número de africanos e seus descendentes, porém, buscaram recriar as suas religiões de origem, formando grupos para a prática religiosa dos rituais e para a transmissão

das tradições. Estes grupos se autodenominaram nações e os nomes adotados se referem às etnias, cujas culturas são predominantes entre eles. Tais recriações foram crescentes nos locais de maior concentração de escravizados e seus descendentes, especialmente nas cidades portuárias que mantiveram atividades comerciais com os países da África até as primeiras décadas do século XX.

Neste artigo, objetivou-se analisar a partir da visão do conteúdo programático do livro didático, as possibilidades do professor trabalhar a cultura africana e afro-brasileira na sala de aula do Ensino Fundamental II, em função dos seus valores de vida e do desconhecimento sobre o assunto, combatendo assim o aumento da discriminação racial na escola.

Ensino de História

O ensino de História nas escolas de Ensino Fundamental não se limita a uma mera submissão ao conhecimento produzido pelos historiadores. Alunos e professores, geralmente, dialogam com os conhecimentos eruditos da História, produzem e (re)produzem conhecimentos históricos. Os professores, então, não são meros reprodutores de conhecimentos produzidos por pensadores que se encontram fora do ambiente escolar. A velha noção de divisão do trabalho entre os que pensam e os que executam o pensamento não se enquadra nesse caso.

Os professores cumprem um significativo papel de (re)produzir conhecimentos eruditos importantes para a sociedade, ao mesmo tempo, são pensadores que produzem conhecimentos no espaço escolar. Por isso mesmo, é muito importante que sejam valorizados e bem formados para desempenhar as inúmeras tarefas que lhes são atribuídas. O professor também atua para aumentar a abrangência da utilização de determinados conhecimentos apresentando novos desafios para ampliação e/ou aquisição de novas aprendizagens. Com base no contexto vivenciado pelos estudantes, o professor desafia, encoraja, esclarece e oferece novas possibilidades para que sejam redirecionados, ampliados ou desenvolvidos novos enfoques sobre o conhecimento.

De forma dialógica, o professor pode oferecer dicas e orientações especiais para atuações individuais e coletivas. Nesse processo, os estudantes são levados a buscar, a selecionar informações, a construir hipóteses e a tomar decisões, reorganizando e dando sentido e significado ao conhecimento. É importante que sejam incentivados e orientados a refletir criticamente sobre o que lhes é apresentado e a transcender, isto é, ir além das informações obtidas, distinguindo os dados mais importantes dos secundários, buscando relacionar o aprendido com outras informações e situações.

Rüssen (2006) afirma que o aprendizado da História não deve se limitar à aquisição do conhecimento histórico como uma série de fatos objetivos. Para além dessa perspectiva, o conhecimento histórico deve atuar como regra nos arranjos mentais tornando-se, de forma dinâmica, parte integrante da vida do sujeito. Em outras palavras, o conhecimento histórico não significa simplesmente o acúmulo de uma quantidade de informações relacionadas a fatos do passado.

Na perspectiva da consciência histórica, o conhecimento histórico deve servir como uma ferramenta de orientação temporal que levaria a uma leitura do mundo no presente e embasaria uma avaliação quanto às perspectivas de futuro alicerçadas nas experiências humanas do passado. Desse modo, aqueles que desenvolveram a consciência histórica não conheceriam apenas o passado, mas utilizariam esse conhecimento como meio para auxiliar a compreensão do presente e/ou “antecipar”, no plano mental, o futuro em forma de previsão pertinente (MEDEIROS, 2006; BARCA, 2006).

Em suma, as narrativas históricas estão presentes por toda a parte e o sujeito historicamente letrado não se limita apenas a somar um novo conhecimento à quantidade de outros tantos que já possui. O letramento em História possibilita ao sujeito estabelecer uma interação mental durante as leituras das narrativas históricas com o conhecimento histórico já acumulado estabelecendo, assim, uma orientação temporal e permitindo a construção de novos significados. É importante ressaltar, que o indivíduo pode utilizar-se de seus conhecimentos históricos para melhor compreender o mundo em que vive e não apenas nas situações em que as narrativas históricas são evidentes.

É sob essa perspectiva, que nos debruçamos sobre a relevância da abordagem do nosso objeto de estudo, tendo a consciência de que as religiões afro-brasileiras podem ser construídas em sala de aula através e, inclusive, a partir das narrativas de alunos e professores e, neste sentido, diagnosticaremos as discriminações históricas a respeito.

A obra científica sobre as religiões afro-brasileiras

Por seu lado o estudo das religiões afro-brasileiras há muito se rejeitava de modo que se expandiram nos processos de discriminação e associação a uma cultura inferior, quando não ao próprio mal, ao demônio, de modo que não conhece sobre tais religiões que em sua matriz africana não se identifica essa representação. Já nas primeiras pesquisas sobre a cultura afro-brasileira, ou sobre o negro no Brasil, realizadas por Nina Rodrigues (2010) e Arthur Ramos (2001), ambos médicos, mas que se empenharam em investigar as raízes do povo negro no Brasil, percebe-se o tom pejorativo ou negativo dado à cultura dos africanos.

Exemplo disso é quando Nina Rodrigues (2010, p. 242) refere-se a Olorum, criador do mundo, conforme a mitologia dos Orixás, como uma “concepção da minoria inteligente”. Ao mesmo tempo em que os autores se referem a fé africana como fetichismo. Em nota, Lima (2016, p. 80) atribui que:

O termo é utilizado tanto na obra de Arthur Ramos quanto na de Nina Rodrigues. Origina da palavra feitiço, o que nos remete a utilização do termo na Idade Média, que estava ligada à bruxaria, que se relaciona mais com o demônio que com a fé, dando a entender que as tradições religiosas de origem africana estão relacionadas ao mal. Na África, a conotação da palavra está relacionada aos deuses particulares.

Neste sentido Nina Rodrigues e Arthur Ramos, irão embasar com as suas ideias um discurso preconceituoso e discriminatório, que reflete a sociedade do final do século XIX e início do século XX, mas que perpassam até nossos dias. Mesmo com uma mudança no contexto referencial histórico de autores mais contemporâneos que tratam sobre as raízes africanas nos brasileiros a exemplo de Roger Bastide (1971; 2001), José Beniste (2014) e Reginaldo Prandi (2001), os quais dão ênfase à mitologia dos orixás, a explicarem sobre este panteão, e outros tantos que debatem sobre racismo, como o clássico Oracy Nogueira (1954-1985), vivenciamos em pequenos ou grandes espaços, as práticas de intolerância religiosa e os discursos de ódio das mais diferentes maneiras. Assim busca-se que o livro didático venha contribuir com a formação dos estudantes, mediados pelo professor ou professora.

O livro didático como agente facilitador em sala de aula

Assim visto nas pesquisas há algumas décadas o livro didático não é um instrumento moderno, estudos comprovam que, na metade do século XVI, já existia uma preocupação em adotar livros adequados para a prática de transmissão de conhecimentos. No Brasil, o livro didático é controlado pelo Estado através da legislação desde 1938, pelo Decreto n. 8.469.

Não obstante os livros tem mudado no século atual, assim estes instrumentos didáticos só podem ser adotados com a autorização do Ministério da Educação. Ou seja, o livro deve cumprir o papel de estimulador da cidadania, produzindo efeito contrário a todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação dentro ou fora da escola com se tem registro de imagens de livros didáticos dos anos 40 (BITTENCOURT, 1993) onde o índio era visto como passivo e inferior. Por sua vez os negros eram apresentados sempre em trabalhos “pesados” no campo, disseminados a indicar dificuldades na aprendizagem quando as pesquisas dos anos 40 e 50 já mostravam visões, se bem que isoladas ideologicamente, de grandes destaques na sociedade

brasileira quer seja na arte, no teatro, nas grandes obras, na literatura, e outros campos. (NASCIMENTO, 2017)

Isto quer dizer que, está presente na maioria dos livros didáticos, formas de discriminação ao negro, além da presença de estereótipos, que equivalem a uma espécie de rótulo utilizado para qualificar de maneira conveniente grupos étnicos, raciais ou, até mesmo, sexos diferentes, estimulando preconceitos, produzindo assim influências negativas, baixa autoestima às pessoas pertencentes ao grupo do qual foram associadas tais "características distorcidas".

Por ser o principal portador de conhecimentos básicos das variadas disciplinas que compõem o currículo dentro das escolas, o livro didático torna-se um dos recursos mais usados em sala de aula, e um instrumento pedagógico bastante difundido, por isso facilita à ação da classe dominante de registrar como quer e como lhe convém a imagem do negro na sociedade brasileira.

Caberá ao professor ter a preocupação com a forma pela qual o conteúdo histórico é exposto nos livros didáticos, na medida em que possam contribuir para combater as abordagens incompletas e estereotipadas das imagens dos afrodescendentes.

O conteúdo sobre África e cultura afro-brasileira no livro didático

Neste trabalho os livros didáticos escolhidos fazem parte de uma série publicada pela editora FTD, autoria de Alfredo Boulos Júnior, e foi adotado numa escola da rede pública. Passemos ao conteúdo das obras:

No livro do 6º ano são abordados os seguintes temas sobre África e cultura afro-brasileira:

- A valorização das matrizes africana e indígena (uma página com imagens citando o Tambor de Crioula do Maranhão);
- Patrimônio cultural (uma página com atividade sobre a capoeira);
- Patrimônio cultural (uma página com atividade sobre o frevo, enfatizando a origem da dança na capoeira);
- Os primeiros homínídeos (uma página a qual faz referência à origem da humanidade no continente africano);
- Da África para outros continentes (quatro páginas que abordam a origem do homem e como ocorreu a povoação dos continentes com suas hipóteses de rota a partir da África);

- O Egito Antigo e o Reino de Kush (um capítulo abordando esses dois impérios, contendo duas páginas e meia falando sobre a religiosidade egípcia);

Percebe-se, portanto, que o livro do 6º ano aborda muito superficialmente sobre a influência da cultura afro-brasileira, apenas quando se trata de patrimônio cultural, mas em nenhum momento fala-se sobre religiosidade afro-brasileira. Apesar de abordar a mitologia egípcia, essa não faz parte de nossas influências. Aqui, neste espaço, cabe ao professor ou professora, abrir espaço para o debate sobre a mitologia dos orixás, para que os estudantes entendam que existem várias mitologias, a exemplo da egípcia, grega, germana e iorubá.

No livro do 7º ano, temos:

- A unidade 1 inicia com o tema diversidade e discriminação religiosa, no entanto, dá ênfase à tríade islamismo-judaísmo-cristianismo. A ideia é introduzir o conteúdo da Europa Medieval a partir do entendimento da intolerância religiosa, visto que o capítulo se encerra com o tema das cruzadas, guerra religiosa a qual envolvia essas três religiões.

No entanto, nesse início de unidade, a professora pode discutir sobre o atual contexto que vivemos no Brasil, onde as religiões de matriz africana são duramente perseguidas por religiões cristãs.

- Povos e culturas africanas: malineses, bantos e iorubas (um capítulo que aborda esses reinos africanos e as influências culturais que eles trouxeram para o Brasil).

Apesar de toda a influência religiosa que esses povos nos trouxeram, o livro perde até novo programa a oportunidade de aprofundar o assunto e não fala em Candomblé, por exemplo. Porém, o debate pode ser sugerido em sala para que possam ser abordados o Candomblé e Umbanda, Jurema, por exemplo. Na ocasião pode ser feita uma investigação para descobrir se existem adeptos dessas religiões em sala de aula.

- A economia açucareira (seis páginas abordando sobre a mão de obra escrava no Brasil colonial);

Esse tema já é muito usual nos livros didáticos de uma maneira geral. A novidade seria aprofundar o conteúdo fazendo uma relação da mão de obra nos tempos do Brasil Colonial com os dias atuais. Pode-se trabalhar, neste caso, o mercado de trabalho para negros e negras do Brasil, o índice de escolaridade, de presidiários e a situação atual do negro no Brasil.

Neste capítulo não há nenhuma menção sobre a dimensão religiosa afro-brasileiras e suas dificuldades ao serem trabalhadas nas escolas. Há um silêncio nesse aspecto. Também seria uma oportunidade de estudar sobre este tema.

O livro do 8º ano aborda as seguintes questões relacionadas aos negros e à África:

- Africanos no Brasil: dominação e resistência (um capítulo que trata da escravidão, do tráfico de escravizados, do trabalho, da violência, da resistência e dos quilombos).

O momento em que se fala em resistência poderia ser abordado sobre a resistência religiosa, que apesar de proibições e perseguições, as religiões de matriz africana resistem até os dias atuais. Como o livro deixa a desejar neste sentido, a professora pode levantar o debate em sala de aula.

- A sociedade mineradora (uma página que aborda os escravizados da região das minas).

Nesse trecho de capítulo, pouco se fala sobre a religião, as festas e a resistência. Apenas uma breve menção sobre a congada.

- Conjuração Baiana (duas páginas que abordam brevemente sobre a presença da população afrodescendente em Salvador).
- Revolta dos Malês (duas páginas que tratam da revolta escrava considerada a mais importante do Brasil). A seção esclarece o motivo pelo qual a revolta fica conhecida como Revolta dos Malês e traz algumas imagens de africanos e afro-brasileiros.
- A pressão inglesa e o fim do tráfico (três páginas abordando o tráfico de escravizados e a pressão que os ingleses passam a fazer à coroa portuguesa para que o mesmo fosse extinto).
- A abolição (oito páginas que fazem um percurso histórico sobre o movimento abolicionista, as leis que foram instituídas e a realidade que acontecia à época).

Por fim, no livro do 9º ano, os conteúdos abordados sobre nosso objeto de estudo são:

- Teorias racistas do século XX (uma página com atividade de interpretação de texto).
- O imperialismo na África (três páginas que tratam da exploração sofrida em regiões do continente africano. Esse trecho também aborda brevemente a resistência dos africanos através de rebeliões. As questões trabalhadas são mais políticas).
- A Revolta da Chibata (uma página e meia que trata desse episódio de resistência, face à permanência de condutas escravagistas. Aqui não há espaço para falar-se em questões religiosas).

- O nazismo na Alemanha (seis páginas que abordam esse momento histórico. Inserido nesse contexto, brevemente a seção trata da superioridade da raça ariana).
- Independências: África e Ásia (um capítulo sobre o tema, sendo que sobre África são seis páginas com atividades). Nesta seção, os aspectos trabalhados são o econômico e político, sem espaço para as questões religiosas.

Observamos que em todos os livros da série, os aspectos religiosos são deixados de lado. Quando abordados, são abordados muito superficialmente. Das possíveis oportunidades, dentro do conteúdo, o professor ou a professora deve levantar debates, fazer pesquisas, expor o tema, independentemente do livro.

A aplicabilidade da Lei n. 10.639/2003

A Lei n. 10.639/2003 versa sobre a inserção do estudo da História da África e cultura afro-brasileira e as resistências que percebemos em nossa prática, na abordagem sobre o que se refere ao continente. Ora por estranheza, desconhecimento e discriminação, em sala de aula observa-se uma recusa constante, uma negação por este conteúdo e esse diagnóstico é visível, vindo de professores ou estudantes.

Dispõe a lei 10.639/2003 em seu artigo 3º:

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004 (DCN, 2004, p. 32).

O conteúdo exige que o professor tenha conhecimento e formação específica, o que ainda não observamos na prática essa realidade. Na prática, a discriminação racial é retratada nos conteúdos que são abordados nos livros didáticos, a exemplo do que apresentamos com a série *História: sociedade & cidadania*. A série se atém ao passado escravocrata e apenas aborda muito brevemente alguns aspectos e heranças da cultura afro-brasileira. Neste contexto, questões religiosas são deixadas de lado e o candomblé, sequer é mencionado nos livros.

Em geral, em nossas escolas os conteúdos de história brasileira contam apenas uma versão dos fatos históricos, pautada numa visão eurocentrista da descoberta de nosso país e do desenrolar da economia daquela época, apresentando a história do negro apenas por meio do negro escravo, do tráfico negreiro, um pouco das senzalas e muito pouco ou quase nada do modo de vida e da ascendência africana (COUTINHO et al, 2008, p. 76).

É preciso entender que a história dos afrodescendentes vai além de um passado escravocrata. É preciso que se apresente em temas e textos, o protagonismo, valorizando aspectos históricos, culturais, religiosos, econômicos, sociais, intelectuais. E isso ainda está muito aquém do ideal.

Primeiramente, é necessário que os profissionais da educação superem o racismo e o preconceito para abordarem o tema da religiosidade afro-brasileira, visto que ainda se percebe no dia a dia a permanência de discursos discriminatórios que foram perpassados ao longo de nossa história cristã. Essa característica faz com que muitos da área da educação ainda considerem a religião africana uma prática demoníaca e profana, desconsiderando o seu verdadeiro valor de relações de permanências, resistências, mudanças, históricas.

A implementação da lei teve seu fator positivo, pois despertou em nós a importância de se levar para sala de aula conteúdos não abordados. Também detectou a dificuldade dos professores para abordar o tema e a necessidade de investimentos na formação desses profissionais.

Considerações finais

As religiões de matriz africana foram incorporadas a cultura brasileira desde há muito, quando os primeiros escravizados desembarcaram no país e encontraram em sua religiosidade uma forma de preservar suas tradições, idiomas, conhecimentos e valores trazidos da África.

E assim como tudo que fazia parte deste universo, tais religiões, apesar de sua influência e importância na construção da cultura nacional, também foram perseguidas e, em determinados momentos históricos, até proibidas. Atualmente, os ataques mais expressivos às religiões de matriz africana vêm das chamadas religiões ‘neopentecostais’, que comumente as rotulam de ‘culto aos demônios’, ‘crendices’ e ‘feitiçarias’.

Toda essa ignorância com relação a essas culturas gera um ambiente propício para intolerância, proporcionando sofrimento aos praticantes e a todos aqueles/as que fazem parte da população negra, que tem o seu direito de pertença e identidade racial muitas vezes negado em função do racismo.

Espera-se que a leitura deste artigo seja útil e ajudado os leitores a perceber a mistura de etnias existente no Brasil e que a maioria das crenças são frutos dessa mistura. Que possam reconhecer e valorizar a diversidade humana, partindo de um processo de conhecimento e respeito de nossas identidades culturais, com o intuito de resgatar e fomentar atitudes individuais e coletivas contra o preconceito e a favor do respeito às diferenças.

Referências:

BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. *Educar, Especial*, p. 93-112. Editora UFPR. Curitiba, 2006.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações*. São Paulo: Pioneira, 1971. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).

_____. *O candomblé da Bahia*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BENISTE, José. *Òrun Àiyé: o encontro de dois mundos: o sistema de relacionamento nagô-yorubá entre o céu e a Terra*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de doutorado em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC/SEF, 2004.

CARDOSO, Odimar. Para uma definição de didática da história. *Revista Brasileira de História*. v. 28, n° 55, p. 153-170. São Paulo, 2008.

COUTINHO, Ana Cecília Porto Cunha et al. Raça, etnia e a escola: possibilidades de Implementação da Lei 10.639/03. *Cadernos de Pedagogia*, ano 2, v. 2, n. 4, ago.-dez./2008, p. 74-85.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DUARTE, Newton. A escola de Vigostsky e a educação escolar: algumas hipóteses para uma leitura pedagógica da psicologia histórico-cultural. *Revista de Psicologia*. v.7, n. 12, p. 17-50. USP: São Paulo, 1996.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

FERRO, Marc. *A colonização explicada a todos*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006a.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2006b.

LIMA, Adriana Luzia. *Filhos-de-santo, história e candomblé: narrativa e experiência do Xangô em Alagoas*. Dissertação (mestrado em História). Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 2016.

MEDEIROS, Daniel Hortêncio de. Manuais didáticos e a formação da consciência histórica. *Educar, Especial*, p. 73-92. Editora UFPR. Curitiba, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: perspectiva, 2017.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1954-1985.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das letras, 2001a. 590p.

RÜSSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectiva a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*. v. 1, n. 2, p. 7-16, Ponta Grossa, PR. jul.-dez. 2006.

SILVA, Ana Célia. A discriminação do negro no livro didático. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO - Centro de Estudos Afro - Orientais, 1995, p 34; 47; 135.

SILVA, Marcos Antônio; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*, v.30. n.60. dez. 2010.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

A constituição do contexto das escolas particulares luteranas a partir da figura do professor e pastor de uma comunidade pomerana da Serra dos Tapes – RS

Karen Laiz Krause Romig¹
Simone Gomes de Faria²

Introdução

O presente ensaio surge na perspectiva de versar acerca da narrativa de um sujeito que atuou como aluno, professor e pastor de uma comunidade religiosa luterana em que a escola e a igreja eram correlacionadas como instituições unidas pelos preceitos religiosos luteranos. Dentro deste viés, essa narrativa assume um importante papel no processo de construção do saber histórico, principalmente, por resgatar e registrar novas escalas de observação. De acordo com Forde e Pinto (2013) ao olhar o objeto histórico como um microscópio se é possibilitado perceber as sutilezas que tornam a narrativa histórica mais visível ao apontar para as diversas possibilidades de compreensão e valorização dos excluídos da história. Este estudo também utiliza os preceitos de Ginzburg (1990) que vai contextualizar o estudo de eventos micro históricos para entender elementos mais amplos, como neste caso, a relação entre a igreja e a instituição escolar luterana. As igrejas e escolas eram construídas juntas como maneira de fortalecer a fé dos imigrantes e seus descendentes, dessa forma, as crianças teriam contato desde cedo com a doutrina religiosa. Assim sendo, Nadalin (2001) nos aduz que a igreja luterana historicamente foi consolidada como um associativismo característico, pois, as instituições de sua alçada serviam como uma força motriz para a consolidação da consciência histórica do grupo étnico. A partir disso, o estudo conta com a metodologia de pesquisa intitulada de: história oral. Entrementes, mediado pela voz deste sujeito compreende-se a sua trajetória e ao mesmo tempo deixa transparecer acontecimentos históricos relevantes ao se tratar sobre a temática de religiosidade luterana, escolas comunitárias e relações culturais entre igreja e escola. Em viés conclusivo, a narrativa deste professor, pastor e aluno denota o funcionamento dessa vinculação entre instituições escolares e religiosas demonstrando um contexto singular da cultura pomerana na Serra dos Tapes-RS.

Este artigo desvela a visão apresentada por um meio da voz de um sujeito que atuou como aluno, professor e pastor de uma comunidade religiosa luterana em que a escola e a

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Mestra em Educação pela UFPel. Possui graduação em Licenciatura em Geografia e Licenciatura em Pedagogia.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Mestra em História pela Furg. Possui graduação em Licenciatura em Letras.

igreja eram correlacionadas como instituições unidas pelos preceitos religiosos. A partir da análise desta narrativa, foi possível traçar o perfil desta instituição religiosa e escolar, que foi uma das muitas instituições que tiveram suas atividades presentes no contexto regional da Serra dos Tapes –RS³.

Nadalin (2001) diz que a igreja luterana historicamente foi consolidada como um associativismo característico, pois, as instituições de sua alçada serviam para a consolidação da consciência histórica do grupo étnico. Foi, conseqüentemente, o grupo étnico pomerano que colonizou a região estudada e desta forma deixou neste território as marcas religiosas e educacionais.

Os princípios doutrinários luteranos advém dos ideais defendidos por Martin Lutero, reformador da Igreja Luterana, o qual menciona, em suas obras selecionadas, sobre a educação, incentivando que as crianças frequentassem as escolas (LUTERO, 2011). Nestes escritos, Lutero reafirma que a escola é o espaço que destina a criança ao caminho de Deus. Por isso, que os descendentes de pomeranos por meio da religião luterana incentivaram na contribuição da estruturação e consolidação de escolas de cunho luterano na região.

No viés de análise desse artigo, é estabelecida a micro-história, pois como menciona Forde e Pinto (2013) ao olhar o objeto histórico como um microscópio se é possibilitado perceber as sutilezas que tornam a narrativa histórica mais visível ao apontar para as diversas possibilidades de compreensão e valorização dos excluídos da história. O estudo também utiliza os preceitos de Ginzburg (1990) que vai contextualizar o estudo de eventos micro-históricos para entender elementos mais amplos, como neste caso, a relação entre a igreja e a instituição escolar luterana.

Nas bases metodológicas, o estudo se fundamenta na história oral, pois o trabalho trata justamente sobre a análise de uma narrativa sobre uma escola específica. O artigo conta com a metodologia de pesquisa de Verena Alberti (2005) que considera a história oral um método de pesquisa, seja ela histórica, antropológica ou sociológica, que passa a privilegiar a realização de entrevistas com indivíduos que testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, que podem trazer dados que aproximem o pesquisador de seu objeto de estudo. É um método que possibilita estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, movimentos e conjunturas, à luz de pessoas que acompanharam esses fatos (ALBERTI, 2005). Desta forma, mediada pela voz deste sujeito compreende-se a sua trajetória e ao

³ Região geográfica localizada na região sul do Rio Grande do Sul, Brasil.

mesmo tempo, o mesmo deixa transparecer acontecimentos históricos relevantes ao tratar sobre as relações culturais que aconteciam entre igreja e escola.

Escola particular luterana Silveira Martins

É trazido ao entendimento do leitor a apresentação do contexto escolar ao qual este estudo trata. A escola Silveira Martins levou este nome após o ano de 1938, com a intensificação da campanha de nacionalização do ensino. Porém, essa escola iniciou suas atividades em 1869, com a constituição da Comunidade Religiosa Luterana do Cerrito, que também abarcava a igreja e escola comunitária. Para saber informações sobre essa escola comunitária particular realizou-se uma entrevista, em caráter de história oral, com Willi Venzke. Ele atuou como professor e pastor nesta instituição escolar e religiosa, entre os anos de 1958 a 1969. Venzke também foi aluno desta escola, e em sua fala trouxe relatos sobre seus estudos e sua atuação na comunidade. Revelou dados sobre a escolarização, sobre a religiosidade e sobre os ritos de passagem, enfatizando, desta forma, três visões distintas acerca desta instituição.

A localidade de Cerrito, e sua respectiva comunidade religiosa, está localizada no município de Arroio do Padre⁴-RS. Em meados do século XIX, no início da colonização germânica nessa região, a localidade era pertencente ao município de São Lourenço do Sul. Em seguida, passou para o domínio do município de Pelotas e, desde o ano de 1996, a localidade passou a pertencer ao pequeno município de Arroio do Padre, quando este foi emancipado de Pelotas. Atualmente, a Escola Silveira Martins ainda existe como escola pública da rede municipal de Arroio do Padre, a municipalização da escola, que aconteceu quando ela deixou de pertencer a igreja e passou para o poder público ocorreu por volta dos anos de 1970. A seguir é apresentada uma foto da atual igreja do Cerrito, ao lado está o prédio da antiga escola, que é um prédio reformado e hoje tem outras finalidades:

⁴ No período compreendido por esta análise (1958-1969), a escola estava situada no território de Pelotas, pois Arroio do Padre emancipou-se posteriormente, em 1996.



Figura 1 – Prédio atual da igreja da Comunidade de Cerrito.
Fonte: Romig, 2020.

Na imagem a seguir, é apresentada uma foto do acervo pessoal do entrevistado, nesta foto Venzke está em frente à igreja e a escola, com uma turma de alunos. Nesta imagem denota-se a união entre as instituições da igreja e da escola, sua proximidade e seu contexto de envolvimento caracterizou por muitos anos uma característica étnica do grupo pomerano luterano.



Figura 2 – Professor Venzke com seus alunos da Escola Silveira Martins.
Fonte: Acervo pessoal de Venzke, 2020.

Desde sua fundação, a comunidade luterana do Cerrito prestou serviços religiosos e escolares para seus sócios, que eram pessoas que participavam e estavam adeptas as atividades da comunidade. Segundo alguns relatos de sócios ativos atuais desta comunidade, o antigo prédio da escola, atualmente funciona como capela ou necrotério de velórios. A seguir, apresenta-se a imagem do prédio que em anos anteriores foi o prédio da escola Silveira Martins:



Figura 3 - Antigo prédio da Escola Silveira Martins – Comunidade de Cerrito. Fonte: Fonte: Juliano Timm. Disponível em: <<http://julianomtimm.blogspot.com/2015/03/algumas-comunidades-luteranas-de-arroio>> 2015

Na imagem anterior é destacada a infraestrutura da escola Silveira Martins que como destaca Weiduschadt e Castro (2015, p.172), “as escolas étnicas tiveram a arquitetura muito próxima daquelas destinadas às escolas isoladas, funcionavam em muitos casos em uma única sala ou no espaço do templo religioso e não tiveram recursos públicos na sua construção”, isto é, a infraestrutura dessa escola era precária, oferecendo apenas elementos básicos de escolarização.

Na imagem a seguir, demonstra-se a área atual que corresponde a Comunidade de Cerrito, nesta imagem percebe-se que os prédios de igreja e escola estão lado a lado. Também observa a presença de um cemitério bem extenso, o que denota a história da comunidade, que teve sua fundação a mais de 150 anos atrás.



Figura 4 - Localização da Comunidade Luterana de Cerrito, Arroio do Padre – RS.
Fonte: Google Earth

Desta forma, por serem essas escolas localizadas junto da igreja, isto é, escola e igreja localizadas lado a lado, essa proximidade com a instituição religiosa interferia no processo de ensino e aprendizagem. Assim, Weiduschadt e Castro (2015) dizem que:

As escolas denominadas confessionais, ou seja, aquelas organizadas por comunidades ligadas a uma instituição religiosa marcaram presença entre comunidades de imigração alemã, em especial, no Rio Grande do Sul. Na região meridional do Estado, as comunidades de imigrantes, em sua maioria constituídas por pomeranos, mantinham as formas de organização comunitária da escola relacionada com a religiosidade. (WEIDUSCHADT; CASTRO, 2015, p.175)

A própria organização comunitária, contribuía para que a igreja e a escola tivessem suas atividades interligadas. Kreutz (1994, p. 149) ressalta que “o currículo dessas escolas estava organizado de forma que as crianças aprendessem o essencial para o bom entrosamento na vida das comunidades rurais, tanto sob o aspecto religioso e social, quanto do trabalho”.

Outro assunto que passa a ser abordado neste ensaio é o impacto da nacionalização do ensino nas escolas comunitárias luteranas. Sabe-se que muitas características das comunidades pomeranas foram afetadas com a política de nacionalização, que ocorreu no período do Estado Novo, em que foi proibida a fala das línguas estrangeiras, bem como o enfraquecimento das escolas étnicas das comunidades religiosas. Conforme Müller (1994):

A nacionalização do ensino significou um esforço do governo para a formação de uma consciência nacional entre os cidadãos de núcleos

eticamente homogêneos, prescrevendo o uso obrigatório do português e a intensificação de ensino de história e geografia brasileira (MULLER, 1994, p. 45).

O período da nacionalização fez com que muitos elementos da cultura dos imigrantes, principalmente o ensino, a língua, e o uso de materiais com a escrita alemã fossem reprimidos. Mesmo assim, muitos dos costumes se mantiveram, de maneira que imigrantes e descendentes isolaram-se em suas colônias e permaneceram com seu modo de vida. Veremos agora algumas considerações da visão deste entrevistado sobre a Escolas Silveira Martins e acontecimentos nela envolvidos.

Considerações de um professor pastor

A narrativa deste artigo é advinda de uma entrevista realizada com Venzke (2020) que atuou como professor e pastor nesta instituição escolar e religiosa, entre os anos de 1958 e 1969, que foi aluno desta escola e, sua fala trouxe relatos sobre seus estudos e sua atuação na comunidade. Esta entrevista foi realizada por intermédio da pesquisadora Romig (2020) para a realização de uma pesquisa de Mestrado. Toda a entrevista foi realizada em língua pomerana e traduzida para o português.

Em um primeiro momento o narrador fala sobre as relações de permanência na escola, mencionando que o avanço do aluno de um ano para outro era determinado por seu desempenho na escola, ou seja, quanto melhor fosse o desempenho do aluno, mais rápido ele poderia encerrar sua jornada escolar. Como relata:

Era assim... era até aquele ano, eu fui só até a 4ª série, depois tinha que ir na escola na cidade, mas eu não fui, só estudei nessa escola da colônia. Naquela época o ensino era diferente do que hoje, se tinha um aluno mais inteligente na 1ª série, já passava direto para o 2ª ano, porque esses alunos eles não ficavam todo um ano no 1ª ano, eles já avançavam. Mas naquela época era assim, quem estava na 4ª série naquele tempo equivale ao 2ª grau de hoje. Hoje se estuda assim por etapas, mas naquela época quem era mais inteligente já sempre avançava [...] e quem terminava e estudava todos os livros fazia o exame de admissão (VENZKE, 2020).

Neste trecho o entrevistado se refere aos alunos “mais inteligentes” como aqueles que se alfabetizavam mais rapidamente. Esta narrativa também subentende, que nas comunidades no meio rural, não havia, no período do estudo, a presença de escolas do ensino secundário no meio rural, ou seja, o estudo nas escolas particulares de ensino primário era a única opção dos filhos dos descendentes de pomeranos que viviam na região. Logo, a presença dessas escolas permitia que os descendentes de pomeranos e luteranos estudassem até aproximadamente a 4ª

série, com os estudos básicos de leitura, escrita e matemática. Mas por outro lado, essas escolas não ofereciam a continuação dos estudos.

A localização geográfica dessa escola era distante do centro urbano, e esse fator dificultava a ida das crianças para estudarem na cidade, além disso, para os descendentes de pomeranos, a vida na cidade era, muitas vezes, percebida como algo que poderia desvirtuar o caminho do jovem, dessa maneira as famílias não faziam questão de que seus filhos seguissem os estudos, para essas famílias seus filhos deveriam seguir na atividade agrícola, que era uma profissão historicamente legitimada pela sua cultura.

No período analisado (1869 – 1970), a maioria dessas instituições escolares luteranas não se preocupavam com o tempo do aluno, suas individualidades e reflexões sobre o processo da construção do conhecimento. Basicamente se estudava a caligrafia para que os alunos soubessem escrever de maneira legível, pois isso seria algo priorizado no futuro dessas crianças. Além da leitura, escrita e operações básicas de matemática.

A seguir, apresenta-se um caderno de caligrafia do entrevistado:

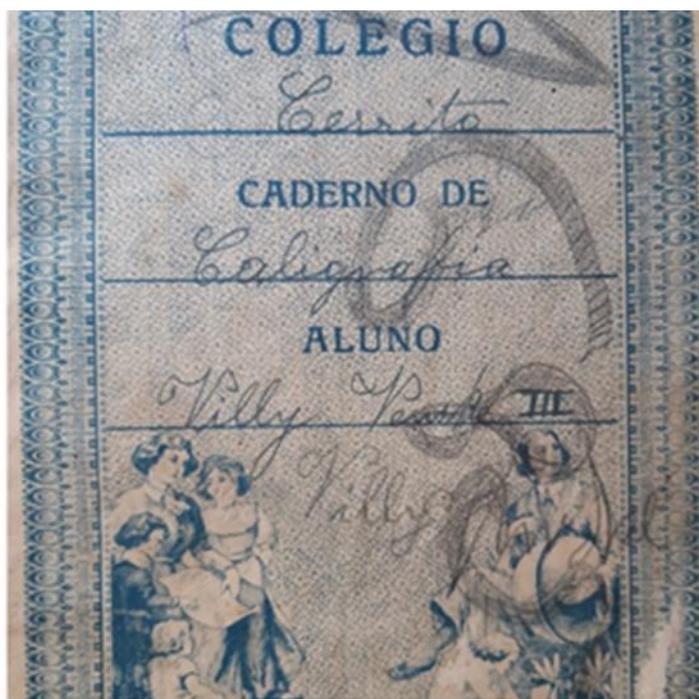


Figura 5 – Caderno de Caligrafia de Willi Venzke.
Fonte: Acervo pessoal de Venzke, 2020.

O entrevistado Venzke relata também que desde o início do período escolar já havia a preparação para o estudo do rito confirmação⁵:

⁵ A confirmação é entendida como um ritual semelhante à crisma da religião católica, em que os jovens prestam votos para a igreja, sendo praticada aproximadamente entre 12 e 14 anos. Era um ritual almejado pelos jovens luteranos pois simboliza a passagem da vida infantil para uma vida de regras adultas.

[...] já se estudava para a confirmação a partir do 1^a ano da escola, já sempre se começava a estudar um pouquinho. Mas depois (se refere a nacionalização), se começou a ir menos tempo, começava em dezembro até a páscoa do ano seguinte, tinha instrução⁶ todo o sábado (VENZKE, 2020).

A narrativa considera que dentro do próprio tempo de estudos escolares, nas escolas luteranas, havia também um tempo de estudos voltados para a religião e para a preparação da criança e jovem para o ensino confirmatório e para a passagem deste rito confirmatório, que era tão esperado pelo jovem e por suas famílias. Pois o rito da confirmação trazia uma visibilidade do jovem perante a comunidade.

Em seu relato, o entrevistado, lembra da data de sua confirmação e dos cultos da comunidade que voltaram a ser na língua alemã após a eleição de Gaspar Dutra⁷, anunciando um abrandamento as restrições impostas pelo nacionalismo.

Eu fui confirmado em 25 de março de 1945, nesse ano ainda tinha que ser tudo em brasileiro, mas depois disso, o General Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente, as coisas foram liberadas, aí foi liberado um pouco o alemão para ser falado novamente, mas cada comunidade escolhia se queria cultos em alemão ou brasileiro, mas a comunidade do Cerrito preferiu os cultos em alemão. Porque tinham ainda alguns livros, e as pessoas mais velhas (se refere aos imigrantes que vieram da Alemanha) eles ainda tinham guardado alguns desses livros que eram em alemão [...] (VENZKE, 2020).

Na narrativa anterior surge o assunto “nacionalização do ensino”, que é mais focado no trecho a seguir:

Primeiramente essa escola foi registrada como escola da comunidade, mas em 1939 começou a nacionalização, foi tudo nacionalizado. Porque antes da escola da comunidade podia estudar alemão, ou usar a língua alemã e brasileira tudo junto, mas a partir da nacionalização tinha que ser só falado e utilizado o brasileiro. Isso aconteceu porque os alemães estavam na guerra, e como as pessoas tinham vindo da Alemanha tudo teve que ser proibido (VENZKE, 2020).

Neste momento da entrevista Venzke denota que a partir da nacionalização do ensino a escola passou a ter modificações em suas características escolares, pois as aulas que anteriormente eram em língua alemã, passaram a serem ministradas em português. Junto da nacionalização do ensino, surge também as características cívicas e patrióticas, que passam a ser características dessas escolas, pois ocorre um processo de valorização nacional.

Essa valorização cívica e nacionalista foram elementos que permearam as escolas particulares luteranas, a consolidação do Estado Novo e a estruturação de um ensino voltado

⁶ Período de preparação para a confirmação – Ensino Confirmatório.

⁷ Foi presidente do Brasil entre os anos de 1946 e 1951.

para a valorização nacional. Para a fundamentação do ensino cívico cita-se Pires (2019), que trata, em seu trabalho, que a principal preocupação de Gustavo Capanema foi a influência do governo na educação, atribuindo à moral e cívica, função de formação do caráter do patriota brasileiro. Dessa forma, o governo cumpre com seus principais objetivos traçados para o “Estado Novo”: valorização da figura do brasileiro e a criação de uma identidade nacional. Essas medidas refletiram de maneira significativa na organização dessas escolas particulares luteranas, que passaram a ter sua identidade étnica germânica transformada no sentido patriótico, voltando-se, então para características mais brasileiras.

A seguir, apresenta-se a imagem de um caderno da irmã do entrevistado Venzke. Nele observam-se palavras como “obediência” e “respeito” com relação à família e ao Estado, o que faz menção ao período da nacionalização do ensino, que permeou as atividades da escola. Esse caderno era relacionado ao estudo do civismo da Escola Silveira Martins:

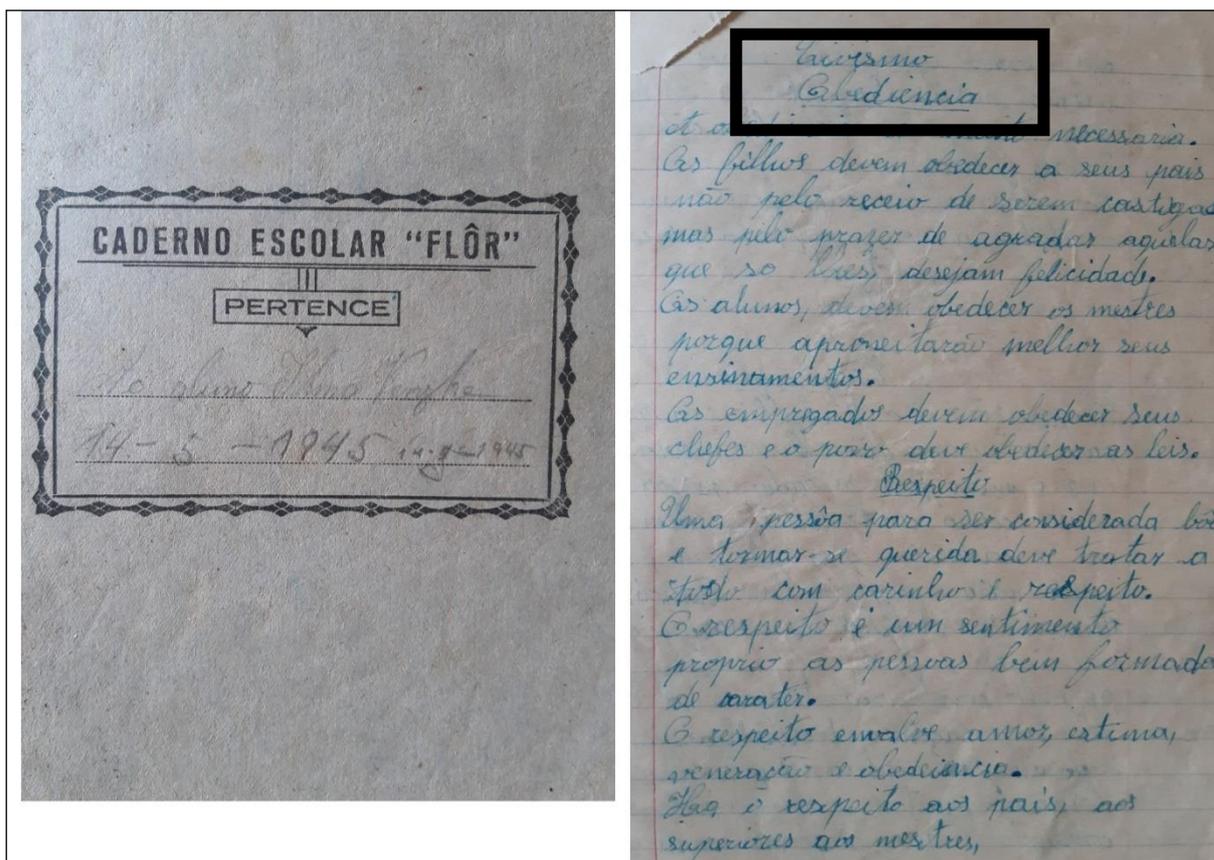


Figura 6 - Capa e respectiva escrita do caderno de civismo de uma aluna da Escola Silveira Martins. Ano de 1945.

Fonte: Acervo pessoal de Venzke, 2020.

Desta forma, percebe-se que os contextos macros, como a nacionalização do ensino contribuíram no processo da escolarização desses descendentes de pomeranos. Desta maneira, utiliza-se Weiduschadt e Fischer (2012), que escrevem que o “nacionalismo” era um dos

elementos presentes em determinada época, contribuindo com a formação moral do cidadão, fomentando condutas morais de aparente neutralidade.

Ao ser questionado sobre o pagamento dessa escola, o entrevistado relatou que “a cada três meses tinha reunião da comunidade, e aí cada um pagava o trimestre”, e nesse pagamento do trimestre estava inserido o pagamento da escola, relatando também o fato dessa escola ser uma instituição particular.

Considerações finais

A narrativa deste professor, pastor e aluno denota o funcionamento dessa vinculação entre instituições escolares e religiosas demonstrando um contexto singular da cultura pomerana na Serra dos Tapes-RS, em que a análise desta instituição demonstra as características de funcionamento de demais escolas particulares luteranas que se situaram e funcionaram na região.

Em trechos da narrativa apresentada foi possível comprovar que a igreja e a escola foram instituições unidas pelos preceitos religiosos luteranos.

Observou-se que o contexto de escola luterana entre os anos de 1940 e 1969⁸, a escolarização luterana foi demarcada pela nacionalização do ensino, e pelo contexto cívico da época. Em que ocorreu a troca do nome das escolas comunitárias, que a Escola de Cerrito passou a ter o nome de Escola Silveira Martins, e que os alunos não poderiam mais falar a língua alemã, e teriam atividades escolares ligadas com o civismo e o patriotismo, com uma valorização nacional.

Houve neste estabelecimento de ensino um processo de transição de escola étnica para particular, que por sua vez, acontece após o período nacionalização do ensino, todavia, a escola continuou com suas atividades após este acontecimento histórico, porém, com o passar do tempo foram surgindo escolas públicas na região, fato que posteriormente acarretou a passagem dessa escola particular para o poder público. Soube-se ainda que essa escola teve uma infraestrutura precária que atuou com o regime de classe multisseriada.

Ao longo da narrativa constatou-se também que nessas escolas particulares luteranas a formação do aluno era destinada para a atuação agrícola junto de sua família. Em que os estudos nessa escola eram de gramática, leitura, escrita, atividades cívicas e operações de matemática, que seriam o básico que o aluno deveria aprender para atuação profissional junto de sua família. Além disso, ressalta-se que dentro do ambiente escolar já havia uma

⁸ Período que o entrevistado foi aluno e posteriormente professor da instituição.

preparação deste aluno para o acontecimento da confirmação, rito religioso que acontecia na igreja, ou seja, esses alunos tinham ensinamentos doutrinários religiosos dentro da escola.

A realização deste trabalho foi uma maneira de dar voz a um personagem que pode falar e narrar suas vivências dentro dessa escola. Que em suas trajetórias como professor, pastor e aluno teve uma vida dedicada a uma comunidade luterana situada nesta área cultural de características pomeranas.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Cadernos escolares de alunos da Escola Silveira Martins. 1938 – 1945.

FORDE, G. H. A. PINTO, L. A. G. *Usos da micro-história na historiografia dos momentos sociais na/da educação brasileira*. Revista *Ágora*, Vitória, n. 18, 2013, p. 95-112.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KREUTZ, Lúcio. *Escolas de imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica*. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (org.). *Os Alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: ULBRA, 1994.

LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas- Ética: fundamentos; oração. Sexualidade, educação e economia v. 5. 2ª ed.* Tradução de Martin Dreher, Editora Sinodal, São Leopoldo, 2011. 516 p.

MÜLLER, Telmo (org.). *Nacionalização e Imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

NADALIN, Sergio Odilon. *Imigrantes de Origem Germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. 249p. 2ª ed.

PIRES, Elaine Prochnow. *A Escola no Período dos Exames de Admissão ao Ginásio: Memórias do Secundário*. In: *Anais da Anpuh Brasil – 30º Simpósio Nacional de História*, Recife, 2019.

WEIDUSCHADT, P.; CASTRO, R. B.; *Instituições escolares e imigração na região colonial de Pelotas/RS (1928 - 1953)*. *História Unicap*, v. 2, n. 4, jul./dez. 2015.

WEIDUSCHADT, P; FISCHER, B; D. *A revista “O Pequeno Luterano”: nacionalismo e higienismo a partir da fé luterana (1931-1966)*. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 12, p. 67-87, 2012.

Pássaros e a nossa Terra – Pomeranos. Disponível em:

<<http://www.fotografandopassarinhos.com.br/p/introducao.html>> Acesso em 02. Jul. 2020.

ENTREVISTA

VENZKE, Willi. Entrevista [mai. 2020]. Entrevistadora: Karen Laiz Krause Romig, 2020, Arroio do Padre. Entrevista concedida para fins de pesquisa acadêmica.

Cultura material dos eclesiásticos e escravidão em Mariana/MG, 1750-1779.¹

Karol Sorgi Bomediano²

O presente trabalho tem como objetivo investigar indumentárias pertencentes a eclesiásticos dos séculos XVIII e XIX que viviam na região de Minas Gerais. A pesquisa foi iniciada pela coleta de dados a partir de inventários post-mortem do primeiro ofício do termo de Mariana, conjuntamente com informações disponíveis dos dicionários setecentistas. A indumentária difere os homens em uma hierarquização social estabelecida nos moldes do Antigo Regime. Com isso, percebemos a composição de um comércio colonial interligado entre as colônias, ou seja, entre redes comerciais. Para a composição do trabalho em cultura-material, houve um baseamento teórico metodológico na teoria de Daniel Roche, em que as interações dos homens com os objetos, no século XVIII-XIX diz muito sobre um novo impulso a cultura das aparências. No entanto, o autor frisa como além de uma nova despesa por prestígio, era afirmado um status social. Diante da interligação da indumentária pesquisada ao contexto histórico, percebe-se uma relação com a importância da micro-história. Segundo Serge Gruzinski, a micro-história te permite ter noção de individualizações que complementam o globo. A pesquisa em questão procura fazer o diálogo entre tais percepções, mostrando também como a história pode atingir regiões de diferentes formas.

Introdução

Este projeto tem como objetivo pesquisar e decifrar a cultura material dos eclesiásticos, com atenção principal na indumentária, registradas em inventários *post mortem* do Arquivo Setecentista de Mariana, dos períodos de 1750-1779. O clero foi um grupo social de grande prestígio na região, isso por serem influentes muito influentes socialmente. Dessa forma, grande parte das roupas e tecidos encontrados nos inventários são de um valor significativo para o mercado comercial do período. Até mesmo por peças que remetem à conexão das colônias, como roupas e louças vindas da Índia ou de Macau, na China.

A escolha das fontes parte justamente da ação influente política e economicamente dessa categoria social na colônia. Por meio dessa interação local podemos buscar entender melhor o contexto histórico em que estavam inseridos. Não só isso, como também, os

¹ Vinculado ao Projeto de Pesquisa número 12495: O Império Português em Movimento: cultura material dos eclesiásticos e escravidão em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX.

² Graduanda em História pela Universidade de Londrina, beneficiada pelo programa de bolsa em iniciação científica.

eclesiásticos, para além da esfera religiosa que trazia privilégios, muitos eram proprietários de terras, minerações, barras de ouro e escravos.

Diante disso, encontramos inúmeras vestimentas compostas por tecidos que já não conhecemos contemporaneamente, ou que ao passar dos anos mudaram de nome pelas alterações da língua portuguesa. Sendo assim, o dicionário setecentista formulado pelo padre D. Rafael Bluteau³ ajudou a decodificar essas indumentárias, assim pode-se entender melhor sobre tecidos mais recorrentes, importados e também dos de maiores valores aos de menor valor.

Para isso as metodologias científicas que nortearam este trabalho são a cultura material e o estudo dos objetos, as histórias-conectadas que dialogam com o comércio entre as colônias portuguesas e, ainda, a micro-história, em que com a pesquisa dos inventários de indivíduos podemos entender de forma ampla também o contexto histórico que rodeiam essas mercadorias.

Metodologia

Os inventários post mortem são fontes importantes de registros de séculos passados que podem ajudar muito na pesquisa e investigação para a historiografia. Para desenvolver o trabalho acerca dos inventários é necessário aprender melhor sobre as teorias que nos ajudam a decodificar essas fontes. A documentação sem uma finalidade se torna mero registro, mas quando analisado em um contexto histórico maior se torna parte de um todo.

A metodologia de pesquisa para análise feita dos inventários, baseia-se nos estudos metodológicos da micro-história, da cultura material e das histórias conectadas. Neste capítulo pretende-se discorrer acerca de cada uma e suas correlações.

A cultura material, por sua vez, é o estudo dos objetos para além da denominação estipulada de coisa. Analisar um objeto, exige o olhar para as mercadorias e o sistema que as rodeiam. Como colocado pelo historiador, Igor Kopytoff,

O estado físico da choupana em cada fase corresponde ao uso particular que se faz dela. Se uma choupana está sendo usada de uma forma que não corresponde à sua idade, os Suku manifestam mal-estar, e isso constitui uma mensagem. Assim, hospedar uma visita numa choupana que deveria ser uma cozinha diz algo sobre o status do visitante; se não existe numa aldeia uma choupana disponível para visitantes, a mensagem dada é sobre o chefe da aldeia – ele deve ser preguiçoso, pouco hospitaleiro ou pobre. (KOPTOFF, 2008, p.6-7).²

³ Silva, Antonio de Moraes. Bluteau, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p.

A partir disso, pode-se observar as diferentes formas de se ver um único objeto. Uma única mercadoria pode se tornar muitas coisas ao longo de sua biografia. A interação do indivíduo com os itens materiais muitas vezes é pautada em determinados valores sociais. entende-se assim, uma atribuição de valor de *status* aos que possuem maiores quantidades desses objetos.

Segundo Kopytoff, ainda, o que difere pessoas de coisas são as singularidades. Objetos podem ser feitos de forma homogênea, no entanto os indivíduos são únicos. Entretanto, na prática da escravidão, pessoas são mercantilizadas, reduzidas a coisas e pertences.

A escravidão foi muitas vezes definida, no passado, como a forma de tratamento dada a pessoas consideradas como propriedades ou, em algumas definições semelhantes, como objetos. Mais recentemente, abandonou-se essa visão de "ou-uma-coisa-ou-outra", e adotou-se um ponto de vista processual, no qual a marginalidade e a ambiguidade de *status* se tornaram o centro da identidade social do escravo (ver MEILLASSOUX, 1975; VAUGHAN, 1977; KOPYTOFF; MIERS, 1977; KOPYTOFF, 1982; PATERSON, 1982). Sob essa perspectiva, a condição de escravo é vista não como um *status* fixo e unitário, mas como um processo de transformação social que envolve uma sucessão de fases e mudanças de *status*, alguns dos quais se fundem com outros *status* (por exemplo, o de adotado) que, nós, os ocidentais, consideramos muito distintos da escravidão. (KOPYTOFF, 2008, p. 2).

Importante recordar que esse valor atribuído aos bens materiais, relacionado a posição da hierarquia social ao qual o indivíduo se encontra, ou seja, a cultura das aparências³. O teórico Daniel Roche discorre acerca dos costumes e vestimentas da aristocracia francesa do Antigo Regime, que perpassa pelo desejo de individualidade em dilema com a uniformidade e conformismo⁴.

A individualidade nas vestimentas apresentada pela nobreza parisiense recebeu inúmeras críticas acerca da ostentação luxuosa das vestimentas. Isso porque, a cultura das aparências vai além dos tecidos e modelos diferenciados de roupas, mas elas são complementadas por lugares, rituais de boas maneiras e outras práticas que diferencie determinado grupo social dos demais. A partir disso, comprar a aparência se torna o desejo desses outros grupos.

No Brasil, não encontramos tanta diferença em relação aos eclesiásticos, que também, a partir das aparências na vida pública garantiam suas posições vantajosas em sociedade. Como colocado pelo historiador Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, a cultura material "(...) aquele segmento do meio físico apropriado pelo homem" (MENESES, 1983, p.112). Dessa

forma, essa interação com os objetos determina essa apropriação que da forma a um sistema econômico e até político.

Desenvolvimento

O presente trabalho se empenha na decodificação das denominações de têxteis sobre a indumentária documentada nos inventários post mortem dos eclesiásticos na região de Mariana/MG de 1750-1779. Os séculos XVIII e XIX trazem uma perspectiva de um período da diversificação econômica na capitania de Minas Gerais.

A região das minas é tomada por conhecimento colonial com o desbravamento dos bandeirantes no local no século XVIII, em 1709. Tempo depois, com a separação do estado de São Paulo e a autonomia do território com o encontro do ouro nas minas encontramos uma variedade econômica e comercial que passa a tomar o território. Isso porque, um forte contingente de migração ocupa a região por fazendeiros e por engenhos de cana, isso vai formando o sucesso econômico da capitania.

Da mesma forma, até como uma característica do período colonial, muitos clérigos viviam nas terras do ouro. Como comentado no artigo, muitos padres, proprietários de terra, possuíam escravos. Em um dos inventários investigados, encontrou-se várias ferramentas e objetos de tortura.

Dessa forma, o século XVIII foi marcado por uma série de eventos⁴ que trouxeram outra realidade para a capitania de Minas Gerais. A grande influência da produção aurífera na saturou o mercado e com seu declínio a maioria dos escravos são levados para trabalhar em lavouras. Aos habitantes que investiram em outras atividades a crise não afetou tanto, já a grande maioria passou a sentir dificuldades monetárias.

É com a crise aurífera que a população organiza motins em contraponto aos arrochos da coroa. De um lado, a elite colonial se manifesta contra as altas taxas cobradas pelo quinto⁵, gerando dívidas de até nove toneladas de ouro. De outro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, assume como Secretário de Estado de Portugal após o sismo de 1755 que devasta Lisboa e região. Portugal precisava aumentar as taxas e exigir o dinheiro para as reformas em um período que Minas também caminhava para a crise mineradora.

Apesar da crise aurífera, a capitania de Minas Gerais recebia um fluxo significativo de pessoas, por exemplo, viajantes, e também de mercadorias. Isso porque, segundo o historiador

⁴ Eventos como a transferência da Capital da Bahia para o Rio de Janeiro (1763), proibição da escravidão indígena na colônia (1757), a expulsão dos jesuítas (1759), e ainda, o aumento do tráfico africano.

⁵ O quinto era o piso anual de cem arrobas arrecadadas pela metrópole.

Roquinaldo Ferreira, as colônias possuíam determinada autonomia, ainda que não fossem independentes, a troca comercial com as colônias asiáticas foram frequentes. Isso gerava um certo benefício intracolonial, fazendo a América portuguesa crescer significativamente em muitos aspectos como comercial e econômico.

No retorno à Lisboa, Antunes afirma que muitos navios saídos de Goa, Angola ou Moçambique, partiam da colônia perigosamente sobrecarregados de tecidos de algodão, chás e ervas, louças de porcelana e sedas de Macau. A maioria dos têxteis mal chegavam até a metrópole. A maior parte dos tecidos de algodão asiáticos manufaturados e estampados destinavam-se ao comércio brasileiro, isso ocorria porque, de acordo com o preço de mercado, os tecidos eram usados como moeda no tráfico de escravos da costa ocidental da África.

Sem pretender entrar na análise do papel que tiveram os têxteis de Surrate nos tráficos brasileiros, tanto na colônia como em Angola, o que me parece importante realçar é que comerciantes e panos asiáticos criaram um poderoso elo entre Ásia, Brasil África e a metrópole. Afinal o Império é um todo. (ANTUNES, 2001, p. 405).

A partir do encontro comercial das colônias que se consegue explicar determinadas peças indumentárias encontradas em inventários que descrevem seu valor de importação. A roupa carrega valor de mercado, logo, faz parte da cultura das aparências.

Dessa forma, as teorias metodológicas que orientaram a pesquisa foram fundamentais para os resultados. Através da micro-história, entendemos uma rede de contextos conectados, ou seja, as histórias se conectam em função de efeitos maiores. Com isso, estudar os inventários póstumos nos permite correlacionar mercadorias encontradas com o comércio do Atlântico que perpassa por outras colônias lusitanas. Um exemplo disso, é uma das mulheres estudadas que possuía em suas descrições louças de Macau, na China. Portanto, encontra-se o resultado das relações intracoloniais de um período escravista comercial.

O trabalho surge da separação da catalogação entre matéria prima que constitui a veste e tipologia da peça. Posteriormente as tabelas foram organizadas em indumentária pessoal e geral, a primeira limitada às vestimentas e a segunda ao que compõe o restante. Os resultados das denominações dos itens encontrados nas documentações puderam ser realizados pelos dicionários contemporâneos à época ou, também, em sites de busca. O dicionário da língua portuguesa do padre D. Rafael Bluteau, reformado por Antonio Moraes Silva, indica que:

Indumentária pessoal

MATÉRIA PRIMA	QTDE	%
Linho	22	12,6%
Algodão	18	10,3%
Veludo	16	9,2%
Bretanha	13	7,5%
Chita	12	6,9%
Baeta	9	5,2%
Cetim	8	4,6%
Droguete	7	4,0%
Seda	7	4,0%
Baetão	6	3,4%
Lemiste	5	2,9%
Tafetá	5	2,9%
Damasco	4	2,3%
Belbute	4	2,3%
Riscado	4	2,3%
Carmesim	3	1,7%
Gonga/ganga	3	1,7%
Fustão	3	1,7%
Cambraia	2	1,1%
De pano	2	1,1%
Ouro	1	0,6%
Prata	1	0,6%
Renda	1	0,6%
Duraque	1	0,6%
Barregana	1	0,6%
Gali	1	0,6%
Banbazena	1	0,6%
Conga	1	0,6%
[ideolanda]	1	0,6%
[xineira]	1	0,6%
Pano	1	0,6%
[Xancalote]	1	0,6%
[bofeta]	1	0,6%
Couro de gato mourisco	1	0,6%
Seda Lavrada	1	0,6%
Lã	1	0,6%
Baetilha	1	0,6%
Bea	1	0,6%

Xeta	1	0,6%
Pano fino	1	0,6%
Seda acetinada	1	0,6%
Total Geral	174	100,0%

- ALGODÃO: "ALGODÃO, f. m. fruto do algodoeiro, he hum cafulo oval, mas mais agudo verde, que em feço defcobre huma matéria de fibras tenuiflímicas, que fe fi j , para tecido, e he mui alva; a qual tem buns caroços negros a que eftá pegada" (BLUTEAU, 1789, pag. 58)
- BAETA: "BAETA, f. f. (ou antes baièta) tecido de láa, groffeiro , fêlpudo" (BLUTEAU, 1789, pag. 157).
- BARREGANA: "BARREGANA, f. f. droga de láa forte" (BLUTEAU, 1789, pag. 169).
- BELBUTE: "Tecido de algodão aveludado" (<https://www.dicio.com.br/belbute/>)
- BOFETA: "BOFETA', f. m. lençaria d'algodão Afiana, mui fina, e rapada." (BLUTEAU, 1789, pag. 186).
- BRETANHA: "BRETANHA, f. f. lençatia de linho fina, que fe trazia de Bretanha." (BLUTEAU, 1789, pág. 197)
- CAMBRAIA: "CAMBRAIA, f. f. lençaria mui fina de linho, inventada, efabricada em Cambray". (BLUTEAU, 1789, pag. 221).
- CARMESIM: "CARMESIM, adj. de còr purpurea mui fubida v. g. ,, velludo Carmefim. Barreiros. § Ufa-fé fubftantivâmente o Carmefim" (BLUTEAU, 1789, pág. 235).
- CETIM: "CETIM y. Setím." (BLUTEAU, 1789, pág. 258).
- CHITA: "CHITA, £ £ lençaria pintada de flores, aves, em imprenfa da Afia, ou feita em Europa. § Chita, diz-fe efte termo por^defprezo aos fapateiros" (BLUTEAU, 1789, pág. 267).
- CONGOSSA: "CONGOSSA, £ f? herva r.ffeira , com folhas como as de loureiro, (vinca previnca." (BLUTEAU, 1789, pág. 310).
- COURO: "COURO, £ m. a pelle dos animaes como cavallo, boi, búfaro, vaca, &c. § Murmuração que fique entre o couro, e a carne, que toque levemente os defeitos-, ou vicios, fom os affeiar muito, nem lezar a reputação como o pellouro , que não fe embebe muito no corpo. Lobo Corte D.i." (BLUTEAU, 1789, pág. 344).

- MOURISCO: "MOURISCO y. Mouro. § Uva-S—, especie de uva grande, redonda, de pelle groffa." (BLUTEAU, 1789, pág. 101)
- DAMASCO: "DAMASCO, fim. tecido de feda, Iençaria, lâ, de forte que parte delle fica lizo, e fetinado , a outra de fuperficie afpera, fazendo a diferença vários labores. § Fruto defte nome, da especie dos abrunhos, parecido ao pèceao" (BLUTEAU, 1789, pág. 359).
- DROGUETE: "DROGUETE, £ m. deli a eftreita, e pouco encorpada; alguns o são mais, e fe dizem droguetes pannos, droguete rei" (BLUTEAU, 1789, pág. 457).
- GANGA: "GANGA, £ £ huma especie de aves paluftres , perdiz paluftre. § Gangas, hum certo número de pontos no jogo dos centos. § Ganga, tecido de algodão loiro, azul, ou preto que fe traz da Afia." (BLUTEAU, 1789, pág. 651).
- PRATA: "PRATA fi- fi metal fino, branco, fonoro, &c. § Tela de praia, i. e. de fios de prata. § Prata lavrida, i.e. baixe-la, fivê-las , efpadinsr, bacias, &c. § Prata em barra, apurada, efeita em barra e não lavrada. § Prata batida em folhas; amoedada; tirada pela fidra , ou fiada. § Voz de prata, i. e. limpa, fonora. § Prata quebrada, fi coifa que nunca perde o feu valor, e digna de eítima. Eufr. 5.8. ,, fe der bom dote á filha, ainda desonrada como eftá, não- faltará quem lha tome por prata quebrada" (BLUTEAU, 1789, pág. 228).
- PANO: "PANO, £ m. tecido de fios de linho, algodão, ou láa para veftidos , e outros ufos. § Pano do muro, num lanço delle. Barros 4. D. j. 655. § Pancada com a efpada de prancha, pranchada. § Pano de pintor, aquelle fobre, que fe faz a pintura, e he brim, fetelerao , ou linhagem, Scc. § Nas chaminés, pano de apanhar, he o que defcança. fobre a verga; e o efitendido , he o interior da parede do lar para cima. § Pano d'água, v. pancada. § Pano ,t.naut. as velas v. g., aguantar o pano, metter mais pano; Jerve-lhe q vento a todo o pano; dar o pano todo. § Eftar ao pano, ou à capa; no j . não tomar partido em coifas duvidofas , e conteudas, para depois de decidido feguir o vencedor; ficar neutral efperando o fuceffo. Vieira Carta 109. t. 1. § Pano dos olhos, nevoa, beíide. § Panos, nodoas neóras , que vem pelo corpo ás mulheres prenhes. § Panos de jeguranca , habito de alguma ordem Religiofa. Nobiliario ,, filhou panos de fegarança ,, fez-fe frade, ou monge. § Panos longos, hábitos talaes. Sá Mir. f. 48. v. edição do Lira." (BLUTEAU, 1789, pág. 153).
- RENDA: "RENDA, fi fi tecido de varias larguras, e Befenhos feiro Com fio de feda, linha, ou ouro, e prata, para guarniçoes de veftidos , para punhos, guarniçoes de cama,

Sec. he tecido por huns bilros. § O fruto em especie ou dinheiro, que alguém cobra das fuás herdades, oítícios, ou beneficios, e de que vive * ou a que fe paga por alguma herdade, officio que le arrenda." (BLUTEAU, 1789, pág. 321)

- RISCADO: "riscar, v. verbo. RISCAR: das. RISCAR, v. at. apagar com rifeos y. g. ,, rifcar o que fe efereven § Rifcar por cima, no fig. avantejar, ficar fuperior v. raio, c raiar por cima. Arraes. § Rifcar os pomos ao jogo, fazer rifeos para os marcar. Ç Debuxar, ou fazer o Pintor hum rifco. § Rifcar o fidalgo, ou miniftro >> ados livros del-Rei, edefeujervtço, apagar o me dos livros, onde eftá fíTemado por fidal^ ou na graduação de Magiftrado, e excluir do fer viço; e fig. Jer rificadSdo livro da vida, ou dos livros de Deus. Vieira. (BLUTEAU, 1789, pág. 650).
- SEDA: "SiEDA , fi f. matéria que se fia,"produzida polo bicho chamado de feda; delia fe fazem fedas, ou tecidos defte nome, torçaes, &c. § Pello da barba, cauda, coma, e corpo de certos animaes ' y. g. ,, fiedas de eavatloy.dejporco, e, defta usão os fapareiros unindo.fiurtía á, ponta do fio com que: cozem , para p erifiâremT facilmente pelo buraco, feito com a sávela. Entre canteiros, he eiva, falha nos instrumentos, por onde de ordinários se quebrão". (BLUTEAU, 1789, pág. 383).
- LAVRADO: "LAVRADO, part. paff. de lavar." (BLUTEAU, 1789, pág. 11).
- LEMISTE: "LEMISTE, fim. panno fino de láa, preto." (BLUTEAU, 1789, pág. 15).
- TAFETA: "TAFETÁ', fira. droga'ligeira de feda para forros, cortinas, &c." (BLUTEAU, 1789, pág. 439).
- FUSTÃO: "FUSTÃO, £ m. lençaria de linho, ou algodáo fina, tecida de cordão." (BLUTEAU, 1789, pag. 646).
- ASSETINADO: "ASSETINADO, adj. que tem a fuperficie liza como fetim." (BLUTEAU, 1789, pág. 131).
- LINHO: "LINHO',T. m. o fio negro, com que os fapateiros cofem os fapatos." (BLUTEAU, 1789, pág. 27)
- VELLUDO: "VELLUDO, fi m. feda com pello alto, vulgar. § Flor velludo v. Amaranto." (BLUTEAU, 1789, pág. 514).

Indumentária geral

MATÉRIA PRIMA	QTDE	%
Algodão	60	41,7%
Linho	32	22,2%
Bretanha	16	11,1%
Linhagem	6	4,2%
Chita	5	3,5%
Damasco	4	2,8%
Tafetá	4	2,8%
Riscado	3	2,1%
Baeta	2	1,4%
Carmesim	2	1,4%
De pano	2	1,4%
Seda	1	0,7%
Veludinho	1	0,7%
Pelica acamursada	1	0,7%
Flor de capim	1	0,7%
Capim	1	0,7%
Damasco com camerzim e forrado de tafetá	1	0,7%
linhaça	1	0,7%
Paina	1	0,7%
Total Geral	144	100,0%

- **ALGODÃO:** "ALGODÃO, f. m. fruto do algodoeiro, he hum cafulo oval, mas mais agudo verde, que em fecho defcobre huma matéria de fibras tenuiflímicas, que fe fi j, para tecido, e he mui alva; a qual tem buns caroços negros a que eftá pegada" (BLUTEAU, 1789, pag. 58).
- **LINHO:** "LINHO, £ m. planta tíbrofa , a qual depois de varias preparações fe fia, e do fio fe fazem linhas para cozer, ou para fe tecer em lençarias de toda forte: delia ha três efpecies , o Gállego, que he o mais fino; o Mourijco , de forte meiaáa, e o Canamo, que he o mais groffo: he linha maffadiço, que he quafi como ó Mourifco. § O línho fe vende rafielfado; em Jacas, jeixes, rama, efirigas, em quartinhos; barril; ha linho eftopihha , xerva, de porquinhos, é-c. § Pedra de linho; he o pefo de 8 arrateis depois de gramado. Linum i.

- LINHO', T. m. o fio negro, com que os fapateiros cofem os fapatos" (BLUTEAU, 1789, pág. 27)
- BRETANHA: "BRETANHA, f. f. lençatia de linho fina, que fe trazia de Bretanha." (BLUTEAU, 1789, pág. 197)
- TAFETA: "TAFETÁ', fira. droga'ligeira de fedá para forros, cortinas, &c" (BLUTEAU, 1789, pág. 439).
- PELICA: "PELLICA, £ £ pelle de carneira curtida, que fica mui branca, e mui branda; das garras, e retalhos fe faz a colla de pintor.PELLICA, £ £ roupa de mulher, feita, ou forrada de peitos. PELLICO, £ m. v £ m. veftido paftoril feito de pel les de carneiro. Lobo." (BLUTEAU, 1789, pág. 180).
- PAINA: "PÃINA, £ £ efpecie de algodão mui fino que dá em certas arvores grandes do Brafil, dentro d'huma bage efpínhofa por fora de pontas curtas, e não mui agudas: o tal algodão tem dentro huns carocinhos pretos N, e não he tão confiftente como o algodão verdadeiro, mas muito mais alvo, e delicado." (BLUTEAU, 1789, pág. 151)
- LINHAÇA: "LINHAÇA, fi £ femente de linho." (BLUTEAU, 1789, pág. 27)

O trabalho com tecidos ajuda muito na percepção da cronologia dos mesmos. Pelas tecnologias que avançaram ao longo da historiografia muito têxteis mudam de textura e nome, que variam também com as reformas linguísticas. Quando se separa a documentação e se investiga os panos que dão formas as vestes do período colonial pode-se entender sua matéria prima e de onde ela veio, como chegou, por exemplo, até o interior de Minas Gerais.

Conclusão

A partir dos estudos dos inventários conseguimos alcançar a esfera da materialidade que indica as interações sociais do indivíduo. Aqui a vestimenta faz parte de uma historiografia da religiosidade que também se mostra presente nos principais rituais que marcam presença na vida da capitania. Diante do exposto, portanto, entende-se o grupo social religioso como peça forte no quebra-cabeça das influencias sociais, que reflete especialmente nos guarda-roupas desses indivíduos. A relação entre pessoal e cultura material está diretamente ligada a sua aparência que pode determinas prestígio e status ou não.

Referências:

ALMEIRA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BICALHO, Maria Fernanda, FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P. 381-420.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, ARJUN. *A vida social das coisas*. Niterói: EDUFF, 2008.

ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais: nascimento do consumo séc. XVII – XIX*. Rocco. 2000.

Silva, Antonio de Moraes. Bluteau, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p.

D. Fr. Tomás da Encarnação Costa e Lima e o problema das dispensas matrimoniais na diocese de Olinda, 1774-1778

Marcone Carlos dos Santos Nascimento*

Bianca Maria da Silva Costa**

Se teve um elemento que chamara a atenção dos bispos na administração de suas respectivas dioceses na América portuguesa ao longo dos setecentos, com certeza podemos citar as dispensas matrimoniais. Diferentes fatores foram verdadeiros obstáculos aqueles que pretendiam se casar, sendo necessário recorrer aos bispos em prol de licença para realizar tal sacramento. Porém, haviam limitações ao poder episcopal, que o impediam de a conceder em casos reservados a Santa Sé. Ainda assim, alguns prelados extrapolaram sua jurisdição, o que gerara críticas por parte de alguns eclesiásticos, como fora o caso do então vigário colado da freguesia de São Pedro Gonçalves da vila do Recife, João da Cunha Menezes, com relação à D. Fr. Tomás da Encarnação Costa e Lima, o décimo prelado de Olinda.

A partir deste caso, pretendemos neste artigo compreender como o dito bispo agiu perante este problema tão comum no Império Luso, a frente daquele bispado, tendo em vista, o período conturbado pelo qual se encontrava as relações entre o Estado e a Igreja, com a política regalista do marquês de Pomba,¹ da qual, o prelado era colaborador.

Daí a explicação para nosso recorte temporal, nos três primeiros anos da governança deste prelado, muitas de suas ações foram executadas impulsionadas pelas reformas implementadas por aquele ministro régio. Ele se aproveitara deste momento para pôr em prática suas concepções teológicas e eclesiológicas. Em decorrência de sua proximidade a Pombal, as queixas contra si só vieram a público em 1778, coincidindo com o momento em que os opositores do marquês, passaram a sentir-se mais seguros para denunciar a nova rainha seus atos e de seus apoiadores.

Logo, para alcançar nosso objetivo investigaremos as trajetórias formativas e profissionais do bispo, sua ligação a política religiosa pombalina, o que era as dispensas matrimoniais e finalmente analisaremos alguns casos.

Antônio da Costa e Lima, como se chamava o secular, nascera aos 25 de junho de 1723, em Salvador. Assim como, Ignacio Lima, Josefa e Teresa Custódia de Jesus era filho do

* Mestrando em História social da cultura regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

** Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Pernambuco - Campus Mata Norte.

¹ Pretendia Sebastião José de Carvalho e Melo submeter a Igreja portuguesa ao Estado.

“homem de negócios” e familiar do Santo Officio, João da Costa Lima e D. Joana da Fonseca, o primeiro natural de Ponte de Lima, em Portugal, a segunda era natural e residente na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia na Bahia.²

Como era comum as crianças das elites baianas naquele período, assim que alcançou a idade mínima exigida para ingressar nos estudos secundários, os pais lhe matricularam no Colégio dos Jesuítas da Bahia, instituição que tinha por finalidade a catequização de indígenas que habitavam terras próximas à Salvador e formar pessoal para exercer funções eclesiásticas, militares e na burocracia estatal, sob os princípios pedagógicos do *Ration Studiorum* (SANTOS, 2007, p. 28). Ali cursara por três anos o curso de filosofia.

Concluído os estudos, recebera ainda em Salvador, em 1739, das mãos do ex-bispo de Olinda e arcebispo da Bahia, D. Fr. José Fialho, ordens sacras. Com as ditas ordens, não só alterou sua forma de comporta-se, mas teve de mudar-se diante da falta de universidades na colônia.

Assim, deslocou-se para o reino, mas especificamente Coimbra, para dar prosseguimento ao estudo. Na Universidade de Coimbra, tão conhecida pelas elites coloniais da América portuguesa, cursara licenciatura e bacharelado em Artes (1744), Direito Civil (1745) e Canônico (1746) e Teologia, este último lhe rendeu o título de doutor (LUZ, 2019, p. 3-4; COSTA, 1953, p. 333). Durante sua formação tivera contato com o então bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, importante figura do movimento Jacobeu,³ do qual, recebeu as ordens de epístola e de evangelho. Vindo posteriormente a ingressar na ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho do Mosteiro de Santa Cruz, onde adotou para si, o nome religioso de Tomás da Encarnação (LUZ, 2019, p. 4).

Suas relações pessoais e o destaque na realização de suas atividades religiosas e educacionais, lhe garantiram em 1759, o convite para ser membro da Academia Brasilica dos Acadêmicos Renascidos como membro supranumerário. Fundada naquele ano, em Salvador, sob patrocínio de Sebastião José de Carvalho e Melo, então conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal, esta entidade tinha por intuito criar uma história geral da América lusa e propagar as reformas deste ministro (KANTOR, 2003, p. 52-67).

² Fonte: Carta do desembargador e ouvidor-geral da Capitania de Pernambuco, Antônio José Pereira Barroso de Miranda Leite, à rainha [D. Maria I], enviando o inventário dos bens do Bispo de Pernambuco, [D. Tomás da Encarnação Costa e Lima]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 151, D. 10961; Carta do [vice-rei e capitão-General do estado do Brasil] André de Melo e Castro, [conde das Galveias] ao rei [D. João V] sobre a diligência feita pelo reverendo Cabido da Bahia no requerimento de João da Costa Lima, Maria e Teresa moradores na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Cidade da Bahia, que pede licença para passar ao reino. AHU_ACL_CU_005, Cx. 61, D. 5175.

³ Sobre a Jacobeia, movimento de renovação espiritual português, ver: SOUZA, (2006) e MELO, (2020).

A amizade com D. Miguel da Anunciação também lhe rendeu os postos de professor de História eclesiástica e censor nato da Academia Litúrgica Pontifícia, atividades que executou até 1767, quando a mesma fora extinta por ordem do dito conde de Oeiras.

Ao longo da década de 1760, na qual, a coroa portuguesa havia rompido relações com o Vaticano e Sebastião de Carvalho e Melo aproveitara para acelerar sua política religiosa, Fr. Tomás da Encarnação Costa e Lima escrevera algumas de suas principais obras. Cujas podemos inseri-las dentro de um conjunto de escritos de caráter jurídico-teológicas, que legitimavam a política regalista que estava em implementação no Império português e buscavam ampliar os poderes dos bispos em suas respectivas dioceses.

É em meio a esta realidade, que se deve pensar tais obras, como a *Collectio Institutionem Academiae Liturgicae Pontificios Exhibens*, Atques Lucubrationes elaborada entre 1760-62. O *Vetus Canonum Codex Lusitanae Ecclesiae* de 1764, e a *Historiae Ecclesiae Lusitanae Per Singula Saecula ab Evangelio promulgato*. Textos que tiveram grande circulação entre os historiadores da igreja no período e que reafirmaram o quão bom latinista ele era. Fama esta que se criará após as exéquias do Papa Bento XIV, cuja ocasião recitara a oração fúnebre, *Oratium ad Academia Pontificiam et Historioe Ecclesiasticos in obtu sui desiderantissimi fundatoris SS. Domini D. Benedicti XIV*. (LUZ, 2019, p. 3-4; COSTA, 1953, p. 333-4).

O percurso traçado até aqui, junto a sua relação com pessoas do círculo particular do marquês de Pombal, contribuiu para que em 1772, quando D. José I fundou o Real Colégio de Mafra, o qual ficara sob responsabilidade dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, fosse nomeado prefeito dos estudos da mocidade. Função que exercerá por quase um ano, já que fora nomeado bispo de Olinda, cargo que passara a ocupar em 1774 (ano em que também recebera o título de conselheiro de Estado), até 1784, quando faleceu.

Naquele vasto bispado, que compreendia as capitânicas de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e a comarca de Paracatu, nas Minas Gerais, D. Tomás da Encarnação, não só tentou promover mudanças internas na igreja local, mais também fora um importante propagador das reformas pombalinas naquele espaço. Em 21 de janeiro de 1776, na Igreja da Madre de Deus no Recife, perante as autoridades de Pernambuco e os membros das elites locais, fizera um eloquente discurso em defesa da imagem e ações de Pombal. Aos presentes propunha,

Discorrei por todas as Historias dos Seculos passados; que Consul, que Ministro, que Principe lestes, ou ouvistes mais útil, mais necessário ao Corpo

politico dos Reinos, e Imperios, do que o Illustrissimo MARQUEZ DE POMBAL? Depois que a Alta Providencia do nosso Augustissimo Rey, e natural Senhor D. JOSÉ I. o chamou para junto do seu lado, os annos, e dias da sua vida tem sido outros tantos annos, e dias da felicidade Portuguesa. Os seus cuidados não tem sido outros, que os do Bem Público; as suas Acções tem sido huma contínua vigilancia, e diligencia pelo amor da Patria, e do Rey. Elle só em vinte e sinco annos do seu Ministerio tem aperfeiçoado, o que em seis Seculos precedentes da Monarquia outros grandes Homens não pudêrão principiar; e por isso a Posteridade clamará, que só he verdadeiro Ministro de Estado, quem for como o Illustrissimo e Excellentissimo MARQUEZ DE POMBAL.⁴

As ações de Pombal geraram críticas e resistências. Sendo a América portuguesa a principal colônia Lusa naquele período, se fazia necessário aliados para convencer os colonos a colaborarem, e foi isto que fez o bispo, reforçando aos fiéis a ideia de que todas as ações implementadas pelo ministro visavam o bem público, inclusive as relativas à Igreja. Mas o que levava D. Tomás da Encarnação a apoiar o reformismo pombalino?

Antes de responder, é importante levar em consideração o contexto das monarquias católicas na Europa e suas relações com o Vaticano. Durante o século XVIII, em especial a segunda metade, os diferentes reinos católicos passaram por transformações, que tinham em comum, entre outros aspectos o fortalecimento do poder régio e a submissão de suas respectivas igrejas ao Estado. Estes movimentos receberam nomenclaturas distintas, como galicismo na França, josefismo na Áustria, febronismo na Alemanha, assim como em Portugal, na Espanha também ficou conhecido por regalismo (SEABRA, 1995, p. 363).

O maior controle dos Estados sob suas igrejas pressupunha menor interferência e limitação do poder papal, isto é, de um poder paralelo em seus territórios. O que em tese poderia garantir maior autonomia dos bispos em suas dioceses, por exemplo. Apegados nesta crença podemos em parte entender o apoio de eclesiásticos episcopalistas e jansenistas,⁵ como D. Tomás da Encarnação, a política religiosa do marquês de Pombal.

No entanto, para além de interesses ideológicos no seio da Igreja, também motivava a cooperação, possíveis benefícios particulares para si e para aqueles que compunham suas redes de amizade, parentela e clientela. Dentre eles: promoções; a nomeação para algum cargo tanto na burocracia estatal, quanto na eclesiástica; um despacho favorável; um título

⁴ Fonte: LIMA, Thomás E. C.. Oração em acção de Graças pela conservação da vida do Illustrissimo e excellentissimo senhor Marquez de Pombal pelo Exc.Mo e Ver.Mo Senhor D. Thomaz da Incarnação Costa e Lima Bispo de Pernambuco, e do Conselho de sua majestade na Igreja de N. S. Da Madre de Deus de Recife em 21 de janeiro de 1776. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1776, p. 5-6.

⁵ Chamamos de episcopalistas, um conjunto de eclesiástico que defendiam a autonomia dos bispos a frente de sua diocese em relação às ingerências papais, sobre ver: SEABRA, (1995); enquanto os jansenistas correspondiam a uma corrente do pensamento tridentino, ver: SOUZA, (2012) e (2015)

nobiliárquico. Em contrapartida, os agentes da Igreja, além de divulgar e buscar persuadir aqueles que os circundam em relação às reformas, também poderiam intervir nos Tribunais Eclesiásticos a favor de membros do Estado, ou seus protegidos. Ou ainda, os livrar de dívidas pendente em decorrência dos serviços religiosos (NASCIMENTO, 2019, p. 250-1). Esses pontos aqui levantados, não omite o fato de que muitos membros da Igreja o apoiaram por concordar com suas ações e identifica-se com a sua trajetória.

Todavia, como mencionado anteriormente, D. Tomás escrevera no período de ruptura com a Santa Sé, obras que legitimavam a intervenção régia na igreja portuguesa, ao mesmo tempo que, arrogava para os bispos certos privilégios que os papas julgavam de sua jurisdição. Suas ideias não ficaram restritas as folhas de papéis, ele buscou introduzi-las na diocese de Olinda, e aqui passamos a analisar uma em específica, que durante o corte de relações fora muito discutida entre juristas, teólogos e canonistas, as dispensas matrimoniais.

Essas eram licenças concedidas aos nubentes, que desejavam contrair o matrimônio, mas apresentavam algum tipo de impedimento a realização de tal cerimônia. Para que o casamento fosse realizado era necessário que os pretendentes cumprissem os requisitos estabelecidos pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Por este motivo havia a necessidade de comprovação da existência ou não da proibição, e se caso algum fosse detectado tornava-se imprescindível a solicitação de uma dispensa.

Conseguir esta licença não era uma tarefa fácil, primeiramente os consortes deveriam ter o conhecimento da existência de tais impedimentos, que por sua vez, dividiam-se em *impedientes e dirimente*. O casal que se enquadrava-se no primeiro deles teria o seu casamento tido por válido perante a Igreja, no entanto, os consortes estavam a cometer pecado mortal. Enquanto no segundo, sua união além de ser vista enquanto um pecado mortal, também era considerada nula diante da igreja.

Os *impedimentos impedientes*, estavam agrupados em três:

1. Proibição Ecclesiastica: este impedimento se dá quando pela Igreja, havendo justa causa, se proíbe que em certo tempo certas pessoas possam casar; porque durante a dita proibição há entre estes impedimento impediente, e casando-se com ele peccão mortalmente.
2. Voto: há este impedimento, quando algum dos contraentes fez voto simples de Religião, ou castidade.
3. Esponsaes: convêm a saber, se os contraentes, ou algum deles tem prometido, ou jurado de casar com outra pessoa.⁶ (VIDE, 1853, p. 153.)

⁶ Fonte: VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo ilustríssimo, e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do*

Já os *dirimentes* em quatorze, sendo eles:

1. Erro da pessoa: como se algum dos contraentes quer receber a outro, cuidando, que é a tal pessoa certa, e foi outra diferente.
2. Condição: convêm a saber, se algum dos contraentes é captivo, e o outro o não sabe, antes trata de casar com ele, tendo para si, que é livre.
3. Voto: se for solemne feito na profissão, que se faz em Religião aprovada, ou no recebimento das Ordens Sacras, porque estes somente são votos solemnes.
4. Cognação: é esta se três maneiras, natural, espiritual e legal. Natural, se os contraentes são parentes por consanguinidade dentro no quarto gráo. Espiritual, que se contrahe nos Sacramentos do Baptismo, e da Confirmação, entre o que baptiza, e o baptizado, e seu pai, e mãe; e entre os padrinhos, e o baptizado, e o seu pai, e mãe; e da mesma maneira no Sacramento da Confirmação. Legal, que provêm da perfeita adopção, e se contrahe este parentesco entre perfilhante, e o perfilhado, e os filhos do mesmo, que perfilha, em quanto estão debaixo do mesmo poder, ou dura a perfilhação. E bem assim entre mulher do adoptado, e adoptante, e entre a mulher do adoptante, e adoptade.
5. Crime: convêm a saber, se um dos contraentes maquinou com efeito a morte da mulher, ou marido com quem verdadeiramente era casado, ou a do outro complice com animo de contrahir Matrimonio com elle, tendo commettido adultério sabido, e conhecido por ambos; ou se ambos os contraentes maquinárão a morte do defunto, ou defunta casada, para casarem ambos, ainda que não tivessem adulterado: ou quando os contrahentes sento um deles casado, commetterão adultério, e se fizeram externa promessa de casar, se a mulher, ou marido do contrahente morresse primeiro, ou se cas[arão de facto, sendo ella viva.
6. Disparidade da Religião: porque nem-um infiel póde contrahir Matrimonio com pessoa fiel, e contrahindo-o é nullo, e de nem-um efeito.
7. Força, ou medo: quando os contrahentes, ou algum deles foi constrangido a casar por medo, tal, que pudesse cahir em varão constante.
8. Ordem: entende-se Sagrada, ainda que seja somente de Subdiacono.
9. Ligame: quer dizer, que se algum dos contrahentes é casado por palavras de presente com outra mulher, ou marido, ainda que o Matrimonio seja somente fato, e não consumado, vivendo o tal marido, ou mulher, não póde contrair Matrimonio com outrem, e se de facto contrahir é nullo.
10. Publica honestidade: nasce este impedimento dos desposorios de futuro validos, e não passa hoje, depois do Sagrado Concílio Tridentino, do primeiro gráo. D'onde se algum dos contrahentes tinha celebrado validos desposorios de futuro com o irmão, irmã, filho, ou filha daquela pessoa, com quem quer casar, ainda que sejam falecidos, ou lhe remitissem a obrigação, não podem casar com seu pai, ou mãe, irmão, ou irmã. Nasce também este impedimento do Matrimonio fato não consumado, ainda que seja nullo, com tanto que não provenha a nulidade da falta do consentimento, e impede, e dirime o Matrimonio até o quarto gráo. Pelo que quando algum dos contrahentes foi casado por palavras de presente com parente do outro dentro do quarto gráo, posto que não chegassem a consumir o Matrimonio, há entre eles este impedimento dirimente de publica honestidade.

Conselho de Sua Majestade, Propostas e Aceitas em Sínodo Diocesano, que o dito Senhor Celebrou em 12 de junho do ano de 1707. São Paulo: Typografia de Antônio Louzada Antunes, 1853, p. 153.

11. Affinidade: convêm a saber, que o marido pelo Matrimonio consumado contrahe afinidade com todos os consanguíneos de sua mulher até o quarto gráo, e assim, morta ella, não póde contrahir Matrimonio com alguma sua consanguínea dentro nos ditos grãos. E da mesma maneira a mulher contrahe afinidade com todos os contrasanguíneos de seu marido até o quarto gráo. Também acontrahe aquele que tiver copula ilícita perfeita, e natural com alguma mulher, ou mulher com algum varão; e por esta causa não póde contrahir Matrimonio com parente do outro por consanguinidade dentro do segundo gráo.

12. Impotencia: há este impedimento, quando algum dos contrahentes, já antes de contrahir Matrimonio, não era capaz de geração por falta, ou improporção dos instrumentos da copula, ou a falta provenha da natureza, arte, ou enfermidade, com tanto que seja perpetua.

13. Rapto: dá-se este impedimento, quando alguém furta alguma mulher contra sua vontade; ou, ainda ella consinta, contradizendo-o os pais, ou pessoas que a tem em seu poder, com animo, e tenção de casar com ella; porque o tal rougador não pode casar com a mulher roubada, em quanto a tem em seu poder.

14 Ausencia do Pacocho, e duas testemunhas: porque conforme o Sagrado Concílio Tridentino não é valido o Matrimonio, senão for contrahido em presença do próprio Pacocho, ou outro Sacerdote, dando-lhe o mesmo Parocho

licença para isso, ou tendo-a nossa, e de duas testemunhas ao menos.⁷

Estes impedimentos nos possibilitam entrever alguns valores sociais e culturais que se encontravam presentes no imaginário da época como bem analisou Gian Carlos Silva (2008, p. 44), como no impedimento por rapto, no qual há uma valorização da autoridade paterna. Assim como, a condição civil ligada ao sistema escravista, onde um escravizado para contrair o matrimônio necessitava da autorização de seu senhor. Ou ainda, ao papel social da mulher de ser mãe, cuja esterilidade para além de impedi-la de engravidar, poderia ser motivo para o fim do casamento.

Contudo, estes impedimentos deveriam ser conhecidos por todos os fiéis católicos, para isso deveriam ter acesso ao texto normativo, como recomendava as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. No entanto, como observou Maria Beatriz Nizza da Silva (1984, p. 129), o texto escrito não era suficiente para que ocorresse a larga divulgação dos impedimentos, tendo em vista justamente a grande quantidade de não letrados existentes na América portuguesa, assim como, a restrita circulação de impressos, sobretudo pela falta de imprensas na colônia. Por isso, “[...]recomendava-se ainda aos párocos sua leitura ao povo, duas vezes por ano, sob pena de uma multa de 1\$000 réis para aquele que não a fizesse”.

⁷ Fonte: VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, Feitas e Ordenadas pelo ilustríssimo, e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, Propostas e Aceitas em Sínodo Diocesano, que o dito Senhor Celebrou em 12 de junho do ano de 1707*. São Paulo: Typografia de Antônio Louzada Antunes, 1853, p. 116-9.

Essa foi a maneira encontrada pela igreja para divulgar esta extensa lista de impedimentos. Entretanto, nem todos os fiéis detinham conhecimento dos mesmos, vindo a tomarem ciência de sua existência no decorrer dos trâmites matrimônias. Cujo, se iniciava com a ida dos nubentes e de seus pais a uma paróquia de sua freguesia com o intuito de comunicarem ao padre a sua intenção de contraírem o casamento de acordo com as leis eclesiásticas. Feito isto, o clérigo com ajuda dos nubentes passava a reunir documentos como: certidão de batismo, comprovante de residência e/ou de óbito no caso dos viúvos, para assim darem prosseguimento no processo (SILVA, 2008, p. 46). Que correspondia a realização dos banhos matrimônias, ou seja, a “um pregão, que o pároco lança na citação, para ver se há algo que ponha impedimento para o casamento; chamava-se pregão porque se apregoa. Esses banhos são três em três dias santos, nesse sentido *banho* deveria de *bann*, que em língua alemã quer dizer publicação”.⁸

Assim, os banhos eram realizados com o intuito de encontrar algum impedimento que embargasse a realização do sacramento em questão. O pároco informava sobre as pretensões de casamento por parte dos nubentes por meio do apregoamento do seguinte texto,

Quer casar N. filho de N. , e de N. naturaes de tal terra, moradores de tal parte, freguesia de N. com N. filha de N, e N. naturaes de tal terra, moradores em tal parte, Freguezia de N., se alguém souber que há algum impedimento, pelo qual não passa haver efeito o Matrimonio, lhe mandamos em virtude de obediência, e sob pena de excomunhão maior o diga, e descubra durando o tempo das denunciações, ou em quanto os contrahentes se não recebem; e sob a memsa pena não porão impedimento algum ao dito Matrimonio maliciosamente.⁹

Cientes da informação os fiéis que tinham conhecimento de alguma irregularidade os denunciavam ao pároco, seja no final das missas, seja durante a confissão. Tais denúncias tinham a validade de dois meses, caso não ocorresse a celebração do matrimônio os consortes deveriam solicitar novas investigações, ou até mesmo uma licença especial ao provisor.

Concluída esta etapa, tendo sido descoberta a proibição o vigário se encarregava de repassar esta informação aos nubentes, e fazer com que os mesmos assinassem um termo em que afirmavam saber da existência de tal impedimento e que por isso deveriam solicitar a dispensa. Este processo

⁸ Fonte: BLUTEAU, Raphael. Vocabulario Portuguez e Latino. Vol. 1, Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1712, p. 35.

⁹ Fonte: VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, Feitas e Ordenadas pelo ilustríssimo, e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, Propostas e Aceitas em Sínodo Diocesano, que o dito Senhor Celebrou em 12 de junho do ano de 1707. São Paulo: Typografia de Antônio Louzada Antunes, 1853, p. 110-1.

“[...] deveria ser remetido maço fechado, com o selo eclesiástico, na “forma costumada” e enviado por pessoa fiel. Todas as despesas processuais, principalmente com a descoberta de impedimentos e a solicitação de dispensas, deveriam ser pagas pelos contraentes.” (SILVA, 2008, p. 47)

Cobrança esta que poderia ser justificada devido ao longo percurso que este processo levava para chegar até o papa, sendo necessário pagamento a vários intermediários no deslocamento, colônia-metrópole, metrópole-Vaticano e vice-versa. Processo que levava de 60 dias a 100 para chegar ao reino (DAMACENA, 2018, p. 78), o que nos leva a supor que o tempo de chegada até o papa de uma solicitação de dispensa matrimonial feita na América portuguesa levava no mínimo de três a seis meses.

Impasses como este fizeram com que os Papas delegassem, em casos urgentes, aos bispos, ao comissário geral da bula da cruzada, ou até mesmo ao núncio apostólico tal poder. O que encorajava a muitos pedirem tal concessão, como os jesuítas que desde o início do processo de colonização solicitaram ao papa o poder de dispensar os indivíduos dos impedimentos de afinidade e consanguinidade. No entanto, isto somente vem a acontecer de fato no dia 28 de janeiro de 1561, que foi quando o papa Pio IV atribuiu ao bispo Manoel de Nóbrega, o poder de conceder dispensas a posteriori, podendo assim resolver o problema das uniões que já haviam sido consumadas, entre parentes de 3º ou 4º grau ou que apresentavam impedimentos de consanguinidade e afinidade, ou de pública honestidade.

Entretanto, a simplificação do processo de dispensa veio a ocorrer somente no fim do século XVIII, quando pela bula *Magnam Profecto Curam*, expedida em Roma no dia 26 de janeiro de 1790, o papa Pio VI concedeu aos bispos da América portuguesa o poder de dispensar gratuitamente em todos os graus de parentesco exceto o primeiro de consanguinidade, quer em linha direta quer em linha transversal, e o primeiro de afinidade em linha direta apenas (SILVA, 1984, p. 132-3).

No entanto, muito antes desta concessão os bispos da América portuguesa já realizavam as dispensas, como fora o caso de D. Fr. Tomás da Encarnação Costa e Lima. Aos 26 de abril de 1778, João da Cunha Menezes, vigário da freguesia de São Pedro Gonçalves da vila do Recife, em queixa contra o bispo mencionado afirmava que os preladados da América portuguesa detinham o poder de dispensar os fiéis, pobres e miseráveis em nível de consanguinidade de 3º e 4º grau, de forma gratuita, durante o período de dez anos, porém D. Tomás concedia dispensas em 2º grau atingem-te ao 1º grau de parentesco, em suas palavras,

Dispensa o R.^{do} [Reverendo] Bispo a todos os Ricos e pobres impondo-lhes pena pecuniária ou multa, e pagando os custos. Não tem breve para

dispensar em segundo grau a tem gente ao primeiro, mas tem dispensado a bastantes havendo custos, e impondo-lhes multas pecuniárias; não declarando em suas sentenças porque breve o faz, sendo circunstância, que todos os breves mandões declarar, tudo isto constará de muitos autos, que de semelhantes despensas se acham na Câmara.¹⁰

Para comprovar sua denúncia, o clérigo trouxe alguns casos. Assim prosseguiu,

Dispensou a alguns, em 2º grau atingem-te ao primeiro, cujos nomes constarão de seus autos na mesma Câmara cuja dispensa nome concede a S. Sede Apostólica aos Bispos nem ainda para os índios, que são os mais atendíveis. Francisco Machado de Barros e Pereira morador na cidade de Natal do Rio Grande do Norte, teve concubinato público com uma moça solteira, a qual morreu de Parto depois teve também público com outra irmã de quem teve bastantes filhos para sossegar a sua consciência desejava [...] alcançar dispensa do impedimento público que tinha em primeiro grau de linha transversal; não achou nem no R.^{do} Bispo defunto, nem no Cabido Sede Vacante, mandou o mesmo e lhe foram pedidos setecentos mil Reis para a dita dispensa; Neste tempo chegou, o presente R.^{do} Bispo, e falando lhe o dispensou impondo-lhe a Multa de cinquenta mil reis, que pagou, e custos este casamento por direito é nulo, a sim como o são todos, os que tem feito, de 2º atingem-te ao 1º, e o são os de 2º, que não forem pobres e miseráveis.¹¹

Neste caso podemos perceber a existência do impedimento de *afinidade*, que assim como vimos no decorrer deste artigo, se dava quando um homem ou uma mulher contraíam o matrimônio, quando consumado os próprios contraíam afinidade com todos os consanguíneos desta pessoa até o quarto grau. Por isto, tendo esta mulher ou este homem morrido nenhum dos viúvos poderia vir a contrair matrimônio com algum dos parentes do seu conjuge falecido até o quarto grau de parentesco. Sendo assim, D. Tomás segundo o padre João da Cunha Meneses, cometeu um grave erro ao dispensar Francisco Machado de Barro do impedimento de *afinidade*, em primeiro grau de linha transversal, quando não detinha autoridade para a conceder neste grau de parentesco.

Um segundo caso também denunciado pelo vigário fora o de:

¹⁰ Fonte: CARTA do [vigário colado da Igreja São Pedro Gonçalves do Recife], padre João da Cunha Meneses, à rainha [D. Maria I], informando as irregularidades cometidas pelo Bispo [de Pernambuco, D. Tomás da Encarnação Costa e Lima], no que se refere às ordens clericais a respeito do grau de parentesco nos casamentos; aos critérios de escolha para párocos e visitantes; e sobre não ter nenhuma norma que o obrigue a prestar homenagens ao governador da capitania de Pernambuco, [José César de Meneses]. AHU_CU_015, Cx. 129, D. 9775.

¹¹ Fonte: CARTA do [vigário colado da Igreja São Pedro Gonçalves do Recife], padre João da Cunha Meneses, à rainha [D. Maria I], informando as irregularidades cometidas pelo Bispo [de Pernambuco, D. Tomás da Encarnação Costa e Lima], no que se refere às ordens clericais a respeito do grau de parentesco nos casamentos; aos critérios de escolha para párocos e visitantes; e sobre não ter nenhuma norma que o obrigue a prestar homenagens ao governador da capitania de Pernambuco, [José César de Meneses]. AHU_CU_015, Cx. 129, D. 9775.

Uma filha do sargento mor José de Barros moradora em Goiana, [que] queixou-se ao R.^{do} Bispo, de que seu Primo Vicente José de Souza Magalhães filho de outro sargento mor Ignácio de Souza Magalhães lhe tinha prometido em casamento. O tal Vicente José era clérigo de ordens menores, e estava admitido para o subdiácono, e já examinado, e aprovado por ser muito bom estudante; foi chamado pelo R.^{do} Bispo, e no mesmo tempo a moça, e porque' o prelado estava a favor dela muito empenhado, entrou a persuadir o dito Vicente José para que casasse com ela; ele respondeu muitas coisas que não lhe devem coisa alguma, nem lhe tinha prometido casamento nem ele em tal lhe falará, nem ele o queria fazer por serem ambos primos filhos de duas irmãs, que ele queria ser sacerdote, que era o estado, que só desejava, que não tinha crime, ou impedimento como mostravam as suas inquirições de voto; [...] já na Câmara correntes: o R.^{do} Bispo se achou tanto de soberba, e paixão, que entrando em grandes gritos vozes, e ditos desordenados, e por fim mandou chamar o meirinho geral para levar preso Vicente José que, por temor e persuadido da família episcopal casou ali sem mais ganhos, sem se tratar, ou provar os graus do parentesco, e sem as mais circunstâncias e requisitos indispensáveis.¹²

Neste caso, podemos observar a existência de dois impedimentos que necessitavam de dispensas matrimoniais, sendo eles: o de *voto* e o de *cognação*. Este último diz respeito ao nível de consanguinidade existente entre os consortes, uma vez que, os dois eram primos de primeiro grau, pois eram filhos de duas irmãs. Com relação ao de *voto*, o dito Vicente José era clérigo de ordem menores e já havia sido admitido para exercer a função de subdiácono, o que lhe impedia de casar. Todavia, estas questões não foram observadas pelo bispo. Para o vigário todas estas dispensas só poderiam ser concedidas pelo Papa e não pelo prelado, que se quer observou a vontade de um noivo, que não desejará casar. Infelizmente, não tivemos acesso ao documento com a defesa de D. Tomás. Mas sabemos que tinha algum trunfo contra as queixas do clérigo, já que, nos anos subsequentes não receberá nenhuma repreensão e para a Mesa de Consciência e Ordens, se tratava de um padre teimoso e “altivo”, que fez muitas acusações, mas não apresentará as provas.¹³

No mais, quais eram os motivos considerados válidos para a concessão das dispensas?

¹² Fonte: CARTA do [vigário colado da Igreja São Pedro Gonçalves do Recife], padre João da Cunha Meneses, à rainha [D. Maria I], informando as irregularidades cometidas pelo Bispo [de Pernambuco, D. Tomás da Encarnação Costa e Lima], no que se refere às ordens clericais a respeito do grau de parentesco nos casamentos; aos critérios de escolha para párocos e visitadores; e sobre não ter nenhuma norma que o obrigue a prestar homenagens ao governador da capitania de Pernambuco, [José César de Meneses]. AHU_CU_015, Cx. 129, D. 9775.

¹³ Fonte: CARTA do [vigário colado da Igreja São Pedro Gonçalves do Recife], padre João da Cunha Meneses, à rainha [D. Maria I], informando as irregularidades cometidas pelo Bispo [de Pernambuco, D. Tomás da Encarnação Costa e Lima], no que se refere às ordens clericais a respeito do grau de parentesco nos casamentos; aos critérios de escolha para párocos e visitadores; e sobre não ter nenhuma norma que o obrigue a prestar homenagens ao governador da capitania de Pernambuco, [José César de Meneses]. AHU_CU_015, Cx. 129, D. 9775.

- 1 – Se uma donzela pobre quer um parente seu receber por mulher, e não a recebendo, ficará ela sem tomar estado;
- 2 – O conservar em uma família sucessão, ou a muita riqueza, como se a mulher ficou por herdeira e é conveniente para este fim, que case com consanguíneo;
- 3 – O bem comum da paz entre províncias, ou reinos, ou alguma república, ou família grande;
- 4 – Não se achar na pátria da mulher outra pessoa igual, se não um parente seu;
- 5 – O ser benfeitor da Igreja a pessoa, que pede, ou para quem se pede a dispensa;
- 6 – O dar-se alguma soma em dinheiro;
- 7 – O revalidar matrimônio contraído invalidamente, por evitar escândalos, ou perigo de incontidência;
- 8 – O ser pedido a dispensa por grandes príncipes, pelos quais se entendem algumas pessoas notáveis, ou opulentas. (SILVA, 1984, p. 133.)

Estes eram os motivos mais frequentes encontrados nas petições das dispensas no século XVIII. Neles notasse a existência de uma preocupação com a riqueza e a honra das famílias das elites Coloniais. A exemplo disto nós temos o caso da petição feita por José de Góis e Moraes e Ana Ribeiro de Almeida, em 1710 ao bispo do Rio de Janeiro, onde os nubentes solicitavam

“[...] a dispensa no terceiro grau de consanguinidade misto com o segundo, assim explicitado: ele era filho do capitão-mor Pedro Taques de Almeida e ela era neta de Antônio de Almeida Lara, irmão daquele capitão-mor. Tratava-se, portanto, de uma das “principais famílias” e “por se acharem estas em São Paulo tão travadas umas com as outras”, Ana Ribeiro de Almeida alegava como justificativa para a dispensa a falta de varão em que se achassem os requisitos encontrados no parente, além de que, por ser órfã, precisava de amparo para sua orfandade. Vemos, portanto, que a principal razão alegada era a inexistência de pretendente adequado fora do círculo familiar. Mas, como se esta não fosse suficiente, na petição surgia ainda uma outra justificativa, a saber, as doações feitas á Igreja pelos respectivos ascendentes, pois o capitão-mor Guilherme Pompeu de Almeida, o doutor Guilherme Pompeu de Almeida, Ana de Proença, o capitão Pedro Vaz de Barros e o capitão Fernão Pais de Barros “fabricaram á sua custa, cada um uma igreja”, todas elas ainda existentes na época e servindo mesmo a de São Roque como freguesia.” (SILVA, 1984, p. 134.)

Além disso outros parentes da requerente haviam feito doações de madeira para a construção da Igreja de São Bento na vila de São Paulo, por isto como recompensa destas doações eles solicitavam as dispensas. Que foi concedida pelo bispo do Rio de Janeiro pelo fato dos noivos serem “[...] bem dotados ambos e de família ilustres, o casamento era permitido com um parente “para amparo da orfandade” da noiva e também para “aumento da casa rica”. (SILVA, 1984, p. 135.)

No entanto, tal concessão vinha seguida de uma série de penitências:

“[...] mandamos que os ditos oradores jejuem segunda, quarta e sexta-feira de uma semana a pão e água; rezem dez rosários pelas almas do fogo do Purgatório, e o orador mandará dizer por elas quarenta missas; e dará de esmola duzentos e quarenta mil réis que receberá o Doutor Vigário da Vara, e os aplicamos para um ornamento da igreja matriz da vara de São Paulo, para a festa principal do mesmo santo, quando o não tenha; ou para a ornamentação de três igrejas que no seu distrito estejam faltas de paramentos para seus altares.” (SILVA, 1984, p. 135.)

Vale salientar também que as penitências impostas aos contraentes que obtinham dispensas de impedimento variavam de acordo com as posses dos indivíduos, pois se caso os mesmos pertencessem as camadas mais pobres da sociedade lhes eram impostas penitências como:

- 1 – Serão exatamente examinados de Doutrina Cristã, e dos deveres do estado pretendido.
- 2 – Farão confissão geral, e comungarão.
- 3 – Antes da comunhão jejuarão três vezes à pureza de Maria Santíssima.
- 4 – Visitarão os altares de sua igreja matriz desta vila, e em cada um rezarão uma estação.
- 5 – Varrerão a sua mesma igreja duas vezes em presença de algumas pessoas.
- 6 – Assistirão a duas missas conventuais com velas de meia libra, acesas nas mãos, que depois serão entregues à fábrica.
- 7 – Assistirão mais a cinco missas semanárias, em cada uma rezarão o terço pelas almas do Purgatório, e com certidão de que tudo cumpriram, voltem para se lhe deferir.” (SILVA, 1984, p. 138.)

Havia uma adaptação nas penitências impostas para que os nubentes mais pobres que desejassem contrair o matrimônio pudessem cumprir as imposições que lhes eram feitas, com o intuito de que ao fim da realização de tais tarefas pudessem adquirir a certidão confirmando que as tinham cumprido, para que somente assim pudessem vir a se casarem de acordo com os moldes tridentinos.

Por fim, o caso de D. Fr. Tomás da Encarnação Costa e Lima a frente do bispado de Olinda, nos faz repensar a temática aqui apresentada, na medida que, traz a luz uma questão que ainda pouco foi discutida para o período analisado. Além de que, demonstra a necessidade de interpretarmos a ação do indivíduo dentro de seu contexto. Já dizia Giovanni Levi (1992, p. 135), que toda ação social é resultante de negociações diante de uma realidade normativa. Assim, o bispo soube aproveitar o momento de fragilidade das relações entre a coroa portuguesa e o Vaticano, para por em prática suas perspectivas religiosas e conquistar benefícios para si e para os que faziam parte de sua rede social.

Fontes

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario Portuguez e Latino. Vol. 1, Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1712.

Carta do desembargador e ouvidor-geral da Capitania de Pernambuco, Antônio José Pereira Barroso de Miranda Leite, à rainha [D. Maria I], enviando o inventário dos bens do Bispo de Pernambuco, [D. Tomás da Encarnação Costa e Lima]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 151, D. 10961;

Carta do [vice-rei e capitão-General do estado do Brasil] André de Melo e Castro, [conde das Galveias] ao rei [D. João V] sobre a diligência feita pelo reverendo Cabido da Bahia no requerimento de João da Costa Lima, Maria e Teresa moradores na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Cidade da Bahia, que pede licença para passar ao reino. AHU_ACL_CU_005, Cx. 61, D. 5175.

CARTA do [vigário colado da Igreja São Pedro Gonçalves do Recife], padre João da Cunha Meneses, à rainha [D. Maria I], informando as irregularidades cometidas pelo Bispo [de Pernambuco, D. Tomás da Encarnação Costa e Lima], no que se refere às ordens clericais a respeito do grau de parentesco nos casamentos; aos critérios de escolha para párocos e visitantes; e sobre não ter nenhuma norma que o obrigue a prestar homenagens ao governador da capitania de Pernambuco, [José César de Meneses]. AHU_CU_015, Cx. 129, D. 9775.

LIMA, Thomás E. C.. Oração em acção de Graças pela conservação da vida do Ilustríssimo e excellentíssimo senhor Marquez de Pombal pelo Exc.Mo e Ver.Mo Senhor D. Thomaz da Incarnação Costa e Lima Bispo de Pernambuco, e do Conselho de sua majestade na Igreja de N. S. Da Madre de Deus de Recife em 21 de janeiro de 1776. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1776.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, Feitas e Ordenadas pelo ilustríssimo, e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade, Propostas e Aceitas em Sínodo Diocesano, que o dito Senhor Celebrou em 12 de junho do ano de 1707. São Paulo: Typografia de Antônio Louzada Antunes, 1853.

Referências

COSTA, F. A. P. *Anais pernambucanos*, 1740-1794. Vol. 6, Recife: Arquivo Público Estadual, 1953.

DAMACENA, Estevão Barbosa. *A comunicação política na monarquia portuguesa: uma análise da troca de informações entre a secretária de estado da marinha e ultramar e o vice-rei 2º marquês do Lavradio no Rio de Janeiro (1770-1779)*. Dissertação (mestrado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LUZ, Ellen C.M. *Dom Tomás da Encarnação Costa e Lima: perfil de um prelado pombalino (1723-1774)*. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

KANTOR, Iris. A Academia Brasilica dos Renascidos e o governo político da América portuguesa (1759): notas sobre as contradições do cosmopolitismo acadêmico luso-americano. *Revista de História das Ideias*, vol. 24, 2003, p. 51-83.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

MELO, Bruno K. S. M. *A jacobeia entre significados e representações: as reformas religiosas e embates faccionais na monarquia portuguesa (c. 1720-1769)*. Tese (doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

NASCIMENTO, Marcone C. S. “O Amado do Senhor”: encômios religiosos e a legitimação das reformas pombalinas na América portuguesa, 1775-1776. In: *Anais eletrônicos do VI Encontro Nacional do Núcleo de Estudos do Mundo Atlântico e do II Encontro Nacional do Núcleo de Estudos Impérios Coloniais*. – Recife : Ed. UFPE, 2019.

SANTOS, Fabrício L. A presença jesuíticas no Recôncavo da Bahia. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, vol. 1, 2007, p. 23-36.

SEABRA, João. Teologia ao serviço da política religiosa de Pombal: episcopalismo e concepção do primado romano na Tentativa Teológica do padre Antônio Pereira de Figueiredo. *Lusitânia Sacra*, V série, 7, 1995, p. 359-402.

SILVA, Gian Carlo de Melo. *Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife Colonial 1700-1800*. Dissertação (mestrado em História social da cultura regional), Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. Da universidade de São Paulo, 1984.

SOUZA, Evergton S. Igreja e Estado no período pombalino. In: FALCON, Francisco C.; RODRIGUES, Claudia (Orgs.). *A “época pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. Jansenismo e reforma da Igreja na América portuguesa. In: *Atas do Congresso Internacional Espaço Atlântico do Antigo Regime: poderes e sociedades*. 2012. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coluquio/comunicacoes/evergton_sales_sousa.pdf Acessado em: 13/05/2021.

_____. Mística e moral no Portugal do século XVIII: Achegas para a história dos jacobeus. In: BELLINI, Lúgia; SOUZA, Evergton S.; SAMPAIO, Gabriela (Orgs.). *Formas de crer: ensaios de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV-XXI*. Salvador: EDUFBA/Corrupio, 2006.

Memória pedagógica e identidade religiosa: o modelo comunitário nos cemitérios evangélico-luteranos no sul do Rio Grande do Sul

Renato Rodrigues Farofa*

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre o caráter pedagógico da memória e a conformação de identidades religiosas de grupos evangélicos-luteranos do sul do Rio Grande do Sul no decorrer do século XX e o tempo presente, a partir da análise da materialidade de seus espaços cemiteriais – suas sepulturas e inscrições – e também das práticas administrativas dos serviços fúnebres. Parte-se da consideração da importância que esses grupos religiosos historicamente atribuíram ao modelo comunitário (*gemeinde*) e das compreensões da morte próprias dessa cultura religiosa. Para tanto, foram selecionados o espaço do cemitério da Comunidade Evangélica Luterana São João de Bom Jesus, na área rural do município de São Lourenço do Sul – RS e o regimento do cemitério da Comunidade Evangélica Luterana São João de Morro Redondo – RS, analisados à luz das contribuições teóricas de Pierre Nora, Fernando Catroga e Joël Candau, quando refletem sobre memória e identidade.

Introdução: o cemitério no modelo comunitário evangélico-luterano

Tendo como objeto de estudo os cemitérios evangélico-luteranos, entende-se que compreender a presença destas necrópoles na vivência de fé desse grupo religioso é de fundamental importância. O conceito eclesiológico desse grupo tem como base os ideais de igreja do reformador alemão Martinho Lutero (1483-1546), que ao prezar pela comunhão através da comunidade dava preferência pelo termo “*gemeinde*” (congregação, comunidade) para definir igreja em vez do termo “*kirche*” (Igreja) ligada a uma ideia de estrutura e instituição (LINDBERG, 2001, p.428)¹. Assim, desde o século XVI, uma estrutura eclesiológica surge com base comunitária (*gemeinde*), onde a administração da igreja dependia dos membros da comunidade e não de uma estrutura superior. Essa administração também abrangia as questões que envolviam os cemitérios das igrejas evangélico-luteranas.

* Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia – MG. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas-RS. Pesquisa em desenvolvimento: “Espaço dos mortos, sepultura dos vivos: Memória e identidade nas práticas cemiteriais entre evangélico-luteranos no sul do Rio Grande do Sul”.

¹ Carter Lindberg relata que Lutero não pensava em Igreja como uma instituição hierárquica. Por essa razão preferiu o termo *gemeinde*, palavra esta que representa, segundo Lutero, “o verdadeiro espírito de comunhão da Igreja de Cristo” (LINDBERG, 2001, p.428).

Com a vinda de imigrantes, a grande maioria de origem rural, ao Brasil no século XIX,² este modelo de igreja comunitária foi trazido e implantado pelos luteranos no Rio Grande do Sul³.

Importante salientar que no Brasil, bem como em outros países, o luteranismo, ou seja, igrejas que tem como base de fé as confissões luteranas⁴, é representado por mais de uma denominação eclesiástica. No Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, destacam-se três vertentes do luteranismo, que possuem, por consequência, divergências teológicas e administrações distintas. Na região da Serra dos Tapes⁵ a Igreja Evangélica Luterana Independente (IELI), que recentemente adotou essa nomenclatura, em 2005, atua desde a chegada dos imigrantes alemães e pomeranos em São Lourenço do Sul no ano de 1858, e por adotar recentemente o nome IELI, suas comunidades ainda são denominadas e conhecidas por Igreja Protestante ou Igreja Livre (freigemeinde), por não pertencer a nenhum sínodo fundado no Brasil por missionários oriundos da Alemanha ou Estados Unidos. Além da IELI, no Rio Grande do Sul encontram-se comunidades da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, fundada como sínodo por missionários alemães em 1886 adotando como primeiro nome Sínodo Riograndense (Riograndenser Synode) (PRIEN, 2001, p.118), e da IELB, Igreja Evangélica Luterana no Brasil, fundada em 1904 por missionários dos Estados Unidos pertencentes a Lutheran Church – Missouri Synod, que teve como nome fundação: Distrito brasileiro do Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e outros estados (Der Brasilianische District der deutschen evangelisch-lutherischen Synode von Missouri, Ohio und andern Staaten) (REHFELDT, 2003, p.63).

Nesse contexto plural de constituições e formação de comunidades religiosas

² No Rio Grande do Sul, a imigração alemã tem início no ano de 1824, com a chegada das primeiras famílias em São Leopoldo. Na região sul do estado, imigrantes oriundos da Prússia, que abrigava vários territórios, entre eles a Pomerânia, chegam a partir da década de 1850, aos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul.

³ Neste novo território os imigrantes evangélicos tinham de enfrentar uma legislação religiosa que não lhes era favorável. No Brasil, toda e qualquer religião que não a católica, era apenas tolerada. Com isso, os protestantes tinham de construir seus templos sem a aparência de igreja, e ter seus próprios cemitérios, pois os públicos eram somente para os católicos (TEICHMANN, 1996, p.39-40). Nesta situação os evangélico-luteranos organizaram suas próprias comunidades com a presença do cemitério.

⁴ As confissões luteranas são o conjunto dos documentos que expressam o conteúdo da fé evangélico-luterana que foram elaborados no decorrer da Reforma, entre os anos de 1530 e 1577: Catecismo Menor (1529), Catecismo Maior (1529), Artigos de Esmalcalde (1536), Tratado sobre o poder e o primado do Papa (1537) de autoria de Martin Luther (1483-1546), Confissão de Augsburgo (1530), Apologia a Confissão de Augsburgo (1531) cuja autoria é de Philipp Melanchthon (1497-1560) e Fórmula de Concórdia (1577) de Martin Chmnitz (1522-1586), além dos credos ecumênicos Apostólico (séc. II), Niceno (séc. IV) e Atanasiano (séculos VI e VII). Dentre as vertentes do luteranismo não há consenso na subscrição dos documentos apresentados acima. Exemplo disso, no Brasil, é o fato da IELB aceitar todos os documentos que estão reunidos no Livro de Concórdia de 1580 (traduzido ao português em 1980), enquanto que a IELB subscreve parte dos documentos, rejeitando a Fórmula de Concórdia de 1577.

⁵ Região fisiográfica da Serra do sudeste, na região sul do estado do Rio Grande do Sul. Abrange municípios como Arroio do Padre, Canguçu, Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul. (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013, p. 75-76).

evangélico-luteranas, no Brasil, devido a uma estrutura eclesiológica e comunitária inicialmente marginalizada, os imigrantes protestantes tiveram dificuldades na participação da sociedade como um todo. Isso contribuiu para pensamento provinciano dos evangélico-luteranos e acentuou ainda mais esse modelo eclesiológico nos imigrantes e seus descendentes, como descreve Martín Norberto Dreher, “*Nessa estruturação eclesiológica que vai surgindo, tudo é “nosso”, na expressão comunitária desses agricultores: nossa Igreja, nossa escola, nosso cemitério, nosso pastor*” (DREHER, 1999, p.121-122). E foi neste modelo de comunidade onde “tudo é nosso”, que ao lado da igreja e da escola, o cemitério passa a ter um papel fundamental para a preservação da memória e identidade dessas populações, como também da fé evangélico-luterana.

Com esse modelo comunitário, “*nossa Igreja, nossa escola, nosso cemitério, nosso pastor*”, memória pedagógica, identidade e pertencimento estão presentes. Como o objeto deste trabalho são os cemitérios, espaço e sepulturas, a pesquisa, através dos exemplos apresentados na sequência, será conduzida por aquilo que as sepulturas e o espaço podem dizer⁶ como conformação identitária e religiosa.

Espaço cemiterial e sepulturas como suportes de memória e identidade

Como abordado anteriormente, o modelo comunitário evangélico-luterano tem como uma das suas bases o cemitério. A constituição do luteranismo no Brasil passa pelo espaço cemiterial. Não apenas por razões político governamentais, que impedia os protestantes de sepulturar os seus nos cemitérios existentes em solo brasileiro até a proclamação da República em 1889, a edificação de espaços para enterramento faz parte de um modelo de igreja que apresenta o cemitério como uma extensão do templo.

Esse espaço não apenas abriga os corpos daqueles que pertenceram à determinada comunidade evangélico-luterana. O cemitério como um todo, assim como as sepulturas devem difundir o conceito de igreja com seus ensinamentos doutrinários, ou seja, o espaço

⁶ Importante demarcar que este trabalho não tem o intuito de fazer uma análise semiótica ou pela leitura dos monumentos cemiteriais como semióforos ainda que essas duas possibilidades sejam plenamente possíveis e relevantes na investigação desses lugares de memória nos cemitérios evangélico-luteranos. O texto de DIDI-HUBERMANN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1998, apresenta em “O evitamento do vazio: crença ou tautologia” (p.37-48), uma análise semiótica do túmulo, onde as sepulturas não apenas são vistas, como as mesmas nos olham, no sentido de que “o que nos olha se resolverá mais tarde”. Em: ARRUDA (2013), o autor faz a relação do conceito de Jacques Le Goff de documento/monumento com as definições de semióforo de Krzysztof Pomian e Marilena Chaui, onde os monumentos podem ser analisados pelos seus vários usos e significados além do original. Nesse sentido a leitura dos cemitérios pelo conceito de semióforo se apresenta como uma possibilidade.

cemiterial com suas sepulturas transmitem para aqueles que ali transitaram ou transitam o que se espera de um cristão evangélico-luterano.

Exemplo dessa instrução que deve ser feita através do espaço e dos túmulos está no regimento do cemitério da Comunidade Evangélica Luterana São João da Colônia São Pedro de Morro Redondo. Esse regulamento fora escrito em 1925, 25 anos após a fundação da comunidade (01/07/1900), que inclusive fora a primeira congregação organizada por missionários da LC-MS (Lutheran Church – Missouri Synod) que futuramente dera origem a Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Essa informação é importante em razão que nem todas as comunidades luteranas possuíam um regimento específico para o uso e organização do cemitério, o que permite intuir que esse regimento serviu de modelo para uso do espaço cemiterial, especialmente para as comunidades geograficamente mais próximas como as que já existiam em Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, pertencentes ao mesmo sínodo.

O regimento chama atenção nos artigos 5 e 7 sobre a natureza do espaço, quem pode ou não usufruir do mesmo, bem como o dever de zelar pelos túmulos ali edificadas.

Par. 5: Mas como nosso cemitério deve ser um campo de Deus, isto é, um campo, onde nossos corpos devem estar descansando como uma preciosa semente de Deus até a bem-aventurada ressurreição no juízo final, assim, aos que em vida demonstraram ser inimigos da igreja e morreram impiamente, a esses deve ser negado o sepultamento no cemitério da Comunidade”. “Par. 7: Nosso cemitério deve ser um verdadeiro pátio da igreja, e por isso deve servir como edificação aos visitantes. Mas como não é edificante, porém muito desagradável e escandaloso quando cristãos permitem que as sepulturas de seus entes queridos venham a não ser cuidados (degeneram), devem eles, portanto, conservá-las limpas, caprichosas e bem cuidadas”.⁷

As diretrizes contidas nesse regimento fazem do cemitério no modelo comunitário luterano um transmissor dos ensinamentos, como “campo de Deus” e “um verdadeiro pátio da igreja”. Fica evidente nas palavras do regimento que o cemitério “deve servir para edificação dos visitantes”. Esse ato de edificar aos visitantes é realizado pelos artefatos presentes bem como na organização do espaço como um todo. Assim, não apenas o cemitério da Comunidade Evangélica Luterana São João da Colônia São Pedro de Morro Redondo, mas os demais têm essa função para o ensino em um modelo que conjuga identidade religiosa em um padrão de memória pedagógica.

Analisando os cemitérios evangélico-luteranos como suporte de uma identidade religiosa através da memória, tomarei como base o conceito de memória pedagógica de Pierre

⁷ Livro de Atas da Comunidade Evangélica Luterana São João de Morro Redondo (Colônia São Pedro). Página 33 f. 11/10/1925. Tradução Carlos H. Moris.

Nora, em que o autor fez em sua análise na experiência francesa de preservação e legitimação de lugares de memória, em especial, durante e após as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa. Importante ressaltar, que para Nora os lugares de memória são materiais, simbólicos e funcionais. Com sua aparência material, servem como depósito de arquivos passando assim para a esfera simbólica (ritos diante do monumento, por exemplo) e assim se caracterizando pela funcionalidade, ou seja, na transmissão de valores (NORA, 2008, p. 33). Nesses três aspectos, a memória que está ligada à materialidade, simbologia e funcionalidade passa a ser memória pedagógica, onde dentre as instituições de grande relevância nessa transmissão de ensinamentos e valores, estão a igreja e a família (Idem, p.27).

A cultura religiosa luterana, em uma concepção comunitária revela que as memórias eternizadas nos monumentos, têm um padrão que fora constituído pela instituição religiosa por meio dos seus estatutos (leis) embasados em seu corpo doutrinário (ensino). Assim os ensinamentos doutrinários recebidos pelos membros das comunidades luteranas, nessa prática religiosa, são transportados e materializados nas edificações/monumentos presentes nos cemitérios, fazendo assim o cemitério um lugar de memória pedagógica, como nos exemplos que serão abordados na sequência do trabalho.

Ao mesmo tempo, esses monumentos presentes nos espaços cemiteriais são, conforme Pierre Nora, lugares duplos. Primeiramente são fechados em si mesmos, mas ao mesmo tempo, abertos à extensão de suas significações (NORA, 2008, p. 38-39). Dentro dessa perspectiva, os cemitérios evangélico-luteranos são fechados em um modelo identitário na sua cultura religiosa. Em contrapartida, uma vez dentro desse espaço, as sepulturas e o próprio cemitério revelam que são abertas às múltiplas leituras desse local de memória.

O cemitério como “pátio da igreja” apresenta também como o campo santo é uma extensão da vida religiosa. Nessa proposta pedagógica, o uso do cemitério deve estar de acordo com os ensinamentos recebidos pelos membros destas congregações que usufruem daquele espaço para sepultamentos. Na vida da “gemeinde” o sepultar é expressão de fé, como visto no trecho acima citado do regimento. Dessa forma, fechado a uma identidade religiosa dentro de um corpo doutrinário e pedagógico expresso na confessionalidade deste grupo religioso.

Trabalhando ainda com esse conceito de Pierre Nora sobre a memória pedagógica presente nos cemitérios evangélico-luteranos até o momento pesquisados, apresento como esse ensino é manifestado na disposição espacial das sepulturas, como também na conservação dos túmulos. Para exemplificar, primeiramente será apresentada duas situações que envolveram a morte de pessoas que “morreram impiamente”.

No cemitério da Comunidade Evangélica Luterana São João de Bom Jesus, interior do município de São Lourenço do Sul, dois túmulos chamam atenção nesse ato de memória pedagógica por morte(s) não exemplar(es) por terem permanecido fora do espaço cemiterial por cerca de 70 anos.



Imagem 1: Sepulturas de Fhlor e Stern. Foto do autor 22/09/2020

O túmulo de Fhlor (na foto acima, primeiro plano à esquerda), praticamente ilegível, informa pela inscrição lapidária a data de morte em 10/12/1929. A dificuldade na leitura se dá em razão de manchas sobre a lápide que por muito tempo foi coberta por tinta da cor preta. Recentemente, após a reforma do espaço cemiterial (2005), a sepultura foi restaurada, ou pelo menos, uma tentativa de retirar a tinta sobre a lápide foi feita, o que deixou manchas e dificuldade na leitura do nome do sr. Fhlor, como também de sua data de nascimento. Ao lado deste encontra-se a sepultura de Stern (data de morte 19/04/1935), que também teve conflitos com o pastor (na foto acima, primeiro plano à direita) conforme relato do sr. Renato Blank (66 anos), agricultor, comerciante e membro da comunidade desde a infância.

eles tinham uma opinião diferente do pastor, não sei exatamente o assunto, mas era sobre doutrina. Esses, o Stern e o Fhlor, eram pessoas ativas e inteligentes e não concordavam com o que o pastor da época estava ensinando em um determinado assunto. E naquele tempo quem mandava era o pastor, os membros eram meio que forçados a aceitar a opinião do pastor como verdade absoluta. Mas como esses dois não aceitaram a opinião do pastor ocorreram esses atritos.⁸

⁸ Entrevista realizada com o senhor Renato Blank, membro da Congregação Evangélica Luterana São João de Bom Jesus, São Lourenço do Sul-RS, em 05/01/2021.

No epitáfio do túmulo de Stern há o seguinte texto bíblico: *“Não se enganem: ninguém zomba de Deus. O que a pessoa plantar, é isso mesmo que colherá. Se plantar no terreno da sua natureza humana, desse terreno colherá a morte. Porém, se plantar no terreno do Espírito de Deus, desse terreno colherá a vida eterna”* (Gálatas 6.7-8)⁹. Também acima do versículo consta a seguinte inscrição lapidar: “Hier Ruht” (aqui descansa) e não, como na maioria das sepulturas, “Hier Ruht in Gott” (aqui descansa em Deus). Tanto o versículo, como a alusão ao descanso (destino eterno), transmite uma clara alusão ao juízo de Deus sobre o falecido e como reforço pedagógico do que não fazer, ou seja, contrariar o pastor.

Estes dois túmulos, permaneceram do lado de fora do cemitério até a última reforma do espaço em 2005¹⁰. Na visita ao cemitério foi possível constatar, que mesmo após a reforma do espaço cemiterial, as sepulturas ficam praticamente isoladas das demais (foto abaixo). Além de não terem o terreno cimentado ao seu redor, os dois túmulos estão fora do traçado, da disposição das demais sepulturas, demarcando assim, ainda que integradas ao cemitério, o final do mesmo em uma posição marginalizada das demais sepulturas.

⁹ Na lápide o texto está em língua alemã e aqui foi utilizada a tradução da Bíblia NTLH - Nova Tradução na Linguagem de Hoje (Sociedade Bíblica do Brasil – 2000).

¹⁰ Em Ata de reunião da comunidade consta que foi feita uma reforma no espaço cemiterial e então são citados os túmulos que estão em um cercado na parte exterior no cemitério. “Aprovada a continuidade da concretagem entre os túmulos com brita e cimento... existe um pequeno cercado na parte inferior do cemitério. Foi resolvido que o mesmo será retirado”. Livro de Atas da Congregação Evangélica Luterana São João de Bom Jesus, p. 95 v, 05/06/2005.



Imagem 2: Localização das sepulturas de Fhlor e Stern no cemitério. Foto do autor 22/09/2020

Por outro lado, no mesmo espaço cemiterial há também exemplos de boa morte. Como nos exemplos do túmulo Rachel Ruth Esther Hartmeister, de um memorial com lápides e de túmulos que estão edificados ainda sem os restos mortais.

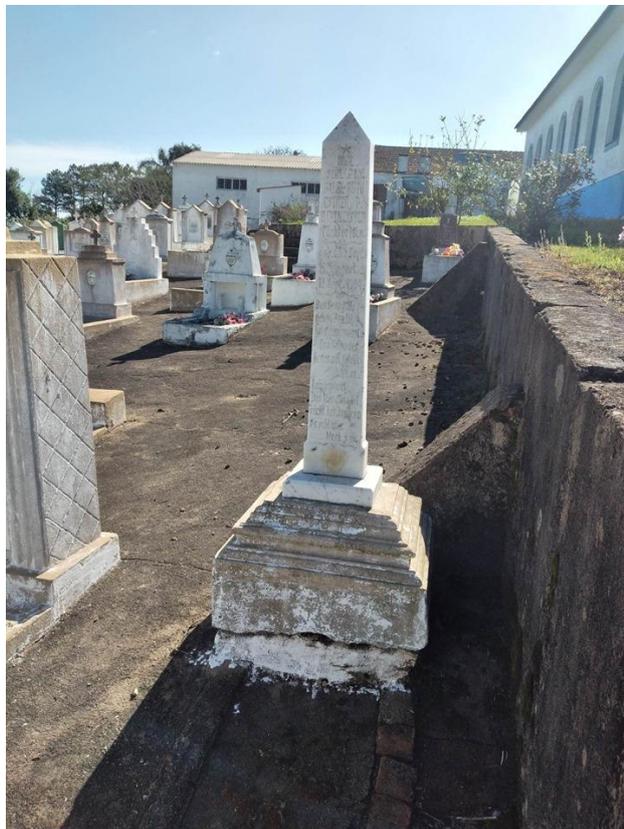


Imagem 3: Sepultura de Rachel Ruth Esther Hartmeister. Foto do autor. 22/09/2020

Sobre o túmulo de Rachel Hartmeister, a edificação se destaca das demais sepulturas pela forma arquitetônica, uma marcação singular que lembra um obelisco (foto acima). Rachel Hartmeister que veio a falecer vítima de coqueluche aos dois anos de vida em 1904 era filha do pastor John Hartmeister¹¹, que fora o primeiro pastor da Lutheran Church – Missouri Synod a atender a comunidade (STEYER, 1999, p. 118). Nas inscrições lapidares há a seguinte frase na primeira pessoa do singular: “Hier Schlaf ich” (Aqui eu descanso), com os seguintes versículos: “*O SENHOR deu, O SENHOR tirou; louvado seja seu nome*” (Jó 1.21) e “*A menina não morreu, ela está dormindo*” (Mateus 9.24)¹². Tanto os versículos bíblicos quanto a inscrição que precede o nome de Rachel Hartmeister chamam atenção para a soberana vontade de Deus, a esperança da ressurreição, como também, na escrita na primeira pessoa do singular, de certeza do descanso após a morte.

Seu túmulo é alvo de visitação por parte daqueles que adentram o cemitério, muito em razão do legado do pai, que no breve período que atuou como pastor na comunidade (1901-1905), idealizou e fundou junto à congregação o primeiro instituto teológico luterano na América do Sul, o Seminário Concórdia.

Também no mesmo cemitério, a transmissão dentro de um conceito de memória pedagógica, de uma boa morte se faz representar em dois setores do cemitério: um memorial com lápides e em uma área mais nova do cemitério com sepulturas que ainda não tem restos mortais, ou seja, de túmulos que já tem todo o acabamento cujo proprietários estão vivos.

O memorial, ainda que não tenha as melhores instalações, abriga lápides de sepulturas que foram retiradas em razão do abandono por parte de familiares. Ainda assim, no desejo de não esquecer daqueles que fizeram parte da comunidade e que deixaram suas contribuições no passado, o memorial transmite dentro do espaço cemiterial ideais do bem morrer naquelas lápides preservadas. Esse ato de edificar um espaço reservado para lápides no cemitério configura um outro uso do cemitério para além da visitação das sepulturas existentes, o de contemplar com lápides dos primeiros que foram ali inumados. Como esse memorial fora edificado no início dos anos 2000, após retirada das sepulturas que estavam abandonadas, permite intuir que as transformações no cemitério, como a reforma de uma área caracterizada por sepulturas em ruínas, passam pela preocupação em embelezar o espaço, colocando em prática, de alguma forma, o mesmo que o regimento do cemitério da Comunidade São João de

¹¹ Com a morte da filha e com a saúde da esposa Theodora Hartmeister debilitada, o pastor junto de sua família retorna para os Estados Unidos em 1905 e o instituto teológico é transferido para Porto Alegre-RS no ano de 1907.

¹² Na lápide o texto está em língua alemã e aqui foi utilizada a tradução da Bíblia NTLH - Nova Tradução na Linguagem de Hoje (Sociedade Bíblica do Brasil – 2000).

Morro Redondo apresenta em seus artigos, que *“as sepulturas de seus entes queridos venham a não ser cuidados (degeneram), devem eles, portanto, conservá-las limpas, caprichosas e bem cuidadas”*¹³. Se os familiares não tem mais a possibilidade de fazer as reformas e manutenções, a comunidade através do memorial (foto abaixo) preserva através desses suportes a memória destes que foram sepultados e mantém o cemitério como *“um verdadeiro pátio da igreja, e por isso deve servir como edificação aos visitantes”*¹⁴.



Imagem 4: Memorial com lápides de antigas sepulturas. Fotografia do autor. 22/09/2020

Em outro setor do cemitério, na parte nova do espaço, há um conjunto de sepulturas edificadas, com todo o acabamento, inclusive com nome e algumas com fotografia, sem os restos mortais (foto abaixo). O ato de reservar espaço dentro do cemitério e edificar sepulturas é recente no histórico destas comunidades, tem início na década de 1990 com a crescente oferta, por parte de marmorarias da região, de túmulos. Não, entrando, na motivação econômica das marmorarias, o fato de membros dessas comunidades (essa prática é comum entre luteranos da região) deixarem toda sepultura pronta antes da morte transmite o ideal do bem morrer, ou seja, dentro dos preceitos religiosos no cemitério que é o “pátio da igreja”.

¹³ Livro de Atas da Comunidade evangélica luterana São João de Morro Redondo (Colônia São Pedro). Página 33 f. 11/10/1925. Tradução Carlos H. Moris.

¹⁴ Idem.



Imagem 5: Sepulturas sem restos mortais. Fotografia do autor. 22/09/2020

Esses exemplos, de boa morte ou de mortes a não serem imitadas, são uma pequena amostra do quanto a memória e identidade, ligado ao pertencimento comunitário e religioso/escatológico são importantes na vida desse grupo religioso, e o quanto são evidenciados na leitura do espaço cemiterial, como também na relação que Joël Candau faz de memória e existência, quando afirma que “*o individuo estará realmente morto... no dia que ninguém mais se lembrar dele*” (CANDAU, 2012, p. 139).

Essa preocupação para onde vão, seja a alma para o céu pela fé na vida eterna, ou o corpo para o campo santo cemitério, reforça a conexão existente entre a esperança escatológica com pertencimento, identidade e memória (CANDAU, 2012, p.10). Ser lembrado faz parte desse processo de um sepultamento no lugar onde se passou a maior parte da vida. Ser sepultado, ou ainda vivo ter a sepultura entre os seus, na sua comunidade, faz com que aquela sepultura seja vista e o finado ou vivo seja constantemente lembrado, ou seja, a eternidade do nome é, ao menos por algumas gerações, mantida (ASSMANN, 2011, p. 43). Dessa forma, as sepulturas e suas inscrições lapidares estabelecem condições, como afirma Fernando Catroga, de sentimento de pertença estreitando a relação entre memória, identificação, filiação e distinção dentro de uma liturgia de recordação (CATROGA, 2015, p. 29-30).

Nesse aspecto da memória também fica evidenciada a preocupação de saber como vai ser lembrado, ou de que maneira gostaria de ser lembrado, num ato de meta-memória onde na representação que um indivíduo faz de si revela “*a construção explícita da identidade*” (CANDAU, 2012, p.23).

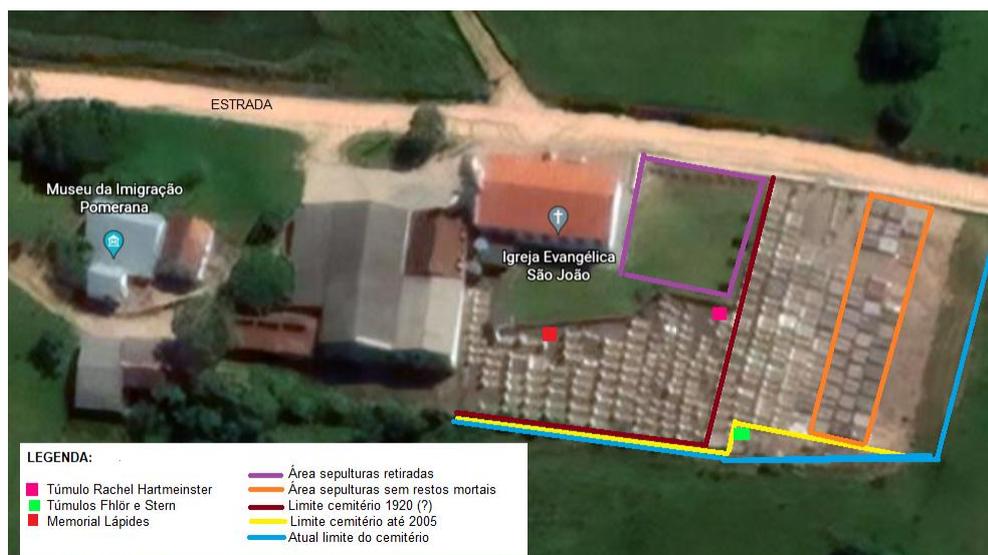


Imagem 6: Espaço cimiterial, localização de túmulos e da Igreja. Imagem trabalhada por Karen Laiz Krause Romig. Fonte : <https://www.google.com.br/maps/>

Com todas essas considerações acima sobre memória pedagógica e identidade através de túmulos, memorial ou conjunto de sepulturas, pertinente também destacar a disposição desses lugares no espaço cimiterial, que sofreu, ao longo da existência, mudanças na configuração (mapa acima).

Nesse adentrar o cemitério da Comunidade Evangélica Luterana São João de Bom Jesus, ao se deparar com as suas edificações e da própria configuração do espaço em si, seja por quem é membro da comunidade religiosa, ou por um evangélico-luterano que visita a comunidade e conseqüentemente o espaço cimiterial, ou ainda alguém que percorre o cemitério e que não tem nenhuma vinculação com o luteranismo, nesse olhar do cemitério como uma construção cultural, diante da visão e contextos que precisam ser estabelecidos foi possível identificar nessa breve pesquisa o que esses suportes (sepulturas e espaço) transmitem como memória pedagógica e identidade, ainda que não se limitem apenas como suporte desses aspectos.

Considerações finais

Os exemplos acima mencionados, do cemitério da Comunidade Evangélica Luterana São João de Bom Jesus, São Lourenço do Sul-RS, apresentam como determinadas mortes eram representadas na disposição das sepulturas, fazendo da configuração espacial do cemitério (ou fora dele) um lugar de memória pedagógica. Nessa espacialidade, que persiste ainda hoje com as reformas e ampliações mencionadas, ficam evidentes os locais da boa

morte, onde se concentram a maioria das sepulturas e os locais periféricos em que a morte indigna ou ímpia é representada.

Essa breve amostra de sepulturas do cemitério da Comunidade Evangélica Luterana São João de Bom Jesus em São Lourenço do Sul – RS, apresenta que desentendimentos comunitários ou com o próprio pastor também podem ser motivos para se relegar ao morto “o castigo” do não sepultamento no “pátio da igreja”. Dessa forma, não apenas o reconhecimento e o pertencimento a uma identidade religiosa poderia ser garantia de “boa morte”, mas também a manutenção de amistosas relações sociais, comunitárias e religiosas/doutrinárias que se apresentavam como imprescindíveis para o bem morrer.

Nessa pedagogia do morrer, o reforço ocorre pelas inscrições lapidares (ou falta delas) no caso das mortes não concordantes com a doutrina ensinada pelos evangélico-luteranos. Nessa breve análise do espaço cemiterial evangélico-luterano é possível intuir o quanto a memória pedagógica está em consonância com a identidade e o pertencimento dos membros destas comunidades religiosas. O cemitério como um lugar de memória, com suas sepulturas, ou como afirma Le Goff, nos arquivos de pedra, bem como na configuração do espaço, transmitem esse modelo identitário e de pertencimento da “gemeinde” evangélico-luterana.

Fontes documentais

Livro de atas da Congregação Evangélica Luterana São João da Colônia São Pedro. Morro Redondo-RS. Tradução Carlos H. Moris.

Livro de atas da Congregação Evangélica Luterana São João de Bom Jesus. São Lourenço do Sul-RS.

Fontes orais

BLANK, Renato. Entrevista realizada via e-mail em 05/01/2021. Entrevistador: Renato R. Farofa. Entrevista concedida para fins de pesquisa.

Referências

ARRUDA, Gilmar. Monumentos, semióforos e natureza das fronteiras. In: ARRUDA, Gilmar (org.) *Natureza, fronteiras e território*. Londrina: Eduel, 2013.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação. Formas e transformações da memória cultural*. Tradução: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BÍBLIA. *Nova Tradução na Linguagem de Hoje*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.
CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

DIDI-HUBERMANN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1998.

DREHER, Martin N. Protestantismo de imigração no Brasil. In: DREHER, Martin N; (org). *Imigrações e história da Igreja no Brasil*. 10.ed. Aparecida: CEHILA; Editora Santuário, 1999.

LINDBERG, Carter. *As reformas na Europa*. Tradução: Luís H. Dreher e Luís M. Sander. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

LIVRO DE CONCÓRDIA: As Confissões da Igreja Evangélica Luterana. Trad. Arnaldo Schüler. Porto Alegre / São Leopoldo: Concórdia Editora; Editora Sinodal, 1983.

NORA, Pierre. *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Traducido por Laura Masello. Montevideo: Ed. Trilce, 2008.

PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil. Das comunidades teuto- evangélicas até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. Tradução: Ilson Kayser. São Leopoldo: Editora Sinodal, 2001.

REHFELDT, Mário. *Um grão de mostarda. A história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Volume 1*. Tradução: Dieter Jagnow. Porto Alegre: Concórdia Editora, 2003.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. *Tessituras*, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

STEYER, Walter. *Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o luteranismo. A fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio-Grandense 1900-1904*. Porto Alegre: Editora Singularart, 1999.

TEICHMANN, Eliseu. *Imigração e Igreja: As comunidades-livres no contexto da estruturação do luteranismo no Rio Grande do Sul*. (EST - São Leopoldo, 1996. Dissertação de mestrado).

Os “inimigos da revelação”: conflitos religiosos, imprensa antiespírita e entraves no estabelecimento do Espiritismo em Alagoas.

Vanessa Elisa da Silva Correia¹

O Espiritismo começou a ser disseminado em Alagoas no fim do século XIX e, de forma lenta, conseguiu estabelecer uma rede de instituições religiosas, que em meados do século XX eram referência a nível nacional. Os discursos analisados em reuniões e na imprensa escrita afirmavam o pesado fardo inicial de lidar com os chamados “inimigos da revelação”, ou seja, aqueles que se levantavam contra o estabelecimento da doutrina espírita em Alagoas e eram entraves no processo de disseminação da prática espírita. Além do código Penal de 1890, que proibia a prática do Espiritismo, mas aparentemente não era tão efetivo em Alagoas, existiam adversários que dificultariam o desenvolvimento e, em diversos momentos, alcançaram o enfraquecimento da militância e a descontinuidade das atividades nas instituições.

Nossa hipótese, inicialmente, se baseou na informação dos próprios espíritas sobre o arrefecimento de suas atividades nos primeiros anos do século XX motivado pelos diversos ataques sofridos. Neste trabalho, parte da pesquisa de dissertação em andamento, tentaremos compreender em que aspectos se dariam os conflitos, quais espaços seriam utilizados e de que forma o espiritismo seria afetado e se defenderia diante das campanhas de deslegitimação de desestruturação. Para isso, recorreremos à análise de Atas de reuniões, jornais protestantes, católicos e espíritas. Afinal, se não o Estado, com seu ordenamento jurídico e repressivo, quem eram os combatentes das práticas espíritas no estado de Alagoas e quais as estratégias utilizadas? Que obstáculos a nova religião encontrou para sua organização e difusão em Maceió e nos interiores do estado? Para compreender essas questões, traremos algumas disputas recorrentes no campo religioso² alagoano.

Espiritismo e Protestantismo tinham poucas afinidades entre si. Possuíam diferentes visões sobre interpretações bíblicas, rituais, até mesmo comportamentais, pois, ao menos teoricamente, o Espiritismo se apresentava com discursos mais progressistas do que a maioria das religiões cristãs. Porém, uma afinidade deve ser destacada, pois impactou diretamente no estabelecimento de ambos: o catolicismo era um adversário comum. Embora poucas igrejas

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

² Utilizaremos aqui campo no sentido apresentado por Bourdieu (1989), entendendo como um espaço simbólico de lutas e disputas de poder.

protestantes tenham sido instaladas em Alagoas durante o recorte que abrange essa pesquisa, percebemos que, bem distante de se unirem para defesa de ataques católicos, propagandistas protestantes e espíritas utilizavam seus jornais ou o espaço conquistado na imprensa geral para disputa de adeptos e tentativa de enfraquecimento do outro.

Comumente atacados “em bloco”, espíritas e protestantes, geralmente acompanhados também pelos maçons, eram acusados pelos católicos de serem satânicos, incoerentes ou de utilizarem de má fé para afastar os fiéis do caminho considerado correto. Afirmamos que as investidas enquadram um bloco porque é comum que todas as doutrinas chamadas de “acatólicas” fossem colocadas num mesmo grupo a ser deslegitimado. As comparações também surgem numa escala de quais segmentos desse heterogêneo grupo se aproximavam mais do diabólico. Assim, Cônego Machado, no Gutenberg, em 1907, afirma que em sua visão, o Espiritismo é “mil vezes pior do que o Protestantismo”³. Essas eram reunidas não com base em suas crenças, mas com o ponto comum de serem consideradas heréticas, como indica a nota que segue:

Sendo notório que um professor é herege, um espiritista propagandista dessas bugiarias espiríticas, e que abusa de sua posição para ensinar essa doutrina às crianças, em face da consciência nenhum cristão católico poderá mandar à tal escola seus filhos; nem podem ser absolvidos no confessionário os pais e mães que mandem seus filhos a escolas ímpias e heréticas, por tais erros. (...) quem assina um mau jornal é conivente com ele em todo o mal que faz; concorre diretamente com seu dinheiro para a propaganda de peste herética seja protestantismo, seja espiritismo, ou a heresia que for. (...)⁴

A matéria acima foi retirada do Jornal *A Fé Christã*, publicado na cidade de Penedo, interior de Alagoas. Irinéia Franco (2019), em sua pesquisa sobre esse periódico e a imprensa católica na Primeira República, aponta que eram constantes os ataques ao Protestantismo por meio da utilização das diferenças dogmáticas, além de artifícios como a associação entre Protestantismo e religiões afro-brasileiras, num reforço da demonização das duas tradições. Segundo a autora, a imprensa católica em Alagoas fez parte “da elaboração e da defesa de um projeto de nação e atuou para a manutenção da hegemonia do catolicismo no estado” (2019, p. 50), além de enfatizar que os textos publicados no jornal estariam alinhados com a identidade ultramontana do período.

³ Gutenberg, Maceió. 10 dez. 1907, *Idéias Alheias*, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 jan. 2020.

⁴ *A Fé Christã*, Penedo, 23 mar. 1907, p. 2. As escolas e os jornais anticatólicos. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 10 fev. 2020.

Já no jornal *O Semeador* reforçava a necessidade de manter a comunicação com os fiéis, abrindo um caminho para falar sobre temas que prejudicariam a real adesão aos ensinamentos. Um dos direcionamentos que podem ser destacados nesse sentido foi publicado em 1916, onde foi pedido que os sacerdotes ensinassem a importância das rezas e que aproveitassem momentos para pregações oportunas sobre temas como “a prática da fé, a vida cristã, os deveres cristãos para os homens e as mulheres, a educação cristã, o mau exemplo, o escândalo, o respeito humano, o jogo, a embriaguez, o protestantismo, o espiritismo, etc.”⁵.

Conforme nos indica César Gomes (2020), existe uma concentração de estudos com relação ao catolicismo, que pode ser explicado tanto pela facilidade no acesso aos documentos eclesiásticos, quanto pelo esforço católico de criar uma memória apologética da instituição. Porém, ainda segundo o autor, apesar dos avanços historiográficos que se voltam, nos últimos doze anos, a outras expressões religiosas, “a área de estudo sobre o protestantismo em Alagoas continuou marcada por certos silêncios historiográficos” (GOMES, 2020, p. 318). Sabemos, a partir do levantamento preliminar feito por Gomes, que são raras as obras que versam sobre o tema, e que muito do que ficou registrado encontra-se em livros confessionais, ou seja, em obras que registram as ações protestantes e escritas por seus membros visando a memória institucional.

César Gomes realizou, ainda, o mapeamento de passagens de líderes evangélicos por Alagoas, trabalhos missionários e fundação das primeiras igrejas acatólicas, indicando a presença de protestantes de duas denominações na segunda metade do século XIX e com maior desenvolvimento nas primeiras décadas do século XX. A Primeira Igreja Batista de Maceió teria sido fundada em 1885, seguida pela Primeira Igreja Batista de Rio Largo, em 1886 (GOMES, 2020, p. 325). Segundo Sávio Almeida (2019), Pão de Açúcar teria a primeira Igreja Presbiteriana em Alagoas e, em 1891, já teria um culto regular. Sua fundação teria sido em 1887, mesmo período da fundação da mesma igreja em Maceió. (ALMEIDA, 2019, p. 40)

No jornal *A Fé Cristã*, em 18 de janeiro de 1902, encontramos indícios sobre a ampla utilização da propaganda impressa protestante, tal qual os espíritas o faziam, como estratégia para divulgação de ideias e disputa de fiéis. A instituição a que a nota se referiu, fundada na cidade de Penedo/AL, tratava-se da Igreja Batista.

A imprensa é o grande meio de que ele (o protestantismo) lança mão para sua infernal propaganda. Por toda a parte ele espalha os seus folhetos, os seus livros e os seus jornais. Todas as cidades e quase todas as vilas e

⁵ O Semeador, Maceió, 13 set. 1916, Governo do Bispado, p.2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 jan. 2020.

povoações estão infestadas desses verdadeiros micróbios morais, que vão viciando e carcomendo o organismo religioso do país. Aqui, no Penedo, já fizeram acampamento os filhos do apóstata Lutero, o fundador da tal seita. Mas confiamos, não tardarão a levantá-lo, pois o Catolicismo tem raízes profundas no coração dos penedenses.⁶

De forma diversa das disputas travadas entre católicos e espíritas, contra os protestantes o conflito seria elevado a outros níveis. Como indica Gomes (2020), em Pernambuco e Alagoas foram encontrados relatos de perseguições e violências físicas, além das verbais, contra protestantes, desencadeadas por membros da Igreja Católica através da imprensa local. Os relatos vão desde casos de depredação, invasão de residências onde ocorreriam os cultos, campanhas de desmoralização, difamatórias, e até mesmo a possível realização de linchamentos (2020, p. 327).

O Jornal Batista, publicado no Rio de Janeiro a partir de 1901, se tornou o órgão oficial da Convenção Batista Brasileira em 1909, “com o propósito de servir, instruir e divulgar as ações dos batistas brasileiros, além de defender a causa da denominação”⁷. Nele, encontramos publicações que contradiziam os ensinamentos doutrinários espíritas, além de polêmicas e indicações de conflitos ocorridos na capital alagoana. Em maio de 1901 foi noticiado que o Pastor Hamilton, de Maceió, estaria “a braços com os insolentes espiritistas dessa cidade”, e, devido ao conflito, publicara um folheto de 21 páginas de nome “Três palavras acerca do Espiritismo”, no qual “magistralmente destrói os erros desse infernal sistema que vai lançando a sua influência mortífera à população daquele estado”.⁸

Ainda em 1901, com o título de *O Espiritismo à barra do Evangelho*, o mesmo pastor noticiado no conflito acima, J. E. Hamilton, escreveu entre os meses de maio e junho, denunciando o grande movimento de espíritas na cidade. Tratando sobre a visão bíblica da reencarnação, o pastor afirmava que, por ser uma crença dos pagãos, entre os povos que não eram supersticiosos a reencarnação não teria crédito, mas que “em Maceió, esta é uma das principais doutrinas dos espiritistas.”⁹

Analisando a importância da imprensa como meio de divulgação de ideias religiosas, percebemos que, além disso, se apresentava como um campo de disputas, onde os jornais

⁶ A Fé Christã, Penedo, 18 jan. 1902, p. 2. A fé Cristã I. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 07 fev. 2021.

⁷ Informação constante no site da Convenção Batista Brasileira. Disponível em: <http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/index.php> Acesso em 08 fev. 2021.

⁸ O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 10 mai. 1901, Echos da Campanha, p. 4. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/> Acesso em 06 nov. 2020

⁹ O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 20 mai. 1901, O espiritismo à barra do evangelho, p. 3. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/> Acesso em 06 nov. 2020

acusavam-se mutuamente e criticavam as visões de mundo destoantes. Numa das polêmicas publicadas na imprensa religiosa, o jornal *O Espírita Alagoano* foi citado, demonstrando o grande alcance na circulação dos periódicos, pois as réplicas e tréplicas se deram em jornais produzidos nos estados de Alagoas e Rio de Janeiro. No artigo intitulado A excelência do Espiritismo, sem assinatura do autor, foi colocado em questão o discurso espírita de superioridade doutrinária.

Os arautos do espiritismo não se cansam de propalar a sua doutrina como sendo a mais excelsa, a mais universal, a mais liberal, etc. Agora mesmo encontramos no *Espírita Alagoano* de 1 do corrente um artigo de um fervoroso, no qual se diz que todas as religiões, “embora por diferentes caminhos, buscam o ser infinito”. No fim do artigo termina mimoseando todas as igrejas com o apelido de orgulhosas, fátuas, etc, etc. Ora, isso é uma verdadeira incoerência. Se todas as religiões buscam o mesmo Ser Infinito, e finalmente chegarão a Ele, para que essa propaganda do espiritismo e a que vem esses apelidos que são botados a tudo que não seja espiritismo?¹⁰

Sob o mesmo título, nos meses de abril, junho e agosto, as publicações tiveram continuidade, com refutações do jornal *O Espírita Alagoano*. Esse embate não se diferenciava tanto das disputas entre católicos e espíritas, mas deixava claro que não existia a possibilidade da aliança de grupos cristãos menores no combate à hegemonia católica. Ao invés disso, havia a supervalorização de suas diferenças, disputa pelos fiéis, o apontamento de discursos divergentes. Eram conflitos no campo religioso que, grosso modo, se dividiriam entre os de maior amplitude (católicos x doutrinas menores), e as de grupos minoritários batalhando entre si.

O Jornal Batista citou *O Espírita Alagoano* em outros momentos, com destaque para a publicação de 30 de abril de 1903, quando usou o espaço para falar sobre os oferecimentos de curas através do Espiritismo. Chegaram a afirmar que seriam acidentais, mas que não se confundiam as obras de cura do Espírito Santo com o “espírito da Besta”, associando os fenômenos espíritas a ações diabólicas. Assim, o discurso apontava que não havia negativa sobre a possibilidade das curas, mas o problema seria o agente responsável por esses efeitos.

Creemos que os apóstolos fizeram na porta do templo chamada Formosa, um homem paralítico de nascença começar a andar, em virtude no nome de Jesus Cristo; e creemos também “no poder” acidental “de curar dos médiuns” obrado em virtude da malícia de algum dos espíritos que fazem tão grandes sinais e prodígios para enganar, se fora possível até os próprios escolhidos. (...) Há aparência de poder nestes dois Espíritos agentes; porém, é

¹⁰ O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 20 de abr. 1903, O que vai por ahi - A excelência do espiritismo. p. 6. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/> Acesso em 06 nov. 2020

irreconciliável a desarmonia na prática, nas intenções e nos fins. Enquanto pela virtude de Jesus um doente é curado, pela malignidade do Diabo levanta-se o espírito da Besta, fazendo prodígios para enganar os homens e melhor embrulhá-los no horror do pecado!¹¹

Nas diversas menções feitas ao jornal *O Espírita Alagoano*, o periódico batista nos auxiliou em uma lacuna: a ausência de exemplares dos periódicos espíritas para consulta referente ao recorte escolhido. São em número baixíssimo as edições a que temos acesso e que estão disponíveis para pesquisadores. Assim, as críticas levantadas pelos batistas e que levavam em consideração as matérias publicadas nesse jornal são de grande valia. Através da apreciação sobre as matérias, sempre opiniões deslegitimadoras e juízo de valor sobre experiências da religião do outro, foi possível detectar parte da produção da imprensa espírita e de suas vivências. Um exemplo dessa dinâmica seria o “caso extravagante” ocorrido em Maceió sobre a notícia da materialização de um espírito¹², publicado no jornal *O Espírita Alagoano*, em edição não acessível para consulta, e evidenciado justamente pela crítica relacionada. O fenômeno não fora mencionado nos demais jornais locais. Ao colocar o caso em destaque, ainda que para afirmar ser demoníaco, *O Jornal Batista* tirou o véu de parte da experiência espírita que ainda não conhecemos.

A expansão protestante em Alagoas foi considerável, e, apesar de destacarmos aqui sem a pretensão de aprofundar a questão, entendemos que esse desenvolvimento foi resultado, também, do impacto da recém proclamada liberdade religiosa. Livre de criminalizações, como não era o caso das religiões mediúnicas, o Protestantismo, apesar dos conflitos religiosos que a disputa de campo impunha, contaria com o ambiente social e político favoráveis à sua disseminação e crescimento. Como ponto negativo, enfrentaria a concorrência das novas expressões religiosas que também emergiam no período, gozando da separação entre Estado e Igreja para se fortalecerem, como o próprio Espiritismo.

Peter L. Berger (1985) nos auxilia neste debate ao explicar a relação entre pluralismo e secularização, sendo esta última a causadora do fim dos monopólios das tradições religiosas, o que, por sua vez, desencadeava o pluralismo. Porém, o pluralismo, para Berger, não se limitava à competição entre religiões, mas também com “rivais não-religiosos na tarefa de definir o mundo” (1985, p. 149), sendo exemplo de rivais os movimentos ideológicos, nacionalistas ou de valores modernos. O autor explica, ainda, que, se antes a tradição religiosa

¹¹ O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 30 abr. 1903, O Espiritismo na Bíblia. p. 4. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/> Acesso em 06 nov. 2020

¹² O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 10 out. 1903, Editoriais, p. 5. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/> Acesso em 06 nov. 2020

(no caso de nossa análise, o catolicismo) poderia ser imposta, agora deve ser “*colocada no mercado*. Ela tem que ser “vendida” para uma clientela que não está mais obrigada a “comprar”. Assim, a situação pluralista é, acima de tudo, uma *situação de mercado*.” (1985, p. 149).

Nos próximos parágrafos tentaremos apontar de que maneira estratégias combativas foram trabalhadas nos periódicos católicos, mas não esquecendo que vários espíritas não se afastariam do Catolicismo, ainda que os conflitos fossem constantes e largamente divulgados. Entendemos que há inúmeros motivos para que esse vínculo não fosse rompido, desde a tradição, o costume, o medo do julgamento da sociedade da época, a própria fé, ou, ainda, a incompreensão das contradições entre as diferentes visões de mundo. Não é possível analisar as motivações pessoais desses sujeitos que possuíam vivência religiosa dupla, tripla ou múltipla, mas é importante ressaltar esse aspecto, por entendermos que as experiências e crenças religiosas podem ser complexas e nem sempre coincidirem com o que é estereotipado e esperado dos adeptos de determinadas crenças.

Diante da pluralidade, Ubiratan Machado ressaltou como característica do século XIX a permanência dos católicos na Igreja por prestígio social e passatempo, sendo a igreja e o teatro frequentados com a mesma finalidade: “por desfastio, pela beleza do espetáculo, pelas possibilidades de conversa e de namoro” (MACHADO, 1996, p. 28). Ainda segundo a interpretação do autor, havia a religiosidade oficial do indivíduo em sociedade, para ser mostrada, e outra religiosidade que ficava oculta a comportamento domésticos. A análise trata do século XIX e não seria diferente no século XX. Alagoas, nesse sentido, também conheceu novas (ou antigas) ideias e expandiu suas possibilidades religiosas, contando sempre com a resistência católica.

Conforme Artur Isaia (2001), os espíritas não eram considerados pela Igreja somente pecadores, mas sim hereges, que, segundo o direito canônico, demandavam punição exemplar. “Não importava que as leis do Estado amparassem, segundo o princípio da igualdade de credos, a profissão de fé espírita”, os espíritas tinham que ser denunciados às autoridades eclesiásticas para as devidas penas: excomunhão, proibição de se tornarem padrinhos em batizados e crismas, impedimento em receber sacramentos sem abjurar o Espiritismo previamente, negação de direito a ofícios fúnebres e privação da sepultura eclesiástica (ISAIA, 2001, p. 72).

A partir das reflexões apresentadas, tentaremos analisar as polêmicas e conflitos entre católicos e espíritas, através de dois jornais católicos de referência no estado de Alagoas: *A Fé Christã* e *O Semeador*. Era frequente a utilização da imprensa na defesa de dogmas e

hegemonia católica e, para isso, tomavam o papel de denunciar as possíveis falhas das demais religiões emergentes e dos detalhes que consideravam como “demoníacos” e perigosos, lançando-se como os “guardiões da fé” para impedir uma iminente evasão de fiéis. Em resumo, e retomando a ideia de mercado religioso de Berger (1985), entende-se que o Catolicismo presenciava a abertura de outras possibilidades no campo religioso, como protestantismo e espiritismo, e tentava manter sua influência predominante.

Segundo Irineia Franco dos Santos (2019), a partir de 1850, tanto nos interiores quanto na capital, houve a publicação de folhas dirigidas ou produzidas por vigários e sacerdotes, mas somente a partir de 1870, a participação do clero deixou de ser pontual, para que começassem a surgir jornais inteiramente voltados a assuntos católicos. Sua circulação evidenciava a existência de uma rede de relações e seria grande o fluxo de informações e exemplares que circulava entre os estados. A autora identifica que “os discursos elaborados pela imprensa católica, nas primeiras décadas do século XX, vão ao encontro de uma suposta identidade católica “única” (totalizante) como amálgama da brasilidade e alagoanidade”, tudo isso englobado por um “projeto nacional maior” (SANTOS, 2019, p. 86-87).

Com relação ao espiritismo, a imprensa católica utilizava quatro métodos mais evidentes de combate: (a) confronto de dogmas, quando denunciava as contradições dos ensinamentos bíblicos e espíritas; (b) deslegitimação, ao enfatizar que o espiritismo seria fraudulento, além da utilização de piadas, sátiras, no intuito de ridicularizar o espírita; (c) tentativa de isolamento, onde seriam proibidos aos cristãos ações como a leitura de obras de cunho espíritas, além do impedimento de participação em sessões, cerceando a possível convivência e acesso às ideias da doutrina de Kardec e, por fim, (d) a propagação do medo, pois assumia o papel de demonizar as comunicações com espíritos, associando mediunidades a doenças mentais, assassinatos, crimes violentos e roubos.

A Fé Christã, é o jornal que melhor exemplifica a militância antiespírita, e contempla todos os pontos de ataque elencados anteriormente. Entre os vestígios que os jornais católicos nos deixaram e que contribuem bastante para a investigação da história do Espiritismo em Alagoas, aparecem em demasia as proibições, que evidenciam as práticas que incomodavam, além das publicações que não deveriam ser lidas.

Saibam pois todos, que essa folha (Prática da Vida) é espírita, redigida por espíritistas, sem outro fim que propagar a diabólica feitiçaria do espiritismo. (...) os católicos não podem auxiliá-la de forma alguma, devem antes

combatê-la. Pedimos à imprensa católica o favor de publicar este aviso a bem da salvação das almas.¹³

Foram localizados ataques contra o espiritismo em todos os anos de funcionamento do jornal *A Fé Christã*, publicações que variavam em tom e estratégia. Se, em 1902 e 1903, apareciam notas mais amenas sobre conversões, comemoração por indivíduos que abandonaram a doutrina, em 1904 já se intensificavam as notas mais agressivas, enfatizando casos violentos. Talvez a mudança de tom fosse um reflexo do crescimento no número de centros e adeptos, o que seria preocupante e indicativo do quanto o Espiritismo se tornava um concorrente real. Uma dessas publicações, com o título de “Fanatismo e sangue” relata a história de uma adolescente fluminense de 17 anos, que realizaria sessões espíritas em sua residência, e, sob a influência de espíritos, teria sido mentora de dois assassinatos¹⁴. Buscando respaldo em líderes religiosos, mas também em médicos, cientistas e intelectuais de diversas áreas, *A Fé Christã* realizava, uma forte campanha de propagação do medo, atribuindo às sessões mediúnicas a culpa de acessos de loucura, suicídios, e toda a sorte de tragédias, utilizando como fundamento livros e notícias nacionais e estrangeiras.

Sobre casos de loucura e a busca de confirmações científicas para provocar o distanciamento das reuniões mediúnicas, encontramos notas esparsas e frequentes como: "Em sua obra *Espiritismo e Loucura* afirma o Dr. Torre, que em 1887 existiam nos manicômios da América do Norte 7.500 alienados, que tinham perdido o uso da razão por causa dos absurdos do espiritismo."¹⁵. Essa estratégia utiliza argumentos científicos para contrapor a ideia de ciência propagada pela própria doutrina espírita. Se, por um lado, o Espiritismo se utilizava de discursos científicos para se estabelecer, nada mais coerente que a Igreja católica buscar no mesmo espaço científico o respaldo para afirmar justamente o oposto. Da mesma forma, se o espiritismo se propunha a realizar curas, o catolicismo anunciava doenças provocadas, pondo em dúvida o discurso utilizado.

Com relação às proibições, *A Fé Christã* emprega discursos que reivindicavam a continuidade de sua autoridade historicamente constituída, o que passava, também, por ter sua visão de mundo sobreposta a outras, suas interpretações e crenças como referência e verdades

¹³ *A Fé Christã*, Penedo, 22 jul. 1905, Atenção, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 jan. 2020.

¹⁴ *A Fé Christã*, Penedo, 25 jun. 1904, p. 2. Fanatismo e Sangue. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 jan. 2020

¹⁵ *A Fé Christã*, 5 nov. 1904, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 jan. 2020

inquestionáveis. Em tom de denúncia, o jornal colocava em xeque um dos pontos mais conflitantes entre as duas religiões: a divindade de Cristo¹⁶.

Como órgão do catolicismo, cumpre-nos declarar peremptoriamente que os católicos não podem assistir a sessões espiritísticas e, muito menos, tomar parte nelas, nem ler livros ou jornais espiritísticos, nem consultar a pessoas que tratem de moléstias por meio do espiritismo. O Espiritismo é uma seita condenada pela Igreja Católica, em razão dos perigos que encerra e dos erros que ensina contra os seus dogmas: para nenhum cristão admiti-lo, basta saber que os sectários do espiritismo negam a divindade de N. Senhor Jesus Cristo. Acautelem-se, pois, os fiéis católicos.¹⁷

É importante ressaltar que, ainda que os espíritas tenham deixado de fazer propaganda direta de suas curas, devido à criminalização do Código Penal de 1890, ficava patente a continuidade das práticas curativas em reclamações como a nota acima. Entre as proibições citadas, está a de realizar consultas com pessoas que tratassem de moléstias utilizando o Espiritismo. Assim, a ação de proibir seria direcionada a acontecimentos recorrentes e conhecidos pela comunidade leitora do jornal, ou seja, os tratamentos existiam e era necessário um aviso das lideranças católicas para tentar afastar o rebanho dessas ações. As questões raciais também apareciam e, conforme Irineia Santos (2019), a perseguição às religiões afro-brasileiras em Alagoas, não se daria unicamente na retórica da demonização. A autora relata que “a maior parte da imprensa alagoana, seguia a tendência de denunciar a existência das religiões afro-indígenas no estado, como crimes de charlatanismo, para que pudessem ser enquadradas no código penal de 1890” (2019, p. 171).

Diz o Eco do Sul, do Rio Grande, que numa sessão espírita realizada em casa de uma tal Finoca houve medonho charivari ocasionado pelos espíritos maus, pegando-se à unha as pretas Maria Augusta e Marcolina de Tal, vítimas dos ferozes espíritos, que as fizeram espatifar as vestes. A verdadeira religião de Jesus Cristo (como se diz o espiritismo) sacerdotizada (sic) por pretas minas e produzindo indecências nos atos que eles chamam de culto!! É que a estupidez tem também graduações.¹⁸

¹⁶ Para os espíritas, seria Jesus um espírito evoluído, encarnado para auxiliar o progresso da humanidade. Não se admite na doutrina espírita que Jesus seja o único filho de Deus, nem tampouco sua ressurreição, já que a ideia de ressurreição é oposta à ideia de reencarnação. Ver mais em CAMPETTI SOBRINHO, Geraldo (org.). O Espiritismo de A a Z - Dicionário de termos. Rio de Janeiro: FEB, 2010.

¹⁷ A Fé Christã, 10 dez. 1904, Precatem-se, p. 4. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 02 ago. 2019.

¹⁸ A Fé Christã, 15 jul. 1905, Várias, p.3. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 02 ago. 2019.

Na matéria apresentada, pode ser percebido a intencionalidade de deslegitimação religiosa com um importante marcador racial e social. Ao indicar a figura de “pretas mina”¹⁹, em referência a mulheres africanas na condução de determinada sessão mediúnica atribuída ao Espiritismo, era demonstrada, além da discriminação evidente, a tentativa de afastar o homem-branco-rico-católico da curiosidade de participar das sessões. Assim como na notícia das supostas sacerdotisas violentas, as crenças espíritas e afro-brasileiras surgiam por meio de contos excêntricos, piadas e relatos grotescos. Entende-se que a disputa religiosa simbólica também pode passar por esse caminho, de escarnecer, colocando o outro num papel extravagante e jocoso, indicando que não seria uma religião coerente. Como mais um exemplo desse tipo de publicação, segue a notícia com o nome de “Espiritadas”, termo que já indicava a noção de trapalhada:

Há uns quatro anos morreu em Portugal uma velha, que em seu testamento deixou todos os seus bens a seu galo. O motivo deste testamento singular foi o seguinte: tendo falecido o marido desta mulher, foi ela perguntar aos espiritistas onde estava a alma do defunto. A resposta foi que ela entrara no galo que a mulher possuía. Firmemente convencida da verdade do oráculo espírico, mandou a boa da mulher fazer um belo galinheiro e escolhia com cuidado os grãos que todo dia levava ao galo. Tinha uma raiva secreta das galinhas e, de ciúme, matava às vezes algumas delas. Afinal, antes de morrer instituiu o galo seu herdeiro universal. Mas os parentes reclamaram contra este testamento e o juiz decidiu que o mesmo era nulo, por ser evidentemente um ato de loucura.²⁰

Todas as estratégias utilizadas eram ataques que, não capazes de destruir por completo a organização religiosa, certamente contribuíram para seu enfraquecimento, além de influenciar diretamente na construção de estereótipos que permaneceram durante muito tempo em diferentes classes sociais, com reflexos que reforçavam comportamentos de exclusão e violência. Conforme o espírita Hugo Jobim revelaria em 1908, “ninguém queria ser o juguete das zombarias do povo; ninguém se animava a investigar os fenômenos (espíritas), a perscrutar os fatos, porque lá estava no alto do púlpito ou em cada quina, o filósofo de truz, o crítico de fancaria (...)”²¹.

¹⁹ O termo genérico “mina” se refere a africanos procedentes da costa ocidental da África, à época chamado de Costa da Mina. Também poderiam aparecer em subgrupos, como mina-nagô, mina-jêje, mina-calabar, entre outros. Ver mais em: FARIAS, Juliana Barreto. “Diz a preta mina...”: cores e categorias sociais nos processos de divórcio abertos por africanas ocidentais, Rio de Janeiro, século XIX. In: Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 470-483, set-dez. 2018. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/32764>

²⁰ A Fé Christã, Penedo, 11 nov. 1905, Espiritadas, p.2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 25 de janeiro de 2020.

²¹ Revista Lumen, Maceió, out. 1908, p. 2, O Espiritismo no estado. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 13 set. 2020

Já a associação das doenças mentais ligadas às sessões espíritas e à mediunidade é uma das mais recorrentes afirmações encontradas nas publicações católicas, como a que segue: “Segundo declarou o diretor do Hospício Nacional de Alienados da capital federal, orçam por 600 o número de loucos que dão entrada naquele estabelecimento cada ano; e desses 600 a maioria é vítima do espiritismo ou do alcoolismo”²². A notícia faz parte de uma série de reportagens, nacionais e internacionais que vinculavam o espiritismo à ideia de desenvolvimento da loucura.

O discurso acima não é exclusivo de jornais religiosos. O Espiritismo foi associado ao desenvolvimento de problemas mentais desde sua criação. Ou, se considerarmos as doutrinas espiritualistas predecessoras, essa associação entre patologia e possibilidade de comunicação entre vivos e mortos pode ser estendida a inúmeras outras religiões. Não seria novidade, portanto, que o discurso sobre loucura fosse adotado, adaptado e amplamente disseminado ao longo do desenvolvimento da doutrina no Brasil. Objeto de estudos médicos, a mediunidade, principalmente nas mulheres, despertou uma série de questionamentos e afirmações que foram utilizados como um argumento para afastar os fiéis da curiosidade sobre fenômenos mediúnicos.

Magali Engel (2018), em sua pesquisa sobre psiquiatria e feminilidade, percorre o caminho da psiquiatria no Brasil, desde a criação do Hospício de Pedro II, criado no Rio de Janeiro e inaugurado em 1852, e ressalta a importância dada às doenças mentais como objeto exclusivo do saber especializado. Para esse desenvolvimento, foi essencial a inclusão da cadeira de Clínica Psiquiátrica nos cursos das Faculdades de Medicina do Império, em 1879, o que “criou as condições para que a psiquiatria surgisse oficialmente no Brasil como um campo do conhecimento médico especializado e autônomo” (ENGEL, 2018, p. 322). Ainda segundo a autora, as primeiras décadas da República foram o período em que esse campo do saber se consolidou e alcançou sua legitimidade, sendo profundamente influenciado pela medicina mental europeia, principalmente a francesa. Essa alteração na forma de tratar a doença mental incluía as determinações do que seria a doença mental, que intervenções poderiam ser feitas e categorizava os comportamentos aceitáveis como normais ou anormais de acordo com o grupo de especialistas.

Segundo o historiador André Cunha (2019), em sua pesquisa sobre o anticatolicismo espírita entre os anos de 1933-1935, percebe que o Catolicismo usou bases argumentativas diferentes ao longo de diferentes momentos da Igreja. Para o autor “a ênfase na demonização,

²² A Fé Christã, Penedo, 10 mar. 1906, Várias, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 02 dez. 2020

com a atuação direta do demônio nas reuniões espíritas, foi sendo abandonada em substituição à “patologização”, dos médiuns” (2019, p. 132), o que demandaria a utilização de discursos médico-psiquiátricos. Como contra-ataque, Cunha demonstra que os espíritas apresentaram estratégias discursivas semelhantes às católicas, e afirma que “eles responderam buscando desqualificar o Catolicismo como religião e criminalizá-lo do ponto de vista teológico” (2019, p. 138), se apropriando de parte do arsenal discursivo que o próprio Catolicismo utilizou contra os espíritas.

Então, com a medicina especializada, a loucura era objeto inúmeras autoridades científicas, que declaravam a conexão entre práticas mediúnicas e o desenvolvimento de patologias. O discurso médico adotado e os impactos da medicalização da loucura nas populações de terreiro ou espíritas alagoanas ainda é algo que precisa ser investigado com mais profundidade. Para este trabalho cabe a indicação desse argumento como mais um dos métodos de enfrentamento na disputa em questão e que, seja ele um pressuposto válido ou não, é uma das mais recorrentes alegações utilizadas pelo Catolicismo em oposição ao Espiritismo.

Conforme tentamos exemplificar, a imprensa possuiu papel fundamental para os opositores da doutrina espírita. Apresentamos jornais protestantes e católicos, mas não somente os periódicos religiosos foram responsáveis pela resistência ao estabelecimento do Espiritismo. A imprensa não religiosa possuía um duplo papel, às vezes de propaganda, às vezes de oposição. Poderia parecer uma tentativa de “neutralidade”, se não ressaltasse o quanto somente determinadas religiões tinham espaço nos jornais e a forma de abordagem com que jornalistas tratavam os sujeitos adeptos das diversas crenças. Se em quase nenhum aspecto eram levantadas questões sobre o catolicismo hegemônico, havia uma gradação de tratamentos com as outras religiões, de acordo com a aceitação delas nas elites alagoanas. O espiritismo gozava de certo prestígio por ter entre seus agentes, pessoas influentes e, enquanto isso, outras religiões mediúnicas, mas essencialmente populares ou negras, não contavam com espaço oficial de disseminação de suas ideias, e apareciam, grosso modo, em notas policiais ou sob críticas vorazes.

Dessa forma, os jornais ajudariam a reforçar estereótipos, elevar religiões, afastar ideias ou reforçá-las, de acordo com o que fosse conveniente. O papel dos meios de comunicação era, tal qual na atualidade, a defesa de ideias hegemônicas, de acordo com o interesse de determinadas classes, que elaboravam o que seria consumido - e replicado - pelos indivíduos (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Nada disso era permeado pela neutralidade ou ingenuidade, mas pela manutenção de interesses. Afinal, o acesso à palavra escrita numa

cidade onde a população era majoritariamente analfabeta é bastante restrito e geralmente direcionado às classes mais altas.

Mas, afinal de contas, todas as táticas utilizadas realmente interferiram no funcionamento das casas espíritas em Alagoas? A memória do Espiritismo diz que sim. Há relatos de que houve um arrefecimento das atividades no início do século XX, fruto justamente dos conflitos com os opositores: católicos, protestantes, e alguns que não necessariamente seriam lideranças religiosas, mas que utilizavam de seus lugares para fazer as críticas e tentar deslegitimar o movimento. No decorrer da pesquisa, percebemos que esse hiato nas atividades se refere ao fechamento de centros regulamentados, mas há evidências de que houve a continuidade do movimento e a existência sessões domésticas no período em que as maiores instituições do estado não estariam em funcionamento.

Não podemos afirmar que, em Alagoas, o Código Penal tenha interferido de forma efetiva no fazer-se espírita, pois, ao que a documentação indica, não houve punição pela prática, ainda que criminalizada. Porém, a existência do Código pode ter alterado o formato de divulgações, pois percebemos que as práticas não seriam tão publicizadas, cabendo a nós, pesquisadores, a leitura das entrelinhas para perceber o lugar e o formato das reuniões e que, sim, as práticas curativas espíritas aconteciam sem intervenção policial ou jurídica. Pode ser que a discricção tenha sido um artifício usado como subterfúgio. Não se encontra, por exemplo, após a publicação do Código, algum espírita proclamando suas curas através do magnetismo, mas encontramos lideranças católicas se opondo a essas práticas nos jornais religiosos. São esses rastros que foram seguidos na tentativa de entender os contornos específicos do Espiritismo alagoano. Sabemos que muito ainda falta ser pesquisado em relação ao Espiritismo em Alagoas, mas ansiamos que o esforço inicial empenhado aqui seja o primeiro passo para que novas investigações sejam feitas, nos apresentando novas análises, novas fontes, explicações para as inúmeras lacunas que, inevitavelmente, atravessam toda a nossa pesquisa.

Fontes

As escolas e os jornais anticatólicos. A Fé Christã, Penedo, 23 de março de 1907. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A fé Cristã I. A Fé Christã, Penedo, 18 de janeiro de 1902. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Atenção. A Fé Christã, Penedo, 22 de julho de 1905. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Echos da Campanha. O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1901. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/>

Editoriais. O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1903. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/>

Espiritadas, A Fé Christã, Penedo, 11 de novembro de 1905. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Fanatismo e Sangue. A Fé Christã, Penedo, 25 de junho de 1904. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Governo do Bispado. O Semeador, Maceió, 13 de setembro de 1916. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Idéias Alheias. Gutenberg, Maceió. 10 de dezembro de 1907. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O espiritismo à barra do evangelho. O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1901. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/>

O Espiritismo na Bíblia. O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 30 de abril de 1903. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/>

O Espiritismo no estado. Revista Lumen, Maceió, outubro de 1908. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O que vai por ahi - A excelência do espiritismo. O Jornal Batista, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1903. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/>

Precatem-se. A Fé Christã, 10 de dezembro de 1904. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Várias. A Fé Christã, 5 de novembro de 1904. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Várias. A Fé Christã, 15 de julho de 1905. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Várias. A Fé Christã, Penedo, 10 de março de 1906. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Achegas sobre movimentos e ideias em Alagoas: Protestantismo, Espiritismo e Maçonaria (I)*. Maceió: Eduneal, 2019.

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMPETTI SOBRINHO, Geraldo (org.). *O Espiritismo de A a Z - Dicionário de termos*. Rio de Janeiro: FEB, 2010.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNHA, André Victor C. S. da. Desencontros dos espíritos com a Igreja Católica nos tempos da neocrandade: um projeto editorial espírita e o seu anticatolicismo (1933-1935). In: GOMES, Adriana; CUNHA, André Victor C. S. da.; PIMENTEL, Marcelo G. (org.). *Espiritismo em perspectivas*. Salvador: Sagga, 2019.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORI, Mari (org.), *História das Mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 322-361.

FARIAS, Juliana Barreto. “Diz a preta mina...”: cores e categorias sociais nos processos de divórcio abertos por africanas ocidentais, Rio de Janeiro, século XIX. In: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 470-483, set-dez. 2018.

GOMES, César Leandro Santos. Relatos de intolerância e ritos de violências: as representações dos conflitos entre protestantes e católicos na imprensa de Alagoas e Pernambuco (1873-1910). In: *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica (Online)*, Recife, vol. 38, 2020, p. 317-343.

ISAIA, Artur César. Hierarquia católica e religiões mediúnicas no Brasil da primeira metade do século XX. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 30, 2001, p. 67-80.

MACHADO, Ubiratan. *Os intelectuais e o Espiritismo: de Castro Alves a Machado de Assis*. Niterói: Publicações Lachâtre, 1996.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *Imprensa Católica na Primeira República: uma história social do hebdomadário A Fé Christã (Penedo, Alagoas)*. Maceió: Edufal, 2019.

Micro-história,
e/imigração e colonização

Sobre memórias cristalizadas e o mito fundador na personificação da Colônia Alemã Blumenau (1856)

Cristina Ferreira¹

Introdução

No ano de 2019 foi comemorado em Blumenau o bicentenário de Hermann Blumenau, com celebrações e eventos dos mais diversos em homenagem ao antigo diretor colonial. A organização desse tipo de ocasião festiva compactuou com a legitimação de uma memória histórica de cunho oficial, sustentada por grandes personagens do passado, sob a defesa de algumas instituições culturais e empresariais. Tais práticas inspiraram uma necessária reescritura do passado, a partir de uma delimitação de interesses que procuravam reafirmar princípios identitários em torno de um passado em comum, pautado em uma memória comemorativa que reforçava grandes personagens ou expoentes da História do Vale do Itajaí, em detrimento da diversidade de grupos humanos que coabitavam a região. Imbuída da discussão acerca dessas questões históricas, meu objetivo é analisar, pela via da Micro-história, as narrativas de Hermann Blumenau no livro *A Colônia Alemã Blumenau na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*, sob a perspectiva teórico-metodológica que problematiza as diferenças e semelhanças entre História e Memória, com o propósito de problematizar o mito fundacional da Colônia Blumenau (1850-60).

O livro em questão foi publicado na Alemanha, com o título *Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Sud-Brasilien*, em 1856, junto ao editor Gunther Froebel, que também atuava como agente de imigração. No livro constam os relatos de Hermann Blumenau sobre os anos iniciais da Colônia Blumenau, organizada em um sistema de pequenas propriedades com base no trabalho familiar, acompanhados de algumas considerações sobre a imigração para o Brasil e sugestões voltadas aos imigrantes interessados em estabelecer moradia na América. Sua narrativa motivou o estudo sobre as particularidades da imigração alemã em Santa Catarina, na perspectiva de um estrangeiro íntimo deste processo, viabilizando a conexão entre aspectos locais e o contexto geral do processo migratório para o Brasil.

Para atualizar as pesquisas sobre a História do Vale do Itajaí contemplo o estudo das narrativas do alemão como fio condutor dos debates que servem de suporte para apontar as relações de força e as abordagens, elencadas como uma escolha demarcatória do lugar e das

¹ Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2015). Professora efetiva do curso de História da Universidade Regional de Blumenau – FURB e coordenadora do Centro de Memória Oral e Pesquisa (CEMOPE).

intenções partilhadas pelos estrangeiros, em suas relações com outros sujeitos históricos, ao longo do processo migratório brasileiro. Cabe enfatizar que perdurou por muito tempo na História do Brasil oitocentista, a abordagem que reforçava a História da Imigração apenas pela via da modernização do país, protagonizada por “homens progressistas”, responsáveis pela implementação de ações consideradas imprescindíveis ao progresso e desenvolvimento do ideal de nação daquele período. Por esses e outros motivos, os estudos sobre imigração no Brasil ainda se encontram, em grande medida, atrelados às versões laudatórias que se limitam a reverenciar os grandes homens do século XIX, com ênfase nos aspectos comemorativos e saudosistas. Tais perspectivas são desprovidas de análise e carecem de analogia com os movimentos populacionais ocorridos no Brasil, além de reforçar exclusivamente a regionalidade da questão, isolando-a da política migratória brasileira.

A problemática dessa pesquisa histórica imbuíu-se da discussão acerca da permanência da personagem de Hermann Blumenau como exclusivo responsável pela imigração e colocou em xeque sua referência como “fundador”, em um movimento oposto à supervalorização de sua figura no processo migratório para o Sul do Brasil. O princípio de pesquisa histórica não está em difamar ou menosprezar sua atuação na colonização do Vale do Itajaí, mas sim realizar uma leitura crítica dessa personagem, a partir de método e rigor científico, fundamentada nos princípios epistemológicos da História, visando criar um saudável debate sobre a cultura histórica da região e contribuir decisivamente na ampliação dos estudos sobre os deslocamentos de estrangeiros para o Brasil oitocentista.

Ao estudar detalhadamente os escritos de Hermann Blumenau, em consonância com outros documentos acerca da implantação da Colônia Blumenau, torna-se possível conectar aspectos locais com a realidade da imigração estrangeira, articulando elementos do processo de deslocamento e transição de europeus para o Brasil no período imperial. Evidencio a intenção de equilibrar as especificidades exploradas em seus escritos, com o propósito de relacionar suas escolhas com as estratégias da ação colonizadora no Brasil de meados do século XIX. Interesse-me, primordialmente, em utilizar elementos da Micro-história (LEVI, 2020, p. 22) para questionar sobre a racionalidade humana que governa os comportamentos, aproximando a literatura de viagem e as fontes históricas sobre a gênese da ocupação do Vale do Itajaí, mediante o compromisso de utilizar um caso relevante para outros núcleos de povoamento estrangeiro, preservando as especificidades e, se possível, escapando da generalização. Discuto as peculiaridades locais para ressaltar as diferenças entre o particular (Vale do Itajaí) e o geral (Brasil) nos estudos sobre as trajetórias e a imigração no Brasil.

A lente do narrador: Hermann Blumenau e o livro *A Colônia Alemã Blumenau*

Hermann Blumenau (1819-1899) era químico e farmacêutico², com atuação em Erfurt, na cidade de Braunschweig (Alemanha). Viajou para a América com uma carta de recomendação do cientista Alexander v. Humboldt, fator que demonstra ter estabelecido contatos com outros viajantes antes da chegada ao Brasil, tornando-se fundamentais em seu propósito de colonização e povoamento na constituição de uma Colônia alemã no Sul do país. Não foi à toa que, pouco tempo depois, a Sociedade de Proteção aos Emigrantes Alemães de Hamburgo (KIEFER, 1999, p. 33) contratou seus serviços, além de disponibilizar recursos em troca de informações de viagem e impressões sobre as condições dos estrangeiros em território brasileiro.

O Brasil era um dos destinos possíveis para os aspirantes ao traslado atlântico, mas adquiriu “má fama” pela incapacidade de cumprir com as promessas de “trabalho em abundância e a possibilidade de enriquecimento rápido” (NICOCELI, 2014, p. 103). Segundo Hermann Blumenau, o país era “pouco conhecido e desacreditado na Alemanha”, pois havia um entendimento na Europa que os imigrantes “fatalmente cairiam em uma escravidão” (BLUMENAU, 2002, p. 37-38). Com o intuito de promover a colonização, Hermann Blumenau dedicou-se a publicar informações que apresentavam uma perspectiva otimista para a colonização no país, com destaque para a região Sul e sua Colônia particular.

Blumenau também manteve correspondência com Günther Froebel e a relação de proximidade entre ambos envolveu interesses em comum quanto à emigração de germânicos para o Brasil, por meio do agenciamento de estrangeiros para a América. Sua comunicação ocorria por intermédio de conexões que aproximavam as distâncias intercontinentais e Froebel foi o editor do livro *A Colônia Alemã Blumenau*, publicado originalmente em alemão, na cidade de Rudolstadt (1856). A escrita de livros era uma estratégica forma de divulgação da presença europeia no Brasil e as narrativas reportavam aos europeus as condições do Sul do Brasil como destino. Hermann Blumenau e seu editor estavam interessados em publicar temáticas de ordem prática, com destaque às peculiaridades do clima tropical, considerado fonte de “efeitos benéficos para o organismo do imigrante alemão” (BLUMENAU, 2002, p. 26).

No livro *A Colônia Alemã Blumenau* também apareciam referências às possibilidades oferecidas aos imigrantes no país, em especial no tocante à questão do “preço médio de terras”, declarado por Blumenau como “bastante baixo”, frisando que, ao contrário dos

² Hermann Blumenau trabalhou na Farmácia “Löwenapotheke”, em Erfurt e também no Instituto Farmacêutico Hermann Tromsdorff. Cf.: (KIEFER, 1999, p. 27).

Estados Unidos, “no Brasil o estrangeiro pode ser proprietário de terras” (BLUMENAU, 2002, p. 43-44). Sua chave de leitura estava pautada em uma ampla divulgação que propunha facilidades quanto ao tema mais importante da imigração: a questão da posse territorial, responsável pela segurança econômica que tanto aspiravam antes da chegada ao Brasil. A lente do narrador estava assentada em sua percepção sobre a realidade nacional, baseada na “sua formação, suas concepções, conceitos e preconceitos” (SARAT, 2011, p. 40), que revelavam uma atenção especial para informações que favoreceriam a imagem do país para a recepção de estrangeiros.

Para que esses princípios fossem executados, Hermann Blumenau informava aos europeus desejosos de imigrar sobre a extrema importância de “ter em mãos informações precisas sobre o país de destino, sobre a rota de viagem terrestre” (ALVES, 2014, p. 27) e outras questões que envolvessem a travessia do Atlântico. Tal situação favoreceria melhores condições para o estabelecimento nos locais escolhidos e auxiliaria no planejamento, conferindo um pouco de segurança para a operacionalização da vinda para o Brasil. Além dos agentes de imigração, esta função era preenchida por “livros de viajantes ou de emigrados” que descreviam a colonização do país, “voltados em primeiro lugar a um público leitor transnacional de língua alemã” (LISBOA, 2008, p. 104). Em consonância com tais práticas de divulgação, Hermann Blumenau trouxe detalhes sobre sua Colônia particular, assim como sugestões para possíveis imigrantes, com “algumas instruções práticas sobre a organização da viagem” (BLUMENAU, 2002, p. 109). Essas narrativas evocavam constantemente sua Colônia, reforçando as vantagens encontradas no local, fator que denotava a multiplicidade de perfis dos fluxos migratórios (VENDRAME, 2015, p. 204), mas também a especificidade desejada por Hermann Blumenau a partir da divulgação e propaganda na atração de “bons” colonos que contribuíssem para valorizar seu negócio.

A despeito das condições da imigração europeia para o Brasil, segundo os estudos de Carlos Oberacker Jr., publicados na coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, um dos melhores resultados de colonização pelo sistema de pequena propriedade agrícola foi criado por Hermann Blumenau. Sua análise historiográfica enfatizava que “o nome de Blumenau entrou para a história como a quintessência do que seja a colonização baseada na pequena propriedade”, apontando as diferenças entre uma colonização idealista e a de um comerciante, sob a alegação de que “colonizar era para ele muito mais que uma questão meramente econômica; era uma missão, uma tarefa de alcance cultural que merecia, como ele próprio afirma, o sacrifício do patrimônio particular, da saúde, de toda uma vida” (OBERACKER JÚNIOR, 2004, p. 277). Tal idealização da Colônia Blumenau ainda vigora com muita

persistência no universo de boa parte da historiografia sobre a Imigração no Brasil, portanto, convém aos historiadores da atualidade identificar as “regularidades, apreender as continuidades ou atualizar as fendas, as roturas”. Por esses e outros motivos, ao investigar pormenorizadamente as narrativas de Hermann Blumenau, torna-se viável ampliar consideravelmente o debate sobre a colonização estrangeira no Brasil, com base na questão da “mudança na história e em história” (HARTOG, 2017, p. 24).

Com relação ao detalhamento de aspectos da natureza local, Hermann Blumenau compartilhava uma visão civilizatória em relação à mata, como desafio a ser “enfrentado e combatido” (ZARTH, 2013, p. 153) com as armas do progresso, a partir de um discurso que compreendia o domínio tecnológico sobre o ambiente natural. Nessa perspectiva, considerava como investimento essencial para o imigrante tanto a “aquisição das melhores ferramentas” (BLUMENAU, 2002, p. 113) para o trabalho nos trópicos, utilizando os moldes adequados para machados e foices, quanto o uso de chapéus de aba larga e sapatos resistentes para suportar as intempéries da natureza.

Hermann Blumenau também indicou que “apenas deveriam imigrar jovens que podem exercer um ofício necessário na mesma, ou então que trabalhem na agricultura empunhando enxada e machado” (BLUMENAU, 2002, p. 32), para suportar os duros esforços em uma nova Colônia. Afinal, os imigrantes eram considerados “como ‘homens-fronteiras’ que, ao adentrar as matas, se tornam eles próprios marcos” (CORREA, 2005, p. 240) entre a civilização e a barbárie. De forma semelhante, o alemão defendeu que “as pessoas solteiras não eram compatíveis de modo algum com uma colônia agrícola independente” (BLUMENAU, 2002, p. 111), pela necessidade de ter um homem para sustentar a família e uma mulher para cuidar dos afazeres domésticos, elaborando sua narrativa com base em seu próprio conhecimento empírico, sustentado pela sua experiência como diretor.

O nome da Colônia e a metáfora da “criança” de Hermann Blumenau

A Colônia Blumenau retratada no livro homônimo representava uma metáfora do próprio Hermann Blumenau, fator que evidenciou a necessidade de “interpretar criticamente todos os documentos e narrativas” (PORTELLI, 2006, p. 106) sobreviventes do passado. A construção da realidade em forma de narrativa pressupõe uma atividade voltada à escolha de fragmentos (PEREIRA; IEGELSKI, 2002, p. 50) do tempo e espaço observados e transformados em texto. Em seus escritos, Hermann Blumenau citava dois grupos distintos: os “inimigos da colonização alemã no Brasil” e os “amigos deste belo país”, desejosos em provar que, “apesar dos poucos recursos, seria possível obter sucesso com perseverança e

honestidade” (BLUMENAU, 2002, p. 22; 51) por intermédio da imigração. Nessa dualidade, o diretor se identificava com o segundo grupo, não apenas por conta da implementação da Colônia Blumenau na Província de Santa Catarina, mas por seu esforço em defesa da causa da colonização como um todo. Esse contexto de dedicação pessoal era corroborado no livro, por sua fala voltada ao cumprimento de promessas, dentre elas que sempre zelaria pela Colônia “como se fosse minha criança, a princípio adoentada, mas depois pronta para desabrochar e se desenvolver”, indicando que se esforçaria para “ser um amigo fiel e participativo para aqueles que julgam poder confiar em mim e pretendem fazer parte da Colônia” (BLUMENAU, 2002, p. 125).

O reforço dessas caracterizações ao longo do texto indicava seu posicionamento voltado aos tons ‘heroicos’ de sua trajetória, por conta da “fidelidade a um ideal” e da suposta crença de “que todo objetivo pode ser alcançado, desde que seja dotado de uma vontade suficientemente forte” (TODOROV, 2017, p. 14; 19). Seus princípios de colonização eram representados a partir de elementos positivos, buscando criar uma imagem confiável de si mesmo e de seus esforços em colaborar com os imigrantes intencionados em estabelecer-se no Brasil, em um autêntico movimento atribuído a quem se considerava, no século XIX, como líder ou “grande homem”, cujas ações consistiam em fazer coincidir suas aspirações com as construções sociais do período. Diante de tais considerações, cabe retirar o foco das “qualidades pessoais e serviços prestados ao bem público e à humanidade” (OLIVEIRA, 2011, p. 17), abordagem que reforça sua mitificação como “fundador”, excluindo a compreensão da pluralidade de agentes históricos no Vale do Itajaí. Neste caso, “um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada”, mas uma explanação “que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual, transformando-o na formalização simbólica” (PORTELLI, 2006, p. 120-121) do fato. Ao ser reforçada em trabalhos posteriores, estas idealizações criaram uma memória coletiva a ser incorporada pelos indivíduos da sociedade local como verdade intrínseca e dotada de significação por si mesma, com a valorização de personagens heroicos e exemplares, onde os discursos fundadores engendraram “um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente” (ORLANDI, 1993, p. 12) já determinado por um ‘destino histórico’.

Em consonância com um propósito evolucionista, Hermann Blumenau defendia que o desenvolvimento da Colônia deveria ser pautado no “ideal nacionalista de fundação de uma ‘pátria alemã’” (SEYFERTH, 2007, p. 79) nos trópicos, contrapondo-se às populações nativas e à floresta. Tal posicionamento era condizente com os princípios civilizacionais de que estavam imbuídos os viajantes estrangeiros no Brasil, voltados à ideia de “trazer ao Brasil

uma civilização que, segundo eles, estava presente na Europa desde os séculos anteriores” (SARAT, 2011, p. 47). Seus preceitos estavam vinculados ao pensamento racial que prevalecia no período oitocentista, em que algumas raças eram apontadas como mais ‘virtuosas’ e ‘aptas’ para o desenvolvimento do que outras, a partir de uma “visão etnocêntrica” das populações humanas, “amplamente discutida pelo viés do racismo” (FERREIRA, 1998, p. 107). Neste caso, o imigrante europeu ocupava o papel de “elemento regenerador para as populações nativas que viviam no Brasil” (PEREIRA; IEGELSKI, 2002, p. 55), consideradas incapazes na perspectiva dos olhares racistas do período. E no tocante às concepções de Hermann Blumenau não era diferente, pois compartilhava dos preceitos racialistas defendidos no século XIX, afinal de contas, era um ser humano inscrito em seu próprio tempo.

Para tanto, defendia a promoção de migrações transnacionais não apenas para sua Colônia, “mas em todas as terras da região do Itajaí” (BLUMENAU, 2002, p. 34) e do Sul do Brasil, auxiliando os recém-chegados da maneira mais condizente possível. Na historicização que escreveu sobre a Colônia afirmava categoricamente: “as autoridades do país, percebendo a utilidade do meu empreendimento, vieram ao meu encontro com simpatia e concederam-me terras” (BLUMENAU, 2002, p. 22). Porém, aqui e em toda a extensão do livro, omitiu uma personagem com participação significativa no início do processo de colonização: seu antigo sócio, Fernando Hackradt, que participou da aquisição da grande porção de terras transformada na posterior Colônia Blumenau, encarregado no princípio de coordenar as obras para preparar a recepção de imigrantes. A sociedade entre ambos foi efêmera e rompida após o retorno de Blumenau ao Brasil, em 1850, quando a Colônia já recebia seus primeiros imigrantes, sem que Ferdinand Hackradt tivesse cumprido suas funções na sociedade entre ambos. A escolha de Hermann Blumenau por não falar de Hackradt articula-se ao fato de que o silêncio também guarda um sentido e, a memória evocada no livro carrega em si o registro de uma ausência dada pela passagem do tempo, com silenciamentos e reconstruções sobre si e sobre os outros a partir da subjetividade de sua própria narrativa. Portanto, torna-se possível inferir sobre a possibilidade de Hermann Blumenau ter escolhido deliberadamente não falar do sócio, seja por questões pessoais ou conflitos de ordem econômica entre ambos.

Para além do não-dito por Hermann Blumenau, prevaleciam temáticas de interesse nos fatores climáticos em torno das possíveis vantagens do Brasil para a adaptação de germânicos. A região do rio Itajaí foi descrita como “a mais fértil da Província, oferecendo espaço para milhares de emigrantes” desenvolverem diversas formas de agricultura. Outro elemento positivo amplamente propagandeado era a proximidade com o mar, assim como a existência

de “um porto favorável, junto a uma via navegável” (BLUMENAU, 2002, p. 21-22), que garantiria o comércio com as diferentes Províncias brasileiras e com a Alemanha. No entanto, o determinismo climático não pode ser abordado sem a necessária problematização que a temática acarreta, sem considerar o quanto o porto seria um elemento facilitador da economia para o escoamento da produção agrícola, com a ressalva importante de que o Rio Itajaí-açu não era navegável em toda sua extensão. Esse era um indicativo de que “o universo colonial era bem mais complexo e dinâmico” (WITT, 2010, p. 269), com embates constantes por recursos e defesa de interesses. Tais questões sustentaram essa pesquisa histórica e reforçam sua importância, com veemente direcionamento teórico-metodológico aportado nos estudos históricos que se recusam a considerar exclusivamente o chamado protagonismo dos líderes ou “grandes homens”, ou que suas ações sejam apenas o resultado da “determinação pessoal” (DOSSE, 2009, p. 169) e da vontade individual em detrimento da coletiva. Para compreender uma personagem é necessário “conhecer os anseios primordiais que este deseja satisfazer. A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações. Mas os anseios não estão definidos antes de todas as experiências” (ELIAS, 1995, p. 13). Justamente por isso, convém pensar Hermann Blumenau como um ser humano que praticou ações a partir das pressões sociais de seu entorno e das marcas de sua própria experiência, combinadas com sua interdependência de outros atores sociais de sua época.

Por extensão, ênfase que em sua narrativa também surgiram relatos aportados nas relações políticas e nas dificuldades iniciais, sobretudo quando Hermann Blumenau relatava o que considerava um começo que “não foi feliz”, atribuindo à “reincidência de acidentes violentos” a responsabilidade de ameaça aos recursos disponíveis e à implementação da Colônia. Os incidentes climáticos (enchentes e outras intempéries) levaram o diretor da Colônia a enaltecer a atitude e o apoio do governo Imperial, que “reconheceu a situação e foi solidário, concedendo um empréstimo de 10 contos de réis” (BLUMENAU, 2002, p. 22-23), de modo a contribuir para a subsistência de seus negócios. Suas palavras estavam eivadas de sentimentos, mas também indicavam a necessária manutenção das relações políticas favoráveis com as diferentes esferas da administração estatal³, fator que remete a problematizar seu discurso como um exercício repleto de uma multiplicidade de fenômenos

³ Os esforços de Hermann Blumenau para obter a aprovação Imperial foram evidenciados pela autora em artigo intitulado “A personificação de uma colônia e as origens de um mito: Hermann Blumenau entre viagens e projetos para o Sul do Brasil”, por meio do estudo das narrativas do alemão no livro *O Sul do Brasil*, com ênfase para seus comentários sobre escravidão, imigração e natureza. Os resultados indicaram que Blumenau minimizou suas críticas direcionadas à escravidão africana no Brasil oitocentista com intuito de receber auxílio do governo brasileiro. Cf.: (FERREIRA, [2021], p. 23-56. No prelo).

voltados a uma ordenação e vinculado as suas aspirações pessoais. A continuidade de seu projeto particular de colonização estava sujeita às políticas imperiais direcionadas à imigração e, a partir dessas considerações, compreende-se melhor os elogios direcionados ao Imperador D. Pedro II, considerado por Hermann Blumenau como “protetor dos imigrantes alemães, o Ilustríssimo Monarca, incentivador de tudo o que é nobre, bom e útil em seu Império” (BLUMENAU, 2002, p. 75). O apoio do monarca era fundamental para salvaguardar a saúde financeira da Colônia, que dependia do auxílio do Império para sua manutenção e subsistência.

Em contrapartida, era notório que a sobrevivência da Colônia não passava apenas por questões financeiras e econômicas, tornando-se imperativo manter o projeto de colonização sob um aparato legal, garantido pelo Estatuto da Colônia; além da organização de uma associação dos colonos, voltada a evitar “inconvenientes e afastar de meus atos qualquer aparência tutelar sobre os assuntos internos” (BLUMENAU, 2002, p. 92-93). Havia ainda uma clara intenção de Hermann Blumenau em elaborar regras que atestariam uma sistemática interna para o funcionamento adequado da Colônia, incentivando novos imigrantes e favorecendo as relações com o governo. Por isso fez questão de publicar no livro algumas determinações importantes, a exemplo da indicação de uma comissão para resolver as “questões religiosas e escolares dos membros não católicos da Colônia” (BLUMENAU, 2002, p. 97). Cabe enfatizar que “a própria existência de um relato implica necessariamente a valorização de seu objeto” (TODOROV, 2006, p. 235-236), portanto, a vida na Colônia não era determinada apenas pelos direcionamentos de seu diretor, embora suas afirmações sempre procurassem garantir que estaria comprometido em “executar as regras existentes de maneira rude”, procurando “respeitá-las e mantê-las o máximo possível” (BLUMENAU, 2002, p. 86), especialmente no tocante à distribuição de terras, questão central no processo de colonização.

Por isso mesmo, frequentemente, a natureza propagandística da narrativa de Blumenau retomava pontos centrais que sustentavam a ênfase na luta “contra os infortúnios iniciais” e as “intermináveis dificuldades na mata virgem”. O alemão indicava uma espécie de desenvolvimento que transcorria com lentidão, mas progressivamente, atribuindo ao trabalho dos imigrantes e à força da colonização tais condições (BLUMENAU, 2002, p. 26). As propagandas de Hermann Blumenau acerca do Sul do Brasil como um território propício à imigração, apesar de constantes desde 1846, com publicações diversas na Alemanha, ainda não haviam sido capazes de atrair um contingente elevado de imigrantes à região do Vale do Itajaí. Tanto é que predominava uma prática comum da parte de vários imigrantes recém-chegados que realizavam novos deslocamentos, “de cidade para cidade, em busca de meios de

sobrevivência” (VARGAS, 2016, p. 345) no país. Ainda assim, novamente no espírito positivado, Hermann Blumenau considerava este um problema menor, declarando que aquilo “que se perdia com a ampliação da Colônia era compensado pelo seu desenvolvimento interno”, a partir da “melhoria das estradas” e da “construção de pontes e demais trabalhos” (BLUMENAU, 2002, p. 23-24). Eis um indicativo de que esses relatos estavam permeados de um “modo de percepção” longe de ser “desinteressado” (AUGUSTIN, 2009, p. 65), comunicando o mundo a partir de sua própria intencionalidade.

Não por acaso denotava constante preocupação com a chamada “boa reputação” da Colônia Blumenau na Alemanha, visando a introdução de colonos” (NICOCÉLI, 2014, p. 100) e a conseqüente prosperidade do núcleo colonial. Fazia uma defesa ferrenha de que a opinião sobre a Colônia deveria ser favorável, “pois os imigrantes não foram iludidos em relação às suas expectativas” (BLUMENAU, 2002, p. 27), recebendo uma descrição que ele considerava “precisa” e equivalente à realidade. Ora, nem todos os emigrados leram ou tiveram acesso a seus relatos e some-se a isso a questão de que toda narrativa comporta representações de uma dada situação, portanto, em consonância com os elementos da micro-história (LEVI, 2020, p. 22), considero como ponto de equilíbrio os questionamentos em torno da racionalidade humana que governa os comportamentos.

O contraponto às versões positivadas de Hermann Blumenau pode ser contestado a partir dos relatos de alguns imigrantes sobre a Colônia Blumenau, a exemplo do texto publicado no Calendário “Der Volksbote”, em 1903, com memórias do assim proclamado “Velho Colono”, com destaque para sua descrição da chegada, no ano de 1856, marcada por uma surpresa: “É verdade que o lugar existia, mas a cidade?”. Ao contrário da publicação do diretor da Colônia, o imigrante afirmava que as estradas apresentavam “estado primitivo” e atribuía às pontes uma condição “provisória” (VELHO COLONO, 1903).

De forma semelhante Karl Kleine, também imigrado em 1856, revelava em suas memórias, a decepção dos imigrantes com a Colônia: “A nossa chegada foi muito triste”, afirmando que não esperava “encontrar uma cidade grande, mas, pelo menos, uma cidadezinha ou aldeia” (KLEINE, 2011, p. 83). As divergências narrativas atestavam contra a suposta infalibilidade de Hermann Blumenau, apresentando uma personagem complexa, repleta de multiplicidades que guardavam intenções específicas, voltadas à concretização de seus objetivos de colonização. Esses relatos demonstravam que, em especial nos seus primeiros anos, a Colônia conviveu com uma entrada de imigrantes que oscilava em termos quantitativos, restando seu crescimento populacional.

A crítica mais contundente foi realizada por Bernardo Scheidemantel (1876), um imigrante saxão que fez uma litogravura e uma sátira ao diretor da Colônia, Hermann Blumenau. No documento, o próprio Hermann Blumenau aparece sentado em um trono real, coroado ao topo e com os braços estendidos sobre sua obra. Logo abaixo, um espelho ornamentado por dois anjos reflete em um primeiro plano, o *Stadtplatz* – centro da colônia –, com seus poucos casarios e, em segundo plano, o desenho contempla um panorama da mata densa, cortada pelo caudaloso Rio Itajaí-açu. O cenário desenhado remete ainda à representação do processo de colonização perpendicular ao rio, iniciado no interior do Vale do Itajaí, em meados do século XIX, demarcando o descontentamento de Bernard Scheidemantel com o desenvolvimento da Colônia, associado às proibições do diretor em relação à implantação da imprensa (Cf.: OLIVEIRA, 2009; SILVA, 1977) na localidade, combinado com o perfil centralizador na condução do processo imigratório na região.

Reconhecer a existência de resultados ainda falhos na trajetória de Hermann Blumenau contribui para rejeitar a máxima de que imigrantes pertencem a uma “categoria exclusivamente privilegiada” (LESSER, 2014, p. 235), entendendo-os como sujeitos capazes de atuar, individual e coletivamente, no universo dos deslocamentos humanos do século XIX. Ainda assim havia uma tensão entre o que era “possível almejar e o que era possível realizar no espaço a eles destinado” (ELMIR; WITT, 2014, p. 8) e, apesar do conflito entre os desejos e as possibilidades de transição para o Brasil, não há como conceber a identidade humana pelo princípio da unicidade, nem tampouco entendê-la pela via da “constituição de modelos de racionalidade que estabeleçam personalidades estáveis ou coerentes aos seres humanos” (LEVI, 1996, p. 167).

Considerações Finais

No livro *A Colônia Alemã Blumenau*, Hermann Blumenau demonstrou seu interesse particular nas discussões sobre a colonização, defendendo o Brasil como destino para migrantes alemães em busca por novas oportunidades. Porém, sua argumentação não estava desvinculada de suas aspirações pessoais, enfatizando sua colônia particular, embelezando a realidade e omitindo certos acontecimentos. As raízes de um mito fundacional em torno do nome e da personagem de Hermann Blumenau ficaram perceptíveis em suas narrativas, que se referiam à Colônia Blumenau como “minha criança”, como uma metáfora da idealização de sua Colônia e da colonização no Sul do Brasil. Tais concepções foram ampliadas com os reforços da memória e o investimento estatal e privado na constante rememoração da figura

de Hermann Blumenau na perspectiva heroica, elaborando uma visão pautada nas preocupações identitárias e enaltecimento da herança germânica.

Logo, convém destacar que o cerne da figura moldada como “fundador” carrega uma perspectiva reducionista, desconsiderando a pluralidade de trajetórias passadas e presentes, acarretando a cristalização de um horizonte de expectativas limitado ao que poderia ser considerado valoroso ou positivo na região. A região do Vale do Itajaí, desde o início da colonização, era um espaço de convivência entre diferentes sujeitos e grupos sociais, o que implica a necessidade de uma virada étnica nos estudos históricos, com o intuito de acolher e valorizar os múltiplos atores sociais que construíram a História de Blumenau.

Hermann Blumenau não objetivava propagar a colonização apenas a partir de sua propriedade, mas intencionava indicar o território brasileiro, especialmente o sul do Brasil como um destino importante para o estabelecimento de europeus na América Latina. Impossível desvincular deste debate a crença de que os europeus poderiam suprir a função de “colonos ideais” a partir de sua capacidade de trabalho e condição para o desenvolvimento. Este posicionamento evidencia a necessidade de destitui-lo da condição de mito ou muito menos “fundador”, com o objetivo primeiro de reconhecê-lo como um homem de seu tempo, ao invés de reforçar visões romanceadas que lhe atribuem a fama de visionário, fundador e pioneiro. Tais idealizações criam uma memória coletiva a ser incorporada pelos indivíduos da sociedade local como verdade intrínseca e dotada de significação por si mesma, com excessiva valorização de personagens heroicos e exemplares. Esse quadro engessado da atuação de personagens no tempo reforça os discursos fundadores e engendra um passado inequívoco, determinado por uma espécie de ‘destino histórico’ e, ao invés de problematizar a vida humana em movimento, contribui para glorificar personagens e gerar a exclusão da diversidade de sujeitos históricos.

Referências

ALVES, Débora Bendocchi. Tempos e contratempos: dificuldades e malogros vividos pelos emigrantes antes da chegada ao Brasil (Século XIX). In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio (org.). *Imigração na América Latina: histórias de fracassos*. São Leopoldo: Oikos: Unisinos, 2014. p. 15-46.

AUGUSTIN, Günther. *Literatura de viagem na época de Dom João VI*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *A colônia alemã Blumenau: na província de Santa Catarina no sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2002.

- CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 227-269, jan./dez. 2005.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Ed. USP, 2009.
- ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio. Quem (não) tem medo de fracassos?: notas para uma proposta de investigação no campo dos estudos migratórios. In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio (org.). *Imigração na América Latina: histórias de fracassos*. São Leopoldo: Oikos: Unisinos, 2014. p. 7-14.
- FERREIRA, Cristina. A personificação de uma colônia e as origens de um mito: Hermann Blumenau entre viagens e projetos para o Sul do Brasil. In: FERREIRA, Cristina; FURTADO, André (org.). *Travessias oitocentistas: relatos de viagem, temporalidades e imigração no Brasil*. Blumenau: Edifurb, [2021]. p. 23-56. No prelo.
- FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates interétnicos no Vale do Itajaí*. 1998. 165 f. Dissertação (mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- KIEFER, Sabine. Dr. Hermann Blumenau: vida e obra. In: FERREIRA, Cristina; PETRY, Sueli Maria Vanzuita (org.). *BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 anos, 1999. p. 26-41.
- KLEINE, Karl. *Vivências e narrativas de um blumenauense*. Tradução: Annemarie Fouquet Schünke. Organização geral e prefácio: Cristina Ferreira. Blumenau: Cultura em Movimento, 2011.
- LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Máira Inês; KARSBURG, Alexandre (org.). *Micro-história: um método em transformação*. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 19-34.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 167-182.
- LESSER, Jeffrey. Tristes histórias de etnicidade e nação. In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio (org.). *Imigração na América Latina: histórias de fracassos*. São Leopoldo: Oikos: Unisinos, 2014. p. 231-240.
- LISBOA, Karen Macknow. Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo. *Espaço Plural*, v. 9, p. 95-104, 2008.
- NICOCELI, Vanessa. *Hermann Blumenau: uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846-1884)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.
- OLIVEIRA, Mariana Luiza de. *A construção da ordem na colônia Blumenau: novas representações e sujeitos para uma antiga colônia*. 2009. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2009.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1993. p. 11-26.
- PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro; IEGELSKI, Francine. O paraíso terrestre no Brasil: os Campos Gerais do Paraná no relato de Auguste de Saint-Hillaire. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 7, p. 47-72, verão 2002.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 103-130.
- OBERRACKER JÚNIOR, Carlos Henrique. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. *In*: IGLESIAS, Franciso *et al.* *O Brasil monárquico: reações e transações*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 260-288. (História Geral da Civilização Brasileira, v. 5).
- SARAT, Magda. “Literatura de viagem”: olhares sobre o Brasil nos registros de viajantes estrangeiros. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 7, n. 2, p. 33-54, dez. 2011.
- SCHEIDEMANTEL, Carl Bernhard. *Blumenau*. 1876. (litogravura). Acervo: AHJFS.
- SEYFERTH, Giralda. O Vale do Itajaí e a política imigratória do império. *Blumenau em cadernos*, Blumenau, tomo XLVIII, n. 11-12, p. 57-82, nov./dez. 2007.
- SILVA, José Ferreira da. *A imprensa em Blumenau*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.
- TODOROV, Tzvetan. A viagem e seu relato. *Rev. Let.*, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 231-244, jan./jun. 2006.
- TODOROV, Tzvetan. *Diante do extremo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.
- VARGAS, Jonas Moreira. “Entre o local e o global”: imigração, relações sociais e perfil ocupacional dos estrangeiros na cidade de Pelotas (1850-1890). *In*: VENDRAME, Máira Ines *et al* (org.). *Ensaio de micro-história: trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos: Ed. Unisinos, 2016. p. 338-362.
- VELHO colono blumenauense. *Der Volksbote*, Joinville, [s. p.], 1903.
- VENDRAME, Máira Ines. Mobilidade, redes e experiências migratórias: reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridional. *In*: VENDRAME, Máira Ines *et al* (org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 200-223.
- WITT, Marcos Antônio. Sob a contagem de outro tempo: organização social e estratégias políticas (imigração alemã – Rio Grande do Sul – Século XIX). *In*: MARTINS, Ismênia de Lima; HECKER, Alexandre (org.). *E/Imigrações: histórias, culturas, trajetórias*. São Paulo: Expressão & Arte, 2010. p. 269-279.
- ZARTH, Paulo Afonso. Interpretações da imigração e colonização no sul do Brasil: para uma crítica ambiental. *In*: MARTÍNEZ, Elda Evangelina González *et al* (org.). *História da imigração: possibilidades e escrita*. São Leopoldo: Oikos: Ed. Unisinos, 2013. p. 150-177.

O trabalho do imigrante no estado do Espírito Santo

Jefferson Ferreira Alvarenga¹

Este artigo debate o processo de imigração no estado do Espírito Santo, sobretudo no que diz respeito à concepção de trabalho desse europeu presente nas pequenas, médias e, também, nas grandes propriedades. Desse ponto de vista as perguntas centrais deste trabalho são: qual a concepção de trabalho do imigrante estrangeiro no Espírito Santo? Como se desenvolveu o trabalho do imigrante no estado do Espírito Santo? A nossa hipótese central é que o imigrante é um indivíduo que na sociedade capixaba encarna de modo mais completo uma mentalidade capitalista e empreendedora. Além disso, o estrangeiro introduziu em nossa sociedade algumas maneiras de agir, ser e pensar tipicamente capitalista, o que resultou na emergência de pequenas fortunas familiares. Nossa interpretação se baseia no quadro teórico de diversos estudiosos como Max Weber, Florestan Fernandes, José de Souza Martins e também em autores que se debruçaram sobre a história local.

Introdução

A imigração estrangeira para o Brasil resultou em uma transformação da estrutura da sociedade, ou seja, alterou o regime de trabalho escravo para o trabalho livre. Contudo, essa transformação ainda nos gera uma dúvida, pois algumas perguntas ainda podem ser feitas, por exemplo, qual a ética de trabalho trazido por esse imigrante para o Brasil? A partir desse questionamento, o nosso estudo de caso concentrou-se no estado do Espírito Santo, uma vez que esse estado se caracterizou por ser o destino de uma parcela significativa de imigrantes europeus.

A ética de trabalho já foi estudada por Max Weber, em sua obra: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Para Weber (2003), o capitalismo sempre esteve presente na sociedade ocidental e apresenta como uma de suas características o fato desse modo de produção se identificar com a busca do lucro renovado por meio da empresa capitalista e racional (WEBER, 2003, p.26). Ainda por cima, o capitalismo não somente prioriza o lucro, mas também o trabalho livre.

¹Possui graduação em Ciências Sociais - Bacharelado pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006), graduação em Ciências Sociais - Licenciatura pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006) e mestrado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2012). Atualmente é doutorando em História Social das Relações Políticas (2020), técnico pedagógico - Secretaria do Estado de Educação do Espírito Santo, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), e do Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LABTEMPO - UFES).

Além disso, do ponto de vista de Weber (2003), as concepções religiosas do protestantismo foram capazes de desenvolver a economia capitalista, mas também esse pensamento ocidental desenvolveu técnicas racionais e modernas para obtenção do lucro. Seja na indústria, seja na agricultura, as técnicas racionais desenvolvidas na Europa fomentaram novos métodos especializados.

O protestante, conforme Weber (2003), assumiu posições econômicas necessárias ao capitalismo, precipuamente de proprietário de empresas, porém essa condição, não existe apenas, porque o protestante tem a astúcia para o negócio, mas, porque nele desenvolve-se um *ethos* capitalista (WEBER, 2003, p.48). Portanto, o sistema capitalista necessita de devoção e vocação para fazer dinheiro, por isso na Europa iremos encontrar o trabalho como um valor de dignidade humana, sobretudo para o protestante, desse modo à técnica de exploração passa a ser racional.

No caso do Brasil, diversos estudiosos já debateram a questão da inserção do modo de produção capitalista na sociedade brasileira. Por exemplo: Roberto Simonsen em seu livro: *História econômica do Brasil 1500-1820* argumenta que o Brasil já nasceu capitalista desde a colonização, dessa maneira todas as relações de trabalho anteriores e posteriores à chegada do imigrante já estavam em um sistema capitalista. Seu estudo não chega a discutir o trabalho do imigrante, contudo ele já define as relações de trabalho como capitalistas.

Já o estudo de Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, debate que a inserção do capitalismo como modo de produção somente foi possível a partir da independência em 1822, quando foi provável a concretização de um mercado integrado nacionalmente. Além disso, Fernandes (2006) entende que a inclusão da economia brasileira ao mercado mundial também foi potencializada pelas novas relações econômicas e produtivas, com especial ênfase à modificação do modelo escravista para o modelo de trabalho livre e assalariado. Nesse sentido, a imigração será à base dessas transformações, porque este movimento visava ocupar os “espaços vazios”, suprir a mão de obra escrava, assumir novos padrões e estilos de vida.

Apesar do imigrante não fazer parte do estamento senhorial, ele se beneficiava de alguns conhecimentos técnicos e econômicos do seu país de origem. Dessa maneira, o imigrante rompia com a tradição senhorial de exploração econômica, uma vez que para prosperar economicamente, utilizava o trabalho próprio e familiar, em vez do trabalho cativo. Decerto, foram várias as formas de trabalho que o imigrante empregou, mas todas tinham como objetivo o acúmulo de riquezas. De conformidade a Fernandes (2006), a produção de hortas para subsistência, bem como o desenvolvimento de comércio de bens de consumo, que

são geralmente iniciativas de pequenos comerciantes, situados próximos às colônias de imigrantes, além do próprio comércio de mascate, fazia este estrangeiro diferenciar-se do estamento senhorial cafeeiro. Em São Paulo, de acordo com o estudioso, essa diferenciação possibilitou ao imigrante evoluir no comércio e conseqüentemente nas atividades industriais (FERNANDES, 2006, p. 160). Essa mentalidade de prosperidade do imigrante o transformou em agente econômico de concentração de capital comercial. De certo modo, essa mentalidade capitalista cresceu internamente através de atividades econômicas desempenhadas pelo imigrante e, em outras palavras, esse ideário acabou por incentivar uma mentalidade que se concretizava em novos valores e padrões, o que contribuiu para, assim, criar-se o “homem de negócios” (FERNANDES, 2006, p. 161-162).

Indubitavelmente, o imigrante foi o principal agente da formação e expansão do novo regime econômico. Todavia, a sociedade brasileira o limitava a um regime econômico de expansão do capital; dito de outra maneira, o imigrante ficava limitado pelo controle econômico da sociedade nacional. Vale lembrar que os principais latifundiários e os exportadores de café pertenciam ainda ao estamento cafeeiro. Entretanto, o imigrante trouxe para o Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir já que a racionalidade econômica e a mentalidade acumulativa de capital demandavam uma nova organização econômica, social e psicológica capitalista. Ou seja, o imigrante se conduz na nova ordem econômica, com um novo estilo de vida (FERNANDES, 2006, p. 175).

Outro estudioso sobre o caso foi José de Souza Martins, em seu livro, *O cativo da Terra*, em que demonstra como a transição do trabalho escravo para o trabalho livre se deu de forma conflituosa. Em sua análise, o trabalho livre e não o assalariado será central na transição brasileira, pois aquela modalidade de trabalho foi produzida exatamente pela crise do escravismo. Portanto, o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador e sua força de trabalho, enquanto no escravismo a força de trabalho estava embutida no próprio escravo, ao mesmo tempo em que o capital estava também personificado no escravo (MARTINS, 2010, p. 31).

Assim, Martins (2010) demonstra a diferença entre o trabalho escravo e o livre. Enquanto o primeiro se fundamenta na coerção ao trabalhador, o segundo se baseia na vontade do trabalhador, pois este vendia a sua força de trabalho. Além disso, o imigrante considerava o trabalho uma virtude da liberdade (MARTINS, 2010, p. 34). Essa nova visão sobre o trabalho implicou que o Estado brasileiro buscasse em outras regiões do mundo esse *ethos*. Desse modo, afirma Martins (2010):

[...] Uma sociedade cujas relações fundamentais foram sempre relações entre senhor e escravo não tinha condições de promover o aparecimento desse tipo de trabalhador. Seria necessário buscá-lo em outro lugar, onde a condição de homem livre tivesse outro sentido. É nessas condições que tem lugar a vinculação entre a transformação das relações de trabalho na cafeicultura e a imigração de trabalhadores estrangeiros que ocorreu sobretudo [sic] entre 1886 e 1914 [...] (MARTINS, 2010, p. 34)

Em certo sentido, quando o imigrante estava no regime de colonato, desempenhava um papel singular, já que havia pagamentos feitos pelo latifundiário ao colono, principalmente para o trato no cafezal. Esse pagamento era realizado pela quantidade colhida nos cafezais, portanto havia elementos pré-capitalistas laborais. Além disso, o colono também produzia alimentos no latifúndio como meio de subsistência de vida. De certo modo, isso nos mostra que o processo de trabalho dificilmente poderia ser capitalista, porque o imigrante fazia o trabalho familiar, contudo não se nega que houvesse um excedente de capital para as famílias, mas esse capital não gerava uma relação social de produção (MARTINS, 2010, p.35).

Martins (2010) considera que o capitalismo em sua expansão redefine as antigas relações sociais, subordinando-as à reprodução do capital e também engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (MARTINS, 2010, p. 35). Logo, criou-se uma hibridação do processo de relações de trabalho pós-abolição, porque ao mesmo tempo em que havia uma elite comercial e mercantil pretendendo a expansão do capitalismo comercial, ou até mesmo industrial, também havia as relações de trabalho não capitalista que impediam a expansão do mesmo modo de produção.

Certamente o imigrante europeu estava no cerne das mudanças nas relações de trabalho no Brasil, uma vez que ele carregou um *ethos* de uma nova mentalidade capitalista que estava sob a dominação econômica dos estamentos cafeeiros, o que dificultava sua rápida ascensão social, mas não a impedia. Por outro lado, quando a crise do trabalho escravo tornou-se verdadeira, a renda capitalizada passou a ser a terra - esta se tornou uma aplicação para gerar riqueza. Porém, com amparo nas leis de terras de 1850, a terra passou a ser adquirida através da compra. Por isso, o Estado brasileiro criou a condição de que, se o imigrante desejasse as terras próprias, antes deveria trabalhar nas fazendas, com o propósito de conseguir renda suficiente para comprá-las (MARTINS, 2010, p.48 e 49).

A diferença no trabalho livre é que as amarras ao proprietário rural, apesar de serem verdadeiras, não eram para toda a vida. Dessa forma, um imigrante que não estava satisfeito com o padrão poderia procurar os órgãos estatais ou ir à busca de outras formas de sobrevivência até mesmo buscando outras fazendas (MARTINS, 2010, p. 57).

Em suma, a discussão teórica acima propõe um debate sobre a imigração no Brasil. E que de certo modo contribui para uma análise sobre a concepção de trabalho e sobre o imigrante na realidade social do estado do Espírito Santo.

Trabalho e o imigrante no Espírito Santo

De certa maneira, a política da imigração no Brasil iniciada pelo governo imperial tinha como objetivo promover o povoamento do país. Portanto, decidiu-se instalar os imigrantes como pequenos proprietários. Por outro lado, alguns grupos latifundiários advogaram para que esses mesmos imigrantes fossem alojados em grandes propriedades de modo a servir como mão de obra para as fazendas (ROCHA, 2000, p.23). É evidente que a imigração europeia que veio para o Brasil resultou em mudanças na estrutura da sociedade, ou seja, a mudança do regime de trabalho escravo para o trabalho livre. Além disso, consoante a Rölke (2016, p. 46), o elemento branco trazido da Europa deveria contribuir para o “branqueamento” da raça brasileira.

No estado do Espírito Santo a política de trazer imigrantes não diferiu daquela adotada no Brasil, porém essa política teve contornos distintos daqueles adotados por São Paulo. Os objetivos de trazer os imigrantes europeus para o Espírito Santo tinham dois motivos: em primeiro lugar, elevar o contingente populacional (ocupação territorial) (ROCHA, 2000, p.33) e; em segundo lugar, expandir as potencialidades produtivas capixabas. O processo de imigração foi patrocinado pelo Estado, por particulares (os latifundiários) e por empresas colonizadoras, que viam a imigração como uma possibilidade de obter lucros².

Nesse contexto, a chegada de estrangeiros para o Espírito Santo foi favorável, já que criou as pequenas e médias propriedades rurais antes que as grandes propriedades rurais se constituíssem no sul do estado. Ainda por cima, como a região do Espírito Santo era pouco povoada, a direção executiva do Estado facilitou a introdução do imigrante, criando os núcleos coloniais de pequenos proprietários. Esse modo de colonizar atraiu outros povos estrangeiros, constituindo assim, uma imigração em larga escala e facilitando a transição para o trabalho livre (COLBARI, 1997, p. 2). Certamente, a conjuntura de guerras e revoltas na Europa foi outro fator para o êxodo de pessoas deste continente.

²Conforme Cavati, entre 1879 e 1914, a firma Duarte Beiriz foi responsável pelo estabelecimento de mais de seiscentas famílias de imigrantes europeus nas redondezas de Iconha, através de sistema de venda, a prazo, de lotes rurais. E, para o espanto do próprio autor, ele mesmo indaga: que interesse tinha uma entidade comercial com fins lucrativos em vender lotes em condições tão vantajosas para os compradores? Respondendo a pergunta, Cavati nos dá a chave da questão quando afirma que “... o colono ficava na obrigação de vender o café à firma, que auferia outro lucro na venda do produto”. E, ainda mais, referindo-se à lucratividade da empresa, sentença irônica: “O certo é que a generosidade da firma não impediu que ela viesse a ser uma das mais ricas do Estado” (ROCHA, H.C; COSSETTI, M. P, 1983, p. 57).

Gilda Rocha (2000) divide a imigração europeia em três fases: A primeira é entre 1847 a 1881; nesta fase foram criadas quatro colônias: Santa Izabel (1847), Rio Novo (1855), Santa Leopoldina (1857) e Castelo (1880). A segunda fase é entre 1882 a 1887, nesta fase, o estado do Espírito Santo recebeu um contingente inexpressivo de estrangeiros. A terceira fase é entre 1888 a 1896, nesta fase, as entradas de imigrantes no estado do Espírito Santo são bem significativas. E foram criados cinco núcleos: Afonso Cláudio, Antônio Prado, Accioly Vasconcellos, Demétrio Ribeiro e Moniz Freire.

DISTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES EUROPEUS DE ACORDO COM OS GRUPOS ÉTNICOS-LINGUÍSTICOS		
Grupos	Imigrantes	%
Itálicos	37.029	70,2
Ibéricos	6.896	13,1
Germânicos	6.231	11,8
Eslavos	2.052	3,9
Franceses, ingleses e outros	511	1,0

FONTE: FRANCESCETTO, Cilmar. *Imigrantes Espírito Santo*: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

Do ponto de vista de Rölke (2016, p. 379), os imigrantes pomeranos, por exemplo, não apenas vinham da área rural do seu país de origem, mas também seis deles eram artesãos (carpinteiros, ferreiro, pedreiro e sapateiros), e os outros haviam deixado os latifúndios como diaristas. Também havia um contingente considerável de analfabetos e semianalfabetos. Portanto, os primeiros pomeranos que chegaram ao Espírito Santo, assim como seus filhos, possuíam instrução primária adquirida na Alemanha. No começo da colonização, os mais jovens não tiveram oportunidades regulares de aprender a ler, escrever e contar (WAGEMANN, 1949, apud FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.39).

As colônias de imigrantes fundadas no estado do Espírito Santo se revestiram de um quadro econômico singular, ou seja, uma economia agrária de subsistência³ e uma produção mercantil de café destinada ao mercado mundial, uma vez que esse produto era o único que poderia dar algum lucro. Outros produtos, como, por exemplo, o milho e o feijão, também

³Forçosamente, os imigrantes tiveram que assumir os costumes alimentares locais, como feijão preto, farinha de mandioca e carne seca. Para vencerem [sic] os desafios na lavoura, que significava enfrentar derrubadas e preparação da terra para o plantio, aprenderam a usar fubá de milho que também foi usado para fazer pão. Este pão era considerado pelos mais antigos como um “pão forte” ou “de sustância” (leia-se substância), que lhes dava força suficiente para aguentar o árduo trabalho no sol. Trabalhava-se para a subsistência familiar, mas com os olhos voltados para um produto comercial que era o café. Em 1862, a produção per capita perfazia 200 quilos de café (RÖLKE, 2016, p. 312).

foram colocados no mercado de Vitória, contudo, não obtiverem o mesmo sucesso⁴. Primeiro, porque as forças produtivas ligadas ao desenvolvimento do mercado interno quase não existiam e, segundo, pela pouca capacidade do mercado interno em gerar lucro e capital com outros produtos que não eram o café (ROCHA, 2000, p. 88). Por outro lado, as pequenas propriedades que foram distribuídas aos colonos, inicialmente conviveram sem atritos com a grande propriedade rural, já que o número de terras devolutas era suficiente tanto para o colono que chegava, quanto para o grande proprietário rural. De certo modo, ocorreu um distanciamento dos fazendeiros em relação às diretrizes da política de imigração, deixando-as para o Estado (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 79).

Ainda mais, no século XIX, o fato de a grande propriedade rural ser pouco competitiva no mercado cafeeiro permitiu o desenvolvimento da pequena e média propriedade rural, bem como consentiu ao imigrante trocar de terras quando ele as julgava serem pouco férteis. Este fator histórico ocorrido no Espírito Santo, de certa forma questiona o argumento levantado por José de Souza Martins (2010) de que o imigrante estava preso a terra. Assim, entendemos que as particularidades do processo imigratório devem ser consideradas.

Essa particularidade do estado Espírito Santo implicou em duas dinâmicas econômicas⁵, a saber: a primeira de subsistência e a segunda de venda de café. O excedente gerado por essas dinâmicas possibilitou ao estrangeiro importar produtos de sua própria terra e de fora da colônia, além de permitir a ele pagar os débitos contraídos durante a viagem. No ano de 1885, a produção de café nas colônias chegou a 477,232 arrobas⁶ (ROCHA, 2000, p. 92). Desse ponto de vista, as colônias não fracassaram, pelo contrário, o empreendimento da colonização estrangeira para constituir as pequenas propriedades tornou-se exitoso.

Todavia, a expansão do mercado de produção do café tornou-se incipiente, pois as melhorias das técnicas de produção, especialização da qualidade, aplicação de maquinários e fertilizantes, nem sequer eram cogitadas no estado (GROSSELLI, 2008, p. 126).

Por outro lado, o mercado de trabalho rural não era limitado às grandes fazendas, as pequenas e médias propriedades também empregavam trabalhadores, inclusive os parceiros.

⁴Apenas o feijão, um dos principais alimentos do Brasil, não vingou, enquanto a cultura do café, a maior esperança do colono, prospera (VON TSCHUDI, 2004, p.28).

⁵Von Tschudi explica como se dava outras relações de trabalho: Como ainda se fazem medições de terras para futuros assentamentos, os colonos atuais encontram um bom salário trabalhando para os agrimensores, que os empregam para traçar as picadas na floresta. O trabalho é duro e os trabalhadores alternam uma semana na medição e outra em suas próprias plantações, podendo desse modo obter de 80 a 100 francos por mês; pelo trabalho na abertura de estradas na colônia eles recebem quatro francos de salário por dia (VON TSCHUDI, 2004, p.30). Também Grosselli relata: Durante o período das chuvas não era possível pensar-se em queimadas, e isto significava ter que esperar meses para realizar esta operação, com a única possibilidade de trabalho assalariado nas estradas para manter-se (GROSSELLI, 2008, p. 126).

⁶A somatória da produção foi realizada pelo autor.

Entretanto, o trabalho familiar ainda era predominante nessas propriedades, além disso, em algumas situações era necessária a contratação de trabalhadores com o propósito de completar o trabalho familiar, assim, durante a colheita de café era comum empregar o “jornaleiro” (diarista). Esta forma de trabalho é temporária, não constituindo um modelo de trabalho capitalista (SALETTTO, 1996, p.108). É caso observado entre os imigrantes holandeses no estado do Espírito Santo que empregavam outros conterrâneos no processo de colheita de café:

[...] Dona Sanne Heule conta: “Em 1911, eu tinha então nove anos, ainda havia muito café em Holanda. Abraham Laurett, que era casado com Elizabeth Boone, tinha na época duas colônias com café. Era tanto café que ele e sua família jamais conseguiriam dar conta sozinhos do trabalho [sic] e por isso ele terceirizava muito trabalho, especialmente para os holandeses. Depois de colhido, o café tem de ser lavado num tanque. Terra, poeira e outras partículas afundam e o café fica boiando. Em seguida, o café tem que secar no terreiro. Algumas pessoas têm um carrinho para o café. É um carro baixo com rodas. Eles colocam o café sobre o carro. Durante o dia o carrinho fica do lado de fora e a noite é empurrado para baixo das casas construídas em estacas. Assim o café não molha a noite. Sem o carrinho, o café tem que ser recolhido ao anoitecer. Quando está seco, o café tem que ser descascado e vai para o monjolo ou pilão. Alguns têm até três monjolos em uma roda d’água. O produto desse processo ainda está cheio de café e restos de casca do café. Esses vão para um moinho para separar os resíduos do café. Quando o comprador do café possui a máquina, ele compra o café com casca.” [...] (ROOS; ESHUIS, 2008, p. 75-76).

A prosperidade econômica de alguns pequenos e médios proprietários fazia que os mesmos explorassem a terra com o trabalho alheio, ou mesmo com a especulação sobre a terra, e não a praticar a força de trabalho familiar (SALETTTO, 1996, p.109). Não obstante, há a existência de parceiras nos núcleos coloniais de maioria, ou forte minoria italiana (SALETTTO, 1996, p.110). Ainda mais, Saletto (1996) confirma a utilização de trabalhadores permanentes como parceiros, empregados e agregados, estes últimos geralmente residiam, ou permaneciam por um longo tempo na propriedade rural. Tal força de trabalho poderia ser familiar ou individual. Em alguns casos a parceria pode ser familiar, por propriedades vizinhas, ou mesmo com os membros da própria família.

A pequena e média propriedade familiar se expandia, quando a família era numerosa, geralmente o último filho herdava a propriedade do pai, enquanto os outros filhos homens recebiam propriedades formadas ao longo da vida, por outro lado, as filhas não recebiam terras⁷ (SALETTTO, 1996, p. 115).

⁷As famílias, muitas vezes numerosas, eram submetidas a trabalhos pesados para sobreviver ou acumular algumas posses em dinheiro a fim de comprar terras para os herdeiros, pois era costume o pai dar a cada filho um pedaço de terra. As filhas não recebiam terra como herança, mas um dote, que muitas vezes consistia de um baú

De certo maneira, o imigrante desenvolvia um *ethos* diferenciado sobre o trabalho. Por exemplo, o imigrante trentino, de origem italiana, na sua visão do mundo, o trabalho tornou-se um valor em si próprio. Isto é, trabalhar não era apenas um dever, mas uma coisa boa e positiva, que de qualquer forma o camponês não podia evitar. É a partir do valor do trabalho que se avalia o outro, certamente, algo estabelecido na cultura, então uma pessoa era considerada estimável se fosse um bom trabalhador (GROSSELLI, 2008, p. 31). Não obstante, o imigrante trazia da sua cultura as técnicas capitalistas já por ele conhecidas, assim, Grosselli (2008) relata que as relações capitalistas invadiram a área rural europeia (GROSSELLI, 2008, p. 44). Não apenas as técnicas, mas também as formas de trabalho, como os meeiros, os trabalhos braçais e as formas de trabalho diarista (GROSSELLI, 2008, p. 52). Sobre esses fatos Grosselli (2008) relata:

[...] De qualquer forma, o camponês europeu trouxe para o Brasil um novo modo de ser. Um dos eixos principais de sua cultura era a ética do trabalho, compreendido não apenas como necessidade, mas como método de auto-realização [sic], como um valor em si que se coligava à sua fome atávica de terra e ao seu medo da fome e das dificuldades. A terra brasileira foi o meio através do qual ele expressou seu desejo de resgate, não tanto na escala social, mas na das necessidades. A falta de capital e de técnicas foi substituída por um aumento de trabalho, em quantidade ainda superior àquela maciça que conhecera na Europa. E a família camponesa foi a célula sócio-econômica [sic] sobre a qual se construiu uma nova sociedade e uma nova economia. O trabalho de todos substituiu em parte o lado ausente do triângulo terra-trabalho-capital. E a abundância de terra supria a falta de técnicas agrícolas apropriadas. A terra era forçada a produzir até a exaustão, depois do que usavam-se sistemas de rotação impróprios e ineficientes que variavam um pouco nos vários grupos nacionais [...] (GROSSELLI, 2008, p. 362).

Em outro caso, o imigrante não é apenas um pequeno proprietário, mas um comerciante, que fazia da terra uma mercadoria ou uma fonte de renda, dessa maneira, ele negocia e especula a terra, e a explora também com o trabalho alheio. Como afirma Saletto (1996):

[...] Um de nossos casos é de um comerciante italiano, intitulado Coronel, que aparece em seis processos de Santa Tereza legitimando propriedades, quase todas incultas, e uma trabalhada por parceiros. Outro é de uma viúva pertencente a [sic] família de negociantes suíços, que aparecem em alguns processos negociando com terras. Nos casos de propriedades com fins especulativos, o comum era instalar nelas um agregado, e encontramos o “coronel” italiano entre os que mantinham agregados, ao lado de outro

de madeira, por vezes ricamente trabalhado, contendo algumas roupas, máquina de costura, além de uma vaca leiteira e outras criações menores (RÖLKE, 2016, p.379).

negociante que legitimou quatro propriedades [...] (SALETTTO, 1996, p. 115).

Ainda mais, o enriquecimento permite ao pequeno e médio proprietário abandonar o trabalho agrícola e passar a viver como um especulador da terra, usando o emprego da parceria. Além disso, quando a pequena produção conseguia reter algum excedente, e depois de assegurar sua própria reprodução, este excedente agrícola se transformava em capital comercial, que era reinvestido nos negócios comerciais⁸, e não na produção agrícola (SALETTTO, 1996, p. 119-120). Nara Saletto (1996) explica:

[...] O primeiro negócio era geralmente uma pequena venda, de estoque reduzido e pouco diversificado, que não comercializava café, e atendia aos sitiantes das redondezas. Localizava-se no próprio sítio, e quando este ficava em ponto favorável podia explorar um “racho”, com pasto, para pernoite de tropas. Devia possuir sua própria tropa, que também transportava carga para outros. Um moinho de fubá permitia moer o milho de seus fregueses e preparar o fubá que vendia. Mais raramente possuía um moinho de arroz ou equipamento para beneficiar café. Prestava serviço de bar e até restaurante, preparando refeições por encomenda dos clientes [...]. [...] Essas vendas eram integradas às unidades de produção familiares. Sítio e vendas partilhavam as instalações, os equipamentos e a força de trabalho da família que era, em parte, deslocada para múltiplas atividades que constituíam o negócio. Quando progrediam, passavam a comercializar café, o que exigia um capital de maior porte [...] (SALETTTO, 1996, p. 120).

E continua:

[...] Nos anos 20 [sic] alguns sitiantes começaram a mandar um ou outro filho estudar fora. Estas famílias tinham um nível de consumo um pouco mais elevado, boas casas, algumas levavam os filhos em viagens a Castelo e Vitória, mandavam doentes graves se tratarem na capital. Mas todos continuaram a praticar a pequena produção familiar, às vezes completada com a parceria e o trabalho a jornal. E no momento da sucessão tudo era dividido, permitindo apenas que os novos proprietários comessem num nível um pouco mais elevado que a maioria [...] (SALETTTO, 1996, p. 121).

Em viagem ao estado do Espírito Santo, o Barão Von Tschudi (2004) relata sobre a imigração no Espírito Santo, e sobre o comércio, assim ele descreve:

[...] A venda (um pequeno armazém) pertence a um colono de Hamburgo e dava a impressão de ser lucrativa em comparação à maioria das lojas

⁸O comércio era realizado através das casas comerciais, conhecidas como “vendas”, onde o agricultor comercializava como principal produto o seu café. Geralmente as “vendas” eram construídas à beira de estradas mais movimentadas, em encruzilhadas ou perto de igrejas. Elas caracterizavam-se por uma construção alongada, com quatro ou mais portas de entrada. Eram comuns construções entre 10 e 20 metros de comprimento, por 5 a 8 metros de largura. “Vendas” maiores geralmente eram de dois andares, no andar térreo, situava-se a venda, e no andar superior, a moradia do vendeiro, chamado de Wendis (RÖLKE, 2016, p.495).

brasileiras de mesmo porte. Se o proprietário for tão ágil no trabalho como é com a sua língua, e se for mais feliz em seus negócios do que em sua lógica, ele logo poderá se tornar um homem abastado [...] (VON TSCHUDI, 2004, p. 61).

Grosselli (2008) em seu estudo, também cita os comerciantes alemães em Santa Leopoldina como Albert Volkart, Luis Holzmeister. Desse modo, muitos comerciantes enriqueceram com o trabalho de milhares de camponeses, italianos e alemães. (GROSSELLI, 2008, p. 446). Há casos em que o comerciante transformava o débito crescente do camponês em títulos e hipotecas. Logo, o comerciante apossava-se do lote de terra deste último, tornando-o meeiro. Em geral, o camponês nesta situação tentava comprar novamente alguma terra submetendo-se aos regimes de trabalho. Não obstante, quando o café chegava a altos preços no mercado internacional, muitos imigrantes procuravam investir os maiores valores em novos lotes de terra (GROSSELLI, 2008, p. 493).

É inegável que a política de imigração também beneficiou a grande propriedade rural que estava presente, principalmente, na região sul do estado do Espírito Santo e tem como centralidade econômica o porto de Itapemirim. Portanto, nas fazendas do sul, os grandes proprietários rurais pediram famílias de imigrantes para a suas terras e as estabeleceram através de salários ou de contrato de parceria⁹. Todavia, boa parte desses imigrantes logo abandonavam as fazendas para se estabelecer por conta própria (ROCHA, 2000, p. 107); (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 82). Essa visão sobre o trabalho e a prosperidade em suas próprias terras faziam que o pequeno e médio proprietário aumentasse seu capital, enriquecendo e possibilitando que seu compatriota trabalhasse para ele (ROCHA, 2000, p. 109).

É nesse momento que as médias e pequenas propriedades passaram a ser contestadas pelos grandes proprietários rurais, principalmente devido à falta de mão de obra para a lavoura¹⁰, dessa forma, os imigrantes começaram a ser instalados nesses latifúndios. Assim, podemos concluir que a 3.^a fase do processo migratório beneficiou, sobretudo, a grande

⁹Os imigrantes, através de um contrato de parceria com o latifundiário, tinham que se comprometer a ressarcir passagem, alimentação e outros gastos, através do trabalho nas lavouras de café. Criava-se um compromisso que envolvia bens e corpo de todos os componentes da família. Este sistema levou a situações degradantes, pois quem ditava os preços do café, dos alimentos necessários para a alimentação para a sobrevivência e quem fazia a partilha do café eram os fazendeiros que mantinham, eles mesmos, as vendas ou casas “comerciais” (RÖLKE, 2016, p.100).

¹⁰Muitos dos grandes latifundiários retalharam sua propriedade em pequenos lotes para serem vendidos a preços módicos e a longo prazo [sic] para os colonos italianos. Em contrapartida, o colono deveria vender sua produção à firma de comercialização. O pagamento era demorado, pois o café começava a produzir depois de quatro a seis anos; a produção dependia das variações atmosféricas e os preços oscilavam, aumentando as incertezas quanto trabalho ao investimento de dinheiro e de trabalho (COLBARI, 1997, p.4).

lavoura. Porém, diferentemente do que se pensa, a maior parte dos imigrantes que chegaram ao Espírito Santo a partir de 1888 optou direta e imediatamente pelas fazendas, por causa dos altos preços do café no mercado internacional, que poderia proporcionar uma prosperidade econômica até para os meeiros (GROSSELLI, 2008, p. 150).

De acordo com Nara Saletto (1996), o mercado de trabalho do Espírito Santo em 1920 era rural, ou seja, 83% da população ativa estavam ligadas às atividades rurais, precipuamente ao cultivo do café. Os outros cultivos como o milho e o feijão eram basicamente para o consumo de autossuficiência. Logo, as fazendas se constituíam como ponto central na atração de mão de obra e nelas era utilizado o sistema de parceria, na forma de meia, no qual, era também realizado o trabalho familiar. O café, produto com mais valor no mercado, era dividido com o proprietário (SALETO, 1996, p. 100). As fazendas tinham poucos trabalhadores assalariados permanentes e geralmente eram empregados em serviços domésticos ou em atividades como o tropeiro, carreiros, ferreiros¹¹. Mas, raramente estavam em serviços na lavoura de café (SALETO, 1996, p. 102). Décadas posteriores algumas destas fazendas foram desmembradas e, por vezes, apropriadas por ex-colonos (GROSSELLI, 2008, p. 149). Em outras palavras, os fazendeiros dividiram suas terras em lotes, passando a vendê-las aos imigrantes com o propósito de sobrevivência econômica (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p.82).

Do ponto de vista do trabalho, segundo Grosselli (2008), em média os italianos trabalhavam um pouco mais em termos de tempo. A análise desse estudioso parte das observações Jean Roche, cujas observações referem-se aos últimos anos da década de 1960, o qual se observou que a jornada de trabalho dos alemães iniciava-se geralmente às 6 da manhã (às 5 no verão) e concluía-se entre às 18 ou 19 horas, dependendo da estação (GROSSELLI, 2008, p. 481). O pesquisador continua seu relato:

[...] Erguiam-se às 4 da manhã, ou às 3 em época de colheita. Preparavam-se para ir trabalhar e, à luz de um lampião eram realizados alguns primeiros trabalhos, como a ordenha (geralmente os camponeses possuíam uma ou duas vacas) e o preparo da primeira polenta do dia e dos outros pratos que seriam servidos na primeira refeição. Estas variavam de família a família, mas era comum entre os trentinos alimentar-se pela manhã de polenta com leite, ou polenta acompanhada de pedaços de queijo, de café e não muito mais. Chegavam aos campos, em geral após cansativas caminhadas sobre as íngremes escarpas das montanhas, quando ainda era noite. Trabalhavam até as 10 ou 10 e meia. Uma mulher (esposa ou filha do chefe de família)

¹¹[...] Além da casa-sede, a propriedade chegou a contar com 7 casas de colonos meeiros, tulhas, uma casa de escola, uma racho para as tropas, uma engenhoca tocada a boi, com fornalhas de ferro para fabricar açúcar mascavo e um barracão com pequena carpintaria, onde “Seu” Antônio trabalhava, e as crianças, nas folgas, faziam seus brinquedos [...] (MORAES, 1981, p.75).

voltava para casa antes dos outros para preparar-lhes o almoço. Às vezes, se a família era realmente numerosa e não era indispensável o trabalho de todos, uma mulher ficava em casa para fazer o trabalho doméstico e preparar as refeições. Mas tratavam-se de exceções. No almoço, comia-se mais uma vez polenta, acompanhada de carne, verdura, queijo. Aos poucos foi-se [sic] introduzindo na mesa camponesa o arroz, o feijão, a mandioca e outros pratos tipicamente brasileiros. A pausa do almoço durava de 1 hora e meia a 2 horas e meia. Em alguns casos, durante os períodos de máximo calor e em terras a nível do mar, ouvimos falar de gente que permanecia em casa durante uma meia hora a mais. Em seguida, retornavam aos campos, onde ficavam enquanto a luz permitisse o trabalho, de acordo com as estações, entre 18 e 19 horas. No jantar, quase sempre havia sopa para os trentinos e outros pratos. O camponês recolhia-se por volta das 20 ou 21 horas. Como se vê, o camponês italiano em média erguia-se duas horas antes do alemão. Trabalhava nos campos de 10 a 13 horas por dia. Mas não se concluía ali o trabalho do dia. Após o jantar, era necessário dedicar mais tempo para realizar outros trabalhos: de limpeza e costura para as mulheres, de manutenção da casa e de vários serviços domésticos para os homens. Como recordou Attilio Lorenzini, por exemplo, os porcos eram abatidos à noite e à noite preparavam-se os embutidos, para ganhar tempo. Seu pai, além disto, trabalhou durante muito tempo como operário, na construção de estradas. Plantava o café à noite, à luz da lua. Angelo Tonini, após terminar de trabalhar nos campos, dedicava ainda cerca de duas horas ou mais trabalhando como pedreiro. E, como em suas terras o café não rendia muito, à noite fabricava ancinhos e peneiras e outros instrumentos que pudessem ser vendidos no mercado. Mas o dia tinha apenas 24 horas, todas praticamente ocupadas em trabalhar, comer e dormir. E assim durante 6 dias da semana e durante todo o ano, sem estações mortas. Muitos cultivos no Brasil têm ciclo contínuo, alguns davam fruto duas vezes por ano, o café necessitava de longos períodos de dedicação. Todos trabalhavam nos campos. Desde as crianças até os velhos. De acordo com Agostino Bonella, do IV Território, tratava-se de fechar a casa pela manhã e partir todos para o campo. Apenas aos domingos respeitava-se o descanso, assim como durante os demais feriados católicos. Os dias festivos do calendário civil não eram observados. Mas, como veremos, o Domingo não era um dia de completo repouso para todos [...] (GROSSELLI, 2008, p. 481-482).

Não obstante, o imigrante italiano criava uma concepção de espírito de iniciativa com o domínio de técnicas de produção que era essencial para o sucesso dos núcleos coloniais instalados no Espírito Santo. Portanto, o imigrante ideal devia ser agricultor sadio, laborioso, moralizado, alguns deles eram assentados em fazendas e outros eram instalados nos núcleos coloniais. Não apenas o italiano despertava essa forma de valorização do trabalho, mas também o alemão e o pomerano, no qual trabalho é um valor em si mesmo (FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.63); (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p.97). E a própria igreja como instituição ajudou a desenvolver essa mesma ideia de trabalho (FEHLBERG; MENANDRO, 2015, p.63-66). Portanto, uma forma de identificação ainda hoje entre os pomeranos é a dedicação ao trabalho, que implica numa identificação de grupo.

De certa forma, o fraco dinamismo da economia mercantil cafeeira teria sido responsável pelo ingresso do pequeno proprietário na economia, já que dessa atividade o pequeno proprietário retirava recursos para abastecer sua família. É inegável que a marca inicial do espírito empreendedor revelou-se no desbravamento de matas, na formação de lavouras, na construção de estradas, escolas, capelas e cemitérios e, finalmente, na formação de povoados. Em geral, os italianos vinham do seu país de origem como um capital cultural que possibilitava o desenvolvimento do comércio mercantil. Além disso, em certos casos, o nível de escolaridade possível de se atingir era o básico e muitas vezes ele era obtido através de aulas ministradas por professor contratado pelas famílias (COLBARI, 1997, p. 5).

Não obstante, alguns filhos de imigrantes italianos migravam para a cidade, indo trabalhar no setor industrial, portuário, tornando-se artesãos, barbeiros, marceneiros e sapateiros. Até mesmo as mulheres trabalhavam como empregadas domésticas. Por outro lado, a vida social desses imigrantes girava em torno da vida comunitária, isso não invalidava a racionalidade desses imigrantes, os quais utilizavam a moralidade religiosa para a melhoria de vida. É certo que a racionalidade desenvolvida por aqueles imigrantes foi responsável pelo processo de mobilidade social para a trajetória dos imigrantes e deixou marcas profundas na definição de aspectos socioculturais indispensáveis a nova ordem competitiva no estado do Espírito Santo (COLBARI, 1997, p.7).

A expansão da ordem competitiva no Espírito Santo foi proporcionada também pelos imigrantes que ajudaram a desenvolvê-la a partir da ética do trabalho, da organização familiar e da religião, da honradez, da solidariedade, da resignação e do espírito comunitário. Em conformidade com Jean Roche (1968), essa nova racionalidade competitiva propiciou o desenvolvimento da divisão social entre os imigrantes, a saber: os proletariados que cultivavam nas terras de outrem. Os assalariados que vivem de seus próprios braços. Os proprietários que são os donos das terras. Os proprietários médios, donos de pequenas e médias propriedades. Os grandes proprietários rurais que são donos dos principais e maiores latifúndios. E por fim, os comerciantes que possuem a venda e obtêm a fortuna. E os diversos outros grupos sociais como os pastores, os padres, etc.

Considerações finais

Iniciamos esse artigo com uma pergunta importante sobre o processo de imigração. Qual é a ética de trabalho trazida pelo imigrante para o Brasil? O contexto histórico que responde a essa pergunta é a conjuntura da mudança do trabalho escravo para o trabalho livre. Desse modo, escolhemos o estado do Espírito Santo como lócus desse estudo de caso, já que

esse estado recebeu um número significativo de imigrantes europeus. É lícito lembrar que a imigração inicialmente tinha como finalidade o povoamento regional, assim os primeiros imigrantes foram instalados em pequenas e médias propriedades rurais. Também havia elementos suficientes para acreditar que o processo imigratório tinha como objetivo o branqueamento da população. E, por fim, é certo que o imigrante, quando chegou, também ajudou a substituir a mão de obra escrava pelo trabalho livre. Além do mais, a situação específica das terras devolutas no estado do Espírito Santo resultou na formação das pequenas e médias propriedades rurais. Sabemos que esses imigrantes em sua maioria vinham da área rural e em alguns casos da área urbana europeia, logo, fica claro que todos eram empobrecidos, buscando “fazer a América”.

Ao chegar ao estado, o imigrante recebia a pequena ou média propriedade, sua principal forma de trabalho era o familiar, produzindo café, principal produto de exportação que gerava lucro. Além disso, o imigrante, pelo trabalho familiar, poderia produzir outros produtos para sua própria subsistência, assim, quando a terra era pouco fértil, ou mesmo quando o mercado cafeeiro não era favorável, não passava necessidades, já que ele poderia trocar produtos.

A instituição da média e pequena propriedade possibilitou ao imigrante criar dinâmicas econômicas que o permitiu alcançar certa prosperidade econômica, principalmente pela venda do café, quando esse produto chegou a preços altíssimos no mercado internacional. Toda essa conjuntura mostrava as particularidades das relações sociais existentes na história de imigração do estado.

Desse ponto de vista, concordamos com Weber (2003), que afirma que o capitalismo se identifica com a busca do lucro, do lucro renovado por meio da empresa capitalista e racional (WEBER, 2003, p.26). Não somente do lucro, mas também prioriza o trabalho livre. Apesar de considerarmos que o comércio existente no Espírito Santo não foi capaz de criar um capitalismo forte e expressivo, pelo menos essa atividade econômica criou um *ethos* empreendedor no imigrante, em outras palavras, uma ética do trabalho. Por isso, como afirma Saletto (1996), as pequenas e médias propriedades também empregavam trabalhadores, inclusive os parceiros, quando a mão de obra familiar não era suficiente. Desse modo, estamos de acordo com Martins (2010), quando afirma que no Brasil criou-se uma hibridação do processo de relações de trabalho, no qual há uma elite comercial que defende a expansão do capitalismo, ao mesmo tempo em que existem relações de trabalho não capitalistas que impedem a própria expansão do capital comercial. Isso, no estado do Espírito Santo é notável,

porque ambas as situações convivem no espaço socioeconômico. Contrariamente ao que afirma Campos Júnior (1996), o colono recebia salários e possuía a prática comercial.

Além disso, os pequenos e médios proprietários rurais tendiam a multiplicar seus investimentos em novas propriedades, principalmente quando a família era numerosa, pois os filhos recebiam terras ao longo da vida e o filho mais jovem recebia a propriedade do pai, assim o imigrante desenvolvia um *ethos* diferenciado sobre o trabalho. Em famílias de origens protestantes as ideias religiosas foram capazes de desenvolver um espírito valorativo do trabalho, como o próprio Max Weber (2003) afirmava. Mas, não é apenas isso, no Espírito Santo as famílias protestantes desenvolveram uma vocação para o negócio, de modo a fazer dinheiro, por isso o trabalho igualmente tem um valor de dignidade humana.

Não apenas as famílias protestantes que desenvolvem um *ethos* para o trabalho, mas também o imigrante italiano, em sua visão de mundo o trabalho tornou-se um valor de dignidade. De certo modo, o imigrante rompia com o modelo de exploração econômica, porque, para prosperar, ele utilizava o trabalho próprio e não o trabalho cativo. Além do mais, o estrangeiro trazia de sua cultura as técnicas capitalistas e racionais para obtenção do lucro. Essa mentalidade de prosperidade, transformou o imigrante em um agente econômico de concentração de capital comercial, o que levou ele próprio a criar uma mentalidade de um “homem de negócios”. Logo, a terra se tornou um produto especulativo, ou uma mercadoria; o trabalho passou a ser explorado por esse imigrante, que reteve excedente econômico suficiente para reinvestir em negócios comerciais, abandonando, às vezes, o trabalho agrícola e passando a viver da própria renda de especulação e dos negócios comerciais.

Assim, podemos afirmar que o imigrante foi o principal agente econômico da formação e expansão do novo regime econômico, uma vez que ele próprio trouxe para o Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir atreladas a uma racionalidade econômica e a uma mentalidade acumulativa de capital que demandavam uma nova organização econômica, social e psicológica capitalista. Ou seja, um novo estilo de vida.

Decerto que a política de imigração também beneficiou a grande propriedade rural no estado do Espírito Santo, esses grandes proprietários estabeleceram os imigrantes através de contratos de parceria, todavia muitos desses estrangeiros abandonavam as fazendas em busca de suas próprias terras, dessa forma aumentava sua riqueza e capital, até mesmo, possibilitando a contratação de seu compatriota. Contudo, o trabalho dos imigrantes nas grandes propriedades rurais era familiar, de modo que a produção de café era dividida com o próprio proprietário. Pelo que foi concluído, as fazendas tinham poucos trabalhadores assalariados permanentes e que geralmente eram empregados em serviços domésticos ou em

atividades como o tropeiro, carreiros e ferreiros. Algumas décadas posteriores, os fazendeiros dividiram suas terras em lotes, passando a vendê-los aos imigrantes com o propósito de sobrevivência econômica.

Indubitavelmente podemos concluir que o imigrante criava uma concepção de espírito de iniciativa com o domínio de técnicas de produção essenciais para o sucesso dos núcleos coloniais instalados no Espírito Santo. Logo, o imigrante ideal era aquele agricultor sadio, laborioso, e moralizado. Além disso, o imigrante vinha do seu país de origem como um capital cultural, que possibilitava o desenvolvimento do comércio mercantil. A expansão dessa ordem competitiva no Espírito Santo foi proporcionada também pelos imigrantes que desenvolveram uma nova racionalidade competitiva, com base na ética do trabalho, organização familiar, religiosidade, honradez, solidariedade e resignação do espírito comunitário.

A chegada do imigrante no estado também culminará com o desenvolvimento da economia cafeeira, assim formaram-se três regiões econômicas: A região Norte, Sul e Central. Sendo que as pequenas propriedades situadas na colônia de Santa Leopoldina conduzirão a produção cafeeira na região central; enquanto ao Sul será a cidade de Cachoeiro de Itapemirim; e ao Norte com a região de São Mateus. Isso, de certa forma, estruturou as elites dominantes: Grandes proprietários rurais e Mercantis. Por outro lado, o desenvolvimento da economia do café fez Moniz Freire iniciar o processo de centralização o comércio em Vitória, já que pelo Sul e pelo Norte o café era exportado pelo Rio de Janeiro. Porém, esse comércio não foi capaz de criar um modo de produção capitalista, no máximo conseguiu um excedente de capital, uma vez que as relações de trabalho não são capitalistas, o que existia era apenas uma relação híbrida, ou seja, o desenvolvimento de relações de trabalho livre ao mesmo tempo em que o estado convive numa economia primário-exportadora.

Entretanto, essa mesma economia seria predominante até a década de 1950, quando em 1955 houve a crise cafeeira, responsável pela erradicação do café no Estado do Espírito Santo.

Referências

CAMPOS JÚNIOR, C.T. *O novo arrabalde*. Vitória: PMV/SMCT, 1996.

COLBARI, Antônia. *Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira*. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 17, n. 34, São Paulo, 1997.

FEHLBERG, Jamily; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. *Trabalho, igreja e boteco: identidades em transformação entre descendentes de pomeranos do interior do Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FRANCESCHETTO, Cilmar. *Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

GROSSELLI, Renzo M. *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900*. Arquivo público do Estado do Espírito Santo. Coleção Canaã. Vol. 6. Vitória, 2008.

MARTINS, J.S. *O cativo da terra*. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MORAES, Ormando. *Da Itália ao Brasil: História de uma família*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981.

ROCHA, Gilda. *A imigração Estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000.

ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo 1850/1930*. Vitória: UFES/ CCJE/ Dep. Economia/ NEP, 1983.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difel/USP, 1968.

RÖLKE, Helmar. *Raízes da Imigração Alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo*. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

ROOS, Ton; ESHUIS, Margje. *Os Capixabas Holandeses: Uma história holandesa no Brasil*. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Coleção Canaã. Vol. 9. Vitória, 2008.

SALETTTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888 - 1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VON TSCHUDI, Johann J. *Viagem à província do Espírito Santo*. Imigração e colonização suíça-1860. Arquivo público do Estado do Espírito Santo. Coleção Canaã. Vol. 5. Vitória, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Editora Martin Claret: São Paulo, 2003.

Micronarrativas e pós-memórias de descendentes de imigrantes italianos em São João del-Rei

Kátia Hallak Lombardi*

A proposta do presente artigo é investigar transferências identitárias e culturais entre diferentes gerações de imigrantes italianos estabelecidas em São João del-Rei, a partir de histórias colhidas por meio de relatos orais e de fotografias. As micronarrativas de cinco famílias de imigrantes italianos – Longatti, Giarola, Lovatto, Tortoriello e Lombardi – que vivem na cidade mineira foram reunidas no documentário “Relatos afetivos, fragmentos da memória. A imigração italiana em São João del-Rei” (2021). O audiovisual (20 min.)¹ é o primeiro resultado da pesquisa “Pós-memória, fotografia e relato oral: vestígios da imigração italiana em São João del-Rei (1888-1950)”².

No Brasil, após a abolição da escravidão em 1888³, iniciou-se uma campanha de estímulo à imigração, principalmente de europeus, para prover mão de obra nova às lavouras de café, em plena expansão e ocupando áreas cada vez maiores. O interesse em atrair imigrantes provindos da Europa estava relacionado, entre outros fatores, a preconceitos raciais. A elite brasileira, bem como o governo, propagavam a “superioridade” dos europeus frente a negros e indígenas, daí a tentativa de “branqueamento” do país.

Um dos fluxos migratórios mais intensos foi o de italianos. A Itália, após o processo da unificação na segunda metade do século XIX, vivia um período conturbado, marcado por uma economia debilitada e agravado por problemas de superpopulação, miséria e doenças. Já no Brasil, aos olhos do governo, sobravam terras e faltavam trabalhadores. Assim o cenário que possibilitou o processo migratório era conveniente para os dois países.

No Brasil, muitos núcleos coloniais foram criados para abrigar os imigrantes. Um deles foi montado em São João del-Rei, cidade situada no Campo das Vertentes, constituída de um conjunto arquitetônico híbrido, que inclui casas e museus coloniais e igrejas barrocas. No século XVIII, a cidade havia sido palco de intensa extração do ouro em Minas Gerais e, em 1881, foi beneficiada com a inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas por Dom

* Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFMG) e da Università degli Studi di Milano (UNIMI). Professora do Curso de Comunicação Social/Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE>

² Pesquisa de pós-doutoramento em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários (UFMG) e à Università degli Studi di Milano (UNIMI).

³ O Brasil passou por um lento processo abolicionista. Em 1850, a Lei Eusébio de Queirós declarou o fim do tráfico negreiro e, somente em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre. A abolição oficial da escravidão ocorreu no dia 13 de maio de 1888, quando a Lei Áurea foi sancionada pela Princesa Isabel.

Pedro II. A abertura da ferrovia teria sido um dos argumentos utilizados pelos políticos locais ao pleitearem a construção do núcleo colonial.

Em novembro de 1888, segundo Dauro José Buzatti (1988), 325 imigrantes italianos chegaram em São João del-Rei para trabalhar nas fazendas da região. No dia 3 de dezembro de 1888, chegaram os primeiros 102 colonos, provenientes do norte da Itália, constituindo 22 famílias destinadas ao núcleo colonial que ainda estava por ser construído. No dia 18 do mesmo mês, já estavam instalados 371 colonos na área destinada ao núcleo. Outras levas de colonos foram chegando sucessivamente. A Várzea do Marçal, ex-fazenda de José Theodoro, foi o local destinado a abrigar o Núcleo Colonial de São João del-Rei. O período de migração prolongou-se por várias décadas e, aos poucos, as famílias foram se adaptando à vida social, cultural e econômica da cidade, em muitos casos, procurando manter hábitos da terra natal. Atualmente, a cidade tem cerca de 90 mil habitantes e é composta por descendentes de mais de 400 famílias de imigrantes italianos. Perguntamos, então: O que permanece da cultura e dos hábitos da terra natal na vida dos descendentes de italianos em São João del-Rei? Quais são as histórias que ainda os tocam? Como se dão essas pequenas narrativas?

A partir das rodas de conversas, cercadas de fotografias, com os irmãos Onézio, Ernesto e João Longatti, Wilson Giarola, Beatriz Giarola, Mauro Lovatto, Paulo Tortoriello e Ênio Lombardi procuramos identificar traços identitários e heranças culturais transmitidas por seus antepassados, que perpetuam nas novas gerações de suas famílias.

As fotografias retiradas de quadros pregados na parede, de caixas guardadas e álbuns de família foram utilizadas como ativadoras da memória que auxiliaram os narradores convidados a relembrar suas histórias, ainda que parcialmente. Diante das imagens, eles aprofundaram-se na espessura das narrativas do passado, reatualizando-as por meio das palavras. A temporalidade do índice fotográfico e os relatos orais estão vinculados à experiência histórica que, de acordo com Walter Benjamin (2007), é marcada pela heterogeneidade, pelo inacabamento e pela descontinuidade.

Segundo a perspectiva benjaminiana (1996), a imagem não guarda apenas elementos do passado, mas a promessa do futuro. Ao mesmo tempo em que a imagem fotográfica é o traço material que exhibe o *isso-foi* (BARTHES, 1984), é também traço do que poderá vir a ser, se salvo da destruição que o ameaça. Se estamos diante de uma fotografia, sabemos que algo já ocorreu, e o que observamos são marcas, vestígios do passado. Nesse sentido, o vestígio é a matéria da fotografia, o que estabelece o elo entre o evento e a imagem. Contudo, a visão que a fotografia oferece é sempre fragmentada, no sentido de que o que está ali é o

que sobrou, um resíduo. O vestígio, então, é o que resta de um acontecimento que já passou. Ele tem valor de prova, testemunhal – ainda que passível de modulações a cada imagem.

Associados às fotografias, os relatos afetivos e identitários coletados nesta pesquisa não reafirmam histórias lineares e oficiais, ao contrário, voltam-se para um lugar de memória mais íntimo e subjetivo. A busca de singularidades do passado apoiada em operações da memória. Para Ecléa Bosi,

o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária, e no que lembra e no como lembra, faz com que fique e o que signifique. (BOSI, 2016, p. 31)

Pensando com Benjamin (1996), o esquecido pode ser reencontrado pela memória, não de maneira inalterada, mas a partir das lembranças que podem também modificá-lo ou acrescentar algo. De acordo com Benjamin, a lei do esquecimento também dita a obra, “pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 1996, p. 37). Como, então, caracterizar a experiência daqueles que relembram acontecimentos que foram transmitidos mas não necessariamente vividos por eles próprio?

Marianne Hirsch (2012) elaborou o conceito de pós-memória para evidenciar essa memória preservada mesmo com a distância geracional. Segundo Hirsch (2012), a pós-memória diz respeito à experiência daqueles que cresceram dominados por narrativas que precederam seu nascimento, experiências que lembram, mas que não vivenciaram. É uma estrutura de transmissão que opera sob influência da conexão pessoal e da força afetiva. A pós-memória está relacionada ao modo como as gerações subsequentes recebem essas memórias, pelas histórias da família, por outras pessoas, pela mídia, por livros, museus. Trata-se de uma transmissão múltipla, podendo ocorrer até mesmo por atos não verbais, pela linguagem do corpo, principalmente dentro de um espaço familiar.

A pós-memória evidencia experiências transmitidas de modo tão profundo e afetivo que parecem constituir memórias de próprio direito. Para Ribeiro e Vecchi (2018, p. 206), “a pós-memória é, em si, a recusa das gerações seguintes, em colocar um ponto final na história”. A pós-memória seria a memória da memória, uma memória em abismo (RIBEIRO; VECCHI, 2018, p. 204). Ou, como chamou Beatriz Sarlo (2007, p. 90): “lembranças em abismo”.

De início, é preciso ressaltar que os integrantes das famílias que vieram da Itália para o Brasil são marcados por costumes heterogêneos, resultantes do cruzamento de duas nações com particularidades distintas. Tomamos de empréstimo o conceito de hibridismo cultural⁴, formulado por Homi Bhabha (2013), para situar esses imigrantes italianos e seus descendentes na condição de sujeitos híbridos e plurais, já que passaram pelo movimento de cruzar e viver entre fronteiras culturais.

De acordo com Bhabha (2013), o hibridismo cultural não deve ser entendido como uma síntese dialética que soluciona conflitos entre opostos originais misturando-os. O hibridismo não é uma mistura, mas sim, uma superposição, uma dupla inscrição. O sujeito que cruza permanece em vários lugares. Trata-se de um posicionamento que se esquia de classificações e enquadramentos em pólos binários, constituídos a partir de totalizações discursivas e operações de controle. São espaços que reúnem diferentes culturas, que vão além de o simples estar ou passar de lado, mas abertos para a reorganização, articulação e entrelaçamento de culturas e identidades.

O híbrido deve ser pensado como uma condição e produção incessante das minorias em lutas cotidianas pela sobrevivência nos entre-lugares da cultura, que são os espaços e tempos de cruzamento de fronteiras e de negociação de signos e significações. De modo que, viver na fronteira significa viver simultaneamente em espacialidades e temporalidades diferentes no presente do cotidiano. Nesses interstícios, onde há superposição e deslocamento de domínios, experiências intersubjetivas e coletivas negociam o valor cultural.

O trabalho fronteiriço exige o encontro com o novo, a reconfiguração do passado, a resignificação e a construção de identidades. As identidades para Bhabha não são estanques, são ambivalentes, o colonizado está dentro do colonizador e vice-versa. “Viver no mundo estranho, encontrar suas ambivalências e ambiguidades encenadas na casa da ficção [...], é também afirmar um profundo desejo de solidariedade social: Estou buscando o encontro... quero o encontro... quero o encontro.” (BHABHA, 2013, p. 46).

No caso dos imigrantes italianos, de um lado, buscam referências do cotidiano dos brasileiros, de outro, procuram preservar sua relação com o lugar de origem. As identidades estão sempre em negociação. Em um duplo movimento, o que se procura é deixar de ser *o*

⁴ Homi Bhabha situa-se entre os teóricos que formularam a crítica pós-colonial contemporânea. Suas análises são direcionadas aos migrantes e refugiados do pós-guerra, pessoas marcadas pela escravidão, violência, discriminação. Fazemos aqui o uso do conceito de hibridismo de Bhabha, porém, com a ressalva de que o contexto da migração dos italianos foi bastante distinto dos exemplos apontados pelo autor. Apesar de todas as dificuldades que enfrentaram, os italianos foram incentivados pelo governo a migrarem para o Brasil e, de um modo geral, foram bem recebidos.

outro, sem perder de vista os valores da terra natal. Assim, da cisão do sujeito de seu lugar histórico de enunciação, emerge um novo.

Trata-se de um movimento heterogêneo, descanonizado, fragmentado, que perambula na errância definido por Bhabha (2013) como tradução e que comunga com a definição de Walter Benjamin:

Tal como a tangente toca a circunferência levemente e apenas num ponto, do mesmo modo que é esse contacto, mas não o ponto, que lhe dita a lei que guiará a sua trajectória rectilínea até ao infinito, assim também a tradução toca o original ao de leve, e apenas naquele ponto infinitamente pequeno do sentido, para seguir na sua órbita própria à luz de uma lei que é a da fidelidade na liberdade do movimento da linguagem. (BENJAMIN, 2009, p. 96)

Esse entre-lugar – onde estão reunidas culturas de origens diferentes e onde tramitam processos de negociação, de tradução, de transferência de valores – foi o que procuramos observar nas micronarrativas dos integrantes das cinco famílias de imigrantes italianos, presentes no documentário “Relatos afetivos, fragmentos da memória. A imigração italiana em São João del-Rei” (2021), como veremos a seguir.

Família Longatti

Em um dos navios que ancoraram em Santos carregados de imigrantes, no final do século XIX, estava o italiano Geovanni Longatti. Logo que chegou, veio morar em São João del-Rei, interior de Minas Gerais, e passou a ser conhecido como João Vital Longatti. O jovem casou-se com Marieta Facarolli, tiveram 10 filhos e, juntos, passaram a cultivar a terra doada pelo governo na Várzea do Marçal. João Domingos Longatti, um dos filhos, casou-se com Julia Giarola Longatti e tiveram 14 filhos. Entre eles, Onézio (84 anos), Ernesto (82 anos) e João (75 anos) que, em uma tarde de verão, na varanda da casa de Onézio, removeram das paredes os quadros com fotografias de seus antepassados e, em uma conversa informal, recordaram como tudo começou, lembraram da chegada do avô no Brasil, dos dias difíceis de trabalho e da vida no meio rural.

Enquanto os irmãos Onézio e João procuravam rememorar as histórias do passado, Ernesto Longatti, com sua memória aguçada, coordenava toda a conversa. Ernesto, ávido por contar suas lembranças, em uma linguagem bastante coloquial, passava de um caso a outro, sem fazer pausa, sem se preocupar em chegar ao final dos episódios. Como se tentasse costurar retalhos de suas lembranças em uma única história, para que elas não se perdessem. Ouvimos suas narrativas, impulsionadas por afetos, passadas de geração em geração,

encurtadas, reinventadas e em risco de cair no esquecimento, caso não continuem ser transmitidas para as gerações seguintes.

No tempo dos seus avós, tudo estava por ser feito e diante da necessidade de se adaptarem rapidamente ao novo país, muitos traços de suas origens foram apagados. A língua italiana, por exemplo, era falada entre os imigrantes em casa, as gerações seguintes reconhecem as palavras pela sonoridade, mas não aprenderam a falar corretamente. Como no caso de Ernesto que, em um momento ou outro do relato, deixava escapar expressões em italiano como: “Capisci?”⁵.

Era um hábito comum entre as famílias de imigrantes italianos dividirem as terras entre os filhos, para que eles formassem novas famílias e continuassem morando por perto. Muitos membros da família Longatti ainda vivem na terra de seus avós e dão prosseguimento ao trabalho de cultivo da terra com a ajuda dos mais jovens. Embora estejam no mesmo ambiente que nasceram e foram criados, percebemos que muitas informações sobre o passado e a origem de seus genitores estão sendo apagadas. Nos relatos dos três irmãos (2021), observamos divergências de dados e até mesmo ausência de informações sobre os antepassados, por exemplo, quando indagados sobre a cidade ou a região de onde veio o avô, ficaram reticentes. Quando os dados concretos se perdiam, a memória recorria ao imaginário e às subjetividades que mantinham-se latentes e pulsantes.

Durante a conversa, enquanto Ernesto citava uma fala do avô – “olha, não precisa de muita terra para viver, o que precisa é saber trabalhar, interessar pela terra, tem que ter amor pela terra”⁶–, Onésio, segurando um quadro pesado nas mãos, olhava fixamente para a imagem dos seus pais entre a moldura. Ernesto reparou na atitude do irmão e, imediatamente, o advertiu: “não fica olhando que você fica triste e tampa a chorar aí. Você é igualzinho eu, chora à toa”. Em seguida, virou para João e falou: “você também é molão, chora à toa. Ah, chorar faz bem, Nosso Senhor chorou quando Lázaro morreu”⁷. João fez um movimento afirmativo com a cabeça. Onésio, já de posse de outro quadro, apontando com o dedo, foi nomeando cada um dos familiares estampados na imagem. Episódios como esse, nos ajudaram a compreender como as fotografias podem funcionar como gatilho para memória.

As dificuldades que a família passou até todos se estabelecerem foi o ponto mais abordado durante os relatos. A todo instante reforçavam que o hábito comum aos italianos de

⁵ Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (03:01--> 03:06)

⁶ Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (03:11--> 03:20)

⁷ Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (04:03--> 04:15)

trabalhar muito ainda é mantido. “Trabalhava dia e noite e fazia três colheitas em um terreno, em um ano só, de tanta necessidade que tinha.”⁸, contou Ernesto.

Nos relatos sobre os hábitos alimentares da família outras transferências culturais foram evidenciadas. Os pratos que os avós aprenderam a cozinhar na Itália foram adaptados aos costumes locais. De maneira que, na família, é comum misturar pratos italianos com comida mineira. Arroz, feijão e macarrão, por exemplo. Risoto feito com carne de porco cozida, galinha gorda, manteiga e queijo é um dos pratos favoritos dos Longatti.

As massas de macarrão, *capeletti*, ravióli e lasanha, todas feitas em casa, também são especialidades da família. O ato de fazer a massa é, talvez, o traço cultural que os mantém mais próximos de suas raízes. Na massa estaria a busca de identidade com uma Itália que conhecem apenas pelos relatos dos familiares. Uma forma romantizada de tentar manter laços com a terra distante de onde vieram os avós.

Em certo momento, Onézio comentou que o avô gostava muito de angu com queijo. Ao passo que Ernesto logo interveio: “ele fala angu, é polenta com *formaggio*”⁹. A conversa estendeu-se por quase duas horas. Quando a câmera foi desligada, Onézio, Ernesto e João permaneceram sentados, observando e trocando fotografias entre eles, enquanto o dia começava a escurecer.



Os irmãos Onézio, Ernesto e João Longatti. 2020.
Crédito: Kátia Lombardi

⁸ Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (02:38--> 02:44)

⁹ Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (03:49--> 03:51)

Família Giarola

Virginia Schiavi e Luigi Giarola também fizeram o percurso de navio para o Brasil. Eles deixaram Cerea, na Província de Verona, em 1888, e vieram morar no interior de Minas Gerais. Também trabalharam na terra, cultivando frutas e verduras. No documentário (2021), contamos com as narrativas de dois netos do casal, Wilson e Beatriz Giarola.

As paredes e estantes da sala de visita da casa de Wilson Giarola são decoradas com quadros e porta-retratos de membros da família. Wilson, pedreiro aposentado, sentado de frente para a câmera, relembrou fatos históricos e relacionou-os com as histórias da sua família. Ele recordou o fim da escravidão no Brasil e explicou o motivo da vinda dos italianos: “vieram como uma outra camada de escravos brancos, mas vieram. Só trocou a cor, mas o ser humano era o mesmo. Eles prometeram mundos e fundos aqui, casa, prometeram tudo, e não arrumaram nada disso”¹⁰.

De acordo com Wilson, os avós tiveram 12 filhos e eles serviam como mão de obra, porque não tinham empregados. A família toda trabalhava na lavoura, nas terras destinadas aos imigrantes na Várzea do Marçal. Aos poucos foram chegando outras famílias de italianos, como os Brighenti, os Gatti, os Torcelli. Eles deram vida à colônia e continuidade aos hábitos da terra natal, ao mesmo tempo que se adaptavam à cultura local. Nas imagens dos relatos de Wilson Giarola observamos certa melancolia no seu olhar. Enquanto relembrava com carinho as histórias de seus avós e pais, seu olhar e o tom da sua voz assinalavam um passado duro, sofrido, porém, saudoso.

Beatriz Giarola foi minuciosa em suas narrativas. Em 2020, ano que a neta Raruza Kiara gravou seu relato, ela tinha 86 anos e ainda lembrava os pormenores da convivência com os avós na infância. De maneira poética e envolvente, Beatriz contou que quando iam visitar os avós na Colônia, antiga Várzea do Marçal, o avô a chamava “Bela-Atriz, Bela-Atriz, me pegava pela mão, já ia me levando e me levava lá para o parreiral, onde que ele tinha uma plantação muito grande de uva e ai ele escolhia um cacho de uva bonito para me dar”¹¹. Beatriz descreveu detalhadamente as fisionomias de seu avô e de sua avó. Lembrou de como o avô era alto, “eu não sei se é porque eu tinha cinco anos, eu tinha que virar o pescoço toda vida para poder enxergar o rosto do vovô. Era um rosto bonito e rosado, um pouco rosado, mas não era demais não. Era tipo italiano mesmo, os cabelos grisalhos e os olhos azuis, muito

¹⁰ Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (04:27--> 04:40)

¹¹ Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (06:39--> 06:54)

azuis.”¹² Da avó, Beatriz se recorda como ela prendia os cabelos: “a vovó não usava totó não, ela fazia trança, depois enrolava aqui atrás, como se fosse um coque, mas tudo de trança. Tinha um rosto, assim, queimado do sol, era queimado, os olhos azuis misturados com verde”¹³. A avó cozinhava. Beatriz narrou com admiração, o modo como ela fazia o angu, despejava na panela redonda de madeira e cortava-o com um fio.

A infância passou, Beatriz estudou, tornou-se professora, casou e criou dois filhos. Mas, as lembranças desse passado com os avós mantiveram-se acessas até o momento da sua partida.



Wilson Giarola. 2020.
Crédito: Kátia Lombardi



Beatriz Giarola. 2020.
Crédito: Raruza Kiara

Família Lovatto

O pedreiro Luigi Lovatto veio de Legnago, região do Vêneto, para o Brasil em 1888, fugindo da miséria que se encontrava na Itália no final do século XIX. Ele veio com a esposa e três filhos no navio *Città di Roma* e chegaram em São João del-Rei com a primeira leva de migrantes. A princípio ficaram na hospedaria Solar da Baronesa, que acolhia os imigrantes recém chegados. Depois, o filho mais velho, Giuseppe Lovatto, que tinha 18 anos, foi contratado pelo coronel José Theodoro para trabalhar como colono em sua fazenda próximo à Cachoeira do Bom Despacho. Aos poucos, a família se instalou no Campo das Vertentes.

¹² Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (06:57--> 07:17)

¹³ Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (07:30--> 07:52)

As lembranças narradas pelo jornalista Mauro Lovatto – bisneto de Giuseppe e tetraneto de Luigi Lovatto – de seus antepassados são difusas, fragmentadas e, muitas vezes, não foram vivenciadas por ele próprio, mas transmitidas e recontadas de geração para geração. Mauro recordou histórias que ouviu o seu pai contar sobre os seus bisavós e tetravós. Trata-se de um exemplo do que Marianne Hirsch (2012) denominou de pós-memória, ou seja, da memória conservada mesmo com a distância geracional. Lembrando Bhabha (2013, p. 46), “quando a visibilidade histórica já se apagou, quando o presente do indicativo do testemunho perde o poder de capturar, aí os deslocamentos da memória e as indireções da arte nos oferecem a imagem da nossa sobrevivência psíquica”. Para não deixar que a visibilidade de sua história seja apagada por completo, Mauro Lovatto tem buscado documentos sobre as origens de sua família. Já esteve duas vezes na Itália e visitou Legnago em busca de novas informações. Para Mauro, esse retorno ao lugar de origem da sua família acabou por ser uma forma de compreender a sua própria identidade, um processo de autoconhecimento.

Em seu relato, Mauro Lovatto relembrou episódios de sua infância com a família, dos almoços e dos tempos difíceis em que tinham que dividir o pequeno espaço da casa em que moravam. Para além das histórias familiares, seu depoimento foi dotado de senso crítico e reflexão em relação ao processo de migração dos italianos para o Brasil. Segundo Mauro, essa é uma história de muita dor:

na verdade, a gente é italiano até certo ponto e até certo ponto a gente incorporou várias coisas do Brasil. Mas algumas características são muito visíveis, por exemplo, o amor ao trabalho de algumas pessoas, a sensibilidade de outras famílias, a elegância de outras, esse amor à cozinha, esse jeito de ser, está tudo por aí, mas foi tudo adaptado.¹⁴

Como explica Bhabha (2013, p. 20), “esses ‘entre-lugares’ fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade”. Por causa dessa duplicidade de partes, o hibridismo é ao mesmo tempo uma semelhança e uma ameaça, uma indecibilidade, que desestabiliza essencialismos e subverte o conceito de originalidade da autoridade por meio da negação, da variação, da repetição e do deslocamento.

¹⁴ Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (10:53--> 11:23)



Mauro Lovatto. 2020.
Crédito: Kátia Lombardi

Família Tortoriello

Rodolfo Giuseppe Tortoriello, nascido em Tortorella, no sul da Itália, chegou ao Brasil em 1914, foi morar com um irmão que já havia imigrado em Juiz de Fora e, logo, passou a ser chamado de José. Depois de três ou quatro anos, veio para São João del-Rei, onde já morava um primo da família Bello, também de imigrantes italianos. José associou-se aos Bello e montaram uma indústria de couro em São João del-Rei. Mais tarde, separou-se do sócio e tornou-se proprietário da *Curtume Tortoriello Ltda.* O próspero industrial, aos poucos, foi trazendo toda a família da Itália, irmãos, irmãs e os pais que instalaram-se em um casarão na *Rua das Fábricas*. Depois, quando José casou-se com Geraldina, da família Menicucci, vinda da cidade de Luca, na Itália, foram morar em outro casarão no centro de São João del-Rei. Tiveram cinco filhos, Geraldina, Marília, José, Paulo e Roberto. Assim, estava formada uma nova família de descendentes italianos, por parte paterna e materna, era costume entre os imigrantes italianos casarem entre si. Paulo Tortoriello (79 anos), um dos cinco filhos do casal, aceitou o convite para relembrar o passado de sua família.

Paulo Tortoriello chegou para o encontro com dois envelopes repletos de fotografias, além de cartões postais, certidões e documentos de seus familiares. Para Paulo, as fotografias o ajudam a relembrar os fatos e ele sente que muitas histórias não foram registradas em imagens, pois, para ele, elas estimulam a lembrança. Desde o início da conversa, foi possível observar o cuidado de Paulo Tortoriello em não deixar as histórias de seus antepassados se perderem. Além de suas narrativas orais, estimuladas pela revisitação às fotografias, Paulo possui informações sólidas e documentos comprobatórios do processo de imigração de sua família. A conversa para ele soou como uma oportunidade de deixar registrado suas histórias, principalmente, para a geração de seus netos.

Mesmo com todo esse cuidado, em muitas situações percebemos que o tempo muitas vezes foi impiedoso. Há certos detalhes que mesmo a pós-memória não dá conta de alcançar. Logo no início da conversa, o próprio Paulo avisou que poderia cometer alguns enganos nos relatos, principalmente em relação às datas. Quanto perguntado sobre o motivo que o seu pai veio para o Brasil, ele ficou em dúvida e respondeu que talvez tenha sido por influência do tio Domingos que morava em Juiz de Fora e tinha um curtume também. Paulo também titubeou quando indagado sobre a data e porque os avós vieram para o Brasil depois de tanto tempo. Da família da mãe, Menicucci, as recordações são ainda mais escassas. Paulo explicou que os avós maternos moravam em Lavras e, na época, eles tinham dificuldade de se comunicar por causa da distância, por isso não tem tanta informação sobre eles. Em seus depoimentos, a insuficiência de informações sobre seus familiares do passado pareciam repercutir como um lamento.

Na casa dos Tortoriello os pais e os irmãos falavam em italiano, mas, como em muitas famílias de imigrantes, não se preocuparam em ensinar a língua aos filhos, embora eles pudessem compreender tudo que os mais velhos diziam:

Na conversa deles, eles só conversavam em italiano. Então, a gente era criança e nós fomos aprendendo a entender tudo. Tanto é que quando eles tinham que falar alguma coisa que a gente não podia escutar, eles pediam para a gente sair. Porque a gente entendia tudo e não falava italiano.¹⁵

Assim, para os jovens filhos de italianos, em outros ambientes a língua oficial era o português; em casa, português e italiano eram línguas que se entrelaçavam. Podemos dizer que aquelas crianças, situadas no entre-lugar – na inseparabilidade dos vestígios do passado e na urgência do presente – passaram por uma experiência cultural híbrida que, de certa forma, as distinguiu de outras da sua idade.

Lembranças da infância com os pais e tios italianos fazem parte do imaginário de Paulo que transbordou afetividade ao tentar descrevê-los. As principais qualidades atribuídas ao pai foram: homem honesto, trabalhador, muito criterioso, que tinha um coração muito bom. Já a mãe: afetuosa, mas muito severa e excessivamente religiosa.

A comida foi o tema que permeou toda a conversa. Qualquer história que contasse, em algum momento, relacionava-a com os pratos preparados pela família. O cultivo, a preparação dos alimentos, a produção das massas e dos molhos, as receitas, nada escapa à memória de Paulo Tortoriello, que lembrou em detalhes os hábitos alimentares de sua família. O pai gostava de fazenda, cultivava verduras originárias da Itália, como, por exemplo, o tomate:

¹⁵Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (13:06--> 13:29)

Ele fazia o molho em casa e era um molho muito especial, que ele enterrava no chão, lacrava com lacre. A gente ajudava e ficava cozinhando aquilo quatro, cinco horas num tacho de cobre. A gente comia o macarrão com aquele molho.¹⁶

Na casa dos tios paternos fazia-se muita massa. Foi a tia Assunta que o ensinou a abrir a massa com o rolo, depois enrolá-la e cortá-la com a faca. Faziam todo tipo de massa, espaguete, talharim, *capeletti*, ravióli. Já o tio João gostava muito de criação, matava cabrito, criava porco. Nessas ocasiões todos participavam e havia sempre uma integração da família.

Um outro costume que Paulo cultivava até hoje é o apreço à música italiana. Muito emocionado, na conversa, ele recordou suas músicas e cantores preferidos. Seus olhos encheram de lágrimas, ao lembrar:

Tinha cantores como Carlo Bucci, Beniamino Gigli, Tito Schipa, Mario Lanza. Beniamino Gigli tinha uma voz maravilhosa. Até hoje escuto as músicas dele, *Cuore Ingrato*, do Carlo Bucci. *Cara Piccina*, que eu adorava quando era criança. Eu escuto, lembro, tem dia que até choro sozinho.¹⁷



Paulo Tortoriello com fotografias da família. 2020
Crédito: Kátia Lombardi

Família Lombardi

Em 1926, o jovem Mario Lombardi saiu de sua terra, Buonabitacolo, Província de Salerno, e veio para o Brasil sozinho, em um navio a vapor. Ele tinha 17 anos. Deixou a Itália no período do pós-guerra, em busca de um futuro melhor, quando os pais e os sete irmãos passavam por dificuldades. Em São Paulo, Mario foi acolhido por uma tia. Ainda jovem, veio

¹⁶ Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (13:50--> 14:11)

¹⁷ Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (14:38--> 15:03)

para São João del-Rei para trabalhar com um tio bem sucedido. Depois, acabou montando seu próprio negócio. Casou-se com Elza Ratton e tiveram três filhos, Mário, Marisa e Ênio.

Antes de iniciar seus relatos sobre o pai, Ênio Lombardi, o filho caçula, ao som de *Quel Mazzolin Di Fiori*, parecia ter seus pensamentos voltados para bem longe, no passado, ao observar as inúmeras fotografias espalhadas sobre a mesa. Talvez buscasse colocá-las em certa ordem, como forma de organizar também suas lembranças.

Ênio começou falando sobre a vinda do pai para o Brasil, muito novo, deixando a família para trás. Recontou, à sua maneira, histórias fragmentadas, resgatadas com esforço do esquecimento, que deve ter ouvido o pai contar tantas vezes. Muito tempo passou, talvez, se o pai estivesse presente, pediria a ele que contasse tudo novamente, para que nenhum detalhe se perdesse. Nesse esforço de resguardar o passado, a pós-memória acontece sob a influência da vinculação pessoal e afetiva.

Já as lembranças que Ênio pôde vivenciar com seu pai e com a família constituída no Brasil foram descritas com maiores sutilezas e singularidades. Por exemplo, Ênio recordou que, na infância, quando mudaram para Petrópolis, ficaram lá só por um curto período, pois sua mãe não se adaptou com o clima da cidade.

De volta a São João del-Rei, Mario montou uma pequena firma de eletrodomésticos e materiais elétricos. Mais tarde, ele foi eleito prefeito de São João del-Rei. Essa conquista foi motivo de muito orgulho para os filhos. A admiração pelo pai foi reforçada várias vezes na fala de Ênio: “um cara sair, realmente, da Itália sem nada, vir, batalhar, pós-guerra, tudo, deixar a família, chegar aqui, ter seus problemas, chegar em uma cidade e se tornar prefeito. Um estrangeiro ser prefeito em uma terra, é um orgulho que a gente tem dele.”¹⁸ Nesse relato, observamos novamente a associação do imigrante italiano ao sujeito trabalhador, dedicado e esforçado. Características prezadas pelos filhos e formas de conduta que procuram se espelhar.

Também nos relatos de Ênio, os sabores da cozinha italiana são lembrados com muita intensidade. Nessa parte da narrativa, as lembranças ocorrem de maneira fluida, sem obstruções, sem travas na memória. Em tom nostálgico, Ênio ressaltou como o seu pai cozinhava bem, “fazia seus cordeiros, seus cabritos, seu macarrão, até hoje realmente dá saudade”¹⁹. Depois, ajeitando as fotografias amontoadas sobre a mesa, Ênio concluiu: “relembrando os tempos dele, de caçador, de farra, de baile, da montagem da firma, eu tenho

¹⁸ Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (18:00--> 15:03)

¹⁹ Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (18:32--> 18:38)

o maior orgulho do meu pai”²⁰. Em seguida, bastante emocionado, fez um gesto com os dedos, pedindo que a gravação fosse cortada.



Ênio Lombardi com fotografias da família. 2020.
Crédito: Kátia Lombardi

No presente artigo constatamos a importância das micronarrativas orais, impulsionadas pelas fotografias, para recobrar histórias da imigração italiana em São João del-Rei. Lembramos Walter Benjamin ao caracterizar o vestígio como traço, como possibilidade de restituir a memória a partir do que permanece.

Nos relatos orais de segunda, terceira e quarta gerações de famílias de imigrantes italianos constatamos a presença de traços identitários e culturais de seus ancestrais. Assim, pelas lembranças dos irmãos Onézio, Ernesto e João Longatti, de Wilson e Beatriz Giarola, de Mauro Lovatto, de Paulo Tortoriello e Ênio Lombardi, apontamos relações entre as culturas italiana e brasileira presentes nos hábitos cotidianos, no trabalho, nas tradições alimentares, na língua e na fala, na música, na religião, nas formas de festejo e nos valores éticos. Entendemos, assim, que as fotografias, aliadas aos testemunhos orais, são instrumentos essenciais para a difusão e preservação da memória, da história e da cultura dos imigrantes italianos.

A memória é o vetor responsável por reestabelecer relações com o passado e o relato oral a forma empregada para que histórias passadas sejam transmitidas para gerações futuras,

²⁰ Fonte: *Relatos afetivos, fragmentos da memória*. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> (18:43--> 19:01)

possibilitando que o passado seja reelaborado e a cultura, ainda que de forma híbrida e fragmentada, seja repassada.

Situados em entre-lugares, as gerações que viveram ou ouviram as histórias dos seus antepassados, adaptaram-se à cultura do país que os receberam. Fundadas em afetos e subjetividades, as lembranças relatadas pelos membros dessas cinco famílias são formas de reelaborar significações, evitar supressões e reestabelecer relações com o passado.

Fontes

Relatos afetivos, fragmentos da memória. A imigração italiana em São João del-Rei. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wWrNiAX7yoE> Acesso em: 28 jun. 2021.

Referências

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Tradução Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. A tarefa do tradutor. In: *A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin: quatro traduções para o português*. Tradução João Barrento. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2009. P. 82- 98.

_____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Obras escolhidas, v. 1). Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 10ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. N [Teoria do conhecimento, teoria do progresso]. In: BOLLE, Willi (Org.). *Passagens*. Walter Benjamin. Tradução Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. p. 499-530.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BUZATTI, Dauro José. *Raízes Italianas em São João del-Rei. 1888*. Belo Horizonte, 1988.

HIRSCH, Marianne. *Family frames: photography, narrative, and postmemory*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

RIBEIRO, Margarida Calafate; VECCHI, Roberto. Patrimônio/patrimônios: comunidade, língua e pós-memória1. In: DOMINGUES, Ivan; VECCHI, Roberto (Orgs). *Léxico Conceitual Brasil-Europa*. Memória Cultural e Patrimônio (Vol 1). Belo Horizonte, Fino Traço Editora. 2018.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo-Belo Horizonte: Companhia das Letras/Editora da UFMG, 2007.

Os engajadores de imigrantes: empresários recrutadores no processo de imigração e colonização (1850-1914).¹

Patrícia Bosenbecker²
Oswaldo Truzzi³

Introdução

Neste trabalho, buscamos desvincular um setor privado de imigração/colonização de um processo de colonização dirigido pelo Estado. Primeiramente, tratamos de desarticular a noção de “colonizador” ao desenhar um setor privado, incluindo a noção de empresário de setor privado e de empreendimento, sendo que o primeiro é quem investe em imigração/colonização e, conseqüentemente, empreendimento é todo aquele local de instalação de imigrantes. Outro intento em nossa proposta é dividirmos colonização e imigração no intuito de mostrar que o setor privado de colonização e imigração investiu e atuou de forma diversificada, muitas vezes utilizando-se da política nacional de imigração e da Lei de Terras para garantir seus interesses. O primeiro passo é entender que seleção, transporte e instalação de imigrantes, embora etapas complementares e, quase sempre, executadas como um todo no processo estatal de colonização, não ocorrem necessariamente de modo sucessivo, uma à outra, quando o investimento em colonização é privado. A partir desta perspectiva, também ressaltamos que parte significativa dos imigrantes recrutados por investidores privados da colonização são “migrantes”, ou seja, indivíduos em processo de migração interna, em movimento pelo interior do Brasil. Nesse sentido, empresários do setor de imigração que investem e recrutam imigrantes diretamente dos países de origem se sobressaem em termos de capital, econômico e social, e constituem um grupo de investidores com privilégios e notável influência política.

Nosso trabalho avalia a participação dos empresários do setor privado de imigração e colonização no Brasil. Tais empresários são aqueles que recrutam imigrantes para colônias e fazendas durante o Segundo Reinado e as primeiras décadas da República. Nossa pirâmide conceitual inter-relaciona três pontos: o Estado, a terra ou questões fundiárias e o engajamento de imigrantes ou recrutamento de migrantes. Por mais que sejam questões

¹ O trabalho aqui apresentado é oriundo do projeto de pós-doutorado, desenvolvido no Departamento/PPG de Sociologia/UFSCar, intitulado *Empresários do setor de imigração: engajadores e colonizadores no processo de colonização/imigração no Brasil (1850 – 1914)*, processo nº 2018/00335-6, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Bacharel e mestre em História. Doutora em Sociologia/UFRGS.

³ Professor Titular Sênior do PPGS/UFSCar, Bolsista do CNPq.

conhecidas e discutidas da historiografia, os três temas precisam ser definidos sob a perspectiva do investimento privado em imigração/colonização, em várias formas e possibilidades de atuação desse setor, no intuito de deixar tal processo mais transparentes. O primeiro pressuposto é redefinir o que é imigração, o que é colonização e, por fim, o que é colonização/imigração, uma vez que tais formas não são sinônimos entre si, apresentando sutis formas de distanciamento. Com o desenvolvimento das atividades de pesquisa, ficou evidente que colonizar, como muitos pesquisadores do sul do país frisam (ver, entre outros, Roche, 1969), é organizar e desenvolver o loteamento de terras. Já o termo imigração tem sentido amplo e compreende toda e qualquer manifestação migratória ou de deslocamento, incluindo migrações internas, em dinâmicas rurais ou urbanas. Por sua vez, o conceito que utilizamos com mais frequência foi imigração/colonização que especificamente retrata o processo de engajamento de imigrantes europeus e seu subsequente estabelecimento em colônias agrícolas ou fazendas no período de 1850 até 1914, delimitando o recorte de primeiro assentamento, isto é, o engajamento na origem do imigrante e o primeiro assentamento ao qual o imigrante será instalado na chegada ao país. Assim, migrações internas, frentes pioneiras, frentes de expansão ou demais movimentos de enxameamento (ROCHE, 1969) são pensados como processos de migração interna.

Dessa forma, se iremos refletir sobre imigração e colonização privada teremos que ampliar nossos pilares conceituais para incluir os imigrantes, a terra - legalizada ou não -, o Estado, os empresários e os empreendimentos. É consensual e boa parte da literatura sobre o tema está baseada na terra como premissa central de análise, nem tanto nos imigrantes – a não ser para dividir as colônias em termos étnicos, como colônias de italianos, colônias de alemães e assim sucessivamente – e menos ainda nos proprietários de terras, pois não é regra que eles sejam considerados os colonizadores. É comum avaliar que o processo gerido pelo setor privado de imigração/colonização possa ser pensado a partir da tríade: colonizadores, colônias e imigrantes. Nessa perspectiva, o colonizador é aquele que é responsável pela colonização, o recrutador ou engajador, ou seja, nem sempre é efetivamente o proprietário da terra. Já o termo colônia representa todo o agrupamento de imigrantes inseridos nas mais diversas formas em diversas regiões do território nacional no período que avaliamos⁴ e imigrantes são trazidos ao país e de alguma forma se estabelecem numa determinada colônia, embora nem sempre esteja claro de que forma isso ocorre. Por outro lado, nem sempre são imigrantes no exato significado do termo (vindos diretamente do exterior), mas sim

⁴ Isso não significa que tratamos as mais diversas colônias como iguais ou que, no mínimo, ignoramos suas diferenças. Nosso propósito é reunir todos os empreendimentos criados para posterior análise.

migrantes, uma vez que alguns já podem contar com alguma experiência em migração interna em território nacional.

No presente trabalho, focado no setor privado da colonização, adotaremos os seguintes termos específicos: o empresário, os empreendimentos e os imigrantes. As noções de empresários e empreendimentos são aqui utilizadas para nos distanciarmos da perspectiva de colonizador, uma vez que o colonizador não necessariamente é o investidor privado em colonização e imigração, podendo ser diretor colonial ou agente de colonização, contratado por um empresário para recrutar imigrantes. Todos os dados sobre os empresários foram catalogados em um banco de dados dos empresários do setor privado de imigração e colonização.

Assim, entendemos empresários como todos aqueles investidores, sejam eles grandes empresários, fazendeiros, comerciantes, colonizadores, bem como empresas especializadas em loteamentos de territórios, que tenham construído algum tipo de empreendimento, entendido como colônias, que se configuram *como centros de atração de imigrantes*, ou seja, o empreendimento é o ponto final de assentamento de grupos migrantes. Contudo, o processo desenvolvido pelo setor privado de imigração/colonização parece funcionar da seguinte forma:



Isso significa que é muito comum que o Estado apareça senão em todas as etapas (através de concessões, subsídios, prêmios, entre outros privilégios concedidos ou legalizações favoráveis aos empresários), em boa parte delas. Além disso, atua direta ou indiretamente no setor para regular, “fiscalizar”, financiar e prover os empreendimentos privados, quando não os próprios empresários. Nessa leitura, o processo de imigração e colonização é formado por diferentes fases, tais como a disponibilização de terras para um empreendimento de atração de imigrantes ou migrantes, criação de uma colônia e recrutamento de imigrantes e, mesmo se tratando de investimentos privados, é comum que o Estado apareça em alguma fase do processo.

As relações entre Estado e empresários

A relação de setor privado de imigração com o Estado opera em dois sentidos. O primeiro sentido diz respeito ao investimento do Estado na colonização privada. Em seu momento inicial, pode ser percebido pela legislação específica da colonização, pelas concessões de terra, pela venda de terras a preços módicos, pelos contratos entre Estado, nas suas várias esferas, e empresários ou empresas (que garantem as condições do processo, a regularização dos negócios, os valores mínimos ou máximos de venda de lotes para estrangeiros, o número de imigrantes que pode ser inserido, entre outros), pelo pagamento de prêmios (incentivos em dinheiro pagos aos empresários por imigrante inserido no país, conforme idade dos migrantes e definições na legislação) ou por subsídios. Praticamente todos os empresários ou empresas receberam algum desses “benefícios” concedidos e garantidos pelo Estado aos empresários do setor, como política estatal de incentivo à imigração. Tais benefícios eram geralmente obtidos apenas quando requeridos pelos empresários, o que originava um pequeno balanço, ou a demonstração dos resultados alcançados pelos empreendimentos. Dessa forma, o Estado regulou o processo, e os empresários investiram na colonização e imigração. Essa seria a primeira linha de envolvimento, que podemos traduzir como institucional, entre Estado e empresários. Aqui também podem entrar empresários que receberam esporadicamente, por força de requisições próprias ou dos integrantes da colônia, recursos para construir uma ponte, reformar uma estrada de acesso, iniciar as obras de uma igreja, etc.

Avançando esse tipo de envolvimento, estão os empresários que receberam muito mais do que benefícios ou concessões do Estado. Formam este grupo, os empresários ou empresas que receberam recursos, remessas de caráter e condições variadas e até o pagamento de salário dos cofres públicos. Tais colônias, em alguns casos, terminaram encampadas pelo governo. Isto ocorreu quando, no seu período de fundação ou ao longo da gestão do processo de colonização, tais empreendimentos e empresários romperam o padrão de logística privada de imigração, porque se tornaram dependentes do Estado para sua manutenção. Há dois exemplos surpreendentes desse grupo de empresários que investiram valores pessoais nas colônias, mas tiveram seus empreendimentos custeados pelo Estado, seja com remessas constantes, pagamentos de salários e, por fim, a transferência da colônia para o Estado. Os dois nomes exemplares aqui pensados são Hermann Blumenau e Jean Maurice Faivre. Dois dos nomes mais importantes entre colonizadores estrangeiros e com grandes empreendimentos.

A utilização da logística de imigração do Estado é o segundo sentido da relação entre empresários e Estado. Como parte da política de imigração e colonização, o Estado faz a propaganda na Europa buscando interessados, recruta os imigrantes para suas colônias, todas já demarcadas, medidas e regularizadas (pelo menos em tese), paga o transporte, para o qual mantém onerosos contratos com empresas internacionais, e assenta os imigrantes, além de subsidiar valores (passagens, ferramentas, alimentação, prestações pela compra-venda dos lotes), ao mesmo tempo em que concede (ou vende) extensas faixas de terras ao redor de suas colônias para empresários ou fazendeiros. Estes, após lotearem e demarcarem pequenos lotes coloniais, aguardam para vendê-los aos imigrantes descontentes com o Estado, ou para vender para filhos dos colonos, a preços a princípio mais baratos. Assim, os empresários formam um grupo de especuladores de terras, que lucram com a venda de lotes em colônias regularizadas, mas que utilizam a logística de recrutamento de imigrantes, ou seja, de imigração, criada e mantida pelo Estado, para lucrarem com o processo, sem participar das etapas de recrutamento, transporte e assentamento dos imigrantes (no primeiro lote de assentamento e primeira colônia de destino para os imigrantes). Assim, eles colonizam, são considerados colonizadores pela historiografia, mas não possuem uma lógica privada de imigração.

Engajadores de imigrantes: empresários e fazendeiros

Um dos principais demarcadores em nosso estudo sobre os empresários do setor de imigração e colonização é a circunstância de haver ou não engajamento de imigrantes diretamente no exterior. Este é o mais importante diferencial entre os empresários, uma vez que ele divide aqueles empresários que possuem uma efetiva logística privada de imigração, daqueles empresários que promovem o loteamento de terras para colonizar áreas. Ambos criam colônias oficialmente reconhecidas, mas apenas os primeiros assentam *em primeiro estabelecimento imigrantes que recrutaram na Europa para se estabelecerem em suas propriedades*, com condições previamente estabelecidas. Em geral, os empresários que engajaram os imigrantes são os que mantêm efetivamente uma logística privada de imigração, já que os loteadores de terras aproveitam da política de colonização do Estado para construir e desenvolver seus empreendimentos. Assim, o engajamento de imigrantes está intimamente ligado a uma logística privada de imigração, com um investimento privado no processo, em detrimento de uma política de colonização/imigração que é conduzida pelo Estado. O que nos leva a discutir, finalmente, a relação entre o Estado e as possíveis lógicas privadas de imigração.

Fica mais do que comprovado, de que foi o Estado o maior engajador de imigrantes, com a mais efetiva logística de imigração/colonização. Assim, é fundamental entender como ele se relacionou com os empresários, como regularizou e organizou uma logística privada de imigração. Dito isto, é necessário dividir os dois grupos de empresários que relacionamos - aqueles que recrutam e os que colonizam sem recrutar imigrantes na origem. No primeiro caso, os empresários que mantêm uma forma privada ou empresarial de inserção de imigrantes e comércio de terras, possuem uma *logística privada de imigração/colonização*. No segundo, os empresários produzem o loteamento das terras para assentar colonos (a partir do segundo assentamento de migrantes ou do assentamento de descendentes de imigrantes) e, portanto, sem engajar imigrantes, pois a forma de recrutamento dos colonos ocorre a partir da logística imigratória mantida e operada pelo Estado, seja nacional ou local. Dessa forma, a logística estatal de imigração/colonização incentiva uma colonização de terras por parte de empresários e fazendeiros, que podemos considerar uma consequência da inserção de imigrantes pelo Estado.

Especuladores de terras, deslocadores⁵ e engajadores de imigrantes, contudo, dividem uma característica comum. Qual seja, uma forma abrangente pela qual os empresários do setor, em análise preliminar, se relacionam ou mantêm algum tipo de relação com o Estado: justamente fazendo parte dele. Ser integrante do governo, possuir cargos, discursar nas câmaras municipais ou assembleias provinciais ou estaduais, defendendo interesses particulares, bem como os princípios centrais da política de imigração e colonização parecem ser formas muito comuns de usar o Estado em proveito próprio. A maioria dos empresários do setor ocupa cargos públicos, são grandes defensores e articuladores das políticas imigratórias e possuem colônias próprias. São renomados articuladores políticos, com cargos nos mais diversos níveis, participam de partidos políticos e associações em várias esferas, inclusive associações que investem em imigração. Os empresários desse tipo são ao mesmo tempo parte do Estado e parte da lógica privada de imigração.

Uma das principais questões é entender como funcionam os custos do processo, tanto em termos do investimento realizado pelo Estado, quanto pelos empresários. Entretanto, tal questão fica obscurecida por duas formas diferentes. Primeiro, porque as ramificações dos empresários no governo e casos específicos como o da Sociedade Promotora, em São Paulo, mostram que muitas vezes a logística se desenhou a partir de empresários, mas foi

⁵ O termo é originado no trabalho de Derenzi (1974, p. 75) sobre os italianos no Espírito Santo, ao tratar da colônia Nova Venécia e Santa Leocádia, conforme boletins geográficos consultados pelo autor, para mostrar que levas de imigrantes recrutadas pelo Estado foram “desviadas” para empreendimentos privados, em procedimentos pouco transparentes e praticamente sem investigações dos gestores estatais.

encampada, tendo seus custos e investimentos geridos pelo Estado, no que tange a manutenção do sistema de imigração típico do segundo reinado e do início da República. Depois, essa discussão fica prejudicada, porque não é possível determinar com precisão os valores investidos pelos empresários do processo de colonização ou imigração. Talvez esse cálculo possa ser realizado considerando a quantidade de terras colonizadas, contudo, valores em dinheiro e o custo do processo não são divulgados nas mais variadas fontes consultadas. De certa forma, o Estado parece que também não desejou controlar esse quesito e, assim, as lacunas que temos, do banco antes de estarem vazias, parecem cheias de silêncios, sugerindo que as ramificações políticas e a “falta” de fiscalização do Estado são parte da *logística privada* de colonização/imigração.

No mapeamento de investimentos do processo privado de imigração e colonização há os recrutadores internos e os deslocadores, sendo que ambos estão utilizando as logísticas de imigração do Estado. Finalmente, a última forma, e a que mais nos interessa aqui, trata dos *engajadores* de imigrantes, que efetivamente estabelecem uma logística privada de imigração/colonização e, portanto, diferentemente dos outros dois tipos (recrutadores internos e deslocadores) não dependem da logística estatal para construir ou desenvolver seus empreendimentos. Entretanto, é preciso ficar claro que embora estes empresários recrutem imigrantes para seus empreendimentos de maneira direta, eles podem ou não manter formas de recrutamento interno de colonos para aumentar as vendas de terras ou ampliar áreas de colonização ou frentes de trabalho em épocas de colheita ou produção.

Engajadores de imigrantes são importantes, como vimos, porque organizam e investem a partir de uma lógica empresarial de imigração, que supõe uma logística privada de imigração/colonização, com todas as etapas do processo geridas por particulares (ou seja, sem a participação do Estado em alguma das etapas). Os resultados encontrados mostram que sim, existe uma logística empresarial, mas ela é exceção no interior do processo amplo de colonização. Tal logística reúne, além de desconhecidos empresários, renomados fazendeiros, que independentemente da finalidade para a qual engajam estrangeiros para se estabelecerem em seus negócios, serão chamados de *empresários engajadores*.

Tipologias dos empresários do setor privado de imigração e colonização

Há, portanto, no processo de investimento privado em colonização, tipos bastante diferentes de empresários do setor de imigração e colonização e de logísticas privadas de imigração. A seguir, trataremos dos principais grupos.

Um primeiro grupo de empresários do setor de imigração e colonização é formado por fazendeiros, majoritariamente, cafeicultores, especialmente paulistas, embora também possam integrar esse grupo fazendeiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais e do Espírito Santo, que mantém lógicas privadas de imigração, tanto como investidores individuais quanto em organizações associativas, com destaque para estas últimas. Suas características vão desde grande estabelecimento de estrangeiros (em números individuais de inseridos), abrangente atuação política, até capitais importantes investidos.

O segundo grupo pode abranger um conjunto de estrangeiros com interesses diversos. Aqui podem ser incluídas as empresas estrangeiras, como as comerciais, como a Sociedade Colonizadora de Hamburgo e seus investimentos em Santa Catarina ou a Jewish Colonization Association, que mantinha um projeto para assentar imigrantes judeus pobres no Brasil e Argentina. Neste mesmo grupo, mas em outra categoria, estão os investidores estrangeiros individuais, que podem ser divididos entre comerciantes, especialmente com ligações mercantis transnacionais (como representantes de grandes companhias comerciais ou mercantes estrangeiras), como é o caso de Jacob Rheingantz, e entre os estrangeiros com projetos políticos ou étnicos, onde poderiam ser agrupados nomes como Giovanni Rossi, da colônia Cecília, no Paraná, ou Hermann Meier, que atuou no Rio Grande do Sul. Aqui também podem ser incluídos estrangeiros com suporte de governos de outros países, caso de Charles von Lede, que tinha apoio do governo belga para introduzir imigrantes em Santa Catarina.

O caso mais famoso em termos étnicos e com apoio do governo de origem seria o dos imigrantes japoneses. Eu acredito que nesse sentido investimentos como as colônias de confederados, que migraram com o final da guerra civil norte-americana também possam ser incluídos aqui. O fato é que tais empreendimentos estrangeiros seguem dinâmicas muito diferentes e apresentam interesses distintos. Contudo, possuem lógicas de imigração privadas e, salvo exceções, não dependem do Estado nacional para concretizar seus projetos. Assim, podem ser apresentados como empresas ou investidores individuais, com projetos étnicos, políticos, ou religiosos. Com apoio de governos de origem (ou de entidades religiosas, dependendo do caso) ou não.

Um terceiro grupo de empresários são os proprietários de companhias de estradas de ferro, ou rodovias, que também são centros de engajamento de imigrantes, que ou trabalhavam nas obras ou foram assentados ao redor dos trilhos. Boa parte desses empresários atuam em empresas com capital estrangeiro em sua constituição, além de grande lastro de

investimentos internacionais, mas as formas de engajamento e colonização não são muito discutidas na literatura sobre o tema.

Um quarto grupo são brasileiros, geralmente, grandes empresários comerciantes ou mercantis que tinham investimentos na maior parte das atividades econômicas desenvolvidas no país. O exemplo mais emblemático deste grupo é Teófilo Ottoni.

Experiências dos empresários e as formas de engajamento

Avaliando os empresários do setor privado de imigração e colonização nos deparamos com algumas formas diferentes de logísticas de engajamento que estavam relacionadas às experiências que os mesmos indivíduos possuíam no comércio internacional, no grande comércio nacional ou na administração de negócios centrais para a economia do país. A partir dessas experiências, subdividimos alguns empresários por grupos para analisar a relação entre estas experiências e os processos de engajamentos. Entre as formas de engajamento do setor privado de imigração/colonização estão logísticas que remetem a ex-trafficantes de escravos, estrangeiros com redes comerciais, políticas ou étnicas que contribuem para o engajamento de co-étnicos e grandes comerciantes com participação dinâmica na economia nacional e vínculos internacionais em seus negócios. Trataremos a seguir de algumas de suas características.

Um grupo bastante peculiar de engajadores é formado por ex-trafficantes de escravos. Considerando apenas aqueles que são apontados pela historiografia como efetivamente trafficantes de escravos, encontramos engajadores, tanto para suas fazendas ou para colônias, em todas as províncias do sudeste do país. Este caso carece de uma análise mais aprofundada. Contudo, a participação de ex-trafficantes de escravos presume a transformação de sua logística e abertura a um novo negócio, nem tão demarcado pela terra, mas pela introdução de colonos tanto em fazendas quanto em colônias de proprietários, em mais de um estado brasileiro. Estão nessa lista, os Souza Breves, o Major Dias e o Senador Vergueiro. Ao estudar o caso dos Souza Breves, Thiago Pessoa e Walter Pereira (2019) concluem que:

Fazendeiros negreiros atuaram na viabilização, na reabertura do tráfico e na revitalização da escravidão no Brasil. Reforçamos o argumento de que esses senhores agenciaram diretamente o processo de reestruturação do tráfico de africanos nos oitocentos. Ao erguerem seus complexos agrários tiveram por base a reabertura do comércio negreiro e sua estabilização na década de 1840. A construção da questão nesses termos garante uma abordagem inovadora de dois objetos erroneamente apartados da historiografia: a formação do amplo complexo cafeeiro do Vale do Paraíba, cuja extensão paralela ao arco litorâneo da província do Rio de Janeiro, estende-se do norte

de São Paulo ao sul do Espírito Santo, e o comércio negreiro em sua fase clandestina. (PESSOA; PEREIRA, 2019, p. 9-10)

Ou seja, “parece patente que durante a clandestinidade houve um amplo processo de reestruturação e renovação das redes dos negreiros, possivelmente atrelada à maior proximidade entre traficantes e fazendeiros, marcando um novo padrão das relações de comércio no Atlântico.” (PESSOA; PEREIRA, 2019, p. 6-7). Na década de 1850, os empresários do setor privado que aparecem como ex-traficantes de escravos passam a organizar outras levas de trabalhadores, muitas vezes, tendo como experiência inicial a tentativa de estabelecimento de chineses, como servos, e mais tarde trazendo os primeiros imigrantes europeus.

Muitos dos engajadores de imigrantes são reconhecidos pela historiografia como ex-traficantes de escravos, como é o caso do Major Caetano Dias da Silva:

Também é preciso destacar que, o Major Dias da Silva, português fundador da Colônia de Rio Novo, cunhado do Coronel Bittencourt, viera para Itapemirim como traficante negreiro. Marins cita uma notícia do Jornal S. João da Barra, de 1882, onde relata que o primeiro navio negreiro que aportou em Itapemirim trazendo cativos chamava-se Paula e chegou a este porto em fevereiro de 1831. Era comandado pelo então Capitão Dias da Silva e pelo piloto Herculano, que era baiano. Rocha também o descreve como traficante negreiro, em 1860 durante a visita do Imperador a Itapemirim. Dias da Silva era português e chegou ao Brasil em 1828, onde empreendia viagens a Angola. Tinha relações com Joaquim Ferreira de Oliveira, conhecido contrabandista de escravos da Corte. (MACHADO, 2018, p. 132)

É, contudo, outro ex-traficante de escravos que possui um dos mais importantes sistemas privados de imigração, que começou a ser operado em São Paulo, a partir dos empreendimentos do Senador Vergueiro. A atração de imigrantes para trabalharem nas fazendas de café do então oeste paulista foi chamada de sistema de parceria, conforme, Thomas H. Holloway:

Nas décadas de 1840 e 1850 vários fazendeiros no oeste de São Paulo, liderados pelo senador Nicolau Vergueiro, experimentaram a importação de trabalhadores europeus, em uma primeira tentativa de substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. O “oeste” da província naquele tempo estava em torno de Campinas, Limeira e Rio Claro. A região de Ribeirão Preto ainda não havia sido aberta ao cultivo do café e nenhuma via férrea existia ainda em São Paulo. (HOLLOWAY, 1972, p. 160)

O sistema funcionava da seguinte forma:

O tipo de organização do trabalho adotado nestes programas era o de parceria nas colheitas. Cada colono, isto é, o chefe de cada família imigrante concordava em tratar e colher os frutos de um certo número de cafeeiros. A safra total era, em seguida transferida para o proprietário da terra para fins de processamento, embarque e venda e o trabalhador recebia metade da receita gerada com as vendas do café. Ao lado das plantações de café eram fornecidas às famílias dos colonos pequenas porções de terra nas quais podiam desenvolver culturas alimentares e pasto para uns poucos animais domésticos. O fazendeiro recebia metade do excedente de produção dessas terras. (HOLLOWAY, 1972, p. 160)

O longo trecho citado acima não explica, contudo, uma parte importante do processo de imigração, quer seja, como funciona o recrutamento de imigrantes europeus para seu estabelecimento no Brasil, questão chave no processo de imigração/colonização. O sucesso de Vergueiro não se dava apenas na implementação do sistema de parceria, mas na forma empresarial e, assim, no âmbito do privado, de contratação e “comércio” de imigrantes. Como alertou Flávia Gouvêa em seu trabalho de dissertação, Vergueiro “também colocava à disposição dos outros fazendeiros da região a sua “organização empresarial” que contratava os imigrantes, organização já estabelecida na Europa há algum tempo. Vergueiro também expandiu esses serviços a outras localidades” (GOUVÊA, 2011, p. 23).

Além de prestar o serviço de intermediação entre demandas e recrutamento de imigrantes (que chamamos neste caso de engajamento), Vergueiro também ofereceu a sua empresa para atuar como contratada pelo governo provincial paulista no intuito de introduzir colonos, conforme contrato de 1852, renovado em 1856, no qual a empresa de Vergueiro receberia dos cofres públicos provinciais um empréstimo de 25 contos de réis (GOUVÊA, 2011). Portanto, além do *know how*, contratos e subsídios do Estado fazem parte das configurações dos empresários do setor privado de imigração/colonização.

A grande questão é como se operou tal sistema em seu princípio. O processo de recrutamento e transporte foi descrito por Thomas Davatz, que entre os principais pontos destacou o recebimento dos imigrantes por Nicolau Vergueiro ou por seus filhos, a instalação dos imigrantes recém-chegados ao porto de Santos num tipo de barracão, com acesso controlado por homens armados e que “no pátio e no prédio era costume, ao que consta, encerrarem-se e venderem- -se os escravos negros logo após sua chegada”. (DAVATZ, 1980, p. 89). Sem entrar nos detalhes do processo de estabelecimentos dos grupos imigrantes pela empresa de Vergueiro, o que fica patente da narrativa de Davatz é que:

Pela descrição fornecida por Davatz, tratava-se muito provavelmente de um edifício articulado ao tráfico negreiro, destinado à acomodação dos escravos recém-chegados da África que aguardavam o momento de sua compra ou de transporte a algum mercado de escravos mais afastado do porto. Corroborando essa suposição, tem-se que Nicolau Vergueiro não atuava apenas como importador de trabalhadores livres. Seu nome aparece no *Slave Voyages Database* como proprietário da carga de cinco navios negreiros, três deles destinados a portos do Rio de Janeiro e os outros dois, ao porto de Santos. A julgar por sua posição de contrabandista de escravos e pelo relato descritivo de Thomas Davatz sobre o pátio em que foi trancafiado ao chegar ao Brasil, conclui-se que Vergueiro hospedava as famílias colonas no mesmo espaço de acomodação no porto destinado originalmente aos escravos provenientes do tráfico transatlântico. É essa experiência espacial que permite que Davatz afirme que “[...] apenas chegados ao porto de Santos, [...] os colonos já são, de certo modo, uma propriedade da firma Vergueiro”. (MENDES, 2007, p. 339).

O ponto central aqui é que a experiência anterior desse tipo de empresário do setor privado da imigração/colonização remete às redes clandestinas de tráfico internacional. A questão é como se fez o empreendimento de engajamento de imigrantes: dinheiro, contatos e informações, contratos, rotas de transporte, homens armados e, evidentemente, os caminhos para aquisição de subsídios estatais, lembrando que Vergueiro tinha empréstimos do Estado e que o processo de encampamento da colônia do Major Caetano não parece ser um negócio transparente entre interesses particulares e estatais.

Outro grupo importante de engajadores, com logística privada de imigração, é formado pelos estrangeiros, com os mais distintos objetivos, que estabeleceram colônias de proprietários. Ressaltam-se os empresários e investidores alemães, com projetos comerciais ou étnicos. Nesse sentido, aqui é importante reforçar que o discurso étnico oriundo de tais projetos, e de parte da historiografia, contribui para o pouco entendimento sobre o modo de operação logística para formação dos empreendimentos coloniais. O exemplo ideal é Blumenau, pois “A colônia do Dr. Hermann Blumenau, a par da colônia Dona Francisca e Santa Cruz, é considerada como a colônia alemã mais perfeita em todo o Brasil.” E, dessa forma, “Efetivamente, e com razão, o nome Blumenau entrou para a História, consubstanciando a quinta-essência do que seja a obra germânica de pioneiro e de cultura.” (OBERACKER JR, 1968, p. 305)

Em geral, os autores tendem a pensar o empresário como o colonizar principal, como “um guia no setor econômico e espírito-cultural, [Blumenau] era o seu [isto é, para os colonos imigrantes que introduziu na colônia] auxiliar na prática e conselheiro nas suas necessidades pequenas e nas grandes aflições.” Evidentemente, Carlos H. Oberacker Jr. está tentando evidenciar o importante papel cultural da imigração alemã, que pode ser estendido a inúmeros

outros empresários estrangeiros alemães que construíram colônias no país ou intermediaram processos migratórios, porque, nesse sentido, “Colonizar, para ele [Blumenau], *era missão*, e como ele próprio dizia, a *solução de um problema* cultural, que merecia *o sacrifício* de toda uma vida, da saúde e do patrimônio.” (OBERACKER JR, 1968, p. 305, *grifos nossos*). Contudo, objetivo, missão, projeto étnico-cultural, não são a mesma coisa que logística de imigração/colonização. Como muitos estrangeiros de renome no processo de colonização no país, Blumenau sofreu com o engajamento, transporte e instalação dos grupos imigrantes:

... e quando a capacidade financeira do fundador já estava próxima a exaustão, a colonização, que era um empreendimento particular, foi encampada pelo governo imperial. Blumenau foi, na ocasião, nomeado funcionário-diretor. Agora tinha ao seu dispor os meios necessários para a concretização mais rápida dos seus grandiosos planos de colonização. (OBERACKER JR, 1968, p. 305, *grifos nossos*)

Contudo, não podemos ignorar o fator dos “meios necessários” das linhas apresentadas. Os meios necessários são eventualmente a logística, o capital e o suporte estatal ao desenvolvimento dos projetos de colonização (acesso e gerenciamento da terra). Por mais que, historiograficamente falando, Oberacker Jr. tenha consolidado a oposição entre os colonizadores com missões étnico-culturais versus os comerciantes e especuladores comerciais e fundiários. Seguindo sua pequena biografia de Blumenau, o autor compara o colonizador de Santa Catarina com o comerciante alemão Jacob Rheingantz, que construiu uma colônia no extremo sul do Rio Grande do Sul. Rheingantz não entrou para a história, no contraponto demarcado por Oberacker Jr. porque, segundo este autor, colonizar para ele era uma questão comercial e Rheingantz fora desleixado nos aspectos culturais e no desenvolvimento econômico e cultural do que seria uma colônia alemã ideal. Assim, critica a exclusividade agrícola da colônia do extremo sul rio-grandense e a falta de um centro urbano desenvolvido.

Entretanto, se a logística de imigração for responsável pelos recortes de análise, Rheingantz se transforma em um dos mais importantes engajadores “privados” do Rio Grande do Sul, com mais de 600 famílias recrutadas em 16 anos de trabalho na sua imensa colônia (BOSENBECKER, 2020), contando com uma logística privada de imigração e colonização em todas as suas etapas, com sistemas de transporte, se não próprio, quase que exclusivo, atuando como banqueiro responsável por transações internacionais, estabelecendo contratos com agenciados estrangeiros, costurando apoio de redes comerciais transnacionais, e também

- não poderia deixar de faltar - apoio político, já que não tinha participação política direta na localidade de seu estabelecimento.

Assim, em se tratando das logísticas privadas de imigração/colonização não colocamos em evidência o tipo de projeto dos estrangeiros: étnico-cultural, religioso, comercial, com ou sem apoio dos governos na origem (caso da Colônia Belga, de Charles von Ledebur, que contou com apoio do governo belga). A característica aqui ressaltada é a importância de redes binacionais como forma e modo pela qual a logística de imigração será operada. Falando do papel de comerciantes e empresários, nacionais ou estrangeiros, cabe salientar que uma parte considerável destes possui em comum a característica de experiência anterior em algum tipo de negócio internacional, como em companhias de importação e exportação.

O empresário nacional de então tem características particulares e, embora não tão comum enquanto investidores em imigração, possui sistemas logísticos privados, pelo menos até a falência ou até seus negócios serem encampados, e não necessariamente porque faliram financeiramente. Lembramos que falência logística também guarda seu poder de explodir negócios nos confins brasileiros. A questão não é apenas falência em sentido financeiro, mas também um tipo de “falência” logística dos empresários do setor privado, que padeciam com frequência no processo de agenciamento de imigrantes para seus negócios, alterando planos e, assim, investindo nos loteamentos de terras e nas migrações internas. Em outro sentido, em termos de despendimentos financeiros, são raros os empresários que não recebem empréstimos e subsídios para manter seus negócios no setor privado de imigração/colonização. Incluindo aqui as empresas e as associações.

O exemplo de empresário, de grande empresário nacional, é trazido pelo caso de Teófilo Ottoni, homem de fortuna, inserido nas práticas mercantis presentes do país em meados do século XIX, operando uma vasta gama de negócios, além de ser um dos nascidos na terra, conforme mostrou Ferreira Neto (2002). Nesta tipificação:

Um empresário poderia ter, simultaneamente, atuação em vários segmentos do mercado. Da mesma forma, um outro poderia controlar a reposição de mão-de-obra escrava, a comercialização do açúcar e a importação e exportação para a metrópole. No mercado interno, a prática era a mesma, um mesmo mercador podia monopolizar o comércio de carne, trigo ou qualquer outro produto. Estas múltiplas atividades mercantis, ao contrário do que se pensa, não eram vistas como algo ruim, dava ao comerciante uma “posição estratégica” nas acumulações processadas no mercado interno. O comerciante tanto enriquecia com o mercado interno como também passava a ter e exercer o poder financeiro e comercial. (FERREIRA NETO, 2002, p. 187-188)

Embora estejam representados no setor privado de imigração, grandes empresários nacionais não formam um grupo muito significativo, nem seus negócios foram bem sucedidos ou tiveram durabilidade. Mesmo assim, por pelo menos algum tempo, foram capazes de manter e operar um sistema logístico privado de imigração, bem como articular interesses em grupos específicos, como associações. Um dos casos mais significativos é da Sociedade Internacional de Imigração, embora sua articulação visasse uma imigração norte-americana, na década de 1860. Essa associação incluiu capitalistas, comerciantes, industriais, banqueiros, armadores, fazendeiros e políticos, sendo que a maioria dos associados era de estrangeiros estabelecidos na Praça comercial do Rio de Janeiro. Entre os brasileiros de destaque estava Ottoni, por exemplo (ver ZORZETTO, 2000).

Considerações Finais

O texto aqui apresentado discute alguns aspectos do projeto intitulado “Empresários do setor de imigração: engajadores e colonizadores no processo de colonização/imigração no Brasil (1850 – 1914)”. Neste trabalho tratamos especificamente dos empresários engajadores, que são aqueles que possuem uma logística privada de recrutamento de imigrantes em seus países de origem para o estabelecimento em negócios criados no Brasil. Tal logística embora não necessariamente independente do Estado, pode operar de forma autônoma das logísticas produzidas pelo Estado ao longo do tempo.

Dividimos os empresários engajadores em quatro grupos centrais: os fazendeiros, os estrangeiros, as grandes companhias de investimento em infraestrutura, especialmente as companhias de estradas de ferro, e, finalmente, os grandes empresários nacionais. A seguir, também apresentamos um esboço sobre a relação entre as experiências anteriores dos empresários e as formas de engajamento de imigrantes, procurando desvendar o papel de possíveis experiências internacionais para o desenvolvimento de um projeto de colonização.

Conforme avaliado ao longo do texto, os empresários desse setor apresentam características muito variadas. São grupos formados por estrangeiros estabelecidos no país com sólidos laços econômicos e até políticos, passando por grandes investidores em geral, abarcando ainda os principais fazendeiros da região sudeste. Embora distintos em interesses e tipos de investimento, parecem dividir um conjunto de características que tornam ambíguas as relações com o Estado brasileiro e suas políticas de colonização. Por mais que os dados sejam incipientes, apresentam reflexões importantes para entender o setor privado e proporcionar novos aspectos sobre os investimentos privados em colonização e imigração no território nacional.

Referencias

- BOSENBECKER, Patrícia. *Uma colônia cercada de estâncias: a inserção de imigrantes alemães na colônia São Lourenço/RS (1857- 1877)*. Pelotas: Ed. UFPel, 2020.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1941.
- DERENZI, Luiz Serafim. *Os italianos no Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.
- FERRÃO, André Munhoz de Argollo. *Colonos na fazenda Ibicaba, empresários em Piracicaba: a evolução sócio-econômica de um grupo de imigrantes alemães (1850-1880)*. Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas. Curitiba: ABPHE/UFPR, p. 1-20, 1999. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/andre-munhoz-de-argollo-ferrao.pdf> Acesso: 03 set. 2018.
- FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. *Memória, política e negócios: a trajetória de Theophilo Benedicto Ottoni*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp/IFCH, 2002.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.
- GOUVÊA, Flavia Mengardo. *Os imigrantes alemães em Rio Claro: Estratégias de sobrevivência e redes de sociabilidade nos séculos XIX e XX*. Dissertação (Mestrado em História). Franca: UNESP, 2011.
- GROSSELLI, Renzo M. *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã; v.6.)
- GUTFREIND, Ieda. *Comunidades judaicas no interior do RS*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Condições do Mercado de Trabalho e Organização do Trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915: uma análise preliminar*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 145-180, 1972.
- MACHADO, Laryssa da Silva. *Os moços da Areia contra o Barão: conflitos políticos em Itapemirim no século XIX*. *Faces de Clio*, v. 4 n. 7, jan-jun-2018, p. 116-138.
- MENDES, Felipe Landim Ribeiro. *Ibicaba revisitada outra vez: espaço, escravidão e trabalho livre no oeste paulista*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v. 25, n. 1, p. 301-357. jan-abr 2017.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. *A ilusão das terras devolutas colonização particular, exploração madeireira e grilagem, 1889-1930*. *Dimensões*, v. 17, p. 223-243, 2005.
- OBERACKER JR., Carlos Henrique. *A contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985 [1968].
- PAIVA, Odair da Cruz. *Histórias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013. Coleção Ensino & Memória, 2.

PESSOA, Thiago Campos. *O império dos Souza Breves nos oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

PESSOA, Thiago Campos; PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. Fazendeiros-negreiros: personagens e lugares do tráfico ilegal de africanos no litoral do sudeste brasileiro (c.1831-1856). *Anais do 9º Encontro escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2019.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. Coleção tudo é história.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

SEYFERTH, Giralda. A política de colonização, os imigrantes e o nacionalismo (1845-1914). In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (orgs). *Imigração e Sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2015. p. 34-77.

UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. *Nem Brás, nem Flores: Hospedaria de imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2013.

ZORZETTO, Alessandra Ferreira. *Propostas imigrantistas em meados da década de 1860: a organização de Associações de Apoio à Imigração de Pequenos proprietários norte-americanos – Análise de uma colônia*. Dissertação (Mestrado em História Social). Campinas: Unicamp, 2000.

A defesa do deputado Caio Prado Júnior, em 1947, da elegibilidade dos brasileiros naturalizados para os cargos de prefeito e vereador

Renata Bastos da Silva*

Escolhemos a metodologia da micro-história para analisar os discursos do deputado estadual Caio Prado Júnior, entre 1947-1948. A micro história surge na década de 1980 e ganhou essa designação em virtude de uma iniciativa editorial na Itália, como nome de uma coleção. Ela aparece no contexto da emergência da nova história cultural, esta surge a partir dos desdobramentos historiográficos, entre outros, de Marc Bloch e Lucien Febvre, principalmente na década de 1970, e à inquietação dos historiadores com “novos objetos”, “novos problemas” e “novas abordagens”.

O historiador Carlo Ginzburg é o mais preeminente dentre os pesquisadores do micro história e quem redigiu a frase provocadora: “Quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos” (GINZBURG, 1990, p. 169). Assim, nos aponta seu método “indiciário, ou seja, baseado em indícios. Como sabemos, o historiador exerce seu ofício tal e qual o médico, que dá o diagnóstico a partir dos sintomas (dos efeitos), dos indícios, como também, conjecturas. Por conseguinte, nossa pesquisa se fundamenta em pesquisa qualitativa. Neste sentido, a micro história põe em movimento um método de investigação que recompõem o passado a partir de indícios, vestígios e sinais.

No caso que apresentamos neste artigo, ou seja, a análise dos discursos do deputado estadual Caio Prado Júnior, portanto da atuação política deste pensador brasileiro, nos quais defende que os brasileiros naturalizados possam concorrer aos cargos eletivos à prefeito e vereador, os vestígios, para tal defesa, se encontram na história dos fluxos migratórios que impactaram a, então, província de São Paulo entre 1840 e 1850. Em uma conferência pronunciada na Biblioteca Municipal de São Paulo em 1946, Caio Prado Júnior já apontava na história brasileira o tema da imigração no passado e projetando o futuro e seus desdobramentos. Um deles seria o debate a respeito

* Professora de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pós-doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), pelo programa de pós-graduação PPFH da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E autora do livro *Lord Keynes pelo Amauta Mariátegui: A crítica da Economia de Keynes na Política de Mariátegui*. Jundiaí (SP): PACO Editorial, 2019.

da extensão do acesso a plena cidadania brasileira aos naturalizados. Portanto, a atuação do deputado Caio Prado Júnior, e uma pequena parte de seus discursos, em especial os com a temática anunciada acima, são os indícios da relevância da contribuição do imigrante para a conformação do estado de São Paulo.

Nosso historiador resgata na trajetória dos fluxos migratórios para a região, que seria conhecida a partir do período republicano como o interior paulista, examinado o assunto dentro do tema do povoamento apresentado em seu clássico livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942).

Ginzburg se aproxima do exame da política em seu *Medo, reverência, terror. Quatros ensaios de iconografia política* (2014), quando salienta a condição histórica das obras de arte, de sua criação e recepção, com ênfase na questão do político e dos temas das três emoções correlatas (medo, reverência, terror) que, embora distintas, teriam se reforçado e sustentado a dominação, a contestação e a memória do poder (RABELO, 2015). De acordo com Rabelo:

Pode-se dizer que os ensaios de Ginzburg têm a ver com um momento em que a historiografia tem se preocupado com aquilo que foichamado por vários nomes, como cultura visual, modos de ver, com avisualização, enfim, do passado – e que não é preocupação exclusiva dos historiadores que privilegiam a abordagem de documentos visuais, mas um ângulo estratégico de questionamento dos vestígios que pode interessar seja aos historiadores da arte, seja aos da mídia, ou aos da política. (RABELO, 2015, p. 309).

Neste sentido, os vestígios salientados por Ginzburg interessam a nós historiadores da política, e nos inspira para revelar, através dos discursos políticos, sobre um determinado tema, de nosso deputado, os indícios que reconstituem uma época e uma tensão política. Compreendemos que, por conseguinte, que esse livro de Ginzburg abre clareiras metodológicas que superam seus padrões predominantemente europeus, sendo útil no sentido de refletir, para outras configurações sociais, uma história política e enfocando os problemas a partir do cruzamento de abordagens (RABELO, 2014).

Nesta perspectiva, vamos apresentar num primeiro momento as amostras da atuação parlamentar do deputado, que podem nos revelar os debates e a construção da redemocratização após o Estado Novo. Em seguida vamos tratar do objeto em questão: elegibilidade dos brasileiros naturalizados para os cargos eletivos. E por fim nossas considerações finais.

Os vestígios de uma atuação parlamentar

Caio Prado Júnior foi eleito deputado estadual em São Paulo em janeiro de 1947, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Ainda que tivesse uma breve atuação parlamentar, pois o PCB foi cassado em 1947, e em fevereiro de 1948 os deputados estaduais paulistas eleitos por esta legenda tiveram seus mandatos cassados, nosso historiador teve uma atuação intensa e singular. A pesquisa da atuação de Caio Prado Júnior no parlamento paulista resultou em nossa tese de doutorado, defendida pelo curso de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo e orientada pela professora Maria Odila da Silva Leite Dias.

Um dos momentos históricos brasileiros que ainda intrigam, em nossa opinião, os pesquisadores é o pós-Estado Novo, ou melhor, a redemocratização que ocorreria a partir de meados de 1945, acelerada com o fim da Segunda Guerra Mundial. Na história contemporânea do Brasil encontramos dois períodos de redemocratização: a já citada, a partir de 1945, e a de meados dos anos 1980. Dessas estudamos a dos anos de 1940, por meio de um caso particular, a atuação do historiador Caio da Silva Prado Júnior na reconstrução da democracia mediante sua ação, como deputado constituinte eleito pelo PCB, na elaboração da lei fundamental do Estado de São Paulo e posteriormente como deputado ordinário da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP).

O material que usamos para nossa análise são os discursos do deputado Caio Prado Júnior pronunciados na ALESP em 1947. Também, tivemos a oportunidade de ler o prontuário da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Caio da Silva Prado Júnior que se encontram no Arquivo Público de São Paulo. Nesse mesmo arquivo localizamos e lemos os exemplares do jornal Hoje - entre outros jornais -, órgão da imprensa comunista, fundado, entre outros, por Caio Prado Júnior, Milton Cayres de Britto e Jorge Amado, em outubro de 1945. Pesquisamos no Acervo Histórico da ALESP, bem como no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM/UNESP) e no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

Nossa pesquisa se estendeu até o arquivo pessoal de Caio Prado Júnior, que está no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) localizado na Universidade de São Paulo (USP). No IEB tivemos a oportunidade de ler parte de seus diários políticos (1935-1947) e achamos algumas anotações e registro de sua atuação parlamentar. Visitamos a

editora Brasiliense, fundada por Caio Prado Júnior e Monteiro Lobato em 1943. Por fim, realizamos algumas entrevistas com pessoas que trabalharam e conviveram com o deputado. Entre elas destacamos a realizada com a deputada comunista Zuleika Alambert, que foi companheira de bancada de Caio Prado Júnior em 1947.

A partir desse material – e utilizando uma bibliografia suplementar – começamos a compor o contexto daquele período; foi quando observamos que as conjunturas de 1945 a 1947 são os momentos cruciais da virada dos comunistas depois do Estado Novo, do fim da Segunda Guerra Mundial e na antevéspera da Guerra Fria. As forças de oposição ao regime do Estado Novo e Luís Carlos Prestes, o líder do Partido Comunista do Brasil (PCB), sabiam que não bastaria a elas fortalecer uma frente de esquerdas. Por conseguinte, os comunistas brasileiros – que não foram à la manière do comunismo soviético – irão realizar uma nova leitura das táticas que levariam à aliança entre os comunistas e as demais forças democráticas do Ocidente para combater o nazismo. Apoiam Getúlio Vargas, depois participam do movimento da criação da União Democrática Nacional (UDN), e se afastam dela quando esta se torna um partido, e em seguida tomaria uma direção própria na oposição.

Em nossa perspectiva, o que ocorreu do ponto de vista da história do político entre 1945 e 1948 marcaria o resto do século no Brasil: as classes dominantes tradicionais, os herdeiros da ditadura, as forças da oposição, os comunistas, o movimento operário, os intelectuais (que ali, como grupo, tiveram o seu grande momento de organização para contestar) – ninguém passaria incólume. Claro está da impossibilidade de se repassar aqui todas as tensões do período.

Sublinhamos que Caio Prado Júnior observou, participou dos acontecimentos e, inabalável, viu o processo com a precisão de quem dissecava a história do presente. Salientou que naquele ano de 1945 ainda não estava claro para as camadas da esquerda da necessidade da organização em prol da redemocratização. Ele se encontrou com Prestes, o Cavaleiro da Esperança, em uma festa de aniversário deste na casa de Aldo Lins e Silva, em São Paulo. Imagine-se uma conversa entre os dois por três horas. De acordo com Caio Prado Júnior, sobre aquele encontro: “Prestes tem a polidez de um autêntico general da Primeira República”. Assim, revela em seus diários os indícios de uma conjuntura que resultaria na redemocratização após o Estado Novo.

A partir de agosto, Caio Prado Júnior revelou-se desanimado diante do apoio dos comunistas, em junho de 1945, ao queremismo. O queremismo foi um movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio

Vargas na presidência da República. O nome *queremismo* se originou do slogan utilizado pelo movimento: *Queremos Getúlio*. Além disso, os *queremistas* reivindicavam o adiamento das eleições presidenciais e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Caso as eleições fossem mesmo confirmadas, queriam o lançamento da candidatura de Vargas. No entanto, o ano terminou com o golpe militar que alija o ditador.

Caio Prado Júnior, apesar de todos os problemas, candidatou-se a deputado federal, ficando como terceiro suplente do grande amigo, o escritor baiano Jorge Amado. Mas, aquela experiência seria decisiva para que Caio Prado Júnior voltasse a ser candidato. Como se estivesse colocando à prova mais uma vez o homem prático por caráter, por formação e por opção intelectual, que sempre havia sido exposto ao julgamento da história política e cultural de São Paulo, ou seja, expunha sua trajetória – de jovem ouvinte da Semana de Arte Moderna, que passara pelo Partido Democrático (PD) e o Clube dos Artistas Modernos, depois entrando para o PCB e entusiasta da primeira leva de estudantes da USP em 1934, até a vice-presidência, em São Paulo, da Aliança Nacional Libertadora (ANL), fato este que lhe rendeu uma prisão por quase dois anos e seu primeiro exílio na Europa, de 1937 a 1939 – ao escrutínio democrático.

Importa reter que quando Caio Prado Júnior concorreu na primeira eleição realizada no país após o fim do Estado Novo, esta ocorreu seguindo o sistema político e partidário do regime findo. Nela se definiram, como as principais forças políticas do país, o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Getúlio Vargas, e a União Democrática Nacional (UDN). O PCB conhecerá por pouco tempo a legalidade, elegendo representantes à Assembleia Nacional Constituinte e ao Congresso Nacional.

Mas, quando Caio Prado Júnior disputou as eleições para a Assembleia Constituinte Estadual Paulista, estamos no sistema político e partidário sob a égide do General Eurico Gaspar Dutra, e tudo o que isso significava. Empossado em janeiro de 1946, Dutra aproximou-se dos setores conservadores, incluindo aqueles representados pela UDN, por meio do chamado Acordo Interpartidário, o que acarretou a marginalização de Vargas e do PTB, que acabaram por romper com o presidente. Os comunistas, que haviam obtido um resultado eleitoral expressivo nas eleições de 1945, foram vítimas de uma ferrenha perseguição por parte do governo, que assim se integrava ao contexto internacional da Guerra Fria, e tiveram sua atuação política legal novamente proibida. Um dos instrumentos legais utilizados na cassação do registro do

PCB foi o Artigo nº 26 do Decreto-Lei Federal nº 9.258, de 14 de maio de 1946, que se refere à influência estrangeira sobre os partidos.

O governo Dutra foi marcado, ainda, por uma política econômica conduzida a partir de postulados liberais, pelo rápido esgotamento das reservas cambiais acumuladas durante a guerra e por uma severa política de arrocho salarial. E mesmo sob essa política e legislação eleitoral, o PCB conseguiria na Assembleia Constituinte Estadual Paulista uma bancada de 11 deputados – dentre os quais Caio Prado Júnior – obtendo 16% dos votos válidos, como se vê no Quadro 1.

Quadro 1 - Eleições para a Assembleia Constituinte Estadual Paulista, 1947

Legenda	Número de Votos	%	Número de Cadeiras	%
PSD	267.129	24,7	26	34,6
PTB	221.066	20,4	14	18,6
PCB	173.654	16	11	14,6
UDN	138.342	12,8	9	12
PSP*	138.024	12,7	9	12
PR**	59.379	8,7	3	4
PDC****	35.975	3,3	2	2,6
PRP*****	25.344	2,3	1	1,3
ED*****	14.498	1,3	-	-
PAN*****	8.308	0,7	-	-
Total	1.081.719	-	75	-
Branco	51.319	-	-	-
Nulos	16.011	-	-	-
Total de Votantes	1.149.049	-	-	-
Abstenção	452.234	-	-	-
Total do Eleitorado	1.601.283	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

* Partido Social Progressista (PSP).

** Partido Republicano (PR).

***Partido Democrata Cristão (PDC).

****Partido de Representação Popular (PRP).

***** Esquerda Democrática (ED).

***** Partido Agrário Nacional (PAN).

Tal como acontecera para Assembleia Constituinte de 1946 (onde conseguiu um total 9.304 votos, dos quais 7.853 da sua cidade) a votação no candidato Caio Prado Júnior voltou a ser bastante expressiva na cidade de São Paulo, como apresentamos abaixo:

Distribuição Regional do Voto

(Assembleia Constituinte Estadual Paulista - 1947)

Candidato	Capital	Interior	Total
Caio Prado Jr.	4787	470	5257

Fontes: Mapas e Atas do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP)

A extraordinária revelação dessas votações junto com as análises dos seus discursos pronunciados na ALESP em 1947, deixa-nos a convicção de que estamos diante de alguns dos mais relevantes documentos, ainda inéditos, sobre a década de 1940. Percebemos que em seus discursos o deputado Caio Prado Júnior foi preciso na análise da conjuntura e na construção dos cenários futuros, acertando sempre.

Neste sentido, nossa tese se divide em três momentos; o primeiro distinguiu a organização dos trabalhos para a elaboração da Constituição de São Paulo de 1947, então revelamos a participação de Caio Prado Júnior na definição do Regimento Interno da Constituinte (RIC), na qualidade de Presidente da Comissão do RIC. No segundo mostramos as discussões em torno do projeto de Constituição apresentado pela Comissão Especial de Constituição (CEC), da qual Caio Prado Júnior fez parte, bem como, as emendas parlamentares para o referido projeto. E por fim no último capítulo examinamos sua atuação, na elaboração da Lei Orgânica dos Municípios, na apresentação de seus projetos de lei, na definição do orçamento do Estado de São Paulo para 1948 e sua resistência até o último momento a cassação dos mandatos dos deputados eleitos pelo PCB. Com isso podemos distinguir um pouco da importância desse sensível e obstinado parlamentar. Assim, entendemos que estaremos começando a saldar, em parte, o constrangido e enorme débito da intelectualidade brasileira com a dignidade e o rigor do deputado Caio Prado Júnior.

Neste artigo vamos destacar um dos aspectos do segundo momento de nossa tese quando examinamos as intervenções do constituinte Caio Prado Júnior, registradas

nos Anais da Assembleia Constituinte de São Paulo de 1947, durante as discussões em plenário que contribuíram para a definição do texto da Constituição Paulista.

Nessa perspectiva, distinguimos momentos em que Caio Prado Júnior apresentou emendas e participou das discussões sobre o projeto de constituição. Como salientamos, entendemos que através do exame desses debates revelamos o trabalho de nosso constituinte na Comissão Especial de Constituição (CEC) e para além dela.

Para a primeira discussão do projeto de constituição, Caio Prado Júnior assinou ao todo, treze emendas. Assim, percebemos que a maioria de suas intervenções foi no sentido de defender a proposta da CEC. Notamos que nosso constituinte demonstrou um minucioso estudo sobre os temas que assinalou em suas intervenções, anteriores e durante a primeira e a segunda discussão do projeto da lei fundamental do Estado. Logo, iniciamos esse ponto mostrando um dos seus discursos que comprovam nossa interpretação, no qual notamos que Caio Prado Júnior começou a disputar os temas que iriam compor a Constituição paulista (SILVA, Renata Bastos, 2012, p. 61-68). Depois, expusemos os temas das emendas apresentadas por nosso constituinte (SILVA, Renata Bastos, 2012, p. 68). No entanto, para nosso artigo vamos distinguir somente as emendas relativas aos brasileiros naturalizados e a defesa, entre outros do deputado Caio Prado Júnior, de sua elegibilidade aos cargos eletivos municipais.

Brasileiros Naturalizados

Dando prosseguimento à apresentação na hora do expediente das emendas ao projeto da Constituição paulista, na 51ª sessão ordinária, datada do dia 22 de maio de 1947, foram lidas as emendas que receberam pareceres que recomendavam a rejeição das mesmas. Destas, nosso constituinte foi o primeiro signatário da emenda nº 25. Esta propunha que se substituísse no artigo 3º, parágrafo 1º, “4” por “2” anos, ou seja, os mandatos dos deputados estaduais eleitos deveriam durar dois anos e não quatro, como definido pelo projeto de Constituição. Abaixo transcrevemos a justificação dos signatários para a aludida emenda e logo em seguida o parecer que foram apresentados naquela sessão:

Os mandatos curtos são mais democráticos e permitem à Assembleia representar mais fielmente a opinião pública, bem como acompanhar suas modificações. Representam um estímulo para o bom desempenho das funções legislativas.

O argumento de que eleições muito frequentes trazem a desorganização da vida normal, não procede, porque é precisamente a

frequência de eleições é que as tornará fatos normais e rotineiros da vida do cidadão (...). As eleições constituem a melhor escola política do cidadão (...).

Sala das Sessões, 6 de maio de 1947

- Caio Prado Júnior, Roque Trevisan, Armando Mazzo, Estocel de Moraes.

Parecer

A comissão opina contrariamente à emenda supra, fazendo-o por maioria de votos.

Muito embora os argumentos da justificação sejam de certo modo impressionantes, parece melhor mantermos a tradição dos mandatos quadrienais.

Sala da Comissão, 16 de maio de 1947.

- Osny Silveira (relator) (*Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, vol. II, p. 599).

Observamos que a emenda nº 25 de Caio Prado Júnior foi assinada por menos que a metade da bancada comunista e que a CEC ficou impressionada com a proposição, no entanto, escolheu o caminho tradicional, mantendo assim o mandato dos deputados com a duração de quatro anos.

Ainda naquela sessão foram lidas mais duas emendas das quais Caio Prado Júnior foi o primeiro signatário, as emendas nºs 30-A e 30, assinadas, também, pelos seus companheiros de bancada que o acompanharam na Emenda nº 25. Além, dessas, na mesma sessão foi apresentada a emenda de nº 139, a qual Caio Prado Junior foi um dos signatários. Vamos examiná-las a seguir.

A emenda de nº 30-A propunha a alteração do artigo 4º do projeto de constituição, capítulo segundo Do Poder Legislativo, seção I, Da sua organização, para que seja elegível a vaga de deputado estadual os habitantes do Estado que adquiriram a nacionalidade brasileira na vigência das Constituições anteriores a 18 de setembro de 1946. Abaixo transcrevemos o parecer da Comissão para esta emenda:

Parecer

A comissão opina pela rejeição da emenda supramencionada, preferindo a exigência da nacionalidade brasileira, nos termos do artigo 129, n.ºs, 1 e 2 da Constituição Federal, para o exercício da relevante função de Deputado.

Sala da Comissão, 16 de maio de 1947.

- Osny Silveira (relator) (*Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, vol. II, p. 600).

Entendemos que com esse mesmo propósito, qual seja, de incorporar os brasileiros naturalizados foi apresentada a emenda nº 30 que propunha um substitutivo para o já mencionado artigo 4º, com a seguinte justificativa que recebeu o mesmo parecer acima registrado:

O artigo 4º do Projeto é inconstitucional, pois a inelegibilidade para as Assembleias Legislativas estaduais foi estabelecida pela Constituição Federal, artigos 137 e 139 nº V, e dela não podem furtar-se as Constituições estaduais estendendo-as para casos previstos, como faz o Projeto. Este visa excluir os brasileiros naturalizados, o que não se justifica. Um naturalizado é tão bom brasileiro como o nato; é a presunção legal, pois doutra forma não se justificaria a naturalização. Devemos considerar ainda que num Estado como S. Paulo, onde é muito grande o número de brasileiros naturalizados integrados em nossa comunhão há longos anos, não há razão para privá-los de um direito que legitimamente adquiriram em virtude de sua permanência entre nós e do fato de terem espontaneamente abandonado sua nacionalidade de origem para se tornarem brasileiros. Ocorre ainda que o artigo, 21 nº I da Constituição Federal proíbe “criar distinções entre “brasileiros”; e o fato de se tornarem inelegíveis os naturalizados (que são brasileiros, ex-vi do art. 129 nº IV) cria, evidentemente, uma distinção incabível.

Sala das Sessões, 6 de maio de 1947

- Caio Prado Júnior, Roque Trevisan, Armando Mazzo, Estocel de Moraes (*Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, vol. II. p. 600-601. Emenda rejeitada.).

Por outro lado, logo no início dos trabalhos da 58ª sessão ordinária, ocorrida no dia 30 de maio de 1947, Caio Prado Júnior se fez representar através da primeira discussão daquele dia, quando se tratou de emendas que versavam sobre o preceito contido no artigo quarto do projeto, no capítulo segundo, *Do Poder Legislativo*, seção primeira, *Da sua organização*:

Artigo 4º - Podem ser eleitos Deputados os brasileiros (Const. Fed., art. 129, na I e II), eleitores maiores de 21 anos. (*Anais da Assembleia Constituinte de 1947*. vol. I. p. 846).

Assim, quando na Ordem do Dia da referida sessão se prosseguiu na discussão do segundo capítulo do Título I Da organização dos Poderes do projeto da Constituição, Caio Prado Júnior registrou sua opinião a respeito do artigo 4º, quando em especial se debateu a emenda que definiu os elegíveis para a vaga de deputado estadual. Pelas palavras de nosso constituinte:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente, como voto vencido na Comissão, peço a palavra para combater essa emenda e sustentar a outra que apresentamos, e que teve voto vencido na Comissão.

Essa emenda incluiu, entre cidadãos que possam ser eleitos Deputados, apenas brasileiros, incluídos nos ns. I e II do art. 129 da Constituição Federal, isto é, excluiu os naturalizados. Essa disposição me parece inconstitucional, porque o art. n. I da Constituição Federal proíbe criar distinção entre brasileiros, e o fato de tornar inelegíveis os

naturalizados, que são brasileiros, por força do art. 129, nº IV, criou, evidentemente, uma distinção proibida por esse dispositivo citado. Alega-se, em contrário, que a Constituição Federal estabeleceu, para a eleição de Deputados Federais, ser necessário excluírem-se os brasileiros naturalizados, mas isso só existe para os Deputados Federais, não existe para os Deputados Estaduais.

A Constituição, nos seus artigos 138 e 139, estabeleceu quais são as inelegibilidades para os Deputados Estaduais e não excluiu ali os naturalizados, de forma que nós não podemos criar na lei uma distinção que não existe na Constituição Federal.

Nessas condições, a emenda em debate, nº 33, que torna inelegíveis os naturalizados é inconstitucional. Essa emenda, portanto, deve ser rejeitada para entrar em votação a outra emenda que permite a eleição dos naturalizados. (PRADO JÚNIOR, Caio. “Combate emenda que declara inelegíveis os naturalizados”. In: *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*. vol. III. São Paulo, 58ª Sessão Ordinária em 30 de maio de 1947. p. 218-219).

No entanto, distinguimos que a defesa de Caio Prado Júnior da elegibilidade dos brasileiros naturalizados colidia com o previsto na Constituição Federal de 1946, pois a mesma definiu que os naturalizados brasileiros eram inelegíveis ao cargo de deputado federal. Sendo assim, o plenário da Assembleia Constituinte de São Paulo seguiu o indicado pela Carta Federal, e votou pela aprovação da emenda nº 33 e rejeitou a emenda nº 30-A, cujo primeiro signatário, como já informamos, foi Caio Prado Júnior¹. Por conseguinte, compreendemos que a incorporação dos naturalizados à vida cívica, que tanto Caio Prado Júnior defendeu em seus escritos, ficou prejudicada naquele momento, rompendo, em nossa opinião, desse modo, com a própria história da sociedade paulista, em especial na área da produção agrária.

O texto final da Constituição Estadual ficou desse modo:

Artigo 6º - Só poderão ser eleitos deputados os brasileiros (art. 129, ns. I e II da Constituição Federal), maiores de vinte e um anos, eleitores, no gozo de seus direitos políticos, com mais de cinco anos de residência no Estado. (*Anais da Assembleia Constituinte de 1947*. vol. IV. São Paulo, Sessão solene de promulgação da constituição do Estado de São Paulo. p. 697).

De acordo com as justificativas dos parlamentares que defendiam a elegibilidade dos naturalizados, entre eles Caio Prado Júnior, o naturalizado é um brasileiro como os outros, que adquiriu seus direitos não somente em virtude de um ato legal, mas ainda pela dedicação demonstrada ao país de adoção quando sacrificou em seu favor a nacionalidade de origem. Tais distinções num Estado como São Paulo, onde o número

¹ *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*. vol. III. São Paulo, 58ª Sessão Ordinária em 30 de maio de 1947. p. 218 e p. 222.

de naturalizados é grande, e onde a maior parte da população era, em 1947, de recentíssima origem estrangeira, não se justificam de modo algum, e apenas revelam pequenos e mesquinhos preconceitos nacionalistas.

Considerações Finais

Inspirados pelas análises do historiador Carlos Ginzburg, em especial seu título: *Medo, reverência, terror. Quatro ensaios de iconografia política* (2014), apresentamos uma das discussões políticas do deputado Caio Prado Júnior. O tema da extensão dos direitos políticos de elegibilidade dos brasileiros naturalizados pode se configurar num pequeno vestígio de uma época, a qual a reconstrução da democracia republicana se fez presente. Trata-se do período após o Estado Novo, quando as casas legislativas estavam sendo reconstruídas no Brasil, e num período que intelectuais orgânicos, como Caio Prado Júnior, se ofereceram para escrever as constituições republicanas e a tentaram atender às demandas da sociedade que clamava (e por que não afirmar: clama), por parlamentares que não esquecessem que são os representantes do povo e de todos os seus interesses. As tensões políticas reveladas por Ginzburg (2014) se aproximam, em nosso entendimento, de um contexto de início da Guerra Fria que viveu nosso breve parlamentar.

Referências:

ALMEIDA, Maria Hermínia T.. Partidos, lideranças e luta política nos tempos da Constituinte Paulista. In: Almeida, M. H. T. de (org.). *Processo Constituinte Paulista*. São Paulo: Fundap, 1989, p. 7-20.

ACERVO HISTÓRICO. *Assembleia Legislativa de São Paulo*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2004, vol. 2.

_____. São Paulo, Imprensa Oficial, 2005, vol. 3.

_____. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006, vol. 4.

ANAIS da Assembleia Constituinte de 1947. Volumes I, II, III e IV. São Paulo: Organizado e impresso pela Indústria Gráfica Siqueira S. A., 1947.

ANAIS da Assembleia Legislativa 1ª sessão da 1ª legislatura. Volumes I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII. São Paulo: Organizado e impresso pela Indústria Gráfica Siqueira S. A., 1947.

ANAIS da Assembleia Legislativa 1ª sessão da 1ª legislatura. Volumes IX e X. São Paulo: Organizado e impresso pela Indústria Gráfica Siqueira S. A., 1948.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva. As duas almas do Partido Comunista - 1920/1964*. São Paulo, Hucitec, 1997.

CORRÊA, Larissa Rosa. “*O Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo*”. *Revista Histórica*, nº 33, outubro de 2008.

D’INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Brasiliense/Unesp, DATA.

IUMATTI, Paulo Teixeira. *Diários Políticos de Caio Prado Júnior: 1945*, São Paulo, Brasiliense, 1998.

GINZBURG, *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Medo, reverência, terror. Quatro ensaios de iconografia política*. Tradução de Federico Carotti, Júlio Castañon Guimarães e Joana Angélica d’Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1953 [1946].

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976 [1945].

_____. *Anais da Assembleia Constituinte*, vol. I. São Paulo, 15ª Sessão Ordinária em 7 de abril, 1947, p. 391.

_____. *Anais da Assembleia Constituinte*, vol. II. 37ª Sessão Ordinária em 5 de maio, 1947, p. 32-33.

_____. “*Combate emenda que declara inelegíveis os naturalizados*”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 58ª sessão ordinária em 30 de maio, 1947, p. 218-219.

_____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1953 [1946].

PRESIDENTE. “*Decretação e promulgação da Constituição do Estado de São Paulo*”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão solene de promulgação da constituição do Estado de São Paulo, 1947, p. 715.

RABELO, Elson de Assis. GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror. Quatro ensaios de iconografia política*. Tradução de Federico Carotti, Júlio Castañon Guimarães e Joana Angélica d’Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 200p. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 55, p. 307-311, jan/abr 2015.

SILVA, Renata Bastos da. *Caio Prado Júnior na Política, 1947 - 1948*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi: 10.11606/T.8.2012.tde-14092012-124349. Acesso em: 2021-06-25.

_____; MARINHO, Ricardo. “Peço a Palavra: entrevista Zuleika Alambert”. *Acervo Histórico*, nº 3, 1º semestre. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005, p. 32-45.

“Territórios da espera”: experiências dos migrantes na Hospedaria Getúlio Vargas e suas trajetórias de migração para a Amazônia (Ceará, 1943-1959)

Renata Felipe Monteiro*

No Ceará, as migrações para outras paragens do Brasil nos períodos de seca, sobretudo, para a região amazônica, eram recorrentes desde o século XIX¹, subsidiadas ou não pelas autoridades governamentais. Na década de 1940, contudo, essa migração para a Amazônia tornou-se uma política de Estado, sendo assinados diversos acordos entre Brasil e Estados Unidos, em março de 1942. E no intuito de explorar matérias primas, muitos trabalhadores foram recrutados, sobretudo do Ceará, para o trabalho nos seringais da Amazônia. Esse recrutamento deu-se por meio do Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores

para a Amazônia (SEMTA)², em parceria com outras instituições, como, por exemplo, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)³. A partir destas instituições foi organizado rapidamente todo um sistema que implicava assistência às famílias (pousos e hospedarias⁴), seleção dos trabalhadores, alojamento em barracas, exames médicos, alimentação, transporte, vestuário e adiantamentos, até a colocação nos seringais (SECRETO, 2007).

Construíram-se diversos recintos de hospedagem no Ceará, tais como, a hospedaria do Prado (Fortaleza), o pouso de Sobral, o pouso de Tianguá e o pouso de Iguatu. A “mais famosa”, contudo, era a Hospedaria Getúlio Vargas, principal referência ao migrante nordestino que chegava em Fortaleza nos períodos de seca.

Pois não foi para aí que se dirigiu dona Francisca Matias com a família, quando fugiu do sertão de Sobral na seca de 1970?! Pois foi. Dona Francisca Matias veio fazer o mesmo percurso de sempre, o percurso de seus antepassados, como se o tempo estivesse parado: chegar em Fortaleza e se

*Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professora da rede municipal de educação de Fortaleza.

¹ Para entender melhor esse fluxo migratório para a região Norte, a partir de meados do século XIX e, sobretudo, partir da seca de 1877-79, ver: CARDOSO, (2011); LACERDA, (2006); NETO, (2012), e BARBOZA, (2013).

² O SEMTA foi criado em 30 de novembro de 1942, sendo substituído pela Comissão Administrativa de Encaminhamentos de Trabalhadores (CAETA) em 14 de setembro de 1943.

³ O SESP tinha o objetivo de organizar e superintender as hospedarias administradas pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI). Dentre os diversos serviços, podemos citar: proceder exame médico de todos os trabalhadores e pessoas de suas famílias que desejassem ingressar nas hospedarias administradas pelo DNI e proceder exame médico dos trabalhadores alojados nas hospedarias para confecção das listas de embarque, deliberando sobre aqueles que estão ou não em condições de empreender viagem.

⁴ As principais hospedarias de migração construídas entre as décadas de 1940 e 1950 foram: Hospedaria Eduardo Ribeiro (Manaus-AM), Hospedaria Tapanã (Belém-PA), Hospedaria Macapá (AP), Hospedaria Copoatá (São Luiz-MA), Hospedaria Getúlio Vargas (Fortaleza-CE) e Hospedaria Corinto (MG).

acomodar na Hospedaria aguardando receber passagens para o Belém do Pará (ARAÚJO, 2000, p.75).

Os idealizadores da Hospedaria Getúlio Vargas, inaugurada em 15 de março de 1943, a denominavam de “modelo de organização” que deveria ser seguido pelas outras hospedarias e pousos existentes na década de 1940 nas regiões Norte e Nordeste, sobretudo, a Hospedaria Tapanã, construída em Belém/Pará. Mas apesar do discurso, ao longo da existência da Hospedaria Getúlio Vargas (1943 a 1972), o respectivo recinto de hospedagem tornou-se um centro de conflitos e disputas na cidade de Fortaleza. Naquele “território da espera”⁵ esses trabalhadores migrantes vivenciavam diversos problemas, como superlotação do espaço, doenças, fome, motins, dentre outros. Assim, nossa proposta no artigo é problematizar sobre as experiências dos migrantes abrigados na respectiva hospedaria, buscando entender ainda quais suas trajetórias de migração para diversas regiões do país durante a década de 1950.

Na tentativa de fugir das agruras da seca em 1953, o senhor Gabriel Gomes de Lima migrou da localidade de Pedro Velho, no Rio Grande do Norte, juntamente com a esposa Satina e seus seis filhos em direção à cidade de Fortaleza. Mas ao buscarem abrigo na Hospedaria Getúlio Vargas, em março daquele ano, não conseguiram vaga naquele recinto de hospedagem, ficando recolhidos em um terreno baldio defronte à hospedaria embaixo de cajueiros. Passaram um mês nesse espaço, aguardando ansiosamente que alguém migrasse para que eles pudessem ser alistados. O filho mais velho do senhor Gabriel Gomes, Demétrio, diante das dificuldades encontradas na capital cearense “vendia macaxeira para ajudar a sustentar a família” (COUTINHO, 2015, p. 105). E tal como Demétrio, muitos eram aqueles migrantes que diante das dificuldades enfrentadas na hospedaria percorriam a cidade de Fortaleza, vendendo produtos ou mendigando pelas ruas.

Além desse episódio, os filhos do senhor Gabriel Gomes de Lima – José, Maria, Darcy e Demétrio – em entrevista à socióloga Priscila Coutinho relatam outras experiências vivenciadas no período que estiveram em Fortaleza, nas dependências (ou adjacências) da Hospedaria Getúlio Vargas. Um dos momentos mais marcantes para a família Lima foi o show que o cantor Luiz Gonzaga apresentou para os migrantes nordestinos abrigados naquele recinto. O show fazia parte de um projeto para arrecadação de donativos à população pobre

⁵ Os historiadores Laurent Vidal e Maria Isabel Chrysostomo (2013) ao analisarem a hospedaria da ilha de Flores/RJ e a hospedaria de imigrantes de São Paulo, entre o século XIX e início do século XX, afirmavam que essas hospedarias se configuravam como “territórios da espera” para os imigrantes europeus em deslocamento para o Brasil, seja por motivos técnicos, administrativos, políticos ou climáticos.

nordestina, atingida pela seca. Luiz Gonzaga, de acordo com o jornal Diário de Notícias (RJ), após cantar para os abrigados na hospedaria

disse estar impressionado em haver tomado parte em vários festivais no sul do país, arrecadando milhares de cruzeiros em benefício dos flagelados cearenses e que até o momento não houvessem recebido. Disse, também, que, em face do acontecido faria, de agora por diante, uma campanha contra a doação de auxílio aos flagelados⁶.

Os irmãos Lima relataram que o cantor Luiz Gonzaga chorou de tristeza ao ver a situação dos trabalhadores abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, denunciando os “[...] tubarões que haviam roubado o dinheiro que ele mandou para ajudar os aflagelados da hospedaria” (COUTINHO, 2015, p. 107). Percebe-se assim, a partir da reportagem e da fala dos filhos do senhor Gabriel Gomes, que o cantor Luiz Gonzaga protestava contra o desvio das verbas que, teoricamente, foram arrecadadas em vários eventos, mas que não chegaram até os nordestinos abrigados na hospedaria.

Além disso, o senhor Gabriel Gomes de Lima e sua família vivenciaram momentos angustiantes durante o período que estiveram ao relento, nos cajueiros próximos à hospedaria, já que as crianças ficaram doentes. A alternativa foi “invadir a igreja” localizada nas proximidades. Como relata José Ramos de Lima, o vigia da hospedaria, diante da ameaça de invasão, “disse que ia ligar pras Forças [armadas]. Quando as Forças chegaram, aí eles deram comida, remédio, aí chegou com tudo. Aí fomos apoiados pelas forças” (LIMA, 2015, p. 107).

Quanto tempo o senhor Gabriel Gomes de Lima e sua família ficaram desabrigados, vivendo nas barracas improvisadas pelo Exército? Conseguiram se alistar nas dependências da hospedaria? De acordo com Ramos, a família conseguiu posteriormente obter passagens para viajar para a região Norte, no navio Poconé (companhia Loyde Brasileiro). Concluímos, dessa forma, que a família Lima conseguiu ser alistada como migrante na Hospedaria Getúlio Vargas, ficando abrigada até meados⁷ de 1953 naquele recinto. Passaram oito dias navegando em direção à Hospedaria Tapanã, em Belém/Pará, recebendo Gabriel Gomes diversas propostas de emprego ao desembarcar naquele recinto de hospedagem. Mas, como relata José Ramos, seu pai recusou o trabalho na vacaria, “já que tava lá queria um negócio melhor”. Empregou-se posteriormente nas terras do senhor José Guedes, permanecendo ali por um ano.

⁶ Fonte: Jornal Diário de Notícias/RJ, 21 de maio de 1953

⁷ Chegamos à conclusão que a família de Gabriel Gomes de Lima permaneceu até o mês de maio de 1953 nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas, já que a família presenciou o show de Luiz Gonzaga em maio de 1953, em prol dos flagelados.

“Ele queria crescer. Aí falou com o homem que queria botar três hectares de terra, mas só se fosse de mata virgem... aí ele exigiu isso porque ele sabia que o homem não tinha essa terra lá, sabe?”. (LIMA, 2015, p. 110).

Gabriel Gomes de Lima, diferentemente da maioria dos nordestinos que migravam para outros lugares, era alfabetizado e tinha bastante experiência na administração de propriedades rurais, já que havia possuído uma pequena propriedade no interior nordestino. Assim, recusou algumas propostas de emprego que considerou inadequadas, preferindo aguardar nas dependências da hospedaria. Isso o diferenciava também dos outros migrantes, pois a regra consistia em aceitar qualquer ocupação. Lima, após permanecer meses trabalhando na fazenda de José Guedes, estabeleceu-se em um lugar denominado Guamá (Pará), que naquele período desenvolvia um projeto do Governo Federal de colonização da terra, recebendo migrantes de vários lugares do Brasil e de imigrantes, sobretudo do Japão, para o desenvolvimento de várias culturas, destacando-se o arroz e a pimenta. Vale ressaltar que, apesar de Gabriel Lima ter conseguido se adaptar à região e conseguir desenvolver vários projetos na agricultura, retornou na década de 1960 ao interior do Nordeste, já que sua esposa Satina não teve o mesmo êxito nessa adaptação.

Os abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas, assim como Gabriel Lima, preferiam – caso houvesse a oportunidade de escolha – a região Norte para migrar, possivelmente porque havia uma longa tradição na migração entre o Ceará e a região amazônica desde o século XIX, sobretudo, nos períodos de seca. Essa migração, contudo, não ocorria somente nos períodos de estiagem, mas sobressaía-se quando havia as instabilidades climáticas. Mas o que fazer quando uma grande leva de trabalhadores abandonavam suas ocupações, nas propriedades rurais, para migrarem para outras paragens? Uma das grandes preocupações dos governantes, políticos, fazendeiros, jornalistas e religiosos era o êxodo rural, que poderia desabastecer o Nordeste dessa mão-de-obra barata e abundante, esvaziando o campo. Dessa forma, houve um intenso debate em torno dessa problemática na década de 1950.

Em 1956, como salienta a historiadora Lara de Castro Ferreira, a Igreja Católica estava preocupada com os trabalhadores do campo dispersando-se com a migração para outras regiões, principalmente nos períodos de seca. E essa preocupação foi colocada no I Encontro de Bispos do Nordeste, realizado na cidade de Campina Grande (PB), entre os dias 21 e 26 de maio de 1956, discutindo-se “não somente o amparo aos ‘retirantes’, ‘pobres de cristo’, mas também a influência que comunistas e outros ativistas políticos pudessem exercer sobre a população de migrantes” (FERREIRA, 2016, p. 35-36). A solução apontada nesse congresso

para evitar o êxodo foi investir em políticas públicas desenvolvimentistas, com construções espalhadas pelo interior do país.

A migração surgia como a última alternativa na busca por melhores condições de vida, como, por exemplo, para o agricultor Manoel Antônio, morador da cidade de Acaraú no interior do Ceará. Este trabalhava na agricultura para manter a esposa e os seis filhos, mas durante a seca de 1958 viu-se sem a possibilidade de obter produtos da terra. Diferente dos companheiros, não se alistou imediatamente nas obras que o governo oferecia na região Norte do Estado do Ceará, preferindo vender lenhas para obter o sustento, pois ainda tinha esperança que houvesse chuvas até o dia de São José⁸, 19 de março. Mas suas esperanças foram desfeitas quando não houve chuva nesse dia. Assim, após a escassez das lenhas para o sustento da família, restou o alistamento na obra do Riachão. Naquela obra sofria com os desmandos do fornecedor, que lhe dava o que queria, ganhando muito pouco pelo trabalho. Aos sábados retornava nos vagões dos trens da Rede de Viação Cearense (RVC) para sua residência, levando comida para a família. Mas “a comida era ruim. O milho era só o pó. O feijão era duro, velho e preto”⁹.

E diante dessas dificuldades – problemas com o fornecedor, pouco dinheiro, comida ruim – ficou fascinado com a fala de um conhecido, Florêncio, que conversava em uma “bodega” próxima a Praça da Igreja Católica de Acaraú. Florêncio relatava as aventuras vivenciadas como “soldado da borracha”¹⁰ na década de 1940 e das maravilhas da Amazônia (abundância das chuvas, dos rios, dos peixes, das matas com caças, as árvores com frutos e da fartura).

Manoel voltou para casa pensando nas palavras de Florêncio e na fartura da Amazônia. E no caminho para casa tomou a decisão de ir para a Amazonas, levando tudo e todos. Pela manhã informou a mulher Purificação da sua decisão. Ela que estava sofrendo com a fome, não via melhor solução que não fosse fugir dali, fugir da fome. Na segunda, no trem que levava os cassacos para a obra do governo não estava Manoel. Iria empreender uma viagem muito mais longa. Gastou o dia arrumando os pertences, liquidando os pertences e arranjando um dinheirinho. Depois foram rumo à Sobral. De Sobral vieram em um vagão de segunda classe para Fortaleza. Vieram parar no Otávio Bonfim e de lá, quase tateando, foram em direção à Hospedaria Getúlio Vargas¹¹.

⁸ São José é o padroeiro do Estado do Ceará e de acordo com a tradição popular e a crença religiosa, caso não chova até ou no dia de São José, dia 19 de março, teremos um período de seca.

⁹ Fonte: Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958.

¹⁰ Os trabalhadores recrutados pelo SEMTA passaram a ser denominados pela propaganda varguista e também se autodeclaravam “soldados da borracha”, já que lutavam, tal como seus companheiros soldados na Europa, pela vitória contra os nazistas. Para entender melhor sobre esses sujeitos ver, dentre diversos autores: GOIS, (2013), e GUILLEN, (1999).

¹¹ Fonte: Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958.

Assim, influenciado pelas palavras de Florêncio, Manoel resolveu abandonar tudo e empreender uma longa viagem em direção ao Norte do país, em busca de melhorias para ele e sua família. Em que medida, contudo, Florêncio vivenciou todas essas benesses na Amazônia, enquanto trabalhava como “soldado da borracha”, que foram narradas para Manoel? Essa problemática é pertinente, já que nos documentos oficiais consta que dos 65 mil de brasileiros (homens e mulheres) que migraram em direção à Amazônia para trabalhar na extração do látex, entre 1942 e 1945, 45 mil morreram¹². Daqueles que sobreviveram às doenças e ao trabalho exaustivo, muitos não conseguiram passagem para retornar às suas localidades de origem.

A discussão acima nos direciona ao sociólogo argelino Abdelmalek Sayad que, ao analisar sobre a situação dos jovens em uma pequena aldeia na Cabília (Argélia) que migravam para a França no período posterior à Segunda Guerra, percebeu que aqueles que retornavam para a respectiva aldeia construíam uma versão diferente de suas condições de vida, sem problemas, apenas benesses. De acordo com um emigrante de Cabília, entrevistado por Sayad, antes de emigrar acreditava que na França seria como na aldeia, pois iria se encontrar com seus parentes e usufruir de todas as maravilhas descritas na aldeia por aqueles que migraram antes dele. Mas o que descobriu foi que era preciso chegar à França para descobrir a verdade. Somente naquele lugar os sujeitos, seus conterrâneos de Cabília, contavam concretamente sobre suas péssimas condições de vida. (SAYAD, 1998)

Manoel percebeu, quase imediatamente à sua chegada em Fortaleza, que sua jornada em direção às maravilhas da região amazônica teria muitos reveses. A primeira dificuldade encontrada foi na Hospedaria Getúlio Vargas, que estava superlotada. Os registros de movimento de entrada da respectiva hospedaria, entre os meses de janeiro e junho de 1958 – período que possivelmente Manoel e sua família esteve na hospedaria – comprovam essa afirmativa: 23.300 pessoas foram registradas, dos quais 10.218 viajaram, 1.344 desistiram de migrar, 517 morreram e 11.177 ainda aguardavam embarque (ARAÚJO, 2000, p. 85). Assim, um recinto de hospedagem que teria a capacidade máxima para 1.200 pessoas, estava em junho de 1958 com mais de 11 mil pessoas aguardando embarque para migrar. E com essa grande quantidade de pessoas, os problemas aumentavam sobremaneira: fome, doenças, mortes e ausência de condições sanitárias.

¹² Fonte: Jornal de Brasília, 26 de junho de 1988.

Após sofrer “todas as humilhações possíveis” na Hospedaria Getúlio Vargas, Manoel um dia foi levado ao porto do Mucuripe, sendo “sacudido dentro de um navio, com sua parca economia, pertences e sua família”. Mas a esperança de ver “a fartura da Amazônia” o fez aguentar todas as atribulações existentes na respectiva hospedaria¹³. Ao chegar, contudo, à Hospedaria de Tapanã em Belém, foi tão maltratado quanto nas obras do governo em Acaraú ou na Hospedaria Getúlio Vargas em Fortaleza. Sofrimento que se agravou com a espera, durante dias, por colocação de trabalho na região amazônica. Um dia, porém, outro cearense “curtido e endurecido pelo trabalho no seringal” contratou alguns trabalhadores alojados na Hospedaria Tapanã para trabalhar no seu seringal no baixo Juruá, dentre eles Manoel. “Lá se foi Manoel e sua família. Outros dias de sofrimento no gaiola¹⁴. Os meninos adoeceram e os dois mais novos morreram durante a viagem”¹⁵. Estabelecido no seringal, Manoel escrevia cartas para seus familiares no interior do Ceará, relatando sobre os infortúnios da viagem para o Norte e sobre outras amarguras do cotidiano na floresta amazônica.

Manoel, após passar por vários seringais, conseguiu estabelecer-se em um seringal no rio Purus (Amazônia). Soube que um deputado estadual, conterrâneo de Acaraú – havia votado nele –, José Colombo de Sousa tinha proposto uma lei que distribuía “um pedaço de terra para os retirantes na beira do rio Amazonas e mandava o governo manter os pobres quando lá chegassem”. Possuir um pedaço de terra era a grande benesse que Manoel aguardava, desde o domingo que ficou encantado com as histórias de Florêncio sobre a floresta amazônica. Não seria mais obrigado a suportar fornecedores trapaceiros, trabalhos extenuantes em obras emergenciais do governo e poucos salários nas propriedades de outros. Nas cartas enviadas aos familiares dizia que por lá ficaria, “esperando que o governo fizesse com ele e seus companheiros o que fazia com os japoneses quando chegavam lá, todos eram bem tratados e com documentos de posse da terra”¹⁶.

As terras cultivadas por Gabriel de Lima, na região de Guamá, e por Manoel Antônio no Purus faziam parte de um projeto de recolonização do Governo Federal – iniciado por Getúlio Vargas e continuado por Juscelino Kubitschek – de algumas áreas do país, no qual os migrantes nacionais e internacionais (os japoneses) construíam suas casas e desenvolviam diversas culturas nas propriedades do governo. Os principais núcleos coloniais foram estabelecidos no norte do Brasil, mas havia alguns no Nordeste, como, por exemplo, no Ceará. A migração dessa população nordestina, porém, como citado anteriormente, não era

¹³ Fonte: Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958.

¹⁴ Tipo de embarcação usada na região amazônica.

¹⁵ Fonte: Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958.

¹⁶ Fonte: Jornal O Estado/CE, 23 de agosto de 1958

incentivada constantemente e em alguns momentos houve tentativas de coibir ou diminuir o fluxo de pessoas para outras regiões. O deputado estadual (São Paulo) Paulo Abreu em 1952 organizou um projeto de lei, nº 1710/52, que tentava regulamentar o êxodo das populações do Norte e Nordeste para a região do Sudeste, ou melhor, para São Paulo. O deslocamento dessas pessoas para a capital paulista, de acordo com o documento, seria regulamentado por postos de fiscalização em diversas localidades. O projeto, apesar de bem aceito em São Paulo, não foi aprovado.

Durante a seca de 1951-1953 houve outras tentativas de coibir a saída dos nordestinos para diversas regiões do país, como salienta a historiadora Lara de Castro Ferreira, já que o jornal “o Correio da Manhã do Rio de Janeiro informava que Getúlio Vargas já havia aprovado medidas de impedimento da saída de nordestinos dos seus lugares de origem” (FERREIRA, 2016, p. 38). A ideia desses governantes, políticos e religiosos era cercear e regulamentar o deslocamento desses sujeitos pelo país, determinando quando e para onde poderiam migrar. Como salienta o historiador Paulo Fontes,

os anos 50 foram, provavelmente, o momento no qual o impacto da migração interna foi mais acentuado. Pela primeira vez na cidade de São Paulo o número de migrantes de outras regiões ultrapassava o das pessoas vindas do interior do estado. (...) Os trabalhadores oriundos dos estados nordestinos compunham a grande maioria dos recém chegados e empregavam-se em massa nos variados ramos da indústria e serviços em franca expansão na região metropolitana (FONTES, 2002, p. 54-55).

Os nordestinos que migravam em direção a São Paulo na década de 1950, vindos de diversos estados do Nordeste – a maioria, contudo, era proveniente do Estado da Bahia – utilizavam como transporte os caminhões pau-de-arara, passando dias nas estradas até chegar à capital paulista ou à região metropolitana em busca de ocupação na indústria e outros setores produtivos. Mas esse aumento do fluxo de migrantes na década de 1950 para São Paulo poderia ser justificado somente pelas estiagens? Essa justificativa esvazia-se quando percebemos que durante toda essa década os nordestinos e, sobretudo, os cearenses recorriam à Hospedaria Getúlio Vargas em busca de passagem para migrar, mesmo quando havia estabilidade climática. Busca por melhores condições de vida, com salários dignos, acesso a direitos trabalhistas e/ou a posse de uma propriedade rural, possivelmente são as respostas mais plausíveis para esse deslocamento constante. Como salienta a socióloga Neyara Araújo, a partir da década de 1950 na cidade de Fortaleza, esses sujeitos, denominados anteriormente

simplesmente como “retirantes” e/ou “flagelados”, passaram a ser percebidos como “deslocados da seca”, já que

corriam para a cidade porque tinham ouvido falar pelo rádio que aqui havia recursos, des-locados em busca de se alocarem. Onde? Houvera muitas placas, sim, nas fachadas das industrias novas, nas obras da construção civil, solicitando: Precisa-se de. E vinham chegando às carradas. Diz que os próprios prefeitos do interior, acossados pela vaga, alugavam caminhões e mandavam soltar aqui. A Hospedaria Getúlio Vargas sofreu horrores nessa época. O Sr. Expedito (...) contou que não tinham mais como acomodar o número excessivo, que era um verdadeiro exagero. Em novembro de 1958, esse número ultrapassou os onze mil (ARAÚJO, 2000, p. 83).

Em direção à Hospedaria Getúlio Vargas direcionaram-se milhares de “deslocados da seca” em 1958, causando temor nas autoridades governamentais e em outros sujeitos. O que seria possível fazer para resolver esse problema? A migração, apesar de ser questionada e evitada em diversos momentos, foi a solução encontrada para resolver o problema da superlotação nas dependências da hospedaria. O grande temor era a repetição de cenas de revolta registradas pela imprensa em maio de 1958, quando o administrador da hospedaria Waldemar Nepomuceno foi ameaçado e expulso do recinto de hospedagem pelos migrantes e a cozinha e outros equipamentos foram destruídos durante o motim. Assim, em dezembro de 1958 foi organizada pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização¹⁷ (INIC) uma força tarefa, denominada “Operação Flagelados”, contando com o apoio da Marinha, Aeronáutica e Exército, tendo como objetivo fazer o deslocamento, em curto prazo, de 12 mil migrantes abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas.

Aníbal Teixeira, diretor do INIC, argumentava que essa operação iniciara-se no dia 05 de dezembro de 1958, quando o navio Almirante Alexandrino transportou 600 migrantes para a hospedaria existente na ilha de Flores (Rio de Janeiro), que seriam destinados aos cafezais no Paraná e para a região de Goiás. Outros haviam sido enviados para Brasília e Anápolis (360), mas 80%, ou seja, 10 mil “desejava ir para a Amazônia”. Na região norte, muitos seriam alocados nos núcleos de colonização existente em Santarém e outras localidades próximas, desenvolvendo o plantio “em suas próprias terras, de malva, pimenta do reino, arroz, milho e outros cereais”¹⁸.

Em 1958, contudo, a “Hospedaria Tapanã já está super lotada ‘com mais de quatro mil nordestinos’. Na Amazônia, as condições de vida e de trabalho podiam ser até piores do que aquelas deixadas para trás” (NEVES, 2000, p. 217). Os jornais oposicionistas relatavam que

¹⁷ O INIC substituiu o DNI em 1954, existindo até a década de 1960.

¹⁸ Fonte: Jornal Diário de Notícias/RJ, 20 de dezembro de 1958.

essa “Operação Flagelados” visava somente escoar essa população pobre migrante para outras paragens, não havendo a preocupação de como seriam recepcionados nas outras hospedarias dirigidas pelo INIC ou onde os mesmos seriam empregados.

Notícias procedentes de Santarém e de Manaus, trazidas por pessoas chegadas recentemente a Fortaleza, dizem que numerosas famílias de emigrantes já andam pelas ruas das cidades, pedindo esmola. Isto significa que a única preocupação dos promotores da “operação flagelados” consiste apenas em organizar a retirada em massa, não havendo, porém, recepção e encaminhamento nos locais de destino¹⁹.

Vale ressaltar que, posteriormente à seca de 1958, os discursos sobre a regulamentação das migrações internas voltaram à pauta de discussão de governantes, políticos e religiosos. No II Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em Natal (RN) em maio de 1959, estabeleceu-se, dentre diversas propostas, que as hospedarias de migrantes de Fortaleza, Belém e Manaus deveriam ser transformadas em hospedarias de zona rural, sendo constituído um grupo de trabalho para executar essa proposta. A ideia, apesar de não ter sido concretizada, nos possibilita problematizar que após essa grande estiagem da década de 1950, a preocupação com o deslocamento constante dessa população pobre migrante assustava sobremaneira os habitantes dos grandes centros urbanos do país, sendo necessário afastá-los de qualquer maneira para o campo e impedi-los de migrar quando houvesse outra instabilidade climática.

Considerações Finais

Assim, ao analisarmos essa variedade de documentos (jornais, documentos oficiais, revistas, entrevistas, dentre outros) sobre as experiências e trajetórias dos migrantes na Hospedaria Getúlio Vargas em Fortaleza, sobretudo na década de 1950, esperamos contribuir para um aprofundamento das discussões que envolvem esses sujeitos, que em busca de obter melhores condições de vida, assim como para fugir de um sistema de trabalho opressor nas propriedades fundiárias de outros ou nas obras governamentais, enfrentavam dificuldades nas dependências ou adjacências daquela hospedaria (fome, doenças, ausência de condições sanitárias, etc.), os perigos da viagem até as regiões Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, e o futuro incerto em outras paragens.

¹⁹ Fonte: Jornal Voz Operária/RJ, 17 de janeiro de 1959.

Referências:

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. *A miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará*. São Paulo: Hucitec, 2000.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. *A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)*. 2013. 255 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. *Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. 2011. 244 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. VIDAL, Laurent. *Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil*. Revista História, Ciências e Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, jun/2013.

COUTINHO, Priscila de Oliveira. *“Meu sonho era maior que eu”: Biografia sociológica de uma trãnsfuga de classe*. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Cassacos. Trabalhadores na Lida Contra a Fome e a Degradação nas Obras Públicas em Tempos de Seca (Ceará – Anos 1950)*. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FONTES, Paulo Roberto Guerra. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. 2002. 399 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

GOIS, Sarah Campelo Cruz. *As linhas tortas da migração: estado e família nos deslocamentos para a Amazônia (1942-1944)*. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. 1999. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1906)*. 2006. 346 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LIMA, José Ramos. Entrevista cedida à COUTINHO, Priscila de Oliveira. *“Meu sonho era maior que eu”: Biografia sociológica de uma trãnsfuga de classe*. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

NETO, Edgar Braga. *Emigração Cearense entre 1888 e 1915: sentidos, controle e configuração social dos migrantes*. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza. CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998.

SECRETO, Maria Verônica. *A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: "Discurso do rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha*. Estudos Históricos, nº. 40, p. 115-135, 2007.

Distintas formas de testar numa vila católica marcada pela colonização protestante (1823-1842)

Ronald Lopes de Oliveira¹

O presente texto tem o objetivo de estabelecer aproximações de análises das distintas formas de testar católico e protestante na vila de São João Batista de Nova Friburgo a partir de 1818 e 1850. Partindo das especificidades de 7 testamentos encontrados ao longo dessa investigação – 5 luso-brasileiros católicos, 2 germânicos evangélico-luteranos e 1 inglês protestante sem identificação confessional – optou-se por demarcar seus diferentes contextos de produção e privilegiou-se neste texto a redação interna do testamento de Arcângela Pereira Dias de 1823, de Johan Emmerick de 1842² e de George March de 1845³. Mais do que entender a realização dos diferentes rituais diante da morte em seus respectivos momentos, buscou-se analisar experiências concretas e situações específicas para propor novos questionamentos aos atos de testar que produziram múltiplas vivências da morte mediadas por rituais fúnebres antagônicos.

Antagonismo esse expresso em 1819 quando ocorreu a primeira leva de imigrantes suíços de maioria católica para a vila de São João Batista de Nova Friburgo recém-inaugurada às pressas pelo governo imperial. Já havia ocupação esparsa por luso-brasileiros, indígenas e escravos ao longo do século XVIII por conta da interiorização dos Sertões do Leste, pelo fascínio do ouro e pela política do sistema de sesmarias instalado na região pela Corte. Aquele primeiro grupo foi liderado pelo padre Joye, mas foi marcado pela presença minoritária de reformados. Os primeiros católicos que chegaram à região, antes da imigração suíça, ritualizaram a morte redigindo seus testamentos e obedecendo às práticas tradicionais do Ocidente cristão junto ao seu padre. Já os reformados subsequentes foram assediados a se converterem por pressões das autoridades católicas da vila.

Cinco anos mais tarde, os remanescentes do grupo minoritário de reformados também conseguiram realizar seus rituais de morte, mas desta vez, liderados e autorizados por um pastor reformado Sauerbonn. Este teria chegado na segunda leva de imigrantes - germânicos evangélico-luteranos – a partir de 1824 fundando seu primeiro cemitério de sepultamentos

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: ronald.lopes80@gmail.com.

² O testamento de Arcângela foi encontrado Primeiro Livro de óbito da Igreja Matriz de São João Batista, já os testamentos de Johan Emmerick e de sua esposa foram encontrados nos registros de compra e venda de terras e escravos no cartório do 2º ofício de Nova Friburgo.

³ Documentos da colônia, Fundação Dom João VI: Caixa 9 documentos 2673.

não católicos. Cerca de 20 anos depois, em 1842, constatou-se expansão das práticas dos rituais fúnebres protestantes na região e na vila de São João Batista de Nova Friburgo. Ampliação essa que se manifesta em suas fazendas nos rituais fúnebres próprios, implantação de cemitérios particulares e redação de testamentos protestantes amparados pelo aparato burocrático da municipalidade que licenciaram o testar em articulação com a chancela do pastor.

Numa sociedade hierarquizada os registros testamentários deveriam obedecer às leis eclesiásticas e ordenamentos jurídicos tendo a Igreja Católica como a guardiã e tutora desses dispositivos. As heranças patrimoniais juntamente com a salvação da alma eram tidas como “últimas vontades” do moribundo. As Ordenações Filipinas eram o mote do Estado para orientação testamentária articulado com as regulamentações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707 (ALMEIDA, 1870). Tanto as Ordenações quanto as Constituições forneciam a estrutura jurídico-religiosa das práticas do ato de testar na América Portuguesa. Além disso, contou-se com a presença de “manuais do bem morrer” que circulavam nas freguesias na forma de opúsculos, livros, panfletos e que forneciam a direção da redação desses testamentos (SANT’ANNA, 2006, p. 69).

Nesse sentido, dois testamentos foram encontrados no livro de óbitos da Igreja matriz da vila de São João Batista de Nova Friburgo obedecendo as diretrizes institucionais eclesiásticas e fórmulas oriundas dos “manuais do bem morrer”. Arcângela Pereira Dias e Vicente José de Souza fizeram seu “solene testamento” formalizando “últimas vontades”⁴. Inicialmente, poderia se pensar que haveria certa rigidez nos atos de testar em ambos, já que os múltiplos ordenamentos e regulamentações povoaram as práticas de sua redação e intensificaram a sensação de segurança na hora da boa morte. Entretanto, nos dois testamentos constatou-se que as expressões singulares utilizadas abarcariam certa liberdade em bem testar como também em seu asseguramento (SANT’ANNA, 2006, p. 70).

Arcângela Pereira Dias faleceu em 15 de outubro de 1823 e era moradora da Fazenda São Domingos localizada nos arredores da vila de Nova Friburgo. De acordo com os registros, foi o padre Rodrigo de Sá Vahia de Miranda⁵, representante do padre Joye, que fizera seu testamento em um pedaço de papel ditado por ela porque “não sabia escrever”. O

⁴ I Livro de óbitos. Igreja Matriz: Primeiro Livro de óbito da Igreja Matriz de São João Batista, pp. 45 e 55.

⁵ Nessa época, o padre Jacob Joye foi para o Rio de Janeiro e seu representante Padre Rodrigo de Souza Vahia, "Coadjutor", ajudava nos registros paroquiais. Fundação D. João VI Pró-memória. Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, Livro 1, p.16.

ritual de sepultamento foi realizado no oratório de Santo Antônio de Lisboa em São José do Ribeirão, onde já era de costume sepultar luso-brasileiros e seus escravos⁶.

Salta aos olhos que o padre Rodrigo se utilizou de modelos testamentários da literatura espiritual disponível na época para redigir o testamento de Arcângela. As expressões recorrentes foram encontradas em três obras: “Breve aparelho e modo fácil para se ensinar a bem morrer um cristão” de 1621, “Devoto Instruído na vida e na morte” publicado inicialmente em 1784 e “Mestre da vida que ensina a viver e morrer santamente” de 1731. Esses manuais manifestavam amplas preocupações escatológicas, possuindo um sentido de preparação para a morte. Esse modo de apropriação dos três modelos testamentários distintos e disponíveis poderiam indicar os usos e desusos dos textos espirituais em circulação na vila (RODRIGUES; DILLMANN, 2013).

Arcângela, nomeou seu marido e cunhado como testamenteiros “cada um *in solidum*” e os constituiu como administradores de todos os seus bens. Mandou dizer missas num total de 50, distribuídas da seguinte forma: “3 missas de corpo presente e 20 sem ser de corpo presente”; “6 missas pela alma” de cada um como se segue: pai, mãe e seu já falecido primeiro marido “José Coutinho”. Ela ainda mandaria dizer 3 missas para cada um dos seus irmãos já falecidos (Ana, Luciano e João)⁷. Arcângela não elegeu o templo de celebração para suas missas, portanto, o regulamento mandava que acontecessem em sua igreja paroquial. Sempre que possível missa e morto deviam estar no mesmo templo, justamente para otimizar a eficácia ritual ligada ao espaço do sagrado (REIS, 1997).

Faço menção ao testamento de Vicente José de Souza apenas para reforçar as fórmulas testamentários anteriores, pois em momento oportuno será analisado detalhadamente. Para além de obedecer às diretrizes eclesiásticas do aparato jurídico do bem morrer, em 1821, Vicente declarou que seu corpo pudesse “ser amortalhado em hábito de Santo Antônio e sepultado no cemitério da freguesia”. Elegeu também um sacerdote para o assistir na hora de sua morte e acompanhá-lo até a sua sepultura “com 6.400 réis de esmola para dizer duas missas” pela sua alma⁸. As missas e as heranças deixadas estariam presentes como forma de aplacar o medo na hora da morte.

Esses dois testamentos demonstraram a ideia de que sua elaboração era “um momento ótimo de reflexão sobre o significado da vida e da morte, o momento em que o cristão se poderá dar conta do quanto é frágil, fortalecendo-se espiritualmente” (RODRIGUES, 1991,

⁶ I Livro de óbitos. Igreja Matriz: Primeiro Livro de óbito da Igreja Matriz de São João Batista, p. 55.

⁷ I Livro de óbitos. Igreja Matriz: Primeiro Livro de óbito da Igreja Matriz de São João Batista, pp. 55-56.

⁸ I Livro de óbitos. Igreja Matriz: Primeiro Livro de óbito da Igreja Matriz de São João Batista, p. 45.

pp. 20- 24). Além disso, a função das missas era o de abreviar o tempo passado no Purgatório ou acrescentar a glória dos que já se encontravam no Paraíso. As missas fúnebres eram um aspecto importante na economia material e simbólica da Igreja, que recomendava aos seus fiéis a provação de sua lealdade deixando em testamento quantas missas pudessem pagar (REIS, 1997). Ficava a cargo das Irmandades averiguar se o moribundo deixava pagas as missas de sufrágio pela sua alma e para o santo de sua devoção. (VILHENA, 2012)

Os testamentos redigidos e os registros de óbito referente a maior parte dos habitantes da América portuguesa, principalmente do século XVI a meados do XIX, demonstraram a preocupação com o destino dado ao corpo após a morte. A maioria afirmava a vontade de ser sepultada no interior ou no adro de um templo católico e detalhava o ritual que desejava após sua morte, que, em grande parte dos casos, se destinava ao cuidado com o corpo (DA SILVA, 2017). Ainda predominava um modelo de morte que se pode denominar de barroco, rico em detalhes simbólicos, rituais e míticos, característicos da cultura barroca. As pessoas se preparavam para morrer escrevendo testamentos que instruíam sobre a mortalha que devia cobrir seus cadáveres, os padres, pobres e irmandades que deveriam acompanhar seus funerais, o local de sepultura, o número e tipo de missas a serem rezadas e outras providências que acreditavam ser necessárias a salvação de suas almas (DA SILVA, 2017).

Tanto escravos como pobres desejavam ser protegidos pelos rituais simbólicos que suas condições materiais permitissem. Prova desse desejo é que mesmo aqueles que não sabiam escrever recomendavam oralmente como gostaria de realizar a hora da morte e sua viagem ao além. Seja como for, oral ou escrito, este último ato dentre os vivos era de extrema importância, pois a morte não poderia ser vivenciada de repente (DA SILVA, 2017). Era preciso haver preparação com certa antecedência. A morte precoce ou acidental era vista com grande preocupação, pois tanto a alma de quem partia (morto) como a alma de quem ficava (vivo) era submetida ao sofrimento e mal agouro. A exemplo desta preocupação, em regiões cuja paróquia era muito extensa alguns morreram e foram sepultados sem rituais fúnebres por “não dar tempo de chamar o padre” (OLIVEIRA, 2019, p. 72).

No caso dos protestantes que se instalaram na América portuguesa durante o século XIX os testamentos não obedeceram a esse formato religioso e nem tiveram a preocupação em vivenciar uma morte repentina. Essas práticas foram analisadas dentro de uma abordagem historiográfica de cemitérios não católicos, como é a tese da historiadora Elizete Silva. Ela abordou a criação e estabelecimento do cemitério anglicano inglês em meio a uma Bahia afrocatólica entre os anos 1880 e 1930 (SILVA, 1998). Defendeu a ideia de que o exclusivismo desse cemitério foi reivindicado pelos Tratados de 1810, firmados entre

Inglaterra e Portugal. Inventários e testamentos de comerciantes, seguidos por domésticas e engenheiros que trabalhavam na Light descreviam suas heranças com menos rigor ritualístico para a passagem ao além que os sentimentos de consolo aos vivos. Isso significa que os quatro testamentos que ela analisou se destacariam mais pelas atividades econômicas dos inventariados e pela riqueza de informações que pelo teor espiritual na hora da morte.

Navios, embarcações, prédios, abatimento de dívidas e propriedades eram alguns dos itens que constavam nos testamentos protestantes, porém as informações encontradas sobre os rituais fúnebres eram muito poucas. Os termos religiosos eram mínimos frente as cláusulas econômicas, ou seja, a partilha dos bens aos herdeiros se sobrepunha ao aparto simbólico religioso. Dentre os anglicanos na Bahia afrocatólica pode-se admitir que a confecção deste tipo de inventário não é o resultado do abandono de crença, mas um tipo de prática ritualística religiosa mais contida e menos emocional. Pode-se dizer que era cultivado individualmente e que “não convinha se expor em um documento que se tornaria público, mesmo que para um pequeno círculo.” (SILVA, 1998, p. 272)

Tudo isso tem uma explicação soteriológica porque para grande parte da teologia protestante a doutrina da salvação é somente pela fé, obtendo desta maneira, a certeza da salvação da alma. Não havendo possibilidade alguma de boas obras ou ritos após a morte para ajudar a alma do morto ascender ao reino dos céus. Para isso, dois instrumentos teriam que ser feitos ainda em vida: a aceitação do evangelho e a crença na obra expiatória de Cristo. Sem intermediações, apenas esses dois elementos seriam suficientes para confirmar a certeza da salvação eterna.

O efeito prático desse edifício teológico são enterros simbolicamente comedidos e funerais minimalistas que definiram o modo individualista e privado de morrer. Um bom exemplo dessa economia simbólica de enterramentos protestantes é o caso de Nova Friburgo que já teriam suntuosos espaços reservados aos rituais católicos frente aos instrumentos simbólicos protestantes de enterramentos e sepultamentos.

Dois testamentos protestantes foram encontrados no cartório do segundo ofício, cuja maioria dos registros se concentram em transações de terras e escravos da vila de São João Batista de Nova Friburgo ao longo do século XIX. Os testamentos de Johan Emmerick e de sua segunda esposa Cristina Binder estavam legíveis e foram analisados. Já o testamento de George March é uma “declaração de últimas vontades” selado e com a seguinte inscrição “vontade de Geoge March para ser aberto por seus tutores John Felding, Jonh Price e James

Pichard Heath.” Tal declaração foi encontrada nos acervos da Fundação D. João VI⁹. Para entender a dinâmica de produção dos testamentos e a declaração de March é preciso traçar a trajetória e o contexto de cada caso.

Johan Emmerick era casado com Charlotte Hess e veio no navio *Carolina* que partira de Hamburgo na imigração de 1824. Também tinham participado da comitiva que havia produzido um requerimento de “uma reclamação contra o capitão do navio que os transportou”. Essa reclamação consistia em “danos causados em suas bagagens”, entretanto, tudo fora resolvido porque o vice-cônsul dos Países Baixos “consignatário daqueles navios disse estar pronto para pagar os objetos desaparecidos”. (SOUZA, 1976, pp. 42-43)

A proatividade e temperamento aguerrido de Johan Emmerick também foram atestados em outra carta de 19 de dezembro de 1824¹⁰. Sua esposa escreve para familiares em Staatsarchiv, Darmstadt na Europa: “O Johan e alguns dos nossos não gostaram nada da mudança da palavra do Imperador, pois alguns soldados do Império, que são da nossa terra, nos diziam que serra acima não era lugar de se viver. Até os suíços não conseguiram viver lá”. E ainda ela segue dizendo que convenceu seu marido a evitar conflitos com a polícia local. “O Johann também quis enfrentar a polícia, mas eu pedi muito para que ele não fizesse isso e pensasse em nós e nos nossos filhos”. Na carta, ela ainda relata sobre outros acontecimentos tensos que ocorreram durante os assentamentos. Johan quase teria sido mordido de cobras por ter visitado seu lote, mas foi socorrido pelos “vizinhos” da família Laubach que teria a distância de “uma hora de caminhada” de onde eles decidiram construir a casa, como se vê Johann Emmerich tomava decisões em nome de sua mulher e seus filhos.

Em 4 de junho de 1825, os Emmerich já ocupavam a casa 79 do lote 154, mas eles não tinham terreno o suficiente “para construir a sua casa nas frações que lhe couberam por sorte no número Colonial 67, tendo pouca terra a cultivar” (MÜLLER, 2003, p. 113). Johan e sua família decide, então, arrendar as “três porções” do terreno ao lado, mediante autorização imperial. Tais porções eram dos colonos suíços, à saber, Pedro Aguet e Joseph Voyame. O primeiro falava alemão e francês sendo recrutado pela Câmara para ser intérprete dos colonos germânicos recém-chegados. Aguet também tinha pouca familiaridade agrícola, já que a pretensão de Johan em arrendar seu terreno acabou se transformando em “presente” dado por Aguet (BON, 2004, p. 220). Por outro lado, as terras de Joseph Voyame também foram

⁹ Documentos da colônia, Fundação Dom João VI: Caixa 9 documentos 2673.

¹⁰ Ainda sob estudos, essa carta foi considerada inautêntica pela Diretoria da Associação Família Emmerich (AFE) que chegou a conclusão em 13 de agosto de 2020 sobre a não autenticidade da “Carta de Charlotte Hess”. Para esclarecimentos, proponho na tese trabalhá-la como fonte literária. Disponível em: <http://emmerich-afe.org/?page_id=157> Acessado em: 19/02/2017. Carta de Charlotte Hess Emmerick (casada com Jonhann Heinrich Emmerich). Todas as citações deste parágrafo foram retiradas desta carta.

arrendadas por Johan “sob cláusula de ser efetuada a arrematação em hasta pública e entregue as “duas” frações da gleba tão logo as reclamasse o órfão, sem qualquer ônus ou indenização por eventuais benfeitorias”. Isso significa dizer que Voyame poderia requerer suas terras em qualquer tempo, entretanto, ele não reclamou suas terras porque foi para Paty do Alferes, casou-se e construiu uma “próspera fazenda” (BON, 2004, pp. 907-90).

É importante entender toda essa dinâmica agrária porque anos depois essas mesmas terras serviriam de espaços para inumações da família Emmerich. Filho de Johan Emmerich, Guilherme pede licença a Câmara Municipal em 1863 para construir um cemitério protestante “no lugar denominado São Bento, perto do rio Sanna”¹¹. A morte e o morrer evangélico envolviam certa preocupação de enterramento e obediência às leis municipais para requerer e licenciar o funcionamento de cemitérios particulares protestantes em suas fazendas ao redor da área urbana da vila. Portanto, podemos perceber que a propriedade da família Emmerich é um importante instrumento, não só de herança testamentária para sobrevivência econômica de seus membros, mas também um lugar reservado aos cuidados do corpo morto protestante.

Assim como os anglicanos na Bahia do século XIX, os evangélicos-luteranos da vila de Nova Friburgo não apresentaram elementos religiosos que sobrepujassem o conteúdo econômico do ritual testamentário. O testamento de Johan Emmerich foi escrito por Nicolau Coelho Messinder tabelião da Câmara Municipal e que era responsável pela redação dos testamentos da vila, inclusive os católicos. Sendo assim:

Saibam quantos estes virem que sendo no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quarenta e dois aos quatro dias do mês de outubro nesta Vila de Nova Friburgo em meu cartório aprovo no presente João Emmerick morador neste Município e é do ano estabelecido de quão dou fé. Primeiramente disse que professa a religião Protestante, e quer que seu enterro, ? dão forças a eles são de sua testamenteira.¹²

Ao ler seu testamento e cruzá-lo com as informações dos registros de casamentos e nascimento luteranos entendemos o seguinte: Johan foi casado duas vezes. A primeira mulher era Charlotte do Grão Ducado de Hess que veio na imigração de 1824 cujos filhos eram “Henrique Emmerick e Catharine Emmerich”. Essa última era “casada em segundas núpcias com Cristiano Broeder, de quem não tem filhos”¹³. Sendo assim, Johan não tem netos do primeiro casamento e isso é um elemento importante, já que ele não deixou sua herança para nenhum dos dois filhos do primeiro casamento.

¹¹ Documentos da colônia, Fundação Dom João VI: Caixa 11 documento 3539.

¹² Registro de compra e venda de terras e escravos, Cartório do 2º ofício: Livro III, folha 68, volume V.

¹³ Registro de compra e venda de terras e escravos, Cartório do 2º ofício: Livro III, folha 69, volume V.

A segunda mulher de Johan foi Mariana Frederica Eller cujos filhos são Fernando e Margarida Emmerich “que sendo vivos são seus herdeiros”, porém Johan optou para “que deixa a sua filha Margarida Emmerich suas terras, casas e benfeitoria que possuem nas datas coloniais números sessenta e cinco, sessenta e seis e sessenta e sete.” Isso significa dizer que Johan planejou a continuidade de sua herança, antes de sua morte, através de seus netos. Margarida era a única filha que tinha filhos (MÜLLER, 2003, p. 113).

Ao final do testamento o tabelião Nicolau Coelho Messinder escreve: “feita a sua última disposição o qual queria o assento como testamento; ou como codicilo, e eu por esta revogo todos os autorisamentos.” Naquele momento estavam presentes na câmara municipal durante a abertura do testamento: o pastor reformado Sauerbronn, João José Rochemant, Guilherme Falk, Carlos Schuenck e Johann Hoppfer.

No mesmo dia, houve a abertura do testamento de Cristina Binder. Ela era sogra de Fernando Emmerich¹⁴, pois este era casado com Catharina Bognard, filha de Cristina. “Disse que professa a religião Protestante” e que era filha “legítima de Jorge Binder e Cristina Binder”. Disse também que os filhos eram legítimos de Johan Emmerich para confirmação de seus herdeiros. E por fim, “havia por feita a sua última disposição o qual queria o assento como testamento; ou como codicilo, e por estas assinaturas autorisamentos feitos”¹⁵.

Até aqui, os dois testamentos protestantes encontrados contêm pouco conteúdo escatológico que possam corroborar com uma preocupação pública de sua alma depois da morte. Também não encontramos qualquer indício sobre o medo da morte, apenas detectamos o asseguramento do desejo do falecido após a sua morte representado na figura do testamenteiro. Prevaleceu nesses dois testamentos aspectos econômicos como terras transferidas para os herdeiros ou o desejo de se registrar que “filhos legítimos” são do Johan Emmerich, no caso da Cristina Binder.

Isso leva a crer que o ato de testar para o protestante apenas envolvia seus bens, mas isso não significa que não havia alguma sensibilidade para com a morte, pois a indicação de alguém importante na família para gerenciar a herança para os vivos é um indício de certa atitude sensível perante a morte. Portanto, é forçoso dizer que os testamentos protestantes são descristianizados ou esvaziados de conteúdo religioso, mas podemos entender que as atitudes diante da morte e do morrer mediados pelos testamentos, pelo menos nos protestantes, elaboraram formas outras de religiosidades relegadas a individualidade e que não foram manifestadas nas “hastas públicas”.

¹⁴ Filho do segundo casamento de Johan Emmerich, mas não tinha filhos.

¹⁵ Registro de compra e venda de terras e escravos, Cartório do 2º ofício: Livro III, folha 69, volume V.

Como se depreende, os ritos funerários nos testamentos protestantes eram públicos e envolviam a presença de indivíduos de parentesco espiritual como o pastor reformado Sauerbronn e membros da Câmara Municipal como o tabelião Nicolau Messinder. Nesse ponto, as duas dimensões, religiosa e secular, estavam compostas num processo ritual testamentário, isso significa um rearranjo dos modos de elaboração dos ritos funerários protestantes diferentemente dos católicos, mas não a ausência de conteúdo espiritual. Victor Turner (1980, pp. 137-164) observa que os ritos têm a função de operar práticas efetuadas simbolicamente. Através de eventos rituais se operava uma manipulação de símbolos que podiam ter diversos efeitos, um deles está atrelado à preparação de indivíduos para atuar em novas posições de status como é o caso de todos os filhos de Johan Emmerich.

Muito comum a prevalência dos aspectos econômicos sobre os religiosos nos testamentos protestantes, mas cada um a seu modo singular. Singularidade essa demonstrada também na análise no caso do inglês Georg March. Era o ano de 1845 quando os bens do falecido inglês tentaram ser confiscados pela Câmara Municipal da vila de Nova Friburgo. March falecera na Fazenda do Paquequer que pertenceu a jurisdição da referida vila e que seria a futura Teresópolis¹⁶.

Vasculhando um pouco mais sobre a vida desse inglês verificamos que ele nasceu na Inglaterra em 1788, mas foi criado em Portugal. Com 25 anos de idade chegou ao Brasil junto com Thomas, seu irmão, e fundaram duas empresas: a Barcker & March e a March Irmãos e Companhia na rua Visconde de Inhaúma nº. 32, na antiga rua dos Pescadores nº 813. Ele se casou a primeira vez aos 43 anos com Ignácia Alves de descendência africana (PEREIRA, 2016).

Em 1818, George March teria arrendado a fazenda de Sant'Anna do Paquequer, propriedade de D. Luiza Clemente da Silva, na época, pertencente à Nossa Senhora D'Ajuda de Guapimirim, da Vila de Magé. A fazenda tinha quatro sesmarias de uma légua quadrada cada uma, mais tarde adquiriu toda essa área por escritura lavrada em 20 de julho de 1843 cujo valor corresponderia ao total de 14:660\$000¹⁷ exatamente dois anos antes de falecer (PEREIRA, 2016).

Não era uma fazenda qualquer, nela existiam escravos e produziam-se diversos legumes e cereais, além de funcionar uma coudelaria. George March era sócio e

¹⁶ Documentos da colônia, Fundação Dom João VI: Caixa 9 documentos 2673.

¹⁷ A área equivale a 100.000 m² cujo preço atual equivaleria a 37 mil reais. Era uma grande área, mas acessível apenas para uma elite agrária, pois era caro para os padrões da época. Disponível em: <<http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Medidas-antigas-nao-decimais.shtml>> Acessado em: 25/07/2021. E ainda: "Quadro geral das principais medidas e moedas utilizadas nos últimos tempos do Brasil colonial" elaborado por Roberto Simonsen, História Econômica do Brasil. 7ª ed. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1977, pp. 462-463.

correspondente do Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia. Sendo importador de cavalos da raça Mecklemboug e ovelhas da Inglaterra que mantinha a maior parte da produção na fazenda Sant'Anna (PEREIRA, 2016). Portanto, não se trata de um agricultor pobre, mas de um empresário bem instalado que já estava em processo de acumulação de riquezas.

Antes de adquirir a fazenda, ele teria passado na vila de Nova Friburgo para se casar uma segunda vez com Mariana Moser no dia 2 de junho de 1841. Entretanto, Mariana era católica e filha de Joseph Moser suíço e lavrador pobre da vila. Encontramos seu casamento realizado pelo pastor reformado Sauerbornn. Isso significa dizer que o matrimônio de Georg March com Mariana foi protestante, independentemente de sua confissão. Além disso, March poderia ter procurado o padre Joyer para se casar, pois o referido realizou o primeiro casamento de Mariana Moser no dia 10 de agosto de 1829 com Johann Probst, que na época já era falecido. Portanto, Mariana tinha se casado duas vezes; a primeira como católica; e a segunda, como protestante (BON, 2004, pp. 695-696).

Para além da vida conjugal de Georg March, após sua morte, houve o loteamento da fazenda. Ela foi repartida entre seus filhos, junto aos seus tutores John Fulding, John Prince James e Richard Heath. (PEREIRA, 2016) A propriedade margeava os dois lados do Rio Paquequer do Soberbo até a Cascata Imbuí, sendo uma das maiores fazendas locais com cerca de 100.000 m². Sócios da firma Antônio Fernandes Coelho & Cia compraram grande parte das terras e revenderam em lotes a pessoas interessadas do Rio de Janeiro. Já o Coronel Polycarpo José Álvares adquiriu terras da antiga fazenda March e inicia o que seria a primeira planta da cidade de Teresópolis (PEREIRA, 2016).

Levando em consideração todo esse “patrimônio fantasma”¹⁸, houve uma representação a 11 de outubro de 1845 da “Majestade Britânica” endereçada ao Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre o confisco de bens do “Mr. March” pela câmara municipal da vila de Nova Friburgo¹⁹. A representação informa que “o juiz de órfãos do distrito em que está a fazenda do dito March pretende tomar posse na mesma fazenda.” Para que isso não ocorra com o “súdito da rainha” organizou-se um abaixo assinado dos funcionários, incluindo o irmão de March²⁰.

Nesse documento, os funcionários diziam que “se expeça ordem para que o conhecimento e a liquidação daqueles bens fiquem encerrado exclusivamente aos

¹⁸ Conceito utilizado por Tainá Pereira na página 8 no texto “A Fazenda March: Um patrimônio Fantasma no mito de Fundação de Teresópolis” durante a ANPHU regional de 2016.

¹⁹ Documentos da colônia, Fundação Dom João VI: Caixa 9 documentos 2673.

²⁰ Documentos da colônia, Fundação Dom João VI: Caixa 9 documentos 2673.

administradores e as autoridades consulares britânicas, como até aqui e como se abria a respeito de outras consulares estrangeiros no Brasil”. Isso significa dizer que os funcionários queriam que a fazenda e suas terras, como era até então, permanecessem sob controle do Estado Britânico mesmo após a morte do dono da fazenda²¹.

Entretanto, o embaixador e capitão-de-mar-e-guerra José Domingues de Ataíde Mancoso relata no dia 30 de setembro de 1845, no consulado britânico do Rio de Janeiro, que o “Sr. George March” deixou “uma declaração de sua última vontade em que dispõe de um bem e nomeia 3 testemunhas²². Todos são ingleses. Não tivemos acesso ao conteúdo desse codicilo protestante, mas ele pode ter sido cumprido já que o abaixo assinado dos funcionários da fazenda, a intervenção do embaixador na câmara da vila de Nova Friburgo resultou na manifestação do cônsul da Inglaterra, Robert Hecketh. Ele defendeu vigorosamente a ideia de que não permitiria o procedimento de “confiscos das terras do senhor March” porque:

é uma medida para que possa tornar precedente para a removida proteção deste Consulado a propriedade pertencente a súditos britânicos falecidos nesta Província e outro sim para que esta interferência por pauta do Juiz de Orfãos de Nova Friburgo é contrário ao que se pratica respeito de outros consulados nesta capital como os da França, Estado Unidos de América e Portugal ao quais tem sido permitido proceder a liquidação de bens pertencentes aos súditos de suas respectivas nações falecidos no país.²³

Na continuação de suas alegações o cônsul pede para que as autoridades competentes “expeça as necessárias ordens ao Juiz de Órfãos em Nova Friburgo a fim de que desista de qualquer interferência com os administradores da Fazenda do falecido George March denominada Santana do Paquequer e de outras propriedades pertencentes ao dito falecido”. Ao que tudo indica, não achamos qualquer vestígio nas atas da Câmara Municipal, mas é bem provável que esse episódio poderia ter tido solução diplomática no que compete às relações com a Câmara. Portanto, a vontade de um morto protestante inglês foi cumprida num Império ainda católico luso-brasileiro, mas que havia espaços de manobras para outras práticas e vivências da morte e do morrer. Mas tudo isso não aconteceu sem tensões e mal-estares.

²¹ Documentos da colônia, Fundação Dom João VI: Caixa 9 documentos 2673.

²² Documentos da colônia, Fundação Dom João VI: Caixa 9 documentos 2673.

²³ Documentos da colônia, Fundação Dom João VI: Caixa 9 documentos 2673.

Considerações Finais

Vimos que a vila de São João Batista de Nova Friburgo entre 1818 e 1850 recebeu duas levas de imigrações (suíça e germânica) juntamente com população luso brasileira, indígena e africana já estabelecida. As múltiplas religiosidades permitiram produzir distintas formas de vivência da morte e morrer, o exemplo mais emblemático dessas experiências são os rituais testamentários. Utilizamos dois testamentos de luso brasileiros católicos, a saber, de Vicente José de Souza; de 1821, e Arcângela Pereira Dias, de 1823. Eles demonstraram que os testamentos obedeceram aos dispositivos eclesiásticos das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Ao que parece, também usaram e desusaram expressões retiradas das literaturas espirituais, como os manuais do bem-morrer que circulavam na vila. Portanto, situações específicas que propiciaram distintas vivências da morte para fortalecer-se espiritualmente às custas de quantas missas pudessem pagar em sua igreja no interior dos Sertões do Leste.

A convivência dos rituais fúnebres católicos se tornou mais densas quando a vila foi palco da realização de testamentos protestantes. Diferentemente dos católicos, a teologia protestante tem sua base na salvação individual e somente pela fé. Isso significa dizer que a certeza da salvação dispensa o grande aparato ritualístico pós morte, além de reduzir o testamento a transmissão de bens materiais. A certeza asseguraria o moribundo durante a passagem para o além. A prática religiosa mais comedida e privada na dimensão espiritual permitiria maior consistência de elementos econômicos nos testamentos protestantes. Cultivado individualmente, o crente não poderia expor, em público, seus afetos religiosos, mesmo a custas de tensões políticas institucionais.

Referências:

ALMEIDA, C. M. de. *Código Philippino ou Ordenações e Leis do reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I.* Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870.

BON, Henrique. *Imigrantes. A saga do Primeiro Movimento Migratório Organizado rumo ao Brasil às portas da Independência.* Ed. Imagem Virtual, 2004.

DA SILVA, Michele Helena Peixoto. *Os registros de óbitos dos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá do Rio de Janeiro no século XVIII: suas especificidades e comparações.* Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. Contra os preconceitos: História e Democracia. Brasília: ANPHU, 2017.

MÜLLER, Armino L. *Começo do Protestantismo no Brasil*. Descrição da instalação da primeira comunidade luterana no Brasil, em Nova Friburgo. EST edições, Porto Alegre, 2003.

OLIVEIRA, Ronald Lopes. *Mortos que constroem cidades: A morte e o morrer na vila de Nova Friburgo durante o século XIX*. 1ª. edição. Editora: Autografia. 2019.

PEREIRA, Tainá Cristina. *A Fazenda March: Um patrimônio Fantasma no mito de Fundação de Teresópolis. Entre o global e o local*. Anais do XVII encontro de História da ANPHU. 2016

REIS, J. J. “*O cotidiano da morte no Brasil oitocentista*” In: ALENCASTRO, L.F. História da vida privada no Brasil. SP:Cia. das Letras, 1997, pp.96-141.

RODRIGUES, Claudia; DILLMANN, Mauro. “*Desejando pôr a minha alma no caminho da salvação*”: modelos católicos de testamentos no século XVIII. História Unisinos. 17(1):1-11, Janeiro/Abril. 2013.

RODRIGUES, Manuela Martins. *Morrer no Porto durante a época barroca: atitudes e sentimento religioso*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991. (Dissertação de Mestrado em História Moderna)

SANT’ANNA, Sabrina Mara. “*A Boa Morte e o Bem Morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)*”. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2006. (Dissertação de Mestrado em História)

SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra Pátria*. Anglicanos e Batistas na Bahia. Tese de Doutorado em História. São Paulo, USP, 1998.

SOUZA, José Antônio Soares de. *Os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo*. Revista do IHGB. vol 310. Rio de Janeiro: 1976.

TURNER, Victor. *Social Dramas and Stories about Them*. In: Critical Inquiry. Volume, nº 01. Autumn. 1980, pp. 137-164.

VILHENA, M. *Salvação solidária*. O culto às almas à luz da teologia das religiões. São Paulo: Paulinas, 2012.

Encontros e desencontros
entre Micro-História
e História Global

“Da popularidade de que, graças a Deus, gozo”: o conceito de mediação no estudo da trajetória de Antonio José de Mello Brabo

Ernesto Pereira Bastos Neto*

Introdução

Ao longo dos últimos anos, os diálogos entre historiadores e cientistas de várias áreas das humanidades têm produzido ótimos frutos. No estudo da história do Brasil, por exemplo, um avanço significativo tem se dado no sentido de matizar algumas dicotomias, como as que podem ser deduzidas dos pares centro-periferia, conquistadores-conquistados, colônia-metrópole. Não que estes pares tenham sido dissolvidos, mas, como sugere Souza (2009, p. 23):

[...] permanece o desafio de refletir sobre a capacidade de sobrevivência – e atualização – dessas hierarquias sociais. Acredito que ela se deve menos a uma guarda rigorosa de suas fronteiras, por meio de atos de violência, que à fluidez e permeabilidade dos relacionamentos pessoais, do comércio e da sociedade.

Não obstante, a constatação da porosidade das fronteiras não resolve o problema, pois não se trata de substituir uma concepção de sociedade marcada por oposições rígidas por outra – ainda mais ilusória – de condescendência e convivialidade. Neste sentido, é possível encontrar diferentes tentativas de historiadores e antropólogos em analisar o papel de agentes que estabeleceram pontes entre diferentes mundos, sejam eles separados por distâncias geográficas, culturais, sociais ou todas estas e mais algumas.

O presente estudo é parte da dissertação de mestrado que estamos desenvolvendo no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). A pesquisa como um todo consiste no estudo da trajetória de Antonio José de Mello Brabo (179?-1882), um paulista que já nas primeiras décadas do século XIX circulava pelo Rio Grande do Sul. Radicado em Cima da Serra de Botucaraí (região limítrofe entre o planalto e a depressão central gaúcha), Mello Brabo alcançou algum prestígio no mundo militar da sua época.

Na Guerra Civil Farroupilha foi liderança legalista atuante no município de Cruz Alta/RS. Mais tarde, em função da guerra contra Oribe e Rosas (1850-1852), contribuiu

* Graduação em História. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista CNPq.

ativamente para os recrutamentos, tendo comandado um grupo de quase trezentos homens¹. Durante a Guerra do Paraguai, Mello Brabo voltou a colaborar no recrutamento, reunindo aproximadamente duas centenas de praças e mais alguns oficiais que marcharam do 5º, 6º e 7º distritos de Passo Fundo/RS para o chamado *teatro da guerra*.²

O objetivo geral da pesquisa é compreender como este sujeito, oriundo de outra província, desenvolveu meios de arregimentar homens para as repetidas guerras em que tomou parte da causa Imperial. No texto que se segue, entretanto, discutiremos de que modo o diálogo com as ciências sociais, especificamente a partir das noções de mediação e mediador, pode auxiliar na compreensão desta trajetória e, quiçá, lançar alguma luz sobre as lógicas que informavam a produção e reprodução de vínculos e lealdades heterogêneas e assimétricas, no contexto do Rio Grande do Sul, durante a segunda metade do século XIX.

Antonio José de Mello Brabo: um militar paulista no planalto gaúcho

Apesar da grande importância das guerras na história do Rio Grande do Sul, ainda são tímidos os esforços acadêmicos em pesquisar trajetórias militares. O que não deixa de ser compreensível, pois, como observou Ribeiro (2012), as renovações da historiografia acadêmica no ocidente, durante a primeira metade do século XX, marcaram um afastamento de temas até então considerados tradicionais, como a história militar. A partir do último quartel do dito século, entretanto, essa cisma passou a ser abandonada, dando lugar a uma história militar “[...] que não se limita a tratar das instituições militares ou de seus integrantes, mas relaciona esses assuntos com todos os demais aspectos das sociedades que faziam parte” (RIBEIRO, 2012, p. 155).

Por outro lado, estudos de trajetória e biografia também têm sido revalorizados apenas nos últimos anos por razões semelhantes às que afastaram os historiadores da história militar. “[...] A biografia foi considerada nas ciências históricas, durante muitas décadas do século XX, um gênero de menor importância, talvez por estar ligada à história política e, principalmente, à história dos grandes homens e seus feitos (KARSBURG, 2015, p. 32). Sob inspiração da micro-história italiana, principalmente, os estudos de trajetória têm aumentado significativamente e contribuído para novas discussões sobre o fazer historiográfico na contemporaneidade.

¹ Fonte: Correspondência remetida pelo ten-cel Antonio José de Mello Brabo ao Presidente da Província. Capela de Soledade, 20 dez. 1851. AHRS. AM. Antonio José de Mello Brabo.

² Fonte: Ofício do Comandante Superior Interino da Guarda Nacional de Passo Fundo ao Presidente da Província. Passo Fundo/RS. 30 de abr. de 1867. AHRS. GN. Caixa 7. Maço 15-16.

Como afirma Karsburg (2015), o estudo de trajetória consiste em uma reflexão pendular entre a reconstituição de uma trajetória individual, invariavelmente idiossincrática – também por isso interessante – e um conjunto mais amplo de características que o indivíduo desenvolve através das relações pessoais que o constituem. Isto é, “[...] o indivíduo e o espaço social evoluem e se modificam mutuamente, sendo um, parte do outro” (GRIBAUDI, no prelo, p. 3). Portanto, “[...] tentar pensar a experiência individual em toda a sua particularidade como parte indissociável de um contexto, permite acima de tudo, destacar a natureza pluridimensional do espaço social” (*ibid.*).

Natural da Vila da Faxina³ – doravante Itapeva/SP –, Antonio José de Mello Brabo, segundo um contemporâneo seu, era “[...] veterano da conquista de Missões e todas as guerras subsequentes, até a civil, em que, por atos de bravura subiu até o posto de tenente-coronel [...]” (SILVEIRA, 1979, p. 309), e era também “[...] possuidor da Fazenda das Borboletas no Campo Comprido” (*Ibid.*), situada na Freguesia de Nossa Senhora de Soledade, então quinto distrito da vila de Passo Fundo.⁴

De acordo com Helen Ortiz, a declaração paroquial de terras apresentada por Mello Brabo no ano de 1855, foi uma das mais extensas daquela freguesia, comparável às de “[...] Athanagildo Rodrigues da Silva, família Landim e Olivério José de Araújo Ortiz” (ORTIZ, 2006, p. 95), a quem a autora define como “figuras bastante conhecidas e influentes na sociedade de Soledade da época” (*Ibid.*). A partir do exposto, poderíamos enquadrar este sujeito em um pano de fundo historiográfico muito difundido acerca da conquista luso-brasileira do extremo-sul do Brasil, que consagrou a figura do militar-estancieiro como elemento-chave neste processo (FARINATTI, 2012). Isto é:

A constatação de que os grupos dominantes locais portavam essas características é um lugar-comum historiográfico. O problema é que, muitas vezes, os questionamentos param exatamente onde deveriam começar. O que podemos mesmo saber sobre esses setores de elite, a partir dessas palavras? Será que basta sua simples enunciação para nos dar explicações suficientes sobre tais grupos e sobre a estratificação das sociedades rurais do Oitocentos? (FARINATTI, 2012, p. 295).

Entretanto, assim como estudos atentos explicitaram que nem todo comandante militar era estancieiro e nem todo estancieiro era militar (FARINATTI, 2012), a análise do caso específico de Mello Brabo tem nos colocado diante de uma densa trama social, com

³ Fonte: Livro de casamentos da paróquia de Santo Antonio da Lapa (1769-1812). Casamento do tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo e Anna Joaquina de Mello. 09 jun. 1843, p. 179. Disponível em familysearch.org.

⁴ Trata-se do mesmo lugar. Entretanto, a narrativa de Velloso da Silveira data do final da década de 1850, quando Botucaraí havia passado para jurisdição de Passo Fundo.

desdobramentos ao longo de praticamente todo o século XIX, evidenciando interações significativas entre setores diversos da sociedade oitocentista. Neste sentido, entendemos que estudos de trajetória permitem reconstituir os processos sociais com significativo grau de complexidade, favorecendo o surgimento de novas questões e a compreensão mais apurada dos processos históricos (LEVI, 2006; LORIGA, 1998).

“Para levar ao alto conhecimento e benigna ponderação de Vossa Excelência”⁵: o potencial de mediação de um comandante militar em tempos de guerra

Ainda não temos uma apreciação segura da evolução econômica de Antonio José de Mello Brabo ao longo de sua vida. O inventário de sua esposa⁶, no entanto, aberto em 1844, não revela, à primeira vista, uma fortuna impressionante, longe disso. No arrolamento de bens, constam quatro escravizados, avaliados em 500 mil réis cada, 100 éguas, 2 burros, 12 potros, 36 cavalos mansos, 150 ovelhas e 6 bestas, o que indica principalmente um envolvimento na criação equina e, muito provavelmente, luar (ARAÚJO, 2008). Além disso, também foi listada uma sesmaria de campo com benfeitorias, localizada em Cima da Serra do Botucaraí. Somando-se algumas dívidas ativas e subtraindo-se as não muitas passivas, o montante foi avaliado em torno de 6 contos de réis, dos quais 3 diziam respeito ao imóvel. Patrimônio modesto para os padrões da elite cruz-altense do mesmo período (ARAÚJO, 2008).

O centro dos nossos esforços de pesquisa está no recorte espaço-temporal: planalto gaúcho entre os anos de 1840-1870, em função, sobretudo, das fontes que localizamos. Assim, é possível que parte significativa das redes de relacionamento social mais densas em que Mello Brabo se encontrava enredado até este período nos escapem à vista. Há indícios de interações constantes com São Paulo, sua província de origem, assim também com a vila de Rio Pardo/RS, da jurisdição à qual o distrito de Cima da Serra do Botucaraí pertenceu até a emancipação de Cruz Alta, em 1834.

A despeito disso, arriscamo-nos a dizer que o período da Farroupilha deve ter marcado o principal pico da projeção social deste indivíduo, uma vez que até 1840 não encontramos seu nome na pia batismal, nas listas nominais dos livros de transmissão de notas, tampouco encontramos qualquer indício de participação nas instâncias políticas ou burocráticas do Estado, como a câmara de vereadores. Chama atenção, no entanto, que entre o início do ano

⁵ Fonte: CV – 2729. 17 jan. 1841. AHRs, Coleção Varela. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Anais. V.4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 445-446.

⁶ Fonte: Inventário *post-mortem* de Anna Joaquina de Mello. APERS. Comarca de Missões. Nº 26 de 1844

de 1841 e final de 1842, no auge da guerra civil Farroupilha, Antonio José de Mello Brabo comandava a principal força legalista do município de Cruz Alta, onde residiam potentes expressivos, como o tenente-coronel Vidal José do Pilar e seu genro, que chegaria a coronel honorário do Exército e comandante superior da Guarda Nacional, além de deputado provincial, Antonio de Mello e Albuquerque, por alcunha, “Mello Manso”.⁷

Acreditamos que Antonio José de Mello Brabo tenha sido 2º sargento do 24º Regimento de Cavalaria Ligeira da 2ª linha do Exército que se encontrava estacionado no Paço de São Lourenço em 20 de março de 1827, no contexto da Guerra da Cisplatina, identificado apenas como Antonio José de Mello⁸. Fato é que, entre 1838 e janeiro de 1841, Mello Brabo foi promovido de uma patente inferior no oficialato do Exército à Tenente-Coronel Honorário da GN, comandante do 10º Corpo de Cavalaria, pertencente ao município de Cruz Alta, por ser um legalista “[...] muito valente e subordinado”⁹ e por ter feito “[...] a reação da Vacaria e da Cruz Alta”.¹⁰

As correspondências da Coleção Varela, uma das principais fontes para o estudo dos acontecimentos cotidianos dos batalhões militares envolvidos na Farroupilha, nos sugerem que a dinâmica de recrutamento para os corpos de cavalaria existentes no município de Cruz Alta/RS esteve diretamente associada às relações pessoais dos comandantes¹¹. Como indica uma correspondência encaminhada pelo então Comandante Militar do município em questão, tenente-coronel Vidal José do Pilar, ao Conde do Rio Pardo, quando este último assumiu o Comando-em-chefe do Exército na Província de São Pedro:

[...] é de meu dever participar a V. Exa. que neste Município se acha o Décimo Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais, pertencente a

⁷ Para uma breve apreciação da trajetória de Antonio de Mello e Albuquerque “Manso”, Cf: Mugge (2016, p. 229-260).

⁸ Fonte: Relação nominal das praças da 6ª Companhia do Regimento nº 26 de Cavalaria Ligeira da 2ª Linha do Exército com as alterações desde 15 de janeiro até 20 de março de 1827. Arquivo Nacional Brasileiro. **Fundo Marquês de Barbacena**. Relações nominais das praças do Estado Maior e Menor do Exército Nacional Imperial.

⁹ Fonte: Relação dos Oficiais da Guarda Nacional merecedores de prêmios e distinções/ Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1841). In: OSÓRIO, Luís Fernando. *História do General Osório*. Vol.1 Rio de Janeiro: Typ. de Leuzinger & Filhos, 1894, p. 382-383.

¹⁰ Episódios que marcam vitórias das forças legalistas contra as tropas farroupilhas na Guerra dos Farrapos (1835-1845).

¹¹ O que não é estranho, não apenas pela característica geral do recrutamento baseado em relações pessoais, como pelo fato de que, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a partir de novembro de 1837, foi abolido o Conselho de Qualificação, até então responsável pela qualificação dos militares da Guarda Nacional. “[...] Numa mesma determinação que estipulou que, dali em diante, o alistamento para a Guarda Nacional passaria a ser incumbência dos Comandantes locais de companhias, e a qualificação, dos Coronéis de Legião” (RIBEIRO, 2001, p. 135).

este Município, além de quase outro Corpo *reunido pelo Tenente Coronel João Gonçalves Padilha*, e outros Beneméritos Oficiais.¹²

Além do mais, estas correspondências estão impregnadas de evidências a respeito da dimensão pessoal que regulava decisões no cotidiano da guerra, por exemplo, sobre quando uma deserção era ou não passível de punição, quem deveria ser promovido ou rebaixado, qual praça seria mandado para o combate ou enviado em uma comissão – o que poderia representar mais uma ou duas semanas de distância dos campos de batalha. Em outro exemplo, o tenente-coronel Mello Brabo deixa ainda mais claro a relação pessoal que envolvia o recrutamento e a mobilização ou mesmo a desmobilização de homens em armas:

Daqui em boa hermenêutica não posso concluir outra coisa, senão, que V.Exia quer que este 10º Corpo com todas as praças que o mesmo compõem, esteja às ordens do mesmo Esquadrão de Cruz Alta, o que acho bastante contra a natureza de todas as coisas existentes; porque todo o Ente menor em força é sujeito ao Ente maior em força. Enfim, Exmo Snr. *o descontentamento geral das praças cresce de momento em momento, e temo, que grande número desertará se com efeito V.Exia determinar que se execute as ordens que em 14 do corrente me dirigiu.*¹³

Há outros indícios de que Mello Brabo gozava de capacidade de mobilização. Em 19 de setembro de 1841, o Jornal do Commercio noticiava que “[...] de Lajes se anuncia que ultimamente subira pelas picadas o vantajosamente conhecido coronel Mello Bravo com alguma força [...], e que *se acha para as partes de Cruz Alta, onde goza de muito prestígio, fazendo reuniões*”¹⁴. Também Velloso da Silveira, que conhecia pessoalmente a elite cruz-altense, afirmou que, por volta de 1839, quando Antonio de Mello e Albuquerque “Manso” passou pelo distrito de Cima da Serra do Botucaraí recrutando homens para formar Brigada Cruz-Altense “[...] apelando para o tenente Mello Bravo [...], conseguiu incorporá-lo com mais de cem voluntários reunidos em poucos dias” (SILVEIRA, 1975, p. 312).

Se, por um lado, não dispomos de meios para inferir sobre as estratégias através das quais Mello Brabo realizava as chamadas *junções de gentes* para o serviço militar, por outro, é possível perceber que, com a promoção à tenente-coronel honorário do Exército e da Guarda Nacional, comandante do 10º corpo de cavalaria desta Guarda, este oficial aumentava significativamente sua margem de manobra social. Em diversas ocasiões, entre os anos de 1841 e 1842 – período que foi comandante do 10º Corpo –, o tenente-coronel Mello Brabo

¹² Fonte: CV – 7309. 2 ago. 1841. AHRs, Coleção Varela. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Uma República contra o Império (1835/1845). Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). V. 16. Porto Alegre: AHRs; EDIPUCRS, 2009, p. 225-226, grifo do autor.

¹³ Fonte: CV – 2744. 24 ago. 1842. AHRs, Coleção Varela. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Anais. V.4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 459-460.

¹⁴ Fonte: JORNAL DO COMMERCIO. Nº 239, domingo de 19 set. 1841, p. 1.

intercedeu por oficiais inferiores subordinados seus, como o alferes José Xavier, que foi destituído de sua patente por deserção, mas que, segundo Mello Brabo, “[...] o mesmo serviu pronta e fielmente desde o princípio da presente luta”¹⁵:

[...] ele oficiou-me que ele se retirava à sua casa e retirou-se, é verdade, sem esperar a minha resposta. Comprometeu-se desta sorte contra a boa ordem e polícia da Brigada; *porém isto foi, estou certo, mas por ignorância do que por maldade*, e foi em consequência deste seu proceder abaixado do seu posto de Alferes [...]. Portanto, Exmo, Sr., peço e rogo, que se aliás não é inteiramente contrário à lei e retidão que V.Ex^a., se digne mandar entrar por uma Ordem do dia outra vez no seu antigo posto de Alferes ao José Xavier, *podendo eu asseverar que o mesmo fará tudo para ser merecedor de tão esplêndida graça* de V. Ex^a.¹⁶

Além de interceder neste sentido, Mello Brabo também conseguia, ao corresponder-se diretamente com o comandante-em-chefe do Exército – em função da posição de comando que por sua vez ocupava –, levar à mais alta apreciação os pedidos de dispensa de seus comandados, assim como encaminhar sugestões de promoção ou mesmo solicitar alterações mais radicais em seu corpo de cavalarianos, como aconteceu em setembro de 1841:

A disciplina militar que unicamente deve imperar em todos os Corpos militares e que só deve presidir as operações militares acha-se, bem contra a minha vontade eu confesso, principalmente da oficialidade depois da nossa estada neste município, bem descaída e é por isso totalmente necessário que V.Ex^a., no seu alto conhecimento se digne conceder-me brevemente licença para por mim sejam demitidos alguns oficiais e que sejam nomeados outros [...]¹⁷

É possível inferir que tais relações sejam da ordem de uma “política da vida cotidiana” (LEVI, 2000, p. 45), ou seja, ainda que atos corriqueiros, não eram sem significação social. Pelo contrário, consideramos, referendados por interpretações semelhantes (FARINATTI, 2010a, p. 206-222), que tais trocas de favores estivessem informadas por uma lógica de dom e contra dom (MAUSS, 2003; [1925]). A mercê alcançada, que poderia ser a restituição de uma patente, a dispensa do serviço ou a qualificação para a Guarda Nacional, não nos parece, absolutamente, entendida pelos sujeitos envolvidos na relação como sendo uma graça impessoal; pelo contrário, tratava-se de uma relação ancorada na personalidade, caso contrário, ficaria difícil que Mello Brabo pudesse “asseverar” sobre o comportamento de José Xavier.

¹⁵ Fonte: CV – 2729. 17 jan. 1841. AHRS, Coleção Varela. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Anais. V.4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 445-446.

¹⁶ Fonte: *Ibid.*

¹⁷ Fonte: CV – 2737. 4 set. 1841. AHRS, Coleção Varela. In: RIO GRANDE DO SUL, Arquivo Histórico do. Anais. V.4. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980, p. 450-451.

Neste sentido, entendemos que o papel desempenhado por Mello Brabo pode ser melhor compreendido com auxílio da noção de mediador avançada pela antropologia consagrada aos estudos sobre os campesinatos. Ainda que haja distinções entre as definições de mediador desenvolvidas por pesquisadores como Eric Wolf, Michael Kenny, Sydel Silverman e Jeremy Boissevain, de modo geral, todos acenam para a existência de sujeitos que atuavam como intermediários nas relações entre grupos mais ou menos distantes do Estado. “Os mediadores são agentes que obtêm ganhos econômicos e sociais, gerando contatos e alianças” (VALLE, 2015, p. 17). Segundo Guilherme Valle (2015), Sydel Silverman deu contornos mais precisos à noção de mediador:

A mediação seria um tipo especial de intermediação, pois coloca em questão uma assimetria ou desigualdade entre as pessoas, especialmente no caso de padrões e clientes, cujos valores e princípios estariam fundados por um modelo de relações hierárquicas/tradicionais. A mediação não pode ser, assim, associada a qualquer pessoa ou qualquer instituição que simplesmente facilita e mantém contatos entre os níveis nacionais e locais, afinal algumas delas não precisam se caracterizar por um vínculo desigual e hierárquico (VALLE, 2015, p. 21).

Em outras palavras, a ascensão à patente de comandante do 10º Corpo de Cavalaria tanto se deve ao ativamento de uma série de relações anteriores de mobilização e recrutamento, como às performances e desempenhos de comando. Por outro lado, essa patente também situa o tenente-coronel Mello Brabo em uma posição de intermediário na relação dos seus comandados com as instituições militares às quais pertenciam¹⁸. Em uma sociedade, entretanto, marcada pela pessoalidade das relações, essa intermediação não assume um caráter neutro, podendo ser entendida como uma mediação, portanto.

Ações cotidianas, como as que descrevemos, são dotadas de sentido de dádiva que, por sua vez, pressupõe uma relação de dívida e, conseqüentemente, de assimetria. Guardadas as proporções, entendemos que o sentido dessa mediação é análogo ao da noção de “cabedal militar” proposta por Farinatti (2010b). Isto é, trata-se – ainda que em outro grau de autonomia e poder – da possibilidade de produção e reprodução de um capital ao mesmo tempo relacional, simbólico e material, através da negociação de mercês no âmbito da relação entre guerra e sociedade no Rio Grande do Sul oitocentista.

Nas últimas décadas, a historiografia sobre o Brasil Imperial tem investido nesta abordagem, demonstrando a existência de diferentes formas de exercício de atividades mediadoras. De acordo com Vargas (2010a), o sociólogo Fernando Uricoechea já afirmava,

¹⁸ Note-se que nas correspondências da Coleção Varela que analisamos, Mello Brabo, enquanto comandante do 10º Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais de Cruz Alta, dirigia-se diretamente ao Comandante-em-Chefe do Exército, uma vez que em situação de guerra, a Guarda Nacional ficava subordinada ao Exército.

no final dos anos 1970, que os comandantes superiores da Guarda Nacional exerciam papéis de mediação.

O próprio Vargas (2010a), que analisou a elite política da Província de São Pedro durante o Segundo Reinado, demonstrou que as localidades mais remotas da Província estavam conectadas a redes de relações pessoais que passavam pela capital, Porto Alegre, e se estendiam até a Corte. Tais redes, segundo o autor, eram costuradas através da atuação de agentes mediadores. Mas, como também notou Vargas (2010a), dialogando com Patrícia Genovez, o Brasil oitocentista permitia o surgimento de diversas formas de mediação.

[...] o mediador geralmente ocupa um papel central dentro de uma teia de relacionamentos, onde famílias estavam conectadas por redes sociais. Como o seu papel estava bastante ligado às relações de mediação entre o Centro e a periferia é necessário destacar que em regiões demasiado extensas não há apenas um “tipo” de mediador, uma vez que, conforme Patrícia Genovez, não existe apenas um Centro e uma periferia. Esta relação depende muito da escala em que se observa, pois um centro pode ser a periferia de um outro centro e assim por diante (VARGAS, 2010a, p. 42).

Após o fim da guerra civil, o tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo não chegou, por exemplo, a ocupar uma posição de comandante superior da Guarda Nacional, o que lhe colocaria no topo da elite militar da Província. Por outro lado, há em sua trajetória indícios que apontam para outras estratégias de reprodução de um capital relacional, tanto no domínio da clientela, quanto do parentesco.

“Em gratidão dos meritórios serviços prestados a ele doador”: reciprocidade, assimetria e mediação

Segundo Sérgio da Costa Franco (1975), quando eclodiu a Guerra do Paraguai, o tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo não se integrou logo às hostes do Imperador em função de uma série de desentendimentos que nutria com os principais oficiais da Guarda Nacional de Passo Fundo. Entretanto, no início de 1867, já no contexto de organização do 3º Corpo do Exército (IZECKSOHN; MUGGE, 2016), o então octagenário Mello Brabo escreveu ao recém-empossado Presidente da Província, Francisco I. M. Homem de Melo, relatando o seguinte:

A convite e pedido do Tenente Coronel Feliciano Jacintho Dias aceitei aos 16 do mês próximo passado o encargo de reunir no 5º, 6º e 7º distrito do termo da vila de Passo Fundo todos os cidadãos e G. N. aptos para o serviço da guerra; aceitei esta espinhosa tarefa, porque de uma vez o meu patriotismo me obrigou, a *aproveitar-me a prol da Pátria, que nas atuais circunstâncias reclama os braços de todos os seus filhos, da popularidade*

de que, graças a Deus, gozo nestas paragens, e além disso aceitei o encargo porque o convite foi feito em nome do Ex.mo Barão do Herval^{19]}

Em 16 de abril, marcharam da Vila de Passo Fundo 183 praças – na verdade alguns deveriam ser oficiais – com destino ao Paraguai, sob o comando de Antonio José de Mello Brabo. Conforme indicam as correspondências do Comando Superior da Guarda Nacional daquele município²⁰, este foi um dos últimos contingentes com mais de uma centena de recrutas que dali partiu para o chamado *Teatro da Guerra*. Sérgio da Costa Franco chega a dizer que “[...] não se pode saber de que meios se terá valido Mello Brabo para conservar seus recrutas” (FRANCO, 1975, p. 67), dos quais praticamente 70% chegou ao destino, uma vez que, alguns meses depois, “[...] quando o Coronel João de Freitas Noronha reúne cento e poucos homens e marcha para São Borja, chega quase sozinho ao destino, tantas foram as deserções que se verificaram na marcha” (*Ibid.*).

As fontes que consultamos não nos fornecem meios diretos para inferir sobre as estratégias de recrutamento e engajamento que Mello Brabo acionou neste e em outros contextos. Insistiremos, entretanto, na abordagem desenvolvida até aqui, chamando atenção para a interação deste sujeito com setores subalternizados da sociedade em que vivia, bem como do canal que poderia representar para que algumas dessas pessoas experimentassem certa forma de ascensão social, através do que estamos chamando de atividade de mediação.

No dia 24 de abril de 1855, Mello Brabo compareceu no escritório de um tabelião da vila de Cruz Alta. Conforme o tabelião, o referido tenente-coronel afirmou que: “[...] sendo casado na Província de São Paulo, mas que há quarenta anos mais ou menos vivendo apartado de sua mulher, houvera cinco filhos, a saber”²¹:

Antonio de idade quatorze anos filho de Filippa Maria, mulher solteira, e Constantina de idade cinco anos, Apolinaria, idade quatro anos, Fermina, idade de dois anos e Amellia, idade de um ano, filhos de Maria Conceição, também mulher solteira que a tem tendo mantida em sua companhia [...], é sua vontade perfilha-los/ apesar dos três primeiros terem nascido em tempo que ainda existia a mulher dele outorgante, hoje falecida/ e com efeito os perfilha para que eles possam ser seus herdeiros e gozarem de todas as honras e prerrogativas como se legítimos fossem.²²

¹⁹ Fonte: Ofício do Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo ao Presidente da Província. Passo Fundo/RS, 10 fev. de 1867. AHRS, GN. Caixa 7. Maço 15-16.

²⁰ Fonte: Ofício do Comandante Superior Interino da Guarda Nacional de Passo Fundo ao Presidente da Província. Passo Fundo/RS. 30 de abr. de 1867. AHRS. GN. Caixa 7. Maço 15-16.

²¹ Fonte: Escritura Pública de Perfilhação que faz o Ten. Cel. Antonio José de Mello Brabo. APERS. Tabelionato de Cruz Alta, Transmissão/ Notas. Livro 8 (1853-1857), p. 65-65v.

²² Fonte: *Ibid.*

Pouco mais de um mês depois, no dia 5 de junho, na Igreja Matriz da mesma vila, pôs-se os santos óleos à inocente Amelia “china”, filha de pai incógnito, “[...] nascida em quatorze de junho do ano mil oitocentos e cinquenta e quatro, filha natural de Maria Conceição, solteira, natural desta Província”²³. Os padrinhos de Amelia foram o Tenente Coronel João Baptista de Oliveira Mello, e sua mulher Manoela Pereira de Mello. Mais de vinte anos mais tarde, Amelia Rufina de Mello aparece passando uma procuração ao seu pai:

[...] o Tenente Coronel Antonio José de Mello Brabo, para ela outorgante como se presente fosse possa fazer venda de suas terras de matos e campos que lhe foram *dadas em doação por seus padrinhos João Baptista d’Oliveira Mello e sua mulher Manoela Pereira de Mello*, no lugar denominado Campo Comprido.²⁴

O então tenente-coronel João Baptista de Oliveira Mello era figura de prestígio e cabedais na localidade de São Martinho da Serra, além disso havia sido major no 10º Corpo de Cavalaria comandado por Mello Brabo durante a Farroupilha. As correspondências da Coleção Varela permitem notar que naquele contexto Oliveira Mello era homem de confiança do seu comandante. Não temos informação se há algum parentesco consanguíneo entre os dois, mas gostaríamos de salientar a inserção da filha “china” em uma relação de compadrio privilegiada, que se reiterou ao longo de décadas.

Para além dos indícios de uma complexa engenharia social movimentada pelas relações de parentesco, cuja compreensão mais completa ainda nos escapa quase totalmente, chama atenção que esta filha de Mello Brabo com Maria Conceição tenha sido classificada pelo pároco com o termo *china*. Recorrendo-se, por exemplo, aos dicionários Bluteau (1728), Moraes Silva (1789) e Silva Pinto (1832) não é possível encontrar a expressão china ou chino, com esta conotação. Paiva (2012), analisando uma série de expressões qualificativas utilizadas no mundo colonial ibero-americano, refere-se à distinção *china* como uma palavra procedente da língua quéchua, cujo significado em espanhol seria *servienta*, algo como serviçal em português.

A historiografia recente, no entanto, ao perscrutar registros de batismos de certas localidades no Continente/Província de São Pedro, notadamente trabalhos centrados na história indígena, tem identificado o uso desse classificativo. Diehl (2018, p. 4) reitera a hipótese da origem etimológica quéchua, afirmando, porém, que “No Rio Grande do Sul é

²³ Fonte: Livro n.º 5 de Batismos da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Registro de batismo de Amelia, p. 4v, 1855.

²⁴ Fonte: Procuração Bastante. APERS. Tabelação de Transmissão e Notas de Soledade. Livro nº 2 (1876-1877), p. 30, 30v.

utilizado para referir-se às mulheres indígenas, e, por vezes, assume a conotação de prostituta”. Karina Melo (2011), tratando da Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX aproximadamente, alude à expressão, de uso corrente nos documentos que analisou, como referência genérica às mulheres indígenas.

Ribeiro (2013), no entanto, dará maior atenção ao uso desta expressão. Por um lado, o autor buscou compreender a situação da “china” no imaginário sul-rio-grandense. Para tanto, recorreu a um conto do folclorista João Simões Lopes Neto, a partir do qual percebe que: “A expressão china era usada para se referir de modo homogêneo a mulher guarani, representada na história como a concubina de um militar luso-brasileiro” (RIBEIRO, 2013, p. 97). Por outro lado, ao analisar a ocorrência do classificativo china nos registros de batismo da Capela de Santa Maria entre os últimos anos do séc. XVIII e as primeiras décadas do XIX, chegou a seguinte consideração:

Esta classificação é ambígua, pois foi utilizada pelos padres tanto para se referirem às índias solteiras como às índias casadas, fazendo com que não se tenha um entendimento preciso do termo. Prestando atenção nos padrinhos, nota-se que poderia haver, por parte destes, um ambiente que acolhia estas índias as quais, além de agregadas, tornaram-se também suas comadres. Estas índias, possivelmente, prestavam serviços de natureza diversa a quem as tinha como agregadas. Também amizade e vizinhança poderiam ser determinantes para o estreitamento dos laços sociais. Deste modo, a reiteração, através do batismo, de uma relação já existente (a de agregada), pode indicar a existência de laços de mais distinta natureza que ligavam estes indivíduos (RIBEIRO, 2013, p. 106-107).

De nossa parte, ainda estamos começando a análise dos registros de batismo da Freguesia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, onde Amelia foi batizada. Por diversas razões que não cabe expor aqui neste momento, optamos por analisar apenas o livro de batismos nº 5 desta Freguesia, que cobre o período entre maio de 1855 e fevereiro de 1857. Além do fato do batismo de Amelia ter sido localizado neste livro, outra razão que nos conduziu a escolhê-lo foi o fato do pároco ter registrado a cor dos batizados em praticamente todos os assentos, ao contrário dos demais livros, em que esse registro é bem mais difuso.

De antemão, conseguimos perceber que dos 1160 assentos que foram registrados no livro n.º 5, 15,84% foram assinalados com o classificativo chino ou china. Depois do classificativo branco (a), que foi assinalado em 72,03% dos assentos²⁵, “chino (a)” foi o mais

²⁵ Suspeitamos que isso não significa que 72% das pessoas batizadas neste período fossem, genética ou fenotipicamente, brancas. Há estudos que indicam que estas classificações estavam relacionadas à hierarquia social e, portanto, à posição ocupada pelo rebento, bem como por seus pais (GODOY, 2016).

utilizado, superando inclusive a soma de todos os outros, incluídos os escravizados, que foram 7,62% dos batizados neste período, além de uma pequena quantidade de caboclos, cabras, índios, pardos e de cor não informada. Em outras palavras, tanto pelo fato o de pároco não registrar apenas mulheres, mas também homens com o classificativo *chino*, quanto por um registro que sistematicamente distingue os recém-nascidos, consideramos não restar maiores dúvidas sobre o fato de este classificativo reportar a uma distinção étnica, muito provavelmente uma ascendência indígena.

Ao cruzar esses dados com alguma documentação que conseguimos analisar dos livros de notas e transmissões de Passo Fundo e Soledade, percebemos que as relações entre Mello Brabo, Maria Conceição e suas filhas *chinas* se reiteraram ao longo de décadas. No dia 31 de março de 1859, por exemplo, Mello Brabo e Maria Conceição compareceram no tabelionato da vila de Passo Fundo para registrar uma escritura pública de doação e usufruto “às filhas de Dona Maria Conceição”²⁶:

[...] morador no distrito de Lagoão, lá possui por título de compra umas terras lavradas havidas [...] pela quantia de seiscentos mil reis; e da metade destas terras pela dita forma faz doação a Constantina, Apolinaria, Firmina e Amelia, todas filhas de Dona Maria da Conceição, com a só condição de a mãe das sobreditas ser usufrutuária por toda a sua vida [...]. Cujas doação a faz no valor de trezentos mil reis e *em gratidão dos meritórios serviços prestados a ele doador pela referida Maria da Conceição e suas filhas, serviço que tem em tanta monta que ainda assim não as julga bem recompensadas [...]*.²⁷

Entendemos que esses indícios apontam para outra dimensão das atividades de mediação possíveis no Brasil do século XIX, analogamente ao que foi discutido por Souza (2009). Ao analisar a trajetória do Duque de Caxias, refletindo sobre sua atuação como mediador entre os universos sociais da Corte e das camadas subalternizadas da população a partir da discussão sobre os mediadores nas grandes metrópoles do século XX²⁸, a autora enfrentou a dificuldade da comparação de contextos tão distintos. De um lado, as metrópoles do século XX, com sua heterogeneidade radical “[...] atravessadas por múltiplos mundos

²⁶ Fonte: Escritura pública de doação. APERS. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. Livro 1 (1857-1859), p. 124-125.

²⁷ Fonte: *Ibid.*

²⁸ É importante destacar que os conceitos de mediação discutidos por Valle (2015) e Souza (2009) baseiam-se em perspectivas distintas. Como dissemos, enquanto Valle (2015) atenta para os estudos antropológicos sobre diferentes sociedades camponesas, Souza (2009) dialoga com uma tradição antropológica dedicada ao estudo das cidades. Considerando preocupações tão diferentes, há certamente discrepâncias em termos de temas e objetos que afastam parte destas tradições intelectuais. Não obstante, de algum modo, ambas se interseccionam no interesse pelas chamadas “sociedades complexas”, que, como observa Fredrik Barth (1989; [2000], p. 109), caracteriza-se pelo enfrentamento de situações etnográficas marcadas por uma “[...] diversidade desconexa (ao menos aparentemente) de atividades e a mistura do novo com o velho, formando um cenário cultural sincrético”.

sociais dotados de fronteiras flexíveis, em constante e acelerado movimento (SOUZA, 2009, p. 25). De outro, o Brasil oitocentista, com suas rígidas hierarquias sociais, ainda muito marcadas por uma concepção de sociedade que entendia a desigualdade entre pessoas como um dado natural.

É a partir dessa naturalização das diferenças, capaz de ordenar as pessoas na sociedade segundo critérios considerados inscritos em sua essência que, acredito, o tipo social do mediador ganha importância no Brasil da primeira metade do XIX. Afinal, em sociedades hierarquizadas, ao contrário do que ocorre nas metrópoles modernas, o trânsito e a atuação de pessoas em mundos sociais distintos não só é pouco provável, como, pelo menos teoricamente, é antinatural, constituindo-se em ameaça à “boa ordem” (SOUZA, 2009, p. 25).

Finalmente, não dispomos, neste momento, de elementos que nos permitam demonstrar que essa relação implicou diretamente na produção da “popularidade” de que Mello Brabo se arroga e, por conseguinte, em sua capacidade de recrutamento. Mas, existe uma tradição oral que nos leva a pensar que sim. Desde 1987, um grupo de famílias indígenas reivindica a Fazenda das Borboletas como terra indígena (VEZON, 1993; SOUZA, 1998). Conforme os antropólogos que estudaram essa reivindicação, a síntese da narrativa indígena conta que a história dos seus antepassados reporta a uma série de conflitos envolvendo indígenas Guarani e Kaingang e invasores em disputa pelos campos e ervais abundantes no alto-Jacuí. Segundo a memória das pessoas mais velhas da comunidade:

“[...] o fazendeiro [tenente-coronel Antonio José de Mello Brabo] aprisionou a indígena Conceição Campos Novos, então mocinha de aproximadamente 12 anos, com quem deixou descendência numerosa [...]. Foi nas matas densas da Serra Grande (Serra do Botucaraí) e na Fazenda das Borboletas, ao que se sabe, que a população indígena manteve-se organizada, perpetuando, na medida do possível, sua forma de vida tradicional. Antonio José de Mello Brabo ‘governou’ suas terras como um imperador, ‘protegendo’ os indígenas, mas utilizando sua mão de obra nas atividades econômicas [...] (VENZON, 1993. p. 157-158).

Venzon (1993, p. 158) afirma ter ouvido relatos da participação indígena na Guerra do Paraguai, alegando que lá “[...] os indígenas de Borboleta deixaram inúmeros mortos e relatam com detalhes os combates e as tocaias promovidas pelos adversários”. Extrapola nossas possibilidades neste texto analisar o mérito dessas narrativas, considerando as especificidades que distinguem os regimes de conhecimento ancorados nos pressupostos da tradição oral (CRUIKSHANK, 1996). Todavia, longe de não produzirem qualquer efeito sobre essa pesquisa, as memórias indígenas, na esteira das provocações de Casellato (2016), são um combustível para a imaginação histórica, isto é, “[...] aquela capacidade que lhes

consente [a imaginação aos historiadores] conectar os vestígios do passado que possuem de maneira perspicaz e inovadora (CASELLATO, 2016, p. 66).

Considerações Finais

Desnecessário dizer que longe de pretender explorar ao máximo as potencialidades do conceito de mediação – em suas diversas versões –, este ensaio consiste em uma primeira reflexão sobre o tema²⁹. Ademais, optamos por aproximar as leituras teóricas ao nosso material empírico, sem investir tanto nas possíveis arestas, priorizando de fato uma reflexão tão experimental quanto incipiente, embora rigorosa, segundo entendemos.

Também não nos interessa reificar a noção. Entendemos que a mediação existe como fenômeno social, que em cada contexto obedece a uma combinação diferente de fatores. Certamente que determinadas conjunturas podem favorecer o surgimento de agentes paradigmáticos, tais como a Malinche ou João Ramalho foram nos primeiros anos da invasão europeia à América (METCALF, 2019). Assim como certas organizações sociais também parecem prescrever a existência de mediadores, como o sistema político Imperial Brasileiro, que demandava agentes capazes de interligar o universo da Corte ao das paróquias mais remotas (VARGAS, 2010).

Não obstante, nos parece evidente que, em diversas circunstâncias, Antonio José de Mello Brabo articulava uma série de relações diádicas³⁰ de modo a colocar “[...] duas pessoas, possivelmente desconhecidas uma da outra, em uma relação mutuamente benéfica por meio da qual ele próprio consegue alguma vantagem” (BOISSEVAIN *apud* VALLE, 2015, p. 23). Isto é, segundo Jeremy Boissevain “[...] essa é a ‘razão de ser’ do mediador” (*apud* VALLE, 2015, p. 23).

Em uma sociedade profundamente desigual, em que a conformação e reprodução das hierarquias, entretanto, não parece efeito senão de um escalonamento quase infinito de diferenças socialmente (des)valorizadas, a capacidade de mediação pode operar, como buscamos demonstrar, nos interstícios dos sistemas normativos. Ali onde “[...] os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las” (LEVI, 2000, p. 45).

²⁹ Para estudos com mais fôlego sobre a adequação do conceito de mediador ao estudo do Brasil oitocentista, dialogando com tradições antropológicas distintas: Cf. Vargas (2010a; 2010b); Souza (2009).

³⁰ “De acordo com Landé (1977), a relação diádica somente acontece quando dois indivíduos estão ligados por um ‘laço pessoal direto’” (*apud* VARGAS, 2010a, p. 35).

É neste sentido que estamos inclinados a interpretar a relação de Mello Brabo, Maria Conceição e suas filhas. Ao ajustar para o “rés do chão” (REVEL, 2000) o nível de nossa lente de observação, conseguimos perceber algo que não se tornaria visível de outro modo, a saber, que ao menos uma filha de Mello Brabo com Maria Conceição foi identificada como *china*, evidenciando sua ascendência indígena.

Maria Conceição chegou a ser referida com o epíteto *Dona*, distinção geralmente utilizada apenas para as mulheres de mais prestígio em suas localidades, além de ter se tornado usufrutuária da herança de suas filhas. Por outro lado, é possível que a partir desta relação Mello Brabo tenha se inserido em uma rede de parentesco indígena, que pode ter implicado quando da necessidade de arregimentar homens para os esforços de guerra em que se empenhou sucessivamente.

Olhar sob este ponto de vista não significa escamotear a violência e a assimetria que tais relações continham e engendravam. Trata-se, ao invés disso, de considerar, como propõe Frágoso (2002, p. 47) que: “[...] quando falo de estratégias, não me estou referindo somente à nobreza ou aos grandes negociantes. Na verdade, as negociações entre os diferentes segmentos da sociedade pressupunham que eles tinham as suas próprias estratégias de vida”.

Referências:

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. 333f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2008.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

BARTH, Frederik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: BARTH, Frederik; LASK, Tomke (org.). *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução de John Cunha Comerford Rio de Janeiro: Contracapa, 2000; [1989]).

CASELLATO, Alessandro. História Oral e Micro-História. In: VENDRAME, Máira I.; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo R. S. (Orgs.). *Ensaio de micro-história: trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos. 2016. p. 52-71.

CRUIKSHANK, Julie. *Tradição oral e história oral: revendo algumas questões*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 149-166.

DIEHL, Isadora Talita. Experiências indígenas em ambiente urbano: os índios em Porto Alegre na segunda metade do século XIX. XIV Encontro Estadual de História – ANPUH/RS: Democracia, Liberdades, Utopias. *Anais*. 2018.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010a.

FARINATTI, Luís A. Ebling. Cabedais militares: os recursos sociais dos potentados da fronteira meridional (1801-1845). In: POSSAMAI, Paulo César. (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 2010b, p. 81-98.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). *História Unisinos*. V. 16, n.º 3, set-dez, 2012, p. 294-306.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*. v. 3, n. 5. Jul-Dez, 2012, p. 41-70.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na História*. Porto Alegre: CORAG, 1975.

GODOY, Silvana Alves de. *Mestiçagem, guerras de conquista e governo dos índios*. A vila de São Paulo na construção da monarquia portuguesa na América (séculos XVI e XVII). 518f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

GRIBAUDI, Maurizio. “Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX”. Artigo originalmente publicado como: Percorsi individuali ed evoluzione storica: quattro percorsi operai attraverso la Francia dell’ottocento. *Quaderni Storici*, NUOVA SERIE, Vol. 36, No. 106 (1), Migrazioni (APRILE 2001), pp. 115-151. Tradução: Carla Miucci Ferraresi de Barros. No prelo.

IZECKSOHN, Vitor; MUGGE, Miquéias H.; A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). *Revista Brasileira de História*. V. 36, nº 73, 2006, p. 183-207

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luís Augusto. (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo, Oikos, 2015, p. 32-52.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 43-64.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 249.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003; [1925], p. 183-318.

METCALF, Alida. *Intermediários na colonização do Brasil (1500-1600)*. São Paulo: Editora Unicamp, 2019.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios Guaranis (Séculos XVIII-XIX)*. 2011. 167f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, 2011.

MUGGE, Miquéias Henrique. *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873)*. 315f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

ORTIZ, Helen Scorsatto. *O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade – 1850-1889)*. 2006. 213f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação História. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. 286f. Tese (Livre docência). Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo horizonte, 2012

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/edicao/3>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

REVEL, Jacques. A história ao rés do chão (prefácio). In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 7-40.

RIBEIRO, José Iran. Apresentar armas! Considerações historiográficas, metodológicas e empíricas sobre a redução de escala na pesquisa em História Militar. In: MARTINS, Maria C. Bohn; MOREIRA, Paulo R. Staudt. (Orgs.). *Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 151-180.

RIBEIRO, Max R. P. *Estratégias Indígenas na Fronteira Meridional: a situação dos guaranis após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. 2013. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2013.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por*

ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. 2 Ed. Porto Alegre: ERUS, 1979.

SOUZA, Adriana B. de. Hierarquia e mediação na trajetória do Duque de Caxias. *Militares e Política*. Nº 5, jul-dez 2009, p. 7-27).

SOUZA, José Otávio Catafesto de. “*Aos Fantasmas das Brenhas*”: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul). 1998. 492 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 1998.

VALLE, Carlos Guilherme do. Apresentação – Etnicidade e mediação como política e cultura. In: _____. (Org). *Etnicidade e Mediação*. São Paulo: Annablume Editora, 2015, p. 13-60.

VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a Corte*: Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Editora da UFSM, 2010a.

_____. As duas faces do Coronel Valença: Família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, José Iran. (Org.). *Nova História de Santa Maria*: contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal de Santa Maria, 2010, p. 287-320.

VENZON, Rodrigo. Borboleta: Sobrevivência indígena frente ao latifúndio. In: Expropriação e lutas. As Terras Indígenas no Rio Grande do Sul. PET/ANAÍ – RS, 1993. p. 155-162.

“Mostrai-vos denodadas, generosas, caritativas, verdadeiras rio-grandenses”: duas irmãs no movimento abolicionista em Pelotas e Rio Grande (1880-1888)

Etiane Carvalho Nunes*

No ano de 1886, quando Pelotas, município localizado ao sul do Brasil, já havia se proclamado livre da escravidão, dois anos antes, o jornal *Diário de Pelotas* publicou um texto de autoria feminina, o qual incentivava as mulheres a se juntarem a campanha abolicionista e fazia um apelo para que elas se sensibilizassem com os sofrimentos da mulher negra escravizada. Ora, se a cidade tinha abolido o trabalho escravo em 1884, por que o periódico local ainda se manifestava sobre o assunto e dava publicidade para uma senhora apoiadora do abolicionismo? A abolição em Pelotas, conhecida por ter sua economia baseada na produção do charque, cujos empreendimentos atingiram seu auge entre 1850 e 1860 (VARGAS, 2018, p. 227), foi uma abolição que não aconteceu. Os esforços abolicionistas resultaram na concessão de liberdades, é evidente, na circulação de discursos a favor da campanha e na chamada Festa da Emancipação, datada de 16 de outubro de 1884. Entretanto, pode-se dizer que o objetivo principal não foi atingido, isto é, tornar o município livre.

A mudança, porém, ocorreu no status jurídico dos trabalhadores, de escravizados para contratados. Sendo assim, conferir alforrias mediante cláusula de prestação de serviços por mais alguns anos, uma maneira de indenizar os proprietários, o trabalho assentado na exploração, na violência e no cerceamento da liberdade continuou existindo, pois muitos dos libertados condicionalmente não conseguiam se desvencilhar de forma plena desse sistema. Para se ter uma ideia, antes da festa promovida em comemoração à abolição em Pelotas, foram contabilizados 8.142 mil escravizados. Um ano depois, em 1885, Silva (2011, p. 60) aponta em sua pesquisa a existência de 2.831 mil indivíduos ainda na condição de escravizados. Em 30 de março de 1887, na mesa de rendas gerais, fez-se novo levantamento, cujo resultado foi de 373 escravizados registrados, sob tutela de 126 proprietários. O promotor público da comarca, J. J. de Mendonça Junior, e o presidente da câmara, Arthur Antunes Maciel afirmaram terem assinado o documento somente para cumprir a lei, pois não era possível ainda existir escravizados no município, dizendo que uma parcela dos 373 matriculados foram libertos em 1884.¹

* Graduada em História Bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e mestranda do Programa de Pós-graduação em História da mesma instituição. E-mail: etianecnunes@gmail.com.

¹ *Diário de Pelotas*, Pelotas, 30 de março de 1887, p. 2. Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense.

Alonso (2015) aponta que o movimento abolicionista brasileiro teve três momentos, ideia que inclusive dá nome a sua obra *Flores, votos e balas*. O primeiro deles, de flores é uma referência as manifestações no espaço público, a organização de eventos artísticos e culturais e às reuniões abolicionistas. O período dos votos foi aquele em que abolicionistas agiram na esfera político-institucional, como Joaquim Nabuco, e o tema da escravidão e a forma de dar fim a ela se tornou uma pauta mais recorrente, culminando no estabelecimento de leis emancipacionistas. O último, o de balas, foi de maior agitação, quando nos anos finais aconteceram fugas e revoltas, no que a autora chama de clandestinidade. Coincidentemente ou não, Loner (2017), afirma que o movimento a favor da abolição em Pelotas, que dependeu de esforços coletivos e individuais, pode ser pensado também em três fases.

A primeira etapa se iniciou em 1881 com a circulação do periódico *A Voz do Escravo*, idealizado, em 1880, por Manoel Conceição da Silva Santos, homem negro livre. A iniciativa de Manoel e seus companheiros redatores² principiou a campanha abolicionista em Pelotas, que viram no jornal um meio de preparar a mobilização (LONER, 2017, p. 287). Ele foi o primeiro passo para a posterior fundação do Clube Abolicionista, em 21 de agosto de 1881 (SILVA, 2011, p. 59). Entre os integrantes brancos e negros livres, fizeram parte políticos e proprietários de grandes e pequenas escravarias (LONER, 2017, p. 8; SILVA, 2011, p. 59). As atividades do Clube, no entanto, foram afetadas por disputas político-partidárias, dificultando o andamento dos trabalhos (LONER, 2017, p. 8).

Em 1884, começou a segunda fase, quando houve a criação do jornal *A Penna* e do Centro Abolicionista, sendo este responsável pelo desenvolvimento das ações abolicionistas no período, ao lado ainda do Clube e dentre seus membros estavam alguns charqueadores (SILVA, 2011, p. 59). Foi nesta fase que o município se declarou livre e comemorou o feito com uma grande festa, como já foi comentado. A abolição na prática não aconteceu e os então trabalhadores contratados se sentiam lesados por uma liberdade que não ocorreu plenamente, corroborando para a agitação que marcaria a última fase. O aparente sucesso abolicionista fez com que os próprios adeptos do movimento pensassem que essa questão não demoraria muito para se resolver, o que acabou diminuindo as atividades em prol da abolição, culminando na extinção, em 1885, do Clube Abolicionista (LONER, 2017).

Na terceira fase, enfim, fugas e revoltas por parte dos trabalhadores e, sabendo da possibilidade da abolição, exploração máxima da mão de obra destes pelos senhores

² Foram redatores do *A Voz do Escravo* Bernardo Taveira Júnior, João José Cezar, o cônego Canabarro, Francisco de Paula Pires, Licurgo de Menezes e Ferreira da Silva. Os periódicos *Jornal do Comércio*, *A Discussão* e *Diário de Pelotas* cederam seus espaços para que ele fosse produzido, pois não tinha oficina própria (LONER, 2017, p. 287).

escravocratas (LONER, 2017, p. 8 e 9) deram o tom dos últimos momentos de uma Pelotas que, décadas antes, foi envolvida por casarões exuberantes e respirava um ar luxuoso e, ao mesmo tempo, tinha de enfrentar o cheiro do sangue vindo da matança das reses. A princesa do sul existia de forma paradoxal, como afirmou Vargas (2016, p. 93), porque “[...] aos olhos de muitos europeus, Pelotas não representava somente luxo e dinheiro, mas também a barbárie.”

Os privilégios dos quais gozavam este grupo foram financiados por meio da escravização de homens, mulheres e crianças em larga escala. O ano de 1887 foi marcado por uma revolta escrava em um estabelecimento charqueador, fato que causou também um conflito entre abolicionistas e escravistas (LONER, 2019). Esse episódio demonstrou que a questão servil merecia ainda atenção e, em razão disso, foi fundado o Clube São Sebastião³, posicionado a favor dos abolicionistas e que teve como objetivo fiscalizar os contratos de trabalho (LONER, 2019, p. 15).

Percebe-se que a campanha abolicionista na cidade de Pelotas teve idas e vindas. Conseguiu apoio por parte da população, como proprietários, comerciantes, artesãos, os próprios charqueadores, pessoas envolvidas com a política não apenas na instância local, como provincial, alguns chegando até a corte imperial. Não podemos esquecer da imprensa, principal veículo de informação do século XIX e palco de disseminação de ideias, ela que deu publicidade para as ações organizadas pelos abolicionistas. Jornais como *A Discussão*⁴, atuaram combatendo a escravidão através de artigos, notícias e denúncias de maus tratos e estimulando a comunidade a participar dos eventos promovidos pelas entidades abolicionistas, recorrendo à retórica da filantropia.

Foi essa a narrativa construída a respeito da participação feminina, vista mais como obra de caridade para com os mais necessitados, os escravizados, do que ativismo político. A imprensa divulgou amplamente as ações abolicionistas tanto em Pelotas quanto em outras cidades e províncias, bem como conferiu espaço para aquelas desempenhadas por mulheres. As fontes demonstram que elas atuaram libertando trabalhadores escravizados, colaborando em eventos beneficentes, integrando uma associação abolicionista e se manifestando publicamente através de seus textos, como fizeram Julieta e Revocata de Mello (NUNES, 2019).⁵ Este artigo tem como objetivo discutir e problematizar a participação de mulheres na campanha a favor da abolição

³ Em publicação anterior, a autora fala em Associação Abolicionista Dom Sebastião. Ver mais em Loner (2017).

⁴ Este jornal foi fundado em 1881 na cidade de Pelotas e teve entre seus redatores nomes como o de Fernando Luís Osório, Epaminondas Piratinino de Almeida, Saturnino de Arruda e Marçal Escobar, dentre outros. *A Discussão* empenhou-se na campanha pela abolição da escravidão, chegando a ser o primeiro periódico do país a recusar publicar notícias sobre fugas, aluguéis, etc, de escravizados. Ver mais em Monti (1985).

⁵ Na historiografia, o sobrenome varia entre Melo e Mello, mas nas fontes consultadas utilizou-se a última forma.

nas cidades de Pelotas e Rio Grande, entre os anos 1880 e 1888, focando, sobretudo, na atuação dessas duas mulheres.

Além de irmãs, foram professoras, escritoras, jornalistas e partilhavam de uma mesma vontade. Por meio de sua obra, reivindicaram alguns direitos às mulheres, como o acesso à educação, e intercederam pelos trabalhadores escravizados, posicionando-se contrárias ao sistema escravista. A habilidade com as letras remonta ao berço, pois nasceram e cresceram em uma família de intelectuais. Essa bagagem familiar muito provavelmente foi um fator fundamental para que se dedicassem a este trabalho e ocupassem espaços sociais considerados masculinos no século XIX. Embora as mulheres das camadas mais favorecidas da sociedade tivessem a oportunidade de receber instrução e fossem incentivadas a praticar a escrita e a leitura, fazer disso um ofício e publicar na imprensa suas visões de mundo tinha outras implicações e demandava em certa medida apoio familiar.

Os questionamentos levantados por Julieta e Revocata em seus escritos indicam a preocupação e a inquietação frente aos acontecimentos do final do oitocentos. O período marcado por incertezas e por expectativa de mudanças por parte da população provocou um ambiente favorável para que narrativas, como aquelas elaboradas pelas irmãs de Mello, fossem legitimadas e ganhassem publicidade nos periódicos. O caráter social do abolicionismo brasileiro viabilizou o ativismo de diferentes atores sociais, os quais colocaram em prática suas ações em espaços também distintos (ALONSO, 2015; MACHADO, 2010). O movimento a favor da abolição da escravidão se espalhou pelo território e congregou uma diversidade de indivíduos, homens e mulheres, sejam eles negros, brancos, escravizados, libertos, livres, de elite, de setores médios e populares.

Este aspecto reforça a noção de que o movimento não foi liderado e feito apenas por homens, de estrato social abastado e na esfera institucional e política, algo que tem sido debatido já há algum tempo por uma historiografia que aborda as resistências e o protagonismo dos escravizados e libertos, assim como as tensões, negociações e conflitos entre os trabalhadores escravizados e os proprietários. Recentemente, estudos que têm as mulheres como objeto de pesquisa começaram a ser desenvolvidos com vistas a refletir sobre o modo pelo qual esse grupo de engajou no movimento abolicionista e sob quais premissas, quem eram essas personagens e o que esse envolvimento significou em outras províncias (BARRETO; SILVA, 2014; LEANDRO; SANTOS, 2019, MACENA; MUNIZ, 2012, MENEZES, 2014; ROCHA, 2015; SANT'ANNA, 2006).

Não há como negar que o processo que culminou na Lei Áurea foi conduzido via parlamento por uma maioria formada por homens, no entanto eles não fizeram tudo sozinhos.

Como diz Alonso (2015, p. 148), participação não é sinônimo de igualdade, mas isso não quer dizer que, por ser quantitativamente menor, a atuação das mulheres não teve relevância. Uma atuação vista como caridade, como um ato filantrópico em razão das supostas qualidades morais superiores atribuídas às mulheres no decorrer do século XIX, mas que foi antes de tudo política. Isso porque elas optaram, escolheram contribuir com a causa, embora a participação tenha sido, possivelmente, negociada com os membros masculinos de suas famílias. Este breve texto visa justamente pensar e propor reflexões acerca do ativismo feminino no abolicionismo nas cidades de Pelotas e Rio Grande a partir de uma redução da escala de observação, capaz de trazer ao conhecimento fenômenos que ajudam a entender e redefinir um problema historiográfico mais amplo.

A menor presença de senhoras na campanha abolicionista em relação aos homens pode ser explicada em função dos espaços que elas podiam ocupar com mais facilidade enquanto mulheres. O encaminhamento parlamentar da abolição da escravidão por si só já excluía a participação delas. As ações abolicionistas, como encontros, conhecidos como *meetings*, a criação de sociedades, clubes e eventos beneficentes, ocorriam em espaços também públicos.⁶ As funções desempenhadas pelas mulheres, essencialmente mulheres brancas e pertencentes a setores médios ou as camadas mais abastadas da sociedade, segundo o ideal feminino construído no século XIX, deviam ser voltadas à família, seguindo os preceitos cristãos. Antes do casamento, boas filhas; depois do casamento, boas esposas e mães. Bondosas no espaço privado, eram estimuladas a praticarem a caridade no espaço público, por isso era comum prestarem auxílio às crianças em orfanatos e escolas, como aponta Hahner (2018). Desta forma, o movimento abolicionista foi um outro segmento no qual elas puderam exercer a caridade, o que possibilitou uma transição maior das mulheres entre o privado e o público e a partir de então com os debates políticos.

A atuação delas no abolicionismo era justificada, em grande medida, pela caridade, associada à figura feminina devido a um processo de feminização da filantropia ocorrido durante o oitocentos (MARTINS, 2015). A contribuição com a causa possibilitou um maior contato com os assuntos políticos, fazendo com que tomassem maior consciência da sua própria condição, dando início a uma série de reivindicações que serão aprofundadas nas décadas seguintes. Embora tenham sido tratadas como ações benemerentes, a participação das mulheres foi política. Uma das formas de atuar no abolicionismo foi usando a escrita a fim de

⁶ Isso não impediu a criação de associações abolicionistas femininas, ainda que em menor número. Em São Sepé e Caçapava, no Rio Grande do Sul, por exemplo, entidades foram fundadas e dirigidas por mulheres (MONTI, 1985, p. 111 e 112).

expor o que pensavam sobre o assunto. A relevância social conquistada pelas irmãs Mello em função da sua obra fez com que sua literatura e artigos críticos ganhassem as páginas de periódicos e contribuíssem para a formação de uma opinião pública. Os jornais, este importante veículo de informação do oitocentos, possibilitou que as ideias abolicionistas chegassem a um público maior, ainda que se saiba das altas taxas de analfabetização no Brasil neste período.⁷ Tratando da questão da abolição em Recife, Castilho (2018, p. 278) afirma que “a expansão de atividades associativas e o engajamento da imprensa local com o assunto estabeleceram os termos e os códigos pelos quais se daria a discussão”.

Entre os homens que expressaram suas ideias nesse jornal, o apelo de Julieta de Mello para que as mulheres rio-grandenses se juntassem à causa abolicionista foi publicado na primeira página, em 1884. Revocata dos Passos Figueroa de Mello e João Corrêa de Mello tiveram cinco filhos, três homens e duas mulheres. A mais nova delas, foi Julieta, nascida na cidade de Rio Grande em 21 de outubro de 1855. Foi professora, escritora e jornalista, tendo a sua obra alcance internacional com a divulgação de poemas em impressos do Uruguai, de Paris e Portugal (LARA, 2018, p. 149). Usando uma retórica firme e invocando a participação feminina, Julieta diz o seguinte:

[...] venho neste momento, em nome da pátria, pedir-vos que a auxiliéis na caridosa cruzada que encetou. [...] é necessário que nós, as mulheres, não nos deixemos ficar na inação tão imprópria de corações sensíveis como os nossos, ante o sofrer os míseros cativos. Não cabe por certo e infelizmente, às intrépidas gaúchas, o dar o exemplo de concorrer para a redenção das desgraçadas vítimas do jugo do cativo, visto que na heroica província do Ceará, no formoso Amazonas, na corte e ultimamente na belíssima capital de nossa cara província, um elevado número de senhoras se tem erguido para bradar bem alto à Gazeta da Tarde: - **Não, a mulher brasileira não é escravocrata.** - Sigamos, porém, a estrada por elas abertas, avancemos e batalhemos também. [...] Quem negará uma esmola a qualquer de vós, que estenda a mão a implorá-la, para libertar das guerras da escravidão, um desses míseros entes que nasceram como nós e que a fatalidade colocou na triste condição de escravo? Ninguém, por certa. [...] Em Porto Alegre deve realizar-se a 7 de setembro do corrente ano, uma quermesse. Elegantes filhas das mais nobres famílias da capital, venderão em suas tendas um sem número de objetos, cujo produto será aplicado para ao fim que vos falo. Outras jovens tem esmolado e tendo sido recebidas com entusiasmo, tem conseguido já grande parte de seus caridosos anhelos. Imitai-as: uni-vos todas e percorrendo as ruas desta cidade, mostrai-vos denodadas, generosas, caritativas, verdadeiras riograndenses [...].⁸ (Grifo da autora)

⁷ Ver mais em: Recenseamento Geral do Brasil de 1872. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acessado em 25/04/2021.

⁸ **A Discussão**, Pelotas, 28 de agosto de 1884, p. 1. Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense. A quermesse realizada na capital da província da qual Julieta se refere contou com a participação de mulheres residentes em Pelotas, o que pode indicar uma rede de solidariedade entre elas. Até o momento, localizei 13 senhoras que doaram objetos para serem comercializados nas tendas organizadas também por mulheres. São elas: Ignacia

A fala de Julieta tem muito a nos dizer a respeito do modo pelo qual as mulheres atuaram no movimento, pelo viés da caridade, por um sentimento de compaixão para com os escravizados, já que se acreditava que a mulher era naturalmente predisposta a ajudar o próximo. De acordo com ela, as verdadeiras rio-grandenses eram generosas e caritativas, propensas a praticar a filantropia, em virtude dos papéis sociais construídos de acordo com o gênero (SCOTT, 2019). Ainda, a afirmação de que senhoras têm se dirigido à Gazeta da Tarde para exclamar que a mulher brasileira não é escravocrata demonstra a tentativa de desassociar as mulheres da escravidão, afinal de contas, a bondade feminina, os nobres e elevados sentimentos não combinavam com os horrores do sistema escravista.

Figura 1 – Julieta de Mello



Fonte: Bonilha (2010, p. 63).

Entretanto, os próprios jornais do período também davam visibilidade para as liberdades concedidas, muitas delas por mulheres. Evidentemente, os redatores não deixavam de exaltar o grande ato humanitário realizado por essas senhoras, algo que lhes conferia status.⁹ O fato de o jornal pelotense publicar o apelo de Julieta, uma mulher residente na cidade de Rio Grande, mostra que ele a considerava social e moralmente importante, a ponto de usar do seu discurso para incentivar as mulheres de Pelotas a se engajarem na causa, além de realçar que as ideias abolicionistas estavam em circulação.

Parafita de Carvalho, Julieta Alves Domingues, Maria Ulbaldina Fernandes de Carvalho, Maria Joaquina Parafita, Guilhermina Parafita Chaves, Ernestina de Oliveira, Augusta de Oliveira, Leopoldina Lopes, Ricardina de Almeida, Maria José Treby, Amelia Leite de Almeida, Sara Laquentinie, Maria Luiza Broquá. As ofertas, em sua maioria, foram itens de vestuário feminino e utensílios domésticos.

⁹ **Onze de Junho**, Pelotas, 16 de maio de 1882, p. 1 e 3 de janeiro de 1883, p. 2. Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense. As notícias tratam das libertações concedidas por Emilia da Silva Barreiros e Amelia Hartley Antunes, a baronesa de Três Serros.

Por sua vez, Revocata Heloísa de Mello, nasceu na capital da província, em Porto Alegre, no dia 31 de dezembro de 1853, antes da família decidir se mudar para a cidade portuária de Rio Grande, segundo Gepiak (2017). Assim como sua irmã mais nova, ela foi escritora, jornalista e educadora. Defensora também da causa antiescravista, mostrou-se sensibilizada com a condição da mulher negra escravizada, dizendo que

No desenvolvimento das causas nobres e progressistas, nas sublimes cruzadas onde batalha em prol da felicidade do próximo, deve a mulher tomar uma parte ativa, mostrar se em extremo dedicada lutadora, fazendo conhecer o valor que encerra para si o divino preceito da caridade, compreendendo essa igualdade há tantos séculos apontada pelo Homem Redentor. [...] Conforme nossas forças intelectuais e monetárias, avancemos nesta sagrada romagem onde impera um dever humanitário, patriota e nobre; tenhamos em mente as evoluções da época, que a instrução, propaga-se, difunde-se, vai o obscurantismo em batida derrotada, enquanto os mundos da ciência jorram em torrente de abençoada luz, vantajosas lições ao povo que aspira pelo desconhecido, pelo infinito de novos espaços. **Compreendamos, partilhemos dos sofrimentos da mulher escrava. Acaso não é ela dotada das mesmas faculdades, desse reconhecido sentimentalismo que predomina nas criaturas de nosso sexo? Esforcemo-nos por libertá-la do cruciante poder que a martiriza física e moralmente.**¹⁰ (Grifo da autora)

Como pode ser observado, Revocata afirma que a mulher deve praticar a caridade, atuar em favor do próximo, relacionando essa prática com princípios religiosos. O que mais chama a atenção em seu texto é a sensibilidade para com a mulher negra em situação de exploração e violência ocasionada pela escravidão. Para ela, todas as mulheres, brancas e negras escravizadas, têm em comum o gênero feminino, o qual é, por sua vez, definido em função do sexo. Por compartilharem de uma mesma condição, ou seja, por serem todas mulheres, Revocata sugere que seu público leitor se solidarize com aquelas que, na sua visão, são igualmente mulheres, mas que estão sob regime de trabalho escravo e, conseqüentemente, sofrem física e psicologicamente.

Figura 2 – Revocata Heloísa de Mello

¹⁰ **Diário de Pelotas**, Pelotas, 27 de maio de 1887, p. 1.



Fonte: Bonilha (2010, p. 65).

Hoje, após o desenvolvimento dos estudos de gênero, sabe-se que o sexo, aspectos anatômicos e biológicos, não constitui o gênero assumido por determinada pessoa. A fala de Revocata está centrada na ideia de que por compartilharem o gênero, alguns fatores que atravessam os indivíduos são também compartilhados, como, por exemplo, o que ela chama de sentimentalismo característico do sexo feminino. Sabe-se, no entanto, que as pessoas possuem vivências e experiências diferentes umas das outras em função das opressões que lhes atravessam. Assim, gênero, raça, classe, sexualidade e territorialidade, são alguns eixos analisados para compreender de maneira mais aprofundada a realidade social do indivíduo.¹¹

Após a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, Revocata permaneceu ligada à causa dos ex-escravizados, agora libertos, através de sua intelectualidade e talento nas letras. Ela foi responsável por escrever a letra do hino da sociedade 28 de Setembro. Noticiando sobre festa em comemoração ao 13 de maio de 1891, o jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-grandense, menciona o nome de Revocata como autora do chamado hino da Redenção.

No Rio Grande, a sociedade 28 de Setembro, composta por homens de cor, festejaria o 13 de maio com um baile de gala que seria levada a efeito nos salões daquela sociedade. Antes de começar o baile seria cantado o hino da Redenção, letra da poetisa d. Revocata H. de Mello e música do professor Sisenando de Moraes.¹²

Julieta e Revocata produziram uma obra literária consistente e de grande relevância, o que conferiu a elas destaque não somente nas cidades de Pelotas e de Rio Grande. Defenderam a causa antiescravista e os direitos da mulher, como o acesso à educação e à

¹¹ Ver mais em Akotirene (2019).

¹² *A Federação*, Porto Alegre, 19 de maio de 1891, p. 2. Disponível no acervo digital da hemeroteca da Biblioteca Nacional.

participação política. Juntas, elas fundaram o periódico literário *A Violeta*, que circulou entre os anos de 1875 e 1880, dedicado, segundo Lara (2018, p. 148), ao público feminino. Nele, as irmãs incentivavam a formação intelectual das mulheres, porém, não deixava de enaltecer as responsabilidades delas enquanto esposas e mães, bem como a religião (LARA, 2018, p. 148).

Três anos depois, em 21 de outubro em 1883, aniversário de 28 anos de Julieta, como bem lembra Lara (2018, p. 156), ela e Revocata fundam *O Corymbo*.¹³ Conhecido pela sua longevidade, o periódico, cujo nome representa a busca pela igualdade de direitos, foi impresso até o ano de 1944. De acordo com Lara (2018, p. 156 e 157), “o nome do periódico é um termo botânico que designa um tipo de inflorescência na qual, apesar das flores nascerem em pontos diferentes do ramo, desenvolvem-se todas numa mesma altura.” O conteúdo deste era mais amplo do que o primeiro jornal publicado pelas irmãs, mas ainda se destinou, sobretudo, à divulgação da produção literária feminina e trazendo artigos com assuntos considerados do interesse das mulheres nesse período (DUARTE, 2016, p. 279). Contou com a colaboração de quase todas as escritoras sul-rio-grandenses e com a de outras escritoras conhecidas nacionalmente, como Andradina de Oliveira, Cecília Meireles e Cora Coralina, para citar alguns nomes.

A família das irmãs Mello estava imersa no mundo das letras. A começar pelo avô materno, Manuel dos Passos e Figueiroa, “latinista, poeta, teatrólogo, autor de obras didáticas e jornalista do período farroupilha” (GEPIAK, 2017, p. 25). O pai das irmãs Mello viveu de negócios e práticas comerciais, enquanto a mãe, que utilizava o pseudônimo Americana, foi também escritora, poetisa e professora. Os tios Deodato e Manuel dos Passos Figueiroa, por sua vez, tinham estreita ligação com a educação. O primeiro deles, Deodato, foi escritor e professor e Manuel, além de escritor, foi matemático e engenheiro civil. Um dos irmãos de Julieta e Revocata, Otaviano, foi escritor e responsável pela criação e gerência do periódico *Arauto das Letras*. Outra figura feminina pertencente à família que ganhou destaque foi a tia materna, a poetisa Amália dos Passos Figueiroa, membro da Sociedade Partenon Literário.¹⁴ Para completar, como salienta Gepiak (2017, p. 25), Julieta acaba se casando com Francisco Guilherme Pinto Monteiro, um poeta português.

¹³ Segundo Duarte (2016, p. 277), a circulação de *O Corymbo* começou em 1884.

¹⁴ A Sociedade Partenon Literário foi fundada em 1868 em Porto Alegre, formada pela elite intelectual da província do Rio Grande do Sul. João Antonio do Vale Caldre e Fião, Apolinário Porto Alegre, Carlos Von Kozeritz, Lobo da Costa, Fernando Osório, Joaquim de Assis Brasil e Júlio Prates de Castilhos foram alguns dos membros, por exemplo (MONTI, 1985, p. 61-75). Silveira (2008) também produziu sobre a sociedade, investigando as relações entre literatura e política. Seu trabalho ainda traz referências de outras mulheres que integraram o Parthenon Literário.

Em vista disso, não foi por acaso que as irmãs Mello alcançaram espaço e reconhecimento na sociedade rio-grandense no período. A longa tradição da família nas letras certamente trouxe diversas oportunidades para elas, sem falar no apoio familiar recebido para que se lançassem nesse terreno, ocupado, na maioria das vezes, por homens. Essa bagagem carregada por elas possibilitou que adentrassem também na política. Não bastasse o envolvimento com o abolicionismo, Lara (2018, p. 151) indica que Julieta e Revocata foram publicamente republicanas e apoiadoras do Partido Republicano.

Observa-se, portanto, as inúmeras contribuições de Julieta e Revocata no que diz respeito à inserção e presença das mulheres em locais frequentados majoritariamente por homens. Ainda, apropriaram-se e se debruçaram sobre assuntos de cunho social e político, como o movimento abolicionista e a defesa pelos direitos das mulheres. É evidente que não romperam com todos os papéis socialmente construídos em torno do gênero feminino, mas suas pautas e reivindicações foram marcantes e serviram de estímulo para que outras mulheres iniciassem ou reforçassem um processo de conscientização política.

O prestígio adquirido ao longo dos anos por meio da produção literária e da atuação delas no meio social pode ser sentido até os dias de hoje, de tal maneira que uma rua e uma escola estadual de ensino fundamental, ambas na cidade de Rio Grande, levam o nome de Revocata Heloísa de Mello.¹⁵ Nota-se, com isso, que essa senhora ainda se faz presente na memória, principalmente daqueles que residem na cidade. Companheiras de luta, de ideais, de profissão e de vida, essa parceria teve fim com a morte de Julieta no dia 27 de janeiro de 1928. O abalo provocado pelo falecimento da irmã é visível nos próprios poemas de Revocata, nos quais ela lamenta o ocorrido e expressa a sua eterna saudade. Por mais dezesseis anos, Revocata ficou à frente de *O Corymbo* sozinha. Sua morte em 23 de fevereiro de 1944 marcou também o fim do jornal, responsável por difundir a produção literária feminina não só do Rio Grande do Sul, como do país.

Se é difícil encontrar relatos sobre as mulheres nos documentos, muito mais é localizar registros deixados por elas. Os textos de Julieta e Revocata publicados na imprensa, sejam

¹⁵ A Escola Estadual de Ensino Fundamental Revocata Heloísa de Mello está localizada na rua Domingos de Almeida, s/n, em Rio Grande. A escola possui um blog e nele há a aba “Quem foi Revocata Heloísa de Mello”. No breve texto que trata da sua biografia, destaca-se a relação dela com a libertação dos escravos e com a caridade: “Foi Revocata, na sua mocidade um grande arauto da liberdade, tomando parte ativa em quase todas as campanhas que aqui se promoveram e onde sua voz se fazia ouvir, em memoráveis conferências, a fim de que, com o produto destas, fosse comprada a liberdade de muitos escravos. Foi também fundadora (1921) do benemérito Clube Beneficente de Senhoras, obra humanitária e espiritualista.” Finalizando, o texto informa que a rua que leva o nome da senhora localiza-se no bairro Getúlio Vargas. Por fim, a escola comemora seu aniversário no dia do nascimento de Revocata. Ver mais em: Escola Revocata Heloísa de Mello. Disponível em: <http://escolarevocata.blogspot.com/2012/09/quem-foi-revocata-heloisa-de-mello.html>. Acessado em 12/03/2021.

eles, poemas ou artigos que expressam suas opiniões sobre dado assunto, são fontes que possuem relevância historiográfica. Na maioria das vezes, as mulheres e suas experiências aparecem nos documentos através do olhar masculino, daí a importância da obra das irmãs Mello, que tiveram tanto sua arte, quanto suas visões de mundo divulgadas, oportunizando que trabalhos como este possam ser realizados a fim de compreender melhor a atuação delas em um movimento social, como foi o abolicionismo. Este, foi um segmento diferente no qual elas puderam colocar em prática a caridade, associada às mulheres pelos sentimentos nobres e naturais do ser feminino, e experimentar, através dele, participar de maneira mais substancial dos debates políticos.

A experiência dessas irmãs lembra uma outra contada por Davis (2016), quando esta aborda o antiescravismo nos Estados Unidos e a origem dos direitos das mulheres. Em seu texto, a autora discute o envolvimento de Sarah e Angelina Grimké no movimento e questiona o motivo pelo qual tantas mulheres se uniram a campanha e se “havia algo especial no abolicionismo que atraía mulheres brancas do século XIX de um modo que nenhum outro movimento reformista havia conseguido? (DAVIS 2016, p. 43)”. As indagações de Davis voltadas para as mulheres norte-americanas são pertinentes para refletir acerca da experiência de outras mulheres no movimento abolicionista, como a de Julieta e Revocata, a partir da abordagem micro-histórica, na qual as perguntas lançadas sobre um objeto de estudo são generalizantes, enquanto as respostas são de caráter particular, segundo Levi (2015).

Nascidas na Carolina do Sul, em uma família proprietária de escravos, Sarah e Angelina se uniram ao movimento muito antes das irmãs Mello, em 1836. De acordo com a autora, Sarah e Angelina “[...] foram as que estabeleceram de modo mais consistente a relação entre escravidão e opressão das mulheres” (DAVIS, 2016, p. 52). Davis (2016, p. 54) afirma que, em um primeiro momento, elas não estavam preocupadas em questionar a desigualdade social entre homens e mulheres, revelando a natureza inumana e imoral da escravidão e o quanto as mulheres eram responsáveis pela sua manutenção. Contudo, Sarah e Angelina vinham sendo atacadas pelo o que Davis chama de supremacia masculina, o que fez com que “as irmãs percebessem que, a menos que se defendessem como mulheres – e defendessem também os direitos das mulheres em geral -, seriam excluídas em definitivo da campanha para libertar escravas e escravos” (DAVIS, 2016, p. 54).

Em 1837, Angelina publicou também um apelo às mulheres dos estados nominalmente livres e, assim como Revocata, ela se mostrou comovida pela situação das mulheres negras de seu país, dizendo que “[...] elas são nossas irmãs; e têm o direito de encontrar em nós, como

mulheres, a compaixão por seus sofrimentos e os esforços e orações para sua salvação” (GRIMKÉ, 1837, p. 21 apud DAVIS, 2016, p. 56). Davis salienta que

[...] Como a abolição da escravatura era a necessidade política mais pertinente da época, elas incitavam as mulheres a se juntar à luta a partir da premissa de que sua própria opressão era sustentada e perpetuada pela continuidade do sistema escravagista. Por terem consciência tão profunda da indissociabilidade entre a luta pela libertação negra e a luta pela libertação feminina, as irmãs nunca caíram na armadilha ideológica de insistir que um combate era mais importante do que o outro. Elas reconheciam o caráter dialético da relação entre as suas causas (DAVIS, 2016, p. 56).

Apesar das diferenças e especificidades de cada atuação a favor da abolição da escravidão, pode-se dizer que o posicionamento político e o entendimento acerca dessa questão e da dos direitos das mulheres externados pelas irmãs Mello e Grimké possuem suas semelhanças. Separados geográfica e temporalmente, ambos os casos são alusivos de um comportamento recorrente e mostram que as mulheres não ficaram apenas assistindo o desenrolar dos fatos. Frente aos acontecimentos que marcaram o período em que viveram, elas tiveram a iniciativa de se juntar a um movimento social.

As mulheres participaram do abolicionismo nas cidades de Pelotas e Rio Grande de acordo com uma narrativa construída que evidenciou a caridade como uma virtude naturalmente feminina. O engajamento delas foi justificado pela caridade, pelos trabalhos benemerentes, esperados e encorajados por uma sociedade hierarquizada pelo gênero, realidade que dividia os papéis sociais de homens e de mulheres. Por essa razão, foi comum que elas atuassem libertando escravizados, organizando e doando objetos para eventos, como quermesses e leilões. Julieta e Revocata foram mulheres de seu tempo, e não a frente dele. Sensibilizadas com a realidade vivenciada pelos escravizados, utilizaram dos meios e espaços disponíveis e conquistados para expor suas visões e intervir a favor de uma causa. Cabe ressaltar que não foram todas as mulheres que participaram e sim um grupo, pois certamente haviam mulheres contrárias ao movimento.

Como afirma Alonso (2014), um movimento social é uma forma extraparlamentar de fazer política, caráter que privilegia os grupos que não têm acesso às instituições políticas. Apesar da presença dos homens em termos quantitativos ser maior, eles não fizeram tudo sozinhos. Isso não anulou a iniciativa política delas, que mesmo acompanhadas do pai ou do

marido, souberam negociar e explorar as oportunidades a seu alcance, ocasionando a sua inserção no espaço público e o envolvimento com questões políticas de modo mais profundo.

A habilidade com as letras lhes permitiu defender a libertação de homens e mulheres escravizados, bem como reivindicar direitos como o acesso à educação, sugerindo que a instrução contribuiria na formação política e social das mulheres. Apesar de viverem em um período sob forte hierarquia de gênero, que acabava prescrevendo comportamentos, atitudes e inclusive funções a homens e mulheres, enquanto escritoras, jornalistas e professoras, pode-se dizer que as irmãs estavam de certa forma rompendo com os padrões estabelecidos. Conquistaram prestígio social e moral e encontraram, por causa de sua ocupação, brechas na normatividade.

Desta forma, não só o movimento abolicionista pode ser analisado sobre outro ângulo, por meio do recorte de gênero, evidenciando as práticas desempenhadas por elas, que se diferenciavam das de seus companheiros, como a história das mulheres adquire novos conhecimentos, pois reconhece o quanto as abolicionistas foram participativas. Assim como o movimento social a favor da abolição foi multifacetado, diverso e heterogêneo, a participação desse grupo de mulheres também se apresentou dessa maneira, não havendo um padrão de atuação, apesar da justificativa para tal tenha sido a filantropia. A experiência no movimento ampliou as oportunidades de acesso ao espaço público e aos debates políticos, dando início ou expandindo um processo de tomada de consciência que se fortalecerá anos mais tarde com a reivindicação mais incisiva de direitos e a conquista de alguns, como o voto.

Fontes

Bibliotheca Pública Pelotense

Hemeroteca

A Discussão (1884)

Onze de Junho (1882 e 1883)

Diário de Pelotas (1887)

Referências:

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. IN: RIBEIRO, Djamilia (Coord.). *Feminismos Plurais*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos*. CEBRAP. 100, novembro de 2014, p. 115-137.

BARRETO, Maria Renilda N.; SILVA, Wladimir Barbosa. Mulheres e abolição: protagonismo e ação. *Revista da ABPN*. Guarulhos: v. 6, n. 14, jul/out de 2014, p. 50-62.

- BONILHA, Caroline Leal. *Corymbo: memória e representação feminina através das páginas de um periódico literário entre 1930 e 1944 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.
- CASTILHO, Celso. “Propõem-se a qualquer consignação, menos de escravos”: o problema da emancipação em Recife, c. 1870. In: CASTILHO, Celso T.; MACHADO, Maria Helena P. T. (Orgs.). *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2018.
- DAVIS, Angela. O movimento antiescravagista e a origem dos direitos das mulheres. In: DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX: dicionário ilustrativo*. São Paulo: Autêntica, 2016.
- GEPIAK, Luciana Coutinho. *Para além da inflorescência: a produção intelectual de Revocata Heloísa de Melo no contexto da literatura sul-rio-grandense*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017.
- GRIMKÉ, Angelina. *Appel to the women of the nominally free states*. Nova York: W. S. Dorr, 1838.
- HAHNER, June. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria J. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.
- LARA, Cristiano Duarte. Julieta de Mello Monteiro: os primórdios da imprensa feminina no Rio Grande do Sul. In: ZINANI, Cecil J. Albert (Org.). *Mulheres gaúchas na imprensa do século XIX: Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro*. Caxias do Sul: Educus, 2018.
- LEANDRO, Jacilene de Lima; SANTOS, Maria Emília V. dos. As mulheres e o movimento abolicionista: participação e engajamento (Recife, 1880-1888). *Gnarus Revista de História*. Rio de Janeiro: v. 10, n. 10, setembro de 2019.
- LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Máira et al. *Micro história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- LONER, Ana Beatriz. Abolição (verbetes). In: GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana; MAGALHÃES, Mário Osório. *Dicionário de História de Pelotas*. 3ª ed. Pelotas: Edidora da UFPel, 2017, p. 8 e 9.
- LONER, Ana Beatriz. Emancipação de escravos (verbetes). In: GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana; MAGALHÃES, Mário Osório. *Dicionário de História de Pelotas*. 3ª ed. Pelotas: Edidora da UFPel, 2017, p. 118 e 119.
- LONER, Beatriz Ana. 1887: a revolta que oficialmente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. In: GILL, Lorena; KOSCHIER, Paulo (Orgs.). *A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019.
- MACENA, Fabiana Francisca; MUNIZ, Diva do C. Gontijo. Mulheres e política: a participação nos movimentos abolicionistas do século XIX. *Revista Mosaico*. Vassouras: v. 5, n.1, jan/jun de 2012, p. 45-54.
- MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2010.
- MARTINS, Ana Paula V. A feminilização da filantropia. *Gênero*. Niterói: v. 15, n. 2, 1. sem. 2015, p. 13-28.

- MENEZES, Bianca Sotero de. As mulheres e o movimento abolicionista no Amazonas provincial. In: *Anais do VII Simpósio Nacional de História Cultural – História Cultural: escritas, circulação, leituras e recepções*. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2014.
- MONTI, Verônica. *O Abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- NUNES, Etiane Carvalho. “*Não, a mulher brasileira não é escravocrata*”: a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas (1881-1884). Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.
- ROCHA, Karolina Fernandes. Mensageiras da liberdade, porta-vozes da fé: mulheres capixabas no movimento abolicionista do Espírito Santo. *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015.
- SANT’ANNA, Thiago. “Noites abolicionistas”: as mulheres encenam o teatro e abusam do piano na cidade de Goiás (1870-1888). *OP SIS – Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais*. Catalão: v. 6, p. 68-78, 2006.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa B. de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- SILVEIRA, Cássia D. M. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- VARGAS, Jonas Moreira. O método prosopográfico e o estudo da elite charqueadora de Pelotas (c. 1850-1900). In: KLEIN, Ana Inez et al (Org.). *Estudos de História Regional Platina*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

**Jogando com escalas:
em busca das populações subalternizadas em uma fronteira ibérica no século XVIII**

Márcio Blanco Razzera*

No século XVIII ocorreram importantes transformações na América portuguesa. Além da exploração de ouro e diamantes e do incremento do comércio interno, houve um aumento do tráfico atlântico de escravizados. A presença portuguesa espalhou-se para o sul, sendo incorporado o território do Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, e os limites dos domínios portugueses e espanhóis foram redefinidos através de acordos, iniciados pelo Tratado de Madri, em 1750. Novas regras sobre relação entre colonos portugueses e indígenas foram determinadas e uma nova *razão de Estado* estabelecia-se, tendo o Brasil como lugar destaque (BLANCO, 2012; RIBEIRO, 2007; GARCIA, 2007; KÜHN, 2006).

O presente artigo propõe discutir e questionar as formas de analisar a integração do Brasil meridional ao complexo ultramarino português nos setecentos, em especial no referente ao trato de homens e mulheres escravizados de origem africana e indígenas. Para tal, é necessário um olhar próximo aos referidos agentes, utilizando a micro escala, que permite ao historiador formular novas interpretações e perguntas (LEVI, 2018). A partir de alguns fragmentos da trajetória familiar do casal Elena Dias e Inácio¹, serão apresentados os casais mistos da freguesia de Viamão, na década de 1750. São denominados como *casais mistos* aqueles pares os quais um cônjuge era escravizado e o outro era de condição distinta, com destaque para aqueles com a presença de indígenas.

Pretende-se observar em escala reduzida as experiências comuns e integração de indígenas e afrodescendentes ao império colonial português. Utilizarei os nomes do referido casal como fio condutor para encontrá-lo em diferentes momentos da vida percorrendo diferentes documentações produzidas em âmbito paroquial. É através dos nomes também, mas de outras pessoas – proprietário, companheiros de cativo e testemunhas matrimoniais-, que procurarei recompor parte do tecido social no qual Elena e Inácio estavam envolvidos (GINZBURG, 1989).

*Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

¹ A trajetória do casal central e parte das reflexões aqui apresentadas foram tratadas no capítulo 3 de minha dissertação de mestrado. Ver: BLANCO, 2012.

Um domicílio escravista

Corria o ano de 1751 e naquela quaresma o padre Thomas Clarke saiu a percorrer a paróquia de Viamão a fim de elencar quais fiéis haviam confessado e comungado no último ano, elaborando assim o primeiro rol de confessados da freguesia. O cura anotou que na região entre o rio Caí e a “Serraria do Caí” localizava-se o domicílio de Antônio José Machado de Araújo e sua esposa Margarida Gomes; o casal possuiria três escravos: João, Elena e Inácio. Tratava-se de uma pequena unidade escravista para os padrões locais, como se verá a seguir.

Dois anos mais tarde, conforme o livro paroquial de matrimônios, encontram-se os nomes de Elena e Inácio. Provavelmente eles casaram-se foi uma cerimônia coletiva, contanto com quatro casais, ocorrida no dia 8 de outubro, às duas horas da tarde. Registrou-se no livro que a noiva Elena Dias, era natural de São João del Rey, em Minas Gerais; já Inácio era oriundo da aldeia de São Borja, das “missões de Buenos Aires”. Uma escrava crioula e um guarani missioneiro se uniram em bodas, portanto.

Para poder subir ao altar, Inácio teve de provar ser desimpedido e, para tal, contou com o testemunho de outros três indígenas missioneiros. As testemunhas de Inácio não falavam português e suas palavras tiveram de ser traduzidas por Bento Soares da Mota, sujeito natural de Taubaté e que vivia “de sua fazenda” em Viamão. De acordo com o relatado por Mota no auto matrimonial, as testemunhas alegaram amizade com o requerente e conhecerem os pais dele. Roque Guapari declarou que Inácio e ele “se criaram ambos na meninice”. Miguel Aporé relatou que o suplicante “de sua aldeia saíra de idade [corroído] pequena e fugira da aldeia para a Campanha onde sempre andara”.

Já no rol de confessados de 1758 (quando a zona de residência de Araújo já era a freguesia de Triunfo, emancipada de Viamão), Inácio foi arrolado como *tape casado*. Teria se equivocado o padre Clarke ao, anos antes, anotar Inácio como um dos escravos de Araújo e agora corrigia o erro? Outros registros do casal constam nos livros batismais, onde localizei dois filhos deles: em maio de 1755 foi batizado o pequeno Pedro e em julho de 1762 foi a vez de Albino. Na primeira ocasião, Inácio foi registrado como “tape de nação livre”; Elena foi registrada em ambos os assentos como “parda escrava”. As expressões classificativas atribuídas tanto a Elena quanto a Inácio que poderiam passar despercebidos, são, na realidade, indícios sobre o lugar social ocupado por este casal; revelam-se, conforme Carlo Ginzburg (1991), uma zona privilegiada que nos permite decifrar uma realidade opaca. São estas expressões presentes nas fontes paroquiais o ponto de partida para o entendimento das

experiências de escravizados e ameríndios na integração do Brasil meridional ao complexo colonial.

Uma freguesia em uma fronteira imperial ibérica

O Rio Grande de São Pedro setecentista é considerado, como um todo, uma região de fronteira, onde havia a circulação de pessoas, riquezas e costumes portugueses e espanhóis. Território contestado pelos impérios ibéricos, a querela só começou a ser resolvida em 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, que restabeleceu a linha divisória e determinou que Portugal cederia a Colônia de Sacramento e receberia os Sete Povos das Missões. As populações missioneiras deveriam deixar o território e migrar para a outra margem do rio Uruguai. Parte dos guaranis missioneiros não legitimou os termos do tratado e nos anos seguintes lutou contra tropas portuguesas e espanholas na chamada Guerra Guaranítica.

Logo após a assinatura do tratado, as autoridades lusitanas buscaram atrair a população missioneira para os seus territórios, aumentando o número de vassallos da Coroa e povoando efetivamente as terras adquiridas pelo acordo. Foi proposto, por exemplo, o fim das diferenças entre portugueses e missioneiros, proibindo-se o uso de termos pejorativos e determinando que filhos de soldados portugueses e mulheres indígenas não deveriam sofrer nenhuma restrição pela ascendência. Os planos portugueses visavam, ainda, a evacuação das missões e ocupação da região por açorianos. Segundo Elisa Garcia (2007, p. 45), “a partir de 1753, muitos índios começaram a deixar as missões, individualmente ou em pequenos grupos, em direção a Viamão, provavelmente como um outro tipo de reação ao tratado”. Não disponho de registros que precisem quando Inácio chegou a Viamão, tampouco sobre seu posicionamento a respeito do Tratado de Madri, mas é neste contexto em que ele e diversos outros guaranis aparecem nas já citadas fontes paroquiais.

Os chamados Campos de Viamão² eram, desde a década de 1720, uma região já “visitada” por exploradores lusos saídos de Laguna, em Santa Catarina. Em 1747, foi criada a freguesia Nossa Senhora da Conceição de Viamão, palco da trajetória de Inácio e Elena. Nos anos de 1750, Viamão contava com um pequeno arraial, onde se localizava a capela, e era composto por não mais que duas dezenas de casas. A economia girava em torno da pecuária e agricultura, atividades que utilizaram mão de obra africana escravizada, indígena e livre. Foi uma freguesia economicamente dinâmica, que abrigava a maior parte dos rebanhos vacuns e

² Hoje, Viamão é uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre. No século XVIII, os Campos de Viamão correspondiam à toda porção nordeste do atual Rio Grande do Sul. No início da década de 1740 já havia estâncias de colonos portugueses na região. Ver: BLANCO, 2012; KÜHN, 2006.

cavaleiros e onde residia (ou possuíam estâncias) a maioria dos potentados do Rio Grande de São Pedro. Ao longo da década em questão a freguesia passou por um grande crescimento demográfico, demonstrando ser uma localidade atrativa para muitas pessoas (BLANCO, 2012; KÜHN, 2006).

Em 1751, havia 606 pessoas maiores de sete anos³ na freguesia; já em 1758, esta cifra chegou a 1138. O grupo dos livres foi sempre majoritário e passou de 306 pessoas para 673 em poucos anos. Chama a atenção o grande contingente de homens e mulheres escravizados – em 1751 eram 43% da população. Embora o percentual de escravos diminua (Tabela 1), em números absolutos houve um crescimento (Tabela 2).

Tabela 1
Dinâmica populacional (%) de Viamão
segundo condição jurídica
(1751, 1756 e 1758)

Categorias	1751	1756	1758
Livres	50,5	53,2	59,1
Escravos	43,7	42,4	36,6
Indígenas/Administrados	5,1	3,7	2,6
Forros	0,7	0,7	1,7
Total	100 (606)	100 (750)	100 (1138)

Fonte: Róis de confessados de Viamão (1756, 1756 e 1758) e Triunfo (1758)-AHCMPA

Se o número total de domicílios cresceu muito nos anos 1750, o mesmo não se pode dizer do número de unidades escravistas,⁴ que pouco se alterou no período. O crescimento da população escrava se deu, principalmente, nas poucas e grandes unidades escravistas, evidenciando a concentração da mão de obra escrava nas mãos de um grupo seleto de proprietários. Em 1758, este seleto grupo era composto por somente seis proprietários que possuíam quase 1/3 dos escravos da freguesia (BLANCO, 2012). Antônio José Machado de Araújo, senhor de Elena, não fazia parte deste grupo. Pequenas escravarias como a dele tiveram dificuldade na compra de escravos.

³ Esta documentação lista apenas pessoas maiores de sete anos de idade. O uso demográfico dos róis de confessados não fornece, portanto, o total da população da freguesia, mas uma amostragem da mesma.

⁴ Eram 71 unidades escravistas em 1751, número correspondente a 58,6% dos domicílios; já em 1758, eram 89 unidades escravistas, o que equivale a 40,8% dos domicílios viamonenses. Ver: BLANCO, 2012, p.78.

Tabela 2
Distribuição da população escrava
por tamanho de posse (Viamão, anos selecionados)

FTP	1751	1756	1758
1 a 5	114	116	124
6 a 10	58	88	115
11 ou +	37	31	92
Total	209	235	331

Fonte: Tabela 1.

Para contornar o restrito acesso ao mercado de escravizados, Araújo e outros escravocratas recorriam à força de trabalho de indígenas e forros. É nesta situação que Inácio e outros ameríndios são visualizados nas unidades escravistas. Embora houvesse forros e nativos nas grandes escravarias, era nas pequenas e médias unidades que eles mais se faziam presentes. Homens como Araújo devem ter aproveitado a migração da população missioneira para contornar um problema econômico (pouca mão de obra) e ao mesmo tempo criar ou reforçar seu poder pessoal sobre os estratos mais baixos da hierarquia social.

A exploração de africanos e indígenas obedecia, do ponto de vista formal, lógicas distintas. A escravização de africanos e seus descendentes era uma condição jurídica de propriedade, na qual mulheres e homens possuíam um valor econômico e poderiam ser comprados, vendidos, alugados e herdados, pois eram considerados um bem semovente. Já os indígenas, desde fins do século XVI, não poderiam ser escravizados (salvo exceções); a condição de *administrado* colocava-os sob a tutela de um senhor sem constituir propriedade. A *Lei de liberdade dos índios* (1755) complementada pelo *Diretório dos índios* (1757) foram marcos da política indigenista colonial. Entretanto, conforme Isadora Diehl, persistiria uma tentativa dos colonos em continuar explorando a mão de obra indígena, resquício dos séculos anteriores, burlando, para tal, a legislação vigente. Esta situação demonstra, ao mesmo tempo, que a política metropolitana indigenista não era cumprida tal como o esperado e que o fim da administração particular não significou o fim da exploração da força de trabalho nativa (DIEHL, 2016). Neste quesito destacou-se Ana da Guerra. Esta mulher, filha mestiça de um português e uma índia, foi quem mais utilizou administrados em Viamão: no rol de confessados de 1757 eram 14 administrados que, no ano seguinte, foram arrolados como escravos.

Quadro 1
Presença de indígenas em unidades escravistas,
conforme faixa de tamanho de plantel
(Viamão- 1751, 1756 e 1758)

Categoria	FTP	1751	1756	1758
Indígenas (adm/livres)	1 a 5	12	2	6
	6 a 10	3	4	10
	11 ou +	2	-	1
Forros	1 a 5	-	2	7
	6 a 10	1	-	6
	11 ou +	2	-	2

FTP: Faixa de tamanho de plantel.

Fonte: Tabela 1.

Foi nas pequenas escravarias onde mais se formaram casais mistos (Tabela 3). Nestas unidades além da presença de forros e indígenas, havia menos parceiros disponíveis para escolha. Lembre-se que, em 1751, o plantel de Araújo contava com João, Elena e Inácio. Na época, João, já era casado com Ângela, também escravizada, residente na casa de Antônia Sardinha, sogra de Araújo.

Tabela 3
Presença de casais escravos mistos e condição sócio-jurídica dos respectivos cônjuges
em unidades domiciliares conforme faixa de tamanho de plantel (Viamão, 1747-1759)

FTP	Plantéis	Condição dos cônjuges de escravos								Casais mistos
		Forros		Indíg.		Adm.		Livres		
		H	M	H	M	H	M	H	M	
1 a 5	9	5 (2)	2 (1)	2	2	-	-	-	-	11 (7)
6 a 10	5	2 (1)	-	2	-	-	2	1 (1)	-	7 (6)
11 ou +	2	1	2 (1)	-	-	-	-	2 (1)	-	5 (2)
Indet.	4	2	1	-	-	-	-	1	-	4
Soma	20	10	5	4	2	-	2	4	-	27 (15)

Os números entre parênteses representam indígenas.

FTP: faixa de tamanho de plantel

H: Homens; M: Mulheres

Fonte: Tabela 1, 1º LBV, 1º LCV.

Os dados empíricos até agora apresentados elucidam o papel da escala de observação para a investigação histórica. De acordo com Bernard Lepetit (1998), é a determinação da escala que propiciará a apreensão do real. Para o presente estudo, um olhar distanciado, macro, não perceberia a proximidade física e social entre escravos de origem africana e indígenas, tampouco que a migração guarani foi, em parte, perpassada por relações pessoais de subordinação. Não perceberia, também, que a ocupação efetiva do Rio Grande de São Pedro dependeu mais destas relações do que dos acordos firmados entre as Coroas ibéricas.

Saindo de uma visão panorâmica da freguesia para o interior das unidades escravistas, percebe-se os indígenas estavam sub-representados nos róis de confessados, pois vários deles, como Inácio, foram classificados em outras categorias. A categoria *forro*, em Viamão, não era exclusiva de africanos e descendentes escravizados que conquistavam a liberdade. Estudos sobre esta freguesia meridional indicam que *forro* podia designar tanto ex-escravos quanto indígenas (DIEHL, 2016; BLANCO, 2012). Assim comprova a Tabela 3, que mostra que, dos 27 casais mistos, em quinze havia a presença de ameríndios; destes, cinco foram apontados inicialmente como *forros*, e somente após o cruzamento nominal em diferentes documentos pode-se conhecer sua verdadeira origem.

Um mundo de hierarquias e (im)possibilidades

Ao observar a redação do livro paroquial de batismos, nota-se que havia certa flexibilidade na redação do mesmo. Quando o registro tratava de escravizados e indígenas, informações exigidas pelas *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia* com frequência foram negligenciadas - como filiação e origem, por exemplo. Todavia, outras informações não determinadas pelo sínodo baiano foram anotadas: militares foram apontados pela patente, mulheres com destaque social foram chamadas de donas; outras mulheres, todavia, foram nomeadas como meretrizes e o fenótipo de diversas pessoas (afrodescendentes, ameríndios e mestiços) também foi registrado. Tais vocativos, conforme exemplificado, estabeleciam um rótulo positivo ou negativo para a pessoa em questão (BLANCO, 2015; BLANCO, 2012). Se o registro das cerimônias de batismo cumpria uma exigência católica do Concílio de Trento, as omissões e acréscimos deixam transparecer as impressões locais, os burburinhos, a forma como os paroquianos percebem aqueles indivíduos ali registrados. É o ouvir dizer. O livro de batismos, assim como outros documentos paroquiais, é o encontro entre a lógica cristã contrarreformadora e os costumes paroquianos. É quando a oralidade torna-se escrita. Voltarei a isto em breve.

Conforme tenho argumentado, escravidão e administração mostravam-se bastante próximas. Segundo o *Vocabulo português e latino* de Raphael Bluteau, escravo é “aquele que nasceu cativo ou foi vendido e está debaixo do poder de [um] senhor”. Elena era descendente de africanos arrancados de sua terra natal e escravizados no Brasil, e considerada como escrava desde seu nascimento; assim ela chegara a Viamão na condição de propriedade de Antônio José Machado de Araújo. Inácio não nascera cativo, mas aldeado na missão de São Borja; entretanto, na paróquia de Viamão, assim como Elena, vivia sob o poder de Araújo. Bluteau define ainda que escravidão seria “cativeiro, servidão”. Deste modo, embora

juridicamente Inácio não fosse escravo, na prática foi, durante algum tempo, considerado como tal pelos paroquianos, pois estava sob o poder de Araújo e vivia e trabalhava lado a lado com os cativos Elena e João. Assim, não se trataria de um equívoco do pároco ao registrá-lo como escravo no rol de confessados de 1751, mas sim do status e do olhar local sobre Inácio. Ele era visto como escravo e como tal foi registrado, o mesmo ocorrendo com os administrados de Ana da Guerra no rol de confessados de 1758.

A presença de ameríndios em Viamão não foi somente resultado da campanha lusa para atrair a população das reduções para o Rio Grande de São Pedro. A circulação dos indígenas missioneiros pela fronteira é anterior à década de 1750. Tanto é que Miguel Aporeé declarou que Inácio, ainda bastante jovem, “fugira da aldeia para a Campanha *onde sempre andara*” [Grifo meu]. Esta declaração de 1753 contém um indício importante para a compreensão da trajetória de Inácio: desde sua fuga da missão de São Borja, ocorrida há vários anos – ou seja, antes do Tratado de Madri – ele andava pela Campanha – não em uma localidade em particular, mas circulando pela disputada fronteira ibérica - até fixar-se em Viamão, como atesta o rol de confessados de 1751. Apesar das andanças, Inácio não perdera os laços com seu aldeamento natal. Os autos matrimoniais resultam de distintas experiências de guaranis de São Borja: o noivo Inácio, há anos egresso do aldeamento, conhecedor da fronteira e presumidamente falante da língua portuguesa, e as testemunhas Roque e Miguel, ainda moradores da redução, que atravessaram o Rio Grande de São Pedro sem falar português – daí a necessidade do tradutor Bento Soares da Motta.

Inácio foi listado também como *tape livre*. A nomenclatura *tape* não é um designativo étnico, mas uma referência às antigas missões do Tape, destruídas pelos bandeirantes no século XVII; teria sido formada, entre os guaranis missioneiros, uma identidade de oposição aos portugueses (DIEHL, 2016; GARCIA, 2007). Em relação ao complemento *livre*, Diehl (2016, p. 111) sugere que a condição de liberdade destes indivíduos não seria auto evidente, pelo contrário, não livre é o que seria esperado deles. Este argumento ganha força se somado ao exposto acima sobre o registro de Inácio no rol de confessados de 1751. Nota-se aí uma prática paroquiana de adjetivação cujos pressupostos partem da naturalização da escravidão. Talvez, sem perceber, a comunidade viamonense entendesse que algumas pessoas ou grupos seriam naturalmente escravizáveis, enquanto outros não, remontando ao pensamento aristotélico.

As diversas expressões classificativas, utilizadas com todos os grupos sociais, são acréscimos na documentação paroquial, informações que não necessitavam estar lá, mas estão. É, conforme já dito, o registro de uma impressão social sobre aquela pessoa ali

registrada, uma tentativa de atribuir-lhe as devidas qualidades e lugar. Os livros paroquiais e róis de confessados de Viamão revelam a forma local de uma prática social mediterrânica trazido da Europa. De acordo com Giovanni Levi, a *equidade* seria um princípio regulador do sistema de justiça distributiva que buscaria atribuir a cada indivíduo seu devido mérito, tornando-se assim como um conceito integrador e regulador de todos os aspectos sociais (LEVI, 2009). Os classificativos presentes na documentação paroquial viamonense são tentativas de atribuir a devida equidade aos indivíduos. São os valores sociais daquele microcosmo que talvez não fizessem o mesmo sentido em outros locais – afinal, escravidão tem mais peso na colônia e quem é elite aqui talvez não o fosse no reino, por exemplo.

As fontes paroquiais aqui utilizadas têm por função administrar sacramentos (registros de batismos e matrimônio) ou averiguar o cumprimento de deveres (róis de confessados) ou desimpedimento (os autos matrimoniais). Para Eduardo Neumann e Max Ribeiro (2015), trata-se da construção de uma memória arquivística por parte da Igreja Católica que combateria práticas indesejáveis e colaboraria para o projeto evangelizador colonial ibérico. A oralidade possuiria função importante para o projeto evangelizador colonial, pois seria através da palavra que os clérigos buscavam transmitir os preceitos cristãos. A oralidade - pregação, orações, perguntas e frases dos ritos - seria um diálogo com a escrita - confirmação dos sacramentos e dogmas (NEUMANN & RIBEIRO, 2015).

Esta memória poderia ser utilizada, também, pelos fiéis. Se a Igreja Católica mantinha registro de suas atividades, ratificando os princípios contrarreformadores, as pessoas também poderiam utilizar estes registros a seu favor. O passado missionário de Inácio passou a ser presente e público após os testemunhos de Roque Guapari e Miguel Aporé. Este auto matrimonial foi assinado pelo padre José Carlos da Silva, conferindo status de verdade ao escrito (NEUMANN & RIBEIRO, 2015). Depois deste dia, não encontrei mais documentos que apontassem Inácio como escravo, somente como *tape livre*, esclarecendo ser ele indígena. Deste modo, a memória eclesiástica poderia ser um elemento reivindicatório de equidade. E uma equidade que não é estagnada, mas dinâmica. Inácio ser um indígena dos domínios de Espanha, talvez ainda estranho àquela comunidade em 1751, mas que trabalhava ao lado de afrodescendentes escravizados, seriam razões suficientes para, no sentido êmico daquela localidade específica, ser considerado escravo pelos colonos. Após o registro dos testemunhos sobre a infância de Inácio, a presença dele na freguesia tomou outro significado, não cabendo mais a denominação de escravo. O status deste casal foi registrado nos livros paroquiais, originando uma memória escrita, permitindo-lhes reivindicar outras equidades.

Nos assentos batismais dos dois filhos, Elena foi registrada como “parda escrava”. O *Vocabulo português e latino* de Bluteau define *pardo* como “entre o preto e o branco, da cor do pardal”. É uma definição cromática, mas que se pensada à luz das relações étnicas coloniais pode sugerir um lugar impreciso entre escravidão e liberdade. Até onde foi possível investigar, Elena não conseguiu comprar a carta de alforria dela, tendo provavelmente permanecido na condição da escravizada até o fim da vida. Se comparada à outra escrava de Araújo, Ângela, evidenciam-se classificativos distintos. Ângela era africana, traficada de Angola, casada com o também africano José, trazido da Costa da Mina. Este casal de africanos teve seis filhos e em três registros de batismo tiveram sua cor apontada: em todas as ocasiões, tanto Ângela quanto José foram registrados como *pretos*. Novamente recorrendo a Bluteau, no verbete *preto* lê-se que, além da cor preta, “se chama o escravo preto”. Logo, *preto* associa-se à escravidão, enquanto *pardo* guarda algum distanciamento. Desta maneira, os classificativos *pardo* e *preto* não se referem apenas ao fenótipo, mas são também uma classificação social, uma equidade. Elena ser chamada de *parda*, mais do que a cor da pele, nos é indicativo que, por alguma razão, ela era vista pela sociedade local como uma mulher escravizada distinta das centenas de outras na mesma condição.

Por fim, proponho uma hipótese sobre Elena Dias. Conforme já mencionado, ela era natural de São João del Rey. Da mesma forma, Eugênia e a irmã, Josefa, também eram naturais desta cidade mineira. Eram filhas de Laureana, escrava de Luís Garambeu, casada com Manuel de Lima, ameríndio denominado *pardo forro*. Josefa era casada com Francisco Gomes, conhecido pela alcunha de castelhano, natural do Paraguai; Eugênia era esposa de João Veloso, que poderia ter tanto ascendência ameríndia quanto africana, pois natural de Curitiba, cidade que, à época fazia largo uso da mão de obra indígena (DIEHL, 2016). Josefa (e Eugênia, caso João Veloso fosse indígena) casaram-se com nativos das Américas, demonstrando não apenas uma estratégia individual, mas familiar. Laureana e Josefa eram escravas de Luís Garambeu enquanto Eugênia era escrava de Bartolomeu Gonçalves de Magalhães, genro de Garambeu; residiam todos na zona (futura freguesia) de Triunfo. Em registros de batismos de dois outros filhos, Laureana foi apontada como “parda cativa” e “parda escrava”. São notórias as semelhanças entre as mulheres desta família e Elena Dias e é possível que pelo fato de serem casadas com indígenas, estas mulheres fossem vistas como diferente das demais escravas, daí o termo *parda*.

Considerações finais

A trajetória de casal em questão mostra como o universo de afrodescendentes e indígenas era próximo. Eles faziam parte da mesma freguesia, frequentavam a mesma igreja e, em vários domicílios, trabalhavam lado a lado. As diferenças jurídicas entre escravo de direito e exploração da mão de obra não eram, na prática, vivenciadas tal e qual a elaboração. À medida em que se reduz escala nota-se que o trato e exploração da mão de obra de escravizados de origem africana e indígenas dependia mais das relações pessoais de poder do que das normatizações régias. Inácio, que não poderia ser escravizado, por algum tempo foi encarado e denominado como tal. Embora Elena não tenha mudado de categoria jurídica (tornando-se forra), a forma como ela era vista na freguesia se modificou, tanto é que passou a ser chamada de *parda*. Havia uma diferença entre direito e práxis. No cotidiano as situações eram mais complexas do que a lei determinava, podendo, inclusive, em algumas circunstâncias, a lei ser desrespeitada.

Outra formalização não cumprida a cabo diz respeito aos párocos. Embora cada tipo de registro obedecesse a normas relativas ao seu conteúdo, os acréscimos de classificativos demonstram uma flexibilidade e certa dose de subjetividade na elaboração dos documentos. O trabalho de evangelização, na prática, não se deu conforme o idealizado, abrindo margem para os valores e hierarquias costumeiros da paróquia. A tentativa da Igreja Católica em padronizar e moralizar os costumes efetiva-se sem fugir às práticas e valores sociais. As brechas na documentação fornecidas pelos párocos permitem o estudo da colonização e a compreensão de que as populações, em especial indígenas e escravizados, utilizavam estes mesmos expedientes católicos em favor próprio, procurando construir uma memória social e reivindicar, na medida do possível, outras equidades mais convenientes.

O estudo de caso do casal Elena Dias e Inácio confirma que a micro-história revela conexões ocultas entre os sistemas sociais e culturais que são imperceptíveis em uma macroanálise (TRIVELLATO, 2011). Mais ainda, demonstra que social, econômico (trabalho), religioso (sacramentos) e jurídico são aspectos inseparáveis, que se misturam uns aos outros. A integração das populações subalternizadas não se deu conforme o idealizado nos gabinetes de Lisboa, mas sim através da reiteração e reinvenção das práticas costumeiras, o que só é adequadamente analisado em micro escala.

Fontes

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). Autos matrimoniais de Inácio e Elena Dias, escrava de Antônio José Machado, 1753, caixa 1.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). 1º Livro de casamentos de Viamão (1747-1759). In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais: Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). 1º Livro de batismos de Viamão (1747-1759). In: NEUMANN, Eduardo; KÜHN, Fábio (coord.). *Projeto resgate de fontes paroquiais: Porto Alegre- Viamão (século XVIII)*.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). Livro de batismos de Triunfo (1759-1782).

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). Róis de confessados de Viamão- anos de 1751, 1756, 1757 e 1578.

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. TRANSLADO do rol de confessados da nova paróquia do Senhor Bom Jesus do Triunfo, 1758.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e oferecido a el-rey de Portugal D. João V.* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. [Disponível em www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios]

Referências

BLANCO, Márcio Munhoz. O espelho das hierarquias sociais: população escrava e fontes paroquiais (Viamão, 1747-1759). *VII Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2015. Disponível em <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos7/mrcio%20blanco.pdf>>. Acesso em 24 de março de 2017.

_____. *Pelas veredas da senzala: família escrava e sociabilidades no mundo agrário (Campos de Viamão, c.1740- c.1760)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

DIEHL, Isadora Talita Lunardi. *Carijós, mulatas e bastardos: a administração indígena nos Campos de Viamão e na vila de Curitiba durante o século XVIII*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2007.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 143-179.

_____. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2006.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 77-102.

LEVI, Giovanni. Microhistoria e Historia Global. In: *Historia crítica*, nº 69, 2018, p. 21-35.

_____. Reciprocidade mediterrânea. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2009, p. 51- 86.

NEUMANN, Eduardo Santos; RIBEIRO, Max Roberto Pereira. A evangelização falada e escrita: notas sobre escrita e oralidade eclesiástica no Brasil do século XVIII. In: *Revista Memória em Rede*, Pelotas, vol. 7, nº 13, jul/dez. 2015, p. 113-129.

RIBEIRO, Mônica da Silva. “Razão de Estado” na cultura política moderna: o império português, anos 1720-1730. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.131-154.

TRIVELLATO, Francesca. Is there a future for Italian Microhistory in the age of Global History? In: *California italian studies*, Berkeley, 2(1), 2011, p. 1-26.

Crime, polícia e
cotidianos prisionais
à luz da Micro-história

O homicídio da escravizada Luíza: um estudo de caso sobre as relações de poder e sociabilidade no Recife oitocentista.

Joyce Conceição de Mesquita¹

[...] a história nasce como este trabalho artesanal, paciente, meticuloso, diuturno, solitário, infundável que se faz sobre os restos, sobre os rastros, sobre os monumentos que nos legaram os homens que nos antecederam que, como esfinges, pedem deciframento, solicitam compreensão e sentido. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 30).

O presente trabalho tem como ponto de partida uma Ação Penal – pertencente ao Memorial de Justiça de Pernambuco – movida pela Justiça Pública entre os anos de 1863 e 1866 na Comarca do Recife contra Luiz Gonzaga de Senna. O crime de homicídio, ocorrido no dia 15 de dezembro de 1863, previsto pelo art. 193 do Código Penal de 1830 foi praticado pelo réu contra sua escravizada “Preta Luíza”, assassinada no Catucá da freguesia dos Afogados. Para além de propor uma reflexão acerca da criminalidade, busca-se apreender a forma em que senhores e escravizados se percebiam dentro da configuração histórica da escravidão, bem como o lugar da mulher escravizada no âmbito urbano. A partir disto, compreender relações de poder e sociabilidade no Recife na segunda metade do século XIX.

Através das fontes que compõem a documentação – leis, relatórios do Tribunal da Relação de Pernambuco e do Ministério Público, juntadas, relatório de perícia, depoimentos, petições, despachos policiais, acórdãos, sentenças, entre outras tipologias -, o lançar mão da redução de escala e do paradigma indiciário nos possibilitará compreender fenômenos que passariam despercebidos em uma análise generalizante, como a trajetória de pessoas envolvidas, suas práticas sociais e os interditos contidos no processo; “escolher uma escala de observação significa escolher um instrumento analítico que não é neutro, e de que a escala dos fenômenos não está inscrita na realidade. A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa” (LEVI, 1998, p. 203).

Em 29 de dezembro de 1863, o subdelegado José Roberto de Moraes e Silva comunicava em ofício que tendo ele se dirigido ao local do crime, constatou-se juntamente aos peritos mediante procedimento de corpo de delito que a vítima havia sido levada à óbito em decorrência de uma “surra”, apresentando contusões por todo o corpo.² O ocorrido chegou

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

² Fonte: Memorial de Justiça de Pernambuco, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3923.

a ser noticiado pelo Diário de Pernambuco em 22 de dezembro de 1863, gerando repercussão por tratar de ser, nas palavras do Promotor Público Francisco L. de Gusmão Lobo, um “facto que encheu de justa indignação a população d’esta cidade”.³ Também o “*Actualidade: jornal político, litterario e noticioso*” do Rio de Janeiro, na terça-feira 5 de janeiro de 1864, trazia em sua quarta página da edição n. 609 a seguinte notícia:

No Lugar chamado Catucá, freguesia dos Afogados, foi encontrado na manhã do dia 15 do corrente, o cadáver de uma preta chamada Luíza e escrava de Luiz Gonzaga de Senna, a qual, segundo o parecer dos peritos, na vestoria a que procedeu o Sr. subdelegado José Roberto de Moraes e Silva, falleceu das consequencias de uma surra que lhe dera seu mencionado senhor, o que bem mostrava o estado lastimoso em que se achou o corpo daquella desgraçada (*Actualidade*, 5 de jan. 1864, p. 4).

Por que um crime cometido contra uma escravizada repercutira em periódicos da época, visto que delitos como estes eram comuns se levarmos em conta que estamos falando de uma sociedade de caráter escravocrata e patriarcal? Assim como processos são produzidos e destinados à um público específico – universo penal-judiciário –, também os jornais possuem sua própria narrativa e público alvo, que diga-se de passagem, é um público amplo e circular; a narrativa não fica restrita às estantes de arquivamentos. Os jornais “constituem-se de redes de informação em acordo com o universo cultural no qual estão imersos” (CARNEIRO, 2012, p. 112). Em “História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900”, Marinalva Barbosa discorre acerca dos textos publicados pela imprensa oitocentista, marcados por oralidades que implicam a identificação de protagonistas sociais, bem como seus âmbitos e gestos (BARBOSA, 2010). Por não poder, neste momento, debruçar-me na análise e demais páginas de jornais⁴ o importante é tornar indubitável que o fato transitou não só na imprensa pernambucana, mas para além dela.

A notícia veiculada preocupou as autoridades de modo à apressarem a investigação⁵, mas só em 27 de janeiro de 1864 foram intimadas as testemunhas, além do acusado Luíz de Gonzaga Senna que se encontrava foragido desde o crime cometido.

³ Fonte: Memorial de Justiça de Pernambuco, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3939.

⁴ O Diário de Pernambuco noticiou durante os anos de 1863 à 1866 todos os tramites processuais. Foram várias as notícias sobre o sucedido, não só no periódico em questão. Mas infelizmente, no momento em que este trabalho está sendo realizado, os documentos encontram-se fora do ar desde o ataque sofrido pela Biblioteca Nacional, ocorrido em 11 de abr. de 2021.

⁵ Fonte: Memorial de Justiça de Pernambuco, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3927: 1º Secção Secretaria de Polícia de Pernambuco 24 de Dezembro de 1863/ Na Revista diaria do Diario de Pernam-/buco de 22 do corrente, sôb n.º 293, lê-se o seguinte/ “Falleção no dia 15 do corrente, no Catucá, da/ freguesia dos Affogados a preta Luiza escura-/va de Luiz Gonzaga de Senna, em consequen-/cia de

Um mês após o ofício que constatou a morte, compareceram às três horas da tarde na residência do subdelegado apenas três das seis testemunhas intimadas à prestarem depoimento – Manuel Francisco S. de Bento, Antonio Caetano Tavares e Antonio Manuel Bento – ficando as outras três testemunhas – Pedro S. Alves da Silva, João Luiz Ferreira e João Francisco Xavier –, de acordo com documento datado de 3 de fevereiro de 1864, à comparecerem ao mesmo local no dia seguinte nem que fosse “de baixo de vara”.⁶

Um dos fatores mais intrigantes é a motivação que levou Luíz de Gonzaga Senna, senhor da ‘Preta Luíza’ à cometer homicídio, isso porque já em 1850 entrava em vigor a Lei Eusébio de Queiroz⁷ que, em teoria, poria fim ao tráfico negreiro. Ora, com o fim do tráfico a perda de um escravizado passou a importar mais para seus proprietários já que seus preços aumentaram consideravelmente. Por esse mesmo motivo, de acordo com Sidney Chalhoub, ações policiais contra escravizados eram evitadas pelos seus senhores até quando os mesmos eram vítimas (CHALHOUB, 1990). A Constituição Brasileira de 1824 aboliu “os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as demais penas cruéis” (BRASIL, 1824, art. 179, § 19), mas o Código Criminal do Império (1830) foi pensado e elaborado de acordo à atender as condições sociais e políticas do período em questão. Estabeleceu-se a adesão de penas que privavam a liberdade em detrimento à práticas suplicantes, contudo, persistiram os açoites unicamente para escravizados. Leis penais do oitocentos garantiam a manutenção da violência dentro de um sistema que já demonstrava entrar em declínio (CARVALHO, 1996).

Estudiosos das Ciências sociais do séc. XIX encaravam o crime como desvio de comportamento moral. De acordo com o historiador Marcos Luiz Bretas em “O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente”, a partir do surgimento de estudos desenvolvidos na área da história social ocorre uma inversão de eixo responsável por aproximar o comportamento criminoso ao cotidiano (BRETAS, 1991). Tal aproximação pode ser percebida em inúmeros trabalhos no campo da história do crime e violência⁸, como aponta o historiador Deivy Ferreira Carneiro:

uma surra que o mesmo senhor lhe déra./ Em vista do que, reconmendo á Vm.cê que sem/ perda de tempo, proceda na forma requerida/ pelo D.or Promotor Publico da Capital, no offi-/cio junto por cópia, lhe remeto, devendo VM.cê/ trazer ao meu conhecimento o que fôr occorren-/do á tal respeito/ Deos Guarde á Vm.cê / Abilio José da S./ Senr. Subdelegado da Policia/ do districto dos Affogados [...]

⁶ Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3963.

⁷ Sessão de 16.07.1852 / Anais do Parlamento, 16.07.1852, p. 244-256. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/125-anos-da-lei>. Acesso em 28 de mai. de 2021.

⁸ VENDRAME (2013); WADI (2009); MOREIRA; RIBEIRO; MUGGE (2016)

Para além da análise da criminalidade ou do aparato jurídico em si, o que estes trabalhos propõem é a análise das sociedades de forma mais ampla e mais completa, [nos permitindo] acessar a teia de relações sociais e as interdependências que constroem as mesmas normas sociais que guiam as ações e estratégias do cotidiano através do uso analítico do desvio ou do crime (CARNEIRO, 2018, p. 49).

Processos crimes constituem-se como fonte pela qual o historiador recupera fragmentos do passado, pois é feito de falas entremeadas pelas estratificações do poder, de diversos sujeitos. Os testemunhos neles presentes estão carregados de subjetividades que independem da dominação do poder público no que diz respeito à produção de documentos oficiais. Por conseguinte, é preciso “ler os documentos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levarmos em conta, tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas” (GINZBURG, 2002, p. 44).

Todos os depoimentos arrolados reafirmam a causa da morte da “preta Luíza” e quatro das seis testemunhas nos levam a inferir que o ato de infligir castigos impetuosos fazia parte do cotidiano do senhor-escravizada, pois a mesma escapava frequentemente. Os gritos proferidos pela vítima no dia de seu homicídio chegaram a ser escutados por vizinhos, como afirma Pedro Alves da Silva “que ouvira os gritos seguintes: ai meu senhor não me mate não me mate meu senhorzinho me àcua”⁹. A terceira testemunha convocada, o “pardo” Antonio Manuel Bento, em resposta às perguntas inquiridas alegou ter conhecimento de que “Luiz Gonzaga de Senna vivia constantemente a procurar a preta Luíza por ser fujona”¹⁰ A fuga entendida como “unidade básica de resistência do sistema escravista” (REIS; SILVA, 1989, p. 62) além de configurar um ataque frontal ao direito de propriedade, “é um ato extremo e sua simples possibilidade marca os limites da dominação, mesmo para o mais acomodado dos escravos e o mais terrível dos senhores, garantindo-lhes espaço para negociação e conflito” (REIS; SILVA, 1989, p. 63).

Outro ponto a ser sugerido diz respeito à percepção de “cores” expressas nos documentos. A testemunha citada acima é apresentada como “pardo” e a escrava como “preta”; há uma graduação entre ser livre e ter voz ligada à uma cor; e ser “fujona” e “preta”.

⁹ Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3977.

¹⁰ Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3957: 3º testemunha/ Antonio Manuel Bento pardo, casado,/ idade de vinte e cinco annos, sosio de ne- /gócio, nactural da Ponte dos Carvalhos/ Freguesia do Cabo e morador no lugar/ do Catucá desta Freguesia dos Affoga-/dos e do costume disse nada, testemun-/há jurada aos Santos Evangelhos em/ que pos a mão direita e promet/teu diser a verdade do que soubesse q lhe/ fosse perguntado. E sendo inquirido sobre/ ao factio constantes da vistoria e folhas/ cinco deste summario respondeo:/ que ouvio de Pedro Alves da Silva/ que a preta Luiza, escrava de Luiz Gon/zaga de Senna Faleceo de uma surra/ que seu senhor lhe dera: respondeu mais/ que Luiz Gonzaga de Senna vivia cons-/tantemente a procurar a preta Luiza/ por ser fujona. Nada mais disse e nem/ lhe foi perguntando [...]

As ciências sociais apontam o séc. XIX como o período de uso científico da categoria “raça” e sua vinculação com a sociedade, mas já desde o período colonial, o sistema de classificação de “cor” no Brasil se mostrava multipolar. Jocélio Tales dos Santos, em seu artigo “De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificação raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX” através da investigação da roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia, indica o séc. XVII como antogênese de classificações (branco, pardo, mulato, cabra, crioulo, mestiço, negro) e o séc. XVIII como período de consolidação de uma ambiguidade classificatória (SANTOS, 2005).

As testemunhas convocadas à prestarem depoimento sobre a morte da escravizada Luíza são apresentadas da seguinte forma: 1ª Testemunha – “Manoel Francisco de S. Bento, *pardo*, casado idade de cinquenta anos, vive de negócios, natural da Ponte dos Carvalhos da Freguesia do Cabo e morador no lugar do Catucá desta Freguesia dos Afogados”¹¹; 2ª Testemunha – “Antônio Caetano Tavares, *branco*, idade de quarenta e dois anos, casado, natural da Cidade do Recife e morador na estrada da Pitanga desta Freguesia dos Afogados”¹²; 3ª testemunha – “Antônio Manuel Bento, *pardo*, casado, idade de vinte e cinco anos, vive de negócio, natural da Ponte dos Carvalhos Freguesia do Cabo e morador no lugar do Catucá desta Freguesia dos Afogados”¹³; 4ª Testemunha – “José França Xavier, *pardo*, idade de trinta e nove anos, casado, e morador no lugar do Catucá desta Freguesia dos Afogados”¹⁴; 5ª Testemunha – “João Luis Ferreira, *pardo*, idade de vinte e seis anos, casado, natural da Freguesia de Santo Antônio do Recife e morador no lugar do Catucá desta Freguesia dos Afogados”¹⁵; 6ª Testemunha – “Pedro Soriano Alves da Silva, *pardo*, com idade de cinquenta anos, natural da Villa do Bonito e morador no lugar do Catucá desta Freguesia dos Afogados”¹⁶

Constata-se o que sucede o nome das testemunhas: sua classificação de cor. “A princípio, pode parecer que a razão para essa diferença [de cor] seja o olhar de cada escrivão [...]; entretanto trata-se menos de uma classificação individual e, sim, de leituras de práticas

¹¹ Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3951.

¹² Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3953, DSC3955.

¹³ Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3957.

¹⁴ Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3971.

¹⁵ Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3973.

¹⁶ (Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3997.

sociais” (SANTOS, 2005, p. 128). Alguns dos termos foram dicionarizados por Antonio de Moraes Silva no século XVIII, como “branco” que apresenta-se sendo oposto à pardo e preto “branco nos couros, na alma mais que cafre, ou boçal Ethiope. § Gente branca; diz o povo para significar a gente polida” (MORAES, 1890, p. 357). O termo “pardo” estaria para cor entre branco e preto, podendo também indicar um mulato¹⁷ e negro seria classificado como indivíduo desgraçado, triste, infausto, ou de cor preta como a tinta de escrever, o carvão apagado (MORAES, 1890). A linguagem simbólica apresentada pelos documentos indica arranjos conceituais no sistema linguístico escravocrata, bem como demonstra a flexibilidade do uso dessas classificações no Brasil (SANTOS, 2005). Desta forma, “As percepções sobre a cor traduziam tanto hierarquias sociais como revelavam ambiguidades no modo como os indivíduos eram classificados” (SANTOS, 2005, p. 131). Há uma razão para tais testemunhas serem apresentadas como “branco”, “pardo”, tal qual a vítima sempre ser mencionada como “preta Luíza escrava do senhor Luiz Gonzaga de Sena” e a razão é indicar os espaços que esses sujeitos ocupavam nas relações de poder em que estavam inseridos. Não seria também o termo “preta/preto” usado na segunda metade do oitocentos, como forma de apagamento de identidade para africanos que aqui entraram após 1831? Desta forma se evitaria mencionar suas nações, portos e infrações à eles associadas. A naturalidade da cativa Luíza é uma questão que até então carece resposta.

Ainda no que diz respeito às fugas, há de se levar em consideração que a segunda metade do século XIX é marcada não só pela popularização de ideias antiescravagistas, mas por crescimento de núcleos urbanos mais próximos a locais em que existia uma alta densidade populacional de escravizados, o que fornecia suporte material e ideológico para as mesmas (REIS; SILVA, 1989). Sobre isto, é importante lembrar que a freguesia dos Afogados – lugar onde o crime foi cometido – situa-se nas redondezas do centro urbano recifense.

O Recife do oitocentos chegou a ocupar a posição de terceira cidade que mais recebeu cativos na conjuntura do tráfico atlântico, ficando atrás apenas da Bahia e do Rio de Janeiro. Na segunda metade do século, caracterizava-se pela presença acentuada de negros escravizados e libertos que evidentemente formaram assentamento de relações entre si e demais agentes históricos. De acordo com o recenseamento de 1856, o centro urbano da cidade contava com 40.977 habitantes dos quais 7.707 eram escravizados. Tanto no centro do Recife como em seus arredores se podia observar cativos desempenhando diferentes afazeres,

¹⁷ Classificava o filho do cavalo com a “burra”, assim como o indivíduo que era resultante de uma relação interracial, o “filho ou filha de preto com branca, ou às avessas, ou de mulato com branco até certo grau” (SANTOS 2005, p. 118).

desde tarefas domésticas à transportação de mercadorias, condução de carroças e abastecimento de providencias em casas senhoriais. O cenário esboçado foi testemunhado e documentado por alguns viajantes, como Tollenare; Koster; Kidder; Gardner e até Charles Darwin (CARVALHO, 2002).

Luíza era uma cativa doméstica do âmbito urbano, portanto, desempenhou uma das mais “antigas e disseminadas formas de utilização da mão de obra escrava no Brasil, principalmente durante o império” (GUIMARÃES, p. 5, 2020). No que se refere o trabalhos domésticos, podem ser citados tantos serviços próprios do interior da casa – como costurar, limpar, cozinhar, confeccionar utensílios, dentre outros – como serviços externos – acompanhar suas senhoras em passeios, se livrar de desejos em rios, garantir manutenção de alimentos e tudo aquilo que desenhava-se a preservação do conforto da família (GRAHAM, 1992; PALHA, 2011).

Sabe-se, por meio da leitura do processo, que Luiz Gonzaga de Senna dizia querer vender sua escravizada, razão pela qual contratou João Affonso de Albuquerque, latoeiro e morador de Boa Viagem que tornou-se a sétima testemunha ao passo da investigação. De acordo com depoimento, seu primeiro contato com o réu se deu na ocasião em que o mesmo estava à procura da fugitiva, pelo que não mais o viu, até que dias depois:

Encontrando-o na rua lugar do Rosário o sumariado, perguntou ele testemunha como ia a negra [e] responde-lhe que a negra tinha fugido [pela] segunda vez e que [...] lhe dera uma surra em sua casa para a vende-la; indo ele testemunha a casa do sumariado, encontrou a negra doente por lhe haver dito o réu presente que tinha sido [uma das surras] mais purgantes que lhe dera. Disse mais que nessa ocasião o sumariado contratou ele para levar a negra a sua casa, a fim de cura-la [...]¹⁸

Ao ser reestabelecida, ela seria vendida e o valor obtido seria dividido com o predito João Affonso em forma de pagamento aos serviços prestados, o que não chegou a acontecer pois a vítima veio a óbito. Aos 12 de fevereiro de 1864, o senhor da escravizada foi recolhido à Casa de Detenção do Recife após receber nota de culpa, prestando depoimento em 15 e 17 de fevereiro do mesmo ano. Luiz de Gonzaga Senna, senhor da escravizada Luíza, branco, casado, de quarenta e três anos de idade, filho de Thomas José de Senna e Maria Francisca dos Prazeres, brasileiro, natural da Boa Vista, letrado e sustentado por “negócios” ... ao ser inquirido sobre o crime, nada disse, exceto que se encontrava em sua residência e que provas

¹⁸ Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3999.

que justificassem sua inocência só seriam apresentadas pelo seu advogado “em momento oportuno”¹⁹.

Em abril do mesmo ano, dizia o Promotor Público Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo:

Por Libelo crime acusatório diz à Justiça Pública por seu promotor, constar o réu preso Luiz Gonzaga de Senna, por ser a melhor forma de direito. Pelo que, durante o mês de dezembro do último ano e na Freguesia dos Afogados, o réu castigou por modo tão excessivo e desumano a sua escrava por nome Luiza que com as contusões vistoriadas no corpo de delito, á fls. 5, lhe causou a morte; Pelo que por este procedimento o réu inscreveu no art. 193 do Cod. Criminal; Consequentemente, pede-se que o presente libelo seja recebido e afinal julgado provado para que se imponham ao réu no grão médio as penas do precitado art. 193 do Cod. Crim. O Promotor Público F.^{co} Leopoldino de Gusmão Lobo

Após libelo acusatório e tramites processuais necessários, deu-se início ao julgamento em 2 de junho de acordo com o termo de reunião do júri. Às 10 horas da manhã, o escrivão Joaquim Francisco de Paula Esteves Clemente registrou presença do Doutor João Antônio de Araújo Freitas Henrique – juiz de direito da primeira vara criminal da comarca e presidente do Tribunal –, do Doutor Promotor Público José Paulino de Câmara, além dos 48 jurados, o réu e seu advogado, o Doutor Antônio Justino.

Havendo as partes tomado seus respectivos lugares, o juiz de direito visou proceder a intimação dos doze jurados que iriam compor o júri de sentença, como prescrito nos artigos 275 e 277²⁰ do Código do Processo Criminal. Em seguida, abrindo a urna que continha as 48 cédulas com os nomes a serem sorteados, mandou que Manoel Joaquim Pais Bento retirasse uma a uma, pelo que leu cada nome na medida em que cada cédula foi extraída. Os doze jurados²¹ dirigiram-se à lugares separados do público e efetuaram,

com a mão direita sobre o livro dos Santos Evangelhos em alta voz a seguinte fórmula: juro pronunciar bom e sinceramente nesta causa, lavre-me

¹⁹ Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC4005.

²⁰ Art. 275. Entrando-se no sorteamento para a formação do 2º Conselho, e á medida que o nome de cada um Juiz de Facto, fôr sendo lido pelo Juiz de Direito, farão o acusado, e o accusador suas recusações sem as motivarem. / Art. 277. São inibidos de servir no mesmo Conselho ascendentes, e seus descendentes, sogro, e genro, irmãos, e cunhados, durante o cunhadio. BRASIL, Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841. Dispõe sobre sorteamento e composição do júri. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm; Acesso em 31 mai. 2021.

²¹ Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC 4089 – DSC4091. Bernardino de Serra Pontual, o Doutor Antonio de Faria Neves, Doutor Francisco Leonardo de Souza M. Couto, João dos Santos Porto, Caetano José Mendes, Macomero Penna dos Santos, Fortunato da Silva Neves, Doutor Joaquim da Costa Dourado, Joaquim P., Emilio M. Silveira de Mello, José B. (?), Manoel Moreira de Azevedo.

com franqueza e verdade se tendo diante dos meus olhos, Deus e a lei, proferir com o voto segundo a minha consciência [...]²²

Neste momento, constitui-se de fundamental importância o dinamismo que consolidou a formação e estruturação do júri no período em questão. O Código do Processo Criminal havia passado por reformas em 1841, dentro de uma configuração histórica marcada pelo movimento que visava o reestabelecimento da centralização política imperial aos moldes da carta constitucional de 1824, o chamado Regresso. Sobre isto, diz Engel (2002):

O projeto defendido pelos chamados regressistas pressupunha uma centralização que não apenas assegurasse a manutenção da hegemonia do Rio de Janeiro, mas conferisse ao imperador, no exercício do Poder Moderador, um controle efetivo do Executivo e do Legislativo. Conceberam, assim, o Regresso como a melhor forma de conduzir o processo de consolidação do Estado nos trilhos da unidade (do Império) e da ordem (escravista), neutralizando a “anarquia” atribuída ao período regencial” (ENGEL, 2002, p. 626).

A implementação de mudanças na legislação com vistas a assegurar a ordem pública e a unidade nacional, culminou na reforma que teve expressa incidência no funcionamento do Tribunal do Júri. Passou-se a exigência de jurados que soubessem ler e escrever, o que é problemático se levarmos em consideração que a imensa maioria da população era analfabeta (FIGUEIRA, 2007), além de que,

aumentó el ingreso estipulado, y restringió la fuente de esse ingreso a favor de los grupos de terratenientes. Después de que la nueva ley entro en vigor, el ingreso anual mínimo para los jurados em las cidades importantes del imperio aumento a 400 milreis. En las cidades secundarias el requisito bajó a 300 milreis, y en los pueblos y condados del interior se redujo a 200 milreis. Sin embargo, estos ingresos mínimos solo eran válidos si se derivaban de los salarios y emolumentos del servicio público o de bienes raíces. Los hombres que se ganaban la vida en el comercio o en la industria se enfrentaban a un requisito de ingreso exatamente dos veces mayor que el de los terrenientes¹³⁵ y senvidores públicos. En esta reforma, los reformadores jurídicos conservadores trataron de asugurarse de que la mayoría de los jurados estuvieran dominados por los terratenientes, cuyos intereses trataban de articular, o por los empleados públicos cuyos lazos de dependencia con el gobierno central, eran obvios (FLORY, 1986, p.268).

Dito isto, podemos constatar a criação de um mecanismo pelo qual conservadores lançaram mão, para que as decisões relativas aos sentenciamentos de crimes estivessem sob responsabilidade de uma administração penal ligada à grupos de proprietários de terra e

²² Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC4093.

funcionários públicos, garantindo a manutenção de seus interesses que convergiam-se na preservação da centralização do poder, do patriarcalismo e do escravismo.

Após deferimento do juramento aos doze jurados, o juiz de direito passou a interrogar o réu Luiz Gonzaga de Senna que se encontrava livre de ferros e “sem constrangimento”. Levado a tomar outra postura, diferente de suas últimas falas, ao ser inquirido sobre a circunstância da morte da cativa Luíza, expôs que havia comprado a escravizada no mês de maio de 1863 e que apenas dois meses após efetivação da compra, a mesma demonstrava sofrer de “moléstias incuráveis e próprias de sua saúde”²³, vindo a falecer no mês de dezembro em decorrência disto. Alegou ainda que durante este tempo contratou tratamento médico sob a direção do Doutor Ignacio Nevez, mas que mesmo arcando com tal despesa, não foi bastante para preservar a vida da escravizada. Perguntado se Luíza era castigada, respondeu que estando em seu poder – apesar de ter fugido várias vezes – não a castigava, reforçando que no momento em que ocorreu a morte, não estava sob punição.

Dada a palavra ao advogado de defesa Antônio Justino, “este, mostrando a lei provas factos e rasões que sustentarão sua inocença”²⁴ também o Doutor Augusto C. Monteiro das Silva Santos falou em favor do réu. Mão se sabe quais provas e fatos foram estes. O que sabe-se, é que logo em seguida o juiz de direito fez a leitura das questões propostas ao júri de sentença, pelo que se dirigiram à uma sala secreta de conferências acompanhados pelos oficiais de justiça Manoel Martis Sousa e Manoel Thomas de Sousa. Estes, ficaram encarregados de restringirem qualquer tentativa de comunicação dos doze jurados.

Após ser apresentada certidão de incomunicabilidade²⁵, o presidente do referido júri leu em voz alta as respostas que foram escritas às questões propostas:

Quesitos, 1: 1º - O réo Luis Gonzaga de Sena, no começo do mes de d.º do anno passado, castigou de tal sorte a sua escrava de nome Luiza, que levou falecer em resultado do castigo, como se falou no libelo á fls. antes.
2º - A paciente morreu de ser matada e mal cuidada.
3º - A paciente morreu, não porq. O mal causado foi matado, mas de q. ser não applicara a deligencia p. ser removido o mesmo mal.
4º - Existem circunstancias attenuantes á favor o réo.
5º - o jury resolveu, que a paciente morreu em resultado de castigo moderado, q, os senhores podem infligir á seus escravos, e q. o súbdito castigo não fora d'aquelles, que vão contrarios as leis em rigor

²³ Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC4099.

²⁴ Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC4105.

²⁵ Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC4109: Nós officiais de justiça abaixo assignamos certifi-/camos que não houve comunicação por qual-/quer maneira com a doze juizes de facto que compu-/nhão o juízo de sentença, assim no transito destes/ nda sala publica á sala secreta, como enquanto/ se conçirvarão, e para constar passam a presente/ que assignamos. – Sala das Sessões do jury desta/ Ci.ª do Recife 2 de Junho de 1864/ Manoel Martins Sousa / Manoel Thomas de Souza Leão.

Salla das sessões do jury do Recife, em 22 de junho de 1864 J. A. d' Freitas²⁶

Por maioria absoluta dos votos, o presidente e secretário de leitura, respondeu que quanto ao primeiro quesito, não por unanimidade, o Réu Luís Gonzaga de Senna no correr do mês de dezembro de 1863, não castigou a sua escravizada por nome Luíza. Por este motivo, os demais quesitos da acusação foram suspensos pois se acharam prejudicados com a resposta do primeiro. Tendo em vista a decisão do júri e as disposições do direito, foi absolvido o réu das acusações e recebendo mantado do juiz naquela sessão, ficou acertado que findo o prazo legal, lhe passasse alvará de soltura para que saísse da Casa de Detenção. Após baixa de culpa, ficaria incumbido ainda em pagar as custas dos cofres públicos pelo procedimento em virtude da apelação amparada no § 1º do art. 449²⁷ do regulamento de 31 de janeiro de 1842.

Crime e escravidão são temas que constantemente se convergem uma vez que a violência é indicada até como sendo necessária para a conservação desse modelo econômico-social. Geralmente cometidos pelos próprios escravizados como forma de resistência – onde podemos observar em estudos publicados pelas historiadoras Leila Algranti²⁸ e Maria Helena Machado²⁹ – os crimes também aparecem sendo cometidos contra eles, como foi o caso da escravizada Luíza.

De acordo com leitura do processo, verifica-se através de testemunhos, de relatório de perícia, além da repercussão gerada, que o senhor Luiz Gonzaga de Senna havia matado sua escravizada Luíza em decorrência de castigos impetuosos motivados não só pelas constantes fugas que marcavam os limites da dominação, mas pela própria dominação em si. Ao contrário das evidências apresentadas, o réu branco e senhor de negócios foi absolvido diante o entendimento do júri igualmente branco e de posses; entendimento este que minimizou os acontecimentos a partir de uma boa instrumentalização dos mecanismos jurídicos. Dentre as brechas que o próprio Código Criminal (1830) possuía, uma leitura restrita poderia ocasionar vários deslizes (ou diríamos vários acertos ao que foi pensado?). De qualquer modo, o parágrafo 6º do art. 14 que refere-se aos crimes justificáveis, estipula que:

²⁶ Fonte: Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC4113.

²⁷ Art. 149. Os que forem recolhidos á cadeia sómente em custodia; os recrutados; e os que, sendo presos antes de culpa formada, nos casos em que essa prisão tem lugar, não estiverem ainda pronunciados, serão, sempre que fôr possível, postos em lugar separado, sem comunicação com os pronunciados e criminosos. BRASIL, Reg. nº 120, de 31 de janeiro de 1842. Dispõe sobre inspeção das prisões e da sua economia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Regulamentos/R120.htm. Acesso em: 0e de jun. de 2021.

²⁸ O feitor e o Ausente (1988).

²⁹ Crime e Escravidão (1987).

Art. 14. Será o crime justificavel, e não terá lugar a punição d'elle: 6º Quando o mal consistir no castigo moderado, que os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos, e os mestres a seus discipulos; ou desse castigo resultar, uma vez que a qualidade d'elle, não seja contraria ás Leis em vigor (BRASIL, § 6, art. 14, 1830).

A disposição prevista no exposto acima corresponde à uma manifesta relação da justiça com o caráter patriarcal de que recobria a sociedade escravocrata, “amparando o senhor em suas ilicitudes e pondo às claras o valor absoluto aí assumido pela obediência” (COSTA, p. 273, 2013).

A despeito de embates jurídicos entre senhores e escravizados, as historiadoras Beatriz Gallotti Mamigonian e Keila Grimberg em estudo recente, “O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil Oitocentista”, discutem a maneira como a escravização de libertos foi criminalizada e julgada ao longo do séc. XIX, partindo de processos instaurados no Rio Grande do Sul. A análise tem por base três tipos de casos: 1) africanos trazidos ilegalmente depois da proibição do comércio transatlântico; 2) libertos cujas alforrias foram desconsideradas; 3) negros livres que foram sequestrados e vendidos (MAMIGONIAN; GRIMBERG, 2021).

Dos vários exemplos que vão sendo elencados ao longo do texto, tomemos por base apenas um: a figura de Porfíria, mulher, mãe de dois filhos. Não só ela, mas seus dois filhos haviam sido objeto de posse tempo antes de uma transação efetuada de seu antigo senhor – Antônio Pedro Francisco Pino – para um novo senhor – Pereira Tavares de Melo e Albuquerque. O primeiro, havia recebido duas pessoas escravizadas em troca da predita Porfíria e prole. O que acontece é que a “escravizada” alegou carta de alforria em época da transação de seus senhores, que apoiava-se inclusive em testemunhas. Pelo que o réu (segundo senhor), negou a acusação de que estava em posse ilegal, apresentando documentos para provar que a troca foi um negócio que visara dar a alforria mediante pagamento de um futuro esposo a ser arranjado (MAMIGONIAN; GRIMBERG, 2021). O art. 179 de Código Criminal de 1830 previa punição passível de prisão para aqueles considerados do crime de reedição À escravidão uma pessoa livre, pelo que se vê: “Art. 179. Reluzir á escravidão a pessoa livre, que se achar em posse da sua liberdade. Penas - de prisão por tres a nove annos, e de multa correspondente á terça parte do tempo; nunca porém o tempo de prisão será menor, que o do captiveiro injusto, e mais uma terça parte” (BRASIL, art. 179, 1830). Não nos interessa neste trabalho discutir a questão da reescravização da pessoa livre, mas procurar entender em linhas gerais como as ações penais e crimes eram examinados e tratados de

acordo a atender sujeitos e subtrair outros; a dualidade entre brancos e não brancos, senhores vs escravizados.

Assim como Manoel Pereira Tavares de Mello e Albuquerque se dizia senhor e possuidor de Porfíria e esforçou-se em demonstrar que a mesma vivia em seu domínio (MAMIGONIAN; GRIMBERG, 2021), também o réu Luiz Gonzaga de Senna deixou claro que a escravizada era de sua posse, que além de viver em seu domínio, ainda custeava as despesas de sua saúde. Ainda que o direito de propriedade neste caso não houvesse sido contestado, é importante destacar que, “a manutenção da posse continuava a ser garantida ao possuidor enquanto não se provasse o contrário” (MAMIGONIAN; GRIMBERG, p. 13, 2021).

Título XIII: Dos direitos e obrigações que resultam da posse

O possuidor presume-se senhor da coisa enquanto não se prova o contrário. Entretanto que outro não prova, que a coisa é sua, é o possuidor desonerado de mostrar o título da sua posse. Em paridade de direitos é o possuidor da melhor condição que qualquer outro. *Todo detentor, ou possuidor, deve ser protegido pela Justiça contra qualquer violência que se pretenda fazer* (grifo nosso) (TELES, p. 86-87, 1846).

Tal como Luiz Gonzaga de Senna e Manoel Pereira Tavares de Mello e Albuquerque, outros 68 escravizadores que haviam infringido a lei cometendo crime contra escravizados e ex-escravizados (nestes casos, crime de reescravidão de pessoas livres entre os anos de 1763 e 1888 no Rio Grande do Sul) foram todos absolvidos (MAMIGONIAN; GRIMBERG, 2021).

O presente trabalho vem substanciar as acaloradas discussões quanto a eficiência e ineficiência do poder estatal, usado de modo a privilegiar sujeitos em detrimento de outros. Maíra Chinelatto Alves, ao examinar “Histórias de crimes de escravos contra seus senhores: Campinas, século XIX” nos fornece um panorama que contraria as resoluções de crimes cometidos por senhores. Segue análise detalhada:

No final da década de 1840, momento em que a lei de 10 de junho de 1835 estava sendo aplicada, quatro escravos foram condenados à morte em três processos; no começo dos anos 1870, quando aquela lei – que condenava escravos que agredissem senhores ou prepostos à execução – caíra em desuso e fora amplamente substituída por penas mais leves, doze escravos foram condenados a trabalhos forçados ou a açoites e uso de ferros nos pés ou pescoços, em cinco autos criminais, sendo um dos réus sentenciado em dois processos (ALVES, p. 2, 2009).

Aqui, destaco a convivência harmoniosa dos três poderes e demais instancias com o sistema de escravização. Funcionários da justiça e demais envolvidos em sentenciamentos lançaram não da aprendizagem de meandros institucionais em defesas de seus protegidos, contrapesando aos corpos que desejavam condenar e punir. “Vencidos por Juízes que declaravam as causas improcedentes, júris que absolviam os réus, os tribunais que decidiam a favor da propriedade, ainda que ela fosse ilegal” (MAMIGONIAN; GRIMBERG, p. 20, 2021).

Fontes

PERNAMBUCO, Memorial de Justiça. Processo-crime: “Homicídio Preta Luíza escrava”, caixa 258, MD 024. 1863 À 1866. Disponível em: <https://www.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/digital>. Acesso em 11 de jan. de 2021.

Diario de Pernambuco, Recife, 22 de dezembro de 1863. Nº 393. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_04&Pesq=%22Luzia%22&pagfis=10264. Acesso em 22 de jan. de 2021.

Actualidade: jornal politico, litterario e noticioso. Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1864. Nº 609. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=235296&pesq=%22luiz%20Gonzaga%20de%20Senna%22&pasta=ano%20186&pagfis=2400>. Acesso em: 02 de jun. de 2021.

Referências

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História*. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente*. Rio de Janeiro, Vozes, 1988.

ALVES, Maria Chinelatto. *Histórias de crimes de escravos contra seus senhores: Campinas, século XIX*. Anais do XXV Simpósio Nacional de História (ANPUH), Fortaleza, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772189_82d8a9cd500de47e93a11cd3f1178f1c.pdf. Acesso em 02 de jun. de 2021.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. *Cod. Criminal do Imperio do Brazil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em 02 de jun. de 2021.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brazil*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 28 de mai. de 2021.

BRETAS, Luiz Marcos. *O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. BIB, Rio de Janeiro, n. 32, p. 49 -61/ 2.º semestre de 1991. Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/edicoes-antecedentes/bib-32>. Acesso em 24 de jan. de 2021.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Micro-História do Crime e da Justiça Criminal: um diálogo possível e desejado*. In: VENDRAME, Maíra Ines; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (orgs.) *Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unissinos, 2018. p. 33- 66.

CARNEIRO, Vinicius Gonçalves. *História Cultural da Imprensa*. Revista Navegações, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 112-114, jan./jun. 2012. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br. Acesso em 26 de jan. de 2021.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Vivian Chierigati. *Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-Independência*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-04112013-164930/pt-br.php>. Acesso em 02 de jun. de 2021.

ENGEL, Magali Gouveia. *Verbete “Regresso”*. In: Vainfas, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperialo (1822 – 1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808 – 1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos. *O ritual judiciário do tribunal do júri*. 2007. 241 f. Tese (Doutorado em Antropologia, Departamento de Antropologia) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUIMARÃES, Marcele. *Escravas domésticas no século XIX: O papel da mulher na sociedade escravocrata*. Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, n. 000196, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/escravas-domesticas-no-seculo-xix-o-papel-da-mulher-na-sociedade-escravocrata>. Acesso em 02 de jun. de 2021.

KEILA, Grinberg. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista*. Mundos do Trabalho, Florianópolis, n. 13, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/79922>. Acesso em 02 de jun. de 2021.

LEVI, G. *Comportamentos, recursos, processos: antes da “revolução” do consumo*. In: REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 203-24.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MOREIRA, Paulo Roberto S.; RIBEIRO, José Iran; MUGGE, Miquéias Henrique. *A morte do Comendador: eleições, crimes políticos, e honra* (Antonio Vicente da Fontoura, Cachoeira, RS, 1860). São Leopoldo: Oikos; Editora Unissinos, 2016.

PALHA, Barbara da Fonseca. *História de Trabalhadoras Escravas na Belém do século XIX*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH), São Paulo, 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300681079_ARQUIVO_textoANPUH2011.pdf. Acesso em 02 de jun. de 2021.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Jocélio Tales dos. *De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX*. Afro-Ásia, Bahia, n. 32, p. 115-137, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21089/13680>. Acesso em: 25 de mar. de 2021.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua Portuguesa*. 8 ed. Rio de Janeiro: Lisboa: Empr. Litteraria Fluminense, 1890. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242523>. Acesso em: 28 de jan. de 2021.

TELLES, José Homem Correia. *Digesto Português, ou Tratado dos modos de adquirir a propriedade, de a gozar e administrar, e de a transferir por derradeira vontade; para servir de subsídio ao novo código civil*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1846. p. 86-87

VENDRAME, Máira Ines. *Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar, e praticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. Tese (Doutorado), Porto Alegre, PUCRS, 2013.

WADI, Yonissa. *A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

Dois Limas: indícios sobre o exercício da autoridade policial na Primeira República em Minas Gerais.

Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira¹

As pesquisas que realizei durante o mestrado e o doutorado me colocaram diante de diversos indivíduos que, em diferentes instâncias e cada um a seu modo, tiveram importância na constituição da autoridade policial no estado de Minas Gerais durante a Primeira República. Dois homens, de sobrenome Lima, chamaram minha atenção durante os longos anos de pesquisa. O primeiro veio de um estudo que se propunha analisar a política de civilização, de “educação moral”, promovida pela Delegacia de Costumes na capital mineira, sob o comando do delegado Edgard Franzen de Lima, em relação à prostituição e às mulheres envolvidas com essa prática nas décadas de 1920 e 1930. Desde 2007, a figura de Edgard Franzen de Lima me acompanha nas leituras sobre a prostituição na cidade de Belo Horizonte naquele período. As pesquisas documentais me conduziram para um mestrado na História da Educação, buscando compreender a lógica civilizacional e, por isso, pedagógica, de intervenção policial na prática da prostituição da capital mineira daquele período. Naquele estudo (PEREIRA, 2019a), me interessava compreender como esse projeto foi construído e aplicado e em que medida essa repressão policial conseguiu efetivar-se. Edgard Lima e suas posturas políticas me informaram sobre as tecnologias de poder disciplinar e os dispositivos de segurança mobilizados pela Delegacia de Costumes durante 1928 e 1934.

Anos depois, quando decidi investigar mais a fundo os policiais militares que apareciam frequentemente nas páginas dos jornais pesquisados durante o curso do mestrado, outro indivíduo se destacou na documentação consultada: Izidoro Corrêa Lima, oficial da Força Pública. A primeira vez que me deparei com este militar, foi com a leitura de uma carta de 1909 que ele, supostamente, teria escrito para um amigo, relatando as dificuldades de legitimação de sua autoridade na cidade de Passos e um desvio de dinheiro para pagar um seguro de vida para sua família. A carta foi usada como prova pessoal em um processo administrativo que ele respondeu, junto à Força Pública, em 1910 por desvios de salários de soldados. Não só esse caso, mas os de muitos outros indivíduos, oriundos de documentações distintas, me permitiram observar diversas práticas e formas de existir e “ser policial militar” em Minas Gerais na Primeira República. E, em especial, a importância dos policiais militares no cotidiano político de localidades espalhadas no território mineiro (PEREIRA, 2018).

¹Doutor em História Social (UFRJ), Professor do IFMG-Campus Betim.

Recentemente, quando passava os olhos nas fontes coletadas, me dei conta dessa coincidência: em duas grandes pesquisas que desenvolvi lidei com dois Limas. Cada um muito diferente do outro. Teriam laços consanguíneos, mesmo que distantes? Seriam parte de uma família unida? Se conheceram? Essas perguntas iniciais, e rapidamente refutadas, emergiram quando essa observação se tornou uma evidência. Talvez um detalhe que nada nos diz. Talvez um possível desdobramento de novas pesquisas. Ou, ao menos, tempero para reflexões metodológicas e teóricas sobre a história de vida e sua relação com a historiografia. Neste texto, faço uma breve reflexão teórica sobre a relação entre indivíduo e sociedade, pensando o problema da biografia. Em seguida, abordo aspectos biográficos dos dois indivíduos, os dois Limas, e finalizo traçando algumas reflexões sobre o exercício da autoridade policial em Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas.

Recolocando o problema do indivíduo

Na década de 1960, os escritos de Norbert Elias passaram a ganhar certa notoriedade e sua obra passou a circular amplamente. Sua sociologia histórica pretendia romper com o dualismo entre o ego e sistema social, compreendendo a sociedade e o indivíduo como “aspectos diferentes, embora inseparáveis, dos mesmos seres humanos”. Sociedade e indivíduo, nessa leitura, são ligados por uma figuração, por redes de interdependências em que ambos “participam de uma transformação estrutural” constante (ELIAS, 1994, p. 220 e 249). Já Pierre Bourdieu buscou superar essa dualidade enfrentando o problema da dicotomia subjetivismo *versus* objetivismo. Para este sociólogo, a agência do indivíduo se efetiva em um “espaço de relações” no qual as classes sociais se conformariam como uma luta simbólica de definição legítima do mundo social, de definição dos “estilos de vida” autorizados (BOURDIEU, 2009, p. 136). Nessa perspectiva, a existência humana é, portanto, do nível objetivo e subjetivo, material e simbólico, num jogo permanente de interdependências.

Pode-se dizer que esses problemas estiveram presentes, também, nas viradas historiográficas que ocorreram no mundo a partir da década de 1970 e 1980. O debate entre geral e particular permeou diversas discussões da história cultural e da história social, como a própria micro-história. Giovani Levi (2011, p. 157), por exemplo, ressaltou que a ênfase analítica da micro-história reside “na fragmentação nas contradições e na pluralidade dos pontos de vista que tornam todos os sistemas fluidos e abertos”.

O foco dado às minúcias, ao específico, produziu importantes debates na segunda metade do século XX, repercutindo ainda na atualidade. Filósofos, sociólogos e historiadores travaram verdadeiros combates pela epistemologia das ciências humanas. Como não convém

retomar toda essa discussão, vale ressaltar que o indivíduo – como trabalhador têxtil ou trabalhador do porto, intelectuais, comerciantes, entre outros – ocupou lugar relevante nas reflexões teórico-metodológicas na historiografia brasileira, seguindo os debates em torno desse problema na historiografia internacional. Nesse movimento, historiadoras e historiadores politizaram o cotidiano e, apesar de os problemas de análise não terem sido eliminados, abriram “um campo movediço de controvérsias, instaurando um debate fértil” (MATOS, 2002, p. 31).

Desde a década de 1980, a historiografia brasileira se interessou em analisar as trajetórias individuais em diferentes localidades e contextos, produzindo análises diversas disso que se chamou das “condições da experiência social” (REVEL, 1998, p. 25). Esses movimentos permitiram compreender a existência de situações heterogêneas, conflituosas e paradoxais dos trabalhadores, inserindo-os numa dinâmica social mais ampla e menos mistificada (BATALHA, 2006). Nessas perspectivas historiográficas, apesar de díspares, a agência humana teve lugar importante na reflexão sobre a construção e transformação de estruturas sociais. Para E. P. Thompson (2001, p. 263), a transformação histórica acontece “pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos, de serem questionados nas ações, escolhas e crenças humanas”.

Reconheço, assim, a importância, para a análise histórica, da articulação elástica estabelecida entre uma escala micro e outra macro, entre o indivíduo e o social, entre a experiência dos agentes e suas determinações e constrangimentos econômicos e culturais e considerar que as “pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas ideias e ações, são tão “sujeitos” (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral” (THOMPSON, 1981, p. 194).

Essas experiências têm sido renovadas pela abordagem da micro-história, como as que compõem este simpósio. O retorno à valorização do indivíduo na historiografia trouxe, também, um retorno da biografia histórica no rol das abordagens historiográficas legítimas. Deste debate, floresceram diversas soluções metodológicas e teóricas que são capazes de influenciar, informar ou orientar trabalhos oriundos de diferentes campos, como a história oral, a história social, entre outras. Mas, apesar de tantos debates, o problema da representatividade social ainda instiga algumas perguntas entre historiadores:

até que ponto um indivíduo representa o seu meio social? Se o tomamos como representativo, não estaremos realizando, paradoxalmente, a eliminação de sua individualidade? Como manter a tensão, ao longo de uma

biografia, entre a norma e a possibilidade, entre os constrangimentos sociais e a liberdade individual? (SCHMIDT, 2000, p. 9).

O próprio Schmidt (2004, p. 137) responde a essas questões indicando que não devemos responder a esse problema em termos dicotômicos de “escolha” de um dos polos – indivíduo ou sociedade – mas com uma incorporação metodológica dos espaços de conflito “das tensões” entre o indivíduo e o seu ambiente social, tal como mencionado por Levi (2001, p. 157). Particularmente, entendo que investigar a trajetória de determinados indivíduos pode funcionar como um território de experimentação historiográfica na construção de uma história social: problematizar a experiência vivida pelo indivíduo e questionar as possibilidades dessa mesma vida em sua experiência social localizada (ver, por exemplo, GINZBURG, 2006; CORBIN, 2008).

A meu ver, a compreensão do passado nunca será a compreensão completa daquilo que foi, mas a compreensão daquilo que somos capazes de produzir em nosso entendimento, conforme os elementos do passado se apresentam para nós, a partir de nosso presente. A discussão sobre biografia e história, portanto, não se restringe aos interessados em pesquisar e produzir biografias históricas ou em aprofundar nas possibilidades heurísticas de sua produção. Considero que esse debate é fundamental para a escrita da história como um todo.

Na visão de Sabina Loriga, o indivíduo corresponde ao particular e ao fragmentado. As tensões existentes entre o indivíduo e o social precisam ser observadas e tomadas como pela análise historiográfica, assim seria possível “romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais”, e eu acrescentaria, sociais (LORIGA, 1998, p. 249). Esse encaminhamento teórico-metodológico permite observar as formas pelas quais os indivíduos se valem para moldar e modificar “as relações de poder” em que estão envolvidos. Tal postura nos permite lidar com a experiência em diferentes níveis, respeitando, tanto as singularidades passíveis de serem captadas em uma trajetória, quanto os encaminhamentos coletivos que os acontecimentos permitem desenvolver. Fica suficientemente claro, nesse sentido, que a história social não pode assumir a pretensão de delinear padrões fixos e imutáveis dos sujeitos analisados. Uma alternativa a esse impasse é a concepção de cultura, presente na história social thompsoniana (THOMPSON, 1981, 2001) e na perspectiva de cultura de Barth (2000), que privilegia essa dinâmica fluida da cultura em suas análises.

Fluidez, aberturas, tensões, estratos do tempo e da temporalidade, que emergem nos registros (na documentação) de diferentes percepções de uma mesma realidade ou sistema

social. Seguindo esses parâmetros, busquei me aproximar da documentação policial militar e compreender as especificidades e os padrões estabelecidos na primeira república em Minas Gerais. As polícias são, de certo modo, um *locus* privilegiado de análise da história social da construção do estado. Como já disse em texto anterior:

Os aparatos policiais brasileiros, especialmente a vertente militarizada, adquiriram ao longo dos dois últimos séculos “uma ampliação do espaço de autonomia funcional” do policial, o que permitiu um distanciamento entre as práticas policiais e os interesses dos administradores políticos, por um lado, e uma aproximação dos policiais das “questiúnculas invisíveis do dia a dia rural”. A proximidade dos policiais com os problemas dos habitantes das localidades em que estavam destacados constitui-se como questão crucial para pensar e problematizar suas experiências de sociabilidades no interior mineiro, a fim de “descortinar as condições políticas, sociais, ideológicas que tornaram legítimas as maneiras de agir da polícia” (PEREIRA, 2017a, p. 140-141).

Essa proximidade dos policiais com a população também nos permite analisar problemas relacionados ao exercício da autoridade policial sob o ponto de vista do geral e do particular. Nas próximas linhas, traçarei algumas considerações sobre o assunto.

Ser delegado em Minas Gerais na primeira república

Edgard e Izidoro foram delegados durante boa parte de suas vidas. Cada um em sua área de atuação: o primeiro no interior da polícia judiciária-administrativa estadual e o segundo oriundo da instituição policial militar do estado. Eles tiveram uma vida e uma trajetória profissional muito distintas.

O primeiro era filho de Bernardino Augusto de Lima, um dos fundadores da Faculdade Livre de Direito, em Ouro Preto, além de ter sido jurista, senador, fundador do partido republicano liberal e militante católico (MONTEIRO, 1994, p. 343).² Desde cedo, Edgard Franzen de Lima trilhou um percurso na vida pública. Podemos observar sua atuação ainda quando era estudante na Faculdade de Direito em Belo Horizonte, passando pelo estado de São Paulo, onde se casou e exerceu a função de delegado de polícia. Na capital mineira, atuou como advogado antes de assumir o cargo de delegado da 1ª Circunscrição da capital, no início da década de 1920. Edgard atuou na capital mineira como delegado até falecer em 1934.

Os registros de sua vida pessoal, especialmente sobre seu casamento, são um tanto enigmáticos. Edgard casou-se com Regina Gonçalves Liberal, filha de Francisco da C. Liberal, em São Paulo, a 22 de julho de 1911.³ Nessa mesma data, o jornal *Correio Paulistano* também dá a notícia e informa que Edgard era delegado de Bariri, município perto de Bauru.

² *Correio Paulistano*, 22/06/1911, p. 3.

³ *O Paiz*, 22/07/1911, p. 3.

Mas há um registro de um proclama de casamento entre ele e Guiomar Moreira Barros Oliveira Lima, publicado na imprensa paulistana em 28 de novembro de 1910.⁴ Esta Guiomar seria a filha de Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima, juiz de direito criminal no distrito federal, com raízes em Minas Gerais, ou seria outra mulher?⁵ O fato é que, por algum motivo, esse proclama não se consumou em um casamento. Qual seria o motivo? Falecimento de Guiomar? Um conflito familiar? Problemas afetivos propriamente ditos? Notemos que em pouco mais de meio ano, Edgard já estava casado com outra mulher, filha de um membro da elite paulistana.

Ainda sobre a questão, observamos que a grafia do pai de sua esposa, Regina Liberal, foi traçada de modo distinto. Em uma pesquisa na Biblioteca Nacional, foi possível encontrar duas ocorrências do nome “Francisco da Costa Liberal” na seção “Crônica social”. Na seção de aniversários, o nome “Francisco G. Liberal” também aparece no mesmo período⁶. Em ambas as grafias, o pronome de tratamento é “sr.” e não “dr.”. Esses dados, mesmo se tomados com ressalvas e ceticismo, apontam para uma estratégia de associação entre famílias do mesmo círculo cultural (catolicismo) e social (questão de classe, profissional)⁷.

Já os dados pessoais sobre Izidoro são mais escassos. Seu registro de avaliações militar aponta que ele nasceu no estado de Sergipe em 1863 ou 1865, que era filho de José Victorino da Fonseca e que era casado⁸. Não consegui encontrar informações relacionadas aos seus antepassados, tampouco sobre sua vida familiar, além de que tinha uma esposa e filhos⁹. Já sobre sua vida na carreira policial militar, sabemos que atuou na guarda do Palácio do governo de Minas no final do século XIX, no posto de Alferes. Desde a virada daquele século, é possível perceber sua presença no interior do estado, em especial na região do 2º/4º Batalhão, em cidades distintas como Passos e São Sebastião do Paraíso, onde foi delegado em diversas ocasiões desde o final da década de 1890, além de ser possível ver sua presença em Uberaba. Além disso, Izidoro atuou na primeira metade da década de 1910 na região do 3º batalhão em Diamantina, e também na capital mineira, exercendo a função de delegado militar (também chamado delegado especial) ou de comandante de destacamentos. Chegou ao

⁴ *Correio da Manhã*, 28/11/1910, p. 10.

⁵ Relatório Ministério da Justiça, 1910, p. 63. BN. Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima também teria sido “juiz municipal e de órfãos em São Paulo do Muriaé” na década de 1880. *O Pharol*, 14/03/1882, p. 2.

⁶ *Correio Paulistano*, 23/08/1904, p. 2; *Correio Paulistano*, 26 de junho de 1915, p. 3.

⁷ Sobre a questão da “cultura católica” da família da esposa de Edgard, podemos observar a presença de Francisco Liberal entre as elites paulistanas que prestaram homenagens à Rubião Júnior. “Dr. Rubião Júnior – as exéquias na igreja de São Bento”, *Correio Paulistano*, 26/10/1915, p. 4.

⁸ Arquivo Público Mineiro – APM, SI 2439.

⁹ Arquivo Público Mineiro – APM, SI 2296, DOC. 2.

posto de major no final da década de 1920 ou no ano de 1930, mas não tenho notícias de sua morte.¹⁰

Podemos ter acesso a dados que remetem às relações sociais de Izidoro a partir de uma série de eventos que se relacionam com sua vida militar. O nome de Izidoro está presente em uma variedade de documentos que registram faltas administrativas, crimes, violências, desvio de dinheiro, entre outros eventos. Izidoro mobiliza, em sua defesa, declarações de comandantes, oficiais e praças, para sustentar suas defesas e explicações. É considerável o fato de ter sido designado, desde cedo, já ocupando o posto de Alferes (extinta primeira patente inferior), para presidir ou acompanhar seções administrativas de punições de praças (soldados e cabos), e de figurar como guarda no Palácio do Presidente do Estado ainda na década de 1890, com cerca de 30 anos de idade. Angariar a estima de seus superiores parece ter sido uma de suas habilidades na vida militar.

Em 1909, enquanto Edgard cursava a Faculdade de Direito, em Belo Horizonte, e representava a comissão executiva do Congresso Brasileiro de Estudantes que estava em fase de organização, Izidoro Corrêa Lima já era delegado militar especial na região do 2º Batalhão - à época ainda sediado em Uberaba - onde se envolveu em conflito armado com as elites locais de Passos.¹¹ Esses dois tipos de acontecimentos são apenas um exemplo de uma série de eventos díspares registrados no cotidiano dos jornais que circularam em Minas Gerais, em São Paulo e na documentação policial que separa esses dois indivíduos. De fato, a distinção de origem social fica cada vez mais clara quando se observa esses pequenos indícios como um todo.

Diversas foram as situações de conflitos, investigações, crimes e abusos cometidos por Corrêa Lima. Mas o militar logrou ser absolvido de vários desses processos. Inclusive da acusação de assassinato, referente aos conflitos políticos de Passos em 1909. Após essa absolvição, o “alferes” continuou subindo na carreira militar, alcançando a patente de capitão no início da década de 1920 e de major em algum momento entre o final da década de 1920 e o ano de 1930. Sua fé de ofício não foi encontrada, mas, como veremos, encontrei algumas avaliações dispersas entre 1917 e 1919, constando diversas acusações graves, mas, também,

¹⁰Esses dados foram compilados a partir de vários documentos diferentes. Ver por exemplo, “Secretaria de Finanças”, *Minas Gerais*, 20/06/1898, p. 8, Izidoro atua como delegado em São Sebastião do Paraíso; “Serviço policial para hoje”, *Diário de Minas*, 10/05/1899, p. 2, consta a presença de Izidoro como guarda do Palácio do Presidente do Estado. No documento APM, SI 2219, observamos a circulação de Izidoro por diversas localidades da região Oeste do estado. Ver, também, Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), 1930, p. 188, onde consta sua patente de major e atuação em Uberaba.

¹¹Sobre Edgard, ver “Congresso Brasileiro de Estudantes”, *Correio Paulistano*, 18/04/1909, p. 4; e sobre Izidoro ver “Graves conflitos em Passos, mortes e ferimentos, providências da polícia”, *Correio Paulistano*, 02/10/1909, p. 5.

elogios do Comando Geral e do comando do batalhão. Observa-se uma ascensão social relativamente lenta, tendo sido alferes por cerca de uma década. De mero alferes, que solucionava a violência dos sertões do triângulo mineiro, passou a ser um capitão com relevância no policiamento de regiões do 3º Batalhão, com sede em Diamantina, e depois em Uberaba, no 4ª batalhão.¹²

Franzen de Lima, por outro lado, apesar de ser oriundo de uma família com proeminência pública, enfrentou dificuldades de inserção no campo jurídico. Na década de 1910, atuou como delegado de polícia no estado de São Paulo em algumas cidades do interior. Em 1918 tentou um concurso para ser professor substituto da disciplina de “Teoria e prática do processo civil e comercial” na Faculdade de Direito da Universidade de Minas, mas sua tese “O recurso extraordinário na doutrina, na jurisprudência e na prática” foi reprovada (LIMA, 1918). Em 1920, finalmente, conseguiu uma posição respeitada, como delegado da circunscrição de Belo Horizonte. Sabemos que a carreira na polícia, como delegado ou chefe de polícia, ao longo da Primeira República, foi uma estratégia de indivíduos das elites para recolocações em outros postos da carreira judiciária (WIRTH, 1982, p. 219-220; BRETAS, 1997, p. 47-49). Mas diferente de dois dos seus vários irmãos, o João e o Mário Franzen de Lima, Edgard não conseguiu ingressar como professor de Direito, nem ocupar outro cargo do Judiciário ou cargo eletivo na política, concentrando sua atuação na linha de frente da justiça penal, no cargo de delegado.

Sua trajetória pública como delegado é marcada por diversos episódios de estabelecimento de uma “legislação” própria para condução de suas políticas de policiamento. Desde que era delegado da circunscrição e da Comarca, buscou implementar medidas contra as diversões noturnas e a prostituição. Já em dezembro de 1927, com a reforma administrativa de Antônio Carlos que criou a Delegacia de Costumes e Jogos, Edgard editou uma portaria prescrevendo uma série de comportamentos e ações passíveis de punições às prostitutas da capital (PEREIRA, 2019a, p. 57-63). Sua cruzada pela moralidade pode ter sido instigada pelos percalços de sua própria carreira e ter se desenvolvido como uma maneira de dar uma resposta ao seu pai, um advogado e intelectual católico com importante atuação na vida pública em parceria com um de seus irmãos, Mário Franzen de Lima. Não saberemos ao certo. O fato é que Edgard Franzen de Lima, assim como Izidoro, também teve ações condenáveis como delegado, sendo responsável por abusos de autoridade e violências cometidas contra mulheres e homens que frequentavam cabarés, bares e restaurantes da

¹²Arquivo Público Mineiro – APM, SI 2439.

capital (PEREIRA, 2019a, p. 64-78). O paradoxo aqui é duplo: Edgard cometia ações condenáveis do ponto de vista dos valores liberais do período, em nome de valores tradicionais da moral católica; enquanto Izidoro cometia seus atos condenáveis do ponto de vista do estado republicano, em nome de uma suposta defesa moral desse mesmo estado, como oficial da força pública.

As redes de sociabilidades de ambos são completamente distintas, mas aparentemente ambas funcionaram como amparo e termômetro para suas ações. Voltemos nossa atenção para o conflito de 1909. Izidoro havia sido designado para exercer a autoridade de Delegado Especial Militar em Passos, a fim de resolver os problemas políticos locais. A primeira década do século XX foi marcada por muita violência na região de São Sebastião do Paraíso e Passos – no Oeste mineiro. Os conflitos políticos locais eram antigos e resvalaram, inclusive, em um sargento da força pública, que foi espancado e teve o corpo esfolado em praça pública em 1895 (PEREIRA, 2018, p. 326).¹³ Izidoro foi designado, como seus colegas anteriores, para resolver a situação, mas ele levou às últimas consequências as ordens do Comandante da instituição: sendo responsável pela morte de pelo menos um indivíduo de forma direta e de mais 3 de modo indireto, em um conflito que teve como palco a sala da delegacia no Fórum de Passos e o grupo político dos Medeiros. A participação de Izidoro no ocorrido foi comprovada, inclusive seu papel nas mortes ocorridas. No entanto, o seu julgamento, em 1910, também estabeleceu sua inocência, diante das provas e evidências de sua atuação em defesa pessoal e da coisa pública.

Izidoro, quando atuava na região, antes mesmo de ser removido para Passos, havia retirado os salários de soldados na Coletoria do Estado, mas não efetuou o pagamento das praças sob seu comando. Ele usou o dinheiro para comprar um seguro de vida em nome de sua esposa e filhos, em caso de morte e relata isso em uma suposta carta escrita a um amigo seu, o capitão Antônio Affonso Praes. Ao final da carta, Izidoro assina e registra três pontos em forma de triângulo.¹⁴ Em pesquisa anterior, constatei que “Izidoro foi membro da primeira diretoria da Loja Maçônica Fraternidade Universal nº 19 em São Sebastião do Paraíso, inaugurada em 21 de janeiro de 1899, ocupando o cargo de 2º Vigilante” (PEREIRA, 2018, p. 271). Essa sua inserção na maçonaria pode ter sido responsável por diversas “saídas” que Izidoro encontrou ao longo de sua carreira militar, que foi recheada de eventos que poderiam ser considerados criminosos ou mesmo contrários aos critérios administrativos.

¹³ O caso do assassinato do sargento Benedicto Gomes de Macedo pode ser encontrado em Arquivo Público Mineiro – APM, POL 8, CX. 44, PC. 03.

¹⁴ Arquivo Público Mineiro – APM, SI 2296, DOC. 2.

A 30 de junho de 1916, Américo Ferreira Lima, um comandante antigo e muito irritado com as condições da Força Pública no período (PEREIRA, 2017b), avaliava Izidoro deste modo: “Mau. Proceder desregrado, repetidas faltas graves praticadas fazem supô-lo incapaz de regenerar-se, redimindo por conduta irrepreensível o seu longo passado de erros, embora com bons serviços à causa pública”.¹⁵ Já em 1918, Izidoro foi elogiado pelo mesmo comandante, que emitiu o seguinte juízo: “Bom. Corrigiu-se de antigos erros e tem portado com toda correção no desempenho do que se lhe incumbem”. E em fevereiro de 1919, o mesmo Américo Lima escreveu em sua avaliação: “Bom. Completamente corrigido de seus erros, é hoje um oficial zeloso e dedicado cumpridor de seus deveres”. Como disse antes, os comportamentos “desviantes” de Izidoro não o impediram de alcançar o posto de tenente e, depois de capitão, sendo elogiado pelos bons préstimos ao comando geral e ao governo do estado, na figura do Comando Geral que era o Chefe de Polícia à época.¹⁶

Em minha tese, argumentei que a grande recorrência de castigos, prisões, perdas de soldo, entre outras punições presentes nas fés de ofícios de praças (soldados e cabos) e oficiais (baixas e altas patentes) da força pública, indica que esse “desvio”, de fato, é a norma nas instituições policiais militares (PEREIRA, 2018, p. 216). Ter uma conduta desviante do regulamento era a regra e não a exceção e, nesse sentido, não parecem ter sido consideradas tão relevantes para as análises sobre permanência ou sobre promoções dos militares. Pelo menos para aqueles que conseguiram, de algum modo, estabelecer laços com seus comandantes e com seus comandados.

Izidoro, como indivíduo, se beneficiou desse sistema institucional em diversos momentos, exercendo um papel ambíguo. Do ponto de vista de alguns comandantes, ele era um bom militar, cumprindo seu papel político em suas missões e destacamentos como delegado militar. Mas do ponto de vista de outros oficiais ou mesmo de seus comandados, ele teve a fama de corrupto e “vigarista”, uma vez que subtraiu os salários das praças em momentos distintos. De fato, o importante é que Izidoro usou suas redes de sociabilidades para se manter em pé na instituição, mesmo tendo mantido a prática de retirar dinheiro da coletoria do estado de forma indevida, por exemplo.¹⁷ Se considerarmos a radical mudança de opinião de Américo Ferreira Lima, percebemos que a agência de Izidoro Lima foi bastante eficaz nesse sentido.

¹⁵Arquivo Público Mineiro – APM, SI 2346.

¹⁶Arquivo Público Mineiro – APM, SI 2346.

¹⁷Em 1928, por exemplo, Izidoro Corrêa Lima devia ao estado a quantia de 232\$636. É bem possível que essa dívida seja fruto de outros eventos e não da dívida resultante desse processo de 1909. Ver MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. presidente do estado pelo Sr. Dr. Gudesteu de Sá Pires*, Secretário das Finanças referente ao exercício de 1928. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Vol. I, 1928, p. 234.

Retomando o ano de 1909, mas desta vez em Belo Horizonte, é possível observar as articulações realizadas por Edgard Franzen de Lima e outros jovens das elites belo-horizontinas e paulistas para a organização do Congresso Brasileiro de Estudantes, sendo eleito representante do Congresso entre os mineiros. Em 1911, Edgard casa-se no interior do Estado de São Paulo, como já vimos. E, em algum momento a partir desse ponto, passa a atuar como delegado de polícia no interior paulista. Essa fase de sua vida precisa de maiores investigações, mas é possível observar jornais paulistas saudando-o em suas colunas sociais e em notas sobre as autoridades estaduais e locais, em viagem, trânsito ou em diligências diversas.¹⁸

Edgard certamente mobilizou suas redes para retornar à Belo Horizonte ainda no início da década de 1910. Após atuar como delegado em algumas cidades do interior de São Paulo, como Queluz, passa a exercer a advocacia em Belo Horizonte.¹⁹ Em 1913, na ocasião do falecimento do desembargador Saraiva, Edgard se reuniu “no palácio da justiça”, junto com outros “advogados do foro” da capital mineira, “para deliberarem sobre as homenagens ao saudoso presidente” do Tribunal da Relação²⁰. Seu pai e seu irmão Mário também estiveram presentes nesta reunião. Suas articulações com a elite local certamente contribuíram para que alcançasse, no final da década, a posição de delegado na capital. Edgard chegou, ainda, a figurar na lista de jurados do distrito, sendo sorteado em março de 1914. E, em uma ocasião, foi impedido de atuar como jurado por ser curador dos réus, os “soldados da 9ª companhia” de caçadores do exército que estiveram envolvidos no assassinato de guardas municipais da capital²¹. Além disso, Edgard apareceu como advogado de defesa de direitos civis do “cirurgião-dentista” Evaristo de Lima (seu primo?), que atuava em Belo Horizonte em 1916²². Naquele mesmo ano, o jornal carioca, “A lanterna: jornal da noite”, publicou uma nota sobre a “Vida Mineira”, informando que um grupo de juristas havia se organizado para lançar uma “revista de direito” denominada “O fórum”, contando com a presença do desembargador

¹⁸ Ver nota sobre seu aniversário em “Crônica social”, *Correio Paulistano*, 22/07/1916, p. 3, sobre suas “férias” na capital paulista, idem, *Correio Paulistano*, 28/06/1912, p. 4, entre outros registros.

¹⁹ Ver “Mais um sinistro da Central do Brasil”, *Gazeta de Notícias*, 26/07/1912, p. 4; “O Paiz em Minas”, *O Paiz*, 22/01/1913, p. 8.

²⁰ “O Paiz em Minas”, *O Paiz*, 03/08/1913, p. 4.

²¹ “O Paiz em Minas - Tribunal do Júri”, *O Paiz*, 21/03/1914, p. 8; Sobre o caso do assassinato dos guardas-civis, ver, por exemplo, “Telegramas - Os inqueritos...” *O Pharol*, 01/06/1912, p. 1.

²² “Na defesa dos seus direitos”, *O Paiz*, 19/07/1916, p. 4. A defesa visava o direito de posse do dentista ao cargo de professor, já que ele havia sido aprovado em um concurso na Faculdade. Não devemos estabelecer uma conexão direta entre esse acontecimento e a reprovação de Edgard na Faculdade de Direito, uma vez que não se tratava da mesma instituição, ou seja, as faculdades eram independentes, já que a Universidade de Minas foi criada em 1927.

Carvalho Drummond e de Ismael Franzen (irmão de Edgard?), e com a direção comercial do “dr.” Edgard Franzen, entre outros²³.

Essa diversidade de exemplos dispersos, de fato, me permitiu indagar sobre a circulação social e os caminhos percorridos por Edgard, antes de sua tentativa frustrada de se tornar professor da Faculdade de Direito em 1918. Após esse episódio, Edgard consegue, de algum modo se tornar delegado da comarca da capital no início da década de 1920.²⁴ Desde então, o policiamento moral acompanhou esse Lima até o fim de sua vida, passando pela consolidação do seu projeto de policiamento moral na organização da Delegacia de Costumes.

Considerações para uma história a ser produzida

Essas páginas realizaram algumas conjecturas e um exercício de imaginação, visando produzir algumas explicações para as ações públicas de dois delegados nas primeiras décadas republicanas. Acompanhar a trajetória pública dos dois Limas permitiu observar determinadas especificidades e padrões. Percebemos que cada um dos delegados mobilizou, a seu modo, suas redes interpessoais para manter suas posições ou alçar voos maiores em suas carreiras policiais. Mas salta aos olhos as diferenças desses dois processos de experiências da autoridade policial na primeira república. A estabilidade de um choca-se com a instabilidade do outro. Enquanto Edgard estava na carreira administrativa do estado, buscando alçar voos mais longos na vida pública e na carreira jurídica, Izidoro estava inserido em uma carreira militar e dependia da fortuna da vida, que muitas vezes apontou para diferentes regiões do estado, obrigando-o a reorganizar suas redes de sociabilidade ao longo da vida. Nada disso define nenhum dos dois indivíduos, claro, mas apresentam indícios de experiências conflitantes em relação às possibilidades do ser delegado naquele período.

O exercício da autoridade policial em Minas Gerais não foi um processo homogêneo. Edgard, uma autoridade da polícia civil, de caráter investigativo e judiciário, concentrou seus esforços, em grande medida, em ações públicas de caráter civilizatório. Ou seja, em campanhas públicas de moralização dos costumes, na formulação de discursos e de práticas prescritivas, intervindo nos costumes de homens e mulheres pobres da capital mineira. Em grande medida, as delegacias especializadas, criadas na reforma administrativa estadual de 1927, são fruto tanto do crescimento de novos problemas sociais reais, quanto do processo de transformação da estrutura do estado policial que forja uma áurea de modernidade policial no processo de controle social. Edgard Franzen de Lima, em meio a essa mudança que ocorria,

²³ *A lanterna*, 09/12/1916, p. 4

²⁴ “O novo governo de Minas”, *O Pharol*, 15/09/1922, p. 1.

teve uma agência importante na apreensão do problema da sexualidade e da prostituição como um assunto de polícia (PEREIRA, 2019b).

Já Izidoro Correa Lima, militar de carreira, teve uma atuação exemplar em defesa do poder político do estado republicano. Apesar de todas as suas ações ilegais e contrárias aos regulamentos da força pública estadual, o ex-alferes alcançou, no fim da carreira, o posto de major, atuando no comando do 4º batalhão em Uberlândia em 1930. É possível que sua atuação em 1909 na cidade de Passos tenha sido mobilizada como moeda política para sua permanência e defesa de sua presença na corporação, já que havia solucionado um conflito político que minava o poder central do governo do estado. Isso, a despeito da continuidade de práticas que oneravam os cofres do estado mineiro por parte daquele militar. A ação política fundada pela violência, legitimava o poder central do governo do estado, o poder legal da força pública, e fundava uma “paz” consensual da ordem republicana. Uma paz ilusória, mas que teve efeitos políticos práticos na consolidação das práticas políticas republicanas da nova elite mineira. Sua atuação como delegado em diversas localidades mineiras, certamente, contribuiu para esse processo de construção da legitimidade do poder estadual pelo uso da força (PEREIRA, 2018).

A violência, no entanto, é traço marcante desse exercício. Seja pela via do leviatã que corta cabeças, seja pela violação dos direitos civis de matriz liberal, os dois Limas mobilizaram os recursos do estado que estiveram ao seu alcance para fazer valer uma leitura de mundo, agindo em nome do estado com a força legitimada pela forma da lei. Izidoro, por exemplo, teve uma atuação que potencializou a “força” das suas “redes fracas” (SAVAGE, 2010, p. 27) que ele estabeleceu em suas andanças. Edgard, por outro lado, parece ter se beneficiado dessas mesmas redes fracas a partir de suas ações públicas no estado de São Paulo e sua atuação como advogado na capital mineira, mas certamente, suas redes “fortes” parecem ter influenciado sua ascensão à posição de delegado da capital.

De todo modo, estamos diante de uma via de mão dupla. Na construção do estado republicano em termos globais, na consolidação do poder de polícia e do monopólio da força pública por parte das instituições policiais, as características individuais dos agentes públicos em uma sociedade em transformação, como o Brasil e Minas Gerais da Primeira República, tiveram um papel importante. Esse exercício de investigação contribuiu para destacar “o papel ativo do indivíduo” (LEVI, 2011, p. 163) na construção do estado. Entendo, portanto, que uma mirada micro-analítica nos permitirá realizar uma renovação na escrita da história política do estado, compreendendo os modos pelos quais a autoridade policial se constituiu, não mais de cima para baixo, mas no seio das relações travadas entre os próprios policiais e a

população policiada, as elites econômicas e políticas locais, os governadores e os representantes políticos eleitos. Carecemos de novas pesquisas sobre o tema, e a micro-história pode contribuir para experimentar novas abordagens e novas leituras sobre a formação do estado republicano nas primeiras décadas do século XX.

Fontes

Manuscritas

Arquivo Público Mineiro – APM, SI 2296, DOC. 2.

Arquivo Público Mineiro – APM, SI 2439.

Arquivo Público Mineiro - APM, SI 2219

Arquivo Público Mineiro – APM, SI 2346.

Arquivo Público Mineiro – APM, POL 8, CX. 44, PC. 03.

Impressas

BRASIL, Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

LAEMMERT, *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*. Rio de Janeiro: Typografia Laemmert, 1930.

LIMA, Edgard Franzen. *Do direito Judiciário e do poder judiciário - O recurso extraordinário na doutrina, na jurisprudência e na prática*. Tese de concurso apresentada à Faculdade Livre do Direito de Belo Horizonte, para o provimento da Cadeira de lente substituto da 7ª seção do Curso: Teoria e Prática do Processo Civil e Comercial. Belo Horizonte, Tipografia Athene, 1918.

MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. presidente do estado pelo Sr. Dr. Gudesteu de Sá Pires*, Secretário das Finanças referente ao exercício de 1928. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Vol. I, 1928.

Periódicos

A lanterna, 09/12/1916.

Correio da Manhã, 28/11/1910.

Correio Paulistano, 02/10/1909.

Correio Paulistano, 18/04/1909.

Correio Paulistano, 22/06/1911.

Correio Paulistano, 23/08/1904.

Correio Paulistano, 28/06/1912.

Correio Paulistano, 26/06/1915.

Correio Paulistano, 26/10/1915.
Correio Paulistano, 22/07/1916.
Diário de Minas, 10/05/1899.
Gazeta de Notícias, 26/07/1912.
Minas Gerais, 20/06/1898.
O Paiz, 03/08/1913.
O Paiz, 19/07/1916.
O Paiz, 21/03/1914.
O Paiz, 22/01/1913.
O Paiz, 22/07/1911.
O Pharol, 01/06/1912.
O Pharol, 14/03/1882.
O Pharol, 15/09/1922.

Referências:

- BATALHA, Claudio H. M. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jul. / dez., 2006.
- BARTH, Fredrik. “A análise da cultura nas sociedades complexas”. In BARTH, Fredrik; LASK, Tomke (org.). *O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000, p. 107-139.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BRETAS, Marcos. *A Ordem Na Cidade: o exercício cotidiano de autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930)*. Rio de Janeiro: Rocco. 1997.
- CORBIN, Alain. *Le monde retrouvé de Louis-François Pinagot: sur les traces d'un inconnu (1798-1876)*. Paris: Flammarion, 2008.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol. 1, 1994.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 363p.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.

MONTEIRO, Norma Goes (coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais* –período republicano 1889/1991. Universidade Federal de Minas Gerais FAFICH – Centro de Estudos Mineiros. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, gerência-geral de consultoria e pesquisa. Belo Horizonte, vol. I, 1994.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. El policia minero en la historia. In CAIMARI, Lila; SOZZO, Máximo. *Historia de la Cuestión Criminal en América Latina*. Rosario: Prohistoria, 2017a (Col. Actas, 29).

_____. A força pública e o policiamento do estado republicano em Minas Gerais. *AEDOS* (ONLINE), v. 9, p. 34-54, 2017b.

_____. *A invenção do policial militar mineiro: uma análise da força pública em Minas Gerais (1890-1930)*. 2018. 382fl. Tese (Doutorado História Social). Instituto de História/PPGHIS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

_____. “*No intuito de produzir influência educativa*”: educação moral, polícia de costumes e prostituição feminina em Belo Horizonte (décadas de 1920 e 1930). Belo Horizonte: Letramento, 2019a.

_____. Prostituição e polícia: mulheres e homens na mira do policiamento moral em Belo Horizonte, MG, Brasil (c. 1920/1930). *História*, Assis/Franca, v. 38, e2019049, 2019b. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742019000100306&lng=en&nrm=iso>. access on 24 May 2021. Epub Dec 02, 2019b. <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019049>.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. IN: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1998.

SAVAGE, Mike. Espaço, rede e formação de classe. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, UFSC, vol. 2, n. 3, 2010.

SCHMIDT, Benito. A parte dos homens: biografia, autobiografia e história do movimento operário. *XXIV Comunicação apresentada no Encontro anual da ANPOCS*, Petrópolis, 2000.

_____. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História Unisinos*. São Leopoldo, vol. 8, nº. 10, jul./dez. 2004, pp. 131-142.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Folclore, Antropologia e História Social. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: UNICAMP, 2001.

WIRTH, John D. *O fiel da Balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Um duelo no Jardim Botânico: os meandros da defesa da honra no Rio de Janeiro ao fim do Segundo Reinado em uma notícia da *Gazeta de Notícias* (1888)

Vitor Wieth Porto*

Ser um indivíduo honrado ao fim do século XIX era uma importante forma de reconhecimento e de autoafirmação perante os demais. Por possuir um valor significativo para os homens, especialmente quando pensamos na íntima relação da honra com a reputação do sujeito dentro da sociedade, uma ofensa que atentasse à essa qualidade não poderia ser ignorada. Embora recorrer às vias legais fossem um dos principais caminhos para tratar de um caso em a honra fosse maculada (VELLASCO & SUTIL, 2017; CARNEIRO, 2019), existiam outras alternativas, na qual o duelo se destaca. Embora a atenção para essa prática seja um assunto mais retratado na Europa (GUILLET, 2013; RANGEL, 2011), existem estudos recentes que demonstram a presença dessa prática no Brasil sendo retratada principalmente pela imprensa (THOMPSON FLORES & REMEDI, 2019; PORTO, 2019). Nesse sentido, o propósito desse trabalho é retratar um desses duelos noticiados no ano de 1888 em um relevante periódico do Rio de Janeiro ao fim do Segundo Reinado, a *Gazeta de Notícias*, utilizando-se desse caso particular para pensar como, por que e quem protagonizava tais contendas em solo brasileiro e, mais especificamente, fluminense¹. Para tanto, devemos antes abordar o que entendemos como honra, discutindo a respeito de sua própria relevância enquanto um valor ordenador da sociedade no específico contexto.

O antropólogo Julian Pitt-Rivers conceitua a honra em seu caráter individual e coletivo. Entretanto, o foco desse trabalho está exclusivamente em uma perspectiva individual, de modo que nesse sentido a honra

[...] é o valor que uma pessoa tem aos seus próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade. É a apreciação de quanto vale, da sua pretensão a orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade de sua excelência, do seu direito a orgulho. Os estudiosos dos pormenores das relações sociais fazem notar que um dos tópicos de mais interesse com que lidam consiste nas maneiras como as pessoas tentam obter

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), sendo bacharel em História pela mesma instituição. Pesquisador bolsista pela CAPES.

¹ A ocorrência que será aqui apresentada faz parte de uma pesquisa mais abrangente que está sendo desenvolvida no mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisando em dois impressos da Corte, a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio*, foram encontrados 37 episódios relacionados à prática do duelo durante os anos de 1870 a 1889. Nosso propósito está em compreender a dinâmica desses duelos, seus protagonistas e suas motivações.

doutros a ratificação da imagem que acalentam de si próprias e os dois aspectos da honra [honra e vergonha] podem conciliar-se nesses termos. A honra fornece, portanto, um nexa entre os ideais da sociedade e a reprodução destes no indivíduo através da sua aspiração de os personificar. Como tal, implica não somente uma preferência habitual por uma dada forma de conduta mas também, em troca, o direito a certa forma de tratamento (PITT-RIVERS, 1988, p. 13-14).

É perceptível durante toda a argumentação do autor que mesmo sendo um valor de autoestima, o que realmente o potencializa se dá por meio da estima dos outros. Esse cuidado e ânsia de ser reconhecido por outrem é o que pauta as formas de conduta, o medo de ser ofendido publicamente, o olhar clínico e constante para toda ação (ou a falta dela). O autocontrole, tão referenciado por Norbert Elias (1994), é crucial para a manutenção da honra. Entretanto, a demonstração de superioridade por atos físicos ou palavras desferidas também é um elemento abarcado pelo conceito. A ofensa pode ser usada conscientemente como um artifício de autopromoção. Esse tipo de situação passa a ser mais frequente em relações entre estratos sociais semelhantes (PITT-RIVERS, 1988, p. 14-15). Alguns exemplos que cabem perfeitamente no contexto podem ser a criação de um código de ética dos veteranos do exército francês do período napoleônico pode ser encarada como uma maneira para obter honras restritas a um grupo, o dos militares (GUILLET, 2013, p. 117) ou a construção de uma honra profissional, como a dos advogados, que também pode ser perfeitamente vista como outro modo de adquirir honrarias apenas para os que exerciam aquela profissão (LEFÈBVRE, 1992).

A gradativa ascensão de certos grupos como os militares e os advogados criou um ambiente progressivamente competitivo no campo da honra. A questão da precedência presente na argumentação do autor também se refere às honrarias “tradicionais” como títulos nobiliárquicos, a qual podemos atribuir à sociedade de corte, porém nosso foco está na progressiva burocratização do Estado nos oitocentos perpetuava a elitização de diversos cargos importantes para grupos específicos, principalmente o dos bacharéis em Direito. Esses postos podem ser vistos na sociedade do século XIX como formas de honraria e de competição entre grupos distintos dentro das próprias elites. Dessa forma, as ofensas se tornam elementos importantes para a manutenção de indivíduos em esferas sociais de grande prestígio e, por consequência, de competitividade. A própria imprensa tende a ser vista como um palco privilegiado da disputa, logo que era comum o uso desse veículo para atacar um opositor e podendo facilmente ferir sua honra (GUILLET, 2013, p. 115-134).

Isso não significava que houvesse uma união interna entre as classes profissionais. Muito pelo contrário. A superioridade implícita na honra impede que um fenômeno do tipo

ocorresse, de maneira que as rivalidades entre membros da mesma profissão fossem constantes. Uma particularidade que devemos considerar está na noção de igualdade entre os indivíduos. Competir só ocorria entre homens de mesma classe social. O ultraje de um sujeito de classe inferior não necessitava da defesa da honra pelo ultrajado, pois ele já era socialmente superior. O reconhecimento de uma igualdade é o primeiro ponto para que uma ofensa possa ser considerada (PITT-RIVERS, 1988, p. 22).

O que caracteriza uma ofensa em sua essência é a intenção. A ousadia de um indivíduo para insultar outro quebrando assim a convenção respeitosa aos semelhantes indica a tentativa de alguém se colocar como superior. Para que o propósito do afrontoso seja cumprido, a presença de outras pessoas é fundamental. Pitt-Rivers (1988, p. 15) diz que “[...] há acordo geral sobre o facto de que a extensão do prejuízo causado a uma reputação estar ligado à opinião pública que dele tem conhecimento”. Quando a ofensa se torna um fato público, as ações do ofendido se tornam limitadas. Espera-se que o afrontado tire satisfações. Esse é o ponto de maior tensão, já que o ofensor precisa afirmar sua posição definitivamente. Em casos que a intenção não está presente, um pedido de desculpas sincero é o suficiente para retirar o peso do desaforo e restabelecer o equilíbrio, encerrando o caso. Entretanto, uma retratação que não soa sincera intensifica a ofensa (Idem). Tanto um pedido de desculpas falso quanto uma reafirmação do insulto diminuem as possibilidades do insultado para duas: não fazer nada, transformando a vergonha em desonra perante a opinião pública e desgraçando assim a si mesmo e os seus próximos; desafiar o ofensor, visando mostrar sua superioridade por meio da coragem e força através da violência do duelo.

A vergonha, que seria o contraponto da honra e o elemento-chave para a sua manutenção, nessa lógica tratar-se-ia do sentimento que perpetuaria a necessidade de uma ofensa não poder ser simplesmente ignorada. Para o antropólogo, a vergonha é a

[...] preocupação com a reputação, quer como sentimento quer como reconhecimento público desse sentimento. É aquilo que faz a pessoa sensível à pressão exercida pela opinião pública. [...] Como base de reputação a honra e a vergonha são sinônimas porque a falta de vergonha é desonrosa; supõe-se que uma pessoa com boa reputação tem as duas e uma pessoa com má reputação não tem nenhuma (PITT-RIVERS, 1988, p. 30).

Obviamente, ir às vias legais seria uma alternativa para se evitar a violência. Mesmo que a vitória judicial significasse a confirmação da posse de honra pelo Estado, certas noções antigas permaneciam vivas, especialmente ao pensar o ideal de homem honrado. Além de “vender a honra” por reparações financeiras, recorrer ao judiciário era um atestado de

incapacidade própria de proteger sua honra, o que também poderia trazer um aprofundamento na vergonha:

Recorrer à lei para obter uma reparação é confessar publicamente ter sido vítima de uma malevolência e esta demonstração de vulnerabilidade põe a honra em risco, risco de que a “satisfação” de indenizações legais a não salva facilmente. Além disso, dá ao ofensor mais oportunidades de humilhar o ofendido durante o período, sempre longo, em que o processo decorre, o que não ajuda a restabelecer a honra deste mas apenas torna ainda mais pública a sua desgraça (PITT-RIVERS, 1988, p. 21).

Por isso a presença do duelo por todo o século XIX e sua persistência nas primeiras décadas do século XX era tão crucial. Diante de uma sociedade que julga e exige uma ação diante da distensão de um valor que mantém o respeito entre todos, o duelo era o meio mais rápido, fácil e seguro de que a questão seria resolvida e a normalidade restaurada. Precisamente por essa razão que a legislação proibindo os duelos fracassou por tanto tempo na Europa (GUILLET, 2013) e torna a análise desse costume relevante. O duelo não envolvia um simples capricho, um ato egóico entre dois homens, mas uma prática que visava reparar da forma mais objetiva um valor ordenador. Não visamos racionalizar excessivamente o duelo, pois as emoções e sentimentos (como a já referenciada vergonha) estavam presentes em um evento desse gênero e eram elementos vitais no mesmo, contudo é fundamental termos a percepção da finalidade da prática e a intencionalidade deste ato ser controlado para os que o praticavam.

Existe outra noção importante para contribuir a esse quadro que coloca a honra como um valor que precisa ser defendido por meio das armas. A ideia de virilidade (CORBIN, 2013), tratada a partir do final do século XVIII pelo Conde de Buffon sob a ótica naturalista, traz uma valorização biológica do homem enquanto macho da espécie, de modo que a diferença anatômica e fisiológica do mesmo governava não apenas a vida sexual, mas todos os componentes do ser. Logo, sua função seria proteger tanto quanto dominar a espécie:

O homem – a imagem de seus órgãos genitais – é voltado para o exterior. Sua energia e vigor o predispõem ao esforço. Sujeito à imposição do agir, dotado de ambição, possuidor do senso de iniciativa, cabe-lhe controlar suas emoções, dominar seus medos, demonstrar coragem e firmeza seja no trabalho, seja no campo de batalha. Ele precisa encarar seus desafios; se necessário, não recusar um duelo. Tudo isso implica o autodomínio. Longe dos caprichos e da decisão efêmera, o homem é destinado à realização de projetos duradouros (CORBIN, 2013, p. 20).

Podemos perceber que o discurso naturalista de Buffon, baseando-se em uma alegada cientificidade em época, visava colocar a virilidade como um adjetivo indispensável para o “homem de verdade”, tornando-se também mais uma forma de justificar a dominação

masculina na sociedade. O ônus desse valor se dava na necessidade de uma provação constante, precisando de reafirmação tanto para si quanto para os outros. Dessa forma, os valores presentes nessa noção “[...] se identifica[m] com a grandeza – noção essencial –, com a superioridade, a honra, a força – enquanto virtude –, com o autodomínio, no sentido do sacrifício, com o saber-morrer por seus valores” (CORBIN, 2013, p. 9). Se por natureza o homem deve ser viril, o mesmo também deve ser honrado. A autoavaliação era contínua, fator que se tornava um considerável motivo de ansiedade para este homem. Essa vigilância pessoal poderia ser entendida como a vergonha em si, visto que a preocupação com o renome é o ponto chave das duas noções. Conjecturar que a dualidade virilidade-autocontrole seria uma substituta para a honra-vergonha é espontâneo, porém não compreendemos dessa maneira. Vemos que existe uma relação de complementaridade entre a honra e a virilidade, um elo de ligação que possibilita o uso conjunto de ambos, mas que as distingue. A virilidade naturalista possui uma relação mais acentuada com a ideia de coragem heroica e de conduta sexual do que a honra. Claramente, a coragem é imprescindível para lutar um duelo ou defender a pátria diante de um ataque exterior, porém a virilidade pregava um tipo de valentia que beirava um conto épico e erótico ao mesmo tempo.

Aquele que hesita em lançar-se ao ataque no dia de combate, aquele que escolhe recorrer a um substituto por ter tirado nota baixa no conselho de revisão, aquele que não foi capaz de salvar seu semelhante em perigo de vida, em suma, aquele que não tem estofo de herói, [...] aquele que não cede ao cortejo das mulheres, aquele que transa sem ardor, aquele que não participa dos abusos grupais, todos carecem de virilidade [...] (CORBIN, 2013, p. 10).

A exacerbação dos valores na virilidade naturalista a transforma em uma idealização quase impossível para que o homem pudesse manter por toda a sua vida. Os fracassos, as falhas inerentes da natureza humana impedem que um indivíduo pudesse preservar tal padrão de galhardia, porém servem como um norteador moral para os indivíduos, uma espécie de guia que torna propício o duelo enquanto uma medida reparadora da honra. Logo, a virilidade não pode ser vista como uma substituta para a honra/vergonha. Não obstante, não podemos desprezar o conceito, especialmente ao pensarmos em como ele pode ajudar a justificar ações violentas. Mostrar-se viril pode ser considerado um sentimento de alguém que veja a sua honra ser ultrajada. A violência não advém exclusivamente de um “ímpeto de virilidade”, mas vem auxiliar a explicá-la em conjunto como virtude da honra. Inversamente, a virilidade pode ser considerada a força motriz que motiva um homem a ofender o outro, a tentar mostrar-se como superior aos restantes. Assim, subordinaremos a virilidade a um valor com maior importância estrutural na sociedade, que é precisamente a honra. Para explicarmos de modo

mais claro como se daria a relação entre honra/vergonha/virilidade, temos o seguinte esquema:

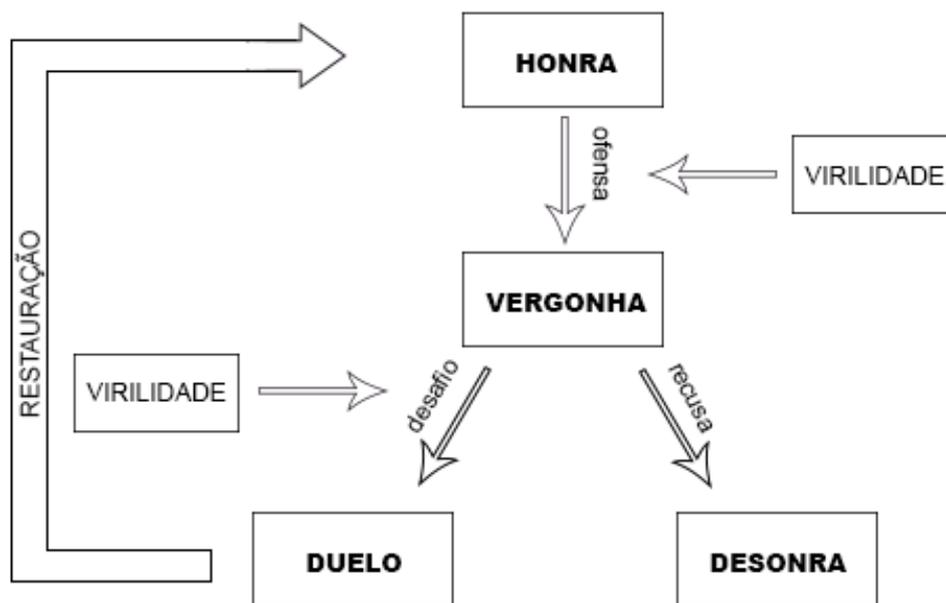


Figura 1 – Esquema conceitual da honra relacionada ao duelo (elaborado pelo próprio autor).

O esquema visa ser um guia para compreendermos a dinâmica entre honra, vergonha e virilidade e seu campo de atuação a partir das breves reflexões teóricas desenvolvidas no presente trabalho, estando focadas exclusivamente na honra masculina e tendo como referencial o instante em que é manchada. A honra é o valor inerente ao indivíduo. Por meio da ofensa (que pode ser encarada como manifestação de virilidade), existe a lesão desta virtude, instaurando assim a vergonha. A partir dela, existem duas alternativas: a reparação por meio do desafio e a inércia, representada no esquema pela “recusa”. Enquanto o desafio (também manifestação de virilidade) leva ao duelo e a consumação deste restaura a honra, a ausência de uma atitude leva à desonra, estado onde se torna teoricamente impossível reaver a honra ultrajada. Entretanto, uma dúvida importante surge: o que exatamente eram esses duelos? Como eles aconteciam?

Para responder tal questão, iremos nos guiar nos códigos de honra elaborados na Europa, especialmente na França. Adquirindo a visão de que o duelo era uma prova física da honra de um homem, as regras que acabaram sendo desenvolvidas visavam exibir os duelistas como indivíduos leais, possuidores de autocontrole, ausentes de emoções tempestuosas, o que entra em uníssono com a lógica do homem viril anteriormente apresentada (GUILLET, 2013, p. 97). Tanto as justificativas quanto as regras se davam por meio de uma ética da honra que tem como base o respeito, baseando-se no símbolo nobiliárquico “*nemo me impune lacessit*”

(Ninguém me lesa impunemente), de modo que uma reparação precisava ser feita de imediato caso houvesse uma quebra dessa ética, ou seja, uma ação desrespeitosa. Tal quebra poderia se dar de diversas formas e em todos os contextos: palavras, gestos, atos e até mesmo olhares poderiam ser interpretados como uma ofensa que precisa ser resolvida (GUILLET, 2013, p. 131). As mais distintas interpretações podiam ser conflituosas, de modo que os homens decidiram elaborar códigos de honra para servir de guia durante situações como essas.

O *Ensaio sobre o Duelo* (1836), elaborado pelo Conde de Chateauvillard foi o mais famoso desses códigos. A sua importância se dá a partir da abrangência desse código para o ocidente, pois o mesmo serviu de inspiração para a elaboração de outras produções desse tipo até mesmo na América Latina, em especial na Argentina. Mariana Thompson Flores investiga sobre a produção desses códigos no Prata e utiliza uma versão traduzida para o espanhol do *Ensaio* de Chateauvillard para discorrer sobre como tal manual foi tomado como base para a criação de outros (THOMPSON FLORES, 2018, p. 366-383). Nesse código estão classificadas as ofensas à honra e seus graus, os quais são em ordem crescente: simples, com injúria e com golpes e ferimentos. No caso da última, que é a mais ultrajante e intolerável, o golpe não precisa ser físico. Basta a intenção, a simulação a ele (atirar a sua luva em direção do desafeto, por exemplo) para que a ofensa seja real (GUILLET, 2013, p. 132). Explicaremos o processo de forma sucinta, desde o ultraje até o ato.

Diante do desaforo de um homem a outro e da tensão que se instaurava após ele, entravam em cena as testemunhas (também chamados de padrinhos), as quais eram geralmente parentes e/ou amigos, tradicionalmente sendo duas testemunhas para cada parte (ofendido e ofensor). Eram as testemunhas que decidiam se havia sido de fato uma ofensa, seu grau e a melhor forma de resolver a situação. Geralmente figuras apaziguadoras da situação, havia uma reunião entre os padrinhos de ambos os lados para dialogar, na tentativa de evitar o duelo. Podemos pensá-los como verdadeiros diplomatas de ambos os lados da situação. Se não houvesse uma solução pacífica (a qual era em geral um pedido formal de desculpas do ofensor ao ofendido), os padrinhos tratavam de acertar as condições do combate individual, dia e hora, as armas (sendo aceitas apenas o florete, sabre ou pistola), escrevendo uma ata assinada por ambas as partes ao fim da conferência. Um duelo justo diante das capacidades das duas partes era o principal objetivo das testemunhas, logo que a honra não poderia ser reparada diante de uma desigualdade entre os duelistas (GUILLET, 2013, p. 135-137). Embora a elaboração dos referidos códigos servisse exclusivamente à uma elite letrada que visava ter o ideal de honra como uma exclusividade sua (REMEDI, 2011), existem trabalhos que demonstram as prerrogativas da defesa da honra por meio de combates individuais (sem

tantas regras quanto as impostas pelos duelos de elite) por indivíduos das classes populares, o que nos ajuda a refletir sobre como a construção do duelo como aparato defensor da honra se fazia presente em diversos âmbitos da sociedade (THOMPSON FLORES & ARENDT, 2017).

No caso que iremos abordar aqui, trataremos especificamente de um duelo similar aos descritos nos manuais de honra, onde estão presentes os procedimentos acima descritos, mas ainda apresentando certas peculiaridades que só podem ser encontradas em situações práticas. Ao final do ano de 1888, noticiado na primeira página da edição de 4 de dezembro do impresso fluminense a *Gazeta de Notícias*, os seus leitores se depararam com a seguinte situação:

Duello

Em consequencia de offensas reciprocas, trocadas ha poucos dias, bateram-se hontem em duello os Srs. Drs. Germano Hasslocker, redactor da Gazeta da Tarde, e Pardal Mallet, que ainda ha pouco fazia parte da redacção da Cidade do Rio. / O encontro teve logar em uma chacara do Jardim Botânico, ás 6 ½ horas da tarde. / Foram testemunhas os Srs. Drs. Luiz Murat e Coelho Neto por parte do Sr. Dr. Pardal Mallet e Drs. Gregorio de Almeida e Antonio Azeredo por parte do Sr. Dr. Germano Hasslocker. / Prestou-se a comparecer no local do encontro o Sr. Dr. J. J. de Freitas Henrique, cirurgião distincto, que deveria socorrer ao ou aos feridos. / As condições do duello diziam que este só terminaria ao primeiro sangue. / A arma escolhida foi o florete; e á hora assignalada alli se acharam os combatentes, medico e testemunhas, levando as do Sr. Pardal Mallet as *épées de combat* que distincto cavalheiro havia fornecido. / Uma vez escolhido o terreno, os dois adversários despiram paletots e colletes, empunharam as armas e cruzaram-as.

O medico presente pediu-lhes de sustarem esse primeiro encontro e em breve palavras recordou que já ambos tinham dado provas de coragem, e que só contra todos os preceitos da lei que regem o duello poderiam bater-se, pois já era sol posto. / Esta opinião foi combatida pelos dous adversários e pelas testemunhas, sendo preciso que se lesse a acta que regulava as condições do encontro, para que evidente se tornasse que ainda havia luz bastante para que este se realizasse. / Após isso começou o duello e encarniçadamente. / Depois de alguns golpes do primeiro assalto, o medico interveio, dizendo que um dos combatentes, o Sr. Hasslocker, fora tocado e ferido na perna. Este declarou que não fora ferido mas apenas tocado. / Seguiu-se o segundo assalto, durante o qual atacaram-se rudemente os dous combatentes, a ponto das testemunhas quererem intervir. Afinal o medico que acompanhava com a maior attenção o combate gritou: – Está ferido... Suspendam!

Suspensio o combate, verificaram os assistentes que o Sr. Hasslocker fora ferido pela ponta do florete na porção média do ante-braço. Pela abertura da ferida sahia um sangue de côr negra. / A'vista d'isso, e preenchidas as condições estabelecidas previamente, suspendeu-se o duello. / Os dous combatentes cumprimentaram-se, e immediatamente recolhido o ferido a uma sala da casa próxima, ahi recebeu os primeiros curativos do Sr. Dr. Freitas Henrique. / Por essa occasião alli appareceu um membro assás distincto do Club de Esgrima, que, dotado de melhor faro o que nossas

auctoridades, soubera do caso, e de tilbury, seguira as testemunhas e protagonistas do encontro, em todo o seu percurso de carro até o Jardim. Esse cavalheiro reclamava contra o facto de ser permittido o duello depois do sol posto, e protestava contra a acquiescencia do medico, *também distincto membro do Club de Esgrima e portanto conhecedor dos respectivos codigos*. Entretanto, depois de ligeiras explicações em que se evidenciou a necessidade de pôr breve termo á pendencia, tudo se resolveu em boa e santa paz, ficando d'est'arte lavada a honra de ambos os combatentes (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888g, p. 1, grifos nossos).

O relato acima nos dá uma riqueza de detalhes em tantos elementos que se faz necessário compartimentarmos os mesmos para que possamos ter uma análise satisfatória da totalidade deste conflito. Tratemos primeiramente dos envolvidos. Os dois doutores protagonistas do duelo são nomes relevantes. O sobrenome *Hasslocker* pode ser considerado um erro de grafia de Hasslocher, que seria um personagem conhecido no Rio Grande do Sul, sua província natal, especialmente a partir da República, quando assumiu o mandato de deputado federal de 1900 até 1911 pelo Partido Republicano Rio-grandense (LOPES & NOLL, 2012). As poucas informações que sabemos sobre a trajetória de Germano deixam em aberto se o bacharel em Direito pela Faculdade de Recife estaria durante o fim da década de 80 na Corte, porém tem um elo de conexão relacionada à própria honra que fortificam a suspeita que este Hasslocker é o mesmo Hasslocher: se trata de um evento ocorrido quase dez anos depois, onde Hasslocher desafiou o seu então correligionário, Ramiro Barcellos, para um duelo (PORTO, 2019, p. 68-70). Sobrenomes praticamente idênticos e a mesma noção de honra que impele ao desafio e ao combate nos dão evidencias fortes de que estamos tratando da mesma pessoa. Quanto a Pardal Mallet, neto do Marechal Emílio Mallet, nascido no Rio Grande do Sul em 1864 na cidade de Bagé, além de jornalista e escritor, também era bacharel em Direito pela Faculdade de Recife (GONÇALVES, 2016, p. 77). Na data do confronto, havia saído há pouco da redação da Cidade do Rio, jornal de José do Patrocínio, por não concordar com o ideal monárquico do mesmo (GONÇALVES, 2016, p. 114).

Dois pontos particulares dos duelistas também podem ser considerados para pensarmos o ímpeto de bater-se em duelo. Primeiramente, ambos eram jovens bacharéis, recém-formados que iniciavam sua vida profissional no centro político do Império. Hasslocher, nascido em 1862 possuía 26 anos (LOPES & NOLL, 2012), enquanto Mallet era dois anos mais jovem. O componente da idade pode ser levado em consideração, logo que a necessidade de se mostrar honrado e até mesmo de se promover (enquanto jornalista e enquanto homem) perante os demais poderia ser um elemento importante para se colocar dentro da sociedade da Corte. Já o segundo topico é mais uma indagação relativa à etnia dos envolvidos. Sendo Germano um descendente de alemães, ele poderia ter cultivado esse ideal

mais aflorado de honra como o que se desenvolvia nas elites do referido país (ELIAS, 1997)? Ao mesmo passo, Pardal Mallet, descendente de franceses, poderia ter se espelhar no país que era considerado um berço dos duelos (GUILLET, 2013)? Existiria uma herança imaterial em suas distintas descendências europeias? A indagação tem um propósito maior de suscitar dúvidas do que elencar respostas, mas é uma possibilidade a ser considerada e aprofundada em futuras pesquisas.

Duelos entre jornalistas por opiniões opostas que se transformavam em conflitos eram comuns neste período, fossem estes embates pelas próprias páginas dos jornais ou pessoalmente, embora fosse natural que começassem exatamente pelos impressos. Um duelo em situações desse tipo poderia servir muito bem para aumentar o prestígio do redator, o que incitava diversos duelos na França, por exemplo (GUILLET, 2013, p. 115-116). No relato presente na *Gazeta*, foi observado que houveram ofensas de ambos os lados, provavelmente após um debate acalorado em que os sentimentos ficaram à flor da pele, o que tornava a necessidade de duelar ainda mais urgente. Conseguimos ver de modo mais claro os conceitos que foram trabalhados até o momento. A vergonha de ambos, visto que os dois foram ofendidos, tornava a necessidade fundamental de reparar a honra. As condições específicas do duelo, em um “horário não-convencional” para esse tipo de prática, também podem nos inclinar a coragem dos dois bacharéis, sendo assim uma demonstração de virilidade. Ao término da contenda, a honra foi efetivamente restaurada e a problemática encerrada, fechando a cadeia de eventos.

O local escolhido para o duelo, uma chácara no Jardim Botânico, indica que havia um grande cuidado por parte dos duelistas para que seu assunto não fosse interrompido por estranhos e, principalmente, pelas autoridades. A escolha da arma (florete), além da condição de término de combate se dar em primeiro sangue, entra em sincronia com as regras desse tipo de combate que foram desenvolvidas ao longo do século XIX, componente que dá indicativos sobre como as elites na Corte estavam cientes das normativas que visavam tornar o duelo algo civilizado. A presença das testemunhas, geralmente amigos próximos e que presenciaram a ofensa, assim como um médico, o qual serviu também como árbitro do embate, também entram nessa dinâmica (GUILLET, 2013, p. 135-138).

O destoante e que torna o referido duelo tão interessante se dá a partir da convenção de que esse tipo de combate não poderia ocorrer após o anoitecer, por razão da baixa visibilidade. Embora tenha uma lógica irrefutável quando pensamos na dinâmica de um combate justo entre as partes, em um tempo que os duelos eram cada vez mais coibidos pela polícia, talvez o natural sigilo proporcionado pela noite poderia ser um aliado para a execução

destes. Nesse caso específico, foi até mesmo lavrado em ata que o duelo deveria acontecer às 18h30, o que indicava que ambas as partes estavam de acordo com essa condição, mesmo com os protestos do Dr. Freitas Henrique. O combate em si ocorreu sem muitos problemas, conforme é descrito pela notícia, consagrando a vitória de Mallet e dando uma cicatriz de combate à Hasslocher. Outro elemento que nos interessa está ao final da notícia, onde um terceiro aparece para protestar sobre a “legalidade” do combate, exatamente pela questão do horário. A própria ação em seguir os envolvidos na questão demonstra que além de curiosidade, a preocupação com os preceitos que regem um combate reparador da honra era verdadeira em alguns homens. Em sua indignação pelo fato, ele refere-se a um clube de esgrima, o qual seria membro juntamente com Freitas Henrique, atribuindo implicitamente que dentro deste clube era ensinado a respeito dos códigos de honra. A presença destes códigos em vários países na Europa e também no Novo Mundo, especialmente na Argentina (THOMPSON FLORES, 2018) mesclada com essa provável noção de que o espaço do referido clube fluminense abordava as regras escritas nos tratados nos abre a uma pergunta que não temos resposta: poderia este espaço ter elaborado, baseado nos estrangeiros, um código de honra brasileiro? Outra interpretação mais plausível seria a de códigos estrangeiros, principalmente franceses, lidos de maneira direta e repassados como ensinamentos para os membros da seguinte associação.

Por outro lado, a referência a um clube de esgrima que cultivava normas de como um duelo deveria acontecer é uma informação que não podemos ignorar. Pesquisando a respeito do mesmo, temos um considerável número de notícias na *Gazeta de Notícias* desde a sua fundação até mesmo os eventos organizados por tal agremiação. A razão pelo interesse da redação da *Gazeta* sobre o clube pode ser encontrada na notícia da fundação da agremiação, publicada pelo jornal na edição de 26 de março de 1888.

ASSALTOS D'ARMAS

A convite do distinto cavalheiro, o Sr. Henrique de Villeneuve, reuniram-se hontem em sua residencia muitas pessoas gradas, achando-se alli representadas as escola militar e de marinha, a academia de medicina e a imprensa jornalística d'esta capital.

Pouco antes de 1 hora da tarde deu-se começo aos assaltos, que foram brilhantes, distinguindo-se os professores Vézin e Walbornn. [...]

Foi em seguida servido um profuso e delicado *lunch*. Agradecendo o comparecimento dos distintos convidados e professores, declarou o Sr. Villeneuve que o fim d'esta reunião era principalmente a fundação de um club de esgrima n'esta capital. Esta ideia foi calorosamente applaudida, sendo logo proclamada a seguinte diretoria provisória: – Presidente, Henrique de Villeneuve; – vice-presidente: *Dr. Ferreira de Araújo*; secretário, J. Ketele; thezoureiro, Dr. D. Francisco de Assis Mascarenhas; comissão de estatutos: commendador José Albino da Cruz, major Joaquim Silverio de Azevedo Pimentel e Frederico de Castro.

Todos os cavalheiros presentes inscreveram-se como sócios do Club de Esgrima, que tende a ser uma das mais brilhantes associações d'esta capital, principalmente pelo fim *altamente moralizador e digno* a que se destina, qual o de animar e desenvolver o gosto pela esgrima, um dos *complementos da fina educação*, nas sociedades mais cultas (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888a, p. 2, grifos nossos).

Esse ponto nos interessa, pois o referido Dr. Ferreira de Araújo era o redator-chefe do jornal (RAMOS, 2005, p. 4-8) e um já conhecido duelista, protagonista de um notório combate no Rio de Janeiro dois anos antes, o qual era referenciado como “Duelo da Ilha d'Água” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1886, p. 1). Logo, não seria absurdo pensar em como a prática de duelar seria endossada pelo jornalista e conseqüentemente pela redação de seu impresso. A presença de Ferreira de Araújo na associação de esgrima explicaria por si só o interesse do periódico em noticiar a sua fundação, porém nas últimas frases, outros elementos ajudam a revelar melhor a opinião da redação. O “fim altamente moralizador” pode ser interpretado como uma referência à um tipo de educação tendo a honra como base. Justamente por compactuar com essa noção, a *Gazeta* passou a tratar do Clube de Esgrima com frequência, sendo também um meio de divulgação da associação para os leitores. Nos jornais do dia 28 e 29 de março, foram publicados alguns dos nomes dos homens que aderiram ao clube a partir da sua fundação, sendo a sua maioria militares, bacharéis e até mesmo homens com títulos de nobreza (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888b, p. 1; GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888c, p. 1).

Em uma das publicações rotineiras sobre o referido clube, 4 dias depois do duelo entre Hasslocher e Mallet, encontramos uma notícia sobre as atividades internas em que descreve brevemente um combate entre dois garotos de 10 e 9 anos, Américo e Júlio, filhos de um dos instrutores de esgrima da agremiação (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888i, p. 1). O combate entre dois garotos nos faz pensar em como a associação poderia ensinar a arte de esgrimir e conseqüentemente os recursos e valores para defender a própria honra desde a tenra idade. A exibição das crianças pode ser vista como uma atividade voltada para o ensino do espírito esportivo, para a educação do corpo (ALVES, 2018, p. 41), contudo não é absurdo pensarmos que a honra e os códigos de duelo (que estavam presentes dentre os membros da associação) acompanhavam a “formação” de esgrimista de Américo, Júlio e os outros prováveis alunos que aprendiam a usar o florete e as demais armas utilizadas pelos filiados em seus assaltos. Embora não tenhamos uma informação exata da periodicidade dos encontros no Clube de Esgrima, conseguimos absorver um pouco do que era feito no clube por meio dessas exibições e suas modalidades, as quais não deixavam de ser uma forma de treinamento para os

integrantes da referida agremiação. Provavelmente havia o treino de fundamentos e técnicas de esgrima para os seus alunos, mas infelizmente a *Gazeta* não publicou nada que descrevesse esse tipo de atividade.

Nesse sentido, o Clube de Esgrima e Tiro não deve ser considerado apenas um espaço de sociabilidade entre homens abastados, mas também uma associação que visava ensinar os homens a duelar, fossem eles adultos ou meninos. Passando a ter uma certa influência na Corte², entendemos que essa agremiação pode ter tido uma significativa influência nas ocorrências de duelos no Rio de Janeiro, principalmente em 1888. No referido ano, o primeiro de sua existência, houveram dois concursos de tiro ao alvo abertos ao público que atraíram muitas personalidades relevantes na Corte, como o senador Henrique d'Ávila, o qual participou efetivamente do primeiro concurso (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888d, p. 1), além do conde d'Eu, o qual prestigiou a segunda competição como espectador (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888e, p. 2). Tais torneios podem ser vistos enquanto “potencializadores” de condutas mais violentas, especialmente em relação à honra ultrajada.

Um paralelo entre o referido clube fluminense e as corporações alemãs descritas por Norbert Elias (1997) se faz possível e interessante. Enquanto as corporações alemãs tiveram um propósito de criar um sentimento de honra coletivo e simultaneamente individual em uma recentemente nação unificada, não poderia o referido clube ter o mesmo objetivo em uma escala menor, especificamente para a Corte? Os próprios membros da associação no Rio de Janeiro, vinculados a uma elite militar e bacharelesca, poderiam desejar a elaboração de um tipo de honra restrita à sua classe social tendo o duelo como meio de distinção. Portanto, se torna possível conjecturarmos que o clube era um local pertencente a um grupo que visava reivindicar a honra e a prática do duelo para si, possuindo similaridade com outros grupos e contextos já abordados que se utilizavam do caráter ordenador da honra para o desenvolvimento de um projeto de autoafirmação e destaque dentro da sociedade. Infelizmente, não temos informações se Hasslocher e/ou Mallet pertenciam à tal agremiação, porém era possível.

Posto tudo isso, temos ainda que abordar sobre as questões que se levantam no pós-duelo. Tais combates possuíam consequências jurídicas para os seus envolvidos? Uma notícia no dia seguinte, tratando da ligeira repercussão da contenda entre os dois doutores, pode nos apontar algumas possibilidades.

² O corpo militar de polícia da cidade do Rio de Janeiro iniciou um clube de esgrima próprio no fim de 1888, tendo a presença de membros do Clube de Esgrima e Tiro para prestigiar a sua criação. O interesse das forças policiais em ter o seu próprio clube pode ser encarado como uma influência a partir do sucesso da associação fundada em março (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888f, p. 2).

DUELLO

Por ordem do Sr. Dr. chefe de policia, vai o 3º delegado, Dr. Haddock Lobo, abrir inquérito sobre o duello que entre dois jornalistas houve ante-hontem, em uma chacara do Jardim Botanico. Hontem o Sr. Dr. delegado procedeu a corpo de delicto no offendido, reconhecendo ser leve o ferimento que apresentava (GAZETA DE NOTICIAS, 1888h, p. 1).

Certamente, a ordem do chefe de polícia da cidade em abrir um inquérito sobre a contenda seria uma forma de dissuadir outros homens de seguir o exemplo dos jornalistas. Entretanto, não existem notícias seguintes tratando de uma repercussão jurídica sobre o caso, o que nos leva a crer que não houveram punições (pelo menos severas) para os dois envolvidos. Pensando que estamos tratando de dois jovens adultos que são parte de uma elite intelectual e também econômica, os privilégios de classe devem ser levados em conta, mas não somente isso. Durante o Império, havia um “limbo jurídico” quanto aos duelos, logo que esses não eram tipificados no Código Criminal, coisa que só foi inserida na legislação da Primeira República, no Código Penal de 1890.

No caso da legislação penal brasileira no período imperial, os crimes motivados por questões de honra só figuram como circunstâncias atenuantes dos crimes de homicídio, ferimento, agressão, etc., sem a referência explícita do termo duelo, no Capítulo III, Seção II, Artigo 18, Inciso 4º (THOMPSON FLORES, 2016, p. 5).

Sendo assim, esse único caso nos possibilita ter algumas constatações. Podemos encontrar por meio da notícia que existia um espaço na Corte imperial em que os valores de uma defesa física da honra eram cultivados, ao mesmo passo que compreendemos que a própria publicação feita pela *Gazeta de Notícias* sobre o referido duelo juntamente com as notícias a respeito do próprio clube possuía o objetivo de se posicionar enquanto corpo de redação como favorável a esse tipo de prática. Certamente, os leitores do periódico também poderiam ser influenciados ao ler constantemente a respeito de notícias de combates individuais e competições de esgrima e tiro, incitando a noção de virilidade masculina. A própria impunidade para os praticantes dos duelos é um ponto que devemos levar em consideração, pois favorecia que homens de elite como Hasslocher e Mallet tivessem ímpetos de coragem. Por meio dessa ocorrência conjecturamos uma sociedade em que os homens abastados poderiam combater entre si sem maiores complicações, porém algumas ressalvas precisam ser feitas. O Brasil, ao contrário de países como a França ou Argentina (GAYOL, 2008), não possuía um costume arraigado de resolver pendências de honra pelo combate individual, de modo que havia grandes chances de situações em que indivíduos de fato recusavam um desafio. Todavia, a presença do duelo enquanto uma conduta de justiça privada

dentro do espaço nacional é inegável. Seria o duelo praticado somente pelas elites? A principal questão não se dá em “e se”, mas “até onde” o uso do duelo se encontrava dentro dessa sociedade.

Fontes

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 19 Ago 1886, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

ASSALTOS D’armas. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 Mar 1888a, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 28 Mar 1888b, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 29 Mar 1888c, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

CONCURSO de Tiro. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 Set 1888d, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 24 Set 1888e, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

CORPO Militar de Polícia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 Dez 1888f, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

DUELLO. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 4 Dez 1888g, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

DUELLO. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 5 Dez 1888h, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

CLUB Brasileiro de Esgrima. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 9 Dez 1888i, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Referências:

ALVES, Tabea Epp Kuster. *Entre espadas, floretes e sabres: uma história da civilização dos costumes da esgrima*. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Uma Justiça que seduz? Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

CORBIN, ALAIN. A virilidade sobre o prisma do naturalismo. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (org). *História da Virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, vol. I: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª Edição, 1994.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GAYOL, Sandra. *Honor y Duelo en la Argentina Moderna*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

GONÇALVES, Márcia Rodrigues. *O Rio de Janeiro de Coelho Neto: do Império à República*. 2016. 146 f. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GUILLET, François. O duelo e a defesa da honra viril. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (org). *História da Virilidade: o triunfo da virilidade, o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

LEFÈBVRE, Bruno. O dinheiro e o segredo: degradações e recomposições. In: GAUTHERION, Marie (Org.). *A honra: imagem de si ou o dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992.

LOPES, Raimundo Helio & NOLL, Izabel. HASSLOCHER, Germano. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2012. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>. Acesso em: 01 Jun 21.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e Posição Social. In: PERISTIANY, John. G. (org.). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª Edição, 1988.

PORTO, Vitor Wieth. *Os duelos de honra rio-grandenses através do jornal A Federação (1885-1910)*. 2019. 80 f. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

RAMOS, Ana Flavia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “balas de estalo” (1883-1884)*. 2005. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RANGEL, Danny Martins. O Código d’honra e as alterações na prática de duelar em Portugal nos séculos XIX-XX. *CEM - Cultura, Espaço e Memória*. N. 2, p. 245-264, 2011.

REMEDY, José Martinho Rodrigues. *Palavras de honra: um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião*. 2011. 307 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. Práticas de duelos no Prata: um estudo sobre as leis penais e dos códigos cavaleirescos. *Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*, 2016.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha & ARENDT, Jéssica Fernanda. Noções de honra e justiça entre as classes populares na fronteira do Brasil Meridional na segunda metade do século XIX – estudo de casos. Porto Alegre: *Aedos*, v. 9, n. 20, 2017.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. En un país em donde el honor es máspreciado que la vida: os códigos cavalheirescos e os fundamentos de defesa da honra no Prata. In: *Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de justiça*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha & REMEDI, José Martinho Rodrigues. Território Neutro: soberanias justapostas e duelos de honra às margens dos estados nacionais sul-americanos de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX. *História* (São Paulo), v. 38, 2019.

VELLASCO, Ivan de Andrade & SUTIL, Séfora Semiramis. Honra, litigiosidade e justiça: os crimes de honra na região de Formiga – Minas Gerais 1807-1875. Porto Alegre: *Aedos*, v. 9, n. 20, p. 276-295, 2017.

Bureaucracy, mobility, lifeworlds: police notifications in brazilian immigration discourse

Rachael Anneliese Radhay¹

La burocratización de la vida social tiene un papel significativo en las relaciones sociales, estas relaciones son construidas en sistemas burocráticos deslocalizados; los agentes, que trabajan en contextos burocráticos e interaccionan cotidianamente con el público ejercen un papel principal en la negociación de las dinámicas de las relaciones sociales porque están al punto de encuentro entre los sistemas burocráticos abstractos y los lifeworlds. Hay varios cambios en Brasil referentes a información, a la desburocratización, a la simplificación del lenguaje institucional, a la creación de brochures y de hipertextos y a la organización de los foros sociales. Hay una nueva sensibilización a inmigrantes y a refugiados. Con el advenimiento de la Nueva Lei de Migraciones 2017, y cuestiones de movilidad y de control, esta investigación tiene como enfoque las interacciones entre inmigrantes, refugiados y agentes migratorios en acerca de 3000 notificaciones publicadas entre 2017 y 2019. Estas notificaciones, publicadas en el *website* de la Policía Federal, son con frecuencia, análisis de casos de hipersuficiencia, un nuevo mecanismo en la Nueva Lei de Migraciones 2017, y reflejan el diálogo delicado entre el control y la inclusión como determinante en las trayectorias de (in)movilidad construidas, distanciados de los mediascapes humanitarios.

Bureaucracy, mobility, lifeworlds: Brazilian immigration discourse

Mobility and the dispute for legal recognition is a contradictory binary space in which the sociology of actors is constructed discursively between ‘us’ and ‘them’, that is, through the labelling of social actors, the generalization of negative attributes and the institutional argument to exclude or include specific groups. Given historical norms, discursive constructions may intensify or mitigate, make less or more implicit tolerance as well as norms to be politically correct in the public sphere (Wodak, 2008). Immigration discourse fits into an institutional habitus as well as the immigrant’s lifeworld. It presupposes power relations and networks, naturalized and constructed in immigration discourse. This discourse and power refer to hierarchies in contexts in which multiple truths are constructed vis à vis immigration. These truths are arguments that empower State hegemony in which the immigrant is

¹ Rachael Anneliese Radhay é professora-adjunta no Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília.

constructed either as a menace to national security or as a threat to the Brazilian labour market; or as highly skilled workers, inserted on the Brazilian market. At the same time, revindications from human rights groups as well as legal norms on human rights generate other public discourses within institutional discourse. It is essential therefore to understand how discipline and control are constructed in relation to a Historical Discourse Approach (Reisigl & Wodak, 2016) as well as in terms of the contextual legitimation of Brazil's 2017 New Migration Law. Thus, the focus of this project is data from notifications and legal rulings, published on the Brazilian Federal Police website on expulsions, requests for economic insufficiency, visa cancellations or deferrals and fines for overstays and other infringements with a view to understanding the relation between control, discipline, agency and the immigrant's institutional trajectory given that mobility does not imply a mere dislocation from one place to another; human flows provoke the problematization of mobility due to securitization and criminalization. The policing of human flow is symbolic, in other words, security is public patrimony, a value or a right, a demand of citizens (Amicelle et al., 2017: 167; 169). Criminology in mobility cannot be ignored, borders are not always seen as humanitarian landscapes but as spaces of conflict. They are spaces in which sovereignty apparently becomes fragmented in the shop window of social and humanitarian inclusion; protection of citizens; crime and the stigma of criminalization. Understanding the link between crimmigration and criminalization in migration contexts and the dispute for borders and citizenship in the determining of members reveals the conflict and empathy in public sphere discourses, the boundaries of policy and legislation and the counternarratives of documented and undocumented migrants (De Fina, 2003; van Dijk, 2006). According to Stumpf, membership theory has to do with two strategies employed by the sovereign state: the power to punish and the power to express moral condemnation (2006: 15). Immigration is built along moral filters. Based upon a legitimising and argumentative framework (van Leeuwen, 2007; Ellis, 2017), it is possible to recognise the foreigner in judicial and or social terms. Objectively, the "State" is defined legally, it is considered as a sovereign state power both internally as well as externally, as a space, it is a clearly demarcated area – State territory. In addition to this legal definition, the "nation" also means a politically demarcated community with a common ascendancy, tied at least to a common language, culture and history... a national origin, *attributed by others*, associated from the beginning as a negative demarcation between what is native and foreign (Habermas, 2002: 129-130; 132). In this sense, state immigration discourse is bureaucratic and at the same time strategic: the bureaucracy of laws and legal procedures together with State talk serve to construct a

favourable image - a scenario of imagined stability, legitimised in legal-institutional language that cocoons against the disturbing scenarios of human dislocation – ‘ethnoscapes’ in movement (Appadurai, 1996).

The stereotypes of State bureaucracy do not exist in a social vacuum (Herzfeld, 1992: 77); they emerge out of relations between social actors in contexts of power, relative to circumstances and situations, national and neoliberal ideologies, systems of classification or meaning and securitization (Arcarazo & Freier, 2015; Barrero & van Dijk, 2007). The notion of ‘securitization’ has to do not only with economic and territorial issues but refers to the nation-State’s ontological security, the construction of immigrants in a negative and excluding manner cultivates the State’s ontological security and its immutable sovereignty. In Germany, William (2014) discusses national narrative and citizenship. Among other studies, Santana’s extensive work on metaphors used to describe latinos in U.S. public policy stands out (1992; 2002). Another study on the use of metaphor in immigration is by Strauss (2013). Carminero-Santangelo (2016) provides an in-depth overview of border literature, a history of immigration policies in the United States and immigrants’ stories in relation to trauma and genres used in documenting latino border lives. This work is quite significant when considering the emotional gap or hierarchy embedded in public stance and lifeworlds. In Ibrahim (2005), changes in Canadian immigration policy are mapped according to “securitization in migration”, hinged along a new type of racist discourse. Ceyhan and Tsoukala (2002) look at discourses underlying securitization of migration in western societies; they consider that these discourses are based on the myth: immigrants are always a threat to national security, thus the securitization argument justifies the latter’s exclusion. Stumpf (2006) carries out a detailed ethnographic study on detention centers for foreigners in the United Kingdom as he explores the complexities of detention in immigrant lifeworlds. For Chilton (2004), securitization is a coercive, legitimising lexicalization in that it generates fear, stemming from the presupposition that immigrants are a physical or economic threat to the host nation. Today, detention centres in the United States, France, the United Kingdom and even in Australia are more common even when there are growing demands for humanitarian treatment, asylum seekers are still treated as criminals. Here in Brazil the recent rise in asylum requests from Haitian and Venezuelan nationals as well as from other refuge seeking groups has been sketched through ACNUR mediascapes and by the media as a whole and there has been concern regarding the insertion (*interiorização*) of these groups and human rights issues. Further, there have been changes in Brazilian immigration vis à vis access to information, debureaucratization, simplification of institutional language, the elaboration of brochures and

hypertexts and the organization of social participation forum and projects to foment migrant insertion on the labour market.

The focus of this study is to look at border control interactions in the Brazilian context. The expectation is to generate qualitative and quantitative data with respect to humanitarian judgements and the applicability of the 2017 New Migration Law given the possibility to request a economic sufficiency. In regional terms, the study seeks to describe the role and profile of Brazilian Migration Control regarding securitization, criminalization and migrant inclusion. The Brazilian scenario is a peculiar one in terms of detention facilities as immigration procedures are seen as an administrative practice. Nevertheless, Brazil has one prison in Itaí, São Paulo only for foreigners, involved mainly in drug trafficking and the data available is organized according to type of crime and nationality². There is some information regarding these foreigners and their life in prison³.

There have also been more statistical publications from the Federal Police as well from the Observatório de Migrações at the University of Brasília in mapping refugee and immigrant mobility flows as a whole throughout the country. **Operação Acolhida**, produced by the Federal Police is a detailed statistical portrait of state work in tracing immigrant and refugee profiles as well as refugee insertion on the labour market⁴. **Operação Acolhida** is therefore a mobility map of immigrant movement in Brazil.

The notifications presented below provide information as to immigrants' legal condition as well as reflect institutional agency in the dispute for the country's borders and its limits to mobility in that it checkmates media images of uncurbed migrant flows, appealing from a humanitarian perspective. Nevertheless, the notifications can be considered in terms of the following legitimation categories: 1) 'authorization' is a form of legitimation based upon traditions, customs, laws and persons in positions of authority; 2) "moral assessment", that is, legitimation through discourses of value; 3) rationalization in accordance with targets, the uses of institutional social actions and social knowledge based upon cognitive validity; 4) mythopesis refers to legitimation transmitted in narratives that legitimate actions and punish non-legitimate actions (van Leeuwen, 2007: 91).

² Source: <https://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/unica-prisao-para-estrangeiros-no-brasil-reune-86-nacionalidades-e-ensina-portugues.ghtml>.

³ Source: <https://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/unica-prisao-para-estrangeiros-no-brasil-reune-86-nacionalidades-e-ensina-portugues.ghtml>.

⁴ Source: (http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/Apresentao_Novembro_2019_VFinal_RETIFICADA).

An example is the *tweet* below that serves as example as to how legitimation is constructed in the Brazilian Federal Police: The Brazilian Federal Police provides support to Haitian family in a critical situation

Polícia Federal apoia família de haitianos em situação crítica

Haitianos retirados da Bolívia por situação migratória irregular são acolhidos pela Polícia Federal e autorizados a entrar no país

Por Publicado: 28/03/2020 18h18Última modificação: 28/03/2020 18h20



Corumbá/MS - A Polícia Federal acolheu neste sábado (28/03) uma família de cidadãos haitianos que, retirada da Bolívia por situação migratória irregular no país, não pode entrar no Brasil em razão do fechamento das fronteiras. A família, em razão da situação, acabou ficando entre as duas imigrações, brasileira e boliviana, no Posto Migratório de Corumbá/MS. A Polícia Federal, em ato de solidariedade, providenciou alimentação e o alojamento aos cidadãos haitianos no local. Após ser comunicado do caso, o Ministro da Justiça e Segurança Pública autorizou o ingresso da família no país. Os haitianos serão conduzidos até um abrigo e permanecerão em quarentena por 14 dias. A Polícia Federal segue em suas atividades de controle de fronteiras, em investigações buscando desarticular organizações criminosas e administrativas, sem descuidar da relevância social de suas atividades, mesmo em meio a atual crise de saúde pública.

It is essential to remember that the public-institutional sphere is based upon power and hierarchies that are expressed not only in grammatical forms but also have to do with control and dominance of the social occasion, the text genre, regulation of access and specific public spheres and the actors involved (van Dijk, in: Gee & Handford, 2012; Reisigl & Wodak, 2016). The text genres and the social occasion are controlled and written by the institutional hegemony, that is by the Brazilian state's persuasive institutional voice in which truths are determined. Truth is obviously linked to power, to the prestige of certain types of knowledge and texts and to specific social networks. It exists in ideological nodules or acts¹²³. What do they hide? What do they reveal? What do they legitimise? What do they value?

Hence, the following questions must be taken into account in analysing border control notifications or other text genres produced within the scope of immigration:

i) How is immigration constructed in the public sphere (in the Brazilian Federal Police)? (Koller & Wodak, 2008).

- ii) How can control be ‘argued’ without discriminating and or excluding? (Argaman, 2009).
- iii) How are text genres organized in regulating interactions in institutional contexts? (Oberhuber, 2008).
- iv) How is a specific discourse interpreted or transmitted in diverse social groups? (Oberhuber, 2008).

In light of the above questions, the following steps were taken in data collection:

- 1) the creation of a corpus based upon 3000 notifications (orders, legal rulings, expulsions, decisions), published on the Brazilian Federal Police website between 2017 and 2019;
- 2) compilation of other relevant documents;
- 3) conducting of interviews with migration control agents in states with more significant migrant flows to Brazil with a view to understanding institutional trajectories for both state agents as well as foreigners.

Given the above, the language of Brazilian immigration policy is built around a globalized terminology; it revolves around the contradictory persuasive discourse of control, selection, insertion and human rights. The institutional habitus or cocoon is always strategically and discursively involved in historical and contemporary contexts and in the construction of public image and normative knowledge through the agency of high level Brazilian state officials (Radhay, 2018). This habitus is a hybrid space in which the public and private interact; it is a space of symbolic codes, values and representations, which may be in conflict. In other words, language lies at the core of the public sphere, as it determines those who remain ‘inside’ or ‘outside’ of legal and even social inclusion (Habermas, 2002; Kymlicka, 1995).

According to Bartlett (2014), discourse revolves around cultural capital and market codes. Further, these factors are linked to the interlocutor’s credibility, his/her dominance of the language appropriate to a specific situation and his/her competence to be understood and valued by the audience. Hence the importance of institutional ethnography that is a combination of document collection, observation and interviews (Blommaert, 2013). The efficacy of the dialogue between the ‘institutional’ and community life for immigrants and refugees must be assessed, since identities are positioned or categorized. Sarangi and Slembrouck explain that a professional client is different from a ‘warring’ client, demanding that the bureaucrat goes out and fights for moral and social principles, prepared to sacrifice the results of procedure. Moral victory is more important than personal gain, given that the bureaucrat is probably not going to lose face. It is the client who must demand social reform, although the client is ready to face the figure of the bureaucrat, he/she is concerned with his

own face (1996: 119). Interactions are constructed around a work environment as well as along personal (lifeworlds) as public contexts (Cope and Kalantzis, 2000). These interactions are marked by fragmentation, diversity, the ambivalence between the public and the private, the articulation of diverse semiotic systems and orders of discourse. Literacy competence is always in flux – a complex articulation between the changes of new capitalism, flexibility, velocity, innovation, problem solving, collaboration and lifeworlds; there is the demand for access; a need for economic and social insertion⁵.

Some declarations have already been written in Portuguese so as to facilitate foreigners, it is just a matter of filling in personal information and signing. The example below is a declaration of financial constraints.

Example 1 Declaration of financial constraints

Declaração	de	Hipossuficiência	Econômica
Eu _____,			portador
do documento nº _____		(especificar	tipo do
documento: _____),	endereço	eletrônico	(e-mail)
_____, declaro, sob as penalidades da lei, para fins de			
aplicação da isenção prevista nos art. 4º inciso XII, 110, parágrafo único, e 113, § 3º, da Lei nº			
13.445, de 2017, e 312 do Decreto nº 9.199, de 2017, que minha condição econômica se revela			
hipossuficiente para arcar com o pagamento dos valores das taxas cobradas para obtenção de			
documentos para regularização migratória e de multas aplicadas com base na legislação			
migratória brasileira. A referida condição de hipossuficiência econômica justifica-se em razão			
de: () não possuir trabalho remunerado; () não possuir renda; () possuir perfil de renda familiar			
de até meio salário mínimo per capita ou renda familiar total de até 03 (três) salários mínimos; (
)Outros(descrever)_____ Por ser expressão da verdade, assino			
a presente DECLARAÇÃO, para os devidos fins de direito.			

The 2017 New Migration Law and notifications

The institutional immigration scenario is geared towards ‘optimization’; there are ‘parameters’ and ‘conventions’ between participants (Arminen, 2000: 442; Etcheverry, 2016: 127). In looking at notifications sent out to immigrants, the following steps were adopted:

⁵ Source: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/publicacoes-1>.

Step 1

This phase involves the download of notifications from the Federal Police website

Step 2

The notifications will be organised according to the following criteria:

- 1) type of document;
- 2) migratory situation;
- 3) nationality and Brazilian state of residence;
- 4) identification of key terminology
- 5) types of notifications per state

This second phase should result in the publication of a statistical report;

Step 3

A qualitative analysis of notifications. To follow is a brief analysis of some notifications in light of the 2017 New Migration Law.

Notifications are institutional landscapes that determine immigrants' trajectories (Bloomaert, 2013; Khan, 2017). The number of notifications to foreigners in Brazil between 2017 and 2019 with the New 2017 Migration Law was a little over 3000. This number is not too significant in comparison with major immigration flows in Europe and in the United States and the rise of detention centres, nevertheless, they are worth focusing upon in considering Brazilian immigration policy in terms of securitization and criminalization.

The table below provides a breakdown of types of notifications up to April 2019. Since then, the number of notifications has increased and there has been a marked rise in the number of expulsions and fines for 'overstays' in the country, but there are no detention centres for foreigners in an irregular situation in the country. There are only administrative records (GUIA, 2012, p. 109)

Table 1 Notifications published by the Brazilian Federal Police for Migration Control

	Decisions	Notifications	Rulings	Orders	Expulsions	Certificates
TOTAL	859	667	200	735	741	2
N° OF PUBLICATIONS UP TO 12/04/2019	3204					

Notifications issued to immigrants by the Brazilian Federal Police between 2017 to 2019.

Elaborated from data on the www.dpf.gov.br.

Since April 2019 to May 2020, there have been approximately 115 expulsions; 107 administrative fines; and 1962 infringements. These notifications are the result of the State's interaction with immigrants at the judicial level. They determine to a certain extent their dislocation or immobility. Further, they serve to demarcate through dates and times as well as through carefully related legal accounts the relation between humanitarian borders, knowledge, securitization and entry and exit control. In short, a humanitarian vision of human mobility is linked to knowledge regimes (Walters, 2010: 158). Human mobility is not exempt from evaluative procedures in which there is cautious focus on the legitimation of values and truths.

There are diverse academic and institutional discussions on the contradiction between a humanitarian view of immigration and agency and control of borders. There is much statistical data generated by the State in partnership with university groups on immigrant and refugee flows, in which it is possible to note a certain transparency in mapping immigrant mobility and insertion throughout the country. Even so, there are no specific studies regarding interactions between Federal Police agents and immigrants in Brazil. Although the notifications are in many instances succinct legal orders, they are actually an important form of discovering a little on how immigration control works in Brazil as access to files and even interviews with immigrants, more specifically refugee applicants are very difficult to come by as occurred in previous research regarding community interpreters and their contact with refugees in UNHCR interviews. Further, there are not too many newspaper reports or documentaries on immigrant and refugee flows on the Brazilian media besides current mediascapes on human refugee flows or historical immigration to Brazil. The notifications, written in Portuguese by federal agents provide much more insight as to how immigration works vis à vis the 2017 Migration Law. They presuppose prior contact with the immigrant (interviews, visits to their domicile) or knowledge of the immigrant's legal status based upon other documents. They are clearly documented evidence of the institutional parameters and conventions involved in determining how immigrants are positioned and can be examined within an argumentative framework (Ellis, 2017:20), based upon van Leeuwen's work (2007). They reveal in a sense the institutionally guided ethnography conducted by federal agents in assessing the migrant's trajectory, that is, mobility and the migrant's legal status in terms of moral and ethical recognition. There is an argumentative framework in which engagement in terms of crime, humanitarian ethics and legality is measured. Argument is based upon modalities, humanitarian stance as well as border protection are weighed value decisions,

there is always deliberation as to what should or should not be done in service to the state, national security but also in service to humanitarian issues without going beyond good sense: public sphere theory in action.

A narrative as an institutional argument in a legal ruling

In the 2017 New Migration Law, there is article 312 in the Law 9.199/2017 regarding economic insufficiency so as to request exemption from or a reduction in the fine for irregular stay in the country. The fine per day for ‘overstay’ is \$100 reais (approximately US\$18).

There are immigrants and or refugees who cannot afford to pay the fine, especially when they have remained illegally for a long period and the value of the fine has accumulated to R\$10000 (approximately US\$1700). Nevertheless, there must be proof as to their financial status and adequate justification for exemption from or reduction of this fine. Each case is a specific situation that must be assessed by the federal agent. As will be seen, the legal rulings are embedded with moral narratives or assessments (Arminen, 2000; Charteris-Black, 2014; van Leeuwen, 2007). There is a certain sensitization within the institutional context to immigrants and refugees regarding their financial situation and their personal lives.

The legal rulings below are notifications from the first trimester of 2020 in which the complexities of mobility seem reduced to a legal decision. All the same, the argument is circumstantial. Bosworth in his ethnographic study of detention centres in England describes the institutional interaction with immigrants as not a very comfortable procedure and even in negative situations requires moral recognition (2006: 151). Moral recognition is linked to who becomes visible or remains invisible in terms of legal residence, citizenship or deportation (Domenech, 2015; Marinucci, 2016). Within the Federal Police context, immigration is not necessarily about human diaspora. There is a sociology of actors involved in the legal ruling; circumstantial arguments must be organized and represented according to truth values in institutional knowledge vis à vis social imagery and social indifference (Angermuller, 2017; Bloor, 1991; Herzfeld, 1992; van Dijk, 2014). The notifications are electronic publications in which there are details as to the date, location and time of the publication, the signing agent and other dates and times regarding the period of overstay, infraction terms or expulsion dates, the values of fines. In Example 1, the argument is circumstantial. Mobility and an irregular situation reflect a contradiction. On the one hand, the immigrant has a family, there is obviously a lifeworld – a certain stability. Nevertheless being in an irregular migratory situation causes a certain stagnation in terms of legal mobility within the country, in addition to economic vulnerability, there is legal precarity.

Example 1 A circumstantial argument

The argument is constructed as a narrative in which the federal agent provides details as to the foreigner's trajectory, his limited income and his life in Brazil. The narrative is not just about institutional closure but provides a more humane perspective as to a foreigner and his family's lifeworld through his simple description of his existence in the country.

Assunto: **Multa – hipossuficiência**

Destino: **NRE/DELEMIG/GO**

Processo: **08295.018127/2018-66**

Interessado: **TIAGO RODRIGO MOREIRA FERNANDES PEREIRA**

1. Trata-se de defesa interposta por TIAGO RODRIGO MOREIRA FERNANDES PEREIRA, natural de Portugal, contra a aplicação da multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por ter excedido o prazo legal de sua estada em território nacional, e, ainda não ter regularizado sua situação migratória;

2. A defesa apresentada foi tempestiva, tendo o interessado alegado hipossuficiência;

3. Nas diligências (14229911), restou verificado que o estrangeiro possui esposa e filha brasileiras, e a família reside em imóvel próprio, simples e localizado em bairro periférico, adquirido com base nas economias do casal no período em que viveram em Portugal; e que a renda familiar é obtida através de trabalho autônomo do interessado, exercendo a função de carpinteiro, e de sua companheira,

como diarista, sendo de aproximadamente R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais);

4. Considerando a situação de precariedade econômica demonstrada pelo interessado, DEFIRO o pedido apresentado, com fulcro no art. 312, § 8º do Dec. n.º 9.199/17, razão pela qual determino o cancelamento da multa aplicada;

5. Ao NRE/DELEMIG/GO para as devidas providências atinentes ao cancelamento da multa aplicada, à publicação da presente decisão no site da Polícia Federal, conforme definido no art. 309, § 7º do Dec. n.º 9.199/17, e, comunicação ao interessado; 6. A., archive-se.

Example 2

The example below is another anecdote for institutional migratory purposes. Again, there is a certain awareness of a lifeworld – a life in a new country has already been started. The text obviously implies a visit to the foreigner's domicile or a prior interaction in which knowledge of her situation leads to cancellation of the fine for being in an irregular situation in the country.

Assunto: Defesa - Multa Destino: NRE/DELEMIG/GO Processo

: 08295.000052/2020-81 Interessado: ADRIANA DEL VALLE GUILARTE

BETANCOURT 1. Trata-se de defesa interposta por ADRIANA DEL VALLE

GUILARTE BETANCOURT, nacional da Venezuela, contra a aplicação de multa no valor

de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), por ter infringido o disposto no Art. 109, II, da

Lei 13.445/2017 pela seguinte prática: ultrapassar em 18 dias o prazo de estada legal no

país; 2. A defesa apresentada foi tempestiva, tendo a interessada alegado hipossuficiência;

3. Consoante a Informação 14022120, restou verificado que a estrangeira está

desempregada, possui companheiro brasileiro, de profissão caseiro, ambos moram numa

habitação simples cedida pela proprietário, localizada em chácara; e que todas as despesas

do casal são custeadas pela renda de seu companheiro, que recebe valor de um salário

mínimo. Em relação a situação migratória, a estrangeira possui agendamento de atendimento previsto para o dia 12/03, nesta SR/PF/GO, visando a obter o registro com Visto Temporário – 273, Portaria Interministerial N° 9º/2018, por razões humanitárias, concedidos aos nacionais da Venezuela; 4. Considerando a situação de precariedade econômica demonstrada pela interessada, DEFIRO o pedido apresentado, com fulcro no art. 312, § 8º do Dec. n.º 9.199/17, razão pela qual determino o cancelamento da multa aplicada; 5. Ao NRE/DELEMIG/GO para as devidas providências atinentes ao cancelamento da multa aplicada, à publicação da presente decisão no site da Polícia Federal, conforme definido no art. 309, § 7º do Dec. n.º 9.199/17, e, comunicação à interessada; 6. A., archive-se.

Example 3 is a narrative that traces a Venezuelan woman's life in terms of family and economic constraints. The fine is cancelled given the family's low income.

Assunto: Multa Destino: NRE/DELEMIG/GO Processo: 08295.000775/2020-81 Interessado: ANYIS AMARILY SILVA SALCEDO Trata-se de recurso interposto por ANYIS AMARILY SILVA SALCEDO nacional da Venezuela, contra a aplicação de multa no valor de R\$ 700,00 (trezentos reais), por ter infringido o disposto no Art. 109, II, da Lei 13.445/2017 pela seguinte prática: ultrapassar em 7 dias o prazo de estada legal no país; De acordo com a Informação 13658217, a defesa apresentada foi tempestiva, tendo a interessada alegado hipossuficiência; Pelo levantamento de campo (13994888), restou apurado que a requerente possui registro com Visto Temporário —273, Portaria Interministerial N° 9º/2018, por razões humanitárias, concedidos aos nacionais da Venezuela. Em relação à sua situação de vida, foi constatado que a requerente vive com sua família, constituída por uma esposa e três filhos estrangeiros, de origem venezuelana, em imóvel simples, situado em bairro periférico, alugado. A renda familiar é constituída pelo salário do cônjuge, correspondente ao valor de um mil e setecentos reais. A interessada não trabalha no momento e seus filhos encontram-se em idade escolar. E, por fim, não foram identificados no local indícios incompatíveis com a alegada hipossuficiência financeira; Considerando a regularização migratória da interessada, e, a caracterizada hipossuficiência, DEFIRO o pedido apresentado, com fulcro no art. 312, § 8º do Dec. n.º 9.199/17, razão pela qual determino o cancelamento da multa aplicada; Ao NRE/DELEMIG/GO para as devidas providências atinentes ao cancelamento da multa aplicada, à publicação da presente decisão no site da Polícia Federal, conforme definido no art. 309, § 7º do Dec. 11.09.199/17, e, comunicação à interessada; A., archive-se.

Example 4

In this last example, an Angolan woman lives under low income conditions. She lives with her sister but does not earn enough to pay the fine for her irregular stay in the country. She is not however criminalized. The fine is waived as she fits the economic insufficiency profile.

Assunto: Defesa - multa Destino: NRE/DELEMIG/GO Processo: 08295.005964/2019-14 Interessado: FERNANDO SOMA DA GRAÇA 1. Trata-se de recurso interposto por FERNANDO SOMA DA GRAÇA, nacional de Angola, contra a aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por ter infringido o disposto no Art. 109, II, da Lei 13.445/2017 pela seguinte prática: ultrapassar em 261 dias o prazo de estada legal no país; 2. De acordo com a Informação 14400946, a defesa apresentada foi tempestiva, tendo o interessado alegado hipossuficiência, e que o estrangeiro solicitou refúgio em 05/07/2019, estando o processo em análise nesta data. O interessado encontra-se no momento residindo com uma 4rmã, numa casa com 6 moradores no total e com renda familiar total em torno

de R\$ 3.000,00 (três mil reais), abaixo dos 3 (três) salários mínimos, o que permite caracterizar a hipossuficiência; 3. Diante do exposto, DEFIRO o pedido apresentado, com fulcro no art. 312, § 8º do Dec. n.º 9.199/17, razão pela qual determino cancelamento da multa aplicada; 4. Ao NRE/DELEMIG/GO para as devidas providências atinentes ao cancelamento da multa aplicada, à publicação da presente decisão no site da Polícia Federal, conforme definido no art. 309, § 7º do Dec. n.º 9.199/17, e, comunicação ao interessado; 5. A., archive-se

In short, the notifications reflect a legal and moral ethnography of the migrant's condition and trajectory in search of a place or a 'non-place' in crossing borders. Brazil stands out as a country in which the migrant's or refugee's life is constructed very much institutionally; there is an argumentative and moral structure embedded in immigration control notifications, indicating a certain awareness in seeking to apply or enforce the new trends in the 2017 New Migration Law that does not only work in humanitarian terms but also towards maintaining control vis à vis crime and expulsions. Further, Brazil apparently portrays a non-criminalization landscape regarding irregular immigrants through its humanitarian discourse and its administrative approach to immigration even when there are criminal infractions. In short, the notifications give a brief insight on the lives of migrants and refugees in terms of their institutional trajectories as they settle or dislocate again through federal agents who play a key role in their lives and in the changes brought about in Brazil's 2017 Migration Law.

References:

ALCARAZ, A. O. Discurso político e inmigración: Análisis crítico de discurso a propósito de la reforma gubernamental realizada al sistema de salud pública en España. *Discurso y Sociedad*, 6(4), 2012, 739-758. Retrieved in: <<https://bit.ly/3jE71Hr>>. Accessed in Jul. 2021.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

ARCARAZO, Diego Acosta; FREIER, Luisa Feline. Discursos y Políticas de Inmigración en Sudamérica: ¿hacia un nuevo paradigma o la confirmación de una retórica sin contenido? In.: REMHU - Rev. Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXIII, n. 44, 2015, p. 171 - 189. Retrieved in: <<https://bit.ly/3qCWD3S>>. Accessed in Jul. 2021.

ARGAMAN, Einav. Arguing within an institutional hierarchy: how argumentative talk and interlocutors' embodied practices preserve a superior—subordinate relationship. *Discourse Studies*, v. 11, n. 5, p. 515-541, 2009. Retrieved in: <<https://bit.ly/3qD74o6>>. Accessed in Jul. 2021.

ARMINEN, Ilkka. On the context sensitivity of institutional interaction. *Discourse & Society*, v. 11, n. 4, p. 435-458, 2000. Retrieved in: <<https://bit.ly/3dAvnxH>>. Accessed in Jul. 2021.

BHATIA, Vijay. Professional written genres. In: Gee, J.P. & Handford, M. *The Routledge Handbook of Discourse Analysis*. New York: Routledge, 2012, pp. 239-251.

BLOOR, David. *Knowledge and social imagery*. 2 ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

BLOMMAERT, Jan. *Ethnography, Superdiversity and Linguistic Landscapes: Chronicles of complexity*. Bristol: Multilingual Matters, 2013.

BLOMMAERT, Jan. Investigating narrative inequality: 'Home narratives' of African asylum seekers in Belgium. Working Group on 'Language Power and Identity', LPI Working Paper, n. 1, 1999. Retrieved in: <<https://bit.ly/3yeQH3G>>. Accessed in Jul. 2021.

CANTO, Marjolaine. *Migração laboral no brasil: desafios para construção de políticas*. V.1, n.1. Brasília: Cadernos OBMigra: 2015.

CEYHAN, Ayse; TSOUKALA, Anastassia. The securitization of migration in Western societies: ambivalent discourses and policies. In: *Alternatives: global, local, political*. V. 2, n. 1. Lynn Rienner Publishers, 2002.

CHARTERIS-BLACK, Jonathan. *Analysing political speeches: Rhetoric, discourse and metaphor*. Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.

DOMENECH, Eduardo. Inmigración, anarquismo y deportación: la criminalización de los extranjeros "indeseables" en tiempos de las "grandes migraciones". *REMHU – Revista Interdisciplinaria Movilidades*, Brasília, v.23, Ano XXIII, p. 169-196, Jul/dez, 2015. Retrieved in: <<https://bit.ly/3Aln8j1>>. Accessed in Jul. 2021.

DJIK, Teun A. *Discourse and knowledge: A sociocognitive approach*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2014.

DUCHÊNE, Alexandre; MOYER, Melissa; ROBERTS, Celia (Editores). *Language, migration and social inequalities*. Bristol: Multilingual Matters, 2013.

ELLIS, Dan. *Legitimising Immigration Control Policy in the UK: A Critical Discourse Analysis of the Conservative Party's Immigration Act 2016*. Dissertation, School of Applied Social Science, University of Brighton. Brighton, p.49, 2017.

GALDIA, M. (2009). *Legal discourses*. Peter Lang.

GUIA, Maria João. *Crimigração, securitização e o Direito Penal do crimigrante*. In: *Revista Liberdades*. N. 11 - September/December, 2012. P. 90-120. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 109

HERZFELD, Michael. *The social production of indifference*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1992.

IBRAHIM, Maggie. The securitization of migration: A racial discourse. *International migration*, v. 43, n. 5, p. 163-187, 2005. Retrieved in: <<https://bit.ly/36kKU0R>>. Accessed in Jul. 2021.

KHAN, Karan. The risks and gains of a single case study. In: MARTIN-JONES, Marilyn; MARTIN, Deirdre. *Researching multilingualism: Critical and ethnographic perspectives*. New York: Routledge, 2017. p.60-62.

MARINUCCI, Roberto. Mobilizações de migrantes e refugiados: as lutas pela visibilidade e pelo reconhecimento. Editorial. REMHU, Brasília, v.24, n.48, p.7-10, 2016. Retrieved in: <<https://bit.ly/3hk6TtK>>. Accessed in Jul. 2021.

_____. Criminalização das migrações e dos migrantes. Editorial. REMHU, Brasília, vol.23, no.45, p.7-10, 2015. Retrieved in: <<https://bit.ly/3jAIS4u>>. Accessed in Jul. 2021.

MARTIN-JONES, Marilyn; Jones, Kathryn E. (Eds.). *Multilingual Literacies: Reading and writing different worlds*. Amsterdam, Netherlands: John Benjamins Publishing Company, 2000.

MEURER, José Luiz. Ampliando a noção de contexto na lingüística sistêmico-funcional e na análise crítica do discurso. *Linguagem em (Dis) curso*, v. 4, p. 133-158, 2010. Retrieved in: Retrieved in: <<https://bit.ly/3jACREO>>. Accessed in Jul. 2021.

OBERHUBER, Florian. Dissemination and implementation of political concepts. In: Oliveira, C. M. S. *Migração, etnicidade e identidade no Brasil*. UFPA, Vol. 3:1-5, 2001.

OLIVEIRA, A. P. Does Brazil's ambition as a humanitarian superpower provide a model for greater South-South migration? Working Paper, LASA, 2017.

PÉREZ-PAREDES, Pascual.; JIMENEZ, Pilar Aguado; HERNÁNDEZ, Purificación Sánchez. Constructing immigrants in UK legislation and Administration informative texts: A corpus-driven study (2007–2011). In: *Discourse & Society*, v. 28, n. 1, p. 81-103, 2016.

PINZANI, Alessandro. El debate sobre la inmigración como discurso ontológico-político. *Arbor*, v. 186, n. 744, p. 513-530, 2010.

PUJADAS, Joan Josep. Etnografía móvil, entre el sombreado y el acompañamiento: notas a partir del estudio de la movilidad cotidiana en la Región Metropolitana de Barcelona (RMB). *Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v. 22, n. 2), p. 361-386, 2018. Retrieved in: <<https://bit.ly/3xgzcA0>>. Accessed in Jul. 2021.

RADHAY, Rachael Anneliese. *Discurso e poder na política de imigração brasileira*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Retrieved in: <<https://bit.ly/3wbAA5u>>. Accessed in Jul. 2021.

_____. O habitus institucional da política de imigração brasileira - um olhar transversal - a legitimação do Estado-nação. In: *Discurso y Sociedad*. V. 12, n 1, pp. 161-191, 2018. Retrieved in: <<https://bit.ly/3yd9P1Z>>. Accessed in Jul. 2021.

_____. Pertencimento: ideoscapes institucionais e retratos de imigrantes na imigração sul-sul no Brasil: a documentação institucional e comunitária. Working Paper, LASA, 2019.

REISIGL, Martin.; WODAK, Ruth. The discourse-historical approach (DHA). In WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Eds.). *Methods of Critical discourse analysis*. London, England: Sage Publications Ltd, 2016. pp. 23-61.

SANTANGELO-CARMINERO, Marta. *Documenting the undocumented: Latino/a Narratives and Social Justice in the Era of Operation Gatekeeper*. Florida: University Press of Florida, 2017.

Santa Ana, Otto. *Brown tide rising: Metaphors of latinos in contemporary American public discourse*. Texas: University of Texas Press, 2002.

VAN LEEUWEN, Theo. Legitimation in discourse and communication. In: *Discourse & communication*, v. 1, n. 1, p. 91-112, 2007.

WALTERS, William. Foucault and frontiers: notes on the birth of the humanitarian border', in BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne; LEMKE, Thomas (editors). *Governmentality: Current Issues and Future Challenges*. New York: Routledge, 2010. pp. 138-164.

WODAK, Ruth; KOLLER, Veronika (Ed.). *Handbook of communication in the public sphere*. New York: Mouton de Gruyter, 2008.

ZAPATA-BARRERO, Ricard; VAN-DIJK, Teun A (editores). *Discursos sobre la inmigración en España: Los medios de comunicación, los parlamentos y las administraciones*. Barcelona: Fundación CIDOB, pp. 69-90, 2007.

Justiça, Criminalidade e Trajetórias: Santa Luzia do Carangola-MG (1873-1889)

Randolpho Radsack Corrêa¹

Patricia de Oliveira Guerra Radsack Corrêa²

Introdução

O presente trabalho se encontra em fase de desenvolvimento e tem por finalidade realizar uma breve análise dos 307 crimes que foram oficializados e julgados pelo Termo de Santa Luzia do Carangola, na região da Zona da Mata Mineira, entre os anos de 1873 e 1892. Com base neste recorte, será possível compreender uma parcela das relações sociais em seus diversos aspectos, principalmente em meio ao contexto de amplas mudanças em nível nacional e regional, o que evidenciará um quadro de constantes conflitos. Partindo dessa premissa, o recorte em questão nos proporciona a verificação do contexto do fim da Monarquia, aliado ao desenvolvimento da região de Santa Luzia do Carangola. A disputa que se constrói a partir da visão de mundo que cada grupo social procurava impor, interferia diretamente nos padrões de comportamento sobre as oportunidades no exercício do poder. O exercício da análise de uma determinada coletividade a partir de seus conflitos permite uma compreensão mais profunda sobre sua dinâmica, seu desenvolvimento, expansão e suas complexidades.

A atual cidade de Carangola se situa na parte leste da Zona da Mata Mineira, a 370 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro, possuindo segundo o IBGE³, 33.011 habitantes. No que se refere ao século XIX, a Paróquia de Santa Luzia do Carangola, criada em 1866 e recenseada em 1872, registrava 4.954 habitantes, sendo 4.135 homens livres e 819 escravos. Neste caso, os cativos constituíam 16,54 % da população.⁴

Para se ter um comparativo sobre a criminalidade, entre 1881 e 1890, o município mineiro de Juiz de Fora registrou ao todo 542 processos criminais para 74.136 habitantes no final do período. Entre os anos de 1880 e 1892, encontramos 307 processos criminais tramitados no Termo de Santa Luzia do Carangola, para 21.698 habitantes de acordo com o

¹ Doutorando em História – Universo/Niterói-RJ. E-mail: randolpho36@gmail.com.

² Graduada em História – Universo/São Gonçalo-RJ. E-mail: patriciaguerrast@gmail.com.

³ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/carangola.html>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

⁴ RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 15 out. 2020.

recenseamento realizado em 1890⁵. O que mostra um elevado índice de crimes oficializados em Carangola, se comparados com o primeiro município.

Compreendemos que parte do fenômeno da criminalização, é produto do enfrentamento e resistência dos cidadãos aos novos parâmetros de regulação, fiscalização e punição comandadas pela presença do Estado ao longo do século XIX. (BOURDIEU, 2014) Os impactos diretos e indiretos que interferiram nas relações sociais após a independência trouxeram, sobretudo, grandes peculiaridades se analisados nos contextos “macro” e “micro”. Em um primeiro momento, podemos avaliar a atuação do Estado e seu aparelhamento na Corte e nas grandes cidades. Contudo, podemos questionar a efetiva atuação da Justiça e seus impactos nas regiões do interior, nas propriedades rurais, onde a regulação do Estado poderia ser considerada mais excêntrica nos primeiros anos do Império.

Ressaltamos que o eventual desconhecimento e distanciamento dos parâmetros legais e administrativos do sistema colonial foram uma realidade para as áreas dos sertões e seus respectivos interiores. Se analisados os movimentos de origem, construção e consolidação do Estado brasileiro oriundos dos grandes centros, essa ação de atuação do Estado não se interiorizaria tão rapidamente. Nossa reflexão se dá na problematização da construção do sistema normativo do Estado. Entre outros objetivos, buscamos com esse trabalho, evidenciar que as ações normativas do Estado e da Justiça tiveram grandes dificuldades de interiorização nas regiões mais remotas do Brasil independente.

O fenômeno da interiorização da ação do Estado traz à tona o que Giovanni Levi determina como transformação do espaço local através da “ação política de um novo tipo de indivíduos de relevo, especializado em fornecer notícias vindas do mundo externo, em simplificá-las e em adaptá-las às situações internas da comunidade.” (LEVI, 2000: 175) Para que a manutenção da ordem fosse praticada, a estrutura do campo de poder e do campo jurídico foi alinhada com a criação de instâncias, sobretudo com a hierarquia institucional da Justiça brasileira oitocentista.

Na perspectiva de nomear o que até então era inominável, a legislação do Império brasileiro buscou através de sua Constituição e demais códigos jurídicos, tipificar o conjunto de regras e normas no que diz respeito à conduta de seus submetidos. Sobre os aspectos jurídicos consolidados no Brasil independente, cabe observar que o Título 6º da Constituição tratava dos pontos referentes ao Poder Judiciário, apresentando seus fundamentos e

⁵ RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1890. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=5913>>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

atribuições, ressaltando que os âmbitos civis e criminais seriam consolidados em códigos posteriores. O trecho da Constituição enfatizava o papel dos jurados nos trâmites processuais, como parte do ritual jurídico. Os juízes de direito eram considerados perpétuos em suas atribuições, podendo responder por uso indevido do cargo, sendo prevista a intervenção do Imperador. Sobre esta intervenção, podemos relacionar que o perfil da Constituição permitindo o Poder Moderador já enfatizava esse tipo de ação limitadora. Tanto que, o mesmo Imperador poderia suspender todas as queixas realizadas contra ele.

Sobre as atribuições da Justiça, este trecho da Constituição delimitava alguns trâmites relacionados às instâncias e suas respectivas denúncias, inquirição de testemunhas e a publicidade dos atos nas causas crime. Além das primeiras instâncias, a Constituição previa um tribunal de Relação para que fossem destinados os recursos considerados como segunda instância. Além desta possibilidade, “havia também um Tribunal com a denominação de - Supremo Tribunal de Justiça - composto de Juízes Letrados, tirados das Relações por suas antiguidades (...)”.⁶ Nesse sentido, cada província teria um tribunal com essas configurações, no intuito de conceder ou renegar revisão às causas, tomar conhecimento dos erros administrativos dos funcionários da Justiça, ministros, empregados do corpo diplomático do Império e dos presidentes de província. Cabia também, intermediar conflitos nas relações entre as respectivas províncias.

Mesmo com todas as atribuições delimitadas na Constituição, é importante ressaltar novamente, que independente das prerrogativas descritas até então, o mesmo documento indicava a necessidade da elaboração de códigos específicos, tanto no âmbito civil quanto criminal. O primeiro Código Criminal brasileiro foi criado em 16 de dezembro de 1830, tendo em vista que não cabia a Constituição a delimitação pormenorizada das atribuições da Justiça e de suas respectivas áreas. Mesmo com atualizações posteriores, o Código Criminal de 1830 fundamentou parte do ritual jurídico, por meio da oficialização dos conflitos no Brasil Imperial, criando leis específicas para os mesmos eventos.

Sobre a função da Justiça: sociedade e violência

Elaborada na tentativa de cumprir uma função normativa, penal e reguladora por meio da lei, tentaremos compreender como a presença da Justiça se consolidou como entidade reguladora do âmbito individual e coletivo, realizando o fenômeno da interferência do Estado

⁶ BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I. Presidência da República – Casa Civil, Rio de Janeiro, 25 mar. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em 30 abr. 2019.

no cotidiano e na realidade das sociedades. (SANTOS; COSTA, 2004) Em outras palavras, perceber como o Estado impunha sua legitimidade em relação à sociedade, estabelecendo uma rede de relações e interdependências. (BOURDIEU, 2014)

Evidentemente, não podemos compreender que as sociedades do século XIX eram conduzidas e balizadas, exclusivamente, por contendas. Contudo, a realidade da violência não pode ser desconsiderada, uma vez que o fenômeno do conflito é inerente à natureza das relações políticas, econômicas e sociais. Logo, é preciso compreender a violência como um fenômeno que ultrapassa as relações de fissuras, transições ou rupturas. Essas relações podem, sim, interferir nas dinâmicas sociais. Mas, não são exclusivas da origem dos conflitos. As ações de violência não devem ser interpretadas de maneira frívola ou simplista, não devem ser interpretadas como produto do uso indevido das regras simplesmente.

Sobre a possível diferenciação entre os conceitos de violência e criminalidade como fenômenos coletivos sociais, Alysson Freitas ressalta que:

Obviamente, entendemos criminalidade e violência como conceitos distintos, tendo em vista que a discussão sobre violência perpassa a condição da agressão ao outro, em uma lógica de relações cotidianas próprias, o que acaba por criar características particulares a cada tipo de violência que aparece em uma determinada sociedade e realidade. Por outro lado, a criminalidade é uma construção jurídica, com base na qual é possível perceber como uma sociedade pode considerar a criminalidade como legítima ou não. (FREITAS, 2014: 315)

Ainda sobre as interpretações acerca do estudo da criminalidade, o autor enfatiza que:

Estudar a criminalidade, dessa forma, não significa apenas estudar uma “história do desvio, daquilo que a sociedade repele intensamente”, afinal, “a criminalidade expressa, a um tempo, uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais”. (FREITAS, 2014: 315-316)

Dessa forma, podemos interpretar o crime a partir de seu registro oficial e seus respectivos desdobramentos no âmbito judicial. É a oficialização do ato interpretado como irregular que resulta na ruptura de um sistema normativo previamente determinado e que passa a ser ritualizado no tribunal, da denúncia até a sentença proferida pelo juiz.

Segundo o autor, o número impactante de registros de atos considerados criminosos, não evidenciam reais aumentos de criminalidade. Cabe ressaltar que, a partir do surgimento da Justiça enquanto órgão oficial, o que se verificou foi a oficialização dos eventos que já ocorriam anteriormente sem que os mesmos dados fossem registrados em um ritual jurídico

institucionalizado. Com as diretrizes iniciais para o seu surgimento, a Justiça nasce no Brasil com a tentativa de cumprir um papel de regulação dos meios sociais e, sobretudo, como um importante instrumento de controle social, com mecanismos próprios e dinâmicos, embasados em leis e códigos que foram construídos e atualizados ao longo do século XIX. Como forma de regulação oficial da sociedade, entre o Império e a República foi instituído o Código Criminal de 1830, o Código do Processo Criminal de 1832, o Código Penal de 1890 e as regulamentações adjacentes.

O processo criminal e as evidências do cotidiano

É importante destacar que, embora os autos processuais contribuam com a investigação de uma parcela significativa do cotidiano das sociedades, evidenciando parte das dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento e suas respectivas transformações, utilizar o processo criminal para tal fim não é tarefa fácil. É preciso levar em consideração a necessidade de se verificar as entrelinhas do processo para localizar informações das partes envolvidas com seus respectivos cotidianos e costumes. Em suma, nem toda fonte criminal apresenta explicitamente as informações acerca de seus envolvidos.

Segundo Marcos Bretas:

Os historiadores que tentaram abordar a vida cotidiana a partir dos arquivos criminais tiveram problemas também ao selecionarem seus dados. Os arquivos judiciais são organizados a partir de comportamentos classificados como criminais, e inúmeros obstáculos são verificados quando se tenta encontrar outros tipos de comportamento. A busca de informações sobre cultura, gênero ou religião ao longo de seus dossiês tem se provado uma árdua tarefa. (BRETAS, 1991: 50)

O processo criminal enquanto fonte traz uma narrativa padronizada, que na maioria das vezes facilita a análise. Contudo, há uma variação na característica dos autos. Neste caso, nos referimos ao estilo da redação dos agentes da Justiça, ao tipo de letra, ao tamanho do processo, tendo em vista à possibilidade de continuidade dos trâmites processuais por meio de recurso dos resultados nos tribunais de apelação e até mesmo a incompletude dos autos.

Sendo assim, concordamos com o Marcos Bretas quando o mesmo afirma que a pesquisa em processos criminais é uma tarefa árdua. Porém, os obstáculos que serão futuramente mencionados por nós, não são impossíveis de serem superados. Os empecilhos relacionados à incompletude dos processos criminais não comprometem totalmente a análise das trajetórias, dos movimentos sociais e de suas respectivas transformações, sobretudo no que diz respeito aos processos referentes a essa pesquisa.

É de suma importância estabelecer uma problematização das fontes criminais. Embora consigamos extrair elementos significativos das sociedades em questão, a partir da análise dos trâmites processuais, é preciso certo cuidado com a interpretação dos discursos transcritos pelos agentes da Justiça. Por meio da mediação dos depoimentos registrados, a reprodução das declarações existentes nos autos passava pela caneta do escrivão, não havendo garantia das veridades reproduzidas nos processos.

De acordo com Marcos Bretas:

A “descoberta da voz” dos grupos dominados a partir dos arquivos da Justiça criminal levanta uma série de questões novas para o historiador. De que maneira trabalhavam os escritores desses discursos, isto é, os escrivães de polícia? Quão confiáveis são os documentos por eles produzidos? Mesmo aceitando a hipótese de que o são, será que as pessoas falavam a verdade perante a Justiça? Ou ainda, se esses depoimentos podem ser levados a sério, quão representativos da cultura popular seriam eles? Podem, enfim, os arquivos criminais fornecer dados quantitativos utilizáveis? (BRETAS, 1991: 49)

Tais considerações sobre as dificuldades e possíveis ciladas que o discurso da fonte pode ocasionar são muito relevantes, principalmente pela rotina da leitura em uma fonte padronizada e ritualizada em sua tramitação. O cuidado essencial que devemos tomar, diz respeito aos respectivos conteúdos dos autos. Não se devem tomar os teores e seus depoimentos como descrições literais e imparciais dos casos. Cabe ressaltar que, os envolvidos nos trâmites processuais buscavam construir as suas verdades, apresentando suas respectivas versões para obterem vitória nas barras dos tribunais. (MAUCH, 2013)

Os autos disponibilizam dados que vão muito além das expectativas, sobretudo quando rompemos o vício de consulta apenas às partes específicas. Sem dúvida, a análise dos processos criminais é algo que traz certa complexidade. Contudo, são documentos ricos em detalhes, tanto para a análise da violência, quanto para a verificação das relações cotidianas. O processo criminal enquanto fonte se caracteriza como uma ação judicial pelo qual um ato criminoso é registrado e submetido à Justiça. O documento que vai ganhando forma e anexos ao longo dos seus trâmites, contendo informações acerca do evento criminoso e das partes envolvidas.

Embora o documento possa apresentar alguma variação no que diz respeito às peculiaridades do caso, o que se verifica é a predominância de um ritual padronizado. De acordo com Ivan Vellasco e Cristiana Andrade, o padrão processual no universo do crime, pode apresentar três grupos de informação. (VELLASCO; ANDRADE, 2018)

Dados sobre o processo: Estão disponíveis os dados sobre o tipo do processo, início e fim da tramitação, tipo de julgamento, sentença proferida, apelação como recurso (se for o caso), custas do processo e sentença final;

Dados sobre o crime: Nesse grupo, verificam-se os dados referentes ao tipo de crime de acordo com os códigos criminais, recorte temporal de sua tramitação, local do crime, motivação para a concretização do evento criminoso e meios utilizados para o ato.

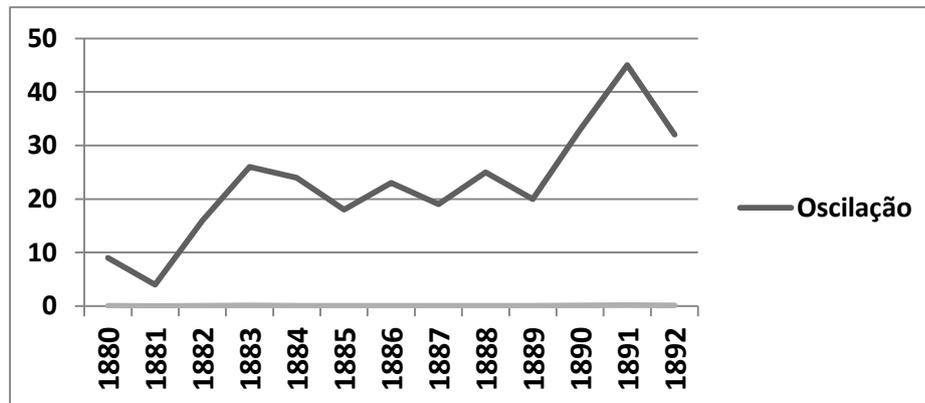
Dados sobre as partes (Vítima e Réu): Estão disponíveis os dados referentes aos nomes, sexo, origem, naturalidade, nacionalidade (se estrangeiro), estado civil, ocupação, se sabe ler ou escrever, idade, cor e sua respectiva condição (escravo ou livre). Caso a parte seja escravo, se verifica as informações sobre o nome do proprietário.

Evidentemente não há a garantia da existência de todos os dados conforme ressaltam os autores. Tais ausências se dão pelos motivos que já mencionamos. Pode ocorrer a ausência de informações pela incompletude dos processos, mas também pela lógica ou dinâmica de cada Termo ou Comarca, apresentando uma variação de acordo com o estilo de escrita e a disponibilidade dos escrivães.

Mudanças, Transformações e os Impactos Sociais

A presença da Justiça passou a permitir os registros dos conflitos, efetivando o crime e a ritualização do processo criminal. Possíveis oscilações dos índices criminais em um determinado recorte podem estar intimamente relacionadas por variáveis institucionais, econômicas, culturais e demográficas. (VELLASCO; ANDRADE, 2018) No gráfico a seguir, podemos compreender as oscilações ocorridas no mesmo recorte, tendo em vista o aumento significativo de registros dos crimes referentes ao Termo e a Comarca.

Gráfico 1 – Oscilação do Registro de Processos Criminais na Região de Santa Luzia do Carangola entre os anos de 1880 - 1892



Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

A partir dos dados constantes acima, é importante relacionar alguns acontecimentos em destaque no município durante esse período:

- 1880: É criado o Termo de Santa Luzia do Carangola.
- 1882: Ano da emancipação do município.
- 1885/1886: Tem início a obra para a construção da linha férrea na cidade.
- 1889: A linha de férrea se estende para o distrito de Faria Lemos.
- 1890: Cria-se a Comarca de Santa Luzia do Carangola e a partir de 1891/1892 iniciam-se definitivamente os trabalhos.

Como podemos identificar, a partir da implantação do Termo de Santa Luzia do Carangola, verificamos o aumento dos registros dos processos. Entre os anos de 1882 e 1889, se manteve a média anual entre 20 e 25 registros criminais. A partir da elevação à categoria de Comarca, observamos um salto significativo que demonstra os impactos da Justiça desde a sua presença efetiva até a sua ampliação na jurisdição.

Na análise do gráfico, torna-se visível o aumento do registro dos conflitos na Justiça. Ressaltamos que, o aumento dos registros anuais não traduz necessariamente, o aumento da violência. Como ressaltamos, a presença da Justiça e suas possíveis intervenções, contribuíram para a produção de processos criminais e seus respectivos rituais jurídicos. Contudo, as transformações referentes ao município e suas respectivas instâncias, podem sim, possibilitar o conflito entre grupos antagônicos, as disputas de interesse e os embates em meio às aspirações pessoais.

No ano da extensão da linha férrea para Faria Lemos, José Lourenço do Carmo transitava pela linha férrea que estava em construção. Como o acesso aos trilhos estava proibido em função das obras e das manutenções, o português Sebastião Cardoso que trabalhava na referida construção advertiu José Lourenço para que não transitasse sobre os trilhos. Não cumprindo a advertência, Sebastião Cardoso agrediu José Lourenço com golpes de broca de ferro. Após a agressão realizada com o instrumento de trabalho do réu, o conflito foi levado aos trâmites processuais.

Para que a denúncia oferecida pela promotoria fosse avaliada, na sequência dos autos foi realizado o auto de perguntas ao ofendido. Neste ato, José Lourenço alegou que foi advertido por Sebastião, para que não caminhasse pelos trilhos do trem. A vítima voltava com suas ferramentas após o trabalho na lavoura. José Lourenço argumentou ao réu que, quando o trem se aproximasse ele se retiraria da estrada. Contudo, no próprio depoimento, José Lourenço relatou que foi advertido normalmente por Sebastião, dizendo que “ali não era estrada”. Após esta advertência, recebeu três “bordoadas”.

No auto de Corpo de Delito, a narrativa dos peritos relatam graves ofensas físicas. Os peritos, José Marcos da Rocha e Martinho José Rodrigues foram os responsáveis para o procedimento executado na vítima. De acordo com os peritos:

(...) encontrarão no offendido hum ferimento na cabeça do lado direito com huma brecha com 7 centímetros d'estenção e hum de profundidade que se observa o osso do crânio quebrado, e huma contusão no hombro direito, que lhe proibe mover com o braço, e uma leve contusão sobre o braço esquerdo; tendo a camiza e a calça toda manchada de sangue (...).⁷

No mesmo documento, os peritos informaram que o ferimento foi decorrente de ofensas físicas, que era considerado mortal, efetivado por um instrumento de ferro. Pontuaram ainda que houve comprometimento de membros e possível inabilitação dos mesmos. Alegaram que a ofensa poderia resultar em deformidades, pela forte pancada, resultando na perda de força da vítima. Argumentaram que a pancada dada na cabeça poderia influenciar em perturbação de José Lourenço, criando grave incômodo de saúde e a inabilitação de seu serviço por mais de trinta dias. Os peritos avaliaram o valor do dano causado em cento e oitenta mil réis.⁸

Ainda nos procedimentos realizados na subdelegacia, algumas testemunhas foram arroladas para a verificação do crime. A primeira testemunha se chama João da Silva Callado,

⁷ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 7v-8.

⁸ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 8.

tinha 40 anos, era negociante, natural de São Paulo e residente no distrito de Faria Lemos. De acordo com a sua qualificação, podemos verificar a presença de indivíduos de províncias externas residindo na região. Do mesmo modo, observamos uma qualificação profissional que denota outras atividades além das relacionadas à lavoura. A qualificação das testemunhas referentes a esse caso apresentam situações semelhantes.

A testemunha relatou ter visto o réu conduzindo a vítima ensanguentada. Perguntou ao ofendido o que havia ocorrido. A vítima esclareceu que Sebastião havia lhe agredido na linha do trem. Questionando Sebastião sobre o motivo da agressão, o réu perguntou o que João Callado tinha com isso. A testemunha perguntou aos presentes o motivo da agressão. Soube também que havia sanções e multa de cinco mil réis para quem estivesse obstruindo a linha do trem. Foi informado pelos presentes que Sebastião espancou a vítima após ter solicitado que a mesma saísse da linha do trem. A testemunha informou que o ofendido foi entregue ao Mestre de Linha, sendo o réu Sebastião designado para a continuidade do trabalho na linha férrea. Ao ser questionado sobre o perfil das partes, a testemunha alegou que a vítima era um homem de bons costumes e bem conceituado. Já em relação ao réu, ouviu dizer que o referido era “muito bom no cassete”.⁹ A testemunha foi questionada se aprovava o ato do réu. Contudo, respondeu que se existia uma multa prevista, nada justificava uma agressão física.

As próximas testemunhas que colaboraram com o procedimento na subdelegacia, foram Domingos da Silva Cunha e Antônio Prudência. Domingos tinha trinta e nove anos, era negociante, natural do Porto de Santo Antônio em Minas Gerais e residente em Faria Lemos. Antônio Prudência tinha vinte e cinco anos, era lavrador, natural de Rio Novo em Minas Gerais e residente em Faria Lemos. Ambas as testemunhas alegaram que a vítima era bem conceituada e que o réu era provocador.

Nos procedimentos encaminhados à Justiça, a defesa questionou a intensidade dos exames discriminados no auto do corpo de delito. Neste ato do processo, a mesma defesa solicitou novos exames em relação à vítima. Da forma como foram discriminados os ferimentos no corpo de delito inicial, as referidas ofensas categorizavam o ato como delito cometido por Sebastião.

Conforme verificamos, a forma como foram relacionados os ferimentos no corpo de delito, os movimentos da vítima estariam comprometidos, inabilitando a mesma para o trabalho. No entanto, com a solicitação de um exame de sanidade física, a defesa buscou provar que a intensidade dos ferimentos não foram tão impactantes conforme atestaram os

⁹ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p.12.

peritos iniciais. O objetivo da defesa era provar que os ferimentos eram mais brandos, com o intuito de convencer a Justiça pela não criminalização do ato. De acordo com a defesa, foram oficiados *dois peritos completamente ignorantes da ciencia medica, pois são dois rústicos*¹⁰. Após o pedido de um exame de sanidade física, foi solicitada vista ao promotor público para se pronunciar sobre a nova perícia.

Em um processo de interiorização da Justiça em uma região que passava por constantes transformações, era previsto que as limitações em relação aos serviços prestados fossem uma realidade em vários aspectos. As perícias realizadas nos exames de corpo de delito, por vezes, eram conduzidas por indivíduos que não tinham a formação médica. Isso denota que, por vezes, para o andamento do ritual processual, a improvisação fosse uma realidade para os trabalhos da Justiça.

O resultado do exame de sanidade requerido pela defesa apresentou de fato, o abrandamento das feridas realizadas em José Lourenço do Carmo. De acordo com os novos peritos:

(...) procederão o exame na pessoa de José Lourenço do Carmo de constituição forte, trinta e cinco annos presumíveis de idade, e de estatura mais que regular, encontrando na parte media do parietal direito uma solução de continuidade, já em via de siccatura, de sete centímetros de extensão e um de largura, tendo a direção de cima para baixo e de traz para diante; este ferimento interessou apenas o couro cabeludo; encontrando mais uma escoriação de cor roza e forma quadrangular e de oito centímetros de lado, tendo a sua sede na (INDEFINIDO) direita, indicando ser produzida por um emplastro revulsivo; observando na mesma região uma echymose acompanhado de edemacia, echymose e edemacia determinadas por corpo contundente (...).¹¹

Após o exame realizado, os peritos alegaram que os ferimentos foram produzidos por ofensa física. No entanto, diferente dos pareceres dos peritos anteriores, alegaram que os ferimentos não são mortais, não resultaram em mutilação ou destruição de algum membro ou órgão, não houve inabilitação ou deformidade, não ocorreu grave incômodo de saúde e não houve inabilitação de serviço por mais de trinta dias. O promotor público acatou o resultado do exame de sanidade, alegando que os peritos do primeiro exame de corpo de delito não eram profissionais para o ato, não possuindo capacidade para a realização do exame. Cabe a ressalva de que, com a solicitação da defesa em prol de um novo exame na vítima, se formalizou o uso de predicados legais para a desclassificação do delito praticado por

¹⁰ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 23.

¹¹ CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04; p. 26v.

Sebastião Cardoso. A tese da defesa buscou provar que os ferimentos descritos no corpo de delito eram amplamente excessivos se comparados às reais ofensas físicas.

Após este embate entre as partes, o processo foi conduzido para os procedimentos comuns ao ritual. Na qualificação do réu, Sebastião Cardoso alegou ser solteiro, ter vinte e oito anos e desempenhar a profissão de feitor de turma da conservação da Estrada de Ferro da Leopoldina. Alegou saber ler e escrever, sendo natural de Portugal.

Como já enfatizamos, a década de 1880 para esta região se destacou em vários segmentos. A elevação de instâncias jurídicas ocorreu em 1880, a emancipação do município em 1882, a chegada da linha férrea e suas respectivas extensões a partir de 1885 e a elevação à categoria de Comarca em 1890. É provável que parte desses indivíduos que são qualificados como negociantes estivessem residindo na região pela conjuntura econômica favorável para o recorte. Em relação às partes envolvidas, podemos observar um trabalhador de lavoura em confronto com um trabalhador da linha de trem. Em outras palavras, o trabalho da terra se defrontando com o trabalho da expansão e desenvolvimento econômico.

No interrogatório do réu, Sebastião alegou que residia em Faria Lemos, especificamente no quilômetro 135 da linha do trem. O réu afirmou que, em virtude do trabalho desenvolvido na manutenção da linha, residia neste local há onze meses ou mais. Em seu depoimento, Sebastião argumentou que estava rondando a linha férrea para afastar dos trilhos qualquer empecilho que pudesse obstruir a passagem do trem. Este procedimento ocorria sempre que se aproximava a hora da passagem da locomotiva. Ao perceber a presença de José Lourenço, Sebastião advertiu a vítima sobre a proibição de permanecer próximo aos trilhos tendo em vista que muitos desastres já haviam ocorrido por causa de imprudências. De acordo com o réu, José Lourenço resistiu à advertência, permanecendo na estrada do trem. Na necessidade de retirar a vítima do trajeto, Sebastião quis afastá-lo da linha. Segundo o réu, José Lourenço deu um arranco que o fez cair dentro de um buraco feito de pedra e cimento. Sebastião disse que retirou José Lourenço do local da queda ao perceber que o mesmo havia se ferido.

Após o interrogatório destinado ao réu, o juiz se posicionou na contramão da denúncia inicial. De acordo com a autoridade, a própria vítima confessou desobedecer ao regulamento da linha férrea ao ser advertido pelo réu. Cabia a Sebastião a função de desobstruir a estrada para a passagem do trem. O juiz ressaltou que a própria vítima confessou que, ao ser admoestado, argumentou que assim que chegasse o trem sairia do caminho. Ressaltou ainda que, quando as testemunhas visualizaram a vítima, esta já se encontrava ferida, não oferecendo provas que Sebastião tivesse ocasionado os respectivos ferimentos. O juiz

interpretou como aceitável a retirada de José Lourenço da linha do trem, uma vez que esse resistiu às advertências preliminares. Alegou ainda que, se o réu tivesse intenções criminosas com a vítima, Sebastião deixaria José Lourenço ferido para ser morto pelo impacto com o trem. Sendo o réu um vigia da empresa, este não poderia permitir a presença de indivíduos imprudentes sobre a linha. Era lícito ao vigia utilizar a força para coagir e afastar alguém que estivesse resistindo e obstruindo a estrada do trem. Seria natural que o queixoso, ao cair por ser retirado da estrada acabasse se ferindo. Por não poder admitir o crime por ilação, o juiz considera improcedente a queixa. Sendo assim, a autoridade solicitou o arquivamento do processo, encerrando o caso sem qualquer condenação. A necessidade do cumprimento das regras em relação à chegada e ao funcionamento da linha férrea, fez com o que o juiz interpretasse a ofensa física realizada em José Lourenço como justificável, tendo em vista que a desobstrução do trajeto do trem era responsabilidade de Sebastião Cardoso.

As mudanças em meio ao cotidiano de uma vida que, até então, se conduzia em um ambiente exclusivamente rural, acabou por se constituir um obstáculo para os hábitos comuns. A lida e o trato com os empecilhos também destacam o embate entre o indivíduo do campo e o indivíduo atrelado aos movimentos de transformação. Nesse sentido, podemos identificar como as novas regras podiam causar resistência dentro de um novo contexto. Com a chegada do trem, novas normas impunham certa limitação em relação ao trânsito e ao próprio cotidiano dos habitantes que já viviam na região.

Considerações Finais

A fonte criminal nos possibilita entrar em parte do cotidiano desses indivíduos. Guardados os devidos cuidados com a intencionalidade dos discursos presentes nos autos, é possível detectar alguns aspectos relacionados à forma de vida, aos parâmetros econômicos, as funções sociais, à quebra de costumes e as formas de exteriorização dos conflitos. Ainda assim, as fontes nos permitem observar como as transformações regionais atuavam categoricamente na condução do cotidiano dessas sociedades. Partindo da perspectiva de que “crime é criminalizar”, a presença da Justiça da legislação no Brasil pôde evidenciar que o aumento dos crimes pode estar relacionado intimamente ao seu funcionamento na região. Como se observou, a oficialização do Termo de Santa Luzia do Carangola aumentou e estabilizou o registro dos crimes ao longo de seu funcionamento. Quando esta instituição foi elevada à categoria de Comarca, verificamos um novo aumento e a estabilização dos registros.

O expressivo aumento dos crimes, a partir das estatísticas anuais verificadas, pode estar intrinsecamente vinculado às transformações locais, que por sua vez, são consequências das mudanças políticas (Império x República) do país nos últimos decênios do século XIX.

Referências:

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 32, pp. 50, 2º. sem. 1991.

BOURDIEU, Pierre, *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 632.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997, p. 235.

FREITAS, Alysson Luiz. A violência praticada por escravos e homens livres: Crimes em Comum? *História e Perspectivas*, Uberlândia n. 51, pp. 315, jul./dez. 2014.

LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 175.

MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. In: *XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2013. v. 11. pp. 22, 2013.

SANTOS, Viviane Amaral dos; COSTA, Liana Fortunato. O papel desempenhado pela justiça na história de uma família com denúncia de violência sexual. *Interações*, São Paulo, v. 9, n. 17, pp. 133-154, jun. 2004.

SLEMIAN, Andréa. A administração da justiça nas primeiras décadas do Império do Brasil: instituições, conflitos de jurisdições e ordem pública (C.1823-1850). *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, n. 452, pp. 225-272, jul./set. 2011.

VELLASCO, Ivan; ANDRADE, Cristiana Viegas. Criminalidade e violência em perspectiva histórica: mapeamento de dados, reconstrução de estatísticas e dados censitários: 1830-1929 *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, n. 477, pp. 146, mai./ago. 2018.

Um desaparecimento e assassinato em Ponte Alta - Mato Grosso: reflexões sobre as dinâmicas policiais e suas influências na percepção do suspeito (1898).

Sara Ruth Batista de Paula¹

Introdução

No presente trabalho busco apresentar reflexões surgidas ao longo de minha pesquisa de mestrado, em que analiso um processo-crime instaurado com base no desaparecimento e assassinato do cidadão Sebastião Júlio Soares em 1898, ocorrido em Ponto Alta, local próximo a Cuiabá. Tais reflexões dizem respeito a um caso que revela modos conflitantes do agir policial. O primeiro momento está circunscrito ao fato de o inspetor de quarterião delegar a um civil e ex-praça do exército a função de buscar informações do desaparecido, alegando não poder realizar as buscas naquele momento. O segundo está situado na figura do subdelegado, que aceitou a prisão efetuada por um cidadão comum. Contudo, após descobrir que o suspeito que fora preso era inocente e que o verdadeiro culpado era o próprio cidadão que realizou as buscas e a prisão, o subdelegado faz uso do modelo disciplinar e de estigmas sociais para atenuar os equívocos cometidos. Esse episódio corresponde a uma parte do extenso processo. Diante do modo como transcorreram as ações policiais, pretendo analisar os tipos de dinâmicas constantes no inquérito. Partirei da hipótese de que há duas dinâmicas de ação policial que podem ser visualizadas. A primeira encontra-se na atuação primária do inspetor de quarterião, podendo ser compreendida por uma ação pautada na lógica sociocultural e na representação da figura dos ex-praça do exército. Enquanto a segunda diz respeito à ação do subdelegado, que está alicerçada na personificação da disciplinarização. A análise dessas dinâmicas pode permitir a melhor compreensão da maneira pela qual os relatos e as ações policiais no inquérito afetam as percepções acerca dos suspeitos.

O desaparecimento

No dia 4 de agosto, Sebastião avisou àqueles com quem morava que realizaria uma breve viagem até Jangada-MT comunidade está que se localizava a algumas léguas de distância do seu sítio. A ida tinha como propósito pegar algumas rapaduras que

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

havia sido encomendadas. Ele ainda aproveitaria para contratar alguns homens para auxiliá-lo nos afazeres de seu sítio. Como combinado, no dia mencionado por este homem ele se dirigiu a pequena comunidade realizando os itens da sua lista de obrigações, tal qual havia dito aos moradores do seu sítio; pernoitou na casa do amigo Antônio dos Santos; comprou as rapaduras e certificou-se de que os homens iriam ao seu sítio no dia combinado para ajudá-lo.

Havendo cumprido todas suas obrigações no final do dia 5 ele já estava preparado para retornar a sua casa. A viagem de ida parecia ter sido marcada pelo sossego, uma viagem habitual, e ao que tudo indica parecia com outras tantas que esse homem realizou naquela região ao longo de sua vida. As condutas também ditam essa normalidade; a noite dormida na casa do amigo Antônio, o amanhecer que contou com a velha e boa prosa entre conhecidos, a vida laboral e comercial que movimentavam as relações econômicas.

Apesar de ter sido capaz de se assemelhar a outras viagens realizadas, o retorno de Sebastião seria lembrado pelo extremo oposto. O mistério e a violência ditariam a sua volta. Ao sair do pequeno povoado de Jangada, este homem jamais voltou a ser visto – ao menos não com vida.

A construção da instituição policialesca em Mato Grosso

No que se refere as tentativas de criação de um corpo policial no Brasil pode-se dizer que começaram a ganhar traços mais concretos durante o período regencial, junto as necessidades do império brasileiro. Trazendo o debate para o âmbito regional o trabalho intitulado *A formação do corpo policial na província de Mato Grosso no século XIX*. Segundo o autor Martins (2013, p. 79), o corpo policial da província de Mato Grosso não teve uma data única para sua formação, havendo diversas estruturas que assumiram temporariamente a função que foi atribuída posteriormente aos policiais. Um exemplo disso é a presença tanto do Exército quanto da Guarda Nacional, que por vezes foram incumbidas das funções de policiamento e manutenção da ordem, seja no ambiente urbano ou como no caso de Mato Grosso, das fronteiras e ambientes rurais. Embora essas instituições tenham servido as necessidades da província, ao longo do tempo, a sua dissolução acabou se tornando inevitável. Em grande parte, porque esses corpos passaram a representar um perigo iminente aos poderes políticos das classes dominantes.

Além disso, a criação de uma entidade policial era uma urgência do próprio Estado em estabelecer de forma ampla o monopólio do uso da força e da violência. Retirando-o do campo individual e privado e realocando-o junto a si. No caso específico da província de Mato Grosso, é preciso considerar a existência de uma “*república de coronéis*” o que ampliava a indispensabilidade dessa instituição. Na obra *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*, do autor Valmir Batista Corrêa, somos capazes de vislumbrar as condições da região que era notavelmente atravessada por interesses das classes oligárquicas e um abandono estatal.

Em Mato Grosso, a luta armada obedeceu a um esquema de ação mais ou menos invariável. Um coronel, ou grupo de coronéis, levantava-se em armas contra o governo, ou as autoridades estaduais, sempre que seus interesses eram de alguma forma afetados (...) ficava, portanto, flagrante que numa relação dialética a existência de um *povo armado* implicava necessariamente a constatação de um estado fraco e dependente. E, essa fragilidade evidentemente favoreceu a concentração de poder nas mãos dos coronéis locais. Assim, uma vez armados pelos coronéis (que não raro possuíam verdadeiros arsenais bélicos) era quase impossível recuperar após as refregas armadas esse armamento distribuído. (CORREA, 2006, p. 36)

Incontestável também é o caráter multifacetado da instituição policial, que em inúmeros momentos teve no cerne de sua construção os reflexos das contradições da própria sociedade mato-grossense. Se em um determinado momento era preciso policiara e materializar o desejo de ordem e modernidade tão almejado pela elite e pela administração local, o caminho ao qual se incorreu para que isso fosse realizado foi utilizar aqueles que eram vistos como desordeiros, marginais, vagabundos, criminosos etc. para cumprir a função de disciplinar. Deste modo, a solidificação dessa instituição se deu de modo lento e marcado pela impossibilidade de recusa de quem é que fosse convocado a integra-la. Oswaldo Machado Filho, em sua obra *Ilegalismos e jogos de poder*, demonstra que a ação de recrutamento visava majoritariamente as classes mais baixas, tendo em vista que em sua maioria essas pessoas não eram capazes de ter condições financeiras ou de apadrinhamentos que os livrassem.

Como já tivemos oportunidade de notar, o recrutamento forçado, além de visar o completo preenchimento dos contingentes (considerando que os baixos vencimentos eram um verdadeiro desestímulo ao engajamento voluntário), era a alternativa que as autoridades policiais também encontravam para limpar a capital e vilas de malfeitores, desordeiros e ladrões. Originários da camada mais baixa da sociedade – os chamados livres pobres –, muitos desses indivíduos eram os mais

visados pelo agente recrutador, mesmo porque não tinham condições de pagar a chamada “indenização pecuniária” que pudesse livrá-los do recrutamento. (OSWALDO, 2003, p. 300)

Esse se tornava um golpe duplo, uma vez que, ao recrutar essa massa populacional, diminuía-se drasticamente a chance desses indivíduos se tornarem causadores de desordem no tecido social. Ao mesmo tempo disciplinava-se esse grupo e tornava-o responsável por disciplinar e ordenar aqueles que até antes do recrutamento eram eles mesmos. Criava-se um modelo exemplar de homens regenerados.

No século XIX, essa instituição foi responsável por dar sustentação aos projetos de urbanidade e civilidade que tanto as classes dominantes quanto a administração regional importavam da Europa, e que estavam em plena aplicabilidade nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. Em Cuiabá, esses indivíduos tinham como função impedir que a desordem tomasse conta da província, neste sentido, era preciso coibir a vagabundagem, reprimir o batuque e a prostituição, controlar o uso de álcool nas tabernas, bem como, punir de modo severo aqueles acusados de crime e violência.

À vista disso, era função primária da polícia zelar para que a ordem social não fosse abalada. Considerando as particularidades regionais era essencial que a disciplinarização se concretizasse e os ideais de civilidade fossem introjetados de forma efetiva na população, somente desse modo o projeto de se tornar um local urbanizado prosperaria, desvinculando-se de uma vez por todas dos estigmas de um local selvagem, inóspito e incivilizado.

Por fim, embora pareça que o modelo tenha prosperado com facilidade, um olhar mais atento por outra lente nos permite desvelar com facilidade essa sensação. Não foram poucos os relatos de deserções, fugas e rebeliões dentro dos quartéis, tampouco, os abusos de poder dos próprios membros que compunham essa instituição. Em vários momentos esse corpo funcionou como um relógio em descompasso.

As dinâmicas policiais – o inspetor e o subdelegado

No dia 5 de agosto de 1898, um dia após a ida a Jangada, Sebastião ainda era esperado por aqueles que moravam em sua casa, contudo, as horas se arrastavam e ele não retornava. Pontualmente à meia-noite, ouviram-se barulhos na área externa do sítio, Meira levantou para averiguar, imaginando ser Sebastião chegando, mas ao sair encontrou apenas o cavalo que o companheiro usou para realizar a viagem. Ao amanhecer do dia 6, Meira e Theodora acharam melhor tomar alguma medida em

relação ao desaparecimento de Sebastião. Meira então se prontificou a ir até Jangada procurar o inspetor de 4 quarteirão, conhecido como Leopoldino José de Góes, assim o inspetor poderia tomar medidas legais com referência ao sumiço. Apesar de Meira ter encontrado o inspetor com agilidade, o inspetor delegou ao próprio Meira a função de colher informações sobre o desaparecimento. Antes de seguir em busca de notícias sobre Sebastião, Meira avisou ao inspetor que havia grande possibilidade de alguém ter feito algo com Sebastião, já que, apesar do seu cavalo ter regressado ao sítio, a arma (garrucha de dois canos) que o amigo carregava não estava junto.

Adentramos com isso na primeira dinâmica policial relacionada a ação do inspetor de 4 quarteirão. Em 1898, os inspetores de quarteirão eram indicados por juizes de paz, e precisavam dispor de uma boa reputação junto à comunidade local. A função desempenhada por esses homens não contava com nenhum salário, sendo essencialmente voluntária.

Esses sujeitos que compunham a instância primária de policiamento eram encarregados de vigiar o quarteirão onde também residiam, estando sempre atentos a atos e ações suspeitas. Todas as informações colhidas deviam ser posteriormente levadas a delegacia de polícia, o mesmo valia para qualquer outra ocorrência que houvesse.

Desta maneira, a inefetividade do inspetor de quarteirão ao ser notificado do desaparecimento de Sebastião pode estar interligada a dois elementos, sendo eles: a representação da figura do ex-praça do exército e aos fatores socioculturais. O primeiro fator ganha forma, pois Luiz da Costa Meira, amigo de Sebastião e que fez a denúncia, já havia feito parte do exército, ainda que naquele momento não atuasse na função. Assim, não é ilógico conjecturar que para o inspetor de 4 quarteirão ainda que Meira fosse um civil naquela ocasião, ele trazia consigo as aptidões desenvolvidas no período em que foi ativo no exército. Tendo plena capacidade de realizar a busca inicial por informações de Sebastião. O segundo ponto está relacionado aos elementos de ordem sociocultural. Isso se evidencia quando um amigo de Sebastião envia uma carta para o subdelegado de polícia relatando o que sabia sobre o desaparecimento do amigo. Na carta que posteriormente foi anexada às conclusões do inquérito policial, José Confúcio descreve um momento junto ao inspetor Leopoldino. Essa descrição nos dá indicadores mais precisos quanto as ações desse homem da lei.

Então, mas aconteceu a Sebastião: ele anda por aqui de espreitar. Ponderei ao Inspetor e Chico Velho que um homem como Sebastião laborioso e diligente nos seus afazeres, não podia andar espreitando ninguém perdendo tempo. Replicaram com uma risada e acrescentaram: ora ele é um cabra e de um cabra tudo se pode esperar!²

Isso nos leva para uma conclusão contrária à ideia de um possível desleixo ou preguiça por parte do inspetor, repousando em uma outra conjuntura, atrelada à relação sociocultural. O autor Wellington Barbosa, em seu texto “*Uma autoridade na porta das casas*” *os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife do século XIX (1830-1850)*” esquadrinha essa categoria e como ela eventualmente atravessa a percepção de crime e violência desses homens.

Talvez por fazerem parte do mesmo universo sócio-cultural daqueles que eles deviam manter sob controle, aparentemente os inspetores transgiam mais do que vigiavam a população dos seus quarteirões, fazendo vista grossa para certas práticas e comportamentos que eles não consideravam atentatórias à ordem e segurança pública - apesar das leis dizerem enfaticamente o contrário. (SILVA, 2007, p. 40)

Seguindo essa linha de raciocínio, é aceitável considerar que para o inspetor Leopoldino o sumiço de Sebastião não era algo incomum. O primeiro sinal disso é a própria menção que ele faz sobre Sebastião ser um cabra, e, portanto, dele tudo se podia esperar. De acordo com o texto “*o cabra é bom ou é ruim? Considerações acerca do caráter social das metáforas animais*”, da autora Fernanda Cavalcanti, o uso da expressão cabra pode ser usado tanto numa referência direta ao animal quanto para o homem, sendo uma palavra polissêmica.

no século XVI, além de já constar nos cardápios populares da região setentrional do Brasil, a cabra garantia por meio de seu leite a alimentação, sobretudo, da criança brasileira. Registra igualmente que havia a crença de que o leite da cabra podia transmitir “o caráter inquieto, buliçoso, arrebatado, da amamentadora. O menino, demasiado vivo, arteiro, endiabrado, [teria] a justificativa no leite da cabra”. (Cascudo, 2009, p.62). Diante de tais fatos, estimamos que haja correlação entre a compreensão do cabra como indivíduo ‘malfejo’, ‘íngrato’ e ‘traíçoeiro’ e a cabra como animal ‘endiabrado’. Ou seja, consideramos que tais crenças motivaram e motivam o mapeamento de características negativas de homem em termos de cabra. (CAVALCANTI, 2015, p. 89)

² Superintendência de Arquivo Público de Mato Gross (SAP-MT). Processo-crime. Mato Grosso. Caixa 067, Maço anterior 163, Processo nº 1041, 1898.

Levando em consideração essa perspectiva, torna-se um pouco menos confusa a inefetividade inicial do inspetor.

Como veremos adiante, em qualquer momento a forma de inserção do policial na sociedade em que age determina seu comportamento em grau muito maior do que o desejado por códigos e normas institucionais. A cidade, ou o bairro, é o local de aprender o que não é ensinado na escola. (BRETAS, 1997, p. 25)

Dessa maneira, se os componentes da vida cotidiana também atravessam esses homens e em certo grau constroem o modo como eles irão analisar uma denúncia ou até mesmo um crime, não é de se espantar essa reação vinda do inspetor de 4 quarteirão.

Além disso, em Cuiabá no século XIX, grande parte das casas comerciais eram compostas majoritariamente por tabernas, local este onde a música, a sociabilidade, as paixões, as brigas, a floravam a cada gole de cachaça. Logo, não deveria ser raro o desaparecimento de homens e mulheres por algumas horas ou dias, tendo em vista, que após uma noite de bebedeira, alguns dormiam em becos, na casa de amigos, ou até mesmo na casa dos amantes e amásios.

No dia 8 de agosto, já se contabilizavam 3 dias do desaparecimento de Sebastião, não havendo nenhuma informação que indicasse seu paradeiro. Nesse mesmo dia 8, Luiz da Costa Meira encontrou Antônio dos Santos que estava se dirigindo ao sítio de Sebastião, pois havia combinado com o amigo de ajuda-lo com os afazeres da roça. Com a aproximação do homem, Meira notou que ele trazia consigo a garrucha de dois canos de Sebastião, arma está que também estava desaparecida. Ao questionar Antônio sobre a posse da arma, obteve como resposta que a mesma havia sido comprada e depois que tinha sido deixada como empréstimo por Sebastião.

Naquele mesmo instante não houve dúvidas para Meira de que Antônio tinha envolvimento no sumiço, suspeita essa que ganhava ainda mais certeza com a presença da arma. Sem perder tempo, Meira apreendeu a arma e prendeu o dito Antônio. Levando-o posteriormente para o inspetor de quarteirão. Daquele ponto seguiram rumo a subdelegacia de polícia, onde o subdelegado vendo como plausível a justificativa da presença da arma em posse de Antônio, o prendeu.

Dias depois da prisão de Antônio, uma reviravolta acontece na trama. Descobriu-se que o verdadeiro autor do crime era o próprio Luiz da Costa Meira, em combinação com Theodora Maria da Silva (amásia de Sebastião), tendo como cúmplices Anna Izabel (tia de Theodora) e Polidoro da Silva Prado (marido de Anna Izabel), com exceção de Meira, todos os outros moravam no sítio de Sebastião. Com uma mudança

bruta na ordem dos acontecimentos, passaremos a analisar a dinâmica policial na figura do subdelegado de polícia.

Os subdelegados de polícia eram escolhidos para cuidar dos distritos, no caso de Joaquim Suplício de Cerqueira Caldas que era responsável pela subdelegacia de Chapada. Ao tentar traçar um perfil mais exato desses profissionais nos deparamos com algumas divergências. No livro “Roteiro para delegados e subdelegados”, do autor Vanconcellos, no capítulo primeiro encontramos alguns pontos importantes com relação aos pré-requisitos necessários para atribuição da função.

Estas propostas compreendem tres nomes, e se renovão, quando são rejeitadas (2). Nellas devem os chefes de policia incluir os juizes municipaes, de paz, bacharéis formados, ou outros quaesquer cidadão (á excepção dos parochos), comtanto que residão nas cidades ou vilas, ou mui proximamente, e tenham as qualidades requeridas para ser eleitor (3), e que sejam homens de reconhecida probidade e intelligencia (4). Os analphabetos não podem ser nomeados delegados nem subdelegados (5). (VANCONCELLOS, 1858, p. 10)

Em contrapartida, autores como Martins (2012, p. 116) e Rosemberg (2008, p. 44-45) apresentam uma percepção diferente da contida no livro de instruções para delegados e subdelegados, demonstrando que esse cargo era em grande medida ocupado por homens com pouca ou nenhuma instrução, quer fosse administrativa, quer fosse escolar. Além disso, raro também eram aqueles que tinham condições socioeconômicas mais robustas.

No processo-crime utilizado para construção desse trabalho não foi possível encontrar nenhuma outra informação específica sobre o subdelegado, restringindo-se apenas ao seu nome e profissão. Contudo, ainda que o consideremos enquanto um homem de pouca instrução letrada, é plenamente visível no momento da conclusão do inquérito policial que o subdelegado consegue utilizar-se com perspicácia da personificação disciplinar que recai sobre ele, tanto como instrumento de isenção de culpa, quanto para atribuição de culpabilidade.

Como consta nos parágrafos acima, o subdelegado foi responsável por endossar a versão apresentada por Luiz da Costa Meira, corroborando com a ideia de que a posse da arma era justificativa mais que suficiente para a prisão imediata do inocente Antônio dos Santos. O subdelegado, no entanto, ao notar a sucessão de equívocos na investigação, que obviamente não se limitavam somente a figura do inspetor de

quarteirão, como também se estendia até ele mesmo. Assim ao atravessar os muros institucionais da delegacia a dinâmica ganha traços mais sofisticados.

É na obra “Vigiar e Punir” que se torna mais evidente o estudo sobre as técnicas de poder, que ao longo do tempo foi se sofisticando, ganhando ao seu final o status de poder disciplinar.

O poder disciplinar é com efeito, um poder que, em vez de apropriar e retirar tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes. “adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. (FOUCAULT, 2014, p. 167)

A disciplina é uma técnica, um dispositivo de poder, esse dispositivo tem como princípio fundamental o maior grau de controle sobre os sujeitos. Dentre seus mecanismos estão: a arte da distribuição, o controle das atividades, a organização das gêneses, o panoptismo.

O primeiro trata da distribuição dos indivíduos que controla em si os espaços em que os corpos vão ocupar e maneira pela qual vão se organizar. O controle das atividades se dá por meio da manipulação do tempo dos indivíduos. O seguinte trata da organização das gêneses, aqui, além da manipulação do tempo, o autor também trabalha com o efeito do “exame”, que busca qualificar, classificar e punir, sendo assim um mecanismo que articula sanções normalizadoras diante dos indivíduos. Por último, o panoptismo, que permite aperfeiçoar as formas de poder, esse poder disciplinar presente nesse mecanismo visa, por meio de uma visibilidade, aumenta o grau de regulamentação do tempo e espaço dos indivíduos e através desse intenso poder de vigilância torná-los a cada dia mais dóceis e úteis à sociedade. Nas palavras de Foucault:

Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. (FOUCAULT, 2005, p. 297)

Deste modo, o que a concepção foucaultiana nos aponta é: o poder disciplinar tem como finalidade agir diretamente sobre os corpos dos indivíduos, com a pretensão de desarticulá-los e, conseqüentemente, corrigi-los. É também sobre o aspecto da disciplina que os sujeitos ganham seu ponto de fabricação, ou seja, é aqui que podemos vislumbrar como o poder se articula com a intenção de construir a imagem e o comportamento dos indivíduos. Embora pareça que os efeitos dessa dinâmica se concentrariam única e exclusivamente no assassino de Sebastião, o subdelegado se permite ir mais além, na utilização dos estigmas e na fabricação dos indivíduos. Deste modo, nos permite entrever que da vigilância hierárquica nem mesmo o inspetor de quartirão consegue livrar-se.

O inspetor, homem lerdo ou covarde [...] O esperto Meira faz de fato o que quer do inspetor, pois chega a obter deste, que se faz preguiçoso autorização, por escrito, para proceder a procura de Sebastião – o desaparecido. Simulando empenho, o ilegal e mascarado agente policial percorre os sítios dos moradores da Jangada, efetuando a prisão de Antônio dos Santos, em poder de quem encontra a garrucha de Sebastião, o que representa um feliz achado.”³

Em ambos os fragmentos, o subdelegado ressalta a inutilidade, as más qualidades, evidenciando tudo aquilo que não se espera estar associado a imagem de um homem da lei como o inspetor. Em contrapartida, ao chegar no momento que faz menção a si mesmo, revela que apesar de ter aceitado a prisão efetuada por Luiz da Costa Meira, não se deixou enganar. Tal qual um “olho que tudo vê”, o subdelegado reforça que jamais deixou sua vigilância de lado, sendo capaz de observar nas feições de Meira que ele era o verdadeiro culpado.

O subdelegado aceita a detenção de Antônio dos Santos, que julga dependente de uma justificação sobre a achada da dita garrucha em seu poder, mas lê na fisionomia de Meira a história do crime que este havia cometido e procurara encobrir.⁴

Deste modo, o subdelegado utiliza da disciplinarização, elemento este que compõe o cargo hierárquico que ele desempenha, como uma ferramenta útil para

³ Superintendência de Arquivo Público de Mato Gross (SAP-MT). Processo-crime. Mato Grosso. Caixa 067, Maço anterior 163, Processo nº 1041, 1898.

⁴ Superintendência de Arquivo Público de Mato Gross (SAP-MT). Processo-crime. Mato Grosso. Caixa 067, Maço anterior 163, Processo nº 1041, 1898.

reforçar estigmas e comportamentos. Enquanto ele mesmo se distancia da responsabilidade dos erros cometidos, atribuindo a si somente qualidades que atendem às expectativas desse modelo, ou seja, sendo ele um corpo útil, vigilante e que sobretudo, pune.

Relatos e as ações policiais afetam as percepções acerca dos suspeitos.

Feita a análise dessas duas dinâmicas policiais, representadas na figura do inspetor de polícia e do subdelegado, passaremos agora para a investigação de como tais dinâmicas são capazes de alterar a percepção sobre os suspeitos. Possibilitando construções e narrativas sobre esses indivíduos. Dessa maneira, Luiz da Costa Meira tem duas imagens ao longo do processo crime. A primeira baseada na interação primária com o inspetor de quartelão. Ali, Meira ainda é concebido como um ex-praça, um homem inquieto com o desaparecimento de um amigo, que mostrava não só iniciativa como também de presteza em tentar solucionar o caso. Naquele momento enquanto se esforçava em prol da amizade, Meira tinha qualidades dignas de estima social.

Essa percepção acerca de Luiz da Costa Meira persistiu em um primeiro contato com o subdelegado de polícia, todavia, quando se descobre que Meira era o real assassino e culpado pelo sumiço de Sebastião, sua imagem sofre uma brutal alteração. Novamente o subdelegado invoca os estigmas sociais para fabricar uma imagem que seja correspondente aquilo que se considera ser um criminoso.

No século XIX, o Brasil passou a ser um terreno fértil para discussões no âmbito da criminologia. Estudos como o do autor Cesare Lombroso (2001) foram essenciais para que se consolidasse tanto a ideia de classes perigosos como também a noção de criminalidade associada diretamente aos padrões biologizantes. Lombroso em sua teoria do criminoso nato apontava que pessoas com características como: mandíbulas volumosas, orelhas desiguais, assimetria facial, peso, medidas do crânio etc. seriam essenciais na hora de reconhecer um criminoso. A patologização foi um dos elementos fundamentais para estigmatizar e materializar em corpos, raças, classes, o símbolo da delinquência.

Embora não haja nenhuma menção à fisionomia de Meira ao longo do processo, o subdelegado é taxativo ao categoriza-lo como alguém que carregava na fisionomia a expressão do crime, personificando a maldade e a dissimulação. Com isso, somos capazes de aferir que a depender da dinâmica e da interação estabelecida com homens

da lei pode haver uma mudança substancial na forma que se vê e interpreta o indivíduo criminoso.

Conclusão

No presente artigo, buscou-se através do instrumento analítico de redução de escalas, observar a trajetória de três indivíduos que estão presentes no processo crime aberto para averiguar o desaparecimento e assassinato do cidadão Sebastião Júlio Soares. Sendo eles: Leopoldino José de Góes (inspetor de 4 quarteirão), Joaquim Suplicio de Cerqueira Caldas (subdelegado) e Luiz da Costa Meira (ex-praça e assassino). Por meio desse caminho, foi possível evidenciar as dinâmicas policiais, bem como suas contradições e nuances. Além disso, este instrumento permitiu ter acesso a aspectos mais específicos e amplos das tramas sociais, notando que ao passo que a dinâmica policial se altera, altera-se também a percepção social que se tem daqueles que são suspeitos aos olhos da lei.

Fonte

Superintendência de Arquivo Público de Mato Gross (SAP-MT). Processo-crime. Mato Grosso. Caixa 067, Maço anterior 163, Processo nº 1041, 1898.

Referências

BRETAS, M.L. *A guerra das ruas*. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça, 124p. 1997.

CAVALCANTI, F. C. *O cabra é bom ou ruim? considerações acerca do caráter social das metáforas animais*. In: V Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento, 2016, Belo Horizonte. Metáfora e Ensino de Línguas: Anais do V Congresso Internacional sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento, 2015.

CORREA, V. B. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso, 1889-1943*. 2a.. ed. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2006. v. 1. 231p.

LOMBROSO, César. *O homem delinquente*. Porto Alegre: Rivardo Lens, 2001.

MARTINS, David Campos. *A formação do corpo policial na província de Mato Grosso no século XIX (1831-1858)*. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFMT, Cuiabá.

MACHADO FILHO, Oswaldo. *Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872) e suas verdades jurídicas (1840-1880)*. 2003. 442 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, Campinas.

MARTINS, M. T. Q. *A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930*. 2012. 319 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2005.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2014.

ROSEMBERG, A. *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final de Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. 2008. 437 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo.

SILVA, W. B. "*Uma autoridade na porta das casas*": os inspetores de quarteirão e o policiamento no Recife do século XIX (1830-1850). *Saeculum* (UFPB), v. 17, p. 27-41, 2007.

VANCONSCELLOS, J.M.P. *Roteiro dos delegados e subdelegados de polícia*. Rio de Janeiro. Biblioteca da faculdade de direito do Recife. 275 p. 1858.

Ideias, trajetórias
e redes sociais nos
processos migratórios

Línguas pá(t)rias e processos migratórios em São Paulo

Beatriz Rodrigues¹

No artigo “Como domar uma língua selvagem”, a escritora Glória Anzalduá retoma uma cena ocorrida em certo consultório odontológico. Nela, um intrépido dentista intenta literalmente, “controlar” a língua de seu paciente a fim de realizar seu trabalho. Durante o atendimento e após a limpeza das raízes, o profissional percebe que o dente não poderia ser fechado, pois, ele ainda drenava, ainda havia vida ali. Enfurecido, declarava que “nunca tinha visto nada tão forte ou tão resistente”. Sobre o caso, Anzalduá questiona-se: “como você doma uma língua selvagem, adestra-a para ficar quieta, como você a refreia e põe sela? Como você faz ela se submeter?”. (ANZALDUÁ, 2009, p. 305)

Em uma língua, seja ela falada ou escrita, as identidades e as relações de poder são encetadas através daquilo que foi dito, escrito, pronunciado ou, por aquilo que foi silenciado, calado, como bem mencionou Anzalduá. Esse artigo trata daquilo que denominei línguas pá(t)rias: um misto entre o que foi considerado língua nacional nos anos iniciais do Brasil republicano e a língua que se procurou esquecer ou, ao menos, censurar do protagonismo nacional: línguas bastardas, frequentemente sem direito à consagração da norma escrita e relegadas a um lugar de menor prestígio no mundo literário.

Conforme texto publicado na imprensa e escrito pelo escritor José Rodrigues em 1891, havia uma espécie de “patois insuportável” no Brasil: uma mistura caleidoscópica de “língua tupi” e “língua bárbara”. (RODRIGUES, 1891, não paginado) O autor referia-se ao distanciamento do português falado no Brasil e o português “padrão” ou “clássico”, tal como legado pelos portugueses.

Os debates sobre como deveria constituir-se a língua nacional eram correntes desde o século XIX e haviam se destacado através das obras e interferências públicas de José de Alencar.² O escritor defendeu uma língua nacional que estivesse mais próxima ao tupi por considerar que a nossa língua não poderia ser a mesma de Portugal, haja vista nossa diferenciação climática, geográfica, cultural, etc.

¹ Beatriz Rodrigues é Mestre e Doutora em História e Cultura Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e atua como docente do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, (UEM).

² O autor demonstrou imenso interesse pelo vocabulário tupi no século XIX e inseriu notas de rodapé em *Iracema* e *Ubirajara* que funcionaram como uma espécie de dicionário tupi-português. Além disso, se envolveu em polêmicas com os escritores Manuel Pinheiro Chagas, Antônio Henrique Leal, Franklin Távora e Joaquim Nabuco sobre a língua portuguesa no Brasil de modo a expor seu posicionamento sobre o tema.

As discussões acerca da língua nacional, sobretudo nas grandes cidades, eram agravadas nas primeiras décadas do século XX devido ao extenso contingente migratório que chegava ao país. A capital paulista, por exemplo, impulsionada economicamente pela produção cafeeira, teve sua população aumentada de 800 mil habitantes para cerca de 2.300.000. Esse crescimento se deve, dentre outros fatores, ao colapso do tráfico de escravos africanos e ao incremento dos fluxos de imigrantes e trabalhadores livres. Advindos de diversos lugares do globo, muitos desses indivíduos de origem italiana, portuguesa, espanhola, japonesa, libanesa etc., assentaram-se naquela cidade, formando bairros e comunidades urbanas (ENDERS, 2012, p. 163). Há, entretanto, uma proeminência de imigrantes italianos na região.³

Esse fluxo migratório que chegava em São Paulo impactava diretamente a língua falada, que ia assumindo uma feição de português estrangeirado conforme o relato de muitos textos publicados pela imprensa na época. É válido lembrar que o índice de analfabetismo era muito alto no final do século XIX. Segundo estimativas oficiais, ele chegava a 84% da população nacional (SEVCENKO, 2003, p.100). Ademais, a maior parte dos imigrantes italianos que desembarcaram na capital paulista, principalmente os que se dirigiram ao interior do Estado para trabalhar nas lavouras de café, eram iletrados.

A necessidade de comunicação cotidiana entre brasileiros e imigrantes teria criado uma espécie de mistura linguística na cidade de São Paulo. Em lugares com forte concentração de italianos, tais como os bairros do Bixiga, do Brás e da Barra Funda, surgira uma língua mista que não era a portuguesa, tampouco a italiana: era aquilo que muitos denominaram língua macarrônica. Ainda hoje, utiliza-se o termo língua macarrônica para se referir a uma língua mal falada, impregnada de erros gramaticais e marcada pela coloquialidade. O Aurélio, por exemplo, afirma que o termo é usado tanto para designar a língua falada de forma errônea, ou uma composição literária mal executada (latim macarrônico, poesia macarrônica), como pode significar elementos de tom irônico, burlesco e jocoso.

Afora essas impressões que caracterizam o “macarronismo” como uma “falha” ou equívoco linguístico, Otto Maria Carpeaux (s.d., p. 251) argumenta que não se pode encarar esse fenômeno propriamente como um dialeto, mas, antes como uma técnica literária calcada na ironia e no humor. No Brasil, a linguagem macarrônica foi composta da mistura do português e outro idioma, especialmente o italiano e ensejava representar o linguajar que

³ Até 1920, 70% de toda a imigração italiana do país teria desembarcado em São Paulo.

surgia a partir do convívio entre eles e os nativos. Os textos macarrônicos brasileiros foram publicados, sobretudo, entre os anos de 1900 e 1940 e foram veiculados por diversos periódicos, tais como *O Pirralho*, *A Vida Moderna* e *A Cigarra*.

Os textos macarrônicos eram majoritariamente humorísticos. A própria linguagem utilizada tendia a causar o riso na medida em que elevavam à categoria escrita um tipo de fala cotidiana. Além disso, é importante mencionar que eles eram comumente publicados pela imprensa ao lado de textos consagrados pela crítica, tanto em termos de qualidade literária, quanto em termos ortográficos. Os escritores macarrônicos criticavam justamente essa sacralidade literária e debochavam intensamente da forma rígida e da ortografia elevada dos poetas parnasianos. Os aspectos literários, a Academia Brasileira de Letras, os sistemas ortográficos, dentre outros assuntos que envolviam o mundo da escrita, eram comumente alvos de sátira.

Para visualizar o que seria a linguagem macarrônica, destaco a figura de Juó Bananère que imortalizou esse tipo de construção na cidade de São Paulo. Apresentando-se como “poeta, barbieri e giurnaliste”, Bananère era o pseudônimo utilizado pelo engenheiro, poeta e jornalista Alexandre Marcondes Machado, nascido no Vale do Paraíba em 1892. Alexandre Machado adotou o referido pseudônimo em 1911 e passou a integrar a equipe de *O Pirralho*, periódico dirigido por Oswald de Andrade. As crônicas bem humoradas do escritor atraía o público e seu personagem ítalo-caipira se tornou bastante popular na capital.

Bananère escreveu diversos poemas macarrônicos e muitas paródias de poetas famosos como Golçalves Dias, Castro Alves, Casimiro de Abreu e Olavo Bilac com o objetivo de dessacralizar os versos nobres e eruditos da literatura brasileira. Abaixo, o caso da paródia “Migna Terra”:

Migna terra tê parmeras,
Che ganta ínzima o sabiá.
As aves che stó aqui,
Tambê tuttós sabi gorgeá.

A abobora celestia tambê,
Che tê lá na mia terra,
Tê moltos milliú di stella
Che non tê na Ingraterra.

Os rios lá sô maise grandi
Dus rio di tuttas naçó;
I os matto si perdi di vista,
Nu meio da imensidó.

Na migna terra tê parmeras
Dove ganta a galligna dangola;
Na minha terra tê o Vap'relli,
Chi só anda di gartolla.
(BANANÈRE, 1924, p. 08)

A paródia da “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias, de acordo com Cristina Fonseca, não é uma paródia cômica, mas sim, um “canto paralelo”, pois, na medida em que o escritor ironiza os aspectos ufanistas e patrióticos, ele presentifica o tema e atualiza-o para a nova realidade vivida. “Através do conflito operativo de dois idiomas – o italiano e o português – e sua resultante na invenção de uma nova linguagem, traz à tona um momento histórico diverso daquele cantado pelo poeta romântico.”(FONSECA, 2001, p. 168). Tratar-se ia de uma espécie de poema às avessas, em que o exilado deixaria de ser o saudoso poeta e passaria a ser o imigrante que adotava uma nova pátria.

Nesse mesmo sentido, tem-se o poema “O studenti du Bó Retiro” em que Bananère retrata a situação do imigrante ao se encontrar no novo país:

POISIA PATRIOTICA

(Premiata c'oa medaglia de pratina na insposiçó da
Xéca-Slovaca i c'oa medaglia di brigliantina na
sposiçó internazionale da Varzea du Carmo).

Antigamanti a scuola era rizogna e franga;
Du veglio professore a brutta barba branga,
Apparecia um cavagnac da relia,
Che pugna rispetto inzima a saparia.
O maestro éra um veglio bunitigno,
I a scuóla era nu Bellezigno,
Di tarde inveiz, quano cabava a scuola,
Marcáno o passo i abaténo a sola,
Tutto pissoalo iva saino in ligna,
Uguali come un bando di pombigna.
Ma assí chi a genti pigliava o portó,
Incominciava a insgugliambaçó;
Tuttos pissoalo intó adisparava,
I iva mexeno c'oa genti chi passava.

Oggi inveiz stá tutto mudado!
O maestro é um uómo indisgraziado,
Che o pissoalo stá molto chétamente
E illo já quére dá na gente.
Inveiz u ndí intrô na scuóla un rapazigno
Co typio uguali d'un intalianigno,
O perfilo inergico i o visagio bello.

Come a virgia du pittore Rafaello.
 Stava vistido di lutto acarregado.
 Du páio chi murreu inforgado.
 O maestro xamô elli un dia,
 I priguntô: — Vuce sabe giografria?
 — Come nó!? Se molto bê si signore.
 — Intó mi diga — aparlô o professore, —
 Quale é o maiore distritto di Zan Baolo?
 — O maiore distritto di Zan Baolo,
 O maise bello e ch'io maise dimiro
 É o Bó Ritiro.
 O maestro furioso di indignaçó,
 Batte con nergia u pé nu chó,
 I gritta tutto virmeligno:
 — O migliore distritto é o Billezigno.
 Ma u aguia du piqueno inviez,
 C'oa brutta carma disse otraveis:
 — O distritto che io maise dimiro,
 É o Bó Retiro!
 O maestro, virmeglio di indignacó
 Alivantô da mesa come un furacó,
 I pigano um mappa du Braiz
 Disse: Mostre o Bó Retiro aqui se fô capaiz!
 Aóra o piqueno tambê si alevantô
 I baténo a mon inzima o goraçó,
 Disse: — O BO' RITIRO STÁ AQUI!
 (BANANÈRE, 1924, p. 17)

O Bom Retiro está aqui, no coração. É assim que Bananère finaliza seu poema expondo a relação de afeição dos imigrantes em relação à cidade de São Paulo. O panorama da imigração foi apresentado em seus poemas de maneira bastante complexa e por vezes, contraditória (como é a própria vida). O tema também foi retratado em suas crônicas publicadas pela imprensa, sobretudo em *O Pirralho*, onde costumava dizer que a imigração era uma verdadeira “porcheria”. No texto abaixo, o autor destaca as mazelas do sistema migratório e menciona algumas figuras envolvidas nesse processo, tais como o “Lacarafo” – na realidade, Antônio Naccarato, delegado da polícia de São Paulo naqueles tempos:

Istu affare da migraçó stá proprio una porcheria. Ninguê si comprende. A gente sái da Italia dove tê u ré, a vamiglia, o Giolitti ecc, ecc. E dove non tê né o Lacarafo e né o Capitó i intó si embargo ingoppa o navilio pur causa divigná a fazé a América. Aora, quando a genti vê xigado in Santose, inveiz faiz a pesta bobóniga, a bescigga, a vebre marella ecc. Disposa a genti vê p'ra spetoria da migraçó, dove a genti apanha una sova tuttos didi manhá cidinho p'ra si alivanta. Illos manda a genti lavá a gaza, dá dimangia p'ro gaxoro, butá acua p'ras galligna ecc. Quando illos té cavado imprego p'ra genti, a genti vá p'ra facenda garpiná o gaffé, garpina, garpina, i quano vê o fí do meiz, buta uno puntapé p'ra genti i non apaga nada. Ma che figlio da mânia![...] (BANANÈRE, 1913, não paginado).

Como se percebe, o autor traça um panorama divertido, mas extremamente crítico da situação (in)tensa dos imigrantes italianos em São Paulo. A língua utilizada, uma espécie de mistura entre o português e o italiano representaria mormente a voz do imigrante não letrado da capital. Há inversões nos códigos ortográficos, na sintaxe e na semântica, além de uma sobreposição de palavras em português e italiano.

Em suas crônicas, a partir dos fatos cotidianos, Bananère envolvia diversas figuras políticas e levava o público a rir das situações cômicas que ele mesmo criava. Delegados de polícia, deputados, presidentes, ninguém escapava de sua língua ferina. Em uma de suas publicações n' *O Pirralho*, por exemplo, ele se aproveitou para tratar do tema da imigração atrelado à questão da reencarnação, atacando ferozmente seus desafetos políticos. Nela, ele mencionava que havia lido um livro sobre espiritismo:

S'immagine che istu libro stava dicendo che as animas da gente stó fazendo a immigrazione
Os intalianos també stó facendo a immigrazione però ellos immigrano per o Brazile, p'ra Xina p'ra Zan Baolo, p'ro Xapó e tanti altri paese. As animas, invés no! Iestas immigrano mesino inzima os animalo e també ingoppa os uominis. (BANANÈRE, 1911, p. 06)

De acordo com Cristina Fonseca, (2001, p. 83) ao relacionar a imigração italiana à imigração das almas, Bananère realizou um jogo de palavras e ambiguidades em que a palavra “anima” teria o mesmo sentido que “alma”, significando, por associação, os animais que imigram, que por sua vez, estariam associados aos políticos. Segundo Bananère, conforme as teorias espíritas, os animais quando evoluem, viram gente e nesse caso, o Hermes da Fonseca, na ocasião presidente do Brasil, além de outras figuras importantes da capital, já haviam sido animais antes de suas “evoluções”:

Intó, io piguei di marginá a storia dos mio acunhecidos.
S'immaginei chi o Hermes da Funzega já fui carrapato, gia fui cachorro, burro, cavalo, surdado e oggi é presidente da a Republiga.
Mas istas genti té cada uma?!
Intó o Hermese já fui burro?
Té gia mi stó inxergano o Hermese puxano as garrozza. Chi pandiga! ...
També o Capitó já fui quadrupedo e oggi inda tê gara di macaco.
També o Piedade, també o Dionisio. (BANANÈRE, 1911, p. 06)

Após o escárnio, Bananére afirmava que se o presidente fizesse “a guerre c'oa intervençó”, ele não iria para o céu, mas viraria carrapato outra vez. Como se percebe, a crítica à intervenção militar e ao Hermes da Fonseca era contundente. *O Pirralho* afirmou certa vez que as pessoas em São Paulo devotavam imensa antipatia a ele e que nunca haveria de se acostumar “a chamar de presidente da Republica o sargentão que esta[va] no Cattete” pois *O Pirralho* não aderiu “á cáfila militarista”. Alegava que abominava “do fundo dos seus bofes a politica indecentissima do Marechal, quer quando elle dá[va] ponta-pés nos amigos, quer quando bajula[va] adversários”. Além disso, afirmava que ser civilista era estar ao lado de Ruy Barbosa, uma obrigação de quem tinha vergonha naquele país. (O PIRRALHO, 1912, não paginado)

As críticas ao governo militarista eram intensas e também apareceram registradas na imprensa em dialeto caipira. A título de demonstração, apresento trecho de uma carta escrita por Fidêncio da Costa publicada também pelo *O Pirralho*. É importante lembrar que esse era o pseudônimo utilizado pelo famoso escritor, compositor, conferencista, jornalista, contador de “causos”, poeta e folclorista Cornélio Pires, nascido na cidade de Tietê. No texto abaixo, ele descreve os homens da cidade que passaram a andar fardados e destaca a figura do Coronel José Piedade:

Os sordado tavum assanhado; uns moço que tão aqui a mais de dois anno, que nunca ponharo farda, apparecero tudo vistido cumo cabeça-secco! Eu tive veno os Carnero, o Espindra, o Assis Brazi, que é home brabo que-nem sassuarana e valente cumo bespa cabocra, e nho Piadade, tudo satisfeito, c'a barbinha remexeno de alegria, tava dizeno “oceze ão de vê de quantos pau se fais ua canôa!” (Ara que bobão!) Só quem num foi fardado foi o tar capitão Rodorpho... P'ra mórde o que seria?- De noite eu vi um mocinho, do nariz grande, atrapaiado cua cartolla na cabeça. Preguntei que que era me disséro que será o Piadadinha! – Pobresinho delle! Tão criança e já Piadade!”(COSTA, 1911, p. 11)

A palavra piedade aparece em duplo sentido no texto, referindo-se tanto ao sobrenome do Coronel, quanto ao seu estado penoso. Ele, juntamente com o presidente Hermes da Fonseca e o Capitão Rodolfo eram intensamente criticados por suas associações ao militarismo. Essas críticas apareceram especialmente em *O Pirralho*, mas foram veiculadas com frequência em *Ilustração Paulista* também. O Capitão Rodolfo, que era chefe da Guarda Nacional, era uma das figuras mais importantes do mandonismo local. Em uma das correspondências da revista, o personagem Filisbino Tubia divertia-se com a possibilidade de o capitão tornar-se candidato nas eleições:

Aqui chegô ûa notiça,
Que me contaro na venda,
Que o Herme que dá linguixa
P'ros paulista, de merenda ...
Nho Rodorpho é candidato?
É de serio ou de caçoadá?
Quano vi conta o boato
Quage morri de rizada!
(ILLUSTRAÇÃO PAULISTA, 1911, não paginado)

Em edição seguinte de *Ilustração Paulista*,⁴ afirmava o escritor que os caboclos, ao contrário do que muitos imaginavam, tinham opinião formada para a escolha do governador e mal uma eleição acabava, já discutiam a escolha do próximo representante. Para eles, não importava se ganharia o “Nho Arfredo”, o “Nho Lavo” ou o “Nho Fernandé” porque eles eram civilistas. O que não poderia acontecer, era a vitória do Coronel Rodolpho Miranda:

Pra quarqué dos treis polista
vô votano satisfeito
porque eles são civilista
e são os home direito
e nenhum de lá é anarquista
e são bão inté no jeito

Só u a coisa eu num atturo,
é que vá na governança
Nho Rodorpho, o beicho duro
que qué se pô na chupença
p'ra nós... mata no futuro.
mais... se dexe de lambança!
(ILLUSTRAÇÃO PAULISTA, 1911, não paginado)

Como o mandonismo local guardava relação direta com a polícia de São Paulo, era de se esperar que o delegado Antônio Naccarato mencionado anteriormente, fosse ridicularizado constantemente. Nas cartas caipiras, seu nome aparecia como Nacarado, e nas macarrônicas de Juó Bananére, como Lacarato. Há caso de carta caipira em que o delegado é representado como alguém medroso e covarde. Contava Fidêncio da Costa que se envolvera certa vez em uma confusão no centro da cidade e que aparecera “um mundo de soldado” tentando prendê-lo. Assim que ele arrancou um revólver do bolso, todos correram de medo:

⁴ Trata-se da edição de número trinta de *Ilustração Paulista*. A pesquisa deste material foi feita por meio de microfilme pertencente à Biblioteca Mario de Andrade. Devido à baixa qualidade deste material, a leitura ficou comprometida e eventualmente a transcrição de alguma letra ou palavra esteja diferente da carta original. Ainda que haja eventuais diferenças, não há alteração de sentido.

Mais a que mais achei graça,
(O que eu conto é bem ezato)
Fug'ro os home e os praça
Como quem percura o matto;
Quem sumiu cumo fumaça
Foi o dotô Nacarato

Cum aquellas perna cumprida
Cum passo de siriema,
Elle ficô na corrida
Marello que nem ûa gema ...
(COSTA, 1912, não paginado)

Após tudo ser resolvido, Fidêncio concluía a carta relembrando o medo do temido delegado: “tenho sirrido a vontade do medo do Nacarado, que atravessano a cidade suspirava que nem pato, e fungano de anciedade fincô a cabeça no matto”. (COSTA, 1912, não paginado)

Antônio Naccarato apareceu também em diversos textos de Juó Bananére e talvez tenha sido neles que as sarcásticas críticas tenham sido mais frequentes e impetuosas. A figura do policial dava-se como uma extensão do poder das oligarquias. Foram muitos os textos de Bananére publicados em *O Pirralho* e o “Lacarato” era mencionado sempre que alguma confusão era armada. Com muita ironia, ele aparecia prendendo as pessoas ou realizando “inguéritos”, como neste caso em que o deboche se estendia também a Hermes da Fonseca: “[...]o Xico Salleso fui arubá galinha giunto co Juó Lage i acunvidaro també o Hermeze. Mediatamente u Lacarato tive conhecimento du fato i buttô os dois na gadêa”. (BANANÈRE, 1913, não paginado)

Os textos redigidos em dialeto caipira e em língua macarrônica teceram crítica ao cenário político dos primeiros anos do Brasil republicano através do humor e da ironia. Figuras ilustres, tais como o “Gapitó”, Capitão Rodolfo Miranda, o “Piedadó”, o Coronel José Piedade, o “Lacarato”, o delegado Antônio Naccarato e o “Hermese”, o presidente Hermes da Fonseca, eram ridicularizados de modo polêmico e crítico. Por meio das histórias absurdas que os próprios personagens criavam, percebia-se o mundo urbano descortinado em toda sua complexidade.

Por fim, é importante mencionar que esses textos não são importantes apenas pelos temas que tratam, mas também pela própria linguagem que utilizam para tecer suas reflexões. A maneira pela qual se escreve também é uma forma de posicionar-se no mundo e lidar com a alteridade. Ao referir-se à linguagem macarrônica, Carlos Eduardo Capela (1998, p. 52) afirmou que era das franjas da língua pátria que surgia a estilização das línguas párias: “As

línguas párias, bastardas, a principio sem direito à consagração da forma escrita, são alçadas à condição de norma, servindo de apoio para um processo de relativização cômica do português-padrão literário e jornalístico brasileiro.” (CAPELA, 1998, p. 58).

Subverter, portanto, a língua em sua forma convencional era uma forma de legitimar outros falares, que também fazia parte da cidade de São Paulo. Sabe-se que uma língua é formada por seus registros e normas escritas, mas também por seus aspectos cotidianos, pela maneira como é falada e transformada diariamente por aqueles que nem sequer conhecem seus registros escritos. De acordo com Peter Burke, (1995, p. 34) “muito da cultura popular deixou de ser registrado por escrito não só porque muitas pessoas comuns não sabiam escrever, mas também porque os literatos não tinham interesse pela cultura popular”, além de serem “incapazes de transcrever uma cultura oral para a forma escrita da língua”.

Segundo Mônica P. Velloso, (2005, p. 164) “a linguagem inscreve-se na cidade e nos grupos sociais, sendo, simultaneamente, vetor e indício de conflitos e negociações. Subentende uma esfera organizacional-administrativa e outra composta pelas diversas maneiras de falar cotidianas” (VELLOSO, 2005, p. 162). Por esfera organizacional-administrativa, compreende-se a língua escrita, literária, as regras gramaticais e quaisquer outras convenções estabelecidas em torno da língua. Por outro lado, existe a língua cotidiana, que muitas vezes desconhece tais preceitos. Referindo-se ao caso do Rio de Janeiro em específico, a autora afirmou que “a cidade das letras” era composta pelos “doutos acadêmicos” que coexistiam e contrastavam de forma significativa em relação ao que era vivido nas ruas.

Corroboro a ideia dos autores de que muitos registros foram perdidos e saliento que os textos caipiras e macarrônicos aqui apresentados foram trazidos à tona por aqueles escritores que conseguiram chegar ao público. Muitos, infelizmente, não puderam. De todo modo, aqueles que o fizeram, instilaram novos desafios acerca do que poderia ser a escrita da língua portuguesa no Brasil. Por que não se distanciar da norma culta e aproximar-se da oralidade das ruas? Conforme dizia o escritor TIC n’A *Cigarra* (SP), a linguagem do povo era de uma eloquência extraordinária: “O nosso jargão é de uma riqueza maravilhosa. Os homens de letras e a maior parte das pessoas que não têm contato com a camada popular, não fazem bem idéia de quanto é rico o nosso calão”. (TIC, 1921, p. 36)

Muitos bradaram por uma grafia mais inteligível, dinâmica, sem pormenores e formalismos exacerbados e mais próxima do linguajar cotidiano, daquilo que era, de fato, falado nas ruas e que “representasse a nossa gente” conforme declaração de Oswald de

Andrade no Manifesto da Poesia Pau-Brasil⁵. Ansiava-se por “[...] língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos”. (ANDRADE, 1978, p. 06)

Esses mesmos ideais, conforme descrito até aqui, eram ansiados e registrados na imprensa brasileira pelos textos caipiras e macarrônicos. Para finalizar este artigo, deixo uma das frases mais emblemáticas e significativas de Juó Bananère que conduz a reflexões interessantes do que é a escrita moderna e o quanto ela se aproxima - ou não- da língua que se fala diariamente: “a artugrafia muderna é uma maniera di screvê, chi a genti escreve uguali como disse [...]”. (BANANÈRE, 1912, não paginado)

Fontes

BANANÈRE, Juó. As cartas d’o abaixo’o Pignes. *O Pirralho*, São Paulo, n. 10, 10 out. 1911.

BANANÈRE, Juó. As cartas s’abax’o Pignes. *O Pirralho*. São Paulo, n. 49. 13 Jul. 1912.

BANANÈRE, Juó. Cartas d’o abax’o pignes. *O Pirralho*, n. 20, 23 dez. 1911.

BANANÈRE, Juó. *La divina increnca*. São Paulo: Livraria do Globo, 1924.

BANANÈRE, Juó. O Rigalégio. *O Pirralho*, São Paulo, n. 83, 22 mar. 1913.

BANANÈRE, Juó. O Rigalégio. *O Pirralho*, São Paulo, n. 112, 11 out. 1913.

COSTA, Fidêncio da. Correspondência da Xiririca. *O Pirralho*, São Paulo, n. 04, 02 nov. 1911.

COSTA, Fidêncio Jué. Cartas de um caipira, *O Pirralho*, São Paulo, n. 55, 24 ago. 1912.

Do meio da capoeira. *Ilustração Paulista*, São Paulo, n. 29, 22 jul. 1911.

Olhando a maré. *O Pirralho*. São Paulo, n.42, 25 mai. 1912.

RODRIGUES, José. Prosas e Glosas. *A Cruzada*, São Luiz do Maranhão, n. 92, 31 jan. 1891.

TIC. A nossa lingua verde. *A Cigarra*, São Paulo, n. 165, 01 ago. 1921.

⁵ Neste Manifesto, Oswald de Andrade apresentou as noções estéticas que iriam nortear o seu trabalho em poesia e o de outros modernistas brasileiros. É importante lembrar que na década de 1920 os modernistas, especialmente na figura de Mário de Andrade, buscaram intensamente atuar em nome de uma escrita que fosse mais próxima da fala do povo. Em sua obra *Prefácio Interessantíssimo* anunciou usar palavras em liberdade, já que as gramáticas apareceram após a organização das línguas e não antes. Como dizia, o inconsciente não sabia da existência de gramáticas, nem de línguas organizadas, apenas comunicava-se. (ANDRADE, 1987, p. 73)

Referências

ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. Edição crítica de Diléa Zanotto Manfio. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

ANDRADE, Oswald de. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias* (Manifestos, teses de concursos e ensaios), 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ANZALDUÁ, Glória. Como domar uma língua selvagem. *Cadernos de Letras da UFF*, Dossiê: Difusão da Língua Portuguesa, n. 39, p. 297-305. Rio de Janeiro, 2009.

BURKE, Peter. *A Arte da conversação*, São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

CAPELA, Carlos Eduardo S. Língua-Pátria, Línguas-Párias. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, v. 4, p. 39-64, 1998.

CARPEAUX, Otto Maria. Uma voz da democracia paulista. In: *Reflexo e Realidade*. Rio de Janeiro: Fontana, s.d.

FONSECA, Cristina. *Juó Bananére: o abuso em blague*. São Paulo: Editora 34, 2001.

ENDERS, Armelle. *A nova história do Brasil*. Tradução Marisa Motta. Rio de Janeiro: Gryphus, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Falas da cidade: conflitos e negociações em torno da identidade cultural no Rio de Janeiro. *ArtCultura*, Uberlândia, v.7, n.11, jul. – dez. 2005.

Migrações internas no Brasil: o caso da Geada Negra de 1975

Carlos Elias Barros Sobreira Rodrigues¹

O presente artigo procura demonstrar a relação entre as migrações internas do Brasil, a micro história e a história ambiental, utilizando como exemplo o fenômeno climático conhecido como “Geada Negra”, que no ano de 1975 assolou a região norte do estado do Paraná e a porção centro-sul do estado de São Paulo. Procuramos, nesse contexto, demonstrar que mesmo pequenos eventos, que ocorrem em uma região afastada do território nacional, podem desencadear grandes reações, modificando de maneira considerável a vida dos envolvidos que passam por estes momentos.

Conceituações iniciais

O conceito de migração definido pelo dicionário *Aurélio*, pode ser evidenciado na citação a seguir: “Passagem de um país ou território para outro (diz-se de indivíduo, ou de um povo).” (FERREIRA, 2009, p.554) As migrações aparecem muitas vezes como uma superfície agitada de correntes subterrâneas e que podem ser observadas como o sintoma final de um processo problemático que, muitas das vezes, não deixa outra opção para o migrante senão abandonar o seu lugar de origem e sair, em busca de outras oportunidades, e até mesmo buscar a sobrevivência.

Desta maneira, fenômenos migratórios são verdadeiros termômetros que, ao mesmo tempo, revelam e escondem transformações ocultas no tempo e no espaço geográfico nos quais os corpos estão inseridos, impedindo a permanência destes naqueles lugares. (GONÇALVES, 2001, p.173).

Os grandes deslocamentos humanos, em geral, precedem ou seguem mudanças profundas, e podem ser observados do ponto de vista econômico e político, como também em termos sociais e culturais. Os maremotos históricos provocam fortes ondas que deslocam em massa populações e povos inteiros. Guerras, enchentes, fenômenos naturais, e neste artigo específico, a geada negra de 1975 no norte do Paraná, são exemplos destes maremotos que a História nos tem propiciado.

¹ Carlos Elias Barros Sobreira Rodrigues. Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.

A mobilidade humana é em geral um sintoma de grandes transições. Quando ela se intensifica, algo ocorreu ou está para ocorrer, ou seja, algo está ocorrendo nas entrelinhas da história. Se o planeta está em movimento, através de milhões de seres humanos que se deslocam de um lado para outro, ou se as estradas do Brasil estão povoadas de caminhantes – poderíamos postular que existe um momento de profundas transformações. Para alguns teóricos como Boaventura Souza Santos, Michael Hardt e Antonio Negri, por exemplo, trata-se de uma crise sem retorno do paradigma da modernidade, no bojo do qual se engendra uma nova transição paradigmática.

Historicamente, no Brasil, é difícil falar de pobreza sem observar os grandes deslocamentos da população, como também é difícil falar destes deslocamentos sem relacioná-los à exclusão social. Isto não significa estabelecer uma causalidade mecânica e imediata entre pobreza e migração. Problemas ainda mais diversificados, como a sensação de insegurança, a falta de oportunidades de trabalho e perspectivas de emprego também motivam, e muito, as migrações internas dentro do país, sendo ainda hoje a causa principal do fluxo migratório do Nordeste em direção ao Sul e Sudeste do Brasil.

As migrações e suas particularidades no território brasileiro

As migrações foram determinantes na história brasileira a partir do século XX, contribuindo decisivamente para as particularidades do seu processo de urbanização. Esse processo apenas começou, de fato, a se concretizar a partir da segunda metade do século XX, quando a população urbana nacional superou a rural. A velocidade do processo de urbanização, muito superior a dos países capitalistas mais avançados, foi a grande novidade do caso brasileiro em comparação a qualquer outro país no mundo, visto que a curva ascendente de pessoas no meio urbano não encontrou paralelo em nenhuma nação capitalista global.

Para exemplificar, segundo Brito (2009), “em apenas 50 anos, na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, se multiplicando 7,3 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%” (p.12), o que significou, a cada ano, em média, que 2,4 milhões de habitantes eram acrescidos à população urbana. Esses habitantes saíram principalmente do campo para as cidades em busca de uma qualidade de vida melhor, ou mesmo como forma de sobrevivência, fazendo com que as cidades não comportassem grandes mudanças nos cenários de crescimento. Dessa forma, começaram a surgir problemas que até hoje parecem

crônicos quando falamos, por exemplo, de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo e outras metrópoles que convivem com as comunidades de baixa renda.

Esse acelerado processo de urbanização, principalmente ocorrido na segunda metade do século XX e início do século XXI, fazia parte das profundas transformações estruturais pelas quais passavam a sociedade e a economia brasileiras. Isto poderia ser uma indicação de que a própria sociedade brasileira se transformava cada vez mais em urbana, tornando irreversível a hegemonia das cidades, não só como o lócus privilegiado das atividades econômicas e de residência da população, mas, também, como centro de difusão dos novos padrões de relações sociais – inclusive as relações de produção – e de estilos de vida.

Começa a surgir aqui o Brasil moderno urbano-industrial, que se sobreponha ao Brasil agrícola tradicional, gerando uma síntese singular, muito além de qualquer dualismo, isto é, desenvolvimento econômico e modernização social, com fortes desequilíbrios regionais e agudos desequilíbrios sociais.

Nesse contexto, as contradições começam a se revelar como fenômeno evidente de urbanização das áreas metropolitanas em todo o Brasil, com ênfase nas capitais. Isto poderia ser uma indicação de que cidades como São Paulo e Rio de Janeiro geraram distorções na vida cotidiana das pessoas, colocando quase que lado a lado realidades completamente distintas, demonstrando assim que a desigualdade econômica e social presente e resistente em nosso país provém também da falta de políticas públicas de melhor acolhimento dessas pessoas que, muitas das vezes, são forçadas a saírem de suas regiões de origem em busca de uma vida melhor, como se pode ser observado na figura 1 em seguida.



Figura 1 - Exemplo de desigualdade social no Brasil - Paraisópolis - São Paulo. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50666148>

Reflexões sobre Micro História e História Ambiental

Nesse ponto, antes de adentrar nas especificidades da catástrofe climática, se faz necessário referenciar teoricamente as balizas que permitiram a realização até aqui, das análises e investigações acerca da geada de 1975. Uma perspectiva micro histórica norteia a discussão em relação à história das cidades e localidades, o que torna muito importante a discussão sobre esta temática.

A contribuição da micro história para a análise de determinados eventos não pode ser, de maneira alguma, negligenciada ou esquecida nesta análise. Desta maneira, cabe também uma rápida revisão do conceito de micro história, que é um gênero historiográfico surgido com a publicação, na Itália, da coleção "*Microstorie*", sob a direção de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi (1988). Esta linha de ação, bastante recente em termos de uma pesquisa histórica, vem sendo praticada principalmente por historiadores italianos, franceses, ingleses e estadunidenses, com ênfase no papel desempenhado pelos italianos, na importância da revista "*Quaderni Storici*" e no sucesso da referida coleção "*Microstorie*".

A sua proposição de análise histórica defende uma delimitação temática extremamente específica por parte do historiador (inclusive em termos de espacialidade e de temporalidade), mas não se reduz apenas a isto. Na análise de uma grande catástrofe, por exemplo, esta linha teórica indica que não apenas um grande acontecimento na escala global pode gerar consequências imprevisíveis, mas uma pequena alteração climática em um determinado lugar pode determinar o fim de um modo de vida.

Numa escala de observação reduzida, a análise se desenvolve a partir de uma exploração exaustiva das fontes, envolvendo a descrição etnográfica que tem como preocupação a narrativa histórica, que se diferencia da narrativa literária. Porque se relaciona com as fontes. Contempla temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades específicas — geográfica ou sociologicamente —, às situações-limite e às biografias ligadas à reconstituição de micro contextos ou dedicadas a personagens extremos, geralmente figuras anônimas, que passariam despercebidas na multidão.

Surgida a partir dos debates relacionados com os rumos que a chamada Escola dos Annales deveria tomar esta nova corrente historiográfica foi mal compreendida, ora tomada como história cultural, ora confundida com a história das mentalidades e com a história do cotidiano. Segundo o historiador brasileiro Ronaldo Vainfas,

Também foi percebida como a expressão típica de uma história descritiva, de viés marcadamente antropológico, que renunciou ao estatuto científico da disciplina e invadiu o território da literatura, rompendo de vez as fronteiras da narrativa histórica com a ficcional. (VAINFAS, 2005, p. 178).

Giovanni Levi (1988) chama a atenção de que tais análises estão equivocadas, pois apesar de produzirem resultados interessantes, o recorte em micro história deve ser temático e, mesmo assim, relacionado com um assunto mais amplo. O autor assinala que a micro história deveria servir como um "zoom" em uma fotografia. O pesquisador observa um pequeno espaço bastante ampliado, mas ao mesmo tempo, tendo em conta o restante da paisagem, apesar de não estar ampliada.

Portanto, a discussão neste ponto adentra na concepção que eventos localizados, regionais, também podem ser caracterizados como catástrofes notáveis para as populações que ali habitam, modificando seus hábitos culturais e modos de vida, e estas intempéries podem ser consideradas como “a última catástrofe” para estas pessoas.

Prosseguindo nesta seara, as questões relativas à história ambiental também devem ser mencionadas neste momento, visto que estes pressupostos teóricos nos fornecem um horizonte de investigação vasto e deveras denso em relação aos fenômenos estudados. De acordo com o professor Marcos Lobato Martins, em seu livro *História e Meio Ambiente*, o mesmo define a história ambiental da seguinte maneira:

Ao fim e ao cabo, a história ambiental – cujo programa pode ser resumido na busca de colocar a natureza na história, de lidar com o papel e o lugar da mesma na vida humana – representa uma ruptura com um dos mais arraigados pressupostos das ciências sociais, uma dessas simplificações absurdas que a trajetória das ciências frequentemente gera. A história ambiental rejeita a tese de que a experiência humana seja isenta de restrições naturais, de que a humanidade constitua uma espécie única e isolada (MARTINS, 2007, p.44).

Segundo Martins (2007) o *turning point* da questão ambiental foi a década de 1970. No ano de 1971, um pequeno grupo de militantes ecológicos lançou as bases do Greenpeace após uma reação contra os testes nucleares estadunidenses no Alasca. No ano seguinte foi publicado um relatório do Clube de Roma, intitulado *Limites para o Crescimento*, que continha um alerta de que os recursos naturais da Terra seriam rapidamente esgotados caso continuasse no mesmo ritmo de expansão da população e da economia mundiais.

A História Ambiental emerge como campo de estudo nos Estados Unidos entre fins da década de 1960 e início da de 1970, anos de profundas agitações políticas, econômicas e culturais, em meio à Guerra Fria. A crença no progresso por meio da ciência foi abalada, bem como o discurso desenvolvimentista.

Paulatinamente a sociedade civil foi apercebendo-se do fato que a industrialização, a modernização dos meios de produção e a racionalização dos modos de vida não foram capazes de solucionar as mazelas da humanidade. Miséria, atraso, preconceito racial e exclusão social estavam cada vez mais evidentes (SOUZA, 2012, p. 151).

Os motivos da valorização de uma abordagem ambiental devem-se não apenas a militância dos cientistas que se esforçam para encontrar estratégias de regeneração de ecossistemas, ou do esforço de pesquisadores que procuram restaurar e preservar o patrimônio histórico, “mas também ao acentuado interesse de expressivas parcelas da sociedade em conhecer e interpretar os ciclos históricos para melhor compreenderem o presente e melhor prepararem-se para os cenários socioambientais futuros” (COSTA; WIZNIEWSKY, 2010, p.7). Isso prova também que as indagações por parte dos historiadores dirigidas à natureza “demonstram como a produção do conhecimento histórico se faz em sintonia com seu próprio tempo” (DUARTE, 2005, p.9).

Pode-se afirmar que a história ambiental surge das preocupações da sociedade com o meio ambiente, amplamente visíveis a partir das últimas décadas. A amplitude e a generalidade do campo das relações sociedade-natureza impõem a necessidade de fazer um recorte epistemológico para estabelecer o campo próprio de uma abordagem de diferentes processos, que vão desde os que permitem compreender as racionalidades econômicas, ecológicas e culturais do uso da natureza, “até os resgates de saberes e práticas tradicionais de diferentes culturas com seu entorno ecológico” (LEFF, 2005, p. 23).

Estudo de caso: A Geada de 1975 no Paraná

As breves considerações que se seguem se referem a um fenômeno climático bastante conhecido no sul do Brasil: as geadas. Entretanto, esta geada específica, ocorrida em julho de 1975, tomou proporções catastróficas, erradicando boa parte da cafeicultura paranaense e pondo um ponto na final à chamada “Era de Ouro” do café não apenas no Paraná, mas em todo o Brasil. Inicialmente, antes de realizar uma análise

e apresentação do tema, faz-se necessária uma conceituação sobre o que é uma geada, bem como os seus impactos na economia e vida de cada uma das pessoas.

“A geada é um fenômeno meteorológico que se forma quando a temperatura do ar é menor ou igual a 0°C, permitindo que o vapor d’água sublime, formando cristais de gelo sobre as superfícies de contato com o ar” (BISCARO, 2007, p.23). Tais congelamentos podem vir a causar lesões nas plantas e até mesmo a sua morte pelo frio.

Em relação aos aspectos visuais, temos duas tipificações para as geadas que merecem destaque: as geadas brancas, que se caracterizam pela formação de gelo sobre as superfícies, e ocorrem em noites frias e sem vento; “E as geadas negras, que se caracterizam pelo congelamento da água no interior das células das plantas, devido às fortes ventanias que ocasionam a ‘queima’ das mesmas, ocasionando a necrose dos tecidos vegetais” (MELO - ABREU, 2010; SNYDER e MELO - ABREU, 2005, p.10).

Portanto, a conceituação acerca da geada nos permite compreender o quão danoso este processo é para as culturas agrícolas nas regiões às quais ela ocorre, e porque ela afetou tão grandemente a economia paranaense.

Com isso, a delimitação do objeto de pesquisa faz-se neste ambiente: A Geada Negra, ocorrida em 1975, no Norte do Paraná, foi o ocaso final da chamada “Era do Café”. Especificamente em 18 de Julho de 1975, os cafezais do Norte do Paraná amanheceram queimados e os frutos do café completamente inutilizados, gerando um prejuízo incalculável às culturas cafeeiras da região (Figura 2). Uma conjunção de fatores muito específica, ocorrida na madrugada anterior (frio de -9°C e uma forte ventania), possibilitou que ocorressem queimaduras nos troncos dos cafezais, matando as plantas e inutilizando os frutos, que, queimados, não tinham mais nenhum valor comercial. Entretanto, não se pode especificamente apontar a geada como única causa para as mudanças ocorridas após ela no campo paranaense, mas sim ela tendo sido o ponto de mudança que alterou decisivamente a economia do Paraná.

Segundo Roberto Bondarik (2010), “em 18 de Julho de 1975, ocorria a Geada Negra, que erradicou a cafeicultura no Estado do Paraná”. Bondarik (2010) explica que “naquela ocasião muitos não tiveram discernimento da amplitude dos problemas causados e das consequências que seriam geradas por esta geada, talvez ainda hoje muitos ainda não tenham essa compreensão”.



Figura 2 – O governador do Paraná, Jaime Canet em sua fazenda em Londrina, destruída pela Geada Negra de 1975.

De acordo com Bondarik (2010),

Revistas e jornais daqueles dias mostram o frio europeu que atingiu o sul do Brasil. Em Curitiba ainda se relembra e comemora a neve daquela ocasião. No norte, onde o café era a principal atividade econômica, o frio intenso assumiu ares de tragédia [...]. Havia ocorrido geadas fortes em 1963, 1964 e 1966, prenúncios da maior de todas. No dia seguinte, a Folha afirmava que os cafeicultores estavam de luto, mas os órfãos, a história mostra isso, eram a população do Norte, em especial os colonos, os pequenos proprietários, os comerciantes, as cidades, todos aqueles que se relacionavam direta ou indiretamente com a cafeicultura. Foram todos atingidos em seu modo e no seu estilo de vida, tivemos de reaprender a viver (BONDARIK, 2010, p.2).

Contexto Histórico

A chamada “Geada Negra”, que assolou o norte do Estado do Paraná no ano de 1975 e dizimou sua economia, também causou profundas mudanças no cenário socioeconômico estadual. Contudo, esta geada não foi a única causa pela qual a cafeicultura paranaense encontrou seu ocaso. Parigot de Souza (1996, p. 66) aponta que “as geadas de 1953 e 1955 provocaram reduções nas safras de café dos anos subsequentes respectivamente de 40% e 66%, quando o valor da produção cafeeira já ascendia a mais da metade do valor total da produção agrícola do Estado”. Além disso, também comenta que as geadas de 1969 reduziram a safra cafeeira esperada do ano de dez milhões de sacas para menos de três milhões. (Gráfico 1)

Para além dos fatores climáticos naturais, temos também políticas governamentais e também econômicas, ao longo dos anos 1970, que visavam

modernizar e dinamizar a economia paranaense, no intuito de aumentar a importância da indústria e comércio e assim relegar a agricultura não mais ao posto de carro-chefe da economia estadual, mas sim em um plano secundário.

Podemos citar como marcos desta política de industrialização: A criação da Cidade Industrial de Curitiba, a implantação da primeira refinaria de petróleo do Paraná, em Araucária, e, sobretudo, pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em consórcio com o Paraguai. Estas políticas de industrialização iam de encontro com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do governo do então presidente Ernesto Geisel, que objetivava estimular a produção nacional de insumos básicos, alimentos, bens de capital e energia.

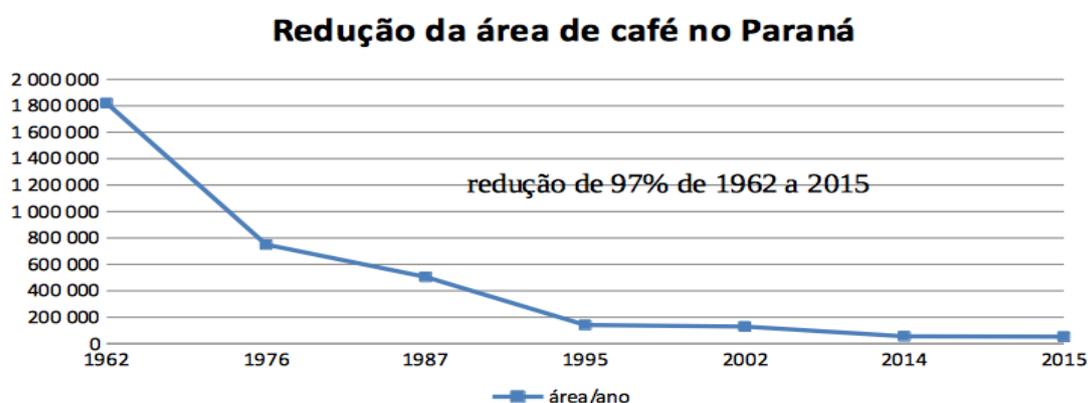


Gráfico 1 – Produção cafeeira paranaense de 1962 a 2015. Fonte: SEAB/Deral. Elaboração: FAEP/DTE.

Com isso, o declínio da produção cafeeira não se deu exclusivamente por causas naturais e climáticas, mas também por uma política de Estado que visava industrializar e urbanizar o Paraná, no intuito de aumentar a capacidade produtiva nacional e a autossuficiência em energia elétrica. Assim, a Geada Negra definitivamente encerrou este ciclo áureo da agricultura paranaense e a partir dela, intensificou-se o processo de urbanização e industrialização do Paraná.

Aspectos de uma mudança de paradigma: os impactos sociais e econômicos da geada na sociedade paranaense dos anos 1970

De acordo com dados do IBC (Instituto Brasileiro do Café), na década de 1960, o estado do Paraná correspondia a mais de 50% da produção nacional de café (gráfico 1), superando todo o restante da produção nacional.

Contudo, a introdução de novas culturas, como o trigo e a soja, bem como o surgimento de poderosos centros industriais no interior do

estado (Londrina, Maringá, dentre outras), foram reduzindo o poder e a importância da produção cafeeira, a ponto de causar uma redução de um milhão de hectares de produção entre 1960 e 1975. (HESS, 2015, p.7).

Desta maneira, analisando as informações obtidas no gráfico 1, é possível inferir que a produção cafeeira paranaense já estava tendo reduções significativas em sua área de extensão, bem como na quantidade de toneladas do produto ano após ano, e que, após os eventos registrados na geada, esta tendência já registrada apenas se acentuou muito mais rapidamente.

Assim, também podemos salientar a influência do Estado no fim da predominância da agricultura cafeeira do Estado, atendendo a uma agenda nacional-desenvolvimentista de Brasília, e, buscando alinhar o Paraná a um plano nacional de desenvolvimento, o governo estadual cria a chamada CODEPAR, em 1962. Esta entidade (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná) foi responsável pela diversificação e ampliação da matriz industrial e também agrícola do estado, com a introdução de outras culturas agrícolas, tais como o milho e a soja (esta última tendo sido a sucessora do café, e até os dias atuais é a principal atividade econômica de todo o Estado) e da sua urbanização, eliminando cada vez mais traços de uma agricultura do século XIX e implementando a industrialização cada vez mais crescente no estado.

Além do impacto econômico que a destruição dos cafezais proporcionou ao Estado, temos também os impactos sociais e demográficos ocasionados pela geada. Devido aos impactos ocasionados pela diminuição drástica dos cafezais, somado aos incentivos que o governo do Paraná deu à industrialização do Estado, com a criação da Cidade Industrial de Curitiba, bem como do Polo Petrolífero de Araucária, houve uma intensa migração da população rural para as cidades do Estado do Paraná, como se pode inferir no gráfico 2. A rápida ascensão do fenômeno urbano a partir da década de 1970 também se relaciona diretamente com a estrutura nacional-desenvolvimentista apoiada pelo regime dos militares, que visavam ampliar a base industrial do país para que o mesmo se constituísse autossuficiente em produção de bens de consumo, energia e produção industrial.

Assim, esse fenômeno histórico não foi apenas um evento climático, mas o ponto de partida para uma mudança total na sociedade paranaense e, sobretudo, na economia e agricultura local. A partir deste momento, a monocultura cafeeira passa a ter seu declínio estabelecido em prol não apenas de outras culturas agrícolas, mas de uma

crecente industrialização e urbanização das regiões mais interioranas do estado do Paraná.

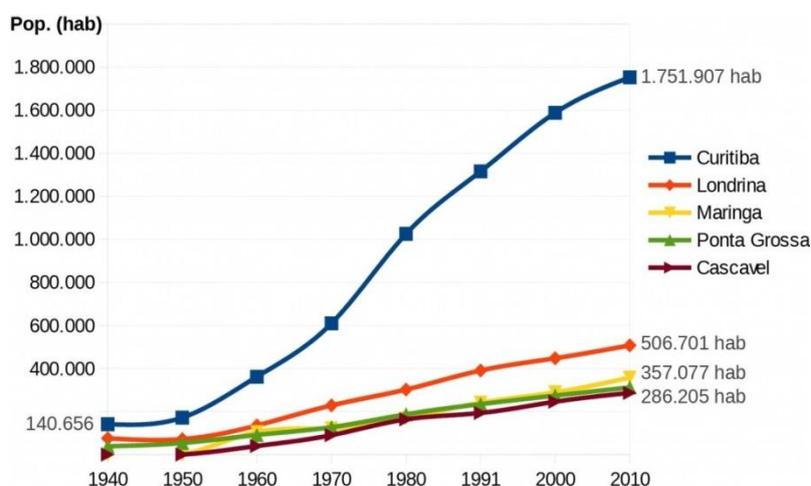


Gráfico 2: População paranaense de 1940 a 2010. Fonte: Monteiro, Ricardo Rodrigues. *A cartografia do fenômeno urbano e econômico no Paraná: uma leitura com auxílio da semiótica*. Disponível em: Revista Franco-Brasileira de Geografia, Nº 27, 2016.

Referências

Biscaro, G. A. *Meteorologia Agrícola Básica*. 1 ed. Cassilândia: Ed. Unigraf, 2007.

Bondarick, Roberto. *A Geada Negra de 1975*. In: Folha de Londrina, 26 de Julho de 2010.

Brito, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

Costa, Adão José Vital da; Wizniewsky, José Geraldo. *História ambiental agrária: uma reflexão dialética sobre o espaço rural brasileiro*. In: Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, v. 30, n. 1. P. 35-49, jan./jun. 2010.

Duarte, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: O minidicionário da língua portuguesa*. 7ª Edição, Curitiba: Positivo, 2008.

Gonçalves, Alfredo José. *Migrações internas: evoluções e desafios*. In: Revista Estudos Avançados 15(43). São Paulo: Edusp, 2001.

Hess, José. *O café no Paraná 40 anos depois da geada de 1975*. Sistema FAEP. Disponível em:

<https://sistemafaep.org.br/wp-content/uploads/2015/06/CafeParana40anosDepois.pdf>

Leff, Enrique. *Vetas y vertientes de la história ambiental latinoamericana: una nota metodológica y epistemológica*. *Vária*, Belo Horizonte, n. 33, p. 17-35, 2005.

Martins, Marcos Lobato. *História e Meio Ambiente*. São Paulo: Anablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

Monteiro, Ricardo Rodrigues. *A cartografia do fenômeno urbano e econômico no Paraná: uma leitura com auxílio da semiótica*. Disponível em: *Revista Franco-Brasileira de Geografia*, Nº 27, 2016.

Melo-Abreu, J. P. M. *As Geadas. Conceitos, Gênese, Danos e Métodos de Protecção*. In: Figueiredo, T.; Ribeiro, L. F.; Ribeiro, A. C.; Fernandes, L. F (Ed.). *Clima e Recursos Naturais: Conferências de Homenagem ao Prof. Doutor Dionísio Gonçalves*. Bragança, Portugal: Instituto Politécnico de Bragança, 2010, cap. 5, 141-165

Souza, Fabíula Sevilha. *Capitalismo e colonização nas matrizes teórico-metodológicas da História Ambiental norte-americana*. In: *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jan-jun. pp. 150-166, 2012.

Vainfas, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

A(s) rede(s) do enclave galego de Lisboa. O caso de Ramiro Vidal Carrera (1900-1930)

Carlos Pazos-Justo¹

Gabriel André²

O fenómeno migratório galego com destino em Lisboa tem origens temporais longínquas ainda não totalmente esclarecidas. Durante séculos, como recolheu amplamente a literatura portuguesa, se caracterizou por nutrir-se de indivíduos de baixa condição social, trabalhadores pouco qualificados no espaço lisboeta (moços de fretes, aguadeiros, etc.), o qual propiciou, como noutras latitudes, o surgimento de uma imagem pejorativa presente, por exemplo, nas seguintes linhas (ANDRADE, 1903, p. 130-131):

Para o gallego não ha diferenças de cathegoria no trabalho, comtanto que lhe paguem. É esse o seu unico ponto de vista, e n'isso consiste a sua philosophia pratica. Geralmente os gallegos de exportação são isto pouco mais ou menos. Não querem mesmo ser outra cousa, porque o seu fim unico é juntar dinheiro [...] A avareza é a principal qualidade que o distingue

Como se pode apreciar na citação, uma das características destacadas, na visão lisboeta/portuguesa dos galegos, é a *ganância* dos migrantes galicianos; este discurso de representação deu lugar, note-se, a um relativamente extenso número de ditados populares em Portugal do tipo “Guarda-te de cão preso e de moço galego”, “Trabalhar como um galego” ou “Cinquenta galegos não fazem um homem”³.

A partir da segunda metade do século XIX, no entanto, a colónia galega começa a experimentar notórias alterações marcadas por uma crescente complexificação e diversificação dos seus membros, surgindo assim, por exemplo, uma incipiente elite com outros objetivos laborais mais também sociais e culturais. Assim sendo, em finais do século XIX, tomam formam as primeiras iniciativas no sentido de dotar a comunidade de organizações próprias (publicações próprias e associações, principalmente). É neste quadro que pretendemos realizar uma primeira aproximação à trajetória de Ramiro Vidal Carrera (1887-1967) identificando as redes e iniciativas às que se associa no espaço da imigração (Lisboa) e da emigração (sul da Galiza). Na

¹ Grupo Galabra-UMinho do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.

² Consellería de Cultura, Educación e Universidade da Xunta de Galicia.

³ Para a imagem da Galiza e os galegos em Portugal *vid.* PAZOS-JUSTO, 2016.

exposição serão problematizados os discursos, ideias e práticas de uma parte simbolicamente significativa da comunidade galega de Lisboa nas primeiras décadas do século XX a partir da trajetória social, política e cultural de Ramiro Vidal Carrera.

Oriundo do Concelho das Neves, sul da Galiza, Vidal Carrera nasce (a 17 de janeiro de 1887) no seio de uma família de limitados recursos materiais marcada pelo fenómeno migratório, pois o seu pai, Rafael Vidal Miguez, tinha emigrado para Lisboa na segunda metade do século XIX, onde, segundo Miguel Regojo⁴, terá estado trinta anos empregado na Empresa Insular de Navegação. Esta prática, a da migração masculina com destino em Lisboa (no Porto ou noutros destinos) que deixa a família na terra das origens era relativamente frequente na altura (GONZÁLEZ, 2006)⁵. Neste quadro, com 13 anos de idade, Ramiro Vidal Carrera terá seguido os passos do pai, instalando-se em Lisboa, em inícios de século, para trabalhar, nos primeiros tempos, no setor da restauração. Este setor está muito vinculado, na época, à colónia galega; são vários os empreendimentos comerciais deste tipo que foram (alguns ainda hoje em dia) propriedade de galegos emigrantes: Café Suíço, Café Martinho, o restaurante Irmãos Unidos da família Guisado, Hotel Francfort, restaurante Estrela d'Ouro ou restaurante Gambrinus (GONZÁLEZ, 2013). Aos inícios como empregado por conta de outrem, vão seguir-se diversas iniciativas empresariais o que fez com que, passados vários anos, Ramiro Vidal Carrera chega a se converter num próspero empresário tanto em Lisboa como nas terras de origem.

Paralelamente à sua consolidação como emergente empresário, a trajetória de Ramiro Vidal Carrera é também exemplo modelar do envolvimento de uma certa elite da colónia galega de Lisboa em movimentos sociais e/ou políticos, em princípio, alheios às lógicas seculares da comunidade galega de Lisboa. É exemplo, portanto, do funcionamento efetivo de diversas redes com objetivos e interesses igualmente diversos.

Neste sentido, convém referir que, enquanto comunidade originária de um espaço da emigração, a residir num espaço de imigração, o enclave galego de Lisboa esteve submetido a partir das últimas décadas do século XIX a diversas forças de signo

⁴ Agradecemos aqui a Miguel Regojo, bisneto de Ramiro Vidal Carrera e custódio do seu espólio, todos os materiais e informações disponibilizadas que, direta ou indiretamente, estão presentes nas páginas seguintes.

⁵ Para a uma revisão da literatura acerca da emigração galega com destino a Portugal veja-se FERNÁNDEZ CORTIZO, 2020. Outros trabalhos específicos são: HERNÁNDEZ, 1995; GARCÍA, 1996; PENA, 1999; LÓPEZ, 2005; GONZÁLEZ, 1999, 2006 e 2013; ou FERNÁNDEZ CORTIZO, 2007; em Portugal: CASTRO GIL, 1999; ALVES, 2002; DANTAS, 2010; ou OLIVEIRA, 2015. Anotamos também aqui trabalhos de um dos autores que assinam este estudo e que constituem, em parte, o alicerce contextual das páginas que se seguem, PAZOS, 2011, 2015 e 2021.

político, social ou cultural, em ocasiões, antagónicos. Ademais, como aconteceu e acontece com outros grupos migrantes, a trajetória da colónia galega de Lisboa foi, em termos gerais, condicionada pela trajetória dos dois espaços referidos, o das origens e o do destino. Para o caso, revela-se especialmente significativo o facto de Portugal virar nos finais da primeira década do século XX para um regime republicano, face a, cabe assinalar, o regime monárquico do estado vizinho em que se situavam as terras de origem dos galegos de Lisboa, também de Ramiro Vidal Carrera. Por outro lado, e em termos culturais, entendemos que uma parte muito significativa da colónia galega a residir em Lisboa, face às possibilidades que teria de relacionar a sua “cultura pré-migatória” com o novo espaço social (*assimilação, separação, integração e marginalização*; CORBACHO, 2009, p. 41)⁶, opta estrategicamente pela integração e, presumivelmente, pela separação. Ramiro Vidal Carrera intervém no espaço social português, como outros membros da comunidade, inequivocamente em termos de *integração*, mantendo e praticando deste modo, uma série de lealdades com a metrópole, ao tempo que mantém uma intensa atividade comercial e social no espaço da imigração.

Com os dados a nosso alcance, resulta muito difícil estabelecer correspondências entre grupos da comunidade galega e opções políticas ou organizações partidárias. Em todo o caso, muito provavelmente, será possível associar os galegos, em geral e durante o século XIX, com posições mais conservadoras ou antiliberais na Lisboa da altura. Face a esta orientação, há evidências notáveis na colónia da penetração do republicano-agrarismo defendido, por exemplo, por *El Tea* (1908-1936), subtítulo segundo a época “Semanao Político Independiente. Defensor de los intereses del distrito de Puenteareas” ou “Decenario Defensor de los Intereses Agrarios”, em que irá participar ativamente Ramiro Vidal Carrera. *El Tea*, empresa jornalística explicitamente republicana e agrarista⁷, foi financiada também por membros da colónia galega de

⁶ Corbacho Quintela, citando o psicólogo John W. Berry, refere (CORBACHO, 2009, p. 41).

Berry indica que, nos casos em que os grupos não-dominantes têm liberdade para escolher a sua forma de engajamento nas relações interculturais, há quatro possibilidades de estratégia. A primeira estratégia deles é a assimilação, a qual se dá quando os indivíduos não desejam manter a sua identidade cultural e procuram interagir com outras culturas. A segunda é a separação, consequência da valorização da própria cultura e da decisão de conservá-la, evitando-se a interação com outros grupos. A terceira estratégia é a integração, consistente na vontade de manter a distinção cultural do grupo enquanto ele interage diariamente com a sociedade majoritária e se acomoda a ela. A última é a marginalização, a qual surge quando há poucas possibilidades, e interesse, na manutenção cultural e, paralelamente, escassos relacionamentos com outros grupos, geralmente por razões de exclusão ou discriminação

⁷ Uma definição possível do agrarismo é, seguindo o historiador Miguel Cabo (CABO, 1998, p. 11).

Lisboa (HERVÉS, 1997). Os próprios galegos fundam em Lisboa organizações cujo fim é apoiar em várias dimensões este movimento metropolitano (é o caso, por exemplo, da “Unión Agraria del Partido Judicial de Ponteareas en Lisboa”, de 1915). Significativamente, *El Tea* dará visibilidade a uma comissão de galegos de Lisboa a favor do novo regime republicano português e contra a proteção outorgada a grupos monárquicos insurgentes na Galiza (*El Tea*, 15/07/1911).

Dentro das margens do enclave galego de Lisboa, caberia assinalar ainda mais duas linhas de força ideológicas. A primeira, vinculada ao crescente grupo de assalariados de origem galega que participam em diferentes iniciativas do incipiente movimento sindical português, até o ponto de, com acentuado protagonismo, participarem numa das primeiras greves portuguesas, a dos padeiros de 1894 que teve como resultado a expulsão de 285 padeiros de origem galega (Fernández, 2018). A segunda, também poliédrica, vinculada ao galeguismo⁸ metropolitano e com maior expressão a partir de 1916.

Neste quadro, temos notícia das várias e intensas colaborações jornalísticas do autor em foco a partir de finais da primeira década do século XX. Em *La Lucha. Semanario federal* (publicação ideologicamente de esquerdas, de Vigo, 1898-1917), publicou crónicas de tom político do acontecer lisboeta. Também no *Noticario de Vigo*, em que chegou a ser o correspondente em Lisboa. A partir de 1908 vai ser igualmente, e durante mais de uma década, um assíduo colaborador do antes citado *El Tea*. Ramiro Vidal Carrera, humilde e muito jovem migrante em inícios do século XX, desenvolve uma intensa atividade jornalística, como vemos, com importantes vínculos a círculos republicanos.

Antes de finalizar a primeira década do século passado, participa ativamente numa das iniciativas com maior percorrido da colónia galega de Lisboa: a fundação em 1908 de Juventud de Galicia, a que será a mais longeva associação (ainda em

complexo movimento que tenta mobilizar un grupo social, como era o campesinado, que ata aquela non atopara unha expresión propia dos seus intereses, con vistas á consecución dun amplo abano de metas que principalmente poden se resumir en dúas aspiracións: a obtención das condicións que fagan factíbel a sobrevivencia da pequena explotación familiar no marco dunha economía capitalista cada vez mais invasiva, e a articulación política dos intereses do campesinado parcelario galego, ata polo en pé de igualdade cos doutros complexos agrarios existentes no Estado español e cos doutros grupos sociais.

⁸ Por galeguismo entende-se aqui (SAMARTIM, 2005, p. 10): movimento de reivindicación da identidade diferenciada da Galiza com independência do grau de autonomia política proposto para a colectividade galega polos vários grupos ou agentes autoproclamados galeguistas, assi como o processo de fabricaçom de ideias que apoiam e justificam os vários graus desta reivindicaçom.

funcionamento) da colónia galaica na capital portuguesa⁹. Como se pode apreciar na ilustração 1, Vidal Carrera recebe o primeiro cartão de sócio da entidade; faz parte da direção da associação e está envolvido nas atividades recreativas que promovem (vid. ilustração 2).



Ilustração 1. Cartão de sócio de Ramiro Vidal Carrera

Fonte: arquivo de Miguel Regojo

⁹ Rodrigues Vaz (2008, pp. 16-17) relaciona a fundação de Juventud de Galicia ao movimento associativo da colónia galega: O aparecimento da X[uventude] G[aliza] insere-se obrigatoriamente nas lutas pela dignidade do trabalho que naquela época se digladiariam na capital portuguesa, como reconhece Don Ramiro [Vidal Carrera]. Dadas as péssimas condições em que os empregados de café viviam na época em Lisboa [...] para pôr cobro a tal situação foi constituído em 1907, no 1º andar do número 33 da Rua do Poço do Borratém, o Grupo de Propaganda e Defesa dos Interesses dos Empregados dos Hotéis, Restaurantes e Cafés, cujo primeiro objectivo foi conseguir ter direito ao descanso semanal. Este grupo dará origem à Associação de Classe dos Empregados dos Hotéis e Restaurantes de Lisboa, onde pontificam profissionais galegos, como aliás já eram maioritariamente galegos os que em 22 de Maio de 1904 tinham constituído a Associação dos Criados de Mesa, Soc. Cooperativa, Lda. Na Rua de S. Boaventura.

LOS GALLEGOS EN LISBOA

“Juventud de Galicia”

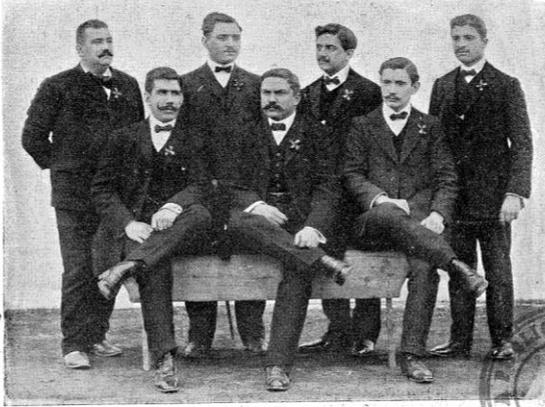
Honra hoy estas columnas — y decimos que las honra y llamamos la atención sobre ello — una fotografía por todo extremo interesante. Representa á la entusiasta agrupación que con el título *Juventud de Galicia* se constituyó en Lisboa en Diciembre último.

Aquellos paisanos nuestros han levantado una bandera de cultura. Van á consagrarse á las tareas artísticas. Van á hacer música gallega, á recordar á la patria entonando sus canciones amadas, las que nos siguen fuera de la tierra como himnos de amor á lo que jamás podemos olvidar, á la distante pequeña patria, la locura de todos los que sobre estos floridos campos hemos nacido.

Juventud de Galicia tiene su programa. No puede ser más sugerente. En él se expresa, antes que otra cosa, el recuerdo constante á la patria gallega. Y después la veneración á la patria española, cuyos grandes hechos, cuyas fechas gloriosas, serán festejadas, como si Galicia y España se prolongasen hasta la bella ciudad lusitana donde tantos gallegos comen juntos el pan de la emigración.

Juventud de Galicia se propone seguir huellas gloriosas en estos anales de la asociación de compatriotas nuestros. Quiere marchar por el mismo camino de esclarecimiento y de honra para la patria seguido por el Centro gallego de la Habana.

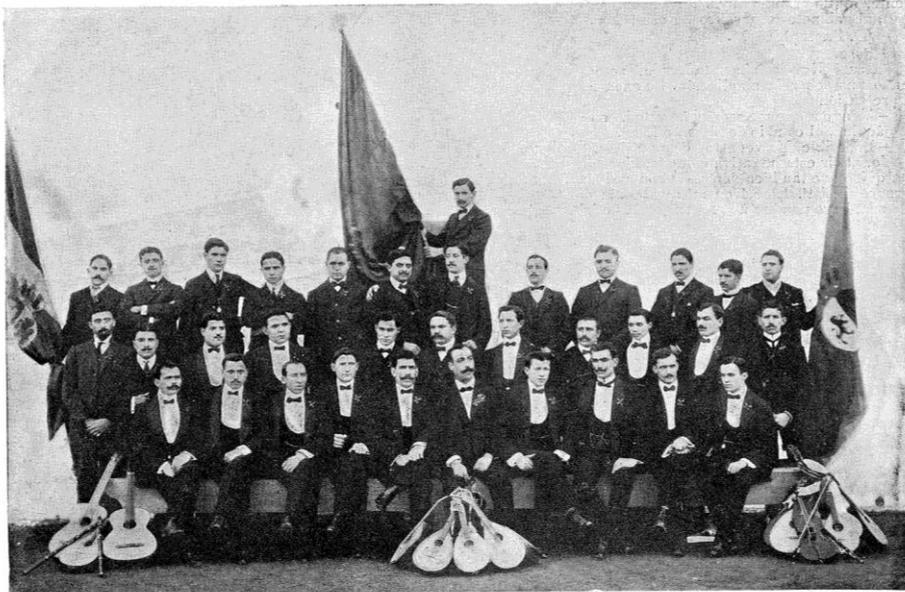
Tiene la naciente sociedad gallega una rondalla dirigida por un músico competente y entusiasta, el Sr. Motta, que ha compuesto un himno de sabor regional que es la delicia de cuantos lo oyen.



Junta Directiva de «JUVENTUD DE GALICIA»
De izquierda á derecha (sentados) Vicepresidente: D. José Lorenzo Cuevas; Presidente: D. Manuel Álvarez Cobas; 1.º Secretario: D. Ramiro Vidal Carrera.
De derecha á izquierda (de pie) 2.º Secretario: D. Ramiro Martín y Martín; Tesorero, D. Emilio Mabilia Rodríguez; Contador: D. Marcelino Outerelo Rocha; y D. Francisco Sánchez, corresponsal de «VIDA GALLEGA» y «Noticiero de Vigo».

VIDA GALLEGA envía un fraternal saludo á la entusiasta y joven agrupación de paisanos nuestros y le desea bríos y tenacidad para conseguir la unión de todos los hermanos en la gran familia regional á fin de que nuestra colonia de Lisboa llegue á tener, por la organización, que hace la fuerza, la importancia á que es acreedora y que, si ha de ser respetada siempre, necesita.

La información gráfica que publicamos fué hecha por nuestro diligente redactor artístico en Lisboa D. Venancio Peciña que comparte con el Sr. Sánchez las tareas de información de VIDA GALLEGA.



La rondalla de «JUVENTUD DE GALICIA»
De izquierda á derecha (en primer término): Sres. Domingo Ribas, Indalecio García Eiré, Benigno Fernández Pérez, Ramón Carrera Carballo, José Lorenzo Cuevas, Profesor Sr. Motta, José Hernández Ramírez, Albino Lorenzo Cuevas, Evaristo Besada Santos y Domingo Fernández Pereira.
En segundo término: Manuel Martínez Mourido, Isidoro Gil, Camilo Fernández, Eduardo Cuevas, José Fernández Villar, Manuel Álvarez Cobas, Ceferino Francisco Domínguez, José María Puga, Francisco Lago, Manuel Garrido Garrido y Laureano Prieto Domínguez.
En tercer término: Apolinar Rodríguez, Ramiro Martín Martín, Franc.º Vidal Carrera, Perfecto Lorenzo Carrera, José Franc.º Estévez, Emilio Mabilia Rodríguez, José Martínez Castellano, Franc.º Santoro Garrido, Marcelino Outerelo Rocha, Miguel Prieto, Herminio Areal, José Rodríguez, abanderado, Ramiro Vidal Carrera (Pepe de Eiról)

Ilustração 2. Crónica sobre Juventud de Galicia em *Vida Gallega* (ca. 1909)

Fonte: arquivo de Miguel Regojo

Um ano mais tarde, defendia assim Vidal Carrera, nas páginas de *El Tea*, a independência de Juventud de Galicia frente a tomadas de posição cujo fim passava pela criação de uma única associação para todos os migrantes originários do Reino da Espanha (“De Lisboa. La Colonia Gallega”, *El Tea*, 13/03/1909, p. 2).

Nadie desconoce el elevado número de galicianos que hay en esta capital lusitania, verdaderamente hospitalaria; y nadie desconoce tampoco que en lo que se refiere á amor á la cultura y altruismo social ha dado la Colonia, desgraciadamente, muestras de poca fé y de carecer de aquella firme y decidida voluntad que se precisan para las grandes empresas.

No es mi torpe pluma la llamada á estudiar la psicología de estos -como yo- llamados en nuestro *agarimo* terruño ‘Lisboanos’; pero á pesar de ello me limitaré á decir lo que á mi alcance está.

Las colonias compuestas de los hijos de las cuatro provincias gallegas en todas partes del mundo se distinguen, por muy reducido que sea el número de individuos que las constituyan. Cuentan con sociedades de toda especie, famosas algunas por su gran florecimiento, en las cuales el continuo trato hace efectivas la solidaridad y confraternidad que se precisan para poder luchar con bríos y hacerse respetar de los súbditos de los países que habitan. Es esto demasiado conocido pero lo cito por si puede servir de estímulo á la Colonia aquí residente. Nuestro destino nos aleja de la madre patria y por exigencias de la lucha por la vida pasamos lejos de ella lo mejor de nuestra existencia; consagrémosla á laborar por el bien de todos, alejando toda clase de egoismos y poniendo elevación de miras en las nobles empresas á que debemos dedicar nuestra actividad si queremos ser dignos émulos de nuestros hermanos que tambien luchan por el progreso en otras tierras. Si esto hiciéramos conseguiríamos, en primer término alejar á muchos de nuestros compatriotas de diversiones y actos que en verdad afean su conducta.

Con grandiosidad y opulencia se fundó aquí hace años la sociedad Centro Gallego que tuvo vida efímera. Yo no he de mencionar las causas de su disolución porque no quiero molestar á nadie con mis apreciaciones, pero sí he de manifestar que, á mi juicio, debemos los galicianos ir solos á todo género de empresas, porque sino nada conseguiremos; las entidades mixtas fueron siempre á la ruina por no ser posible aquella confraternidad á que antes me refería¹⁰.

¹⁰ Na mesma intervenção, afirmava: Un grupo de entusiastas, de gran voluntad, constituyeron, hace pocos meses, una Comisión para poner en práctica los ideales de que se hallaban poseidos. Esta Comisión, de la que yo era un modesto miembro, tuvo siempre por orientación la forma que hizo grandiosa á la importante y rica ‘Asociación Galaica’ de socorros mútuos. Esta es genuinamente regional y nosotros para imitarla en su colosal progreso y creciente prosperidad, fundamos otra que tiende á ser el futuro ‘Centro Gallego’ pero esto no solamente en el nombre sino en la calidad ó significación de sus socios. Por satisfechos podemos darnos. La modestia con que dimos comienzo á la hoy próspera ‘Juventud de Galicia’ ha merecido el aplauso de los hombres más potentados de la colonia que no tuvieron inconveniente en cooperar á los fines perseguidos por los modestos organizadores, seguros de que cuanto se consiguiéramos redundaría en provecho y honra de todos. Ahora emprendemos por fin la ruta é iremos hacia un medio social más favorable y más propio de nuestros tiempos [...] Nuestros hermanos residentes en América nos dan múltiples ejemplos de los que valen, gracias á la unión y sinceridad que con loables fines practican.

A partir de meados da segunda década do século XX, altura em que ganham força e visibilidade as posições do galeguismo metropolitano, Vidal Carrera protagoniza várias iniciativas filiadas ao programa ideológico daqueles. Entre outras, destaca-se o seu envolvimento, em 1919, na “Comissão de Propaganda de Autonomia Regional da Galiza”, criada no seio de Juventud de Galicia. A citada Comissão organiza durante esse ano três conferências, entre as quais, “Alma Gallega”, de Ramiro Vidal Carrera¹¹, da qual transcrevemos o seguinte texto:

Debemos todos os que nacemos en Galicia, ou mesmo, non nacendo, levando sempre gallega n’as nosas venas [sic], ter orgullo en manifestarnos, y-en ben admitirmos, o nome propio de gallegos. Nunca por nunca debemos sentirnos menos apreciados, cando se nos chama por ese nome – cheio d’encantos pra mim – anque moitas veces o fagan con fins ofensivos.

Pol-o regular, quen pretenda ofendernos chamando-nos gallegos, desconoce o que somos, o que valemos y-o qu’ele propio representa ou vale [...] Non facerlles caso e o noso deber; pois nin razóns atenderían pra explicarlles que non temos menos precio en ser fillos d’a terra que foi berce d’as suas grandezas [...] As nobres xeneracións de España, y-as nobres linaxes portuguesas, tiveron moitos dos seus principios n’a raza gallega.

No elucidativo trecho, está patente a vontade explícita de reivindicar a galegidade frente a discursos hostis ou até aviltantes. Poucos anos depois, publica um poema em *El Tea* (23/05/1922), “Galicia y Lusitania”, onde desenvolve um repertório literário caro aos galeguistas:

N’as altas horas serenas
D’o lindo ceo de Galicia,
Cando xentís as estrelas
Se remudan con pericia;

Percorrendo o firmamento,
Relixiosas, sereniñas,
As almas puras escraman:
¡Que Dios vos guíe, estreliñas!

A ternura d’estas almas,

Imitémosles nosotros, puesto que aún es tiempo de corregir yerros y rutinas perjudiciales, y confiemos en el porvenir que para la colonia gallega de esta hospitalaria capital será indudablemente risueño.

¹¹ No espólio custodiado por Miguel Regojo tivemos ocasião de consultar o manuscrito da conferência; com o manuscrito, consta um recorte de imprensa (“Alma Galega. Conferência do sr. Ramiro Carrera”, *Diário A Vitória*, 15/05/1919) que, pelo seu conteúdo, evidencia claramente, tratar-se do texto efetivamente lido na altura.

Almiñas d'a miña terra,
Xuntous á d'os emigrados
Que o bo Portugal alberga;

Y-así repiten en coro
Pensando en Gago e Cabral:
- ¡Dios vos guie aviadores!
¡Gloria, Gloria, Portugal!...

Mentras tanto os pensamentos
Cruzan os ceos a chorar...
¡Por Galicia non ser libre!,
¡Por Galicia non voar!...

A pesquisa realizada aponta para uma maior visibilidade do ideário galeguista no meio galego de Lisboa desde 1916-17 até a instauração da Ditadura de Primo de Rivera (1923-1930) no Reino de Espanha. Entre 1923 e 1924, destacados membros da colónia galega de Lisboa – outrora nas fileiras da oposição republicano-agrarista e/ou filogaleguista – vão participar ativamente no processo de substituição das antigas elites locais promovido pelo novo regime (debilitando, conseqüentemente, as possibilidades de proliferação dos galeguistas no enclave lisboeta). Um exemplo paradigmático é o da publicação periódica *Hispania* (dirigida pelo galego residente em Lisboa, Alejo Carrera Muñoz) que, atento ao novo quadro relacional peninsular, parece tentar intervir enquanto mediador nas relações entre os dois estados ibéricos¹².

Vidal Carrera, por seu turno, vai notabilizar-se ao ser nomeado *alcade* (prefeito) do município de Mondariz desde 1925 até 1930 (segundo se desprende de *Hispania* [8/03/1924, p. 1], após o golpe militar, R. Vidal Carrera parece ter passado a residir legalmente na metrópole para poder optar à presidência da Prefeitura de Mondariz). Cabe apontar que a Ditadura de 1923-1930 vai desativar grande parte das reivindicações dos agraristas através do Decreto redencionista de Primo de Rivera de 1926 (VILLARES, 2003), já que os camponeses conseguem a propriedade das terras, reivindicação fundamental do movimento. Neste quadro, Vidal Carrera afirma-se como

¹² A linha editorial de *Hispania*, perante a melhora importante das relações entre os dois estados (acentuada a partir de 1926 e com fim aproximadamente em 1930), apropria-se de ideias que pululam nesta altura entre grupos conservadores dos dois estados, como por exemplo as que transparecem a seguinte citação: Nacemos para afirmar la superioridad de la Raza Ibera, hoy Ibero-Americana, heredera de una civilización latina, colonizadora de un Mundo Nuevo; nacemos para evitar el lamentable contraste de que pueblos de las dos naciones que tamaña empresa realizaron, ignoren mutuamente lo que hay mas acá y mas allá de su común frontera; a pesar de surcarlas los mismo ríos y recorrerlas los mismos macizos montañosos” (*Hispania*, nº 1, 2/02/1924).

prefeito do Município de Mondariz e recebe, por exemplo, em 1928, ao próprio General Primo de Rivera como testemunha a ilustração 3¹³.



Ilustração 3. Em primeiro plano, o General Primo de Rivera e (com o chapéu na mão) Ramiro Vidal Carrera (1928)

Fonte: arquivo de Miguel Regojo

A presença do General Primo de Rivera em Mondariz deve necessariamente de se relacionar ao Gran Hotel de Mondariz, estabelecimento termal que, gerido pela família Peinador, foi um centro turístico-cultural formidável no sul da Galiza, frequentado por elites económicas e culturais de diferentes cantos da Península Ibérica (e doutras latitudes); foi também um foi um palco privilegiado para a socialização dos emigrantes galegos (abastados) em Lisboa, entre os que podemos incluir Vidal Carrera.

Quase no fim do seu mandato como prefeito, Ramiro Vidal foi, segundo José Márquez Paramés “calificado de alcalde-modelo de la época, y el Gobierno de la

¹³ O jornal *El Pueblo Gallego* (30/04/1924; sublinhados nossos) dava assim notícia da perspectiva da situação política de Vidal Carrera:

El doctor Alfredo Guisado hizo una rápida visita a su viejo amigo Ramiro Vidal Carrera, quien pretendió obsequiarle, y a sus acompañantes, lo que no fué posible por la mucha prisa que dichos señores tenían para pasar la frontera, puesto que eran las cuatro de la tarde y aún pensaban ir a dormir a Oporto. Preguntaron al señor Carrera cómo se encontraba la nación en estado de dictadura. Este contestó a sus ilustres visitantes que jamás en España se hizo tanto alarde de justicia ni se respiró tanta libertad.

Nación por su buena gestión al frente del Municipio, le concedió la Orden del Mérito Civil” (Márquez 2002, p. 214; *vid.* Ilustração 4).

Como se pode apreciar, os outrora emigrantes escassamente qualificados, vão progressivamente ampliando os seus horizontes e ocupando novas posições sociais, tanto em Lisboa como na terra das origens.



Ilustração 4. Diploma concedido pelo rei da Espanha a Ramiro Vidal Carrera
Fonte: arquivo de Miguel Regojo

A modo de considerações finais, a trajetória de Ramiro Vidal Carrera espelha a existência, durante as primeiras décadas do século XX, de diversas redes de natureza também diversa. Transparece, em primeiro lugar, a funcionalidade de redes de natureza laboral que permitia aos migrantes encontrarem trabalho na Lisboa da altura. Evidencia mais expressivamente, no entanto, o processo em curso de forte heterogeneização (de capitais mas também ideológico) dos membros da colônia galega, assim como as intensas relações que esta mantém com a metrópole (de signo agrarista e galeguista,

especialmente). O percurso de Vidal Carrera mostra como agentes e grupos da comunidade galega de Lisboa longe de se distanciar de uma identidade socialmente pouco rentável, optam pela *integração* de forma a interagir no espaço social lisboeta sem renunciar à cultura e identidade das origens.

As diferentes tomadas de posição sociais, culturais e políticas de Vidal Carrera mostram igualmente como o fenómeno migratório, apesar dos discursos negativos a ele associados, pode funcionar, na altura, como uma fonte de capitais de diversa espécie (“elevador social”) para alguns agentes no espaço das origens (e do destino). É nesta direção que se entende o facto de Ramiro Vidal ser aliciado para ocupar a prefeitura metropolitana de Mondariz. Por outro lado, este percurso indicia também o prestígio que alguns dos agentes da emigração lisboeta acumulam nas terras de origem o que promove um inequívoco interesse de diversas organizações metropolitanas (políticas, sindicais ou até jornalísticas) por estabelecer redes no âmbito da comunidade galega da capital portuguesa.

Referências

ALVES, Jorge Fernandes. Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. EIRAS, Antonio; GONZÁLEZ L., Domingo (coords.): *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela (Catedra Unesco), 2002.

ANDRADE, Anselmo de. *Viagem na Hespanha*. Lisboa: Manuel Gomes Editor 1903 [1885].

CABO Villaverde, Miguel. *O Agrarismo*. Vigo: Edicións A Nosa Terra, 1998.

CASTRO GIL, Gabino. A grande diáspora galega em Portugal. In: *Olisipo. Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, 2ª série, 11, 1999, pp. 57-58.

CORBACHO Quintela, Antón. *A aculturação e os galegos do Brasil: o vazio galeguista*. Dissertação (Doutoramento em Filologia). 938 pp. Santiago de Compostela. USC, 2009.

DANTAS, Luís. *Retratos gallegos* [edição de autor], 2010.

FERNÁNDEZ CORTIZO, C. Emigración gallega y relaciones económicas entre Galicia y Portugal (1500-1850). FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo; GONZÁLEZ L., Domingo; SOBRADO, Hortensio (eds.). *Gañar a vida cruzando a Raia. Emigración gallega a Portugal (siglos XVI-XIX)*. Santiago de Compostela: Alvarellos Editora, 2020.

FERNÁNDEZ CORTIZO, C. La emigración gallega a la provincia portuguesa de Trás-os-Montes y Alto Douro (1700-1850): evolución temporal, tipología y localidades de partida y de destino. In: *Douro. Estudos & Documentos*, n. 22, 2007, pp. 79-112.

FERNÁNDEZ, Eliseo. Proletarios galegos en Lisboa: a batalla de Monsanto. In: *Luzes*, n. 59, 2018, pp. 48-51.

HERNÁNDEZ Sanz, Pilar. A emigração galega para Portugal. In: *Galicia ó lonxe*, n. 4, 1995, pp. 14-15.

HERVÉS Sayar, Henrique. Unicato bugallalista, Ponteareas, 1891-1923. Elementos para unha análise do caciquismo e do clientelismo político na Galicia da Restauración. FERNÁNDEZ, Lourenzo; et al. (coords.) *Poder local, elites e cambio social na Galicia non urbana (1874-1936)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1997.

GARCÍA Fernández, Xosé Lois. Patrimonio e cultura da emigración galega en Portugal. RODRÍGUEZ, María X.; VÁZQUEZ-MONXARDÍN, Afonso (coords.). *Actas do I Encontro sobre o Patrimonio Cultural Galego na Emigración*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1996.

GONZÁLEZ Lopo, Domingo L. Los movimientos migratorios en tierras del interior de la provincia de Pontevedra entre 1801-1950: Características y puntos de destino. CAGIAO, Pilar (ed.). *Semata, Ciencias Sociais e Humanidades*, vol. II, 1999.

_____ ‘Se se mandassem embora não haveria quem servisse...’ Os galegos em Portugal: Um exemplo típico de mobilidade na época pré-industrial. LOIS, Rubén; VERDUGO, Rosa (eds.). *As migracións em Galiza e Portugal. Contributos desde as Ciencias Sociais*. Corunha: Ed. Candeia, 2006.

_____ Los lisboanos gallegos y la I República Portuguesa: evolución económica, social e ideológica de un colectivo inmigrante en Portugal. *Seminário A Emigração na Primeira República*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe, 2013.

LÓPEZ Rodríguez, Juan Gil. ‘A gaita ao lonxe’. Notas sobre a construción da galegitude en Lisboa. ROMANÍ, Rodrigo (coord.). *Encontros O Son da Memoria. A música galega na emigración. IV Encontro O son da memoria, 17 e 18 de febreiro de 2005*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Arquivo Sonoro de Galicia, 2005.

MÁRQUEZ Paramés, José. *Sobroso. Baluarte histórico de Galicia*. Vigo: Fama, 2002.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de. Pedra a pedra: pedreiros galegos na arquitectura minhota do século XVIII. *Revista Cultural BRACARA AUGUSTA*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 2015.

PAZOS Justo, Carlos. A imaxe da Galiza e dos galegos em Portugal entre fins do século XIX e primeiras décadas do XX: do imagotipo negativo ao imagotipo de afinidade. In: *Veredas*, n. 16, 2011, pp. 39-69.

_____ *Relações culturais intersistémicas no espaço ibérico. O caso da trajetória de Alfredo Guisado (1910-1930)*. Vilanova de Famalicão: CEHUM/Consello da Cultura Galega, 2015.

_____ *A imagem da Galiza em Portugal. De João de Redondella a Os Galegos são nossos irmãos*. Santiago de Compostela: Através Editora, 2016.

_____ Os lisboanos e o galeguismo nas primeiras décadas do século XX. VILLARES, Ramón; NÚÑEZ SEIXAS, Xosé M.; MÁIZ, Ramón (eds.). *As Irmandades da Fala no seu tempo: perspectivas cruzadas*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2021.

PENA Rodríguez, Alberto. *Galicia, Franco y Salazar. La emigración gallega en Portugal y el intercambio ideológico entre el franquismo y el salazarismo (1936-1939)*. Vigo: Universidade de Vigo, 1999.

SAMARTIM, Roberto López-Iglésias. Ideia de língua e vento português na Galiza do tardofranquismo: O caso de Galaxia. In: *Agália*, n. 83/84, 2005, pp. 9-50.

VAZ, Rodrigues (coord.). *Os Galegos nas Letras Portuguesas*. Lisboa: Pangeia Editores, 2008) [“Edição comemorativa do I Centenário da Xuventude de Galicia”].

VILLARES, Ramón. *Historia de Galicia*, 2ª ed. Vigo: Galaxia, 2004.

Os italianos e suas representações: as relações entre biografias e turismo étnico em Flores da Cunha (RS)

Deiner Lucian Barili¹

Introdução

O presente texto faz parte de uma investigação em curso, no âmbito do mestrado, cujo objetivo é analisar a constituição do turismo étnico na cidade de Flores da Cunha (RS), localizada na região conhecida como Serra Gaúcha. A cidade, constituída por aproximadamente 30 mil habitantes, é apresentada no site oficial da Prefeitura Municipal da seguinte maneira:

Contornada pela natureza exuberante, praças aconchegantes, igrejas, torres, cascatas e pelo sabor da farta gastronomia e dos vinhos que exalam o perfume da uva, Flores da Cunha, que já foi chamada de Nova Trento, é chamada carinhosamente de Terra do Galo. Localizada na Serra Gaúcha, Flores da Cunha fica a 150km da capital Porto Alegre e a 710m de altitude acima do nível do mar.

[...]

A paisagem tipicamente europeia é intercalada pela arquitetura italiana, construída pelos imigrantes que aqui chegaram por volta de 1877. A herança dos imigrantes, preservada nos casarios e no dialeto vênето até os dias de hoje, na cidade e no interior, atribui ao município uma imagem acolhedora e familiar. Além do cenário, a farta gastronomia, os vinhos, as malhas e os móveis aconchegantes são pontos fortes para aquecer os turistas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DA CUNHA, S.D.)

Ao analisar a descrição da paisagem, da linguagem, da gastronomia, da arquitetura e dos costumes, percebe-se a presença de uma série de representações simbólicas, cujos sentidos e valores são construídos socialmente, vinculadas, à primeira vista, a expressões étnicas de italianidade. Atualmente, o município conta com, ao menos, três rotas de turismo próprias e integra outras em parceria com municípios vizinhos, cujas propagandas são notadamente vinculadas à bens simbólicos étnicos considerados “tipicamente italianos”².

Contudo, levando em consideração que a expressão da italianidade passou por diferentes contextos no Rio Grande do Sul, transitando entre repressões e reavivamentos identitários, um dos objetivos desta pesquisa, no mestrado, é entender como o grupo de descendentes de imigrantes italianos de Flores da Cunha positivou suas representações e bens simbólicos a ponto de transformá-las em atrações turísticas. Dessa maneira, este texto traz

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Entre os roteiros próprios do município estão o Roteiro Colonial Compassos da *Mérica Mérica*, Otávio Rocha Vila Colonial e Caminhos do Alfredo. Em conjunto com municípios vizinhos podemos citar o roteiro Vinhos dos Altos Montes, Passo do Vinho, Vales da Serra e Caminhos da Colônia.

apontamentos sobre um recorte das fontes históricas utilizadas para entender esse processo: a análise de três biografias de imigrantes italianos e descendentes que viveram em Flores da Cunha, publicadas após 1975, momento em que ocorre um processo de reavivamento étnico no estado. Meu objetivo foi tentar identificar como foram representados os biografados, enquanto imigrantes italianos e descendentes, e quais relações essas obras poderiam apresentar com o processo de reavivamento étnico desse grupo. No decorrer da análise, também foi possível mapear relações entre as biografias analisadas e a constituição e divulgação de espaços na cidade utilizados, atualmente, também para a atividade turística.

Para realização dos objetivos, partimos das noções de Candau a respeito do conceito de grupo étnico. Para o autor, na origem dos laços primordiais desses grupos, costuma-se encontrar sempre a referência a uma origem comum e símbolos compartilhados (CANDAU, 2011, p. 96). Além disso,

Observa-se, ainda, a presença marcante das origens na memória social migrante que, para facilitar a construção de uma identidade de grupo, “pende para os símbolos possíveis de reificação e por aqueles que acentuam a permanência da origem”: cozinha, indumentária, expressões e perfis corporais, gestualidades, ritos religiosos. (CANDAU, 2011, p. 97).

Contudo, sabemos que a constituição dessas memórias sociais e identidades de grupo não são processos naturais, mas, na verdade, construções sociais operadas a partir de seleções do presente e sujeitas a constantes ressignificações de acordo com o contexto vivenciado. Logo, seus símbolos tornam-se representações simbólicas que disputam constantemente valor em um mercado de bens simbólicos (CHARTIER, 1991). No caso dos imigrantes italianos e seus descendentes, a expressão de suas identidades e a produção de suas representações simbólicas podem ser entendidas a partir do conceito de italianidade. Zanini entende o conceito da seguinte maneira:

Compreendo a italianidade como um sentimento de pertencimento derivado do encontro, bem como experimentado pelo indivíduo de acordo com sua posição social. A forma como ela é expressa, buscada e alimentada depende de como o indivíduo percebe a si mesmo num contexto social e, igualmente, de como é percebido pelos demais. A italianidade se transforma numa linguagem instrumental ativada quando necessário e que possibilita a expansão do convívio social e a disputa por valor num mercado de bens simbólicos. (ZANINI, 2006, p. 200)

Logo, partindo desse pressuposto de linguagem instrumental que se atualiza e se ressignifica através dos contextos presentes, ao estudar a construção da italianidade dos

descendentes de imigrantes italianos na região de Santa Maria e Silveira Martins, a autora destacou alguns acontecimentos como marcos rituais para a construção grupal, tendo em mente o contexto da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Foram eles a travessia da Itália para a América, o processo colonizador ao habitarem as terras no novo continente, as repressões durante o Estado-Novo e, por último, o momento de reavivamento étnico onde voltaram a valorizar sua descendência e identidade italiana, escondida, manipulada e reprimida no período anterior (ZANINI, 2006, p. 15).

Ao longo do capítulo denominado “A intimidade vigiada: as vivências repressivas de descendentes de italianos durante o Estado Novo”, Zanini demonstra como o grupo étnico, por uma necessidade de sobrevivência, teve que manipular sua identidade, mudando traços da sua cultura cotidiana, como o uso dos dialetos, a forma de cozinhar, dentre quaisquer outros atos que os vinculasse à etnia italiana (ZANINI, 2006, p. 151-181). Dentre as diversas formas de repressão sofridas pelo grupo, Zanini cita a alcunha da representação de *gringos* caracterizada por diversas variações: “Gringo grosso, gringo rude, gringo mão-de-vaca, gringo ladrão, gringo bebedor de vinho, gringo comedor de polenta, gringo sujo” (ZANINI, 2006, p. 197). Por fim, coloca que

A revivificação de uma identidade étnica italiana como algo positivo começou a se processar no estado do Rio Grande do Sul, como um todo, a partir de 1975, quando feito um século do início da colonização italiana no Estado. Na data, foram promovidos festejos e publicações literárias que começaram a dar voz ao sentimento de italianidade que estava latente. Os descendentes almejavam, de alguma forma, expressar sua origem italiana, pois muitos deles já haviam conquistado prestígio e boas posições sociais, não considerando justas as representações pejorativas advindas do passado. (ZANINI, 2006, p. 197)

Diante desse cenário de manipulação de suas identidades no estado do Rio Grande do Sul, buscou-se identificar como foram biografados três indivíduos identificados como membros do grupo de imigrantes e descendentes de imigrantes italianos de Flores da Cunha. A escolha dessas fontes se deu pelo caráter que os textos biográficos apresentam. Como nos alertou Bourdieu, as biografias, ao terem como objetivo apresentar uma narrativa inteligível e dotada de sentido sobre a vida de um sujeito, costumam produzir representações ilusórias, uma vez que o desenrolar da vida é fluído, aleatório e imprevisível (BOURDIEU, 184-185). Nesse sentido, partindo do pressuposto de que a construção dessas trajetórias lineares são seleções recortadas e ordenadas, de acordo com objetivos, valores e contextos de suas produções, cujo o efeito é a produção de uma representação cristalizada do biografado,

interessa-me aqui, entendendo a biografia como umas das ferramentas de construção da identidade étnica do grupo investigado, analisar como foram produzidas as representações dos biografados enquanto imigrantes italianos ou descendentes. Nesse sentido, Candau, ao pensar a relevância da escrita para a construção das memórias dos grupos sociais, coloca que “o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado, oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos” (CANDAU, 2011, p. 109). Somado a isso, levamos em consideração as colocações feitas por Zanini ao estudar a produção de escritos de imigrantes italianos e descendentes no Rio Grande do Sul:

O livro escrito, impresso e circulando se tornava um símbolo da migração bem-sucedida, de uma determinada ascensão e sobrevivência cultural, e a importância que a ele atribuíam era algo que chamava minha atenção. Esses escritos eram considerados extremamente importantes para as famílias, para os lugares ou para as pessoas que os tivessem ou que fossem deles personagens. Eram apresentados como um símbolo da distinção daquela família que, nas visitas que eu fazia, podia mostra-los como um elemento legitimador de suas histórias e do que elas próprias me narravam. O livro seria um documento do dito, algo que ali, em sua presença, testemunha legitimidade. (ZANINI, 2013, p. 24-25)

Assim, passei a buscar biografias que seguissem os critérios de biografar um imigrante ou descendente de imigrante que viveu em Flores da Cunha, publicada após o período de reavivamento étnico iniciado em 1975, das quais tivesse possibilidade de acesso e encontrei três obras. A primeira intitula-se “A história de um imigrante: Felice Veronese” e narra a história de um imigrante italiano que fixou residência no atual território da cidade de Flores da Cunha e de seus descendentes que fundaram uma grande empresa de produtos químicos na região, que existe até os dias atuais, escrita pela neta do biografado, Nelly Veronese, e publicada através da Coleção Academia Caxiense de Letras, em formato de folhetim, no ano de 1982.

Em segundo lugar, a obra “Frei Salvador Pinzetta: Sou o que sou diante de Deus” que retrata a vida do descendente de imigrantes italianos e religioso Hermínio Pinzetta, morador de Flores da Cunha e conhecido como Frei Salvador. A obra foi produzida por quatro moradores da cidade que se identificaram como descendentes de imigrantes italianos e publicada através da EST Edições, uma editora que se dedica à publicação de obras que retratam a memória da imigração italiana e da Igreja Católica no Rio Grande do Sul.

E, por último, a obra “Lourenço Casellan: Um nome que faz a diferença”, que narra a história de um descendente de imigrantes italianos, morador da cidade, que obteve grande sucesso como empresário do ramo moveleiro. A obra foi publicada pela Central da Excelência

Movelleira, no ano de 2002, e faz parte de uma coleção denominada Série: Uma História de Sucesso. A escrita da obra foi feita por uma equipe editorial com base em depoimentos do próprio Lourenço Castellan e de seus familiares, que guiam a narrativa através de citações constantes ao longo do livro.

Ao analisar as obras, busquei identificar como foram constituídas as representações do fenômeno da imigração italiana, dos imigrantes e seus descendentes. Entre os questionamentos que me guiaram estavam: como esses personagens foram representados? Quais critérios motivaram especificamente o registro de suas trajetórias? Quais características de suas personalidades foram enaltecidas? Em quais circunstâncias? E, quais foram condenadas? Através desse exercício, foi possível encontrar uma série de elementos e características que perpassaram as três biografias. Entre as características mais presentes dos indivíduos ligados à imigração italiana podemos destacar a aptidão ao trabalho, o esforço, um autodidatismo proveniente da prática cotidiana, o forte apego à fé católica, a austeridade, a formação de um caráter honroso e a classificação desses elementos como um conjunto de virtudes passadas de geração em geração na forma de legado. Contudo, devido às limitações de tamanho do presente texto, foi escolhido como recorte para análise dois assuntos em específicos: as representações acerca do processo de imigração italiana e dos imigrantes ou descendentes biografados como indivíduos aptos para o trabalho. Dessa forma, pretende-se abordar os demais elementos em textos futuros.

As representações acerca da Imigração Italiana

A primeira questão que gostaria de destacar é o fato de todas as obras possuírem como ponto de partida o processo de imigração italiana, construindo uma narrativa onde a vida do protagonista é, de alguma forma, inserida nesse fenômeno. Mesmo que exista uma diferença de até três gerações entre os biografados (enquanto Felice é um imigrante, Frei Salvador e Lourenço Castellan são netos de imigrantes), o esforço para contextualizar suas trajetórias como produtos desse processo está presente nas três obras. Com o intuito de mostrar essa relação, transcrevo abaixo os primeiros parágrafos, com exceção de introduções e apresentações, de cada uma delas. Nelly Veronese escreve³:

Corria o ano de 1882. Os imigrantes italianos desde 1875 vinham ao Brasil colonizar esta rica terra, que precisava de braços valentes para o trabalho. A

³ Os trechos das obras que seguem ao longo do artigo foram reproduzidos sem alterações. Optei por não corrigir quaisquer “erros” de escrita ou pontuação com o intuito de que o leitor possa visualizá-los de modo tal qual consta nas obras.

convite do saudoso Imperador Pedro II vinham as levas de imigrantes de diversas regiões da Itália, cuja população crescia e se ressentia da falta de terra para o plantio.

Felice Veronese, nascido em Monte Malgre em Schio Vicenza, interessou-se pela aventura e resolveu também fazer parte desta gente valente que vinha para o Brasil 'fare L'América'. (VERONESE, 1982 p. 5)

Por sua vez, o início da obra de Lourenço Castellan, é o seguinte:

Como milhares de imigrantes italianos que chegaram à Serra Gaúcha a partir de 1875, vindos – em sua grande maioria, da região do Vêneto, ao norte – os avós de Lourenço Darcy Castellan eram pessoas simples, sem instrução escolar e, predominantemente, pequenos agricultores. Vieram da região de Caldogno, já casados, em busca de uma vida mais digna e de um futuro melhor para seus filhos, mas como os demais compatriotas, encontram enormes dificuldades. Sobreviveram e prosperaram graças a garra, ao trabalho e a vontade de perseguir estes sonhos. Instalaram-se na localidade conhecida como 'Bel Paese' ou 'Paese Novo', às margens do rio das Antas, próximo da atual cidade de Antônio Prado. Foram expostos a um ambiente hostil, e, apesar dos perigos, nada os detinham. O único pensamento que animava-os a prosseguir era: na América, ou se vence ou se morre. Portanto, a atitude era reagir. Sem dúvida, o trabalho foi árduo no começo, com jornadas de até quatorze horas, com descanso somente aos domingos. (CENTRAL DA EXCELÊNCIA MOVELEIRA, 2002, p. 9)

Já a trajetória de Frei Salvador inicia-se dessa maneira:

A vinda de imigrantes italianos ao Brasil intensificou-se a partir de 1875, e continuou intensa até as primeiras décadas do século XX. A maioria dos imigrantes era de agricultores que fugiam da penúria de sua terra, o norte da Itália. O Brasil tinha interesse em recebê-los para povoar imensos territórios desabitados e garantir mão-de-obra assalariada, em substituição aos escravos. O maior contingente de imigrantes foi para São Paulo, nas fazendas de café e em outros grandes latifúndios. Os que se estabeleceram no Rio Grande do Sul tornaram-se proprietários de pequenas glebas rurais, realizando assim o sonho impossível na sua terra natal. A propriedade garantiu-lhes a sustentação econômica e, ao mesmo tempo, possibilitou a preservação de sua identidade cultural, de sua língua, costumes, práticas religiosas e de sua dignidade. (COLODA, SALVADOR, COLODA, COLODA, 2005, p. 17)

Sendo Felice um imigrante, é natural que haja menção ao processo imigratório em algum momento da narrativa. Contudo, é interessante destacar que esse é o segundo ato da vida de Felice descrito na obra, ficando atrás apenas de seu nascimento. Já nos casos de Frei Salvador e Castellan, mesmo não sendo imigrantes e sim descendentes, o primeiro fato mencionado nas obras que narram suas trajetórias é o da imigração italiana. Dessa maneira, pode-se perceber que esse fenômeno está presente nas três narrativas como ponto de origem e

apresenta-se como um processo que, de certa forma, continua através das ações de seus biografados. Estabelecer esse acontecimento comum como ponto de partida é uma forma de entendê-los, em alguma medida, como semelhantes, indivíduos que dividem uma origem comum.

O segundo ponto que gostaria de destacar é o caráter de epopeia que a narrativa da imigração italiana recebe. Enquanto nos parágrafos que iniciam as obras das vidas de Castellan e Frei Salvador aparece a palavra “sonho”, vinculada à questão da propriedade da terra e de melhores condições de vida, no parágrafo de Felice, a travessia é adjetivada como “aventura”. Portanto, o leitor vai sendo introduzido a essa narrativa mítica onde o imigrante é apresentado como herói através de suas virtudes, dentre elas destaca-se sua valentia e, sobretudo, o seu trabalho. Na obra de Felice, na apresentação do livro, o presidente da Academia Caxiense de Letras escreve

A região de imigração italiana torna-se muito apaixonante quando estudamos esses imigrantes em particular. Imaginem que eles vieram para estas bandas sem saber o que havia por aqui e, em aqui chegando, surpreenderam-se em ver, não haver aqui absolutamente nada.

Diante da solidão que lhe impunha a nova escolha da vida, fortaleceram-se; diante dos perigos que deviam enfrentar, trabalharam duro e, diante, por outro lado, da terra fértil e promissora, desenvolveu-se neles as mais fortes e enérgicas decisões de conquistar o ambiente.

O trabalho foi sua rotina.

A alegria da terra própria sua felicidade.

Hoje contamos e descrevemos os trabalhos e as aventuras dessa gente através da história de cada homem. A capacidade de trabalho de cada um deles era proporcional as dificuldades de toda sorte que enfrentaram.

Todos eles foram gigantes agricultores.

Todos eles foram gigantes empresários.

Todos eles sobrepujaram a si mesmo e deixaram, por isso, suas histórias entre nós como marcos de suas presenças. A galeria e a história desses homens é abundante, admirável pela tenacidade de cada um, respeitável pela paciência quase filosófica de todos, também saudosa, e por isso bonita, porque esses homens, todos eles, mais ou menos perto, mais ou menos longe, são todos nossos ancestrais. (VERONESE, 1982, p. 3).

Na obra referente ao Frei Salvador, esses elementos também aparecem no início e inserem o descendente Hermínio entre os agentes do processo imigratório:

Vencendo dificuldades, com a falta de estradas e de pontes, a densidade da floresta e os terrenos montanhosos, as doenças e os perigos de todo o tipo, o fluxo migratório foi avançando, fundando povoados em grande parte do Rio Grande do Sul. Não era o avanço de poderosos conquistadores, mas de colonos desarmados à procura de um espaço de chão onde pudessem trabalhar e ganhar a vida.

Chegados aos lotes que lhes eram destinados, os imigrantes tinham tudo por fazer. Improvisaram a barraca e punham-se logo no trabalho do roçado e plantio para garantir a sobrevivência. Tudo era feito a braço e a muque, na base do machado, da foice, da enxada, da picareta e do serrote.

[...]

Satisfeitos por possuírem seu próprio pedaço de terra, os imigrantes não se poupavam do trabalho. A família em peso labutava de sol a sol. [...] A família Pinzetta conheceu bem esta realidade. O Hermínio Pinzetta é descendente de imigrantes italianos. Sua vida está ligada à história da colonização italiana, participou dela e ajudou a construí-la. (COLODA SALVADOR, COLODA, COLODA, 2005, p. 18)

Nesses dois trechos, podemos perceber como a representação do processo imigratório funciona como ponto de origem compartilhado entre os membros do grupo. No primeiro, percebe-se uma representação homogênea do grupo ao indicar que “todos foram gigantes agricultores e gigantes empresários” e estabelece um elo de ligação com as gerações atuais ao ressaltar que “são todos nossos ancestrais.” Já no segundo trecho, o descendente de imigrantes Hermínio Pinzetta é diretamente vinculado ao processo imigratório, sendo representado como um participante ativo e construtor dele. Com isso, ao final dessa seção, destaco que nas três obras o processo imigratório é colocado como ponto de partida e representado através de um ato de grande esforço, coragem e ousadia, tendo seus protagonistas, os imigrantes italianos, vencido essas adversidades através de suas virtudes, das quais seus descendentes serão representados como herdeiros e propagadores. Me detenho agora nas representações dos biografados com ênfase em uma dessas virtudes: a aptidão ao trabalho.

As representações dos biografados enquanto imigrantes italianos ou descendentes

Ao analisar as representações da imigração italiana na seção é anterior, é possível detectar algumas representações dos imigrantes italianos e de seus descendentes. Os atributos de fortes, valentes e trabalhadores esforçados fazem parte de uma memória social bem consolidada no estado do Rio Grande do Sul para o grupo étnico e aparecem também nas biografias aqui analisadas.

No caso de Felice, a primeira representação feita dele na obra foi a de “valente, decidido, de vontade férrea e firme. Jovem de vinte e três anos, ofereceu seus braços fortes e veio no enorme navio que de lá partiu e durante meses viu muitos dias sob o sol nascente e muitas noites no trajeto da travessia marítima.” (VERONESE, 1982, p. 5). Os traços de valentia, força e coragem para enfrentar a aventura da travessia reaparecem depois no seguinte trecho: “Certa noite, dormiu sob a fronde de uma árvore, quando teve de afrontar

uma fera, talvez uma onça pintada e com o facão matou-a, demonstrando sua valentia de italiano forte.” (VERONESE, 1982, p. 6). Percebe-se que, nesse trecho, a valentia é entendida como um atributo da sua etnicidade. A valentia não é apenas de Felice, é a valentia de um “italiano forte”. É interessante destacar que a representação inicial de Felice é de um migrante aventureiro e corajoso porque trata-se do ponto de origem do mito do imigrante: a travessia. Esse episódio, por si só, é produtor de uma grande variedade de representações que desenham a figura do migrante como um herói. A representação do trabalho surge em um momento posterior, quando diz respeito ao segundo momento do mito do imigrante, o do enraizamento. Em sua obra, Zanini defende o argumento de que é através do trabalho e da transformação da paisagem selvagem que se deu o processo de enraizamento ao novo território. Nesse caso, o trabalho é entendido pelo grupo como a ferramenta que permitiu aos seus membros saírem de um estado selvagem para um estado civilizado. Por causa disso, o valor do trabalho recebe grande peso na consciência do grupo e passou a ser repassado e ressignificado de acordo com cada geração (ZANINI, 2006, p. 115-116). Isso pode nos ajudar a compreender porque, logo após a narrativa da travessia terminar, Felice, já instalado na região como colono proprietário de terras, é mencionado como “o maior produtor de vinhos da região” (VERONESE, 1982, p. 6) e, mais tarde, como o “maior produtor de grapa e álcool da região” (VERONESE, 1982, p. 7). Menciona-se também que o imigrante chegou a abrir uma pequena olaria de tijolos (VERONESE, 1982, p. 7). Considera-se que essas representações já fazem parte de um segundo tipo, não mais a do valente e aventureiro imigrante, mas a do colono dedicado ao trabalho que prospera a partir do próprio esforço.

No caso de Lourenço Castellan, descrito como neto de imigrantes italianos, sua representação mais marcante na obra gira em torno do trabalho e do esforço. Nesse sentido, é necessário retomar uma observação dessa obra. Enquanto as biografias de Felice e Hermínio Pinzetta foram feitas por familiares ou moradores locais, considerados membros do grupo étnico estudado, a biografia de Castellan faz parte de uma coleção que visa contar trajetórias de sucesso do ramo moveleiro do país. Dessa forma, as representações acerca do trabalho mesclam elementos da memória social dos descendentes de italianos de Flores da Cunha e elementos que podemos considerar constituintes de uma memória social empresarial brasileira. Contudo, o fato da narrativa da obra apresentar-se construída através de depoimentos do próprio Castellan e de seus familiares, citados ao longo da biografia, nos permite analisá-la, dentro de suas peculiaridades, como expressão de membros do grupo étnico estudado sobre si próprios. Dito isso, o trecho abaixo abre a apresentação do livro:

Ousadia, pioneirismo e profissionalismo são traços presentes em dezenas de milhares de empresários brasileiros, nos mais diferentes segmentos da economia. Quando estas porções são acompanhadas de características como simplicidade, sinceridade e comunicação é natural pensar que haja um grupo relativamente pequeno. Mas há neste fantástico universo, espaço reservado a uma pessoa que mais do que fabricar móveis, fabricou – e continua fabricando – pessoas. Este livro que está chegando às suas mãos tem a humilde pretensão de contar um pouco da vida deste personagem chamado Lourenço Darcy Castellan, um homem que nasceu com o dom para trabalhar a madeira e para ensinar pessoas. (CENTRAL DA EXCELÊNCIA MOVELEIRA, 2002, p. 7).

Logo, ainda que o texto de abertura vise caracterizar Castellan com membro do grupo de “empresários brasileiros”, aparecem traços identificados também o grupo de descendentes de imigrantes italianos como, por exemplo, a “ousadia”, o “pioneirismo” e a “aptidão ao trabalho”. Esse último, associado ao esforço do biografado, é narrado ao longo de todo o livro como uma característica que acompanhou Castellan desde a sua infância. No capítulo, denominado de “Talento Precoce” temos o seguinte trecho:

Em casa, após o jantar, ele permanecia acordado por cerca de meia hora, no máximo uma hora, e em seguida ia para a cama, onde desmaiava de sono. Por trás do sonho de ganhar muito dinheiro, Lourenço tinha a preocupação de fazer as coisas melhores que os outros. No íntimo, fazia disputas com os colegas para ver quem produzia o melhor trabalho, e gostava quando alguém reconhecia o seu empenho. As vezes dormia pensando no trabalho do dia seguinte que deixava a ansiedade tomar conta: a vontade que amanhecesse era tanta que dormia uma ou duas horas. (CENTRAL DA EXCELÊNCIA MOVELEIRA, 2002, p. 21).

Em outro trecho, o esforço e a dedicação ao trabalho, visíveis acima, são vinculados ao traço de superar adversidades e crescer a partir dos méritos do próprio trabalho. O autor cita o depoimento da irmã de Castellan: “Era tudo difícil, mas ele sempre foi um grande batalhador. Cresceu por seus próprios méritos e gostava de enfrentar as adversidades. [...] Ele valoriza o trabalho, e valoriza muito as pessoas que gostam de trabalhar.” (CENTRAL DA EXCELÊNCIA MOVELEIRA, 2020, p. 42). A dedicação e o apreço ao trabalho aparecem também nos depoimentos do seu filho: “A imagem que tenho dele nesta época é de um homem extremamente ocupado e trabalhador. Nunca o via parado. Estava sempre ativo” (CENTRAL DA EXCELÊNCIA MOVELEIRA, 2002, p. 76) e da sua filha “Meu pai trabalhava muitas horas por dia, viajava bastante. Mesmo assim, raramente ouvi queixas quanto a quantidade de trabalho.” (CENTRAL DA EXCELÊNCIA MOVELEIRA, 2002, p. 79). A representação do trabalhador que prospera a partir do próprio esforço pode ser encontrada em diversas expressões que envolvem descendentes de italianos. Por fim, o filho de Castellan,

identifica o trabalho como um legado passado entre gerações. Isso nos remete às colocações feitas no início deste texto, onde a dedicação ao trabalho encontra forte significado dentro do grupo e é ressignificada por cada geração. Para ele:

O legado que guardo dele é muito profundo. Ele me ensinou não somente a trabalhar, mas amar o meu trabalho e a nossa empresa. Para vê-la prosperar e ser bem sucedida, ele me ensinou a dar a vida pela Florense, se for necessário. É uma missão que para muitos pode parecer exagerada, mas na verdade, me sinto muito bem pensando desta forma. É nossa missão mais sagrada... perpetuar a empresa. Nenhum de nós quer ser herdeiro de um patrimônio. Queremos ser herdeiros de uma responsabilidade grande que é preservar o nome da Florense. Nos ensinou que se a empresa vai bem a família vai bem juntamente com ela. Todos dependemos da “vaquinha de leite” para sobreviver e termos dignidade. E eu acredito nisto com toda a fé, e pratico esta lição como sendo a mais importante. “O que é bom para a Florense é bom para cada um de nós”. Isto é mais ou menos o que dizia o general italiano Marco Antônio: o que é bom para a colmeia é bom para a abelha. Preservar a empresa é a coisa mais importante para nós, para nossa comunidade e para nossos filhos. (CENTRAL DA EXCELÊNCIA MOVELEIRA, 2002, p. 82)

A dedicação ao trabalho é um elemento presente também nas representações de Hermínio Pinzetta. É interessante notar que, apesar de ocuparem lugares distintos na sociedade local – de um lado, um empresário e, do outro, um religioso –, a valorização do trabalho é comum nas duas obras. Entendo isso como um traço presente na memória social do grupo étnico que se revela na produção de autorrepresentações de seus indivíduos. No caso de Frei Salvador, a menção ao trabalho costuma vir vinculada à prática da agricultura:

Como todos os lavradores da região, Hermínio Pinzetta conheceu muito cedo o suor do trabalho. Trabalhava de sol a sol sem queixas da fadiga ou do calor. Gostava de fazer o serviço bem feito, caprichado. Apreciava ver as plantações viçosas e o parreiral com belos cachos de uva. A enxada, o arado, a foice, o machado, a carreta e outros instrumentos agrícolas lhe eram bem familiares. Também fazia parte de sua vida subir e descer morros a pé, carregar cestos às costas e manejar picareta na arrumação das estradas.” (COLODA, SALVADOR, COLODA, COLODA, 2005, p. 40)

Percebe-se que o “gosto pelo trabalho” e a “ausência de queixas” relatados no caso de Castellan reaparecem aqui na obra de Frei Salvador. Contudo, outra diferença perceptível é a simbologia em torno dessas características, classificadas pelas obras como dons ou virtudes. Enquanto para Castellan ela está vinculada com a prosperidade no campo empresarial, na obra de Frei Salvador ela ganha uma conotação de servidão e penitência. Esses elementos podem ser percebidos nas descrições feitas por alguns de seus colegas reproduzidas abaixo:

Sua vida de trabalho era intensa. Não perdia tempo. Era difícil vê-lo sentar-se para descansar. Não me recordo de ter visto outro irmão trabalhar tanto. Mesmo na hora da sesta (descanso), ele ia limpar a horta, até minutos antes da hora das vésperas. Não era fácil acompanhá-lo nos trabalhos. (COLODA, SALVADOR, COLODA, COLODA, 2005, p. 71).

Um homem da terra, um frade agricultor, de mãos calejadas, pés encarquilhados, mas de coração sempre novo.

Trabalha incansavelmente. Com os noviços ou sozinho, com sol ou com chuva, com barro ou poeira, com gripe ou feridas nos pés, aguentando horas a fio no cabo da enxada, quase até a exaustão. Não teve dó de si mesmo. Não se poupou, não reduziu o ritmo de sua intensidade. (COLODA, SALVADOR, COLODA, COLODA, 2005, p. 75).

Também assumia penitências voluntárias: mortificava os sentidos; comia pouco e mal, praticamente vivia em jejum permanente; chamava a si as tarefas mais difíceis; trabalhava mais do que o necessário; dormia pouco; era heroicamente esforçado; praticava penitências corporais; vestia-se precariamente, enfrentava o frio mal agasalhado, às vezes pisava gelo de pé no chão e outras. Era muito exigente consigo mesmo e compreensivo com os outros. (COLODA, SALVADOR, COLODA, COLODA, 2005, p. 145-146).

Além disso, a obra também classifica o trabalho, além de outros elementos, como uma virtude passada entre gerações pelos membros do grupo:

Enfim, Frei Salvador olhou para a história, a família, a capela, o trabalho, a oração e levou tudo consigo para o Convento e, no silêncio da oração, e no sol-a-sol do trabalho, foi exemplo de vida para os confrades, para os doentes e para a inteira comunidade daqueles que o conheceram. Recordar Frei Salvador é recordar, uma feliz história de oração e trabalho, a herança maior de nossos antepassados. (COLODA, SALVADOR, COLODA, COLODA, 2005, p. 12).

Logo, diante do que foi exposto, destaca-se que nas biografias analisadas os imigrantes italianos e seus descendentes apresentam, mesmo com as trajetórias em diferentes campos, algumas representações em comum. Entre elas podemos citar os traços de valentia, ousadia, pioneirismo, aptidão ao trabalho e o esforço exaustivo. Esses são alguns dos traços que entendemos aqui como valorizados pelo grupo étnico em questão, interiorizados em seus cotidianos e publicizados para membros externos do grupo, gerando, quando bem sucedidos, uma positivação de suas imagens através da seleção desses exemplos representativos.

As relações das biografias com o turismo

Ao escrever esse artigo, tinha como objetivo refletir acerca da influência da publicação de biografias, através das três obras analisadas, no processo de positivação das representações

do grupo étnico de imigrantes italianos e seus descendentes de Flores da Cunha, sobretudo após 1975, data em que se inaugura um processo de valorização étnica dos imigrantes italianos e alemães no estado do Rio Grande do Sul em virtude das comemorações do Sesquicentenário da Imigração Alemã e do Centenário da Imigração Italiana. A realização dessa análise deu-se pela integração a um projeto de pesquisa que investiga a atual consolidação de um turismo étnico vinculado à expressão de italianidades na cidade de Flores da Cunha e pelo meu entendimento de que tais biografias pudessem ser fontes históricas em potencial para entender como se deu o processo de positivação das identidades em esfera local, transferindo-se de um contexto de repressão, onde muitos descendentes buscaram esconder seus traços de italianidade, para um contexto de exaltação e promoção do turismo onde os descendentes passaram a publicizar e atrair turistas para conhecerem e consumirem essas expressões.

Diante disso, meu objetivo foi analisar de que maneira os membros do grupo representaram a si próprios e a seus semelhantes, seja através da escrita das biografias ou da concessão de depoimentos para a escrita de biografias. Interessava-me detectar como seriam representados os imigrantes italianos e seus descendentes, bem como quais atos de suas trajetórias seriam selecionados para a narrativa. Contudo, mais tarde, percebi que, além das biografias selecionadas carregarem consigo essas representações, elas também se relacionavam, de alguma forma, com alterações produzidas na paisagem que hoje integram pontos turísticos tradicionais da cidade, ou seja, aqueles que costumam integrar roteiros e eventos promovidos pelo município. Logo, passei a investigar de que forma essas biografias podem ter influenciado na preparação da paisagem do município que vem projetando-se para o turismo e trago, brevemente, alguns apontamentos abaixo.

No caso de Felice Veronese, o casarão de pedras construído por ele como moradia na localidade foi tombado como patrimônio histórico e cultural do Rio Grande do Sul, em 1986 pela Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), e passou por uma restauração entre os anos de 2015 e 2017. A biografia de Felice, analisada nesse artigo, foi incluída como material da solicitação do processo de tombamento, como forma de atribuir valor à construção através da trajetória do imigrante e seus descendentes (IPHAE, 1986, folhas n°s 4-11 do processo 34010/86). Na biografia, a motivação para a construção do casarão aparece vinculada à nostalgia, uma vez que Felice “tratou de construir uma casa ‘para sempre’, de pedras, estilo das construções da Idade Média, lembrando sua terra natal” (VERONESE, 1982, p. 6). Nos discursos propagados na cerimônia de inauguração do restauro do bem, em

2017, foi possível detectar representações semelhantes às destacadas nesse artigo (imigrantes italianos e seus descendentes como indivíduos aptos ao trabalho, esforçados e pioneiros) direcionadas a todo grupo étnico e menções a acontecimentos narrados na biografia aqui analisada (BARILI, 2018, p. 50-62). Desde 2017, o bem patrimonial vem sendo utilizado para receber visitantes, em grande parte turistas, para realização de eventos e para a disseminação da memória da imigração italiana (BAGGIO, 2018).

Por sua vez, no caso de Castellan, além de sua empresa Florense ser uma das patrocinadoras do restauro do Casarão dos Veronese (mencionado acima) através da Lei de Incentivo à Cultura (BARILI, 2018, p. 35-36), a sua moradia está inserida entre os pontos turísticos tradicionais da cidade de Flores da Cunha. A própria biografia aqui analisada busca associar a construção à atividade turística e, assim como a biografia de Felice, também remete as motivações de sua construção a um sentimento nostálgico da terra natal da família:

Os moradores de Flores da Cunha se acostumaram, desde 1985, com o imenso prédio que se destaca dos demais na cidade pela arquitetura externa em forma de castelo. Quem vem de fora pode até estranhar a construção que mais parece ter saído de um conto de fadas. De fato, a suntuosidade impressiona – domina um quarteirão inteiro. Alguns ônibus com turistas, que percorrem as cidades da Serra Gaúcha, param para que os visitantes se deslumbrem e tirem fotografias.

[...]

O terreno onde está a casa de Castellan, tem 6,4 mil metros quadrados. Ali funcionava o hospital onde sua mãe trabalhava. A mansão construída em forma de castelo decorre da lembrança de uma irmã que um dia lhe disse que o sobrenome da família vinha dos avós que moravam num castelo, na Itália. (CENTRAL DE EXCELÊNCIA MOVELEIRA, 2002, p. 92-93)

Por fim, no caso de Frei Salvador, o grande objetivo apresentado para a escrita de sua biografia é a motivação de tornar sua vida conhecida e auxiliar no seu processo de beatificação⁴ (COLODA, SALVADOR, COLODA, COLODA, 2005, págs. 9, 14 e 15). No livro, menciona-se que as primeiras movimentações para levar adiante a ação iniciaram-se por volta de 1977 (COLODA, SALVADOR, COLODA, COLODA, 2005, p. 196). Em 2019, Frei Salvador foi considerado venerável pelo Vaticano (SCHAFER, 2019)⁵. Em 2020, deu-se abertura no processo de sua beatificação (MONDADORI, 2020). E, em 2021, o processo foi validado, entrando nas suas últimas etapas de análise (NOAL, 2021).

A biografia também menciona que teria sido criada, em 1989, uma romaria em homenagem ao religioso. A peregrinação passou a ser realizada junto com o feriado de

⁴ Processo da Igreja Católica que permite a veneração pública a um indivíduo em lugares específicos.

⁵ Uma das etapas necessárias para beatificação. Nesta etapa, considera-se que o indivíduo é considerado digno de veneração, mas, ainda não teve seu processo finalizado.

*Corpus Christi*⁶, uma vez que, segundo a biografia, Frei Salvador morreu no mesmo dia da celebração. Em 2005, ano de lançamento do livro, os autores descreveram a expectativa para o evento da seguinte maneira: “Já na 17ª Romaria, que acontece no dia 26 de maio de 2005, quando comemoramos os 130 da imigração italiana, há um motivo ainda muito especial aguardando os romeiros e devotos de Frei Salvador Pinzetta: a igreja de pedra construída junto ao Eremitério.” (COLODA, SALVADOR, COLODA, COLODA, 2005, p. 154). Os autores referem-se à construção de uma igreja, feita sob responsabilidade da prefeitura de Flores da Cunha (COLODA, SALVADOR, COLODA, COLODA, 2005, p. 155), para receber religiosos e guardar os restos mortais do Frei. Na passagem destacada, percebe-se como a comemoração da imigração italiana aparece vinculada à religiosidade, à recepção de visitantes (romeiros) e à transformação da paisagem com a construção do santuário. Em 2019, a prefeitura municipal estimou que a cidade recebeu 30 mil visitantes no feriado, dos quais 12 mil participaram da Romaria ao Eremitério de Frei Salvador (BAGGIO, 2019). Em 2021, o jornal O Florense, realizou uma reportagem sobre o tema onde foi colocado que “Corpus Christi e Frei Salvador tornaram Flores da Cunha o centro do turismo religioso” (FIORIO, 2021) e narra que a festividade teria se iniciado no ano de 1964 e, após algumas oscilações, deu-se a retomada em 1989:

A retomada da confecção dos tapetes coloridos para a festa de Corpus Christi deu-se em 1989. Naquele ano, o Frei Aloisio Persici e o então secretário de Cultura e Turismo, Carlos Raimundo Paviani, selaram uma parceria entre paróquia, prefeitura e entidades que dura até os dias atuais. Paviani conta que ao procurar Frei Aloisio para propor a volta da confecção dos tapetes coloridos, ele foi taxativo: “eu apoio, contanto que, na mesma data, façamos a Romaria ao Frei Salvador”, respondeu o Frei. E assim retomaram-se os tapetes coloridos e iniciou-se a Romaria ao Frei Salvador. (FIORIO, 2021).

Dessa forma, entendemos que as três biografias aqui analisadas apresentam vínculos, em maior ou menor intensidade, com o processo de modificação da paisagem da cidade de Flores da Cunha. O bem patrimonial gaúcho do Casarão dos Veronese, o eremitério do Frei Salvador que recebe a romaria no feriado de Corpus Christi e o castelo da família Castellan são espaços utilizados como atrações turísticas pelos canais locais de divulgação e promoção do turismo no município. Com isso, entendemos as biografias como produtoras de representações acerca da imigração italiana, dos imigrantes e de seus descendentes que, em

⁶ Comemoração que integra o calendário da Igreja Católica e celebra o Corpo de Cristo. No Brasil, é um feriado facultativo de acordo com cada município.

alguns casos, contribuíram para legitimar a criação, modificação ou divulgação desses espaços e, em outros, produziram representações postas em circulação através desses espaços, visitados tanto por turistas como por moradores locais. Dessa maneira, tanto as biografias como os espaços, podem ser considerados representações simbólicas pelas quais os indivíduos ressignificam as identidades do grupo étnico e demarcam suas fronteiras.

Nesse sentido, levando em consideração o caráter natural de ilusão das biografias apontado no início do texto a partir de Bourdieu, torna-se relevante mencionar que, ao realizar um trabalho de memória e esquecimento em relação às trajetórias dos biografados, essas obras podem ser entendidas como ferramentas que auxiliaram no processo de construção e estabelecimento do que podemos chamar de uma memória oficial⁷ acerca do processo da imigração italiana. Nesse caso, uma memória que representa os imigrantes italianos e seus descendentes como indivíduos aptos ao trabalho, que prosperaram a partir do seu próprio esforço e cujos espaços mencionados tornam-se representações simbólicas dessa narrativa.

Conclusão

Logo, diante do que foi exposto, creio que seja interessante concluir com alguns apontamentos em relação às biografias. Penso que, nesse caso, podemos entender as biografias com usos e sentidos múltiplos. Em primeiro lugar, iniciei a pesquisa entendendo as biografias como fontes que poderiam revelar as expressões e traços que membros do grupo étnico estudado escolheram registrar por escrito em relação a si próprios ou seus semelhantes, ou seja como um receptáculo de autorrepresentações, em um contexto onde a ânsia por uma ressignificação identitária era pujante. Nesse sentido, identifiquei representações em comum que perpassaram as obras, das quais destaquei como recorte nesse texto, em função do tamanho, o processo imigratório representado como um ato de grande esforço e os imigrantes e seus descendentes representados como indivíduos valentes, fortes, aptos ao trabalho e prósperos. Além disso, identifiquei representações desses indivíduos como religiosos, austeros, honrados, perfeccionistas, autodidatas, entre outras, das quais ainda pretende-se refletir em textos futuros. Tais traços costumam aparecer como legados do grupo étnico passados entre gerações.

Em segundo lugar, destaco o caráter dessas obras como ferramentas que contribuíram nos processos de positivação das identidades e representações do grupo étnico e de construção da memória oficial do grupo. Esses elementos tornam-se fundamentais no momento em que o

⁷ Conceito pensado a partir das noções de Pollak (1992).

município visa atrair turistas através de expressões de italianidade, ao longo das últimas décadas. Além de colocar em circulação essas representações através do texto escrito, foi possível destacar que, em alguns casos, as obras tiveram influência direta na construção, modificação ou divulgação de marcas da paisagem que se estabeleceram como pontos turísticos do município e como representações simbólicas dessa narrativa, sempre passíveis de ressignificações. Não se trata de colocar as biografias como as maiores responsáveis desse processo, mas, de pensar nos seus múltiplos usos e sentidos, em conjunto com outras ações, na consolidação desses fenômenos que não são naturais, são construções sociais.

Fontes de documentos oficiais

IPHAE. *Processo de tombamento do Casarão dos Veronese*. Processo nº: 34.010-19.00/86. Portaria: 44/86 de 27/11/1986.

Fontes na internet

BAGGIO, Camila. Casarão dos Veronese registra mais de 12 mil visitas neste ano. *Jornal O Florense*, Flores da Cunha, 07 de ago. de 2018. Geral. Disponível em <<https://www.jornaloflorense.com.br/noticia/geral/7/casarao-dos-veronese-registra-mais-de-12-mil-visitas-neste-ano/7983>>. Acesso em: 30 de set. de 2021.

_____. Celebração de Corpus Christi atraem 30 mil visitantes. *Jornal O Florense*, Flores da Cunha, 24 de jun. de 2019. Geral. Disponível em <<https://www.jornaloflorense.com.br/noticia/geral/7/celebracoes-de-corpus-christi-atraem-30-mil-visitantes/9887>>. Acesso em: 30 de set. de 2021.

FIORIO, Gabriela. Um espetáculo comunitário e religioso. *Jornal o Florense*, Flores da Cunha, 29 de jun. de 2021. Geral. Disponível em <<https://www.jornaloflorense.com.br/noticia/geral/7/um-espetaculo-comunitario-e-religioso/15294>>. Acesso em 30 de set. de 2021.

MONDADORI, Fernanda. Processo de beatificação do frei Salvador Pinzetta chega ao Vaticano para análise. *Gaúcha ZH*, Porto Alegre, 12 de nov. de 2020. Religião. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2020/11/processo-de-beatificacao-do-frei-salvador-pinzetta-chega-ao-vaticano-para-analise-ckkhfie00a0026016gao1pzeh2.html>>. Acesso em: 30 de set. de 2021.

NOAL, Flavia. Congregação em Roma valida processo para beatificação de frei que viveu na serra gaúcha. *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, 08 de fev. de 2021. Geral. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2021/02/congregacao-em-roma-valida-processo-para-beatificacao-de-frei-que-viveu-na-serra-gaucha-ckkwq3nv0007017wjis3p4d3.html>>. Acesso em: 30 de set. de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DA CUNHA. *Município de Flores da Cunha*: site institucional, [s.d.]. Dados Gerais da Cidade. Disponível em <<https://www.floresdacunha.rs.gov.br/secao.php?id=1>>. Acesso em: 30 de set. de 2021.

SCHAFER, Milena. Frei Salvador Pinzetta, que viveu em Flores da Cunha, é declarado venerável pelo Vaticano. *Jornal Pioneiro*, Caxias do Sul, 07 de mai. De 2019. Geral. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2019/05/frei-salvador-pinzetta-que-viveu-em-flores-da-cunha-e-declarado-veneravel-pelo-vaticano-10935219.html>>. Acesso em: 30 de set. de 2021.

Referências:

BARILI, Deiner. “Uma casa para sempre”: Do tombamento ao restauro do Casarão dos Veronese, Flores da Cunha (1986-2017). *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Tradução de Glória Rodríguez, Luiz Alberto Monjardim, Maria Magalhães e Maria Carlota Gomes. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. p. 183-191.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CENTRAL DA EXCELENCIA MOVELEIRA. *Lourenço Castellan: Um nome que faz a diferença*. Central da Excelência Moveleira: Curitiba, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 5, 1991, p. 173-191.

COLODA, Antônio.; SALVADOR, Felipe.; COLODA, Santos.; COLODA, Valentin. *Frei Salvador Pinzetta: sou o que sou diante de Deus*. Poro Alegre: EST edições, 2005.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Tradução de Monique Augras.

VERONESE, Nelly. *História de um imigrante: Felice Veronese*. Caxias do Sul: Academia Caxiense de Letras, 1982

ZANINI, Maria. *Italianidade no Brasil Meridional: A construção da Identidade Étnica na região de Santa Maria-RS*. Editora UFSM: Santa Maria, 2006.

_____. Fé escrita: elementos literários da imigração italiana no Sul do Brasil. *Tessituras*, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 21-44, jul./dez. 2013.

Deixando os mais afetados decidirem: relatos de pesquisa entre/com mulheres migrantes brasileiras na Colômbia

Diana Patricia Bolaños Erazo¹
Maria Catarina Chitolina Zanini²

O presente artigo tem por objetivo narrar e analisar questões alusivas ao projeto migratório de famílias brasileiras em Cali³, cidade localizada no sudoeste colombiano, com atenção às posições que as mulheres ocupam dentro desse processo. As mulheres, entendidas como aquelas que *abriram mão* dos seus processos individuais e profissionais em andamento no Brasil e passaram a se dedicar ao lar e ao cuidado dos filhos na Colômbia, levaram em consideração que o projeto migratório era “*bom para a maioria*” e empreenderam a viagem, argumentando a necessidade de “sair da zona de conforto”. Assim, a busca por ascensão social, prestígio e acúmulo de capital econômico em um curto período de tempo, converteu-se na razão principal da migração familiar do Brasil para a Colômbia.

Este artigo é resultado de uma pesquisa antropológica intitulada: “*A comida é o de menos*”: as redes sociais dos migrantes brasileiros na Colômbia, defendida como dissertação de mestrado (2019) no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O trabalho de campo foi realizado no interior das residências, espaços domésticos, portanto privados, dessas famílias, entre os anos de 2014 e 2018, nas quais foram efetuadas entrevistas e observação participante em convívios sociais, jantares, cafés da tarde e outros espaços de sociabilidade. Desde o ano de 2017, o acompanhamento a estas famílias se deu por meio das redes sociais virtuais como *Facebook* e *WhatsApp* devido ao deslocamento de uma das autoras para o Brasil.

As mulheres brasileiras, brancas, escolarizadas e de classe média-alta ou alta-alta, casadas e com filhos, criaram e comandaram as redes sociais de convívio com outros brasileiros no país de destino, que tinha como principal objetivo a comensalidade e sociabilidade por meio da partilha de alimentos compreendidos pelo grupo como “tipicamente” brasileiros. Foi por meio da cozinha e da sociabilidade propiciada pelo que era servido à mesa, cardápios que incluíam arroz, feijão, massas e saladas, que essas mulheres se refaziam e se reencontravam, não apenas com sua brasilidade, mas com sua autonomia

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

² Professora titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

³ Cali é a terceira maior cidade da Colômbia e a capital do Departamento do Valle del Cauca. Segundo informações do Departamento Nacional de Estatística, a população da cidade é de 2,4 milhões de pessoas. A cidade é um dos centros econômicos do país e passagem obrigatória para o sul do país.

“perdida”, em parte, por terem assumido a posição de donas de casa e não mais de profissionais assalariadas na Colômbia. Assim, compreendemos que a comida ofertada por essas mulheres a outras mulheres ou a outras famílias de brasileiros e algumas colombianas, seriam expressões de poder e proximidade, baseadas em uma noção de reciprocidade (LÉVI-STRAUSS, 1982), formando um circuito de afetos, partilha e trocas. Assim, comida, objetos e mercadorias se convertiam em momentos que remetiam ao país de origem e que pretendiam atualizar as memórias de um Brasil agora distante.

A comida pode ser entendida como demarcadora de identidades (MACIEL, e CASTRO 2013) e também como um símbolo que comunica (TAMBIAH, 1969), como um código (LÉVI-STRAUSS, 1982) que expressa meios de sociabilidade e aponta distinções sociais (WOORTMANN, 2013, p.5). Também pode ser compreendida como um signo da atividade no trabalho, no esporte, no lazer, na festa, entre outros (CONTRERAS, 1992, p. 102), o que faz com que seja um elemento fundamental de coesão dentro de um grupo social.

Os ingredientes, as receitas e a comida em si constituem uma linguagem, já que são organizados e “falam” (WOORTMANN, 2013, p. 9) de hierarquias, poderes, valores, classificações, do espaço do comestível ou comível, entre outros.

A comida, então, é entendida como um código, uma linguagem, uma expressão de alguma coisa. A comida de migração, preparada pelas mulheres migrantes brasileiras na Colômbia, fala de família, de lar, de *habitus* (BOURDIEU, 1986) e de poder. Poder de decisão, para empreender um processo migratório, de incorporar, misturar ou rejeitar ingredientes, para escolher com quem comer, quando retornar e de que forma sua família e amigos estarão bem alimentados.

A decisão de empreender o processo migratório, nos casos observados, deu-se mediante uma oportunidade laboral na Colômbia feita aos homens, seus maridos. As multinacionais, algumas delas com casa matriz no Brasil, escolhiam brasileiros para trabalhar com serviços de consultoria ou para ocupar altos cargos gerenciais dentro das empresas na Colômbia, oferecendo, além dos empregos, facilidades que iam desde os trâmites do visto, carros de luxo, pagamento de aluguéis e escola para os filhos, assim como um contato constante com o país de origem por meio de viagens, o que, sem dúvida, possibilitou a decisão de sair do Brasil.

Frente à proposta de trabalho do seu esposo, uma das interlocutoras de pesquisa, Sandra, 42, afirmava que, deixaria os “*mais afetados decidirem*”, no caso o esposo e seu filho único, pois se era “*bom para a maioria*”, o seria também para ela. Ela entendia que eles seriam os mais afetados, uma vez que eles trabalhariam e estudariam em uma língua e cultura

que não a deles, enquanto ela escolheu ficar cuidando da casa, servindo de “*ponte*” entre o Brasil e a Colômbia para todos. Segundo seu argumento, ela supõe que o fato de ficar em casa envolveria uma certa facilidade, já que não teria que se “refazer” ou encontrar seu lugar no meio de colombianos, o que na prática e graças aos encontros entre estas mulheres, que elas mesmas incentivaram, não ocorria.

Mesmo se dedicando ao cuidado do lar e da vida familiar, as interlocutoras expressavam o quanto era frustrante, por vezes, não poder colocar uma roupa elegante e sair para trabalhar, ou, então, como foram sendo deixadas de lado pelos filhos quando havia reunião da escola, pois eles sentiam vergonha do espanhol delas. Entre elas e por meio das redes de afetos que foram conformando espontaneamente, essas mulheres percebiam o quanto “o que uma passava, a outra também”. Mesmo estando com todos os documentos em dia e com bem-estar e salários garantidos, elas manifestaram o quanto a condição econômica não era garantia para não sofrer com dores e constrangimentos advindos da ruptura dos processos de mobilidade.

A decisão de deixar os trabalhos profissionais e assalariados se deu logo após a oferta de trabalho dos esposos chegar. Assim, elas “*abriram mão*” da carreira profissional e se enfocaram nos trabalhos domésticos e de gestão da nova casa.

Este trânsito entre o profissional e o pessoal é observado como um projeto que, segundo Velho (1987), confere aos indivíduos a capacidade de escolher caminhos na sua vida social, ampliando o campo de autonomia dos mesmos. Compreender a decisão destas mulheres sob a noção de projeto e de escolha individual para atingir objetivos familiares e grupais é importante, uma vez que os estudos migratórios invisibilizaram durante anos o papel que as mulheres desenvolviam quando da migração, as limitando ao lugar daquelas que “esperam pelo marido” ou as encobrindo sob o termo de, apenas, “migrantes”, havendo assim pouca ou nenhuma representatividade de gênero. Sendo assim, entende-se que as migrações, como tal, nunca foram neutras enquanto ao gênero (ASSIS, 2004, p.42), e que, mesmo quando foram maioria numérica, as trajetórias das mulheres não foram evidenciadas e registradas, por uma questão de *olhar* teórico que deixava de lado gênero e etnia como objeto de análise (Idem, 2004, p. 43).

Mobilidades, comidas e sociabilidades de mulheres

Para Freidenberg, Imperiale e Skovron (1988, p. 212), as mulheres migrantes enfrentam padrões de desmoralização mais altos do que os homens, uma vez que dependem de outros fatores relacionados com seu *status* laboral, marital, estrutura familiar e estilo de

vida sendo as mulheres solteiras e com filhos menores de 6 anos as que mais sofrem, uma vez que a migração e a rápida mudança social que experimentaram as deixou sem o suporte que oferecia a família extensa. Teriam ainda que enfrentar dias de trabalho, mesmo quando não se sentem bem, por não terem com quem deixar seus filhos e não terem rede de apoio que as acolha nem condições para pagar alguém que faça as tarefas por elas. Essas mudanças no seu estilo de vida impactam na ideia de bem-estar a que estavam acostumadas no Brasil.

Piscitelli (2008, p. 264) considera que a feminização da migração internacional poderia ser compreendida sob a lente dos conceitos de Interseccionalidade ou categorias de articulação, em que questões de classe, raça e outras também possam ser observadas. O conceito surge partindo da crítica à centralidade que o conceito de gênero vinha tendo nos estudos e sua oposição ao sexo, sendo um socialmente construído e o outro biologicamente dado. Assim, pensar os trabalhos sob a categoria de Interseccionalidade daria ferramentas para se entender as múltiplas diferenças e desigualdades, em um sentido amplo (PISCITELLI, 2008, p. 267). Ainda de acordo com a autora, foi destacado que o termo levaria em consideração o gênero, a raça ou etnia, a classe e a nacionalidade, mas, não apenas. As diferenças e desigualdades variam de corrente para corrente, dependendo de como se pensa diferença, poder e agência. Além disso, as questões geracionais também impactam os processos de mobilidade, num sentido amplo.

Mesmo que as mulheres interlocutoras desta pesquisa compusessem uma elite econômica na Colômbia, o sentimento de estar passando por momentos de solidão e constrangimentos no país de destino se fazia presente. Por esse motivo as reuniões entre mulheres para tomar juntas o café da tarde eram tão importantes e valorizadas pelos membros do grupo. Para elas, o café da tarde, a reunião entre brasileiras na Colômbia e o pão de queijo servido à mesa, era muito mais do que um sinal diacrítico para se diferenciar dos colombianos e expressar sua brasilidade. Para elas era um momento de troca, de afetos e de demonstração da dor que significa estar longe da família.

O conceito de família é entendido aqui segundo os termos de Bourdieu (1994, p. 64) como uma ficção, uma ilusão bem fundamentada, e produzida e reproduzida com garantias do Estado, que lhe confere os meios para existir e subsistir. Para o autor, mesmo a família sendo apenas uma palavra que determina um artefato social, ela possui um papel determinante na manutenção da ordem social e da reprodução social do grupo. É dentro da família que valores e capitais são transmitidos. Portanto, vemos ela como uma instituição, “uma instancia mediadora entre o micro-macro (...) geradora de espaços intersubjetivos para seus integrantes,

ninho da agencia individual e primeiro espaço de participação na organização social” (MARTINEZ e REYES, 2017, p 114).

Família seria então uma construção ideológica que se reproduz no plano simbólico, em que uma das dimensões de tal reprodução poderia ser apreendida pelos modos de comer (WOORTMANN, 2004, p. 2). Segundo o autor, os hábitos de comer nos permitem conhecer a cultura de um grupo específico, uma vez que está no centro da vida cotidiana e constitui uma ação significativa (WOORTMANN, 2004, p. 5)

Uma das interlocutoras chegou a expressar o quanto “perder sua família” produto da migração, fez com que ela tentasse ter sempre a casa cheia de amigas, para substituir um pouco essa ausência. As amigas a que ela se refere são as brasileiras, esposas de outros brasileiros que fizeram o mesmo caminho que ela, todas em situações semelhantes no país: “Com as brasileiras a gente tem ao menos algo em comum. Estamos todas no mesmo barco, fora do nosso país e sujeitas a todo tipo de situação que a migrante passa” (Sandra, 42), referindo-se aos constrangimentos e episódios de xenofobia enfrentados no passado⁴.

Woortmann (2013, p. 6) argumenta que a comida “fala” da família, de homens e de mulheres, tanto para quem pesquisa práticas alimentares quanto para os próprios membros do grupo familiar. Isto porque é na mesa onde valores, hierarquias, papéis de gênero e posições sociais são expressados (SANTOS e ZANINI, 2008, p. 259).

A questão das relações de amizade é sempre colocada em pauta. Para elas, uma das dificuldades de se inserir na sociedade colombiana é o fato de encontrar “amizades verdadeiras”. As posições de poder que seus esposos ocupavam nas empresas para as quais trabalhavam constituíam um empecilho. Segundo elas, por vezes, as colombianas, conhecidas da vizinhança ou por meio da relação com a escola dos filhos, auto-convidavam-se para dentro das suas casas, não com a intenção de estabelecer relações de confiança, amizade e reciprocidade, mas para ver como o gerente de “Y” empresa morava e os bens que ele tinha. Elas aprenderam logo no início da migração, que encontrar pessoas para dividir seu dia a dia seria diferente e por esse motivo se apoiaram entre elas mesmas. Assim, enquanto os homens se inseriam em redes de trabalho e eram remunerados e elogiados por tal, as mulheres se encarregavam do cuidado do lar, das crianças, e mantinham ativas as redes de vizinhança e a vida social comunitária com outras mulheres migrantes brasileiras

⁴ Por xenofobia, entendemos um conjunto de práticas discriminatórias para com os migrantes, baseadas no ódio ou medo por um grupo em específico. Durante a realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, estes brasileiros que estavam na Colômbia foram alvo de ataques psicológicos – quando não físicos- a partir de um jogo entre a Colômbia e o Brasil, que acabou eliminando a Colômbia da disputa futebolística. Os brasileiros em Cali relatam também o quanto tiveram que se justificar, no passado, a respeito de sua colocação no mercado de trabalho, e sobre o porquê da sua migração.

Como narrado por elas, as reuniões entre brasileiras, além de ser uma desculpa para experimentar comidas mais elaboradas e festivas, como coxinha, pão de queijo, torta fria e bolo recheado, eram um alicerce para continuar com a vida de migrantes, pois nem todas dominavam o espanhol e as conversas em português se sentiam “reconfortantes”. Também, era um momento de “tomar consciência” de que as dificuldades enfrentadas não eram exclusivas de cada uma, mas eram gerais e que, no final, todas acabavam contornando a situação, “se fulana conseguiu, eu também vou conseguir”, afirmam.

Estas redes sociais incentivadas pelas mulheres foram observadas por Assis (2007, p. 749), em que as brasileiras nos Estados Unidos eram quem mantinham relações com a sociedade de origem a conectando com a sociedade de destino, o que acabava estimulando migrações futuras. Isto porque, de acordo com a autora, as redes sociais comandadas por estas mulheres aportavam capital social suficiente, capaz de ajudar na migração, especialmente aquela de longa distância. No caso da migração de brasileiros para Cali, na Colômbia, a estratégia usada para manter forte as redes sociais, foi a comensalidade.

Contudo, a socialização da refeição envolve uma estilização estética e é nas classes altas em que é mais observável, uma vez que se come pelo prazer de estar junto e não pela materialidade da comida em si (SIMMEL, 2004, p. 162). Segundo o autor, esta estilização contribui ao surgimento de regras como segurar garfo e faca e, até os temas que podem ser mencionados durante a refeição. Sobre isto, observamos que as famílias de brasileiros em Cali optavam por comer em casa, não apenas por se sentirem à vontade e seguirem uma ideia de cuidado com a saúde e brasilidade por meio do cardápio, mas, também, como relatado por elas, porque estando na rua não poderiam falar em português, por respeito aos outros, nem falar alto, e muito menos falar mal dos colombianos ou das dores da migração.

Uma estratégia adotada por elas para superar essa dificuldade, além de passar a se reunir com aquelas que tinham percorrido caminhos semelhantes aos delas, foi reforçar a provisoriamente da sua condição de migrantes e adotar o discurso de não ter ido para a Colômbia para fazer amigos de infância, pois “amigos de infância eu tenho no Brasil” (Sandra, 42 anos). Assim como interagir pouco nas redes sociais virtuais e não frequentar espaços políticos, para não comprometer o cargo do esposo, principalmente porque, em palavras de Sandra, muitas vezes os convites não chegam porque queiram nos conhecer, mas porque ter na festa o presidente de tal companhia lhe confere status. Em conclusão, passaram a levar um estilo de vida mais restrito, no qual poucas pessoas frequentam suas casas e elas também poucas visitas faziam para além do círculo de brasileiros.

Entendemos, assim como Piscitelli (2008, p. 269), que as experiências das mulheres migrantes perpassam aspectos que não podem ser lidos apenas sob a lente de duas ou três categorias de diferenciação, sendo que “essas migrantes são afetadas pela imbricação entre noções de sexualidade, gênero, raça, etnicidade e nacionalidade (op. cit.). O fato de serem brasileiras envolve também uma espécie de racialização e sexualização, que vai além de sua condição de classe

Os constrangimentos pela condição de serem migrantes também devem ser considerados. Questionadas diversas vezes por vizinhas ou colegas de trabalho sobre as profissões dos esposos ou sobre o porquê estavam na cidade se “um colombiano também poderia fazer o que eles fazem”, optaram por performar e “elaborar um texto praticamente pronto” para justificar sua migração.

A decisão de migrar, então foi tomada pensando no bem-estar do grupo. A ideia de bem-estar, neste caso, está atrelada a rápida ascensão social, acúmulo de capital, realização profissional do cônjuge e, também, ao cosmopolitismo de viver em um outro país. Portanto, entendemos que foi uma decisão planejada, informada, e unânime, produto de um “campo de possibilidades” (VELHO, 1994, p. 40).

Este campo de possibilidades constituiria, assim, uma parte importante na trajetória e biografia destas migrantes. Entendemos trajetória nos termos de Bourdieu (1986) como uma série de posições que um mesmo agente é capaz de ocupar, submetido, portanto, a infinitas transformações. No contexto migratório, a trajetória destas mulheres e suas famílias não está atrelada, apenas, aos deslocamentos entre diferentes estados-nação, mas à variação de posições que elas ocupam dentro de um período de tempo, e as ações por elas tomadas frente a condições concretas de existência. Augé (1996) define estes caminhos como itinerários. Para o autor, um itinerário seria “saída, estada e retorno, (...) mesmo que se deva entender que há várias saídas, que a estada é também viagem e que o retorno não é jamais definitivo” (AUGE, 1996, p. 13).

Para o grupo social estudado, os princípios de individualização são bem vistos e valorizados. Constituinte uma elite econômica e social, tanto no Brasil quanto na Colômbia, essas famílias de brasileiros dão coerência à experiência fragmentadora da migração partindo de uma ideia de projeto de vida, que facilita a ascensão social, melhor qualidade de vida, acúmulo de dinheiro em um curto período de tempo e um ideal de transformação social e de *status* ao se enxergar como *expats* na Colômbia.

Desta forma, tanto migrar como retornar são idealizados enquanto projetos com grande envolvimento familiar, no qual esposas e filhos tomam partida e fazem parte do jogo

das relações de poder. Para uma das interlocutoras, “é preciso deixar de lado a vaidade e ser mais prática” (Sandra, 42). Com isso, ela se refere ao fato de deixar de lado sua profissão, bem remunerada no Brasil, para virar gestora do lar, na Colômbia, sob a intenção de praticidade que seria pagar as contas e ainda por cima acumular dinheiro.

Mesmo sob o argumento de *deixar os mais afetados decidirem*, entende-se que elas elegem correr os riscos, adaptar-se às mudanças, tomando o caminho que acreditam ser necessário, usufruir das possibilidades das que dispõem (BODOQUE E SORONELLAS (2010, p. 165) e converter as dores e angústias em um processo que faz sentido para elas também. A decisão é tomada, então, baseada em uma ideia de amor familiar e na necessidade de manter o grupo familiar coeso. É uma migração por amor, projetada sobre o conceito de confiança (GIDDENS, 1991, p. 82) entre os indivíduos e a estrutura social, envolvendo um cálculo de riscos e vantagens, ou seja, no qual os eventos seriam entendidos como socialmente construídos pelos indivíduos ou pelos sistemas e não dados por influência divina.

Contudo, é necessário que a ideia de autorrealização pessoal também exista. Para elas, o amor à família e ao cônjuge acaba se colocando por cima das realizações e avanços profissionais, deslocando o objetivo de se enxergar como indivíduos profissionais para mães e esposas que dão conta da organização da vida familiar na nova moradia, negociando sua nova posição dentro da família, como cuidadoras e gerentes das emoções do grupo. Esta ideia de autorrealização, presente no texto de Illouz (2011 p. 30), é uma narrativa que busca responsabilizar os indivíduos pelo sucesso ou pelo fracasso, o que seja que eles entendam como tal. Essas narrativas psicológicas, segundo a autora, admitiam que os indivíduos tinham a capacidade de se moldar ou modificar a si mesmos e caricaturaram alguns comportamentos dos indivíduos sob o pretexto de que seria o medo ao sucesso o que impediria que os indivíduos se autorrealizassem. Portanto, a busca pela completude e realização penetrou uma grande variedade de locais, grupos de apoio, seminários e internet (Idem, ibidem). Nas palavras das mulheres brasileiras em Cali, “deixar a zona de conforto”, para atingir objetivos maiores.

Ainda de acordo com a autora, se em um princípio nas narrativas terapêuticas sobre a autorrealização se entendia o indivíduo como aquele que poderia alcançar por si, e só por si, o sucesso, as narrativas atuais sobre a autorrealização são “uma narrativa da memória e da lembrança do sofrimento. Ou seja, em seu epicentro encontra-se a injunção de que o sujeito exerça sua recordação do sofrimento para se libertar deste” (ILLOUZ, 2011 p. 36).

Assim, diversas correntes da psicologia, instituições e atores sociais competem por definir autorrealização, saúde ou patologia, o que acaba “transformando a saúde afetiva em

uma nova mercadoria, produzida, circulada e reciclada em *loci* sociais e econômicos que assumem a forma de um campo” (ILLOUZ, 2011, p. 39).

Para estas mulheres migrantes brasileiras na Colômbia, a migração é um evento que mudou significativamente suas vidas, constituindo uma experiência fragmentadora e transformadora uma vez que os papéis de gênero e divisão sexual do trabalho mudaram, afetando suas identidades, a ideia de bem-estar e estrutura familiar que as acompanhava até então.

Embora já exista um processo de emancipação dos projetos de vida das mulheres, como sendo separados dos do homem, ainda há resquícios de desigualdades entre os gêneros e nas formas em que as mulheres são subordinadas aos homens, o que acaba gerando crise nos papéis e transformações identitárias (DUBAR, 2009, p. 76).

Para o autor, os homens, no contexto francês, definem-se pelo trabalho, enquanto as mulheres por seus papéis domésticos, ou seja, os homens seriam entendidos enquanto produtores e as mulheres enquanto reprodutoras. Tal divisão sociossexual encerraria a mulher em uma relação de dupla dependência (econômica e identitária) e tentou ser superada por meio dos movimentos da década de 1960 a 1980, não obstante, em 1990 se observa um retorno do valor-família e uma “revalorização da segurança conferida pelo contexto família (DUBAR, 2009, p. 87). Essas transformações e reconfigurações dos papéis de gênero demonstraram o quanto as identidades podem ser dinâmicas e abertas, mesmo que mudanças demorem décadas para serem perceptíveis e o quanto “ser homem ou mulher está se tornando uma questão de história, de projeto, de percurso biográfico, de construção identitária ao longo da vida” (DUBAR, 2009, p. 115).

As narrativas que estas mulheres fazem sobre sua biografia, sobre a decisão de migrar e das negociações feitas quando migrantes, serão entendidas como uma forma artesanal de comunicação que não pretende transmitir o puro da questão, mas mergulhar na vida do narrador e depois sair de volta, na qual tanto ouvinte como narrador pretendem manter aquilo que foi narrado (BENJAMIN, 1994). Se entendendo a si mesmas como agentes transformadoras do espaço social, decidindo sobre seu destino, construindo e maximizando o uso do seu capital econômico e social na sociedade de destino.

A ideia de individualismo presente em Dumont (1977), perante a qual o indivíduo não seria a unidade mínima do grupo social, mas uma forma de se pensar a si mesmo como independente do grupo ao qual pertence, entende-lo como intramundano, o indivíduo como valor traz como “resultado uma forte ênfase em aspectos como a liberdade de escolha, a

realização pessoal, a obtenção de sensações prazerosas e a possibilidade de viver sem depender do outro” (VIEIRA e STENGEL, 2012, p. 346).

A não inserção dentro das lógicas do mercado formal de trabalho é uma opção das próprias mulheres. Isso é entendido como um luxo ou um privilégio, possibilitado pela sua condição de classe e pela situação jurídica em dia, na Colômbia. Não existindo o salário regular para estas mulheres, muitas dependem economicamente dos esposos, situação à qual não estavam acostumadas no Brasil. Para se entender como autónomas deles e atualizar suas posições nos jogos de poder e hierarquia social que a migração propicia, essas mulheres recorrem às cozinhas como forma de empoderamento feminino, ocupando espaços que as deixem confortáveis com suas posições de esposas e mães.

Assim, elas formam e alimentam redes sociais de migrantes, fundamentadas na comensalidade, em circuitos de reciprocidade e confiança entre e com outras migrantes e vizinhas. Com este deslocamento das mulheres do trabalho assalariado para dentro do lar houve uma inversão nas lógicas alimentares que resultou em uma valorização do “natural” e do “tradicional”, com pratos cozidos em casa ou como em casa (se referindo ao Brasil) com receitas das avós e que envolvem maior tempo de cocção e utensílios especializados, vindos do Brasil. Esta inversão de lógicas se dá, em grande medida, porque agora elas teriam mais tempo para se dedicar à cozinha e porque assumiram o papel de detentoras de saberes tradicionais do país de origem, sendo, assim, uma ponte entre a Colômbia e o Brasil para seus esposos e filhos.

Assim, é por meio das cozinhas e por meio da comida, que estas mulheres exercem um poder sobre seu grupo familiar. Cozinhar seria “uma forma de pedagogia do social, expressando, transmitindo e perpetuando costumes, saberes, valores e disposições” (LEITÃO, 2000, p. 166) muito valorizado quando se está longe do país de origem.

Mercado, cozinha, mesa e comida

Como argumentado anteriormente por Santos e Zanini (2008), a cozinha é o espaço doméstico do universo feminino no qual as mulheres têm “poder” e voz para introduzir, rejeitar e negociar receitas e ingredientes. São as mulheres, por meio dos cardápios brasileiros mantidos na Colômbia, as que ensinam aos seus filhos os valores familiares, os ritmos, as proibições, os papéis e as posturas do grupo social ao qual pertencem.

Para Woortmann (2004, p. 12), que também reconhece a cozinha e a comida como um espaço feminino, seria “no âmbito da refeição que a mãe exerce sua autoridade e controle, determinando, dentro das possibilidades geradas pelo trabalho do pai, o que irá compor a

refeição e como esta será distribuída entre os membros da família”. A mãe seria entendida como aquela que gere o lar, o cuidado, os laços e a saúde da vida familiar por meio da escolha de produtos e a organização dos cardápios.

No Brasil, comer é um ato social e não privado. Isto quer dizer que se valoriza o fato de comer em grupo, distinguindo as comidas do dia a dia dos cerimoniais, por exemplo, e de comer em família, em casa ou em público (WOORTMANN, 2013, p. 6). Comer em sociedade, com o outro, para encontrar o outro, porém comer para si mesmo. Para Simmel (2004, p. 160), comer e beber é um ato egoísta, isso porque o que se pensa, o que se vê e o que se fala, pode ser visto ou escutado por mais alguém, mas o que se come não pode ser igualmente comido por outro.

Segundo o autor, a refeição seria esse momento de partilha no qual se uniria a frequência e costume de estar junto e o egoísmo do ato de comer (SIMMEL, 2004, p.160).

Segundo Contreras (1992, p. 108), as mulheres poderiam enfrentar sentimento de culpa quando alimentos processados, congelados e com aditivos são empregados por elas para alimentar sua família, o que demonstraria o conflito constante entre seus papéis de assalariada e dona de casa. Esta “culpa” é enfrentada por uma das interlocutoras da pesquisa por meio da negociação dos ingredientes e cardápios. Ela valorizava as refeições em família e em casa, ou seja, feitos por ela ou sob a supervisão dela. O filho, que tinha o costume de lanche na escola, começou a lanche também em casa, pois, segundo ela, estava em crescimento e precisava de boa e bastante comida que o sustentasse. Isto porque, a comida feita em casa era, de acordo com a interlocutora, de fato, comida. E a comida preparada em lanchonetes e restaurantes estaria em outro nível do comestível.

Perante a um ideal de saúde, como a comida fresca e recém temperada, elas preferiam introduzir ingredientes prontos ou semiprontos aos poucos e de maneira ocasional, como é o caso dos molhos prontos de tomate, as farofas trazidas do Brasil ou a maionese, que faziam sua aparição em dias atarefados, porque, segundo elas, “se tem tempo, vai ser na lenta”, referindo-se aos tempos de preparo e cocção dos alimentos.

Como observado, esta culpa é diminuída quando a esposa/mãe se encarrega pessoalmente de comprar, cozinhar e servir os alimentos diários. Uma ideia de saúde é colocada na mesa. Para Solans (2014, p. 124), as mulheres migrantes expressam sua agência nas práticas alimentares, compreendendo limites e possibilidades dadas suas condições econômicas e buscam saúde para seu grupo familiar. Para a autora, escolher um alimento pressupõe um trabalho que relaciona ingressos e preços (acessibilidade) assim como tecnologia e tempo de quem cozinha (SOLANS, 2014, p. 121). Portanto, quando economizar

ou equilibrar o orçamento familiar não é uma preocupação para abastecer as despensas, essas mulheres organizavam suas mesas de jantar baseadas na fartura, na diversificação dos alimentos, na diferenciação dos cardápios e na exibição de produtos vindos desde o Brasil, transmitindo, assim uma ideia de qualidade nutricional, status e saúde. Portanto, quanto maior poder de aquisição o migrante tinha, mais facilidade de manter os cardápios brasileiros, mesmo estando na Colômbia, e, portanto, maior facilidade para consumir os alimentos considerados como fronteiras simbólicas de demarcação de identidades.

Devika (2005) salienta o quanto o que é servido na mesa constitui uma fonte de saúde e, portanto, cozinhar não seria entendido como um ato servil, mas de muita responsabilidade e que envolve habilidades e conhecimentos científicos sobre o correto preparo dos alimentos. Isso foi observado na pesquisa empírica quando uma das interlocutoras fazia um longo processo para que seu filho, na Colômbia, pudesse comer feijão brasileiro, compreendido por ela como mais saudável.

Para Mintz (2001), a comida “entra no corpo” nos permeando ou encarnando de aquilo que foi ingerido, ou seja, cargas morais são ingeridas ao tempo que comemos os alimentos diários. Sendo assim, “nossos corpos podem ser considerados o resultado, o produto, de nosso caráter que, por sua vez, é revelado pela maneira como comemos” (MINTZ, 2001, p. 32).

Argumentamos, então, que para estas mulheres, se relembrar por meio do que seria ofertado no almoço ou no jantar foi fundamental não apenas para manter a conexão entre Brasil e Colômbia, ou como uma estratégia para gerir a dor da partida e das rupturas provocadas pelo processo de mobilidade, mas como uma ferramenta de inserção no país de destino que garantiu o sentimento de migração bem-sucedida, uma vez que lhes proporcionou a agência (ORTNER, 2007) de mudar as condições estruturais e lidar com suas identidades individuais.

Considerações Finais

Os primeiros estudos sobre migração invisibilizavam o papel que as mulheres tinham dentro do processo migratório, descrevendo-as como, no melhor dos casos, aquelas que acompanhavam o marido ou aquelas que esperavam, do outro lado, encobrendo sua participação nas tomadas de decisão, suas trajetórias e suas subjetividades.

Como tantos outros migrantes internacionais, as famílias de brasileiros em Cali, Colômbia, conectam-se entre ambos estados-nação, o que possibilita não apenas uma maior circulação de pessoas, mas o fluxo de informações, comida, mercadorias, objetos e afetos.

São as mulheres que articulam as redes sociais e agem como coesoras do grupo social no qual estão inseridas. Por meio da economia familiar e os laços de familiaridade e amizade

mantidos entre brasileiras na Colômbia se tecem estratégias para superar as dores da migração, o preconceito experimentado em algumas situações do dia a dia e para a manutenção do estilo de vida pré-migratório.

É por meio da comensalidade que as relações face a face entre migrantes brasileiros na Colômbia se constroem e fortalecem. É na comida do dia a dia que as brasileiras transmitem valores e posturas para a vida (SANTOS e ZANINI, 2008) da sociedade de origem a seus esposos e filhos, baseadas em uma noção de saúde, cuidado e gestão do lar.

Com a decisão familiar de migrar, as mulheres passam a priorizar a manutenção da família reunida em oposição, neste caso, da sua carreira profissional e os ganhos como trabalhadoras assalariadas. Para elas, a transmissão de conhecimentos, valores, afetos e posturas sobre a vida para seus filhos seria agora entendido como fundamental e inadiável, estabelecendo uma ponte entre a Colômbia e o Brasil para a família, uma espécie de cordão umbilical que os vinculava com o país de origem e mantinha viva a possibilidade de retornar. Este trânsito entre a esfera profissional e a doméstica e de gestão do lar, embora seja uma escolha entendida por elas como racional e prática, envolve sentimentos, emoções, dores, falta de perspectiva e a necessidade de se autorrealizar por meio de outras atividades, sendo o cozinhar para os outros uma delas.

Referências:

- AUGÉ, M. (1996). *El sentido de los otros: actualidad de la antropología*. Editorial Paidós Ibérica, Barcelona, Espanha.
- ASSIS, G. (2004). *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*. Tese de doutorado. Universidade de Campinas.
- _____. (2007). *Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional*. Revista Estudos Feministas 15(3), pp. 745-770.
- BENJAMIN, W. (1994). *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. Editora brasiliense, p 197-221.
- BOURDIEU, P. (1986). "*L'illusion biographique*". In *Actes de la recherche en sciences sociales* 62-63.
- _____. (1994). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus.
- BODOQUE, Y; SORONELLAS, M. (2010) *Parejas en el espacio transnacional: Los proyectos de mujeres que emigran por motivos conyugales*. In: *migraciones internacionales*, vol. 5, núm. 3, enero-junio de 2010.

CONTRERAS, J. (1992) *Alimentación y cultura: reflexiones desde la antropología*. *Revista Chilena de Antropología* (pp. 95-111).

DEVIKA, J. (2005) *Her-self: early writings on gender by Malayalee Women*. Kolkata STREE.

DUMONT, L. (1983). *Ensaio sobre o individualismo*.

DUBAR, C. (2009). *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. Editora da Universidade de São Paulo.

FREIDENBERG, J; IMPERIALE, G; SKOVRON, M. (1988). *Migrant careers and well-being of women*. In: *The International Migration Review*. Vol 22, n.2. 1988, p 208-225.

GIDDENS, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

ILLOUZ, E. (2011) *O amor nos tempos do capitalismo*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro

LEITÃO, D. (2000) *Transgressão e domesticação: a tatuagem contemporânea como ritualização das aparências*. *Cadernos do CEOM*. Ano 16 n 16. Representações do corpo e da morte.

LÉVI-STRAUSS, C. (1982). *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes.

MACIEL, E; CASTRO, H. (2013). *A comida boa para pensar: sobre práticas, gostos e sistemas alimentares a partir de um olhar socioantropológico*. *Demetra*; 8(Supl.1); pp. 321-328.

MARTINEZ, D; REYES, M .(2017) *Un acercamiento etnográfico a la cotidianidad de las dinámicas de familiares en un contexto de migración internacional México- Estados Unidos*. In: RODRIGUEZ, Guadalupe. MOCTEZUMA, Miguel. CALDERON, Oscar (coor) *Hogares y familias transnacionales*.

MINTZ, s. (2001) *Comida e antropologia – uma breve revisão*. *Revista brasileira de Ciências sociais*, p 31-41.

ORTNER, S. (2007). *Uma atualização da teoria da prática*. In: GROSSI, Miriam. ECKERT, Cornelia. FRY, Peter (org). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*.

PISCITELLI, A. (2008). *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. In: *Sociedade e cultura*, V. 11, N 2, jul/dez 2008, p. 263-274.

SANTOS, M; ZANINI, M. (2008). *Comida e simbolismo entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil)*. *Caderno Espaço Feminino*, v.19, n.01, Jan./Jul (pp. 255-284).

SIMMEL, G. (2004). *Sociologia da refeição*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 33, janeiro-junho de 2004, p. 159-166.

SOLANS, A. (2014). *Alimentación y mujeres migrantes en Buenos Aires, Argentina. Tradiciones, recreaciones y tensiones a la hora de comer*. Revista Colombiana de Antropología. Vol. 50, N.0 2 Julio-diciembre del 2014.

TAMBIAH, S.(1969). *Animals are good to think and good to prohibit*. Etnology, Vol 8.

VELHO, G. (1987) *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade moderna*. Zahar.

_____. (1994). Projeto e metamorfose Antropologia das sociedades complexas. Jorge Zahar Editor. 3ª edição.

VIEIRA, D; STENGEL, M. (2012). Individualismo, liberdade e insegurança na Pósmodernidade. Revista ECOS | Estudos Contemporâneos da Subjetividade | Volume 2 | Número 2.

WOORTMANN, E. (2013). *A comida como linguagem*. Revista Habitus, Goiânia, v. 11 n 1, pp 5-17. Jan-Jun 2013.

WOORTMANN, K (2004). O sentido simbólico das práticas alimentares. In: coletânea de palestras do 1º congresso brasileiro de gastronomia e segurança alimentar. Universidade de Brasília.

Governança migratória e redes sociais: aspectos normativos, políticos e sociais da imigração venezuelana no Brasil

Eveline Vieira Brigo¹
Roberto Rodolfo Georg Uebel²
Vítor Eduardo Alessandri Ribeiro³

Introdução

Nas últimas duas décadas, o Brasil observou um aumento considerável dos fluxos migratórios, partindo de pouco mais de 196 mil imigrantes em 2002 chegando a um contingente de cerca de 2,1 milhões de migrantes em 2018, de acordo com os dados combinados da Polícia Federal, Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e compilados por Uebel (2018).

Após o período de aumento migratório, a recepção no Brasil dos novos migrantes, oriundos majoritariamente da América Latina, Caribe e costa oeste da África, além do Sudeste Asiático e Europa Ocidental nos anos de crise – 2008 a 2012 –, tem sido afetada por um novo tipo de governança migratória, com seus avanços e retrocessos, por meio de um novo instrumento legal de regulação das migrações, a Lei de Migração de 2017 (BRASIL, 2017).

A governança migratória recente do Brasil pode ser dividida em quatro períodos distintos. O primeiro teve início em 1997 com a aplicação da nova Lei do Refúgio (BRASIL, 1997). Em 2003 teve início o segundo período, a partir da reorientação da política externa brasileira para imigrantes e refugiados no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O terceiro período teve início em 2014, quando da instalação da Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio e esteve, vigente até a aprovação e sanção da nova Lei de Migração em 2017, quando começa o quarto período. Imbuído de inovações tecnológicas implementadas pela Polícia Federal e pelo antigo Ministério do Trabalho, o controle migratório mediante o atual

¹ Doutora em Ciência Política (UFRGS). Professora de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-POA). Pesquisadora do Observatório das Migrações Internacionais no Rio Grande do Sul. E-mail: ebregido@espm.br.

² Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS). Professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-POA). Pesquisador do Observatório das Migrações Internacionais no Rio Grande do Sul. E-mail: roberto.uebel@espm.br

³ Mestre em Sociologia (UFRGS). Professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-POA). Pesquisador do Observatório das Migrações Internacionais no Rio Grande do Sul. E-mail: vitor.alessandri@espm.br.

governo iniciado a partir de 2019 conta com uma agenda anti-imigração responsável pela retirada do Brasil do Pacto Global de Migração de Marraquexe (UNITED NATIONS, 2018).

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar as mudanças na governança migratória e seus desafios no Brasil, que serve de referência para os quadros normativos de blocos regionais, como o Mercosul, a partir de três eixos: a) investigação sobre a nova legislação migratória do Brasil; b) breve diagnóstico do recente fluxo migratório no Brasil; e c) detecção, em meio ao conteúdo do vocabulário dos usuários da rede social “*Twitter*”, de opiniões xenofóbicas como fenômeno social que possa representar desafios à acolhida do imigrante, em especial do venezuelano.

Cruzaremos também os dados qualitativos com dados quantitativos de estatísticas oficiais para enfim aferir sobre as alterações impingidas ao marco regulatório pelas autoridades brasileiras e buscando identificar mecanismos de vinculação (SASSEN, 2007) entre as ações do Estado brasileiro e as motivações para a migração destes novos grupos (especialmente latino-americanos e oeste-africanos).

Isto posto, o artigo está dividido em três seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. A primeira seção será dedicada à apresentação do cenário migratório no Brasil nas últimas décadas. Já na segunda seção, nos debruçaremos sobre a mudança na legislação brasileira para migrantes e, na terceira seção, discutiremos o caso específico da imigração venezuelana e os episódios de xenofobia e papel das redes sociais nesta construção. O trabalho, ao final, propõe-se a contribuir para o debate sobre possíveis interveniências resultando no processo de inflexão no marco regulatório da imigração no Brasil.

Cenário migratório no Brasil

Conforme mencionado na introdução deste artigo, segundo os dados da Polícia Federal, a autoridade migratória brasileira, a população de novos imigrantes no Brasil chegou a 2,1 milhões entre 2013 e 2018, isto é, o somatório total dos ingressos nacionais.

Com relação ao saldo migratório, ainda existe no Brasil um grande desafio para geógrafos, demógrafos e pesquisadores da temática migratória em estabelecer uma quantificação aproximada, uma vez que os dados de saída da própria Polícia Federal contabilizam apenas a emigração regular, e os censos realizados pelo IBGE disponibilizam dados a cada dez anos, portanto, as últimas estatísticas são de dez anos atrás, quando o Brasil ainda não havia passado por um processo de aumento da imigração ou se transformado em um “Eldorado” para os novos imigrantes, ainda que de forma provisória (SILVA; ASSIS, 2016).

Apesar destas questões, é possível estimar as principais origens destes cerca de 2,1 milhões de imigrantes, que escolheram o país baseados numa perspectiva de acolhimento atrelada à própria inserção estratégica do Brasil em seus países de origem, uma sub-agenda da Política Externa Migratória Brasileira⁴.

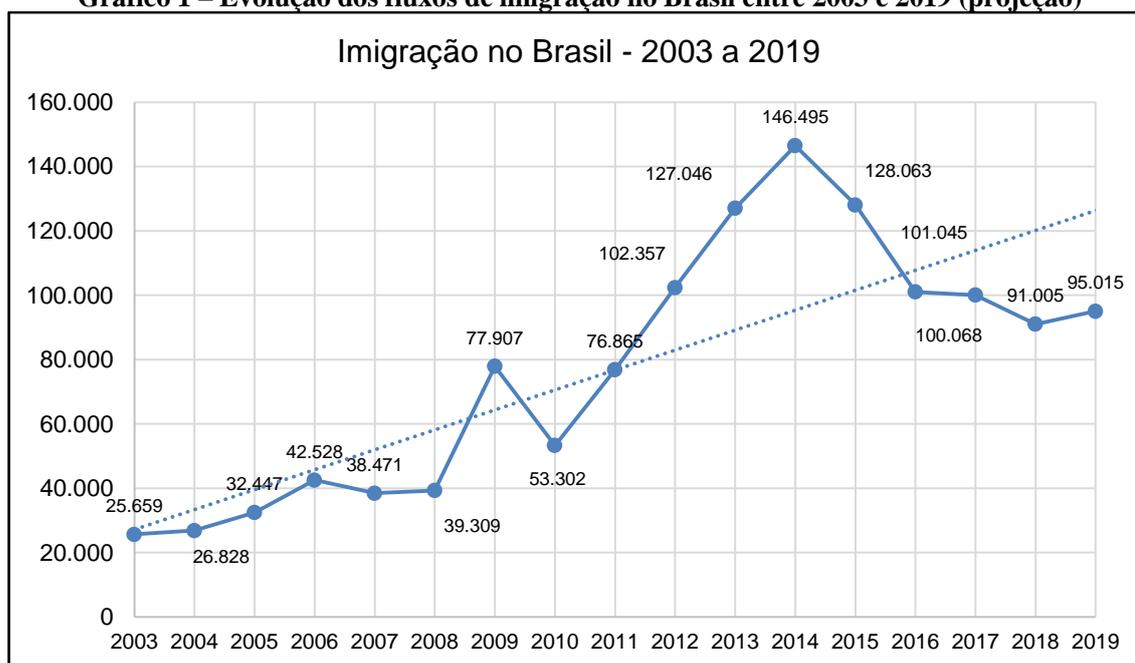
É possível traçar o seguinte diagnóstico: as migrações para o Brasil se originaram principalmente na América do Sul e Caribe, seguidas pelos fluxos originados na Europa Ocidental, China e Índia e países africanos, subsequentemente. Conforme Uebel (2018) discute em sua tese, o fluxo de africanos foi o que mais cresceu entre 2003 e 2018, cerca de 173% em quinze anos, face os 90% dos influxos de europeus.

Os dados apontam, portanto, para uma concentração quase que exclusiva de latino-americanos no perfil imigratório do Brasil no período – cerca de 475 mil –, e que, somados aos cerca de 46 mil novos imigrantes africanos, representam o maior contingente imigratório do país, suplantando pela primeira vez os fluxos históricos de europeus e asiáticos, representando assim uma nova etapa da geopolítica das migrações do Brasil e do próprio Sul Global (WENDEN, 2016). Este novo caráter geopolítico migratório será fortemente influenciado pela Política Externa Migratória Brasileira.

Para complementar, segundo os dados combinados da Polícia Federal, Ministério da Economia e IBGE, apresentamos o Gráfico 1 a seguir, com a evolução dos fluxos de imigração no Brasil para o período de 2003 a 2019, sendo este último ano com as projeções oficiais ainda não finalizadas:

⁴ Definição de Uebel (2018): política sustentada exclusivamente a partir da inserção estratégica do Brasil, sob uma égide da “política externa ativa e altiva”, e cimentada por pilares como as participações brasileiras em missões humanitárias, a concessão de bolsas de estudo e pesquisa para estudantes estrangeiros, a criação do visto humanitário, a emissão e isenção de vistos para grandes eventos desportivos, a discussão e tramitação da nova Lei de Migração, a imigração subsidiada por meio do Programa Mais Médicos.

Gráfico 1 – Evolução dos fluxos de imigração no Brasil entre 2003 e 2019 (projeção)



Elaborado pelos autores.

A governança migratória do Brasil, assim como os próprios fluxos, passou por uma série de mudanças estruturais ao longo das últimas décadas, conforme bem discutido por Seyferth (2008), a começar pela revogação do antigo Estatuto do Estrangeiro, vigente desde a década de 1980 e pela saída do país do Pacto Global para as Migrações de Marraquexe em janeiro de 2019, logo após a posse de Jair Bolsonaro.

Neste período, dois novos instrumentos legais entraram em vigor no Brasil, o Estatuto dos Refugiados, de 1997, e a nova Lei de Migrações, de 2017, que são considerados referência para as normas homólogas nos demais países latino-americanos, e que apresentam um caráter inovador no tratamento aos migrantes, refugiados, apátridas, solicitantes de asilo e pessoas vítimas de tráfico humano.

Como sendo parte de um laboratório, a governança migratória do Brasil também trouxe inovações quanto à formulação de políticas governamentais para a atenção aos solicitantes de refúgio e imigrantes em situação de vulnerabilidade, os quais discutiremos brevemente nesta seção mais adiante: o visto humanitário e as “anistias” gerais que concederam a regularização migratória de milhares de haitianos, sírios, senegaleses e venezuelanos nos últimos cinco anos.

Para compreender a governança migratória no Brasil, primeiramente é importante destacar a sua composição federalizada e descentralizada, isto é, não apenas o governo federal é um dos seus principais articuladores, mas também os estados, municípios e os poderes

Judiciário e Legislativo, além da atuação reconhecida do Ministério Público na defesa dos direitos de migrantes e refugiados.

Essa peculiaridade implica, portanto, um caráter exclusivo na formulação, na aplicação e no monitoramento das políticas públicas migratórias, conforme destaca Rua (2009) em sua obra, o que traz consequências paradoxais: o surgimento de uma rede de atenção aos migrantes, mas também episódios de anti-imigração, como os casos recentes do estado de Roraima, localizado no norte do Brasil, que pediu o fechamento da fronteira brasileira com a Venezuela, a fim de impedir a chegada de solicitantes de asilo venezuelanos (MINISTRA nega pedido..., 2018).

Desta maneira, a questão territorial se faz muito presente na governança migratória brasileira, uma vez que a descentralização das políticas de gestão migratória e territorial, um “*aménagement migratoire*”, obrigou que diferentes atores do Estado brasileiro se fizessem presentes, tanto para a coordenação logística como para a efetivação destas políticas, dentre eles, o Exército Brasileiro, que é responsável pela “Operação Acolhida”, programa governamental dedicado ao acolhimento de migrantes, especialmente os venezuelanos, em situação de vulnerabilidade quando admitidos em território brasileiro.

Para complementar esta ação estatal, a criação do visto humanitário e as regularizações migratórias por meio de portarias administrativas, marcam a governança migratória do Brasil, uma vez que surgiram como uma solução ao limbo jurídico daqueles migrantes indocumentados que não poderiam ser reconhecidos como refugiados, acolhidos como asilados políticos ou autorizados a trabalhar e residir no país. Instituídos ainda durante o governo de Dilma Rousseff, estes instrumentos foram adaptados por países fronteiriços como Peru, Paraguai e Uruguai, além de serem adotados pelo Equador.

A efetivação da governança migratória brasileira apresenta ainda uma última peculiaridade relacionada à questão territorial: ela começa nas fronteiras terrestres do Brasil e possui suporte institucional concentrado nas cidades gêmeas e regiões transfronteiriças. Nesse sentido, não se pode falar em governança e gestão migratória no Brasil sem considerar as especificidades das fronteiras do país.

Ações como a interiorização da migrantes por meio da coordenação do Exército Brasileiro e operação da Força Aérea Brasileira, o atendimento de saúde por parte do Ministério da Saúde, o encaminhamento ao mercado de trabalho por meio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e sob fiscalização do Ministério Público do Trabalho, bem como o fornecimento do acesso à educação pública por parte das secretarias estaduais e municipais de educação e pelas universidades federais, são exemplos desta

complexa cadeia compartilhada da governança migratória brasileira, que é verticalizada na aplicação e horizontal quanto às normativas oriundas da Política Externa Migratória Brasileira, algo inédito no Sul Global e que serve de laboratório de experimentação para os vizinhos latino-americanos.

Nesse sentido, apresentaremos na próxima seção as agendas e perspectivas da questão migratória no Brasil, considerando a mudança nos fluxos migratórios e nas visões do novo governo face ao tema migratório, que já fora considerado como “escória do mundo” (BEM antes de Trump..., 2018).

Análise das transformações legislativas

O Brasil, após 1988, com a adoção da nova Constituição Federal, começou a mudar gradativamente a sua legislação no que tange aos direitos humanos e aos direitos dos imigrantes. Em 1997, foi adotado o Estatuto do Refugiado e seu Protocolo por meio da Lei n. 9.474/97, sendo que o governo brasileiro adotou um conceito de refugiado mais amplo do que o previsto no Estatuto, incluindo graves violações de direitos humanos como fundamento para a solicitação de refúgio, prevista na Declaração de Cartagena de 1984. Não obstante, o estatuto do estrangeiro (a Lei n. 6.815 de 1980) ainda permanecia em vigor, tendo sido revogado apenas em 2017, com a aprovação da nova lei de migrações.

No entanto, entre a adoção da nova Constituição e a nova lei de migrações de 2017 foi-se percebendo alteração na política migratória brasileira, de forma a se tornar mais receptiva e humanitária em relação aos migrantes. Nesse meio tempo, também foram aprovados tratados de direitos humanos, os quais facilitaram e incentivaram as futuras mudanças legislativas.

Dentre essas mudanças, destaque-se o visto humanitário para os imigrantes haitianos adotado por meio da Resolução Normativa CNIg (Conselho Nacional de Imigração) nº 97 de 12/01/2012. Esta resolução permitia a concessão de visto por razões humanitárias aos imigrantes haitianos por um período de 5 anos, prorrogáveis no caso de estarem trabalhando no Brasil. Em continuidade a essa governança com foco humanitário, o governo brasileiro estendeu o visto humanitário para os sírios, por meio da Resolução Normativa do CONARE nº 17 de 20/09/2013. E, em março de 2017, o CNIg adotou a resolução n. 126 que garantiu a concessão de residência temporária por até 02 anos a imigrantes que sejam nacionais de países fronteiriços ao Brasil e que ingressaram em solo doméstico por via terrestre.

Sendo assim, a aprovação da Lei de Migração, n. 13.445/17, foi uma consequência dessa nova governança migratória que foi sendo adotada ao longo dos anos. A nova Lei tem

como base a proteção dos direitos humanos, repúdio a qualquer forma de discriminação, não criminalização da migração, acolhida humanitária e inclusão social e laboral do migrante.

Em comparação aos principais documentos internacionais sobre migração, é possível afirmar que a legislação brasileira é bastante avançada. Com relação ao conceito de refugiado previsto no Estatuto dos Refugiados de 1951 e em seu Protocolo de 1967, a legislação brasileira possui conceito mais amplo, seguindo as normativas regionais (Declaração de Cartagena, Princípios de Bangkok, Convenção Africana e o Sistema Europeu Comum de Asilo). Dessa forma, se permite que maior número de migrantes forçados receba proteção, conforme previsão no Pacto Global de Migrações de 2018. A nova Lei de migração também é inovadora ao trazer os conceitos de acolhida humanitária e da não criminalização da migração internacional.

Além disso, em 2018, foi aprovado o Decreto n. 9.285, reconhecendo a necessidade de acolhimento humanitário de venezuelanos e, em seguida, foi aprovada legislação especial (Lei n. 13.684/18) para tratar de medidas de assistência emergencial a pessoas vulneráveis em virtude de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Ademais, é importante ressaltar que o governo brasileiro passou a adotar portarias para tratar de casos específicos de grandes fluxos migratórios para o Brasil. Em 2019, foram adotadas 3 portarias para facilitar os trâmites de autorização de residência no Brasil para os nacionais de origem dos seguintes países: Cuba (integrantes do programa mais médicos), República Dominicana (solicitantes de refúgio) e Senegal (solicitantes de refúgio). E mais 2 novas portarias sobre visto humanitário e autorização de residência para sírios, haitianos e apátridas residentes no Haiti.

Contudo, saliente-se que, com exceção dos sírios, as demais nacionalidades que desejarem obter a residência temporária ficarão no Brasil como migrantes econômicos devem desistir da solicitação de refúgio (BRASIL, Ministério da Justiça, 2019). No entanto, essa não é uma boa opção para os migrantes forçados. A permissão de residência temporária, como o próprio nome já menciona, é temporária. Quando acabar o prazo, o migrante deverá ir embora ou tentar algum tipo de visto, não mais o refúgio. Ademais, ao abrir mão do refúgio, o migrante forçado acaba abrindo mão de todos os direitos previstos nacional e internacionalmente.

Essas pequenas mudanças na governança migratória brasileira começaram após a alteração de governo no Brasil em 2019. Inclusive, naquele mesmo ano o governo brasileiro anunciou que não mais participaria do Pacto Global de Migrações.

A situação piorou com a chegada da pandemia da Covid-19, em que foram adotadas diversas portarias restringindo a entrada de migrantes, como ocorreu na grande maioria dos países. Ocorre que, havia exceções nessas portarias, dentre as quais a permissão de ingresso de estrangeiro portador do Registro Nacional Migratório e no caso de cônjuge, companheiro, filho ou curador de brasileiro. (BRASIL, 2021a) Contudo, tais exceções não se aplicavam aos venezuelanos que entrassem por meios terrestres ou aquaviários. Ou seja, um venezuelano residente no Brasil que eventualmente tenha viajado para fora das fronteiras brasileiras não tinha como voltar. Percebe-se aí claramente uma restrição xenofóbica em relação aos nacionais da Venezuela.

Dessa forma, embora as principais leis brasileiras estejam adequadas aos documentos internacionais, é preocupante o tratamento xenofóbico do governo em relação aos venezuelanos. Contudo, é importante observar, ainda, que no dia 23 de junho de 2021⁵ o governo brasileiro estabeleceu a Portaria 655, a qual retirou a restrição de entrada aos venezuelanos. Em razão do curtíssimo prazo para análise, ainda não há elementos para discussão mais aprofundada. Aparentemente, a nova Portaria teve como grande preocupação restringir a entrada de pessoas oriundas do Reino Unido, da África do Sul e da Índia, em virtude das novas cepas do coronavírus.

De qualquer forma, além da discussão sobre a xenofobia do atual governo brasileiro, mais preocupante é o tratamento por parte da sociedade, conforme será explanado na próxima seção.

Desafios sociais ao acolhimento do imigrante e o sentimento xenófobo: notas metodológicas e análise de conteúdo

Embora a gestão da governança migratória no Brasil venha sofrendo modificações no sentido de ampliação de garantias formais previstas em lei, o caráter contraditório das portarias com relação ao teor da Lei de Migração de 2017 emitidas pelo governo federal inaugurado em 2019 deixa no ar a feição que o cuidado com imigrantes terá no Brasil. Tal situação encontra ainda um caldo de cultura social que tem agravado o drama em torno da recepção e do acolhimento do imigrante, algo particularmente dramático para os venezuelanos⁶.

⁵ O presente artigo está sendo revisado no dia 29 de junho, para enfatizar que as alterações são muito recentes.

⁶ Aponta-se aqui a matéria de Sérgio Ramalho, jornalista do *Intercept Brasil*, de 28 de novembro de 2019 intitulada “Virou rotina agredir e assassinar venezuelanos no Brasil”. Disponível em:

A situação de crise⁷ na Venezuela, com a degradação das condições gerais de vida produzida não apenas pela crise política, como também pela grave crise alimentar e sanitária, com escassez de alimentos e de medicamentos, tem forçado enormes quantidades de pessoas da população venezuelana a emigrar para países vizinhos (BAENINGER; SILVA, 2018).

Em abril de 2016, o Brasil tinha 8.863 refugiados reconhecidos⁸, sendo que as solicitações de refúgio no Brasil cresceram de 966 em 2010 para 28.670 em 2015. As cinco maiores nacionalidades com refúgio reconhecido no Brasil eram então de sírios, angolanos, colombianos, congolezes e libaneses. Com relação aos pedidos de refúgio, a situação no Brasil evoluiu num salto impressionante. Em 2016, foram 10.308 solicitações de refúgio no país. Aumentou mais de três vezes para 33.866 pedidos em 2017 e em 2018 foram 80.057 solicitações. No ano de 2018, foram 777 casos considerados elegíveis e, portanto, reconhecidos como refúgio, principalmente de pessoas oriundas da Síria (476 casos), Palestina (52 casos), República Democrática do Congo (50 casos), Cuba (45 casos), Paquistão (43 casos), Afeganistão (11 casos), Angola (10 casos), Burundi, Marrocos e Nigéria (com 7 casos cada) e a Venezuela (5 casos)⁹.

Embora sejam poucos os casos de refúgio de venezuelanos reconhecidos no Brasil, a situação vivida por cidadãos venezuelanos imigrantes no Brasil é dramática. Os pedidos de refúgio de venezuelanos ao governo brasileiro em 2015 foram em número de 822. Em 2016, o número saltou 410% para 3.375 pedidos. No ano seguinte, 2017, foram 17.865 pedidos, aumento vertiginoso de 529% ante 2016. Em 2018, venezuelanos fizeram 61.681 pedidos de refúgio às autoridades brasileiras, número cerca de 4 vezes maior que no ano de 2017. A essa situação de ampliação da busca de venezuelanos pelo Brasil se seguiu um crescimento de sentimento de xenofobia de grupos da população brasileira, o que se procura demonstrar nessa sessão do trabalho.

Para essa demonstração, optou-se por realizar uma análise de conteúdo de vocabulário controlado tomado às mensagens de texto postadas por usuários da rede social “Twitter” de

<<https://theintercept.com/2019/11/28/violencia-xenofobia-venezuelanos-roraima/>> Acesso em: 29 de novembro de 2019.

⁷ Segundo a Resolução 2/2018 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a grave crise política e econômica na Venezuela se converteu em graves violações de direitos humanos, contra o direito à vida, a integridade pessoal, a liberdade pessoal, a liberdade de expressão, de circulação, a proteção judicial (CIDH, 2018).

⁸ Ver: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/1o-edicao-sistema-de-refugio-brasileiro-refugio-em-numeros-05-05-2016.pdf>>. Acesso em 13 de janeiro de 2020.

⁹ Ver relatório elaborado pelo Ministério da Justiça com base nos dados da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados, de julho de 2019, disponível no portal da internet do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros-versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf>>. Acesso em 09 de janeiro de 2020.

janeiro de 2016 a fevereiro de 2020¹⁰. Para coleta, utilizou-se a técnica de “*scraping*”, ou raspagem, dos textos dos “*tweets*” empregando um “*script*”¹¹ na linguagem “*Python*”¹² de programação através de uma API¹³ para interface com computadores servidores do serviço digital da rede social.

A análise não possui a intenção de ser estatisticamente representativa da população em nenhum aspecto, pois não foram controlados atributos dos usuários que entraram na amostra. No entanto, o uso da captura automatizada dos textos postados por usuários da rede social traz o benefício da generalização pela vastidão quantitativa de dados no largo lapso temporal compreendido na captura.

O emprego de rotinas de códigos de programação pôde tornar exequível o emprego de tal vasto “*corpus*”, além de também permitir o controle da parametrização da análise, isso é, o controle do teor semântico dos “*tweets*” segundo critérios da análise. A extração total resultou na captura de 2679 casos ou “*tweets*”. Um primeiro tratamento através da análise semântica do conteúdo textual exigiu a eliminação de 275 casos não afeitos ao assunto da pesquisa. Muitos se referiam a eventos desportivos, como futebol, em que times brasileiros jogaram “fora” de casa contra times “venezuelanos”. Resultaram 2404 casos que perfazem o total do “*corpus*” da pesquisa empírica realizada¹⁴.

O tratamento foi feito com base de técnicas de processamento de linguagem natural (“*natural language processing*”) empregando-se rotinas de aprendizado de máquina não supervisionado (“*unsupervised machine learning*”) em que dados são inseridos na memória do computador sem pré-classificação. Ao serem processados, a própria rotina dos códigos executados é capaz de depreender relações, e dessas, a identificação de padrões torna-se

¹⁰ Buscou-se, nessa rede social, apenas por *tweets* que contivessem em seu texto tanto a palavra “fora” quanto a palavra “venezuelanos”, na tentativa de caracterizar o teor semântico do que os usuários da mesma referiam de ideias ao se expressarem sobre tais termos.

¹¹ Um “*script*” de programação é o mesmo que uma série de instruções ou rotinas ordenadas escritas por seres humanos para serem interpretadas por computadores. As tarefas concebidas são transmitidas às máquinas fazendo-se uso de linguagens de programação com sintaxes próprias, estruturando assim códigos que deverão ser interpretados por máquinas para que essas desempenhem tarefas esperadas pelo programador.

¹² Disponível em: <https://www.python.org/>. Acesso em: 18 de novembro 2019.

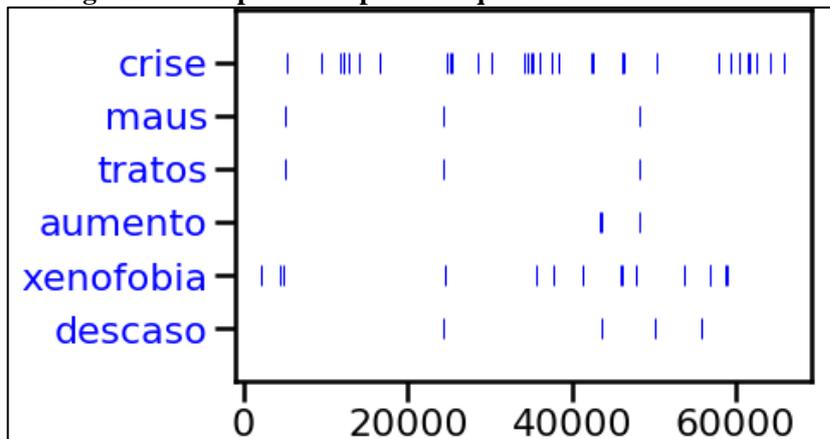
¹³ API é a sigla para “*Application Programming Interface*” (interface de aplicação de programa). Como o nome sugere, API funciona como uma interface, sendo que o desenvolvedor, o pesquisador ou quem quer que faça uso de linguagens de programação para executar interagir com aplicativos geralmente faz uso dela para o intercâmbio de dados. A API empregada nessa pesquisa para a coleta dos dados do “*Twitter*” foi desenvolvida por Jefferson Henrique e pode ser acessada através do link <<https://github.com/Jefferson-Henrique/GetOldTweets-python/blob/master/README.md>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2020.

¹⁴ Os dados colhidos, bem como todas as sequências de rotinas de códigos empregadas na análise dos mesmos estão disponíveis através do repositório digital, cujo acesso possibilita garantias de reprodutibilidade dos procedimentos de coleta, de investigação e análise dos dados. Disponível em: <https://github.com/vealessandri/Python_for_the_Social_Sciences_NLP>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2020.

A primeira aproximação através da análise visual de tal imagem denota uma curiosidade: termos relacionados a elementos abstratos e com recorte ideológico, tais quais as palavras “esquerda” (64 ocorrências), “comunista” (com 54 ocorrências), “comunismo” (41 ocorrências) são mais recorrentes do que elementos que pudessem remeter ao campo semântico da preocupação para com a vida de imigrantes propriamente, como as palavras “segurança” (19 vezes), “entrada” (12 vezes), “abrigo” (13 vezes), “destino” (11 vezes), “alimento” (três ocorrências). Isso é uma pista que, seguida na análise, nos mostra um quadro analiticamente interessante.

Seguindo-se essa pista, pode-se buscar visualizar a frequência com que ocorrem certas palavras consideradas arbitrariamente em relação a outras, para fins de investigação. Assim, termos como “crise” (pensando-se em crise migratória como algo relacionada à presença de descaso para com imigrantes), “maus”, “tratos”, “aumento”, “xenofobia” e “descaso”, vê-se através do diagrama de dispersão do léxico do “corpus” mostrado na Figura 2 que tal conjunto representacional de ideias são pouco adensadas no total dos “tweets”, mas aparecem com alguma correspondência entre si.

Figura 2 – Diagrama de dispersão de palavras que remetem a cuidados com a pessoa

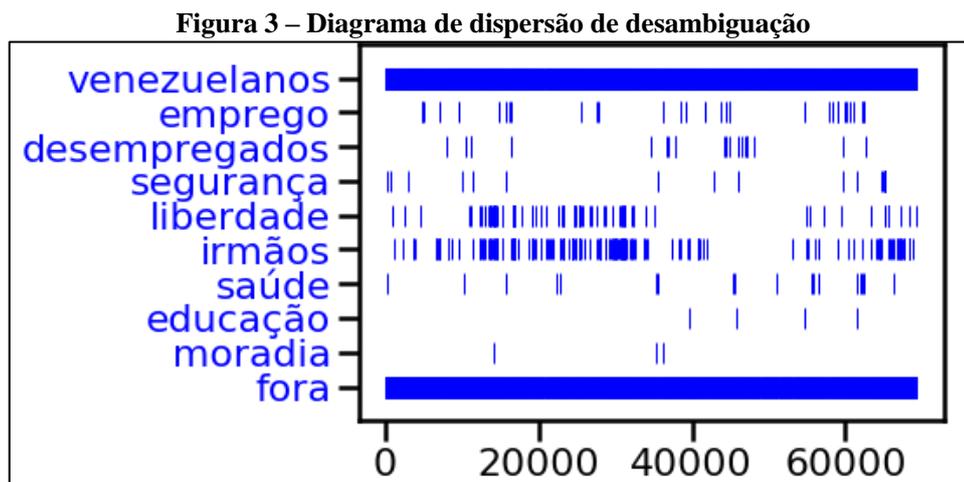


Elaborada pelos autores.

A imagem acima deve ser lida compreendendo-se o maior adensamento de manchas azuis em cada eixo horizontal por palavras como a representação visual da maior frequência com que aquela palavra ocorre no “corpus”. Alternativamente, zonas em branco representam a rarefação ou a escassez de palavras no texto.

As palavras “fora” e “venezuelanos” são altamente frequentes no texto, o que reflete a escolha metodológica da própria captura dos dados. A expressão “irmãos” para se referir a venezuelanos é bastante recorrente no conjunto dos “tweets”, seja para aquelas opiniões que

manifestam desejo que o Brasil proteja os “irmãos venezuelanos”, seja para aquelas opiniões que manifestam opiniões de que “irmãos venezuelanos” devam ficar em seu país. Portanto, o diagrama de dispersão da Figura 3 tem o propósito de desambiguação e por isso traz a “irmãos” no centro. Traz ainda as palavras de controle “fora” e “venezuelanos”, e também palavras que refletem dimensões mais afeitas aos processos reais de vida material das pessoas, como “emprego”, “segurança”, “liberdade”, “saúde”, “educação”, “moradia”.

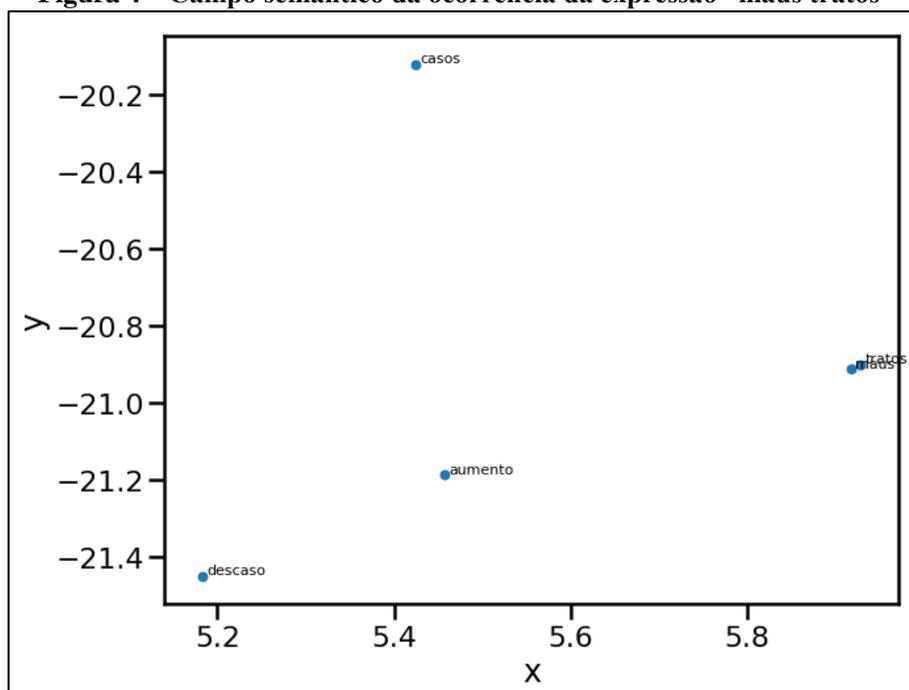


Elaborada pelos autores.

Há um certo padrão que emerge da desambiguação: grosso modo, aquelas “vozes” que mais frequentemente mencionam os “irmãos” parecem ter como mote a ideia de “liberdade”, mas essas expressões tendem a ocorrer com baixa frequência nos contextos onde palavras como “emprego”, “desempregados”, “segurança”, “saúde”, “educação” e “moradia” ocorrem.

A pista pelo aprofundamento da desambiguação disso que parece remeter a tipologias distintas (de um lado, a preocupação em abstrato com ideias de “liberdade” e de outro a preocupação em concreto com aspectos materiais da vida) pode ser buscada através do recurso à análise visual do campo semântico de ocorrência de palavras. Na Figura 4, vemos uma aproximação visual do campo semântico da ocorrência da expressão “maus tratos”, próxima à posição (6, -21) do plano cartesiano.

Figura 4 – Campo semântico da ocorrência da expressão “maus tratos”



Elaborada pelos autores.

Se “ampliarmos” o espaço de visualização em torno daquela expressão (posição da abcissa 6 e ordenada -21) e buscarmos uma área mais ampla da região em torno daquele léxico no conjunto do “*corpus*”, poder-se-á perceber a ocorrência de expressões como “casos”, “pobreza”, “calamidade”, “pública”, “descaso”, “doenças”, “hospitais”, ou “cuidados”, ou ainda “moradores”, “alocados”, “chegaram”, “direção”, “estradas”, “expulsos”, “primeira”, “etapa”, “oportunidades”. Por limitação de espaço na própria exposição do presente artigo, é interessante restringir aqui a análise à expressão “maus tratos” pela baixa frequência com que essas palavras ocorrem em meio a 2404 *tweets* analisados. Se por um lado pode-se imaginar que quem empregue a expressão esteja provavelmente sensibilizado pela dor e, portanto, solidário àqueles que sofreriam os maus tratos, apenas a retomada dos próprios textos dos “*tweets*” na íntegra permite aferir com precisão quais ideias estão sendo mobilizadas pelos agentes sociais emissores de tais discursos.

Mesmo quando a ideia dos maus tratos está presente, as ideias que gravitam em torno são colocadas em termos de embates políticos que pouco ou nada remetem à preocupação de caráter mais solidário para com a saúde, a moradia, a segurança ou o emprego, desafios enfrentados pelos imigrantes que tocam diretamente na problemática da gestão da governança migratória. Se tomarmos as ideias expressas com relação à saúde, é frequente a associação à ideia de que imigrantes e/ou refugiados venezuelanos no Brasil trariam doenças erradicadas no país receptor, uma clara ideia discriminatória.

imigrante porque carregada de formas insidiosas de expressão e, não raro, vocábulos pejorativos, como nos textos dos 6 “*tweets*” transcritos abaixo (do total de 25 que trazem a palavra “doença”). Os erros são mantidos conforme os originais:

Não queremos a Venezuela aqui fora venezuelanos voltem pro seu país, não tragam doenças e miseria pra cá (Transcrição literal de “*tweet*” de 20 de fevereiro de 2018. Usuário mantido anônimo¹²).

Legal tem que ajudar, mas já tá na hora do governo tomar uma atitude. Os venezuelanos estão vindo em massa, trazendo doenças e outras coisas. Fora que muitos deles são folgados. (Transcrição literal de “*tweet*” de 16 de julho de 2018. Usuário mantido anônimo).

Muito bom. Caia fora e vá morrer sozinho lá, melhor do q vim pra cá trazendo surto de doenças e roubos e violência. Se a globo tentou trazer vitimismo não convenceu. Que os Venezuelanos criem vergonha na cara e voltem para lutar pelos direitos do seu país. (Transcrição literal de “*tweet*” de 18 de agosto de 2018. Usuário mantido anônimo).

Uber de hoje, depois que falei sobre o surto de sarampo: É, o problema dessas doenças aí é desse povo que tá vindo de fora . Os africanos, os venezuelanos . Diz que começou tudo na Venezuela. Eu tentei explicar que era pelo movimento anti-vax e tal, mas ele ignorou (Transcrição literal de “*tweet*” de 19 de agosto de 2019. Usuário mantido anônimo).

Aumento da violencia e tivemos a volta de doenças antes erradicadas pelo descaso, fora venezuelanos que foram vítimas de uma ditadura protegida e defendida pelos nosso GOVERNANTES agora tendo q buscar refugio aqui. A esquerda foi a pior MERDA q ocorreu e tem gente que defende (Transcrição literal de “*tweet*” de 02 de setembro de 2019. Usuário mantido anônimo)..

Medo dessas doenças que estão matando lá fora ..Nosso país não suporta mais doenças..Ebóla África, e Coronavírus na Coréia. Matariam milhões aqui..Precisam examinar pessoas que chegam de outros países.. Venezuelanos trouxeram o Sarampo que não tinha mais aqui, e matou pessoas (Transcrição literal de “*tweet*” de 21 de janeiro de 2020. Usuário mantido anônimo).

É importante mencionar que o material empregado para a presente análise é vasto e possui uma enorme riqueza de dados, merecendo por isso tratamentos ulteriores, tanto pelos autores do presente artigo, quando por demais pesquisadores interessados que têm à disposição a base de dados e as rotinas de códigos utilizadas.

Considerações finais

A nova lei brasileira de migrações trouxe mudanças significativas, considerando fortemente a regulamentação internacional sobre Direitos Humanos. A legislação anterior tinha como foco a questão da segurança nacional e tratava o “imigrante” como “estrangeiro”, focando apenas na regulamentação sobre entrada, saída, deportação e extradição. A nova Lei, por sua vez, trata o imigrante de forma humanizada, simplificando o processo de vistos, facilitando o acesso ao mercado de trabalho e de residência no Brasil. Mas o principal é o fato

de tratar o imigrante como sujeito de direito, garantindo a eles os mesmos direitos garantidos aos brasileiros (salvo situações muito específicas relacionadas à segurança nacional).

E o caráter inovador não é apenas em relação à Lei anterior (n. 6.815/80), mas também em relação aos principais documentos e tratados internacionais. O instituto do visto humanitário, por exemplo, pode ser efetivo em situações de gerenciamento de crises humanitárias. Não obstante, em decorrência da mudança de governo em 2019 e a declaração de não participação do Pacto Global, é preciso verificar se os objetivos contidos na nova Lei de migrações serão mantidos.

Desta maneira, discutimos ao longo do artigo como a governança migratória brasileira se ajustou à realidade implicada pelos novos fluxos e também pelo cenário regional e global da mobilidade humana. Os novos desafios, que abordamos na seção das perspectivas ajudam a compreender os rumos pelos quais o Estado brasileiro poderá seguir nas próximas décadas, a depender da efetivação da nova Lei e das agendas governamentais.

Nesse sentido, o sabor das políticas adotadas pelo Estado na atenção e na recepção de migrantes e refugiados, cujos fluxos apresentam, neste momento, uma tendência de tensionamento e agravamento, dadas as instabilidades em seus países de origem como Venezuela e Síria.

Para concluir, os dados apresentados pontuam a importância cada vez maior da tecnologia e das redes sociais no poder de difusão dos discursos a favor e contrários à imigração no Brasil, instrumentos estes que acabam por influenciar a tomada de decisão dos entes responsáveis, o Estado e seus governos, pela governança migratória do país neste começo de terceira década do século vinte e um, um fenômeno que demandará, segundo o nosso entendimento, um esforço cada vez maior de compreensão e estudo pela Ciência Política, pelo Direito e pelas Relações Internacionais.

Referências

BAENINGER, Rosana et al. *Migrações Sul-Sul*. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Universidade Estadual de Campinas, 2018.

BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Orgs.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Universidade Estadual de Campinas, 2018.

BEM antes de Trump, Bolsonaro chamou haitianos e outros imigrantes de “escória do mundo”. In: Gazeta do Povo. *Eleições 2018*. Curitiba, 15 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/bem-antes-de-trump->

bolsonaro-chamou-haitianos-e-outros-imigrantes-de-escoria-do-mundo-bvhv8jc0gsf15ueai7od4uy0l/>. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. *Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012*. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei 6.815, de 19 agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Disponível em: <<https://www.refworld.org/pdfid/54e748424.pdf>>. Acesso em: 01 fev 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. *Resolução Normativa nº 126 de 02 de março de 2017*. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=338243>>. Acesso em: 01 fev 2020.

BRASIL. *Decreto n. 9.199 de 20 de novembro de 2017*. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm>. Acesso em: 01 fev 2020.

BRASIL. *Decreto n. 9.285 de 15 de fevereiro de 2018*. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9285.htm>. Acesso em: 01 fev 2020

BRASIL. *Lei n. 13.684 de 21 de junho de 2018*. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm>. Acesso em: 01 fev 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Legislação. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes/legislacao>>. Acesso em: 01 fev 2020.

BRASIL. Portaria 653. 14 maio 2021. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-653-de-14-de-maio-de-2021-320050685>>. Acesso em: 29 jun 2021.

BRASIL. Portaria 655. 23 ju 2021. Disponível em: < <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-655-de-23-de-junho-de-2021-327674155>>. Acesso em: 29 jun 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997*. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017*. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em: 20 fev. 2020.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Resolução 2/18. Migração forçada de pessoas venezuelanas*. 167º período de sessões. Bogotá, 2018. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-2-18-pt.pdf>>. Acesso em 10 dez 2019.

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. *Sistema de refúgio brasileiro. Desafios e perspectivas*. 2016. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/1o-edicao-sistema_de_refugio_brasileiro_-_refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf>. Acesso em 25 nov 2019.

MIKOLOV, Tomas et al. Distributed representations of words and phrases and their compositionality. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NEURAL INFORMATION PROCESSING SYSTEMS, 26., 2013, Sydney. *NIPS'13: Proceedings of the 26th International Conference on Neural Information Processing Systems - Volume 2*. Nova York: Curran Associates Inc., 2013. p. 3111-3119. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.5555/2999792.2999959>. Acesso em: 26 abr. 2020.

MINISTRA nega pedido de RR de fechamento da fronteira com a Venezuela. In: *Supremo Tribunal Federal*. Notícias STF. Brasília, 06 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=386012>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

RUA, Maria das Graças. *Políticas Públicas*. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2009.

SASSEN, Saskia. *Una sociología de la globalización*. Buenos Aires: Katz Editores, 2007.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro. *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2008. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yd7rk3nx>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SILVA, Sidney A. da; ASSIS, Gláucia Oliveira. *Em busca do Eldorado: O Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2016.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. *Política Externa Migratória Brasileira: das migrações de perspectiva à hiperdinamização das migrações durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff*. 2018. 645 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/188410>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

UNITED NATIONS. *Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration*. 2018. Disponível em: <<https://www.un.org/pga/72/wp-content/uploads/sites/51/2018/07/migration.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

WENDEN, Catherine Wihtol de. *Atlas des migrations: un équilibre Mondial à inventer*. Paris: Éditions Autrement, 2016.

Trajetórias na escola normal rural Murialdo: memórias e culturas imigrantes (Caxias do Sul/RS – 1947/ 1963)

José Edimar de Souza¹

Introdução

Ana Rech é um distrito de Caxias do Sul, um dos maiores municípios do Estado do Rio Grande do Sul. E foi colonizada, especialmente por imigrantes italianos a partir do final do século XIX. Com a imigração muitos costumes, hábitos e tradições se desenvolveram e instituições como a Igreja e a Escola foram destaques para o progresso dessa região. Nesse sentido, muitas ordens religiosas fundaram escolas, em algumas situações houve ainda incentivo e apoio de autoridades italianas, bem como de políticos do lugar. A instituição foi fundada em 1929 com o objetivo de ser um colégio para meninos, mas funcionava desde 1909, no “Monastero Della Santíssima Trinitá”. A criação do Colégio Normal Rural aconteceu em 1942. Era em nível ginásial, com alto grau de ensino e formou centenas de professores rurais. Muitos deles distinguiram-se em suas comunidades, como Valter Antônio Susin e Telmo Luiz Paganella. O estudo investiga aspectos da formação destes professores e busca compreender como se relacionam com a cultura dos imigrantes nos seus desdobramentos para compor uma prática profissional. A perspectiva teórica é da história cultural e a metodologia considera a história oral cotejada com documentos pessoais sob análise documental. A influência da Igreja evidencia-se no modo como estes docentes orientaram os primeiros anos como docentes, atuando na comunidade como lideranças assumidas como identidade destes sujeitos.

A experiência como prática vivida, que remete à concretude da experiência de um indivíduo ou de um grupo social, constitui um substrato da memória que se reelabora, constantemente, ou seja, nunca termina como argumenta Tomson (1997). É pelas representações do valor atribuído pelos sujeitos que o exercício da prática historiográfica possibilita compor espaços e tempos; conhecer e compreender como se desenvolveram distintas trajetórias de um fazer pedagógico, cultural e social.

[...] a recordação não é apenas a presença do passado. Não é uma pista ou um rastro, que podemos olhar e ordenar como se observa e se ordena um

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Trabalho vinculado ao projeto de pesquisa Projeto de investigação financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq-Brasil. Edital Universal 01/2016: “Modos de Organizar a Escola Primária no RS (1889-1950): histórias, memórias e práticas educativas”. Processo número: 405151/2016-0.

álbum de fotos. A recordação implica imaginação, implica um certo sentido do que somos, implica habilidade narrativa (LARROSA, 1994, p. 68)

É pela narrativa que o passado adquire um sentido prática, pelo qual conseguimos acessar representações significadas nas ações empreendidas no tempo. Pensar a história é pensar nosso agir e transformar no mundo, a partir das relações que estabelecemos com nosso lugar.

Com o movimento dos Annales (1929), “uma nova representação do tempo histórico” se desenvolveu teoricamente. A evolução desta inovação, no método investigativo, possibilitou analisar acontecimentos considerando uma micronarrativa; narração da história de práticas, compartilhadas e configuradas no espaço e no tempo das memórias. A “Nova História” problematiza e valoriza a micro-história, voltando-se à história de trajetórias de vida. A teoria desenvolvida pelos intelectuais desse movimento compila uma forma própria de análise do passado. Nessa nova visão, o historiador pesquisa e reflete sobre o uso de um método envolvendo ideias e questionamentos para serem analisados através de fontes diversas, como a memória, os documentos “ordinários”, as imagens, etc. (BURKE, 1992).

A inclusão de novas fontes deve-se ao processo de ampliação da abordagem histórica para trabalhar problemáticas contemporâneas, analisadas sob outra perspectiva teórica e promovido pelo movimento da Nova História. A renovação no uso de fontes na historiografia ressurgiu na segunda metade do século XX, sob as tendências e correntes que influenciaram muitos historiadores, com o propósito de “ampliar não só o objeto a ser pesquisado, mas, sobretudo, a noção de fonte histórica”. (PENNA, 2005, p. 7). Essa nova forma de problematizar a história possibilitou outras organizações do tempo, do modo como os historiadores recortam, distribuem e ordenam em distintos níveis, os objetos históricos. Além disso, pela análise de documentos é possível conhecer e compreender estruturas sociais de forma a observar os processos de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos e práticas.

Desse modo, a história cultural é nossa perspectiva teórico-metodológica de trabalho, considerando que ao investigar os processos de escolarização identifica-se elementos de uma cultura formativa, dos sentidos, das tradições e convenções estabelecidas pelos grupos sociais na tessitura de suas identidades de pertencimento.

A opção pela abordagem da História Cultural, conhecida, em um primeiro momento como “Nova História” em contraste com a “antiga” considera aspectos da experiência de vida e o contexto em que se construíram. A nova corrente historiográfica da História Cultural, apresentou-se como uma abordagem para se pensar a ciência histórica, considerando a cultura

como “[...] um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2004, p.15). Nessa perspectiva, as grandes explicações e abordagens totalizantes são substituídas por problematizações *micro*, que possibilitam o estudo de particularidades. Sendo assim, a história cultural “[...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16-17).

O estudo investiga aspectos da formação de dois professores, egressos da Escola Normal Rural Murialdo e busca compreender como se relacionam com a cultura dos imigrantes nos seus desdobramentos para compor uma prática profissional. Além da pesquisa documental a pesquisa vale-se da metodologia da História Oral considerando a memória social. Para Halbwachs (2006), a passagem do tempo em espaço percebido, a partir das memórias, possibilita conhecer e compreender como as características históricas, políticas e sociais, que identificam um grupo específico, foram construídas; pelas interações e/ou desenvolvimento de experiências que estes vinculam às suas histórias.

A Memória, entendida como documento, fornece ao historiador alguns indícios que permitem a produção de leituras do passado, do vivido pelos indivíduos, daquilo de que se lembram e esquecem a um só tempo. Portanto, a memória é uma construção social que representa um modo elaborado pelos sujeitos de lembrar o passado. É pela narrativa que o passado adquire um sentido prático, pelo qual conseguimos acessar representações significadas nas ações empreendidas no tempo. É desse modo que conhecemos um pouco do passado vivido, da tomada de decisões e das escolhas da vida cotidiana.

Alberti (2004, p. 37) argumenta que o trabalho com história oral envolve “[...] gravação de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos [...] modos de vida da história contemporânea”. Nesse sentido, a referida autora ainda acrescenta que as memórias consideradas como narrativa, como fonte histórica, não são neutras. E embora a narrativa de história oral constitua o passado, isso não significa que o passado não tenha existido antes dela. Desse modo, as memórias representam possíveis versões do passado.

É pelo exercício da escrita da história que procuramos dar sentido ao conjunto de documentos que, reunidos permitem ordenar um passado, trazer vestígios desse passado vivido por uma memória coletiva de um determinado grupo social. E o cultural “[...] parece ser el domínio de los seres humanos, aquella esfera que ellos mismos han producido individual o colectivamente, reciente o remotamente, deliberada o inconscientemente” (SERNA; PONS, 2013, p. 17). Os documentos são produtos de diversas práticas de escrita.

São os detalhes da escrita que auxiliam a compreender o contexto em que emergiu tal produto social. É importante saber como o documento foi escrito, o tipo de papel, uso da letra, pois, Rockwell (2002, p. 221), “Las diferentes formas de producir los documentos dan una idea de las capas de historicidad que se encuentran [...]”.

A construção do conhecimento representa uma possibilidade explicativa sobre a realidade estudada, dados os referenciais teóricos e metodológicos utilizados, já que o que se produz é parcial e provisório. Nesse sentido, o modo como se desencadeia o relacionamento com o conhecimento, e a escolha de ferramentas para operacionalizar uma metodologia indicam o modo como as reflexões, as leituras de cenários de contextos se processam e significam pelo olhar do investigador.

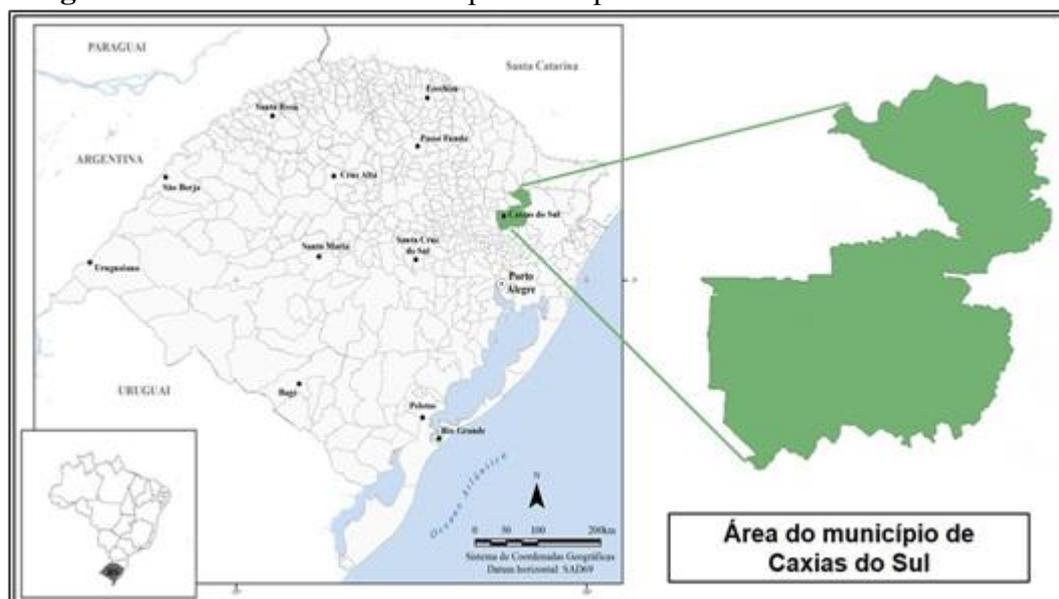
Imigração e cultura relações com os processos de escolarização

Entendemos que a contribuição do pesquisador para escrita da história aconteça a partir dessa seleção de fatos considerados relevantes e da interpretação desenvolvida a partir da aplicação de um método que procura traduzir as experiências do passado em conhecimento histórico produzido. Nesse sentido, analisar as relações de contexto contribuem para compreender como se desenvolveu os processos formativos na Escola Normal Rural Murialdo, de Caxias do Sul.

O município de Caxias do Sul, como se pode observar na figura 1, está situado na região nordeste do Estado, possui uma área total de 1.638,34 km², com aproximadamente 500.000 habitantes. Faz divisa com os municípios de São Marcos, Campestre da Serra e Monte Alegre dos Campos ao norte, Vale Real, Nova Petrópolis, Gramado e Canela ao sul, São Francisco de Paula a leste e Flores da Cunha e Farroupilha a oeste (CAXIAS DO SUL, 2017).

Além disso, encontra-se numa área de serras e vales. Localiza-se aproximadamente a 127 km da capital do Estado, Porto Alegre. Destaca-se turisticamente a partir da Festa Nacional da Uva, e, principalmente, constitui o polo industrial metal mecânico como suas forças econômicas, com a modernização de suas indústrias e a mão de obra da própria comunidade (CAXIAS DO SUL, 2017).

Figura 1: Caxias do Sul em destaque no mapa do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2019). Adaptado a partir de Divisão Geopolítica do Estado do Rio Grande do Sul, Fundação Estadual de Economia e Estatística.

A escolarização mais formal em Caxias do Sul, sobretudo no meio rural, ocorreu a partir do século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus com as escolas étnicas, paroquiais e posteriormente as aulas. A pesquisa toma como ponto de partida o momento em que Caxias assume condição administrativa de município, pelo Ato 257 de junho de 1890 e passou a receber uma leva de imigrantes a partir de então, sendo parte deles italianos que buscavam usufruir de novas oportunidades diante do cenário de crise europeia que abalava a Itália. Segundo Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998) houve um incentivo a emigração em grande escala e o estado do Rio Grande do Sul permaneceu recepcionando imigrantes nas décadas seguintes na região gaúcha. Conforme Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998, p. 29):

A ocupação das terras que deram origem a Caxias do Sul fez parte de um programa nacional de colonização. Naquela época, o modelo econômico que vigorava era o modelo agroexportador e a criação de núcleos coloniais agrícolas, era prioridade, o que fortalecia a ideia de que era necessária uma população voltada para a agricultura do estado para abastecê-lo e, paralelamente, ocupar os espaços vazios da própria região com o objetivo de criar maior segurança interna.

Em 1890 Caxias do Sul apresentava uma população de 15.142 mil habitantes, dez anos depois esse índice praticamente dobrou passando a 30.500 mil habitantes, sendo 27.500 encontrados na zona rural e 3.000 na zona urbana. Já em 1910 a população total caiu para 23.956, sendo 20.214 situados na zona rural e 3.742 na zona urbana. Em 1920 a população

total de Caxias era de 33.773 e em 1930 de 32.622, sendo 22.647 localizados em zona rural e 9.975 em zona urbana (DALLA VECCHIA; HERÉDIA; RAMOS, 1998). Nesse sentido, qual o sentido em implantar grupos escolares no espaço urbano? Como a lógica dos grupos escolares, “templos da república”, Souza (2004), se caracterizaram nesta região do país?

Com a emancipação em 1890, foram criados dois distritos em Caxias do Sul, sendo o primeiro localizado na sede e o segundo denominado Nova Trento. Devido ao crescimento populacional, após doze anos surgiu a necessidade de criação de mais distritos, e através do ato n. 38 de 25.12.1902 Nova Milano é incorporada como 3º distrito de Caxias do Sul, a qual permaneceu até 1917, quando a região foi transferida para o novo núcleo populacional que se desenvolvia aos arredores da estação férrea.

Segundo Fernandes (2015) a estrada de ferro construída em 1910, que ligava Caxias a Porto Alegre, foi um fato importante para o desenvolvimento do comércio dos produtos produzidos nas Colônias entre outras localidades. Devido a essa construção um novo núcleo populacional se desenvolveu aos arredores da estrada de ferro e ficou conhecido como Nova Vicenza. De acordo com Fernandes (2015), nesse período, um número significativo de imigrantes alemães foi atraído à Nova Vicenza pela perspectiva de progresso, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico da região, que passou a incorporar o distrito Nova Milano² em dezembro de 1917. Dois anos depois da criação do 3º distrito, Nova Pádua é incorporada como 4º distrito de Caxias do Sul, até 1924, data em que incorpora a localidade Nova Trento³.

Já o 5º distrito foi anexado primeiramente em Galópolis em 1914. O mesmo desanexou-se e anexou-se posteriormente como 4º distrito e como 3º distrito. Somente em 1927 surge Ana Rech como 5º distrito de Caxias do Sul classificando-se posteriormente como 4º distrito e 3º distrito até sua extinção em 1979 (DALLA VECCHIA; HERÉDIA; RAMOS, 1998).

Após inúmeras organizações dos territórios que compreendiam os distritos a cidade em 2012 incorporou os seguintes distritos: Sede, Ana Rech, Criúva, Fazenda Souza,

² Isso explica o motivo de informações divergentes presentes nas documentações do arquivo histórico municipal João Spadari Adami e nas informações encontradas na obra “Retratos de Um Saber”, de Dalla Vecchia, Herédia e Ramos 1998. Algumas informações referentes a época de incorporação dos distritos Nova Milano e Nova Vicenza foram desprezadas na documentação encontrada no arquivo histórico municipal João Spadari Adami referente aos mapas das aulas municipais e relação de professores localizados em Caxias do Sul no recorte temporal em estudo.

³ Outra informação divergente em relações ao acervo documental encontra-se nas localizações de Travessão Felisberto da Silva e Travessão Marques do Herval, apresentadas nos mapas escolares do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami no 4º distrito, antes mesmo da criação do referido distrito, que foi denominado Nova Pádua em 1904, porém incorporou a região Nova Trento em 1924. Ou seja, é possível considerar as duas regiões citadas anteriormente como localidades do 2º distrito de Caxias do Sul, Nova Trento, até a data de 1924.

Forqueta, Galópolis, Santa Lúcia do Piaí, Vila Seca, Vila Oliva e Vila Cristina. (Arquivo Municipal João Spadari Adami: relação de distritos do município de Caxias do Sul, 2012). Além dessa organização espacial é importante destacar que a população dos primeiros tempos após emancipação, na atualidade, alcançou uma proporção que representa o potencial de desenvolvimento do município, com uma população estimada de 483.377 mil habitantes, segundo relatório do IBGE de 2017.

Durante a década de 1890 até aproximadamente 1950 a educação em Caxias foi regida por aulas públicas municipais e subsidiadas pelo Estado, bem como escolas étnicas comunitárias (isoladas, criadas pela comunidade), escolas confessionais, escolas particulares, ensino elementar e ensino complementar. Porém também existiram escolas italianas apoiadas pelo governo italiano e escolas nas paróquias italianas.

No século XIX, a forma improvisada de acesso ao ensino conservava ainda algumas práticas das antigas aulas régias. Em alguns casos os professores moravam no prédio que era alugado para funcionar aulas, ou ainda a aula representava uma forma itinerante e modifica-se conforme o interesse do professor (SOUZA, 2015).

Segundo Adami (1966) as escolas particulares foram às primeiras instauradas na colônia Caxias, e eram regidas por professores eleitos pelos próprios colonos, sendo que a maioria delas funcionava nas próprias residências dos educadores improvisados. E mesmo que a presença de professores leigos tenha acontecido, em alguns casos, houve esforços e mobilização entre a comunidade e o governo, para que professores com formação na sua área de atuação, ou com subsídios públicos e estrangeiros ministrassem classes neste tipo de organização escolar (LUCHESE; KREUTZ, 2012).

Os imigrantes organizavam escolas comunitárias pequenas para que seus filhos pudessem aprender a ler, escrever e contar era confiada a algum colono que fosse mais instruído. Para custear as aulas os imigrantes colonos faziam pedidos à intendência municipal, costumava-se reivindicar que o município pagasse o professor e mantivesse a escola com os materiais necessários. Em contrapartida, muitos colonos doavam o terreno e trabalhavam para a construção da instituição escolar.

A Escola Normal Rural Murialdo nas memórias de egressos

A memória é coletiva, e nessa memória o indivíduo tem uma posição individual dos fatos vividos, mas, ela se dá pela interação entre os membros da comunidade e as experiências vivenciadas entre eles. Portanto, há “[...] uma lógica da percepção que se

impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior”. (HALBWACHS, 2006, p. 61).

A memória coletiva é sempre plural, constituída por lembranças do passado que transcendem a individualidade, são compartilhadas socialmente no domínio da vida comum. Encontra-se ancorada na história individual e vai emergindo à medida que são feitos os encadeamentos e as relações do que é manifestado nas lembranças. A memória torna-se, portanto, o caminho pelo qual a existência retorna esculpindo a história. Para Le Goff (2012), é nas novas leituras do passado, de reinterpretação constante no eterno presente, que se situam as marcas do vivenciado e as evidências de cada época.

As entrevistas foram realizadas no ano de 2019, entre os meses de julho e agosto, nas residências dos entrevistados. Foi estruturada através do aporte chamado entrevista compreensiva, onde não há uma pauta ou roteiro fixo que guie o procedimento, enfatizando os aspectos formativos (ZAGO, 2003). Após o processo de produção das narrativas, as mesmas foram transcritas e analisadas.

As instituições escolares constituem-se de espaços formais de aprendizagem, que são engendrados pelas relações dos vários sujeitos envolvidos nos processos educativos. Ressalto que os espaços não são formados apenas de alunos, de professores, de funcionários, mas também de objetos e materiais, com inter-relações, vínculos, sentidos que são empregados por esses sujeitos nesses espaços (GATTI JÚNIOR, 2002). Assim, contextualizar uma instituição educativa, é considerar que as instituições se constituem pela

[...] complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretendo e projectando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões. As instituições educativas são projectos arquitectados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais (MAGALHÃES, 2004, p. 61- 62).

Ao pesquisar instituições escolares, temos uma visão ampla sobre os espaços, os tempos, os sujeitos, os materiais e assim das relações que constituem toda vida escolar. Dessa forma, podemos perceber os inúmeros elementos formadores das suas práticas, das suas culturas e também das representações de diversas concepções presentes na criação e no funcionamento das diferentes instituições educativas que integram um sistema escolar, a partir de uma instituição específica.

A Escola Normal Rural Murialdo, é criada em 1942. Situada no distrito de Ana Rech, em Caxias do Sul, região de colonização italiana é mantida e administrada por Padres Josefinos, e reconhecida, em 1942, como instituição de formação de professores rurais pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, assim funcionando até 1972, formando neste período 798 professores.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, na Escola Normal Rural havia investimento na temática agrária e na pretensa modernização do rural. Contudo, os depoimentos dos professores entrevistados manifestam a dificuldade em atender sozinho, as muitas demandas da escola. Alfabetização para ler, escrever e contar ocupava o tempo de aula; em poucas situações, um pequeno quintal, ou uma pequena horta havia nas escolas, ou nos espaços alugados e ocupados para fazer aula. Poucas evidências indicam o papel destinado a cumprir aquilo que o projeto ruralista e a educação rural, na perspectiva de que o governo esperava⁴. Desse modo, mesmo que as políticas públicas tenham sido um fato presente na segunda metade do século XX, o contexto das práticas traduzia as adversidades e dificuldades na execução e manutenção da efetivação dessas políticas na prática.

Para este estudo foram entrevistados dois egressos desta instituição, trata-se dos professores aposentados Temo Luiz Paganella e Valter Antônio Susisn. O professor Valter formando da segunda turma, de 1951 e Telmo formado pela décima quarta turma, de 1963.

Valter nasceu em Ana Rech, em 31 de julho de 1934 e desde os cinco anos de idade frequentava o Murialdo. Foi alfabetizado em 1941 pelo Irmão Guerrini e concluiu o Curso primário no ano de 1946. E entre 1947 e 1951 cursou o segundo grau na Escola Normal Rural Murialdo. Em 1952 foi convidado atuar no Colégio Murialdo. Entre 1954 e 1956 atuou em escolas rurais no interior do Estado, atendendo o que determinava o artigo 53, do Decreto 1812, de 15 de maio de 1951, “depois de terminar os quatro anos do Curso Normal Rural, sirva o Magistério pelo menos durante três anos”. (PAGNELLA, 2020, p. 84).

Valter atuou no magistério e também na secretaria escolar do colégio, entre 1956 e 1989. Destaca-se na sua trajetória a ocupação de cargos públicos e políticos. Entre 1973-1976 foi subprefeito de Ana Rech e vereador eleito por dois mandatos em Caxias do Sul, 1977-1982 e 1983-1988. Além disso, esteve envolvido em diferentes ações culturais e sociais no distrito de Ana Rech.

⁴ No Rio Grande do Sul, a exemplo de algumas iniciativas, em Caxias do Sul, RS, existiu um impresso pedagógico, direcionado para comunidades rurais, não especificamente para as escolas, que circulou no meio rural, era dirigido e produzido pela Diretoria de Instrução Pública, chamou-se jornal *Despertar*. Mais detalhes podem ser conferidos no estudo de Dewes (2019).

Sobre o seu período formativo se refere desta forma: “o colégio Murialdo foi, para mim, minha segunda família onde recebi uma formação integral: humana e cristã, cultural e artística, social e política, lições de amor e humildade, formação esta que me proporcionou ser alguém na vida.”. (PAGANELLA, 2020, p. 168).

O curso era muito rigoroso e nem todos os alunos que iniciaram o curso concluíam. Telmo e Valter lembram que as avaliações eram semanais e no final de cada mês os professores anunciavam em voz alta sobre o aproveitamento matéria por matéria, chamando atenção dos que apresentavam conduta aplicada e civilidade e advertiam os que apresentavam notas mínimas e conduta suspeita. Paganella (2020) entende que os padres Murialdinos entendiam que o homem mais sábio é necessariamente o mais religioso.

O ambiente do internato ainda procurava inculcar uma postura e conduta aos jovens estudantes, de espiritualidade, recolhimento, silêncio, resignação e abstinência em oração. Havia ainda o trabalho na agricultura, pois os padres mantinham no colégio hortifrutigranjeiros.

Telmo nasceu em 19 de maio de 1945, em Anita Garibaldi, Santa Catarina, mas viveu sua infância na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, interior de Vacaria, em Pinhal da Serra. Estudante do curso primário no Grupo Escolar de Pinhal da Serra, inscreveu-se no exame de admissão da Escola Normal em 1959 e formou-se professor Primário Rural em 1963. Atuou como docente de escolas isoladas rurais no período de 1964 a 1968. Posteriormente atuou como representante comercial, mas exerceu diferentes cargos públicos. Foi fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esmeralda e vereador pelo mesmo município, em 1975. Na década de 1980 formou-se oficial de justiça da comarca de São Marcos e em 1995 formou-se em Direito. Além de ter ocupado outros cargos em administração pública, bem como foi presidente do Rotary Clube de São Marcos e membro da Loja Maçônica do mesmo município.

Das memórias da infância e da escola primária Telmo recorda a influência que a professora Irene Maria Gomes exerceu. Ela havia incentivado e convencido os pais de Telmo para que ele continuasse os estudos, pois “o guri tinha que aproveitar sua inteligência”. (PAGANELLA, 2009, p. 63).

Em relação as memórias formativas destacam-se também a rigorosidade dos professores e a vida no internato. Muitos estudantes eram bolsistas, o governo de Leonel Brizola havia instituído um programa de bolsas e Telmo fora contemplado após aprovação no exame de admissão. Nas memórias escritas em 2009 se refere que os estudantes deveriam levar um pequeno enxoval de cama e banco além dos objetos pessoais e vestuário. O ingresso

na escola representava a possibilidade de “sair do interior” e frequentar os bancos escolares, deixar para trás a vida na roça, nas lides caseiras, contudo, “dali para frente, haveria de ser modelo, exemplo, em tudo o que dissesse ou fizesse. Seus contatos, seus amigos, suas diversões sofriam os respingos do dever de se portar com honra e de ser respeitado.” Assumindo a formação pautada pelos “bons modos, pela educação e pelo respeito”. (PAGANELLA, 2009, p. 65).

O curso Normal era integrado por muitos alunos de origem pobre, sem muitas condições econômicas. As despesas eram subsidiadas pela bolsa de estudo, bem como pelo trabalho individual dos estudantes na agricultura e na zootecnia.

Em síntese expressa que sua formação foi “instrutiva. A formação religiosa e didático-pedagógica recebida serviu de alicerce à futura vida profissional bem-sucedida.”. (PAGANELLA, 2009, p. 67). Além disso, percebe-se na sua narrativa oral um sentimento de gratidão e de dever, por ter recebido a bolsa, a responsabilidade de retornar para o interior do Estado e retribuir o investimento feito pelo governo.

As narrativas dos professores Telmo Luiz Paganella (2019) e Valter Antônio Susin (2019) indicam que na década de 1960, um projeto voltado a formação de professores rurais se desenvolveu no Rio Grande do Sul. Observa-se ações de políticas públicas voltadas ao aprimoramento e uso das instituições escolares para fazer chegar ao meio rural conhecimentos e técnicas que pretendiam modernizar o campo.

Na agricultura, plantamos milho e tomate. Então tinha a horta e a lavoura. Para assim definir, distinguir, que época era uma horta para hortaliças, que ou colégio, uma cozinha do colégio aproveitava e como lavouras de milho que não serviam apenas para a alimentação dos alimentos, e também para a alimentação dos animais. Porque o colégio tinha uma pequena criação de gado, aves, suínos e ovinos. Que serviam para que? Para quem está aprendendo lá dentro, você sabe cuidar melhor da vaquinha, no colégio que lá não existe. Ou melhorar o seu conhecimento. Assim da ovelha, da galinha, do porco. [...] E depois teve uma parte teórica também, de zootecnia, agricultura. E essas eram as práticas agrícolas. E depois teve uma parte teórica também, de zootecnia, agricultura. (Telmo Luiz Paganella – São Marcos – RS - 2019).

Werle (2014) argumenta que as Escolas Normais Rurais⁵, no caso do Rio Grande do Sul, foram um tipo de instituição criada nos anos quarenta do século XX ligadas a iniciativas

⁵ No Rio Grande do Sul existiram seis Escolas Normais Rurais dessa natureza, entre 1941 e 1972, a saber: Escola Normal Rural da Arquidiocese, Porto Alegre (1941-1945); Escola Normal Rural La Salle, Cerro Largo (1941-1972); Escola Normal Rural Murialdo, Ana Rech, Caxias do Sul (1942-1972); Escola Normal Rural de Guaporé, Guaporé (1946-1952); Escola Normal Rural Assis Brasil, Ijuí (1953-1965); Escola Normal Rural Presidente Getúlio Vargas, Três de Maio (1957-1971). Destaca-se que destas, as duas últimas não eram necessariamente

da Igreja Católica e a necessidade de expandir o ensino público a todas as regiões do estado. Eram instituições voltadas exclusivamente para formação do magistério. E embora as instituições tenham assumido currículos distintos, a formação voltada para agricultura, foi por muito tempo uma de suas características de identidade institucional.

Para Werle (2014) as escolas normais atendiam o objetivo de formação de professores de primeiras letras para as zonas rurais⁶. E a formação era realizada e mantidas por congregações religiosas masculinas, portanto, o projeto de formação estava associado à captação e à formação de quadros para as tais congregações. Telmo e Valter foram alunos da Escola Normal Rural Murialdo, de Ana Rech, distrito de Caxias do Sul, RS.

O que aprendemos aqui, foi muito útil para a nossa vida. Porque nós estamos aqui com uma formação muito bem formatada. Muito bem formados, parte religiosa, parte de aula também, parte de disciplina, parte técnica também, das disciplinas técnicas. [...] Todas as turmas que se formaram professores rurais aqui, eram muito bem vistas em todo o Rio Grande do Sul. Eles querem professores da escola normal rural de Ana Rech. (Valter Antônio Susin – Caxias do Sul – RS – 2019).

Além da formação técnica, voltada para modernização do rural, a formação religiosa endossa a expectativa de que a escola rural contribuísse para “moldar moralmente os sujeitos”, como argumenta Cunha (2009), que a Igreja foi uma das principais aliadas da Escola Primária para divulgar os preceitos de civilidade e inspirar o nacionalismo cívico. Pretendia-se levar o Brasil a modernidade moldando os sujeitos e educando-os condutas, boas maneiras, regras e comportamento ordeiro, cosmopolita para que tivessem a conduta esperada pela “boa sociedade”. Além disso, como argumenta Souza e Fischer (2012), esperava-se que o professor com sua sublime missão preparasse futuros cidadãos para a pátria e futuros herdeiros para o céu.

A formação nas escolas normais rurais incluía estudos de educação geral, estudos pedagógicos e de didática bem como práticas relativas às lides agrícolas e pastoris, além da fé

financiadas pelas congregações religiosas. As duas últimas contaram com iniciativas dos governos municipais e da organização política das comunidades. Além disso, a escola normal Presidente Getúlio Vargas era vinculada a Igreja Evangélica.

⁶ O poder público estadual destinava a alunos carentes e oriundos de municípios do interior bolsas de estudo para as escolas normais rurais. As bolsas de estudo viabilizavam as escolas normais rurais e exigiam do aluno uma retribuição em serviço exercer a docência após a conclusão do curso, em escolas de zonas rurais. Estas bolsas ajudavam a financiar os internatos católicos, estrategicamente, as escolas normais ajudaram a captar candidatos ao magistério e/ou a vida religiosa. O ensino era muito exigente e nem todos os alunos concluíam o curso. (WERLE, 2014). Apenas na década de 1950, sob a Lei Orgânica das Escolas Normais, é que o governo do estado do Rio Grande do Sul cria duas escolas normais rurais públicas, uma em Osório e outra em Santa Cruz do Sul, como argumenta Almeida (2007).

católica. A formação geral recebia especial atenção bem como a formação agrícola, pois as escolas normais rurais atendiam também a expectativa de inovação tecnológica e maior produtividade na agricultura. Nesse sentido, dispunham de uma granja modelo, equipamentos e terreno para práticas agrícolas, plante de animais e, com isto, formavam também para o trabalho não só de magistério, mas o trabalho agrícola direto, braçal. (WERLE, 2014).

Estes professores deveriam atuar em escolas rurais primárias no estado, que tinha como identidade mais os trabalhos agrícolas, que exigia maior esforço físico, enfrentamento de intempéries, trato com animais de porte, do que a alfabetização, associado a representação feminina e doméstica da educação.

A boa relação com a comunidade conduziu Telmo Luiz Paganella (2019) ao exercício de vereador no município de Esmeralda-RS. Sua representatividade foi sendo construída por sua atuação como representante da União dos Estudantes e no Centro de Tradições gaúchas, onde realizou, juntamente com a comunidade de pais de alunos, várias apresentações em datas comemorativas como a independência do Brasil, o dia do índio, entre outras. A fotografia a seguir (Figura 1) retrata a encenação do dia do índio, em 1967, na escola rural isolada de Abelardo Nacul, Capão Bonito, que pertencia ao município de Lagoa Vermelha. Na foto está o professor Telmo, alunos, membros da comunidade e, ao fundo, a escola.

Figura 1: Encenação dia do índio (1967)



Fonte: PAGANELLA (2009).

As atividades sociais e culturais que envolviam a escola acabavam sendo um acontecimento na comunidade local. Estes momentos também eram entendidos como oportunidade para demonstrar o comprometimento e responsabilidade com a qual assumiram o seu papel docente, além de evidenciar a relação de pertencimento ao lugar. Desse modo, procuraram participar de todas as atividades da localidade: festejos populares e cívicos,

quermesses, missas e festas religiosas, afinal o professor precisa ter também um atestado de boa idoneidade moral para trabalhar nas escolas públicas estaduais.

Considerações finais

A partir da análise de história de professores no meio rural de Caxias do Sul é possível situá-las no espaço e tempo, desse modo, reconhecendo a atuação significativa de sujeitos na história da educação de distintos lugares, que traduzem um fazer específico, um modo de compartilhar saberes e de construir aprendizagens. A potencialidade das memórias contribui ainda para perceber como cada sujeito articula suas trajetórias, mostrando as transformações e permanências na identificação de cada um como sujeito histórico.

A influência da Igreja evidencia-se no modo como estes docentes orientaram os primeiros anos como docentes, atuando na comunidade como lideranças assumidas como identidade destes sujeitos. Além disso, há um certo saudosismo naquilo que Cunha (2019) assinala sobre análise da ego-memória, uma forma pela qual os sujeitos se projetam no tempo e procuram construir uma representação sobre suas ações, os acontecimentos que enredam suas histórias.

A partir da dimensão de narrativas orais de egressos do curso Normal foi possível estabelecer relações com contextos mais amplos. Desse modo, os enfoques de aspectos da história pessoal/local estão imbricadas aos processos históricos mais amplos e complexos, como a dificuldade de lotar docentes no interior do Estado do Rio Grande do Sul, a formação de professores e as políticas públicas implantadas no final da década de 1950 para acompanhar o desenvolvimento e o movimento de urbanização que começava a apresentar modificações para o espaço rural.

Referências

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul, RS: São Miguel, 1966.

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. *Memórias da rural: narrativas da experiência educativa de uma escola normal rural pública (1950-1960)*. 2007. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) -- Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAXIAS DO SUL. Mapa do município – escala 1/10.000. Disponível em: http://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/planejamento/sui/sui_mapa_municipio.pdf. Acesso em: 22 maio 2017.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Saberes impressos escritas da civilidade e impressos educacionais. (Década de 1930 a 1960). In: YAZBECK, Dalva Carolina; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009, p. 233-251.

CUNHA, Maria Teresa Santos. De achados locais a indícios nacionais: arquivos pessoais de educadores na História da Educação do tempo presente. In: CURY, Cláudia Engler; VIEIRA, Carlos Eduardo; SIMÕES, Regina Helena Silva. *História da Educação: global, nacional e regional*. Vitória, ES: EDUFES, 2019, p. 75-98.

DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. *Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1998.

DEWES, Elisângela Cândido da Silva. “O Despertar”: uma história das práticas da educação rural em Caxias do Sul (1947-1954). – 2019. 176 f. *Dissertação* (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

FERNANDES, Cassiane Curtarelli. *Uma história do Grupo Escolar Farroupilha: sujeitos e práticas escolares* (Farroupilha/RS, 1927-1949). 2015. 217 f. *Dissertação* (Mestrado em Educação) -- UCS. Caxias do Sul, RS, 2015.

GATTI JR., Décio. *A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas*. Campinas/SP: Autores Associados, Uberlândia/MG, Editora da Universidade Federal de Uberlândia. 2002, p. 3-24.

JORNAL CAXIAS. Porto Alegre, 4 de agosto de 1927. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=63076&p=5&Miniatura=false&Texto=false>. Acesso em: 30 jun. 2018.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35-86.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. 6ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Das Escolas de Improviso às Escolas Planejadas: Um Olhar Sobre os Espaços Escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do

Sul. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 45-75, maio/ago. 2012.

MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

PAGANELLA, Telmo Luiz. *Escola Normal Rural Murialdo*. Ana Rech. Caxias do sul. Um molde de caráter. Caxias do Sul: Maneco, 2020.

PAGANELLA, Telmo Luiz. *Marcas, profundas marcas...*São Marcos: Lorigraf, 2009.

PENNA, Rejane. Avanços e perspectivas na utilização das fontes orais em historiografia recente. *Práxis*. Revista do ICHLA, Novo Hamburgo, ano 2, v. 2, n. 3, p. 7-14, ago. 2005.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROCKWELL, Elsie. Imaginando lo no-documentado: del archivo a la cultura escolar. In CERECEDO, Alicia Civera; ESCALANTE, Carlos; LAFARGA, Luz Elena Galván (Coord.). *Debates y desafíos en la historia de la educación en México*. Zinacantepec, Estado de México: El Colegio Mexiquense, A.C.: Instituto Superior de Ciencias de la Educación del Estado de México, 2002. p. 208-234.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação Estadual de Economia e Estatística. Divisão Geopolítica do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado/divisao-geopolitica-do-rs/> Acesso em: 15 abr. 2019.

SOUZA, José Edimar de. *As Escolas Isoladas: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande – RS (1940 a 1952)*. 2015. 292 f. *Tese* (Doutorado em Educação) – Unisinos, São Leopoldo, RS, 2015.

SOUZA, José Edimar de; FISCHER, Beatriz Terezinha Daudt. *Memórias do ensino em Novo Hamburgo: documentos e acervos (1940-2009)*. *NH na Escola*, Novo Hamburgo, p. 2, 25 out. 2012.

SERNA, Justo; PONS, Anaclet. *La historia cultural*. Autores, obras, lugares. Madrid: Akal, 2013.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias*. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, abr., 1997, p. 51-84.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Formação de professores para a zona rural: análise em perspectiva histórica, diferentes veículos de cultura escolar. In: FARIAS, Graziela Franceschet; ANTUNES, Helenise Sangoi (Org.). *Desafios e perspectivas na Educação Rural: fazeres pedagógicos e seus múltiplos olhares*. Curitiba: CRV, 2014. p.49-68.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática da pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, M. P. de; VILELA, R. A.T. (Orgs.). *Itinerários de Pesquisa*. Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 287-308.

Entrevistas orais:

Telmo Luiz Paganella. *Entrevista oral sobre formação e docência rural no Rio Grande do Sul*. Entrevista concedida a José Edimar de Souza. São Marcos, RS, 16/04/2019.

Valter Antônio Susin. *Entrevista oral sobre formação e docência rural no Rio Grande do Sul*. Entrevista concedida a José Edimar de Souza. Caxias do Sul, RS, 06/11/2019.

Imigração e profissão na trajetória do arquiteto teuto-brasileiro Hartmut Thimel

Ricardo de Souza Rocha¹

Introdução

O objetivo deste trabalho é o estudo de uma trajetória individual *sui generis* como exemplo de um fenômeno pouco abordado na historiografia de arquitetura no Brasil. Uma parte da biografia de Hartmut Friederich Rudolf Thimel (figura 3), arquiteto alemão radicado no país no final dos anos sessenta, serve, nessa direção, de guia para uma investigação da circulação de pessoas, de ideias e de discursos (arquitetônicos) entre os hemisférios Norte e Sul, dando conta de uma inusual inversão do sentido de transferência de conhecimentos.

A formação de uma rede social pelo arquiteto, no campo profissional europeu, estende-se para a América Latina, com o desejo de trabalhar com o arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, já então mundialmente reconhecido, por obras como a Pampulha, em Belo Horizonte, Minas Gerais, ou as edificações de Brasília. Essa rede “europeia”, principalmente a ligação com outro nome importante no panorama da arquitetura na época, Yona Friedman, se, por um lado, informa profundamente sua produção inicial – caso, por exemplo, de suas propostas para a expansão da cidade do Rio de Janeiro, premiadas no exterior e expostas no Museu de Arte Moderna carioca, em 1972, e na Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, um ano depois; por outro, ao estender-se até sua opção (definitiva) pelo Brasil, indica uma aproximação à cultura “tropical” – a escolha do Rio de Janeiro para morar, o aprendizado musical da cuíca, a ligação com escolas de samba e com o carnaval, a atuação profissional direcionada aos temas da habitação social – ou, mais precisamente, sua “conversão” à beleza cotidiana e ao impacto com a realidade brasileira.

Assim, após trabalhar algum tempo com Oscar Niemeyer, contribuindo com publicações da vanguarda local – caso das revistas Módulo, do próprio Niemeyer, e Galeria de Arte Moderna (GAM) – e internacional – revista *Architecture Contemporaine* – ocorre sua “conversão” ao cotidiano, aproximando-o do tema da habitação popular e dos mutirões, transformando-o em tocador de cuíca nas escolas de samba cariocas e participante ativo de movimentos sociais e de moradores, e das páginas dos jornais.

¹ Doutor, Professor Associado UFSM.

Alguns poucos dados biográficos

De nacionalidade possivelmente alemã (ou austríaca), Hartmut Friedrich Rudolf Thimel (1934-201?) estudou construção e arquitetura e urbanismo na *Polytechnische Schule* (Escola Politécnica), em Graz, na Áustria, e na *Staatliche Baugewerkschule Barmen-Elberfeld(?)*, em Wuppertal, na Alemanha – de onde a dúvida sobre sua nacionalidade.

Posteriormente, trabalhou no escritório dos arquitetos alemães Helmut Heinrich e Hubert Petschnigg, em Düsseldorf (1958-1964); com A. K. Kitsikis (Antonis Kitsikis?), em Atenas (1962), na Grécia; na França com Georges Candilis, Alexis Josic e Shadrach Woods (1965-1967), inclusive no famoso projeto do conjunto habitacional Toulouse le Mirail, renovador dos preceitos do urbanismo modernista (não obstante seu destino comum, com o aparecimento de várias deficiências ao longo dos anos²); e com Yona Friedman (1966-1969), em Paris (figura 1), antes de, finalmente, transferir-se ao Brasil para colaborar com Oscar Niemeyer, no Rio de Janeiro, através de uma bolsa de estudos concedida pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamarati), entre 1968-1969 (THIMEL, 1972).

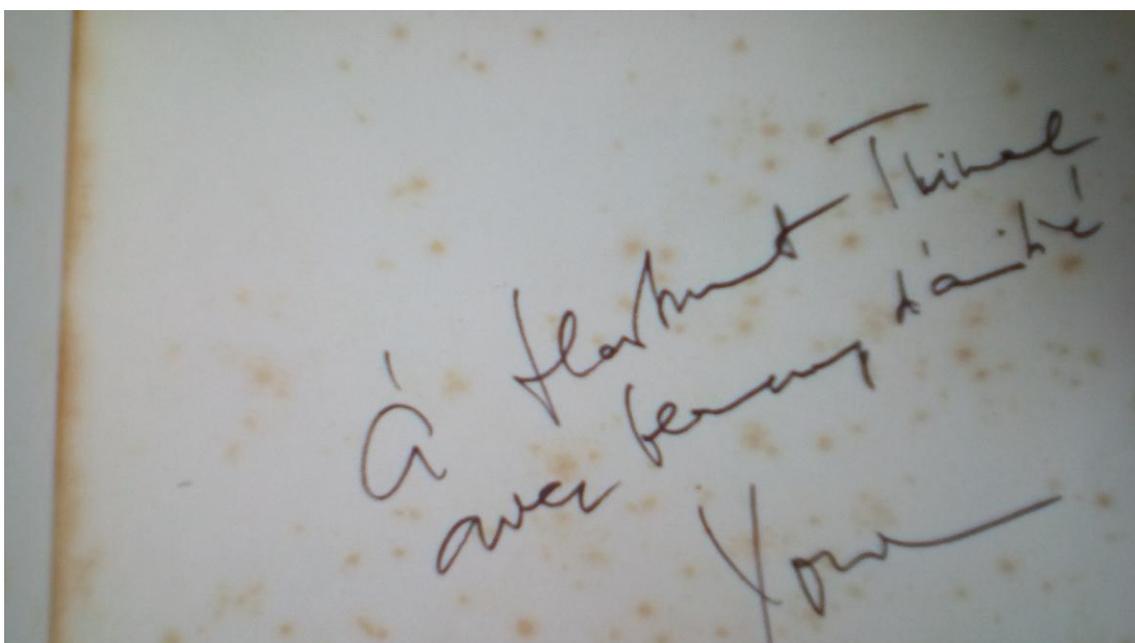


Figura 1: Dedicatória de Yona Friedman para Hartmut Thimel no livro *Pour l'architecture scientifique*. Foto do autor. Arquivo do autor.

2 O autor teve contato com a arquiteta francesa Florence Coderc (2010), com experiência na reestruturação de espaços públicos, reparcelamento e reconstrução de bairros degradados, que realizou melhorias no conjunto.

Sobre sua vinda para o país, em suas próprias palavras em depoimento à revista O Cruzeiro:

na Europa o Brasil é o sonho de muita gente. Desde a infância eu queria, por exemplo, conhecer o Amazonas. Quando trabalhava em Paris, escrevi para a Embaixada do Brasil na Alemanha, dando conta de minha disposição. De posse de meu curriculum vitae, o embaixador propôs uma bolsa de estudos para mim, pelo Itamarati, que foi concedida. Cheguei ao Brasil em 1968 e comecei a trabalhar com Oscar Niemeyer, que eu já conhecia de um encontro em Atenas, num congresso (THIMEL apud FEIJÓ, 1972).

Não é necessária muita perspicácia para intuir que o interesse em vir para o Brasil, provavelmente, tinha mais relação com as atividades profissionais de Thimel na época, portanto, em um eventual interesse pela obra de Oscar Niemeyer; do que com alguma fantasia da infância sobre o Amazonas.

Para além destes dados e informações, foi possível ainda identificar a relação de amizade de Thimel com o arquiteto brasileiro Alberto Barboza (BARBOZA, 2021), que indicou sua participação na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, através de um convite destinado à *International Academy of Architecture*.

Uma longa amizade

De seu contato com Yona Friedman³ (figura 1), conseguimos alguns depoimentos, antes de seu falecimento recente, que transcrevemos quase integralmente a seguir, dada sua importância documental:

Hartmut Thimel me contactou no início dos anos 1960, pois ele estava muito interessado em meus escritos e especialmente no projeto da *Ville Spatiale*. Tínhamos uma boa relação. No final da década de 1960 visitei a América Latina pela primeira vez, e o encontrei então no Rio de Janeiro. Posteriormente, em todas as minhas visitas ao Brasil, nos encontrávamos. Ele estava tentando adaptar a *Ville Spatiale* [Vila Espacial] para o Brasil. Eu o encontrei pela última vez nos anos 1980, quando participava de um colóquio em São Paulo. Esta foi a última vez que nos encontramos. Ele ficou muito chateado com um projeto brasileiro de não me lembro quem, que propôs implantar a *Ville Spatiale*, ele achou que era uma plágio.

(...)

Achava Thimel um jovem arquiteto talentoso e dei-lhe conselhos práticos sobre a ideia e as técnicas do meu modelo (FRIEDMAN, 2019, depoimento por e-mail ao autor).

Em uma segunda oportunidade, o arquiteto detalhou alguns pontos anteriores, com relação às viagens ao Brasil:

3 Visto até hoje como um renovador e libertário. Ver a exposição “Yona Friedman: Democracia”, recentemente inaugurada no Memorial da Resistência em São Paulo.

Minha primeira visita ao Rio de Janeiro data de 1968 ou 1969. Fui convidado para fazer um seminário em Buenos Aires, e fiz uma pequena parada turística no Rio. Eu não tive nenhuma outra reunião, exceto o encontro com Hartmut Thimel, que eu já conhecia de Paris. Recebi muitas visitas de estudantes e jovens arquitetos de toda a Europa, e Thimel foi um deles, interessado na minha “Arquitetura Móvel” e principalmente na minha proposta da *Ville Spatiale*.

E continua:

Minha segunda visita, em 1975, foi organizada pelo Ministério das Relações Exteriores da França. Dei palestras no Rio, São Paulo, Brasília. Minha exposição “Uma Utopia Realizada”⁴, originalmente no *Musee d'Art Moderne* em Paris, foi enviada ao Brasil pelo Ministério. Consistia em um grande número de painéis com desenhos explicando o “autodesenho” de um grupo de trabalhadores que concebe o projeto de suas instalações.

(...)

A próxima visita foi, como você mencionou, em 1978. Fui convidado pelo Sr. Jungwirth, Secretário de Planejamento de São Paulo. Tive muitas discussões públicas e consultas oficiais, a respeito das favelas, vi São Paulo do helicóptero do Governador. Minha visita foi noticiada pela Folha de São Paulo em vários artigos. Desta vez, não vi Thimel. Conheci vários arquitetos e outras personalidades proeminentes. Ainda me lembro dos meus encontros com Paulo Freire, no projeto de pedagogia popular, que acompanhei naquele período com a Unesco[...] (FRIEDMAN, 2019, depoimento por e-mail ao autor).

Nesse sentido, o contato entre Thimel e Friedman se estendeu desde Paris, passando pelas décadas de 1960 até 1980, quando da última visita deste último ao Brasil. Esse longo contato entre os dois talvez tenha sido importante para a “transformação” de Hartmut Thimel, posto que, como o próprio Yona Friedman comenta a respeito de sua exposição “Utopias Realizáveis”, ele estava interessado na questão da “autoconstrução”, na participação do usuário na realização de sua própria arquitetura.

Produção arquitetônica

A pesquisa em curso cobre, assim, desde as primeiras propostas “europeias” de Hartmut Thimel para a expansão das cidades do Rio de Janeiro e Niterói, associadas ao *Team X* e aos “metabolistas” japoneses – grupos de vanguarda renovadores dos preceitos e paradigmas do Modernismo Arquitetônico – e expostas no Museu de Arte Moderna carioca (MAM-RJ) em 1972 e na primeira Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo (BIA-SP), um ano depois, em 1973; passando pela colaboração no escritório de Oscar Niemeyer, com sua opção definitiva pelo Brasil e pelo Rio de Janeiro; a docência na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Curso de Pós-

4 Transformada em livro (FRIEDMAN, 1977).

Graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE)⁵; até sua conversão aos problemas do cotidiano, aproximando-se do tema da habitação popular e dos mutirões; transformando-se em tocador de cuíca e ator de movimentos de cidadania (Associação dos Moradores do Leme⁶).

Nessa direção, posto que o início de seu percurso brasileiro pode ser assinalado com as exposições no MAM-RJ e na BIA-SP, representando seu começo vanguardista; e, uma vez que se propõe a recuperação historiográfica de sua trajetória, optou-se aqui por incorporar considerações voltadas para o entendimento de como o arquiteto passará a enfrentar os temas do cotidiano, como balizamento para discutir o segundo momento da produção de Hartmut Thimel, voltado basicamente aos temas da habitação popular.

Dos projetos “vanguardistas” para o Rio de Janeiro e Niterói – *Projeto Rio de Janeiro 1968-1969* (figuras 2 e 3), finalista do *Grand Prix International d’Urbanisme et d’Architecture* de 1970, na cidade francesa de Cannes – pode-se destacar, por um lado, o amplo esforço científico, utilizando recursos estatísticos para estimar o crescimento populacional e para a previsão do tráfego de acordo com a malha urbana. Esta abordagem enquadra-se no panorama mais amplo das pesquisas “prospectivas”, fenômeno científico-intelectual francês que transborda para a arquitetura, através da criação do Grupo Internacional de Arquitetura Prospectiva, GIAP, em 1965, por Michel Ragon e outros (BUSBEA, 2007).

De outro lado, a mescla proposta por Thimel era uma espécie de conciliação entre uma trama horizontal geométrica, que, enquanto espécie de pesquisa “coletiva” naqueles anos de renovação das ideias-força da arquitetura e do urbanismo modernistas, culminaria na definição da tipologia do *mat-building*, proposta pelo casal de arquitetos ingleses, fundadores do *Team X*, Alison e Peter Smithson (SMITHSON, 1974); com concepções semelhantes aos projetos do arquiteto metabolista japonês Kenzo Tange, em sua proposição para a baía de Tóquio, no início da década de 1960. Em outras palavras, se o *mat-building* propunha uma expansão (urbana) essencialmente horizontal, Tange e Thimel (figuras 2 e 3) utilizam raciocínios de base formal-geométrica similares associados a torres verticalizadas.

5 Origem do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR).

6 Informação no Jornal do Brasil de 25/8/87, 1º Caderno, p. 12a.

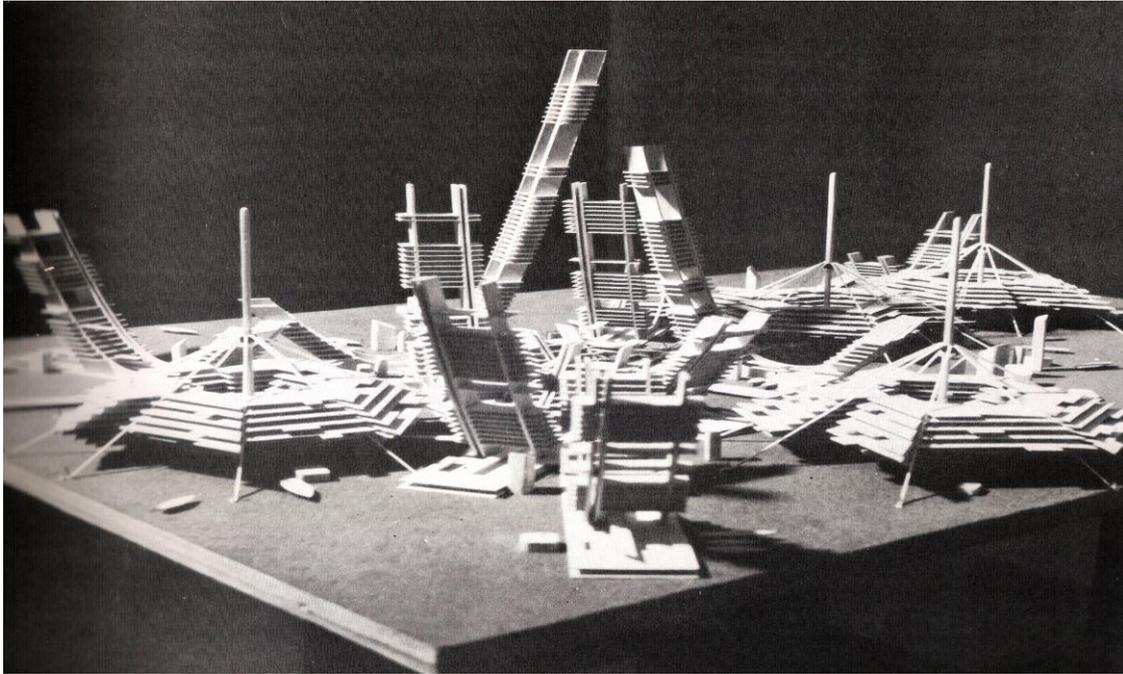


Figura 2: Projeto de Hartmut Thimel para o Rio de Janeiro, notar a influência “metabolista”, principalmente de Kenzo Tange. Fonte: Thimel (1972).



Figura 3: Hartmut Thimel. Fonte: Thimel (1972).

Uma listagem de suas obras poderia ser dividida entre colaborações e projetos individuais. Dentre as colaborações (A), constam, segundo informações do próprio arquiteto em seu currículo resumido constante no final do catálogo de sua exposição no MAM-RJ (THIMEL, 1972):

- com Helmut Heinrich e Hubert Petschnigg na Alemanha: Edifício Thyssen em Düsseldorf (1958-1964);
- com A. K. Kitsikis (Antonis Kitsikis?) na Grécia: residências em Atenas (1962);
- com Candilis, Josic e Woods (1965-1967) na França: colaborador no famoso projeto do conjunto habitacional Toulouse le Mirail, entre outros;
- com Oscar Niemeyer no Rio de Janeiro: plano urbanístico para a Barra da Tijuca; Hotel Nacional.

B) Projetos individuais (urbanismo):

- Projeto Rio de Janeiro 1968-1969, finalista do *Grand Prix International d'Urbanisme et d'Architecture* de 1970;
- *Desenvolvimento do Sul de Minas*, Secretaria Estadual de Planejamento de Minas Gerais;

C) Projetos individuais (habitacionais):

- Santíssimo, Rio de Janeiro;
- Morro Santa Marta, Rio de Janeiro;
- Conjunto Boa Vista, Vila Velha, ES;
- Bairro popular Gorduras, Belo Horizonte, MG;
- Projeto do bairro Aero-Rancho, Campo Grande, MS

A pesquisa em curso ainda está em fase de identificação destes projetos. Os projetos em colaboração são de difícil identificação, já que a autoria fica vinculada normalmente ao arquiteto ou arquitetos principais. Já nos projetos individuais, além do Projeto Rio de Janeiro 1968-1969, finalista do *Grand Prix International d'Urbanisme et d'Architecture* de 1970, exposto no MAM-RJ e na Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo e nos respectivos catálogos (THIMEL, 1972; BIENAL, 1973), publicado ainda em revistas como a brasileira *Módulo*, de propriedade de Oscar Niemeyer, e a internacional *Architecture Contemporaine*; foi realizada pesquisa sobre o Conjunto Boa Vista, em Vila Velha, no Espírito Santo, de fato realizado, mas no qual não foi possível ainda comprovar a participação de Hartmut Thimel.

Caso e acaso

Como propõe Carlo Ginzburg (2021), ao discutir as reverberações entre “caso” e “acaso”, a análise de um caso anômalo pode funcionar como algo fundamental para entender a norma, por subentendê-la, e sua transgressão. Jean-Claude Passeron e

Jacques Revel (2005), ao tratar da casuística, do pensar através de singularidades, chamam a atenção, por exemplo, para o fato de que “a Mediterraneidade de Braudel constitui um caso tanto quanto os objetos dos micro-historiadores (questão de escala)” (p. 11).

Para Raymond Williams (1993) determinadas “formações mentais” da primeira vanguarda europeia, como as ideais de distância e estranhamento, devem sua matriz a uma geração de imigrantes “provincianos” (Apollinaire, Picasso, Gris) em direção às grandes capitais imperiais. Hartmut Thimmel vem das grandes capitais imperiais para a província – província *sui generis*, uma vez que do ponto de vista da arquitetura, naquele momento, anos 1960, atua como “polo metropolitano” – inverte, assim, em sua própria trajetória, estas mesmas formações da vanguarda (distância e estranhamento), enraizadas na experiência estética modernista, já então amplamente disseminada.

Portanto, há uma inversão das formações mentais de base da vanguarda arquitetônica, presentes em suas propostas iniciais, isto é a “distância” e o “estranhamento” de suas visões urbanas “futurísticas” para o Rio de Janeiro, eivadas dos conceitos do metabolismo japonês e da pesquisa prospectiva francesa, em direção a aspectos que poderíamos apontar como estando no polo oposto, como as noções proximidade e reconhecimento: o arquiteto sobe, literalmente, o morro, a favela e, no contato com essa nova realidade e as pessoas que a fazem reconhecer/ incorpora as formações (mentais, culturais, físicas) populares, entendendo-as como de interesse para o diálogo entre projetista e usuário (figura 4), de modo similar ao caminho indicado pela obra de Yona Friedman.

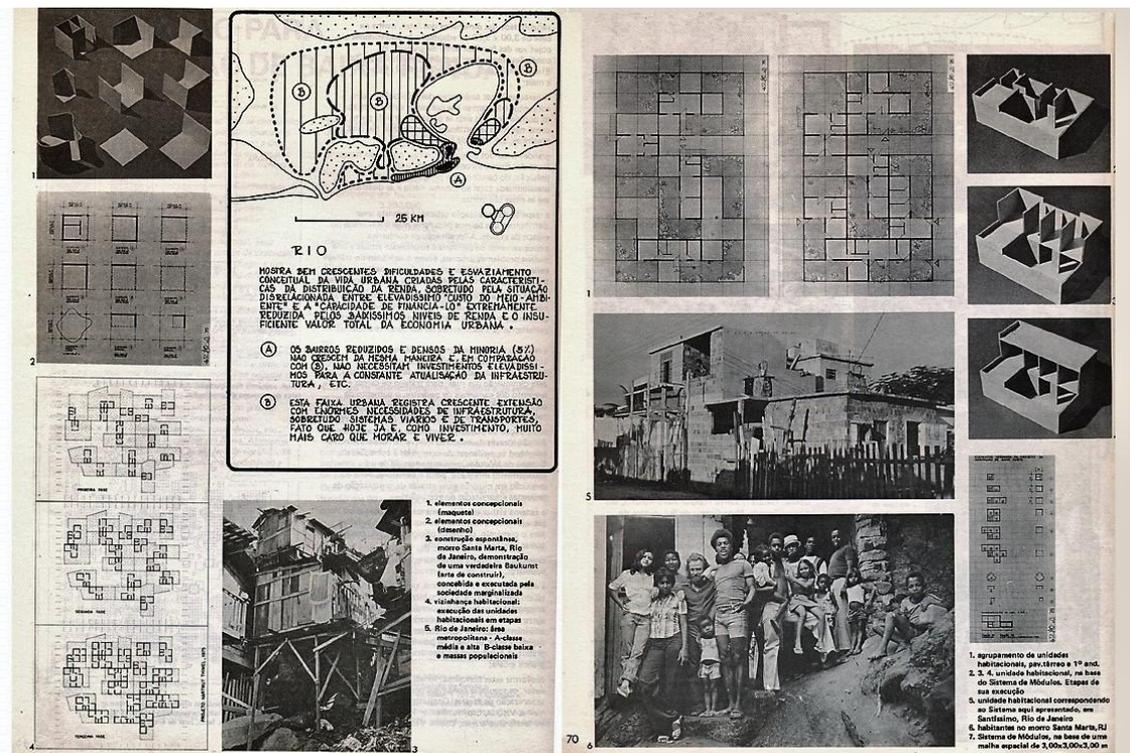


Figura 4: Proposta de Hartmut Thimel para habitação social publicada na revista Módulo n. 81 (1984).

Da vanguarda europeia ao cotidiano da realidade brasileira, a trajetória de Hartmut Thimel é exemplar, ainda, no sentido da pouca explorada “onda migratória” de profissionais de arquitetura em direção ao Brasil, na segunda metade do século XX, em função da fama atingida mundialmente pela nossa arquitetura moderna. Tal fenômeno será exemplificado a seguir pela discussão sobre os fluxos (migratórios, culturais, arquitetônicos) entre Brasil e Portugal no período.

Fluxos Norte-Sul

A projeção internacional da arquitetura moderna brasileira, a partir de meados da década de 1940, relaciona-se estreitamente com a exposição *Brazil Builds*, organizada pelo Museu de Arte Moderna (MoMA) de Nova Iorque, em 1943. O livro-catálogo resultante dessa exposição, intitulado *Brazil Builds: Architecture New and Old 1652-1942* (GOODWIN, 1943), abriu caminho para uma ampla disseminação das realizações arquitetônicas no Brasil, alcançando não só os principais centros do hemisfério norte, como também a África e a Austrália. Um dos fluxos mais estudados nos últimos anos (MATOS e RAMOS, 2005; MILHEIRO, 2005; NOGUEIRA, 2020; PEREIRA, 1996; ROCHA, 2020; SCOTTÁ, 2017; TOSTÕES, 1997), são os resultantes do interesse de uma geração de arquitetos portugueses pelas realizações do nosso modernismo

arquitetônico (SANCHEZ, 1949) – que usaremos aqui para evidenciar o fato de que a trajetória de Hartmut Thimel insere-se em um fenômeno (i)migratório maior, ainda por ser investigado em suas consequências mais amplas.

Nessa direção, segundo, por exemplo, Ana Tostões (1997), a divulgação da produção arquitetônica moderna brasileira terá repercussão determinante na construção de um novo ideário moderno em Portugal. De acordo com Ana Vaz Milheiro (2005), o referido catálogo de *Brazil Builds* chega em Portugal por volta de 1945 e se torna referência para os arquitetos em solo português – sendo, por exemplo, o primeiro livro adquirido para a Biblioteca da Escola de Belas Artes do Porto, atual Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Ainda segundo a pesquisadora portuguesa, seria possível identificar, historicamente, três processos interligados que relacionam as culturas arquitetônicas brasileira e portuguesa: “Um tempo de colonização, uma ruptura que conduz à independência brasileira e, finalmente, a afirmação de uma nacionalidade” (p.13). O último processo indicado representa o período de projeção internacional de nossa arquitetura, representada por Oscar Niemeyer, Lucio Costa e outros, na direção de uma possível inversão no sentido dos fluxos e intercâmbios culturais entre os hemisférios norte e sul.

Vale citar ainda a atuação de Oscar Niemeyer em Portugal, com uma obra construída e três projetos não executados: datado de 1976, o Casino Park Hotel, construído no complexo turístico do Funchal, na ilha da Madeira, foi executado pelo arquiteto português Viana de Lima; quanto aos projetos não executados há: o projeto solicitado em 1965 para o Empreendimento Turístico de Pena Furada, no Algarve, também em colaboração com Viana de Lima; a Sede da Fundação Luso-Brasileira, projeto realizado em 1991 para Lisboa; e, mais recentemente, a Sede da Fundação Luso-Brasileira, projeto realizado em 1991 para Lisboa; e o projeto do Museu de Arte Contemporânea de Ponta Delgada, na ilha açoriana de São Miguel, encomendado em março de 2010 (NOGUEIRA, 2020).

Se nomes como os dos arquitetos portugueses Viana de Lima, Sergio Fernandez, Frederico Jorge, Carlos Ramos e, um pouco mais tarde, o fundamental Fernando Távora visitam o Brasil no período; outros como Nadir Afonso (com Oscar Niemeyer), Eduardo Anahory (com Niemeyer, Sérgio Bernardes, Afonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira e os irmãos Roberto) e Maurício de Vasconcellos (com Bernardes e Vilanova Artigas) colaborarão com arquitetos brasileiros.

Mais significativo, entretanto, será um terceiro ramo, com nomes como os de Delfim Amorim e Francisco da Conceição Silva, com carreiras já iniciadas em Portugal, que optam por residir de modo definitivo no país, de maneira similar, portanto, a Hartmut Thimel. Indício claro, no parece, de fenômeno ainda pouco examinado, a saber, a transferência permanente ou provisória de profissionais para o Brasil, em busca do contato com nossos grandes mestres modernistas.

Considerações finais

Como dito inicialmente, a trajetória *sui generis* de Hartmut Thimel, desde sua imigração para o país no final dos anos sessenta, até sua opção por permanecer em terras brasileiras, constitui um exemplo de um fenômeno pouco abordado na historiografia de arquitetura no Brasil, a saber, a “onda migratória” de profissionais de arquitetura em direção ao país, na segunda metade do século XX, em função da fama atingida mundialmente pela nossa arquitetura moderna. Como se procurou mostrar, tal fenômeno é evidenciado pelos fluxos (i)migratórios, culturais e arquitetônicos entre Brasil e Portugal no período.

O “caso anômalo” de Hartmut Thimel, portanto, ilumina não só a transgressão da regra, sua própria trajetória analisada aqui, como a própria “regra”, isto é, sua inserção no fluxo maior de migrações/ imigrações comentado no parágrafo/ seção anteriores.

Nessa direção, a identificação de uma “onda migratória” e seus fluxos serve de guia para uma investigação da circulação de ideias e discursos (arquitetônicos) entre os hemisférios Norte e Sul, dando conta de uma inusual inversão do sentido de transferências culturais.

Desde o “frio Norte” da vanguarda internacional até sua “conversão” ao “Sul tropical” do cotidiano brasileiro, e lembrando sua atuação para além do tema da habitação popular e dos mutirões, com sua transformação em tocador de cuíca nas escolas de samba cariocas e participante ativo de movimentos sociais e de moradores, a trajetória de Hartmut Friederich Rudolf Thimel opera uma verdadeira inversão das formações mentais da vanguarda europeia, presentes em suas propostas iniciais, tais como as noções de “distância” e “estranhamento”, em direção a aspectos que apontamos como opostos, através da ideia de proximidade e reconhecimento – proximidade das comunidades do morro e da favela, e o reconhecimento das formações culturais e físicas populares como de interesse para o arquiteto.

Referências:

BIENAL ARQUITETURA. *1ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo – catálogo*. São Paulo. 1973.

BUSBEA, Larry. *Topologies: the urban utopia in France, 1960-1970*. Cambridge Mass./ Londres: Massachusetts Institute of Technology Press, 2007.

FEIJÓ, Atenéia. “Um plano para o Rio do futuro”. *O Cruzeiro* n. 6, 9 fevereiro de 1972.

FRIEDMAN, Yona. *Pour l'architecture scientifique*. Paris: Pierre Belfond, 1971.

_____. *Utopias realizáveis*. Lisboa: Soiocultur, 1977.

GOODWIN, Philip. *Brazil, Architecture New and Old 1652-1942*. New York: The Museum of Modern Art, 1943.

JORNAL DO BRASIL. *Primeiro Caderno*, p. 12a, 25 de agosto, 1987.

MATOS, Madalena Cunha, RAMOS, Tânia Beis. Recepção da arquitetura moderna brasileira em Portugal – registros e uma leitura. *Anais do 6º Seminário DOCOMOMO no Brasil*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

MILHEIRO, Ana Vaz. *A Construção do Brasil: relações com a cultura arquitetônica portuguesa*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto publicações, 2005.

NOGUEIRA, Ana Paula. *Intercâmbios culturais entre brasil e portugal no século xx: a influência em terras lusitanas da arquitetura moderna brasileira*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

PASSERON, Jean-Claude, REVEL, Jacques. *Penser par cas – raisonner à partir de singularités*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.

PEREIRA, Nuno Teotônio. A influência em Portugal da Arquitectura Moderna Brasileira. *Escritos*, Porto, 1996, pp. 298-305.

ROCHA, Ricardo. *Livros, leituras e bibliotecas: história da arquitetura e da construção luso-brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 2020..

SANCHEZ, Formosinho Sebastião. *Arquitetura Moderna Brasileira, Arquitectura Moderna Portuguesa*. *Arquitetura* v. 29, Lisboa, 1949, pp.17-30.

SCOTTÁ, Luciane. *Brazil Builds: Releitura Crítica*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto – Tese de Doutoramento em Arquitectura coorientada pelo autor.

SMITHSON, Alison. “How to recognise and read mat-building”. *Architectural Design* setembro, 1974.

THIMEL, Hartmut R. F. *Hartmut Thimel – catálogo da exposição do arquiteto*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 1972.

TOSTÕES, Ana. *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto publicações, 1997.

WILLIAMS, Raymond. *The Politics of Modernism: against the new conformists*. Londres/ Nova Iorque: Verso, 1993.

Depoimentos

BARBOZA, Alberto. Depoimento ao autor, 2021.

FRIEDMAN, Yona. Depoimentos por e-mail ao autor entre maio-outubro, 2019.

Conferências

CODERC, Florence. “Reestruturação de Zonas Urbanas Sensíveis – a Experiência Francesa”. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2010.

GINZBURG, Carlo. "História do Mundo e Micro-história". *IV Seminário Internacional Micro-História, Trajetórias e Imigração*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 25 de maio de 2021.

Revistas

Architecture Contemporaine

Galeria de Arte Moderna (GAM)

Módulo

O Cruzeiro

As fronteiras invisíveis do futebol: as transferências de jogadores brasileiros para clubes do exterior (1980-1990)

Victor Brandão de Oliveira¹

Um dos aspectos de destaque do esporte é a sua transnacionalidade. Segundo Pascal Boniface, o futebol é "o estágio supremo da mundialização" (2002, p. 11), apresentando-se como um laboratório privilegiado de análise dos fenômenos globais. Desse modo, dentre as diversas facetas e eventos que podem ser examinados a partir do prisma da globalização, o presente artigo pretende analisar as transferências de jogadores brasileiros — especificamente aqueles com passagem pelo selecionado nacional — para clubes do exterior, sobretudo os italianos, a partir da década de 1980, a fim de investigar a constituição de um processo migratório que, posteriormente, estabeleceu o Brasil enquanto um país exportador no mercado futebolístico internacional.

Para tanto, cabe destacar que da realização da primeira Copa do Mundo de futebol em 1930, até a décima primeira edição do torneio, em 1978, a seleção brasileira havia entrado em campo com apenas um atleta pertencente a um clube estrangeiro, ainda em 1934,² ou seja, em um contexto socioeconômico e político completamente distinto daquele presente nos anos oitenta. Contudo, a partir do campeonato de 1982, iniciou-se uma fase de transformação nos quadros do selecionado nacional. A cada nova edição da competição, o número de atletas que atuavam em outros países aumentava, de modo que na Copa do Mundo de 1990, dos onze jogadores da equipe considerada titular, nove pertenciam a clubes do exterior.

Para que seja possível compreender as condições que proporcionaram a expansão das transações de jogadores brasileiros no comércio internacional, torna-se necessário retroceder ao princípio daquilo que ficou conhecido como "a crise do futebol brasileiro". De acordo com o sociólogo Ronaldo Helal e o antropólogo Cesar Gordon:

... próximo do final do século XX, particularmente a partir de fins da década de 70, se começa a falar de uma 'crise' no futebol brasileiro. Essa crise manifesta-se, por exemplo, na queda progressiva do número de espectadores das partidas de futebol, no aumento da violência nos estádios (principalmente entre as chamadas 'torcidas organizadas'), na evasão de jogadores para o exterior e no crescente endividamento dos clubes. (HELAL e GORDON, 2002, p.37)

¹ Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante do Laboratório de História do Esporte da UFRJ. E-mail para contato: victorbrandoliveira@gmail.com.

² No Mundial de 1934, o jogador Rodolfo Barteczko, mais conhecido como "Patesko", foi convocado enquanto atuava pelo Club Nacional de Football, do Uruguai.

Assim, Helal e Gordon apontam para a configuração de uma crise estrutural que afetava diretamente o sistema organizacional do próprio futebol brasileiro. Os problemas sociais, político-administrativos, econômicos e técnicos³ que, em suma, permeavam as bases do esporte de maior apelo nacional, passaram a incidir diretamente sobre os clubes brasileiros.

Apesar de atingir o ápice da glória ao conquistar sua terceira Copa do Mundo em 1970, após vencer a Itália por 4x1 na final, o futebol brasileiro ainda era bastante contestado, principalmente pela imprensa esportiva que exigia uma modernização de suas bases e demandava a organização de um campeonato efetivamente nacional. Cabe destacar que, em décadas anteriores, houve a realização de algumas competições inter-regionais, como o Torneio Rio-São Paulo (1933-1966), a Taça Brasil (1959-1967) e o Torneio Roberto Gomes Pedrosa (1967-1970), porém, foi apenas em 1971, com um projeto aprovado sob a tutela do Estado, que foi criado um campeonato brasileiro reunindo equipes de diversas regiões do país.

Entretanto, tendo em vista os interesses do governo militar — que naquele momento desenvolvia seu projeto de integração nacional — sobre o torneio, em pouco tempo foi possível notar sua ampliação e apropriação para outros fins. De acordo com o historiador Daniel Vinicius Ferreira, ao desenvolverem o projeto do campeonato nacional "não houve apenas uma integração no plano esportivo do futebol brasileiro (ou no campo da imprensa e das torcidas associadas a ele), mas a própria esfera política combinou-se naquele movimento" (FERREIRA, 2018, p.90). Assim, a relação estabelecida entre o Estado e o futebol⁴ teria influência direta na organização desse esporte no Brasil.

A partir de 1975, com a eleição do almirante Heleno Nunes para a presidência da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), os sintomas da crise se tornaram ainda mais visíveis. Desse momento em diante, o campeonato brasileiro passaria por uma reformulação, visando a interiorização do torneio, haja vista o plano de integração nacional do regime militar. Por consequência, se no ano em que Nunes assumiu o cargo o campeonato já contava com 40⁵ equipes, esse número foi aumentando progressivamente: 54 clubes, em 1976; 62 clubes, em 1977; 74 clubes, em 1978; chegando a incríveis 94 clubes em 1979.

Desse modo, ainda que os setores envolvidos no âmbito esportivo demandassem, no início da década de 1970, a organização de um campeonato nacional a fim de buscar a própria

³ Segundo Helal e Gordon, os "problemas técnicos" são representados pela falta dos grandes craques das décadas anteriores, como Pelé e Garrincha, em associação ao êxodo dos melhores jogadores em atividade no país, que se deu, sobretudo, na década de 1980.

⁴ Sobre os diferentes momentos em que o Estado brasileiro interferiu e até mesmo comandou o processo de organização esportiva, ver: PRONI, 2000.

⁵ Em sua primeira edição, em 1971, o campeonato brasileiro era mais restrito, possuindo apenas 20 equipes, ampliando-se nos anos seguintes. Entretanto, sob a administração de Heleno Nunes, houve uma expansão categórica do torneio, simultânea à diminuição da média de público pagante nos estádios.

modernização do futebol, nota-se que seus fins foram corrompidos a partir do envolvimento político estatal e anti-profissional, que ao invés de promover o desenvolvimento dos clubes e do próprio jogo, atuava na base de interesses exteriores.

Assim, ao final dos anos setenta, a desorganização presente no futebol brasileiro o colocava em um círculo vicioso: com o aumento de clubes no campeonato nacional, ocorriam cada vez mais jogos deficitários, o que contribuía para o êxodo dos melhores jogadores, gerando, portanto, uma falta de identidade por parte dos torcedores e, por conseguinte, a queda de público nos estádios. Cabe destacar ainda que o processo de crise no esporte foi acompanhado por uma crise econômica que também afetava os agentes envolvidos no meio esportivo, como aponta Helal: "A administração esportiva baseada em um ethos amadorístico somada à crise econômica do país impediam os clubes de sobreviverem sem a venda de seus craques" (HELAL, 1997, p.76).

Porém, com o fim da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) em 1979 e o surgimento de uma instituição destinada apenas aos assuntos do futebol, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), introduziu-se, a partir de 1980, uma reformulação na própria estrutura do jogo. Buscava-se assim, um método mais moderno para gerir o esporte, haja vista as novas demandas que se apresentavam tanto interna, uma vez que os clubes, jogadores e torcedores passavam a sentir cada vez mais as consequências da crise que se alastrou no decorrer da década de 1970, quanto externamente, devido aos efeitos do processo de globalização cada vez mais visíveis.

Contudo, apesar das iniciativas adotadas pela CBF, como o enxugamento do campeonato nacional, que em 1980 diminuiu seu número de participantes para 44⁶ clubes, tornaram-se ainda mais evidentes os efeitos da crise do futebol brasileiro — agravada no início dos anos oitenta pela recessão econômica —, principalmente pela comparação estabelecida com outros países da Europa. Segundo Marcelo Proni, tornara-se um consenso que, no decorrer da década de 1970, "aumentara a defasagem da estrutura profissional do futebol brasileiro em relação à do futebol europeu" (PRONI, 2000, p.148).

1980: o princípio de um mercado futebolístico global e as transferências de jogadores

Em 1980, ao mesmo tempo em que a Confederação Brasileira de Futebol estabelecia mudanças em seu modelo de gestão, outros fatores externos passaram a impactar não apenas as relações estabelecidas entre os clubes, torcedores, jogadores e dirigentes, como também

⁶ Em contrapartida aos 94 que tiveram participação no campeonato brasileiro de 1979

reforçaram as demandas por uma organização mais profissional desse esporte no Brasil.

Em "A parte que te cabe neste latifúndio: o futebol brasileiro e a globalização", o historiador Marcos Alvito parte da definição de globalização oferecida pelo sociólogo Anthony Giddens:

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. (GIDDENS, 1991, p. 69).

Para analisar o impacto desse processo no desenvolvimento do futebol brasileiro no final do século XX e início do XXI. Alvito, assim, examina o papel destinado ao Brasil em um mercado de trabalho mundial para jogadores, definindo o país como um formador e fornecedor de "pés-de-obra". Desse modo, o historiador aponta, sem nomear, para o mesmo fenômeno que Milton Santos classificou de "globalização como fábula", enfatizando que o processo de formação do mundo global, vivenciado com maior intensidade a partir da década de 1980, ainda que baseado em um discurso que se pretende uniforme, é também capaz de acentuar as desigualdades já existentes, assim como estabelecer e revelar outras.

Entretanto, é necessário destacar que as transferências de jogadores brasileiros para clubes do exterior ocorriam desde o início do século XX, e as razões que levaram esses atletas a abandonarem o Brasil devem ser encaradas a partir de diferentes contextos, uma vez que se transformaram com o passar dos anos, assim como o próprio futebol. Na década de 1930, por exemplo, quando o principal debate acerca do futebol no país percorria entre o amadorismo e o profissionalismo, muitos jogadores se encaminharam para o exterior. Fosse pelos vínculos familiares, pela possibilidade de ascensão social, ou até mesmo pela simples garantia de um salário,⁷ diversos foram os fatores que motivaram esses atletas a emigrarem.

Em contrapartida, no período posto em análise neste artigo, o futebol brasileiro era outro, assim como as próprias razões que influenciaram tanto os clubes como os jogadores a recorrerem ao mercado internacional. De acordo com Proni:

No início da década de oitenta, o fato mais marcante, do ponto de vista econômico, foi os clubes terem sido arrastados pela recessão econômica para uma situação financeira extremamente precária, forçando a maioria deles a se desfazerem de parte importante de seu patrimônio líquido: os 'passes' de seus melhores atletas. (PRONI, 2000, p.148)

⁷ No Brasil, até a regularização do profissionalismo na década de 1930, os jogadores atuavam sob regime amadorístico, ou seja, não recebiam salários. Apesar disso, desde a década de 1920, muitos clubes de elite adotaram o "profissionalismo marrom", oferecendo aos jogadores, sobretudo os de classes populares, um pagamento pelas partidas realizadas.

Percebe-se, portanto, que os sintomas dos problemas estruturais na organização do futebol, em conjunto com a crise econômica, que se prolongaria no decorrer da década de 1980, introduziram uma nova situação que passaria a ser cada vez mais comum à dinâmica do futebol: o êxodo dos principais jogadores para clubes estrangeiros, principalmente os europeus.

Apesar da profissionalização ser permitida no Brasil desde 1933, foi apenas em 1976 que o governo aprovou a Lei nº 6.354/76 que tratava especificamente das relações de trabalho do atleta profissional, a fim de garantir-lhe melhores condições, embora colocasse definitivamente o "passe"⁸ em vigor. Desse modo, em finais dos anos setenta e início da década de 1980, para além das mudanças supracitadas que afetavam a organização do futebol, desenvolveu-se uma legislação envolvendo a própria classe dos atletas, que cada vez mais tomavam conhecimento de seus direitos enquanto trabalhadores.

Porém, deve-se ressaltar que para além das questões internas que proporcionaram as condições para o desenvolvimento do processo migratório, outros dois motivos merecem a devida atenção: a própria disposição dos jogadores para atuar no exterior, tendo em vista a possibilidade de garantirem uma independência financeira; e a consolidação de um mercado futebolístico internacional com uma gradual diminuição das restrições, o que possibilitou a comercialização desses atletas.

Ao traçar um panorama histórico das transferências de jogadores brasileiros para clubes do exterior, examinando, sobretudo, as motivações desses atletas, o jornalista Paulo Vinicius Coelho iniciou sua obra, "Bola Fora: A história do êxodo do futebol brasileiro", narrando a principal transação que marcou o início dos anos oitenta, a de Paulo Roberto Falcão, que se relaciona diretamente com os dois fatores levantados no parágrafo anterior. Como relata Coelho, na abertura do primeiro capítulo de seu livro: "Falcão queria ir" (2009, p.14).

Em sua dissertação de mestrado "Os gênios da pelota: um estudo do futebol como profissão", o antropólogo Ricardo Benzaquen de Araújo analisa, através de um grupo característicos de jogadores de futebol, as representações que esses agentes possuem a respeito de sua profissão. Assim, ao perceber esse segmento enquanto um "mercado de trabalho extremamente específico" (1980, p. 2), Araújo busca compreender quais são os

⁸ O passe era um mecanismo utilizado pelos clubes desde a primeira metade do século XX, contudo, foi estabelecido em lei apenas em 1976. A partir do Art. 11 da Lei nº 6.354/76 : "Entende-se por passe a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término, observadas as normas desportivas pertinentes". Revogado em 1998, o "passe" era considerado um dispositivo que subjugava os atletas às deliberações de seu empregador.

principais elementos que afetam esses atletas. Dessa forma, partindo de uma perspectiva individualista, o autor identifica no discurso de seus entrevistados a necessidade de um rápido acúmulo de capital⁹ como garantia de uma independência financeira no futuro. Desse modo, as propostas advindas dos mercados futebolísticos estrangeiros, passaram a exercer um enorme fascínio sobre os jogadores. Como relata um dos entrevistados, ao atuar no exterior é possível ganhar "em três anos o que não ia ganhar em dez"...'pois meu salário, se a gente comparar com o que ganham os jogadores europeus é uma miséria, não vale nada" (ARAÚJO, 1980, p. 8).

Logo, quando Paulo Vinicius Coelho aponta para o fato de que "Falcão queria ir", deve-se ressaltar que grande parte dessa motivação provinha da possibilidade futura de assegurar uma independência financeira. Em 1979, na época em que conquistou o tricampeonato nacional com o *Sport Club Internacional*, Falcão já recebia um dos maiores salários do futebol brasileiro, entretanto, a proposta oferecida pelo clube italiano *Associazione Sportiva Roma* soava como irrecusável, tanto para o atleta quanto para o seu próprio time.¹⁰ No período em que os grandes craques do selecionado nacional ainda permaneciam no país, a venda de Falcão serviu como um anúncio do que viria pela frente e, sobretudo pelo poderio financeiro demonstrado pela concorrência, pode-se dizer que assustou os demais clubes brasileiros.

Para compreender o início dessa investida dos clubes italianos, é necessário ressaltar que a configuração de um mercado futebolístico internacional não ocorreu de maneira homogênea, muito menos repentina. Dessa forma, ainda que o futebol profissional possuía uma entidade internacional¹¹ responsável por sua administração, cada país, a partir de suas federações, é capaz de criar uma legislação própria a fim de regular as trocas e vendas de atletas tanto interna quanto externamente.

Assim, em "Calcio: A History of Italian Football", ao examinar as mudanças que ocorreram no futebol italiano ao longo do século XX e início do XXI, o historiador John Foot aponta para o fato de que entre 1966 e 1980, as fronteiras do país permaneceram fechadas para jogadores estrangeiros. Com o intuito de fortalecer sua seleção e melhorar o desempenho

⁹ Cabe destacar que a necessidade desse rápido acúmulo de capital parte também da própria especificidade que esse mercado carrega, uma vez que dificilmente um jogador consegue atingir vinte anos de atividade em alto nível, e também levando em consideração as adversidades previstas em suas carreiras: contratos curtos, lesões, queda de rendimento, não adaptação, etc;

¹⁰ O Internacional não tinha condições de competir com o Roma por Falcão. Coube ao clube do Rio Grande do Sul receber 1,5 milhão de dólares pelo "passe" do jogador — valor considerado extremamente alto à época e que se apresentava enquanto uma garantia de cofres cheios, haja vista a incipiente crise econômica que se instalava no Brasil.

¹¹ A Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA) atua como uma organização internacional, sem fins lucrativos, reguladora de diversas modalidades esportivas, sendo o futebol a principal delas.

em competições internacionais,¹² a Federação Italiana de Futebol (FIF), apesar das contestações de torcedores e dirigentes, passou a proibir a contratação de atletas de outros países. Porém, ainda que a reabertura tenha ocorrido em 1980, deve-se destacar que de início a federação estabeleceu certas restrições, de modo que nas duas primeiras temporadas (1980/81 e 1981/82), permitiram a atuação de apenas um jogador estrangeiro por clube, aumentando esse número para dois a partir de 1982/83.

No Brasil, o momento de reinserção dos clubes italianos no mercado futebolístico internacional coincidiu com um período de extrema desconfiança da população em relação ao regime militar, atrelado às seguidas manifestações que buscavam disseminar o debate a respeito da redemocratização. A conjuntura de profunda crise econômica — reforçada, principalmente, pela constante desvalorização do Cruzeiro — afetava diretamente as diversas esferas sociais do país. No âmbito esportivo, o futebol, que por muitos anos havia conseguido manter os principais jogadores da seleção atuando em times nacionais, passou a ser um mercado cada vez mais explorado pelos clubes europeus, sobretudo os italianos, que na busca por maiores atrativos para suas Ligas, encontravam alguns dos melhores jogadores atuando na América Latina.

Desse modo, ao se reposicionarem no mercado, os italianos, em sua primeira incursão, procuraram os brasileiros. Em 1980, além de Paulo Roberto Falcão, outros jogadores como: Luís Silvio Danuello, Enéas de Camargo e Juary Jorge dos Santos Filho, partiram em busca da independência financeira proporcionada pelos salários em dólares. Cabe destacar que, das dezesseis equipes italianas que disputaram a primeira divisão na temporada 1980/81, onze contrataram atletas estrangeiros, sendo quatro brasileiros, dois argentinos, dois holandeses, um irlandês e um austríaco. Percebe-se, portanto, uma preferência pelos brasileiros, que seria acentuada nas temporadas seguintes, principalmente em 1982/83, haja vista o bom desempenho do Brasil na Copa do Mundo de 1982 e a possibilidade dos clubes italianos contratarem até dois jogadores estrangeiros.

Embora não tenha afetado de maneira tão expressiva o número de atletas brasileiros que se transferiram para clubes do exterior, a reabertura do mercado italiano, em 1980, introduziu um novo problema ao futebol do Brasil. No decorrer da década de 1970, diversos fatores relativos ao aspecto organizacional do jogo, atrelados à uma emergente crise econômica no início dos anos oitenta, culminaram em uma crise estrutural do esporte,

¹² Desde que a Copa do Mundo voltara a ser disputada, em 1950, a Itália não conseguira passar da fase de grupos nas edições de 1950, 1954, 1962 e 1966, sendo eliminada nesta última de maneira vexatória para a Coreia do Norte. Além disso, em 1958, os italianos não conseguiram se classificar para a competição.

estabelecendo condições de compra favoráveis aos clubes estrangeiros que cada vez mais recorriam ao mercado futebolístico internacional. Até então, mesmo com as fronteiras de outros países abertas ao comércio, os principais jogadores da seleção tendiam a permanecer no Brasil — ainda que locais com um maior grau de profissionalização no âmbito esportivo, como a própria Itália,¹³ representassem um perigo constante aos clubes nacionais. Contudo, a reinserção dos italianos no mercado, em 1980, a frequente expansão de uma rede de comércio global e a possibilidade dos jogadores adquirirem sua independência financeira, junto à crise estrutural do futebol brasileiro, que colocava os clubes nacionais em desvantagens econômicas, tornaram propício o êxodo dos melhores jogadores para clubes do exterior.

O problema do êxodo, a seleção brasileira e as Copas do Mundo de 1982, 1986 e 1990

Como um evento aparentemente isolado, que ocorreu em um país da Europa, no outro lado do oceano atlântico, é capaz de gerar tamanha influência na configuração do futebol brasileiro? Para compreendermos os impactos da reabertura do mercado italiano na posição do Brasil no comércio internacional de jogadores, é necessário retornar à definição de Giddens, apontada por Marcos Alvito, do processo de globalização. Ao instituir uma intensificação nos contatos entre diferentes localidades, tal fenômeno é capaz de estabelecer uma relação entre eventos que ocorrem a muitos quilômetros de distância, conformando uma sólida rede de influências. Porém, seguindo a mesma retórica oferecida pelo sociólogo, Alvito alerta para o fato de que "a globalização não implica homogeneização, podendo significar a intensificação de desigualdades" (2006, p. 452), reforçando ainda que:

É lógico que a forma pela qual este processo mundial irá afetar o Brasil depende das próprias estruturas preexistentes do futebol brasileiro, anterior à intensificação das transformações geradas pela globalização. (ALVITO, 2006, p. 453)

Percebe-se que, mais cedo ou mais tarde, o Brasil sofreria as consequências da crise organizacional que se instalara nas bases de seu futebol nos anos anteriores. A principal questão é que isso aconteceu, e passou a ser sentido mais profundamente, no exato momento em que um dos países mais bem estruturados no âmbito esportivo regressou ao mercado.

É interessante notar que embora autores como Helal, Proni e até mesmo Alvito tenham

¹³ Em 1971, o atacante Eduardo Gonçalves de Andrade, conhecido popularmente como Tostão, campeão mundial com a seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970, quase foi contratado pela *Associazione Calcio Milan*, da Itália. De acordo com o ex-jogador, em seu livro "Tempos vividos, sonhados e perdidos: um olhar sobre o futebol", a negociação só não prosseguiu devido à proibição imposta pela federação italiana de futebol. Cabe uma reflexão: é possível que se o mercado italiano não estivesse fechado durante a década de 1970, o Brasil sofresse ainda mais cedo com o êxodo de seus melhores jogadores, alavancando profundamente sua crise.

dissertado a respeito dos moldes da crise do futebol brasileiro, assim como seu impacto nos clubes, dirigentes, torcedores e atletas, e apontado para as possíveis consequências do número crescente de transferências dos jogadores profissionais, eles não analisaram a própria estrutura do mercado em que tais agentes estão inseridos. Desse modo, em suas respectivas pesquisas, levantam que, muitas vezes, as causas que levaram os principais craques a deixarem o país se concentram na impossibilidade dos clubes nacionais de competirem com os estrangeiros no mercado global, nos fatores que geraram essa condição e nos altos salários oferecidos aos jogadores. No entanto, os autores não abordam a construção dessa rede internacional de comércio.

Assim, deve-se destacar que, ao entrarem na década de 1980 possuindo alguns dos clubes mais bem estruturados financeiramente, os italianos, até mesmo pela restrição imposta pela sua federação, investiram fortemente nas contratações. Se em 1980, na primeira temporada, a transação que mais preocupou o futebol brasileiro foi a de Paulo Roberto Falcão, para o *Associazione Sportiva Roma*, pode-se dizer que foi a partir da Copa do Mundo de 1982, e com a permissão para a contratação de até dois jogadores estrangeiros, que os italianos passaram a importar em massa os principais nomes do selecionado nacional.

Em sua dissertação de mestrado "Os donos do campo e os donos da bola: alguns aspectos da globalização do futebol", um dos tópicos analisados pelo geógrafo Paulo Favero é o processo pelo qual o atleta é transformado em mercadoria — uma das consequências do impacto da globalização no esporte. Dessa forma, ao detalhar o papel do jogador profissional no mercado, apontando para os fatores que influenciam seu valor de compra, venda ou até mesmo troca, Favero destaca que:

A Seleção Brasileira também funciona como uma bolsa de *commodity* dos jogadores brasileiros. A cada convocação para a equipe nacional, os atletas ficam mais valorizados [...] atuar com a camisa amarela do Brasil é um bom trampolim para um ótimo contrato no exterior. (FAVERO, 2009, p. 101)

Assim, de maneira geral, os jogadores com alguma passagem pelo selecionado brasileiro correntemente são colocados em melhores condições no mercado de trabalho, sendo percebidos também como bons investimentos.

Se até o Mundial de 1978, o Brasil havia entrado em campo com apenas um jogador que atuava no exterior — em 1934, na segunda edição do torneio —, é possível dizer que a partir da reabertura do mercado italiano, pode-se ver uma mudança gradual nos quadros da equipe principal. Assim, não é à toa que da Copa do Mundo de 1982 em diante, a seleção

brasileira passou a incorporar cada vez mais jogadores que atuavam em clubes estrangeiros. Na primeira edição da competição pós-reinserção da Itália no mercado global, Paulo Roberto Falcão, do *Associazione Sportiva Roma* (ITA), participou de todos os jogos do selecionado na competição, e Dirceu José Guimarães,¹⁴ do *Atlético de Madrid* (ESP), atuou na primeira partida.

Apesar da eliminação para a Itália¹⁵ em 1982, a equipe brasileira, tanto pelo seu conjunto de talentos, quanto pelo bom futebol praticado, foi uma das sensações do torneio. Dessa forma, seguindo a mesma linha de raciocínio evidenciada por Favero, a seleção serviu como uma espécie de vitrine, revelando ao mundo, que cada vez mais se abria ao comércio de atletas, os principais jogadores que o Brasil possuía. Logo, não é de se espantar que nos dois anos que se seguiram à competição, dos vinte e dois jogadores que haviam sido convocados, oito¹⁶ se juntaram ao Falcão na Itália, sem contar as demais transferências que aconteceram para outros países.

Contudo, a saída de jogadores do Brasil não pode ser analisada a partir de uma única causa, em vista das inúmeras variantes¹⁷ que incidem sobre esse mercado. É necessário, portanto, ressaltar que mesmo quando os clubes italianos passaram a importar cada vez mais atletas brasileiros, o impacto foi mais qualitativo do que quantitativo, gerando implicações profundas na identificação do próprio torcedor com seus ídolos.¹⁸ Assim, no decorrer da década de 1980, as transferências, em geral, não apresentaram uma crescente regular. Entretanto, a nível de seleção, pode-se notar um aumento constante no número de jogadores que se encaminharam para o futebol estrangeiro, em concomitância à diminuição dos que realizaram suas carreiras integralmente em clubes nacionais.

¹⁴ Dirceu José Guimarães se transferiu para o Atlético de Madrid, em 1979. Após ser um dos destaques da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1978, o jogador foi contratado pelo Club América, do México, partindo para a Espanha no ano seguinte, onde permaneceu até 1982. Neste ano, após o mundial, Dirceu se transferiu para o futebol italiano, permanecendo no país até 1987.

¹⁵ A derrota por 3x2 para a Itália, no Mundial de 1982, foi tão marcante, tendo em vista a maneira inesperada como se deu, que ficou conhecida como a "Tragédia do Sarriá" — o nome é uma referência ao estádio que recebeu a partida.

¹⁶ Foram eles: Leovegildo Júnior, Sócrates de Oliveira, Arthur Antunes Coimbra (Zico), Dirceu José, Edinho Nazareth Filho, Antônio Carlos Cerezo (Toninho), Pedro Vicençote (Pedrinho) e João Batista da Silva.

¹⁷ Fatores como: média de público pagante nos estádios, receita dos clubes, valores dos contratos, oferta e demanda no mercado, condição física dos jogadores, desvalorização da moeda, crises econômicas, etc.

¹⁸ Para uma análise mais detalhada da relação entre a saída dos principais jogadores e a crise de identidade do torcedor brasileiro, ver: HELAL, 1997.

Transferências de jogadores (1973-1982)

Ano	Nº de jogadores
1973	131
1974	160
1975	57
1976	52
1977	80
1978	87
1979	51
1980	76
1981	154
1982	154

Transferências de jogadores (1983-1992)

Ano	Nº de jogadores
1983	82
1984	71
1985	64
1986	96
1987	199
1988	227
1989	129
1990	134
1991	136
1992	205

A tabela acima mostra, logo após um aumento considerável no número de transferências entre 1981/82, um decréscimo entre os anos 1983/84. Apesar dessa retração, foi justamente neste período, haja vista a saída dos principais jogadores que atuaram no selecionado nacional durante a Copa do Mundo de 1982, que os meios de comunicação passaram a denunciar com mais veemência o "êxodo de jogadores". Como demonstrado em outro trabalho, no momento da contratação de Arthur Antunes Coimbra, o Zico, pelo *Udinese Calcio*, em 1983, nos principais periódicos brasileiros, "o número de notícias que especulavam as possíveis transferências de Sócrates, Júnior, Leandro, Toninho Cerezo, entre outros craques para clubes estrangeiros, aumentavam a cada dia" (BRANDÃO, 2020, p.36). Porém, a maior atenção, dada ao "problema do êxodo", que ainda não se distinguiu de maneira tão abrupta dos números apresentados no decorrer da década de 1970,¹⁹ se deu devido ao nível dos jogadores que estavam deixando o Brasil.

Ver seus principais ídolos atuando fora do país não era uma realidade com a qual os torcedores estavam acostumados, mas foi a perspectiva que se consolidou nos anos seguintes. Deve-se destacar também que a própria alocação desses atletas em grandes clubes e ligas estrangeiras, dava uma maior visibilidade ao mercado nacional, de modo que no decorrer da década de 1980, outros países também passaram a importar cada vez mais jogadores brasileiros, estabelecendo um intenso processo migratório, sobretudo a partir de 1986.²⁰ Porém, mesmo com a saída dos principais atletas da seleção brasileira após a Copa do Mundo de 1982, no Mundial seguinte, os convocados continuavam atuando majoritariamente em clubes nacionais, como é possível ver na tabela abaixo:

¹⁹ Por exemplo, entre 1973 e 1979, o número total de transferências foi de 618. Entre 1980 e 1986, foi de 697.

²⁰ O último ano em que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) registrou um número de transferências, abaixo da casa da centena, para clubes do exterior.

As transferências de jogadores da seleção brasileira convocados para as Copas do Mundo (1982, 1986 e 1990)

	Nº de jogadores convocados x Quantos atuaram no torneio	Nº de jogadores que atuavam em clubes estrangeiros durante a Copa do Mundo	Nº de jogadores com passagem pela Itália (antes, durante ou depois da Copa)	Nº de jogadores que atuaram no exterior (antes, durante ou depois da Copa)	Nº de jogadores que realizaram a carreira inteira no futebol brasileiro
Copa do Mundo de 1982	22 x 15	2	9	18	4
Copa do Mundo de 1986	22 x 16	2	12*	19	3
Copa do Mundo de 1990	22 x 16	12	11	22	0

* Na Copa do Mundo de 1986, dos 22 convocados, 16 efetivamente atuaram pela seleção brasileira. Entre esses, estavam todos os 12 jogadores com passagem pela Itália (antes, durante ou depois da Copa do Mundo).

Isso aconteceu, pois, além de possuir uma seleção mais jovem e com novos talentos — dos vinte e dois convocados em 1982, apenas sete²¹ eram remanescentes em 1986 —, alguns jogadores que atuaram no exterior como Zico, Sócrates e Falcão, haviam retornado para encerrarem suas carreiras no Brasil.²²

Entretanto, logo após a Copa do Mundo de 1986, boa parte da nova geração que disputou a competição também partiu em direção ao exterior, principalmente para os clubes italianos que, com o fortalecimento de sua liga, continuavam importando os melhores jogadores do mundo. Tal situação se agravou em 1988, como pode ser visto na tabela de transferências de jogadores para o exterior, a partir daquilo que Coelho classificou como "a debandada" (2009, p.120). Neste ano, a restrição que existia em países como a Itália e a Espanha, permitindo a contratação de no máximo dois atletas por clube, aumentou para três, impulsionando-os diretamente ao comércio global. Nesse sentido, o Brasil, que seguia experimentando as consequências da crise do futebol, em associação à retração econômica, continuava sendo um mercado a ser explorado. Cabe destacar ainda que, outros países se inseriram no comércio global, tanto europeus quanto asiáticos, e passaram a aportar no Brasil, de modo que em pouco tempo era possível notar uma boa quantidade de brasileiros atuando

²¹ Foram eles: o goleiro Carlos Roberto Gallo, os zagueiros Edinho Nazareth Filho e José Oscar Bernardi, o lateral Leovegildo Júnior, e os meias Paulo Roberto Falcão, Arthur Antunes Coimbra (Zico) e Sócrates de Oliveira.

²² Na década de 1980, como relata Helal: "os jogadores iam para o exterior com uma idade mais avançada, próxima do fim de suas carreiras" (1997, p.81), dessa forma, muitos chegaram a permanecer em clubes estrangeiros apenas o tempo necessário para garantirem o sonho da "independência financeira", de modo que retornavam ao Brasil logo em seguida. Esse processo não foi homogêneo, e a cada ano os atletas passaram a ser negociados mais jovens, porém, neste período inicial de expansão de uma rede futebolística de comércio global, é possível notar essa característica.

nos cantos mais remotos do mundo.²³

Assim, ao final da década de 1980, os jogadores, assim como o próprio futebol, possuíam cada vez menos fronteiras, o que gerou um impacto não apenas no modelo organizacional desse esporte no Brasil, mas na própria configuração do selecionado nacional. Como aponta Coelho:

A debandada de 1988 mudou o quadro. Quando estreou na Copa do Mundo da Itália, em 1990, a Seleção de Sebastião Lazaroni estava escalada com nove estrangeiros. Apenas o goleiro Taffarel, do Internacional, e o zagueiro Mauro Galvão, do Botafogo, atuavam no Brasil. E Mauro Galvão já estava negociado com o Lugano, da Suíça. (2009, p.120).

Da equipe considerada titular que disputou o Mundial em 1990, quatro jogadores atuavam na Itália, três em Portugal, dois no Brasil, um na França e um na Alemanha,²⁴ demonstrando, uma variedade ainda maior em um mercado futebolístico cada vez mais competitivo, assim como uma tendência à concentração de grandes atletas brasileiros nos principais países da Europa, demarcando o princípio de um fluxo migratório que se consolidaria no decorrer dos anos seguintes.

Desse modo, a lembrança da equipe que disputou a Copa do Mundo de 1978, composta apenas por jogadores que pertenciam aos clubes nacionais, parecia cada vez mais distante. Em 1990, até o momento da competição, dos vinte e dois convocados, somente sete²⁵ haviam atuado apenas no Brasil, de modo que a maioria desses nem participou das partidas que foram disputadas.

Nota-se, portanto, que o processo de globalização, alavancando uma maior integração no mercado futebolístico a partir da (re)inserção de países em um comércio mundial de transferências de jogadores, em associação ao período de crise econômica e organizacional do futebol brasileiro, estabeleceu, em um curto período de tempo, um novo papel a ser exercido pelo Brasil no contexto esportivo. Dessa forma, pode-se dizer que as mudanças ocorridas nessa rápida transição entre o Mundial de 1978 e o de 1990, estabeleceram um fluxo migratório bem delineado dos principais jogadores brasileiros, reforçado ainda mais no decorrer da década de 1990, o que intensificou os problemas presentes no futebol nacional.

²³ No final dos anos oitenta e início da década de 1990, um dos países que rotineiramente importava jogadores brasileiros era o Japão, que iniciava seu processo de profissionalização do futebol.

²⁴ Respectivamente: Carlos Caetano Verri (Dunga), Ricardo Rogério de Brito (Alemão), Antônio de Oliveira Filho (Careca) e Luís Antônio Corrêa (Müller); Ricardo Gomes, Cláudio Ibraim (Branco) e Valdo Cândido Filho; Mauro Galvão e Cláudio Taffarel; José Carlos Mozer; Jorge de Amorim Campos (Jorginho).

²⁵ Foram eles: Cláudio Taffarel, Mauro Galvão, José Roberto Gama (Bebeto), Bismarck Barreto Faria, Acácio Cordeiro, José Carlos da Costa (Zé Carlos) e Iomar do Nascimento (Mazinho). Após o Mundial, todos eles atuaram, em algum momento de suas carreiras, em clubes estrangeiros.

Imperialismos futebolísticos e o futebol brasileiro no processo de globalização

No decorrer dos anos oitenta, a distância que separava o futebol praticado na Europa, daquele presente na América do Sul, aumentou de maneira excepcional. De acordo com Alvito: "a década de 1980 foi chamada no Brasil de 'a década perdida'" (2006, p. 458), sobretudo pelos recuos apresentados no campo econômico. Dessa forma, pode-se dizer que, também no contexto esportivo, esse período passou a representar outras perdas, e uma delas foi percebida no êxodo dos melhores jogadores que atuavam em clubes brasileiros. Nesse sentido, ao acompanhar as mudanças que ocorriam em nível nacional e internacional, o esporte experienciou intensas transformações.

Em "Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol", o geógrafo Gilmar Mascarenhas, ao abordar o que classificou como "metropolização do futebol", ressalta que, no âmbito futebolístico, há a "conformação de uma elite mundial de clubes poderosos, a maioria com sede nas grandes metrópoles" (2014, p.177), de modo que, no caso da Europa, esse processo passou a concentrar cada vez mais poder e renda nas mãos de um seleto grupo de clubes. Dessa forma, os times das principais cidades progressivamente começaram a expandir seus domínios. Logo, não é de se espantar que, a partir da conformação de um mercado futebolístico global, que passou a tomar contornos mais bem definidos no decorrer da década de 1980, os clubes da Europa, especialmente os provenientes das grandes metrópoles,²⁶ tenham atuado através de uma lógica imperialista, importando jogadores das regiões periféricas.

Seguindo nessa mesma linha, é possível estipular um vínculo entre o fenômeno da "metropolização do futebol", descrito por Mascarenhas, e o conceito de "imperialismo futebolístico", utilizado pelo antropólogo Édison Gastaldo para definir as relações assimétricas estabelecidas entre os clubes mais ricos e os mais pobres em diferentes níveis. Segundo ele:

Trata-se de um círculo vicioso de imperialismo futebolístico, [...]: os clubes do interior são 'colonizados' pelos clubes da capital. Os clubes das capitais de estados periféricos, por sua vez, são colonizados pelos clubes das capitais dos estados centrais. Os principais times do Brasil, por sua vez, são colonizados por equipes das grandes ligas europeias. (2018)

²⁶ No período de reabertura do mercado italiano, foram os clubes das principais cidades que realizaram grandes contratações a nível global, contudo, o fosso que separava o poderio financeiro entre futebol latino-americano e o europeu era tão grande, que até mesmo alguns times de porte médio impactaram os negócios. Em um contexto mais amplo, o mesmo aconteceu em outros países, entretanto, a concentração de jogadores do selecionado nacional nos clubes das principais metrópoles europeias é inegável.

Percebe-se, que dentro de uma perspectiva comercial do esporte, a realidade do futebol passou a ser também, em certa medida, a realidade de um mercado cada vez mais integrado, porém, desigual.

Nota-se que o processo de globalização, ao encurtar as distâncias e diluir as fronteiras, estabelecendo uma integralização nas relações comerciais entre os clubes de futebol, ao invés de proporcionar melhores condições para o desenvolvimento do esporte em cada país, acentuou as disparidades existentes entre os centros e as periferias, e revelou um desequilíbrio na própria ordem mundial do futebol. Dessa forma, esse sistema tende a se retro-alimentar, aumentando cada vez mais as distâncias que separam os clubes, reforçando, principalmente, a concentração de recursos entre uma elite já consolidada, como aponta o historiador Eric Hobsbawm:

Essencialmente, o negócio global do futebol é dominado pelo imperialismo de umas poucas empresas capitalistas com nomes de marcas também globais — um pequeno número de superclubes baseados em alguns países da Europa, que competem entre si tanto nas ligas nacionais quanto, preferivelmente, nas internacionais. (2007, p.93)

Logo, em vista do desenvolvimento progressivo de um mercado global e da diminuição de barreiras às contratações de jogadores estrangeiros, o que possibilitou uma maior circulação desses atletas em diferentes países a partir dos anos oitenta, pode-se dizer que o Brasil passou a exercer, dentro desse novo cenário, o papel de exportador dos principais agentes do espetáculo futebolístico.

O fenômeno da globalização, portanto, ao acelerar as relações comerciais entre clubes provenientes de realidades tão distintas, e os inserindo em uma perspectiva mercadológica do "esporte-espetáculo", acabou revelando e acentuando as desigualdades existentes entre cada um. Desse modo, se a crise do futebol brasileiro pode ser considerada um processo que se desenvolveu no decorrer da década de 1970, sendo sentida profundamente no decênio seguinte, deve-se ressaltar que tal intensificação se deu, em parte, devido à inserção cada vez maior do Brasil e de outros países em uma rede futebolística global.

Se para definir a zona de influência que o esporte mais popular do planeta possui, Pascal Boniface afirma que "o sol nunca se põe no reino do futebol" (2002, p.11), é preciso, a partir de um olhar mais atento, destacar que esse reino é, na realidade, um território fragmentado em inúmeros impérios que exercem seus poderes em diferentes níveis. Nesse sentido, os clubes mais ricos, concentrados na Europa, exercem seus domínios não apenas sobre o Brasil, mas atingem também outros países nas periferias do "planeta bola". Assim,

percebe-se que a própria lógica imperialista perpassa o campo esportivo, de modo que a consolidação de um fluxo migratório dos melhores jogadores profissionais se estabeleceu em consonância com o processo de formação do mundo global.

Logo, se ainda hoje as transferências emergem enquanto um problema do futebol brasileiro, examinar a partir de que momento e como elas se tornaram regulares e afetaram o selecionado nacional, os clubes e os torcedores, possibilita-nos compreender de que maneira os impérios se moldaram nesse sistema. O Brasil nem sempre foi um país substancialmente exportador, mas se tornou um. No reino do futebol, há os países que exploram e os que são explorados e, no período posto aqui em análise (1980-1990), é possível dizer que o futebol brasileiro, para além das perdas decorrentes de sua crise, passou a sofrer também com a ausência de seus melhores jogadores e ídolos — alguns dos poucos elementos que ainda alegravam os campos do país.

Referências

ALVITO, Marcos. *A parte que te cabe neste latifúndio: o futebol brasileiro e a globalização*. *Análise Social* (Lisboa), v. 41, p. 451-474, 2006.

ARAÚJO, Ricardo Augusto Benzaquen. *Os Gênios da Pelota: Um Estudo do Futebol como Profissão*. UFRJ, tese de mestrado em Antropologia Social, 1980.

BONIFACE, Pascal. *La Terre est ronde comme un ballon*. Paris: Seuil, 2002.

BRANDÃO, Victor. *"Zico ou Áustria": os desdobramentos da transferência de Arthur Antunes Coimbra e as fronteiras invisíveis do futebol*. UFRJ. Rio de Janeiro, 2020.

COELHO, Paulo Vinicius. *Bola Fora: A história do êxodo do futebol brasileiro*. São Paulo: Panda Books, 2009.

FAVERO, Paulo Miranda. *Os donos do campo e os donos da bola: alguns aspectos da globalização do futebol*. USP, tese de mestrado em Geografia Humana, 2009.

FERREIRA, Daniel Vinicius. *História do campeonato brasileiro de futebol (1971-1987): para além da narrativa de "modernização" do futebol brasileiro*. *Revista Hydra*, v. 3, p. 77-121, 2018.

FOOT, John. *Calcio: A History of Italian Football*. Fourth Estate. Edição do Kindle.

GASTALDO, Édison. *Imperialismos Futebolísticos*. Ludopédio, São Paulo, v. 106, n. 16, 2018.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 2. ed. São Paulo, Editora da UNESP, 1991.

HELAL, Ronaldo e GORDON, César. *A Crise do Futebol Brasileiro: perspectivas para o século XXI*. In ECO-PÓS: Publicação da Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e Cultura de Massa no Brasil*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, v. 1, 133 p.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MASCARENHAS, Gilmar. *Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo Futebol*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

PRONI, Marcelo. *A metamorfose do futebol*. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2000.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TOSTÃO. *Tempos vividos, sonhados e perdidos: um olhar sobre o futebol*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Microanálise como possibilidade
de estudo das emancipações
e do pós-abolição

A trajetória do nascido de Ventre Livre Rodolfo Xavier (Pelotas-RS)

Ângela Pereira Oliveira Balladares[□]

Tendo como objeto e fonte de pesquisa dois jornais de imprensa negra, entre eles, *A Alvorada* (1907-1965), da cidade de Pelotas-RS, elaborei minha dissertação, defendida em 2017 (OLIVEIRA, 2017). A leitura dos textos do periódico trouxe a curiosidade e também um desejo por conhecer as experiências desses membros, haja vista a diversidade do grupo e de seus posicionamentos. Adentrar no universo pessoal dos membros do jornal é, ao meu ver, uma forma de contribuir para a própria compreensão das ideias contidas nos seus escritos.

No doutorado, escolhi perseguir as experiências de Rodolfo Xavier, um dos principais articulistas desse periódico. Existe uma produção historiográfica que trata de Rodolfo e dos seus escritos¹. Mas nenhum estudo em específico sobre ele foi elaborado, até o presente momento. Portanto, Rodolfo não é um sujeito desconhecido entre os estudos que versam sobre a história negra do Rio Grande do Sul.

Nesse texto, tenho por objetivo apresentar, de modo simplificado, a pesquisa que venho desenvolvendo e, que tem na trajetória de Rodolfo Xavier meu principal fio condutor, para o diálogo com as experiências de nascidos de ventre livre. Além disso, busco oferecer subsídios para a compreensão de sua escrita cujas ideias acredito que tenha influenciado toda uma geração. O estudo, igualmente, se propõe a pensar o contexto do final do século XIX e meados do século XX, no qual Rodolfo estava inserido.

Entre os aspectos selecionados para serem abordados na narrativa histórica, optei em pensar a família, a educação, o mercado de trabalho, a ocupação do espaço urbano e, por fim, perpasso algumas ideias do pensamento de Rodolfo, sobretudo, em busca de entender como se posicionou acerca do debate racial de sua época. O intuito não é dar conta da totalidade de experiências que abarcam a trajetória de Rodolfo, até mesmo porque, partilho da perspectiva de que os estudos de trajetórias e/ou biografias não o fazem. Essa seleção, ainda que extremamente relevante para a compreensão desse sujeito, encontra seus limites tanto no olhar da pesquisadora frente as possibilidades das fontes selecionadas para a análise, quanto na própria seleção destas.

No que diz respeito as fontes, elas foram consultadas em locais diversos e são de

[□] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista Capes.

¹ Entre eles, ver: Alves (2005), Loner (2005, 2011, 2016 e 2019), Santos (2003), Silva (2011 e 2017).

diferentes tipologias. Pois não há um único centro de documentação que viabilize a elaboração do presente estudo. Por isso espaços como o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), em Porto Alegre-RS, a hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense (BPP), em Pelotas-RS, e da Biblioteca Nacional (através da plataforma virtual), o Family Search (plataforma online da igreja de Jesus Cristo dos últimos dias), o Museu Dom Diogo, em Bagé, além do acervo pessoal de Isabel Cardoso da Silva e Souza, em Pelotas-RS e de Stefano Xavier (através da modalidade virtual) foram acessados. A narrativa conta como fontes: carta de liberdade, jornais da imprensa negra que possuem crônicas assinadas por Rodolfo Xavier, entre eles o jornal A Alvorada (de Pelotas-RS) e A Liberdade² (de Bagé-RS), necrológios publicados em jornais (A Alvorada e Jornal da Cidade, de São Gabriel-RS), fotografias, leis e decretos, certidões (de batismo, óbito, casamento, nascimento) e história oral.

A metodologia da história oral me permitiu a possibilidade de acessar ao universo cotidiano das relações familiares de Rodolfo, que através das outras fontes de que faço uso, não se tornou possível, em detrimento das limitações existentes nos registros escritos. Para a aplicação desta, tomo por base José Carlos Meihy (2011) e Verena Alberti (2013). A entrevistada foi Isabel Cardoso da Silva e Souza³, que é afilhada de Rodolfo e sua esposa Francisca e, igualmente, filha do irmão de Francisca, Olindo, ou seja, também é sobrinha consanguínea de Francisca. Dona Isabel reside em Pelotas e é a única parente viva a ter convivido com Rodolfo. As entrevistas foram realizadas em sua residência, a primeira com um roteiro pré-estabelecido e a segunda com um roteiro livre. Através de Isabel consegui localizar um tataraneto de Rodolfo, atualmente residindo no Estado de Santa Catarina.

Os estudos que utilizam a metodologia da micro-história conseguem pôr em prática o modelo epistemológico do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989). A construção narrativa instigante, que acredito ser uma característica dos estudos baseados nesse método, influencia o presente texto e o olhar da pesquisadora para as possibilidades existentes nos pequenos indícios. Também, pode ser considerada como uma influência, o tratamento destinado a diversidade de fontes consultadas e o cruzamento de seus dados. Ainda, a micro-

² O acesso a esse material se deu por meio do colega historiador Tiago Silva, que gentilmente compartilhou o material comigo.

³ O contato com D. Isabel foi facilitado por uma rede formada entre colegas historiadores de Pelotas que se interessam pelo jornal A Alvorada, sobretudo pelos escritos de Rodolfo, entre eles destaque Fernanda Oliveira e Lúcio Alves. A primeira quem intermediou meu contato com o segundo, que por sua vez, me apresentou a D. Isabel.

história se torna uma inspiração pelas possibilidades metodológicas contidas nos estudos de trajetórias⁴, que utilizam do recurso micro para traçar explicações macro da sociedade.

O espaço geográfico em análise consiste no interior do Rio Grande do Sul, na região sul, próximo da fronteira com o Uruguai. Por volta do ano de 1874, no atual município de Pelotas, nasceu Rodolfo. Ainda que as fontes sejam divergentes quanto ao ano exato de seu nascimento, variando entre 1873 e 1876, o que se torna relevante para a análise, é que todas as datas apontam que Rodolfo teria sido um dos nascidos de ventre livre, considerado socialmente como *ingênuo*. Os/as nascidos/as de ventre livre marcam uma nova experiência social nos mais diversos âmbitos, como o familiar, o educacional e o das relações de trabalho, por exemplo, conforme buscarei demonstrar.

A Lei 2.040, conhecida como lei do ventre livre, foi promulgada em 28 de setembro de 1871. De acordo com seus termos:

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 4º Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito anos, que estejam em poder do senhor dela por virtude do § 1º, lhe serão entregues, exceto se preferir deixá-los, e o senhor anuir a ficar com eles.

Art. 4º É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio⁵.

A partir de então, tivemos no cenário nacional uma maior autonomia financeira para os/as escravizados/as, a ampliação da possibilidade de libertação aos/as cativos/as e a intervenção estatal no poder da propriedade senhorial. Segundo Sidney Chalhoub (2011), antes dessa lei, o proprietário não era obrigado por lei a libertar nenhum/a escravizado/a mediante indenização. Se ele não o desejasse fazer, não fazia. Contudo, a partir da Lei em questão, ele passou a ser forçado a alforriar seu/sua escravizado/a mediante indenização de seu valor. Outro aspecto importante da lei é a interpretação de que ela teria reconhecido formalmente a existência da família escrava (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

O sistema escravista foi extremamente cruel com as pessoas negras. No entanto, é importante destacar ele se manteve em razão das possibilidades de negociação entre senhores e escravizados. Caso contrário, somente a violência da escravidão não seria capaz de manter tal regime por tão longo período. No caso brasileiro, mais de 300 anos. Nesse sentido que, mesmo sendo oprimidos, os/as escravizados/as eram indivíduos que tinham certa agência.

⁴ Entre esses estudos, ver, por exemplo, a coletânea: Vendrame et al. (2015).

⁵ IMPÉRIO DO BRASIL. Lei n. 2040, de 28 de setembro de 1871.

Rodolfo era filho da escravizada Eva. Sobre sua mãe sabemos que desempenhava a profissão de cozinheira. Eva teve essa condição jurídica por quase 40 anos e por seu próprio esforço, se emancipou e assumiu os caminhos da própria vida. Acredito que sua profissão tenha permitido a ela ser emancipada. Eva negociou com seu senhor a permissão para adquirir pecúlio e, com a quantia de \$600 réis, realizou sua auto compra. Quando em liberdade, Eva seguiu atuando em profissões relacionadas ao cuidado, entre elas a de lavadeira.

Eva nasceu no RS e construiu para os filhos uma memória oral diaspórica acerca das origens familiares. Rodolfo narrou em seus escritos que: “(...) sendo o pai de nossa mãe, segundo **ela contava** Moçambique – e que tinha andado na guerra dos Farrapos, fugindo da casa de seu senhor (...)”⁶. Eva continuou em Pelotas, o que acredito estar ligado, principalmente, ao desejo de reunir sua família, isto é, seus filhos. Conforme as prerrogativas da Lei 2.040, por ter Eva se emancipado quando Rodolfo contava com cerca de dois anos de idade, creio que ela fez valer sua legitimidade como mãe e, devido a sua condição de liberta, passou a exercer a maternidade junto ao filho. Provavelmente, Eva deve ter tido que negociar com seu senhor, Domingos, a possibilidade de ser a responsável pela criação de seu filho nascido de ventre livre. Como sabemos que ela de fato partiu com o menino, podemos pensar que Eva teve sucesso nessa empreitada e que seu desejo de ter a família reunida estava cada vez mais próximo de ser concretizado. Em se tratando de um nascido de ventre livre, Rodolfo marcou uma nova experiência de maternidade para Eva e mesmo de família.

Marília Ariza (2017) constatou que mulheres empobrecidas, mães de ingênuos e ex-cativas, eram vistas socialmente como tutoras inadequadas para seus próprios filhos. Percepção proveniente de uma cultura pautada em relações patriarcais e raciais, que desqualifica a maternidade da mulher negra por razões que a mesma sociedade constrói. Entre elas: pobreza; falta de tempo para dedicar-se aos filhos, em vista da necessidade de trabalhar “fora”; falta de educação, fruto do processo de restrição ao acesso escolar e, por fim, ambiente inapropriado a criança. Em muitos casos, tal controle pautava o desejo de explorar o trabalho infantil. No caso de Rodolfo não encontrei nenhum registro que comprove que ele foi tutelado.

Quanto ao pai de Rodolfo, tratava-se do senhor de sua mãe, Domingos Ignácio Xavier, que, conforme tenho observado nos indícios não teve nenhum envolvimento afetivo com Eva ou Rodolfo, sendo casado e mantendo outra família. Provavelmente, Domingos também era o pai do outro filho de Eva, Antônio, conforme hipótese levantada por Beatriz Loner (2011).

⁶ A Alvorada, 05.05.1955, p.01, grifo meu.

Rodolfo era irmão de Antônio Baobá, que teve sua trajetória conhecida pela pesquisa da professora Beatriz Loner (2005, 2011 e 2019). Por isso destaco, brevemente, que se trata de um sujeito que viveu a experiência do cativo e que em liberdade valorizou ou pôs em evidência sua descendência africana, ao adotar como seu sobrenome *Baobá*. Ele era republicano, simpático ao socialismo, tinha a profissão de chapeleiro e atuou em várias organizações da cidade, formadas entre o final do 19 e início do 20. Antônio acaba falecendo precocemente, debilitado pela tuberculose.

O que lhes apresento de novidade em termos historiográficos, em relação a essa família, tem início a partir daqui. Rodolfo assumiu um relacionamento amoroso somente depois do falecimento de sua mãe, que viveu 79 anos. Ele se casou com Francisca, em 1923, que apesar de ser mais jovem já era uma mulher viúva. Ele tinha quase 50 anos e ela, estava com 37. Mas antes disso, ele se relacionou com Teodora com quem teve um filho, Enjolras. O nome foi inspirado em um dos personagens de *Os Miseráveis*, de Victor Hugo (2012 [1862]), que tem o papel de defensor da República. Essas informações, acessei por meio dos documentos. E pela metodologia da história oral, me pareceu que não havia uma relação entre os membros desses núcleos familiares, sendo que os irmãos sequer se conheciam. Logo, concluo que se trata de uma família que não foi legitimada por Rodolfo.

Com Francisca, Rodolfo teve outro filho, Adão. Adão tem sua trajetória marcada pela saída de Pelotas em busca de outras oportunidades, assim como as gerações que seguem posteriormente a ele. Adão vai para Bagé cumprir sua obrigação com o serviço militar, ingressa no exército e não se desvincula mais dessa instituição. Rodolfo escreveu alguns textos para a imprensa negra de Bagé, no jornal *A Liberdade*, creio que ele frequentava a cidade nesse período, em razão de visitas ao filho. Adão seguiu a carreira militar, fez sua formação para oficial de carreira na AMAN (Academia Militar dos Agulhas Negras) e passou a atuar lá, tendo passado também por São Gabriel. Ele não chegou a se casar, mas teve uma filha, Sandra, que nasceu em São Gabriel e vai morar no Rio de Janeiro, para fazer faculdade lá. Ela se formou nos cursos de direito e agronomia. Sandra aprovou em concurso público e atuou como funcionária do Ministério da Agricultura. Hoje aposentada, reside no Estado da Bahia.

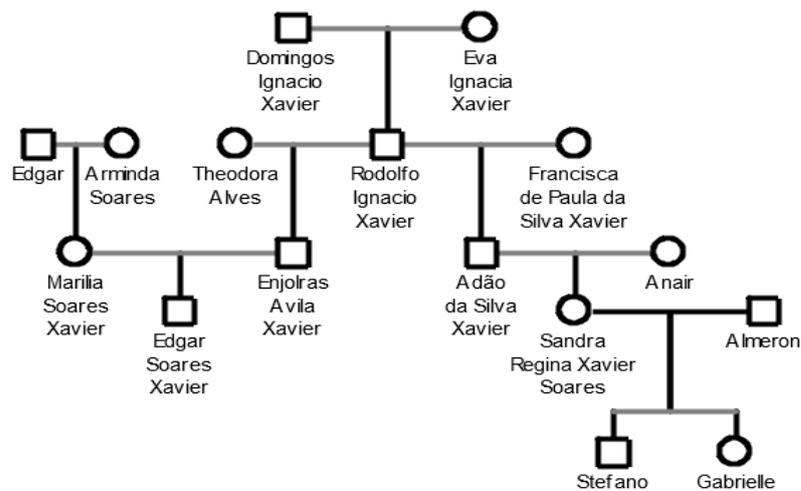


Gráfico genealógico: Família consanguínea de Rodolfo Xavier.
Fonte: Autora, 2020.

Esse percurso familiar me direciona para a **educação**, meu segundo ponto em análise, que eu vejo como um legado, ou uma herança imaterial (LEVI, 2000), se posso assim dizer, deixado pela Eva. Ela foi responsável por matricular seu filho Rodolfo em uma instituição de ensino. Os dois filhos, Antônio e Rodolfo, apostaram na e fizeram uso da educação como uma estratégia de luta por cidadania. Adão, filho de Rodolfo, assim como Sandra, sua neta, seguem o caminho da educação como uma prioridade nas estratégias de vida e através dela passam a ocupar outros espaços em razão de uma mobilidade financeira. Poderíamos pensa-los como pertencentes a uma classe média negra uma vez que se diferenciaram dos demais negros da sociedade, tanto no nível de acesso intelectual quanto econômico.

Rodolfo teve a formação primária em curso noturno, na Bibliotheca Pública Pelotense⁷, onde, penso, que ele estreitou suas redes de relacionamentos, com os irmãos Penny, donos d'*A Alvorada*. Os espaços de formação de Rodolfo, para além deste, eram os sindicatos e o próprio esforço pessoal que fez dele um autodidata erudito. Esse esforço intelectual identificado na trajetória de Rodolfo é valorizado como um modo de fazer política. Rodolfo, somente para *A Alvorada*, assinou mais de 400 crônicas, que demonstram a capacidade de seu potencial analítico e crítico. Ele escreveu sobre política, raça, contexto local, internacional, enfim, uma infinidade de temas.

Os textos escritos por Rodolfo para o jornal *A Alvorada* são uma valiosa fonte de acesso ao seu pensamento, além de demonstrar a erudição que ele possuía ao tratar dos mais variados temas. Rodolfo escreveu crônicas sobre o cotidiano da cidade, transcreveu atas de reuniões, discursos que ele proferiu, por exemplo, em datas comemorativas como o 1º de

⁷ A respeito do curso noturno ofertado pela BPP, ver: Peres, 2002.

maio, deu sua opinião acerca de temas específicos, escreveu poesias e transcreveu textos de outros autores.

Através de seus escritos observamos que Rodolfo mantinha uma leitura constante, que era um sujeito bem informado, não apenas de sua realidade, mas dos acontecimentos nacionais e internacionais e dominava diferentes autores e obras literárias.

Em um de seus textos para *A Alvorada*, Rodolfo recordou uma prática de sua infância. Narrou ele que: “Devido ao “pega-pega” de menores, todos os verões para a Escola de Aprendizes-Marinheiros, as mães pobres, tratavam de metê-los nas escolas e nos ofícios”⁸. Mais um indício que leva a educação como uma escolha desempenhada por Eva, uma vez que a iniciação do filho em instituição de ensino para ser alfabetizado ocorre antes de sua iniciação em um ofício.

Rodolfo vivenciou um contexto de disciplinamento das classes populares que influenciaram seu comportamento e também seu pensamento. Um exemplo, é a própria internalização da lógica do trabalho adotada com intensidade no contexto do pós-abolição, e que foi absorvida por Rodolfo, podendo ser acompanhada ao longo de sua trajetória profissional. Em seus escritos o trabalho além de dignificar o homem aparece com características moralizantes.

Rodolfo ingressou no mercado de trabalho por volta dos 14 anos, ao que parece uma idade tardia para um nascido de ventre livre. Nesse caso, a mãe e o irmão foram fundamentais no seu sustento e, apesar do anacronismo, na manutenção de sua infância. Quando ingressou no mercado de trabalho, Rodolfo sabia ler e escrever. No entanto, as atividades que desempenhou estiveram ligadas ao esforço braçal, por exemplo, como pedreiro, ainda que depois se tornasse um mestre escaiola, ou seja, dominasse a técnica de texturização da pintura em efeito mármore. Rodolfo pagou previdência e tirou a carteira de trabalho em meados da década de 40, já que era pré-requisito para solicitar a aposentadoria. A sua militância por condições de vida melhores aos trabalhadores se deu nos espaços sindicais e no jornal *A Alvorada*. Ele também auxiliou na fundação de novos sindicatos como o dos pedreiros e classes anexas, que se desvinculou dos trabalhadores em construção civil, visto por ele como predominantemente patronal.

Politicamente, ele foi simpático ao socialismo, e, posteriormente, ao trabalhismo. Em princípio, ele adere as principais reivindicações apresentadas pelos grupos socialistas, tais como a luta contra a carestia, reivindicação de 8 horas de trabalho⁹. Posteriormente, já no

⁸ A Alvorada, 19.03.1949, p.01.

⁹ Sobre as lutas e demandas dos trabalhadores, ver: Aravanis (2005) e Bilhão (2005).

governo Vargas, incita os trabalhadores a participarem dos sindicatos, ainda que estes estejam vinculados ao Estado, julgando que esse vínculo facilitaria o alcance das demandas operárias.

Rodolfo defendeu a posse do deputado Monteiro Lopes, na primeira década do período republicano, que estava sendo impedido de tomar posse em razão de sua cor, mobilizando a fundação de um Centro Etiópico, em Pelotas, cujas atas estão publicadas no jornal *A Alvorada*. Esse tema, assim como a participação de Rodolfo nessa mobilização nacional, foi explorado por Carolina Dantas (2010).

A trajetória de Rodolfo é acompanhada por várias mudanças no espaço urbano de Pelotas, algumas, inclusive narradas por ele. Através dele proponho um diálogo entre centro, marcado pelo local de trabalho, e periferia, marcado pelo lugar de moradia, atentando para os deslocamentos e trocas entre esses dois locais. Além disso, busco atentar para as disputas existentes nesses espaços no que se refere ao emprego e moradia.

Quando criança Rodolfo ia junto com a mãe enquanto ela realizava o seu trabalho. Ela que desempenhava a profissão de lavadeira, mantinha seu filho junto de si. O espaço de atuação de Eva, era sobretudo as margens do arroio Santa Bárbara. Ali tanto Rodolfo como a mãe socializavam com outras lavadeiras. De acordo com a narrativa de Rodolfo, temos o local exato em que essas mulheres atuavam, “nas barrancas do mato dos fundos da Santa Casa”¹⁰. Atualmente, o arroio não se localiza mais nos fundos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas¹¹.

Chamo a atenção que esse espaço possuía uma significativa importância para a comunidade local, sobretudo para os populares, em razão do estabelecimento de suas moradias que poderiam se beneficiar dessas águas além de estarem próximas ao centro, local em que muitos trabalhavam. O arroio sofreu com o crescimento urbano e populacional da região e em meados do século, se buscou resolver os problemas existentes no centro da cidade, de inundações e mesmo de acesso pelas pontes estreitas, ao desviar o arroio. No entanto, nas vilas do entorno, os problemas causados pelas enchentes persistiram e continuam a castigar os moradores e, como não está mais localizado no centro, o arroio não teve novos investimentos na infraestrutura e ficou abandonado.

Rodolfo foi morador da Vila Silva, que fica no entorno da via férrea que liga Pelotas a Bagé. Tratava-se de um loteamento novo no século XX, mas que fica próximo da região, referida acima, onde provavelmente, Rodolfo cresceu. Enquanto pedreiro ele mesmo ergueu

¹⁰ A Alvorada, 21.05.1947, p.01.

¹¹ A Santa Casa de Pelotas foi tema de pesquisa de Tomaschewski, 2007, durante o período em que Eva atuava como lavadeira, nos fundos da instituição.

as paredes e construí sua própria casa, quando já era casado com Francisca. A pequena morada sofreu com uma das enchentes do Santa Bárbara e, visando conter a água, Rodolfo ergueu um muro alto na lateral, além de ter cavado uma vala¹². Rodolfo escreveu uma crônica que denunciava as péssimas condições de moradia deste local¹³. O arroio apareceu em várias crônicas dele¹⁴, pois acredito que se tratava de um local de importância no cotidiano, sobretudo para os moradores da região. Em sua opinião, Rodolfo expressou que o poder público era o principal culpado dos prejuízos sofridos pelos moradores, em razão do estado de abandono e falta de fiscalização com a limpeza e drenagem do arroio Santa Bárbara.

Por fim, não é uma tarefa fácil selecionar quais as temáticas a serem aprofundadas dentro do pensamento de Rodolfo, pois as possibilidades são diversas. No entanto, levando em conta a necessidade de finalizar a pesquisa que originará a tese que venho desenvolvendo, selecionei algumas crônicas em que ele abordou a temática racial, que perpassam, desde denúncias, ao diálogo com as teorias raciais até os estudos desenvolvidos pela Unesco. E dou um destaque especial ao seu posicionamento em defesa e valorização do ser negro, sobretudo buscando dialogar com a própria noção de masculinidade por ele construída.

A fim de pensar nas possibilidades analíticas de seus escritos, trago um trecho de um dos textos de autoria de Rodolfo, datado de 1933, momento em que as discussões raciais eram efervescentes. Rodolfo que se auto afirmava negro, utilizou a imprensa, através do jornal *A Alvorada*, como forma de defender o emprego dessa terminologia por meio da positivação dessa categoria. Em suas palavras:

Avesso a polêmicas que nada trazem de utilidade e que só fortalecem a desunião já de por si avolumada e existente entre elementos da Raça Negra, contudo, não podemos deixar em silencio e velada “Campanha” que alguns elementos da mesma raça procuram, promover e incentivar.
Somos, ou não somos negros, e se não somos o que é que somos?
Vermelhos, amarelos, bronzeados?
É um termo “pejorativo”, alegam; mas é por causa disso mesmo que o empregamos, em toda a latitude de seu significado, para que desapareça o “pejorativo” da expressão.
O branco não se mostra magoado, *ipso facto*, por ser chamado de branco.
Porque motivos que o negro pertencente a Raça Negra, se abespilha, ao ser chamado de negro?
Se a sua raça é a negra, ele não tem do que se melindrar por chama-lo de negro.
Sob o ponto de vista racial é que pretendemos combater o sentido aviltante e pejorativo, que se nos dão, no uso desse vocábulo.

¹² Entrevista com Isabel Cardoso da Silva e Souza no dia 07 de março de 2019, em Pelotas.

¹³ A Alvorada, 05.03.1955, p.01,02 e 06.

¹⁴ A Alvorada, 21.05.1947, p.01; 12.07.1947, p.01; 27.09.1947, p.01; 19.03.1949, p.01; 20.08.1949, p.01; 27.05.1950, p.01 e 05; 03.06.1950, p.01 e 06; 10.06.1950, p.01 e 06; 15.07.1950, p.01 e 06; 05.03.1955, p.01, 02 e 06; 26.03.1955, p.01; 05.05.1956, p.33; 26.05.1956, p.01 e 06.

Havemos de ser sempre considerados como negros, tratados de negros, toda vez que se determinem as raças.
Isto de “pretos” homens de “cor”, são atenuantes do “pejorativo” negro.¹⁵

Chamo a atenção para o início do texto, em que Rodolfo deixa explícito de que não havia uma homogeneidade entre aqueles que são atualmente denominados como negros, no que se refere a adoção do vocabulário racial. Quando a escravidão era vigente, o termo negro era empregado no tratamento dos sujeitos escravizados. No contexto do imediato pós-abolição, as teorias acerca das noções de raças reforçaram ao sujeito de pele escura (leia-se indígenas e negros) um espaço hierárquico inferior na sociedade. Por isso muitos indivíduos repudiavam serem identificados por certos termos, buscando um distanciamento dos mesmos.

Ainda que tenha vivido em um período em que as noções de raça eram uma crença fortemente absorvidas pela sociedade, cujos reflexos e ideias permanecem até os dias de hoje, Rodolfo, assim como outros sujeitos de sua época, viviam o conflito de ao mesmo tempo em que acreditavam, igualmente, desconfiavam dela. O que certamente deve lhes ter causado diversas influências quanto ao comportamento, ao relacionamento com outras pessoas e mesmo psicologicamente. Por fim, aponto que Rodolfo buscou construir categorias positivas entre os termos que já eram atribuídos a si, uma vez que ele se auto afirmava *negro* em um momento de racialização extrema, e que tal ato político não foi uma iniciativa ou exclusividade dele.

□ □ □

Neste artigo busquei demonstrar como tenho conduzido o estudo de trajetória que venho desenvolvendo ao longo de minha tese de doutoramento, a partir das escolhas de quais os aspectos a serem abordados. Primeiramente, adentro ao universo pessoal de Rodolfo Xavier para apresentar sua família, as relações com o mercado de trabalho, a sua educação formal, assim como, pensar o espaço em que ele estava inserido na cidade de Pelotas. Todos esses elementos se tornam relevantes para a análise de seus textos que tem sido fonte de pesquisas historiográficas há algum tempo, conforme já referido. Além de servir para compreender o pensamento desse sujeito.

Os escritos de Rodolfo são uma fonte privilegiada para o acesso ao cotidiano popular de Pelotas, e eles estão em diálogo constante com as experiências desse sujeito. Por isso, o estudo, que tem a abordagem central focada na trajetória de Rodolfo, não se limita as suas vivências, pois abre um leque de possibilidades, que, infelizmente, acabam sendo limitadas

¹⁵ A Alvorada, 23.07.1933, p.01.

em razão do tempo determinado para a conclusão da pesquisa de tese. Rodolfo era um sujeito comum e assim como ele outros homens negros de sua geração adotaram um comportamento e ideias semelhantes. Assim, podemos romper com a ideia de excepcionalidade em sua trajetória ao ampliar a representatividade de homens negros na história, no contexto do pós-abolição.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Pelotas. 2º Tabelionato. Livros Notariais de registros ordinários. Carta de Liberdade de Eva, Livro 9 (1873-1880), p.52, rosto.

ACERVO PESSOAL. Certidão de batismo, Rodolfo, de 25 de julho de 1874. Câmara eclesiástica do bispado de Pelotas, livro 16, p. 163.

ACERVO PESSOAL. Certidão de casamento de Rodolfo Xavier e Francisca de Paula da Silva Fagundes, de 02 de maio de 1923. Cartório Civil 1º Zona de Pelotas, livro b-22, p. 108-109.

ACERVO PESSOAL. Certidão de óbito de Rodolfo Xavier, de 03 de março de 1964. Cartório Civil da 2º Zona de Pelotas, livro c-17, p. 160 verso.

ACERVO PESSOAL. Pelotas. *Jornal A Alvorada*, 29.02.1964, p. [ilegível].

ACERVO PESSOAL. São Gabriel. *Jornal da cidade*, 27.09.2007, p. 06.

ACERVO PESSOAL. Certidão de nascimento de Adão da Silva Xavier, de 27 de outubro de 1928. Cartório Civil da 2º Zona de Pelotas, livro a-3, p. 124.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Hemeroteca. Pelotas. *A Alvorada*, 23.07.1933, p.01; 05.05.1955, p.01; 21.05.1947, p.01; 12.07.1947, p.01; 27.09.1947, p.01; 19.03.1949, p.01; 20.08.1949, p.01; 27.05.1950, p.01 e 05; 03.06.1950, p.01 e 06; 10.06.1950, p.01 e 06; 15.07.1950, p.01 e 06; 05.03.1955, p.01, 02 e 06; 26.03.1955, p.01; 05.05.1956, p.33; 26.05.1956, p.01 e 06.

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE. Livro de matrícula da BPP, n. 042.

Entrevista com Isabel Cardoso da Silva e Souza no dia 27 de outubro de 2018, na residência dela em Pelotas. Entrevista realizada por Lúcio Xavier Alves, roteiro elaborado por Ângela Pereira Oliveira Balladares. Entrevista concedida para fins da pesquisa.

Entrevista com Isabel Cardoso da Silva e Souza no dia 07 de março de 2019, na residência dela em Pelotas. Entrevista realizada por Ângela Pereira Oliveira Balladares, roteiro livre. Entrevista concedida para fins da pesquisa.

IMPÉRIO DO BRASIL. Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro-RJ: Ed. FGV, 2013.
- ALVES, Lúcio. Rodolpho Xavier: uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas (1931-1935). *Monografia* (Licenciatura História). Pelotas-RS: UFPEL, 2005.
- ARAVIS, Avangelia. O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890-1917). *Tese de Doutorado* (História). Porto Alegre-RS: UFRGS, 2005.
- ARIZA, Marília. Mães infames, rebentos venturosos: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo. *Tese de Doutorado* (História). São Paulo-SP: USP, 2017.
- BILHÃO, Isabel. Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920). *Tese de Doutorado* (História). Porto Alegre-RS: PUCRS, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2011.
- DANTAS, Carolina. Monteiro Lopes (1867-1910), um “líder da raça negra” na capital da República. In: *Afro-Ásia*, n.41, 2010, p.167-209.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1989.
- HUGO, Victor. *Os miseráveis*. São Paulo-SP: Cosac & Naify, 2012. 4 ed.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LONER, Beatriz. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: *2º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. São Leopoldo-RS: Oikos, 2005, p. 01-17.
- _____. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: GILL, Lorena Almeida; KOSHIER, Paulo Luiz Crizel (orgs.). *A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil*. São Leopoldo-RS: Casa Leiria, 2019, p. 79-95.
- _____. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo-SP: Selo Negro, 2011, p. 109-136.
- _____. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. Pelotas-RS: Ed. UFPel, 2016.
- MEIHY, José Carlos. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo-SP: Contexto, 2011.
- OLIVEIRA, Ângela. A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935. *Dissertação de Mestrado* (História). Pelotas-RS: UFPel, 2017.
- PERES, Eliane. *"Templo de Luz": os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875 – 1915)*. Pelotas-RS: Seiva Publicações, 2002.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou a Alvorada: Intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957)*. Pelotas-RS. Ed. Universitária, 2003, v. 7.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Fernanda da. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em pelotas (1820-1943). *Dissertação de Mestrado* (História). Porto Alegre-RS: PUCRS, 2011.

_____. As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960). *Tese de Doutorado* (História). Porto Alegre-RS: UFRGS, 2017.

TOMASCHESKI, Cláudia. Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas-RS: 1847-1922. *Dissertação de Mestrado* (História). Porto Alegre-RS: PUCRS, 2007.

VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luís Augusto (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo-RS: Oikos, 2015.

Dentre caminhos emaranhados: A ação de liberdade de Rosa, Vila de Canguçu (1875)

Alisson Barcellos Balhego¹

O presente artigo tem por objetivo analisar a ação de liberdade de uma mulher escravizada, que vivia na Vila de Canguçu, no ano de 1875. Esse processo faz parte de um conjunto de 64 documentos em sua maioria fundamentados na Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. O trabalho com um documento como esse contribui com a necessidade de reconstituição de uma memória durante muito tempo silenciada, ou seja, atende a interesses sociais e políticos de uma parcela significativa da população brasileira.

Esse tipo de recurso judicial tem seu início com um requerimento, que irá prosseguir assinado por qualquer pessoa livre, em boa parte dos casos, a pedido de cativos. Afora, situações em que outros agentes sociais estavam relacionados a esses processos (subdelegados, curadores e etc.). Na sequência, o juiz nomeia um curador para o ou a proponente e outros elementos judiciais ainda serão propostos. Ainda assim, podem acontecer diferentes requerimentos e tentativas de impedir o prosseguimento da ação.

Depois disso, o advogado ou procurador do réu (no caso, o senhor do escravizado ou seus herdeiros) envia um outro libelo, ou contrariedade, apresentando a defesa de seu cliente. As exposições dos motivos de cada uma das partes também podem se estender em vários requerimentos, até que o juiz esteja determine a conclusão da ação.

Certidões e provas das afirmações são apresentadas de ambas as partes, as testemunhas são ouvidas. Se a escravizada ou o escravizado quer provar que está velho e doente, é feito um exame judicial, ou mais de um, quando as partes não concordam com o primeiro laudo. E depois, o juiz apresenta um relatório do processo e divulga o veredicto.

O prosseguimento da ação se dá com a nomeação de três avaliadores indicados pelo Juiz e pelo/a senhor/a para o caso de haver discordância no montante agregado como valor àquela pessoa escravizada. Além disso, o resultado pode ser contestado caso o Juiz aceite os embargos, mas a parte perdedora poderia recorrer a Corte de Apelação (GRINBERG,2008).

¹ Mestre em História no Programa de Pós Graduação em História /UFPEL

A seguir iremos apresentar o caso, algumas informações sobre a localidade da qual a proponente é oriunda, para na sequência estabelecer reflexões sobre o projeto de liberdade de Rosa e os percalços enfrentados por ela para a obtenção de hesito em sua proposição.

O episódio vivido por Rosa e a Lei do Ventre livre.

No dia 1º de dezembro de 1875 em audiência pública da Câmara Municipal da Vila de Canguçu, em frente ao Juiz, o Doutor Alípio Zacharias de Carvalho, Vicente Ferrer d'Almeida, coletor de rendas gerais da Vila acusou a Albino Pereira Machado e requereu sua notificação, para que na primeira audiência do juízo, Albino nomeasse avaliador para Rosa, visto ela estar classificada para ser liberta com o auxílio dos fundos de emancipação e ter depositado a quantia de duzentos e noventa e quatro mil réis para esse fim.

No dia quatro de dezembro comparecem para a audiência pública, as autoridades competentes. Entre elas, o cidadão Albino Pereira Machado que ouviu do Juiz uma proposta de acordo com relação ao preço para a indenização, que o coletor não concordou, portanto, para fins de libertação, são apontados como avaliadores, Idalino Campos da Luz, o primeiro avaliador indicado. Logo após, o proprietário apontou o Capitão Casemiro Antonio da Silva para exercer a função, por confiar em seu julgo. E o Juiz indicou a louvação de um terceiro avaliador para servir de mediador, no caso de haver discordância entre os dois primeiros, sendo este o Reverendo Padre José Joaquim Rodrigues Fontes. Vencida essa etapa. um consenso é estabelecido e é dado prosseguimento à causa.

Já em 7 de dezembro daquele ano, tanto o Capitão Casemiro como Idalino Luz prestam juramento e são encarregados pelo juiz “para que bem e fielmente, sem dolo, nem malícia” avaliarem Rosa, que estava como propriedade de Albino Machado. Recebido por eles o juramento, prometeram fazer assinar com o juiz. No mesmo dia ocorreu a avaliação pela quantia de 700 mil réis. E dois dias depois os autos são entregues no cartório ao escrivão, que lavra o aviso ao Juiz. Já no dia 10, depois de concluída a organização, os autos são entregues ao Juiz de Direito da Comarca, o Doutor Abílio Álvaro Martins e Castro. O caso tem prosseguimento quando, no dia 23 de janeiro de 1876, os autos e o despacho do processo chegam ao Juiz mencionado. Nesses documentos é certificado que no dia 8 de dezembro de 1875, Rosa foi declarada liberta.

Porém, um ano depois, em 2 de março de 1876 é juntado ao processo uma petição de Albino Pereira Machado requerendo que como Rosa havia sido liberta, poderia ser depositado o pecúlio de duzentos e noventa e quatro mil réis em mãos de José Manoel da Silveira, oferecido para ajudar a mesma libertação, para o completo pagamento. No mesmo dia, Albino

comparece ao cartório para expor que havia recebido do depositário acima sugerido e, portanto, dava como plena e geral a quitação da mencionada quantia.

A Lei do Ventre livre de 28 de setembro de 1871, que a proponente fez uso é uma das primeiras do Império que continha em seu texto a intenção de extinguir a escravidão, contudo, de forma gradual. A normativa era composta por dez artigos e visava dois sujeitos, o escravizado/a, ou futuro libertando, e o filho da escravizada, o ingênuo.

No que diz respeito ao texto da normativa, o primeiro artigo declarou que os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir daquela data fossem considerados livres. Entretanto, essa tinha um outro objetivo, o de determinar o destino dessas crianças e jovens até os 21 anos de idade. Nos vários artigos dessa lei, a orientação dada, seguia no sentido de deixar sobre a responsabilidade do senhor a criação dos ingênuos, para que essas crianças tivessem moradia, alimentação e pudessem estar prestando serviços gratuitos (como forma de pagamento pela criação) após os oito anos de idade (PAPALI, 2002).

De seu terceiro artigo em diante, a lei busca regulamentar o acesso à liberdade, através da legalização da formação de pecúlio, para compra de alforria. Criou os Fundos de Emancipação, no ensejo de garantir a emancipação indenizada, que tinha como objetivo assegurar a legitimidade da propriedade privada. Como é sabido, essa lei regulamenta a emancipação, como deveriam ser concedidas as alforrias e quais os critérios de avaliação. Em seus últimos artigos, procura legislar sobre os contratos de trabalho, observando os libertos, ao que eles deveriam estar submetidos com a inspeção do poder público por um período de cinco anos.

No que concerne as alforrias, o texto da lei é preciso, elimina a necessidade da anuência do senhor para que a alforria fosse obtida. Ainda assim, em relação ao futuro desses inocentes o texto é hesitante. São apresentados apenas dois artigos, os primeiros, que apenas constroem dúvidas em relação ao futuro dessas crianças.

Os artigos que foram utilizados por Rosa, tratam da formalização do pecúlio, da alforria sem anuência do senhor e do fundo de emancipação que auxilia a busca dela pela liberdade. Contudo, mesmo haja um respaldo legal para a busca por liberdade, alguns problemas permeiam o ambiente em que Rosa estava inserida. Havia relutância dos senhores em fornecer as informações exigidas pela Junta Classificatória de Escravos, assim como falta capacitação dos funcionários envolvidos e também pressão exercida pelos senhores sobre a Junta para não perderem seus cativos (SANTOS, 2009). Ou seja, as ações também podiam refletir micro-conflitos locais envolvendo senhores e autoridades paroquiais.

Rosa, assim como outras mulheres escravizadas ou livres que exerciam a função de cozinheira na Vila de Canguçu, labutava em uma região de perfil mais rural em relação ao urbano. E sendo esse ofício desempenhado em um ambiente como o de uma estância local, a velocidade para atender a demanda em momentos intensos da safra, torna mais complexo o desempenho desse tipo de ofício.

A mão de obra delas era imprescindível à sobrevivência do modo de vida dos setores brancos escravistas, as mulheres negras desempenharam papéis como costureira, lavadeira, engomadeira e diversos serviços pessoais nas casas de seus senhores ou de famílias locatárias. A divisão do trabalho por gênero implicou tarefas específicas às mulheres negras escravizadas, assim como às libertas e livres pobres, necessárias tanto para a subsistência de seus senhores, quanto para quem as alugava para a prestação de serviços domésticos (TELLES, 2019, p. 99).

As mulheres escravizadas estavam sujeitas a todos os tipos de aproximações sexuais e outras formas diretas de coerções, como chantagem, ameaças por parte de senhores, familiares e outros livres que exercessem autoridade sobre elas, tais como traficantes, feitores e etc. Portanto, romper com esse sistema que aplica situações de violências variadas para as pessoas negras, pois calcula diferenças de gênero para as infligir, significa que a oposição perpassa uma estratégia que é calcada no real, nas vivências e experiências de êxito e falha de outras mulheres e homens negros que passam por momentos de espera, de negociação, de fuga, ou por medidas mais abruptas, de acordo com a possibilidade mais viável verificada pelos atores sociais, ou seja, a estratégia de quem resistia gira em torno das possibilidades existentes para cada pessoa.

A datação do recurso registra quatro anos pós o Ventre Livre ser estabelecido, momento em que a desigualdade de distribuição de riquezas existente entre os senhores da região, aumentava intensamente. Vargas (2012), analisando os inventários post-mortem de Pelotas, assinala que a desigualdade entre os senhores no período dessa ação aumenta consideravelmente:

A concentração de renda, que se acentuou na década de 1870, veio acompanhada de uma concentração de cativos e de um aumento da distância entre os maiores plantéis e os menores plantéis inventariados. Dividindo os inventários entre 1846 e 1885 em períodos de 10 anos, é possível verificar que no primeiro (1846-1855) 14% dos inventários possuíam 30% dos escravos, mas no terceiro (1865-1875), 16% dos inventários detinham 49% dos escravos. No decênio seguinte, 2 charqueadores (28% dos inventariados)

possuía 60% dos escravos. Mas se um diminuto topo conseguiu manter plantéis superiores a 150 cativos em todas as décadas, na parte de baixo desta pirâmide percebe-se que o número de charqueadores com plantéis menores que 25 escravos aumentou ao longo do tempo. De 1846 a 1870, somente 2 inventariados apresentaram este índice. Mas entre 1871 e 1885, 6 proprietários possuíam um plantel nesta faixa –considerada pequena para os padrões das charqueadas. Portanto, a desigualdade entre o maior escravista e o menor escravista aumentou muito durante as décadas. Enquanto na primeira faixa o proprietário de cativos possuía 3,1 vezes o plantel do último, na última faixa o plantel do maior era 19,8 vezes maior que o do último (VARGAS, 2012, p. 7-8).

Ou seja, acontecia uma crise na econômica na região e em virtude disso, uma distância cada vez mais acentuada de riqueza entre os senhores. Canguçu estava conectada a esse sistema econômico de abastecimento das charqueadas e perdeu parte de seus escravizados para os pelotenses por intermédio do tráfico interno. Sem esquecer que, com o aumento do preço dos cativos após a Lei Eusébio de Queirós (1850), manter uma pessoa como cativa é difícil e conforme os anos passam, mais custoso se tornava. Ainda são necessárias novas pesquisas que estudem de forma mais aprofundada a forma como a crise da pecuária e das charqueadas afetou a economia escravista da região da Serra dos Tapes, algo que essa dissertação não buscou realizar (BALHEGO, 2020).

Além disso, as falas ou suas ausências ao longo da ação são escolhas, são movimentos pensados, pois existiam riscos para ambos os lados. É preciso se considerar que Rosa não quisesse externar algum tipo de descontentamento. E esse tipo de posição, auxilia no decorrer, na estratégia que foi traçada para o decorrer do processo. Rosa poderia continuar exercendo trabalho forçado e dependendo do desfecho o senhor poderia ter de arcar com os custos do processo que eram altos. Ainda mais em um contexto dominado por homens brancos, como é o caso da Câmara Municipal da Vila de Canguçu.

Rosa teve um posicionamento estratégico que atentava, pelo menos para duas situações. Uma mais ampla, levando em conta as movimentações que estavam acontecendo política e economicamente no país. E uma específica, que observa região e suas dificuldades. Ou seja, o domínio sobre o contexto em que estava envolvida, fundamenta o raciocínio detrás dessa busca jurídica que desemboca em sua liberdade.

Não podemos deixar de atentar que a população escravizada usou da melhor maneira possível as brechas abertas pelas leis. Foi o que ocorreu com a lei 2.040 para as pessoas que tiveram condições de a utilizar. Então, em alguns casos atitudes como acumular pecúlio, arranjar casamento durante os trabalhos da Junta Classificadora ou mesmo ir morar em

idades com maiores possibilidades de classificação eram opções para melhorar sua situação entre as categorias prioritárias.

O documento que acolhe o caso de Rosa não expõe informações sobre a formação do pecúlio dessa trabalhadora, contudo, nos leva a pensar em como pode ter sido constituído. A análise de Perussatto (2010) sobre casos e números referentes à consecução da liberdade (alforrias notariais) em Rio Pardo-RS indica que a maioria das atividades especializadas, costureira, ou cozinheira, como Rosa, ocorria no espaço doméstico, o que na prática acabava por confundir tanto a divisão doméstico/especializado, como a delimitação rural/urbano, pois, cozinheiras, lavadeiras e costureiras estavam tanto nas propriedades rurais, como nas urbanas, ou mesmo em ambos os espaços devido aos deslocamentos de seus senhores, do emprego no ganho ou aluguel. Perussatto explica que, em Rio Pardo, as mulheres que mais apresentaram pecúlio desempenhavam serviços domésticos, logo na sequência estavam as cozinheiras e as lavadeiras que embora fossem consideradas mais especializadas, também se inseriam no espaço doméstico. Só depois vinham os lavradores, sapateiros e campeiros.

Todavia ao levar esse raciocínio para a Vila de Canguçu, podemos analisar que a situação econômica de dependência a Pelotas dessa região, aliada a sua estrutura mais rural que urbana, não propiciava a Rosa um espaço tão produtivo para a formação de seu pecúlio. Ainda assim, são as mulheres que mais apresentam pecúlio no conjunto de ações de liberdade de Canguçu. A diferença consiste que em Canguçu o fundo de emancipação fez parte da estratégia de uma forma diferente. As pessoas que dele fizeram uso, aproveitavam os momentos em que havia verba para buscar o auxílio da justiça.

O pecúlio é provavelmente fruto do trabalho da cozinheira e do auxílio de outras pessoas que residiam na localidade e pertenciam ao seu círculo próximo de relações familiares, sociais e afetivas. Ainda assim, não podemos descartar que mesmo que as informações circulem, utilizar esse tipo de provisão demanda uma série de relações um tanto formais, no que diz respeito às autoridades que tocam o processo do escrivão, até o círculo de convivência que apresenta as informações mais simples sobre a busca por esse direito.

No entanto, aquela região fazia parte de uma zona de solidariedade. Assim sendo, existe uma ideia de coletividade que constitui a ação de Rosa e a de outras pessoas que utilizaram a justiça para pautar sua liberdade em Canguçu. Em um momento histórico no qual a percepção de sujeito, é muito distinta da de sujeito contemporâneo, ou seja, estamos dissertando sobre pessoas que tendiam a se movimentar em grupo, ou que minimamente faziam uso de informações, mesmo que simplórias, da possibilidade de acesso à justiça.

Nesse sentido, as relações sociais são o caminho de leitura que nos auxilia a entender essas situações, pois a produção econômica da Vila de Canguçu nesse momento era baixa, a condição de dependência ao pólo (Pelotas), de basear sua produção na subsistência para abastecimento posicionava a vida local para a produção de culturas e criação de gado. Em razão disso, a vila de Canguçu não tinha um desenvolvimento urbano exponencial, o que, de certa forma, não favoreceria Rosa no acúmulo de pecúlio através de seu ofício se comparado ao que outras cozinheiras puderam desenvolver em regiões de maior desenvolvimento urbano.

Além disso, é importante atentar que essa não é uma região desconhecida, pois a Serra dos Tapes, foi evidenciada historicamente como esconderijo de cativos, por conta dos acidentes naturais que sua geografia apresenta. O funcionamento das charqueadas requeria significativos plantéis de cativos africanos ou descendentes de. E é nessa região que a historiografia identifica os principais focos de resistência de pessoas escravizadas, manifestada tanto na forma de rebeliões, como em fugas deliberadas com o intuito de constituir quilombos. É o que apresentam (MAESTRI, 2002) e (MOREIRA et al, 2013).

Canguçu está situada no escudo granítico rio grandense e reúne no íntimo de suas divisas, parte da Serra dos Tapes, entre os rios Piratini e Camaquã. A Serra dos Tapes é a formação geológica mais antiga do Estado, que compreende os municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul. Em virtude das particularidades geográficas, é um ambiente de difícil locomoção, principalmente para quem não conhece os detalhes do local. Além do que, é uma região fronteira, logo, existia um fluxo de transeuntes, mercadorias e também de trocas culturais diversas, o que caracteriza a localidade (BALHEGO, 2020).

O Censo de 1872 apresenta dados e alguns detalhes da localidade e através desse documento fica exposto que das 11.014 pessoas que residiam em Canguçu em 1872, 17% (ou 1.867) eram pardas, destas 8% estavam escravizadas, enquanto 24% (ou 2.614) eram pretas e destas, 17% estavam em condição de escravidão. Logo, os dados sobre cor dão conta de que a população de pessoas pretas e pardas em condição de escravidão somam 25% (ou 2.796 pessoas), já as livres atingem 16%, (ou um contingente de 1.685).

As pessoas escravizadas formavam o maior montante se comparadas às libertas e livres de cor, e se esses grupos forem somados, alcançam mais de 40% do contingente populacional local. O que não é distinto de outras regiões próximas, pois dentro do percentual de “pretos e pardos” dos municípios da Província de São Pedro, apenas sete dos 27 municípios tinham um percentual igual ou superior a 40% de pardos e pretos, sendo eles Encruzilhada 43,2% (3.647), Porto Alegre 43,1% (18.965), Bagé 43% (9.359), Jaguarão

41,9% (5.772), Piratini 41,4% (2.692), Canguçu 40,7% (4.481) e Pelotas 40% (8.507) (PEDROSO, 2013).

Thiago Araújo (2008) explica que esse quadro demonstrado no Rio Grande do Sul é semelhante a outros locais nas Américas e províncias brasileiras, divergindo da suposta peculiaridade sulina, em que a escravidão não teria sido expressiva, logo a descendência africana no Estado não teria um peso demográfico importante (ARAÚJO, 2008).

Na Serra dos Tapes, o quilombo itinerante liderado por Manoel Padeiro, que percorria diversos ranchos e firmava complexas relações de trocas com sitiantes, taberneiros, escravarias de chácaras e charqueadas é proeminente. Contudo não era só de saques que a sobrevivência do bando estava escorada, pois organizavam pequenas roças, também itinerantes (MOREIRA et al, 2013):

As práticas quilombolas eram mais amplas do que um o “mero” ajuntamento de escravos fugidos, elas ensejavam solidariedades, reinvenções étnicas, potencializavam alianças e afetividades, e até mesmo, e dependendo da permanência em um mesmo sítio, demarcavam territorialidades que acabavam eternizadas em topônimos de variados tipos. (MOREIRA; AL-ALAM; PINTO, 2013, p. 34)

Logo, existe uma rede de auxílio, uma complexa rede social que envolve pessoas de diferentes núcleos, que colaboram, em diferentes níveis, no embate entre escravizados e senhores, o que configura, um campo negro, como aponta Flavio dos Santos Gomes (2015):

O que denominamos campo negro é essa complexa rede social. Uma rede que podia envolver em determinadas regiões escravistas brasileiras inúmeros movimentos sociais e práticas socioeconômicas em torno de interesses diversos. O campo negro, construído lentamente, acabou por se tornar palco de luta e solidariedade entre os diversos personagens que vivenciavam os mundos da escravidão. (DOS SANTOS GOMES, 2015, p. 278).

Essas territorialidades, solidariedades e afetividades tramadas ao longo de décadas, herdadas e reconstruídas em cada época, certamente estavam vivas nas décadas de 1860 e 1870, num contexto de apreensão por parte dos cativos, que podiam ser vendidos a qualquer momento para algum charqueador pelotense, por exemplo. Essas redes de solidariedade e articulações ficam chamativas quando observamos o potencial econômico da Vila de Canguçu, as organizações das pessoas escravizadas naquela localidade (os quilombos), e atentamos ao pecúlio apresentado por algumas pessoas escravizadas, que por vezes era composto de valores que aumentavam rapidamente ou de curiosas peças de valor monetário. Ou seja, existiam esforços coletivos de vários sujeitos sociais, para a libertação de algumas pessoas escravizadas. Podemos calcular que há empatia entre as pessoas negras libertas e que haviam fugido com aqueles que ainda viviam a rotina do cativo. E existia o conflito de

interesses entre as pessoas do mundo branco, que transpassa essas situações, assim como o auxílio de setores emancipacionistas e os projetos de liberdade, tanto individuais, como das famílias negras (REIS, 2007).

No próximo tópico apresentaremos algumas considerações em relação a micro-história como o método de pesquisa. Para tanto, serão expostas no corpo do texto algumas reflexões que corroboram para a compreensão do projeto de liberdade de Rosa e sua agência contrária ao sistema escravista.

A Micro-história como método para o caso

O estudo tem como objetivo interpretar como Rosa, enquanto agente social no sistema escravista que busca inserção na sociedade, expõem seus anseios, seus laços de solidariedades e conflitos com homens livres e libertos, em um embate entre a escravidão e a liberdade. Nesse sentido, a Micro-história é o método de investigação mais interessante por auxiliam a dar nitidez ao social.

Segundo Henrique Espada Lima (ESPADA LIMA, 2006, p. 16): “A micro-história foi formulada, como um conjunto de proposições e questionamentos sobre os métodos e os procedimentos da história social[...]”. Giovanni Levi, em 2009, dissertando em relação a corrente historiográfica nascida em torno da revista *Quaderni Storici*, estabeleceu o surgimento da micro-história “mais” como “uma série de práticas e de métodos do que uma teoria” (LEVI, 2009, p.15).

Contudo, alguns pontos em comum aproximavam os primeiros trabalhos dos historiadores italianos. A redução da escala de análise, como forma analítica, que “pode ser aplicado em qualquer lugar, independente das dimensões do objeto analisado” (GINZBURG; PONI, 1991) é um dos elementos. E “A observação microscópica” que apresenta estruturas que em uma visão macro passam despercebidas, com os fenômenos históricos assumindo “significados completamente novos” é outro (GINZBURG; PONI, 1991, p.173-174).

No momento em que a escala de análise é reduzida, uma das ferramentas passíveis de aplicação é a busca pelo nome dos sujeitos históricos. Proposta metodológica desenvolvida por Carlo Ginzburg e Carlo Poni no início da década de 1990. Como indicam os autores, as documentações expõem os sujeitos em várias condições sociais. O registro cartorial apresenta os sujeitos apenas enquanto compradores, vendedores, realizando uma hipoteca. Os eclesiásticos enquanto pai, mãe, padrinho; os processos criminais como réu, testemunha, vítima. O problema é que se limitar a estas informações ou a somente a consulta de um desses documentos pode resultar na perda da complexidade das relações que ligam um indivíduo a

uma sociedade determinada. Entretanto, conforme os autores apontam, se a investigação for suficientemente circunscrita, as séries documentais podem se sobrepor no tempo e no espaço permitindo encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos, conectados pelo nome (GINZBURG; PONI, 1991).

Outra contribuição relativa a essa questão é da historiadora Simona Cerutti (1998), que analisando a formação dos grupos profissionais em Turim nos séculos XVII e XVIII, relata que tentou acompanhar os protagonistas do processo em suas trajetórias individuais para reconstituir a variedade de sua experiência nos diferentes campos da vida social do que a partir da posição hierárquica deles.

A última reflexão sobre contribuições da micro-história em relação ao entendimento da escravidão é do historiador Jacques Revel, ao referir que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento. O que não causa apenas o aumento ou a diminuição do tamanho do objeto, mas modificando sua forma (REVEL, 1998).

Portanto, a micro-história é o método de investigação mais adequado, por ser uma forma de se opor a modelos teóricos globalizantes, que negam a presença dos sujeitos analisados perante suas escolhas, pois não percebe suas experiências e desejos, por exemplo. Contudo, de forma alguma a ideia seja a desvinculação do macro, pois compreendemos que estrutura e experiência se conjugam, proporcionando a observação de agentes sociais que deixaram poucos vestígios de seu passado, como é o caso de Rosa:

Os exercícios historiográficos ligados à Micro-história não se limitam ao resgate do extraordinário, do peculiar, às vezes tão sedutor em si mesmo; mas servem para esclarecer o social, percebendo as múltiplas inter-relações existentes em objetos microscópicos e cotidianos e com isso complexificar o social (2003, p. 24).

Então, a análise do recurso judicial requerido por Rosa tem o intuito de interpretar, enquanto sujeito social dentro do sistema escravista objetiva se inserir na sociedade. Nesse sentido, por meio do episódio vivenciado por Rosa é possível perceber uma das opções que a população escravizada do sul do Brasil utilizava para combater o sistema escravocrata, um projeto de liberdade em execução. Ela assim como várias outras pessoas buscaram a justiça para confrontar os senhores e também cobrar direitos. Além disso, é uma documentação que nos apresenta a atividade da sociedade via estado para com essas pessoas e delas com tais aparatos, uma relação de pouca destreza.

Uma última ponderação sobre o caso que precisa ser feita é que a busca por liberdade via Justiça, retoma o pensamento do britânico E. P. Thompson (1987) que apresenta uma análise de evidências fornecidas por documentações. Nela o autor identifica o papel do direito

como um campo de lutas relativamente autônomas, uma arena. E compreende que o direito é um instrumento mediador de conflitos entre as classes, um campo de lutas com resultados inesperados, uma vez que os dominados podiam imprimir derrotas aos dominantes, de acordo com os contextos e códigos normativos estabelecidos. Contudo, ao se valer do Estado para requerer o direito de liberdade, Rosa estava lidando com o mesmo Estado que garantia a existência da escravidão.

Considerações finais

Obviamente, a ideia aqui não é mensurar a efetividade dos elementos jurídicos, mas sim sua força simbólica no imaginário dos agentes sociais. E as possibilidades que as pessoas escravizadas vislumbram com as brechas que foram se abrindo ao passar dos anos. Afinal, mesmo sendo complicado buscar um desejo através da justiça, ainda é uma possibilidade de ação.

As ações de liberdade forçaram o estado a intervir nas relações entre escravizados e senhores, o que configura uma intervenção na relação de propriedade concebida pelos senhores e em uma busca coletiva por direitos das pessoas escravizadas. O *Ventre Livre* é a norma que concedeu certo respaldo, mas não pode passar despercebido que mesmo com essa lei haviam formas dos senhores conturbarem sua execução do processo.

Observar o protagonismo de Rosa significa atentar a condição de uma mulher negra escravizada, que residia no extremo sul do país e buscava reunir condições para pôr em prática um plano de liberdade individual, mas que faz menção para a ação de outras pessoas em condição social de escravidão daquela Vila e de regiões próximas, o que pode ser percebido como uma ideia coletiva.

Um objetivo de um grupo populacional que leva a frente o desejo de se livrar do cativeiro e vivenciar a liberdade. O desenvolvimento desse tipo de procedimento judicial não é simples, pois necessita que alguma pessoa livre de início ao recurso, ou seja, era necessário que Rosa tivesse trânsito no mundo branco, assim como era preciso ter o conhecimento sobre quem poderia auxiliar dentre as pessoas cativas e libertas, aproveitar disputas locais dos homens com histórico militar que exerciam a função de autoridade responsável pelo julgo dessas causas no âmbito judicial, entre várias outras situações.

Ou seja, transitar entre esses sujeitos sociais é um movimento que demandou sagacidade por parte de Rosa, para que o projeto de liberdade construído por ela reunisse condições favoráveis a seu desenvolvimento, pois a possibilidade de não efetividade era uma constante.

O episódio vivenciado por Rosa, um projeto de liberdade executado com hesito, apresenta uma das várias formas de resistir ao sistema escravista brasileiro utilizada por pessoas livres e cativas que residiam na Vila de Canguçu, demonstra detalhes da Vila, evidencia a Justiça como uma arena, um palco de disputas entre senhores e escravizados e auxilia na compreensão do regime escravista e do ambiente social daquele momento histórico.

Fonte

Arquivo Centralizado do Judiciário. Ação de Liberdade da escrava Rosa, de propriedade de Albino Pereira Machado. Juízo Municipal Termo de Canguçu. 1875.

Referências

ARAÚJO, T. L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008 [dissertação de mestrado].

BALHEGO, Alisson. *Para o bem e fielmente, sem dolo, nem malícia: Ações de Liberdade em Canguçu (1868 – 1887)*. Dissertação de Mestrado, Programa de pós graduação em História/Universidade Federal de Pelotas, 2020.

CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

DOS SANTOS GOMES, Flávio. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Companhia das letras, 2006.

ESPADA LIMA, H. *A micro-História italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009, p. 23.

GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. O nome e o como. In: GINZBURG, Carlo (org.). *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GRINBERG, K. *Liberata: A lei da ambiguidade - as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010, 74 p. ISBN 978-85-99662-76-2. Available from SciELO Books.

Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3270-28-setembro-1885-543466-publicacaooriginal-53780-pl.html>>. Acesso em janeiro de 2021.

LEVI, Giovanni. Prefácio. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009.

MAESTRI, M. J. *Deus é grande, o mato é maior!:* trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2002.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem:* experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre 1858-1888. Porto Alegre: EST, 2003.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso; PINTO, Natália Garcia. *Os calhambolas do General Manoel Padeiro:* práticas quilombolas na serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835). Oikos Editora, 2013.

PAPALI, Maria Aparecida CR. A Legislação de 1871, o judiciário e a tutela de ingênuos na cidade de Taubaté. *Revista Justiça e História*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Ano, v. 2, 2002.

PEDROSO, Wagner de Azevedo. *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado)

PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Como se de ventre livre nascesse:* experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão–Rio Pardo/RS, c. 1860-c. 1888. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2010. [Dissertação de Mestrado].

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos et al. *A família negra no tempo da escravidão:* Bahia, 1850-1888. [Tese]. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2007.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escala:* a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. Os bastidores da lei: estratégias escravas e o fundo de emancipação. *Revista de História*, v. 1, n. 2, p. 18-39, 2009.

TELLES, Lorena Feres da Silva. *Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas:* maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX). Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019.

THOMPSON, Edward. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VARGAS, Jonas. Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER, Regina Célia Lima. *Escravidão e Liberdade:* temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012. pp. 275-302.

Redes na Diáspora Negra: Conexões e Mobilizações entre Canadá e Estados Unidos na década de 1850

Marcelle Carvalho¹

Introdução

No Brasil, no decorrer do século XXI, houve um crescente número de políticas públicas que impactaram a população negra e propagaram o conhecimento que lhe diz respeito. Entre elas, destacaram-se: a Lei Nº 10.639/03, que trouxe a obrigatoriedade do Ensino da Cultura e História Africana e Afro-Brasileira no ensino básico; a Lei de Cotas Nº 12.711/12, que reserva cotas para negros (pretos e pardos) no ensino superior federal e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; a Lei Nº 12.990/14, que reserva para negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos; e a Portaria Normativa Nº 13, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Educação, sobre cotas para inclusão de negros (entre outros) nos programas de pós-graduação.²

Diante do exposto, desenrolou-se um crescimento significativo e qualitativo nas pesquisas acadêmicas sobre os legados africanos e afro-brasileiros, que instigaram e fomentaram a demanda por pesquisadores de pós-graduação e professores universitários. Progressivamente, instituições federais e estaduais de ensino superior passaram a adotar em seus currículos a disciplina de História da África ou disciplinas que dialogassem diretamente com a herança africana (o que incluía seus descendentes do Atlântico), refletindo acerca da necessidade de contratações de profissionais especializados³. As temáticas se multiplicaram nacionalmente, ganhando mais espaço e urgência, estabelecendo um diálogo com os estudos pós-coloniais, decoloniais e anticoloniais.

O aumento de pesquisas sobre questões raciais resgatou grandes intelectuais que estavam esquecidos e desvalorizados no meio acadêmico. Autorias como Lélia Gonzalez

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com financiamento CAPES. Historiadora e licenciada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Integrante do “Grupo de Pesquisa Trabalhadores Livres e Escravos no Ceará. Diferenças e Identidades” (UFC).

² Muitas dessas leis também abarcam povos indígenas e pessoas com deficiência, no entanto, o presente trabalho foca na temática referente à população negra, ao mesmo tempo em que reconhece a importância, legitimidade e urgência dessa ampliação. Ressaltamos a necessidade de estudos que contemplem as formas pelas quais essas políticas impactaram tais grupos em específico, até mesmo para perceber e abalizar os avanços e limitações da legislação na prática cotidiana. Sabendo que são incluídos nas mesmas leis, porém possuem suas próprias histórias, legados e reivindicações.

³ Tal crescimento tem sido continuamente observado nos encontros da Associação Nacional de História - ANPUH, que vem aglutinando maiores trabalhos na formação de Simpósio Temático específico: “De que África estamos falando?” (RIBEIRO; SANTOS, 2020)

(1935-1994), Beatriz Nascimento (1942-1995) e Abdias do Nascimento (1914-2011) são alguns destaques. As novas pesquisas passaram a dialogar com autores negros e autoras negras de espaços como África, América Latina e Caribe, questionando as consagradas historiografias europeias e estadunidenses. Essa historiografia insurgente trouxe foco, principalmente, para as pesquisas a respeito da História dos países africanos que sofreram colonização portuguesa e a História Afro-Brasileira, sendo que a historiografia brasileira acerca da história de africanos em outros espaços da África ou da Diáspora ainda permanece, majoritariamente, reduzida no nosso país.

O trabalho aqui proposto intenta perceber a História da Diáspora Negra na América do Norte e pode servir para enfatizar aspectos comuns das experiências dos(as) africanos(as) na Diáspora. Por exemplo, segundo o camaronês Achille Mbembe (2018), é necessário perceber que a categoria “negro” foi cunhada social e historicamente e, por isso, é repleta de interesses e impactos sociais. No processo de colonização, homens europeus, brancos, cristãos e héteros buscaram enquadrar populações diversas (fosse cultural, social, política e economicamente), de modo a homogeneizar e estereotipar os grupos violentados e desfragmentados. Assim, os primeiros edificaram identidades, que funcionavam dentro de uma hierarquia de valores. O sociólogo Ramón Grosfoguel (2016) complementa demonstrando que as identidades na colonialidade definia os não-europeus, não-homens, não-cristãos, não-héteros, como inferiores nos mais diversos aspectos (inclusive intelectualmente). A ressignificação e requalificação dessa categoria exigem uma série de abstrações, para se desprender de suas especificidades, sejam ligadas as categorias de nação, classe, língua, religião ou outras. Tal desprendimento é necessário – segundo os pensadores supracitados, bem como para os demais estudos pós-coloniais, decoloniais e descoloniais – para se perceber os interesses comuns dentro das sociedades ainda regidas pelas colonialidade.⁴

No que se refere ao tema da imigração, a dispersão da população negra traz uma miríade de especificidades em relação à migração de outros povos. Ela se difere pelos mais diversos aspectos, tendo em vista as inúmeras violências envolvidas: físicas, econômicas, políticas, psicológicas e espirituais. Essa parte da história do mundo Atlântico foi tratada, em sua maioria, através das lentes da colonialidade, que tendiam a tratar negros e negras apenas como números, como posses (no período escravista) ou como objetos de pesquisas destituídos de vontades, interesses ou necessidades. De tal modo, o discurso de um povo esmagado pelos

⁴ Diversos autores contribuíram para tais estudos, citando direta ou indiretamente o termo da colonialidade, entre eles destaque: William Edward Burghardt Du Bois, Frantz Fanon, Aimé Césaire, Eric Williams, Angela Davis, Zora Neale Huston, V. Y. Mudimbe, Oyèrónké Oyèwùmí, Chimamanda Ngozi Adichie, Patricia Hill Collins, bell hooks.

interesses econômicos ignorou as diversas formas de resistência, de luta e organização daqueles que se negavam a ceder o espaço de sujeitos da própria história.

Kim D. Butler e Petrônio Domingues (2020) enriquecem tais pensamentos demonstrando, na historiografia mais recente, a importância de se pensar as especificidades da Diáspora Negra. Os intelectuais destacam que a circulação dessa população é rica e complexa, pois foi capaz de levar consigo diversos conhecimentos e fazer circular imagens, objetos, ideias, mensagens, etc. Em meio a um fluxo significativo entre países e através do Atlântico, negros e negras ultrapassaram as fronteiras nacionais e alimentaram redes maiores, transnacionais, enfrentando subsequentes processos de desterritorialização e criando estratégias de reterritorialização. Os historiadores ressaltam que:

[...] a diáspora negra nas Américas pode ser entendida como um espaço plasmado por diversos lugares e comunidades heterogêneas: uma encruzilhada, por assim dizer, mediada por diversos aspectos da experiência negra durante a escravidão e também depois da abolição. Seu *locus* de enunciação é policentrado, ou seja, não possui um único centro transmissor, por isso as mensagens estão por toda parte, viajando, circulando e assumindo múltiplos sentidos e significados, conforme a recepção local. (BUTLER & DOMINGUES, 2020, p. xiii)

Katherine Bankole (2009) destaca ainda que há questões fundamentais a se discutir no que se refere à circulação de valores africanos entre as mulheres negras nas Américas oitocentistas, fosse por nascidas em terras africanas ou por suas descendentes na Diáspora. A historiadora oferece sete chaves interessantes para compreender a feminilidade africana que flui nos Estados Unidos, destacando suas bases históricas e intelectuais, dentre elas:

1) transformar a ideia de fraqueza (ou fragilidade percebida) feminina em força; 2) relacionar-se estrategicamente, travando combate, com a estrutura de poder; 3) agir de maneira assertiva e peremptória em situações críticas; 4) cultivar um senso reforçado de si mesma, orientado e apoiado pela relação da pessoa com a comunidade; 5) concentrar a força da comunidade; 6) recorrer ao humanismo essencial; 7) usar o risco como ferramenta necessária da libertação. (BANKOLE, 2009, p.263)

Consideramos que esses valores foram levados inclusive para o Canadá, através das emigrantes que para lá foram e auxiliaram na recepção e criação de estruturas de acolhimento para os recém-chegados, fugidos da escravidão ou do racismo estadunidenses. Nesse sentido, o presente texto traz destaque para as experiências narradas pelos próprios negros e negras, que escreveram suas próprias autobiografias ou as narrou para terceiros, que as publicaram ainda no século XIX, além do livro de Benjamin Drew, abolicionista branco que circulou pelo Canadá colhendo narrativas de emigrados e concedeu considerações acerca das viagens.

Visamos perceber as formas de resistência adotadas em relação ao sistema escravista estadunidense, conectando experiências que romperam fronteiras, chegando ao Canadá. É necessário considerar as fugas, a emigração e as articulações políticas para um engajamento cada vez maior dessa circulação, identificando como a região tornou-se um destino escolhido pelos próprios negros e negras.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa e respeito para com os avanços das diversas áreas de saber, buscamos diálogo com as áreas vizinhas, como Sociologia, Filosofia, Letras e Psicologia. Ressaltamos, assim como outros pensadores que vieram antes de nós, que a interdisciplinaridade contribui com outras abordagens, questionamentos e tensionamentos riquíssimos para a historiografia. Por fim, cabe ressaltar que todas as citações feitas nesse texto serão traduções, acompanhadas de nota de rodapé da versão original, em língua inglesa.

Articulações políticas transnacionais na Diáspora

Grada Kilomba (2020) e bell hooks⁵(2020) nos auxiliam a refletir sobre o significado da “margem” nas sociedades atravessadas pela colonialidade. Apontam que a margem é tida, muitas vezes, como espaço da exclusão, daqueles que são impossibilitados de desfrutar da sociedade de direitos. Porém, por outro viés, apontam para a “margem” como espaço de resistência e de possibilidade, como lugar aberto à reflexão crítica pelos indivíduos que sofrem as opressões de raça, gênero, sexualidade e classe. Os sujeitos “na margem” podem problematizar e desconstruir argumentos recorrentes dessa sociedade que, “no centro”, os penaliza por esses pensamentos. Por tanto, a margem é um lugar onde se pode exercer a criatividade e imaginar mundos alternativos.

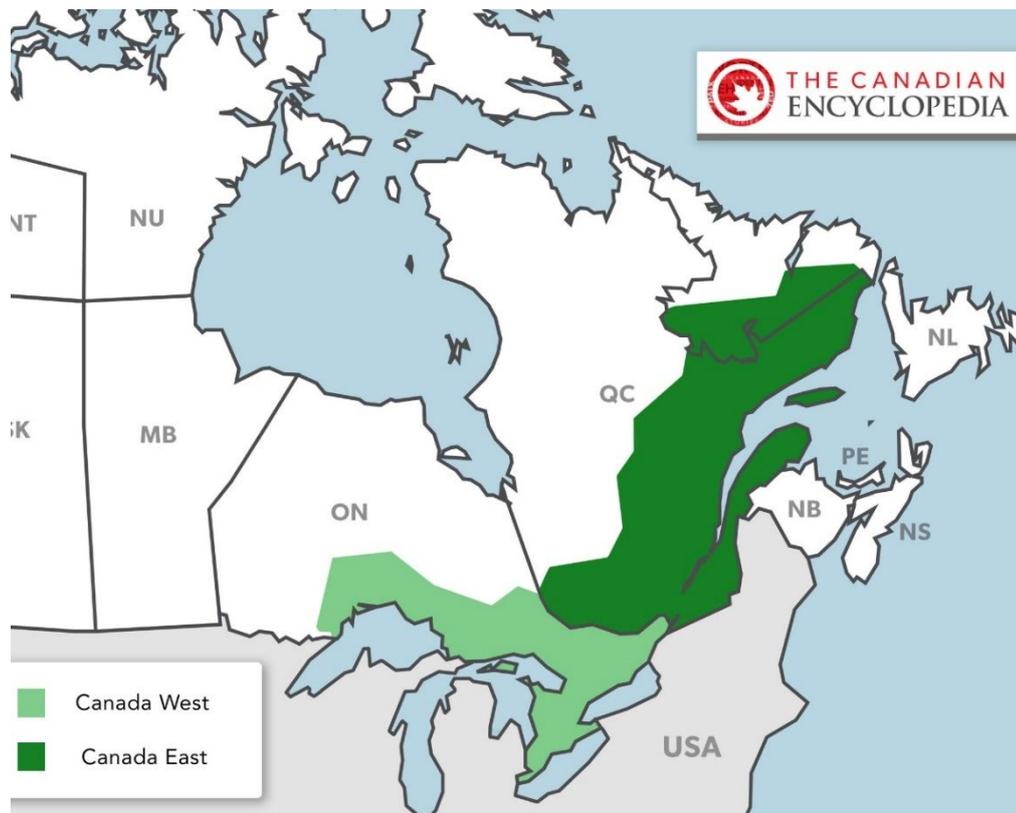
Percebemos em nossas fontes que negros e negras estadunidenses logo identificaram as potencialidades da margem, como entendida pelas intelectuais. A emigração de negros(as) para o Canadá ocorria desde fins do século XVIII, com o fim da Guerra de Independência norte-americana. Aqueles que lutaram ao lado dos britânicos ganharam a oportunidade de continuar suas vidas em liberdade no Canadá, no período de domínio britânico. Logo, tornaram-se conhecidos como legalistas negros. Segundo Shadd, Cooper e Frost (2009), a partir de 1834, as movimentações seriam ainda alimentadas pela legislação, o Ato Imperial Britânico (*British Imperial Act*) potencializaria a emigração para o local, fazendo com que a região ficasse conhecida como antiescravista, ao transformar em livre todos que conseguissem tocar seu solo.

⁵ O nome de bell hooks é grafada em minúsculo, por opção da autora, como forma de contrapor-se politicamente às convenções linguísticas e acadêmicas.

A maioria dos negros e negras, que produziram as fontes aqui discutidas, se assentou no Canadá Ocidental (“Canadá West” na imagem abaixo), pois a região era estratégica em diversos fatores: era próxima aos Estados Unidos, o que facilitava o contato com as sociedades abolicionistas dos Estados do Norte e com parentes deixados para trás; possuía um clima mais propício para à produção agrícola (em relação ao Canadá do leste); oferecia uma estrutura social mais favorável (assentamentos e comunidades que aceitavam/toleravam pessoas negras, com leis que puniam abusos); e meios de transportes facilitavam a circulação de ideias, mercadorias e de pessoas, ao mesmo tempo em que ofereciam possibilidades de trabalhos remunerados. Entre esses meios de transporte, destacam-se os barcos a vapor, que ofereciam maior fluidez pelos grandes lagos, e as ferrovias, que, a partir da década de 1850, atraíram e melhoraram a vida de muitos dos emigrados. Segundo John Little, um dos negros fugitivos, “Chatham ‘teve seu grande começo’ em 1852, enquanto a *Great Western Railway* estava sendo construída. Os negros começaram a chegar no primeiro assentamento da cidade: atualmente eles estão crescendo em uma proporção maior do que os brancos.”⁶ (DREW, 1856, p. 235-236).

⁶ No original: “Chatham ‘took its great start’ in 1852, while the Great Western Railway was constructing. Colored people began to come in at the first settlement of the town: at present they are increasing in a greater ratio than the whites. [...]”.

Mapa da Província do Canadá (1841-1867)



Fonte: FOOT, Richard. Canada West. In: *The Canadian Encyclopedia*. Published Online. November 19, 2014. Last Edited September 27, 2019. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/canada-east>

O Canadá Ocidental tornou-se um lugar de recomeço para os desacreditados da possibilidade de uma vida em liberdade nos Estados Unidos, com destaque para a década de 1850, depois de aprovada a Lei do Escravo Fugitivo. Tal lei permitia que proprietários fossem até estados onde a escravidão já havia sido abolida para perseguir e apreender escravizados fugidos. Assim, nessa década, o movimento de migração se intensificou, fosse por escravizados fugidos ou por libertos e livres, que temiam a (re)escravização. Entre aqueles(as) que emigraram, destacaram-se homens e mulheres interessados em contribuir na organização de estruturas de acolhimento e melhoria das condições dos fugitivos nas novas terras, pensando questões educacionais, religiosas, jurídicas, além de alimentação, moradia, empregos, entre outros.

Nas novas terras, os(as) refugiados(as) seguiram para diversos espaços, fossem abrindo clareiras para novos assentamentos, convivendo em outras áreas rurais ou direcionando-se às cidades. Aqueles que chegaram ao longo da primeira metade do século XIX foram se organizando para lutar por formas jurídicas de garantia de direitos para seus semelhantes. William Thompson conta sobre sua experiência: “Quando vim para cá, as

crianças de cor não eram recebidas nas escolas. Eu lutei, e lutei, e lutei, e finalmente isso chegou ao governador, e a lei foi declarada, que todos tinham direitos iguais”⁷ (DREW, 1856, p.137). Assim, os indivíduos que chegaram primeiro iniciaram articulações para ascensão social e intelectual dos companheiros(as) e daqueles(as) que chegavam. A solidariedade entre negros e negras dos assentamentos e cidades foi retratada nas fontes e reificada como resposta ao sistema escravista, pois alicerçava as comunidades, criando estruturas físicas e psicológicas para o recebimento e acomodação. Como relata o reverendo negro William Troy:

Muitas vezes me perguntaram, desde que estou neste país, se os fugitivos no Canadá demonstram algum apego uns aos outros, ajudando aqueles que parecem estar em circunstâncias difíceis. Para seu crédito, devo dizer que há um grande interesse demonstrado de sua parte em livrar seus irmãos das necessidades. Estou totalmente preparado para provar isso em centenas de exemplos. Muitas vezes desejei ter o prazer de ver alguns de meus amigos ingleses entre eles, para que pudessem testemunhar por si mesmos essas características de bondade para com todas as pessoas, independentemente de raça ou país.⁸ (TROY, 1861, p. 22)

Com destaque para a década de 1850, diversos indivíduos com maiores articulações políticas e/ou maior instrução formal mudaram-se para terras canadenses, entre eles: Mary Ann Shadd, Isaac Shadd, Mary Bibb, Henry Bibb, Amelia Freeman, Harriet Tubman, Josiah Henson, Martin Delany, Theodore Holly e William Howard Day, entre vários outros. Eles e elas se organizaram em diversas formas e, geralmente, agiam em mais de um espaço, fossem criando e alimentando jornais, escolas, igrejas, organizando convenções, comitês ou sociedades.

Dois novos jornais apareceram. O primeiro foi editado por Henry Bibb (fugido da escravidão) e Mary Bibb (nascida livre nos Estados Unidos), chamado *The Voice of the Fugitive*, com auxílio de Mary Ann Shadd, que, pouco depois, por dissensos, abandonou o jornal e fundou o seu próprio, chamado *The Provincial Freeman*. Outros indivíduos de destaque na luta abolicionista também se engajaram nas publicações dos periódicos. Ambos foram importantes plataformas na Ferrovia Subterrânea⁹, na informação da sociedade

⁷ No original: “When I came here, colored children were not received into the schools. I fought, and fought, and fought, and at last it got to the governor, and the law was declared, that all had equal rights.”

⁸ No original: “I have often been asked, since I have been in this country, if the fugitives in Canada show any attachment to each other, by helping those who are seen to be in distressed circumstances. To their credit, I must say that there is very great interest shown upon their part, to relieve their brethren from want. This I am fully prepared to prove by hundreds of instances. I have often wished that I could have the pleasure of seeing some of my English friends among them, that they might witness for themselves those features of kindheartedness to all persons, irrespective of race or country.”

⁹ A Ferrovia Subterrânea (*underground railroad*) era uma rede de contatos e rotas que funcionava na ilegalidade, conectando *plantations* aos estados do Norte e Canadá, auxiliando escravizados a fugirem para terras livres. Muitos indivíduos brancos e negros estavam envolvidos concedendo ajuda no transporte, alimentação,

estadunidense e afro-canadense e diálogos transnacionais com outros espaços destinados à emigração da população negra. Os jornais também divulgavam diversos tipos de atividades e temas que poderiam atender a esse público, tais como: convenções, obras publicadas, articulações das sociedades, legislações, casos julgados nos EUA, temas de costura e moda, etc.

Segundo a abolicionista negra Mary Ann Shadd, os escravizados e livres intencionados a fugir procuravam por informações a respeito da situação dos negros no Canadá, principalmente na parte Oeste. Assim, ela escreveu uma obra movida pelo interesse de suprir essa demanda, ao mesmo tempo em que alimentaria uma alternativa às dificuldades da lei do escravo fugitivo. Abarcou temas a respeito do clima, do solo e da possibilidade de produção, entre outros elementos que pudessem figurar como incentivos aos emigrantes (SHADD, 1852, p. iii). O panfleto foi publicado em 1852, dois anos depois de ter se mudado para a região e realizado viagens para conhecer os locais, contactar habitantes e tomar ciência de documentos disponíveis. Em meio a esse processo, sentiu também a pressão dos outros projetos de emigração que se desenhavam para a população negra. Assim, já expôs seus intentos desde o título: “Um apelo à emigração, ou, Notas do Canadá Ocidental: em seus aspectos morais, sociais e políticos; com sugestões a respeito do México, Índias Ocidentais e Ilha de Vancouver, para informação de emigrantes de cor.”

Desde a década de 1820, uma preocupação especial se delimitava: a colonização da África pelos Estados Unidos. Sob as ações da Sociedade Americana de Colonização, diversos navios desembarcaram emigrantes negros (livres e escravizados) na costa africana, num misto de políticos pró-escravistas e abolicionistas, todos acusados, por Shadd e outros, de não investirem na luta abolicionista. Por isso, entre outros fatores, Shadd era contra a colonização, entre outros potenciais destinos na África. Ela percebia, três décadas antes da Conferência de Berlim (1884), que os interesses europeus já haviam se expandido sobre o continente africano, sem deixar espaço para possibilidades de ocupação por outros interessados. Assim, simula uma possível conversa:

'Vamos apoderar-nos da África ou de algum outro território não apropriado enquanto podemos', dizem outros, 'e estabeleçamos nossos próprios governos'. Mas a África já foi conquistada; os ingleses, franceses,

vestimenta, esconderijo e/ou outras necessidades. Em muitos casos, as ações eram fragmentadas, pois os condutores não acompanhavam toda a rota de fuga. Porém, houve também condutores que fizeram todo o trajeto de fuga com os escravizados, como Harriet Tubman e Josiah Henson (FRANKLIN; MOSS, 1989) (BRADFORD, 1869) (HENSON, 1881).

portugueses, espanhóis e turcos há muito a repartiram entre si [...].¹⁰
(SHADD, 1852, p. 40)

Essa obra de Shadd alimentou os debates acerca da emigração e a fortaleceu no meio abolicionista transnacional. Somou-se às convenções e as publicações de livros e jornais, reforçando o sentimento antiescravista e fomentando o abolicionismo nos EUA. Dialogava com as publicações de grande circulação (nas Américas e na Europa), como os livros de narrativas de escravizados fugidos que habitavam o Canadá, sejam os escritos pelos próprios ou os organizados por indivíduos brancos, como Benjamin Drew (abolicionista nortista), ou por negros, como o reverendo William Troy. Esses indivíduos se reuniam nas convenções, conectando ativistas estadunidenses, canadenses e britânicos, em diálogos que se estendiam por diversos dias, definindo as estratégias a serem tomadas para melhor acomodação das populações negras. Tais convenções também auxiliavam na percepção das demandas dos emigrados e na fundação de instituições ou organizações para saná-las.

Muitos(as) dos(as) emigrados(as) chegavam completamente desprovidos(as) de recursos nas terras canadenses e ainda tinham que reerguer-se com o mínimo de ajuda externa, para evitar alimentar as acusações de mendigagem por aqueles que já eram críticos das capacidades dos negros e negras. O abolicionista Benjamin Drew registrou esse esforço através de observações próprias e das narrativas dos emigrados(as). As preocupações demonstram o domínio dos valores ocidentais (como escrita, leitura, forma de organização das convenções públicas, entre outros) e a capacidade autossuficiente dos emigrados. Nesse sentido, Drew afirmava sobre o assentamento em Buxton:

Os colonos em Buxton são caracterizados por um ar e maneiras viris e independentes. A maioria deles veio para a província despojado de tudo, exceto a vida. Eles compraram casas para si próprios, pagaram o preço exigido pelo governo, ergueram seus próprios edifícios e sustentaram suas famílias com sua própria indústria; não recebendo qualquer ajuda de qualquer sociedade benevolente, dispensando cuidadosamente doações de qualquer tipo para o assentamento.¹¹(DREW, 1856, p. 297)

O passado da escravidão ainda assolava os fugitivos, e tornava necessário uma estrutura que visasse combater o avanço dos interesses escravagistas sobre o Canadá. Tal

¹⁰ No original: “Let us seize upon Africa, or some other, unappropriated territory while we may,' say others, “and establish our own governments. But Africa has already been seized upon; the English, French, Portuguese, Spanish and Turks, have long since shared her out among themselves”.

¹¹ No original: “The settlers at Buxton are characterized by a manly, independent air and manner. Most of them came into the province stripped of everything but life. They have purchased homes for themselves, paid the price demanded by government, erected their own buildings, and supported their own families by their own industry; receiving no aid whatever from any benevolent society, but carefully excluding donations of any kind from coming into the settlement.”

sistema evitaria a atividade de captadores de escravizados e o sequestro de emigrados, seguido do traslado coercitivo para os EUA e sua redução à escravidão, apesar de que ainda houve casos narrados de familiares negros que foram assim levados. Nesse sentido, o Comitê de Vigilância Chatham se destacou com indivíduos como Martim Delany e Isaac Shadd, que não mediram esforços para defender e mobilizar os(as) afro-canadenses quando necessário, como no caso de Sylvanus Demarest¹², em setembro de 1858. Tal modelo de vigia já existia nos EUA para auxiliar pessoas em risco de (re)escravização, como relatou William Troy, e, provavelmente, serviu de experiência na formação dos comitês afro-canadenses.

Outras organizações foram criadas para dar suporte à população negra crescente. Em setembro de 1854, em Malden (Amherstburg), foi estabelecida a primeira Sociedade “True Band”, composta por homens e mulheres afro-canadenses, com cerca de 600 membros (DREW, 1856, p.237), cuja finalidade era ajudar aqueles que chegavam. Assim, a Sociedade investiu em auxílio emergencial enfrentando a forte oposição às estratégias de levantamento de fundos para a população fugida (BRIDGEN, 2016, p.51). Ao visitar Chatham, Benjamin Drew tomou conhecimento da existência dessa sociedade e apontou que um dos depoentes declarou que os objetivos da organização eram:

[...] os membros devem ter um interesse geral no bem-estar uns dos outros; perseguir planos e objetivos que possam ser para sua vantagem mútua; melhorar todas as escolas e induzir sua raça a enviar seus filhos às escolas; quebrar todos os preconceitos; trazer todas as igrejas o mais longe possível em um só corpo, e não permitir que pequenas diferenças as dividam; para evitar litígios, referindo todas as disputas entre si a um comitê; parar totalmente o sistema de mendicância; [...] para levantar entre eles os fundos necessários para os pobres, os doentes e os necessitados fugitivos recém-chegados; e, em última análise, preparar-se para suportar o devido peso do poder político.¹³ (DREW, 1856, p.236)

Das inúmeras organizações formadas, uma das mais importantes foi a sociedade literária, que auxiliava na questão educacional, tendo em vista as altas taxas de analfabetismo.

¹² Isaac Shadd junto a membros do Comitê e cerca de 100 cidadãos (alguns armados de pistolas) invadiram um trem e resgataram um menino, de nome Sylvanus Demarest, nascido livre, que havia sido sequestrado para ser vendido como escravo. Isaac foi preso junto com dois homens brancos. Posteriormente foi solto. Isaac e sua Amélia Shadd acolheram a criança enquanto filho e mãe ficaram proibidos de se reunir, o que duraria até o fim do julgamento, com a comprovação da maternidade e a comprovação do sequestro da criança (RHODES, 1999, p.132-133).

¹³No original: “the members are to take a general interest in each other's welfare; to pursue such plans and objects as may be for their mutual advantage; to improve all schools, and to induce their race to send their children into the schools; to break down all prejudice; to bring all churches as far as possible into one body, and not let minor differences divide them; to prevent litigation by referring all disputes among themselves to a committee; to stop the begging system entirely; [...] to raise such funds among themselves as may be necessary for the poor, the sick, and the destitute fugitive newly arrived; and to prepare themselves ultimately to bear their due weight of political power.”

Estima-se que somente 10% da população negra adulta estadunidense era alfabetizada. Mesmo sendo poucos, esses alfabetizados se engajaram em atividades que auxiliavam a alfabetização dos negros sem instrução. O acolhimento e instrução dos fugitivos pelos negros e negras já assentados era uma resistência e fortalecia a busca por respeito e igualdade, ao reduzir os altos índices de analfabetismo (BRIDGEN, 2016, p.51-52).

Grandes líderes que emigraram para o Canadá engajaram-se, entre outras atividades, na educação, como Mary Bibb, Mary Shadd e Amelia Freeman, pois já possuíam instrução formal desde os Estados Unidos. As supracitadas, entre outras figuras, estiveram, desde a juventude, engajadas nas lutas abolicionistas no país de origem. Elas levaram seus conhecimentos, estratégias e capacidade de articulação para o Canadá, mantendo e expandindo os contatos anteriores. Suas articulações foram propulsoras da educação nas novas terras. Peggy Bristow(1994) ressalta que Freeman, por exemplo, foi incentivada a se mudar para Chatham por grandes nomes do abolicionismo, como: William Still, William King e Martin R. Delany. Eles a convidaram a estabelecer a Escola Missionária de Chatham. Logo, seguiu para a cidade em 1856 e a escola foi inaugurada em 1859, oferecendo cursos clássicos, incluindo filosofia e música. A escola recebia doações e organizava arrecadação de fundos. Todas as três ministraram aulas em escolas públicas e particulares, organizaram diversos eventos religiosos, palestras e encontros literários para a comunidade negra (BRISTOW, 1994).

As pesquisadoras Bernell Tripp (1993) e bell hooks (2019) reforçam que a privação de conhecimento tinha sido marcante na opressão dos negros nos EUA e o domínio da escrita e leitura passaram a ser associados à liberdade. Nos estados livres nortistas e no Canadá, a busca por educação se tornou marcante para a população negra. Alguns lugares tiveram maior atenção da Grã-Bretanha e receberam financiamento para erigir alguma estrutura educacional, com instituições abertas aos(as) negros(as). London, em terras canadenses, era uma delas. As escolas comuns não eram segregadas e contavam com professores(as) brancos(as) e negros(as), recebendo auxílio tanto para a composição do corpo docente quanto para manutenção. Porém, a frequência dos alunos e alunas negras ainda era irregular. Por exemplo, em uma das escolas que Drew visitou (Union School), no dia 21 de junho de 1855, estavam presentes 174 alunos de ambos os sexos, dos quais somente 13 eram negros. Na Escola St. George School, que chegou a atender 190 alunos, tinham presentes apenas 4 crianças negras (DREW, 1856, p.147). Assim, percebemos que as ações britânicas não alcançavam grande número de negros (as).

É recorrente a denúncia de que as instituições ainda mantinham um ambiente pouco acolhedor para os refugiados. Drew pontua que o motivo principal da frequência reduzida era o preconceito dos brancos. E concluiu: “Nessas circunstâncias, é desagradável para as crianças de cor frequentarem as escolas públicas – especialmente se algum dos professores for vítima do próprio preconceito que deveria induzir os outros a superar”¹⁴ (DREW, 1856, p.147).

Um grupo de associados cruzou o Atlântico, em busca de auxílio para a criação de uma escola que atendesse pessoas negras e provesse formação profissional para o trabalho livre, e conseguiu incentivo da Grã-Bretanha (YARHI, 2008). Iniciado como Instituto Britânico-Americano, e depois renomeado como Instituto Dawn, foi fundado em 1840, com a doação de £ 350 da Inglaterra, principalmente arrecadado entre os quacrers. Trezentos acres de terra foram comprados e doados a administradores, exclusivamente para servir aos propósitos educacionais (DREW, 1856, p. 310-311).

Entre os engajados, o nome de Josiah Henson destaca-se na historiografia como o principal protagonista. A escola foi criada para alunos de todas as idades e projetada de forma a treinar professores ao mesmo tempo em que fornecesse educação geral e instrução de trabalho comercial aos membros da comunidade. O instituto tornou-se o principal atrativo do assentamento em Dawn, criando elo com a comunidade e fornecendo instrução para muitos residentes negros que cultivavam e trabalhavam em suas serrarias e moinhos, com possibilidade ainda de usarem seu conhecimento para outras indústrias locais (YARHI, 2008). Henson, negro fugitivo dos EUA e diretor do instituto, ressaltou que a escola era frequentada por crianças negras, brancas, e, inclusive, alguns indígenas¹⁵ (HENSON, 1881, p. 129).

Josiah Henson, Henry Bibb, Harriet Tubman, entre outros, mantiveram esperança de trazer parentes, cônjuges, seus amigos e amigos de conhecidos, da escravidão para a “terra da liberdade”. Agiram direta e indiretamente no fomento da *underground railroad*, além de ações próprias e individuais. As narrativas publicadas sobre suas vidas apresentam tais experiências, as estratégias utilizadas nas fugas, bem como as dificuldades, contatos, rotas e desventuras da empreitada. Sendo que a de Henson e de Bibb foram escritas por eles mesmos

¹⁴ No original: “Under these circumstances, it is unpleasant to the colored children to attend the public schools--especially if any of the teachers happen to be victims of the very prejudice which they should induce others to overcome.”

¹⁵ Henson não especifica a idade dos indígenas que frequentaram a instituição. Não excluimos a possibilidade de incluírem jovens e adultos.

e a de Tubman foi narrada por ela e escrita por Sarah Hopkins Bradford (HENSON, 1881) (BIBB, 1849) (BRADFORD, 1869).

O casal Bibb (Mary e Henry) fundou, além do jornal *The Voice of the Fugitive*, a Sociedade Lar dos Refugiados (*Refugee Home Society*), que auxiliava no assentamento dos fugitivos e se comprometia com a construção de escolas e igrejas. Um dos maiores compromissos era com a aquisição de terras para facilitar as compras pelos recém-chegados. Eles contavam com apoio de abolicionistas de Michigan (EUA) para comprar e distribuir terras no condado de Essex (próximo a Windsor). As ações de acolhimento e as normas de participação nas sociedades, geralmente, se coadunavam com os ideais do movimento de Temperança. Henry Bibb escreveu a Constituição da Sociedade e deixou bem evidente a rejeição ao consumo de bebidas alcoólicas, bem como a importância da moralidade e da educação (atividades estimadas pelo movimento). Segundo Peter Carlesimo, Bibb ressaltava a importância da abstinência, acreditando que o dinheiro poderia ser usado de forma mais proveitosa se investido em roupas, alimento e compra de terras (CARLESIMO, 1973).

As redes foram alimentadas e expandidas entre ativistas negros(as) que buscaram contatos e financiamentos para a fundação dessas sociedades, jornais e de meios básicos de sobrevivência para os que já estavam lá e para os recém-chegados. De forma complexa, mantiveram elos transnacionais que refletiam sobre a Diáspora Negra. Ao mesmo tempo, precisavam lidar com as pressões de outros movimentos de emigração que se discutiam em paralelo, como para as Índias Ocidentais, América Central, América do Sul e África. Assim, os responderam através de convenções, panfletos, jornais e biografias. A colonização da Libéria, em especial, recebeu atenção dos escritos Shadd, além da presença física e análise de suas possibilidades por Martim Delany.

Considerações finais

Esse texto visou perceber parte do sistema global Atlântico, em suas marcas transnacionais da escravidão e liberdade. Difere das discussões da História Comparada, que pensa universos apartados entre si. Aqui, nos interessou os contatos, as trocas e intersecções. Dessa forma, contribuímos para o avanço dos estudos das Histórias Conectadas, cruzadas, transnacionais, que vem ganhando folego nos últimos anos no Brasil (CARVALHO; PRATES, 2016); (DEGANAB; PARETO JR, 2019). Sendo que nosso viés parte das experiências da Diáspora Negra. Os sujeitos, fossem escravizados ou livres, denunciavam a inexistência de condições básicas de existência e sobrevivência nos EUA através da

emigração para o Canadá e se organizaram para divulgar suas ideias ao mundo. Fizeram funcionar dinâmicas diferentes da simples lógica da exclusão, resistindo à mentalidade ocidental oitocentista, e propondo uma sociedade pautada na solidariedade racial. Eles e elas, ao mesmo tempo, se defendiam das acusações racistas e estruturavam novas comunidades que funcionavam interligadas e possibilitavam a ascensão social e financeira de seus indivíduos.

O Canadá não era desprovido de preconceito racial, pois este permeava as cidades, escolas, igrejas e demais estabelecimentos onde havia pessoas brancas, fossem de origem inglesa, escocesa ou irlandesa. Os tensionamentos e dificuldades foram largamente registrados nas convenções, nos jornais afro-canadenses *The Provincial Freeman* e *Voice of the Fugitive*, além das narrativas de escravizados(as) fugidos e de biografias. Das mais diversas formas, os emigrados se juntaram e se fortaleceram para resistir às violências físicas, psicológicas e espirituais. Lutaram por reconhecimento jurídico de seus direitos, por instituições educacionais e religiosas que respeitassem seus corpos e ressignificassem seu passado. Na busca por uma forma segura de vida, onde poderiam se refugiar da escravização e se fortalecer contra o racismo, negros e negras desfrutaram de liberdade com maior estabilidade e possibilidade para se organizar e contornar os problemas com estratégias próprias e coletivas. As organizações não dispensaram a agência feminina, que se mostrou presente e indispensável, fosse na imprensa, nas palestras, nas salas de aulas ou outros espaços políticos.

O Canadá foi local de morada temporária para a maioria dos líderes emigrados aqui citados, como Mary Shadd, Mary Bibb, Henry Bibb, Isaac Shadd, Harriet Tubman, Martim Delany. Eles e elas voltaram por diversos motivos, sendo que a esperança de mudança social e jurídica com o início da Guerra Civil Americana (ou Guerra de Secessão) foi fator fundamental. Desenvolveram atividades importantes na guerra e/ou no pós-guerra, sendo determinados a continuar as lutas por direitos da população negra, alcançando grandes feitos em terras estadunidenses durante o período da Reconstrução e até o fim do século.

Outros emigrados permaneceram no Canadá o resto de suas vidas, como Josiah Henson, os familiares de Harriet Tubman e diversos outros anônimos. Ainda há grande discussão na historiografia sobre o quão significativo seriam os números dos retornados para os EUA depois do início da Guerra Civil Americana. O historiador Michael Wayne acredita que não houve um retorno em massa de negros, como se é estimado (WAYNE, 1998, p.470).

No Canadá, mesmo os retornados são celebrados em diversos documentos oficiais, homenageados em estátuas, nomeando instituições, ruas, memoriais, além serem retratados em filmes e teatros. Atualmente, muitas comunidades sobreviveram aos séculos e mantêm

suas memórias do período oitocentista. Na cidade de St. Catharines, onde viveu Harriet Tubman, por exemplo, o prefeito Brian McMullen, em 2014, reconheceu em entrevista o interesse público pela História Negra, que alimentava o turismo ao sul de Ontário: “Há muita gente interessada na história negra em geral, mas também em traçar suas raízes e seguir a ferrovia subterrânea e o que isso significou para tantas pessoas em termos de liberdade e, portanto, uma oportunidade de turismo [...]” (MILES, *CHCH*, 20fev. 2014).

Fontes

Narrativas e panfleto

BIBB, Henry. *Narratives of the life and adventures of Henry Bibb*. Nova York: publicadopeloautor, 1849.

BRADFORD, Sarah H. (Sarah Hopkins). *Scenes in the Life of Harriet Tubman*. Auburn: W.J. Moses printer, 1869.

DREW, Benjamim. *A north-side view of slavery. The Refugee: Or the Narratives of Fugitive Slaves in Canada. Related By Themselves*. Boston: John P. Jewett And Company. Cleveland, Ohio: Jewett, Proctor and Wortuington. New York: Sheldox, Lamport And Blakeyax. London: Trübser And Co. 1856.

HENSON, Josiah; STOWE, Harriet Beecher. *An Autobiography of the Rev. Josiah Henson ("Uncle Tom"). From 1789 to 1881*. London, Ontario: Schuyler, Smith, & Co., 1881.

SHADD, Mary. *A plea for emigration, or, Notes of Canada West: in its moral, social, and political aspect; with suggestions respecting Mexico, West Indies, and Vancouver's Island, for the information of colored emigrants*. Detroit: George W. Pattinson, 1852.

TROY, William. *Hair-Breadth Escapes From Slavery To Freedom*. Manchester: W. Bremner, 11, Market-Street, And 15, Piccadilly, 1861.

Jornais

The Provincial freeman. 1853-1858. Disponível em: <http://ink.ourdigitalworld.org/pf>

The Voice of the fugitive. 1851-1852. Disponível em: <http://ink.ourdigitalworld.org/newspaper-overview/vf>

Referências:

BANKOLE, Katherine. *Mulheres africanas nos Estados Unidos*. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (org.) *Afrocentricidade*. Uma abordagem epistemológica inovadora. Sankofa 4. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 23 de jun. de 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (2012, 29 de agosto)*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 23 de jun. de 2021.

BRASIL. Presidência da República. PORTARIA NORMATIVA Nº 13, DE 11 DE MAIO DE 2016. *Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências*. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473. Acesso em: 24 de jun. de 2021.

BRIDGEN, Lorene. *Lifting As We Climb: The Emergence of an African-Canadian Civil Society in Southern Ontario (1840-1901)*. Tese. e University of Waterloo. Waterloo, Ontario, Canadá, 2016.

BRISTOW, Peggy. ‘Whatever you raise in the ground you can sell it in Chatham’: Black women in Buxton and Chatham 1850-1865. In: BRISTOW, Peggy; BRAND, Dionne. *We're Rooted Here and They Can't Pull Us Up: Essays in African Canadian Women's History*. University of Toronto Press, 1994.

BUTLER, Kim D.; DOMINGUES, Petrônio. *Diásporas imaginadas: Atlântico negro e histórias afro-brasileiras*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

CARLESIMO, Peter. *The Refugee Home Society: its origin, operation and results, 1851-1876*. Tese. 200 f. Windsor. University of Windsor, 1973.

CARVALHO, Marina Helena Meira; PRATES, Thiago Henrique Oliveira. Editorial - Para além das fronteiras: histórias transnacionais, conectadas, cruzadas e comparadas. *Temporalidades*. Belo Horizonte, Edição 21, Vol. 8, n.2 (mai./ago. 2016).

DEGANAB, Alex; PARETO JR., Lindener. História Global, Histórias Conectadas: Debates Contemporâneos. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 229-233, maio/ago. 2019.

FRANKLIN, John Hope & MOSS Jr., Alfred A. *A Underground Railroad. Da escravidão a liberdade*. A história do negro americano. Rio de Janeiro: Nórdica, 1989.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31, Número 1, jan./abr., 2016.

HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo horizonte: Editora UFMG, 2003.

hooks, bell. *Teoria feminista: Da margem ao centro*. Editora Perspectiva S.A., 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias de plantação*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. N-1 Edições, 2018.

MILES, Michael. St Catharines shares Harriet Tubman bond. *CHCH*. February 20, 2014, <https://www.chch.com/st-catharines-shares-harriet-tubman-bond/>

RIBEIRO, Alexandre Vieira; SANTOS, Vanicleia Silva. "De que África estamos falando" (I): perspectivas da pesquisa histórica e do ensino de História da África (do século XI à primeira metade do século XIX). XVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e diálogo social. ANPUH. Natal, RN. 19/08/2020. http://www.snh2013.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=1066

RHODES, Jane. *Mary Ann Shadd Cary: The Black Press and Protest in the Nineteenth Century*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

SHADD, Adrienne; COOPER, Afua; FROST, Karolyn Smardz. *The Underground Railroad: Next Stop, Toronto!* Toronto: Dundurn press, 2009.

TRIPP, Bernell E. *Mary Miles Bibb: Education and Moral Improvement in "The Voice of the Fugitive."* Paper presented at the Annual Meeting of the Association for Education in Journalism and Mass Communication (76th, Kansas City, MO, August 11-14,1993). Institute of Education Sciences. 1993. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED361727>

WAYNE, Michael. The Black Population of Canada West on the Eve of the American Civil War: A Reassessment Based on the Manuscript Census of 1861. In: *A Nation of Immigrants: Women, Workers, and Communities in Canadian History, 1840s-1960s: Readings in Canadian History, 1840s-1960s*. University of Toronto Press, 1998.

YARHI Eli & MA, Clayton. Mary Ann Shadd. *The Canadian Encyclopedia*. Publicado em 6 de novembro de 2013. Última edição: 14 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/mary-ann-shadd?gclid=Cj0KCQjw8rT8BRCbARIsALWiOvSm_s4yofI7tMTLRGw5sRMHCT7nP3PJ7syy9HZl5xu3u0P-GXvurJ8aAovxEALw_wcB

Biografias da intelectualidade negra porto-alegrense: a microanálise como possibilidade de pesquisa e ensino de história do pós-abolição

Melina Kleinert Perussatto*

No presente texto, apresento e discuto algumas contribuições teórico-metodológicas da microanálise para a pesquisa e o ensino de história do pós-abolição. Parto do estudo sobre trajetórias familiares e biografias coletivas de intelectuais reunidos no jornal *O Exemplo*, de Porto Alegre, na virada do século XIX para o XX, realizado em minha tese de doutorado (PERUSSATTO, 2018a). Nela, interoguei as articulações entre educação, trabalho e cidadania no pós-abolição, desde a perspectiva dessa intelectualidade, em uma análise interseccional de raça, classe e gênero. O método onomástico e o cruzamento nominativo de fontes diversas (GINZBURG; PONI, 1991), salvaguardadas em acervos físicos e repositórios digitais, foi fundamental para a identificação e a análise de relações, redes e projetos em que estavam envolvidos dentro e fora da redação do jornal, bem como para a apreensão de estratégias, práticas e construção de identidades individuais ou coletivas. Isso possibilitou refletir sobre como sujeitos-coletivos movimentaram-se e agiram em uma sociedade racializada, tencionando-a. Tendo em vista a centralidade da liberdade para o campo de estudos no qual a pesquisa se situa, foi possível problematizar as margens de autonomia, escolha e negociação dos sujeitos frente aos sistemas normativos e outras condicionantes sociais (CERUTTI, 1998; LEVI, 1998, 2000; REVEL, 1998; LIMA, 2006).

Assim, na primeira parte do texto estabeleço alguns diálogos teórico-metodológicos com pesquisas sobre trajetórias e biografias de indivíduos e famílias negras entre as emancipações e o pós-abolição sul-rio-grandense, ressaltando os ganhos das articulações entre história social e microanálise e o relevância desta historiografia na construção do campo de estudos emancipações e pós-abolição. Em seguida, trago o percurso de minha pesquisa e alguns dos seus resultados, destacando ganhos do manejo da microanálise. Por fim, ensaio algumas possibilidades de articulação com a história ensinada, uma vez que as políticas públicas voltadas ao ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e a educação das relações étnico-raciais no Brasil destacam a importância das biografias para tal processo de reconhecimento, valorização e reparação histórica.

* Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora na área de Ensino de História do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da mesma instituição.

Trajetórias negras entre as emancipações e o pós-abolição sul-rio-grandense

O campo de estudos sobre o pós-abolição no Brasil encontra seu marco na publicação de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2004), por meio da qual apontam uma agenda de pesquisa sobre “pós-abolição como problema histórico”. No entanto, como as historiadoras reconhecem, debates e pesquisas precedentes abriram caminhos para a construção do campo que hoje, sobretudo em decorrência da fundação do Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição da Associação Nacional de História (GTEP-ANPUH), em 2013, está em crescente consolidação e ampliação da agenda de pesquisas. A fundação do núcleo seccional do GTEP em 2014 torna-se, nesse sentido, um importante indício do protagonismo de suas pesquisadoras e pesquisadores na construção do campo. Sem pretender dar conta de uma extensa bibliografia, focarei nos trabalhos sobre trajetórias no Rio Grande do Sul que influenciaram diretamente na construção de meu estudo.

Uma das fundadoras do GTEP foi Beatriz Ana Loner, também fundadora do GT Mundos do Trabalho na virada do milênio. Nessas intersecções, em 2005 apresentou resultados de sua pesquisa sobre Antonio Baobad (1861-1907), um homem negro que se livrou da escravidão pelos vinte anos de idade e foi uma liderança operária e étnica em Pelotas. Loner utilizou-o como fio condutor para alargar a compreensão do contexto em que vivia, sobretudo no que se refere à situação dos trabalhadores em situação semelhante. Por isso, embora menos documentadas, outras trajetórias foram apresentadas, seja para retirar Antonio Baobad de um lugar de excepcionalidade ou amplificar a existência de trabalhadores negros no processo histórico de transformações decorrentes do emancipacionismo e da Abolição. Loner interpretou ainda a mudança de sobrenome – de Oliveira a Baobad – como um indício das ações e sentidos de liberdade construídos por tais sujeitos.

Embora não tenha se valido da microanálise, suas considerações são pertinentes:

No que concerne à fundamentação teórica, filio-me aqueles que ainda trabalham com condicionantes estruturais que balizam as trajetórias dos agentes históricos, mas também procuro ver, em cada trajetória individual, as marcas das escolhas possíveis entre as trilhas disponíveis (Przeworski, 1995), considerando tanto aquelas mais fáceis ou óbvias como as fabricadas pelos próprios agentes, normalmente mais difíceis ou trabalhosas (LONER, 2011, p. 109).¹

Tal alerta possivelmente decorreu da profusão de estudos sobre biografias e trajetórias que perderam de vista a relação sujeito-estrutura na análise. Por isso, é fundamental ressaltar

¹ O texto de 2005 foi uma comunicação apresentada no II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional e publicada, com revisões, em 2011.

que a microanálise não diz respeito à mera redução da escala de análise, mas sim a análise de sua variação, visando transformar e complexificar as relações entre particular e geral, local e global, micro e macro. As trajetórias e biografias, nesse sentido, tornam-se meios para tal feito por fazerem emergir diferentes estratégias tecidas pelos atores sociais a partir do lugar social que ocupam e dos recursos que dispõem (REVEL, 1998; LEVI, 2000).

Em sua tese de doutorado, defendida em 2013 e publicada em 2015, Rodrigo de Azevedo Weimer dialogou com a microanálise na construção e análise da trajetória de uma família negra no litoral norte sul-rio-grandense, de meados do século XIX à contemporaneidade. Dentre outros aspectos, destaco a articulação entre fontes orais e escritas na teorização sobre processos de construção de consciência histórica por atores sociais racializados, concorrendo para o adensamento do conceito de racialização, central para o campo e construção de um aporte para os estudos geracionais sobre famílias negras. Ressalto ainda a crítica à micro-história no desenvolvimento da reflexão sobre as práticas de nomeação, outra importante contribuição de seu trabalho para o campo iniciada em sua dissertação de mestrado, defendida em 2007 e publicada em 2008:

Parece-me que, em sua crítica ao estruturalismo, a micro-história abriu mão de contribuições das quais não deveria abrir. Atentos à disposição ativa dos sujeitos em sociedade, os micro-historiadores frequentemente desprezaram o papel simbólico da nomeação, reduzindo-a a uma maneira de aproximar-se de estratégias subjetivas. O poder classificatório dos nomes, suas camadas de significação, esvaziou-se no intuito de identificar sujeitos na massa documental e acompanhar os caminhos por eles percorridos. O nome, ao invés de *problema* de investigação histórica, aparece como uma *ferramenta* – útil e privilegiada, é verdade, mas apenas uma ferramenta. [...] No entanto, os nomes não são apenas rastros a serem perseguidos. Eles não são neutros: traduzem relações de poder e hierarquias. [...] Os nomes trazem impressos tradições, memórias e experiências vividas. Evidenciam formas de relacionar-se com o passado. A ele rendem homenagem e também projetam o que se espera do devir. [...] Os nomes são plurais – e esse é um obstáculo prático frequentemente observado por quem se propõe a trabalhar com a metodologia ginzburgiana (WEIMER, 2013, p. 329-330).

A esse despeito, Weimer assinala que seu trabalho é tributário à microanálise, uma vez que a delimitação de um grupo específico, neste caso, uma família, possibilitou-lhe “a exploração intensiva de indícios referentes aos seus itinerários”, bem como o “nome de cada indivíduo, em seus usos e variações” (p. 330). Para tanto, a articulação entre fontes escritas e orais “revelou facetas que geralmente escapam à abordagem microanalítica. [...] Dito de outra forma, as apelações que as pessoas costumavam utilizar no seu dia-a-dia não coincidiam em absoluto com aquelas que as fontes escritas me forneciam” (p. 331).

Por fim, entre 2007 e 2016, Paulo Roberto Staudt Moreira realizou uma pesquisa sobre Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1848-1919). Informado pela microanálise, além de visibilizar tal trajetória, complexificou-a por meio da investigação e análise de estratégias, redes e ações por ele tecidas. Aurélio nasceu livre em Jaguarão quando ainda vigorava a escravidão. Na capital, tornou-se funcionário público concursado no final da década de 1860 e Secretário de Estado da Presidência do Estado na Primeira República. Por sua trajetória na burocracia, foi considerado o paradigma do funcionário público e responsável por abrir tais portas a outros homens negros. Destacou-se ainda por sua forte devoção e ampla rede associativa, por ter constituído família com uma mulher negra e ter investido na formação dos filhos e do neto por ele tutelado em decorrência da precoce morte paterna. Ademais, Aurélio foi um abolicionista e um dos sustentáculos morais, intelectuais e materiais do jornal *O Exemplo*, fundado por seus dois filhos homens quatro anos após a Abolição e dirigido por seu neto no seu último decênio de existência. Sobre a micro-história, nos diz em um de seus textos:

Permeiam o texto deste artigo palavras ou expressões que denotam incerteza, como *provavelmente, talvez, quem sabe*. Só os historiadores mais arrogantes – e os há! – prescindem de tais engenhosidades narrativas, almejando convencer os descautelados leitores de que as vicissitudes biográficas que alcançaram, desvelam completamente as tramas nas quais estavam inseridos seus personagens (ver: Davis, 1987 e Ginzburg, 1991). As exíguas provas documentais que manejamos não chegam – nem de perto – para reconstituir as vidas dos que nos dedicamos a estudar e a explicar plenamente suas escolhas, sucessos e desventuras. Afinidades e animosidades são entrevistas parcamente em pistas que as demarcam momentaneamente e não nos permitem extrapolar em demasia os fugazes instantes relacionais que aí afloram. Isso, indubitavelmente, não nos isenta de opinar e construir versões verossímeis (MOREIRA, 2014, p. 94).

Ademais, os três alertaram para os riscos da “ilusão biográfica” apontados por Pierre Bourdieu (1996). Ou seja, a análise de uma trajetória deve escapar dos riscos de uma perspectiva teleológica, unidimensional, em prol das contingências, mudanças e demais complexidades e imprevisibilidades que caracterizam a vida e as práticas dos sujeitos.

As três pesquisas concorrem para o delineamento do campo das emancipações e do pós-abolição no Rio Grande do Sul e estão em estreito diálogo com pesquisas realizadas em outras regiões. Suas especificidades acabam por particularizar o desenvolvimento do campo no Estado, especialmente no que diz respeito à utilização de trajetórias individuais, familiares e coletivas para romper fronteiras historiográficas e cronológicas. Isso relaciona-se diretamente as suas trajetórias de pesquisa.

Beatriz Ana Loner, por exemplo, já havia concorrido para a problematização da existência de experiências de trabalho livre antes da Abolição e de trabalhadores/as negras/os na Primeira República. Sua tese de doutorado, defendida em 1999 na Sociologia e publicada pela primeira vez em 2001, tornou-se um marco para os estudos sobre a presença e o protagonismo negro na construção da classe trabalhadora no país (LONER, 2016). Na construção do campo de estudos, Loner concorreu ainda para a construção de projetos sobre associativismo negro, dentre os quais aqueles que originaram as pesquisas de Fernanda Oliveira da Silva (2011; 2017) sobre os clubes sociais negros na região da fronteira Brasil-Uruguai, em meados do século XX. Esta trajetória, por sua vez, inscreve outro conjunto específico de questões que vem construindo o campo desde o Rio Grande do Sul. Loner, enfim, deixou um importante legado para a construção do campo de estudo das emancipações e do pós-abolição em diálogo e tensão com o campo dos mundos do trabalho.²

Rodrigo de Azevedo Weimer foi o primeiro coordenador da seccional Rio Grande do Sul do GTEP e sua tese, premiada pelo Programa de Pós-Graduação e publicada pela FGV, é a primeira diretamente inscrita no campo do pós-abolição no Estado. Os diálogos interdisciplinares com a Antropologia decorrem de sua participação na elaboração do relatório técnico sobre a comunidade quilombola do Morro Alto, cujo trabalho coletivo igualmente fornece subsídios para o estudo sobre trajetórias negras no pós-abolição anteriores à constituição do campo (BARCELLOS et. al., 2002).

Já Paulo Roberto Staudt Moreira registrou em sua pesquisa o acúmulo de discussões historiográficas e procedimentos teórico-metodológicos oriundas de sua trajetória no estudo das emancipações, das relações entre escravidão e liberdade, desde a perspectiva de pessoas escravizadas, libertas ou livres, articulando história social e cultural. A inovação advinda de sua pesquisa sobre Aurélio Viríssimo de Bittencourt concorre, nesse sentido, para a ampliação do conjunto de pesquisas sobre experiências de liberdade negra no século XIX e que ajudam a compreender o pós-abolição, ou pós-emancipação, a luz de questões precedentes ao 13 de Maio, sem perder de vista as especificidades desse nova conjuntura. A contribuição da microanálise explicita-se, em específico, na identificação e problematização das estratégias acionadas na construção de redes e formas de inserção social:

Aurélio Viríssimo de Bittencourt aprendeu cedo o valor da educação e provavelmente encontrou no associativismo e na devoção religiosa um bálsamo para o desenraizamento, para a distância da família e mesmo para o preconceito racial. Assim, dedicou-se com afício ao serviço público (sendo

² Destaca-se ainda o impacto da passagem de Loner pela UFSM, onde foi criado o Grupo de Estudos sobre o Pós-Abolição (GEPA/UFSM). Disso decorre, dentro outros, os trabalhos de Franciele Oliveira e Helen Silveira.

sua trajetória um exemplo de meritocracia) e ao associativismo religioso (por meio do qual se tornou um mediador ao mesmo tempo político e étnico) (MOREIRA, 2011, p. 102-103).

O diálogo com essa pesquisa foi o mais intenso durante meu estudo, no qual aprofundei a investigação sobre os dois filhos de Aurélio que fundaram *O Exemplo*, a saber, Sérgio Aurélio de Bittencourt (1969-1904) e Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior (1874-1910), ampliando a compreensão da participação geracional dessa família em diferentes âmbitos, com destaque à construção de uma tradição de lutas por liberdade, educação e cidadania em Porto Alegre. Visando ampliar o rol de homens negros letrados no século XIX, estabeleci interlocuções com o estudo de Cássia Daiane Macedo da Silveira e Marcus Vinícius de Freitas Rosa (2014), que investigaram a inserção do dramaturgo e jornalista Arthur Rodrigues da Rocha (1868-1888) na sociabilidade letrada provincial. Para eles, “a cor da pele funcionava como um implícito atributo de seleção, em suma: como um silencioso filtro social” (2014, p. 149). Desse modo, apesar da respeitabilidade social conquistada, abateu-se sobre Arthur (e Aurélio) as interdições do racismo: “A cor da sua pele seria sempre um lembrete de que não poderia deslumbrar-se” (SILVEIRA; ROSA, 2014, p. 161).

Paulo Moreira (2011, p. 87), adentrando o pós-abolição, sublinhou que o “acesso irrestrito às esferas mais altas da política regional tinha como contrapartida a exigência cotidiana de um grande esforço profissional e de uma discrição a toda prova” por Aurélio. No célebre poema Antônio Chimango escrito pelo correligionário Ramiro Barcelos, foi inexoravelmente associado à sua cor, primeiramente como pardo e depois como mulato. Em ambos os casos, evidenciou-se a “atmosfera densamente racista da República Velha”, de modo que a despeito de todas as suas qualidades, não se podia deixar de ressaltar seus vínculos com o cativo, assinalando-o como um “subserviente ex-cativo de confiança”, ainda que sequer tivesse ligação direta com o escravismo (p. 90-92). A cor parda, por sua vez, indicava seu lugar de mediador, nem tão perto da casa-grande, mas não tão distante da senzala: “Trocava-se o *status*, mas mantinha-se a marca da dependência em relação ao ex-senhor, agora chefe de partido e de governo” (p. 94). Ademais, na homenagem prestada por Borges de Medeiros em 1949, assinalou-se a vitória da meritocracia sobre o fato de ser “preto” em um cenário marcado pelo racismo.

Dessa forma, a despeito das continuidades próprias da existência dos sujeitos, nenhum desses trabalhos minimizou as rupturas advindas da Abolição. De diferentes maneiras, demonstraram seus impactos na reconfiguração dos problemas a serem enfrentados. Particularmente no que se refere às contribuições da micro-história à construção do campo do

pós-abolição, Rodrigo de Azevedo Weimer enfatizou que a redução da escala de análise proporciona uma visão privilegiada da ação dos sujeitos sociais e da arena de disputas e conflitos que deram contornos específicos ao contexto que se inaugura com a Abolição, bem como o exercício de “verificar se algumas conclusões obtidas a partir de visões mais generalizantes resistem a uma aproximação mais *rés ao chão*” (2013, p. 5). O estudo de trajetórias individuais, coletivas e familiares constitui-se, pois, uma forma fundamental de acesso e reflexão sobre a agência dos sujeitos históricos.

Trajetórias e biografias da intelectualidade negra porto-alegrense: a microanálise como possibilidade de pesquisa sobre o pós-abolição

Na constituição do campo do pós-abolição, destaca-se o pioneirismo registrado na dissertação de Liane Müller, defendida em 1999 e publicada em 2013. Foi assim que cheguei ao jornal *O Exemplo* e pude conhecer a existência de uma tradição associativa, de homens negros livres ou libertos, desde o final do século XVIII em Porto Alegre até a primeira década do século XX. De uma só vez, Müller visibilizou existências negras no século XIX desvinculadas da escravidão e construiu uma agenda de pesquisas para o campo do pós-abolição. Conforme destacado por Rodrigo Weimer (2019) em recente balanço sobre o campo, o pioneirismo residiu, em grande parte, ao apontar para as “múltiplas possibilidades de análise” (MÜLLER, 2013) sobre os igualmente múltiplos caminhos trilhados pela população negra em Porto Alegre.

Quando me deparei com tais possibilidades, buscava por projetos destinados, sobretudo, às crianças nascidas de ventre livre no contexto emancipacionista e interrogava os entrelaçamentos entre educação, trabalho e cidadania na construção de sentidos de liberdade. Por meio de Müller, descobri que o projeto político de *O Exemplo*, lançado na arena da imprensa quatro anos após a Abolição, contrastava daqueles tecidos por autoridades e elites, e que seus intelectuais compreendiam a instrução como meio de acessar direitos e contestar teorias raciais. Desse modo, teceram um projeto de emancipação que tensionava as expectativas depositadas sobre os lugares a serem ocupados pela população negra na sociedade “livre” e inscreveram o pensamento, o protagonismo e a ação desta população frente às normativas e condicionantes racializadas e racistas.

Interessada no tema, revisei as demais pesquisas dedicadas ao jornal e percebi que, embora muitas investiram nas trajetórias dos jornalistas, tinham outros problemas e

objetivos.³ O grupo fundador, em específico, carecia de maior aprofundamento, bem como seu projeto político. Dessa forma, para além da análise dos escritos, passei-me a interrogar sobre quem eram os sujeitos por detrás de *O Exemplo* e em que medida isso impactava sobre os projetos e posicionamentos apresentados. Fortemente influenciada pelas pesquisas supracitadas, bem como pela tese de Ana Flávia Magalhães Pinto (2014; 2019), empreendi uma mudança significativa em meu projeto de tese.

Para tanto, mobilizei fontes ainda inéditas, uma vez que as pesquisas anteriores se pautaram principalmente nos registros do próprio periódico (MÜLLER, [1999] 2013; PINTO, [2006] 2010; SANTOS, 2011), em jornais disponíveis na hemeroteca digital, como *A Federação* (BOHRER, 2013; ROSA, 2014), e em registros de óbitos (ZUBARÁN, 2015). Além de utilizar o recurso de busca nominativa disponibilizado pela hemeroteca digital, valendo-me da experiência de pesquisa precedente (PERUSSATTO, 2010), encontrei fontes manuscritas. Via busca nominativa em bases de dados diversas, localizei fontes judiciais (testamentos, inventários *post mortem* e processos criminais), cíveis (registros de casamento), eleitorais (listas), e eclesiásticas (batismo e casamento).

A microanálise auxiliou-me na construção e análise de biografias coletivas (protopografia) dos três grupos que compuseram as duas primeiras fases do periódico (Fase 1: 1892-1897; Fase 2: 1902-1905; 1908-1911).⁴ Nesse sentido, a compreensão de que se tratavam de sujeitos-coletivos, e não apenas indivíduos, dialoga com o entendimento de Sabina Loriga (1998) sobre a falsa oposição entre biografia (indivíduo) e história (coletivo), bem como com a acepção de biografia modal, de François Dosse (2009). Para ambos, um estudo biográfico exige a atenção às relações do sujeito com o coletivo, o que dialoga diretamente com os ganhos da variação da escala de análise em estudos dessa natureza. Abre-se, pois, a possibilidade de vislumbrar-se como as ações dos sujeitos históricos se relacionam com os sistemas normativos e outras condicionantes sociais. No caso específico, permitiu-me apreender as movimentações e ações de sujeitos-coletivos em uma sociedade racializada e como manejaram a racialização para tensioná-la.

Em diálogo com Thomas Holt (1995), parti da compreensão de que é no cotidiano das relações sociais que a raça é gestada e produz efeitos, decorrendo daí o conceito de racialização. A racialização, nesse sentido, era operada tanto para produzir políticas de dominação, opressão e exploração quanto para estabelecer identidades, solidariedades e lutas

³ Uma síntese dessas pesquisas está em SILVA et. al., 2015. Para não ser repetitiva, apresentei o diálogo com essas pesquisas, incluindo o impacto da obra de Ana Flávia Magalhães Pinto, em PERUSSATTO, 2018b.

⁴ O detalhamento sobre a protopografia está em: PERUSSATTO, 2018b.

comuns por sujeitos e grupos racializados. A partir do jornal *O Exemplo*, Marcus Rosa (2014; 2019) ampliou sua análise sobre como a racialização foi operada por trabalhadores, brancos e negros, nas disputas por moradia e trabalho no espaço urbano de Porto Alegre no imediato pós-abolição. Esse estudo foi fundamental, assim como aquele desenvolvido por Regina Xavier (2013).

No processo de transformações nos rumos e questões da pesquisa, entrei em contato com o feminismo negro e o conceito de interseccionalidade.⁵ O ano era 2014 e, no ano seguinte, como coordenadora da seccional do GT Mundos do Trabalho, participei da organização de suas Jornadas com o tema “História do trabalho escravo, liberto e livre”. A conferência de abertura proferida por Álvaro Pereira Nascimento (2016) originou uma importante discussão no campo da história social do trabalho em articulação e tensionamento com o campo do pós-abolição. Nessa esteira, em 2016 ministrei com Fernanda Oliveira o minicurso “Gênero, raça e classe: repensando a história social”, no qual construímos um espaço de discussões e reflexões à luz dos debates registrados nos dois campos de estudos, enfatizando as contribuições e tensionamentos dos escritos de intelectuais negras e decoloniais sobre a história social. Em suma, tendo em vista a centralidade da relação entre estrutura e sujeito, quais as implicações de uma análise interseccional à história social? Ou seja, quais os impactos analíticos da compreensão de gênero, raça e classe como estruturantes do sociais entrecruzadas e mutuamente construídas?

Desse modo, procurei ainda contribuir para a compreensão das intersecções de raça, classe e gênero no pós-abolição.⁶ Para tanto, a microanálise foi importante para sua operacionalização do ponto de vista histórico, uma vez que a variação da escala de análise ajudou-me a interpretar como homens racializados e mulheres racializadas relacionavam-se cotidianamente entre si e com pessoas brancas, estabelecendo solidariedades, tensões e disputas internas e externas; como suas ações, comportamentos, estratégias, escolhas e racionalidades se conectavam a questões conjunturais e estruturais; e como interagiram com e tensionavam as estruturas e relações de gênero, raça e classe.

Por trabalhar nas confluências entre os dois campos e dialogar com a história da educação, somei-me aos esforços de evidenciar a existência de trabalhadores negros no pós-Abolição e, sobretudo, problematizar e complexificar suas experiências.⁷ Desse modo, as trajetórias dos fundadores, sobretudo de Marcílio Freitas (1876-1928), na época tipógrafo e

⁵ Um livro recente sobre o tema é: COLLINS; BILGE, 2021.

⁶ Sobre as articulações de raça e classe foram fundamentais os trabalhos de XAVIER, 2013; BOHRER, 2014; ROSA, 2014, 2019.

membro da respectiva entidade classista, somada aos seus escritos, permitiu-me argumentar que o jornal *O Exemplo* era um jornal operário desde sua fundação, em 1892, algo reconhecido por jornais contemporâneos. Até então, os estudos defendiam que, na primeira fase (1892-1897), *O Exemplo* era apenas de um jornal literário, sobretudo porque na edição comemorativa ao primeiro ano de existência o editor adjectivou-o como um “jornal literário, crítico e noticioso” (*O Exemplo*, 11 de dezembro de 1893, p. 1). No entanto, pululam de editoriais e notas preocupações e denúncias, indo desde os efeitos do aumento dos impostos pela municipalidade sobre as pobres lavadeiras até o recrutamento forçado para a guerra civil, passando pela abordagem policial a trabalhadores negros enquanto chegavam em suas casas depois da jornada de trabalho.⁸

Os posicionamentos do editor Arthur Ferreira de Andrade (1871-1925), funcionário público dos Correios, evidenciam que a preocupação com a situação da população negra no mundo do trabalho não era exclusiva dos operários da redação, mas sim da coletividade reunida em torno de *O Exemplo*. Dessa forma, abordou-se ainda o sentido ampliado do conceito operário, que ia além do tipógrafo Marcílio Freitas (à época gerente e responsável pela impressão do jornal nas oficinas do *O Mercantil*, onde trabalhava) e dos barbeiros da família Calisto (qualificados como operários nos alistamentos eleitorais de 1895 e 1899). Enfim, a preocupação em afirmar o negro como um trabalhador no pós-abolição foi central para os jornalistas e diretamente relacionada à garantia do exercício da liberdade e da cidadania. A conquista de dignidade no trabalho, por conseguinte, associava-se à aquisição de instrução, uma vez que as teorias raciais vigentes concorriam para a racialização das desigualdades sociais e para a dissociação do negro da condição de intelectual.

A análise articulada de gênero, raça e classe foi aprofundada na trajetória de Tácito Pires, um nascido de ventre livre que participou da construção de movimento operário na década de 1890 e da refundação do *O Exemplo* em 1902. Com Sophia Ferreira Chaves, estreitei o diálogo da redação com o público feminino e com a inserção das mulheres negras no magistério. Tendo em vista que ambos eram casados e tornaram-se docentes, analisei seus projetos e percalços na tentativa de consecução do projeto de *O Exemplo* para além dele (PERUSSATTO, 2018a, 2019a, 2019b). Problematizei, ainda, o impacto do ingresso de militantes socialistas e anarquistas na redação do jornal e na tessitura de projetos educacionais, como a Escola Noturna *O Exemplo* (1902) e o Asilo 13 de Maio (1908-1911).

⁷ Devido ao espaço do texto não apresentei a discussão sobre a importância da obra de E. P. Thompson.

⁸ Aprofundei esse argumento em: PERUSSATTO, 2019c.

De modo geral, a instrução era vista como uma forma de inserção profissional e de aptidão e qualificação do exercício da cidadania. No entanto, foram poucos os vestígios sobre a frequência em instituições escolares, o que se devia tanto à precariedade da Instrução Pública em si quanto às práticas racistas neste espaço. Por isso, conjecturei que outros espaços concorreram para a alfabetização e o letramento: família, trabalho, associativismo e autodidatismo. Os resultados desses investimentos concorreram para a busca e a inserção no funcionalismo público. Se por um lado pode ter sido resultado do exemplo ou mesmo dos incentivos oferecidos por Aurélio, não podemos perder de vista o peso simbólico e político da aprovação em um concurso público. Além de assegurar um emprego digno e respeitável, atestava os conhecimentos e habilidades do candidato à revelia de sua coloração epidérmica.

Todos os fundadores eram católicos e, a maioria, optou pelo casamento religioso e civil. Essa escolha demonstra a conciliação da tradição católica com a valorização das instituições republicanas. Em diálogo com pesquisas realizadas no Sudeste, convergia para a construção de uma reputação e de caminhos para a cidadania (RIOS; MATTOS, 2004). Em Pelotas, a família Silva Santos foi estudada por Loner (2019). Analisando quatro gerações e suas respectivas conjunturas, sendo a primeira oriunda do cativo, percebeu os fortes vínculos geracionais com o catolicismo e com a política partidária, em que pese as desventuras de gerações intermediárias.⁹ Semelhantemente, Paulo Moreira (2009, 2011, 2014) constatou a centralidade das atividades devocionais e burocráticas na vida de Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Apesar de aderir a diversas instituições republicanas, a laicidade não foi uma delas. Sobre isso, houve um rearranjo da atuação católica na República e, em Porto Alegre, ordens religiosas seguiram à frente de instituições de caridade e educacionais com subsídios estatais.

O diálogo com a pesquisa de Moreira foi o mais intenso durante meu estudo, no qual aprofundi a investigação sobre os dois filhos de Aurélio que fundaram *O Exemplo*, a saber, Sérgio Aurélio de Bittencourt (1969-1904) e Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior (1874-1910), ampliando a compreensão da participação geracional dessa família em diferentes âmbitos, com destaque à construção de uma tradição de lutas por liberdade, educação e cidadania em Porto Alegre. Embora tenha estabelecido um diálogo com Rodrigo Weimer para problematizar as práticas de nomeação, ela não foi central. Destaco nesse sentido a hipótese levantada sobre o fato de Aurélio ter legado seu nome apenas ao segundo filho como decorrência da ampliação de seu capital social e simbólico. Ou seja, somente quando o

⁹ A atuação de Carlos Gomes, pertencente à última geração analisada por Loner, foi objeto de estudo de Arílson dos Santos Gomes (2014).

segundo filho homem nasceu, possuía uma herança imaterial a legar, o que se traduzida em seu nome (PERUSSATTO, 2018a).

No que se refere às estratégias geracionais, houve na família Bittencourt uma manutenção do investimento na instrução e no funcionalismo público em pelo menos duas das três gerações que temos notícia. Dario de Bittencourt, neto de Aurélio, tornou-se bacharel em Direito como o pai, Aurélio Júnior. Mas, ao contrário de ambos, não viu no emprego público um caminho, optando por ser profissional liberal e professor na Faculdade de Direito de Porto Alegre, fundada pelo pai e pelo avô e se onde formou. O outro filho, Sérgio Aurélio, atuou na Secretaria do Interior, gerida em determinado momento pelo pai, sugerindo um arranjo familiar; enquanto Aurélio Júnior bacharelou-se em São Paulo e foi um reconhecido Juiz de Direito na capital. Sobre as duas filhas de Aurélio, Olímpia era bastante devota e dedicou-se à família e à maternidade, gerando dez filhas/os. Já sua irmã, Adelina (1870-1925), casou-se, teve apenas dois filhos, e dedicou-se ao magistério, carreira na qual outras mulheres negras investiram. Formada pela escola normal da capital, informa mais uma estratégia familiar de inserção profissional e aposta na educação como via de consecução do projeto de emancipação racial, permitindo-se refletir sobre as relações e expectativas de gênero em famílias negras e projetos coletivos.

Outra contribuição do trabalho foi o destaque ao protagonismo da família Calisto. Todos os trabalhos dedicados ao periódico apenas mencionam que *O Exemplo* surgiu e foi sediado na barbearia desta família, sem apresentar maiores informações. Dessa forma, demonstrei que não era apenas Aurélio o mais velho a apoiar e sustentar o projeto levado a efeito por jovens homens negros, com idades entre 16 e 29 anos. Um confrade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi outro importante esteio.

Calisto Felizardo de Araújo (1819-1909) nasceu em Salvador, era filho de Maria Felizarda do Bonfim, africana, e chegou a Porto Alegre com cerca de dez anos de idade, vítima do tráfico interprovincial. Viveu cerca de quarenta anos na escravidão, libertou-se e constituiu família com Joana da Conceição e Silva. Ficou viúvo oito anos depois do matrimônio e, doze anos depois, finalmente abriu o inventário post mortem argumentando que, finalmente, havia o que legar aos filhos. Mais do que dar partilha aos bens que também eram da esposa, uma vez que a residência foi um legado de sua família, Calisto havia se tornado um estimado cirurgião barbeiro e, por meio do seu trabalho, aumentado o patrimônio, somando cerca de oito contos de reis.¹⁰

¹⁰ A investigação continuou após a tese, onde discuti as práticas de nomeação (PERUSSATTO, 2020).

O ofício foi legado aos filhos, mas somente Esperidião (1864-????) seguiu nele após a morte do pai, em 1909. Dois anos depois, o primogênito Florêncio (1863-????) tornou-se escrevente do Conselho Municipal via concurso público e na década de 1930 ostentava a patente de major da Guarda Nacional. Ademais, tornou-se correligionário do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) no alvorecer do século XX, mais um dos espaços possivelmente abertos por Aurélio Viríssimo de Bittencourt. As escolhas de Florêncio foram comuns a outros fundadores, sendo seu irmão uma exceção, incluindo aí o fato de ter sido o único a não se casar no religioso.

No que tange ao associativismo, Calisto também era confrade de Aurélio, mas seus filhos fizeram outros investimentos associativos, evidenciando mudanças geracionais. O associativismo, conforme as outras pesquisas sobre o jornal já apontaram, foi um meio de construção de laços afetivos, familiares e políticos, convergindo para a tessitura e fortalecimento de redes, solidariedades e lutas frente às interdições impostas pelo racismo e à necessidade de combatê-lo. Foram diversos os espaços de inserção, indo de irmandades a associações comerciais, passando por mutualistas, recreativas e teatrais.

Em suma, foram alguns dos resultados da análise qualitativa da prosopografia a identificação de biografias e trajetórias heterogêneas por “de trás” de *O Exemplo* e no interior das famílias; vivências, encontros e confluências para além do jornal, especialmente em redes associativas; formação de grupos a partir das relações sociais, solidariedades e alianças tecidas cotidianamente em diferentes espaços (CERUTTI, 1998); estratégias, repertórios e escolhas semelhantes e específicas (LEVI, 2000) no que se refere aos investimentos educacionais, profissionais (funcionalismo público), políticos (republicanismo), familiares (casamento no religioso e no civil) e sociais (associativismo e Guarda Nacional).

Enfim, por meio de estratégias, escolhas, pontos de vista, ações e experiências desses sujeitos foi possível refletir sobre o pós-abolição como problema histórico, complexificar a compreensão do contexto pós-abolição e tensionar fronteiras historiográficas, reposicionando o tema como uma questão da história política (Brasil Republicano), da história do trabalho, da história da educação. Esses sujeitos-coletivos, em suas multiplicidades, especificidades e proximidades, disputaram e construíram narrativas históricas do Brasil republicano. Ou, melhor, tentaram pautar o debate (GOMES, 2005) e dar continuidade a uma tradição de lutas por uma sociedade justa, equitativa e democrática, atentando para os desafios decorrentes da Abolição.

Microanálise e ensino de história do pós-abolição

Ao percorrer pesquisas inspiradoras pretendi demonstrar não apenas as contribuições da microanálise para a construção do campo de pesquisas sobre as emancipações e o pós-abolição, mas fundamentalmente assinalar a centralidade da problematização da liberdade em sua constituição. Evidenciando a importância de estudos focados em biografias, trajetórias e pontos de vista dos “personagens do 14 de Maio”, Rodrigo Weimer (2019) nos diz que: “Promissor é pensar a liberdade em termos próprios e verificar como ela foi construída por seus sujeitos, e quais foram as estratégias para se desvencilhar ou lidar com um passado que, se ‘não passa’, também não paralisa”.

Complexificando a compreensão do campo para além de pesquisas centradas no entrono do 13 de Maio, é importante salientar a importância as investigações de Fernanda Oliveira (2011; 2017), que apresentam problemas específicos. Um deles diz respeito à necessidade de se compreender o pós-abolição em meados do século XX e em perspectiva transnacional, tensionando a perspectiva de que se encerrou com a Primeira República. Assim, diante da persistência do racismo e das desigualdades sociais racializadas, o pós-abolição se estende ao tempo presente e, portanto, é uma questão para o ensino de história.

Por isso, a perspectiva do pós-abolição contribui e entrelaça-se sobremaneira com a implementação das políticas públicas decorrentes do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, redigido primeiramente pela Lei Federal número 10.639, em 2003. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (BRASIL, 2004) indicam alguns caminhos para tais articulações.

Visando o reconhecimento, a valorização e a reparação, a relatora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva destacou a necessidade de uma revisão e produção de materiais didáticos, a formação docente, a “inclusão de personagens negros, assim como de outros grupos étnico-raciais, em cartazes e outras ilustrações sobre qualquer tema abordado na escola” (BRASIL, 2004, p. 24), além de outras medidas. Dentre as “ações educativas de combate ao racismo e a discriminações”, estão as seguintes determinações:

O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios, inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social [...] (BRASIL, 2004, p. 22-23).

Isto demanda pesquisas sobre biografias e trajetórias negras na perspectiva apresentada nesse texto. Dessa forma, entendendo que as pesquisas acadêmicas precisam sair dos muros da academia e estabelecerem diálogos com demandas e saberes escolares, surge o projeto “Educar pel’*O Exemplo*: a imprensa negra educando Porto Alegre”, ainda em fase inicial de execução. Inserido em um projeto de pesquisa e extensão voltado à produção de materiais didáticos, por meio dele pretende-se coletiva e interdisciplinarmente construir um recurso educacional digital para divulgar, sobretudo ao público escolar, o ponto de vista, as ações e as trajetórias da intelectualidade negra do pós-abolição a partir de suas biografias, projetos e pensamentos. Enfim, expor que sujeitos negros participaram da construção da história do Brasil, disputaram narrativas históricas, defenderam um projeto republicano na imprensa, construíram visões diferentes da que se tornou hegemônica sobre a história do Brasil e do Rio Grande do Sul, promoveram lutas que reverberam na atualidade.

Ademais, divulgar tais histórias concorre para o exercício cognitivo proposto por Ana Flávia Magalhães Pinto (2014; 2019) e caro ao campo emancipações e pós-abolição, qual seja, associar o negro à liberdade ainda na vigência da escravidão, bem como à intelectualidade, uma vez que a distinção e hierarquização entre trabalho manual e intelectual negou ao negro este lugar. Assim, articular o campo de pesquisa com o ensino de história cumpre um importante papel político e pedagógico no ainda necessário processo de implementação das referidas políticas públicas. Felizmente, são diversas as iniciativas de popularização das histórias e memórias dos “personagens do pós-abolição”¹¹ que, certamente, serão fontes de inspiração e diálogo.

Isso posto, finalizo com uma demanda histórica registrada em *O Exemplo*:

E a nossa emancipação consiste ou antes resume-se na nossa “Educação”, porém queremos livros onde se aprende a verdade absoluta, e não alfarrábios que pretendem nos engazopar que nós saímos do nada como se pudesse formar alguma coisa do nada que três é igual a um e vice-versa; que a ordem é um princípio moral e coisas parecidas (“*O Exemplo*, 13 de novembro de 1910, p. 1).

Referências

BARCELLOS, Daisy; CHAGAS, Miriam; FERNANDES, Mariana; MÜLLER, Cíntia Beatriz; VIANNA, Marcelo FUJIMOTO, Nina; MOREIRA, Paulo; WEIMER, Rodrigo. Comunidade Negra de Morro Alto: Historicidade, Identidade, Territorialidade e Direitos Constitucionais, 2002.

¹¹ A coletânea encontra-se em: <http://personagensdoposabolicao.uff.br/> Acesso em: 30/06/2021.

- BOHRER, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*: Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, pp. 184-191.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
- COLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DOSSE, François. O desafio biográfico: escrever uma vida. São Paulo: Editora da USP, 2009.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GOMES, Arilson dos Santos. *O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- HOLT, Thomas, C. Marking: race, race-making, and the writing of history. *The American Historical Review*, v. 100, n. 1, p. 1-20, feb. 1995.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios, singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LONER, Beatriz Ana. A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil. Organizado por Lorena Gil e Paulo Koshier. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. 2. ed. rev. ampl. Pelotas: Editora da UFPel, 2016.
- LONER, Beatriz Ana. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 109-136.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt/Jaguarão, século XIX). In: *Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Aurélio Viríssimo de Bittencourt: burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 83-107.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 40, p. 85-127, 2014.

- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Negras vivências de devoção e trabalho: a trajetória do pardo Aurélio Viríssimo de Bittencourt: 1849-1919*. São Leopoldo: Oikos, 2017.
- MÜLLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set.-dez. 2016.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. Liberdade, trabalho e cidadania negra no pós-Abolição: a família Calisto em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. In: MAMIGONIAN, Beatriz; MENDONÇA, Joseli; TEIXEIRA, Luana. (Orgs.). *Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras*. Salvador: Sagga, 2020, pp. 168-184.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. A trajetória de Tácito Pires entre a história social do trabalho e do pós-abolição (Rio Grande do Sul, 1874-1939). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 10, pp. 43-58, 2019a.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. Aurora da Liberdade: o pós-abolição nos escritos de Sophia Ferreira Chaves na imprensa negra (Porto Alegre, 1904-1905). *Currículo Sem Fronteiras*, v. 19, pp. 431-452, 2019b.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. O Exemplo, um jornal do povo: imprensa, trabalho e racialização no pós-abolição (Porto Alegre, 1892-1911). In: SPERANZA, Clarice Gontarski; SCHEER, Micaele (Orga.). *Trabalho, democracia e direitos: mundos do trabalho, identidades e cultura operária*. Volume 2. Porto Alegre: Editora Fi, 2019c, p. 65-94.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892- c. 1911)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018a.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. Percursos de uma pesquisa sobre o pós-abolição sul-rio-grandense: história social, imprensa negra e historiografia. *Sillogés*, v. 1, pp. 89-115, 2018b.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS (c.1860-c.1888)*. 305 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura à tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899)*. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, cidadania e racismo no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- REVEL, Jacques. Microanálise e a construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

- RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.
- ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. Porto Alegre: EST, 2019.
- ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960)*. Tese de Doutorado (História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. 2011. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- SILVA, Fernanda Oliveira da; PERUSSATTO, Melina Kleinert; WEIMER, Rodrigo de Azevedo, SILVA, Sarah Calvi Amaral (Orgs.). *Ciclo de debates sobre o jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas*. Porto Alegre: IHGRGS, 2015.
- SILVEIRA, Cássia Daiane da; ROSA, Marcus Vinícius de Freitas, O voo de Ícaro: Arthur da Rocha e o mundo letrado na Porto Alegre do final do século XIX”. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (orgs.). *Pensadores negros – Pensadoras negras: Brasil século XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 145-164.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. “Personagens do 14 de maio”: a construção da liberdade por “pretos” e “pardos” no imediato pós-Abolição no Rio Grande do Sul. In: NEUMANN, Eduardo; BRANDALISE, Carla. (Org.). *O Rio Grande do Sul revisitado: novos capítulos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2019, p. 249-270.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente: Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: FGV Editora/FAPERJ, 2015.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente)*. 475 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2013, p. 323.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- XAVIER, Regina Célia Lima. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-Abolição. In: FORTES, Alexandre et. al. *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- ZUBARÁN, Maria Angélica. História, acervo e protagonismo negro no jornal *O Exemplo* (1892-193). SILVA, Fernanda Oliveira da; PERUSSATTO, Melina Kleinert; WEIMER, Rodrigo de Azevedo, SILVA, Sarah Calvi Amaral (Orgs.). *Ciclo de debates sobre o jornal O Exemplo: temas, problemas e perspectivas*. Porto Alegre: IHGRGS, 2015, p. 7-18.

Este E-book é resultado do IV Seminário Internacional Micro-história, trajetórias e imigração, evento acontecido em modo totalmente online entre os dias 25 e 28 de maio de 2021, em meio à Pandemia da Covid-19. O que o leitor encontrará aqui são trabalhos ligados direta ou indiretamente à micro-história italiana, uma variedade de estudos que tem em comum a forte base empírica que dá sustentação a reflexões indutivas. Nossa impressão é que a redução de escala como paradigma epistemológico, a análise de trajetória(s) como possibilidade de apreensão de elementos mais “globais” da realidade e o uso de uma gama de fontes primárias, com o intuito de abarcarem a “totalidade” de um determinado contexto, aparecem quase que de forma intuitiva nos artigos. Isso comprova que o método micro-histórico foi incorporado como elemento analítico constitutivo de pesquisas cujos temas circulam pelas migrações, trajetórias, família, pós-abolição entre outros.